00100.157414/2023-86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. ÚNICO AO Nº 152, SÁBADO, 2 DE SETEMBRO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2023 6

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2023 35

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de agosto de 2023 (em conjunto com a 53ª Reunião da CE) 61

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2023 100

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2023 163

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2023 253

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de junho de 2023 (em conjunto com a 40ª Reunião da CDH) 329

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2023 361

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2023 416

Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de agosto de 2023 (em conjunto com a 27ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.1)**

1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de junho de 2023 (em conjunto com a 37ª Reunião da CE)**(Vide item 1.3)**

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de agosto de 2023 451

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2023 480

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2023 481

Ata da 31ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de agosto de 2023 (em conjunto com a 15ª Reunião da CDR) 509

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2023 511

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de agosto de 2023 (em conjunto com a 31ª Reunião da CI)**(Vide item 1.6)**

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2023 512

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2023 556

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2023 572

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2023 602

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2023 629

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2023 666

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2023 684

1.10 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2023 722

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2023 749

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de agosto de 2023 769

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2023 808

1.12 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2023 828

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2023 949

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2023 960

1.13 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2023 980

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2023 1011

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2023 1012

1.14 – COMISSÃO DE ESPORTE - CESP

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2023 1025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências do Senador Humberto Costa e do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Magno Malta, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Chico Rodrigues e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Romário, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 976, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 3526, de 2019** que: "Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3692, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar hospitais e estabelecimentos de saúde de médio e grande portes a disporem de equipamentos adequados às pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CDH-CAS e 2-CDH-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1540, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 126, de 2020 - Terminativo -** que: "Regulamenta o cancelamento do registro a pedido junto aos conselhos de classe de sua profissão." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 953, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que a oferta de profissionais de apoio escolar alcançará todos os níveis e modalidades da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, em instituições de ensino públicas e privadas, considerará as necessidades e potencialidades do estudante e promoverá a autonomia e a independência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 32/2023 - CAS, para que sejam incluídos convidados na Audiência Pública com o objetivo de ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da medicina integrativa e como ampliar sua utilização." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prescrição indiscriminada de medicação para tratamento do TDAH e de outras doenças neurológicas ou neuropsiquiátricas em crianças e adolescentes, como o medicamento Ritalina." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 68, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do RQS 51/2023, sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 69, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF),a realização de audiência pública para discutir sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", aprovada pela Câmara dos Deputados, avaliando a repercussão de sua aprovação na organização do sistema nacional de emprego para a população de classe média e para a população de baixa renda." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 70, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Recife e região metropolitana, com o objetivo de verificar in loco a real situação das condições dos moradores, sejam inquilinos ou proprietários, em situação de vulnerabilidade social absoluta, que residem em ao menos 286 (duzentos e oitenta e seis) prédios do tipo Caixão, interditados pelas Coordenadorias de Defesa Civil da Região Metropolitana do Recife." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 71, de 2023** que: "Requer aditamento ao REQ 27/2023 CAS, para inclusão de representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 72, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2023 - CAS seja incluído um representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberar o Plano de Trabalho da avaliação da política de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ênfase nos itens voltados à atenção das pessoas com deficiência, no exercício de 2023. Relatoria: Senadora Mara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrilli. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/02

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Informo que a primeira parte da reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão e a segunda parte se destina à deliberação do Plano de Trabalho da avaliação da política pública de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ênfase nos itens voltados à atenção das pessoas com deficiência.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, assim como nas matérias terminativas

Vamos iniciar pelo item 6 da pauta, já que nós temos o Relator presente. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Rogério Carvalho.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que a oferta de profissionais de apoio escolar alcançará todos os níveis e modalidades da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, em instituições de ensino públicas e privadas, considerará as necessidades e potencialidades do estudante e promoverá a autonomia e a independência.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e até solicito aqui, depois deste item da pauta, a pedido do Senador Romário, que eu possa ler a apresentação de lista de convidados, no item 10 da pauta, para o aditamento a um requerimento já aprovado. A lista seria enviada posteriormente.

O Senador Romário, como todos sabemos, está se recuperando de um problema de saúde. A gente deseja a ele pronta e rápida recuperação.

Este projeto cujo relatório eu vou ler, passando diretamente à análise, é de autoria do Senador Rogério Carvalho, muito importante.

A oferta de profissionais de apoio é um dever nitidamente estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão, mas a falta de especificidade sobre o conteúdo dessa atividade realmente dá margem para que as instituições de ensino possam eventualmente se esquivar de sua obrigação. Assim, a proposição é meritória ao prever que a inclusão deve permear o trabalho de toda a equipe escolar em todos os níveis e modalidades da educação – todos os níveis seriam: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação profissional, educação indígena etc., considerando as potencialidades do estudante, além das dificuldades, e promovendo a sua autonomia e independência.

A ninguém é facultado discriminar por ação ou omissão. As instituições que, eventualmente, se aproveitam da falta de minudência da lei para não cumprir o dever de incluir atestam que ainda tem muito a aprender sobre o seu papel numa sociedade democrática e pluralista. Esquivando-se dessa forma, perpetuam os padrões excludentes que nos prendem a aspectos lamentáveis de nosso passado, quando deveriam estar na vanguarda da transformação social que cabe a todos concretizar.

Não se ouse cogitar qualquer resistência fundamentada nos custos de promover a inclusão. Trata-se, antes de qualquer coisa, de romper barreiras atitudinais. Além disso, os custos da exclusão que afetam as escolas, os estudantes com ou sem deficiência e, certamente, toda a sociedade, são moral e politicamente insuportáveis, pois perpetuam a ideia de que a igualdade é só para os ditos – entre aspas – "normais"; e economicamente danosos, pois a marginalização das pessoas que não se encaixam nos padrões arbitrários – entre aspas – "de normalidade" priva a sociedade dos recursos que a diversidade proporciona.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 953, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só enfatizar que muitas instituições já ofertam o profissional de apoio na classe comum, na escola, interagindo com toda a equipe educacional, como é importante de se salientar e já foi ressaltado pelo Senador Rogério Carvalho. E ainda digo que o profissional de apoio dependerá das necessidades e potencialidades dos estudantes, ou seja, cada um é diferente e vai precisar, obviamente, de apoios diferentes, o que promoverá a autonomia e a independência, ou seja, a inclusão social, que é o grande objetivo, um dos grandes objetivos da educação, sem dúvida alguma.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação.

Atendendo ao pedido... (*Pausa.*)

Ainda não?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o item 10 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Atendendo ao pedido do Senador Flávio Arns, passo a palavra a ele para que possa fazer a leitura do requerimento do Senador Romário, que trata de indicar integrantes de uma audiência pública a ser realizada nesta Comissão.

1ª PARTE

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 68, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do RQS 51/2023, sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ) e outros

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Aliás, é uma audiência pública que vai ser muito interessante, porque se relaciona à instituição de uma data para o paciente de câncer, que é a pessoa destinatária de todos os trabalhos, serviços e programas.

O Senador Romário, com essa audiência – porque tem que haver uma audiência para isso – chamará pessoas relacionadas a esse tema.

Então, ele coloca:

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do RQS 51/2023 [que já foi aprovado], seja realizado o aditamento para a lista de convidados, que, conforme requerimento, seria encaminhada posteriormente:
> 1. Dr. Fernando Maluf, médico oncologista e fundador do Instituto Vencer o Câncer;
> 2. Representante do Ministério da Saúde;
> 3. Dr. Marcelo Aisen;
> 4. Tamara Teixeira;
> 5. Dra. Renata Vilhena;
> 6. Dra. Luciana Paiottii;
> 7. Dra. Ana Lucia Benito;
> 8. Dr. Uibens Batista;
> 9. Dr. Juliano Coelho, médico oncologista;
> 10. Representante da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale).

Esse é o requerimento do Senador Romário, que, como eu falei, está se recuperando – ele próprio – de um problema sério de saúde, e eu estou lendo em nome dele.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos já vários Relatores de projetos, de modo que nós vamos ter várias discussões e votações.

Eu peço vênia à Comissão para que eu possa ler o requerimento de minha autoria nos seguintes termos, e, logo em seguida, retomamos os pontos.

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 70, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Recife e região metropolitana, com o objetivo de verificar in loco a real situação das condições dos moradores, sejam inquilinos ou proprietários, em situação de vulnerabilidade social absoluta, que residem em ao menos 286 (duzentos e oitenta e seis) prédios do tipo Caixão, interditados pelas Coordenadorias de Defesa Civil da Região Metropolitana do Recife.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a aprovação.

Passamos ao item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3526, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável à Emenda nº 3-PLEN.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer contrário à Emenda nº 3-PLEN.

Com a palavra a Senadora Ivete da Silveira para a leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e demais funcionários.

Eu peço licença para ir diretamente à análise.

Compete a este Colegiado, de acordo com o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. O PL em comento será apreciado pela CAS, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023, que dispõe sobre a participação remota dos Senadores e das Senadoras nas sessões e reuniões do Senado Federal e disciplina a votação por intermédio de aplicação de registro de voto.

Como mencionado, o projeto foi recentemente examinado por esta Comissão mediante a leitura do relatório do Senador Paulo Rocha – o qual endossamos integralmente –, sendo aprovado parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CAS.

Em relação à Emenda nº 3-Plen, do Senador Romário – cuja apresentação motivou novo encaminhamento da matéria a este Colegiado –, julgamos essa iniciativa meritória, haja vista que o termo "cirurgia reconstrutiva", presente no texto original, é mais condizente com o caráter multiprofissional das condutas adotadas nos pacientes com lábio leporino e fenda palatina. Desta forma, somos favoráveis à Emenda nº 3-Plen.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.526, de 2019, e das Emendas nº 1-CAS e nº 3-Plen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço à Senadora Ivete.

Coloco em discussão a emenda. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Eu queria aqui questionar por que tirou "cirurgia plástica reparadora", porque a gente sabe que tem que ser já um cirurgião bucomaxilofacial. E eu entendo que pode dar uma conotação de que, em uma fenda do palato, você corrige só a fenda palatina, e a plástica é usada para complementar, justamente, e deixar o lábio... A plástica é para deixá-lo aparente. Eu não tiraria "cirurgia plástica reparadora", até porque essa cirurgia palatina já é do cirurgião bucomaxilofacial, e normalmente eles têm essa preocupação. Entendeu? Você não pode fazer uma cirurgia do palato... Entendeu, Ivete? Preocupa-me tirar isso aí, porque, por exemplo, vou chegar e vou fazer a cirurgia, corrigir a fenda palatina, mas não vou me preocupar em recompor o lábio do paciente. Você está entendendo? Eu acho que a gente poderia pensar nisso, porque cirurgião plástico... Eu não conheço nenhum cirurgião bucomaxilofacial que não seja também um cirurgião plástico, porque na face, que é um conjunto de todos, você não pode só fechar o palato e deixar o lábio... Você tem que deixar o paciente o máximo apresentável possível.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim. Eu acho que é importante observar, aqui na análise que é feita pela Senadora Ivete, quando ela deixa claro aqui em relação à Emenda nº 3, no final, em que ela diz: "Julgamos essa iniciativa meritória, haja vista que o termo 'cirurgia reconstrutiva', presente no texto original, é mais condizente com o caráter multiprofissional das condutas" – portanto, é o bucomaxilo, é o cirurgião plástico, pelo menos eu entendo assim – "adotadas nos pacientes com lábio leporino e fenda palatina".

Esse foi o entendimento que ela teve....

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Foi, exatamente. Eu não quis dizer aqui (*Fora do microfone.*) nesse meu relatório que teria que sair o cirurgião plástico, não, porque, em Joinville, nós temos um hospital para crianças, recém-nascidos e adultos que faz essa cirurgia. E eu trabalho muito com eles como voluntária, trabalhava como voluntária. Lá é o cirurgião e, depois, tem o plástico que faz o acabamento da cirurgia. O cirurgião plástico deve existir juntamente com o cirurgião-dentista, o bucomaxilofacial.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Nós tivemos muitas dúvidas em relação a este assunto, Presidente, na CAE. A CAE rejeitou a emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ela não explicita o que o relatório da Senadora, no nosso caso, detalhou, só para complementar o que a Senadora Zenaide colocou, porque o que vai valer é a emenda, não é? Não é o relatório com esse detalhamento e com essa defesa que a Senadora fez. Foi por isso que lá nós rejeitamos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No seu entendimento, então, não estaria garantido o processo multiprofissional?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela emenda, não, pela explicitação da emenda, não, conforme a Senadora Zenaide colocou. Não sei... A gente também não pode mudar a emenda, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Eu queria dizer aqui o seguinte: dificilmente alguém leva alguém para uma sala de cirurgia... O dentista faz parte, o cirurgião-dentista, o bucomaxilofacial, mas o risco que a gente corre de, como não tem cirurgia plástica reparadora... Porque, na verdade, aí é um conjunto de cirurgias: você corrige a fenda do palato, mas tem que complementar a cirurgia. Então, esse cirurgião... Eles já entram juntos, isso é uma equipe. Por exemplo, ninguém é um cirurgião bucomaxilofacial sem passar pela cirurgia de cabeça e pescoço, anos disso. Por isso que eu entendo a preocupação aqui dessa dificuldade de chegar a isso, mas eu acho que a gente corre o risco de não fazer a cirurgia como um todo, entendeu? A minha preocupação é essa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que, Presidente, não ocorre no caso de rejeição da emenda, porque o projeto original cuida disso. O projeto que veio de lá, aprovado, o que trata da cirurgia em si.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só vou fazer uma pequena observação, porque, na proposição, quando a gente vai para a ementa do projeto, estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina – ou fenda palatina – pelo Sistema Único de Saúde.

A mim parece que as duas situações estão contempladas. A intervenção, no caso do lábio leporino, é essencialmente a cirurgia plástica, que entende...

Então, eu acredito que o relatório apresentado pela Senadora Ivete corresponde ao que todos nós estamos querendo e ao que se pratica. Enfim...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Conversando aqui, como você explicou, Presidente Humberto, é como se, obrigatoriamente, tivesse que ter dois tempos de cirurgia. Você está entendendo? Porque, obrigatoriamente, não teria o cirurgião plástico, e uma luta é para que se faça um só procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, não. Eu acho o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – O meu medo é de que se crie essa burocracia.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Se for o caso, eu retiro esse meu relatório, vou analisar outro para fazer uma coisa em conjunto, com cirurgião plástico e cirurgião bucomaxilofacial.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo. Fica adiado, então. V. Exa. apresenta um relatório alternativo a esse seu próprio relatório sobre a emenda.

Esse tema, inclusive, é muito interessante que nós estejamos discutindo agora, porque o congresso nacional sobre lábio leporino e fenda palatina vai se realizar agora – inclusive vai ser em Recife –, nesses próximos dias.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E é muito importante isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E que seja pago pelo SUS...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... porque, geralmente, é sempre com famílias de baixa renda que acontece isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero destacar, Senadora Ivete, que o que a Senadora Zenaide está propondo... Ela, inclusive, sendo médica e professora da universidade, no curso de Medicina, também atuando nessa área, pode, depois, com calma, sugerir também uma redação. O nosso Presidente também é médico. Então, chegar-se a um consenso aqui vai ser mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ficamos aí...

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... a população, não é?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto. Quando V. Exa. tiver o relatório, nos comunique, para que nós possamos colocar em pauta.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Só quero parabenizar pelo projeto e pela relatoria, mas com esta preocupação. Existe uma preocupação com recomposição, por exemplo, que é uma luta de nós, mulheres, para quando fizer a mastectomia, que já se faça a plástica da mama. Então, que a gente não queira fracionar, mas parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – É essencial que se chame a atenção para isso.

Parabenizo aqui, gente, a ciência e o avanço da ciência, da tecnologia, porque, antigamente, o lábio leporino, o pé equinovaro, supinado... A ciência nos proporcionou a oportunidade de as pessoas terem uma vida mais capaz, sem falar que o lábio leporino, a fenda palatina é grave. Dependendo do grau, as crianças até para se alimentar têm dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Quero parabenizar pela iniciativa do projeto. Vamos sentar e chegar ao melhor termo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir, porque hoje nós temos alguns projetos extremamente importantes e seria uma coisa muito boa se nós conseguíssemos aprová-los.

Eu vou atender aqui à Senadora Damares, que pediu uma inversão de pauta para o requerimento de sua autoria, que é o item 11.

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 69, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF),a realização de audiência pública para discutir sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", aprovada pela Câmara dos Deputados, avaliando a repercussão de sua aprovação na organização do sistema nacional de emprego para a população de classe média e para a população de baixa renda.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Eu requeiro audiência pública com o objetivo de a gente fazer uma discussão sobre a proposta de emenda à Constituição que altera o sistema tributário nacional e dá outras providências, aprovada pela Câmara, avaliando a repercussão de sua aprovação na organização do Sistema Nacional de Emprego para a população de classe média e para a população de baixa renda.

A proposta, a PEC da reforma tributária foi aprovada pela Câmara, em julho, com a intenção de simplificar a cobrança de impostos sobre o consumo, criar fundos para o desenvolvimento regional, custear créditos do ICMS até 2032 e unificar a legislação de novos tributos.

O Senado Federal tem por atribuição constitucional representar os estados-membros da Federação e, retirada desta missão, também, representar os entes municipais do país.

Os gabinetes parlamentares do Senado Federal têm recebido diferentes entidades que apresentam ponderações para a modificação do texto aprovado pelos Deputados Federais.

As argumentações que mais nos tocam são as ligadas à repercussão da aprovação da mudança constitucional na organização do Sistema Nacional de Emprego para a população de classe média e para a população de baixa renda.

Isto posto, pedimos o apoio dos nobres pares da Comissão de Assuntos Sociais para a realização de uma audiência pública que discuta o enfoque levantado neste requerimento.

Presidente, não é para adiar a votação, nada... Eu sei que a gente vai debater muito o assunto. Então, a gente já deixa um requerimento nosso aprovado, para a gente participar desse amplo debate da reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora para o item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3692, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar hospitais e estabelecimentos de saúde de médio e grande portes a disporem de equipamentos adequados às pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDH e 2-CDH.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

Todo o projeto se apoia na Lei 13.146, de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão, estatuto assim conhecido, que trouxe realmente muitos avanços para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar direto à análise, Presidente.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação à constitucionalidade, a defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso XII, da Constituição, cabendo à União estabelecer normas gerais. A proposição está, portanto, no âmbito da competência legislativa do Congresso Nacional.

Também não há vícios em relação à constitucionalidade material, juridicidade ou regimentalidade do projeto.

No que tange à proteção e defesa da saúde, reconhece-se o mérito da proposta, uma vez que a garantia do direito das pessoas com deficiência de terem disponíveis, para seu atendimento, equipamentos, aparelhos, instrumentos de medição antropométrica e materiais adequados em unidades de saúde de média e alta complexidade faz parte da realização dos princípios da universalidade e da integralidade da saúde, insculpidos nos arts. 196 e 198, II, da nossa Constituição.

A saúde é dever do Estado e é para todos, respeitadas as diferenças entre as pessoas e as suas necessidades específicas.

Em relação às emendas apresentadas, estamos de acordo com as conclusões da CDH.

A proposta é dotada da abstração que caracteriza a boa técnica legislativa. E, por isso, já está claro que a lei em que se converter o projeto precisará de detalhamento por meio de regulamentação por parte do Poder Executivo, como é sua prerrogativa em relação a qualquer norma, especialmente aquelas relacionadas ao cumprimento do dever do Estado de proteger a saúde da população brasileira.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos fazer a votação nominal.

Os que aprovam o projeto votarão "sim"; os que rejeitam votarão "não".

Eu peço àqueles que estão presentes e também aos que estão nos acompanhando remotamente que possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enquanto fazemos a votação, eu passo imediatamente à Senadora Teresa Leitão, novamente, para relatar o Projeto de Lei 1.540, de 2021.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1540, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – O projeto é originário do projeto do Deputado Professor Israel Batista que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

Vou diretamente para a análise.

São oito artigos, tem vários capítulos.

Não foram apresentadas emendas.

E, mais uma vez, isso está sob a nossa competência, porque diz respeito à proteção e defesa da saúde, considerando que a saúde física e a saúde mental, sobretudo, dos trabalhadores em educação têm muito a ver com o ambiente de trabalho.

O PL tem por objeto esse tema relevante, pois busca instituir política pública voltada para a saúde e o bem-estar dos profissionais da educação em seu ambiente de trabalho, grupo socialmente relevante e submetido a grande sobrecarga laboral e psicológica decorrente do desempenho do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A literatura especializada evidencia maior suscetibilidade dos profissionais da educação a infecções, problemas na voz e estresse, associados ao trabalho na atividade docente, com repercussões importantes na sua capacidade laboral e em seu desempenho. Esse quadro justifica plenamente que sejam implementadas políticas públicas específicas, com foco na prevenção do adoecimento, que é o cerne da proposição ora em exame.

O projeto não dispõe sobre medidas específicas, mas estabelece parâmetros gerais orientadores da formulação de políticas de prevenção de doenças e de promoção do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho, prescrevendo a elaboração periódica de planos nos três níveis de Governo, direcionados à implementação dessa política.

Assim, consideramos que o projeto é meritório e oportuno e que merece prosperar, pois pode representar importante estímulo para que o poder público adote ações específicas em prol da saúde dos profissionais da educação.

Apenas julgamos que o seu texto pode ser aprimorado mediante alguns ajustes de redação com vistas a salientar o alcance dos objetivos da política de bem-estar social que ele mesmo prevê.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do projeto, dando nova redação aos incisos I e III do art. 5º do Projeto de Lei nº 1.540. O art. 5º, no seu inciso I, passaria a ter a seguinte redação:

> I – promover a saúde integral por meio de ações que potencializem os fatores de proteção organizacionais, pessoais e sociais para o aumento do bem-estar, da saúde, da qualidade de vida e da produtividade, considerados as condições, os processos, os contextos de trabalho, o perfil e as necessidades específicas dos profissionais da educação, bem como o número de jornadas laborais efetivamente realizadas e a adequação da carga horária e do número de alunos em sala de aula, com atenção à revisão periódica do processo de lotação de professores nas escolas, de modo que esses profissionais atuem simultaneamente no menor número possível de instituições de ensino; [...].

O inciso III passaria a ter a seguinte redação:

> III – fomentar a formação continuada com vistas à valorização do trabalhador na perspectiva da promoção da saúde e do aperfeiçoamento das suas competências pessoais e profissionais, visando à garantia de participação em processos de formação profissional, prioritariamente coletivos; [...].

O voto, com essas duas emendas de redação, é pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pela leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Quero demandar, quanto aos Senadores que estão nos acompanhando pelo sistema remoto, às suas assessorias que possam solicitar a participação dos Senadores e das Senadoras na nossa votação nominal.

Eu vou colocar em votação aqui alguns requerimentos.

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 32/2023 - CAS, para que sejam incluídos convidados na Audiência Pública com o objetivo de ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE).

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Humberto Costa.

Primeiramente, eu quero lhe agradecer pela disponibilidade de sempre, e à sua equipe aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Nós realizamos uma sessão, Senador Humberto, fantástica, no último dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do recesso aqui, no penúltimo dia, tratando de um assunto que realmente está afligindo muito as pessoas e que geralmente é colocado embaixo do tapete, que é o vício em pornografia e suas consequências sociais. Foi muito interessante o que nós ouvimos, e estamos iniciando algumas ideias legislativas a partir do que nós ouvimos aqui.

Os requerimentos, Sr. Presidente, o senhor vai fazer em bloco ou um a um?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ser? Eu agradeço.

São requerimentos que tratam... O item 8 é para debater a medicina integrativa e como ampliar a sua utilização – é o avanço sempre da medicina. Eu sou um dos beneficiados por esse tipo de avanço.

Também nós estamos com uma preocupação muito, muito grande com famílias hoje nessa questão do medicamento Ritalina. Em qualquer coisa, é dado, não é, Senadora Teresa Leitão? Hoje, em qualquer problema, é até muito cômodo para os pais: "Não; dá Ritalina para a criança". Então, é uma coisa meio desmedida, e a gente precisa fazer considerações e refletir a respeito. Então, nós chamamos aqui nomes bem conhecidos nacionalmente, pessoas capacitadas, que possam debater sobre essa questão, especialmente sobre a medicação indiscriminada para o tratamento do TDAH e de outras doenças neurológicas ou neuropsiquiátricas em crianças e adolescentes.

E o último item é apenas uma inclusão, Sr. Presidente, numa audiência pública que já foi aprovada aqui, objeto do Requerimento 32, de 2023, da CAS, para que sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Melquisedec Ferreira, sociólogo e professor; um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; um representante do Centro de Valorização da Vida; e o Dr. Fábio Gomes de Matos, psiquiatra e Professor da Universidade Federal do Ceará – inclusive, nós fizemos sobre suicídio também, com a sua competente equipe aqui, sobre saúde mental um grande debate, que é essa grande pandemia que a gente está vivendo na nação e, aliás, no mundo todo agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Senadores e Senadoras que aprovam os requerimentos queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 32/2023 - CAS, para que sejam incluídos convidados na Audiência Pública com o objetivo de ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 60, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da medicina integrativa e como ampliar sua utilização.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 61, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prescrição indiscriminada de medicação para tratamento do TDAH e de outras doenças neurológicas ou neuropsiquiátricas em crianças e adolescentes, como o medicamento Ritalina.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE).)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue a nossa votação. Precisamos de mais dois votos. Eu peço às assessorias aqui presentes que possam nos ajudar nesse trabalho.

Bom, nós temos um projeto muito importante aqui, que é o item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 976, DE 2022

- Não terminativo -

Institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Leila Barros.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

1- Em 02/08/2023, o Senador Carlos Viana apresentou a Emenda nº 1 (pendente de relatório).

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A Senadora Leila Barros é a Relatora, e eu tenho a certeza de que ela deseja fazer a relatoria desse projeto. Então, nós vamos aguardar para ver se conseguimos a aprovação desse projeto de lei em votação nominal. Caso não consigamos, ou consigamos e ela não esteja aqui, nós adiaremos o projeto para a semana que vem para que ela tenha a oportunidade de apresentar seu relatório. (*Pausa.*)

A Senadora Mara Gabrilli tem uma solicitação, por intermédio de requerimento, para a inclusão de debatedores em audiência pública à qual ela se referirá.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 27, de 2023,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CAS, seja incluído o seguinte convidado: representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Sala de Comissão, 1º de agosto de 2023.

E tem mais um...

Continuo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Continue.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E requeiro também, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 27, de 2023, CAS, seja incluído o seguinte convidado: representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes).

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em votação os requerimentos de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Os Senadores e Senadoras que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 71, DE 2023

Requer aditamento ao REQ 27/2023 CAS, para inclusão de representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 72, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2023 - CAS seja incluído um representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP).)

O item 3 da pauta está em votação. Nós temos já 11 votos computados.

Vou encerrar a votação agradecendo a todos os Senadores e Senadoras que participaram dessa votação.

Encerrada a votação.

Vamos aguardar aqui o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve 10 votos SIM; e nenhum voto NÃO.

A matéria está aprovada.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Seguindo a orientação que comuniquei a todos e todas, nós vamos concluir esta reunião. (*Pausa.*)

Bem, nós temos ainda uma segunda parte da reunião, que é a leitura do plano de trabalho, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, quanto ao item 5, o Senador Marcelo Castro, que é o Relator, solicitou o adiamento da votação.

(É o seguinte o item adiado:

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regulamenta o cancelamento do registro a pedido junto aos conselhos de classe de sua profissão.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/07/2023.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Pergunto se o Senador Girão ou a Senadora Teresa pode assumir aqui a Presidência, porque vou precisar me retirar. (*Pausa.*)

Pronto, ela fará então a leitura do plano de trabalho.

Está encerrada a parte que diz respeito à votação dos projetos e dos requerimentos que estavam na pauta.

Ficam adiados para a próxima reunião aqueles que não foram votados.

Agora, eu passo a Presidência ao Senador Eduardo Girão, para que nós possamos acompanhar a segunda parte da reunião, que é exatamente a deliberação sobre o plano de trabalho da avaliação da política de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais, no âmbito do SUS, com ênfase nos itens voltados à atenção das pessoas com deficiência.

Agradeço a atenção de todos.

Passo a Presidência ao Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dando início à segunda parte da reunião, passo a palavra à Senadora, minha amiga, minha irmã, Mara Gabrilli, de São Paulo, para a leitura do plano de trabalho da avaliação da política pública de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais, no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ênfase nos itens voltados à atenção das pessoas com deficiência.

Curiosamente, coincidentemente – nada é por acaso, não é, Senadora Mara?...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... eu, a senhora, e a Senadora Teresa Leitão estávamos aqui no dia que nós escolhemos essa política, num acordo que foi muito bem-feito e celebrado. É muito importante sempre nesta Casa o diálogo.

Parabéns!

A senhora está com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar aqui a nossa Senadora Teresa Leitão; cumprimentá-la e dizer que é uma honra fazer a leitura desse plano de trabalho com você presidindo.

Eu ia até comentar com vocês que eu estou muito grata porque, desde que cheguei ao Senado, a gente tenta fazer com que essa política pública seja avaliada pela CAS – e agora a gente conseguiu. Eu acho que trará muitos avanços para o Brasil.

Então, bom dia a todos, a todos que estão aqui.

Sr. Presidente, como a íntegra do plano de trabalho para a avaliação da política de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais, chamados de OPMs, no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ênfase nos itens voltados à atenção das pessoas com deficiência, está publicada na página da CAS desde 10 de julho, eu gostaria de tomar a liberdade de apresentar brevemente um resumo desse plano de trabalho que adotaremos na nossa Comissão.

Aprovamos o Requerimento nº 25, de 2023-CAS, de minha autoria, em 12 de abril, quando os Sras. Senadores estavam presentes, e essa foi a política selecionada para ser avaliada pela Comissão de Assuntos Sociais, em 2023, matéria da qual fui designada a Relatora.

Dentro do nosso escopo de avaliação da política de dispensação de OPMs, é importante ressaltar que o ato da dispensação de órteses e próteses envolve diferentes etapas do fluxo de acolhimento e atendimento dos pacientes, bem como a atuação integrada de diversos profissionais e serviços especializados, cuja utilização é regulamentada mediante protocolos clínicos e normas infralegais.

Devido à complexidade envolvida nesse processo, elencamos os principais tópicos a serem explorados, com o principal objetivo de debater as ações conduzidas pelo Sistema Único de Saúde para viabilizar o acesso racional e tempestivo de seus usuários a órteses, próteses e demais produtos para a saúde, com ênfase nas pessoas com deficiência.

A própria política de dispensação de órteses e próteses envolve: primeiro, uma rede assistencial; segundo, recursos humanos; terceiro, produção; quarto, aspectos orçamentários e financeiros; quinto, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, os famosos PCDTs; e, por último, legislação. Além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos a tabela do SUS para procedimentos, medicamentos, órteses, próteses, materiais especiais e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que demandarão a nossa atenção.

Ao fim desse trabalho, nosso objetivo maior é apresentar as propostas de aperfeiçoamentos e medidas legislativas.

A integralidade da assistência é um dos princípios do SUS, conforme a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080, de 1990).

Nesse sentido, o SUS é responsável não apenas pela provisão de serviços assistenciais, mas também pela dispensação de tecnologias assistivas, como as órteses e próteses destinadas a recuperar ou reabilitar funções de determinada parte do corpo humano, com vistas a promover sua autonomia e inclusão social.

A sua obtenção pela população deve seguir um fluxograma de atendimento definido pelo Ministério da Saúde, que pode ser complementado por estados e municípios.

Tanto a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional, em 2008, com *status* de emenda constitucional, assim como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência definem a pessoa com deficiência como aquela que tem um impedimento de longo prazo, que pode ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O resumo dessa frase é que a deficiência não está na pessoa, mas está nas cidades, que não foram preparadas para todo mundo. A gente não consegue, por uma foto ou por um código de doença, definir a deficiência; a gente tem que saber o meio em que essa pessoa está inserida, o passado, os acessos à educação, enfim.

Como se vê, a legislação brasileira entende que a deficiência deriva da interação entre os impedimentos de longo prazo e as barreiras existentes na sociedade. Considerando esse entendimento, podemos dizer também que a deficiência é inerente à condição e à diversidade humanas, até porque muitos eventualmente experimentarão deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, notadamente na velhice. Nessa concepção, a Lei Brasileira de Inclusão assegura... Uau! (*Risos.*)

A Lei Brasileira de Inclusão assegura a reabilitação como um direito fundamental das pessoas com deficiência, assim como a oferta de órteses e próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais.

Nesse contexto, consideramos primordial compreender que as ações estão sendo executadas para facilitar o acesso dos brasileiros a órteses e próteses, avaliando a efetividade das políticas públicas destinadas a esse fim. A análise será baseada na pesquisa de fontes documentais que envolvem busca por dados estatísticos, estudos e auditorias do Tribunal de Contas da União, que iniciaremos a partir de agosto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a aprovação do nosso plano de trabalho. A partir dessas pesquisas, produziremos requerimentos de informação para esclarecer pontos obscuros e atualizar dados e informações junto ao Ministério da Saúde, da Fazenda, dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Realizaremos audiências públicas no início e no final dos trabalhos. A primeira terá o intuito de levantar problemas e desafios enfrentados pelos pacientes e os profissionais de saúde que atuam no SUS. E já a última, pretende-se que seja propositiva, com o objetivo de colher propostas para a elaboração da versão final do relatório. E, de acordo com o nosso cronograma, a partir de outubro poderemos dar início à sistematização dos dados para a apresentação do relatório preliminar e, por fim, chegaremos ao relatório final em dezembro.

E oremos para que, por fim, os brasileiros consigam receber suas cadeiras, suas órteses e próteses com maior velocidade, que é o que não está acontecendo hoje, que às vezes demora até cinco anos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém. Muito bom o plano de trabalho. Parabéns pela sua dedicação a essa causa! – esse idealismo, a causa das causas. E parabenizo a sua equipe também pela confecção desse plano. Vai dar tudo certo, se Deus quiser.

Eu coloco o plano em discussão.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Por mim ele está bem abrangente, Presidente, e terá todo o nosso apoio para que seja devidamente implementado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem.

Então não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o plano de trabalho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Aprovado.

Momento histórico aqui nesta CAS! Então, parabéns à Senadora Mara Gabrilli, à Senadora Teresa Leitão! Eu lembro também que a Senadora Damares participou da construção desse acordo. E fico muito feliz em estar presidindo, muito grato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para o dia...

A senhora queria falar mais alguma coisa?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não, só falei que estou emocionada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Querida, você é uma inspiração para nós.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Gente, são muitos e muitos anos implorando no Ministério da Saúde para que a gente consiga, porque não tem cabimento uma criança esperar cinco anos uma cadeira.

Ela fica cinco anos fora da escola. E, assim, praticamente a gente perde um contribuinte – entendeu? –, que passa a ser dependente da assistência social.

Então, assim, esses equipamentos fazem a diferença na vida da pessoa, não é? Então eu estou bem feliz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Que bom. Que bom.

Mais uma vez, parabéns! E vamos trabalhar. Conte comigo, Senadora Mara Gabrilli, no que precisar, para que a gente possa implementar isso. É uma causa muito nobre – muito nobre.

Eu convoco para o dia 9 de agosto, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Paulo Paim, Otto Alencar, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Marcos do Val, Mecias de Jesus e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 976, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CAS (de redação) e 3-CAS (de redação), e rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5016, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 77, de 2023-CAS, ao Plenário do Senado, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 126, de 2020 - Terminativo -** que: "Regulamenta o cancelamento do registro a pedido junto aos conselhos de classe de sua profissão." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 770, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 9º ao art. 98 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o direito à gratuidade da justiça aos portadores de doenças graves." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4830, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir o desconto de honorários advocatícios dos benefícios previdenciários devidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 357, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir a unificação das datas de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária devidos pela empresa ou equiparado." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1067, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir aos idosos tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão. Fica adiada a votação. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 18, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar de senadores por vacinas urgentes." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 355, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Santa Casa de Misericórdia de Cambé, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 356, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Concede o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública à Irmandade da Santa Casa de Londrina, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 73, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 41/2023, do RQS 44/2023e do RQS 48/2023, seja incluído representante do Conselho Federal de Farmácia na relação de entidades a serem ouvidas na audiência pública objeto dos requerimentos supracitados." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 74, de 2023** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2023 - CAS sejam incluídos como convidados o Senhor Clayton da Silva Bezerra, Presidente do Instituto Federal Kids e Delegado da Polícia Federal e um representante do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 75, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, em aditamento aos REQ nº. 50/2023 - CAS e REQ nº. 64/2023 - CAS, e considerando os ajustes necessários para realização das atividades propostas nas citadas matérias, a retificação do período da diligência objeto dos requerimentos supracitados." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 77, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5016/2019, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)”." **Autoria:** Comissão de Assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– cópia do Ofício nº 606, de 2023, da Câmara Municipal de Andradina, São Paulo, o qual encaminha moção de apoio para a realização de concursos públicos no estado;

– cópia do Ofício nº 157, de 2023, da Câmara Municipal de Jacupiranga, São Paulo, o qual encaminha moção de apoio para que sejam criadas legislações específicas sobre o transtorno do espectro autista;

– cópia do Ofício nº 154, de 2023, da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Santa Catarina, que encaminha moção com o objetivo de sensibilizar as instituições governamentais sobre a importância da criação de programas institucionais e campanhas televisivas e radiofônicas que tenham como foco a depressão.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, assim como nas matérias terminativas.

A Senadora Leila está com o tempo um pouco limitado, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou colocar esse ponto como o primeiro ponto da pauta.

Eu queria somente aqui fazer um pequeno registro que diz respeito a um assunto que foi tratado ontem pela Comissão de Educação; pela amplitude que ele tem, eu gostaria aqui de me manifestar também.

Na tarde de ontem, o Ministro Camilo Santana entregou à Comissão de Educação e Cultura desta Casa o relatório da consulta pública sobre o novo ensino médio e as propostas do Governo para alterações desta etapa da educação básica.

Trata-se de um processo que contou com a participação de dezenas de milhares de pessoas pela plataforma Participa + Brasil, além de quase 140 mil pessoas que contribuíram por outros meios, das quais 30 mil são professores e aproximadamente 5,5 mil são gestores.

Além de propor novas estratégias para a reestruturação da formação básica geral, o Ministério da Educação afirma que desenvolverá, em conjunto com os sistemas de ensino e a sociedade civil, estratégias para a recomposição das aprendizagens dos estudantes afetados pela pandemia de covid-19 e por problemas de implementação do novo ensino médio.

A iniciativa do Ministro Camilo Santana de propor uma consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio é parte das ações de reconstrução das diretrizes sociais do nosso país, tratando-se de um processo que reforça o quanto é importante garantir a participação social no desenvolvimento de políticas públicas e que deixou claro que este é um Governo de união e reconstrução.

Quero também parabenizar a própria Comissão de Educação que, por meio da Subcomissão que tratou da reforma do ensino médio, presidida pela Senadora Teresa Leitão, também teve a oportunidade de discutir em todo o Brasil, trazer propostas. Portanto, é um trabalho que nós, aqui, apesar de sermos uma outra Comissão, consideramos muito relevante. Quero parabenizar tanto o Ministério quanto pelo trabalho dessa Subcomissão.

Muito obrigado, então.

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 976, DE 2022

- Não terminativo -

Institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 02/08/2023.

2- Em 02/08/2023, o Senador Carlos Viana apresentou a Emenda nº 1 (pendente de relatório).

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A autora está aqui, que é a Deputada Maria do Rosário, e o relatório foi elaborado pela Senadora Leila Barros.

O relatório é favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros.

Em 2 de agosto de 2023, o Senador Carlos Viana apresentou a Emenda nº 1, pendente de relatório.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Humberto, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de relatar esse importante projeto, que é o 976, de autoria – como o senhor já citou aqui – da Deputada Maria do Rosário, que está aqui presente; e, em nome da bancada do Senado, Deputada, de parabenizá-la pela iniciativa.

Os meus agradecimentos, Senador Humberto, por ter me incumbido essa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar e dizer que, no mês de agosto, vamos comemorar 17 anos da Lei Maria da Penha, e inclusive aproveitar aqui e fazer um convite muito especial a todos que acompanham esta Comissão, porque as nossas plataformas estarão cobrindo essa sessão, amanhã, às 15 horas. Vamos ter a participação das Senadoras, de importantes autoridades e também daqueles que entendem a importância dessa lei, que, de fato, veio agregar e ajudar muito à questão do combate à violência contra a mulher, que virou uma epidemia no nosso país.

E as maiores vítimas disso são os filhos, de que trata, justamente, o nosso projeto. Esse Projeto 976, da Deputada Maria do Rosário, trata, justamente, de reparar. Não que a gente consiga trazer um alívio para os corações e para essas famílias que são destruídas, mas é uma resposta do Estado, é uma resposta desta Casa e uma bela iniciativa da Deputada Maria do Rosário.

Então, nós vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão o Projeto de Lei nº 976, de 2022, proveniente da Câmara dos Deputados, que institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

A proposição detalha as seguintes condições:

1) o benefício é um só, a ser pago ao conjunto formado pelos filhos biológicos, adotados e pelos dependentes, menores de 18 anos, da vítima;

2) condiciona o pagamento a requerimento e a indícios fundados de materialidade do feminicídio, vedando a eventual suspeito de autoria ou coautoria do crime o direito de pleitear, receber e administrar, em nome dos ofendidos, o benefício;

3) caso não tenha havido, afinal, o feminicídio, conforme sentença transitada em julgado, o benefício cessa, sem ônus de ressarcimento para os beneficiários, excetuada a má-fé;

4) veda o acúmulo do benefício com outros recebidos, do INSS, de regimes próprios de previdência social ou do regime previdenciário militar;

5) exclui do benefício a criança ou o adolescente ao qual foi atribuída a autoria ou a coautoria de ato infracional (análogo a crime);

6) quando do atingimento da maioridade ou do falecimento de algum beneficiário, a cota respectiva será reversível aos demais beneficiários;

7) o benefício não prejudica direitos de ressarcimento ou a indenizações.

O PL autoriza o ingresso no benefício aos feminicídios ocorridos antes do vigor da lei, mas não retroage os valores, que são devidos apenas a parir da data de concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O financiamento fica à conta da programação orçamentária "Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União". Mais uma vez: o financiamento fica à conta da programação orçamentária "Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União".

O Senador Carlos Viana apresentou emenda ao projeto para estender o recebimento do benefício a até 24 anos de idade caso o beneficiário esteja regularmente matriculado em curso de educação superior ou profissional.

Vamos à análise.

Não vemos óbices de constitucionalidade. A proposição também se coaduna com os princípios e as normas do ordenamento jurídico pátrio.

Do ponto de vista da adequação orçamentário-financeira demandada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal ressalva dessa regra geral aquelas despesas consideradas irrelevantes. A assessoria técnica da Câmara estimou o aumento de despesas, concluindo que, em 2023, o aumento seria de R$10,52 milhões; em 2024, de R$11,15 milhões e de R$11,82 milhões para o ano de 2025.

De acordo com a LDO de 2023, fica dispensada da necessidade de compensação a proposição legislativa cujo impacto seja de até um milésimo por cento da receita corrente líquida.

Daí resulta não haver óbices do ponto de vista da legislação orçamentário-financeira.

No mesmo sentido, não se encontram problemas de juridicidade. Há apenas pequenos óbices de redação. Quando se fala em "menor condenado", trata-se de figura que inexiste em nossa ordem jurídica, pois as crianças e os adolescentes são inimputáveis. Em linha com o ECA, entendemos também mais adequado utilizar o termo "criança ou adolescente" ao invés de "menor". Ofereceremos emenda adequando a redação.

Quanto ao mérito, não há como não louvar a iniciativa, que representa todas as mães brasileiras na pessoa daquelas que foram trágica e covardemente vitimadas por feminicídio. Representa também a disposição da sociedade brasileira para lidar com a tragédia da violência contra a mulher.

Essa disposição não é apenas a de se caçar e punir responsáveis, Sr. Presidente, mas é também a disposição de amparar, cuidar, assistir e de promover para o futuro. Afirma um Estado mais preocupado em avançar, com o olhar em frente, em que retroceder, por uma fixação no passado, incapaz de mobilidade e transformação... Que os órfãos do feminicídio encontrem, nesse apoio do Estado, um pouco de alento para seguir suas duras caminhadas.

A emenda apresentada pelo Senador Carlos Viana busca estender aos beneficiários o mesmo tratamento dado aos dependentes no âmbito do imposto de renda. Entretanto, no caso do imposto de renda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a extensão do benefício de dependentes, caso esteja estudando, é de apenas três anos, no caso, de 21 a 24 anos de idade. Além disso, observamos que no Programa Bolsa Família a idade limite para um dependente é de 18 anos, o mesmo parâmetro utilizado pelo projeto.

Entendemos ser mais prudente, Sras. Senadoras e Senadores, iniciar o programa tal como aprovado pela Câmara e avaliar qualquer alteração num momento posterior, se assim o entendermos.

O voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 976, de 2022, da Deputada Maria do Rosário, com as emendas de redação, e pela rejeição da Emenda nº 1, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Leila Barros, muito obrigado pelo relatório apresentado por V. Exa.

Eu queria aqui registrar a relevância desse projeto, dessa proposição. Como disse V. Exa., não tem um objetivo de eliminar a dor, nem estabelecer nenhuma compensação que seja proporcional ao sofrimento representado por uma família destruída, por órfãos que deixarão de ter, ao longo da sua formação, da sua educação, a presença de sua mãe, mas, certamente, representa um movimento no sentido de que o Estado, cada vez mais, se responsabilize por políticas que impeçam a continuidade dessa tragédia.

Eu fiz muita questão de que V. Exa. pudesse relatar aqui, na Comissão. Tivemos que adiá-la duas vezes, por duas razões: primeira, pelo respeito que eu devoto a V. Exa. e pelo trabalho que V. Exa. executa aqui; segunda, porque é muito emblemático, já que V. Exa. é Senadora de Brasília. Não sei se isso se manifesta nas estatísticas sobre feminicídio, mas, lamentavelmente, a capital do país é uma das cidades nas quais mais se matam mulheres. Portanto, eu fiz questão que V. Exa. pudesse relatar. E eu acho que este Congresso deve algum tipo de ação no sentido de colocar em debate para que a capital do país, aquela que tem a maior renda *per capita* do país, que tem, talvez, a maior quantidade de pessoas com formação de nível médio e superior, não seja esse exemplo triste de assassinato de mulheres no nosso país.

Parabéns!

O projeto está em discussão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Primeiro, quero saudar o relatório da Senadora Leila Barros. Realmente, a Região do Centro-Oeste foi a que mais apresentou índices de feminicídio, maiores do que os índices do Brasil: enquanto o do Brasil é 1,4 para cem mulheres; no Centro-Oeste, é 2,0.

Quero saudar a Deputada Maria do Rosário, uma das coautoras do projeto que nos chega da Câmara, e realmente dizer da importância desse projeto. Como disse a Relatora: "Não traz a vida de volta, mas minimiza", é um alento para quem ficou sem mãe por conta de um feminicídio. Essas vítimas de feminicídio, inclusive, têm entre 18 e 44 anos, é uma idade muito jovem – se concentrando na faixa de 18 a 24 anos –, realmente, temos que cuidar disso. A arma de fogo é o instrumento mais utilizado. Eu estou lendo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, esses dados correspondem ao ano de 2022.

> [...] a arma de fogo foi o instrumento utilizado em 26,3% dos casos. Agressões [...] foram o *modus operandi* de 10,4% das fatalidades registradas.
> [...]
> [Sendo que] em mais da metade dos [agressores] (53,6%) [...] é identificado como o parceiro íntimo, [companheiro ou marido], em 19,4% dos casos, como o ex-parceiro íntimo e em 10,7% dos registros, [é que consta] outro familiar, como [irmão, pai, filho, inclusive].

Então, são dados realmente alarmantes. Eu acho que esse projeto de lei, Senadora Leila, Deputada Maria do Rosário, realmente bota luz em uma coisa tão obscura e tão negativa para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui cumprimentar a querida Maria do Rosário e a nossa Relatora Leila, e dizer, como o Presidente Humberto Costa falou: essa quantidade de feminicídio nós sabemos que não é tão simples, mas sabemos que isso passa pela educação. Então, eu, como Procuradora da Mulher, e toda esta Bancada Feminina que a gente tem aqui, 15 Senadoras, temos que ter esse olhar diferenciado. E uma maneira de o Estado começar a corrigir isso é justamente a educação pública de qualidade em tempo integral e mostrar...

E uma maneira de o Estado começar a corrigir é justamente a educação pública de qualidade em tempo integral e mostrar... Porque esse machismo estrutural não é fácil combater, mas se a gente não mostrar... Por exemplo, a Procuradoria, juntamente... A gente vai fazer dar visibilidade, está botando a Lei Maria da Penha em Miúdos – não está no currículo, na grade escolar – para as secretarias de educação municipais, Humberto, porque como tem gravuras, o adolescente vai olhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem outra saída a não ser começar pela educação – a gente sabe – a curto prazo. A gente vê a Lei Maria da Penha – e eu já reforço aqui o convite da Leila para a sessão de 17 anos, amanhã, às 15h, no Plenário –, mas eu queria dizer que a gente já tem uma lei para a qual a gente tem que ter o olhar diferenciado: é uma lei bastante boa, que precisa ter eficácia; a gente já está vendo isso, mas muitas vezes a gente está acrescentando, mudando alguma coisa que pode melhorar a segurança das mulheres.

Imaginem que nós mulheres somos expostas à violência que todos têm na rua e em todos os lugares e ainda temos que conviver com a violência domiciliar. Isso é cruel.

Então, proteger... Muitas vezes a mãe é assassinada, e os filhos menores ficam com esse olhar.

Eu só queria lembrar aqui que a gente aprovou no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, essa renda *per capita* para o benefício de prestação continuada – lembra, Humberto, e os que estão assistindo? – para que passasse a ser meio salário mínimo, e isso me chamava atenção.

Infelizmente, a gente aprovou, o Presidente vetou e nós derrubamos o veto, mas voltou uma medida provisória, voltando a um quarto de salário mínimo. Tudo bem, mas é como a gente diz: melhor do que nada.

Eu estou falando sobre isso porque as mulheres – eu trabalhei em pronto-socorro antes – que não queriam denunciar eram as que não tinham condições financeiras e tinham que voltar a conviver com os agressores, porque eles as mantinham financeiramente.

Mas quero parabenizar. A gente tem essas medidas emergenciais – as emergências, a urgência; médico é danado para falar isso – a médio e a longo prazo. Educação, educação! E vamos participar do Orçamento, porque, se a gente não tiver orçamento para essas leis todas que estamos aprovando, vamos, como se diz, enxugar gelo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Bem rapidamente, Sr. Presidente.

Falando sobre os feminicídios, o número de feminicídios em Brasília, nós chegamos ao 22º agora, já iniciando esse finalzinho de primeiro semestre, e já são 300 órfãos só no Distrito Federal. E a gente sabe o impacto que será se nós dermos celeridade a esse projeto na Casa.

Então, eu faço um apelo ao Senador Vanderlan, que é o Presidente da CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, para que seja votado de forma célere esse projeto e, de lá, já ir para o Plenário mais rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está no Novembro Lilás. Claro que a gente não tem que se apegar apenas a datas, a lembranças. Eu acho que essa questão do feminicídio, digamos, hoje virou uma chaga, virou uma tragédia sem precedentes e aumentou depois da pandemia, aumentou significativamente depois da pandemia.

E nós temos aqui não só a Bancada Feminina... Isso não pode ser uma pauta... Eu aproveito para agradecer a sua acessibilidade, Senador Humberto, porque sei que o senhor é muito presente, é um Senador participativo nessa pauta, mas que não seja só uma pauta da bancada feminina, tanto na Câmara como no Senado, mas que seja uma pauta de todos nós e da sociedade.

Nós estamos vivendo uma epidemia de feminicídios e temos que dar uma resposta célere, porque aqui nós melhoramos a legislação — acho que desde que eu estou no Senado, a gente vem melhorando a legislação, a Lei Maria da Penha —, mas o que está faltando?

Inclusive, nós aprovamos um projeto, acho que o PL nº 123, que destina 5%, dentro do Fundo de Segurança Pública, para ações de combate à violência contra a mulher, mas o que está faltando é o Executivo – quanto ao Executivo Federal, nós sabemos que o último Governo não teve uma execução orçamentária adequada para essas ações de combate, em todos os sentidos, Senadora Zenaide; e também nos Estados, e falo isso com relação ao Distrito Federal — dar mais transparência às ações de combate à violência contra a mulher.

E, também, a gente tem a Ministra...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Cida.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Cida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Cida. Perdão, gente.

A Cida Gonçalves, já tive a oportunidade, inúmeras vezes, de estar com ela. Realmente, é uma Ministra muito comprometida, que tem mudado... Uma das viradas é a questão da equiparação salarial. Nós já tivemos um avanço tremendo nesse sentido, mas temos grandes desafios, e eu peço a ajuda dos Senadores e dos Deputados, para que a pauta da mulher, a pauta da segurança às mulheres e às suas famílias, aos seus filhos também seja prioridade nesta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, depois do encaminhamento do Senador Jayme Campos, fazer a votação.

Eu queria pedir a vênia à Comissão para que nós pudéssemos dar à Deputada Maria do Rosário cinco minutos, para que ela pudesse, depois da votação, falar sobre o seu projeto, que vai virar lei, com certeza.

Senador Jayme Campos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sr. Presidente, rapidinho.

Peço vênia à Deputada Maria do Rosário e aos meus colegas aqui, mas eu tenho um compromisso com o Ministro Haddad.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ah, o Relator tem que votar.

Será que poderíamos votar? E aí o Senador Jayme...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em votação, o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Serei rápido, Sr. Presidente.

Prezado amigo, Senador Humberto Costa, demais colegas, Senadores e Senadoras, eu fiz questão de fazer esta pequena manifestação, primeiro, para cumprimentar a autora do projeto, essa valorosa mulher que é a nossa querida Deputada Maria do Rosário; da mesma forma, a nossa Relatora, querida amiga, Senadora Leila.

Na verdade, algumas providências têm que ser dadas.

No Brasil, dizia aqui a ilustre Senadora Teresinha, que Brasília, parece-me, é campeã; segundo, é o Mato Grosso, no *ranking* nacional, em relação à agressão às mulheres e ao feminicídio, por incrível que pareça, viu, Humberto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato Grosso, no ano passado, no primeiro semestre, teve 99 assassinatos. Em um Estado, com uma população de 3,7 milhões, é um absurdo. É um absurdo! Não sei o que tem que se fazer. As leis estão aí, mas estão sendo insuficientes para atender, com certeza, de uma forma mais severa, dura, porque o cidadão que ataca uma mulher é covarde.

Há poucos dias, Maria do Rosário, um cidadão me denunciou aqui no Conselho de Ética, e eu, como Presidente, até me abstive, me retirei. O Senador Veneziano era meu Vice e foi designado. Sabe por quê? Minha esposa era Prefeita de uma cidade, de Várzea Grande. Então, determinado cidadão, fora da casinha, foi praticamente querer agredir minha esposa. Primeiro que você não tem autoridade, mesmo sendo jornalista ou quem quer que seja, de pegar um telefone desse aí – se ele é repórter ou não é, não me interessa – quase enfiar dentro da boca da minha mulher, que dava uma entrevista.

O que era que me restava, como marido dela, como esposo, que convivo quase há 50 anos? No mínimo, dar um empurrão nele, não é? Meu desejo era empurrar o braço na cara dele, derrubar, pisar, pisoteá-lo lá.

Resumo da ópera. Sabe o que aconteceu? O cara foi à polícia, fez um BO para transformar em inquérito contra a minha pessoa, porque diz que foi agredido. "Meu amigo [falei diante do juiz ou promotor], nenhum cidadão agride uma mulher perto de mim, seja minha esposa, minha filha, minha parente". Sendo mulher, nenhum homem tem o direito de agredir, e muito menos vendo o que está acontecendo, esses índices alarmantes de feminicídio.

Não sei qual é o caminho, Humberto, que tem que ser tomado. Parece que virou um negócio normal, coisa normal. Vai lá, assassina, mata, muitas vezes ele mata a si mesmo, se suicida depois. Não sei se são pessoas que estão, sei lá, doidas, se fumou maconha, cocaína, o que foi que aconteceu...

Então, quando V. Exa. apresenta um projeto de lei desse aqui, é meritório na defesa dos seus filhos, das crianças, que ficam ali e, muitas vezes, não têm nada até para sobreviver. A família, muitas vezes, é pobre. A avó ou uma tia não tem condições de dar o mínimo a ele, de cidadania, de dignidade, dar escola, dar alimentação etc.

De maneira que eu já propus, aqui nesta Casa, lá em 2012, no primeiro mandato meu de Senador aqui, um projeto de lei condenando aqueles cidadãos que agrediram mulher. Ele não poderia nem ingressar no serviço público, desde que seja condenado. Nem ingressar no serviço público, e muito menos, fazer o concurso. Está proibido, enquanto transitado em julgado e se ele não for absolvido.

Nós temos que apertar as leis, Humberto. Caso contrário, vai aumentar, como se fosse uma coisa normal, pacífica. E não é só para as pessoas humildes; com os grandes também, acontece, só que com os grandes fica ali meio camuflado, não denunciam. E as mulheres mais humildes, Maria do Rosário, não têm a coragem, muitas vezes, na questão de ir à polícia, denunciar etc., porque ela é refém do marido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu apresentei um outro projeto, 1.789, criando um fundo nacional de proteção a mulheres agredidas, que permitiria que elas, através dos recolhimentos fiduciários, pudessem ter um recurso para um período de seis meses, para essa mulher poder fazer um curso profissionalizante bancado por esse recurso do Governo Federal, para ela passar a ter uma atividade profissional e, com isso, não ficar dependente, refém, muitas vezes de um cidadão criminoso, que espanca, agride todos os dias. E ela não tem muito a quem recorrer, até porque é refém, por falta até de alimentação.

Então eu acho que quando você apresenta um projeto desse para dar garantia aos filhos das vítimas, porque acontece em todo este país aqui, que possam receber esse pequeno valor aqui, é um projeto meritório, tem meu apoio, minha solidariedade e certamente de todos os membros desta Comissão. Parabéns pelo seu projeto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu queria convidar a Deputada Maria do Rosário para que venha até a mesa aqui e possa falar nos seus cinco minutos rigorosamente marcados. O protocolo é quebrado, mas com a rigidez do tempo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) – De que lado, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui, fique aí.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Para expor.) – Exmo. Senador Humberto Costa, Presidente desta Comissão, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, muito me honra a oportunidade de usar a palavra aqui nesta Comissão, presidida por V. Exa., meu colega e companheiro das mesmas causas, das mesmas lutas humanas.

Eu quero agradecer, sobretudo, à Senadora Leila e, através dela, a todas e a todos vocês, ao Senado, a esta Comissão pela aprovação desse projeto.

E, sinceramente, ao falar sobre esse projeto, eu não tenho... Essa matéria, porque não pode ser natural o feminicídio, sem dúvida, mexe profundamente conosco, com as mulheres, com os homens, com as pessoas que não aceitam a barbárie e a naturalização da violência.

E de onde vem o sentido de que é necessária a aprovação de uma matéria que apoie crianças e adolescentes que ficam órfãos a partir dessa tragédia em suas vidas e na das mulheres que é o feminicídio? Para nós, que somos Parlamentares, que atuamos na vida parlamentar, a observação das necessidades do povo, a escuta, o olhar sobre o nosso povo faz a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu homenageio aqui, neste momento de aprovação – e compartilho a autoria com todas aquelas pessoas que batem às nossas portas, dizendo: "Basta!", "Eu perdi uma filha", "Eu perdi uma neta" –, aquelas mulheres, mães e avós que continuam lutando contra a impunidade, porque muitos desses crimes, apesar de termos leis, permanecem impunes.

Certa vez, em uma circunstância específica na cidade de Santa Maria, me abriram os olhos para esta realidade: o fato de crianças ficarem com avós extremamente pobres, em condições de extrema pobreza, após terem perdido a mãe pela morte abjeta, violenta, e terem perdido também o pai, porque autor deste crime bárbaro; terem perdido, portanto, todas as referências. E essa criança que está ali, sobre a qual nós estamos aqui falando ao aprovarmos esse projeto, é uma responsabilidade nossa. Ela é brasileira em qualquer lugar deste país, e nós, de uma certa forma, fomos, ao longo da história, mantendo esses padrões de violência contra mulheres e não enfrentando, realmente, uma cultura que precisa, em todos os níveis, ser enfrentada, porque, na subjetividade desta nação, há uma violência absurda, cotidiana, que mata, que vai da agressão comezinha e cotidiana da desvalorização ao feminicídio.

E, ao deparar com aquela realidade, Senador Humberto, eu me dei conta que nós também legislamos no Estatuto da Criança e do Adolescente, dizendo que a criança tem direito à família. Mesmo que ela não tenha aquela família imediatamente sua como cuidadora, em condições, não tenha mais a mãe, não tenha o pai, ela permanece tendo direito à família ampliada. Então, é esta família ampliada que será apoiada, essa avó, em geral, uma mulher; em geral, a avó, uma tia, que vai ficar com essa criança consigo, para garantir que ela não esteja num acolhimento institucional, porque o lugar da criança não é crescendo numa instituição. Ela já sofreu o que chega em sua vida, e é preciso que a gente tome essa situação da sua vida nas nossas mãos. E, sobre isso, inclusive, as demais crianças que estão em acolhimento institucional, cerca de 50 mil no Brasil, são uma responsabilidade nossa também.

Nós temos que encontrar caminhos para que as crianças não cresçam nas instituições.

Agora, por último, eu lhe digo: eu acho que esse projeto tem um caráter tão humanista, tão profundamente humanista, que ele consegue alertar que o feminicídio, além da barbárie de tolher a vida de uma mulher naquele momento em que, talvez, o seu último pensamento tenha sido sobre os seus filhos, sobre como ficariam esses filhos, eu digo ao senhor e às senhoras que, acredito, esse projeto serve também para mobilizarmos o Brasil e dizermos que os efeitos do feminicídio continuam nessas crianças, e nós estamos aqui para que nenhuma mulher mais seja vítima de violência e, tomara, nenhuma criança precise mais.

Muito obrigada, Senador; obrigada ao Senado Federal e a esta Comissão.

O que pertence ao Brasil é nosso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao segundo ponto de pauta.

O projeto aprovado passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda n° 1-CE/CAS... Ah, desculpe! Favorável com as Emendas nºs 2-CAS (de redação) e 3-CAS (de redação); e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à CAE.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5.016, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Teresa Leitão.

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE (de redação).

Com a palavra a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, só destacando que o projeto de lei da Deputada Benedita da Silva consegue juntar duas legislações muito importantes e estruturantes, tanto da área da educação, a LDB, quanto da área da saúde, a relativa ao Sistema Único de Saúde, o SUS. Isso é muito importante, porque são duas políticas públicas fundamentais na afirmação e proteção de direitos.

Pela análise, eu destaco que o mérito inclui na formação de profissionais da educação básica conteúdos relativos à proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, buscando estabelecer que as ações e serviços de saúde que integram o SUS devem passar a observar, entre outros princípios, a proteção integral dos direitos humanos de seus usuários, com atenção especial à identificação de maus-tratos, negligência e violência sexual contra crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao preocupar-se em formar profissionais de educação e da área de saúde capazes de identificar sinais de violência, a proposição transforma o ambiente escolar e o SUS em relevantes aparatos para reconhecimento de situações de ameaça à saúde de crianças e adolescentes por maus-tratos, negligência ou violência sexual, o que reforça o cuidado do Estado brasileiro com a incolumidade física e psicológica dessa parcela da população.

Portanto, são altamente meritórios os objetivos deste PL, visto que a violência contra crianças e adolescentes, infelizmente, ainda é prática recorrente e disseminada no Brasil, e constitui uma das principais causas de morbidade e mortalidade desse grupo etário. Os serviços Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, receberam mais de 69 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes. Esses números demonstram a relevância da matéria e a necessidade de se desenvolverem e aprimorarem mecanismos de identificação, mecanismos, portanto, preventivos, de denúncia e prevenção a essas situações de maus-tratos, negligências e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Frisa-se também que, por possuir múltiplas e complexas causas e ser comumente praticada no ambiente familiar, muitas vezes decorrente de ciclos intergeracionais de violência, o enfrentamento do problema exige que sejam desenvolvidas estratégias integradas de políticas públicas, envolvendo não apenas a área da Justiça, segurança pública e proteção social, mas também a saúde e a educação.

Nesse contexto, é relevante a estratégia apresentada pelo PL de incluir essas áreas por meio da conscientização e capacitação de seus profissionais.

Além de tudo, essa matéria está corroborada com o previsto na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, promulgada pelo Estado brasileiro por intermédio do Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1999.

O PL reafirma a preocupação constitucional com a saúde integral de crianças e adolescentes no país e também fornece um instrumento concreto de operacionalidade tanto da proteção integral assegurada constitucionalmente quanto de obrigações internacionalmente assumidas pelo Estado brasileiro para a proteção desse importante e precioso grupo etário.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pela elaboração e leitura do relatório e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE-CAS (de redação).

A matéria vai ao Plenário.

Item 4 da pauta.

O item 3, a pedido do Relator, não será votado hoje. O Senador Marcelo Castro continua afastado. Desejamos que se recupere o mais brevemente possível.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 126, DE 2020

- Terminativo -

Regulamenta o cancelamento do registro a pedido junto aos conselhos de classe de sua profissão.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/07/2023.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 770, DE 2020

- Não terminativo -

Acrescenta o § 9º ao art. 98 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever o direito à gratuidade da justiça aos portadores de doenças graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para a leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Senador Humberto Costa, Senadora e Senadores.

Eu ia direto à análise, mas – não sei se já têm uma cópia disso – só para entenderem melhor do que se trata, eu vou...

A proposição é composta de dois artigos.

O art. 1º acrescenta um §9º ao art. 98 do Código de Processo Civil, estabelecendo o direito à gratuidade da Justiça à parte ou ao interessado portador de doença grave, definida como uma daquelas enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Segundo o inciso XIV, citado no art. 1º, as doenças graves ensejadoras da gratuidade seriam as seguintes: moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget – osteíte deformante –, contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida.

Lendo isso, eu quero ir direto à análise, se me permite.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Como a matéria ainda será apreciada pela CCJ, deixaremos os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade, bem como aqueles relacionados ao processo civil, para o exame daquela Comissão, em cumprimento à competência prevista no art. 101, I e II, do Risf.

Exclusivamente no que tange à proteção da saúde, parece-nos claro que a proposição é meritória, uma vez que muitos pacientes com doenças graves enfrentam dificuldades financeiras ao terem que arcar com os altos custos de seu tratamento. Além disso, frequentemente a gravidade da doença incapacita os doentes para o trabalho, o que prejudica ainda mais sua situação financeira. Ao conceder-lhes a gratuidade de Justiça, o Estado promove acesso igualitário à Justiça, evitando que o fator financeiro seja um obstáculo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o exercício de seus direitos. Ademais, os pacientes com doenças graves com frequência precisam enfrentar processos judiciais, como ações contra planos de saúde, contra os órgãos públicos e outras instituições ligadas ao Sistema Único de Saúde e até mesmo ações para obter benefícios previdenciários ou assistenciais do Estado. A proteção do Poder Judiciário é importante para garantir que esses pacientes tenham acesso a tratamentos adequados e recebam os benefícios a que têm direito.

Por essas razões, acreditamos que o projeto deva, no mérito, ser aprovado.

Voto.

O voto é, no mérito, pela aprovação do PL nº 770, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Senadora Ivete. (*Pausa.*)

Vamos começar pelo não terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar de senadores por vacinas urgentes.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é a da nossa querida ex-Senadora Rose de Freitas.

O relatório é do nosso querido Senador Otto Alencar, que está todo dia muito bravo lá na CPI.

Com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Meu estimado amigo Senador Humberto Costa, agradeço a V. Exa.

Realmente, a Senadora Rose de Freitas teve essa iniciativa ainda no ano de 2021, quando nós estávamos na pandemia, numa crise muito aguda, com contaminação das pessoas, para a busca de vacina. Não era possível atender a toda demanda e ela tomou essa iniciativa. Hoje, com a nossa Ministra Nísia Trindade, com o Governo Lula, que entende que vacinação é prioridade e tem feito isso, retomou todas as ações para vacinação, eu acho que essa frente seria extemporânea, desnecessária, diante das ações que o Governo tem tomado.

Portanto, nosso voto é pela prejudicialidade do projeto do Senado, de mérito, sim, da Senadora Rose de Freitas, uma companheira nossa, do Estado do Espírito Santo, mas não teria mais necessidade de se fazer essa frente nesse momento. O voto é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela recomendação de declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Item nº 7 da pauta. Esse é terminativo. Vamos avaliar o quórum daqui a pouco para fazer a votação nominal, mas, de toda forma, o Senador Otto Alencar, que é o Relator, poderia fazer a leitura do projeto de lei.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1067, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir aos idosos tratamento prioritário e adequado na rede hospitalar em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Quero fazer uma saudação à Senadora Ivete da Silveira, lá da nossa querida Santa Catarina, que substituiu o atual Governador Jorginho Mello, que trabalhou conosco durante quatro anos e pelo qual eu tenho um grande apreço e respeito.

Esse projeto do Senador Jader Barbalho é o Projeto 1.067, de 2022, que vem para atender às pessoas portadoras de neoplasia maligna, de todo tipo de câncer que possa acometer dificuldades de mobilização e de deslocamento dessas pessoas em ambiente de consultório, em ambiente hospitalar, de tal forma que o projeto é meritoso e tem prioridade também, ao nosso sentir, ao nosso ver, para que ele seja aprovado.

Eu vou à análise, para dizer a V. Exa., aos Srs. Senadores e Senadoras, que está dentro daquilo que prescreve o Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição trata de uma matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme o art. 24 da Constituição Federal. Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições que estão pré-estatuídas na Constituição Federal e no Congresso Nacional e à legitimidade de iniciativa legislativa dos Parlamentares.

Em relação ao mérito, julgamos a iniciativa pertinente, diante da epidemiologia do câncer dos idosos. Segundo várias sociedades que tratam do câncer, de oncologia, 60% dos tipos de neoplasia maligna e 70% das mortes da doença acometem pessoas de idade superior a 60 anos. Já a análise dos dados de 2020, disponibilizados pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, da Organização Mundial de Saúde, evidencia que pessoas com mais de 60 anos respondem aproximadamente por 55% de todos os casos de neoplasia – de câncer – no nosso país. Adicionalmente, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia assinala que seis em cada dez brasileiros com câncer são idosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o mérito é indiscutível para a aprovação desta matéria.

As reavaliações, internações recorrentes e visitas a serviços de pronto-atendimento são, infelizmente, situações muito corriqueiras na vida de muitos pacientes, sobretudo no deslocamento e no atendimento ou em ambiente hospitalar ou em ambulatorial. Isso ocorre por causa do longo tempo de tratamento e dos potenciais efeitos adversos das medicações utilizadas. Portanto, medidas para reduzir barreiras de acesso aos serviços de saúde são fundamentais à população idosa.

Sugerimos duas emendas, Sr. Presidente, de redação, para adequação aos ditames da técnica legislativa.

O voto, portanto, é pela aprovação, com as emendas:

> EMENDA Nº -CAS (De redação)
> Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 1.067, de 2022, o texto "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003" por "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que 'dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências'".

Segunda emenda:

> EMENDA Nº -CAS (De redação)
> Suprima-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 1.067, de 2022, o texto "também conhecida como Estatuto do Idoso".

Portanto, com essas duas alterações de redação, eu voto pela aprovação do projeto do Senador Jader Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica adiada a votação por falta de quórum presencial aqui.

Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Tem tempo ainda e, atendendo à Senadora Teresa Leitão, ela pede que seja apreciado um requerimento de urgência para o projeto que ela relatou, para que ele possa ir a Plenário em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o requerimento de urgência para matéria apresentada pela Senadora Teresa Leitão em relação ao item 2 da pauta, o Projeto de Lei nº 5.016.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Apresento aqui também para votação requerimento de minha autoria, que passo a ler:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 73, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 41/2023, do RQS 44/2023e do RQS 48/2023, seja incluído representante do Conselho Federal de Farmácia na relação de entidades a serem ouvidas na audiência pública objeto dos requerimentos supracitados.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto também os Srs. Senadores sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do Requerimento nº 75/2023 - CAS, apresentado por mim a esta Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 75, DE 2023

Requer, nos termos regimentais, em aditamento aos REQ nº. 50/2023 - CAS e REQ nº. 64/2023 - CAS, e considerando os ajustes necessários para realização das atividades propostas nas citadas matérias, a retificação do período da diligência objeto dos requerimentos supracitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Trata-se de uma diligência prevista para o dia 21 de agosto, na cidade de Recife, para tratar do metrô da cidade de Recife, da Região Metropolitana de Recife (CBTU).

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Encerramento.

Lembro que hoje, às 14h, teremos, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, reunião desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a implementação das equipes multiprofissionais integradas por assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de ensino e discutir caminhos e fontes para o pagamento dos respectivos profissionais.

Convoco para o dia 16 de agosto, quarta-feira, 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (27ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (53ª REUNIÃO), EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Senadoras Mara Gabrilli e Jussara Lima, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Flávio Arns, Zenaide Maia, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira, Damares Alves, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Mauro Carvalho Junior, Esperidião Amin, Professora Dorinha Seabra e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Eduardo Braga e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Humberto Costa, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 27/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), REQ 71/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), REQ 72/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), REQ 50/2023 - CE, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI), REQ 75/2023 - CE, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 78/2023 - CE, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater a implementação das equipes multiprofissionais integradas por assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de ensino e discutir caminhos e fontes para o pagamento dos respectivos profissionais. **Participantes:** Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Mirla Álvaro Cisne, Conselheira do Conselho Nacional de Serviço Social (CFESS); Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente do Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Daniel Cara, Integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Gabriel Correia, Diretor-Geral de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação; Ana Pacini, Secretária de Estado da Educação de Rondônia (representante de: Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED)); e Maria Leopoldina Veras Camelo, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Quero dar início a esta reunião extraordinária.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 27, 71 e 72, de 2023, da CAS, e 50, 75 e 78, de 2023, da CE, de autoria da Senadora Mara Gabrilli e também da minha autoria, a Senadora aqui que vos fala, para a realização de audiência pública destinada a debater a implementação das equipes multiprofissionais integradas por assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de ensino e a discutir caminhos e fontes para o pagamento dos respectivos profissionais.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários pelos expositores, via internet.

Cumprimentando os convidados: Profa. Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia; Mirla Álvaro Cisne, Conselheira do Conselho Nacional de Serviço Social; Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Daniel Cara – por videoconferência; Gabriel Correia, Diretor-Geral de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação – por videoconferência; Ana Pacini, Secretária de Estado da Educação de Rondônia – também por videoconferência; Maria Leopoldina Veras Camelo, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – também por videoconferência; e Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas – confirmou presença e não chegou ainda; estamos aguardando.

Então, eu passo a palavra para a Conselheira do Conselho Federal do Serviço Social... (*Pausa.*)

Então, passo a palavra para a Conselheira do Conselho Federal de Psicologia, a Profa. Raquel Souza Lobo Guzzo.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (Para expor.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão me ouvindo? Está funcionando? (*Pausa.*)

Então, eu gostaria, em primeiro lugar, de saudar as pessoas aqui presentes, em especial a Senadora Mara Gabrilli, que ainda não chegou, e a Senadora Jussara Lima, a quem eu tive o prazer de conhecer e com quem conversei aqui antes de a reunião começar, proponentes desta audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, com o objetivo de debater a implementação das equipes multiprofissionais de educação na rede pública de educação, integrada por assistentes sociais e psicólogos.

A defesa para a implementação dessa Lei 13.935, de 2019, que amplia a equipe técnica de apoio aos educadores no cotidiano...

Eu vou passando aqui junto a minha apresentação aqui, tá?

Ah, preciso ligar. Espera aí. Eu sempre me atrapalho com esse negócio aqui.

Pronto!

A defesa dessa implementação da lei, que amplia a equipe técnica de apoio a educadores no cotidiano da escola, justifica-se pela importância do acompanhamento à criança, aos adolescentes e aos jovens em seu processo de desenvolvimento integral.

A defesa da educação pública gratuita, de qualidade e emancipadora sempre contou com a presença da Psicologia, ao lado das colegas do serviço social. Temos buscado construir, juntas com educadores, uma escola capaz de fortalecer estudantes para a vida, em um mundo mais justo e menos desigual, importante papel das escolas públicas de qualidade.

A complexidade da vida, muito diferente de anos anteriores...

Ah, eu vou parar para receber a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Eu quero aqui registrar a presença dessa ilustre e grande Senadora da República, Senadora Mara Gabrilli, a quem eu vou passar a Presidência.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone.*) – Continua!

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Está certo, Senadora.

Seja bem-vinda!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigada, obrigada! Obrigada, Jussara! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO – Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) **–** Pode continuar.

Passo a palavra a V. Sa.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO – Agradeço que V. Exa. esteja presente. Eu estava saudando a sua iniciativa, juntamente com a Senadora Jussara Lima, de organizar esta audiência e nos oportunizar este debate. Muito obrigada.

A complexidade da vida, muito diferente de anos anteriores, exige um acompanhamento do processo de desenvolvimento de crianças por uma equipe multiprofissional, que esteja presente no cotidiano das escolas e que discuta com professores as melhores ações para prevenir problemas.

O impacto da covid no desenvolvimento das crianças foi um marco na justificativa dessa proposta, mas não é só isso. A violência doméstica, a pobreza, a falta de esperança no futuro têm marcado, de forma indelével, a vida das crianças e de seus professores, que têm dificuldades de fazê-los se interessar pela aprendizagem e progredir.

Construir uma educação melhor é assegurar uma escola melhor equipada para enfrentar os seus problemas. Essa é uma das razões por que lutamos pela inserção de uma equipe multiprofissional na escola.

Defendemos uma escola para todos e todas as crianças, que promova a aprendizagem e o desenvolvimento para o mundo, compartilhando com educadores essa difícil tarefa. Essa luta manifesta-se pela participação de muitas das entidades das duas categorias no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, desde os anos 90, pela constituição e defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente e também é expressa pela participação ativa nos fóruns de controle social da educação, como os congressos nacionais, as conferências nacionais, a Conferência Nacional Popular de Educação, o Fórum Nacional Popular de Educação e os conselhos municipais de educação – expressões do comprometimento de nossas profissões com a defesa da educação.

Nos últimos 22 anos, como resultado de uma ampla mobilização, um importante avanço foi logrado com a aprovação da Lei 13.935, de 2019, que incorpora, na rede pública de educação básica, profissionais da Psicologia e Serviço Social. A legislação, além de reconhecer a pertinência de ambas as categorias como profissionais da educação no sistema escolar, vincula tais profissionais de forma legítima ao campo da educação, considerando atribuições específicas exercidas nessa área e nesse contexto.

A educação pública é o espaço da maioria das crianças brasileiras. Por isso, justifica-se que seja respeitada em suas principais demandas.

Existe uma concepção, uma representação social de que a Psicologia é um profissional, é uma área da saúde só, e a gente, com essa propositura de inserção nas escolas, a gente está defendendo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Psicologia é uma profissão "multicampi", que trabalha em diferentes contextos. Ela está na saúde, ela está na Justiça, ela está no trabalho, ela está na assistência, e a educação é um espaço, por excelência, de trabalho também dos profissionais de Psicologia.

Nós tivemos, a partir da aprovação dessa Lei 13.935... Nós compusemos uma coordenação nacional, que envolve diferentes entidades que se comprometem com esse debate e que produzem diferentes materiais – eu acho que nós estamos distribuindo aqui os materiais mais atuais produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Conselho Federal de Serviço Social –, e, nesse cenário, essa contribuição tem se revelado cada vez mais fundamental.

O país tem enfrentado uma grave crise econômica, social e política que agudiza desigualdades sociais e violências, e as mídias oficiais e alternativas, além do grande alcance das redes sociais, têm propagado visões preconceituosas e conservadoras, ocupando o espaço escolar com processos de exclusão.

A atuação das psicólogas e assistentes sociais é imprescindível para tornar o ambiente escolar inclusivo, contribuindo com a promoção da aprendizagem para todas as crianças e jovens.

Também é fundamental recordar que esse contexto crítico se aprofundou com as adversidades da covid e seus efeitos indeléveis para a educação básica, e as consequências para a qualidade da educação serão duradouras, principalmente porque foram potencializadas com a descontinuidade das políticas públicas educacionais. Por isso, a integração de assistentes sociais e psicólogas nas equipes escolares é mais que necessária. As profissões contribuem com o processo de ensino-aprendizagem, com o enfrentamento das dificuldades de assimilação de conteúdos no contexto pandêmico em si, mas também no fortalecimento da escola como um equipamento da rede de proteção social, possibilitando a articulação com os demais equipamentos sociais bem como com as famílias e os espaços de trabalho, promovendo assim uma formação integral do ser humano.

Por trás desse movimento todo, existem alguns marcos históricos. A relação entre a psicologia e a educação é antiga, ela serviu a princípio como um conteúdo básico para a formação de professores, lá no início do século passado, aqui no Brasil, inclusive, e depois ela se regulamenta em 1962, num período turbulento de uma ditadura civil militar e acaba se constituindo, em termos de formação geral, especificamente e mais predominantemente em uma atuação clínica, um modelo de atuação clínica e de formação para consultórios e para instituições na área da saúde. Com o tempo, esses contextos foram aumentando, foram se ampliando, e a psicologia junto com o serviço social foram participando de políticas públicas importantes para o entendimento do desenvolvimento das crianças brasileiras em diferentes contextos sociais e econômicos.

Durante mais de 20 anos, a psicologia e o serviço social foram sendo mobilizados para contribuir com o processo de escolarização. E duas principais razões mobilizaram esse movimento pela educação. Primeiro, um aumento significativo de crianças que eram encaminhadas das escolas para os equipamentos de saúde, porque elas não conseguiam se desenvolver no contexto pedagógico, no contexto educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que existem muitas pesquisas que já provam, já evidenciam que 78% dos problemas encaminhados aos equipamentos de saúde poderiam ser prevenidos no contexto da educação. Isso é uma estatística internacional das publicações em prevenção na escola. Então, a gente precisa pensar que, na família e na escola, como dois ambientes, os primeiros ambientes de desenvolvimento social de uma criança, ali a criança se manifesta como ela é, como ela vive, quais são os desafios que ela enfrenta no cotidiano de vida. E ali a gente precisa estar preparada para poder lidar com essas questões e não só entender que aquela criança que está ali naquele contexto tem que ter um comportamento igual, tem que ser a mesma criança, tem que aprender no mesmo ritmo. Então, essas questões acabam sendo motivadoras, impulsionam um outro entendimento do que foi o fracasso na escola e do que são as dificuldades que as crianças têm nesse contexto.

E a segunda razão mais importante também é que, sendo a educação pública um direito inalienável de todas as crianças, adolescentes e jovens, pressupõe-se que educadores tenham as melhores condições para o exercício profissional, que sejam capacitados e assessorados para entender e propiciar o processo de aprendizagem e desenvolvimento. Eu tenho pouco tempo para a apresentação aqui – essa apresentação vai ficar disponibilizada para quem tiver interesse –, mas existe um marco que começa no Brasil, quer dizer, todos os países têm a psicologia desde 1950. A ONU, no pós-guerra, recomenda que as escolas tenham assessoria de profissionais de psicologia desde 1950. No Brasil, isso caminhou de uma forma diferente. Em 1990, nós começamos a fazer um movimento de destacar a importância dos profissionais para essa área. E aí nós constituímos a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e, a partir desse marco histórico, nós começamos a nos mobilizar junto com as outras entidades da psicologia e do serviço social...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO – ... para produzir, de alguma maneira, esse momento que nós estamos tendo agora.

Eu queria enfatizar que em três anos e meio de regulamentação desta lei – eu vou parar aqui nos desafios –, nós temos só 85 municípios que estão regulamentando a lei. Então, nós temos muito mais do que isso no país. A gente tem um movimento ainda pela frente muito importante. Eu acho que um dos principais problemas para a implantação dessa lei é o entendimento de que a escola é um espaço só para educador. E não é: a escola é um espaço para educador, mas também para profissionais que assessoram os educadores. Eu vou terminar aqui dizendo que esse é um primeiro problema.

E o segundo problema que a gente tem como desafio é o financiamento desses profissionais. Nós temos hoje por parte da psicologia – e depois a colega do serviço social vai também expor – profissionais de psicologia nos equipamentos de saúde, ingressando na rede pública pela saúde; nós temos ingressando na rede pública pela assistência social; e agora nós estamos reivindicando o ingresso da psicologia pela rede da educação. A gente tem assessorado os municípios a formularem um projeto de lei, a discutirem nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus espaços de deliberação, no nível municipal, como implantar, com que recurso. E o Fundeb tem sido a nossa ferramenta mais importante para fazer e tornar a escola pública mais bem equipada.

Eu acho que eu já cumpri com o meu tempo. Depois eu deixo ali a minha apresentação para quem tiver interesse em discutir. E me coloco à disposição para as perguntas. Está bom? (*Pausa.*)

É isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Quero agradecer à Profa. Raquel Souza pela sua brilhante explanação.

Passo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, que fará uso da palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar.) – Muito obrigada, Senadora Zenaide... Ah, a Senadora Jussara, é que eu estou vendo a Zenaide daqui. Muito obrigada, Senadora Zenaide também. (*Risos.*)

Mas, principalmente, obrigada a vocês pela presença. Eu fico muito honrada de estar nessa audiência pública, que reúne esforços de duas Comissões extremamente relevantes desta Casa, a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Educação e Cultura. Agradecemos muito a presença de todos os nossos convidados. Em conjunto com duas Senadoras sensíveis à pauta da educação, da infância e juventude, minhas queridas Jussara e Zenaide, vamos discutir as medidas necessárias para que as redes de ensino de todo o país consigam cumprir a lei, de que a Raquel acabou de falar, a 3.935, que a gente aprovou no Congresso Nacional em 2019, para a implementação das equipes multiprofissionais formadas por psicólogos e assistentes sociais.

A gente passou por uma pandemia que produziu efeitos profundos na saúde mental do brasileiro, falando, principalmente de estudantes e educadores, mas também das suas famílias. E o retorno às aulas de modo presencial, que ocorreu em 2022, mostrou índices muito altos de alunos com ansiedade, com estresse, com paranoia, com medo, com pensamentos suicidas e, infelizmente, com defasagem na aprendizagem, em diferentes níveis. Esse cenário é desolador, por si só, e já demanda a atenção de equipes multiprofissionais com a mediação e o apoio de profissionais especializados, como os psicólogos e os assistentes sociais. Porém, a gente tem sofrido e ficado horrorizado com os trágicos ataques às escolas em diversos municípios do país. A Universidade de São Paulo (USP) apontou que, somente em 2022 e 2023, o número de ataques em escolas no Brasil já superou o total registrado nos 20 anos anteriores, uma estatística alarmante que precisa de atuação célere. Nossa, Senadora Jussara, olha a gravidade, e é uma questão que precisa ser pensada hoje para que, futuramente, não se transforme em um *iceberg* gigantesco, do qual a gente não vai mais conseguir mensurar tudo que ficou submerso. E o assunto é complexo e envolve muitas esferas. Por isso, eu muito me decepcionei com a ausência aqui, hoje, de um representante do Ministério da Educação. Eu não consigo entender o que é mais importante para o Ministério da Educação debater, neste momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que a saúde mental dos milhões de estudantes e educadores que está fragilizada em nosso país, diante do cenário dessa pós-pandemia e da violência nas escolas.

A Senadora Zenaide, também, é tão envolvida, e a gente está aqui num momento em que a presença de profissionais de psicologia e de assistência social nunca se fez tão crucial nas escolas. No entanto, a gente já passou mais de dois anos do término do prazo estabelecido pela lei e ainda não se formou um consenso sequer quanto à definição de uma fonte de pagamento legítimo e sustentável para a remuneração desses novos profissionais que serão agregados à área de educação. Então, com muita responsabilidade, aqui, propusemos esta audiência para buscarmos caminhos de uma fonte legítima para o pagamento desses profissionais e, claro, gostaríamos muito de conhecer a posição do MEC nesse sentido de como o ministério planeja contribuir para esse financiamento junto aos estados e municípios. Eu, como psicóloga que sou e uma pessoa apaixonada pelo comportamento humano, percebo que nunca precisamos tanto de lucidez, de humanidade, de senso de urgência. E o momento é de inspirar comportamentos mentalmente sadios entre as pessoas e focar no que, de fato, interessa à vida e ao futuro das novas gerações.

Nesse sentido, eu estou certa de que as comunidades escolares poderem contar com equipes de psicólogos e assistentes sociais será um divisor de águas para proteção e desenvolvimento de nossas crianças e de nossos adolescentes.

Então, é isso. (*Palmas.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discursar.) – Mara, eu queria pedir licença aos senhores. Queria ficar até o final, mas eu tenho outro compromisso.

Mas quero dizer o seguinte: eu só acredito em equipe multiprofissional seja na saúde, seja na educação. Ninguém é o dono da verdade. E você trabalhar só, isso não existe. A prova é que a iniciativa privada já tem psicólogo na sua escola, tem assistente social. E, normalmente, aquelas crianças já têm os pais, que vão levar de carro e voltam; já têm uma nutricionista, que tem um olhar diferenciado. A escola pública não tem isso.

Aliás, hoje, bem rapidamente eu vi uma reportagem que dizia que a Suíça e a Suécia, que já tinham transformado toda a educação em educação à distância, já estão voltando atrás, porque nada substitui o ser humano.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A convivência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – A convivência, o relacionamento.

Vocês, que são educadores e que estão na escola, o psicólogo, a assistente social, veem isso. A gente vê, Mara, uma criança que tem dificuldade de falar, muitas vezes, já com diagnóstico, com suspeita de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autismo. E, na verdade, é a falta de convivência. Se a socialização é feita, você vê, um ano depois, na escola. E poderia ser em tempo integral, até porque não se aprende só a ler e a escrever. Uma das coisas que socializa é ela saber que o direito dela só vai até onde começa o do outro. Isso é essencial.

Essa equipe multiprofissional é essencial, como é na saúde. Por que o SUS salva vidas? São o médico, a enfermeira, a técnica de enfermagem, a equipe de saúde bucal, porque o ser humano não é dicotomizado. Ele é um todo. E temos mais algo que faz parte da equipe, que são justamente o agente de endemias e o agente comunitário de saúde. E todos os professores, nesse caso, todos os educadores têm que entender isso como nós médicos temos que entender.

Eu sou infectologista e trabalhei na medicina familiar, que formava médico de família na universidade. Então, o que a gente via? Muitas vezes, o diagnóstico, quem dava era o agente de endemias. O paciente tinha uma anemia, tinha algo que chamava a atenção. Aí ele dizia: "Dra. Zenaide, lá naquela casa, tem um cachorro com calazar". Então, era um diagnóstico de calazar humano.

Por isso a assistência social, eu vi aqui na explanação, reduz a violência, sim, porque vocês vão ajudar a ver que aquela criança tem dificuldade de convivência em casa, porque a psicóloga vai entender. Tanto que mais de 90% da violência contra a criança, que acontece na própria casa, quem diagnostica é a escola. É a escola, Mara, quem dá o diagnóstico. Antes de o médico ver os hematomas, a escola já descobriu, e a maioria vem para a gente já informando isso.

Então, eu quero dizer a todos vocês aqui que eu não vou poder ficar ouvindo, já vou ter que tirar de pauta alguma coisa ali, já estava aprovando, mas contem comigo, porque eu acho, principalmente neste momento em que se está falando em educação pública de qualidade, em tempo integral, que tem que ter um psicólogo e um assistente social. Isso a gente já sentia, mas é como a senhora falou, Profa. Raquel: a pandemia escancarou o que a gente já sabia, mas não via com tanta nitidez. Mostrou isto na educação: uma desigualdade social, assim, chamativa.

Quando se fala em Paulo Freire, e ele esteve lá em Angicos, no meu estado – ele pegou aquela extrema pobreza em Angicos –, quando se fala em Paulo Freire, eu digo: olha, Paulo é muito maior do que alfabetizar. Para mim, ele acabou com aquilo de dizer que eles eram pobres porque Deus quis. Não tem isso? "Deus quis que eu fosse pobre", como se o pobre fosse pobre porque quer e que seria um problema. Ele mostrava que, na verdade, eles estavam na extrema pobreza não porque Deus quis, mas porque o Estado não lhes oferecia uma educação pública de qualidade e inclusiva.

Não vai haver inclusão se a gente não tiver uma equipe multiprofissional.

Estou saindo — viu, gente? — mas contem comigo. Eu, Mara e Jussara... Passei aqui. Não poderia deixar de vir aqui prestigiar vocês e não as mulheres...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Mas temos uma luta árdua. É um tijolinho de cada vez.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Quero aqui agradecer as palavras...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Por exemplo, eu digo: lá, no Nordeste, nós não somos rebeldes, mas não somos servis. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Agradecemos as edificantes palavras da nossa Senadora Zenaide Maia.

Muito obrigada, Senadora.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, eu gostaria de falar, de dizer...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Só um minuto.

A Mara Gabrilli não está com uma roupa linda? E eu diria que essa cor... Eu diria assim, Mara, quem lhe viu jamais esquece.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Linda!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – O próximo convidado será o Sr. Daniel Cara, mas eu quero fazer algumas considerações antes de passar a palavra para ele.

Sra. Presidente, Senadora Mara Gabrilli, com quem tive a honra de dividir a autoria do pedido para a realização desta preciosa audiência pública; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais autoridades, ilustres convidados e todo o público aqui presente que nos ouve e assiste, boa tarde.

Hoje nos reunimos para refletir sobre uma determinação de extrema importância para o futuro da educação em nosso país. O art. 2º da lei 13.935, de 2019, estabelece que os sistemas de ensino deveriam, até o final de 2020, implementar medidas para formar equipes multiprofissionais nas escolas públicas, compostas por psicólogos e assistentes sociais, com o nobre objetivo de mediar relações sociais e institucionais, visando ao aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa determinação espelha a compreensão de que a educação vai além da transmissão de conhecimentos e requer um olhar atento para as necessidades emocionais e sociais de nossos alunos. O bem-estar dos alunos, juntamente com a promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, são elementos fundamentais para garantir um aprendizado eficaz e uma formação integral.

Ao reunir psicólogos e assistentes sociais em equipes multiprofissionais, estamos dando um passo significativo em direção à educação mais humana e inclusiva. Esses profissionais trazem consigo habilidades únicas para reconhecer possíveis problemas emocionais e comportamentais, oferecendo o suporte necessário para lidar com questões como o *bullying*, conflitos interpessoais e dificuldades de aprendizado.

A presença desses profissionais nas escolas também é crucial para prevenir situações mais graves, como os trágicos ataques que têm chocado a nossa sociedade nos últimos anos. Ao atuarem de forma preventiva, essas equipes podem identificar jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes o apoio adequado antes que a situação se agrave.

Portanto, é necessário que as instituições de ensino e os gestores educacionais reconheçam a relevância dessas equipes e as integrem plenamente ao ambiente escolar.

É importante também definir uma fonte de pagamento legítima e sustentável para a remuneração desses novos profissionais agregados à área da educação. Nesse sentido, que os governos em todas as esferas assumam o compromisso de investir na educação de forma abrangente, destinando recursos suficientes para garantir a presença desses profissionais tão importantes nas escolas públicas.

Trabalhando em conjunto, poderemos superar os desafios e promover um sistema educacional mais inclusivo, acolhedor e propício ao desenvolvimento pleno de nossos estudantes.

Nosso compromisso é com a transformação social por meio da educação, e essa determinação é um passo significativo nessa jornada.

Conto com o engajamento e a dedicação de todos vocês, para que possamos tornar realidade a visão de uma educação mais humana, inclusiva e efetiva em nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Passo a palavra ao Daniel Cara, integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por 10 minutos.

O SR. DANIEL CARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadora Jussara! Boa tarde, Senadora Mara Gabrillli! Quero cumprimentar todas e todos na figura das duas Senadoras e também na presença do Prof. Heleno Araújo, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, sem dúvida nenhuma a entidade... Aliás, do Heleno e da Jade, que também está aí presente, a Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Tanto o Heleno como a Jade são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes das duas entidades mais essenciais da educação, porque representam os estudantes, a Jade, e os trabalhadores em educação, o Prof. Heleno. É um prazer estar aqui com vocês.

Eu vou ser mais breve na minha fala porque eu tenho um compromisso na Universidade de São Paulo, eu leciono hoje à tarde; aliás, já era para eu estar lecionando, mas pedi aos alunos para começar um pouco depois. Hoje nós começamos o semestre de Educação Comparada e, infelizmente, eu vou ter que sair um pouco mais cedo para dar sequência à aula, que é a aula de apresentação do curso; a gente vai fazer um projeto conjunto de análise do Brasil dentro do Pisa, do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes. Então eu vou já me desculpar pela minha breve participação aqui na audiência pública, mas parabenizando pela iniciativa.

Após a fala da Profa. Raquel Guzzo, da Professora e Psicóloga Raquel Guzzo, eu acho que a gente já tem um bom encaminhamento, que certamente vai ser acompanhado pelos assistentes sociais, que é um encaminhamento que a gente já pode tratar como um consenso.

Eu reputo da maior importância os profissionais, tanto da assistência social como da psicologia, estarem nas escolas. Até quero chamar a atenção da Senadora Mara Gabrilli, que cita a ausência do Ministério da Educação e fala sobre a questão da violência às escolas. Da ausência, não posso tratar, mas, em relação à violência às escolas, eu quero já deixar aqui registrado que, junto com a Raquel inclusive, eu componho um grupo de especialistas, componho também um grupo executivo no Ministério da Educação e, desde a transição governamental, tenho trabalhado sobre isso. Coordenei o relatório, na transição governamental, sobre a questão da violência às escolas e agora sou o responsável pelo relatório do Ministério da Educação sobre o tema, que trata de maneira muito clara a importância tanto dos psicólogos, da presença dos psicólogos, como dos assistentes sociais dentro das escolas. Então eu creio que esse seja um ponto de consenso entre nós.

E é importante afirmar esta questão: ninguém, em sã consciência, como muito bem colocou a Senadora Zenaide, vai divergir da importância de a escola ter a presença, presença que teve ser inclusive integrada em termos pedagógicos, do psicólogo, do assistente social e, inclusive, de outros profissionais que são necessários para as escolas, mas, sem dúvida nenhuma, neste momento, essas duas presenças são as mais importantes.

E por que a Senadora Mara Gabrilli tem razão quando trata da questão da violência às escolas? Quando nós verificamos... Eu escrevo o relatório da transição governamental junto com um conjunto... Eu coordeno o trabalho de um conjunto de pesquisadores desde novembro, dezembro de 2022, exatamente diante do fato de que, durante o governo de transição, infelizmente, no dia 25 de novembro, ocorreu o ataque em Aracruz. Os números que foram levantados aqui pela Senadora Mara Gabrilli sobre violência nas escolas reputam a esse relatório, e eu, dentro da Universidade de São Paulo, fiz a divulgação do relatório da transição governamental. Dentro do próprio relatório nós já apontávamos a necessidade, isso em 25 de novembro de 2022, da presença de psicólogos e assistentes sociais, não só pelo ataque às escolas, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante dizer isso, aliás, o ataque às escolas é o tema mais emergencial neste momento, mas por conta da necessidade que nós temos, para garantia do aprendizado, para garantia do bom ambiente escolar, para garantia de uma escola que seja, de fato, a escola pública, a máquina da democracia e da justiça social, como dizia o Anísio Teixeira, nós consideramos que esses dois profissionais são imprescindíveis para a realização do processo de ensino e aprendizado e também especialmente para formação para a cidadania.

Ocorre que, reiterando a posição da Senadora Mara Gabrilli e usando a questão do problema emergencial que nós temos, que é a questão dos ataques às escolas – e a presença de psicólogos e assistentes sociais, todos nós aqui concordamos, vai muito além isso –, mas chamando atenção a partir desse fato, infelizmente, o Brasil, desde 25 de novembro, do ataque em Aracruz, viveu outros ataques. O ataque que chamou mais a atenção da sociedade brasileira foi o ataque mais recente, que ocorreu em março, em São Paulo, que infelizmente levou a óbito a Profa. Elizabeth Tenreiro. Esse tema da presença dos psicólogos e assistentes sociais retorna a partir da questão dos ataques e aí entra no tema que eu quero discutir de maneira mais presente. É preciso pedir de fato apoio, ajuda para refletir em conjunto, e creio que esta audiência pública não vai conseguir ser conclusiva nesse tema, mas esse é o desafio.

Nós temos dois problemas essenciais para garantir a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas brasileiras. O primeiro está no título, Senadora Jussara, da própria audiência pública, que é a questão do recurso que precisa ser disponibilizado para a presença desses profissionais. Já chamo a atenção de vocês de que existe uma permissão no Fundeb, mas essa permissão não tem um acompanhamento dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina o que é manutenção e desenvolvimento do ensino, que é efetivamente aquilo que permite o uso do recurso público na área de educação, e aquilo que é vedado – então, o art. 70, o que permite; 71, o que é vedado – em termos do uso na área de educação. E existe um problema concreto, a Ana Pacini vai concordar comigo e com o Heleno, provavelmente, quando ele for falar: nós não temos, dentro da área da educação, recurso disponível para dar conta do que é necessário para o pagamento dos profissionais da educação, tampouco para inclusão de outros profissionais. E, vejam, esse é o problema estrutural que nós temos que discutir. Vai ser preciso criar alternativas de recurso para além daquilo que está determinado em manutenção e desenvolvimento do ensino e também para além daquilo que está determinado no próprio Fundeb, porque a Secretária Ana Pacini vai dizer aqui para a gente que ela provavelmente gasta todo o recurso do Fundeb dedicado ao desenvolvimento da rede pública do estado, porque ela é responsável, e, ao mesmo tempo, para a melhoria das condições dos profissionais de educação, e o Heleno e a Jade vão trazer as necessidades que nós temos dentro da área de educação.

Agora, outro fator importantíssimo é que a gente precisa unir forças para buscar esse recurso, e tem algumas alternativas.

Eu vou falar depois ao final, Senadora Jussara, algumas alternativas financeiras para além de manutenção e desenvolvimento do ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas elas estudadas por órgãos da administração pública federal, em especial o Ipea, mas é sempre bom trabalhar numa perspectiva de que é preciso que esse recurso chegue para estados e municípios, que são os verdadeiros executores da política de educação básica no Brasil. É lá que o recurso precisa chegar e tem que ser um recurso com controle social.

Mas tem uma outra questão, essa me preocupou particularmente. No dia 17 de abril, o Ministro Camilo Santana convocou um grupo – eu estive presente dentro desse grupo – para discutir a questão da violência nas escolas.

Todos sabem que eu sou crítico à posição do Ministério da Educação em relação à reforma do ensino médio. Estou bastante satisfeito que no dia 7 de agosto, em relação à reforma do ensino médio, o Ministério da Educação começa a se aproximar da posição que os educadores e as educadoras têm em relação à reforma do ensino médio.

E a gente pode encontrar um consenso, que vai passar pela Casa de deliberação das questões divergentes na sociedade brasileira, como em qualquer país democrático, que é o Parlamento brasileiro. Certamente a Senadora Jussara, a Senadora Zenaide, a Senadora Mara Gabrilli vão colaborar na tomada de uma decisão que seja profícua ao Brasil.

Mas, em que pese a divergência nesse ponto específico, uma convocação para um tema, que é um tema de emergência nacional, como os ataques às escolas, depois de ter vindo da transição governamental... Eu fui um dos 22 coordenadores da transição governamental na área de educação e sendo responsável pelo relatório da transição sobre a questão dos ataques às escolas, foi feito o convite; eu estive no Ministério da Educação.

E aí, fica uma questão para a Profa. Raquel, que com muita propriedade está colaborando conosco. E, mais do que colaborando, está construindo junto conosco o relatório novo do Ministério da Educação sobre os ataques às escolas, mas a preocupação que nós tivemos...

Eu falei que ia falar menos de dez minutos, já vai faltar um pouquinho de tempo, mas em um minuto eu concluo.

A preocupação que nós tivemos é que nós não tínhamos naquele momento, o número de psicólogos em relação às políticas que nós pensamos, o número de psicólogos necessários para poder lidar com o problema dos ataques às escolas. Imagino que em relação à assistência social também.

O que eu quero dizer com isso? Que existe também, além do problema do recurso, uma estratégia, que precisa ser bem combinada, de como vai se dar a participação desses profissionais para dar conta das necessidades educacionais a partir do momento em que a gente consiga o recurso necessário.

Ou seja, é preciso pensar a maneira como vai se dar a presença de psicólogos e assistentes sociais a partir da reflexão sobre qual é a maneira como eles vão estar disponíveis dentro das escolas. Por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai ter um psicólogo para cada escola brasileira? Esse número, para essa necessidade, talvez a gente não dê conta. Vai ter um assistente social para cada escola brasileira? Eu não acho nem que um vai dar conta de ficar com presença total porque a escola vai além de oito horas de trabalho diário, vai além de um profissional.

Mas tem um outro fator: como se dar essa presença, como distribuir os profissionais, qual é a política que a gente vai articular. Então, esse é um desafio. E aí, a gente tem que construir conjuntamente a partir do consenso de que é preciso esses profissionais.

Agora, o problema mais concreto da audiência pública. O caminho para a gente descortinar alternativas de recurso eu imagino que tem que ser para além de manutenção e desenvolvimento do ensino, para além do Fundeb, que é o fundo de financiamento da educação básica.

E a gente deve procurar em alternativas tributárias novas. Por exemplo, dentro da perspectiva da reforma tributária, buscar recursos que garantam essa presença desses profissionais. A gente deve pensar, por exemplo... Agora, eu espero que isso já seja superado, mas é preciso avançar no debate sobre a tributação das grandes fortunas, que deve financiar a política de saúde e educação e que deve garantir, por exemplo, a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. A gente tem alternativas, por exemplo, como revisão de tributos, que devem também garantir essa possibilidade.

Eu iria falar mais sobre esse tema, mas, para não tomar muito tempo da audiência pública, a gente vai ter que descobrir uma fonte nova de recursos e, sobre essa fonte nova de recursos, fazer uma pesquisa para encontrar essa alternativa, tanto a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de que eu sou dirigente, como também na própria Universidade de São Paulo, no meu grupo de pesquisa, enfim, no que for necessário a gente vai tratar deste tema como prioridade e vai, na medida da convocação, tanto das representações de psicólogos e assistentes sociais como também do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Governo Federal, enfim, a gente está totalmente disponível para encontrar essas alternativas.

Agora, repito, nós temos que desenhar a política, ver quantos profissionais são necessários, qual é o tipo de atuação que tem que se realizar nas escolas em parceria com as Secretarias de Educação, com o projeto pedagógico das escolas, sempre dando voz aos profissionais da educação como os principais especialistas sobre a realidade escolar e aos estudantes, obviamente, representados pela Jade. Mas tem uma questão para que a gente vai ter que buscar, recursos novos, e a gente não pode fugir dessa questão, porque essa política precisa ser concretizada, mas, para ela ser concretizada, concretamente, com o recurso que hoje tem disponível para a educação não é possível que a gente dê conta das necessidades, tanto de psicólogos e assistentes sociais como também de profissionais da educação, mas, principalmente, das necessidades dos estudantes para que seja garantido o seu direito à educação.

Mil desculpas por ter me estendido. Eu vou conseguir ficar mais um pouquinho aqui para ouvir mais alguns de vocês, mas, infelizmente, na sequência, eu vou ter que sair para poder garantir o direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação dos meus estudantes que hoje começam aqui a trajetória em educação comparada nesse segundo semestre.

Então, muito obrigado a todas e todos.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Daniel, será que eu posso aproveitar para te fazer uma pergunta...

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência*.) – Claro, claro.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... antes que você vá para os seus alunos.

Não, eu queria entender se, durante todo esse tempo de discussão, na transição, se o Ministério da Educação tem alguma previsão ou qual é a posição dele – se você sabe – sobre essa fonte de custeio? Se isso já foi falado em algum momento? Já que a gente não tem representante aqui e você tocou nesse tema. Eu queria saber se já aconteceu essa fala dentro do ministério sobre a fonte de custeio?

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência*.) – Claro.

Na transição, eu, particularmente, inclusive levei essa demanda nos debates. O Heleno estava presente em alguns debates que nós fizemos, e eu trouxe a importância para a gente resolver essa demanda, em algumas reuniões.

Naquele momento, nós não tínhamos ainda o Ministério da Educação estabelecido e só no final da transição... Na verdade até, no caso da educação, depois da transição – ela termina no dia 11 de dezembro na prática –, é que o Presidente Lula, dias depois, anuncia o Ministro Camilo Santana como aquele que iria ocupar a pasta e que, de fato, a ocupou a partir de 1º de janeiro. Então, na transição foi pautado o tema, Senadora Mara, foi pautado o tema buscando essas alternativas de recursos que eu trouxe aqui.

Posteriormente, no caso do Ministério da Educação, quando ocorreram os ataques, especialmente, na sequência, que foi o ataque de 27 de março, em São Paulo, e, depois, o ataque em Blumenau, em Santa Catarina, no dia 5 de abril, foi feita a convocação desse grupo. Eu fui para o grupo de especialistas do Ministério da Educação, para o grupo de trabalho executivo, e nós discutimos várias alternativas de recursos para uma política emergencial, só que, efetivamente, isso não avançou pelo fato de que não tinha o desenho de como se daria a presença dos psicólogos, porque, no caso dos ataques, não dá para você ter uma presença exclusivamente emergencial, você tem que ter uma presença que é contínua.

E aí, nesse debate sobre os recursos, no âmbito do Ministério da Educação, o que se imaginou, naquele primeiro momento, era uma distribuição de recursos do FNDE. O FNDE tinha R$3 bilhões do Programa Dinheiro Direto na Escola, que foi discutido e foi destinado, inclusive pensando a presença de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicólogos e assistentes sociais nas escolas. O problema concreto é que existem várias possibilidades de uso desse recurso do PDDE, e aí cada escola tem autonomia de decidir como vai fazer uso desse recurso.

No relatório que a gente vai apresentar – e aí é de responsabilidade minha –, até pela presença da Profa. Raquel, a gente vai dar ênfase sobre essa importância, inclusive sobre a importância da lei que foi aprovada.

Agora é uma disputa orçamentária, Mara. O que eu estou trazendo para vocês concretamente é que nós somos aliados dessa disputa. O que eu estou chamando a atenção e tratando como uma questão emergencial é que a gente precisa definir a construção dessa política, determinar quanto ela custa para, depois, inclusive, buscar a fonte de recurso. Esses aspectos ainda não estão definidos, Mara. Para você ter uma ideia, nós temos 180 mil escolas hoje, no Brasil, em funcionamento, de educação básica. Como se daria a presença dos psicólogos e assistentes sociais? Como seria a distribuição desses profissionais? Nós temos profissionais disponíveis para dar conta dessa demanda? Eu até creio que sim, mas como que se daria essa política como um todo?

Então, eu estou à disposição.

Agora, eu não posso falar em nome do Ministério da Educação aqui; só trazer as informações daquilo que eu participei, porque aí são informações públicas também, de interesse público, e não tem nenhum problema em compartilhá-las.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Claro, Daniel!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Quero aqui agradecer ao excelente Prof. Daniel Cara, que trata com tanta eficiência da educação no nosso país e fala sobre ela.

Muito obrigada, professor.

Seja sempre bem-vindo!

E quero agora passar a Presidência à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Jussara, minha Senadora linda!

Então, agora eu passo a palavra para Mirla Álvaro Cisne, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social.

A SRA. MIRLA ÁLVARO CISNE (Para expor.) – Bom, boa tarde a todas as pessoas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria, inicialmente, cumprimentar as nobres, importantes e valorosas Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli. Para a gente, é muito importante vocês nessa pauta.

Então, agradeço à Comissão de Assuntos Sociais e à de Educação também por estar abraçando e nos dando essa oportunidade desse diálogo.

Gostaria também de cumprimentar todas as pessoas que me antecederam e as que também vão falar, que estão compondo aqui esta audiência. Eu não vou nomear todas, porque o tempo é curto, mas se sintam todas também abraçadas, e queria dar-lhes também os meus cumprimentos.

Queria ainda registrar a presença da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – na pessoa da Professora da UnB Aiesca, que está aqui presente –, que é a nossa entidade parceira do Conselho Federal de Serviço Social em todas as nossas lutas, e, em particular, também dessa luta pela inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação.

Tive o prazer de ter sido antecedida pela Profa. Raquel, que já traz todo um histórico dos nossos conselhos em torno da luta pela implementação da lei. Eu queria fazer alguns complementos e tentar reforçar aqui a importância da efetivação da lei, porque a gente teve um primeiro momento, que foi a conquista da lei – e, claro, isso é fundamental –, mas não basta aprovar lei – a Senadora sabe muito bem disso –, a gente precisa efetivá-la, operacionalizá-la, e para isso, de fato, tem a dimensão orçamentária.

Em relação à Lei 13.935, aprovada em 2019, é importante resgatar que, em 2020, ela foi contemplada e incluída no Fundeb, nos 70% que são destinados para o pagamento de pessoal no Fundeb – em 2020 –, e a gente sofre uma derrota com a retirada dessa lei em 2021.

Então, uma das questões centrais que se coloca aqui é a conquista, novamente, desse lugar, do reconhecimento da importância de assistentes sociais e psicólogos, e essa garantia orçamentária no Fundeb, que já existe. Então, é para voltarmos a ser incluídos dentro desse percentual de 70%.

Feita essa consideração, que eu acho que é central, por isso eu comecei por ela, para garantir... Porque é isso, há já um cansaço também na sociedade brasileira de se defender a educação em todos os momentos, principalmente em campanha eleitoral, mas não basta dizer que a gente defende a educação, assim como não basta dizer que a gente defende as crianças, que são duas pautas muito utilizadas na vida política deste país, mas, na hora de, de fato, operacionalizar direitos e políticas sociais, parece que isso deixa de ser prioridade, parece que só serve no momento da propaganda política, e não no momento da efetivação desses direitos por meio da efetivação de políticas e da garantia orçamentária para tal.

Passada a hora... E eu penso que a Senadora Mara Gabrilli, também a Senadora Jussara Lima, trouxeram alguns exemplos – eu diria – de um drama social que a gente vive, no sentido de múltiplas expressões de violência que explodem nas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é urgente uma intervenção multiprofissional, como também foi reforçado pela Senadora Zenaide.

Professores isoladamente, pedagogos e pedagogas isoladamente, não têm como resolver diversas expressões de desigualdade social que são sintetizadas nas escolas.

Então, a gente entende que a escola não é uma ilha, muito pelo contrário, na escola se expressam sínteses de desigualdades sociais, como a questão da violência, que já foi aqui pautada. Mas não só a violência, outras expressões de desigualdade se refletem na escola, por exemplo, na questão da evasão escolar, nas dificuldades de permanência, no próprio acesso à escola.

A gente vive numa sociedade, infelizmente, que retrocedeu muito em termos do combate à fome... Então, à fome, à pobreza, a diversas situações de violência, a questão racial, a questão da desigualdade que a gente conversava aqui, Senadora Jussara, da desigualdade entre homens e mulheres, que começa também numa educação sexista, de desigualdade entre meninos e meninas.

Então são várias expressões de desigualdades, de opressões, que são refletidas na escola. E, aí, eu gostaria de dizer que tanto psicólogas e psicólogos como assistentes sociais são profissionais extremamente qualificados para intervir nessas múltiplas expressões da desigualdade social, buscando, sim, uma educação integral, inclusiva, e democratizando essa educação.

Então, assim, o entendimento, e eu gostaria inclusive de aproveitar também a oportunidade, porque na Psicologia, tem a dificuldade de se entender que a Psicologia não se restringe a uma profissão da saúde. Assim como no serviço social, muitas vezes nos confundem e nos restringem à assistência social. E a gente não atua só na assistência social. Há mais de décadas, há mais de duas décadas, nós já atuamos na educação, assim como em todas as políticas sociais. Talvez pelo nome de profissional do serviço social ser assistente social, isso nos limite muito à assistência social, mas a assistência é uma das políticas em que a gente atua. Nós atuamos, na verdade, em todas as políticas sociais que são voltadas a dar respostas exatamente a essas expressões de múltiplas desigualdades sociais que nós vivemos e que se expressam no ambiente escolar.

Então, a presença de assistentes sociais, assim como de psicólogos, vai contribuir em algo que a gente fala muito na educação, mas que a gente tem muito essa dificuldade de operacionalização, que é a relação entre escola, família e comunidade, garantindo uma dimensão duma concepção de educação integral, compreendendo que, muitas vezes, os problemas que estão na comunidade e estão na família impedem o acesso de crianças, como, por exemplo, a questão do trabalho infantil, como a questão de crianças em situação de dependência química ou sendo utilizadas pelo tráfico, de violências múltiplas dentro e fora de casa.

Então, essa atuação multiprofissional voltada para a garantia da educação integral é algo fundamental e inclusive é voltada também para corresponder ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, porque o ECA, no seu art. 3º, explicita sobre a garantia de direitos fundamentais da pessoa humana, sem prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sua proteção integral. Mais especificamente, no seu art. 53, afirma que crianças e adolescentes têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa.

E aí eu pergunto: como, em situações de violências múltiplas, de pobreza, de fome, de preconceitos, como essas crianças são recebidas, acessam e conseguem permanecer na escola?

Outra dimensão importante, dentro do pensamento também da garantia e do respeito à diversidade humana e a importância de a gente pensar as particularidades das nossas necessidades humanas dentro da escola e termos esse acolhimento, desde pessoas, por exemplo, com deficiência... E aí eu não me refiro só a pensar nas barreiras físicas, mas também, tão importante quanto, a gente pensar as barreiras sociais.

Então, a educação inclusiva precisa pensar a nossa diversidade humana, que inclui aí pessoas com deficiência, a questão étnico-racial, a questão da própria desigualdade entre os sexos, que são questões que permeiam a nossa formação e, portanto, a educação.

Estou ficando tensa, porque o tempo está indo, e eu quero cumpri-lo, em respeito também às demais pessoas que precisam falar.

Mas eu queria, encerrando a minha fala, dizer da importância de a gente buscar garantir, então, essa educação numa perspectiva de fato e verdadeiramente democrática, inclusiva, voltada para combater os índices, que são alarmantes, de evasão escolar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRLA ÁLVARO CISNE – O.k. Eu vou finalizando.

Quero agradecer e nos colocar, em nome do Conselho Federal de Serviço Social, à disposição. Nós já atuamos na educação, mas é preciso essa garantia orçamentária para a nossa inserção, assim como a da Psicologia, nas escolas.

Podemos atuar, inclusive, na questão do entendimento da educação dentro da perspectiva da proteção social, na correlação com conselhos tutelares, com Centros de Referência de Assistência Social – tanto com o Cras quanto com o Creas –, com unidades de saúde, enfim, com várias outras parcerias e entidades que são fundamentais para a gente conseguir, de fato, uma integração da rede de proteção às crianças e aos adolescentes.

Então, nossa gratidão por esta oportunidade, e a gente se coloca à disposição para outros momentos dessa luta.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Profª. Mirla, eu gostaria de fazer uma pergunta sim. Gostaria que senhora discorresse um pouco sobre qual a influência da internet com relação a esses ataques e na cabeça da criança e do adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MIRLA ÁLVARO CISNE – A gente poderia ir...Talvez você possa também me ajudar na parte que cabe à Psicologia, mas eu vou falar dentro da perspectiva do nosso campo de conhecimento no Serviço Social.

Eu penso, primeiro, que a internet traz, acho que a gente precisa dizer, contradições. Trouxe benefícios à sociedade, no sentido do acesso ao conhecimento rápido, de fontes de pesquisa acessíveis, enfim, mas nem tudo da internet é bom, e o controle sobre isso é muito delicado.

A questão do acesso das crianças à internet precisa desse acompanhamento, e, por sua vez, os adultos responsáveis por essas crianças também precisam ter essas noções do que essas crianças estão ou não acessando. Tem, inclusive, máfias que capturam crianças para a questão da violência sexual, por exemplo, que usam algoritmos para identificar crianças para a pedofilia. Então, assim, ao mesmo tempo que nos trouxe avanços, trouxe muitos riscos.

E há a questão da própria dependência que muitas crianças têm em relação às tecnologias e que as tiram da sociabilidade real. Com a pandemia, isso se aprofundou muito, tem provocado várias questões sobre a vivência real, sobre o desenvolvimento das crianças entre si, por exemplo, como o direito de brincar, efetivamente. Então, muitas vezes, vivenciam um mundo muito mais virtual do que o mundo real, e isso implica no seu desenvolvimento em vários aspectos para questões de concentração em sala de aula, para questões de leitura... E não só nas crianças. Eu sou professora universitária e vejo, mesmo em adultos, a dificuldade de ler, porque tudo precisa ser rápido, dinâmico. Então, tem muitas implicações nesse sentido, e a gente precisa pensar numa política de educação voltada para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, muito obrigada pela explanação.

Eu queria dividir aqui com vocês, Senadora Zenaide.... Ô, meu Deus, Jussara...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu estou com a Zenaide na minha cabeça.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Mas não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É. Exatamente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente está fazendo uma Presidência aqui dividida.

Mas eu queria contar para vocês que tem muita gente no e-Cidadania mandando pergunta.

Eu já queria deixar as perguntas, porque aí, na fala de vocês, vocês também podem aproveitar, se for pertinente, e respondê-las.

Então, olha, tem a Aida Batista, do Rio Grande do Sul, que pergunta: "Nas escolas, a demanda é crescente por atendimento multiprofissional, mas as famílias não têm acesso na rede SUS e não têm como pagar".

Depois, a Ana da Costa, do Distrito Federal: "[É] fundamental [essa] ação no espaço escolar. Contudo, [sua] implementação precisa considerar o número de profissionais e o fluxo de estudantes".

Jéssica Telles, do Rio de Janeiro: "Essa iniciativa é de suma importância para o ambiente escolar, principalmente após a crise de saúde mental dos alunos pós-pandemia".

Olha como as pessoas estão em sinergia com a gente aqui nas ideias!

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Como a colaboração entre professores e equipes multiprofissionais pode transformar a abordagem pedagógica em salas de aula?".

Depois, Concita Moreira, do Maranhão: "Nosso trabalho é importantíssimo para a garantia de direitos. Como vão se dar as contratações?".

Eu não sei se ela é psicóloga ou se ela é assistente social, mas eu acho que ela deve ser uma das duas.

Gabriela dos Santos, do Rio Grande do Sul: "Como será realizada a orientação e o preparo desses profissionais? Qual base será utilizada para a construção do sistema de atendimento?".

E o Pedro Augusto, de São Paulo: "É [importante] que tais profissionais estejam presentes na rede pública nacional, porém, como garantir a efetividade de sua abordagem em sala?".

Olha que interessante!

Muito obrigada a todos no e-Cidadania por essas perguntas.

Enquanto vocês vão pensando, eu quero chamar a Ana Pacini, que vai entrar por videoconferência. Ela é Secretária de Estado da Educação de Rondônia e representante... Ah, não: ela é Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Consed.

A SRA. ANA PACINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PACINI (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo bem? (*Pausa.*)

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades aí presentes, todas as pessoas que estão assistindo pela rede social, e, em nome do nosso Presidente, eu sou a Secretária de Estado da Educação de Rondônia, mas estou aqui representando o Presidente do Consed, Vitor de Angelo, que é Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo.

Bom, primeiro eu gostaria de agradecer o convite do Senado ao Consed e dizer que é muito importante a gente discutir esse tema e que o Consed não poderia ficar fora desse momento. Nós entendemos que a Lei 13.935, de 2019, é uma lei que veio trazer essa inovação, até porque a escola hoje não é a mesma escola de tempos atrás. Muita coisa mudou na escola, e, hoje, a dimensão dos problemas enfrentados na escola não perpassa mais pelas habilidades e pelas competências dos profissionais da educação apenas.

Infelizmente, vivenciamos violência dentro da escola, que antigamente era só uma briguinha entre meninos por conta da namorada, e hoje se tornou uma coisa violenta e realmente grave, que precisa ser tratada. E nós, como gestores públicos, estamos enfrentando toda essa problemática dentro da escola e, muitas vezes, a gente se sente realmente impotente para resolver algumas situações, principalmente questões de violência, de abuso, de automutilação, questões psicológicas, enfim, são vários problemas que ocorrem dentro da unidade escolar e que realmente a gente sente dificuldade em resolver, e isso só demonstra a necessidade urgente de se ter um profissional como o assistente social e também o psicólogo, que possam dar esse atendimento especializado aos nossos estudantes.

Entretanto, embora seja uma iniciativa altamente importante – a Lei 13.935 – para fortalecer o apoio emocional nas escolas, a sua implementação enfrenta algumas dificuldades por parte do Estado e dos municípios. Uma das principais dificuldades é a falta de infraestrutura adequada. Muitas escolas já enfrentam desafios estruturais, como falta de recurso financeiro, como o Daniel falou, também de espaços adequados para um atendimento e falta de profissionais qualificados para esse atendimento.

A contratação de psicólogos e de assistentes sociais exigiria investimentos consideráveis para os estados e municípios, o que pode ser um desafio para muitas instituições de ensino, especialmente para aquelas localizadas em região com menos recursos disponíveis. Além disso, há uma necessidade de uma formação e capacitação profissional, e a lei exige que os psicólogos e os assistentes sociais estejam devidamente registrados em seus respectivos conselhos profissionais, o que garante um nível mínimo de qualificação.

Entretanto, nem todos os profissionais estão preparados para atuar especificamente no contexto escolar. É necessário um treinamento adicional e especializado para lidar com as demandas dos alunos.

Um outro desafio grande diz respeito à carga de trabalho dos profissionais de educação. As escolas são geralmente sobrecarregadas com diversas responsabilidades, e a adição de psicólogos e assistentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociais pode aumentar ainda mais a carga de trabalho já existente. Isso pode resultar também em dificuldades para os profissionais em fornecer um suporte efetivo e individualizado aos estudantes, especialmente em escolas com um grande número de alunos.

A lei também não define claramente como se deve ocorrer o processo de integração dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas, o que pode levar a uma variação significativa na implementação da lei em diferentes contextos. Isso é uma das dificuldades que a gente, nos estados – e acredito também que nos municípios –, tem sentido. A falta de diretrizes específicas gera uma incerteza na execução e na implantação e uma dificuldade também para as escolas, em relação à organização do trabalho desses profissionais, à definição das atribuições e às articulações com outros membros da equipe escolar.

Bom, a gente sabe que é muito importante considerar a questão também do financiamento. A implementação efetiva da lei requer recurso financeiro para contratação de profissionais, capacitação, estruturação de um espaço adequado e supervisão adequada dos serviços prestados. No entanto, nem sempre há recurso suficiente disponível, o que pode também limitar a abrangência e a qualidade dos serviços oferecidos. Atualmente, por exemplo, nós estamos numa luta grande para manter o Fundeb fora do limite de gastos do novo arcabouço fiscal, um projeto que já foi aprovado pelo Senado e agora retornou à Câmara dos Deputados, que coloca o Fundeb em um teto e diminui ainda mais a capacidade dos seus entes federados de cumprirem legislações como esta. Nós temos também a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que determina um teto para a contratação de profissionais e, além desses profissionais, que são de grande importância na escola, nós temos outros profissionais também dos quais está sendo amplamente discutida a necessidade como é o caso, por exemplo, de um professor de apoio ao aluno com necessidades especiais. Temos já o cuidador, temos já o professor da sala de recurso multifuncional e, agora, também se discute a necessidade de um professor que seja auxiliar na parte pedagógica.

Então, apesar das dificuldades, é importante ressaltar que a lei representa um grande avanço, um bem significativo no reconhecimento da importância da saúde mental dos estudantes e também na promoção de um ambiente educacional mais acolhedor, e a presença dos psicólogos é importante no ambiente escolar por diversos motivos. A escola é um ambiente que pode gerar estresse, ansiedade e outros problemas emocionais tanto para os alunos quanto para os professores e isso tem um impacto no futuro de cada um de nós.

O psicólogo pode ajudar na prevenção e no tratamento desses problemas, criando um ambiente mais saudável, promovendo o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes e pode auxiliar ainda também na parte de orientação vocacional, no trabalho com dificuldades de aprendizagem e auxiliar na busca de solução aos conflitos dentro do ambiente escolar. No entanto, a presença dos psicólogos por si só não garante a saúde mental dos estudantes e professores. As questões de saúde mental vão além do ambiente escolar e podem também ser influenciadas por diversos fatores assim como falou a assistente social também como problemas familiares, de saúde física, traumas passados, entre outros. Dessa forma, também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário que a escola trabalhe em conjunto com profissionais da saúde mental e outros agentes da sociedade para garantir uma abordagem integrada das questões emocionais de seus estudantes e professores.

Então, enquanto representante do Consed, a gente entende a importância dessa lei e que a escola deixou de ser aquele ambiente onde o professor transmite o conhecimento e o aluno aprende, para ter uma dimensão muito maior, e, muitas vezes, o profissional de educação não consegue sozinho lidar com todos os problemas que perpassam a escola, que a escola vive nesse momento.

Então, muito obrigada pelo espaço, por poder falar como gestora pública. Estamos à disposição de vocês caso necessitem de alguma complementação das informações dos estados e municípios.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Ana Pacini. Você tocou num ponto importantíssimo, porque falou dos assistentes de vida escolar, como são chamados em São Paulo, mas que a Lei Brasileira de Inclusão traz como profissional de apoio, que é um profissional importantíssimo para apoiar não só uma criança autista, como um aluno com deficiência ou com qualquer outra questão. Esse também é um outro tema em que ainda não chegamos à conclusão nenhuma. A gente ainda não tem uma regulamentação desses profissionais. Muitas crianças deixam de estudar por falta desse profissional na escola.

Eu queria passar a palavra agora para o Prof. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes e aos que estão de forma remota.

Quero cumprimentar as Senadoras Mara Gabrilli e Jussara Lima e também os Senadores e Senadoras que estejam nos acompanhando também de forma remota.

Quero saudar as colegas palestrantes aqui, os expositores, através da Raquel, da Mirla e do Daniel também, que fizeram a fala aqui para nós.

Quero dizer que nós trabalhadoras e trabalhadores da educação básica pública, a CNTE, junto com mais 45 entidades nacionais que compõem o Fórum Nacional de Educação, entre elas a Ubes, a Une e a ANPG, estamos realizando um ato nacional hoje, em defesa da educação pública. Em homenagem ao Dia do Estudante, dia 11 de agosto, nós realizamos um ato em frente ao Ministério da Educação, no horário da manhã, em um forte abraço de pressão ao Ministério da Educação. E hoje à tarde estaremos aqui no Anexo II da Câmara. Estará todo o Brasil aqui presente representado também fazendo um debate e com um documento a ser entregue ao Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela manhã também entregamos um documento e uma pauta de reivindicações da nossa categoria profissional, do movimento educacional brasileiro, ao Ministério da Educação. Entre os pontos, já alguns levantados aqui, nós tratamos da importância de o Estado brasileiro cumprir a Constituição Federal. É vergonhoso você ter uma Constituição que é descumprida de forma absurda, neste país. Por isso chamamos a atenção do MEC sobre o que esta Casa, o Congresso Nacional, aprovou com a Emenda Constitucional nº 53, de 2007, quando determinou, no inciso V do art. 206, da Constituição Federal, que todos os profissionais da educação têm direito ao plano de cargos e carreira. Ainda o inciso V, diz que todos que devem atuar na escola devem ingressar exclusivamente por concurso público.

Nós temos redes públicas de ensino em que 80% do quadro de professores são contratos temporários. Estão terceirizando o portão da escola – quando tem. Muitas vezes não tem profissional no portão da escola. O pipoqueiro é que segura a chave. Está sendo terceirizada a alimentação escolar. Empresas de fora trazem alimentos para dentro escola. Os administrativos da secretaria são indicados ainda por Vereadores ou Parlamentares, fazendo um cargo público, um cargo político. Então, como é que nós vamos cuidar da educação pública do nosso país nesse formato?

O inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal diz que o piso salarial profissional nacional é para os profissionais da educação e diz que esses profissionais da educação têm que ter esse piso com a carreira definida. O parágrafo único do art. 206 determina que uma lei vai caracterizar quem são os profissionais da educação. Essa lei foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2009. A Lei 12.014 caracterizou, no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quem são os profissionais da educação. Então, lá está caracterizado, no inciso I, são as professoras e os professores, desde a formação do normal médio, e aí não tem matrícula, mas está lá na lei ainda; os trabalhadores de educação da área de pedagogia com as funções pedagógicas dentro da escola; e os trabalhadores de educação que são os funcionários administrativos e têm um curso na área da educação ou um curso superior na área da educação. Ao caracterizá-los, eles passaram a ter o direito ao piso e à carreira unificada, e até hoje isso não é praticado pelos municípios e pelos estados.

Eu inicio com essa fala e trazendo aqui também um documento para o Congresso na perspectiva de a gente pensar, de fato, a educação de forma integrada e cuidar do que está na legislação para ser aplicado e ainda das ausências colocadas dentro da educação. Acho que esta audiência pública, ao trazer o debate sobre as equipes multiprofissionais integradas com diversos profissionais, era de fundamental importância para a educação, o que a Raquel, a Mirla, o Daniel e a própria secretária colocaram aqui mostra isso. Além de assistentes sociais, psicólogos, psicólogas, nós precisamos dos fonoaudiólogos também no espaço da escola. A escola precisa de bibliotecários, bibliotecárias nesse espaço para poder fazer um processo, de fato, integrado na formação cidadã dos nossos estudantes. Mas como fazer isso em um país que planejou a educação durante dez anos? Para isso, esta Casa também aprovou o Plano Nacional de Educação, em 2014, que vai acabar em 2024, e terá avaliações de que as suas metas não foram cumpridas, as estratégias não foram aplicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, nós somos provocados para a importância dessa atuação integrada dessas profissões na rede de ensino, mas também somos provocados aqui para pensar quais os caminhos para garantir esse processo. E o caminho já foi levantado aqui, em algum momento, e está dado. Ainda estamos sob a vigência – e esta, sim, é cumprida por todo mundo – da Emenda Constitucional 95, de 2016. O que a Emenda 95 fez conosco? Ela está ainda em vigor. Até 2036, o Estado brasileiro não pode investir além da inflação nas políticas públicas. Acabamos de ter um corte no orçamento da educação! E aí qual foi a justificativa do Governo Lula para fazer o corte? É exigência da Emenda Constitucional 95, de 2016, também aprovada por esta Casa.

Se queremos, de fato, resolver as questões, vamos nos fatos, no caminho que tem que ser. Então, a Emenda Constitucional 95, de 2016, tem que ser revogada, porque, se ela não for revogada, vamos falar da importância que nós temos dentro das escolas, e nunca vai acontecer. Esse elemento, nós precisamos trabalhar.

Hoje, repito, estamos em ato aqui, em frente à Câmara, porque esta Casa andou com a Lei do Sistema Nacional de Educação, e está lá na Câmara! Como é que nós vamos integrar um sistema variado, de mais de quase 6 mil sistemas? São 5.570 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União sem uma Lei do Sistema Nacional de Educação, que estava prevista desde 1988, no art. 23 da Constituição Federal. Além de cuidar de medidas já aprovadas, que impedem a perspectiva de financiamento para educação, nós temos também que cuidar das ausências, como a Lei do Sistema Nacional de Educação, em que está contida a regulamentação do Custo Aluno Qualidade. Não dá para um país decente, um país que quer investir na educação continuar trabalhando com custo aluno ano. Quem define o custo aluno ano é o Ministério da Fazenda, que diz quanto a gente tem para gastar: "Só tem isso". E com isso vai fazer o quê? Então, se nós aprovamos nesta Casa um PNE com o Custo Aluno Qualidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – ... como é que nós vamos garantir a efetivação desse custo? Precisamos articular bem todos os entes federados para poder avançar.

Indo para o terceiro e último ponto sobre a questão do como vamos ter as fontes para o pagamento desses profissionais, é importante também a gente garantir segurança na legislação. O que eu posso afirmar aqui é que essa fonte para pagar assistentes sociais e psicólogos não pode ser da educação. Não pode ser da educação, porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 70, diz que a manutenção e o desenvolvimento do ensino, que estão no inciso I, são para remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação, que estão lá no art. 61 da LDB. Não pode ser pela educação, porque o art. 61 da LDB, que trata da manutenção e desenvolvimento do ensino, no seu inciso IV, diz o seguinte, que não podem ser dos 25% da educação programas suplementares da alimentação, assistências médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social. O inciso VI também impede que, com os 25% da educação, sejam pagos pessoal docente e demais trabalhadores da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse artigo, esses incisos não foram revogados pela lei que autorizou, dos 30% do Fundeb, a pagar psicólogos e assistentes sociais. Então, o Prefeito, o Governador vão se segurar em que lei?

Vão ter que segurança para poder botar o dinheiro e depois o Tribunal de Contas dizer: "Devolva o dinheiro, você pagou de forma indevida"? Então, olhem o tamanho do desafio que nós temos para agrupar e organizar esse processo.

Por isso, finalizo trazendo aqui a posição da nossa confederação. Nós defendemos as políticas integradas. Essa é uma defesa comum. Acho que todos aqui entendem essa importância, mas também nós concordamos e queremos manter o que está nos incisos IV e VI do art. 71 da LDB, porque ali foi que parou aquela mania de botar... Fez pista na frente da escola, botem nos 25% na educação; fez uma praça na frente da escola, botem nos 25% da educação. Então, nós mantemos essa posição dos incisos IV e VI do art. 71.

Por fim, colocamo-nos à disposição, como sempre fizemos, das companheiras e companheiros para encontrar formas de termos o financiamento necessário, de que precisamos – e que tenhamos elas ao nosso lado para podermos fazer o trabalho que deve ser feito dentro da escola —, para deixar o nosso aluno, de fato, em condições de aprender. Para isso, ele tem que comer, tem que ter assistência psicológica e tem que estar na escola todo dia. E essa equipe nos ajuda a manter esse processo. Agora, precisamos, conjuntamente, encontrar formas de fazer esse financiamento para todos, para quem está dentro da educação e para quem precisa chegar para ajudar nesse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa, muito obrigada. Que audiência mais rica! Muito obrigada a vocês pela participação.

E tem mais participação do e-Cidadania.

O Bruno Carvalho, do Paraná, fala: "Mais profissionais das áreas da saúde nas escolas significa maior qualidade educacional e sanitária. Parabéns pela iniciativa". E ele vê o Psicólogo como profissional da saúde. A gente está evoluindo, hoje, já, na nossa audiência.

Edinizia Holanda, do Rio de Janeiro: "Psicólogos e assistentes sociais nas equipes de educação fortalecerão a rede de proteção e mediar acesso às políticas sociais".

Camila Penedo, também do Rio de Janeiro, pergunta: "As equipes multiprofissionais servirão de apoio aos profissionais que atuam [...] ao público alvo como ocorre nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família?".

Cris Mira, de Santa Catarina: "Haverá limitação de quantidade de alunos e quantidade de escolas para cada dupla de psicólogos e assistentes sociais [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beatriz Knippel, do Rio de Janeiro: "[...] como serão armazenados/protegidos os dados das consultas e atendimentos?".

Então, muito obrigada aos nossos participantes do e-Cidadania por perguntas tão pertinentes.

Eu quero passar a palavra agora ao Gabriel Correia, através de videoconferência. Ele é Diretor-Geral de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Senadora, desculpe, antes do Gabriel...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) **–** Claro.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – O pessoal está em ato, desde as 15h, lá, e eu preciso chegará também para fazer parte. Então, daqui a pouco, vou começar a me retirar. Desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) **–** Claro.

Muito obrigada.

O SR. GABRIEL CORREIA (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Boa tarde, Senadora, boa tarde a todos e todas.

Primeiro, quero começar cumprimentando a Senadora Mara e a Senadora Jussara, meus colegas de mesa, demais Senadoras e Senadores presentes, público que nos assiste, e agradecer pelo convite ao Todos pela Educação para a audiência.

Esse é um tema que julgamos fundamental para a educação, fundamental para o bem-estar, para a vida dos estudantes brasileiros, dos profissionais de educação, e é muito importante, de extrema relevância a nosso ver, que o Parlamento siga avançando nessas discussões a respeito dessa lei, da 13.935, aprovada em dezembro de 2019, mas ainda tão incipiente. Como foi falado, o último levantamento diz que apenas 85 dos municípios brasileiros estão realmente cumprindo a lei.

Antes de eu começar a minha fala em si, como tem bastante gente nos assistindo, vou fazer a minha autodescrição. Eu estou aqui na telinha, sou um homem branco de 35 anos, estou de óculos, estou de camisa social rosa e um casaco vinho por cima.

Eu sou diretor de políticas públicas do Todos pela Educação, que é uma organização do terceiro setor que trabalha para apresentar contribuições para o poder público – para o Poder Legislativo, para o Poder Executivo –, para avançar nas políticas públicas de educação, sempre voltado a melhorar a qualidade da escola pública brasileira, do nosso ensino público, que tanto tem a avançar ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadoras, entrando especificamente aqui no tema, acho que vale lembrar que, como já foi falado em outras falas, a demanda por mais apoio psicológico, a demanda sobre essas questões de saúde mental dos estudantes e professores não vêm de agora. Mesmo antes da pandemia, quando fazíamos conversas e até pesquisas representativas com profissionais de educação, essas questões já apareciam com grande prioridade na demanda dos profissionais. Não à toa, a lei que aqui estamos discutindo é de dezembro de 2019, de antes da pandemia. A necessidade de discutir sua implementação só ampliou com a pandemia, esse momento crítico em que tantos estudantes, profissionais, todos nós sofremos muito; e com essa triste explosão da violência escolar, que também já foi tema aqui de outras falas.

Então, esse prazo estabelecido em dezembro de 2019, de um ano, todos nós sabemos que não foi cumprido, e acho que há um consenso de que deveria ter sido cumprido, mas buscar entender os motivos desse não cumprimento é muito importante. Por que isso aconteceu? Acho que esse diagnóstico é fundamental para a gente dar os devidos encaminhamentos ao tema.

Então, tem a questão do financiamento, que é fundamental, falo disso mais adiante. Outro ponto que, no Todos pela Educação, achamos muito importante é a falta de orientações, de regulamentações que avançam na legislação já estabelecida; e o monitoramento, que ainda precisa também avançar muito no nosso país.

Vale lembrar que esses dois primeiros anos de implementação – o primeiro ano em que ela deveria de fato acontecer, 2020, e também 2021 – foram anos pandêmicos, foram anos de pandemia. Depois, 2022, um ano de consolidação do retorno às atividades presenciais em muitas das redes de ensino das escolas, então é um ano completamente atípico em que muito da atenção...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Gabriel, quero só te avisar que, quando você afasta para trás, o volume fica muito baixo, para você ficar mais próximo.

O SR. GABRIEL CORREIA – Muito obrigado, Senadora.

Então, voltando aqui à minha fala – obrigado novamente –, acho que é trazer esse ponto para a gente contextualizar no tempo esse momento e reforçar a importância de, em 2023, estarmos falando dessa lei.

De algumas pessoas – não aqui, porque acho que todo mundo aqui enxerga, vê a importância dessa legislação –, já ouvimos: "Ah, não, isso já é letra morta, já está provado que isso não vai funcionar". Não é verdade. Acho que várias das falas aqui vão nesse sentido também.

No Todos pela Educação temos acompanhado esse debate, e queria trazer alguns pontos de contribuição para o debate nestes próximos minutos que eu tenho, pontos de contribuição para eventuais regulamentações, seja em textos legais, seja em legislações, ou mesmo em regulamentações infralegais –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando do ponto de vista do campo educacional, do próprio Conselho Nacional de Educação, dos conselhos estaduais de educação e assim por diante.

Eu queria reforçar muito nesta minha fala, em função do que conversamos com gestores públicos das secretarias de educação, que as redes de ensino precisam de mais orientações, mais diretrizes de como implementar essa lei, como também já foi dito em algumas falas aqui.

Então, por exemplo, qual é o papel desses profissionais? A Profa. Telma Vinha, professora da Unicamp, fala muito: a atuação dos psicólogos na unidade escolar deve ser escolar e não clínica, não de tratamento. Então, como a gente elabora diretrizes e orientações para esses profissionais promoverem ações coletivas com os estudantes, com os profissionais, com a comunidade escolar, apoiando, aí sim, a identificação de casos mais graves e o encaminhamento desses casos para atendimento externo à escola?

E outra questão muito importante nessas orientações quanto a esse papel dos profissionais é essa visão da intersetorialidade: que haja expansão e fortalecimento dos quadros das equipes multiprofissionais nas escolas, mas também o fortalecimento da rede de atendimento psicossocial, ampliação dos serviços de saúde mental de proteção social básica nos Cras, especialmente nos Creas. Como fazer isso? Como integrar o serviço da educação com o serviço da assistência social? Como garantir o encaminhamento correto quando for necessário? Então, são várias orientações que precisam avançar, orientações que ainda não estão no corpo da lei, que ainda não estão nas normativas infralegais, e que agora a gente tem uma oportunidade de fazer avançar.

E reforço que o Ministério da Educação – uma pena realmente não estarem aqui – tem uma secretaria de articulação com os sistemas de ensino que agora se debruça também sobre as questões de intersetorialidade e, então, pode ser um ator muito importante nessa dimensão.

Outro ponto fundamental é como oferecer formação específica, pré-serviço, para a atuação no contexto escolar desses profissionais. Isso tem sido abordado pelo Consed, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais, isso tem sido abordado pela Undime, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, para que esses profissionais que entrem no contexto escolar estejam formados, tenham uma preparação pré-serviço adequada para atuarem no contexto escolar.

Outro ponto que eu queria reforçar, Senadoras, diz respeito a parâmetros e diretrizes sobre como organizar essas equipes multiprofissionais nas redes. A realidade é muito distinta entre as secretarias de educação no país. Só um dado para a gente ter essa dimensão: um terço aproximadamente das redes de ensino no país tem até 5 escolas; outro terço, de 6 a 15 escolas; outro terço, acima de 15 escolas, chegando em redes de ensino que têm milhares de escolas sob sua gestão. Então, diante de tanta diversidade, como organizar essas equipes? Quais são os parâmetros para o número de profissionais, para números de estudantes e profissionais da educação atendidos? Como é que, dentro de uma rede, esse atendimento deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser priorizado, pelo menos num primeiro momento de implementação? Essas todas são normativas, orientações e diretrizes que precisam ser dadas, porque, a nosso ver, apoiariam a implementação da lei.

Meu penúltimo ponto é sobre financiamento, que já foi tratado. O novo Fundeb foi um avanço extremamente importante que o Parlamento brasileiro ofereceu ao país. Ele vem ampliando de forma significativa os recursos disponíveis nas redes de ensino, é só a gente olhar os números do Fundeb, o valor por aluno/ano total. Só que, primeiro, uma discussão é: como ampliar e como usar esses recursos e, como já foi dito aqui, quais são outras possíveis fontes para que a gente possa oferecer o devido financiamento para a aplicação dessa lei. Então, a análise do impacto financeiro, a análise do dimensionamento dessas equipes, da necessidade de contratação desses profissionais para a gente conseguir avançar e, aí, por fim, o monitoramento: o papel do Parlamento, o papel da sociedade civil e o papel dos órgãos de controle, que são extremamente importantes para monitorar a implementação da lei nos diferentes territórios brasileiros, e não de uma forma simplificada, apenas se a lei está ou não está sendo cumprida. Os próprios órgãos de controle vêm tentando, pelo menos no campo da educação, fazer um controle que ajude a qualificar esses serviços. Então, eu acho que esse diálogo com os órgãos de controle também vai ser muito importante para a gente conseguir efetivar a implementação de uma lei tão importante para as crianças, para os profissionais de educação e para o nosso país.

Para finalizar, agradeço novamente, Senadoras. Agradeço meus colegas de mesa. E aqui, no Todos pela Educação, a gente segue à disposição para o diálogo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Gabriel.

A Profa. Raquel Guzzo gostaria de fazer um comentário e conversar com você.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (Para expor.) – Eu vou ser bastante breve, mas eu acho que este espaço é um espaço de debate. Eu não sei se ele está ouvindo, mas assim a gente tem pouco tempo de debater...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ele está ouvindo.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO – E eu acho que duas coisas ele colocou aqui eu gostaria de enfatizar.

Em primeiro lugar, o perfil do profissional de psicologia que vai trabalhar com o educador, acompanhando – e não atendendo – o desenvolvimento integral das crianças, identificando fatores de risco, identificando fatores de proteção, planejando coletivamente com as comunidades, os familiares e com os educadores ações de prevenção aos problemas. Eu trabalho nas escolas há décadas, escolas municipais. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente sempre ouve a perspectiva das crianças contando do sofrimento que elas vivem, por exemplo, no ambiente familiar, e a gente não pode tratar esse problema na escola. A gente tem que acompanhar a criança e fortalecer a criança para que ela possa se defender e ter instrumentos para essa agressão e essa violência que ela sofre no cotidiano.

Então, quando ele fala: "O que faz o psicólogo?", eu acho que ele está um pouco distante dessa nossa discussão, porque nós temos muita produção. Inclusive, nós estamos combinando aqui de escrever um livro juntas sobre práticas exitosas da psicologia e do serviço social nas escolas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Olhem os frutos da audiência.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO – Nós já fazemos isso, nós já fazemos isso há muitos anos. O problema é que agora está tendo visibilidade.

E a gente tem que entender que o fazer do psicólogo no contexto educacional é diferente do fazer do psicólogo no contexto clínico e é diferente do fazer do psicólogo nas políticas do Suas, completamente diferente, com instrumentos diferentes, com propósitos diferentes. Então, o que faz o psicólogo nós já sabemos. Nós temos informação e nós temos evidências, vamos dizer assim, evidências de sucesso nas nossas ações.

E como organizar as equipes? Eu acho que também existe uma preocupação que já está encaminhada. Nós temos um observatório, o Conselho Federal de Psicologia junto com o Conselho Federal de Serviço Social, sobre as ações de regulamentação da lei, com uma coordenação nacional, que nos mobiliza constantemente a avançar nessa direção, e um *site*. Então, a gente tem um monitoramento constante que a gente vai colocar à disposição sempre que necessário.

E como organizar os grupos?

É óbvio que cada município terá a disponibilidade dos seus recursos. Em Campinas, por exemplo, nós estamos num processo de aprovação de um PL, que a Secretaria Municipal de Educação está encaminhando para a Câmara, para ser votado, que abre 50 cargos de psicólogo – 50 cargos por concurso público –, 50 cargos de psicólogos e 50 cargos de profissionais de serviço social, para uma rede municipal de 208 escolas.

Então é óbvio que o perfil desses profissionais tem que ser diferente, porque são profissionais que têm, vamos dizer assim, uma experiência, na graduação, em estágios profissionalizantes nessa área, que se aprofundaram, por exemplo, em pós-graduações específicas nessa área, especialização, mestrado ou doutorado com essa temática. Não é, assim, o montante de psicologia – eu estou falando da psicologia, predominantemente – é voltado, a formação é voltada, é generalista e ela é voltada para a área, para o contexto da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu supervisiono, há muitas décadas, estagiários para trabalharem com escola, e é um pessoal que chega querendo estar na escola. Então, eles já têm uma trajetória diferente no curso de graduação todo.

Então, eu acho que como organizar as equipes é um outro debate que a gente tem que fazer, depois que a gente tiver claro qual será o financiamento que vai ser implementado para essa discussão. Mas nós já estamos caminhando, viu, Gabriel? Nós já estamos com muita coisa colocada nessa direção, e eu acho que a gente pode se aproximar mais para fazer esse debate de uma maneira mais completa.

Obrigada pelo aparte.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Tá, o Gabriel depois também quer responder.

A Mirla vai falar.

A SRA. MIRLA ÁLVARO CISNE (Para expor.) – É bem rápido.

E não é só em cima da fala do Gabriel, mas assim, eu acho que para enfatizar, tanto o serviço social quanto a psicologia já têm uma trajetória histórica, concreta, efetiva dentro da educação, dentro das escolas.

Quando a gente fala da implementação da lei, é para a gente pensar a dimensão da sustentação política e econômica, para a gente expandir essa experiência que já existe.

E eu queria só também frisar que nós temos parâmetros já escritos pelos nossos conselhos, tanto na psicologia, como no serviço social.

É só pegar aqui para a gente, até entregou à Senadora.

Então, a gente tem subsídios, parâmetros de atuação do assistente social nas escolas, assim também como a psicologia tem. Então, não é uma coisa que a gente precisa saber o que a assistente social vai fazer e a psicóloga. A gente sabe o que fazer; a gente precisa ter condição de fazer.

E, por fim, uma outra coisa aqui para o debate, que seria uma fala diretamente para o Heleno. Eu discordo de que nós não somos profissionais da educação, e por isso, nós não podemos ser financiados pela educação. O que a gente está querendo dizer é exatamente isto: que assistentes sociais não se limitam à assistência social, assim como psicólogos e psicólogas não se limitam à saúde; a gente pode atuar em diversas políticas sociais, inclusive na educação, uma política inclusive que demanda uma interação com outras políticas, como a assistência, como a saúde.

Para finalizar, por exemplo, uma situação de uma criança que sofre abuso sexual, como já foi dito aqui, pode ser identificada na escola. Como a gente vai atuar? Aí a necessidade de integração, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é a gente pensar a responsabilidade aqui também, em nível dos poderes municipal, estadual e federal, e pensar, sim, o nosso lugar nesse Fundeb, porque nós já somos profissionais de educação. A gente não quer vir a ser, nós somos. E nós temos uma trajetória de décadas nessa área.

Agora, isso precisa ser reconhecido, legitimado. Aliás, já foi, porque a lei foi aprovada. A lei está aprovada, do serviço social e psicologia na escola. A gente está falando aqui na sua plena efetivação e expansão objetiva.

Então, eu queria, também, deixar isso registrado, porque já é algo que até nos provoca uma preocupação, porque nós temos referências por escrito de parâmetros tanto do serviço social, como da psicologia na educação. Nós temos lei aprovada que nos legitima como profissionais da educação. Falta ser reconhecido, por exemplo, isso no Fundeb.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, eu vou deixar o Bruno... o Gabriel falar de novo.

Para a Maria Leopoldina aguardar só mais um pouquinho.

Então, Gabriel está com a palavra.

O SR. GABRIEL CORREIA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Obrigado, Profa. Leopoldina, também, pelo aguardo.

Aqui, muito rapidamente.

Eu tentei frisar, na minha fala, só para a gente esclarecer, que eu estava falando mais do que o previsto da política pública, da gestão pública educacional.

Eu não tenho a menor dúvida de que o campo da assistência social, dos psicólogos já sabe e já têm muito acúmulo do que precisa ser feito nas escolas. Mas, quando a gente vai para as secretarias de Educação, que agora se veem na responsabilidade de implementar a lei, esse conhecimento, pelo menos no nosso ponto de vista, ainda não chegou de forma abrangente ao território nacional.

Então, por isso que a gente acha que essa aproximação que está sendo feita aqui, por exemplo, de ouvir diferentes atores é fundamental. Mas, quando você conversa com as secretarias estaduais, com as secretarias municipais, elas precisam conhecer mais esses parâmetros que já existem, essa atuação que já existe para conseguirem aproveitar todo esse trabalho que já está sendo feito.

Então, foi muito mais nessa linha. De forma alguma, quero dizer que a gente precisa pensar e inventar, no Brasil, o que psicólogos e assistentes sociais fazem nas escolas, mas como a gestão pública na educação consegue beber disso para implementar de forma efetiva a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De toda forma, agradeço aí os comentários das minhas colegas de mesa, que ajudam a contribuir demais para o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Gabriel.

E, agora, eu quero dar a palavra a Maria Leopoldina Veras Camelo, que é Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Ela vai entrar por videoconferência.

A SRA. MARIA LEOPOLDINA VERAS CAMELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, eu quero parabenizar as Senadoras, a Senadora Zenaide, que saiu, e as que estão aí, as Senadoras Jussara e Mara, pela importância do tema.

Vou falar um pouquinho sobre a realidade da rede federal.

A rede federal foi instituída pela Lei 11.892, de 2008, que cria os institutos federais, que são oriundos das antigas escolas técnicas, agrotécnicas, Cefets e Colégio Pedro II.

Então, hoje nós somos 41 instituições e estamos com 633 *campi* em todo o país.

Nós fazemos o que aqui foi repetido, por diversas vezes, uma educação com formação integral.

Então, a nossa preocupação é que o nosso aluno... Cinquenta por cento das nossas vagas são destinadas à educação básica e a nossa preocupação é com o nosso aluno, para que ele tenha uma formação integrada e integral, que, além da formação com o conhecimento necessário, nós tenhamos aí, também, uma formação cidadã, uma formação humana dos nossos estudantes.

Então, nosso contexto percorre essas discussões que foram aqui colocadas. Para nós, da rede federal... E aí eu digo: eu estou observando o quanto nós estamos à frente em relação ao que está sendo discutido neste momento, Senadoras, porque, para nós, da rede federal, nós trazemos no nosso contexto, na nossa concepção, que cada uma das 633 unidades, hoje, que são *campus*, tem que ter profissionais da educação, que nós... e são considerados profissionais da educação – e aqui eu ratifico a fala de Mirla – tanto psicólogos como assistentes sociais, e isso vai muito além, com nutricionistas, assistentes sociais, então, é uma série de profissionais que vão compor a equipe multiprofissional das nossas unidades.

Hoje, a maior parte das nossas unidades contêm, na sua equipe, profissionais dessas áreas. Eles são indispensáveis, porque o processo de formação do nosso aluno não se deve exatamente – como foi repetido, e nós sabemos muito bem disso –, não depende apenas do professor. Vai muito mais além. Então, a necessidade desses profissionais dentro das instituições educacionais é crucial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em relação ao que foi colocado aqui, o que esse profissional faz? Como essas equipes, elas estão integradas dentro das unidades? Para nós, isso está muito claro. Como foi dito por Mirla, já tem parâmetros, nós já seguimos. Por exemplo, eu vou citar aqui, um profissional da psicologia não vai atuar de modo clínico; ele tem uma atuação bastante ampla. Ele participa de reuniões pedagógicas, reuniões de coordenação, ele faz formação dos estudantes com temas diversos, da gravidez, de drogas, ele participa da equipe multiprofissional com atendimento educacional especializado para perceber as questões daquele aluno que tem uma necessidade educacional específica, orientando os pais, participa das reuniões de pais mestres. Então, a atuação dele é bem ampla nesse contexto.

Há, ainda, que se colocar também a necessidade desse profissional na equipe de qualidade de vida e de trabalho dos nossos servidores, porque ele também tem um papel, não só com o cuidado com o aluno e na formação do aluno, mas também o cuidado com a equipe educacional da instituição. Então, aqui, nós hoje já estamos passando por uma situação de que um profissional não é suficiente para as nossas unidades, porque ele não consegue dar conta da demanda existente no contexto de uma unidade, por exemplo, de um *campus* com 1,2 mil alunos. Então, a gente percebe que este momento dessa discussão é, realmente, para ratificar o quanto é importante, o quanto é necessário.

O processo de ensino e aprendizagem requer o envolvimento desse profissional desde o momento em que você tem uma discussão. Esse aluno, para chegar à instituição, precisa de um auxílio estudantil. Então, quem vai fazer análise do perfil socioeconômico é um assistente social. É ele que vai analisar a documentação, é ele que visita aquele aluno para saber se realmente ele precisa desse aporte financeiro, que envolve alimentação escolar, um auxílio alimentação, envolve um auxílio transporte. Nós não somos formados – eu sou professora, eu não sou formada, por mais que, como licenciada, eu tenha tido psicologia da aprendizagem, psicologia da adolescência –, nós não somos profissionais específicos para poder fazer esse trabalho, que é da área específica desse profissional.

Então, ele atua, além de tudo que eu já falei anteriormente, nesse cuidado para identificar quem são esses alunos que precisam dessa questão necessária para que ele possa acessar a instituição, dessa questão necessária para que ele possa acessar a instituição, dessa questão necessária para que ele permaneça na instituição e tenha aí, o que a gente espera, uma saída exitosa.

Então, ele faz parte de todo o rol necessário para que nós tenhamos uma educação que venha a atender realmente aquilo que tem de necessário, que é o direito do estudante – que é o dever do Estado –, ter uma formação integral. Ele cuida, ele ajuda, ele não vai clinicar – ele não tem condições –, mas ele recebe o aluno, percebe que aquele aluno precisa de um acompanhamento mais específico, seja propriamente de um pedagogo, seja de um reforço dentro da instituição, seja de um atendimento clínico. E aí ele faz o encaminhamento, chama o pai, conversa, faz o encaminhamento.

Então, aqui eu só venho dizer para vocês que hoje isso faz parte da nossa realidade nos institutos federais. Não estamos com o número que nós desejamos, mas nossas unidades em sua grande maioria têm,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e por isso, Senadoras, eu aproveito o momento para dizer para vocês que nós estamos com o projeto de lei... eu já estive até com a Ministra Esther, como Presidente do Conif, porque nós temos um projeto de lei que está em andamento em que constam 6.354 novos cargos especificamente para essas áreas. Dentre eles estão: assistente social, psicólogo, nutricionista, enfermeiro, médico, pedagogo, assistente de aluno.

Então, isso faz parte... E a nossa luta agora é para que esse PL ande, e a gente consiga aprovar isso o quanto antes, porque a demanda existe, e nós precisamos fazer o nosso trabalho com a responsabilidade que ele requer.

Então, eu me coloco totalmente à disposição das Senadoras, para a gente poder aprofundar esse diálogo, para a gente poder dizer o que a gente já faz um pouco dentro da nossa realidade enquanto rede federal, porque para a gente isso já está, digamos assim, amadurecido. O quanto são importantes esses profissionais, porque eu acrescento: a Senadora Mara colocou que ainda não discutiram sobre os outros profissionais, mas da mesma forma que a gente está discutindo aqui sobre a psicologia, o psicólogo, o assistente social, eu digo da importância do nutricionista, que vai perceber... o assistente social percebe a necessidade daquele aluno que está subnutrido, que está desnutrido, ele informa – muitos dos nossos alunos encontram nas nossas instituições a sua melhor refeição. O nutricionista tem que ter conhecimento disso, fazer uma alimentação balanceada.

Então, a gente percebe que esse trabalho que as Senadoras estão fazendo de poder colocar, fazer com que a lei seja, de fato, concretizada, que ela seja efetivada, só vai melhorar o processo da educação no nosso país.

Não se pode falar em educação, tratando os diferentes como iguais, a gente tem as particularidades. E hoje nós chegamos a um patamar em que um profissional por unidade já não é suficiente. Então, nós temos unidades maiores, com 3 mil alunos, que já têm dois psicólogos, que já têm dois assistentes sociais, porque a demanda é elevada.

Você tem casos... eu vou lhe dar um exemplo para poder não tomar muito tempo. Eu, antes de estar reitora, era diretora de ensino e tinha um aluno que tinha um comportamento pelo qual, pela instituição, ele deveria ser expulso. E a gente buscou esse menino para ser um bolsista, e ele ficou comigo na direção de ensino. E aí a assistente social... Eu disse: "Vamos investigar a vida desse menino?". Quando a gente foi ver: mãe solo, ele era o mais velho e fazia o papel de pai, vinha de bicicleta de uma distância enorme até onde ele pudesse pegar um ônibus para chegar na escola. Então, é claro que isso gera uma revolta nesse aluno.

Como é que eu vou saber disso? Eu, como professora em sala de aula, com um monte de tarefa para fazer, com um monte de atribuições? Quem tem que fazer isso é um profissional de área específica, que tem conhecimento, que tem propriedade para identificar e dizer para a gente: "Olha, vocês têm que cuidar desse aluno. Ele é diferente. Ele tem que ter um acompanhamento diferenciado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, eu deixo aqui todo o meu apoio, enquanto professora, educadora e defensora da educação, por estar Presidente do Conif, e dizer que esse é o caminho. A gente tem que trabalhar para que isso se concretize.

O meu muito obrigada pela atenção.

Estamos juntas nesse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Profa. Maria Leopoldina.

Eu queria agradecer a todos.

Eu queria dizer também que a gente percebeu, por exemplo, pela fala do Gabriel, que mostra o quanto é lamentável a ausência do MEC aqui. Estados e municípios não sabem como lidar com isso, e o MEC tem que liderar esse processo com diretrizes macro. A gente não pode ficar sem isso. E agora, infelizmente, no início de agosto, houve um bloqueio de verbas de educação pelo Governo Federal. Os cortes atingem alfabetização, transporte escolar e bolsas de estudo. É um corte no valor de 332 milhões. Então a gente ainda tem que lidar com isso.

Eu queria agradecer a todos – agradecer muito a nossa Senadora Jussara e agradecer demais a presença de vocês, Profa. Raquel e Profa. Mirla. Muito obrigada a vocês também pela participação e a todos que participaram da vídeoconferência, no formato remoto. Obrigada, Secretário.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro, Omar Aziz, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Wilder Morais, Izalci Lucas e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Weverton, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Ana Paula Lobato e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência registra a presença de: Lindomar Tiago Rodrigues, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Alexandre Reis de Carvalho, Promotor de Justiça Militar; Ruy Reis Carvalho Neto, Promotor de Justiça (MPDFT); Antonio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar; Darlan Airton Dias, Procurador da República; Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho; César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Ivan Sérgio Camargo dos Santos, Procurador do Trabalho; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador Regional do Trabalho; Norma Angélica Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça da Bahia; Carlos Fernando Mazzoco, Procurador Regional da República; José Antonio Vieira de Freitas Filho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e da Procuradoras do Trabalho (ANPT); Paulo Celso Ramos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá; Judite Teles, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Amapá; Joel Chagas, Procurador de Justiça do Estado do Amapá; Michel Jk, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá; Paulo Martins, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amapá; Ubiratan Cazetta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Valter Souza Pugliesi, Vice-Presidente da ANAMATRA; Romão Ávila, Secretário-Geral da CONAMP; Isabella Simões, Defensora Pública e Secretária-Geral da DPU; Thiago Parry, Defensor Público Federal e Assessor–Chefe de Relações Governamentais da DPU; Danuta Calazans, Procuradora Federal (AGU); Oberlan Rabelo, Procurador Federal (AGU); Fábio de Souza, Procurador-Geral do MP de Santa Catarina; Antonio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar; Nelson Alves, Presidente da Associação dos Juízes Federais (AJUFE) e Fabrício Mingati, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP). Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 3, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 4, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, por unanimidade, com 22 votos favoráveis. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 5, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 7, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 8, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MOACYR REY FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MOACYR REY FILHO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 9, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ÂGELO FABIANO FARIAS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis e 1 abstenção. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 10, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, com 21 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 11, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, por unanimidade, com 22 votos favoráveis. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 12, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, por unanimidade, com 22 votos favoráveis. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 35, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, com 20 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/11

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Queria cumprimentar os nossos assessores da Comissão de Constituição e Justiça na pessoa do Dr. Ednaldo, os nossos secretários, servidores e assessores dos Senadores que estão, aqui, presentes; cumprimentar a imprensa, aqui presente.

Vamos iniciar a nossa reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 17ª Reunião, Ordinária.

Os Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 10.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Senador Weverton, agradecer ao Senador Lucas Barreto, ao Senador Marcio Bittar e ao Senador Omar Aziz que, na última semana, fizeram a leitura dos relatórios apresentados pelos Senadores em relação aos sabatinados da reunião de hoje e, dentro do acordo de procedimento, foi dada vista coletiva para cumprir o rito regimental.

Então, eu queria agradecer a todos os Senadores que participaram desta última reunião, a 17ª Reunião da Comissão, em que nós fizemos a leitura e a apresentação dos relatórios dos ora sabatinados para o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Defensoria Pública Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência esclarece às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a votação será, obrigatoriamente, presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, estando uma urna no corredor e outra aqui dentro da sala. (*Pausa.*)

Eu gostaria de convidar os indicados, que estão no gabinete da Presidência da Comissão, para a reunião de arguição na Comissão de Constituição e Justiça.

Convido o Dr. Paulo Cezar dos Passos, pela indicação do Ofício nº 3.

Item 1.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Dr. Paulo, está bem aqui. Fique à vontade!

Item 2.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

E já aproveito para convidá-lo para que ele possa se encaminhar aqui para a mesa da Comissão.

Aqui, Dr. Comin.

Item 3.

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, amapaense, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

O Relator da matéria é o amapaense Senador Lucas Barreto.

Seja bem-vinda, Dra. Ivana!

Por gentileza!

Item 4.

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Item 5.

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 8, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MOACYR REY FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Dr. Moacyr, lá do outro lado.

Item 6.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial. (*Pausa.*)

Item 7.

ITEM 7

OFÍCIO "S" N° 10, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Dr. Edílio, é lá do outro lado, ali.

Item 8.

ITEM 8

OFÍCIO "S" N° 11, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Aqui, Dr. Pablo.

Item 9.

ITEM 9

OFÍCIO "S" N° 12, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Dr. João, aqui.

Item 10.

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Para inquirição dos candidatos, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Presidente Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o relatório sobre os aspirantes a cargos no Conselho Nacional do Ministério Público e na Defensoria Pública já foi lido aqui. Nós pedimos vista coletiva...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Todos os relatórios foram muito bem elaborados, principalmente o relatório do Senador Lucas Barreto, que fez o relatório da nossa companheira da nossa região, a Região Norte, que muito nos honra com sua presença.

Já conhecendo todos os relatórios e todas as pessoas que estão aqui hoje, eu pediria a V. Exa. que abrisse a votação. Como se trata de muitos e nós temos outras Comissões em funcionamento neste momento, faço essa solicitação a V. Exa. para que a gente possa participar das outras Comissões e possa votar aqui também presencialmente.

É uma questão de ordem que faço a V. Exa. para que nos ajude nesse sentido.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Quero apenas corroborar a proposta do Senador Omar Aziz, nosso querido e digno representante da Amazônia: essa metodologia vai ser melhor, Presidente Davi. Já lemos os relatórios e ainda hoje tem Comissão, tem CPI das ONGs daqui a pouco... Aliás, eu espero V. Exa. na CPI das ONGs, a sua listinha lá, tá?

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer uma observação e uma ponderação.

De fato, hoje nós fizemos essa reunião de maneira extraordinária, porque naturalmente as reuniões ordinárias da nossa Comissão acontecem às quartas-feiras. Nós antecipamos para terça-feira para tentar atrair para Brasília quórum mais qualificado para deliberarmos tanto na Comissão quanto no Plenário ainda hoje. Esse é o desejo, Senador Marcio, Senador Jader, Senador Omar, desta Comissão e do Presidente da Casa. Então, se nós tivermos um quórum qualificado lá no Plenário, nós vamos deliberar ainda hoje, é uma orientação do Presidente Rodrigo Pacheco e uma solicitação de vários Senadores. Então eu trago ao conhecimento da Casa, dos nossos convidados, dos ora sabatinados esse desejo da Presidência da Casa e também, naturalmente, da Presidência desta Comissão.

Diante da argumentação do Senador Omar e diante, hoje, da reunião convocada de maneira extraordinária para terça-feira, provocando de fato um conflito, Senador Marcio – V. Exa. está certo –, com outras Comissões que estão funcionando no mesmo horário, eu vou determinar, conforme solicitação, a abertura do processo de votação para aqueles Senadores que solicitaram e que já têm convicção formada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação aos ora sabatinados aqui na reunião de hoje. Então eu vou abrir para aqueles... Eu tenho alguns Senadores que estão pedindo para aguardar porque querem ouvir as explanações e fazer suas ponderações e a sua arguição, mas vou respeitar o direito daqueles que já têm opinião formada e determinar à Secretaria que possa abrir, diante da solicitação de vários Senadores – diga-se de passagem que não foi só o Senador Marcio, o Senador Lucas e o Senador Omar que solicitaram esse encaminhamento, mas também outros Senadores. Então eu vou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor não precisa do meu aval, mas, se precisasse, teria, o que é muito raro... (*Risos.*)

Mas depois que eu ouvi que o seu amigo de infância pediu, eu peço também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós já fizemos as pazes, Amin, está tudo tranquilo já!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só falei "amigo de infância", não falei sobre desencontros nem reencontros. (*Risos.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Essa resposta do Presidente já mostra que a coisa está boa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade, está tudo tranquilo.

Então eu solicito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esperar a próxima briga para falar que sou amigo de infância.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, está tudo tranquilo.

Então eu solicito à Secretaria que abra a votação. Aqueles Senadores que estão convencidos das indicações e já têm um juízo de valor formado em relação ao seu voto estão autorizados pela Presidência da Comissão a exercerem o seu direito de voto.

Eu vou conceder a palavra para o primeiro inscrito, Dr. Paulo Cezar dos Passos, para sua exposição.

Dr. Paulo, o senhor tem dez minutos. Se o senhor desejar mais um tempo, a gente vai prorrogar, mas estou percebendo que há ambiente para a gente dar celeridade nesta reunião da Comissão, então peço a V. Sa. que possa cumprir o tempo regimental.

O SR. PAULO CEZAR DOS PASSOS (Para expor.) – Bom dia a todas as Senadoras, a todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre; cumprimento o meu Relator, Senador Marcio Bittar, a quem muito agradeço todo o apoio; cumprimento aqui também todos aqueles que estão comigo nesta sabatina, em nome de todos, Ivana, que caminha conosco; os Srs. Procuradores e Procuradoras-Gerais de Justiça, e o faço na pessoa do Procurador-Geral do Pará, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores, César Mattar, que aqui se encontra, e da Procuradora-Geral da Bahia, Dra. Norma Angélica.

Por indicação dos Procuradores e Procuradoras-Gerais, eu tive, juntamente com o Fernando Comin e a Ivana, a honra de representar o Ministério Público dos estados no Conselho Nacional do Ministério Público, na forma da Lei 11.372, de 2006. O Conselho Nacional do Ministério Público atua em prol do cidadão, executando a fiscalização do Ministério Público brasileiro, fiscalização administrativa, financeira, disciplinar dos membros do Ministério Público, criado pela Emenda Constitucional 45, instalado em junho de 2006, aqui em Brasília.

O Conselho Nacional é formado por 14 membros, presidido pelo Procurador-Geral da República, composto por 3 membros do Ministério Público dos estados, 2 juízes, indicado um pelo Supremo Tribunal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça, 2 advogados indicados pela OAB e 2 cidadãos de notório saber jurídico, um indicado por esta Casa e outro pela Câmara dos Deputados.

Eu sou natural de Pereira Barreto, Estado de São Paulo. Resido em Campo Grande desde um ano de idade, desde 1969, hoje capital do Mato Grosso do Sul. Meus pais foram pouco alfabetizados. Quando mudamos para Campo Grande, fizeram, e tenho honra em dizer isto, Mobral, concluíram os estudos. Meus pais completaram 60 anos de casados e conseguiram vencer na vida. Meu pai é um dos advogados mais antigos do Estado de Mato Grosso do Sul e minha mãe passou a vida toda na educação, sendo diretora e professora.

Eu comecei a trabalhar muito novo, com 14 anos. Fui *office boy*. Fiz faculdade de Direito, fiz mestrado, doutorado. Tive a honra de ser Defensor Público no Estado de Mato Grosso do Sul. Tive a honra de ser aprovado em concurso da magistratura, mas a minha opção sempre foi o Ministério Público e ingressei no Ministério Público de Mato Grosso do Sul em 1992.

Passei por comarcas de fronteira, e até ouvi o Senador Omar há pouco falando, e é um problema. Mato Grosso do Sul faz fronteira seca com Paraguai e Bolívia e é um problema sério da criminalidade organizada.

Enfim, no Ministério Público de Mato Grosso do Sul, atuei por várias comarcas. Na capital, Campo Grande, fui por 15 anos Promotor do Tribunal do Júri. Fiz mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CEZAR DOS PASSOS – ... de mil juris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a honra de ter sido presidente da associação, Procurador-Geral de Justiça por quatro anos, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e, desde 14 de dezembro de 2021, integro o Conselho Nacional do Ministério Público.

Nesse período no Conselho Nacional, nós podemos ver os acertos e os erros do Ministério Público brasileiro. E nessa visão que todos que compõem hoje o Conselho Nacional do Ministério Público têm, nós temos o compromisso com esta Casa, com o Ministério Público, com a sociedade brasileira de buscar o aperfeiçoamento da nossa instituição.

Sabemos da importância do Ministério Público, sabemos das suas virtudes, mas também temos consciência dos eventuais defeitos de uma instituição que é fundamental para a democracia e para a República e da necessidade do aperfeiçoamento dessa instituição. Com essa visão, que compartilho com todos aqueles que comigo dividiam e dividem este mandato e aqueles que, se esta Casa e o Plenário aprovarem, dividirão um eventual segundo mandato, faremos o melhor para o Ministério Público brasileiro.

Por fim, vou me colocar à disposição de cada um dos senhores e das senhoras para qualquer esclarecimento, mas principalmente o meu compromisso com cada um dos senhores e das senhoras de fazer aquilo que eu posso de melhor para o engrandecimento da instituição que eu abracei há 32 anos e por aquilo que eu acredito.

Para finalizar, queria cumprimentar quem me assiste virtualmente, o meu Procurador-Geral, Alexandre Magno, Procurador-Geral do Mato Grosso do Sul, e meus diletos amigos que aqui se encontram: Fabrício Mingati, Presidente da minha associação; Romão Ávila, Procurador-Geral Adjunto; e Lindomar Tiago, Promotor que me auxilia lá no Conselho Nacional.

E, por fim, um cumprimento especial a uma pessoa que admiro e respeito muito, que é o Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, e ao Presidente Murrieta, da Conamp, e ao Presidente Ubiratan Cazetta, da ANPR e da ANPT, da mesma maneira.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, meu querido Relator, meu dileto amigo, me coloco aqui à disposição e espero ter cumprido o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Apenas para uma breve explanação. Eu sou paulista de nascimento, acriano por opção desde dez anos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tenho um imenso carinho por Mato Grosso do Sul, estado que acolheu minha família em 1975. Minha mãe mora no Mato Grosso do Sul. Eu vi o estado também nascer, assim como o Dr. Paulo também. Somos paulistas de nascimento.

E como o Mato Grosso do Sul não tem um representante na CCJ, eu acabei sendo instado a fazer esta relatoria. Queria lhe agradecer, porque na ocasião, eu lhe liguei, como nosso Presidente, pedindo que me designasse.

Então hoje para mim é uma honra ver provavelmente, com certeza, o Dr. Paulo sendo aprovado para sua recondução. Nós já tivemos oportunidade de conversar em meu gabinete por algumas vezes, e eu já manifestei a ele e a todos que estão aqui agora uma preocupação que tenho.

Dou a maior importância ao Ministério Público Estadual, Federal. Eu só acho, principalmente como amazônida, e aqui nós temos Omar Aziz, que conhece muito sobre a Amazônia, Davi, Lucas... Preocupa-me um pouco, porque eu acho... Oh, desculpa, perdão, o Jader.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É porque como ele conhece muito mais do que a gente, você deixou para falar por último dele.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – É... Inclusive eu disse a ele uma vez, estou até lendo um livro que ele me sugeriu, que é o acordo... porque muitas pessoas fazem questão de esquecer que houve um acordo lá atrás entre a Alemanha nazista e a União Soviética comunista. Nelson Rodrigues mencionou esse acordo, não é?

E eu lembro, quando era garoto, no Mato Grosso do Sul, a primeira eleição da qual eu participei, como militante, como eleitor do MDB, ajudando o Dr. Wilson Barbosa Martins, que foi seu colega, o Jader já se elegia Governador do Estado do Pará. E eu lembro que a gente comemorava. Era a eleição da democracia, contra a Arena, o PDS na época e tal. A gente comemorava...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem foi a Polônia nesse acordo aí de vocês?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, eu fui a União Soviética. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque o da União Soviética com a Alemanha foi assinado no dia 23 de agosto de 1939 e resultou sabe no quê? Na liquidação da Polônia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, eu quero saber, nesse acordo de vocês, quem foi a Polônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não, e na verdade a divisão do planeta como é hoje ainda tem a ver com aquilo que aconteceu lá atrás.

Mas, Sr. Presidente, eu só, para terminar isto, tive um dos maiores orgulhos, honra. Fiquei emocionado. A roda da história vira, vira, vira, eu me elejo Deputado Federal em 1998, aí eu vou ao Plenário aqui, em 1999, e encontro Franco Montoro, Governador eleito do Estado de São Paulo em 1982, era Senador da República, não era, Jader? Foi teu colega. Eu encontro com ele na Câmara Federal, Deputado Federal, um cristão maravilhoso, um democrata, assim como o Jader.

Perdão por ter esquecido, tá?

Mas eu já disse lá, Presidente, da preocupação que tenho, apenas uma, não quero fazer disso um debate agora, mas nós temos várias obras paradas na Amazônia. A Ferrogrão está parada, a BR-364, que liga, é a única estrada que liga o Acre ao Brasil. Ela ficou parada durante mais de cinco anos no trecho Porto Velho-Rio Branco, porque uma ONG levou, na época, o Chico Mendes a Washington, num movimento de pressão para o Banco Mundial, e com o apoio de algumas ONGs, ela foi parada com o apoio do Ministério Público Federal por mais de cinco anos, não é?

Agora, no Acre, por exemplo, tem uma obra que é fundamental para nós, assim como lá no Mato Grosso do Sul tem uma que também é transoceânica, que é a ligação de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá.

No decreto de criação da reserva do Parque Nacional da Serra do Divisor já constava que ali passaria a BR-364, 20km. Algumas ONGs, mais uma vez, entraram no Ministério Público Federal. Claro, o Ministério Público Federal não proíbe, mas exige uma série de coisas, de normas, de protocolos, que, na prática, acabam sendo uma proibição, no que eu acho que é uma ação que acaba interferindo nas políticas públicas que quem deve elaborar, executar, são aqueles que se elegem como Prefeitos, Governadores e o Presidente da República. Mas sobre isso eu já tive a oportunidade de conversar com esse grupo de pessoas lideradas pelo Dr. Paulo, que também é uma pessoa que tem relações no Mato Grosso do Sul as quais eu prezo muito.

Quero aqui apenas dizer que para mim foi uma honra, Dr. Paulo, ser o seu Relator, receber-lhe. É uma maneira de retribuir um pouquinho o que o Mato Grosso do Sul já fez por mim e pela minha família. Inclusive, eu tenho uma irmã, professora, doutora, da UCDB, que tem escolas no Mato Grosso do Sul com o nome dela. Ela já faleceu, de câncer, um tempo atrás.

Então, Presidente Davi, muito obrigado por ter acatado o meu pedido para relatar essa recondução do Dr. Paulo. Estou satisfeito e honrado de ter podido ajudar alguém que está sendo indicado e que mora, que habita, no Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Pablo Coutinho Barreto para a sua exposição.

O SR. PABLO COUTINHO BARRETO (Para expor.) – Bom dia, Exmas. Sras. e Srs. Senadores. É com grande honra e gratidão que me dirijo a V. Exas. neste momento.

Em primeiro lugar, quero expressar os meus cumprimentos ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, e transmitir-lhe meu profundo agradecimento pela oportunidade de estar aqui, assim como pela atenção dedicada ao processo de minha indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Gostaria, também, de estender os meus agradecimentos ao Exmo. Sr. Senador Angelo Coronel, conterrâneo do interior da Bahia, pelo inestimável auxílio e apoio ao longo de toda essa jornada. Suas palavras amáveis em seu relatório foram um estímulo e uma fonte de motivação para mim.

Neste momento, desejo expressar a minha sincera gratidão às Sras. e aos Srs. Senadores pela calorosa recepção que recebi durante os nossos encontros nos gabinetes e corredores desta Casa. Sou grato pela generosidade com a qual consideraram a minha indicação para essa posição de relevância e responsabilidade.

Quero fazer um agradecimento especial ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, pela confiança que depositou em mim ao me indicar para integrar o Conselho Nacional de Justiça. É uma grande honra e responsabilidade representar os anseios e interesses da população que tenho o compromisso de servir.

Com a permissão de V. Exa., Sr. Presidente, gostaria de fazer um breve relato sobre a minha trajetória pessoal e profissional complementando o parecer do Senador Angelo.

Sou filho de Adelino Coelho Barreto, comerciante, e de Maria das Graças Coutinho Barreto, professora. Sou casado com Leila Mascarenhas e pai da Sofia e da Alice Barreto. A eles devo a minha orientação, integridade, alegria de viver e a motivação para lutar por um Brasil melhor.

Nasci em Piritiba, cidade localizada no interior da Bahia, onde tive o privilégio de receber minha formação educacional, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Foi lá que aprendi os valores fundamentais que me orientam até hoje.

Em Salvador, obtive o diploma em Direito pela Universidade Federal da Bahia e também concluí curso de especialização. Buscando aprimorar meus conhecimentos, cursei mestrado na Universidade Federal de Sergipe, obtendo o título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciei minha carreira profissional como advogado na iniciativa privada, motivo pelo qual tenho muito orgulho, e, posteriormente, na Advocacia-Geral da União. Em seguida, ingressei na carreira do Ministério Público Federal, por meio de concurso de prova e títulos, no ano de 2004.

Ao longo desses mais de 19 anos, desempenhei minhas funções nas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, atuando nos Estados do Espírito Santo, de Pernambuco, de Sergipe, da Bahia e de Minas Gerais e no Distrito Federal.

A minha experiência no Ministério Público Federal foi enriquecedora e diversificada. Tive o privilégio de trabalhar em todas as áreas temáticas do MPF, o que me proporcionou uma visão abrangente e a compreensão ampla dos desafios enfrentados pelo sistema de Justiça brasileiro.

Além disso, ocupei diversos cargos nos órgãos superiores do Ministério Público Federal e do Conselho Nacional do Ministério Público, desempenhando funções como Secretário de Perícia, Pesquisa e Análise do Gabinete do Procurador-Geral da República, Corregedor Auxiliar da Corregedoria do Ministério Público Federal, Procurador-Chefe, Procurador Regional Eleitoral, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão e Membro Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, entre outros. Essas experiências permitiram que eu contribuísse para o aprimoramento do nosso sistema de Justiça.

Durante toda a minha trajetória profissional, busquei exercer minha função com excelência, pautado pela ética, pela imparcialidade e pela transparência. Tenho plena consciência de que o cargo para o qual fui indicado requer uma atuação equilibrada, independente, imparcial e comprometida com o bem comum.

Assumo, portanto, o compromisso de desempenhar meu papel em conformidade com os preceitos constitucionais, buscando soluções que promovam o consenso, o diálogo institucional, a independência dos Poderes e o absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais. Acredito firmemente que o diálogo construtivo e a cooperação interinstitucional são fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento do Poder Judiciário.

Nesse sentido, asseguro a todos os Senadores e Senadoras que trabalharei incansavelmente em parceria, buscando soluções que promovam o desenvolvimento do sistema de Justiça e beneficiem o povo brasileiro. Estarei aberto ao debate, às críticas construtivas e à troca de ideias, pois entendo que é por meio desses processos que fortalecemos nossa democracia e garantimos uma Justiça efetiva e inclusiva.

Renovo, neste momento, o meu compromisso inabalável com a defesa da ordem jurídica, dos valores democráticos, dos direitos humanos e da justiça social.

Minha atuação será sempre pautada pela busca de soluções para os desafios enfrentados pelo Poder Judiciário, contribuindo para alcançar os objetivos constitucionais de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, caso tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, dedicarei todos os meus esforços para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário brasileiro, o fortalecimento do controle da atuação administrativa e financeira e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Agradeço a todas as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores e coloco-me à disposição de V. Exas. para responder às perguntas e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir.

Comprometo-me a servir, com diligência e dedicação, visando a uma Justiça cada vez mais acessível, transparente e eficiente.

Gostaria, finalizando, de agradecer a presença de todos aqui e àqueles que nos assistem pelo YouTube, e de cumprimentar todos, por fim, na pessoa do meu irmão aqui presente, Antonio Queiroz Barreto, Subsecretário de Regularização e Fiscalização Fundiária da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Pablo.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando da Silva Comin.

O SR. FERNANDO DA SILVA COMIN (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar, inicialmente, V. Exa., Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça e grande líder político do nosso país, Senador Davi Alcolumbre, que muito nos acolhe neste momento, com toda a sua liderança e a sua diplomacia.

Muito obrigado.

Quero cumprimentar também todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes, Senadores da República, em especial o Senador Esperidião Amin, que foi o Relator da nossa indicação e, quiçá, um dos maiores líderes políticos do Estado de Santa Catarina e do nosso país, o Senador Amin, que nos orgulha muito com a sua trajetória intacta, ética e comprometida com o bem comum.

Quero cumprimentar, também, todos os procuradores-gerais de Justiça aqui presentes nas pessoas de: Dr. César Bechara Mattar, Presidente do CNPG; Dr. Fábio de Souza Trajano, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Dr. Mario Sarrubbo, Procurador-Geral de São Paulo; Dr. Paulo Celso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurador-Geral do Amapá; Dr. Antônio Duarte, Procurador-Geral Militar; Dra. Norma Cavalcanti, Procuradora-Geral da Bahia; e todos os demais que, porventura, estejam aqui presentes.

Quero cumprimentar todos os Presidentes da Associação, na pessoa do Dr. Manoel Murrieta, Presidente da Conamp, e do meu querido amigo Alexandre Estefani, grande liderança do Ministério Público catarinense.

Não posso deixar de cumprimentar também, Sr. Presidente, aqueles amigos que vieram de Santa Catarina para nos prestigiar: o Prefeito da capital do nosso estado, o Prefeito Topázio, que está chegando; o Prefeito João Rodrigues, de Chapecó; o Prefeito Pacheco, de Concórdia; os meus queridos amigos, Deputada Estadual Paulinha, uma amiga querida de longa jornada; Deputado Darci de Matos; e todos os demais indicados, de uma maneira muito especial aqui, que compartilham comigo deste momento e, sobretudo, a Dra. Ivana Cei e o Dr. Paulo Passos, que, juntamente comigo, foram indicados pelo CNPG, pelo Ministério Público dos Estados.

Meu nome é Fernando da Silva Comin. Eu sou nascido em Rio Negro, no Paraná, mas tenho o Estado de Santa Catarina como a minha terra. Eu ingressei no Ministério Público no ano de 1997, como estagiário, e, desde então, toda a minha trajetória profissional se desenvolveu no Ministério Público de Santa Catarina.

Fui estagiário; posteriormente fui voluntário no Ministério Púbico daquele estado; passei no concurso no ano de 2001, ingressei na carreira do Ministério Público no ano de 2001. Percorri todas as regiões do estado ao longo da minha carreira.

Tive a oportunidade, há 10 anos, de ser convocado como membro auxiliar da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público. Essa experiência me permitiu, posteriormente, exercer o cargo de Secretário-Geral do Ministério Público durante dois mandatos. E, na sequência, exerci dois mandatos como Procurador-Geral de Justiça, nos anos de 2019 a 2021 e de 2021 a 2023. O meu mandato se encerrou agora, no dia 10 de abril deste ano.

E, na sequência, então, tive a oportunidade de ser honrado pelos meus pares, os Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados, com uma das indicações para compor esse importante órgão de controle externo do Ministério Público, que é o Conselho Nacional do Ministério Público.

Ao longo dessa caminhada, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Senadores, sempre procuramos estabelecer uma relação de muita interlocução, muito diálogo e muita simplicidade no trato institucional. Acredito que, por essa razão, Senador Esperidião Amin, hoje, alguns dos grandes amigos de Santa Catarina vieram aqui nos prestigiar, por conta dessa relação franca, dessa relação transparente, dessa relação de cumplicidade institucional que a gente procurou estabelecer com o Parlamento, com o Executivo, com o Poder Judiciário.

Ao longo de quase 22 anos de carreira e tendo ocupado por dois mandatos o cargo de chefia da nossa instituição, sempre atuei com zelo e dedicação nas honrosas funções que a mim foram confiadas, buscando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser norteado pelo diálogo franco, leal e transparente com as pessoas, com as instituições e os Poderes do Estado. E, durante essa busca, eu acho relevante mencionar, Sr. Presidente, que, ao longo desses quatro anos em que estive à frente do Ministério Público catarinense, sempre procurei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DA SILVA COMIN – ... em conjunto com a minha equipe e com os demais colegas, realizar projetos que fizessem sentido na vida das pessoas. Uma instituição como o Ministério Público não pode apenas ser eficiente e resolutiva na sua atividade burocrática; ela deve igualmente estar mais próxima das pessoas, interferindo positivamente na vida dessas pessoas.

Nós enfrentamos uma inimaginável crise sanitária nesse período, o que evidenciou a necessidade de um olhar mais humano nas relações entre o Estado e a sociedade. Por isso, eu tenho a firme convicção de que, juntamente com os desafios da pandemia, também surgiram muitas oportunidades de crescimento de uma instituição que se adaptou à realidade do seu tempo para se manter viva e relevante na vida da sociedade brasileira de modo solidário e colaborativo.

No Conselho Nacional do Ministério Público, nós pretendemos seguir a mesma linha dos atuais integrantes desse colegiado, que vem fazendo um trabalho de destaque, Sr. Presidente, não só na fiscalização da atividade administrativa e financeira da instituição, não só na fiscalização disciplinar, Sra. Senadora, mas, sim, também na projeção de boas práticas, daquelas boas práticas que transformam a realidade da vida das pessoas no interior, nos mais distantes rincões do nosso país, que muitas vezes promovem uma revolução silenciosa, o que, sem o olhar do CNMP e a projeção dessas boas práticas, acaba não sendo revelado à nossa sociedade. A indução de políticas públicas, o compartilhamento dessas experiências, a partir da valorização da atuação dos Procuradores-Gerais de Justiça e de cada membro do Ministério Público brasileiro, fiscalizando – é verdade – com rigor os seus excessos, porque isso fortalece a instituição como um todo, mas revelando o quanto o Ministério Público pode, juntamente com o Poder Legislativo, juntamente com a sociedade e as outras instituições, mudar de fato, Sr. Presidente, a vida das pessoas no dia a dia... E essa é a nossa missão.

Eu agradeço a atenção de V. Exas., sem prejuízo de outros esclarecimentos que V. Exas. entenderem pertinentes. Estou aqui à disposição.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Comin.

Deixe-me aproveitar que o Relator está aqui e conceder a palavra a V. Exa. como Relator com prioridade, para que V. Exa. possa fazer a sua manifestação.

Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Serei muito breve, Sr. Presidente.

Quero lhe agradecer, em primeiro lugar, a designação para ser o Relator deste nosso coestaduano, por opção e também por ligações familiares muito significativas e representativas.

Desejo cumprimentar, igualmente homenageando o Dr. Comin, a presença aqui do Dr. Darlan, que, ainda que seja Procurador Federal, tem um trabalho exemplar de um Procurador que procura e ajuda a implementar soluções absolutamente necessárias à sociedade e ao meio ambiente, porque foi na sua região de convivência e coexistência – a região carbonífera – que ele desenvolveu os primeiros projetos de recuperação ambiental e o fez na condição de Procurador, trabalhando, portanto, numa área não muito comum, que é a área da "solucionática" e não da problemática, que infelizmente povoa a nossa vida. Então, desejo cumprimentar na pessoa dele e do Dr. Fábio Trajano os colegas que foram mencionados por V. Exa.; a pessoa do Prefeito João Rodrigues, que por si só ocupa todo o espaço municipalista que presença, na horizontal e na vertical; a Deputada Paulinha, e eu fiz questão de não permitir que o Paulinho entrasse aqui para que ela ficasse sozinha; e o Deputado Darci de Matos, que, envergando uma cabeleira bem mais robusta do que aquela do último mandato, adorna também o nosso plenário – não tem direito de resposta aqui, muito menos comigo, que nessa matéria não posso ser contestado.

Cumprimento também uma figura pré-histórica que é o Mamute e a Carol, que o acompanha.

E, nessas pessoas, cumprimento todos aqueles que estamos aqui para nos congratular com a sua carreira.

Fiz questão de salientar no voto, Presidente, que o Procurador-Geral de Justiça durante quatro anos, Fernando Comin, enfrentou uma turbulência extraordinária: junto com a pandemia, dois afastamentos do Governador do estado. Então, isso é uma prova para a sociedade e também, em especial, para o Ministério Público de um estado que tem um nível de desenvolvimento que nós queremos sempre aperfeiçoar, portanto, que não é o bastante, que queremos melhorar, mas que nos orgulha. E a sua atitude e a do Ministério Público foram atitudes de ponderação e equilíbrio muito necessários em momentos tais.

Agradecendo pela oportunidade, vou deixar um PS, um *post scriptum*, para o senhor: coloque na agenda, na primeira reunião que houver, a PEC dos terrenos de marinha. Santa Catarina e todos os estados afetados pelo assunto... O Senador Flávio Bolsonaro já apresentou o relatório, que respeita aquilo que a Câmara produziu. E, olhe, vai fazer bem o debate. Então, esse é um pedido PS, que eu respeitosamente lhe formulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Dr. Jaime de Cassio Miranda.

O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA (Para expor.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom dia!

Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e o Senador Hamilton Mourão, que muito me honra com a relatoria da minha indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Com certeza, este é um dos momentos mais importantes e significativos da minha vida profissional.

Cumprimento as Exmas. Sras. Senadoras e os Exmos. Srs. Senadores aqui presentes.

Gostaria de estender os cumprimentos aos nobres colegas desta sabatina e o faço na pessoa da nossa Procuradora, Dra. Ivana Cei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME DE CASSIO MIRANDA – Cumprimento os membros do Ministério Público brasileiro que aqui se encontram presentes nas pessoas do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União e Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Dr. César Mattar Júnior, e o meu Procurador-Geral de Justiça Militar, Dr. Antônio Pereira Duarte.

Cumprimento as nossas entidades de classe nas pessoas do Presidente da Conamp, Dr. Manoel Murrieta, e do Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Dr. Edmar Jorge de Almeida.

Cumprimento também os membros e servidores do Ministério Público Militar e do Conselho Nacional do Ministério Público deste Senado Federal, e o faço na pessoa da Sra. Cláudia Dias, assessora do gabinete do Senador Lucas Barreto.

Gostaria de fazer um cumprimento muito especial para algumas pessoas que me assistem neste momento, mas que não puderam se fazer presentes: meus pais; minha esposa Aninha; minhas filhas Luana, Laís e Amanda; meus genros, Bruno e Vinícius; e meus queridos netinhos Benjamim, Matias e Levi.

De acordo com o que preconiza o Regimento Interno do Senado Federal, passo agora a fazer a minha apresentação.

Meu nome é Jaime de Cassio Miranda, nasci em Brasília, Distrito Federal, no ano de 1960, no então Hospital Distrital de Brasília, hoje conhecido como Hospital de Base. Sou filho de Jair Miranda e Marieta Dias Miranda, verdadeiros candangos, que deixaram a cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, no longínquo ano de 1958 e que, com o distanciamento de suas raízes, vieram ajudar na construção da nova capital e na edificação da nossa família. Sou o quarto de uma família de cinco filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizei o ensino fundamental em escolas públicas em Brasília: na Escola Classe 113 Sul e no colégio Caseb.

No ano de 1975, ainda com 14 anos, após a aprovação em concurso público, ingressei no Banco do Brasil. Hoje conto com 48 anos de serviços prestados.

Em 1977, após a aprovação em concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, Minas Gerais, ingressei para a Força Aérea Brasileira. De lá fui para a Academia da Força Aérea, Pirassununga, São Paulo, onde concluí o curso de Oficial Aviador, em dezembro de 1983. No Comando da Aeronáutica, trabalhei por 23 anos. Atingi o posto de Major Aviador. Trabalhei 12 anos no Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e voei aproximadamente 3 mil horas de voo.

Minha formação jurídica teve início no ano de 1991, no curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Concluí o curso em julho de 1996, na Universidade de Brasília.

Em outubro de 1999, ingressei no Ministério Público Militar, após aprovação em primeiro lugar no concurso para Promotor de Justiça Militar, e fui lotado na Procuradoria de Justiça Militar em Brasília. Fui promovido a Procurador de Justiça Militar no ano de 2016.

No período de março de 2003 a julho de 2004, cursei pós-graduação em Direito Internacional dos Conflitos Armados, na Universidade de Brasília.

No *parquet* das armas, além da atividade fim, exerci funções administrativas, dentre as quais destaco: Diretor-Geral do Ministério Público em duas ocasiões, de 2004 a 2005 e depois de 2012 a 2016; e fui Procurador-Geral de Justiça Militar por dois mandatos, de 2016 a 2018 e de 2018 a 2020.

Aproveito esta oportunidade para citar um pouco das realizações do MPM durante essas duas gestões, como a informatização de todos os procedimentos administrativos, de todos os processos judiciais e de todos os procedimentos extrajudiciais. Essa revolução virtual possibilitou a adequação e o preparo antecipado do Ministério Público Militar para o enfrentamento do contexto pandêmico ocorrido em 2020. Também destaco a criação da Ouvidoria do Ministério Público Militar, a implantação do teletrabalho, a criação da Secretaria de Direitos Humanos e Direito Humanitário, a implementação da plataforma de ensino à distância, o Manual de Polícia Judiciária Militar, a finalização da primeira fase da construção da sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro, a criação do Núcleo de Combate à Corrupção e a modernização de todo o parque tecnológico do MPM.

Após a transmissão do cargo de Procurador-Geral de Justiça Militar para o Dr. Antônio Duarte, em abril de 2020, fui convidado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, para ocupar a função de Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público. Na coordenação da Secretaria-Geral, realizei ações voltadas à melhoria e à modernização administrativa do CNMP. Assim, mesmo diante da atipicidade do exercício do ano de 2020 por conta da eclosão da covid-19, a administração do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional logrou êxito na plena e judiciosa aplicação de recursos públicos, quando obteve a melhor execução orçamentária, no ano de 2020, desde a sua criação, em 2005.

Em fevereiro de 2022, tomei posse como Conselheiro do CNMP, representando o Ministério Público Militar, no biênio 2022-2024, em que exerço, além da atividade processual finalística, as funções de: Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública; Coordenador da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública; e Presidente do Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público.

Destaco, neste período:

- a relatoria da proposição que resultou na Resolução 261/2023, que instituiu o Código de Ética do Ministério Público brasileiro, pendente desde a criação do CNMP, em junho de 2005;

- o recebimento, por distribuição, até maio de 2023, de 150 processos e recursos para a relatoria, sendo que 80% deles já foram julgados pelo plenário ou decididos monocraticamente;

- a participação nos programas e projetos de inovação digital do Ministério Público brasileiro;

- a realização de 11 edições do projeto Segurança Pública em Foco, que promove o diálogo entre diferentes instituições sobre temáticas em segurança pública, sendo que a última edição, em 10 de maio último, tratou das providências atuais para o enfrentamento da violência nas escolas.

Ressalto ainda:

- a assinatura de acordo de cooperação com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, para disseminar a metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac), que tem o objetivo de promover a humanização de prisões com o intuito de evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para a recuperação dos condenados inseridos no sistema prisional;

- a assinatura do acordo de cooperação técnica e operacional para o acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança (Córtex);

- a criação de grupo de trabalho destinado a realizar estudos visando à elaboração de manual de atuação do Ministério Público em grandes eventos, com destaque para a diminuição da violência nos estádios de futebol;

- a apresentação da recomendação que orienta os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro quanto à adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa, prevista na Constituição Federal de 1988 e no Código Penal Brasileiro;

- e a composição, como representante titular do CNMP, do grupo de trabalho interinstitucional criado pelo Decreto 11.366/2023, que visa apresentar nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais recentemente, destaco a aprovação, na última sessão plenária do CNMP, da recomendação que visa ao aprimoramento da atuação do Ministério Público nas causas de recuperação judicial e falências de empresas. Espera-se, com essa recomendação, que os prejuízos sociais advindos da falência e da recuperação judicial sejam reduzidos ou até evitados.

Assim, Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, meu Relator, Senador Hamilton Mourão, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, faço a minha apresentação e trago também um pouco da atividade realizada nessa minha gestão no CNMP.

Finalizo afirmando que, caso tenha meu nome aprovado por V. Exas., manterei o compromisso de honrar a história do CNMP e de lutar pelo seu aperfeiçoamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Antônio Edílio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Perdão, Edílio. Só um minutinho, porque o Líder pediu uma inscrição aqui, o Líder Fabiano Contarato.

Com a palavra, o Líder Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, eu quero, aqui, Presidente Davi, externar minha satisfação e alegria de estar aqui, nesta sabatina, nesta aprovação dos indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Nacional de Justiça e à Defensoria Pública da União.

Eu acho que nós Parlamentares não podemos perder a capacidade de indignação. Acho que passou da hora de nós políticos derrubarmos os muros do Parlamento e interagirmos com o principal destinatário, que é a população, porque não existe democracia com um Poder Judiciário lento; não existe democracia com as pessoas passando fome; não existe democracia com as pessoas não tendo oportunidade de emprego; não existe democracia com elevada carga tributária.

Eu estou fazendo esta fala, porque, diariamente, eu acordo, Presidente Davi, como se algo arranhasse minha alma me inquietando: o que eu posso fazer para contribuir, para reduzir o abismo existente entre milhões de pobres e a concentração de riqueza nas mãos de tão poucos? O que nós, tanto o CNMP quanto o CNJ e a Defensoria Pública, que são essenciais à efetivação dessa democracia, com "d" maiúsculo, podemos fazer para aquela população que mais precisa? Uma democracia não é o governo da maioria, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o governo de todos. E aí eu falo aqui para os pretos, pardos, indígenas, quilombolas, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência...

Eu faço questão de vir aqui e fiz questão de vir aqui, porque, quando eu recebo os indicados, eu sempre faço uma provocação a eles: por favor, não se deixem seduzir pela vaidade; por favor, não percam a capacidade de indignação; por favor, atentem para aquela premissa constitucional do art. 129, I, da Constituição Federal, em que o Ministério Público foi alçado a duas funções, *dominus litis*, o titular da ação penal pública, e *custos legis*, fiscal da lei, o que ele tem que exercer observando que o Estado é laico. Nós não podemos permitir ataques à democracia. Nós não podemos permitir ataque à população que mais precisa.

É claro e é simples, Senador Davi, e é com isso que eu fico muito triste e preocupado: quando você pega o art. 6º da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988, está lá que são direitos sociais o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer, ao vestuário... Infelizmente, nós não temos isso. O que nós políticos estamos fazendo? Passou da hora de nós derrubarmos o muro do Parlamento e interagirmos com o principal destinatário.

Por isso, eu quero louvar a atuação da Defensoria Pública. Por isso, eu quero louvar a atuação do Ministério Público e louvar a atuação da magistratura.

Quero que os indicados sejam aprovados, e faço um apelo aos colegas que o sejam, porque quem os credenciou para estarem aqui foi a história de vida de vocês, porque contra fatos não há argumentos. Mas eu faço esse apelo, humildemente, de um Senador do Espírito Santo: não percam a capacidade de indignação. Exerçam mais a empatia, coloquem-se na dor do outro, deem efetividade à premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou de ser pessoa com deficiência – todos somos iguais perante a lei.

Só para concluir, Presidente, assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também tenho um sonho. Eu sonho com um dia em que eu não vou ser julgado por minha orientação sexual. Eu sonho com um dia em que meus dois filhos, inclusive o Gabriel, que fez nove anos ontem, não vai ser julgado por ser preto. Eu sonho com um dia em que minha irmã não vai ser julgada por ser mulher. Esse dia ainda não chegou, mas, enquanto Deus me der vida e saúde, em toda oportunidade que eu tiver, eu estarei na tribuna defendendo a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil, que tem como premissa promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Isso não sou eu que estou dizendo, isso está no art. 3º, IV, da nossa Constituição Federal.

Eu espero que essa premissa não fique deitada eternamente em berço esplêndido, mas que ganhe vida e entre no cenário da população que mais precisa, da população que mais tem sede de justiça, da população... Vocês, como Ministério Público, como Defensoria Pública, como Poder Judiciário, têm a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação e o dever de dar efetividade a essa democracia que eu tanto almejo, porque defender ditadura estando numa democracia é fácil; difícil mesmo é defender democracia estando numa ditadura.

Muito obrigado.

Perdão pelo desabafo.

Parabéns a todos os indicados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós que agradecemos, Senador Fabiano Contarato, pelas reflexões. E acho que merecem uma salva de palmas as manifestações do Líder. (*Palmas.*)

V. Exa. fala por todos nós, Líder. Muito obrigado pela manifestação.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira.

O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, cumprimento o Presidente desta importante Comissão no Senado Federal – esta augusta Casa –, o Senador Davi Alcolumbre, cujas qualidades todos nós conhecemos: é um político hábil e que tem uma imensa capacidade de dialogar e de construir consensos e encontrar o caminho certo para as soluções dos nossos problemas. E quero dizer, Presidente, que o senhor, como um bom político, e estando na política, tem a capacidade de nos ajudar; ajudar-nos enquanto sociedade, ajudar-nos enquanto Estado, porque nada de complexo se resolve fora da política e pela política. A política é o elo que liga as pessoas, e, apenas através da política, é possível, sim, resolver os grandes problemas de uma sociedade complexa, de uma sociedade com muitos conflitos que precisam ser devidamente equacionados, e essa equação só acontece através do entendimento. A política é a arte do entendimento, a arte da compreensão, e V. Exa. deve ser sempre enaltecido por isso, pela incrível capacidade de fazer política, a política do bem, a política que encaminha o nosso país, encaminha a sociedade rumo ao progresso.

Devo dizer a V. Exa. também que estar nesta Casa e estar nesta Comissão é, ao mesmo tempo, uma honra e uma grande responsabilidade. Poder ter a chance de postular um cargo que passa pelo crivo do Senado Federal traz uma responsabilidade enorme, traz uma responsabilidade acima da responsabilidade normal de qualquer agente público, porque ser submetido à mais Alta Casa do país, ao Parlamento Maior do país, significa ter um compromisso, um compromisso com o país, um compromisso com a nação, um compromisso com a instituição, e é para isso que a gente se apresenta aqui, com esse compromisso com a instituição.

Ao mesmo tempo que é uma honra e é uma responsabilidade, é sempre uma alegria poder estar nesta Casa, é uma alegria sempre renovada, e sempre fico muito feliz em ter oportunidade de estar aqui. Já é a segunda vez que venho a esta Casa e estou pela segunda vez nesta Casa dentro de um quadro que muito me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anima e que muito me motiva na minha ação pública, porque aqui estou sob a relatoria da Senadora Daniella, que foi minha Relatora da outra vez e é minha Relatora desta vez também, o que aumenta a minha satisfação de poder seguir na minha carreira pública de agente público, porque a Senadora Daniella muito representa nossos estados, é uma política exitosa, é uma política de carreira belíssima, de um presente e de um futuro que nos anima no sentido de se encontrar um futuro melhor. Então, Senadora, mais uma vez o meu muito obrigado por ter aceitado ser Relatora da minha indicação.

Cumprimento todas as Senadoras e todos os Senadores que muito honram e abrilhantam o Senado Federal, especialmente esta Comissão, e peço permissão para fazer aqui um registro de agradecimento aos meus quatro tesouros, que não estão presentes, mas nos acompanham à distância: minha esposa e meus três filhos, que, tenho certeza, estão cheios de orgulho, mas não precisamente por eu estar aqui ou por mim, mas pela condição de eu estar diante da Casa mais importante da República, que é o Senado Federal.

Presidente, eu sou cearense da cidade de Varjota e tenho uma passagem pelo Maranhão, onde minha carteira de trabalho foi assinada, aos 22 anos, no cargo de Promotor de Justiça. Então eu sou muito grato, porque foi pelo Maranhão que eu comecei a minha trajetória e, por onde se começa a trajetória, não se esquece, principalmente porque fui muito bem acolhido por lá.

E, sendo cearense e tendo laços com o Maranhão, também sou da Paraíba, da Paraíba que, na canção de Ton Oliveira, é a joia rara do Nordeste, Senadora. A Paraíba é a nossa joia rara, e isso é muito bem cantado e encantado por Ton Oliveira.

Sendo cearense e do Maranhão, eu tenho uma relação muito forte também com Pernambuco. Atualmente sou Procurador Regional da República na 5ª Região, que tem sede em Pernambuco. Sou cidadão pernambucano por acolhimento da Assembleia Legislativa, como sou cidadão paraibano e sou cidadão de João Pessoa. Então, essas cidades todas me acolheram, e me acolheram muito bem.

Costumo dizer que, sendo do Ceará, tendo passado pelo Maranhão, Pernambuco e Paraíba, sou legitimamente um nordestino e, sendo nordestino, eu me permito aqui citar Patativa do Assaré, embora não o cite por conta da seca, mas por conta dos meus sonhos. Patativa diz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – "Eu sou filho do Nordeste, não nego meu naturá, mas uma seca medonha me tangeu de lá para cá". Meus sonhos me tangeram de lá para cá, pelo Nordeste, pelo Maranhão, passei no Piauí também, passei na Paraíba, estou na Paraíba, passei em Pernambuco e continuo sendo um nordestino apegado ao Nordeste, que valoriza as coisas do Nordeste, sem com isso deixar de valorizar as coisas de todo o Brasil.

Então, comecei no Maranhão. Fui Procurador da República na Paraíba, onde fui Procurador-Chefe; fui Procurador Regional, fui e sou Procurador Regional da República na 5ª Região, que fica no Recife, onde também fui chefe; fui Procurador Regional Eleitoral na Paraíba por dois anos; fui Procurador Regional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eleitoral do Estado de Pernambuco; fui Presidente do Conselho Penitenciário do Estado da Paraíba; fui Vice-Presidente do Conselho de Direitos Humanos do Estado da Paraíba, ou seja, eu já exerci várias funções dentro da minha instituição, funções as mais diversas, e nessas funções, nesses 30 anos de instituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – ... tive sempre a alegria de exercer funções em órgãos colegiados, porque é no órgão colegiado que a gente aprende a conviver com o outro, porque muitas vezes a maior dificuldade é conviver com o outro, é entender o outro, e nesses órgãos colegiados, como é esta Casa, por exemplo, a gente aprende verdadeiramente a viver com o outro. A viver com o outro e aprende a alargar o processo de compreensão e compreender verdadeiramente as coisas, porque você não consegue enxergar devidamente as coisas e as circunstâncias olhando apenas pelos próprios olhos, você tem que fazer um exercício alargado e tentar se enxergar a partir do olho do outro. Assim que se faz um processo de compreensão.

Compreendo, Presidente, a importância de fomentar a cultura da reflexividade e a prudência, o controle de impulsividades. Falo isso a partir da posição de membro do Ministério Público. Compreendo a necessidade de se valorizar a maturidade e a discrição, a necessidade de se pensar nas consequências e, principalmente, Presidente, o perigo com as verdades apressadas. Acho que a coisa mais perigosa para quem exerce um cargo de controle são as verdades apressadas. A gente tem que ter muito cuidado com as nossas verdades. Nós temos que ter muito cuidado quando achamos que a nossa verdade é a verdade universal, porque temos um grande risco, um enorme risco de estarmos errados. Podemos até ter aquela visão kantiana de a nossa ação ser uma ação universal, aquilo que eu faço tem que valer para todos e tem que valer para mim próprio, mas a minha verdade jamais pode ser vista como uma verdade universal porque a minha verdade tem que ser sempre submetida ao teste de validade, ao teste de resistência. E esse teste de resistência só pode ocorrer a partir do momento em que eu não parto com a verdade como sendo minha e, sendo minha, passa a ser a verdade de todos, porque ela é apenas a minha verdade, e a minha verdade pode ser simplesmente uma falsidade, porque sou humano, sou falho, não sou Deus. Apenas Deus pode ter a pretensão de se ter uma verdade verdadeira, uma verdade incontestável.

Eu acho que, se a gente partir desse pressuposto, a gente pode caminhar bem no exercício de uma missão, no exercício de um cargo que exerce prudência, que exerce o olhar para o outro, que exerce a capacidade de compreender as coisas por todos os lados, inclusive pelos lados opostos. Não podemos apenas tentar olhar por um lado, precisamos olhar por todos, olhar pelos lados opostos e olhar, principalmente, pelas diferenças.

Submeto-me, mais uma vez, aqui ao Senado Federal, com muita honra, colocando-me à disposição de V. Exas. E finalizo, Presidente, lembrando o cavaleiro de Cervantes, na obra de *Dom Quixote*, que sempre preferiu a estrada à pousada. E o que eu assumo com V. Exas. aqui, em sendo aprovado pelo Senado Federal, é o compromisso de nunca optar pela pousada e de sempre seguir a estrada, no esforço por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público em estágio de maturidade, que leve em conta todas as perspectivas, inclusive, as contrárias, principalmente as contrárias, porque é, nas perspectivas contrárias, nas visões contrárias, que a gente pode evoluir. Nós não conseguimos evoluir em parede de espelhos, nós não conseguimos evoluir olhando para o outro como reflexo de nós próprios. Eu acho que a coisa mais importante é se trabalhar exatamente dentro do espaço da divergência, porque, tal como disse Hegel, apenas na divergência é possível que evoluamos enquanto seres humanos.

Eu acho que esse é o foco, essa é a lógica de quem se dispõe a exercer um cargo de controle, e o cargo de conselheiro do Ministério Público é um cargo de controle. É preciso que o Ministério Público seja permeável, entendo que o Ministério Público deva ser permeável aos anseios da sociedade e que valorize, acima de tudo, a arte da prudência, que é o diálogo com as instituições e somente com esta Casa.

Então, esse é o meu entendimento a respeito de um órgão de controle da importância do Conselho Nacional do Ministério Público: um órgão que veja o Ministério Público não apenas a partir de si próprio, mas principalmente a partir do olhar de fora. Precisamos fazer aquele exercício alargado de compreensão, de nos colocar do lado de fora da própria instituição e olhar para dentro dela, como se não fôssemos a instituição, e só assim teremos, Senador Jader, a capacidade de compreensão. Não podemos ter a capacidade de compreensão olhando apenas pelo nosso próprio olhar.

Essa é a minha visão, essa é a minha perspectiva, essa é a minha forma de ver a minha instituição, essa é a minha forma de ver o mundo, e é assim que eu me apresento para V. Exas. Apresento-me para V. Exas. com essa perspectiva e com esse compromisso, e, mais uma vez, registrando e agradecendo a honra e a alegria de poder estar diante do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Antônio Edílio. Concedo a palavra à Relatora do sabatinado, Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, quero cumprimentar todas as autoridades que, nesta manhã, estão sendo sabatinadas, e cumprimentar a todos aqui, aos convidados, às pessoas que estão presentes. Gostaria de cumprimentar aos que nos assistem pela TV Senado. Quero, nas pessoas das mulheres aqui, cumprimentar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – ... a Procuradora de Justiça do Estado do Amapá, não é à toa que está sentada ao seu lado aí, não é, Presidente? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por ter me colocado aqui pertinho do meu paraibano, apesar de que, conforme todos aqui escutaram, ele é querido por todos os lugares. Graças a Deus, a gente terminou puxando, tentando segurá-lo lá na Paraíba, mas o Dr. Antônio Edílio... Para mim é uma honra ter sido, e quero agradecer aqui ao meu Presidente, Senador Davi Alcolumbre. V. Exa. disse muito bem, Senador Flávio, e falou muito bem quando disse do papel do Senador Davi Alcolumbre nesta Casa. Eu tive a felicidade de estar aqui a partir de 2019 tendo uma das maiores alegrias: não há coisa melhor do que você ter um Presidente que conduza muito bem a Casa.

E, na escolha da sua sucessão, o Presidente Davi também teve a sensibilidade de poder escolher alguém que... Não é só dar continuidade, porque cada um tem seu jeito, a gente sabe que cada um tem sua forma, mas, acima de tudo, com o compromisso que o Senador Davi Alcolumbre, como Presidente, teve por este país em tempos mais difíceis, em que passamos por pandemia.

Na pandemia, o Senado Federal fez história para o mundo inteiro quando instituiu as sessões remotas de imediato; a gente não perdeu nem tempo com relação a isso. E foi caso para o mundo todo vir buscar as mesmas tecnologias que foram utilizadas nesta Casa, capitaneadas pelo Senador Davi Alcolumbre.

Da mesma forma, e aqui eu não me canso de dizer, porque é interessante e eu quero dizer para vocês: quando ele era Presidente, a gente se encontrava mais. Aliás, ele sendo Presidente, a gente se encontrava mais. Eu digo muito para ele: é incrível, como Presidente, eu encontrava muito mais você, ou seja, você é muito mais acessível quando é Presidente, coisa que é rara no mundo da política, no mundo do poder, mas ele era essa pessoa. E ele é essa pessoa que, sempre quando a gente se fala, Presidente, obrigada mais uma vez por essa oportunidade, a gente tem a alegria de dizer desse companheirismo.

E a gente olha o quanto mulheres somos poucas, e muito poucas, e o quanto a gente precisa de vocês, homens. Aqui a minha fala vai, de forma muito especial, como Líder da Bancada Feminina aqui no Senado Federal, para vocês que estão nesses espaços de poder, nesses espaços aonde poucas mulheres chegam: nós precisamos de vocês para nos defenderem, para cuidarem das situações que não só são de violência doméstica, política, de gênero, como é o caso no Tribunal Regional Eleitoral, mas com um olhar muito especial, porque, embora a gente tenha caminhado muito, a gente não pode negar os avanços, ainda estamos muito atrasados no que diz respeito à questão da defesa da mulher.

Eu queria fazer esse pedido porque, na realidade, na sabatina, Sr. Presidente, concluindo minhas palavras – porque é sempre assim, nós, mulheres, achamos que estamos falando muito, que a gente tem que correr, mas a gente tem que fugir disso também, dessa luta de nós contra nós mesmas –, quero dizer que eu sei do compromisso, Dr. Antônio Edílio, que o senhor tem com a questão da mulher, com a defesa da mulher, e eu não tenho dúvida alguma de que, ao votar – já votei em todos aqueles que estão indicados –, nós, do Senado Federal, nós, mulheres, e aqui falando pelas 15 Senadoras, temos certeza de que também vamos contar com vocês para defenderem as mulheres, principalmente aquelas que não têm oportunidade, como nós, de ter voz e estar nesses espaços, mas que nós representamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Sr. Presidente, e dando parabéns por este momento tão importante, extremamente importante para o país, nas escolhas e na representatividade que vocês constituem, eu não tenho dúvida alguma de que darão, no popular, conta do recado; disso aí nós não temos dúvida.

E aqui, meu querido Dr. Antônio Edílio, a sua família. A gente sabe o que está por trás de tudo isso. Se a gente pode estar aqui, isso se deve principalmente ao esteio de quem nós temos ao nosso lado, das pessoas que nos apoiam – seja a família, seja os nossos amigos –, e à nossa fé – e aí, respeitando a todos, pessoalmente, a minha fé é em Deus. Mas, acima de tudo, temos a certeza de que contamos com verdadeiros amigos, pessoas que nos apoiam, com aqueles que trabalham conosco, os assessores de cada um, as equipes de cada um, porque não é à toa que estamos aqui, senão também por eles. Então, a minha homenagem neste momento a tudo isso.

E quero dizer, meu Presidente Davi Alcolumbre, da minha gratidão por ter me permitido ter a honra... Ele falou em mim, mas eu quero dizer que nós temos a honra de ter uma pessoa da estirpe do Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, que tem nos representado muito bem, no CNMP. E eu não tenho dúvida alguma de que dará continuidade a esse trabalho tão importante num novo momento, porque a gente está todo dia em ciclo – todos os dias nós amanhecemos com um novo momento para a gente vivenciar e sendo desafiado para a gente ser melhor. Então, não tenho dúvida alguma de que, nesse desafio e nessa caminhada – não na pousada, mas na estrada, coisa que todos nós aqui fazemos –, eu não tenho dúvida alguma de que você vai deixando e está deixando uma semente em cada estrada, em cada caminho que você trilha.

Da mesma forma, desejo muito boa sorte e parabéns a cada um de vocês. Que Deus os abençoe nessa missão, nas suas definições, nas suas decisões e, acima de tudo, na proteção daqueles que mais precisam.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço demais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu agradeço, Senadora Daniela, pelas palavras de V. Exa. e quero dividi-las com todos os nossos colegas Senadores e Senadoras, porque, de fato, é na condição, como disse o Dr. Antônio Edílio, do Colegiado do Senado Federal, dessa relação cotidiana, pessoal e também institucional, que a gente consegue construir a força do Senado Federal – a Casa da República, a Casa da Federação. É no Senado Federal que a Paraíba fica do tamanho de São Paulo e que o Amapá fica do tamanho de Minas Gerais. Se você vê do ponto de vista da representatividade popular, as menores bancadas, como a do meu Estado, possuem na Câmara oito Deputados, e as maiores, como a do Estado de São Paulo, possuem 70 Deputados. E é aqui no Senado que a Paraíba tem três Senadores, o Amapá tem três Senadores, São Paulo tem três Senadores, o Pará tem três Senadores e o Amapá tem três Senadores. Então, eu quero agradecer o carinho, quero agradecer as palavras de V. Exa. e quero dividir com todos os nossos colegas Senadores.

A gente conseguiu construir, com muita altivez, com muita serenidade, com muita tranquilidade, esse ambiente do Senado Federal, que vive – e eu tenho certeza absoluta –, sob a liderança hoje do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Otavio Soares Pacheco, um grande momento. Eu tive a honra e o privilégio de presidir esta Casa, estou tendo a honra, pela segunda vez, de presidir esta Comissão, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes do Congresso brasileiro, na presença do Senador Jader Barbalho, que também teve essa experiência de presidir esta Casa e hoje. Como ex-Presidentes – Senador Renan, Senador Jader e eu –, a gente tem buscado dar a nossa parcela de contribuição para que o nosso Presidente Rodrigo Pacheco possa representar o Congresso brasileiro, o Senado Federal, enquanto Presidente do Senado e do Congresso.

Então, eu divido com todos os colegas Senadores, com as colegas Senadoras, e faço uma referência muito especial ao corpo altamente qualificado de servidores do Senado da República, sejam assessores parlamentares, sejam consultores concursados ou nomeados. O Senado Federal imprime hoje uma agenda graças muito ao trabalho a que V. Exa. se referiu aqui, aos nossos colaboradores, aos nossos servidores, com quem divido, desde a pessoa que serve o café, que nos atende no elevador, ao ascensorista do elevador. Todos os dias, quando a gente chega, eles estão com um sorriso, nos atendendo, com educação. E atendem milhares de brasileiros que visitam o Senado Federal, o Congresso Nacional da mesma maneira, com a educação com que servem o café, que servem uma água, que chamam o elevador. Então, são essas pessoas, milhares, que fazem o funcionamento desta Casa. Para eles, e eu tenho certeza de que é por eles também, o significado da nossa relação de harmonia, de carinho, de atenção e de muito trabalho.

Muito obrigado pelas palavras de V. Exa.

Concedo a palavra ao Dr. João Paulo Schoucair.

O SR. JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, na sua pessoa, respeitosamente, gostaria de cumprimentar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta respeitável Comissão, com os nossos sinceros agradecimentos pela atenção que nos foi devotada ao longo da nossa caminhada, e de registrar o nosso agradecimento ao Senador Relator Otto Alencar, cuja atuação na relatoria da minha indicação muito me honra, sobretudo pela sua vitalidade na incondicional defesa dos pilares do regime democrático.

Exma. Sra. Ivana Cei, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Amapá, candidata ao cargo de Conselheira Nacional do Ministério Público, na sua pessoa, rendo meus cumprimentos aos demais sabatinados.

Senhoras e senhores, muito bom dia.

Inicio esta breve fala externando a alegria e o orgulho pela oportunidade de ver, com a bênção do Senhor do Bonfim, as graças de nossa Santa Dulce e o axé dos nossos orixás, meu nome, mais uma vez, submetido ao crivo deste Senado Federal. Agradeço, em particular, ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, pela confiança em mim renovada ao encaminhar a esta Casa a minha indicação para ser reconduzido à nobre missão de integrar o Conselho Nacional de Justiça em vaga destinada aos Ministérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Públicos Estaduais. De igual modo, agradeço o irrestrito suporte da nossa Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público baiano e do seu Chefe de Gabinete, Drs. Norma Angélica e Pedro Maia, bem como dos Presidentes da Conamp e CNPG, Drs. Manoel Murrieta e César Mattar Júnior, bem como do Presidente da minha associação, Dr. Marcelo Miranda.

Peço autorização, Sr. Presidente, para fazer aqui um brevíssimo relato da minha trajetória pessoal e profissional em complemento ao parecer do Senador Otto Alencar.

Sou filho de Assad Jorge e Nadja Schoucair, marido de Andréa Menezes e pai de Rafaela e Eduardo Schoucair. A eles devo tudo e para eles dirijo meus sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional e amor que sempre tive em todas as alegrias e dificuldades que passei.

Sou graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 2002, onde fiz mestrado e pós-graduação, estando, neste momento, cursando doutorado no IDP. Ingressei nos quadros do Ministério Público como Promotor de Justiça em 2004, quando passei a atuar em diversas comarcas do interior, chegando à capital em 2020 para assumir a titularidade da promotoria especializada em enfrentamento às organizações criminosas.

Em 2018, passei a atuar também como membro auxiliar do Procurador-Geral da República, posição que me permitiu aprimorar os conhecimentos sobre a dinâmica do funcionamento das cortes superiores, exercitando o trato republicano e cordato com as instituições do sistema de Justiça.

Ao longo de toda a minha carreira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foram vários os cursos de que participei, no Brasil e no exterior, na constante busca de aprimoramento teórico e maior qualificação para o desempenho da função ministerial.

Em 21 de junho de 2022, tomei posse no meu primeiro mandato como Conselheiro Nacional de Justiça e nele tenho procurado dedicar todo o meu empenho e energia ao aprimoramento do Poder Judiciário brasileiro.

Nesse contexto, peço licença para destacar nossa atuação por delegação do plenário daquele órgão como Presidente do Fórum do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas, bem como, por delegação da Sra. Ministra Rosa Weber, digna Presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, a nossa função como Coordenador do Grupo de Trabalho Polícia Cidadã – Redução de Letalidade Policial, em cumprimento à determinação emanada pelo Exmo. Sr. Ministro Edson Fachin, Relator da DPF 635, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Ao longo do desempenho do nosso mandato, realizamos 80 audiências, participamos de 38 sessões, exaramos 176 decisões e proferimos 320 despachos, atualmente presidindo 13 procedimentos administrativos disciplinares, buscando honrar a confiança que as Sras. e Srs. Senadores depositaram no nosso mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tais razões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na eventualidade de mais uma vez contar com a aprovação desta egrégia Casa Legislativa, continuarei contribuindo, como representante dos ministérios públicos estaduais, para o bom desempenho das altas missões constitucionais do Conselho Nacional de Justiça.

Renovo meu compromisso com uma atuação equilibrada, cuidadosa, imparcial e independente, tendo como norte magnético a Constituição Federal e, como objetivos maiores, a busca de soluções que prestigiam o consenso, o diálogo institucional e os direitos fundamentais. Tais princípios, aliás, têm sido a marca de atuação do CNJ desde a sua criação.

Como órgão fiscalizador do Poder Judiciário, assim definido pelo Congresso Nacional, ao criá-lo por intermédio da Emenda 45, de 2004, são inúmeros e cada vez maiores os desafios daquele conselho, na busca de uma estrutura judicial cada vez mais transparente e próxima dos cidadãos.

Espero assim, Sr. Presidente, contar mais uma vez humildemente com a confiança das Sras. e Srs. Senadores, para colaborar com o aperfeiçoamento do sistema de Justiça brasileiro, que tenha, como desiderato, uma prestação jurisdicial célere e efetiva, primando pelo absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais.

Em acréscimo, é importante destacar que continuará sendo nosso dever defender sempre o respeitoso debate de ideias com todos os Poderes, para aprimoramento e funcionamento do sistema de Justiça, reafirmando assim os postulados de um Estado que se almeja democrático, social e de direito.

Nesse ponto específico, sublinha-se que essencial se faz a troca de experiências e compartilhamento de soluções tecnológicas com os demais Poderes, permitindo a otimização de recursos públicos e a efetivação dos direitos consagrados na nossa Carta Constitucional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR – Estes serão os meus compromissos diários, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, escorados na minha trajetória dentro do Ministério Público brasileiro, compromissos com esta Casa e com o Brasil.

Considero que a ocasião desta sabatina em muito contribui para o necessário aprimoramento das indicações constitucionais aos órgãos de cúpula do Poder Judiciário.

Para encerrar, agradeço mais uma vez pela oportunidade de aqui estar, colocando-me à inteira disposição de V. Exas. no que couber. E no que puder esclarecer ou acrescentar essas palavras, deixando ao fim as lições do nosso baiano Ruy Barbosa que estão a nos guiar: "Eu não troco a justiça pela soberba, eu não deixo o direito pela força, eu não esqueço a fraternidade pela tolerância, eu não substituo a fé pela superstição, a realidade pelo ídolo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. João Paulo.

Vou conceder a palavra agora ao Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque.

O SR. IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar o Exmo. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Davi Alcolumbre; cumprimentar e agradecer o Senador Humberto Costa pelas palavras lançadas em nosso relatório; as Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores; o Senador Jader Barbalho, tenho a honra de tê-lo aqui do lado; colegas defensores e defensoras que estão nos acompanhando, tanto presencialmente aqui como também pela TV Senado; demais senhores e senhoras. Eu queria também dar um cumprimento especial à minha esposa Tatyana, que se faz presente, e cujo suporte e cujo apoio na vida pessoal e profissional foram essenciais nessa nossa caminhada, para a gente chegar até aqui.

Eu me graduei, Presidente, em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, em 2009. Já em 2010 eu havia sido aprovado nos concursos de Procurador Federal e de Defensor Público Federal, oportunidade na qual eu assumi o cargo de Procurador Federal, durante dois anos, tendo sido lotado inicialmente em Porto Velho, lá em Rondônia. Depois, eu fui removido para Palmas, no Estado de Tocantins, depois chegando a Recife, ocasião na qual eu fui nomeado Defensor Público Federal. E, pelas minhas ideias, pelo meu histórico, pelo meu compromisso com a justiça social, eu não tive dúvidas em me abraçar com essa instituição, em que hoje eu estou tendo a oportunidade, se for da vontade do Senado Federal, de assumir o papel de Defensor Público-Geral Federal.

Eu sou um apaixonado pela Defensoria, eu sou extremamente encantado com o papel que um defensor público pode, deve e faz numa sociedade extremamente desigual como a sociedade brasileira. É uma honra estar aqui, hoje, nesta Comissão, no Senado Federal, que possui um papel da mais alta relevância em nosso Estado, para nossa democracia e para a sociedade brasileira como um todo. Mais do que um dia especial na minha vida, hoje eu vivencio um momento que me deixa pessoalmente muito feliz e emocionado. Eu estou aqui, diante das senhoras e dos senhores, frente a frente, com a possibilidade de passar a ser, nos próximos dois anos, o principal responsável por traçar as estratégias e indicar os caminhos à Defensoria Pública da União, a nossa DPU.

Quando se fala em Defensoria, Senador Jader, é muito comum que as pessoas pensem nela como uma instituição que está encarregada de prestar uma assistência jurídica integral e gratuita a todos e a todas que não têm condições financeiras de pagar pelo serviço de um advogado. E, realmente, a DPU faz isso. E não é pouco. É uma função de extremo valor, que muda milhares e milhares de vidas, ano após ano. Mas é importante destacar que essa ideia não comunica tudo o que significa a Defensoria Pública da União. Indo além da assistência jurídica, a Constituição, através da Emenda 80, aprovada por este Congresso Nacional, no ano de 2014, coloca a Defensoria Pública como expressão e instrumento do regime democrático. E nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encarregou fundamentalmente da orientação jurídica e gratuita, da promoção dos direitos humanos, da defesa em todos os graus – individual e coletivamente – dos necessitados no Estado brasileiro.

A DPU, portanto, está a serviço de toda a sociedade, sem qualquer distinção. Nós atendemos pessoas vulneráveis, que precisam de remédios; mães aflitas que não conseguem dar aos filhos o tratamento de saúde necessário e o pão de cada dia; pessoas com deficiência que precisam de benefícios previdenciários e inclusão social. Atendemos também pessoas que sofrem por questões de moradia, pessoas em situação de prisão, indígenas, ribeirinhos e quilombolas ameaçados em sua existência, em seu território, em sua cultura e em seu sustento, pessoas LGBTQIA+, e a nossa população negra, que sofre diariamente com o peso do racismo no Brasil.

Diante de tudo isso, não é difícil entender que a Defensoria Pública da União tem um lado e o nosso lado é o lado dos mais necessitados, é o lado do povo, é o lado do nosso povo. Estamos do lado da luta pelos direitos humanos e isso muito nos honra e motiva. Justamente por estar imbuído por este sentimento de justiça social que me foi transmitido pelos meus pais ao longo da minha infância, ao longo da minha vida e que me acompanha em todas as minhas escolhas, que decidi ser Defensor Público Federal.

Sendo aprovado pelo Senado Federal e assumindo o cargo de Defensor Público-Geral Federal, eu desejo fortemente poder ampliar as relações institucionais da DPU em um diálogo amplo com os vários setores da sociedade, para resolver o máximo de questões sem precisar judicializar ações. A minha preocupação é desafogar ou ajudar a desafogar as demandas que seguem para o Poder Judiciário. De estado a estado, estamos sempre buscando soluções de forma criativa. Temos um exemplo disso em Roraima, onde atuamos na Operação Acolhida, em conjunto com outras instituições, para garantir que migrantes, em especial crianças e adolescentes, sejam protegidos e tenham seus direitos assegurados e resguardados.

Eu, como parte dos 682 Defensores Públicos Federais, – que é um número muito aquém do que a gente precisa ainda, Senador, para atender a população brasileira – compreendo que a promoção e a defesa dos direitos humanos transcendem toda e qualquer divisão partidária ou institucional. Nossa missão é assegurar que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados, independente de cenários ou pensamentos ideológicos.

Nesse sentido, eu destaco a atuação da DPU, por exemplo, com relação às pessoas que foram presas nos atos antidemocráticos ocorridos em janeiro deste ano. A despeito da gravidade desses atos contra o Estado democrático de direito, a DPU entende que esse mesmo Estado deve se fazer presente na defesa das garantias e direitos fundamentais sem qualquer tipo de discriminação. Para uma instituição que tem como princípio a dignidade humana e os direitos humanos, não há qualquer incoerência em repudiar os atos antidemocráticos praticados e, ao mesmo tempo, trabalhar na defesa dos direitos de pessoas vulnerabilizadas que estão respondendo por esses atos na Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas e todos, sem exceção, Presidente Davi Alcolumbre, têm direito à ampla defesa e ao devido processo legal. No auge da pandemia da covid-19, a DPU prestou assistência jurídica integral e gratuita a milhares de brasileiros que tiveram dificuldade em receber o seu auxílio emergencial. No enfrentamento à crise humanitária recente, envolvendo os indígenas ianomâmi, a DPU interveio em prol de medidas urgentes. Afinal – eu brinquei há pouco com o Senador Contarato, que ele citou o Martin Luther King, eu disse: "Senador, o senhor roubou o meu discurso, pois eu vou citá-lo também" – afinal, "A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar", conforme dito pelo Martin Luther King, frase que trago comigo como um ideal de ação, uma inspiração sobre onde a defensoria pública deve estar, metida em todos os problemas sociais do nosso país, promovendo o acesso à Justiça e aos direitos humanos.

Esta é a minha missão, razão pela qual ofereço os meus conhecimentos e minha trajetória no pleito ao cargo de Defensor Público-Geral Federal. Por isso, estou aqui hoje, reforçando o meu compromisso com toda a sociedade e me colocando à disposição.

Espero poder fazer a DPU chegar cada vez mais perto de quem mais precisa, para sonhar e trabalhar em rede e de mãos dadas por um Brasil digno para todas e todos.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Igor.

Eu vou fazer alguns registros aqui que a Secretaria-Geral da Mesa trouxe ao nosso conhecimento.

Eu queria agradecer a presença do Dr. Lindomar Tiago Rodrigues, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Alexandre Reis de Carvalho, Promotor de Justiça Militar; Ruy Reis Carvalho Neto, Promotor de Justiça do MPDFT; Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar; Darlan Airton Dias, Procurador da República; Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho; César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Ivan Sérgio Camargo dos Santos, Procurador do Trabalho; Sebastião Vieira Caixeta, Procurador Regional do Trabalho; Norma Angélica Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça da Bahia; Carlos Fernando Mazzoco, Procurador Regional da República; José Antonio Vieira de Freitas Filho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). Quero registrar também a presença do Sr. Ubiratan Cazetta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Valter Souza Pugliesi, Vice-Presidente da Anamatra; Romão Ávila, Secretário-Geral da Conamp; Isabella Simões, Defensora Pública e Secretária-Geral da DPU; Thiago Parry, Defensor Público Federal e Assessor-Chefe de Relações Governamentais da DPU; Danuta Calazans, Procuradora Federal da AGU; Oberdan Rabelo, Procurador Federal da AGU.

Antes de chamar a Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, para a sua exposição, gostaria de fazer um registro muito especial às autoridades que vieram do meu estado, do estado do Senador Lucas Barreto, do estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Randolfe Rodrigues para esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Eu queria agradecer a presença do Dr. Paulo Celso Ramos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá – muito obrigado, Dr. Paulo, pela sua presença nesta reunião –; agradecer à Dra. Judith Teles, Procuradora de Justiça do Ministério Público do meu estado, do Estado do Amapá; agradecer ao Dr. Joel Chagas, Procurador de Justiça também do Estado do Amapá; agradecer ao Dr. Paulo Martins, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – muito obrigado, Dr. Paulo, pela sua presença. E queria aproveitar a oportunidade, em nome do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, o Conselheiro Michel JK, para agradecer a presença de V. Exa. nesta reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado, Presidente Michel. A presença de V. Exa. aqui é presença do Estado do Amapá, dos Poderes constituídos, e eu tenho certeza absoluta de que é esse o espírito que traz V. Exa. a esta sabatina, um momento ímpar na história do Amapá, onde temos uma filha do Amapá indicada para compor o Conselho Nacional do Ministério Público hoje. E quero deixar registrado que, com esta composição do Conselho Nacional do Ministério Público – eu tenho certeza absoluta de que sairemos daqui com a aprovação de todos os indicados aqui –, será no Conselho Nacional do Ministério Público a única mulher a representar as mulheres brasileiras, com muito orgulho, uma mulher competente, amapaense, que eu tenho certeza absoluta que vai honrar o Ministério Público do Amapá, o Ministério Público do Brasil, no Conselho Nacional do Ministério Público.

Parabéns, Dra. Ivana, que Deus a abençoe, que Deus a ilumine. Eu tenho certeza absoluta, assim como seu Relator, Senador Lucas Barreto, das qualidades técnicas e profissionais, e humanas de V. Exa.

Então, deixei para fazer esse registro de todas as autoridades. Novamente agradeço a presença de todos que vieram do Amapá prestigiar esta reunião da Comissão, mas digo da nossa confiança, da nossa convicção da condição que teremos hoje, a partir dessa sabatina: uma grande mulher, uma grande brasileira, uma grande amazônida representando o Ministério Público no Conselho Nacional do Ministério Público.

Com a palavra a Dra. Ivana Lúcia Franco Cei.

A SRA. IVANA LÚCIA FRANCO CEI (Para expor.) – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Bom dia, senhoras e senhores.

Cumprimento, pelos nossos brilhantes políticos do Estado do Amapá, o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e o Senador Lucas Barreto, Relator da minha indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público, na pessoa dos quais cumprimento as Exmas. Sras. Senadoras e os Exmos. Srs. Senadores aqui presentes, estendendo os meus respeitos e desejo de sucesso aos nobres colegas e companheiros dessa sabatina, na pessoa dos indicados aos estados: Dr. Paulo Passos, já Conselheiro, e Dr. Fernando Comin, que como eu iniciamos a nossa – digamos – estrada no CNMP.

Cumprimento os membros do Ministério Público brasileiro, as entidades de classe que aqui se encontram, nas pessoas do querido Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público dos Estados e da União; o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Dr. César Mattar Jr., e do Presidente da Conamp, Dr. Manoel Murrieta, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público brasileiro.

Cumprimento também os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Amapá, do Conselho Nacional do Ministério Público, deste Senado Federal, das autoridades amapaenses presentes nesta Casa, nas pessoas do meu Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Celso Ramos, dos Conselheiros Michel JK e Paulo Martins. E gostaria de fazer um cumprimento muito especial para todas as pessoas que me assistem neste momento, mas não puderam se fazer presentes: minha mãe Ana Franco, meu marido Glauco Cei; e meu carinho às senhoras e senhores que estão aqui torcendo por nós, na pessoa do meu filho, Galliano Cei Neto, que aqui está presente.

Conforme preconiza o Regimento Interno do Senado Federal, passo agora a fazer a minha apresentação.

Meu nome é Ivana Lúcia Franco Cei, doutoranda em Direito pela Universidade John F. Kennedy, em convênio com o Instituto de Educação Superior Latino-Americano (Iesla), Buenos Aires, na Argentina; mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (Unifap); especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá; especialista em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Fui a segunda a mulher assumir o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, depois da Dra. Clara Banha Picanço, nos biênios 2011-2013, 2013-2015, 2019-2021 e 2021-2023, oito anos como Procuradora-Geral em quatro mandatos; terceira presidente mulher, sendo a primeira da Região Norte, a presidir o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG), gestão 2021-2022; Professora do Centro de Ensino Superior do Amapá (Ceap), disciplina Direito Ambiental; Procuradora do Ministério Público do Amapá, na 10ª Procuradoria; Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público; e Coordenadora do Centro Integrado de Investigação e Inteligência do Ministério Público do Estado do Amapá. Também fui Secretária-Geral por três anos e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça por quatro anos.

Eu preciso agradecer a recepção de todos os Senadores e me coloco, desde já, à disposição.

Meu objetivo é contribuir no CNMP para fortalecimento e aperfeiçoamento da instituição Ministério Público, cuja missão é servir ao público. Para aqueles que me conhecem e sabem como eu atuo, sabem que a resolução de conflitos é o tópico de qualquer gestão. O diálogo é necessário, e isso se faz presente em toda a minha administração, durante todo o meu mister no Ministério Público do Estado do Amapá. E vamos continuar dessa forma no Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui presentes também os Procuradores de Justiça Dr. Joel e a Dra. Judith; o meu carinhoso abraço; os meus respeitos às minhas irmãs que estão hoje me assistindo, uma do Pará, outra de São Paulo; o meu beijo aos meus sobrinhos.

Eu deixo para vocês um pensamento que é um pensamento durante toda a minha jornada: o futuro do nosso estado, do país e do planeta sempre será o pensamento coletivo. Onde não houver pensamento coletivo, não haverá jornada, não haverá construção de absolutamente nada. E é isso que nós pretendemos como membros do Ministério Público, que estamos à disposição da sociedade, que a quem servimos.

E também as mulheres... E aqui eu preciso falar em nome da nossa Procuradora-Geral de Justiça da Bahia, Dra. Norma; aqui eu vejo a Presidente da associação do Acre, Meire. A Ledinha também deve estar por aqui, mas eu não a estou vendo, do Amazonas. E também a Dra. Fátima Pelaes, do meu Estado do Amapá; e a Senadora Daniella, que saiu agora.

Mas eu deixo este pensamento que muito se aproxima de tudo ao que nós pensamos e lutamos uma vida inteira para conseguirmos chegar. Às mulheres – deixo o pensamento –, que participem sempre que possível nos espaços de poder. É necessário o nosso olhar, a nossa sensibilidade, a nossa forma de resolver os problemas, porque não há força maior do que a de uma mulher determinada a crescer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Lucas, só um minuto: é que o Senador Humberto, Relator do Dr. Igor, está *online*, e ele gostaria de participar.

Tem como colocá-lo no telão? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nosso querido Presidente, Senador Líder Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nosso indicado, o Dr. Igor Roque, eu tive a alegria de ter sido o Relator desse processo de indicação dele para a Defensoria Pública da União, e eu me sinto muito seguro no sentido de dizer que é uma excelente indicação, não apenas pelo fato de ser pernambucano, de ter aqui um trabalho respeitado por todos, mas pelas credenciais que ele apresentou e que, eu acredito, são aquelas integralmente necessárias para assumir a direção de uma das principais instituições da nossa democracia.

Igor já foi procurador federal e está há uma década nos quadros da DPU. Sua carreira é reflexo de tudo aquilo que a Defensoria Pública da União representa: manutenção e defesa dos direitos fundamentais, promoção dos direitos humanos, dos direitos individuais, dos direitos coletivos, além da garantia do acesso integral e gratuito à Justiça. Por isso, Sr. Presidente, não querendo aqui me alongar, ressalto apenas que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um privilégio poder, neste momento, festejar essa indicação de um cidadão pernambucano de bem para um cargo de tamanha importância e relevância para a Justiça brasileira.

Muito obrigado.

Um abraço a todos e a todas, e sucesso ao nosso querido amigo Igor Roque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Presidente Humberto.

Quero registrar a presença do Dr. Fábio de Souza, Procurador-Geral do MP de Santa Catarina; também do Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar; do Dr. Nelson Alves, Presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe); Dr. Fabrício Mingati, Procurador de Justiça e Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público do estado.

Queria conceder a palavra ao Relator da indicação da Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, o Senador Lucas Barreto.

(É o seguinte o item em deliberação:

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 28/06/2023, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- A votação da indicação será obrigatoriamente presencial.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a minha participação será breve.

Eu quero começar falando da DPU. Eu penso que a Defensoria Pública – inclusive a do nosso estado, que é a mais recente, mas que já está toda estruturada – defende realmente o cidadão.

Também quero dizer que nós entendemos que a PEC a ser aprovada aqui, com a valorização do tempo de magistratura, que também a defensoria esteja nessa tríade, até mesmo porque já há previsão constitucional aprovada depois. Então, esse é um compromisso, eu que também sou considerado de coração verde, os senhores podem ter certeza.

E quero falar aqui dos novos Conselheiros do Ministério Público, na pessoa da Dra. Ivana. Quero falar da índole, da personalidade e do trabalho da Dra. Ivana no Estado do Amapá. Penso eu que eu tive o privilégio de assumir a Presidência da Assembleia na mesma época que ela também, logo depois, foi nomeada pela primeira vez Procuradora-Geral do Estado do Amapá. E posso dizer a vocês que mudou tudo, tudo, em nível de gestores, quando a Dra. Ivana foi, pela primeira vez Procuradora, porque acho que já foi quatro vezes. Então, foi Procuradora, Presidente do Conselho de Procuradores dos Estados. Agora foi sucedida pela Dra. Norma, que é da Bahia. Então fica aqui registrado, Dra. Ivana, o carinho que o povo do Amapá tem, que os Senadores do Amapá, eu, Davi, Randolfe, o respeito que todos nós políticos temos pela senhora. E também tem alguns que têm pavor, porque ela é de rocha, como a gente diz, ela trabalha mesmo para fiscalizar, cumprir o papel constitucional do Ministério Público. Então, fica aqui não só o respeito, mas o carinho que todos nós temos pela senhora, toda a nossa bancada. Toda a nossa bancada sempre apoiou essa instituição que é muito forte no estado, no Brasil. A senhora sabe que eu, Davi e Randolfe também sempre estivemos em defesa do Ministério Público por saber do papel e da importância do MP, do MPF, do Ministério Público de Trabalho.

E hoje nós estamos aqui também com um amigo, que também é o Dr. Moacyr, vários amigos, Dr. Paulo. Mas, assim, na pandemia nós tivemos as votações, e era difícil você conseguir o quórum. Então, hoje, o Dr. Moacyr aqui está tendo uma recondução pacífica, tranquila, porque, na primeira indicação dele, foi um ano e quatro meses...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... um ano e meio andando. Não tinha quórum para votar, suspende... Conclusão, culminou até que um dia ele quase quebra o pé, torceu o pé na escada de tanto andar aqui. E hoje é com rapidez que estão sendo votados o senhor e todos os outros conselheiros.

Como a gente diz no Amapá ali, o Dr. Pablo Coutinho Barreto, que tem essa proximidade, mas não é parente, como a gente chama no Amapá, é um nome muito respeitado, indicação pessoal do Dr. Aras. Todos eles visitaram todos os gabinetes dos Senadores e das Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que esta é uma sessão que nós nunca vimos aqui, de tantos indicados sendo aprovados conjuntamente. Então, vamos esperar que à tarde tenha quórum. Fica aqui o nosso requerimento verbal para que possam ser votados hoje.

Quero agradecer aqui ao Senador Jader Barbalho, que está presente na sessão desde o início e que conhece a Região Norte.

O Pará estará representado também pela Dra. Ivana, porque nós já fomos Pará. Então, Dra. Ivana, sucesso! E a todos os senhores e as senhoras que serão escolhidos agora, votados na CCJ, sucesso nesta nova missão! Também sucesso na recondução, Moacyr e Paulo, e a todos os outros que estão sendo conduzidos!

Contem conosco, com o Senado Federal, para que esta instituição, o Ministério Público e o Conselho Nacional do Ministério Público sejam sempre instituições fortes e respeitadas em todo o país.

Sucesso a todos!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Presidente Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Para interpelar.) – Eu gostaria, Presidente Davi, de fazer uma breve intervenção.

Em primeiro lugar, quero festejar o fato de estar aqui no Senado Federal, porque eu me senti hoje como o texto da música que diz – eu acho que é do mineiro –: "sou um eterno aprendiz". E eu tive a oportunidade hoje, mais uma vez, de, estando aqui, aprender um pouco mais sobre a realidade brasileira e, de modo particular, sobre esta instituição fundamental para a sociedade brasileira que é o Ministério Público.

A sociedade democrática – e aqui já foi dito por outros companheiros – é a sociedade do contraditório. Onde não existe o contraditório, não existe a democracia. E creio que, portanto, o papel do Ministério Público é esse, porque o Executivo é parte, e, no Legislativo, nós somos formados pela representação das diversas correntes de opinião pública, mas o Ministério Público, como fiscal da lei, como fiscal dos interesses da sociedade, é exatamente este órgão mediador deste conflito que é inevitável na sociedade democrática e, que, repito, é feita pelo contraditório.

Eu ouvi esta aula hoje aqui e, como eu sou um eterno aprendiz, apesar de ainda ser muito jovem, eu acrescento mais este dia como um dia de aprendizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo cumprimentar todos os que vieram aqui para esta sabatina para integrarem o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Quero cumprimentá-los pela vida deles. Eu fiquei muito atento ao depoimento pessoal de cada um. E fiquei imaginando: a vida de cada um de nós daria um romance ou uma grande trilha cinematográfica.

Eu vi aqui a história da dificuldade de quase todos vocês ou da integralidade de todos vocês, a dificuldade para chegar aonde chegaram, a dificuldade da família, a dificuldade dos pais, o começo de imensa dificuldade, porque a vida efetivamente é uma grande escada, é degrau a degrau. Alguns poucos conseguem subir pelo corrimão, mas o corrimão é profundamente arriscado, porque é liso, Davi, e ainda tem uma bolota assim embaixo no corrimão.

Então, eu quero cumprimentar e festejar cada um de vocês pela história de vida de vocês, que fez vocês não só chegarem até aqui, mas chegarem à carreira que vocês resolveram trilhar e que tem um papel fundamental e importante para a nossa sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Parabéns! Parabéns, portanto, a todos vocês! Parabéns pela oportunidade de dar aula sobre a importância do Ministério Público!

O Ministério Público não tem partido. O partido do Ministério Público é a sociedade. Você, Davi, tem partido. Eu tenho partido. Os políticos devem ter partido. Se chega ao Executivo, à exceção da ditadura, que eu tive a oportunidade, Davi... Como eu venho um pouco de longe, eu me lembro de 31 de março de 1964 – eu me lembro. Eu já fazia política estudantil. E, logo depois, em 1966, eu me submeti ao primeiro julgamento popular, como Vereador em Belém. Depois, eu assisti a 1968; eu assisti ao AI-5.

Ainda ontem contava a um companheiro de viagem, um mineiro, a oportunidade que eu tive de conhecer, pessoalmente, o Presidente Juscelino Kubitschek, quando ele foi a Belém, no dia 8 de dezembro de 1968, para atender ao apelo dos estudantes de Medicina que se formavam. Ele era o patrono daquela turma. E eu tive o privilégio de participar de um almoço com ele e, depois, o privilégio de ser convidado por ele para uma conversa, porque ele me disse que ia fazer o discurso de improviso e ele precisava ter notícias de coisas que ele poderia falar. Eu disse: Presidente, sobre o Pará, o senhor precisa só dizer uma coisa, que o senhor quebrou o nosso isolamento, o senhor construiu a Belém-Brasília, e nós devemos muito do que somos hoje no Pará, e o Brasil lhe deve muito.

Eu acompanhei, Davi... Eu me lembro dessas coisas pelo privilégio da memória. Eu o acompanhei, no Ginásio Serra Freire do Clube do Remo, para ouvir e tive o privilégio de ouvir o discurso dele. Ele iniciou o discurso dele dizendo: "Foi aqui na terra de vocês que eu os anistiei, quando eles, que hoje me perseguem, ainda estavam de armas na mão". Era o episódio, Davi, do primeiro levante militar contra o Governo dele em Jacareacanga, que hoje é município no oeste do meu estado. Depois, foi Aragarças, um episódio menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer, Davi, do privilégio... Ganhei o dia, porque aprendi mais. Aprendi mais sobre o Ministério Público, cresceu o meu respeito por essa instituição, porque, como aqui foi citado Ruy uma ou duas vezes, Ruy Barbosa dizia que não há tribunais que bastem para abrigar o direito, quando o dever ausenta-se da consciência dos magistrados. E vocês têm uma responsabilidade enorme nos conselhos em que vocês vão acompanhar o trabalho da Justiça, o trabalho não só do Poder Judiciário, mas do Ministério Público.

Já vou longe demais e devo encerrar esta minha breve intervenção, porque eu não pretendia absolutamente, Davi, pedir a palavra, mas ouvir, aprender um pouco mais – como alguém que falou aqui sobre a obra de Cervantes, caminhar na minha estrada.

Quero registrar, Dr. Igor, a alegria de ouvi-lo, porque, poucos dias atrás, eu recebi uma homenagem pelos 40 anos da Defensoria Pública do meu estado, que eu criei. Fui o primeiro Governador no Brasil, nos idos de março de 1983... Porque, como venho de longe, eu fui da turma de Governadores da primeira eleição direta, eu tive o privilégio de ser da mesma eleição de Franco Montoro em São Paulo, de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, de Tancredo Neves em Minas Gerais e de tantos outros. Eu, há poucos dias, recebi uma medalha de homenagem pelos 40 anos da Defensoria Pública do meu estado. Eu fiquei muito feliz em ouvi-lo, porque a Defensoria Pública tem um papel fundamental. Como disse aqui o Contarato, é principalmente defender, neste país rico, mas de uma sociedade com profundas desigualdades, os mais pobres, que precisam efetivamente da assistência para poder sobreviver no nosso país. E a Defensoria Pública tem esse papel fundamental.

Davi, mil perdões! Eu não estava programado hoje para aqui falar, eu vim com intenção de só ouvir e continuar aprendendo. Valeu a pena ter vindo à CCJ hoje.

Parabéns a vocês! Parabéns pela história pessoal de cada um de vocês e parabéns pelo papel que vocês desempenham na sociedade! Parabéns aos nossos colegas, Senadoras e Senadores, que foram Relatores!

E parabéns, Davi! Você vai acabar merecendo aqui a nossa indicação para o Prêmio Nobel da Paz. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Jader. Agora eu vi força.

Dr. Jader, eu quero aproveitar as suas palavras para fazer um registro público aqui, nas pessoas da Dra. Ivana, que está ao meu lado aqui, do Dr. Comin, do Dr. Pablo e do Dr. Schoucair: eu estava em uma viagem para o exterior, fui a dois eventos em Portugal, em Lisboa e em Coimbra, um evento liderado pelo Ministro Gilmar Mendes, um encontro jurídico, e um em Coimbra, liderado pelo Ministro Salomão e pelo Ministro Alexandre de Moraes. E, meia-noite, eu recebi um telefonema, Dra. Ivana, do Presidente Jader Barbalho. Raramente o Presidente Jader Barbalho entra em contato para alguma demanda legislativa, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma agenda institucional. E eu disse: "Eu vou atender meu Presidente Jader". "Diga, Presidente, tudo bem?" "Presidente Alcolumbre, eu estou ligando, porque eu quero saber se está confirmada, na próxima semana, na Comissão de Constituição e Justiça, já que você está no exterior, a sabatina dos indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público, para o Conselho Nacional de Justiça e para a Defensoria Pública da União, porque nós precisamos fazer a arguição desses indicados. Eu estarei indo para Brasília e eu preciso da confirmação. E faço um apelo a V. Exa. para que a gente possa deliberar, ainda nesse semestre, os indicados".

Então, eu fiz essa confidência, diante da sua manifestação, para registrar a preocupação do Presidente Jader. E, pela fala de V. Exa., contextualizando momentos históricos do nosso país e lembrando a importância e o significado dessas instituições de correição e também da defensoria pública, me cabia fazer este registro a todos que estão aqui: o Presidente Jader Barbalho cobrou veementemente a reunião da CCJ para que a gente pudesse, ainda este semestre – repetiu três vezes –, porque a gente precisava disso, Dr. Antônio Edílio, deliberar, com a presença de V. Exas. nesta Comissão, porque havia algumas manifestações para que a gente deixasse a sabatina para o próximo semestre.

Então, eu quero fazer esse registro. Eu assegurei a todos os conselheiros e à conselheira Ivana que nós faríamos a sabatina na reunião de hoje, mas eu quero registrar publicamente o telefonema do Presidente Jader, preocupado com essas ponderações de alguns Parlamentares tentando colocar a sabatina dos conselheiros para o próximo semestre. E eu assegurei, a pedido do Dr. Jader, do Presidente Jader, que nós estaríamos aqui no dia de hoje fazendo essa reunião de arguição. Então, é muito importante esse registro de um Senador preocupado com este encontro, com este evento. E, diante das ponderações históricas de V. Exa., eu precisava, como ex-Presidente desta Casa, como um conselheiro nosso, com a experiência de vida, com a história e com a biografia de V. Exa., fazer esse registro. Eu dei a palavra para os Conselheiros de que nós estaríamos aqui. Eu dei a palavra para o Senadores, e faço o registro ao Senador Jader, de que nós estaríamos aqui. Estou cumprindo com a palavra e com o pedido de vários Senadores para que nós estivéssemos aqui no dia de hoje.

Muito obrigado, Presidente Jader, pelas suas manifestações.

Concedo a palavra ao Dr. Moacyr Rey Filho.

E quero agradecer a presença, Dr. Moacyr, antes de V. Exa. fazer sua exposição, de S. Exa., grande líder espiritual brasileiro e político, o Senador Magno Malta.

Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Muito obrigado pela presença de V. Exa. V. Exa. também é uma fonte de inspiração. Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Essa parte aí eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Depois eu vou pegar o telefone do estilista. (*Risos.*)

Está bacana, está combinando, está tranquilo.

Com a palavra, Dr. Moacyr Rey Filho.

O SR. MOACYR REY FILHO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Davi.

Bom dia, senhoras e senhores.

Cumprimento o Exmo. Sr. Davi Alcolumbre, Presidente desta Comissão, reconhecendo a sua capacidade de liderança, Senador Davi, sua capacidade de diálogo constante. Cumprimento as Exmas. Senadoras e Senadores desta Comissão e do Senado da República. Meu agradecimento especial ao Senador Mecias de Jesus, que, de forma muito gentil, se colocou à disposição para ser Relator do meu processo de indicação ao CNMP. Também registro um agradecimento especial ao Senador Lucas Barreto e aos assessores de seu gabinete, especialmente à servidora e amiga Claudia Peres, que sempre se colocaram à disposição para nos atender durante o período em que nos apresentamos a V. Exas. nos gabinetes e no plenário desta Casa. Na sua pessoa, também cumprimento todos os servidores desta ilustre Casa.

Congratulo meus colegas de sabatina indicados ao CNP, CNJ e Defensoria Pública Geral da União. Cumprimento os conselheiros e ex-conselheiros do CNMP aqui presentes e todos os servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Cumprimento os procuradores-gerais e procuradoras-gerais de Justiça na pessoa do Sr. César Mattar, Presidente do CNPG. Cumprimento também o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Georges, que nos assiste virtualmente e que mandou representante, o Dr. Ruy Reis, também colega do MPDFT.

Agradeço enormemente ao Dr. Augusto Aras a confiança em mim depositada na sua indicação a esta Casa.

Saúdo os presidentes de associações de classe do Ministério Público na pessoa do Presidente da Conamp, Dr. Manoel Murrieta. E faço também uma saudação especial a todos os amigos e colegas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. É uma grande honra poder representá-los no Conselho Nacional do Ministério Público.

Senhoras e senhores, agradeço a oportunidade de apresentar meu perfil pessoal e profissional e a honra de ser sabatinado por esta Casa como indicado ao CNMP.

Sou natural do Mato Grosso do Sul, da cidade de Corumbá. Vim para Brasília muito jovem. Aqui estudei em escola pública...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACYR REY FILHO – ... e fiz faculdade de Direito e mestrado em Direito e Políticas Públicas com enfoque em saúde pública.

Ingressei no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em 2004. Ao longo de 30 anos de serviço público – 11 anos como servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e 19 anos como Promotor de Justiça –, exerci atribuições em promotorias criminais de violência doméstica, cível, júri, execuções penais, infância e juventude e fazenda pública. Atuei também em promotorias de fiscalização de políticas públicas, tais como defesa da saúde, proteção do idoso e da pessoa com deficiência, onde sempre pautei minha atuação primando pelo diálogo institucional e respeito com os gestores públicos.

Na administração do Ministério Público do DF, ocupei por sete anos os cargos administrativos de Assessor de Políticas Institucionais e Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. Nos anos de 2013 e 2014, exerci o cargo de membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência do CNMP, com a função de acompanhar as proposições legislativas neste Congresso Nacional.

Em 2021, fui aprovado pelo Plenário desta Casa para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. No Biênio 2021-2023, como Conselheiro Nacional, pude participar de discussões e decisões que, acredito, contribuíram para o aperfeiçoamento institucional do Ministério Público brasileiro.

Como Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico, apresentei proposta de resolução que criou a Estratégia Nacional do Ministério Público Digital, visando, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento e o uso de soluções tecnológicas que favoreçam a tomada de decisão baseada em dados e em critérios objetivos, para uma atuação ministerial mais impessoalizada, eficiente e resolutiva.

Fui Relator da proposta de resolução que instituiu a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público brasileiro, buscando assegurar a melhoria dos níveis de promoção e prevenção de saúde mental dos integrantes da instituição, bem como o acompanhamento de seus resultados.

Também fui Relator da Proposta de Recomendação nº 100, de 2023, visando ao fortalecimento da atuação funcional dos promotores de Justiça da infância e juventude no processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares. Essas e outras propostas normativas foram fruto da participação e dedicação dos atuais integrantes do Conselho Nacional, representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Agradeço mais uma vez, Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a honra de me apresentar a V. Exas. e ser novamente sabatinado nesta Comissão. E me comprometo, caso aprovado, a exercer minhas atribuições com equilíbrio, responsabilidade, respeito e diálogo constante com os demais Poderes da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns, Dr. Moacyr.

Concedo a palavra para o último sabatinado no dia de hoje, Dr. Ângelo Fabiano Farias.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, o Senador Davi Alcolumbre, a quem agradeço pelo acolhimento e atenção, Senador, com que sempre nos recebeu, nas diversas oportunidades que tivemos de dialogar com V. Exa. Faço minhas as palavras já ditas pelo Conselheiro Antônio Edílio, pelo grandioso líder político que V. Exa. é. Das vezes em que tivemos juntos, recebemos verdadeiras aulas de política, e, como nós sabemos aqui no dia a dia, na nossa função, nada se faz sem que seja uma construção de uma boa política, e V. Exa. tem habilidade demais para isto. Muito obrigado também pelo empenho na realização desta sabatina na data de hoje, com o apoio do Senador Jader Barbalho.

Cumprimento o Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator do meu processo de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, a quem também faço um agradecimento pela confiança em mim depositada mais uma vez. Minhas saudações também ao Senador Lucas Barreto e à sua assessoria, na pessoa de Claudia Peres, querida amiga, que, em todos os momentos que precisamos, acolheram com muito carinho e gentileza a mim e a todos os indicados ao CNMP. Cumprimento os demais Senadores e Senadoras desta Comissão e desta Casa Legislativa e peço licença para fazê-lo nas pessoas do Senador Jader Barbalho, da Senadora Daniella Ribeiro, que passou aqui, da nossa amada Paraíba, e de todos os Senadores que nos receberam aqui com tanta gentileza e carinho, a nós indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público, nas várias reuniões que nós tivemos.

Saúdo os meus colegas de sabatina, indicados ao CNMP, ao CNJ, à Defensoria Pública-Geral da União. Um cumprimento especial ao Ministro Mauro Campbell, que nos assiste telepresencialmente. Saúdo todas as procuradoras e todos os procuradores do trabalho do país, e o faço nas pessoas do Subprocurador-Geral do Trabalho Fábio Leal Cardoso, que neste ato representa o Procurador-Geral do Trabalho, e do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho, José Antonio Vieira. Um agradecimento especial, senhoras e senhores, aos colegas e às colegas de Ministério Público do Trabalho pelos votos a mim conferidos, bem como ao Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima, pela indicação, e ao Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, pela confiança em mim depositada para, se aprovado pelo Senado Federal, representar mais uma vez o MPT no CNMP.

Cumprimento os procuradores-gerais e as procuradoras-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos estados e da União aqui presentes, e o faço em nome do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, o Dr. César Mattar Júnior, e da ex-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Dra. Norma Angélica. Saúdo, ainda, os Presidentes das associações de classe do Ministério Público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e da magistratura aqui presentes, e o faço nas pessoas dos Presidentes da Conamp, Manoel Murrieta, e da ANPR, Ubiratan Cazetta. Saúdo os conselheiros e ex-conselheiros do CNMP, fazendo-o na pessoa do Conselheiro de sempre, Sebastião Caixeta.

E, por fim, faço uma saudação especial à minha família, nas pessoas das três mulheres que são o sustentáculo da minha vida e da minha trajetória pessoal e profissional: a minha esposa Tônia, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS – ... Jader Barbalho, aqui presente; a minha mãe Valdelice, que nos assiste de João Pessoa, na Paraíba, minha amada terra; e minha filha Ágata.

Cumprimento os magistrados, os advogados, os servidores desta Casa e os espectadores que nos assistem presencialmente ou pela TV Senado.

Antes de iniciar um resumo sobre a minha trajetória, bem como prestar contas do atual mandato de Conselheiro Nacional do Ministério Público, Presidente Davi, e ainda apresentar os principais aspectos de uma eventual recondução a esse importante cargo, Senador Carlos Viana, se merecer a aprovação dos membros desta Comissão e do Plenário do Senado Federal, o que humildemente peço a V. Exas., cabe-me agradecer pela honra em ser novamente sabatinado por esta Casa, como indicado ao CNMP, ocasião que certamente representa o ápice de uma vida e de uma carreira dedicadas aos estudos e ao trabalho em favor do serviço público brasileiro.

Nasci em Recife, em 1980, mas fui criado toda a minha infância, adolescência e juventude na Paraíba, meu estado do coração. Nas cidades de Monteiro, no Cariri paraibano, e de João Pessoa, onde morei e estudei grande parte da minha vida. Sou filho de Lúcio Costa, Defensor Público, falecido em 2019, e de Maria Valdelice, dentista, com os quais aprendi os valores da honestidade, da ética, da humildade e da esperança no trabalho e nos estudos. No ano de 2003, formei-me em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Em 2004, aos 24 anos, tomei posse, após aprovação em concurso público, no cargo de Analista Judiciário, executante de mandados da Justiça Federal na Paraíba, tendo trabalhado nas cidades de Sousa, Sertão paraibano, e de Campina Grande – que, a propósito, é a terra do Senador Veneziano e da Senadora Daniella. Posteriormente, fui aprovado para o cargo de Procurador do Trabalho, tendo ingressado no Ministério Público do Trabalho em 2009, aos 29 anos, com lotação inicial, Senador Jader, em Porto Velho, Rondônia. Oficiei ainda em Santos e, hoje, atuo em Brasília.

No MPT, já exerci, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, diversas funções administrativas e finalísticas, tendo atuado em todas as atribuições ordinárias em primeiro e segundo grau. Na atuação como Procurador do Trabalho, sempre busquei conciliar os conflitos trabalhísticos com bastante diálogo e sensibilidade às questões e partes envolvidas, apenas acionando o Poder Judiciário quando não possível uma solução extrajudicial e consensual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De 2013, a 2014, exerci a função de membro auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Em 2016, fui eleito Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, tendo sido reconduzido em 2018. Coordenei, com muita honra, entre 2019 e 2020, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, a Frentas.

No controle do cumprimento... Em 2021 – desculpem –, com muita honra, fui aprovado pelo Senado Federal para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Desde a minha posse, em 14 de dezembro de 2021, tenho buscado, com comprometimento e espírito republicano, contribuir para o fortalecimento do Conselho Nacional do Ministério Público nas suas funções de controle administrativo, financeiro e do cumprimento dos deveres funcionais.

No início deste ano, encaminhei aos *e-mails* dos gabinetes de todos os Senadores e Senadoras relatório anual de minhas atividades como Conselheiro, prestando contas da minha atuação a esta Câmara Alta do Congresso Nacional.

Tenho pautado minha atuação, Presidente Davi, pela prevalência do diálogo e do respeito às instituições e suas funções e às pessoas e seus direitos fundamentais, atuando com firmeza e equilíbrio para coibir eventuais excessos e desvios praticados por membros do Ministério Público, por meio da orientação e da punição daqueles que eventualmente descumprem deveres funcionais.

No CNMP, presido a Comissão de Preservação da Autonomia e o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas. No desempenho da função de Presidente dessas comissões, desenvolvi vários projetos, com destaque para a busca pelo aprimoramento da atuação do Ministério Público no combate ao tráfico de pessoas e o recém-iniciado projeto de preservação da imagem do Ministério Público, que tem como objetivo principal o aperfeiçoamento da Política de Comunicação Social da instituição, com foco nos respeitos aos direitos fundamentais e ao interesse público, bem como na melhoria da comunicação com a sociedade e com os Poderes constituídos.

No controle do cumprimento dos deveres funcionais, Presidente Davi, nós temos atuado de forma vigorosa e criteriosa, apurando e punindo as faltas disciplinares e os excessos identificados, o que tem ocasionado, por exemplo, uma sensível redução das agressões em redes sociais após a atuação firme do CNMP, que culminou na aplicação de sanções disciplinares em vários casos – em alguns dos quais fui relator – em que foram identificados discursos de ódio, intolerância, manifestações contra a democracia e contra as instituições, discriminações de qualquer natureza e ofensa a autoridades públicas e pessoas.

No exercício do poder normativo, aprovamos normas importantes, tais como: resolução que estabeleceu cotas para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica nos contratos de prestação de serviços no âmbito do Ministério Público; resolução que instituiu a Política de Incentivo à Participação Feminina no Ministério Público; resolução que instituiu o Código de Ética do Ministério Público brasileiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a recomendação para atuação visando a proteção das crianças e adolescentes em atividades culturais e artísticas, inclusive em plataformas digitais; e a recomendação para a implementação de projetos de recuperação e reeducação de agressores em casos de violência doméstica.

Essas são algumas das realizações ocorridas durante o nosso mandato, que contaram com a participação de todos os Conselheiros, dentre eles os que aqui também estão indicados para a recondução.

Se eu tiver a honra de ser novamente Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, com o voto da maioria dos Senadores e das Senadoras, quero continuar ajudando a construir um Ministério Público que passe cada vez mais a contribuir para a construção de soluções conciliadas com os demais Poderes e instituições, para a concretização de direitos fundamentais, para a transformação da vida das pessoas e para a defesa do regime democrático.

Agradeço, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, pela honra de poder me dirigir a V. Exas. e ser sabatinado nesta Comissão, comprometendo-me, se aprovado, a exercer o mandato com responsabilidade, equilíbrio, sensibilidade, diálogo, firmeza e respeito.

Com esta breve apresentação, Presidente Davi, Srs. Senadores, peço às senhoras e aos senhores a aprovação do meu nome para o Conselho Nacional do Ministério Público, estando à inteira disposição para receber quaisquer questionamentos.

Obrigado, Senador Davi. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Ângelo Fabiano Farias, pelas palavras também.

Eu vou aproveitar para fazer justiça também. O Dr. Ângelo citou S. Exa. o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Luiz Campbell Marques.

Estive com o Ministro Mauro Campbell em Portugal, em vários eventos jurídicos de que participei, e no dia de ontem também, da mesma maneira como foi feito pelo Presidente Jader, o Ministro Mauro Campbell me ligou também preocupado sobre se teríamos ou não a sabatina no dia de hoje. Então, quero aproveitar esse espaço para abraçar S. Exa. Sr. Ministro Mauro Campbell, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que também estava acompanhando atentamente e, sem dúvida nenhuma, pela origem, já que ele é egrégio do Ministério Público do Estado do Amazonas e hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça, também estava preocupado com a sabatina na reunião de hoje da Comissão.

Então, eu quero abraçar o Ministro Mauro e externar a todos os Conselheiros a preocupação de S. Exa. Ministro Mauro, porque também, da mesma maneira, eu o tranquilizei confirmando para ele a reunião da Comissão.

Senadora Soraya, V. Exa. vai votar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu passei só para cumprimentá-los e desejar boa sorte a todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Eu queria... Senador Viana, V. Exa. deseja fazer uso da palavra?

Só após o Senador Viana, o Senador Sergio Fernando Moro pediu para que aguardasse e ele gostaria de fazer a sua manifestação como último Senador inscrito.

Eu vou passar a palavra ao Senador Viana. V. Exa. tem o tempo necessário, porque nós vamos aguardar o Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Davi.

Meu bom dia a todos os senhores e as senhoras, aqueles que estão sendo sabatinados pela primeira vez, os que estão sendo já encaminhados para o segundo mandato. Dou bom dia aos que nos acompanham pela TV Senado, que hoje tem uma audiência muito grande em todo o país; e pela Rádio Senado; e aos Srs. Senadores aqui, na presença do nosso querido Jader Barbalho, que sempre é de uma experiência muito grande. É um prazer. É meu vizinho, inclusive, e, constantemente, está lá com uma culinária impressionante. Quer dizer, eu chego ao prédio e o cheiro está longe, da cozinheira dele. Então, o senhor valorize a sua cozinheira, porque...

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. *Fora do microfone*.) – É o pato no tucupi.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – É o pato no tucupi, aquilo cheira longe.

Mas voltando aqui ao nosso ponto, eu quero dizer da minha satisfação em poder ter conhecido cada um dos senhores, a gentileza da visita, a disponibilidade, mas principalmente o diálogo que nós, como autoridades neste país, temos de ter, porque acima de qualquer um dos nossos cargos está o serviço à população brasileira. Nenhum de nós está aqui pelo seu próprio merecimento, vamos dizer assim, mas, sim, porque a população nos deu a oportunidade de estar nesta Casa defendendo os interesses da nossa Constituição e do nosso povo.

Nos últimos meses, agora recentemente, a qualidade dos currículos que têm sido trazidos aqui para votação, aqueles que já estão no cargo... E aqui eu quero fazer um recorte em especial ao Conselho Nacional do Ministério Público, que tem feito um trabalho excepcional de reequilíbrio, porque não há, da nossa parte, como Parlamentares, em momento algum, interesse em querer manter ou esconder qualquer tipo de trabalho irregular por parte de quem quer que seja na política. Mas também precisamos entender que o país precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tranquilidade na política, e que o promotor, o procurador têm que ter o crescimento na carreira deles por merecimento e competência, não por manchetes de jornal que geram na população primeiramente um sentimento de insegurança e de impunidade.

Constantemente, Presidente Davi, a gente observa, por exemplo, grandes operações bombásticas, entrevistas, jornais com manchetes e tudo mais, e, quando você vai ver lá no final, não há provas suficientes para a condenação. Isso gera no país um sentimento de inoperância, de impunidade, porque o cidadão que está do outro lado diz: "Espera aí, mas e tudo aquilo que foi falado? E tudo aquilo que foi mostrado?". O país é o país dos corruptos, e não é assim. Há um todo um processo que tem que ser respeitado.

E nós temos colocado isso. A todos os senhores que foram lá eu fui claro: nós precisamos ter esse reequilíbrio. Há uma discussão de respeito entre as partes, porque, se qualquer crime tivesse sido cometido, nós aqui mesmo na Casa... Não estamos aqui para poder passar a mão na cabeça de ninguém, não! Agora, é preciso que a gente tenha esse respeito, e é o primeiro passo para que a gente possa ter novamente a independência e o equilíbrio entre os Poderes. Eu volto a dizer: ninguém está aqui superior a ninguém; nem o Judiciário sobre o Legislativo, nem o Legislativo sobre o Executivo. Nós estamos aqui com o tripé de fazer com que o Brasil possa crescer e as leis serem aprimoradas, as carreiras serem respeitadas.

E eu observei nesses últimos Conselheiros que estão lá no CNMP essa disposição de entender que nós todos temos que ter freios e contrapesos, todos nós. E não se trata, em momento algum, volto a dizer, de ser conivente ou de não querer qualquer tipo de punição, mas nós levarmos ao país ações que gerem na população a sensação de que há justiça. Porque, da maneira como muitas vezes apresentamos... Há um ditado sefardita que diz que quem toma decisões rápidas se arrepende devagar. E é assim que as coisas acontecem no Brasil; a gente toma decisões rápidas, operações rápidas e, no final, a gente percebe que nada daquilo se confirmou. Isso vem gerando, nesses anos todos, a sensação de impunidade que nós temos, e não é verdade. Em boa parte, o Judiciário tem dado respostas muito efetivas sobre questões.

Em Minas, por exemplo – vou dar aqui outro recorte –, nós discutimos muito a demora sobre a questão de homicídios. Os julgamentos do tribunal do júri demoravam quatro, cinco, seis anos. E, diante das pesquisas e da população dizendo "há muita impunidade", o próprio Judiciário mineiro fez uma grande série de mutirões em que os homicídios começaram a ser julgados com 12 meses, no máximo, em 24 meses, e as respostas começaram a vir. Resultado: o número de homicídios começou a cair de uma maneira muito efetiva, porque se mostrou à população que há justiça no país; não apenas manchetes ou uma série de proposições. Não! Há justiça. A pessoa matou, ela vai ter consequências; ela roubou, ela vai ter consequências; ela cometeu qualquer tipo de inabilidade com a sociedade que não seja aceitável, ela tem que sentir a mão do Estado. Esse é o nosso trabalho efetivo aqui.

Os currículos dos senhores têm nos ajudado, cada um dentro da sua área, a devolver ao país esse equilíbrio. E eu fico muito feliz de poder fazer parte deste momento em que a gente faz uma avaliação sincera de onde nós precisamos melhorar, o que nós precisamos para fazer para que a população sinta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente confiança nas urnas, no Parlamento, na democracia, na República. E não é só por discursos, mas pelas ações de cada um no seu dia a dia.

Então, parabéns! Desejo muito sucesso na condução dos senhores, na recondução, e muita responsabilidade em nome do nosso país.

E vejo aqui também que são todos vindos, cada um, de uma região, não é? Cada um de uma área do Brasil, um Brasil mais completo, e isso nos agrada muito.

Meu muito obrigado pela palavra, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Viana.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui primeiro cumprimentar todos os candidatos: Dr. Paulo Cezar, Dr. Fernando Comin, Dra. Ivana Lúcia, Dr. Jaime Cassio, Dr. Moacyr Rey, Dr. Ângelo Fabiano, Dr. Antônio Edílio, Dr. Pablo Coutinho, Dr. João Paulo, todos aí candidatos ao CNMP e ao CNJ, e igualmente ao Dr. Igor Roberto, candidato a Defensor Público federal.

E nem é uma pergunta aqui – viu? – aos doutores e doutora, é mais uma colocação para reflexão. O CNJ e o CNMP, quando foram criados, tinham por objetivo, principalmente, regular e não tanto fazer a fiscalização da atividade do Ministério Público ou do Judiciário, mas servir como um órgão que apresentasse propostas de políticas públicas para que, regulando a lei, regulando o Judiciário, pudesse ser prestado um melhor serviço de Justiça à população. Posteriormente, acho que no período, principalmente, da Ministra Eliana Calmon e depois do Ministro Gilson Dipp, foi que começou a ter uma atividade, pelo menos no CNJ, mais robusta e fiscalizatória, e alguns graves casos de desvios de magistrados foram ali identificados, e aqueles, como existe em qualquer ramo profissional, magistrados que não cumpriram o seu dever foram afastados.

Nós temos que ter uma preocupação – eu tenho uma preocupação – em relação ao CNJ e ao CNMP em dois pontos. Primeiro, é preciso garantir a independência interna do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário. A atuação do CNJ e do CNMP não pode ser omissa, mas ela não pode ter a intensidade de começar a afetar a própria independência do promotor e a do juiz, que estão vinculados unicamente à lei, aprovada aqui por esta Casa. Quando a gente fala de independência, isto é essencialmente importante, a independência do Judiciário e do Ministério Público em relação aos outros Poderes, mas existe também uma independência interna que tem que ser resguardada. Eu, particularmente, tenho visto alguns casos em que eu tenho dúvidas de se isso tem sido, de fato, resguardado. E os doutores e doutoras que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assumindo lá têm o dever – os que estão sendo aqui escolhidos – de fazer essa sintonia para evitar um desbordamento em relação à sua atividade.

Eu lembro que, quando foi criado o CNMP e o CNJ lá atrás, salvo engano, a Ministra Ellen Gracie era Presidente do Supremo e defendeu acertadamente a criação dos órgãos. Havia aqueles na época que alardeavam: "Olha, é um risco à independência do Judiciário e é um risco à independência do Ministério Público". Na atuação nos primeiros, talvez, anos, eu sinceramente fiquei muito tranquilo, porque me pareceu que aqueles receios eram totalmente infundados, foram totalmente dissipados, mas, no presente, eu já tenho algumas dúvidas em relação a isso.

Então, nós temos que tentar evitar uma interferência na atividade do juiz e do promotor, porque, para a revisão das decisões deles, já existe o próprio sistema recursal, já existe um sistema recursal que, aliás, é extremamente generoso. Claro que casos de corrupção, de venalidade, de omissão e negligência com os serviços judiciários, porque o promotor e o juiz estão lá para servir ao público e não dele se servir, não existe qualquer problema de uma punição e uma punição severa. Agora, para o controle de conteúdo das decisões judiciais e para o controle de conteúdo das manifestações do Ministério Público, nós temos o próprio meio Judiciário para a solução de eventuais erros, excessos ou mesmo omissões. Não queremos transformar divergências muitas vezes relacionadas à interpretação da lei, à avaliação de fatos e de provas em um problema disciplinar. E sinceramente, com todo respeito às instituições, minha crença é de que isso tem se perdido nos últimos tempos.

Do outro lado, e aqui é um ponto que é extremamente relevante para o Congresso, e o Congresso tem vários defeitos – não é, Senador Davi Alcolumbre? –, mas são os representantes da população. E, se eu não gosto de um determinado Senador ou de um determinado Deputado, eu tenho oportunidade de trocar nessas eleições periódicas. Então, também temos que deixar bastante claro, e essa é uma preocupação que eu tenho, a diferença entre atividade regulamentar e inovação no ordenamento jurídico. Ao Congresso cabe inovar no ordenamento jurídico. Então, se eu quero alterar o Código Penal, o lugar para bater na porta é aqui; se eu quero alterar o Código de Processo Civil, aqui é a Casa que tem essa atribuição constitucional.

E, por vezes, no afã de fazer o bem, mesmo com boas intenções, órgãos que não têm essa atribuição acabam excedendo a sua competência. Isso acontece no Executivo, por exemplo. Hoje o Senado vai se debruçar, lá no Plenário, sobre a questão relativa aos decretos do Poder Executivo sobre o marco legal de saneamento. Vamos ver qual vai ser o resultado disso: se vai ser reputado prejudicado ou se vai haver deliberação, mas houve uma percepção de um extravasamento da atividade do Poder Executivo em relação ao que foi decidido pelo Congresso até na legislatura passada.

Agora, esse tipo de extravasamento também pode acontecer por outros órgãos, no CNJ, no CNMP... Então, aqui tem que ter a cautela necessária, porque esse extravasamento gera tensão com o Congresso. E não são só as prerrogativas do Parlamento que muitas vezes são desrespeitadas, mas é um exercício de um poder que não cabe ao órgão regulamentador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No fundo, a gente está cometendo, de certa maneira, uma violação de um predicado democrático que somente ao Parlamento cabe inovar normativamente. Eu digo isso porque tem uma tentação, não é? Às vezes, o pessoal fala brincando, Senador Carlos Viana, que todo juiz quer ser um legislador. É um pouco de exagero, mas, se quer realmente ser um legislador, tem que deixar a toga, ir ao Parlamento e evitar qualquer espécie de extravasamento.

Então, não é uma pergunta aqui, eu até já votei, e até... O voto é secreto, mas, enfim, eu votei favoravelmente – não vou manter aqui nenhum sigilo em relação a isso. Eu examinei os currículos, a atuação de todos, não só dos candidatos ao CNMP e ao CNJ, mas também do defensor público, e votei favoravelmente. Até vi que do defensor público diziam: "Ah! Mas ele defendeu o *hacker*". (*Risos.*)

Não, mas esse é o papel do defensor. Ainda bem que ele defendeu e não ajudou a condenar, não é? Eu acho que o papel do advogado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Um *hacker* lá da "vaza jato".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas era o apelido do cara, não era aquele *hacker*, era outro. Leram errado. (*Risos.*)

Era o apelido. Não se preocupe, pode votar favoravelmente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, eu já votei, mas, ainda que tivesse defendido, é o papel do defensor, do advogado. O advogado tem que fazer o seu papel, e a gente não confunde cliente com advogado. Não se pode fazer isso.

Enfim, eu votei até favoravelmente, mas fica o alerta: no exercício das suas atribuições, atentem bem para garantir independência interna e, dois, para não extravasar a competência regulamentar, que são dois pontos de preocupação que nós temos presentes em relação aos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Sergio Fernando Moro.

Eu queria agradecer. Nós estamos aqui, na reunião da Comissão, desde as 9h30, praticamente mais de três horas de reunião. A gente convidou já... Mesmo sabendo das atribuições de vários Senadores e Senadoras em outras Comissões e em outras agendas externas, acho que já temos um número suficiente para deliberarmos o resultado da votação.

Antes de encerrar a votação, eu quero também novamente agradecer e aproveitar a fala do Senador Sergio Moro para registrar também a nossa satisfação – o Senador Viana fez isso, o Presidente Jader também fez isso, vários Senadores aqui que tiveram a palavra, tiveram a oportunidade de fazer os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registros – e agradecer a todos os nossos colegas Senadores e Senadoras que foram os Relatores dos indicados.

Fiz um registro aqui: quero agradecer ao Senador Marcio Bittar, agradecer ao Senador Esperidião Amin, agradecer ao Senador Lucas Barreto, Senador Hamilton Mourão, Senador Mecias de Jesus, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Angelo Coronel, Senador Otto Alencar e Senador Humberto Costa, porque foram prestativos, cumpriram com as suas obrigações regimentais, entregaram o relatório, fizemos a reunião, a primeira etapa de deliberação do relatório, do voto de cada Relator.

Então, é importante que todos tenham tido a oportunidade de fazer a sua avaliação de cada currículo, de cada história, de cada biografia. Quero pegar as palavras do Senador Viana, do Sergio Moro e do Presidente Jader, que ainda estão aqui, registrar o altíssimo nível intelectual e profissional de cada um que está aqui hoje, aqueles que estão participando da sua recondução, mas também aqueles que estão, pela primeira vez, tendo a oportunidade de fazer a sua manifestação aqui, na CCJ, como indicados para o primeiro biênio, digamos assim.

E, de fato, registro também as preocupações do Senador Moro em relação à autonomia funcional de cada instituição, de cada órgão, mas a relação institucional com harmonia, com independência, com altivez nesse processo de construção política histórica, relatado aqui pelo Presidente Jader Barbalho.

Agradeço novamente as presenças, em nome de todos os nossos convidados. Faço esse registro em nome dos amapaenses que estão aqui. Muito obrigado ao Procurador-Geral, o Dr. Paulo Celso, novamente, pela presença, à Dra. Judith, ao Dr. Joel, Procurador de Justiça também, ao Conselheiro Paulo Martins e ao Presidente Michel JK, muito obrigado por acompanharem toda a reunião da Comissão; ao Governo do estado, também, na figura do Secretário Rodolfo Vale, Secretário de Governo, está presente também na reunião.

Queria agradecer o carinho, a amizade e a presença na reunião do meu amigo pessoal, meu companheiro de Congresso Nacional, Líder do MDB na Câmara, Deputado Isnaldo Bulhões. Muito obrigado, Isnaldo, pela sua presença aqui, na Comissão. É um carinho ter você presente, representando também a Câmara dos Deputados, como Líder de um dos grandes partidos do Brasil naquela Casa. Eu tenho certeza absoluta e todos nós sabemos da sua capacidade de articulação, e a sua presença aqui também engrandece a CCJ e o Senado Federal. Muito obrigado, Isnaldo, pela sua presença.

Não temos mais Senadores inscritos. Fizemos aqui agradecer esse ambiente, Dra. Ivana, muito cordial, um ambiente de muita mensagem, onde cada um teve a sua oportunidade de fazer a sua reflexão. A gente não usou a regra regimental da pergunta, da resposta, da réplica, da tréplica, e conseguiu fazer aqui nessas três horas de audiência da Comissão de Constituição e Justiça... Acho que temos dez indicados hoje aqui. Então, foi uma reunião muito ampliada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quis, e fiz questão de fazermos todos aqui, Dr. João Paulo, para que a gente pudesse dar a resposta aguardada pelas instituições. Percebo a preocupação também da Defensoria, que aguardava esta sabatina, dos conselhos CNJ, CNMP. E, na condição de Presidente da Comissão, também, para mim, era muito importante concluir esta deliberação ainda neste semestre, porque sei que tanto para os que estão sendo indicados para a recondução como para aqueles novos indicados há uma ansiedade, uma angústia não só da instituição, mas do cidadão em relação a este momento histórico na vida, na carreira e nas instituições em relação à sabatina, já que isso é uma decisão compartilhada. Eu sempre digo que, se isso fosse apenas uma nomeação, não precisaria ser referendado no Senado da República. Então, aquilo que precisa ser referendado no Senado da República é a oportunidade que o Congresso tem, com as instituições, de chancelar ou não uma indicação de uma autoridade para ocupar um cargo relevantíssimo diante da importância que são esses órgãos de correição e também a Defensoria Pública da União.

O Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça têm esse papel também moderador da atividade da magistratura e do Ministério Público. E da Defensoria Pública da União nem se fala, com seu papel fundamental.

Acho que o Senador Sergio Moro já foi, era apelido o nome do processo, era um apelido. Não era o *hacker*.

Está encerrada a votação.

Solicite à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo Cezar dos Passos, para o Conselho Nacional do Ministério Público: 21 votos SIM; nenhum NÃO; uma abstenção; total de 22. Aprovado.

Fernando da Silva Comin, CNMP: 22 votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção; total de 22.

Ivana Lúcia Franco Cei: 21 votos SIM; nenhum NÃO; uma abstenção; 22 votos no total.

Jaime de Cassio Miranda, Conselho Nacional do Ministério Público: 21 votos SIM; nenhum NÃO; uma abstenção; 22 votos no total.

Moacyr Rey Filho, Conselho Nacional do Ministério Público: 21 votos SIM; nenhum NÃO; uma abstenção; 22 votos no total.

Sr. Ângelo Fabiano Farias, Conselho Nacional do Ministério Público: 21 votos SIM; nenhum NÃO; uma abstenção; 22 no total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Conselho Nacional do Ministério Público: 20 votos SIM; um NÃO; uma abstenção; 22 votos no total.

Sr. Pablo Coutinho Barreto, Conselho Nacional de Justiça: 22 votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção; 22 votos no total.

Sr. João Paulo Santos Schoucair, Conselho Nacional de Justiça: 22 votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção; 22 votos no total.

E o Dr. Igor Roberto Albuquerque Roque, Defensoria Pública da União: 20 votos SIM; um voto NÃO; uma abstenção; 22 votos no total.

Estão todos aprovados. (*Palmas.*)

Parabéns!

A pedido de vários Senadores, determino à Secretaria que encaminhe isso imediatamente para o Mesa do Senado Federal. Dentro da decisão do Presidente Rodrigo Pacheco, se tivermos quórum no Plenário do Senado Federal, nós vamos deliberar ainda hoje todos os sabatinados.

Que Deus nos abençoe e proteja sempre!

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dez minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Cid Gomes, Mauro Carvalho Junior, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Laércio Oliveira e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Weverton, Omar Aziz, Angelo Coronel, Carlos Portinho, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2105, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar a perda, em favor da União, de imóvel utilizado como cativeiro no crime de sequestro e cárcere privado e no de extorsão mediante sequestro, quando o proprietário houver concorrido para o crime." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 473, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana do Migrante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2721, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Observação:** Votam vencidos os Senadores Flávio Bolsonaro e Eduardo Girão. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 38, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade dos transportes em dias de votações." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/RN), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 5 – Emenda de Plenário ao Projeto de Lei n° 2233, de 2022** que: "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável à Emenda n° 5-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2342, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2254, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, de estelionato e de fraude no comércio, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para incluir o crime de estelionato contra idoso ou vulnerável no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1987, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1496, de 2021 - Terminativo** - que: "Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4 e 5, e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 98, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto, a Emenda nº 2-CCJ, e rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Terminativo** - que: "Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4997, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas cominadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia ou transferência de dados." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. **Observação:** Durante a discussão, o Relator acata sugestão de redação do Senador Fabiano Contarato para o art. 155, § 8 do Código Penal, nos termos da Emenda nº 1. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1880, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de massacre e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a nova tipificação no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 4875, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião, Extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 13.

O resto das observações já foram feitas em outras reuniões.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nesta data em que iniciamos os trabalhos desta Comissão no segundo semestre de 2023, gostaria de trazer algumas informações sobre nossas atividades realizadas desde o início deste ano, pois foi conferida a mim por V. Exas., no início deste ano, a oportunidade de presidir esta Comissão.

Realizamos 18 reuniões desta Comissão, na qual analisamos 111 proposições que abrangeram os demais diversos assuntos, como proteção da defesa da mulher, idosos e crianças; direito penal, cível, de trânsito e eleitoral; organização do Estado e administração pública, entre outros.

Ademais, realizamos 6 audiências públicas, as quais contaram com mais de 40 convidados e abordaram temas de amplo interesse público.

Também nesta Comissão foram realizadas sabatinas de 11 autoridades, com destaque à aprovação da indicação do Ministro Cristiano Zanin Martins para o Supremo Tribunal Federal e também do Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque para o cargo de Defensor Público-Geral da União, bem como de outras autoridades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Aproveito o ensejo para agradecer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o esforço contínuo demonstrado: cada um é responsável pelo excelente resultado apresentado. Portanto, divido com todos os 27 membros desta Comissão.

Confio que continuaremos a prestar nosso serviço de elevada responsabilidade nos meses que se avizinham e enfrentaremos, com coragem e sabedoria, as demandas que nos são apresentadas pela sociedade, pelo Parlamento brasileiro e pelo Congresso Nacional.

Agradeço e muito obrigado a todos.

Nós fizemos um entendimento, há algum tempo, aqui na Comissão, de que nós iríamos, a partir da pauta que foi determinada por esta Presidência, no decorrer do procedimento – Senador Lucas Barreto, bom dia; Senador Marcos, tudo bem? –, priorizar, independentemente do item da pauta, os Relatores que estão presentes.

O item 4, a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, mesmo sendo o item 4, tem o Relator presente, na ordem de deliberação. Portanto, faço a inversão da pauta, também por solicitação do querido Líder,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Kajuru, e nós passamos a deliberar sobre este item, que altera o art. 14 da Constituição Federal...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Desculpe interrompê-lo.

Só para, primeiro, mostrar a minha felicidade de vê-lo com saúde. Sei do que o senhor passou, e é importante a sua presença, pela sua honradez e pelo que o senhor significa na história deste Senado Federal.

E também, Presidente Davi Alcolumbre, quero cumprimentar esta Comissão pela presença; vejo ali 20 registrados. Nós saímos agora da Comissão de Meio Ambiente; de novo, ela não teve quórum, pela quarta vez. Eu vi a nossa amiga Leila do Vôlei chorar. Projetos importantíssimos e sem quórum, três Senadores presentes, uma Comissão de Meio Ambiente.

Então, que esta Casa passe a refletir sobre as Comissões – eu já conversei sobre esse assunto com o meu amigo intocável Oriovisto, o Cid Gomes deve ter a mesma opinião. Os Senadores precisam ter um pouquinho mais de responsabilidade nas Comissões. Eles faltam por bobagens.

Eu pedi a inversão de pauta, porque eu vou para o hospital. Na semana passada, eu tirei nove pólipos do meu intestino, faltam três e eu preciso tirá-los hoje. Por isso que eu pedi a inversão de pauta. E os senhores sabem que eu não falto. Em quatro anos e meio de mandato, eu faltei apenas três vezes em sessão, em Comissão – duas pela UTI, porque sofri o AVC no Plenário, salvo por Otto Alencar, que na hora pegou a minha língua e me salvou; e a outra na semana passada, para tirar esses nove pólipos –, enquanto tem Senador do meu estado que faltou, em quatro anos de mandato, 386 vezes em sessões, em Comissões.

Então, parabéns, Presidente Davi, por essa Comissão continuar tendo essa frequência, essa responsabilidade.

E aqui lamento mais uma vez o aborrecimento da Senadora Leila do Vôlei, que é merecedora do nosso aplauso, do nosso reconhecimento pelo trabalho dela, pela atuação dela, por uma Comissão como a Comissão de Meio Ambiente pela quarta vez não ter quórum para votação de projetos importantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Desejo que V. Exa. tenha um procedimento cirúrgico adequado e que retorne rapidamente para o seio deste ambiente e da sua casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomo a deliberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2022.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 38, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 14 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade dos transportes em dias de votações.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Líder Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Permita-me, Presidente Davi Alcolumbre, ir diretamente à análise, pois cabe a esta Comissão emitir parecer sobre as propostas de emenda à Constituição, nos termos previstos no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme entendemos, a presente proposta de emenda à Constituição é digna de todos os encômios e deve ser acolhida por esta Casa.

Com efeito, a proposição busca fortalecer a participação popular em nossa democracia, visando algo que é, para mim, indiscutível, que é robustecer a soberania popular, mediante o fornecimento de transporte gratuito aos eleitores no dia das eleições, considerando que para muitos cidadãos brasileiros o custo financeiro para votar termina por afetar o seu apertado orçamento familiar. E a gratuidade ora proposta fará com que esses cidadãos votem sem atropelos, contribuindo para ampliar a legitimidade das eleições e dos mandatários eleitos.

A esse respeito, é preciso compreender que é muito expressiva a quantidade de eleitores de baixa renda que têm o seu local de votação distante do seu local de moradia por diversas razões, inclusive em face do crescimento territorial exponencial das grandes cidades e de suas regiões metropolitanas nas últimas décadas.

A propósito, cabe recordar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1.013, em 2022, com aplicação já nas eleições do ano passado, que fica o "poder público municipal autorizado a determinar (e as concessionárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou permissionárias do serviço público a promover) a disponibilização gratuita do serviço de transporte público urbano coletivo de passageiros em dias de realização de eleições, inclusive com linhas especiais para regiões mais distantes dos locais de votação. A autorização inclui a possibilidade de utilização, para os mesmos fins, de ônibus escolares e outros veículos públicos".

Por outro lado, cabe também aqui considerar que a presente proposição adota importante medida para resguardar a normalidade e a legitimidade dos pleitos eleitorais, pois, com a obrigatoriedade do transporte público gratuito no dia de realização de eleições, esvazia-se o abuso do poder econômico por parte dos candidatos que contratam e fornecem transporte particular com o objetivo de obter o voto dos eleitores.

De outra parte, temos consciência de que a gratuidade proposta nesta PEC terá impacto fiscal sobre os entes federados subnacionais e, para que o direito ora reconhecido possa ser efetivado, será necessário que a União promova aportes de recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Ademais, há outras especificidades organizacionais e operacionais que precisarão ser regulamentadas. Por essa razão, parece-me adequada a previsão de uma lei ordinária que regulamente a matéria, para que ela venha a ter a devida efetividade.

Assim, o estatuto supremo garante o direito ao transporte público gratuito no dia em que houver eleição e a lei regulamentar dirá como se materializará esse direito.

Por fim, estou propondo uma emenda que não afeta o mérito da iniciativa que ora analiso, apenas objetiva aperfeiçoar a sua redação.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2022, e, quanto ao mérito, por sua aprovação, com a seguinte e objetiva emenda:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao §14 do art. 14 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 1º .....
> .....
> 'Art. 14. .....
> .....
> §14. Nos dias de realização de eleições, em primeiro e segundo turnos, é garantida a gratuidade dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, urbano, semiurbano, intermunicipal e interestadual, rodoviário e aquaviário, nos termos da lei.' "

É isto que penso, Presidente, é este o meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço o apoio dos amigos e amigas desta Comissão de Constituição e Justiça à PEC apresentada pelo Senador sergipano Rogério Carvalho, que prazerosamente me escolheu para ser o Relator.

E aqui chega o nosso General Hamilton Mourão, este homem público. Eu ainda quero vê-lo Presidente da República, mas ele se recusa e diz: "Não me queira mal, Kajuru".

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não me queira mal.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – "Não me queira mal, Kajuru".

Presidente Davi, muito obrigado pela inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Confusão só presta grande, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Esse é um fato histórico.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Histórico, não é não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Davi Alcolumbre está aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, começou a perseguição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Começou a perseguição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Estou te falando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Meu *sniper* preferido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Enfim, o poder moderador está constituído. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – À minha esquerda, o Líder Kajuru; à minha direita, Marcos do Val. Será que eu estou protegido? (*Risos.*)

Marcos, não mexe para cá, porque a confusão vai ser grande. É só para você ver o nível que eu estou aqui.

Senador Flávio Bolsonaro, bom dia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – O pessoal da SWAT mandou uma mensagem para vocês. Depois eu vou compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Colocamos em discussão a matéria.

Senador Marcos Rogério, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar, primeiro, o primeiro signatário dessa proposta de emenda à Constituição, o Senador Rogério, pela iniciativa de propor essa alteração constitucional. E quero cumprimentar também, pelo relatório, o Senador Kajuru, que, entendendo a necessidade desse aprimoramento, oferece parecer favorável.

E é uma necessidade, porque quem vive lá na ponta, conhece o Brasil real, sabe que essa é uma situação que a cada eleição você tem desdobramentos diferentes. Tem região em que o juiz eleitoral decide de um jeito e tem região que decide de outro, porque você não tem hoje, em determinadas cidades, transporte coletivo público para oferecer esse tipo de atendimento à população. Muitas vezes o Prefeito, que é quem recebe essa decisão do juiz para cumprir, aciona a empresa que faz transporte escolar para, em data de eleição, prestar esse tipo de transporte, mas sem um fundamento legal, sem um regramento próprio.

Aqui é uma alteração constitucional que na verdade carecerá, na sequência, de uma lei complementar para garantir validade a esse postulado, garantir validade a essa vontade do legislador e a essa necessidade dos eleitores, especialmente aqueles que não têm condições de se locomover.

Aí, o que acontece? Muitos deixam de votar. É menos oneroso pagar a multa eleitoral por deixar de votar do que às vezes ter que arrumar um meio de transporte para chegar até o local de votação. Veja a incoerência.

Então, por isso estou cumprimentando a iniciativa e espero que a gente tenha condições de, num segundo momento, ao discutir a legislação complementar, aí sim, estabelecermos os contornos: de que maneira faremos isso, porque tem as questões de impacto orçamentário e outras mais de que nós teremos que buscar adequação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Se eu não me engano, são R$3,17 a multa para quem deixa de votar, e a passagem de ônibus é mais cara que isso.

O autor da proposta de emenda à Constituição... Eu queria cumprimentar a iniciativa do Senador Rogério Carvalho, do nosso querido Líder, de identificar esse problema. De fato, tendo a condição de assegurarmos na Constituição brasileira essa gratuidade, a gente consegue estabelecer, no ordenamento jurídico, como disse o meu irmão, Senador Marcos Rogério, as diretrizes legais para essa validação da cidadania, porque, ao fim e ao cabo, o direito de votar é o direito exercido pelo cidadão, e ele quer votar, ele quer escolher os seus representantes, mas muitas das vezes a infraestrutura ou até mesmo o ambiente em que ele vive não lhe dá essa condição adequada para que ele possa se deslocar para exercer o direito do voto livre e soberano, que cada brasileiro tem apenas um.

Então, parabéns, Líder, e concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

Eu queria cumprimentar todos os autores que, junto comigo, assinaram essa proposta de emenda à Constituição e agradecer aqui as palavras do meu querido colega e amigo Marcos Rogério. Acho que é um vazio que, de fato, nós temos que preencher no nosso ordenamento jurídico.

Nós temos uma dificuldade: o voto é um direito obrigatório, mas o cidadão não tem as condições para exercer esse direito obrigatório de votar. É que é um direito obrigatório no Brasil, mas muitas vezes é o transporte o responsável pela decisão de a quem o eleitor vai conceder seu voto. Portanto, eu acho que a gente cria as condições e dá liberdade para que a maioria dos que dependem de transporte público possam exercer esse direito obrigatório e sagrado de escolher os rumos do nosso país, dos nossos estados, dos nossos municípios e os nossos representantes em todas as casas legislativas do Brasil.

Então, queria agradecer a V. Exa. por ter pautado, ao Relator, que fez um excelente trabalho, e a todos os colegas aqui, que, espero, possam encaminhar favoravelmente à aprovação dessa emenda à Constituição.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Rogério, querido, o Relator tem nome, tá?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Relator Jorge Kajuru!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quer brigar comigo também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De forma nenhuma, não briguei com ninguém ontem, não! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não estou falando? O clima hoje está... Estava tudo tranquilo! Cadê o *sniper*? Volta para cá!

Senador Líder Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero elogiar o relatório do Senador Jorge Kajuru, que foi muito bem feito, e queria fazer uma proposta, Kajuru.

Eu acho que esse projeto que você está relatando pode resolver um outro problema que afeta muito a imagem dos políticos. Se há um assunto que não tem uma boa visibilidade na nação, é o tal do fundo eleitoral, todo mundo o critica. Nós poderíamos perfeitamente fazer com que o fundo eleitoral financiasse esse transporte.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Sensacional!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Ele seria a fonte de receita, e isso mudaria completamente a imagem desse fundo eleitoral, porque financiaria um serviço direto ao povo, mesmo que depois tivéssemos que fazer uma correção no valor do fundo. Não haverá uma perda para os partidos ou para os candidatos, porque depois nós poderemos ajustar o valor, mas que isso ficasse atrelado ao fundo eleitoral.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Fantástico!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Eu concordo 100%, 100% eu concordo com o Oriovisto, até porque, graças a Deus, eu nunca usei fundo eleitoral na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para convalidar o meu comentário. O senhor viu que, enquanto o poder moderador estava estabelecido aí, não havia nenhuma confusão? Marcos do Val, Kajuru Nasser, que é do outro lado do Rio Jordão, e V. Exa. – era o poder moderador. Bastou sair um para haver fagulhas. (*Risos.*) Eu queria aproveitar a oportunidade dessa brevíssima interrupção para pedir para o senhor pautar a PEC que tem como Relator o Senador Flávio Bolsonaro e que trata das terras de marinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É a primeira reunião depois do recesso, calma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Terras de marinha, por favor.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sem perseguição. Vou...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Qual é o item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa eu só, Líder, Flávio...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O objetivo é...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Vender tudo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Qual é o item da pauta?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, não, eu estou pedindo para pautar.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não, não, deixa eu falar. Tem um pedido...

Líder Amin, só um minutinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o item zero, que é o mais importante, mas que não está aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa eu aproveitar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai fazer um curso em Sobral e vai se transformar...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Com todo respeito, Presidente, à demanda do nosso querido Senador, imagino que a pauta deva ter prioridade, e tem pelo menos um item aqui de que eu sou o Relator e que eu gostaria, obedecendo naturalmente à determinação de V. Exa., de que os presentes, na ordem da pauta, votassem. Então...

Eu estou inscrito – eu estou inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, deixe-me falar. Vamos continuar aqui, Amin, na pauta?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Ah, é para botar para a frente?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É só isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Pensei que fosse agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é para atropelar a pauta.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Não é atropelar a pauta, é incluir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não é. É incluir.

Deixe-me fazer uma ponderação aqui, rapidamente.

Na verdade, esse é um pedido, há algum tempo, do Senador Esperidião Amin e do Senador Flávio Bolsonaro, o Relator da matéria. Quem indicou o Senador Flávio a Relator dessa proposta foi o Senador Esperidião Amin, não foi este Senador que lhes fala.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Igual o Kajuru foi pelo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente, porque o Senador Esperidião Amin conversou comigo da situação delicada em relação a essas propriedades no litoral brasileiro, e eu fiz um compromisso; só que algumas lideranças pediram para que a gente pudesse aguardar as conversas de Governo, de Oposição, para a gente organizar essa agenda.

Já passou o tempo necessário, e eu vou assumir um compromisso, Senador Amin, de colocar na próxima reunião da quarta-feira, este item da pauta. Já deu o tempo necessário para quem queria conversar conversar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero só lembrar que foi aprovado na Câmara em 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Então, já fica o Dr. Ednaldo, nosso Secretário aqui... Quem queria conversar com quem, já tem aí três meses que foi pedido para... Agora mais uma semana.

Não temos mais oradores inscritos em relação a essa proposta.

Vou encerrar a discussão e colocar em votação.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Proposta de Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou na ordem, Senador Veneziano, só um minutinho. Eu fiz um entendimento para que os Senadores que estivessem... E este projeto, mesmo sendo o item 9, é relatado pelo Senador Sergio Moro. Eu vou para ele e volto para o de V. Exa., que é o item 1.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1496, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4 e 5, e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 06/06/2023, foram recebidas as Emendas n°s 3 e 4, de autoria do Senador Paulo Paim, e a Emenda n° 5, de autoria do Senador Jorge Kajuru;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente, e acompanho os elogios ao trabalho que vem sendo feito aqui na CCJ.

Tomo só a liberdade, antes de entrar no projeto, para fazer também um cumprimento ao Relator Jorge Kajuru, do projeto anterior, e pela autoria também ao Rogério Carvalho. Eu acabei não usando a palavra porque falaria em seguida, mas é um projeto que acho extremamente meritório, já que facilita a votação, principalmente das pessoas de mais baixa renda, tanto que foi aprovado aqui por unanimidade, sem qualquer dificuldade.

Esse projeto é um projeto da Senadora Leila Barros, que amplia o Banco Nacional de Perfis Genéticos para Criminosos. É um instrumento poderoso para identificação de criminosos e solução de crimes graves. Ele foi amplamente discutido e aprovado na Comissão de Segurança, por unanimidade.

Fizemos alguns ajustes no projeto, seguindo aqui a posição de Senadores que, em princípio, até divergiam parcialmente dele, e acredito que ele se encontra em condições de votação.

Eu vou aqui para a análise diretamente, então, Presidente.

Não há qualquer contrariedade à Constituição Federal no projeto de lei no formato do substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança.

Cabe à União Federal, privativamente, legislar sobre Direito Penal e Processual Penal. O Direito Penitenciário é, por sua vez, matéria de competência concorrente, cabendo à União estabelecer normas gerais, de acordo com a Constituição Federal.

O projeto de lei amplia e fortalece o Banco Nacional de Perfis Genéticos no Brasil, que está em vigor há 11 anos. Ele foi criado pela Lei 12.654, de 28 de maio de 2012, durante o Governo da Presidente Dilma, e tem se mostrado como instrumento poderoso para investigação de crimes graves.

A genética forense revolucionou a investigação criminal em todo o mundo, permitindo a detecção de criminosos seriais, a correta identificação da autoria de inúmeros crimes e, não raro, permitindo a exoneração de inocentes injustamente acusados. Trata-se, portanto, de uma tecnologia já consolidada, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigor científico, de extrema valia para auxiliar a polícia em suas investigações, para auxiliar a acusação de culpados e para a defesa de inocentes.

Como a análise é um pouco longa, eu vou tomar a liberdade de ler apenas os trechos mais importantes, Presidente.

Não há qualquer contrariedade, ao contrário do que pensam alguns, entre a extração do perfil genético e o direito ao silêncio ou a não autoincriminação. A extração do perfil genético assemelha-se à coleta da impressão digital de um condenado ou um investigado, não tendo qualquer semelhança com a obtenção de uma confissão por coação física ou moral.

Enquanto nos países mais desenvolvidos a utilização dessa tecnologia já ocorre desde a década de 1990 – e milhões de pessoas foram identificadas geneticamente –, no Brasil, apenas em 2012 a legislação foi alterada para permitir a identificação genética de investigados e condenados. Mesmo com a alteração legislativa de 2012, no início de 2019 havia menos de 7 mil condenados e menos de 500 investigados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos.

Por meio do projeto de Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, a partir de 2019, foi possível chegar ao final de 2022 com mais de 132 mil condenados e mais de 1,2 mil investigados cadastrados, auxiliando mais de 4,5 mil investigações criminais.

Entre as investigações que utilizaram o Banco Nacional de Perfis Genéticos se encontram:

• identificação do assassino de uma criança de nove anos, encontrada morta em 2008 na rodoferroviária de Curitiba;

• identificação do assassino de uma menina de sete anos, morta em sua escola, em 2015, em Petrolina;

• identificação do maior estuprador em série de Goiás, no âmbito da Operação Impius, caso conhecido aqui pelo Senador Jorge Kajuru em decorrência de ser do Estado de Goiás;

• identificação de Anderson Struziatto, acusado de participar do "mega assalto" à empresa Prosegur, na Baixada Santista, em 2016.

Dentre estes, tomo a liberdade de destacar o caso de Rachel Genofre, que é o que mais chama a atenção. Em 2008, a menina, de nove anos, desapareceu quando retornava para sua casa após deixar a escola pública. Dias depois, seu corpo foi encontrado em uma mala na Rodoferroviária de Curitiba. O crime atroz escandalizou e mobilizou Curitiba. Inúmeras diligências foram feitas para elucidar o crime, mas não houve sucesso. Cerca de 250 suspeitos tiveram seu perfil genético extraído e comparado com o perfil extraído de material encontrado no corpo da menina. Não houve correspondência. Somente em 2019, o crime foi solucionado, quando, por conta da política de revitalização do Banco Nacional de Perfis Genéticos, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colhido o perfil genético de um preso em Sorocaba/SP. O material foi inserido no Banco de DNA e houve correspondência. Um assassino de criança foi, por conta desta prova, finalmente identificado, sendo, em seguida, condenado a mais 30 anos de prisão. Onze anos após a atrocidade, uma família pôde, graças ao Banco de DNA, receber pelo menos a satisfação da verdade sobre o ocorrido e da justiça sendo aplicada.

O uso do banco de perfil genético também permite a garantia de justiça a pessoas inocentes acusadas de crimes. Tendo em vista essa tecnologia, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inocência de Israel de Oliveira Pacheco, acusado erroneamente por crime sexual dez anos antes e condenado com base em um reconhecimento pessoal falho.

Apesar dos méritos do Banco Nacional de Perfis Genéticos, a nossa legislação ainda é muito restrita. A identificação não é uma regra. Ela apenas é realizada após condenação por crime muito grave, ou seja, com uma excepcionalidade excessiva e em tempo tardio do processo, o que dificulta seu uso e impede que todos os seus benefícios possam ser alcançados.

A título comparativo, o banco de DNA dos Estados Unidos dispõe de cerca de 21,6 milhões de perfis genéticos cadastrados. No Reino Unido, o banco de dados contém registros de 7,3 milhões de indivíduos. Muito aquém das referências internacionais, o Brasil conta atualmente com um banco de cerca de 186 mil perfis, muito inferior então a esses números que são encontrados em outros países.

Infelizmente, no Brasil, mesmo com avanços havidos na aceleração das identificações de perfis genéticos desde 2019, os números são realmente muito modestos em comparação com outros países. Uma das consequências práticas disso é que, enquanto no Reino Unido se atinge uma taxa de coincidência de 66%, no Brasil o número é de apenas 23%. A ampliação da rede integrada tornará cada vez maior a possibilidade de se observar uma coincidência ao se ingressar um perfil genético nos bancos, solucionando investigações criminais logo em seu início.

Quanto às dúvidas sobre a constitucionalidade, eu tomo a liberdade aqui de destacar, no relatório, um julgado da Suprema Corte norte-americana, o caso Maryland *versus* King, de 2013. É claro que a gente tem que utilizar esses exemplos com cuidado, pelo Direito comparado, mas é um caso que bem ilustra a importância desses bancos nacionais de perfis genéticos.

Jay King foi preso cautelarmente por ameaçar outras pessoas com uma arma e, quando da prisão, teve o perfil genético colhido. Inserido no banco de dados de DNA do Estado de Maryland, houve correspondência com o perfil genético de material colhido em um caso não resolvido de estupro, o que apontou o envolvimento dele neste crime prévio, levando-o à condenação. Na decisão, a Suprema Corte norte-americana equiparou a extração do perfil genético com a utilização de um *swab* na mucosa com a rotineira identificação datiloscópica e não vislumbrou qualquer violação a direitos constitucionais do investigado, como se observa do seguinte trecho:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Tendo presente essas considerações, a Suprema Corte concluiu que a identificação por DNA de alguém preso cautelarmente constitui uma busca razoável que pode ser considerada parte de um procedimento rotineiro de identificação. Quando policiais fazem uma prisão amparada por causa provável por um crime grave e trazem o suspeito para a delegacia para ser detido em custódia, extrair e analisar um cotonete com o DNA do preso é como colher a impressão digital e a fotografia, um procedimento legítimo de identificação que é razoável sobre a Quarta Emenda.

E ainda: "o teste de DNA envolve intrusão mínima que pode melhorar de maneira significativa tanto o sistema de Justiça criminal como as práticas policiais de investigação; ele é rápido e indolor e não precisa de nenhuma intrusão para além da superfície da pele".

Cabe reforçar ainda que a extração do perfil genético não viola a presunção de inocência. Veja-se que, como regra, na proposta apresentada, o perfil genético só é extraído após a condenação criminal, não havendo mais nessa fase que se falar em presunção de inocência.

Apenas a título de excepcionalidade, para crimes praticados com grave violência, inclusive pedofilia e crimes sexuais, concordamos com a extração do perfil genético em momento anterior à condenação, em que se mostra relevante a inserção antecipada do perfil genético do investigado no banco nacional não só em virtude da gravidade em concreto desses crimes, mas também por não raramente envolverem criminosos seriais. Veja-se, como exemplo – e aqui cito o caso de Goiás –, o caso de um criminoso que, entre os anos de 2012 e 2015, estuprou mais de 50 mulheres nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Goiás. Somente após a inserção do perfil genético dele no banco de dados é que foi possível o cruzamento de dados e a constatação da compatibilidade entre as amostras, contribuindo sobremaneira para a solução dos crimes já praticados e evitando que novas vítimas fossem feitas.

Também não há contrariedade ao princípio estabelecido no inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, que prevê que "o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei", já que, cumulativamente: a) a própria norma constitucional permite que a lei estabeleça hipóteses de identificação criminal mesmo ao civilmente identificado, sendo este o caso; b) a regulação proposta permite, antes da condenação, a extração do perfil genético a título de absoluta excepcionalidade, apenas para crimes graves e que usualmente revestem-se de caráter serial.

Registro aqui que, em 2023, com um banco de DNA brasileiro ainda modesto, já foram mais de 4,5 mil investigações criminais auxiliadas por este instrumento no Brasil. Ampliando-se o banco, como propõe o projeto, muitos crimes graves passarão a ser solucionados com rapidez no país, levando à elucidação de diversos crimes que, invariavelmente, careceriam de desfecho na Justiça.

Em decorrência dos argumentos expostos, mostra-se necessária a atualização dos dispositivos que disciplinam o uso da identificação criminal genética, com vistas a garantir a ampliação do banco de perfis na rede integrada já existente, em consonância com a prática de outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprecio as emendas agora.

No que concerne às Emendas 3 e 4, apresentadas por esta Comissão, ambas de autoria do Senador Paulo Paim, entendo pelo acatamento parcial da de nº 4 que prevê, como uma das medidas, que apenas os condenados à pena de reclusão em regime inicial fechado serão submetidos obrigatoriamente à identificação do perfil genético por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional. Adicionalmente, acato a inclusão do §10 ao art. 9º-A da LEP, para disciplinar que, nos casos dos crimes hediondos e equiparados, o processamento dos vestígios biológicos coletados em locais de crime e corpos de delito e a inclusão dos respectivos perfis genéticos no banco deverão ser realizados, se possível, em até 30 dias, contados da recepção da amostra pelo laboratório de DNA, nos termos do substitutivo que apresento.

Quanto à Emenda 3, entendemos que o teor da medida vai de encontro ao espírito que norteou a propositura do presente PL, que visa a avançar na busca do fortalecimento e da expansão do banco de perfis genéticos no Brasil. Acolher a emenda representaria retrocesso em relação ao texto legal já vigente, motivo pelo qual, inclusive, conversei com o Senador Paim. Expliquei a impossibilidade de acolher essa emenda, entretanto, acolhi a outra, apresentada pelo Ilmo. Senador.

Por fim, como medida de aperfeiçoamento do relatório já aprovado na Comissão de Segurança e em atendimento às manifestações de diversos Parlamentares durante a discussão da matéria e no âmbito da audiência pública realizada, proponho alteração dos arts. 3º e 5º da Lei 12.037, de 2009, para prever que as situações que fundamentam a coleta de material de maneira excepcional somente se darão quando houver prisão em flagrante ou quando houver o recebimento da denúncia pelo juiz. Colher antecipadamente, para crimes graves, sem aguardar a condenação, é de extrema importância, como é ilustrado pelo relato dos casos acima, inclusive no precedente já citado da Suprema Corte norte-americana, quando a coleta do perfil de alguém preso por assalto a mão armada permitiu esclarecer a autoria de um crime de estupro que, do contrário, permanecia sem solução. Neste quesito, faço constar que a meritória Emenda nº 5, proposta pelo Senador Jorge Kajuru, já se encontra contemplada no teor do substitutivo que proponho abaixo, razão pela qual a acolhemos de forma parcial.

Voto.

Por todo o exposto, mais uma vez elogiando aqui o projeto original, da Senadora Leila Barros, somos pela aprovação do Projeto de Lei 1.496, de 2021, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4-CCJ e 5-CCJ, e a rejeição da Emenda nº 3-CCJ, tudo nos termos do substitutivo a seguir exposto.

É como voto então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão.

Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente Davi, eu apenas fiquei, antes de sair para o hospital, em função, para variar, de mais um exímio projeto da minha amiga irmã há 30 anos Leila do Vôlei. E uso o mesmo adjetivo para o relatório do Senador Moro.

Senador Moro, eu me lembro, na Comissão de Segurança Pública, da emoção com que o senhor relatou – eu não sabia, juro – aquele fato horroroso no Paraná. Lembre-me, por gentileza, do nome da jovem. Seria Rachel?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma menina de nove anos que foi assassinada em Curitiba: Rachel Genofre.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Rachel, não é?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Foi violentada, e o corpo foi encontrado na Rodoferroviária de Curitiba.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Esse crime, Senador Kajuru, ocorreu em 2008. Ele só foi solucionado 11 anos depois, quando coletaram o perfil genético, que é passar um cotonete na boca do preso, de um preso em Sorocaba; tiraram o perfil genético, colocaram no banco de dados, e deu a correspondência. Se não fosse o banco, teria ficado impune, porque ele não era um dos suspeitos, ninguém sabia desse indivíduo. Era um indivíduo que provavelmente passou por Curitiba rapidamente. São esses casos que revelam a importância desses bancos nacionais, porque você inclui no banco e faz os cruzamentos. E é uma família que ficou 11 anos esperando para saber, esperando justiça. Um criminoso perigoso, que estava preso por outros fatos, mas que seria solto, acabou sendo condenado a mais de 30 anos de prisão pelo assassinato da menina.

Eu até fiz uma sugestão, Presidente Davi Alcolumbre, de que este projeto...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que é a minha sugestão...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nós possamos batizá-lo de Rachel Genofre.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a minha sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu queria falar e concluir era exatamente isto: em função do relato e da história, eu o acompanhei e gostaria que todos refletissem para que este projeto tivesse o nome da jovem Rachel. Essa é a minha opinião, essa é a minha sugestão, que coincide com a sua.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para cumprimentar a iniciativa da Senadora Leila, que aprimora a Lei de Execução Penal, e o brilhante relatório do Senador Sergio Moro, que, com a cautela necessária e com a vivência, o cuidado que tem com esse tema, aperfeiçoa ainda mais o texto que nós vamos deliberar.

Ele acata, como observei aqui, boa parte daquilo que a Comissão de Segurança Pública já havia feito no relatório àquela Comissão submetido e traz uma inovação que me parece bastante acertada. Antes, você tinha um rol taxativo limitado e, agora, você tem uma situação que é abrangente e que não se limita àqueles especificados, mas que coloca uma ressalva que eu achei importante que é a condenação por crimes dolosos cujo cumprimento da pena tenha início em regime fechado, ou seja, para aqueles crimes, para aquelas situações em que o regime de cumprimento não seja fechado, para crimes menos gravosos, não teriam que se submeter a essa situação. Portanto, é uma proposta que avança muito, mas dentro de um juízo de ponderação, sem exageros, porque, não raras vezes, Senador Cid, quando se trata de matéria penal, às vezes em razão do calor de algum fato, de algum acontecimento que tem a reprobabilidade social, que impacta a todos nós, quer se fazer uma norma muito mais rigorosa do que aquilo que é o necessário. E, nesse caso, eu acho que há aqui a medida certa.

Então, cumprimento a Senadora Leila pela iniciativa acertadíssima de aprimorar a Lei de Execução Penal com relação à coleta de DNA para melhorar o perfil genético e o Senador Sergio Moro pelo cuidado que teve em fazer essa adequação e colocar essa limitação.

Hoje, o regime inicial fechado, se eu não estou enganado, são oito anos. Então, se você tem se você tem condenações, obviamente, na esfera criminal, com outros desdobramentos, não seria enquadrado nessa inovação que fazemos hoje.

Então, parabéns à Senadora autora, parabéns ao Senador que traz o relatório!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Deixe-me fazer um pedido aqui.

Por gentileza, nossos assessores que estão aqui acompanhando os Senadores, temos orador na tribuna.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Este projeto marca uma decisão muito importante, caso o Plenário aprove, como eu vou votar, o relatório do Senador Sergio Moro, a proposta da Senadora Leila.

E eu concordo com as palavras do Senador Marcos Rogério. Acho que o tempo permitiu que este projeto retirasse a paixão e a pronta resposta, que geralmente nos leva a algum exagero. Então, ele está moderado e modulado. Merece, portanto, aplauso a proponente e o Senador Sergio Moro. E, caso seja vitoriosa a proposta, como eu penso, e vou votar "sim", creio que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estará dando uma demonstração de modulação e moderação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor, às senhoras e aos senhores, aos servidores da Casa.

Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Leila e o Senador Sergio Moro, porque em um país onde praticamente 70%, 75% dos crimes não são elucidados, essa é uma ferramenta para promover justiça, para que tenhamos, no mínimo, um banco de dados, a exemplo dos países que já foram citados pelo Senador Sergio Moro, um banco de dados das pessoas que cometem crimes em nosso país e que possam pagar cedo ou tarde por suas atividades criminosas – estupro, morte, assassinato. E, sem dúvida nenhuma, é uma clara demonstração de que a proposta da Senadora Leila evoluiu, avançou. E o Senador Sergio Moro foi muito feliz em abranger, em aumentar o espectro desse projeto, para que esse número vergonhoso do Brasil, de 70% a 80% de crimes não elucidados, reduza drasticamente com a criação desse banco de dados do perfil genético.

Parabéns, Senadora Leila! Parabéns, Senador Sergio Moro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores para discutir a matéria.

Encerramos a discussão.

Vamos colocar em votação.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre se podemos realizar a votação única para o substitutivo, com as alterações propostas pelo Relator. (*Pausa.*)

De acordo.

Informo que se trata de votação nominal.

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

Está aberto o painel? Onde é? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto, só um minuto, Líder. (*Pausa.*)

Só um minuto, só um minuto. Diz o computador que abriu agora. Espera lá.

Deixe-me aproveitar... Começou a votação já.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Informo aos Senadores que esta votação é nominal. Temos outros projetos também com votação nominal, e eu solicito a permanência de V. Exas.

Deixe-me aproveitar, enquanto os Senadores e as Senadoras estão votando, para informar ao Plenário que esta Presidência, diante de um acordo construído com o nosso querido Presidente Rodrigo Otávio Soares Pacheco, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, recebeu, no dia de ontem, a proposta de emenda à Constituição que trata da reforma tributária.

E eu já determinei à Secretaria, dentro de um acordo de procedimento com as Lideranças partidárias que o Presidente Rodrigo coordenou, a indicação agora do Líder Eduardo Braga para ser o Relator desta importante matéria aqui nesta Comissão.

A Secretaria vai fazer a designação para que o Relator possa dar os próximos passos em relação à tramitação desta proposta aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Líder Eduardo Braga, oficialmente, acaba de ser feita a sua indicação. Informo que só chegou à Secretaria da Comissão ontem. A gente já tinha feito, a partir de uma decisão do Presidente Rodrigo Pacheco, um acordo de Lideranças partidárias com que, pelo MDB, V. Exa. fosse o Relator da matéria, mas oficialmente, a partir de agora, V. Exa. já está, de fato e de direito, o Relator da reforma tributária.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, primeiro, quero agradecer a V. Exa. a confiança e a designação para relatar importante matéria, que, eu tenho certeza, será uma pauta prioritária da CCJ neste segundo semestre e importantíssima para o Brasil.

O Brasil aguarda a manifestação do Congresso e do Senado da República para termos uma reforma equilibrada do ponto de vista federativo, neutra do ponto de vista da carga tributária e que seja simplificadora desse manicômio tributário que o Brasil possui.

Eu queria, Sr. Presidente, ao agradecer à V. Exa. e ao Presidente Rodrigo Pacheco a confiança, dizer que, sendo agora designado Relator, na próxima quarta-feira apresentaremos, então, o plano de trabalho a V. Exa. para que V. Exa. possa pautar para deliberação aqui, na Comissão, na próxima quarta-feira – portanto, mais um passo será dado na questão da reforma tributária –, e dizer que ontem o Ministro Fernando Haddad entregou o primeiro trabalho – já é do conhecimento de muitos Senadores e já está disponibilizado, e agora farei isso de forma oficial na página da CCJ –: o estudo do impacto da alíquota do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Portanto, agradeço a V. Exa. e, a partir de agora, iniciamos oficialmente, de fato e de direito, como V. Exa. disse, o trabalho na relatoria da reforma tributária, contando com a contribuição de todos os Senadores e Senadoras, que serão fundamentais para alcançarmos esse importante objetivo.

E, ao encerrar, quero dizer, Presidente, que estão apensadas a esta PEC 45 a PEC de autoria de V. Exa., a PEC 110, que será também objeto deste relatório, e a PEC 46, de autoria do Senador Oriovisto. Portanto, estaremos trabalhando num relatório que irá fazer a união desses conceitos em torno da reforma tributária.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns, Líder. (*Palmas.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só quero registrar que, logicamente, na próxima reunião da Comissão, V. Exa. vai apresentar o plano de trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, regimentalmente, de fato, na Comissão, para matérias desta natureza, já há a necessidade de fazermos as audiências públicas. Então, eu creio que V. Exa. vai apresentar um plano de trabalho em relação a essas audiências públicas para que a gente possa fazer a instrução da matéria, já que V. Exa. está, por determinação da Mesa, apensando as três propostas que tratam do mesmo assunto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Posso encerrar essa votação? Os Senadores já votaram todos?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Acho que sim.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Já. Já são 24 votos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar, certamente, o Presidente Rodrigo Pacheco, que, não tenham dúvida, colaborou – ou participou – para a escolha de um Relator para uma matéria de tanta relevância como é uma reforma tributária, analisando o projeto que vem da Câmara e apensando aqui os dois projetos que essa Casa já analisava.

O Senador Eduardo Braga é, certamente, alguém que tem sensibilidade e que tem experiência de gestor público, vendo essa questão tributária pelo ângulo de um estado-membro da Federação, de uma região que é uma das regiões que tem mais desafios para o seu desenvolvimento, para que a gente possa fazer, de fato, um país equilibrado. E tratar desiguais de forma igual não é algo recomendável, é algo que eterniza a pobreza, é algo que eterniza as desigualdades. Certamente, esses princípios de tratar desiguais de forma desigual têm que ser levados em conta de forma absoluta, definitiva, numa proposta de reforma tributária para a construção de um Brasil mais equânime, um Brasil menos desigual.

Eu tomo a liberdade, meu caro Senador Eduardo Braga e nosso Presidente Davi Alcolumbre – essa matéria é tão relevante e certamente demandará tanto trabalho –, de sugerir ao Relator a possibilidade de analisar, no seu plano de trabalho, a designação de sub-relatores, que possam abordar alguns temas, aprofundá-los e estar presentes em maior número de locais.

Enfim, é só uma sugestão. Eu não tenho... Isso não é de forma nenhuma duvidar da sua competência. Pelo contrário, acho que essa matéria não poderia estar em melhores mãos, mas, dada a quantidade física de trabalho e o tempo também – a gente não pode retardar muito; há uma expectativa no país de que se dê cabo a essa reforma –, levando-se em conta que nós a alteraremos e aí ficará no vai e vem entre Senado e Câmara até que a gente encontre um texto em comum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só uma sugestão, mas o objetivo mesmo da minha fala era parabenizar V. Exa. e cumprimentar o Presidente Davi Alcolumbre e o Presidente Rodrigo Pacheco por essa escolha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Cid.

Concedo a palavra ao Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, quero saudar também a designação, mais do que nunca de fato e de direito, do Relator, Senador Eduardo Braga, que, com toda a experiência e competência, tenho certeza de que conduzirá os trabalhos de um tema em que a sociedade brasileira mais do que nunca deposita os olhares e a confiança sobre o Senado Federal. Esta será a maior contribuição que o Senado poderá dar: fazer esse debate sobre o texto propriamente dito.

O texto foi votado na Câmara dos Deputados num cronograma apertado ao final do semestre, e caberá ao Senado se debruçar sobre tantos e tantos temas que têm despertado questionamentos, críticas, perguntas dos setores produtivos e da sociedade.

O Senador Eduardo Braga hoje já poderá estar conosco. Agradeço a gentileza de ter aceitado o convite da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS) para que a gente possa já começar a ouvir desses setores produtivos as primeiras impressões. Além da frente parlamentar, outros instrumentos poderão contribuir bastante com o trabalho. O próprio Senador Eduardo Braga participa conosco do GT da CAE, o Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos.

Presidente Davi, aproveito essa imagem bem simbólica de vocês dois, o Presidente da CAE com o Presidente da CCJ, para mostrar esse trabalho em sintonia, em harmonia, com o intuito de contribuir para os debates.

O Senador Cid Gomes, oportunamente, falava aqui da imensidão de pedidos e de dimensionamento de conversas, de audiências, de diálogos, de sugestões que são recebidos. Tenho certeza de que a CAE poderá contribuir bastante, e o Grupo de Trabalho da CAE está à disposição do Senador Eduardo Braga para que a gente construa também audiências públicas, ao final levando ao Relator as sugestões que são necessárias para o aperfeiçoamento do texto.

Então, meu caro Senador Davi, meu caro Senador Eduardo Braga, as audiências, inclusive, que puderem ser feitas em conjunto da CAE com a CCJ, eu acredito, já otimizam o trabalho e permitem uma participação mais ampla dos diversos Senadores e Senadoras que querem participar.

Eu concluo, Presidente Davi, dizendo isso, do sentimento que já é possível perceber. Os Senadores querem estar muito atentos ao que vai ser votado, sem açodamento, sem pressa, porque ninguém aqui quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se responsabilizar por votar uma matéria que amanhã possa passar uma mensagem para a sociedade de aumento de carga tributária, de aumento de impostos.

Eu vejo que o sentimento do Senado é produzir uma reforma tributária para facilitar a vida de quem produz, para facilitar a vida do contribuinte, do cidadão. Reforma tributária é para melhorar a vida de quem paga o imposto e não simplesmente de quem arrecada o imposto.

Então, agradeço o gesto e termino... Agradeço a confiança do Presidente Vanderlan, da CAE, por me designar coordenador do grupo de trabalho, que estará à disposição da relatoria do Senador Eduardo Braga para contribuir com o desenvolvimento das discussões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação. Posso encerrar a votação? Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns, Relator.

Votaram SIM 24; NÃO, nenhum voto.

O substitutivo está aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só quero agradecer aqui os pares pelo apoio a esse projeto. É um projeto que tem um grande potencial de impulsionar a investigação criminal no Brasil, de uma maneira científica; não só identificar culpados, mas também, muitas vezes, exonerar inocentes. Então, ampliar o Banco Nacional de Perfis Genéticos é uma medida extremamente importante.

Eu tomo a liberdade aqui de agradecer a todos que me apoiaram nesta Casa, inclusive também aqueles que tinham divergência inicial quanto ao projeto. Eu faço aqui uma referência especial também ao Senador Fábio Contarato, que tinha uma objeção...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fabiano, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Fabiano. Perdão.

Nós conseguimos lá fazer um ajuste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Fábio para os íntimos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e nós pudemos caminhar. E uma referência também ao Senador Paulo Paim, porque também tinha objeções e nós conseguimos ali costurar. Mas especialmente àqueles que apoiaram também o projeto desde o início, tanto do União Brasil, o nosso querido Líder Efraim Filho, mas igualmente os nossos demais pares, Senador Esperidião Amin, Senador Hamilton Mourão, todos que nos ajudaram; Senador Rogério Marinho, igualmente. Então, muito obrigado.

E eu reforço o pedido para que essa reforma da lei seja conhecida como Lei Rachel Genofre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senador Sergio Moro.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2105, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar a perda, em favor da União, de imóvel utilizado como cativeiro no crime de sequestro e cárcere privado e no de extorsão mediante sequestro, quando o proprietário houver concorrido para o crime.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

-Em 30/05/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana;

-Em 06/07/2023, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Augusta Brito;

O autor é o Deputado Federal Carlos Sampaio, do PSDB, de São Paulo. O Relator da matéria no Senado Federal é o nosso Vice-Presidente do Senado Federal, Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Veneziano Vital do Rêgo, para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Gratíssimo, Presidente Davi Alcolumbre.

Nossas saudações iniciais às senhoras e aos senhores que integram a nossa Comissão.

Com a permissão de todos, nós partiremos à análise.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não foram identificados vícios de inconstitucionalidade ou injuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

A matéria fala sobre direito penal e processual penal, que se insere no campo da competência legislativa da União, sem reserva de iniciativa presidencial.

No mérito, nós consideramos positiva a previsão de perdimento do imóvel utilizado como cativeiro na prática de cárcere privado e de extorsão mediante sequestro. Observamos que o texto legal vigente apenas prevê o perdimento dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, redação que não alcança, obviamente, o imóvel utilizado como cativeiro. Então, mostra-se conveniente e oportuna a modificação legislativa promovida, neste ponto, pelo PL nº 2.105, de 2019, de S. Exa. o Deputado Carlos Sampaio.

No que tange à alteração promovida no art. 93 do CP, que diz respeito à reabilitação criminal, a redação proposta afigura-se contraditória, pois, numa mesma disposição, admite que a reabilitação alcance os efeitos da condenação previstos no art. 92, exceto no que diz respeito aos incisos I a III do *caput*, que compreendem a totalidade dos efeitos previstos no referido art. 92 do Código Penal Brasileiro.

Convém lembrar que a reabilitação criminal é um benefício jurídico criado com o intuito de restituir o condenado ao seu *status quo ante*, ou seja, para sua situação anterior à condenação, retirando de sua ficha de antecedentes criminais as anotações negativas nela apostas, ou seja, a reabilitação criminal diz respeito ao sigilo dos dados referentes à condenação de alguém que já cumpriu sua pena.

Uma vez concedida essas reabilitação, a redação atual do parágrafo único do art. 93 do Código Penal admite a reintegração na situação anterior no caso da inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, vedando, todavia, a reintegração relacionada à perda de cargo, função pública ou mandato eletivo e à incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, dessa vedação não cogitava a redação original do PL nº 3.852, de 2004, proposto por S. Exa. Deputado Carlos Sampaio, que apenas alterava a redação do parágrafo único do art. 93 do CP para vedar a reintegração quanto ao perdimento referido do bem imóvel utilizado como cativeiro, porque o fazia mediante inserção de um art. 92-A no CP.

Todavia, nos termos da redação final daquela proposição, senhoras e senhores, que se convolou no PL ora analisado, o perdimento do imóvel utilizado como cativeiro opera-se mediante inserção de alínea no inciso II do art. 92, de modo que é dispensável qualquer modificação no parágrafo único do art. 93 do Código Penal para vedar, nesse caso, a reintegração do reabilitado à situação anterior.

Então, além de encerrar uma contradição em si mesma, a modificação proposta no parágrafo único do art. 93 do CP não é conveniente.

Passando às modificações promovidas pelo PL no Código de Processo Penal, consideramos apropriada a previsão de sequestro do bem imóvel utilizado como cativeiro.

O PL ressente-se, todavia, de promover modificação no art. 126 do CPP. É que, como regra, o sequestro recai sobre o patrimônio ilícito do agente, adquirido com os proventos da atividade criminosa, razão pela qual o art. 126 do CPP prescreve que "para a decretação do sequestro, bastará a existência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Gostaria de pedir a atenção dos Senadores, das Senadoras e dos nossos servidores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Nós temos um orador na tribuna, eu queria pedir a gentileza dos nossos convidados. Por gentileza, nós temos um orador na tribuna aqui.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Vamos lá, Sr. Presidente, retomando – ou tentando.

... razão pela qual o art. 126 do CPP prescreve que, abrindo aspas, "para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens", fechamos aspas. Ocorre que o imóvel utilizado como cativeiro pode ter origem lícita. Daí a necessidade de, no art. 126, excepcionar o sequestro desse bem.

No tocante à Emenda nº 1 desta Comissão, ainda que tenha, de fato, a reconhecida – e os merecidos reconhecimentos nossos – intenção de enrijecer o combate à criminalidade, ampliando a perda dos imóveis utilizados na prática criminosa aos casos de tráfico de drogas, razões técnicas impedem que ela seja acatada por esta relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, podemos observar que o legislador quis tratar do combate ao tráfico de drogas em lei específica, Senador Sergio Moro, conhecida como Lei Antidrogas.

Assim, tratar das sanções a essa prática criminosa em sede do Código Penal, como pretende...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... a alteração proposta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa o Senador Veneziano, meu querido Presidente... Eu vou pedir para a nossa assessoria aqui, por gentileza... Está muito tumultuada esta reunião aqui, hoje.

A gente, graças a Deus, está com um quórum de 27 Senadores. A gente tem muitas matérias que são terminativas, que não são terminativas. Está muito aglomerado aqui. Eu queria pedir a compreensão dos nossos convidados que estão aqui, por gentileza.

De fato, é, infelizmente, uma falta de respeito com o Senador que está na tribuna. Todos são muito bem-vindos aqui, mas eu queria pedir a todos os nossos convidados que a gente pudesse dar atenção aos Senadores que estudaram para viabilizar os seus relatórios. São matérias muito importantes e, nesse sentido, eu queria que a gente prestigiasse o Relator que está na tribuna.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Gratíssimo, Presidente.

Inicialmente, podemos observar que o legislador quis tratar do combate ao tráfico de drogas – estou repetindo o parágrafo anterior – em lei específica.

Assim, tratar das sanções a essa prática criminosa em sede do Código Penal, como pretende a alteração proposta, não seria o mais indicado do ponto de vista da técnica legislativa.

Além disso, é preciso ressaltar que a perda dos imóveis em favor da União justifica-se, nos casos dos crimes de sequestro e cárcere privado e no de extorsão mediante sequestro, pelo fato de que, para estes, o imóvel é essencial à conduta criminosa, o que não ocorre no tráfico de drogas.

O Direito Penal – que engloba as medidas de maior restrição aos direitos individuais – deve ser sempre positivado com grande cautela quanto às suas justificativas e quanto ao alcance das sanções impostas, as quais não podem passar da pessoa condenada e tampouco estarem descorrelacionadas com o delito cometido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A título de exemplo, se aprovada a alteração proposta, um criminoso que fosse preso por tráfico e guardasse as drogas em sua residência faria com que toda sua família – a qual pode não ter nenhum envolvimento com a prática delituosa – perdesse o lar em favor da União.

Desse modo, ainda que louvemos – e de fato assim fazemos – as intenções do nobre colega Senador Carlos Viana, não poderemos acatar a alteração proposta.

Quanto à Emenda nº 2-CCJ, conquanto meritória, entendemos que amplia demasiadamente o escopo, o propósito do projeto, na medida em que determina o perdimento de bens móveis utilizados na prática do crime de tráfico de pessoas. Assim, nos parece mais apropriado que a proposta contida na emenda seja objeto de proposição legislativa autônoma, a fim de que seja avaliada de forma mais detida, inclusive com o tipo próprio. Por esse motivo, pugnamos, respeitosamente, pelo seu não acatamento.

Nosso voto, Presidente Davi Alcolumbre, senhoras e senhores.

Pelo que nós expusemos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.105, de 2019, com as seguintes emendas, e pela rejeição, pelas razões que nós expusemos, das Emendas nºs 1 e 2.

Este é o nosso voto, Presidente, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Veneziano.

Em discussão a matéria.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só gostaria aqui de fazer um elogio ao relatório e a este projeto relatado pelo Senador Veneziano, porque nós precisamos realmente de endurecimento em relação à criminalidade mais grave. E essa criminalidade mais grave sente muito quando é afetada no bolso.

E aqui a proposta feita – e o relatório foi muito bem ponderado – é para ir direto ao alvo, o sequestro, que é um crime gravíssimo – infelizmente, teve até epidemias disso no passado, hoje já diminuídas –, prevendo a possibilidade da perda, do perdimento da casa, do imóvel utilizado para cativeiro do sequestrado.

E digo isso até, Senador Veneziano, porque recentemente foi até descoberto um plano do PCC, como foi divulgado no início do ano, em que uma das possibilidades, inclusive, era sequestrar este Senador que fala para obter algum resgate tanto quanto amalucado do líder do PCC aqui no presídio federal de Brasília. Graças a Deus, isso acabou não sendo ultimado pela intervenção da Polícia Federal, mas seria um exemplo até de aplicação desse tipo de legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Senador Veneziano teve a sabedoria aqui também de deixar a questão de sequestro, de confisco de bem imóvel utilizado para a questão de droga para a Lei Antidrogas. Teve essa ponderação, não seguiu aqui o canto da sereia, muitas vezes, que nos atrai para ir fazer o endurecimento, mas sem a necessária reflexão.

Então, ficam os meus elogios ao projeto e o adiantamento do meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Veneziano.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nº 3, da CCJ, e nº 4, da CCJ, e também contrário às Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O Projeto nº 4.997 é terminativo. Informo que para este nós precisamos de votação nominal.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 4997, DE 2019

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas cominadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia ou transferência de dados.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

Informo novamente que a votação deste projeto será nominal por ser matéria terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Cid Gomes, para proferir o seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, inicialmente eu quero agradecer a V. Exa. a oportunidade que me dá de relatar o Projeto de Lei nº 4.997, de 2019.

Trata-se de projeto de lei visando alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o nosso Código Penal, para aumentar as penas cominadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia ou transferência de dados, de autoria do nosso querido Senador Lucas Barreto.

O projeto de lei em análise estabelece, para os bens indicados em sua ementa, as seguintes penas: a) 3 a 8 anos de reclusão para o furto; b) aumento de um terço até a metade para o roubo; e c) 4 a 10 anos de reclusão para a receptação.

Não foram oferecidas emendas até o presente momento.

Passo, Sr. Presidente, à análise.

Não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal no Projeto de Lei nº 4.997, de 2019. A matéria nele tratada está compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre Direito Penal consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da nossa Carta Magna.

Temos alguma reserva sobre a estratégia legislativa de tratar o aumento da ocorrência de determinado crime sempre com o aumento de suas penas, pois faltam dados empíricos para respaldar a eficácia de tais medidas.

De todo modo, a decisão sobre o aumento ou diminuição de penas é, basicamente, uma decisão política, ou melhor dizendo, de política criminal. No entanto, o legislador deve observar o princípio da proporcionalidade, de modo a não apenar igualmente condutas de gravidade diferenciada, tampouco apenar desigualmente condutas de mesma gravidade.

No caso do presente projeto de lei, no entanto, temos como suficiente anotar, como bem fez a justificação, que os crimes patrimoniais que têm por objeto fios, cabos ou equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia ou transferência de dados não ficam circunscritos aos danos ao patrimônio do poder público ou da empresa concessionária de serviços públicos, mas atingem toda uma coletividade que depende desses serviços essenciais para viver e produzir.

Com essas considerações, não vemos como desproporcionais as penas propostas, sendo certo, no entanto, que o ordenamento jurídico, com a aprovação do projeto de lei, passará a considerar tais crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimoniais entre os mais graves, a exemplo do que já ocorre com veículos automotores a serem transportados para outro estado e animais semoventes.

É preciso registrar, ainda, que o Código Penal, em sua redação original, não continha causas de aumento de pena a respeito do objeto furtado ou roubado. Casuisticamente, tais hipóteses foram sendo acrescentadas recentemente pelo legislador sem maiores preocupações com a manutenção da coerência interna.

Veja-se: por que aumentar quanto a explosivos, mas não a armas de fogo? Por que apenas automóveis destinados a outro estado? O furto de animais semoventes seria mais grave ou mais brando que o de fios de cobre? A receptação de bens públicos não mereceria pena ainda mais severa? São questões difíceis que a minudente especificação do gênero "coisas alheias móveis" nos tipos penais acaba exigindo como resposta do legislador.

Com essa preocupação em mente, fizemos uma revisão da técnica legislativa empregada pelo projeto de lei, notadamente quanto ao emprego das linhas pontilhadas. Também foi de rigor a atualização de alguns de seus dispositivos em razão das alterações promovidas no Código Penal pela Lei nº 13.964, de 2019 (Pacote Anticrime).

Mais do que isso, no que diz respeito à receptação de fios, cabos e assemelhados, adotamos redação completamente diversa, mais em compasso com o já previsto no §6º do art. 180 do Código Penal para os bens públicos, mas ressalvando que, dadas as características do mercado ilegal que se pretende coibir, no mais das vezes se estará a tratar de receptação qualificada, e não da simples, razão pela qual em nossa proposta de redação a pena prevista será de dois a oito anos (simples) ou de seis até dezesseis anos (qualificada) de reclusão, conforme o caso.

No caso de crimes patrimoniais, temos que atuar contra a receptação dos bens como medida decisiva. O furto ou o roubo só ocorre porque existe mercado paralelo para os bens submetidos... suprimidos – desculpe; a vista aqui, Presidente, está ruim. Em adição ao novo texto do art. 180 do Código Penal, portanto, alteramos também a Lei Geral de Telecomunicações para estabelecer sanções penais e administrativas para as empresas concessionárias e seus dirigentes que se utilizarem, na sua atividade, de equipamentos obtidos por meio criminoso.

Outra alteração importante que estamos a propor é no art. 266 do Código Penal, que trata da interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico. Quando o agente, além de subtrair ou danificar fios, cabos ou equipamentos, acabe por interromper ou perturbar a prestação de serviços telefônicos, haverá, nesses casos, também o crime, ainda que em concurso formal com os tipos penais previstos nos arts. 155, 157 e 163 do Código Penal, segundo as circunstâncias do caso concreto. Por essa razão, propomos a atualização das penas previstas para o crime do art. 266 do Código Penal e o estabelecimento de causa especial de aumento de pena nessas hipóteses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, recebemos um pleito das empresas do setor de telecomunicações e que, por justo, iremos atender por emenda ao Projeto de Lei nº 4.997, de 2019. Hoje, as empresas vítimas dos crimes patrimoniais em questão são responsabilizadas na esfera regulatória por deficiência na prestação dos serviços decorrente dos crimes que, em última medida, deveriam ser evitados por ação do próprio poder público. As vítimas não devem ser responsabilizadas, de qualquer modo, pelos atos ilícitos que são obrigadas a suportar por ineficiência dos órgãos de persecução penal.

É medida de rigor, pois, estabelecer a incidência de atenuantes e mesmo de extinção da punibilidade das infrações administrativas nessas condições. Também os indicadores de qualidade do setor devem desconsiderar as consequências advindas de atos criminosos alheios.

Voto, Sr. Presidente.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.997, de 2019, com cinco emendas que já estão publicadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero dizer para V. Exa., em primeiro lugar, que eu tenho um pouco de inveja do abraço afetuoso que o senhor está dando. Eu compartilho esse abraço. Mais uma vez, V. Exa. abraça o outro lado do Rio Jordão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mais um.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Jorge Tadeu Mudalen.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não bastasse a sua afeição por Kajuru Nasser... V. Exa., com isso, se habilita a ajudar a acertar o problema lá dos patrícios, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A bronca está grande lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dos dois lados.

Mas eu quero me...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem 5 mil anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero me congratular com o seu amigo de infância Lucas Barreto.

É um projeto muito importante esse que o Senador Cid Gomes leu. Isso é uma praga, com todas as implicações para a segurança pública, porque é em túnel, é em rodovia, é em pontes, é em avenidas... Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu mencionei, em rodovias, onde há falta, por exemplo, dos cabos para o monitoramento de um túnel, ou seja... Nem vou falar sobre os reflexos, mas isso é uma praga que está se espalhando pelo Brasil.

E é lógico, como bem salientou o Senador Cid Gomes em seu voto, que o receptador é a vitamina, o fermento dessa massa infame. É lógico! Se não houvesse mercado, não haveria o atrativo do negócio.

Eu quero me congratular com o texto do Relator que, em algum momento, chegou a imaginar que eu estava querendo atropelar a apreciação do projeto, mas agora fica claro...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, pelo contrário, além de desculpar, eu elogio. Realmente, este projeto não pode ser atropelado; pelo contrário, se alguém souber como aprimorá-lo, ótimo. Agora, não aprovar, com este ingrediente do aumento da pena para o receptador, é absolutamente minimamente inteligente.

Nós poderíamos acrescentar dispositivos de inteligência, certificações para imaginar qual é a "cadeia produtiva" – entre aspas – desse crime, como é que entram os diversos agentes, os *stakeholders*... É uma cadeia! Isso é uma cadeia produtiva, no sentido figurado da palavra, que se está aceitando. Agora, como combatê-la? Eu não sou o maior especialista no assunto, mas já participei de reuniões em vários municípios do meu estado que se declaravam absolutamente incompetentes para enfrentar o problema, com a presença das forças policiais, inclusive, com a inteligência da polícia, com a fiscalização da Fazenda, porque é uma cadeia produtiva! Não há outra forma de... É um *cluster*.

Então, eu quero me congratular com o Senador Lucas Barreto pela oportunidade do debate do aperfeiçoamento penal e fazer uma conclamação para que possamos ter alguma espécie de audiência pública – não para interromper o projeto, não! Ele tem que ser aprovado – para avaliar que outras medidas podemos apoiar nesse sentido. Não sei se basta fazer isso. Acho que não, mas esse passo é necessário, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indispensável. E, por isso, quero cumprimentar o Senador Lucas Barreto, extensivos os cumprimentos aos seus amigos de infância já mencionados e ao Senador Cid Gomes pela lucidez do parecer abrangente.

Eu quero antecipar meu voto favorável com apenas esse sentimento. Não sei se basta, mas isso é necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria apenas aqui fazer uma reflexão aos colegas no seguinte sentido: o crime é um fenômeno social, e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno.

Agora, eu só queria manifestar aqui a minha preocupação, Senador Davi... Eu queria entender por que nós aqui no Senado não aprovamos, por exemplo, que desvio de verba pública ou de programa social seja equiparado a crime hediondo. Aí, sim, nós estaríamos cumprindo a uma determinação constitucional. Devemos tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem. Agora, foge à razoabilidade quando nós temos que enfrentar temas aqui que vão atingir uma universalidade de pessoas... Porque, quando um agente político ou um agente público ou um político desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas. Quando se diz que um político desvia verba da educação, Senador Davi, ele está matando o sonho de milhões de jovens. Coloque-se no lugar da pessoa que está nos assistindo em que o sonho daquela lavadeira é ter o filho no curso de medicina; se não for um sistema de cotas, ele não entra. Então, quando se desviam verbas de programas sociais – Prouni, Projovem, Minha Casa, Minha Vida, não importa –, aí, sim, eu acho que nós teríamos que fazer uma reflexão sobre o tratamento, como nós vamos dar. Eu ficaria muito orgulhoso de aqui aprovar, por exemplo, a equiparação a crime hediondo de desvio de verba pública, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão. Aí, sim!

Agora, aí eu faço um apelo aos colegas apenas nesta reflexão: olha, minha gente, com todo respeito, eu fui utilizado pelo Estado por 27 anos para agir de forma contundente contra pobres, pretos e semianalfabetos. Tracem o perfil sociológico de quem está preso. O perfil sociológico de quem está preso são essas pessoas, e são essas pessoas que têm seus direitos humanos elementares vilipendiados, são essas pessoas que não têm acesso a saneamento básico, são essas pessoas que não têm acesso à saúde pública, são essas pessoas que não têm acesso à educação pública de qualidade, à iluminação pública, que não têm direito, inclusive, à segurança pública, como uma determinação da Constituição Federal no art. 144, quando diz que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Eu fico muito preocupado – e me perdoe aqui – com a proposição tanto do autor como da relatoria. Mas olhem só: os crimes contra o patrimônio... E aqui, no caso, esse projeto está versando sobre os crimes do 155 também, que são crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, eu só queria fazer um apelo – e aí uma reflexão só, por favor – ao querido proponente e ao Relator: é que, no §2º do art. 155 do Código Penal, que é do crime de furto, está expressamente lá escrito o seguinte: "Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar [tão] somente a pena de multa". Como essa disposição está topograficamente abaixo do §1º, ele só tem aplicação para o furto simples. Eu só queria fazer um apelo, tanto ao autor como ao Relator: que nós aprovemos esse projeto, mas vamos garantir que, nas hipóteses de o criminoso sendo primário, de pequeno valor a coisa furtada, o juiz possa substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar tão somente a pena de multa. Então, é a minha sugestão aqui, humildemente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... como aquele que estava na ponta na segurança pública, atendendo e autuando pobres, pretos e semialfabetizados.

Traga-me aqui – eu faço o desafio a todos vocês – o percentual da população carcerária composta de pessoas condenadas por corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, contrabando, concussão ou descaminho.

Então, por favor, eu faço só este apelo. Vamos aprovar o projeto, Relator e autor, mas vamos assegurar... Uma emenda aqui de própria autoria do Relator ou com a aquiescência do autor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... não impedirá a substituição de pena se o criminoso for primário, de pequeno valor a coisa furtada, ou diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar tão somente a pena de furto.

Eu faço humildemente esse apelo. No mais, eu quero parabenizar tanto o autor como o Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto, autor do projeto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero pedir ao Senador Cid que, no caso de furto, acate a proposta do Senador Contarato; segundo, quero dizer que a gente está aumentando a pena a partir do roubo, porque, na verdade, isso virou um comércio monstruoso, em que quem rouba atende o pedido do receptador, ou seja, ele precisa de tantas toneladas de cobre. E aí virou um comércio imenso, que não tem controle.

Então, como disse o Senador Esperidião Amin, inimigo desde a infância do Senador Davi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Amigo...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Pelo que eu sei, amigos éramos nós, como ele fala.

O Senador Amin...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele falou *stakeholder*. Eu perguntei para o Senador Flávio o que é *stakeholder*.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Será algo relacionado com picanha ou churrasco, algum...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Senador Esperidião... Cadê ele? Ele vai dizer que eu o esperei sair para falar mal dele.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas é porque ele falou palavras difíceis aqui. É complicado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – É que ele mora num estado, Senador Davi, que, realmente, a partir do Governo dele, se desenvolveu. É o estado mais rico, com a melhor renda *per capita* e é um estado que quer gastar dinheiro com o Governo Federal. E eu falo para ele para gastar dinheiro lá com os estados do Norte.

Então, Senador Contarato, acatada a sua sugestão – aqui peço ao Senador Cid...

Esse projeto, com certeza, criará uma dificuldade muito grande a essa cadeia de produção de produtos roubados, que prejudicam a polícia. Por exemplo, quando roubam...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Oi, oi, oi. Voltou? Onde é que aperta aqui?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Está acessa a luz, mas não está funcionando, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E aqui também está acesa. Víni, libera lá na cabine. O microfone está travado aqui do Senador Lucas Barreto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Alô, alô, alô.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Voltou lá.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Para finalizar, Sr. Presidente, aí nós temos a polícia: quando roubam os cabos, é porque a polícia não vigiou, e as empresas são também punidas por não cumprirem os acordos que têm nos contratos.

Então, penso que esse projeto vai impedir e dificultar muito essa cadeia de produção de cobre e outros tantos produtos oriundos desses roubos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado ao Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me consultar aqui: o Senador autor, Senador Lucas Barreto, e o Relator acolheram a sugestão proposta pelo Senador Fabiano Contarato.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Ele vai explicitar agora.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós vamos prestar um grande serviço à comunidade jurídica. A minha sugestão é simples: onde está o §2º do art. 155, que fala do furto privilegiado, revoga-o ali e coloca com a mesma redação no último parágrafo, porque aí ele pode ter aplicação para qualquer hipótese do furto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É isso?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Poderia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – O furto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É só o furto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Nós estamos falando do furto. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então nós vamos colocar em votação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Só para deixar claro aqui: a intenção do autor do projeto, e eu tive a oportunidade de relatar... Percebe-se claramente isso: ninguém está querendo punir, exagerar penas ou ser demasiadamente rigoroso com o descuidista. O que nós estamos querendo é que as penas para o que é organizado, e principalmente a receptação, sejam penas mais graves de fato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu estou abrindo aqui o art. 155, só para tirar uma dúvida com o Senador Contarato.

Primeiro, quero parabenizar o autor do projeto, que está ampliando as penas, em especial para a receptação, que é o que move essa dinâmica de roubo e furto, e dizer que é no furto que acontecem as grandes perdas, porque ninguém chega com uma arma para roubar uma fiação num túnel. Lá no Rio de Janeiro derrubam um poste que tem alimentação por placa solar, derrubam o poste para sumir com a placa. É um negócio de maluco. Eu fico imaginando como é a cena. E é tudo furto. Não tem violência nesse tipo de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, não, não, não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Derrubou um poste, é considerado roubo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, ali, quando você faz sem ameaça, grave ameaça a ninguém, é tudo enquadrado em furto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – E dano ao patrimônio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que os caras chegam com um trator, derrubam o poste, pegam a placa solar, é um negócio de maluco.

E eu queria só entender, já que o Senador Contarato sugeriu essa mudança genérica lá no 155, que diz respeito ao furto, eu estou chegando aqui no 155 no telefone...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque a gente está discutindo furto de cabos, de energia e tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu vou complementar aqui de forma, Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, que eu não... Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A minha sugestão é, nesse projeto, resguardar a possibilidade de aplicação do §2º do art. 155. Então, ele colocaria aqui, como emenda de Relator, falando que, nas hipóteses de furto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Sobre esse assunto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sobre esse assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, não, nesse assunto. Na hipótese de furto, resguarda a possibilidade... Porque aí o juiz vai individualizar a conduta, o cara pegou um metro de fio, você vai pegar três a oito anos de reclusão? Não. Nessas hipóteses do tipo específico que está sendo debatido aqui, se o criminoso for primário e de pequeno valor a coisa furtada, o juiz substitui a pena de reclusão pela detenção, diminui de um a dois terços ou aplica tão somente a pena de multa. Apenas nessa hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É isso, Senador Cid?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, vou colocar em votação com as alterações...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só mais uma dúvida aqui. O Senador tinha falado de revogar o art. 2º, o §2º. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, mudou. Mudou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Ele sai de um lugar e vai para outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sobre o roubo e receptação do cabo... Do furto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – O furto, furto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Veja... Presidente, aí eu só peço a palavra para dizer o seguinte: concordo com o Senador, mas com a questão da técnica a gente tem que tomar muito cuidado para não cometer um equívoco em relação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou tomar uma decisão aqui. Eu vou retirar de pauta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Não, Senador. É claro, aqui eu estou sendo bem didático. Não está sendo revogado o §2º. Nós só vamos pegar, no furto de fios, esse tipo – este tipo: apenas o furto – e colocar "ressalvada a possibilidade de aplicação do disposto no §2º do art. 155 deste Código", que é o quê? Nessas hipóteses de furto de fiação, se o criminoso for primário de pequeno valor da coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão por detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente pena de multa. Só isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É exatamente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto. Eu vou colocar...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Pela ordem.) – Para que o juiz, Sr. Presidente, possa avaliar, como ele falou, se o réu é primário e a proporcionalidade realmente... Se roubou um metro de cabo para inteirar ali o fio da antena de TV dele...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, nós vamos colocar em votação.

As notas taquigráficas vão estar nos assessorando, Senador Sergio Moro, Senador Cid, Senador Fabiano, Senador Flávio e todos os que tiveram a preocupação, para a gente fazer exatamente o que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objeto dessa discussão dessa emenda que está sendo feita em plenário em relação ao relatório do Senador Cid.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só para ficar claro, porque eu acho que não estava gravando. Desculpe, Presidente.

Então, no §8º... A proposta do Senador Fabiano, pelo que eu entendo, é, no §8º do art. 155, constar, aqui no final, "transferência de dados, ressalvada a aplicação do disposto no §2º deste mesmo artigo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É exatamente isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... para essa figura delitiva".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está registrado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para ficar claro para não fazer mais do que a gente deveria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É só para fazer essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, vou colocar em votação.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer, inclusive com as manifestações feitas agora em plenário. (*Pausa.*)

Informo que se trata de uma votação nominal.

Como coloca aqui? (*Pausa.*)

E o projeto de lei também é terminativo.

Só um minuto. (*Pausa.*)

Os Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A gente vai para o próximo projeto de lei, que é o item 3 da pauta, enquanto estão votando.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2721, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

A autoria do projeto é do Deputado Federal do Ceará André Figueiredo.

Nós vamos aguardar só concluirmos essa votação, e eu já vou conceder diretamente a palavra à Relatora da matéria, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Os Senadores que estão presentes já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – *Steak* o quê? *Steak* o quê? Tem alguma coisa a ver com bife? (*Risos.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Não é *steakhouse* não? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É porque está na hora do almoço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, começou a perseguição. (*Risos.*)

Sou eu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou encerrar a votação!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Que é o Marcos do Val, nesse caso.

Olha o *sniper*!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Inclusive nós vamos denunciá-lo no Conselho de Ética por isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continuou sem ouvir, mas está enxergando tudo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Que está numa ação nas pequenas causas cobrando indenização pela cirurgia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Otto Alencar. Mas ele salvou o Jorge Kajuru, então ele tem crédito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação! Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

Votaram SIM, 22.

Não...

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da Comissão ao projeto, nos termos da emenda e das manifestações de Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para proferir o seu relatório ao Projeto de Lei nº 2.721, de 2023.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente; Sras. e Srs. Senadores.

Cabe a esta Comissão o projeto que trata sobre normas de licitação e contratos na administração pública direta e indireta, bem como o serviço postal, nos termos do art. 22 da Constituição Federal.

Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação. Já o inciso V desse mesmo artigo dispõe competir privativamente à União legislar sobre serviço postal.

Além disso, a matéria tratada no projeto não está elencada naquelas de iniciativa reservada, notadamente as previstas no art. 61, §1º, da Constituição. Portanto, o presente projeto de lei é formalmente constitucional e não há reserva de iniciativa na hipótese.

No tocante ao aspecto material, a proposição também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não fere cláusulas pétreas e nem apresenta incongruência com princípios gerais estabelecidos na Lei Maior e relacionados com o tema sob estudo.

Quanto à juridicidade em sentido estrito, o projeto atende aos pressupostos de novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento legal vigente.

Convém ainda frisar que a técnica legislativa empregada é apropriada, observando os ditames das Leis Complementares nºs 95, de 1998, e 107, de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Do ponto de vista do mérito, o PLS nos parece conveniente e oportuno.

De fato, quanto a seu mérito, estamos de acordo com o autor da proposição. Cabe relembrar que a ECT, Empresa de Correios e Telégrafos, presta serviços em regime de exclusividade e outros em concorrência com demais empresas privadas. O presente projeto de lei trata da contratação direta dos serviços não exclusivos.

Sobre esse tema...

Vou falar qualquer coisa aqui e vocês vão aprovar, viu, gente?

Vou falar e vocês vão aprovar, porque estão todos conversando!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É tanta a confiança em V. Exa... (*Risos.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento sedimentado no sentido da constitucionalidade da contratação, com dispensa de licitação, dos Correios. O precedente paradigma foi proferido no julgamento do Mandado de Segurança nº 34.939, em dezembro de 2019.

Acontece que não há, atualmente, obrigatoriedade de órgãos e entidades da administração federal contratarem os Correios; ou seja, embora seja possível a contratação da ECT sem licitação, pode cada ente decidir se realiza ou não essa contratação.

O projeto de lei aqui analisado visa superar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O projeto de lei aqui analisado visa superar essa realidade, ao determinar a contratação preferencial da ECT, caso seja demonstrada a compatibilidade de preços com o mercado.

Entendemos que a proposição comporta um pequeno aperfeiçoamento. Estamos apresentando uma emenda para incluir a obrigatoriedade da contratação preferencial das Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebrás). Isso porque as mesmas razões que justificam a contratação dos Correios estão presentes para a contratação da Telebrás.

O nosso voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.721, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda.

> EMENDA Nº – CCJ (Substitutiva)
> Dê-se a seguinte redação ao PL nº 2.721, de 2023:
> "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prestação de serviços postais e de comunicação multimídia da administração pública federal direta e indireta.
> Art. 2º Os órgãos públicos federais da administração direta e as entidades da administração indireta federal, no exercício de suas competências, devem, preferencialmente, nos termos do inciso IX do *caput* do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), contratar diretamente [quero fazer um reparo inserindo o que já estava no corpo da justificativa: desde que demonstrada a compatibilidade de preços com o mercado]:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a prestação e para utilização de serviços postais não exclusivos, definidos no Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e na Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978; e

II – as Telecomunicações Brasileiras S.A, para utilização de serviços de comunicação multimídia regidos pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se o Serviço de Comunicação Multimídia como um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à internet.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, com a edição de norma específica que discipline as regras e as condições de prestação de serviços postais e os serviços de comunicação multimídia, conforme definidos nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Minha amiga, Senadora Dorinha, eu estava prestando atenção no voto de V. Exa., porque eu vou ousar discordar. O que está por trás, de pano de fundo na discussão desse projeto, é a questão de abertura do mercado.

Obviamente, ao você criar condições para privilegiar uma estatal, no caso, os Correios, para firmar contratos sem licitação – apesar da ressalva importante que V. Exa. fez, desde que comprovado que o preço é compatível com o que é praticado no mercado... Se nós pararmos para prestar atenção, os principais segmentos da nossa sociedade começaram a se aprimorar com a concorrência, com a competitividade, porque a tendência é sempre haver uma prestação de serviços de melhor qualidade e a preços mais competitivos.

Eu até brinquei com o Senador Davi – sem saber de quem era a autoria, que, para mim, era da Câmara dos Deputados – e falei: deve ser de um Deputado de esquerda. É de um Deputado do PDT.

Por que eu brinquei dessa forma? Porque é a mentalidade, a percepção de mundo, de realidade que quem é de esquerda normalmente tem: fortalecer as estatais – o que não é o meu caso.

Então, eu queria apenas registrar o meu voto contrário a esse projeto porque eu acho que tem que haver competitividade. Não estou falando aqui nem que tem que privatizar os Correios. Eu acho que a gente tem que abrir o mercado para... Quanto mais concorrentes aos Correios existirem no Brasil, melhor vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o serviço prestado – melhorou muito nos últimos quatro anos o serviço prestado pelos Correios, chegando a dar um superávit no último ano de quase R$5 bilhões, Senador Amin. Quanto mais competitividade tivermos, melhor para o usuário dos serviços postais no nosso Brasil.

Então, é só essa discussão – eu acho que até mais ideológica, com um pouquinho de prática também, mas mais ideológica – que eu queria manifestar aqui publicamente, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a relatoria da Professora Dorinha e falar para os colegas também que eu entendo a reflexão do Senador Flávio, mas nós temos que entender que a função dos Correios está para além desse serviço. Ela presta um serviço social, ela está nos rincões do país onde nenhuma empresa quer estar.

Então, esse projeto é de extrema importância. Eu quero aqui registrar o meu voto favorável, parabenizar a relatoria e pedir desculpas à Senadora Dorinha pelo momento da leitura, por muitos não estarem prestando atenção à leitura do seu brilhante relatório.

Parabéns pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão.

Senador Eduardo Girão, Líder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Eu queria primeiramente cumprimentar a nossa querida Relatora, minha amiga, minha irmã, Professora Dorinha, que teve o zelo, teve o cuidado de desenvolver esse trabalho.

Eu, por uma questão de visão do ponto de vista do mercado, acredito que a gente precisa discutir mais esse assunto, porque pode não ser bom para o Brasil.

Nós vivemos aí alguns momentos – entra governo, sai governos – de muitas críticas da população brasileira. A própria eficiência do trabalho dos Correios chegou à berlinda para ser privatizado. Um dos motivos foi esse, assim como a questão de loteamentos internos por fins políticos, muita gente falando de cabide de emprego e também de que não chegavam as correspondências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que abrir o mercado é saudável para todo mundo, e eu acredito muito que a gente precisa, nesse aspecto, ter um pouco mais de debate, se for possível, para encontrarmos algumas alternativas que não deixem a gente com um problema para as futuras gerações.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer: nós não estamos fechando o mercado. As ações, as empresas continuam atuando. Aqui está se tratando da administração pública direta e indireta. Então, é importante destacar o recorte e é também importante... Nós temos muito e farto material produzido sobre a qualidade dos Correios. Pelo menos, no meu estado, que é um estado pobre da Região Norte, são os Correios que estão presentes na maioria das nossas cidades, com trabalhadores de sol a sol, que entregam o livro didático, que entregam o material. É a realidade que eu conheço.

E o projeto se refere, inclusive faz uma alusão a um mandado de segurança em que o Supremo foi acionado sobre a questão da legalidade da contratação. As condições de contratação, para serem dispensadas, têm que ter um regulamento e elas vão ter que atender condições de funcionamento, mercado e atendimento à comunidade.

Tem uma certa ilusão quando se diz dessa questão da concorrência, porque, quando nós vamos olhar o serviço de fornecimento de água, por exemplo, no meu estado, nas grandes cidades, tem empresas interessadas. Para ir lá aos pequenos municípios, ninguém vai não. Se o estado não fizer, não tem água, não tem sistema de tratamento.

O que nós estamos colocando aqui é, primeiro... Importante destacar, a iniciativa foi do Deputado André Figueiredo, porque ele foi Ministro das Comunicações em determinado momento da história. Então, ele apresentou; nós fizemos a análise. Não é uma liberação de maneira geral; ela está direcionada, com recortes específicos para órgãos da administração direta e indireta. E também, de qualquer forma, ele tem que atender... ele vai ter que ter concorrência. Se tiver uma empresa qualificada disposta a fazer o atendimento e demonstrar isso no processo, ela vai ter prioridade nesse atendimento. Então, o mercado continua existindo.

Mas, no meu estado, quem está presente lá na cidade pequenininha de Pequizeiro, Santa Maria, que são cidades pequenas, são os Correios, inclusive como banco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Líder Efraim Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Só para me acostar ao entendimento da Senadora Dorinha. Eu considero que ela vai na linha correta e tem o meu apoio ao relatório dela, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos. Nós vamos colocar em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Queria registrar os votos contrários do Senador Flávio Bolsonaro e do Senador Eduardo Girão.

Item 10 da pauta... (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 98, DE 2015

- Terminativo -

Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda 1.

Observações:

- Em 06/06/2023, foi recebida a Emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana;

-Votação nominal.

Informo aos Senadores – e peço a permanência aqui – que esta votação precisa de ser nominal.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero parabenizar V. Exa. como autor desse tão importante projeto, essa iniciativa que, na minha concepção... E aqui eu falo não só porque eu fiquei dez anos como titular da Delegacia de Delitos de Trânsito do Estado do Espírito Santo, mas atendendo na ponta à triste realidade do sistema viário no Brasil.

Hoje nós temos uma realidade de 45 mil pessoas morrendo por ano no Brasil. Nós temos um impacto desses acidentes, desses crimes de trânsito, só na saúde, de R$50 bilhões. Nós temos um impacto na economia de mais de R$200 bilhões. Nós temos aí mais de 300 mil pessoas que ficam mutiladas.

Eu atendi a famílias, Senador Marcos do Val – o senhor é testemunha disso –, quando eu fazia a liberação de vítimas fatais em acidentes de trânsito. Por trás de uma morte real, existem outras mortes. Aquela mãe e aquele pai me faziam perguntas do tipo: "O motorista não foi submetido ao teste do etilômetro? A polícia liberou o veículo? A polícia liberou a CNH? A fiança foi fixada em R$1 mil? A vida da minha filha vale R$1 mil?". Passavam-se três meses, e só vinha a mãe, sem o esposo. E eu perguntava: "Cadê seu esposo?". Ela falava: "Nós nos separamos". O Estado não dá um apoio psicossocial a essas famílias, então a morte do matrimônio é um desdobramento do crime de trânsito. O irmão que perdeu aquela irmã no acidente começa a entrar na precariedade e abaixa o rendimento escolar. Essa é uma morte resultante de um crime de trânsito que não está nas estatísticas. O avô sente a falta daquela neta ou daquele neto e há depressão, e assim sucessivamente. São várias mortes.

Então, aqui, o que nós estamos fazendo é porque... Hoje, como a legislação está, o exame psicológico é vitalício. Você faz a habilitação e não faz mais o exame, a avaliação psicológica. E nós temos aqui uma realidade, no caótico sistema do trânsito brasileiro, de ansiedade, depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas; nós temos estresse pós-traumático, transtorno obsessivo-depressivo. Então, nós estamos aqui efetivamente falando que esse projeto é de suma importância para exigir essa avaliação psicológica apenas quando for renovar. E sabe qual é o prazo para renovação? Dez anos.

Então, eu peço perdão aos colegas e, como o relatório já está disponibilizado, eu vou proceder apenas à leitura final.

Quanto à Emenda 1, da CCJ, ela vai de encontro à proposição, tendo em vista que, ao invés de ampliar a exigência da avaliação psicológica, ela suprime essa avaliação quando da renovação da habilitação dos condutores que exercem atividades remuneradas ao volante.

O próprio autor da emenda reconhece que o exame se mostra muito importante, porém, aponta que a imposição de sua realização onera demasiadamente os condutores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oneração não é real. Nós temos aí um custo para dez anos que seria ínfimo para salvar vidas. Então, nós temos aí a rejeição dessa emenda.

Embora reconheçamos que, conforme alega o autor da emenda, é inegável que o custo de obtenção da CNH é impeditivo para grande parte da população, ressalto que a proposta apresentada pelo PLS ora em análise recai sobre a renovação da habilitação e não sobre sua obtenção. O custo mais alto da habilitação, que seria o pago aos Centros de Formação de Condutores, não existe por ocasião da renovação da CNH.

Conforme informa o sítio do Detran/DF, o custo da avaliação psicológica praticada por clínica credenciada é de R$235. Entretanto, a despeito de o valor ser significativo para parcela da população, o condutor terá que arcar com ele apenas a cada dez anos. Recentemente, o CTB foi alterado pela Lei nº 14.071 e o prazo para a renovação da CNH foi estendido de cinco para dez anos.

Somando-se aos argumentos acima apresentados, conforme já dito, de acordo com o inciso II do art. 230, não se admitirá emenda em sentido contrário à proposição quando se trate de projeto de lei.

Voto.

Com essas considerações, somos pela rejeição da Emenda nº 1 e aprovação do PLS nº 98 com a seguinte emenda que está disponibilizada.

Mais uma vez quero parabenizar V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, como autor proponente, na certeza de que nós estamos aqui legislando para preservar o principal bem jurídico, porque, no abre alas do Código Penal, tudo tem uma razão de ser. Por que o primeiro crime que está no Código Penal é o homicídio? Porque o principal bem jurídico é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde. E, no Código de Trânsito Brasileiro, não é diferente: o primeiro crime que está lá, no art. 302, é praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor.

Eu quero aqui parabenizar e fazer o registro da atuação, sempre muito humana e sensibilizada, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego e da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego. São instituições de que eu me orgulho e que sempre têm demonstrado uma preocupação com a efetivação de que a segurança do sistema viário é uma determinação imposta ao Estado, mas um dever de todos nós.

Eu tenho certeza de que, hoje, aprovando esse projeto de lei de autoria do Senador, nós estamos aqui legislando para salvar o principal bem jurídico, que é a vida humana.

Eu volto aqui a fazer um depoimento. Senador Davi, dos tantos crimes de trânsito que eu apurei, teve um, Senador Moro, em que uma mãe perdeu as duas únicas filhas, as duas. O motorista estava alcoolizado e sem habilitação. Aquela mãe todo dia ia à minha delegacia, à porta, e falava para mim o seguinte: "Doutor, eu vou encontrar minhas filhas; rezo para esse dia chegar logo. Trabalhe a autoestima de uma jovem que perdeu um braço, trabalhe a autoestima de um jovem que perdeu a função locomotora, trabalhe a autoestima daquela pessoa que ficou com deformidade permanente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós temos... Nós temos... É passada a hora de a gente instruir o poder público. Eu idealizei um projeto – me perdoem o desabafo – no Estado do Espírito Santo chamado projeto humanizador. Em que consistia esse projeto? Eu peguei alunos de Serviço Social e Psicologia e coloquei dentro do Departamento Médico-Legal. Para quê? Para fazer uma equipe de acolhimento para estar no pior momento, que é quando você pensa em buscar o seu filho no DML, que cheira à morte. Coloquei equipes de alunos de Direito dentro da delegacia para dar toda orientação sobre a responsabilidade civil, penal e administrativa. Coloquei ali alunos de Serviço Social monitorando, para saber se aquela pessoa está fazendo fisioterapia, teve prótese, conseguiu a cadeira de rodas. É um projeto humanizador. E três grupos de atendimento psicológico: um para atender a família que perdeu alguém, para trabalhar o luto; o outro, atendimento psicológico, para atender aquelas vítimas que sobreviveram, para trabalhar justamente a autoestima e como lidar com aquela perda da função locomotora. E um terceiro grupo para trabalhar o aspecto psicológico daqueles motoristas, porque eu pegava mulher, quando se envolvia em acidente de trânsito, que não queria mais dirigir.

Então, passou da hora de o Estado dar vez e voz àquele princípio constitucional expresso no art. 37, porque um dos princípios da administração pública é a eficiência, e a eficiência está em ter um olhar humanizador, se colocar na dor do outro e entender que a segurança do sistema viário é um dever que se impõe ao Estado, mas é um direito de todos nós.

Obrigado. Parabéns, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato. De fato, V. Exa. faz um relato de quem vivenciou todos os dias essa situação, e eu tenho certeza absoluta de que nós estamos aperfeiçoando muito por tudo o que V. Exa. falou e por tudo o que vive hoje o Estado brasileiro em relação a esse problema.

Vou conceder a palavra...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... ao Senador Dr. Hiran.

Senadora Mara logo em seguida.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está com problema aqui... Desculpa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo por essa excelente iniciativa do PL 98 e parabenizar também o Senador Contarato pelo brilhante relatório.

Eu, como uma pessoa vítima de acidente de trânsito, quero dizer que é uma medida importantíssima para a gente reduzir os impactos que os acidentes de trânsito causam não só no SUS e na previdência social, mas na vida de uma pessoa e de toda a sua família, como o Senador Contarato já havia falado.

Infelizmente, o Brasil ocupa hoje uma posição de liderança em *rankings* que não nos orgulha em absolutamente nada. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o terceiro país do mundo com mais mortes no trânsito.

Em 2020, o Conselho Federal de Medicina mostrou que, por hora, 20 pessoas davam entrada nos hospitais da rede pública de saúde com ferimentos gravíssimos decorrentes de acidentes de trânsito. Ainda de acordo com o conselho, nos últimos dez anos, os acidentes deixaram mais de 1,6 milhão de brasileiros feridos, com sequelas irreversíveis, como a minha, a um custo de mais de R$3 bilhões para o SUS.

Entre as vítimas, 60% têm idade entre 15 e 39 anos, que é a idade em que as pessoas estão mais produtivas para o mercado de trabalho. Então, elas são retiradas do trabalho, têm sua vida inteira mudada, dependem de uma boa reabilitação, mas, enquanto isso, passam a gerar custos previdenciários, assistenciais, e a maioria dessas pessoas ainda deixa de ser contribuinte brasileiro.

Eu conheço bem o sistema de reabilitação no Brasil, e, apesar da qualidade, eu posso dizer que hoje a gente não consegue atender toda a demanda.

Então, eu parabenizo, mais uma vez, a iniciativa do Senador Alcolumbre, por tornar os exames psicológicos obrigatórios a cada renovação que se faz da carteira de habilitação. Além de combater o alto número de mortes que poderiam ser evitadas, também prevenimos inúmeras deficiências evitáveis por sequelas como lesões medulares, amputações de membros, traumatismos cranioencefálicos e outros traumas, inclusive os traumas de ordem psicológica.

O custo da deficiência é muito alto, e o Brasil não tem mais estrutura para ter pessoas com deficiência, um país que ainda, muitas vezes, demora cinco anos para entregar uma cadeira de rodas. Isso são cinco anos uma criança fora da escola; cinco anos esperando uma cadeira, e, quando chega, a criança já cresceu e joga a cadeira fora. Ou seja: é dinheiro do nosso SUS jogado no lixo.

O número de motoboys, por exemplo, que sofrem acidentes e ficam com sequelas graves é altíssimo, é o maior número que entra nos centros de reabilitação no Brasil, são motoboys. Essas pessoas não têm colchão adequado, não têm como pagar uma fralda, uma sonda, e elas são obrigadas a pagar para fazer xixi,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagar para fazer cocô, pagar para tudo que fazem. O Brasil não tem essa estrutura nem infraestrutura acessível nas calçadas, nas escolas, nas edificações, no transporte coletivo.

Por isso, um projeto que busca reduzir o número de acidentes de trânsito é extremamente bem-vindo e merece ser celebrado.

Hoje a avaliação psicológica é realizada uma única vez, quando a pessoa obtém a sua primeira CNH. Diferentemente do exame médico pericial, repetido a cada cinco anos, a avaliação psicológica não é realizada. Temos assistido cada vez mais a uma sociedade adoecida, violenta, com inúmeros problemas de saúde mental. A gente não pode mais descuidar dessa avaliação psicológica dos cidadãos.

Como psicóloga que sou, sei bem que a saúde mental não tem eternidade. São inúmeros os fatores que nos tiram do eixo e podem nos desequilibrar, gerar atitudes violentas e imprudentes.

O meu acidente foi fruto de violência. O motorista, que era meu namorado, andava muito violento, ele estava bêbado, além de tudo, o que já era uma constância, ele acelerava o carro, para me deixar irritada, ele acelerou o carro na Serra de Taubaté, que quem conhece sabe que é uma serra horrorosa, e a gente caiu 15m de altura. Ele não teve um arranhão, e eu fiquei paralisada, sem falar, sem respirar e sem me mexer.

A pandemia nos mostrou, com muita clareza, que estar bem em uma época da vida não significa que isso será mantido para sempre. De um momento para outro, a capacidade de controle desse motorista pode mudar, colocando em risco a própria vida e a de terceiros, já que o próprio trânsito já é um fator estressante para todo mundo e muito potente. Quantas pessoas não chegam nervosas ao trabalho, falando que foi por alguma dificuldade no trânsito?

Parabenizo mais uma vez, Presidente, essa excelente iniciativa. Parabéns, Senador Contarato.

Eu quero dizer que, no trânsito, eu prefiro ficar com a cautela do que com a imprudência, que um dia me tornou uma pessoa tetraplégica.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Hiran, está com um problema... Ah, está aqui.

Muito obrigado, Senadora Mara. Deus a abençoe sempre.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos assessores, todos que nos assistem, eu sou muito conhecido aqui como oftalmologista, mas, Senador Contarato, eu sou seu colega, eu sou médico-legista. Atuei em IML durante 25 anos. Sou médico-legista aposentado e também eu tenho, como especialidade, a Medicina de Tráfego, devidamente registrada no meu Conselho Federal de Medicina, como pressupõe o marco legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria que este projeto do meu Presidente e querido amigo é algo extremamente pertinente e salva vidas, porque, hoje, no nosso país, o que nós mais temos nos nossos hospitais são portadores de complicações de diabetes e de hipertensão, câncer e acidentes de trânsito. Nós temos no nosso estado milhares de pessoas sequeladas. Temos uma fila no SUS de mais de 1,5 mil pessoas esperando cirurgias ortopédicas, porque, apesar de todos os nossos esforços e do nosso Governo, nós não conseguimos dar vazão a tanta demanda. Nós temos só na minha capital, Boa Vista, cerca de 40 a 50 acidentes de trânsito com vítimas diariamente, minha querida Mara.

Eu quero parabenizar o seu relatório, que realmente contempla essa nossa preocupação, eu como médico, como Presidente da Frente Parlamentar da Medicina neste Congresso Nacional. É um relatório muito benfeito, muito pertinente.

Eu acho que, no decorrer da nossa vida, fazer um exame psicológico vitalício não é inteligente, porque, no decorrer do nosso desenvolvimento, vários fatores modificam nosso comportamento: fatores emocionais, de meio ambiente, da relação com as pessoas, da relação com drogas...

Eu acho que aqui nós estamos dando um exemplo ao nosso país, meu querido Presidente Davi. Parabéns pela sua sensibilidade, você que é uma rábula da medicina... Eu digo que é uma rábula da oftalmologia, porque, lá no estado dele, ele faz um grande projeto de prevenção da cegueira, um programa de cirurgia de catarata também. Por isso, ele tem o meu respeito.

Eu estou aqui para parabenizar vocês e todos nós que vamos apoiar, sem dúvida alguma, por unanimidade, este projeto. Parabéns a todos os envolvidos. Minha querida Mara, parabéns pela sua... Aliás, nós temos uma relação de longo tempo na Comissão de Seguridade Social, hoje Comissão de Saúde, da Câmara dos Deputados, e é uma honra para nós ter você aqui, nesta Comissão, a colocar a sua experiência, a sua experiência de vida aqui para todos nós. Que sirva de exemplo para aquelas pessoas que usam os nossos veículos automotivos como uma arma. Parabéns.

Que Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Obrigado, Davi.

É só para poder complementar o que o Doutor acabou de falar e a nossa queridíssima Relatora... O Relator foi o Fabiano, mas é a nossa querida em tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também fui atropelado por um motorista alcoolizado, e esta parte toda lateral do meu rosto é reconstituído. Eu tinha meus 17, 18 anos. Na época, não tinha tecnologia e tudo que se tem hoje. Reconstruíram botando plástico, não tinha como é feito hoje, que é com titânio. Foi exatamente por um motorista alcoolizado. Então, é uma coisa que a gente sempre pensa em um dia cobrar, mas a gente não cobra. Eu comecei a ter a mania de reparar; todo mundo, quando estou em restaurante, que sai alcoolizado eu fico olhando e, se vai para o carro, eu vou atrás e tiro a chave. Muitos querem me bater igual a um doido, mas eu sempre fiz isso depois que eu passei por isso. Só não morri porque Deus não quis.

E aí o seu depoimento... E saber que você é psicóloga... Você sabia?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Eu não sabia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Você, quando chegar a Deus, fale assim: "Carregue Do Val para subir também". É porque você vai chegar com as portas superabertas. Está bom? (*Risos.*)

Um beijo para vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mara, não faz esse compromisso. Isso vai dar uma bronca grande. (*Risos.*)

Vai ter que passar no Conselho de Ética primeiro. Vai estar complicado. Não dá trabalho para Deus, que ele já tem demais trabalho, Marcos do Val.

Não temos mais Senadores inscritos. Nós vamos iniciar a votação.

Queria agradecer o carinho, todas as manifestações em apoio à nossa iniciativa, que, naturalmente, vai contar...

Está iniciado o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – De fato, foram várias manifestações que chegaram ao nosso conhecimento lá no Amapá. Eu fiz uma reunião ontem na Senatran para tentar também de alguma maneira, com esse órgão nacional, com o Dr. Adrualdo, que a gente pudesse fazer essa campanha de proteção da vida das pessoas.

A manifestação da Senadora Mara até nos emociona, porque todos nós sabemos desse acidente que aconteceu com a Senadora Mara, e ela faz um relato da sua vida. É um problema de acidente também no trânsito que, de fato, emociona todos nós.

Eu queria agradecer o apoio de todos os Senadores e de todas as Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto foi apresentado em 2015. Então, está há algum tempo tramitando, mas eu estou muito satisfeito, porque também na escolha... Viu, Senador Hiran? Muito obrigado pelas suas palavras também, Dr. Hiran, que é um grande Parlamentar e também médico de profissão.

Eu queria agradecer ao Senador Fabiano Contarato, que, quando a gente apresentou esse projeto, pela sua experiência de vida inclusive, pela vivência profissional, foi também um entusiasta para que a gente pudesse colocar esse projeto em votação, para a gente transformar isso em uma obrigatoriedade, porque dez anos ou a eternidade, como é hoje, para fazer o exame...

Muitas vezes a gente fica falando tanto aqui, Senador Hiran, dos reflexos, das consequências da pandemia, e a pandemia também está trazendo, infelizmente, para a humanidade muitas consequências e muitas sequelas e muitas delas são psicológicas, Presidente Mourão, em relação a essa doença.

Enfim, eu tenho certeza absoluta de que nós vamos contribuir para salvar a vida das pessoas. Eu queria agradecer essa oportunidade, esse carinho de termos um projeto, de apresentarmos para a sociedade brasileira um grande projeto que vai ajudar a salvar a vida das pessoas, que é o bem mais precioso.

Eu não sei se temos mais algum Senador que deseja votar...

O Senador Esperidião Amin está votando.

Depois é o projeto de que V. Exa. é Relator, Senador Amin.

Senador Efraim.

Tem alguns Senadores...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Dorinha...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente Davi, só queria lembrar os itens 6 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos votar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria – na verdade, não quis atrapalhar a votação – parabenizar a iniciativa, o belíssimo relatório que foi apresentado e, lógico, o depoimento da Senadora Mara. São histórias, infelizmente, vividas por muitas pessoas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma provocação à sua iniciativa. Brilhante o texto também, muito bom! Que nós pudéssemos estimular a formação e a preparação desse profissional, porque, principalmente, tanto para essa área quanto para o médico que acompanha os exames para a CNH, tem sido muito burocrático, sem nenhuma qualidade.

Eu acho que, se a gente puder trabalhar com o Conselho Federal de Psicologia, inclusive com o ministério e com os órgãos de trânsito dos estados, para estimular a qualificação e a seleção de bons profissionais, com acompanhamento, porque, além de quando não se tem um serviço, o que é o caso, quando ele é implantado e não é bem implantado ou o profissional não tem uma qualificação, é pior.

Uma vez, tratando da Maria da Penha, eu ouvi de uma mulher, numa missão em que eu estava em outro estado: "Eu estou na cadeira de rodas, porque eu acreditei na Maria da Penha, e o Estado brasileiro não me protegeu, porque ela não estava em execução". E ela acreditou, fez a denúncia, foi isso que ela quis dizer.

Então, é um excelente projeto, mas que a gente possa acompanhar o processo de formação e de execução.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, eu queria também cumprimentar V. Exa. pela iniciativa desse importante projeto; cumprimentar o Relator, o Senador Fabiano Contarato; e dizer, Sr. Presidente, que normalmente se dá mais atenção quando vai legislar sobre questões relacionadas a armas de fogo, e temas como esse nem sempre têm a atenção que merecem.

E a pergunta que fica é simples: arma de fogo mata? Não, quem mata é quem faz uso da arma de fogo. Quem vai pedir autorização para posse ou porte de arma de fogo tem que passar pelo teste psicológico, por uma série de testes para verificar as condições dessa pessoa. Seja ele um policial, seja ele um cidadão que está pedindo esse porte, ele tem que ser submetido a esse tipo de avaliação.

Agora, do mesmo jeito que a arma de fogo por si só não mata, o carro por si só também não mata. Um veículo na mão de uma pessoa desequilibrada, na mão de uma pessoa sem as condições psicológicas para exercer a condução daquele veículo é mais perigoso do que uma arma de fogo na mão de um responsável, na mão de uma pessoa que tem condições.

Então, esse projeto vem justamente para corrigir uma lacuna.

Eu queria fazer essa saudação a V. Exa. do acerto, porque a gente, às vezes, olha muito a questão da arma, que já tem essa previsão, mas eu estou equiparando, porque um veículo na mão de alguém que não tem condições é tão letal quanto uma arma de fogo, mas não tem o mesmo critério de avaliação que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o caso da arma. E esse projeto vai nesta direção, para garantir essa seleção melhor, esse olhar mais atencioso para quem vai ter uma licença para dirigir, uma permissão para ser condutor, para ser motorista.

Então, parabéns a V. Exa. Isso com toda certeza vai ajudar a proteger vidas.

Hoje, além das perdas de vidas, o volume de mutilações que nós temos, Brasil afora, é algo que nos assusta em razão do trânsito violento que temos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Eu queria, primeiramente, parabenizar a iniciativa. O projeto vai ser aprovado por unanimidade, não tenho dúvida.

Eu só queria fazer um contraponto ao meu amigo e irmão querido, Marcos Rogério. Eu não posso deixar, porque é uma causa que me toca profundamente a alma, assim como essa questão do trânsito toca a alma da minha querida irmã, Mara Gabrilli, como outras pautas, mas, nessa questão da arma, permita-me apenas fazer uma diferenciação.

A arma de fogo tem motivações, tem... Ela foi concebida no século XV para matar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Não, para salvar vidas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu estou lhe falando a questão do histórico. E o carro é locomoção. Agora, com os dois, a gente tem que ter muito cuidado, absolutamente. Por isso, votei nesse projeto, porque podem se transformar em algo que vai fazer muita gente chorar, muitas famílias se despedaçarem.

Quanto à questão da arma, era só para fazer esse contraponto, com todo respeito a quem pensa diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Dispensando filosofia, o projeto é meritório. O que ele propõe é uma cautela para algo que é usado intensamente.

Então, sem dúvida alguma, se depender de mim, será unânime a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Amin.

Temos algum Senador que está pedindo para votar remotamente?

Eu vou encerrar. (*Pausa.*)

Não.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votou, Líder? (*Pausa.*)

Votaram SIM 21 Senadores, por unanimidade; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e a Emenda n° 2 da CCJ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, o projeto que me foi repassado é o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Foi aprovado o projeto e a Emenda n° 2-CCJ; rejeitada a Emenda n° 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Muito, muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A dupla de amigos de infância do Amapá, hoje, foi distinguida, não é? A dupla de amigos de infância, o senhor e o Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele falou inimigos (*Fora do microfone.*)

ele ouviu errado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não! Pediram para eu relatar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é, mas é o Izalci ou é o Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Era o Izalci. É o Izalci. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É o Izalci ou é o Amin? O do Weverton... É o do Weverton?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O do Weverton é o Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É o Izalci.

Item 6.

Projeto de Lei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu era o socorro, o pneu estepe do Izalci, mas ele está aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É pela idade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É pelas exposições externas da idade. O Izalci, com a sua cabeleira quase branca, é imbatível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É como diz um amigo meu: é pela filosofia.

Item 6.

Projeto de Lei n° 2.342, de 2022, não terminativo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É o seis! É o seis! (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para um esclarecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Avoco o direito de conquista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – O item 5 foi retirado de pauta? O Relator já não se encontra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O item 5? O Senador Mourão pediu para retirar porque ele tem compromisso. Vai ser na outra sessão, na outra reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O meu é o do Plínio Valério. (*Pausa.*)

Não, é o de que o Senador Plínio Valério é o Relator, é o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É depois do Izalci, agora. Agora é o 6, é o Izalci.

Se os Senadores puderem permanecer, a gente vai conseguir... Inclusive, podem votar, se precisar, no aplicativo.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2342, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

Quem vai fazer o relatório *ad hoc* é o Senador Izalci Lucas.

Com a palavra, o Relator da matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, peço a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência deste Colegiado para opinar sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, podendo, ainda, pronunciar-se sobre o mérito da proposição.

Compete ao CNJ, segundo o art. 103-B da Carta Magna, zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura; definir os planos, metas e programas de avaliação do Poder Judiciário; receber reclamações, petições eletrônicas e representações contra membros do Judiciário; e julgar processos disciplinares.

O CNJ possui um papel fundamental para orientar e direcionar a Justiça brasileira nos mais diversos temas, prezando sempre pela garantia dos direitos fundamentais que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto ao mérito, percebe-se que ao longo dos anos foram adicionadas novas atribuições ao CNJ, portanto se faz necessária a criação de cargos e funções para suportar a alta das demandas executadas por seus respectivos funcionários.

Por isso, conforme também registrado no competente relatório da Deputada Erika Kokay, entendemos que a matéria seja oportuna para que o Conselho possa exercer plenamente as suas atribuições de modo eficiente e célere, confirmando o seu prestígio perante a sociedade jurídica brasileira.

Quanto à constitucionalidade, compete à União legislar sobre o tema e não há óbices constitucionais de natureza formal ou material ao projeto de lei sob estudo. Anota-se que a matéria não faz parte daquelas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal.

Ainda em relação à constitucionalidade, cabe ao Poder Judiciário assegurar a sua autonomia administrativa e financeira (art. 99 da Constituição Federal). A Carta Magna estende aos tribunais brasileiros a autoridade para gerir os seus próprios quadros de pessoal, consoante redação contida no art. 96, inciso II, alínea "b", do texto constitucional.

No plano da juridicidade, avaliamos que a proposição mostra-se em conformidade com a legislação em vigor, estando apta a integrar de forma harmônica o ordenamento jurídico nacional. Com efeito, o projeto mostra-se alinhado às normas gerais que sustentam o regime jurídico dos servidores públicos federais e à disciplina específica do quadro de pessoal do CNJ. A proposição acha-se, igualmente, em conformidade com as disposições da Lei nº 11.416, de 15 de janeiro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.342, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão.

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com todo o respeito ao nosso querido irmão Weverton, agora aqui representado pelo Senador Izalci, eu digo que, apesar de essa proposição condicionar a criação dos cargos à previsão orçamentária, nós não temos ainda os impactos financeiros que isso pode acarretar para os cofres públicos. Então, eu acho que, por uma questão de cautela, eu gostaria de fazer o pedido de vista, para fazer um estudo melhor sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Girão, V. Exa. tem a prerrogativa de fazer o pedido de vista, é regimental. Portanto, V. Exa. está amparado regimentalmente pelo pleito. Mas essa é uma demanda importante, e, na redação do projeto, não existe a criação dessas funções. Eles estão extinguindo outras funções. Isso é uma demanda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Estão transformando apenas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa. pode...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Não tem impacto financeiro?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eles estão extinguindo outras funções dentro do conselho e criando funções gratificadas para ampliar a atuação. Então, não há criação, é dentro do orçamento próprio.

Eu fiz uma reunião com o conselheiro e com os presidentes quando o Senador Weverton solicitou e está na justificativa aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, sim. É porque pulou, não é?

Então, V. Exa. não quer... Deseja mesmo manter a vista? Eu acho que é uma coisa que é um pleito. Não vai criar, está na... Mas V. Exa. tem o direito disso. Eu estou querendo fazer para ajudar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Girão, porque, nessa matéria, a gente está trabalhando... Não só essa como o item 8 também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – São as duas que vão fazer a mesma coisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu vou pedir inclusive a V. Exa. para a gente colocar depois em regime de urgência para que possa ir para o Plenário, tendo em vista o acúmulo de serviço.

Eu gostaria, na sequência, de pedir ao Senador Girão a compreensão, porque eu não li o relatório, mas, no relatório, está claro que não há aumento de despesa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A informação que eu estou tendo aqui, Senador Izalci, é que não é... É criação mesmo, não é apenas uma questão de transferência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Você leu? Eles...

Não, tudo bem. Está bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se a gente puder sem problemas, Senador Izalci, analisar, aprofundar, ver o impacto disso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, tudo bem. Está feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Traga para a próxima semana. Eu não vejo problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está concedida vista. Então, a gente vai conversar uma semana a mais aí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2254, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, de estelionato e de fraude no comércio, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para incluir o crime de estelionato contra idoso ou vulnerável no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

Em 09/08/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato (dependendo de Relatório)

A autoria é do Deputado Federal Marcelo Belinati.

O Relator da matéria é o Senador Plínio Valério.

Quem vai fazer a leitura *ad hoc* é o Senador Líder Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu assumo por inteiro o relatório exarado pelo nosso amigo Senador Plínio Valério.

Creio que o espectro desse tipo de crime é realmente complexo, porque o estelionato é complexo, é um artigo complexo do nosso Código Penal, tornado cada vez mais complexo pela tecnologia, pelas facilidades que nós temos hoje de alternativas de praticá-lo. Mas, sem dúvida alguma, o projeto é são, merece a consideração de que é absolutamente constitucional, legal, legítimo. E, por isso, eu assumo também a proposta de voto do Senador Plínio Valério, consagrada pelo voto.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.254, de 2022, com a emenda que apresentamos a seguir:

EMENDA Nº – CCJ
Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 2.254, de 2022, renumerando-se os artigos subsequentes.

É o voto, assumido o relatório do Senador Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria.

O Senador Paulo Paim pediu para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a liderança do PT... Eu estava na Câmara, no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, cheguei aqui agora, mas estão me pedindo que eu peça vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto. Vista concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – E eu não faço qualquer objeção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para o Relator de repente já colocar no radar um questionamento. Ele especifica a mudança, mas com foco nas transações que envolvam comércio. Apenas no comércio? E os demais casos dentro da mesma moldura fática?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Amin, já está concedida vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Mas só para sua... O PL, também no art. 171, famoso art. 171, cria o §6º para permitir o aumento da pena de 1/3 se for vultoso o prejuízo causado à vítima em consequência da prática de crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E acho que isso dá uma dimensão pecuniária para a consequência do estelionato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todo caso, foi pedida vista e eu considero que o pedido de vista numa Comissão como a nossa é prudência, não é retardamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto. Está concedida vista coletiva.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1987, DE 2023

- Não terminativo -

Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

Relator *ad hoc*, Senador Izalci.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise, mas primeiro quero dizer que esse remanejamento de criação de funções já se encontra autorizado pela LOA 2023, no Anexo 5; essa que eu vou relatar agora.

De acordo com o art. 101, incisos I e II, alínea "f", do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve examinar o Projeto de Lei nº 1.987, de 2023, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como de mérito. Por oportuno, analisaremos também a técnica legislativa da proposição.

A autoria da proposta em exame, do próprio TJDFT, atende o dispositivo constitucional (art. 96, II, "b"), que confere aos tribunais de justiça competência legislativa para propor leis que disponham sobre a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.

O projeto atende, ainda, aos requisitos de adequação orçamentária e financeira, notadamente a regra do art. 169, §1º, da Constituição Federal, que condiciona a concessão de qualquer vantagem ou aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de remuneração de servidores públicos ou a criação de cargos à existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas, bem como à existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias. Com efeito, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023 (Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022), em seu art. 116, inciso IV, autoriza a criação de cargos e funções até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2023. Por seu turno, a Lei Orçamentária de 2023 (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023), consigna expressamente, no item 2.7.2 do seu Anexo V, a criação de 484 funções comissionadas no TJDFT, prevista em anteprojeto de lei.

Constatamos, assim, que a proposição em exame se amolda às normas e princípios constitucionais pertinentes.

No plano da juridicidade, podemos asseverar que as medidas previstas no projeto se mostram aptas a uma inserção harmônica no ordenamento jurídico em geral e nas normas que disciplinam os servidores do Poder Judiciário da União em particular.

Quanto à regimentalidade, não se identificam obstáculos ao seguimento da tramitação da proposta. Também a técnica legislativa do projeto se revela adequada, nos termos exigidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, somos favoráveis à proposição. O TJDFT tem desempenhado suas funções com notável distinção, como se comprova pelas premiações conferidas ao Tribunal pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atestam a qualidade de seus serviços e a produtividade da instituição. Para que o TJDFT siga oferecendo à população uma prestação jurisdicional de elevado padrão, é necessário que a instituição disponha de recursos humanos em patamar adequado. A criação de novas funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal, como assevera a justificação do projeto, constitui a maneira mais eficaz e econômica, em termos de preservação de recursos públicos, para a consecução desse desígnio.

É de se destacar, ainda, como aspecto positivo das novas funções comissionadas a serem criadas no quadro de pessoal do TJDFT, que a sua distribuição, nos termos do anexo do projeto, se concentra preponderantemente nos órgãos dedicados à atividade finalística do Tribunal, ou seja, nas áreas que prestam apoio direto à atividade judicante.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.987, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A exemplo do procedimento anterior, e conversei já com o Senador Izalci, vamos pedir vista para voltar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 1.880, DE 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de massacre e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a nova tipificação no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

Informo aos Senadores que essa votação é nominal e aproveito para pedir aos nossos servidores para irem ligando para os Senadores logo para avisar que vai haver uma votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Sergio Moro, para proferir o seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esse projeto foi apresentado pelo Líder Efraim Filho na esteira desses odiosos ataques ocorridos em escolas neste ano.

Para fazer uma síntese bastante breve, dado o adiantado da hora, a ideia é basicamente criar um tipo especial no nosso Código Penal, um tipo especial de homicídio, para que seja dado um tratamento mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigoroso a esse tipo de crime, homicídios múltiplos em locais públicos, mas igualmente também prever a criminalização do planejamento desses ataques e a apologia a esses ataques.

Com a sua permissão, Presidente, vou direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, até porque nós já discutimos esse projeto ainda no primeiro semestre, quando várias lideranças fizeram apelo a V. Exa. para que nós pudéssemos retirar a matéria de pauta para ajustá-la. V. Exa. já fez as reuniões, e estamos construindo esse entendimento para a votação dessa matéria no dia de hoje. Todo mundo já tem conhecimento dessa matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vamos à análise.

Registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República.

Não há óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

Assistimos estarrecidos aos recentes atentados a instituições de ensino, como os que ocorreram na Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, em março deste ano, e na Creche Bom Pastor, no município de Blumenau, em abril seguinte, nos quais crianças e professores foram covardemente feridos e mortos. Outros casos como esses ocorreram também no ano passado, como os de Aracruz e Sobral.

Não bastasse a sensação constante de medo e insegurança que passou a tomar conta de pais, alunos e professores, na data de 19 de junho de 2023, contabilizamos mais um triste episódio de violência e ódio em uma escola do meu Estado do Paraná. Um ex-aluno do Colégio Estadual Professora Helena Kolody, na cidade de Cambé, adentrou a instituição com o argumento de que iria pegar um histórico escolar e atirou contra alunos, deixando uma aluna morta e um estudante ferido, que teve que ser internado às pressas, após ser baleado na cabeça.

A ocorrência de tais crimes tem alterado a rotina e influenciado o ambiente escolar em todo o país. Muitos professores relatam encontrar alunos chorando, pais que vão buscar os filhos na escola antes do término do horário e unidades de ensino que suspenderam atividades no pátio por medo de serem alvo de ataques.

Assim, a sensação de insegurança tem causado pânico em diversas instituições de ensino por todo o país, fazendo com que muitas delas tenham que adotar medidas restritivas para preservar a segurança de alunos e professores, o que tem prejudicado as suas atividades pedagógicas regulares, além dos danos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicológicos gerados às famílias que vivem, cotidianamente, a angústia de ter seus filhos sob risco em um ambiente que tradicionalmente é de paz.

No nosso entendimento, essa é uma questão de segurança pública prioritária e compete ao Poder Público implementar medidas que previnam atentados como esses em nossas creches, escolas ou universidades. Não podemos deixar que a sensação de insegurança afete as atividades escolares e de ensino, prejudicando estudantes.

Não obstante a relevância do PL e a urgência que o tema requer – o que exige uma resposta dura e imediata do Congresso Nacional –, entendemos que ele deve ser aperfeiçoado.

Mostra-se oportuna a tipificação do crime de "massacre" no Código Penal, promovida pelo PL 1.880, que criminaliza, com a maior pena já cominada em abstrato a um crime (reclusão, de trinta a quarenta anos, e multa), a conduta de "matar pessoas indiscriminadamente, em escolas, creches, museus, templos religiosos, aeroportos, estações metroviárias, rodoviárias ou ferroviárias, clubes, estádios, restaurantes, prédios, centros comerciais ou qualquer local em que haja aglomeração de pessoas". Se houver apenas "atos preparatórios de planejamento" – e esse é o grande mérito, a meu ver, do projeto, o que a nosso ver já é uma conduta grave –, o projeto propõe que a pena seja, no caso, de reclusão, de quatro a oito anos, e multa.

Promovemos ajuste no texto para realocar tais previsões, como §§2º-C e 2º-D do atual art. 121 do CP, em vez de criar artigo autônomo. Criar um artigo autônomo poderia ter por inconveniente gerar um apenamento menor pelo crime de massacre do que o cabível por homicídio em concurso material.

Como medida de aprimoramento, substituímos, no tipo penal, a expressão "matar pessoas indiscriminadamente" – isso foi compridamente conversado e acordado com o Senador Efraim Filho –, que, a nosso ver, pode gerar controvérsias de interpretação, para a tipificação de que "se o homicídio é cometido contra mais de uma pessoa, na mesma circunstância e com a intenção de provocar repercussão social", de modo a diferenciar o crime de massacre de um homicídio múltiplo direcionado a vítimas específicas e com propósitos individuais.

Alteramos ainda a pena constante na proposição para o equivalente à sanção cominada ao latrocínio, uma para cada vítima.

Este ponto é importante – eu ressalto aqui – porque a pena prevista para esse crime de massacre vai ser repetida a cada vítima que sofra o assassinato, para que a pena fique maior do que se fosse homicídio qualificado em concurso material.

Assim, modificamos a pena imposta aos atos preparatórios relativos ao planejamento para prever que ela será de quatro a doze anos e multa. Evitamos a solução proposta na lei antiterrorismo para os atos preparatórios de terrorismo, de redução de um quarto até a metade, para não gerar incoerência com a redução prevista para a tentativa, de um terço a dois terços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, este é um dos pontos mais relevantes do projeto: permitir a punição dos atos preparatórios de crimes tão graves como a prática de múltiplos homicídios. Adotamos redação que já se encontra na lei antiterrorismo. A medida é relevante por também permitir a interferência das autoridades da segurança antes que a execução do crime seja iniciada.

Entendemos acertada a decisão do PL de incluir o crime em questão no rol dos crimes hediondos. Tal rol deve ser preservado para conter apenas as condutas consideradas gravíssimas, que causam repugnância social e atentam contra os valores mais caros ao indivíduo, seja pelo seu modo ou meio de execução, seja pela finalidade que presidiu a ação criminosa. Esse é, a nosso ver, o caso do crime de massacre, instituído pelo projeto de lei em análise. Optamos por não incluir os atos preparatórios como crime hediondo por uma questão de proporcionalidade.

Na mesma linha, propomos a inclusão dos arts. 286-A e 287-A ao Código Penal, com o escopo de desestimular, de forma efetiva, a incitação ao crime de massacre bem como a apologia a esse nefasto crime e a quem o pratica, ambos com pena de dois a seis anos e multa. A medida torna-se imperiosa e urgente uma vez que, ano após ano, esse tipo de tragédia tem sido objeto de propaganda, incitação e estímulo no ambiente da *dark web* e outros meios de comunicação, principalmente entre jovens no mundo todo. Entendemos que a liberdade de expressão, apesar de essencial à democracia, pode ser restringida contra a incitação e a apologia a crimes tão nefastos como o de massacre.

Seguindo para o voto, então, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.880, de 2023, com as emendas que apresentamos a seguir. As emendas na CCJ, então, preveem: o §2º-C ao art. 121, crime de massacre; os arts. 286-A e 287-A, que criminalizam a incitação pública e a apologia pública da prática do crime de massacre ou do seu autor; e, igualmente, a modificação do inciso I do art. 1º da 8.072, para a previsão do crime de massacre também no rol dos crimes hediondos, significando um regime penal e prisional mais rigoroso para essa modalidade de crime.

Aqui eu registro apenas os meus elogios ao autor do projeto, Senador Efraim Filho, que, diante desses acontecimentos gravíssimos e sucessivos neste ano, teve a sensibilidade de apresentar esse projeto com a urgência que era necessária. Eu discuti com ele as mudanças que estou fazendo aqui no relatório, e nós chegamos a esse texto final, que bem atende ao propósito inicial, na minha opinião, e ainda estende um pouquinho, para evitar isso que tem sido extremamente grave, porque nós assistimos, principalmente na internet, à apologia e à incitação a esse tipo de crime odioso.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – De acordo.

Informo aos Senadores que se trata de uma votação nominal.

Nós temos ainda dois projetos: um projeto que é de autoria do Senador Paulo Paim, que era o item 2, que institui a semana do migrante; e um item extrapauta, que foi solicitação da Bancada do PSD – e nós vamos incluir extrapauta –, solicitação também da Senadora Margareth Buzetti, que trata sobre alterar a Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, para dispor sobre o auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar. É um projeto de autoria da Deputada Federal Marina Santos, a Relatora é a Senadora Margareth. Vou incluir extrapauta pela construção que foi feita no dia de ontem.

Quero parabenizar a Senadora Margareth, que articulou com o Presidente Rodrigo e com as lideranças, em nome do Líder Otto Alencar, e solicitou a inclusão extrapauta desse assunto por conta do momento que estamos vivendo em relação a essa matéria.

Eu vou iniciar a votação aqui.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria solicitar que os Senadores pudessem votar. Quando a gente concluir o quórum...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode votar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim, senhor, Senador Líder Eduardo Girão. Pode votar.

Que a gente possa alcançar o quórum de votação para poder passar para o próximo item.

O Senador Paulo Paim me informou ainda há pouco de um projeto que está tramitando ou que já tramitou na Câmara dos Deputados, que está vindo ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também na mesma linha, Senador Paim, desta Presidência, na relação de carinho e de amizade que temos com V. Exa. e pela luta de V. Exa., eu quero dizer a V. Exa. que nós vamos cumprir o acordo que foi construído com a Bancada do Partido dos Trabalhadores e vamos determinar a indicação de V. Exa. para relatar essa matéria, que é altamente relevante do ponto de vista do contexto do nosso país, das desigualdades, do preconceito, das diferenças regionais. V. Exa. externa tudo isso aqui, como um grande Parlamentar, como um grande Senador da República.

Eu quero anunciar à nossa Secretaria da Mesa que, assim que a matéria for deliberada na Câmara dos Deputados, o projeto de lei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – É o que trata da cota racial. Já é lei. É para renovar, para que, de dez em dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Qual é o número do projeto? V. Exa. sabe?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele vai ser votado hoje à tarde no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo bem.

Fica orientado o Dr. Ednaldo aqui de que tem um acordo das lideranças partidárias, capitaneadas pelo Presidente Rodrigo Pacheco, para nós atendermos o Partido dos Trabalhadores na proporcionalidade. E o Relator da matéria será o grande Senador Paulo Paim. Projeto de Lei nº 5.384, de 2020, da Deputada Maria do Rosário, do PT, do Rio Grande do Sul, e outros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

Desde já agradeço a V. Exa., Presidente, também ao Presidente Rodrigo Pacheco e a todas as lideranças, porque é um projeto muito importante sobre um tema que eu tratei desde que eu nasci, que é o preconceito racial. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós que agradecemos a atuação de V. Exa. nessa agenda, que é agenda de todos os brasileiros.

Qual é o quórum? Qual é o quórum, para encerrar? (*Pausa.*)

Deixa eu pedir permissão aqui, rapidamente. Vou votar a inclusão extrapauta muito rápido, pelo acordo de Lideranças, do item de que fiz a leitura ainda há pouco, do Projeto de Lei 4.875, de 2020.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o acordo da inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovada a inclusão extrapauta do projeto.

Senador...

Deixa eu pedir também para os Senadores, para a gente antecipar, enquanto não se atinge o quórum para abrir... O Senador Sergio Moro também está ligando para os Senadores, para solicitar... Estão ligando?

Eu vou pedir para a gente aproveitar que o Senador Paim está aqui para a gente fazer logo a leitura do item 2 enquanto a gente processa a votação desse projeto.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Semana do Migrante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Autor do projeto: Carlos Gomes, do Republicanos, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – É um projeto simples, Presidente Davi Alcolumbre, de autoria do Deputado Carlos Gomes, que é o coordenador da bancada gaúcha, Parlamentar do Republicanos, que teve essa iniciativa, e me prontifiquei a ser Relator, porque é um tema que eu trato com muito carinho, que é a situação do migrante e do refugiado.

Presidente, eu posso simplificar ao máximo, se assim entender, ou alongar, para dar o quórum, mas eu vou simplificar – o meu objetivo é esse.

Vamos lá, então.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relatório.

Submete-se à análise da Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 473, de 2020, de autoria do coordenador da bancada gaúcha, Deputado Carlos Gomes, que institui a Semana do Migrante.

O PL compõe-se de dois artigos normativos (arts. 1º e 2º) e a cláusula de vigência (art. 3º).

O objetivo da proposição em exame é instituir, no calendário nacional, anualmente, no período de 19 a 23 de junho, a Semana do Migrante, conforme prevê o seu art. 1º.

De acordo com o art. 2º, caberá ao poder público, em parceria com instituições acadêmicas ou entidades da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos migrantes, empreender diversas atividades com o objetivo de primeiro:

a) discutir o fenômeno migratório humanizado sob diversas perspectivas, com ênfase na participação dos migrantes na formação do Estado brasileiro;

b) promover e difundir os direitos, as liberdades, as obrigações e as garantias dos migrantes;

Eu já vou concluir, Presidente.

c) incentivar entidades da sociedade civil a debater e a propor políticas públicas, com a apresentação de alternativas de empregabilidade e integração cultural dos migrantes.

Por fim, o art. 3º do PL prevê a entrada em vigor da Lei que dele decorrer na data de sua publicação.

Sr. Presidente, eu estou aqui simplificando, porque o coração da justificativa eu já expressei. Mas vamos lá.

Com o objetivo de aperfeiçoar e suprir a omissão que constatamos na redação do PL, haja vista ter sido uma preocupação do autor do projeto, exposta em sua justificativa – essa era a intenção dele –, ao informar sobre os 68,5 milhões de indivíduos que foram forçados a migrar em razão de perseguições, conflitos ou violência generalizada, oferecemos, assim, emendas para que ao refugiado seja também garantido o mesmo debate nesse período. Assim, o refugiado será expressamente mencionado.

Vamos aqui explicar o voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 473, de 2020, com as seguintes emendas de redação aqui na CCJ:

> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Acrescente-se a seguinte expressão "e do Refugiado" em seguida à expressão "Semana do Migrante" contida na ementa, no art. 1º e no *caput* do art. 2º do PL nº 473, de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO) [Emenda também de redação, para assegurar que será nesse período um trabalho de discussão, de avanço e melhorando, digamos, a vida dos migrantes e dos refugiados. Por isso, a emenda diz:]
Acrescente-se a seguinte expressão "e dos refugiados" em seguida à expressão "dos migrantes" contida nos incisos I, II e III do art. 2º do PL 473, de 2020.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Já temos quórum para deliberar, senão eu falaria muito mais. Mas me sinto contemplado e cumprimento o Deputado Carlos Gomes...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode falar, porque nós estamos com saudade de V. Exa. Pode falar. A gente quer ouvir a sua voz. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o Deputado Carlos Gomes, Republicanos, pela brilhante iniciativa. Inclusive hoje à tarde teremos uma reunião, da qual farei parte, da Comissão de refugiados e migrantes, onde vamos dar espaço para que o Governo apresente os seus projetos, a sua visão de como garantir qualidade de vida para migrantes e refugiados, e levarei para aquele Plenário essa notícia do meu colega e amigo Carlos Gomes, que apresentou esse projeto, o qual fiz questão de relatar.

Para muitos pode ser simples, mas, para nós, que atuamos muito nessa área... E aqui a maioria dos Senadores conhece esse tema. A questão dos refugiados merece muito carinho. Com o mesmo carinho que nós vamos ter e queremos ter e temos com os refugiados no Brasil, queremos ter com... Que o nosso povo que, porventura, estiver no exterior tenha também o mesmo carinho.

Esse é o relatório, Presidente, e V. Exa. que manda a hora que eu tiver que falar, porque eu vou continuar se não mandar eu parar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode continuar. A saudade é muito grande.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então tudo bem, Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer muito a V. Exa. Essa luta das cotas raciais é uma luta que eu venho travando há muito, muito tempo. Para se ter uma ideia, Presidente, nós já éramos para ter votado aqui, incluído no Estatuto da Igualdade Racial as cotas raciais.

Criou-se uma dúvida, e daí chegou-se ao entendimento... O Supremo estava para discutir se eram constitucionais ou não as cotas raciais, e nós esperamos sabiamente. Combinamos com o Supremo, o Supremo marcou uma audiência pública, e daí convidaram dois Senadores, um para defender contra e outro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a favor. Eu, como era o único Senador negro, fui escolhido para ir ao Supremo para defender as cotas raciais. Felizmente – eu não vou entrar no mérito –, aprovamos por unanimidade que as cotas raciais não são inconstitucionais. Em seguida, a CCJ, então, deliberou por unanimidade as cotas.

E elas são um sucesso no país. Diziam que os alunos brancos e negros teriam problemas nas aulas, não tiveram problema nenhum! Podem ver que não vemos queixas, não vemos nada. Pelo contrário! O que existe é, às vezes, alguém querendo entrar nas cotas dizendo que é negro quando não é.

As cotas, é bom dizer, pegam todos os setores vulneráveis: branco pobre, negro pobre, deficiente pobre... E, com o aperfeiçoamento que aqui fizemos no Congresso, inclusive, há a cota para os indígenas. Tudo isso já é lei. O que nós estamos fazendo agora é dizendo que vale por dez anos e que, a cada dez anos, terá uma avaliação.

O meu sonho é um dia chegar aqui à CCJ – nem que eu não seja mais Parlamentar, e não serei provavelmente – e poder dizer que não há mais necessidade mais de cotas. Se os Estados Unidos chegaram a esse entendimento, foi depois de um longo período de décadas e décadas com as políticas de cotas, e lá, então, o povo negro avançou bastante.

Como o senhor permitiu... Mande a hora de eu parar aí, porque eu vou continuar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Terminou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terminou? (*Risos.*)

Então, os outros argumentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que eu estava mirando aqui ficam para o dia do debate da política de cotas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Isso é para testar a assessoria, para ver se ela está firme, resiliente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está firme, está firme!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Senador está, a assessoria também está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aprovado por unanimidade: votaram SIM 20 Senadores; NÃO, nenhum.

Aprovados o projeto e as Emendas nºs 1 a 3, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, apesar do adiantando da hora, eu só quero agradecer a atenção de V. Exa. para esses dois projetos hoje: o banco do DNA e este especificamente que é o PL do massacre.

Mais uma vez também, agradeço ao Senador Efraim.

Quero agradecer a todos os pares pela sensibilidade da votação, inclusive à distância, porque é um projeto importante. Eu acho que ele resolve, inclusive, Presidente, aquela discussão que está tendo de PL da censura, de *fake news*, porque tem uma grande preocupação com o estímulo desse tipo de incitação à prática de massacre. Aqui, nós estamos indo exatamente ao ponto: incitação e apologia à massacre ou a autor de crime de massacre não pode, de forma nenhuma, é algo vedado. E aí não se gera toda aquela controvérsia paralela sobre o PL de censura ou de *fake news*, como preferirem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado. Eu queria cumprimentar o Senador Sergio Fernando Moro também pela oportunidade de termos construído esse entendimento, inclusive, porque eu lembro que, naquele momento ainda, quando a gente estava no primeiro semestre deliberando esta matéria, houve muita divergência aqui no Plenário, tanto que foi retirado. Então, isso mostra que o diálogo e a construção coletiva são o que fazem com que a gente consiga ultrapassar aquilo que, muitas vezes, é natural do debate. A gente não precisa concordar em tudo, a gente precisa construir. E, quando a gente tenta, tenta, tenta e constrói, acontece o que aconteceu hoje: unanimidade em dois projetos importantíssimos, sendo que todos os dois começaram com grande conflito aqui na Comissão.

Então, nesse papel de mediador, eu queria registrar e cumprimentar a decisão do autor do projeto e do Relator, com a aquiescência da Presidência, do corpo técnico da Comissão, dos assessores e dos consultores, que ajudam a gente a construir matérias relevantes como essa.

Parabéns, Senador Moro, e parabéns ao Senador Efraim, autor do projeto.

A gente vai colocar em discussão agora – já foi feita a leitura – o relatório do Projeto de Lei nº 473.

Está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há Senadores inscritos para discutir. Está encerrada a discussão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ, de redação.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura, em caráter terminativo.

Último item da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 4875, DE 2020

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Autoria: Deputada Federal Marina Santos, Solidariedade, do Piauí.

A Senadora Margareth Buzetti fez a solicitação de inclusão. Parabéns, Senadora Margareth!

A matéria está pronta para deliberação.

Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti, para proferir o seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relatora.) – Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa. por atender o pedido da nossa bancada e aos meus dois colegas que estão firmes e fortes aqui com a gente, até mesmo com o adiantado da hora...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Os últimos serão os primeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Exatamente!

Como já é de amplo conhecimento esse relatório, que já foi apreciado, vou direto à análise.

O projeto de lei visa criar uma nova medida protetiva de urgência para os casos em que há violência doméstica e familiar: a concessão de auxílio-aluguel. Trata-se de disposição que reforça a proteção conferida pela Lei Maria da Penha às vítimas, para que, mediante tal auxílio, possam encontrar moradia e guarida adequadas quando se depararem com situações de ameaça, hostilidade e violência que tornem necessária a saída de seus lares.

O percentual de mulheres agredidas pelo parceiro em algum momento de suas vidas variou entre 10% a 56% nos países pesquisados pela Organização Mundial da Saúde. No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos. Em mais de 80% dos casos reportados, o responsável é o marido, namorado ou ex-parceiro, que também se aproveitam da dependência financeira da vítima. Uma pesquisa do Instituto DataSenado identificou que a principal violência contra as mulheres é física, depois vem a psicológica, moral, patrimonial e sexual. As agressões provocam consequências como falta ou baixa produtividade no trabalho, a perda do domicílio ou até da própria vida. Ainda assim, uma pesquisa realizada em 2014 revelou que, para a grande maioria dos brasileiros, a questão deve ser discutida somente pelos familiares.

Vale ressaltar, Presidente, que, no dia 14 de junho do ano corrente, foi realizada uma audiência pública para debater o tema, com a presença da Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; da Primeira-Dama do Estado de Mato Grosso, Virginia Mendes; da Secretária de Assistência Social e Cidadania do Estado, Grasielle Bugalho; e da Delegada-Geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, Daniela Maidel.

Na ocasião, a Primeira-Dama de Mato Grosso citou o sucesso do nosso Programa SER Família Mulher, realizado pelo seu estado – pelo nosso estado – e sob sua liderança, que é voltado ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, em situação de medida protetiva, para o custeio da sua moradia. O programa, que está em pleno funcionamento em nosso ente federativo, além de preconizar o auxílio-aluguel, incentiva as vítimas à sua qualificação profissional.

De acordo com Virginia Mendes, o programa SER Família Mulher está sustentado em três grandes pilares: superação, esperança e respeito. As letras iniciais, que juntas formam a palavra SER, buscam dar ainda mais significado à identidade das mulheres na luta por seus direitos e no combate à violência doméstica. Seu propósito é promover políticas públicas e ações voltadas aos direitos das mulheres.

Entre as ações do programa, destaca-se o Ônibus Lilás, veículos equipados com salas fechadas para garantir privacidade às mulheres, com modelo de atendimento multidisciplinar, oferecendo assistência psicossocial e jurídica para as vítimas de violência e a implantação do 1º Plantão 24 Horas para atendimento aos casos de violência doméstica e sexual de Mato Grosso, Plantão da Mulher, que funciona em local

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio e dispõe de espaços adequados, sala para atendimento psicossocial, espaço exclusivo para atendimento e registro de boletim de ocorrência, brinquedoteca e *playground* para as crianças acompanhantes.

Ontem tive a feliz notícia, através da Delegacia da Mulher e da Secretária do nosso estado Grasielle Bugalho, de que, entre as 400 mulheres participantes do programa no estado, 40 delas estão habilitadas para receberem o seu cartão auxílio-moradia.

Já a Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, destacou a importância da matéria, bem como sua relevância social e econômica, declarando seu total apoio à presente iniciativa legislativa. Segundo ela, é fundamental, pois o aluguel é estratégico e fundamental, já que garante que as mulheres em situação de violência doméstica tenham os devidos recursos financeiros tanto para o seu sustento quanto para o de seus filhos.

Entendemos que o projeto em análise é uma oportunidade de levar o exemplo da luta empreendida por Mato Grosso para o âmbito nacional. É imprescindível a maior articulação entre os diferentes níveis da Federação para que o atendimento às vítimas de violência se torne mais efetivo em todas as partes do país.

Do ponto de vista econômico, a proposição permite que o auxílio-aluguel seja graduado em função da situação de vulnerabilidade social e econômica da vítima. Assim, o benefício admite ajustes e focalizações capazes de garantir que, em cada caso concreto, a proteção conferida à vítima seja, de fato, eficaz e integral.

Do ponto de vista financeiro, o projeto de lei, em seu art. 2º, prevê que o custeio será realizado por meio das dotações que os entes subnacionais destinam para os benefícios eventuais da assistência social, os quais são prestados àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária.

Há, portanto, a devida identificação do lastro financeiro capaz de suportar o auxílio pretendido.

Destaca-se, por fim, que o prazo máximo de seis meses de duração para o auxílio-aluguel demonstra sua natureza temporária e delimita seu impacto financeiro-orçamentário, o que reforça, assim, a viabilidade de sua implementação.

Voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.875, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora.

Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Como eu lhe prometi, numa frase: quero cumprimentar os autores, Deputado Bosco Saraiva, Deputada Rejane Dias, Deputada Marina Santos, e especialmente nossa Relatora, Senadora Margareth, que fez um belíssimo trabalho. Esse projeto tem tudo a ver com direitos humanos: assegurar que a mulher vítima de violência tenha direito ao auxílio-aluguel. Brilhante!

E aí, já combinado com ela e com a assessoria, eu queria pedir urgência do Plenário, pela grandeza do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos aprovar aqui. Daqui a pouco a gente vota uma urgência para o Plenário.

E quero dizer da força da Senadora Margareth. Ela falou com o Líder Otto ontem de manhã, fez um acordo com as Lideranças e, em 24 horas, a matéria estava incluída na pauta.

Parabéns pelo prestígio, pela liderança e pela importância da matéria, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relatora.) – Presidente, a gente está no Agosto Lilás, que é o mês que combate a violência contra a mulher. E, olha, a violência contra a mulher tem crescido dia a dia, é impressionante. Eu não sei como nem o que a gente vai fazer, se é preciso endurecer as penas ao agressor, mas é uma coisa que me causa espanto demais, porque eu assisti a uma mãe levando a filha, na minha cidade, pela mão, na escola; para a moto com o ex-companheiro e ele a esfaqueia até a morte, na frente da filha de quatro anos. Não é possível que a gente continue vendo isso dessa forma. E não é no meu estado, mas em vários Estados, como aqui no DF. Nós tivemos, acho, 37 crianças que perderam a mãe e o pai no meu estado, no primeiro semestre, porque a mãe foi assassinada, foi feminicídio, e o pai está preso. Quer dizer, nós temos os órfãos do Estado daí. É muito triste isso.

Então, obrigada, Presidente, de coração, por atender a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns, Margareth.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, quero fazer o registro apenas aqui do elogio ao projeto, especialmente à nossa querida Senadora Margareth Buzetti, que, com tanta eficiência, conseguiu colocar não só em pauta, mas obter aqui a aprovação na CCJ. E eu tenho certeza também de que vai ser aprovado no Plenário.

É um projeto interessante, que prevê esse benefício específico. Nós sabemos que, apesar da construção em vários locais de casas das mulheres, ainda há uma grande deficiência na disponibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrigos para mulheres em situação vulnerável decorrente da violência doméstica. Então, é um projeto de todo meritório.

Até pensei, Senadora, em me ausentar para almoçar, porque logo em seguida tinha uma Comissão, mas, diante da qualidade do projeto e também da qualidade da Relatora, eu me senti obrigado a me pregar na cadeira, fazendo companhia aqui ao Senador Paim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A fome é a mesma, mas quem sabe depois a gente pega uma brechinha para todo mundo almoçar junto.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Obrigada, Senador. Obrigada. Obrigada mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns!

Não há mais Senadores inscritos.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Diante da solicitação, a matéria seguirá em regime de urgência para o Plenário do Senado Federal.

Eu queria agradecer a todos e a todas, agradecer aos nossos servidores, agradecer a todos os assessores.

São 13h41. Nós iniciamos às 10h05 a reunião da Comissão.

Nós deliberamos muitos projetos importantes, fizemos hoje também, no início da reunião, a designação formal do Líder Eduardo Braga como Relator da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma tributária nacional. Vamos organizar, na próxima quarta-feira, um calendário de audiências públicas para instruir essa importante matéria em tramitação no Senado Federal.

Eu queria agradecer também a todos os Senadores, a todas as Senadoras.

Nós fizemos aqui hoje a inversão da pauta dos projetos cujos Relatores das matérias a gente tinha presentes, fizemos uma ordem, Senador Paim, priorizando aqueles Senadores que solicitaram e que estavam aguardando a deliberação das matérias há algum tempo. Então, votamos o item 3, o item 12, depois voltamos para o item 1, depois fomos para o item 5. A gente tentou votar o projeto que era relatado *ad hoc* pelo Senador Izalci Lucas. Infelizmente, a gente teve a solicitação de vista, que é regimental. Isso era um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejo tanto do CNJ como da Justiça Federal, mas, enfim, é o espaço regimental, a legitimidade do mandato. Então, está feito dentro da regra estabelecida no Regimento.

Hoje nós fizemos a primeira reunião na volta do recesso e foi, com certeza absoluta, uma reunião muito produtiva, uma reunião importante, com matérias relevantes. Incluímos o item extrapauta por solicitação da Senadora Margareth. Então, eu quero agradecer essa construção.

A gente teve o quórum dos 27 Senadores na Comissão. É importante a Comissão... Sem dúvida é a mais importante do Senado, sem desmerecer nenhuma outra, porque todas são importantes, mas a Comissão de Constituição e Justiça teve hoje o quórum muito qualificado.

O nosso Secretário informa que, dos quatorze itens da pauta, nós aprovamos nove itens, muitos com votações nominais, todos com votação expressiva, um debate.

E, nesse sentido, eu queria agradecer também... Foi uma solicitação do Senador Fabiano, mas era um projeto de minha autoria, e as manifestações aqui sintetizadas, Senador Marcos Rogério, na manifestação da Senadora Mara Gabrilli, emociona a gente, pela forma com que a Mara se posicionou. E, sem dúvida nenhuma, a gente dará condição de proteger as pessoas que se utilizam de um veículo que muitas vezes, por algum problema ou outro... Do jeito que estava, ou do jeito que ainda está, até nós transformarmos essa lei na sanção presidencial, em lei efetivamente... Eu tenho certeza absoluta de que esse PLS 98, em que a gente faz a obrigatoriedade da renovação da carteira do exame psicológico...

Eu descobri hoje que a Senadora Mara é psicóloga. Então, também foi muito bacana. E digo dos meus agradecimentos pela votação unânime também em relação ao projeto de minha autoria.

Muito obrigado a todos.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – Posso só fazer um agradecimento aqui? À minha competente equipe, que ontem teve de trabalhar até tarde da noite, porque entrou na pauta, extrapauta, faz relatório. Eles trabalharam muito para que hoje tudo estivesse pronto.

Obrigada, Senador. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a excelente reunião de hoje.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Mauro Carvalho Junior, Omar Aziz, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores não-membros da comissão Wilder Morais, Nelsinho Trad, Rodrigo Cunha e Jaques Wagner. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Augusta Brito e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda de Plenário ao Projeto de Lei n° 2233, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável à Emenda n° 5-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Emenda n° 5-PLEN. **Observações:** - Durante a discussão o Relator altera o Relatório, concluindo pela rejeição da Emenda n° 5-PLEN; - Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2342, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2254, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, de estelionato e de fraude no comércio, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para incluir o crime de estelionato contra idoso ou vulnerável no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, com a Emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Lido o Relatório. Adiada a discussão e votação. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1987, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria. **ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 3, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável à Proposta, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para aguardar a realização de Audiência Pública. **Observação:** Aprovado Requerimento de realização de Audiência Pública. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 3 - PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 112, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 70, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Impede a redução dos coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios até a publicação dos resultados definitivos do próximo censo demográfico." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas n°s 1 a 6. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2940, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a criação de comissão de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4563, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Revoga o § 6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1496, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4 e 5, e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Terminativo -** que: "Obriga à inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1644, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para redefinir a infração de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 5690, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA, e da Emenda nº 3-CMA, na forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CMA-CCJ, 2-CMA-CCJ, e 3-CMA, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Plano de Trabalho - PEC 45/2019 -** "Plano de Trabalho com cronograma de audiências para instruir a PEC 45 de 2019" **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado com alterações. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 15, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública para debater a PEC 45/2019". **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 16, de 2023 -** "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2342/2022, que "dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006". **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 17, de 2023 -** "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1987/2023, que "cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios". **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 18, de 2023 -** "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 112/2017, que "Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências". **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 19, de 2023 -** "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 196/2020, que "altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico". **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 20, de 2023** - "Requerimento de Urgência para o PL2233/2022". **Autoria:** Comissão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 21, de 2023** - "Requer inclusão de nomes para a audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 45/2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional". **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 22, de 2023** - "Requer a inclusão de convidado para a audiência pública na CCJ destinada a instruir a PEC 45/2019." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 23, de 2023** - "Requer inclusão de convidados no Plano de Trabalho da Reforma Tributária PEC 45/2019." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 24, de 2023** - "Requer a realização de audiência pública para instruir a PEC 3/2022." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Seção Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Como faz tempo que eu não leio isso aqui, eu vou ler agora, em homenagem ao Ednaldo. (*Risos.*)

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 16.

Informo ao Plenário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Faz tempo por outras razões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Era a pedido dos Senadores.

A reunião ocorre de modo presencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem em qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Informo que, em cumprimento ao Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023, não será admitida a participação e o uso da palavra de maneira remota, nas sessões deliberativas da Comissão. Além disso, somente será possível a votação pelo aplicativo se houver sido previamente registrada a presença de maneira física, nas dependências da Casa. Quem estiver no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas, igualmente, para o registro da presença. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem acessar a área parlamentar e procurar a votação da CCJ em curso, identificada também pelo nome da matéria. Após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto. O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e Srs. Senadores, aos servidores da Secretaria das Comissões, aos assessores dos Senadores e à área de tecnologia do Senado Federal no estrito exercício de suas atribuições.

Eu queria registrar e agradecer a presença do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, Piauí, Desembargador Marco Aurélio Lustosa Caminha. Muito obrigado pela presença de V. Exa., Sr. Desembargador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de eu iniciar o item 1 da pauta, nós fizemos, na reunião da semana passada, a designação de S. Exa. o Líder da Bancada do MDB, Senador Eduardo Braga, como Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, que altera o Sistema Tributário Nacional. O nosso Senador Relator se comprometeu com esta Comissão e com o Senado Federal – e por que não dizer com o Brasil – que iria, nesse período de uma semana, construir uma proposta de plano de trabalho.

Eu vou conceder a palavra ao Relator da proposta de emenda à Constituição antes de iniciarmos a pauta previamente estabelecida, porque ficou acordado que nós iríamos, enquanto Comissão de Constituição e Justiça, aproveitar essa oportunidade para registrar que esta matéria, por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, vai tramitar, por decisão da Mesa Diretora, única e exclusivamente nesta Comissão. Todas as deliberações, as reuniões, as audiências, as ponderações, os requerimentos em relação a esta matéria serão apensados à tramitação da matéria e serão encaminhados ao Relator da matéria para deliberação.

Portanto, com esse informe, eu concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, para que ele possa, dentro do planejado... E aproveito esta oportunidade em que o fará S. Exa. o Sr. Relator, Presidente Mourão, Senador Amin, para dizer que nós estamos totalmente livres e abertos para fazermos as ponderações e inclusive alterações no plano de trabalho e nas audiências públicas, inclusive apensando novos convidados. E, para isso, o Relator vai poder detalhá-lo para informar ao Plenário da Comissão e ao Senado Federal.

Com a palavra, V. Exa., Relator Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a V. Exa. e cumprimentando os colegas Senadores, é com grande senso de responsabilidade que recebi do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, a missão de ser o Relator da reforma tributária no Senado. Agradeço também ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pela indicação logo após a aprovação do texto na Câmara dos Deputados.

Trata-se de uma função estratégica, tendo em vista a grande expectativa de todo o país em torno de um projeto que tem como meta principal simplificar o sistema tributário, ampliar a base de contribuintes e aumentar a competitividade da economia brasileira.

Nosso trabalho, felizmente, já começará fundamentado em cima de um estudo que recebi no dia 8 de agosto, das mãos do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, realizado pelos técnicos da Receita Federal, sobre o impacto da reforma nas alíquotas dos novos tributos de consumo e também das exceções tributárias incluídas no texto aprovado pela Câmara, para que, assim, possamos analisar o custo-benefício de cada uma delas.

Teremos pela frente um longo caminho, no qual pretendo ouvir a todos, sem exceção, dos mais diversos setores da economia, municípios e estados. Já estive com representantes da Frente Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeitos para uma primeira conversa, participei de encontros com outras frentes parlamentares, já me reuni com diversos setores – saúde, educação, serviços –, e outros encontros virão.

O Presidente Rodrigo Pacheco já anunciou a intenção de promover uma reunião temática com os 27 Governadores do país no Plenário do Senado. Estaremos atentos para que a reforma tributária garanta o equilíbrio federativo e não vire palco de uma disputa fratricida entre brasileiros. Afinal de contas, nós queremos um Brasil igual para todos. Não vamos cair na armadilha de dividir os brasileiros. Por isso, não abriremos mão de analisar minuciosamente cada artigo da proposta. Trabalharemos em cima de estudos técnicos do Ministério da Fazenda e também do Tribunal de Contas da União.

Dentro desse espírito, pretendo submeter a esta Comissão meu plano de trabalho, que se dividirá em pelo menos sete audiências públicas, que irão do diagnóstico do quadro tributário, passarão por debates sobre o impacto das mudanças nos entes federativos e em diferentes setores da economia, como serviço, indústria e agronegócio, entre outros, até a apresentação do relatório na primeira quinzena de outubro, de forma que possamos viabilizar a votação da proposta do Senado em tempo hábil, para que a Câmara possa novamente analisá-la e nós tenhamos a promulgação da matéria até o final deste ano.

Precisamos ouvir os entes federados, as entidades representativas dos diversos setores e os órgãos de controle, para avaliar a proposta que chegou ao Senado e os aperfeiçoamentos necessários para construir um texto que vá ao encontro das expectativas de toda a sociedade. No entanto, podemos antecipar algumas premissas que irão embasar o nosso parecer, como neutralidade, não aumento de carga tributária, redução das desigualdades sociais e regionais, simplificação, transparência, segurança jurídica, excepcionalidades limitadas em relação aos regimes beneficiados a partir de uma avaliação de custo-benefício que leve em consideração parâmetros sociais, econômicos e tecnológicos, fortalecimento dos entes subnacionais e do pacto federativo, preservação da autonomia dos entes federados em relação à fixação da alíquota, manutenção da estrutura original da PEC que chegou ao Senado em relação à não cumulatividade, tributação no destino, inclusão de parâmetros ambientais, alíquota uniforme em todo o território nacional, preservação do Simples Nacional e da Zona Franca de Manaus e, por fim, dos fundos de compensação e de desenvolvimento regional, com os diversos aperfeiçoamentos.

Cronograma de atividade.

Para nos auxiliar nesse dever, propomos o cronograma de atividades abaixo, com as audiências públicas abrangendo os temas delimitados, concluindo com a apresentação e apreciação do relatório.

Optamos por fixar um calendário mais enxuto e um menor número de expositores, a fim de incorporarmos, ao longo dos trabalhos, as sugestões que advirão dos demais Senadores tanto na inclusão de membros nos painéis já estabelecidos quanto em novas audiências públicas. Como disse ainda há pouco o Presidente Davi Alcolumbre, nós estamos deixando aqui espaços para que os Senadores possam aditar sugestões de novos palestrantes e até mesmo números de novas audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos as datas de 16/08, que é o dia de hoje, para a apresentação do plano de trabalho; 22/08, audiências públicas; 23/08, audiência pública do impacto nos serviços – no dia 22, diagnósticos, objetivos e conceitos; no dia 23, impacto no setor de serviços –; 29/08, impacto na indústria; 08/09, impacto no agronegócio e no cooperativismo; 12/09, regimes específicos e diferenciados; 19/09, impacto sob a ótica dos estados; 20/09, impacto sob a ótica dos municípios; 27/09, apresentação do relatório; e, no dia 4 de outubro, votação do relatório na CCJ.

Diagnósticos, objetivos e conceitos. Essa reunião servirá para a exposição do diagnóstico dos problemas do Sistema Tributário Nacional e como a proposta de emenda à Constituição debatida lida com eles, relacionando-a às melhores práticas internacionais.

Convidados: Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Melina Rocha, Consultora Internacional e Especialista em IVA, Coordenadora Executiva do Projeto IVA da FGV e diretora de cursos, como está dito aqui, no plano de trabalho publicado; Marcus Pestana, Presidente da IFI, o nosso instituto independente; Heleno Torres, Professor Titular de Direito Financeiro da USP; Rita de La Feria, Professora de Direito Tributário da Universidade de Leeds e Especialista em Imposto sobre Valor Agregado (IVA); Vanessa Canado, Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); Sergio Pinheiro Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Impacto no setor de serviços, no dia 23/08. Sabemos que os efeitos da reforma tributária serão distintos entre os variados setores da economia brasileira. Nesse sentido, essa audiência pública é a primeira de uma série de audiências com foco no impacto setorial da reforma tributária. Neste primeiro momento, cuidaremos do setor de serviços, esclarecendo como as mudanças o impactarão e como é o tratamento conferido a esse segmento pelos países que adotam modelo semelhante ao introduzido pela PEC.

Convidados: representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS); representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; representante da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde); representante da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (Abreduc); representante da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI); Marcos Lisboa, Economista e Diretor-Presidente do Insper.

Impacto na indústria, dia 29 de agosto. Ainda no que se refere ao impacto setorial da reforma, ouviremos representantes de entidades ligadas à atividade industrial para, na mesma linha proposta para o setor de serviços, exporem a repercussão das alterações propostas pela PEC na indústria.

Convidados: representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); representante da Câmara Brasileira da Indústria da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Construção (Cbic); representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT); representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Impacto no agronegócio e cooperativismo. Nesta audiência pública, ouviremos os participantes abordarem questões relacionadas aos efeitos propostos da emenda constitucional nos segmentos assinalados. Será a oportunidade de esclarecermos também acerca de perspectivas em relação ao preço dos alimentos com a aprovação da reforma, bem como sobre a desoneração da cesta básica. Convidados: representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); representante da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); Nelson Leitão Paes, Doutor em Economia e Assessor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); e Roni Peterson Bernardino de Brito, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Regimes específicos e favorecidos, em 12 de setembro de 2023. A definição de um tratamento uniforme com uma alíquota padrão não pode afastar a necessidade de discutirmos os casos que, por peculiaridades próprias, devem receber tratamentos distintos. Nesta reunião, ouviremos as justificativas para implementação e abrangência de regimes específicos e favorecidos. Outro assunto correlato a discutir é a escolha entre instituir regimes favorecidos e criar um mecanismo de restituição do imposto pago pelos consumidores de baixa renda. Convidados: Marcos Mendes, Pesquisador Associado do Insper; Thomaz Nogueira, ex-Subsecretário de Fazenda do Estado do Amazonas e Consultor Tributário; Lina Santin, Advogada Tributarista; João Hamilton Rech, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Entes federativos. Um dos maiores empecilhos para a aprovação de uma reforma tributária é o receio que os entes federativos possuem de perder parcela de sua arrecadação, principalmente devido à transição entre a repartição atual dos recursos e a proposta de adesão plena ao princípio do destino. Desse modo, a exposição abordará as soluções inseridas na PEC que possuem o objetivo de superar esse obstáculo.

Impacto sob a ótica dos estados, em 19/09/2023. Cuidaremos de repercutir os efeitos da PEC na visão dos estados e do Distrito Federal. Convidados: Eduardo Favero, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Carlos Eduardo Xavier, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz); Sérgio Wulff Gobetti, Economista do Ipea e Doutor pela UnB; Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Auditor Fiscal do Estado de Minas Gerais e Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

Impacto sob a ótica dos municípios. Em seguida, será a vez dos municípios, no dia 20/09/2023. Convidados: Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracaju e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); e Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 28/09, cumprido o cronograma, na véspera da comemoração dos 35 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, apresentaremos nosso relatório, enfrentando todos os apontamentos feitos durante os debates públicos e as propostas encaminhadas pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Diante da relevância, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste plano de trabalho.

Votação do relatório no dia 4 de outubro de 2023.

Eu ressalto, Sr. Presidente, que este plano de trabalho está aberto e com espaço para que nós possamos aditar não apenas, como V. Exa. disse na abertura, membros para participarem das audiências públicas, mas até mesmo para aumentarmos o número de audiências públicas. Por isso criamos um programa enxuto, para que os Srs. Senadores possam contribuir de forma efetiva no cronograma e no plano de trabalho.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já vou conceder a palavra a V. Exa. – o Senador Amin está inscrito também; em seguida, Senador Fabiano Contarato.

Deixe-me fazer algumas observações, querido Relator, querido Líder.

Nós fomos observar agora – solicitei à Secretaria – que algumas datas do plano de trabalho estão coincidindo com a reunião ordinária da Comissão, que é quarta-feira, nesse calendário que nós vamos aprovar, do plano de trabalho que V. Exa. apresenta na Comissão no dia de hoje.

Como nós temos o problema também dos plenários, a gente vai poder e vai ser obrigado a fazer algumas adequações das datas. Então, concretamente, nós vamos movimentar essas datas das audiências públicas, até por conta desse problema das quatro reuniões que estão coincidindo na quarta-feira. A nossa proposta é de que sejam terças ou quintas as audiências públicas para instrução da matéria. Então, também eu vou fazer essa manifestação e aguardar as ponderações dos Senadores e das Senadoras. Esse é um ponto concreto.

Só para corroborar com essa tese de que nós vamos movimentar essas datas do plano de trabalho, que não são datas fechadas – então eu peço a compreensão de V. Exa. –, eu já recebi o primeiro requerimento do Senador Líder Rogerio Marinho, que apresenta mais duas indicações para uma audiência pública. Ou ela será complementar às propostas, ou faremos outra. Ele sugere, e eu vou ter que fazer a deliberação desse requerimento e vou aguardar as outras manifestações dos outros Senadores, a presença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sejam convidados o Sr. José Roberto Afonso, Economista e Professor do Instituto Brasileiro de Ensino, e também do Sr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal do Brasil. Portanto, é mais um requerimento que vai se adequar ou vai ser apensado a essa proposta de plano de trabalho, novamente, com dois convidados apresentados pelo Líder Rogerio Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, mas eles não estão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Mas nós podemos, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Era isso que eu queria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... incluir os dois...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Numa das audiências.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... numa das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Rogerio Marinho, V. Exa. deseja defender aqui o requerimento? Eu quero colocar em votação o requerimento de V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para encaminhar.) – Eu peço o apoio de todos. Evidentemente, quem tiver interesse de agregar algum outro nome, acho que está em aberto, mas é importante que não seja muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos aguardar os requerimentos, mas eu quero votar o único que nós temos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pois não. Agradeço.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Antes, o Senador Esperidião Amin está inscrito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Eu só queria, nessa linha, pedir a inclusão de um convidado que para mim é importante, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participou do debate na Câmara – e eu queria parabenizar, ao passo em que saúdo aqui o nosso Líder Eduardo Braga –, para ser incluído aqui um representante do movimento Pra Ser Justo, que é um movimento suprapartidário, que eu acho que é natural que seja inserido. Então, eu faço um apelo ao Relator para que inclua esse convidado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, deixe-me fazer... Senão a gente vai entrar no debate da inclusão dos convidados...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, eu vou disponibilizar o nome, mas é só um representante do Pra Ser Justo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder, ele vai encaminhar o requerimento. Todos vão encaminhar suas manifestações, e nós vamos incluir em outro momento.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, primeiro, nós teremos um prazo para apresentar sugestões? Quando é que vai ser aprovado o plano? Hoje mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vai ser aprovado hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas já está precificado que nós vamos fazer alterações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu gostaria de desdobrar a minha manifestação em três pontos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Primeiro, eu quero reiterar aqui o que já falei pessoalmente para o Senador Eduardo Braga sobre a adequada escolha que fez o Líder Rodrigo Pacheco do seu nome para Relator dessa matéria importantíssima.

Segundo, acho que o plano de trabalho apresentado pelo Senador Eduardo Braga, com essas adequações de data para não colidir com a reunião ordinária da Comissão, na certeza de que estaremos realizando essas reuniões, claro, me parece muito bom; ou seja, o arcabouço do plano de trabalho está ótimo.

Haverá inclusões, mas eu tenho uma inclusão para justificar em público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo que o Senador Eduardo Braga falou está absolutamente correto. Eu só gostaria de acrescentar o seguinte: primeiro – três pontos –, a reforma tributária deve simplificar, e o escopo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o escopo do plano de trabalho vai ao encontro disso.

Segundo, ela deve descentralizar: menos Brasília, mais Brasil. Não que isso seja um *slogan* político. Eu estranho que no plano de trabalho não haja nada debatendo o conselho. Para mim, o conselho é a antítese da descentralização. Em linguagem simples de inteligência, ou você escreve o necessário sobre o critério e a distribuição do dinheiro *just on time*, como ensina, na prática, o Miguel Abuhab, que é o patrono das ideias de inteligência, ou você não escreveu o suficiente; ou seja, ou o algoritmo divide o dinheiro no momento da transferência do dinheiro, como ocorre hoje com o ICMS... O antigo IVC, o ICMS era instrumento de barganha entre Governador e Prefeito. Isso acabou. Recolheu o dinheiro, o algoritmo, de acordo com o critério, distribui o dinheiro. Isso é republicano e é simplificação, além de atualização tecnológica.

Este conselho, como está concebido, com todo respeito à Câmara, que tem o grande mérito de nos entregar uma proposta... O maior mérito da Câmara é: "Está aqui o papel; vocês corrijam". Cabe ao Senado fazer isso. Mas criar um conselho para discutir critérios de partilha de dinheiro, isso vai ser o quê? Uma agência reguladora? Vai ser um encontro de *lobby*? O que vai ser isso? Como é que vai ser nomeado esse conselho? Então, isso é sobre o conselho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente... Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o terceiro é aplaudir a sua colocação, que foi ontem homologada na reunião do nosso bloco e do nosso partido, de não aceitar a nenhum título aumento da carga tributária. Isso, para mim, pessoalmente, para o meu partido e para o grupamento político que hoje me norteia, é um dogma. Eu sou contra qualquer dogma, mas esse é um dogma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Mauro Carvalho.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre, quero só solicitar ao nosso eminente Relator, Senador Eduardo Braga, para incluir, inclusive, no caso do segmento do agronegócio, algumas associações que ficaram de fora no seu requerimento, porque eu acho extremamente importante a gente escutar aqui a Aprosoja, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Famato, além da CNA, lógico, do Mato Grosso, que é o maior produtor deste país, no seu relatório hoje. Essas associações acabaram ficando de fora, como a Abiove, por exemplo, que também é uma associação forte. Eu acho que a gente poderia, inclusive, incluir essas associações para a gente realmente ter uma visão diferenciada do agronegócio brasileiro.

Outra coisa, só ressaltando o que o Senador Esperidião Amin acabou de falar, ontem, no Plenário, V. Exa. falou a respeito dos fundos. Conversei com o Governador Mauro Mendes, com o ex-Senador Blairo Maggi, que ficaram muito felizes com a sua postura com relação aos fundos e com o que foi colocado agora, de limitar, realmente, nessa reforma tributária, a arrecadação que nós temos hoje, e V. Exa. colocou até como sendo um parâmetro o nosso PIB nacional, o reflexo que nós temos hoje da carga tributária no PIB, e esse percentual do PIB ser a referência das alíquotas que serão implantadas a partir da aprovação da reforma tributária.

Parabéns pela condução dos trabalhos. Estamos muito felizes com V. Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, aproveitando a fala do colega Esperidião Amin, no tocante ao conselho, às preocupações que o conselho gera, nós temos, já no momento, um problema de distribuição. Nós tivemos uma queda injustificada no FPE/FPM, e não existe clareza por parte do Ministério da Fazenda que aponte as razões para essa queda de repasse. Isso está inviabilizando uma boa parte dos municípios brasileiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, é um ponto de atenção você evitar a criação de mais uma instância burocrática que vá retardar ou deixar de dar transparência a essa repartição.

Então, me alinho ao pedido de Senador Esperidião Amin no sentido de ter clareza e objetividade, de já termos os critérios estabelecidos para repartição na própria PEC.

Parabenizo-o pelo plano de trabalho, meu Líder Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixem-me associar-me às palavras do Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que a gente pudesse fazer esse requerimento em relação ao conselho. Eu queria assinar e subscrever também com V. Exas., Senador Alessandro e Senador Amin. Lógico, podemos colocar a subscrição de vários Senadores aqui.

Eu vou conceder a palavra aqui ao último orador inscrito para a gente tratar desse tema, vou colocar em discussão o plano de trabalho e vou votar o requerimento único que está apresentado hoje, do Senador Rogerio Marinho. Isso não impedirá que a gente apresente os outros requerimentos para novas propostas, para novos convidados, para novas audiências, inclusive. É isso, Relator?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, é apenas para dizer a V. Exa. que acolho a sugestão com relação a uma audiência específica sobre o conselho federativo. Eu imaginava fazer esse debate nas audiências com relação aos estados e municípios, mas podemos fazer uma audiência específica sobre o conselho federativo, e acolho a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A nossa proposta será uma específica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim, uma especifica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É um ponto muito importante.

Senador Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar V. Exa., Presidente Davi Alcolumbre; cumprimentar e parabenizar o Senador Eduardo Braga pela tarefa que lhe foi incumbida, uma tarefa de interesse de todos os brasileiros, do Brasil. São 40 anos de espera e podemos ter aqui a solução para um problema que dificulta ao nosso país fazer uma relação mais rápida, mais eficaz com o mundo, do ponto de vista do investimento, do ponto de vista da clareza tributária do nosso país para o mundo. Toda vez que a gente faz uma viagem, a primeira pergunta que os interlocutores internacionais nos fazem é: "E essa confusão tributária? Qual é o caminho? Para onde vai essa questão tributária no Brasil?". E agora teremos, ao final deste trabalho, com certeza, essa clareza.

Também quero aqui dizer que este tema do equilíbrio federativo não é uma forma... E o Senado precisa olhar considerando que nós somos uma Federação, considerando que não dá para ter proporcionalidade num conselho federativo. Ou ele é um conselho federativo ou ele é um conselho político, que representa a proporcionalidade populacional. Não existe isso, isso é uma grande armadilha que eu diria, até certo ponto, demagógica que foi imposta no debate. E a gente precisa recolocar esse debate no lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, como Federação, uma República Federativa, o debate deve se dar entre partes que compõem a União federativa, que tem três entes. Ou nós vamos mudar a nossa estrutura federativa, que é formada pelos municípios, pelos estados e pela União?

Portanto, a gente precisa, à luz desse ditame constitucional, fazer o debate sobre essa questão federativa, e acho pertinente que tenha um debate exclusivo sobre o tema, de tudo da reforma, porque eu observei, sempre achei que esse seria, quando questionado, um dos temas mais sensíveis e que deveria ter um tratamento à luz da nossa Constituição e da nossa estrutura federativa.

Então, Presidente, eu acho pertinente e quero concordar com a necessidade desse debate, e não podemos trazer para esse debate, contaminar esse debate com nada que possa ser aceno para este ou para aquele segmento, mas a gente tem que fazer um aceno para a concertação de uma proposta de reforma tributária que dialogue com o interesse do Brasil e dos brasileiros, considerando que somos uma República federativa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder.

Líder Efraim Filho, que é o último inscrito já.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero fazer a saudação ao Relator Eduardo Braga e parabenizar pelo plano trabalho apresentado, pela coordenação das audiências. Acredito que, com esse cronograma, Relator, já se começa a vislumbrar os pontos específicos onde a maioria dos questionamentos estão concentrados. Você delineou bem esses pontos. Eu acho que a CCJ vai poder se debruçar, e muito, com o apoio dos nomes que foram aqui elencados.

O plano de trabalho traz, Eduardo... E não só o plano de trabalho, mas me permita: para quem leu, a parte expositiva do plano de trabalho está muito bem apresentada. As premissas às quais você se reportou, os compromissos de pontos de destaque os quais você expôs apontam e norteiam – com o perdão do trocadilho –, dão o norte correto da discussão.

Então, eu acho que é um excelente ponto de largada esse plano de trabalho.

A CAE, com seu grupo de trabalho, vai – aproveitando já o seu encaminhamento – acompanhar essas audiências. O grupo trabalho da CAE vai estar presente acompanhando junto com você essas audiências públicas, para contribuir e subsidiar no bom debate que deve harmonizar e nortear esse trabalho que está presente.

Agora, Sr. Presidente, eu peço até sua atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo totalmente com a decisão sobre os requerimentos. Só lhe pergunto se serão já votados nesta sessão aqui, ou nas subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Na próxima. Hoje vamos votar só o que está apresentado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, aí eu só faço aqui um pedido.

Nós temos já audiências na próxima semana, antes da próxima sessão da CCJ. Então seria de bom alvitre, para esses casos, quem tiver alguma sugestão, o Relator avaliar se já poderia... Por exemplo, já deixo o meu encaminhamento: na próxima semana nós temos uma audiência pública sobre o setor de serviços, e nós estivemos juntos com a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços e a Unecs, que é a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços.

Então, eu só gostaria de, para a sessão da semana que vem, que é prévia à próxima sessão da CCJ, a gente já poder abrir essa exceção para agregar esse nome.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é o nome?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Unecs.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Efraim, como nós temos apenas um requerimento e como o Relator da matéria está totalmente aberto para esse diálogo... Inclusive, a reunião da próxima semana, em que está proposta uma audiência, pode não ser feita na quarta, pode ser feita na quinta. Então, nós ganharíamos esse tempo. Mas como V. Exa. fez uma...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É que ele já colocou as datas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

Mas, antes de V. Exa. chegar à reunião, ficou o entendimento de que elas, essas datas, teriam flexibilidade.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, a gente vai poder ajustar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quatro dessas datas aqui estão dando nas sessões ordinárias da Comissão. Para não atrapalhar a reunião da Comissão da quarta, a gente vai mudar para terça ou para quinta. Então, a gente vai ajustar a data.

O plano de trabalho é o norte, com o prazo, com as características de uma proposta apresentada pelo Relator para instruir a matéria, até porque foi a junção da PEC 45, da PEC 46 e da PEC 110. Então, o debate será amplo, com o tempo necessário e adequado para os Senadores se apropriarem do texto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Se me permite aditar o requerimento de forma oral, Presidente... Como a sessão será, na melhor das hipóteses, na quinta e será votado na quarta, até para que as pessoas convocadas possam ser convocadas, trata-se de abrir essa única exceção para aditar o requerimento oralmente e, nesse requerimento oral, ela já seria desde já aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então vamos fazer o seguinte. A gente vai tocar a pauta, que tem 16 itens, a gente vai votar o plano de trabalho e o requerimento que está presente e, no decorrer da reunião da Comissão, a gente vota a proposta do Senador Fabiano, de V. Exa. e do Senador Mauro, com a inclusão dos outros nomes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixa eu só.... Pela ordem, é sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senão vai virar uma audiência pública...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu acolho as sugestões já apresentadas, Sr. Presidente...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É porque é para a semana que vem, Presidente, é o único nome que é para a semana que vem. Para as semanas seguintes, pode seguir essa ordem dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou aguardar o requerimento aqui, Líder. A reunião vai ficar até às 3h da tarde aqui, tem 16 itens! (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, é sobre o tema, Senador Eduardo Braga, para sua melhor definição, porque é o Relator que define.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa preocupação de começar serviços na semana que vem... Se puder empurrar, porque... Eu também tenho vários requerimentos, não vou aqui lotar... Todos nós lotando aqui agora, aprovando requerimento oral para botar o fulano A, o fulano B...

O setor de serviços é o mais traumático. Então, talvez – Senador Eduardo Braga, posso fazer uma sugestão? – que dê tempo de as pessoas também poderem comprar passagem, que está pela hora da morte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas, Líder, é isso. Só para tranquilizar: a gente vai votar o requerimento que tem o nome do Senador Efraim, o nome do Fabiano, o nome do Mauro. Nós vamos aprovar daqui a pouco, no próximo requerimento, quando protocolar aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas é porque, para o setor de serviços, eu também tenho nomes, mas a gente vai ficar aqui ocupando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas a gente vai para a próxima audiência, vão ser sete audiências!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí vai ser em cima da audiência, Senador Braga. É só esse...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não, serão sete audiências, oito audiências, dez audiências...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é porque o setor de serviços é na primeira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – A primeira audiência é a de diagnóstico, que estaria marcada para o dia 22. A segunda estaria marcada para o dia 23, mas nós podemos inverter: podemos colocar no dia 23 a indústria, ou no dia 24, para não coincidir com a quarta-feira, e colocar serviços no dia 29. Se é a sugestão deles, a gente pode inverter.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode ser assim, então, com essa adequação oral da inversão para atender o serviço, a agenda?

Pronto, nós vamos votar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A gente inverte indústria com serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto, nós vamos fazer a adequação que foi proposta...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A indústria é *peace and love*, com o texto vai dar pouca confusão. O setor de serviços é que tem mais ruído, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas vai ganhar mais esse tempo então!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A gente inverte, coloca indústria...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então nós vamos votar o plano de trabalho com essa adequação das datas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A inversão, portanto, de indústria...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está gravado nas notas taquigráficas aqui.

Não há mais Senadores inscritos para discutir a proposta.

Nós vamos colocar em votação o plano de trabalho com as adequações feitas pelo Relator e com as observações feitas em relação às datas das reuniões.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o plano de trabalho oferecido pelo Relator Eduardo Braga à Proposta de Emenda nº 45.

Requerimento de autoria do Líder Rogerio Marinho:

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", a fim de aprofundar a análise da proposição mencionada.
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
> - o Sr. José Roberto Afonso, Economista e Professor do IDP;
> - o Sr. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 15, DE 2023

Requer realização de audiência pública para debater a PEC 45/2019

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI N° 2.233, DE 2022

- Não terminativo -

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável à Emenda n° 5-PLEN.

Autoria do projeto é a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Autoria da emenda é do Senador Astronauta Marcos Pontes. Relator da matéria é o Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão.

O relatório é favorável, com a Emenda nº 5, de Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir o seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa emenda se insere nesse Projeto 2.233, que procura adequar o Código Penal Militar, que é uma lei de 1969, aos ditames da modernidade da Constituição Federal e de outras leis que foram votadas e estão hoje em funcionamento.

Em oportunidade anterior, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitiu parecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... pela aprovação do PL, com quatro emendas de redação.

A matéria foi ao Plenário, mas, antes de lá ser apreciada, o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou emenda de redação, razão pela qual o PL foi restituído a esta Comissão.

A Emenda nº 5-Plen propõe a seguinte redação para o novo §3º do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 1969: "§3º Excetuam-se deste artigo os delitos tipificados como crimes sexuais ou praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da legislação penal e especial vigentes, desde que praticados em lugar que não esteja sujeito à administração militar e não enquadrados nas hipóteses dos incisos do *caput* deste artigo."

Na justificação, o autor ressalta que a emenda "vem clarear e integrar juridicamente o texto aprovado na Câmara dos Deputados, para que não haja um dispositivo afirmando que deixa de ser crime militar e um outro afirmando em contrário ou dando interpretação em contrário".

Na análise, reafirmamos a análise feita no relatório já aprovado por esta Comissão. Neste momento, acrescentamos a análise relativa à Emenda nº 5.

Explicando essa emenda, para todos terem a noção do que vem a ser, hoje nós temos casais que são militares, marido e esposa, e se tiverem um desentendimento dentro do quartel, é crime militar; se tiverem dentro de casa, é um crime sujeito ao Código Penal comum.

É isso a emenda do Senador Astronauta Marcos Pontes. Por isso, votamos pela aprovação dessa emenda.

É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira. Peço atenção do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de tudo, renovo os parabéns. Saudação pelo aniversário, Senador Hamilton Mourão, desejando muita saúde.

Nós temos uma preocupação com essa emenda, Senador Relator e colegas Senadores e Senadoras, porque ela gera uma situação aparentemente em que, na hipótese que justamente V. Exa. ventilou, um casal de militares, aquela mulher vítima ou aquela criança vítima de violência doméstica estarão sujeitas à Justiça Castrense, que não tem vocação nenhuma para cuidar dessa matéria.

Então, isso contraria justamente o espírito do que foi aprovado por esta Casa e pela Câmara dos Deputados.

O que o §3º faz é justamente excepcionar. Então, ele estabelece a regra toda... Então, se é um casal de militares, a regra vale à castrense, mas o §3º vem e excepciona: quando for um caso de violência contra a mulher, não, justamente porque é uma Justiça que exige uma atenção especializada.

Então, eu peço uma cautela na análise dessa emenda e, particularmente, não me sinto apto a votar favorável à sua inclusão, porque entendo que, primeiro, ela não é de redação, porque, se fosse emenda de redação, ela não poderia ampliar as hipóteses, e, no caso, ela amplia as hipóteses de afastamento da Justiça comum; e, segundo, porque, no mérito, ela contraria a essência do projeto.

Então, deixo esse registro e peço a atenção dos colegas no momento da votação.

É uma emenda que, aparentemente, restringe ou reduz a proteção à mulher, o que contraria totalmente a postura que o Congresso Nacional vem adotando nos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me só fazer uma observação para o Plenário.

Nós estamos votando unicamente esta emenda de Plenário, que o Relator da matéria incorporou ao texto a partir de uma emenda apresentada pelo Senador Marcos Pontes.

Então, é uma votação simbólica essa matéria, é um projeto de lei não terminativo, cuja autoria é da Câmara dos Deputados, especificamente da Comissão de Relações Exteriores. Então, essa ponderação que o Senador Alessandro faz é em relação a esta única emenda que está sendo incorporada a partir do relatório apresentado pelo Vice-Presidente Senador Mourão.

Eu vou ter que colocar... Nós não temos mais Senadores inscritos para discutir aqui, não sei se o Relator deseja se manifestar, mas eu vou colocar em votação simbólica a emenda que está incorporada ao texto.

Então, quem votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente...

Senador Alessandro, na realidade, a emenda está exatamente dizendo que, se, no lar, o casal de militares se desentender, não é crime militar; será julgado pelo Código Penal Comum. É isso que a emenda está colocando.

Essa é a minha interpretação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, perfeito, é só para colaborar.

O texto original aprovado pela Câmara traz a seguinte redação: "Excetuam-se deste artigo os delitos tipificados como crimes sexuais ou praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... nos termos da legislação penal e especial vigentes, desde que praticados em lugar que não esteja sujeito à administração militar".

Então, esse é o texto já aprovado.

Qual é a emenda apresentada pelo colega Astronauta Marcos Pontes? Ele acrescenta texto. Ele coloca que, além das hipóteses de crime praticado dentro das instalações militares, também aquelas que estão descritas nos incisos.

Ao fazer isso, por interpretação sistemática, ele faz com que, por exemplo, um estupro praticado por militar contra militar vá para a Justiça castrense, e não para a comum. Então, não é esse o espírito da legislação e, tenho certeza, não é esse o entendimento. Acho que foi uma falha de compreensão.

E repito novamente: não é uma emenda de redação. É uma emenda que está ampliando as hipóteses de afastamento da Justiça comum.

O que o projeto de lei faz? Sintetizando, aumenta a proteção para a mulher. Como é que ele faz isso? Ele define, com clareza, hipóteses em que a Justiça comum vai fazer o julgamento, porque a Justiça militar não tem vocação para essa temática. Parece-me bastante razoável a compreensão disso.

Então, acho que talvez tenha sido um equívoco do colega na hora de apresentar. Se for o caso, apreciar melhor...

Só essa ressalva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, antes de o senhor falar, eu só queria concordar com cada palavra dita aqui pelo Senador Alessandro Vieira, porque a gente traz um tema...Nós não podemos separar o crime pela função exercida por um cidadão, a forma em que ele vai ser julgado, se vai ser julgado, como vai ser julgado, ainda mais quando se trata não de crime militar, mas de crime comum.

Então, Alessandro, com a sua permissão, eu quero aqui cumprimentá-lo e concordar com V. Exa., quando diz que o texto caminha para uma outra direção, e a gente precisa garantir que isto aconteça, a proteção das mulheres, independentemente de em que ambiente ela estiver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador, para discutir a matéria, Flávio Bolsonaro.

Senador Líder Otto, bom dia!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu quero pontuar, em primeiro lugar, que a gente tem que tomar cuidado para isso não virar uma discussão preconceituosa com relação a militar, porque, na verdade, na prática, é o contrário do que foi dito aqui. A legislação castrense é muito mais severa inclusive, porque, se há um crime de estupro, por exemplo, cometido dentro de um quartel, esse militar vai ficar preso administrativamente, já de cara. Com o militar, é o contrário: ele tem que provar que é inocente. E, no Direito Penal comum, quem tem que provar a culpa é quem está acusando. Então, nesse caso, as mulheres estão mais protegidas, no meu ponto de vista, porque, se foi dentro de um quartel militar, esse crime também vai estar previsto dentro de uma transgressão militar. Ele vai ficar preso administrativamente, disciplinarmente. Já é uma medida protetiva, com relação à mulher, no caso de a agressão ser de um homem, de o crime hediondo ser de um homem contra uma mulher.

Então, acho que, como há implicações, na legislação militar, quando esse tipo de crime é cometido entre militares e dentro de uma unidade militar, no meu entendimento, a mulher está mais protegida ainda.

Eu não faço cavalo de batalha com relação a essa pauta. Eu acho que, de qualquer forma, nesse caso, quanto a esse estuprador – um dos crimes mais hediondos que nós temos na sociedade –, não haverá impunidade, independente de onde for o foro de julgamento, se for militar ou comum, em situações como essa. Mas só para pontuar que quem acompanha a realidade dos militares sabe que, nesse tipo de situação, se fosse o julgamento pela Justiça comum, muitas vezes esse estuprador iria ficar solto impunemente, por mais tempo ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu acho que é o espírito do autor da emenda, o Senador Astronauta Marcos Pontes, fazer essa ressalva na proteção das mulheres. É só uma questão de ponto de vista.

Estamos todos de acordo que não pode, em hipótese alguma, haver qualquer suspeita de impunidade em situações como essa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente – bom dia a todos –, eu gostaria de fazer um apelo para que nós pudéssemos...

Esse tema foi muito debatido na Câmara; eu era Líder da Bancada Feminina. O grande receio nosso sempre foi tratar principalmente o crime em relação à violência contra a mulher, não só o estupro, mas a violência, de maneira exceptuada no tratamento na área militar. Então, assim, a nossa condução, da bancada, foi que fosse tratado como são tratados todos os outros casos. Eu sei que não é a intenção ser permissivo, nem a do nosso Relator, muito menos, eu creio, da emenda apresentada, mas eu acho que a construção, até pelo tempo de debate que teve na Câmara, foi uma construção com esse objetivo.

Lógico que nós estamos de fora, mas nós temos muito receio de todo o processo até chegar à situação de punição. Não tenho dúvida que, sendo tipificado crime na Justiça Militar, as providências serão tomadas. O nosso receio é até o procedimento e também essa situação de exceção.

Eu acho que, no caso da violência contra a mulher, foi um trabalho de muito tempo, de lutas, para tipificação, para identificação, para criação de mecanismos. Então, é esse apelo que eu gostaria de fazer.

Senão, nós vamos ter que derrubar no voto – não é? –, que eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Senador Alessandro está inscrito, e o Senador Fabiano também, mas só...

Eu estava consultando aqui o nosso Secretário, e esse projeto de lei já estava terminativo no Plenário. Regimentalmente, o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou essa emenda lá no Plenário do Senado, e, amparada no Regimento, a Mesa encaminhou para a CCJ, para gente deliberar única e exclusivamente sobre essa emenda que foi relatada aqui por vários Senadores.

Eu vou passar a palavra aos Senadores, mas, se a gente aprovar a emenda, ela volta para o Plenário e é incorporada no texto. E, quando ela terminar no Plenário, ela vai para sanção, porque já veio da Câmara. E, se a gente rejeitar a emenda, volta como estava antes da emenda do Plenário; e ele vai votar, e, depois, vai para sanção. Então, tem duas opções.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – É apenas para esclarecer o ponto que o colega Flávio mencionou.

Senador Flávio Bolsonaro, a hipótese de crime cometido em instalação militar continua com a Justiça castrense, com a Justiça Militar. Continua. Então, ele acrescentou uma nova hipótese: se o cidadão, em casa, bate na mulher, vai ser Justiça Militar; se o cara, no bar, estupra uma militar, vai ser da Justiça Militar. Então, acho que foi uma falha de compreensão mesmo na hora de o colega preparar a emenda. Se ele queria proteger mais as mulheres, não foi isso que escreveu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente, Senador Alessandro. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano Contarato, para discutir a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, é nessa linha. A intenção pode ter sido boa, mas ela faz a ressalva, porque, veja bem, ele fala assim: "... e não enquadrados nas hipóteses dos incisos do *caput* desse artigo". Mas justamente o art. 9º vai falar quais são as competências, e está lá: "... por militar em serviço ou atuando em razão da função em comissão de natureza militar ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou civil". Então, se ele for um militar e praticar um crime de estupro, por exemplo, lá, vai para a auditoria militar. Então, eu acho que não é esse o objetivo. O objetivo aqui é separar o que seja.

Eu faço esse apelo aí a quem está para retirar essa expressão. A minha sugestão é simplesmente para que tire essa expressão que ele continuou aqui: "... e não enquadrados"; termina como lá: "... e não estejam sujeitos à administração militar". Aí, sim, nós teríamos a diferenciação. É esse o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós não temos mais Senadores inscritos, mas eu percebo que já foi feita uma construção no Plenário. É preciso colocar, para votar a emenda.

Deixe-me consultar o Senador Mourão.

Dr. Ednaldo, o Senador Mourão, como Relator da matéria, pode mudar o parecer? (*Pausa.*)

Agora? Antes de...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou passar a palavra a V. Exa., como Relator, para V. Exa. fazer um juízo, porque nós vamos colocar em votação a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom, eu falo aqui aos meus colegas que a minha interpretação é totalmente diferente; a minha interpretação é que, da forma que está colocado, olhem aqui... O exemplo que eu coloquei aqui: está lá, moram no Próprio Nacional Residencial o capitão A, casado com a tenente B. Se ele agride a tenente B lá dentro, é o crime que será julgado pela Justiça comum, e não pela Justiça Militar. Agora, se ele enfia a mão na tenente B dentro do quartel, vai ser julgado pela Justiça Militar. É crime militar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Para mim era isso. Para mim era isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, mas, quando você recepciona e você diz que mesmo fora, contra civil, você está excepcionando a exceção da exceção. Então, não tem como.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, é o seguinte, Presidente: para o bem de todos e felicidade geral da nação, eu tiro essa emenda.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Parabéns, Senador. Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Feita a... Calma que chegou agora o homem-bomba.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu só quero saber: se a tenente B largar a mão no capitão A, como é que fica?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É a mesma coisa, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É só para saber, é só para saber.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ainda mais agora...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Porque hoje eu acho...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... que as mulheres estão na linha combatente e elas estão armadas também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É verdade. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar em votação... Eu queria agradecer ao Senador Mourão.

Eu vou colocar em votação o relatório apresentado, rejeitando a emenda e reformulando o seu parecer com o texto principal.

Não vamos deliberar sobre a emenda; nós vamos deliberar sobre o projeto no texto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, é verdade: rejeitando a emenda. Exatamente.

Vamos colocar em votação o parecer reformulado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Você chegou à conclusão de que eu sou um homem cordial, não é, Davi? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Foi bem, foi bem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Aliás, em homenagem ao Senador Rogério Carvalho, eu sou democrático e popular. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Estava tudo tranquilo aqui. O Senador Presidente Omar chegou, vocês viram como...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, não, não. É porque ele tem medo de voltar para casa, o General Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos colocar em votação o relatório apresentado, reformulado pela rejeição da emenda.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o relatório rejeitando a emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal em decisão terminativa.

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei nº 2.342, de 2022, não terminativo, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Davi, só...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Vai voltar para o Plenário o relatório, o PL. Eu pediria urgência disso. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Solicito à Secretaria que encaminhe em regime de urgência para a Secretaria-Geral da Mesa.

Será encaminhado ainda hoje.

O item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2342, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça; e altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: - *Em 09/08/2023 a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.*

A autoria da matéria é do próprio Supremo Tribunal Federal.

Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2254, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de extorsão, de estelionato e de fraude no comércio, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para incluir o crime de estelionato contra idoso ou vulnerável no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, com a Emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

- Em 09/08/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato;

- Em 09/08/2023 a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais;

- Em 11/08/2023, foi apresentada a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Hamilton Mourão.

Autoria do Deputado Federal Marcelo Belinati.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para proferir o relatório sobre as Emendas 1 e 2 apresentadas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O PL em questão foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados sob o nº 4.229, de 2015, em 4 de agosto de 2022, tendo a redação final sido subscrita pelo Relator, Deputado Subtenente Gonzaga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, foi oferecida a Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que propõe a supressão do art. 4º do PL, que trata da revogação do §5º do art. 171 do CP. Por sua vez, também foi a apresentada a Emenda nº 2-CCJ, de autoria do Senador Hamilton Mourão, que propõe a alteração do CP para prever a pena de interdição temporária de direito consistente na "proibição de usar ou acessar produtos e serviços do mercado de capitais, do mercado de ativos virtuais, do setor bancário, do setor de pagamentos e demais instituições disciplinadas pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, pelo prazo mínimo de vinte e quatro meses e máximo de sessenta meses".

Na análise, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios.

Por sua vez, sob o aspecto regimental, não encontramos também óbices.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

Primeiramente, o PL pretende alterar o §3º do art. 158 do CP, para aumentar a pena privativa de liberdade do crime de extorsão, quando praticado mediante a restrição da liberdade da vítima, sendo essa condição necessária para a obtenção de vantagem econômica. Além disso, estabelece que a extorsão praticada nessas circunstâncias pode ser realizada "inclusive com o objetivo de realização de transação bancária por meio de dispositivo eletrônico".

No nosso entendimento, essa é uma medida acertada, uma vez que a extorsão cometida mediante a restrição da liberdade da vítima é uma conduta extremamente grave, que pode trazer efeitos deletérios, principalmente psicológicos, para a vida da pessoa contra a qual é praticado o crime. Ademais, a referência à finalidade do crime ("inclusive com o objetivo de realização de transação bancária por meio de dispositivo eletrônico") também nos parece uma medida oportuna, para deixar claro ao operador do direito que condutas com esse fim são tipificadas na hipótese qualificada do crime de extorsão.

Por sua vez, o PL promove ainda várias alterações no art. 171 do CP, que trata do estelionato e das figuras a ele equiparadas.

De início, o PL altera a pena privativa de liberdade da forma simples do crime de estelionato, prevista no *caput* do art. 171 do CP, de um a cinco para de dois a seis anos de reclusão. Com esse novo patamar de pena mínima, não será mais cabível a aplicação do benefício da suspensão condicional do processo, previsto no art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), o que, a nosso ver, também é oportuno.

Ademais, o PL, também de forma correta, retira da pena de multa da forma simples do estelionato a referência ao valor de "quinhentos mil réis a dez contos de réis", que não é mais aplicável, mantendo apenas a expressão "e multa", para que a sua fixação seja feita nos termos do art. 49 do CP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No §2º do art. 171 do CP, que trata das diversas condutas equiparadas ao estelionato, o PL tipifica, no novo inciso VII, o chamado "estelionato sentimental", que ocorre quando o agente "induz a vítima, com a promessa de constituição de relação afetiva, a entregar bens ou valores para si ou para outrem".

Ainda no §2º do art. 171, é tipificada a forma de estelionato chamada pelo PL de "viabilização da utilização de contas bancárias por terceiros para o cometimento de fraude". Nesse crime, a conduta criminosa ocorre quando o agente abre ou mantém conta em instituição financeira, instituição de pagamento, ou assemelhadas, para ceder o acesso oneroso ou gratuito a pessoa ou organização criminosa que atua para desviar recursos financeiros por meio de fraudes contra consumidores, ou para triangular e ocultar valores obtidos por meio de golpes e fraudes. Assim, incrimina-se aquele que concorre para o crime de estelionato, por meio da abertura ou manutenção de contas, com o objetivo de receber os recursos de vítimas de golpes ou fraudes.

Do nosso ponto de vista, a tipificação dessas condutas equiparadas ao estelionato é uma medida oportuna.

Noutro giro, o PL pretende alterar o §2º-A do art. 171, que trata da chamada "fraude eletrônica".

O §3º do art. 171 altera a causa de aumento de pena de um terço para dois terços, para a hipótese de o crime de estelionato, tanto a forma básica quanto as previstas no §2º do art. 171, ser cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

O §4º do art. 171 aumenta a pena para o crime de estelionato cometido contra idoso ou vulnerável. Atualmente, a pena é aumentada de um terço até o dobro quando o crime é praticado contra essas vítimas, considerada a relevância dos resultados.

Eu acho que dá para ir ao voto. Mesmo com toda a atenção do Plenário, eu vou, Presidente, às emendas então. Deixe-me falar das emendas. Estou tentando resumir.

Está me ouvindo ainda, Presidente? Consegue me ouvir? Está conseguindo me ouvir? (*Pausa.*)

Então, eu vou continuar. Se o senhor afirma que está conseguindo me ouvir, eu vou continuar

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Não, deixe-me falar aqui. Eu queria pedir a atenção aqui dos nossos convidados. A gente fica num dilema... Eu queria a atenção aqui dos nossos convidados. Deixe-me dar um testemunho aqui.

A gente fica, em toda reunião da Comissão, enquanto Presidente da Comissão, num dilema gigante. Toda hora, aparece uma autoridade ou um convidado que vem prestigiar a reunião pedindo para entrar no plenário da Comissão. Quando a gente diz que não pode, sai a matéria lá dizendo que o Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão está proibindo a participação dos convidados na reunião da CCJ. Quando a gente deixa entrar, infelizmente acontece o que está acontecendo aqui: de maneira cordial, S. Exa. o Senador Plínio Valério, Relator da matéria, cobra desta Presidência a possibilidade de se expressar em relação a uma matéria muito complexa.

Então, eu queria pedir para os nossos convidados que a gente pudesse dar uma organizada para nem ficar com a pecha de que não deixo as pessoas entrarem nem ser cobrado no plenário, pelo Senador, porque não consegue ler o relatório.

Então, é um dilema, é uma linha muito tênue, Senadora Daniella, entre proibir o ingresso e deixar o funcionamento da Comissão na sua plenitude. Perdoe-me, Senador Plínio, mas V. Exa. está 100% certo de cobrar da Presidência a oportunidade de fazer a leitura do relatório.

Queria pedir dos nossos convidados, por gentileza...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A minha preocupação, Presidente, é porque duas emendas foram apresentadas. Eu rejeitei uma e aprovei outra. Da que foi rejeitada, o autor, com certeza, vai querer ponderar. Eu poderia ter atropelado e ir ao voto, que ele nem perceberia que eu rejeitei a emenda dele, com essa confusão que estava. Eu me preocupei com o Senador Contarato, porque eu não aprovei a emenda dele, e ele, com certeza, vai querer defender; senão, teria passado por voto e atropelado. Senador Contarato, não me aproveitei disso. Por isso que eu reclamei, mesmo correndo o risco de ser antipático, mas foi...

No nosso entendimento, o crime de estelionato, mesmo que praticado contra idoso ou vulnerável, não possui gravidade suficiente para constar no rol dos crimes hediondos, uma vez que é um crime exclusivamente patrimonial e que é praticado sem violência ou grave ameaça. Sendo assim, apresentamos a emenda final para supressão do art. 3º do PL.

Partindo para a análise das emendas apresentadas, verificamos que a Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Fabiano Contarato, propõe a supressão do art. 4º do PL, que trata da revogação do §5º, do art. 171 do CP. Em síntese, justifica-se a proposição da emenda pelo fato de o referido dispositivo ter sido recentemente alterado pela Lei nº 13.964, de 2019, não tendo ainda tido tempo hábil para aferir os efeitos dessa inovação. Ademais, alega-se que, por ser um crime patrimonial praticado sem violência e tratar de direito disponível, o crime de estelionato deve ser processado por meio de ação pública condicionada à representação da vítima.

Não concordamos com esse entendimento. Conforme já ressaltamos anteriormente neste parecer, outros crimes patrimoniais que não são praticados mediante violência ou grave ameaça (como, por exemplo, o furto, a apropriação indébita e a receptação), também são objeto de ação pública, não havendo, portanto, razão para a distinção. Ademais, nos crimes patrimoniais, as hipóteses em que se procede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediante representação já estão previstas no art. 182 do CP. Sendo assim, a nosso ver, o correto é que o crime de estelionato também seja processado mediante ação pública incondicionada.

Por fim, foi a apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Hamilton Mourão, que propõe a alteração do CP para prever a pena de interdição temporária de direito consistente na "proibição de usar ou acessar produtos e serviços do mercado de capitais, do mercado de ativos virtuais, do setor bancário, do setor de pagamentos e demais instituições disciplinadas pela Lei nº 4.595, pelo prazo mínimo de 24 meses e máximo de 60 meses" para os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, de lavagem de dinheiro e para os previstos no CP relacionados ao cometimento de golpes e fraudes por meio de dispositivo eletrônico ou aplicação de internet.

Estamos de acordo com essa alteração proposta pela Emenda nº 2, que, a nosso ver, aperfeiçoa o PL, uma vez que impede o acesso do criminoso que pratica golpes e fraudes por meio da internet ou de equipamentos eletrônicos a serviços financeiros (por exemplo, o serviço de Pix), evitando, com isso, a reincidência no crime.

Do voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.254, de 2022, com a emenda que a seguir apresentamos, rejeição da Emenda nº 1 e aprovação da Emenda nº 2.

A emenda está aqui, do autor:

EMENDA Nº – CCJ
Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 2.254, de 2022.

Sala da Comissão.

É o nosso voto pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Plínio.

Está em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Líder Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu pediria um minuto de atenção, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não é pelo fato de ter rejeitado a emenda que eu propus, não, Eduardo Braga; mas, olha só, o crime de estelionato...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me pedir, Senador...

Novamente, esta matéria é uma matéria complexa. Vários Senadores já trataram desse assunto em relação a essa fala do Senador Fabiano. E eu queria – a gente vai deliberar sobre esse projeto – a atenção. Foi concedido vista, já teve tudo dentro do rito, e a gente vai votar. Mas as ponderações do Senador Fabiano, de fato, são importantes.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Olha só, para o crime de estelionato previsto no art. 171, *caput*, que é o chamado estelionato simples, a pena é de reclusão de um a cinco anos e multa. O que o projeto está fazendo? Ele está alterando a pena: ao invés de ser de um a cinco, ele está botando de dois a seis. Até aí, tudo bem. Mas só que aí ele vem e fala que, se o crime for praticado contra idoso – e aí nós temos que ir para o Estatuto do Idoso: quem é idoso no Brasil? Acima de 60 anos – ou vulnerável... Aí eu pergunto a você: em direito penal, não se pode ter analogia para prejudicar. O texto não fala quem é vulnerável. Então, você tem o seguinte: a pena será triplicada. Minha gente, se a gente aprovar isso aqui, meu querido Plínio, para uma pessoa que praticar um estelionato, sem violência ou grave ameaça, cuja vítima for de 60 anos, a pena vai ser até 18 anos de reclusão. Isso fere a razoabilidade. Isso é maior do que a pena de homicídio. É um crime praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa. Ele não define o que é vulnerável.

E aí eu pergunto: o que é uma pessoa vulnerável? O projeto revoga o §5º do art. 155, e lá se estabelecia isso. Ora, se é contra administração pública direta ou indireta, se é criança ou adolescente, perfeito. Se é pessoa com deficiência mental, perfeito. Se é maior de 70, perfeito. Só que o que ele fez? Ele revogou esse parágrafo. Então, além de ele botar uma pena do triplo, que passa a ser, se for contra o idoso ou vulnerável, de 6 a 18 anos, ele ainda coloca a ação penal pública incondicionada para qualquer crime.

E eu sei, como delegado, que as vítimas em crimes contra o patrimônio, na grande maioria das vezes, querem o ressarcimento do dinheiro. Então, você tem lá: nós alteramos o art. 171 para determinar que a ação penal é pública condicionada à representação, salvo se for contra idoso, se for contra criança, se for contra adolescente, se for pessoa deficiente mental, se for contra administração pública direta ou indireta. Aí, tudo bem, é razoável. Agora, nós estamos transformando o crime de estelionato para ação penal pública incondicionada. Então, mesmo se a vítima que sofreu um golpe... Quantas vezes a pessoa chegava para mim e falava assim: "Doutor, eu quero o meu dinheiro de volta; eu não quero que essa pessoa responda a absolutamente nada". Não tem como fazer isso mais. E ela pode ser condenada de 6 a 18 anos de reclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por um crime praticado sem violência, sem grave ameaça à pessoa, e você não pode sequer postular a reparação do dano. E a ação penal passa a ser pública incondicionada para qualquer hipótese – para qualquer hipótese.

Além disso, olha só como é grave – aqui eu faço uma ressalva para quem tem a mão mais dura para a punição –, ela coloca no inciso VIII: "abre ou mantém conta em instituição financeira, instituição de pagamento, ou assemelhadas, para ceder o acesso onerosa ou gratuitamente a pessoa ou organização criminosa". Olha, se ela faz isso com organização criminosa, nós temos uma lei de organização criminosa. Ela vai responder por esse crime ou ela vai ser coautora no crime de organização criminosa?

Aí você vai falar: "Tudo bem, ou atua para desviar recursos financeiros por meio de fraudes contra consumidores ou para triangular e ocultar valores". Isso é lavagem de dinheiro. A pena da lavagem de dinheiro é de 3 a 10. Então, ela não vai ser condenada a pena maior. Vai ser condenada a pena menor? Eu acho que esse dispositivo não tem que existir, porque ela se refere à organização criminosa, ela se refere à lavagem de dinheiro, e nós já temos duas leis especiais. E a regra é clara: quem, de qualquer forma, concorre para o crime, responde pelo mesmo crime.

Então, se ele fez isso, essa movimentação, para ter um dinheiro, na organização criminosa, ele está agindo em concurso de pessoas, com a lei de organização criminosa; ou, em lavagem de dinheiro, em concurso de pessoas, codelinquência ou concurso de agentes, com a lei de lavagem de dinheiro, em que a pena é maior: de 3 a 10. Eu pergunto: se for lavagem de dinheiro, vai ser 171 ou vai ser a lei de lavagem de dinheiro? Se aprovarmos aqui, você tem um conflito aparente de normas e, *in dubio pro reo*, ele vai ser condenado com a pena menor e não por lavagem de dinheiro.

São pontos que eu estou trazendo aqui que eu reputo de extrema importância: primeiro, nós alteramos o estelionato para botar como regra que a ação penal é pública condicionada à representação, excepcionalmente, se a vítima for maior de 70, se for contra criança ou adolescente, se for contra administração pública direta ou indireta, se for contra pessoa deficiente. Perfeito, foi isso que nós fizemos em menos de dois anos. Agora nós estamos falando que, em todo crime de estelionato, 171, se a pessoa chegar na delegacia e falar assim: "Eu quero fazer uma ocorrência, porque eu recebi um golpe, fui vítima de um estelionato por R$2 mil", o delegado é obrigado a instaurar um inquérito. Mesmo se a pessoa falar: "Eu não quero que faça nada de inquérito", tem que fazer, porque a ação penal passou a ser pública e incondicionada.

E se a vítima for maior de 60 anos? A pena vai ser de 6 a 18 anos de reclusão. Por favor! Eu acho que passou da hora de esta CCJ ter um comportamento de... Porque isso fere a razoabilidade e a proporcionalidade. Gente, a pena de um homicídio doloso simples, a pena mínima, é de seis anos de reclusão. Nós estamos vendo o que aconteceu aqui em Brasília: mataram policial, num feminicídio, com 64 facadas! Mais uma pessoa, mais uma mulher vítima de feminicídio. Por que a gente não faz aqui? Eu volto a fazer essa provocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um projeto, de minha autoria, falando para tornar crime hediondo desvio de verba pública de programas sociais: Prouni; Pronatec; ProJovem; Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos; Mais Médicos; Sisu; Samu. Faça isso. Agora, pegar um crime de estelionato e botar pena de reclusão de 6 a 18 anos foge à razoabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Acredito que, novamente, a gente tem aqui uma questão de técnica legislativa e de técnica penal, processual penal. Todos nós nos somamos na compreensão de que é preciso endurecer o tratamento contra aqueles que cometem crimes que têm como vítimas vulneráveis, idosos. Isso é notório, ninguém está discutindo isso. Mas a forma pela qual vamos realizar esse nosso objetivo é muito importante, porque o resultado pode ser – como explicou muito bem, no viés técnico, o Fabiano Contarato – negativo.

Talvez seja a hipótese... E eu faço esse convite ao meu amigo Plínio Valério, Relator, para que ele retire de pauta o projeto para uma análise técnica um pouquinho mais cuidadosa, com a leitura dessas outras opiniões, com essa compreensão, para que a gente possa retornar com ele e, sim, endurecer pena, endurecer tratamento, mas com a formatação técnica adequada, sob pena de criar mais um monstrengo jurídico inaplicável no Brasil, novamente o Supremo ser provocado e derrubar a validade da legislação e a gente ficar aqui gritando que tem ativismo judicial. Então, é uma cautela que eu peço e dou essa sugestão ao amigo Plínio Valério de retirada de pauta para reanálise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Sobre o projeto que vem da Câmara – e eu até observei aqui o relatório –, eu acho que o relatório está adequado. Sinceramente, a gente tem visto uma profusão de crimes de estelionato, principalmente pela facilidade hoje das transações digitais. Isso acaba atingindo muita gente.

Talvez tenha algumas ponderações técnicas, mas, me centrando aqui na emenda que foi apresentada aí, que é rejeitada, a Emenda 1, acho que o único ponto ali é transformar a ação penal que é pública condicionada por estelionato em incondicionada, mas essa era a regra antes de 2019. Então, não é exatamente uma total novidade.

Eu só colocaria aqui, Senador, que as outras ponderações técnicas que V. Exa. colocou dizem mais respeito a outros dispositivos do que ao ponto realmente relativo aqui à emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande preocupação que eu tenho sobre estelionato condicionado à representação é que muitas vezes a gente tem pequenos estelionatos que violam direitos de vítimas múltiplas e cada vítima, muitas vezes, não se sente motivada, por si só, por sofrer um prejuízo pequeno – "É, caí num pequeno golpe." –, ela fica desmotivada: "Ah, vou à polícia para ver isso, vou cuidar disso e tal..." Mas, quando a gente considera a conduta como um todo, e normalmente esses estelionatos hoje são praticados contra várias pessoas, são golpes que são multiplicados, espalhados até muitas vezes na internet, se a gente for considerar o prejuízo para a sociedade como um todo – e uma lesão individual muitas vezes não motiva alguém ir à polícia –, se a gente for considerar o todo, é desejável que a ação penal seja pública incondicionada, para que a ação da polícia contra esses golpistas de massa não fique sujeita à motivação de uma única vítima. Então, quando teve essa alteração em 2019, eu particularmente fui contra isso, eu achei que... Na verdade, a proposta legislativa era para tornar todo estelionato sujeito à representação da vítima. E nós conseguimos, no Ministério da Justiça, defender que, pelo menos, então, ela seja incondicionada nestas hipóteses específicas: quando atinge idoso, vulnerável, pessoa com deficiência mental, maior de 70 anos.

Sinceramente, até hoje eu acho que isso foi um equívoco, porque as características do estelionato hoje – e este é o objetivo da lei: aumentar a pena – é que se tem múltiplas vítimas, e esse é o caso. A gente não está falando mais de um estelionato de um cheque sem fundo que é entregue para uma pessoa e a conduta se isola nisso. A gente está falando de golpes digitais que muitas vezes afetam centenas de pessoas: clonagem de cartão de crédito; clonagem de, muitas vezes, contas bancárias; fraudes que atingem muitas pessoas. E condicionar a representação a uma única vítima, a meu ver, não é a melhor política criminal, compreendendo perfeitamente as suas ponderações, e aqui é uma discussão técnica apenas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Perfeito. Eu só queria fazer uma contribuição, porque eu não estou aqui, com todo respeito, o colega rejeitou a emenda... Eu estou falando do efeito de você revogar o §5º, que fala da ação penal, porque ele falava ali em pessoa idosa, 70 anos, contra a administração, contra criança, adolescente, pessoa com deficiência. Agora eu pergunto: quem vai ser considerado a vítima vulnerável? Quem é vulnerável? Se fosse aprovado hoje, vamos falar assim, se você é juiz, considera vulnerável quem? Se a gente colocasse: pessoa menor de 14 anos, que tem incapacidade relativa ou absoluta pela doença mental, se está em estado de embriaguez, uma série de hipóteses, sim. Agora, se você retira isso, você tem idoso, a pessoa...

E outra coisa, meu querido Senador Sergio, alterar a pena para 2 a 6 e colocar que ela pode chegar a 18 anos de reclusão... São 18 anos! Porque vai ser isso. Imagine uma vítima de um estelionato, que foi vítima em R$2 mil, R$3 mil e tem 61 anos: a pena que o juiz vai ter que estabelecer é de 6 a 18 anos de cadeia. É isso que nós estamos debatendo aqui e a consequência de você tirar a ação penal.

Em dois anos, nós debatemos a ação penal. Qual foi a mudança que nós tivemos no país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mantém-se a ação penal. A regra, que era condicionada à representação, excepcionalmente passa a ser pública incondicionada. Mas, por favor, triplicar a pena se a vítima for idoso ou vulnerável, isso vai ferir a proporcionalidade e a razoabilidade.

E outra coisa aqui: como é que vai ficar o crime de lavagem de dinheiro? Vai ser lavagem de dinheiro com pena de 3 a 10? Ou vai ser 171, com 2 a 6? – que é pena menor, a pena vai ser menor. Imagine que uma pessoa praticou esse golpe e ela triangulou e ocultou valores obtidos por meio de golpes em conta bancária. É na lavagem de dinheiro, com pena de 3 a 10? Ou vai ser no estelionato, com pena de 2 a 6? Mas não tenho dúvida de que vai ser a menor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que todo debate aqui é importante. Agora, sinceramente, quem está nos vendo hoje na televisão está se lixando para o que nós estamos discutindo aqui, porque na prática isso não acontece. Qual é a maior pena do Código Penal hoje? Qual é a maior pena do Código Penal? – que o Dr. Sergio Moro e os delegados possam me dizer. Qual é a maior pena? É 30, 40, 50 anos? E alguém deixa de cometer crime por causa disso?

A questão não é essa, não é o aumento ou a diminuição de pena.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – A questão é muito mais profunda sobre isso, até porque, Presidente, veja bem, hoje eu sou obrigado a receber no meu celular ligações do número 330 não sei o quê, e eu não quero receber, de uma pessoa ou de um robô falando comigo. Ora, os próprios bancos hoje estão fazendo... Senador Eduardo Braga, olhe a forma de fazer propaganda para o banco: se você pega o Banco Itaú, o Bradesco, eles dizem bem assim: "Olha, do nosso banco, você não receba ligação, não dê seus dados". Isso é uma forma de induzir o cliente, de dizer que eles estão preocupados se a suas contas vão ser ou não furtadas.

Então, nós não estamos falando aqui sobre uma questão, Senador Amin, de qual é a pena. O cidadão que está nos vendo neste momento no Brasil afora não confia. Por quê? O inquérito é mal feito na delegacia, chega à Justiça e é protelado, demora uma eternidade para ser julgado. Hoje, os juízes e Ministério Público estão fazendo audiência remota. O cidadão de bem, o cidadão pobre, não tem acesso ao Judiciário – não tem acesso. Recebem advogado com nome, mas não recebem o cidadão comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão de aumentar a pena e, na prática, não funcionar... Nós temos que rever essas discussões aqui. É lógico que você aumentar para 18 anos... Aí é brincadeira, fala sério! Aí está comparando a você matar uma pessoa com 200 facadas ou queimar o corpo de uma pessoa. E não vai passar 18 anos preso, Senador Eduardo, vai passar 4 ou 5 anos e vai sair, vai para casa.

Então, não é enchendo as cadeias que nós vamos resolver o problema da segurança pública – isso é tudo segurança pública. É preciso fazer programas que possam resolver. E, aí, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, há muito tempo o Brasil deve um programa de segurança pública para os brasileiros. Eu não estou falando deste Governo, eu estou falando de todos os que passaram nos últimos 40 anos, que não tiveram um programa decente de prevenção e de repressão na segurança pública.

Por isso, Senador Plínio, a questão do seu relatório não está nem em discussão, não estou discutindo o seu relatório, porque eu conheço a sua sensibilidade, sei que V. Exa. é uma pessoa sensível, é uma pessoa humana e não está aqui fazendo... V. Exa. está fazendo um relatório em cima de um projeto que lhe foi encaminhado. Não é essa a questão, a minha discussão é outra.

Quem está nos assistindo agora, Senador Davi, está dizendo: "Os Senadores estão discutindo se vão aumentar a pena de 6 para 8 anos; até parece que isso vai resolver".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É essa a questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, estou com alguma dificuldade de concordar com alguns Senadores aqui na CCJ, mas eu queria fazer a defesa aqui da emenda do Senador Contarato com relação ao §5º do art. 171.

Eu acho que essa emenda faz sentido exatamente para que tenhamos expresso na legislação o que é cada situação, o que é uma pessoa vulnerável, o que é... Não entendi nem o sentido de ter esse projeto vindo da Câmara com esse dispositivo aqui, o art. 4º, revogando o §5º.

Acho que o Senador Plínio, como Relator, podia ponderar a questão dessa dosimetria da pena, que me parece exagerada para um crime que é cometido sem grave ameaça ou violência. Realmente, multiplicar por três uma possível pena em função do perfil da vítima me parece exagerado. Poderia ser substituído por algum aumento da pena, alguma qualificadora da pena, algo nesse sentido, como é a regra tanto na parte geral como na parte específica do nosso Código Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério, Relator da matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Senador Contarato, o senhor entendeu agora por que é que eu pedi silêncio e não votei: era para o senhor ter a chance de defender, de ponderar.

Vão rir agora, mas o Senador Moro e o Senador Contarato estão certos; está certo ele em ponderar, e ele aqui também. Eu só quero lembrar que a minha preocupação, Senador Contarato é: se o juiz aplicar 6 anos no réu, esse bandido vai estar em um ano e meio na rua; quanto menor a pena, mais cedo ele vai estar na rua. Mas é como eu disse: os dois estão certos.

Eu queria ouvi-los – eu ouvi gente defendendo e gente atacando – para que a gente possa adotar a medida correta. Como diz o Omar, isso aqui não é bandeira nem nada, então eu posso retirar, sim, o projeto, dar o tempo que quiserem, porque a coisa é importante e agora vocês entenderam por que eu pedi silêncio.

A gente retira o projeto para apresentar em outra ocasião e o Senador Contarato terá oportunidade de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério, Relator da matéria.

Diante do entendimento, da construção, a matéria fica retirada de pauta.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1987, DE 2023

- Não terminativo -

Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Em 09/08/2023 a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.*

Autoria é o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Relator da matéria é o Senador Weverton. Desembargador? Weverton.

Como é o nome da palavra? Não, aquela outra da semana passada. Eu não sei o que é isso. *Stakeholder*. Os caras falam muita coisa difícil aqui.

O relatório é favorável ao projeto.

Já foi feita a leitura, me permita, V. Exa., naquela reunião. Então, eu vou colocar a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Líder Weverton.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu gostaria de pedir tanto para o item 2 quanto para o 4 que V. Exa. determinasse a inclusão de prioridade para o Plenário, para requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem um requerimento... Pronto. Tem duas matérias para as quais foi solicitada urgência regimental para o Plenário. Foi o item 2 e o item 4.

Eu vou colocar em votação o requerimento de urgência do Plenário.

O item 1 também?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – E o item 1, que foi o do Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou colocar em votação um requerimento com três itens para urgência regimental de Plenário: item 1, item 2 e item 4.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. Será encaminhado ainda hoje para a Mesa.

Item 5. O Relator está? Ah, está aqui.

Item 5 da pauta, o Relator está presente.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

Revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável à Proposta, com a emenda de redação que apresenta.

Autoria é do Deputado Federal Arnaldo Jordy.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, só um minuto. Antes, Senador Flávio, só um minuto porque tem um requerimento sobre a mesa aqui. Sobre o assunto, sobre a proposta.

A Secretaria me informa que eu tenho que colocar o requerimento antes de V. Exa.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 3, que revoga o inciso VII do *caput* do art. 20 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal e §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Proponho, para a audiência, que sejam convidados os seguintes: representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, representante da Advocacia-Geral da União, representante da Associação de Terminais Portuários Privados, representante da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Tem a justificativa.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Presidente, esse tema é um tema muito importante e nós precisamos de um estudo sobre: o impacto no patrimônio da União que vai representar essa lei; o impacto ambiental; o acesso ao litoral, como é que vai se dar o acesso ao litoral no momento em que esse terreno deixa de ser de propriedade da União; a ocupação do solo, quem vai definir a ocupação do solo; e as comunidades de pescadores, ou seja, é um tema que requer uma discussão.

É por isso que eu estou apresentando esse requerimento de audiência pública, para que a gente possa ampliar o debate e, de certa forma, sensibilizar o nosso Relator, para que a gente possa fazer algumas alterações e ter um consenso para a aprovação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me dar um informe aqui para a Comissão.

Na verdade, o que o Senador Rogério Carvalho está pedindo é uma audiência pública para instruir a proposta de emenda à Constituição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ela está instruída, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Essa matéria já foi... em várias reuniões, nós fizemos o adiamento da deliberação dessa proposta.

Existe um pedido, há um longo tempo, em relação à possibilidade de nós fazermos a designação do Relator e a votação aqui no Plenário.

Eu concordo que há um instrumento regimental de audiência para instruir a matéria, mas, ao mesmo tempo, eu quero registrar que vários Senadores, muitos Senadores, em muitas reuniões, desde o primeiro semestre – perdão, desde o ano passado –, estão cobrando a deliberação dessa matéria.

Eu quero estabelecer um calendário, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer, porque eu vou atender à solicitação de V. Exa. como Presidente, mas vai ser feito um calendário. Vai ter a audiência, nós vamos marcá-la em uma semana que... pode ser na próxima. Dependendo da audiência da reforma tributária, se for numa terça, vai ser numa quinta a audiência. A gente vai terminar a audiência, vai organizar uma data e vai colocar em votação para a gente deliberar, porque eu já estou há mais de um ano sendo cobrado pela maioria dos Senadores desta Comissão para a gente deliberar esse assunto.

Eu sei que é complexo, porque a transferência de centenas de milhares de patrimônios de áreas da União, de um problema histórico, de uma conversa que todos os Parlamentares escutam aqui em relação à Secretaria de Patrimônio da União, do negócio do Mamoré de 1800 e não sei quanto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – De 1831.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... de 1831, corrige-me o nosso Senador Esperidião Amin.

Então, a gente, de fato... os estados e os municípios brasileiros ficam com uma restrição histórica de 200 anos em relação a essas propriedades, sendo que centenas de milhares de pessoas no Brasil, especialmente na costa do Brasil, são afetadas diretamente por esse assunto.

Isso é uma matéria muito relevante, muito discutida há muitos anos.

Se eu não me engano, são mais de 750 mil imóveis que a União tem sob o seu domínio, são milhares de homens e mulheres que são prejudicados por essa questão na titularização da área. É um problema e nós temos que deliberar sobre esse problema.

Vamos fazer a audiência? Senador Flávio, permita-me, eu vou atender ao pedido, mas eu vou organizar – vou conceder a palavra a V. Exa., como Relator –, eu vou organizar a audiência, a audiência vai acontecer, o Relator vai servir para instruir a matéria e nós vamos deliberar sobre esse assunto, buscando um entendimento, logicamente, com as autoridades do Governo e com o Senado Federal.

Com a palavra, o Relator da matéria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. por pautar aqui na CCJ essa PEC, que é oriunda de uma outra PEC, de 2011.

Portanto, esse assunto está tramitando no Congresso Nacional há pelo menos 12 anos, e esse é aquele tipo de matéria que eu entendo que é suprapartidária, porque atinge todas as cidades que são banhadas pelo mar, por rios, lagoas e lagos influenciados por marés.

O último levantamento da SPU (Secretaria de Patrimônio da União) estima que são 521 mil propriedades que são cadastradas em terrenos de marinha, fora aquelas que não são cadastradas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estima-se um impacto de 10 milhões de brasileiros que hoje não têm segurança jurídica sobre a sua propriedade.

Então, esse tema já está mais do que amadurecido para que seja tratado aqui e, óbvio, pela... Eu quero parabenizar V. Exa. por atender o requerimento do Senador, porque, quando eu quiser uma audiência pública, eu sei que a V. Exa. também vai ter o mesmo tratamento. E, assim, é claramente, no meu ponto de vista – desculpe, Senador Rogério –, uma tentativa de protelar, ainda mais, algo que já está protelado há bastante tempo, porque, pelo perfil das pessoas que estão convidadas para essa audiência pública, é a parte burocrática do Estado, que obviamente vai colocar-se contra, com a preocupação de ter uma queda de arrecadação. Essa é a maior reforma agrária que a gente pode ter na história do Brasil, para dar segurança jurídica a uma realidade que já existe em diversas cidades. São Luís, Florianópolis, por exemplo, são duas das cidades mais impactadas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Belém do Pará.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Belém do Pará, que é banhada pelo rio – que são mais impactadas por uma proposta como essa.

Então, Presidente, óbvio, eu faria um apelo ao Senador Rogério para que não houvesse audiência pública, para que transformasse em um pedido de vista coletivo e fizesse as emendas que entender cabíveis, mas é o tipo de audiência que não vai convencer nem um lado, nem o outro. O lado preocupado com perder arrecadação eu acho que está errado. Isso aqui pode gerar um aumento inclusive de arrecadação para a União, porque tem aqui a previsão de cessão onerosa de parte dessas propriedades. A União vai arrecadar com isso, e a gente está discutindo terrenos que jamais foram de usufruto da União; foram transformados em bens da União por lei de 1871, e ela apenas funciona como uma imobiliária, Senador Eduardo Braga, que cobra foro, laudêmio e taxa de ocupação sobre propriedades que são mantidas e aprimoradas por pessoas que têm o uso exclusivo dessas propriedades, que são os habitantes legalizados ou não.

Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que marque, o quanto antes, se o Senador insistir com a realização de audiência pública, e não com a convolação disso num pedido de vista coletivo, para que haja o prazo devido para a apresentação de emendas. É uma PEC relativamente simples que está totalmente instruída com os impactos. Essa matéria foi tão discutida já que, se você der um Google, você tem tudo sobre essa matéria, com informações oficiais inclusive da Secretaria de Patrimônio da União. Mas só peço a V. Exa., se mantiver o pedido de audiência pública, que o faça o quanto antes, para que esse projeto possa ser tratado aqui na CCJ, o quanto antes também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, isso é urgente, primeiro, porque eu venho do estado em que o Plínio nasceu, nas barrancas do Juruá; o Eduardo é do nosso estado. E eu sei muito bem que nenhuma cidade no Amazonas, dos 62 municípios, só um município não nasceu à beira de um rio; primeiro é isso. (*Risos.*)

Muita gente acha que o povo mora no morro da... "Ah, o índio mora dentro da floresta". Não, pessoal, ninguém mora dentro da floresta; a gente mora na beira do rio. É preciso aprender primeiro essa questão. "Ah, o cara está lá..." Primeiro que o rio é que sustenta, a água é que sustenta a vida. Então, todas as cidades do meu estado – e o Mourão é de lá, sabe disso, já que serviu, lá, o Exército; conhece melhor do que muita gente –, todas as cidades, a não ser Apuí, que não nasceu à beira do rio, são 62 municípios, 61 dos quais à beira do rio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Navegáveis, rios navegáveis.

Então, o Juruá todo, o Purus todo, o Madeira, o Solimões, Baixo Amazonas, o Amazonas, todas as cidades – todas, sem exceção – nasceram... Aí vem a SPU, vem não sei quem, que não pode, que não sei o quê. Meu irmão, está consolidado! Nós temos é que regulamentar.

E o pior de tudo, Senador Mourão, e o Eduardo e o Plínio sabem disso, são rios em formação, são rios novos que têm desbarrancamento constante, porque não são rios consolidados. Esses rios são novos, tem alguns milhões de anos só, não é? Não têm bilhões... É verdade! O único rio consolidado é o Rio Negro; os outros são todos rios em formação. E o que que acontece? Acontece que cada dia tem uma coisa. Se o cara tem uma área: "Não, olha, só 500m, não sei o quê...". Só que os nossos rios, o regime de águas nosso ninguém pode prever até aonde ele vai e até onde ele não vem.

Por exemplo, fala-se na BR-319, Senador Amin. Vá andar na BR-319 se de um lado e do outro não for charco! Não dá para produzir nada. É charco, charco, charco, é água, é igapó, chavascal. Lá teve que subir o greide de 10m, e quem fez isso foi, na década de 70, o Exército Brasileiro, juntamente com as empresas. E agora vem me dizer que não pode asfaltar a BR-319, que a Marina não quer! Porque ela não pode nada! Ela não pode. Não, não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aí eu passo a ser solidário a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Aí você vem para mim dizer: "Vamos discutir a nossa região". Cada um discute sua região, que conhece. Não venha me ensinar sobre a Amazônia, não venha ensinar àqueles que moram e vivem na Amazônia sobre a Amazônia.

Então, essa questão é uma questão urgente, sim, Senador Flávio e meu querido amigo Senador Rogério Carvalho, porque nós sofremos com isso.

A nossa cidade... Manaus é uma cidade de costa para o Rio Negro. Ela não foi feita de frente para o Rio Negro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ela foi feita de frente; ela ficou de costas porque ocuparam as terras pela União.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – A União ocupou.

Então, veja bem, nós temos que ter um tratamento diferenciado, porque nós temos uma diversidade no Brasil, em relação à natureza, muito grande. Então, não discutam o negócio dessa questão. Nós precisamos debater. Debater, sim. Agora, precisamos, urgentemente, dar uma solução para esse problema que hoje milhões de brasileiros estão vivendo, principalmente na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Quero surpreender a todos dizendo o seguinte: eu agradeço ao Senador Rogério Carvalho por ter pedido a audiência. Eu aplaudo. Eu acho que está certo, o Governo tem que dar um despacho saneador nisso.

Sabe o que é despacho saneador? Esse projeto de que o Senador Flávio Bolsonaro é o Relator foi aprovado pela Câmara em 2018. Veja bem, são cinco anos e pouco. Era outro governo, passou um governo, estamos num terceiro governo.

O patrimônio da União, como o nome diz, é a Secretaria do Patrimônio da União. Ela quer cobrar o aluguel.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Imobiliária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela quer cobrar o aluguel. Ela nunca, em nenhum município do Brasil, impediu uma ocupação irregular. Nunca! Agora, se o sujeito quiser fazer dentro da lei, ele está ferrado, porque ele vai enfrentar, além das questões ambientais que o invasor não enfrentou, a burocracia e os departamentos municipais, porque o plano diretor municipal é que diz o que pode fazer ou não fazer. Isso é da Federação. O uso do solo, respeitadas as questões ambientais, Conama, etc., é competência do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria dizer que a esta audiência eu só vou acrescentar o seguinte: eu vou convidar – vou sugerir o convite – um Prefeito do litoral e um Prefeito do interior, porque são terras de marinha também os 33m de cada margem dos rios navegáveis. Então, eu vou dizer aqui a minha sugestão: o Prefeito de Florianópolis e o Prefeito de Belém do Pará, que, se não me falha a memória, é o Edmilson Rodrigues. Eu só briguei com ele uma vez, quando ele disse que aquela reunião de arquitetos – ele é arquiteto – não poderia ser a casa da mãe Joana. A minha filha é arquiteta e tem o nome de Joana. Aí eu encrenquei. (*Risos.*)

Mas é uma figura que tem respeito. Se não me engano, está no terceiro ou quarto mandato.

A Prefeitura de Belém do Pará cuida do seguinte: 65% do território urbano do Município de Belém do Pará é terra de marinha – 65%. E não fica aqui no litoral, é em Belém do Pará.

Muito bom.

Então, eu só queria acrescentar dois Prefeitos: Belém do Pará, em homenagem ao nosso colega Deputado Federal Edmilson, e o atual Prefeito de Florianópolis. Mas pode escolher qualquer um, porque a conversa é a mesma.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para discutir.) – Não, eu quero sugerir o Prefeito de Manaus também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, mas eu já sugeri dois. O senhor já falou antes – o senhor já falou antes. Sugere depois.

Só queria, para concluir, dizer o seguinte: quais são as travas que estão aí? Isto eu preciso dizer aqui, Presidente. E peço: vou me alongar um pouquinho.

Esta proposta tinha vencido todos os óbices com o Governo Temer, quando, numa reunião, alguém fez a seguinte pergunta: "O senhor já imaginou, Presidente Temer, se o senhor der o terreno do Copacabana Palace sem cobrar?". Aí o Temer olhou para o lado: "Só o que me falta". Então, surgiu a cessão onerosa, que já está regulada pelo Fernando Henrique Cardoso, com a seguinte constatação: se você pagou cinco anos – e cinco anos porque a regra geral é de cinco anos – taxa de ocupação, abate esse valor da cessão onerosa. Certo? Se não pagou, não abate. A Caixa Econômica financia. E, sobre esses 500 mil ou 700 mil já cadastrados – e é muito pouco o que está cadastrado, Senador Flávio, é muito pouco...

O litoral da Bahia... Vocês já imaginaram? O Otto Alencar não entra nessa, porque o Otto Alencar só está nos altiplanos, cavalgando, campo afora, mas imagina o litoral da Bahia: gente que vai se regularizar... Estou dizendo que ele não será beneficiário, porque ele é um homem do interior. É um homem do interior.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Onde eu nasci, não tem nem rio. Nasci no Sertão, tem rio não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É do Sertão, o califa é do Sertão.

Mas, então, os senhores vejam bem: se forem 500 mil imóveis vendidos por R$100 mil cada um, o Governo vai zerar o déficit deste ano. E certamente haverá mais, porque o sujeito passa a ser dono, dá segurança jurídica.

Nós temos casos em Florianópolis de terreno vendido pelo Governo Federal, pelo antigo Serfhau (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), que depois foi considerado terreno de marinha, e o sujeito comprou da União, pagou à União pela Caixa Econômica Federal e hoje ele virou ocupante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No máximo, ele tem direito de pagar à União, e a taxa de ocupação e o IPTU, do município. Então, travas.

Primeiro, isso só atinge a área urbana... Preste atenção agora: isso aqui só atinge a área urbana assim definida por planos diretores aprovados há mais de quatro anos, para evitar oportunismos. Nada impede que eles sejam atualizados, mas vale para quem já tem, e isso é área urbana, definida de acordo com o Estatuto da Cidade.

E, finalmente, quero lembrar: o Patrimônio da União está sendo tangido pelo TCU a promover mais demarcação. Então, o que não foi demarcado hoje é desídia. Repito: o Tribunal de Contas da União está punindo o pessoal da Secretaria de Patrimônio porque não tem feito a demarcação de terras de marinha, nem no litoral e muito menos no interior.

Então, repito, eu saúdo a realização dessa audiência, incluo apenas dois nomes e faço um pedido: Senador Davi Alcolumbre, não nos desmoralize, marque a data da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Da audiência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou organizar com o Ednaldo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, na data, o senhor vai marcar a apreciação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A inclusão na pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Salvo isso, V. Exa. estará... Vou entregar todos os seus... Se o senhor não fizer assim, eu vou entregar o seu endereço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O endereço?!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O endereço, todos os seus endereços...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seus endereços.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Amin, nós já fizemos as pazes, cara!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pelo Brasil afora, vou entregar à sanha dos inconformados. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu concordo plenamente com os argumentos que foram colocados pelo Senador Esperidião Amin e Senador Flávio Bolsonaro. Essa alteração do art. 20 da Constituição Federal e do 49 do Ato das Disposições Transitórias, essa letra de lei dessa PEC é perfeita, na minha opinião. Atende perfeitamente a toda essa insegurança que tem dado e define completamente o que a União tem e ficará com a União, e os estados e também os ocupantes dessas áreas todas, área portuária, tudo está aqui excluído. Então, a União vai ficar com o que tem, e aquele que ocupou essas áreas, fez investimentos, tem uma segurança jurídica. No meu estado há uma situação muito delicada, muito crítica, no Estado da Bahia, como em todos os estados.

O Esperidião Amin só errou quando se referiu à minha região onde eu nasci, porque lá não tem nem mar, nem rio, é Caatinga. É muito mandacaru, muita baraúna, caviúna, cerejeira, baraúna, essas árvores todas do Sertão. Então, não tem água lá, não tem problema onde eu nasci, mas na beira do mar tem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor queria se incorporar à região metropolitana lá do Joaci Góes!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu faço coro aqui com o Senador Esperidião e o Senador Otto Alencar e também quero saudar nosso querido Senador de Sergipe, Rogério Carvalho, porque hoje, de novo, nós estamos de gravata trocada, não é? Um dia eu venho de azul, o senhor vem de vermelho, outro dia eu venho de vermelho, e o senhor, de azul.

Sr. Presidente, o senhor sabe, eu tive a oportunidade de visitar o seu estado, enquanto Ministro de Estado da Pesca, e, além de todos os argumentos que já foram postos aqui e de ser uma legislação antiga que não combina com o nosso país, que é banhado por água de tudo que é lado, eu conheço a realidade das Secretarias do Patrimônio da União. Eu as visitei, porque as SPUs cediam licenças para a aquicultura.

Sabe o que acontece, Sr. Presidente? Tem SPU que tem dois servidores e prateleiras lotadas de documentos, e isso é um atraso na vida do cidadão, um atraso na vida da regularização, um atraso na vida, enfim, do Brasil. E se quer cobrar, se quer agilizar, se quer analisar... Hoje, infelizmente, a SPU... E toda a minha solidariedade aos servidores desse órgão, que não conseguem fazer.

E nós não temos sequer previsão, Senador Rogério, de fazer um concurso público para fortalecer esse órgão, mas, no final, quem sofre é todo mundo: a União não arrecada, o cidadão está sendo punido, não tem regularização, não tem... Nem produzir peixe nós podemos, porque a SPU está desmontada.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Associação S.O.S. Terrenos de Marinha, Senador Rogério Carvalho, sediada em Pernambuco. Esses caras têm um *site*, tem um material sensacional para cada um dos Srs. Senadores se atualizarem de quão obsoleta é essa...

Sim, eu concordo com o Senador Rogério Carvalho e com o Senador Esperidião Amin de se fazer uma audiência para a gente tocar esse troço para a frente e correr. O Brasil tem pressa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar esse último aspecto em relação à SPU.

Por mudanças no formato de execução, nós tivemos já o Terra Legal, que tinha esse objetivo de agilizar a regularização de terras, e hoje está tudo na mão da SPU. Acho que hoje, pela realidade do meu estado e de onde eu acompanho, não tem a menor condição administrativa de se realizar esse trabalho. Inclusive, no meu estado, que é um estado novo, é o mais novo da Federação, 68% das terras do Tocantins hoje estão inviabilizadas, alguns municípios inteiros. E nós precisávamos tratar desse tema, porque há não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só essa questão de terrenos de marinha, que afeta o meu estado também, porque tem grandes rios, mas essa questão da SPU.

Eu estou, inclusive, como Relatora de um projeto do Senador Eduardo Gomes que transfere as terras da União, um modelo que já foi feito em vários outros estados, como o Amapá, para o Estado do Tocantins.

Hoje nós não temos condição de entrar em nenhuma ação em relação à moradia, à construção de escolas, porque as terras, as áreas não são nossas, e a SPU não tem condição de fazer o trabalho que está atribuído a ela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem o requerimento... Senador Flávio, a gente não vai entrar na discussão, porque tem o requerimento da audiência. Já tem um compromisso de que nós vamos fazer a audiência.

O nosso querido Senador Líder Rogério Carvalho tem a proposta do requerimento. São quatro autoridades. Como tem sugestão de cinco autoridades para debaterem, a gente tem que incluir a votação do requerimento para a gente poder ter audiência, porque, se ficar para a próxima quarta, não vai ter o requerimento da audiência, não vai ter a data da audiência.

Tem a sugestão do Senador Omar, que me deixou a delegação de convidar o Prefeito de Manaus. Então, vai-se incluir, pois foi uma solicitação do Senador Omar. Tem a solicitação do Senador Jorge Seif, que é para incluir...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – SOS Terrenos de Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... um representante da instituição SOS Terrenos de Marinha.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – SOS Terrenos de Marinha, de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E tem a sugestão do Senador Esperidião Amin, do Prefeito de Belém e do Prefeito de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Florianópolis.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... Florianópolis. São quatro pessoas.

Eu queria... Fica quatro de cada lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Fica ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas eu tenho uma sugestão que me foi trazida pelo Deputado Federal Vinicius Gurgel, do Amapá, pois há um interesse do Governador do Amapá em também participar dessa audiência, só que ficariam cinco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – A Secretaria de Gestão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto. Então, fica cinco a cinco.

Pronto.

Então, o requerimento, com essas alterações, o Governador do Amapá...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vão ser dez pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dez pessoas. Começa às 8h da manhã, termina às 8h da noite. Está tudo tranquilo. (*Risos.*)

Vai ser um seminário.

É para a gente poder dar condições para o Relator da matéria. Vai-se esgotar o assunto, vão ser feitas todas ponderações, os questionamentos, e o Senador Flávio será prestigiado, porque ele vai ter oportunidade de ficar, no dia da audiência pública, de 8h da manhã até 8h da noite aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Para completar, a gente poderia fazer num sábado ou num domingo. É mais tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, vai ser numa terça ou numa quinta, para não concorrer com a reforma tributária.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. incluiu a secretária nacional, então?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele incluiu agora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ótimo! Excelente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Cinco a cinco.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – A conclusão... Já foi concluído aí?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não. Vamos botar para votar agora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento, com as alterações propostas.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a realização da audiência pública com as proposições feitas aqui permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item foi retirado...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. a inversão da pauta, para que eu pudesse relatar o item 10, já que eu tenho duas relatorias ainda na Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Otto, deixa-me só...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e pretendo concluir meu serviço durante o dia completo, fazer o serviço completo aqui, no Plenário... Se V. Exa. precisar depois de uma conversa, também conversaremos sobre o Amapá e as dificuldades do seu estado, debateremos esse problema do... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dar o meu tempo integral. Então, eu queria relatar aqui e depois relatar na CDH.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Otto, tem a solicitação aqui... O Senador Marcelo Castro está presente, Relator da matéria.

Eu vou tirar o próximo item da pauta a pedido do Relator, Senador Kajuru. Vai ser o Senador Marcelo o próximo.

Houve uma solicitação aqui, ainda há pouco, do Senador Fabiano Contarato, que é um relatório de uma lauda, e, em seguida V. Exa. Vai ser rápido.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Contarato não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vai ser rápido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está ali o Fabiano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Depois desses aí, se o senhor puder colocar, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O quarto. Vai ser o quarto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O quarto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela assiduidade de V. Exa., que chegou às 7h45. Ganhou do Kajuru.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito bem! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O item...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Quatorze.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 7. O seu é em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 112, DE 2017

- Não terminativo -

Cria funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto.

V. Exa. está percebendo que nós temos muita matéria. Então, queria pedir a V. Exa. que pudesse ser célere, já que é um tema do Piauí, que é muito caro para V. Exa. Por isso que nós estamos fazendo a inversão de pauta para V. Exa. e para o Senador Ciro Nogueira, que fez a solicitação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não tomarei de V. Exas. mais do que dois minutos.

Inicialmente, quero registrar aqui a presença do Desembargador Marco Aurélio Lustosa Caminha, que é o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, do nosso querido Estado do Piauí.

Mas, Sr. Presidente, esse Projeto de Lei nº 112, de 2017, que teve origem no TSE, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2017, e dormita aqui até o dia de hoje. Do que se trata? No início da década de 90, vários TRTs de vários estados do Brasil criaram funções gratificadas por atos administrativos. São 30 anos que essas funções estão funcionando e sendo pagas regularmente. Naturalmente, o Tribunal de Contas da União fez referência a isso e determinou que eles se regularizassem. Todos os estados, todos os TRTs do Brasil já fizeram a sua regularização, menos um: o glorioso Estado do Piauí. Então, hoje é a oportunidade que nós temos de reparar esse erro e essa dívida que nós temos, porque, de todos os TRTs do país, o que criou menos funções gratificadas foi o do Piauí, e este ficou por último.

Então, peço aqui a compreensão e o apoio de todos os colegas para reparar e corrigir esse erro, para que essa situação seja regularizada.

É esse o relatório, com voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria agradecer ao Senador Marcelo e novamente registrar a presença do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, que está participando da nossa reunião da CCJ, que está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E faço o registro da solicitação da inversão do Relator da matéria, porque esta matéria também estava na outra reunião da Comissão, nós retiramos de pauta e retornou agora. E houve uma solicitação do Senador Ciro Nogueira para que a gente pudesse também fazer a inclusão, Líder Marcelo. Então, quero registrar que estamos atendendo à bancada do Piauí.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em sendo aprovado, Sr. Presidente, eu peço que seja determinada a urgência para poder ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos fazer isso agora.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

Em votação o requerimento de urgência para Plenário, nos termos regimentais.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai direto ao Plenário.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 1644, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, para redefinir a infração de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

Informo ao Plenário que esta votação precisa de ser nominal.

Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela compreensão aos colegas.

Passo direto ao relatório, que é bem simples e direto.

Consideramos que a tramitação não infringiu nenhum dispositivo do Regimento Interno do Senado. Assim, não há mácula no PL quanto ao aspecto de constitucionalidade e também no que se refere à adequação ao ordenamento jurídico e às normas regimentais vigentes.

Quanto ao mérito, estamos de pleno acordo com seu autor. Entendemos que o Código de Trânsito Brasileiro caracteriza determinada conduta como infração de trânsito quando ela atrapalha a fluidez do tráfego ou gera riscos aos demais condutores e passageiros, bem como aos pedestres.

Jogar lixo ou abandonar objetos não via não só é uma conduta reprovável em termos de civilidade, mas que também traz ricos aos demais usuários da via. Um objeto lançado de um veículo pode assustar condutores e, portanto, ocasionar acidentes que, a depender da situação, podem ser graves. De maneira similar, um objeto abandonado na via também pode ser a causa de acidentes por obrigar os condutores a se desviarem dele inesperadamente.

Além das consequências adversas para a segurança do trânsito, a conduta contribui diretamente, com implicações mais dramáticas nos espaços urbanos, com o agravamento dos problemas decorrentes do mau descarte do lixo. Com as chuvas, o lixo tende a se acumular nos bueiros, entupindo-os e, consequentemente, aumentando a magnitude das inundações.

Propomos, entretanto, que o PL em análise, a fim de maior precisão ao texto, receba algumas alterações na redação de sua emenda e de seu art. 1º.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do projeto com as seguintes emendas. As emendas estão disponibilizadas.

Obrigado pela compreensão.

Peço a aprovação dos colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram...

Informo que essa votação precisa ser uma votação nominal.

Vou iniciar a votação aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pelo celular se vota. Eles vão ligar aqui.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Os Senadores que estão em plenário... Só os que estão aqui em plenário vai dar o... Não, um, dois, três... Liga para o... Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Vão dar dez aqui, doze. É quatorze. Posso votar? (*Pausa.*)

Ah tá.

Senadora Dorinha, a gente fez a inversão, mas, de fato, o projeto de V. Exa. estava na sequência, como item 8. V. Exa. deseja deliberar hoje essa matéria? Então, enquanto estão votando, eu vou conceder a palavra a V. Exa.

Com a palavra, a Senadora Professora Dorinha, Relatora do Projeto de Lei nº 70.

ITEM 8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 70, DE 2023

- Não terminativo -

Impede a redução dos coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios até a publicação dos resultados definitivos do próximo censo demográfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Efraim Filho

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sob protesto.

O PLP 70, do Senador Efraim, trata da questão do ICMS, da preocupação com a redução de ICMS a partir do censo demográfico... Desculpem, do FPM a partir da redução do censo demográfico.

Eu vou fazer a retirada.

Nós tivemos um que se transformou em lei, foi apresentado pelo Senador Efraim, quando Deputado, ele apresenta uma gradação em dez anos desse processo de redução. Ele hoje é muito prejudicial. A proposta é muito melhor para o município, melhor colocando.

Acho que todos nós estamos recebendo os municípios brasileiros. Eles estão passando por uma grave crise. O FPM vem reduzindo de maneira bastante radical até este mês. Este mês foi 20% de queda. Eles apresentaram ontem na CNM várias medidas que estão aqui tramitando, inclusive em relação à compensação da redução do combustível. O pagamento das emendas de saúde, nós estamos no mês de agosto, e os prefeitos não estão recebendo as emendas na área da saúde e atenção básica nem especializada.

Eu vou retirar. Faço a solicitação que ele volte à pauta na próxima semana para fazer ajustes de redação.

É essa a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Fica retirado de pauta e será incluído na próxima reunião ordinária da Comissão.

Eu vou encerrar porque já tem o quórum ali.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já encerrou? (*Pausa.*)

Votaram SIM 18; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, da CCJ, e 2, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 2940, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a criação de comissão de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra, ao Relator, Dr. Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Quero louvar a iniciativa da Senadora Daniella Ribeiro. Eu digo sempre que não há necessidade de ser profissional de saúde para entender as dificuldades por que as pessoas passam nos hospitais públicos e privados, com várias enfermidades que podem ser controladas por prevenção.

O projeto da Senadora, de nº 2.940, altera a Lei Orgânica da Saúde, que é a Lei nº 8.080, que definiu o Sistema Único de Saúde, para tornar obrigatória a criação de uma comissão de prevenção do tromboembolismo venoso, que nós chamamos de TEV, nos hospitais públicos e privados.

Esta Comissão julga a sua constitucionalidade e, realmente, o projeto preenche todos os pré-requisitos exigidos pela nossa legislação para a sua aprovação.

Eu vou à análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É competência da CCJ, como eu já tinha me referido, no tocante à constitucionalidade, a matéria de que trata a proposição está no escopo do inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, que confere à União competência concorrente para legislar sobre proteção e defesa da vida e da saúde.

Ademais, no plano constitucional, o dever estatal de prover assistência à população está claramente definido na Carta Magna, que seguimos no nosso Senado Federal.

Quanto à legalidade, a temática também está inserida no campo de atuação do Sistema Único de Saúde, previsto na Lei nº 8.080, a Lei Orgânica da Saúde, tanto em ações de vigilância epidemiológica quanto em assistência terapêutica aos pacientes do Sistema Único de Saúde.

Em relação ao mérito, Sr. Presidente, eu quero dizer que é um momento importante para se constituir uma comissão dessa natureza; primeiro, já pelas tromboembolias que são adquiridas e também aquelas que são de predisposição genética. São vários tipos de tromboembolia que nós entendemos. E, depois que aconteceu a pandemia, a covid-19 mostrou – depois de estudos de vários laboratórios, inclusive dos laboratórios e institutos mais importantes do mundo, como o laboratório Gilead, da Califórnia – que é uma doença tromboembolítica. Então, as pessoas que tiveram a covid-19, que são mais de 700 mil pessoas, elas podem desenvolver a tromboembolia, que já é uma doença que, de alguma forma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... tem o acometimento em várias pessoas, até por posições adquiridas ao longo da vida – o alcoolismo, as pessoas que são viciadas e acostumadas no uso do tabaco, as que têm colesterol alto também têm essa predisposição –, porque a tromboembolia venosa acontece nas veias, e as artérias são impulsionadas pelo coração, pelo impulso do coração, e às vezes retornam ao coração pelas válvulas, de tal forma que pode acontecer que uma coluna venosa fique estática, e, a partir disso, vem uma trombose, que acontece muito nos membros inferiores. E os principais sintomas dela são a dor, a dormência, a tosse e, às vezes, o comprometimento, inclusive, da artéria pulmonar e da artéria mesentérica no abdômen das pessoas. É importante dizer que todos aqueles que viajem em voos longos usem meia elástica de média compressão ou de leve compressão para estimular o retorno do sangue ao coração.

Portanto, a sensibilidade da Senadora Daniella Ribeiro é fundamental para que se crie essa comissão que estabeleça critérios nos hospitais públicos – sobretudo nos hospitais públicos, até porque o paciente do SUS não tem essa facilidade de investigar se ele tem predisposição genética ou não de ter uma tromboembolia. A criação da comissão dá essa condição da investigação e, consequentemente, de evitar essa doença, que é uma doença, na maioria das vezes, letal, já que a tromboembolia tem uma letalidade muito alta.

Eu acredito que nós deveremos, com essa apreciação, aprovar e levar à Comissão de Assuntos Econômicos para que seja votado, seja deliberado, seja sancionado e passe a ser, dentro da estrutura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Único de Saúde, uma comissão, sem nenhuma dúvida, para recuperar a saúde e salvar a vida das pessoas.

Portanto, o meu voto é pela aprovação do projeto de lei da Senadora Daniella Ribeiro, de acordo com o que está prescrito na nossa Constituição. É constitucional e merece todo o apoio e todo o aplauso, pela sensibilidade, a aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Otto Alencar.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra, a nossa autora do projeto, a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre, meus colegas Senadores e Senadoras, meu Líder Otto Alencar, que é Relator dessa matéria e acaba de dar uma aula aqui dentro... Não é, Senador Eduardo Braga? Ele acaba dar uma aula, Senador Lucas Barreto.

Mas eu queria, inclusive, só reforçar a importância desse projeto, que me foi trazido com preocupação pela sociedade de hematologia, por médicos e médicas que, como colocou muito bem o Senador Otto Alencar, têm uma preocupação muito forte com essa questão do tromboembolismo. E eu gostaria só também de acrescentar que não vai trazer custo algum nem para os hospitais públicos nem para os privados, já que as equipes médicas já existem dentro desses hospitais.

Então é só para deixar mais claro ainda e deixar mais confortáveis ainda os colegas Senadores e Senadoras para que possam, junto com o Relator, votar e aprovar este projeto tão importante para a saúde dos cidadãos e cidadãs brasileiras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para a discussão.

Está encerrada a discussão.

Colocamos em votação o relatório apresentado pelo Líder Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável, ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 5.690, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA, e da Emenda nº 3-CMA, na forma da subemenda que apresenta.

Observações:

- *A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente;*

- *Votação nominal.*

Aqui é em votação nominal também, precisamos de quórum.

Concedo a palavra ao Relator da matéria – nós estamos com quórum aqui, dá para votar –, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu quero aqui cumprimentar o Presidente Confúcio Moura pela iniciativa do projeto. É um projeto extremamente relevante, que estabelece o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.

Portanto, eu quero aqui destacar a iniciativa do nosso eminente Presidente Senador Confúcio Moura.

Da análise.

Eu quero aqui dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos aproveitar...

Líder Otto, vamos precisar do voto de V. Exa. no aplicativo. Não vá, senão não vai dar quórum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É pelo Brasil!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Vamos direto ao voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Em face do exposto e diante da importância do projeto, o voto é pela aprovação da matéria, com a Subemenda nº 3, da CMA.

Portanto, o voto é pela aprovação do projeto de autoria do eminente Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas e as alterações propostas pelo Relator. (*Pausa.*)

Obrigado.

Vai iniciar a votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Os Senadores já podem votar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Concedi prioridade a V. Exa., mas saiba que vai ficar como crédito na reforma tributária, porque tenho algumas emendas para discutir com V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Muito bem, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É porque ele quer o relatório dele também. Está tudo tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Você viu a velocidade do relatório? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Estão comunicando aos Senadores? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Obrigado, Otto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado. O voto de V. Exa. é de qualidade, pela idade! (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agora o Otto vai voltar. Depois desse elogio, hein, Otto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Falta um voto.

Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Enquanto nós estamos no processo de votação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer agora.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... do item 9, vai haver pedido de vistas aqui, do Senador Sergio Moro. Então, eu já queria adiantar para V. Exa., para nós combinarmos aqui, dar como lido o relatório. Aí, ele já vai fazer o pedido de vista, para a gente poder ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A sugestão aqui é para V. Exa. ler o relatório. Eu acho que é melhor dar como lido porque já está publicado...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Já está publicado, fizemos audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – De repente, o Senador Sergio Fernando Moro se convence. Se V. Exa. ler adequadamente, de repente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Pausadamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É uma conquista. Calma! Veja que o Otto ficou para votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se o Senador ler cantadinho, quem sabe até...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Estou te falando que vai dar certo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas a verdade é o seguinte: eu apresentei umas emendas. A gente quer só mais uma semana só para conversar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto.

Já são 14?

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Mas já vale o outro.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 13 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CMA/CCJ, nº 2-CMA/CCJ e nº 3, nos termos da subemenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3453, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas n°s 1 a 6.

Observações:

- Foram apresentadas as seguintes emendas: Emendas nº 1 a 4, e 6, de autoria do Senador Sérgio Moro; Emenda nº 5, de autoria do Senador Eduardo Girão;

- Em 18/05/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

Autoria do Deputado Federal Rubens Pereira Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para proferir o seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, o voto está publicado.

Então, em razão do exposto, eu sou a favor da aprovação do PL 3.453, de 2021, e pela rejeição das emendas de 1 a 6.

Esse é o meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Feito o acordo com o Senador Sergio Fernando Moro, concedo vista coletiva de ofício, nos termos regimentais.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 4563, DE 2021

- Não terminativo -

Revoga o § 6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Autoria do Deputado Federal Carlos Bezerra.

O Senador Eduardo Girão solicitou ao Senador Mauro...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Com relação ao PL 4.563/2021, para maior conhecimento, eu peço vista e parece que o Senador Lucas também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente. Há uma solicitação também de pedido de vista do Senador Lucas Barreto. (*Pausa.*)

A Secretaria está informando que eu darei como lido o relatório apresentado, porque já está no sistema. Regimentalmente, vou conceder vista coletiva. Correto? (*Pausa.*)

Pronto.

Concedida vista coletiva. (*Pausa.*)

Ele está aí? (*Pausa.*)

Senador Sergio Moro, tem a votação do turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.496. V. Exa., está acompanhando?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, pronto. Vamos fazer aqui. (*Pausa.*)

Estava solicitando uma explicação regimental. Como se trata de turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.496, a gente precisa regimentalmente fazer toda a leitura do procedimento e adotar um artigo regimental para dar como deliberada a matéria.

É isso? (*Pausa.*)

Definitivamente adotado.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 1496, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 2-CSP, 4 e 5, e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Caso não sejam oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Não foram oferecidas emendas.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão a S. Exa. o Sr. Presidente do Senado Federal, Rodrigo Otavio Soares Pacheco, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Não, acho que... Tenho que declarar o voto novamente? Não?

Então, quero só agradecer, Presidente – mais uma vez, é um projeto importante – pela agilidade e pelo envolvimento de V. Exa., que propiciou a aprovação dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito bom, Senador.

Eu queria agradecer também a V. Exa. a compreensão, quando constrói um acordo sobre o projeto que nós deliberamos ainda há pouco com o Relator Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse é o espírito da Comissão, tanto no episódio relativo à PEC 03, que é relatada pelo Senador Flávio... Eu acho que as minhas observações foram ponderadas, porque, de fato, há, Senador Flávio, uma cobrança insistente não de V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Minha também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Também, mas de muitos Senadores em relação a esse problema relacionado a terreno de marinha. Isso é um problema dramático que vivem milhões de brasileiros. V. Exa. trouxe um número aqui de mais de 10 milhões de pessoas, ou seja, estamos falando de 5% da população brasileira que são afetados diretamente com essa conversa – de novo, volto a repetir – do negócio de uma maré em 1831; eu fui corrigido pelo Senador Esperidião Amin, mas aprendi já, do nosso... Como é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – *Stakeholder*.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – *Stakeholder*?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não é *stakeholder*, não. Ele é um...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, rapaz, é muita força. (*Risos.*)

Então, Senador...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Está no topo da cadeia alimentar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Amin é aquele cara que fica na montanha. O cara passa 35 dias passando na floresta, atravessa o lago por cima do jacaré, do hipopótamo, uma loucura, para chegar lá, para se aconselhar. Como é o nome do cara? Não é o ancião?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Está parecido com o Crocodilo Dundee. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu queria agradecer ao Senador Sergio Moro, porque esse instrumento regimental da vista, também da audiência pública no episódio da PEC, Senador Flávio, é um instrumento para que a gente possa concretamente debater a matéria, instruir a matéria, formar convencimento em cada um dos 27 membros da Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gente deliberar, o que são, ao fim e ao cabo, as nossas obrigações enquanto Comissão importante do Senado Federal.

Então, quando alguns Senadores utilizam desse instrumento para construir um entendimento, não para obstruir a matéria – e esta Presidência percebe que essa foi a ênfase do debate de hoje, até das matérias que foram determinadas para audiência pública e para pedido de vista –, nós estamos dando a oportunidade de os Senadores fazerem juízo em relação a um tema específico, polêmico, que tanto foi importante que o gesto do nosso Vice-Presidente Mourão, num assunto que era o primeiro item da pauta, quando houve, de fato, a construção do entendimento em relação a uma emenda apresentada, ele, como Relator, adequou o seu relatório para a gente atender a maioria e ampliar uma legislação importante para os brasileiros. Então, eu queria agradecer ao Senador pela oportunidade da construção, sabendo que, em mais uma semana, a matéria vai retornar e nós vamos deliberar.

Aquela proposta que foi feita aqui por vários Senadores da inclusão dos nomes para as audiências públicas da PEC 45 – é isso? –, da reforma tributária, já chegou à mesa. Como foi o entendimento, mesmo estando no adiantado da hora, mas foi uma construção, quando a Comissão estava com o número completo dos seus membros, eu vou colocar em votação e vou pedir o apoio de V. Exa. para a gente aprovar os entendimentos que foram construídos para o aprimoramento da proposição. (*Pausa.*)

Qual é? (*Pausa.*)

Ah, tá, mas são três requerimentos. Não é? (*Pausa.*)

Requeiro nos termos do art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, combinado com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do plano em trabalho apresentado pelo Relator da PEC 45, reforma tributária, Senador Eduardo Braga, que mede o impacto do agronegócio e do cooperativismo, marcada para o dia 5 de setembro de 2023, sejam incluídos os representantes das associações Aprosoja, Famato e Abiove, e também o Governador do Mato Grosso, Mauro Mendes.

O autor do requerimento é o Senador Mauro Carvalho Junior.

Está em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento.

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater, no âmbito desta Comissão, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, que dispõe sobre a reforma tributária. Proponho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a audiência a presença do Sr. João Carlos Galassi, Presidente da Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviço).

Sala das Comissões, Líder Efraim Filho.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Da mesma PEC?

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal...

Mas esse estava naquela relação? (*Pausa.*)

Mas estava naquela relação? (*Pausa.*)

Requer audiência pública com objetivo de instruir a PEC 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcello Baird, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde e representante da Reforma Tributária 3S; representante da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar); e representante do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste).

O autor deste requerimento é o Senador Rogério Carvalho.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tem um requerimento extrapauta que também já foi anunciado e para o qual eu queria o apoio de V. Exas. É do nosso querido Líder Eduardo Gomes, para instrução de um projeto de lei de que ele é o Relator. Então, se ele é o Relator da matéria e, como Relator, está pedindo uma audiência pública para instruir o seu relatório, a gente acolheu. E eu vou colocar em votação, porque é uma solicitação do Relator.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 196/2020, que altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos; a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos financeiros na área de saúde; e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Fazenda; representante do Ministério da Saúde; representante da Casa Civil da Presidência da República; a Sra. Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade, Doutora e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina; o Sr. Leonardo Militão Abrantes, Doutor em Filosofia do Estado, Mestre em Administração Pública, advogado e professor universitário; o Sr. Isaías Piagem, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Araguaia. Esses são os convidados.

Tem a justificativa.

Senador Líder Eduardo Gomes.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Foram aprovados hoje, na nossa reunião, oito projetos importantes, alguns inclusive com votação nominal, foram aprovados dez requerimentos de Srs. Senadores e Sras. Senadoras e aprovamos, como primeiro item da pauta, o plano de trabalho proposto pelo Relator Eduardo Braga em relação a uma matéria que tramita nesta Comissão, relevantíssima, conhecida como reforma tributária.

Muito obrigado a V. Exas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (37ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (40ª REUNIÃO), EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Professora Dorinha Seabra, reúnem-se a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 55/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Apresentar um balanço detalhado do Plano Nacional de Educação (PNE), em seu 9° ano, com dados desagregados por Estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero. **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação; e Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da USP e membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura e a 40ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que ocorrem de forma conjunta, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de junho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de – abro aspas – "apresentar um balanço detalhado do Plano Nacional de Educação, em seu 9º ano, com dados desagregados por estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero", relativa ao Requerimento 55, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra e do Senador Izalci Lucas.

Estão sentados à mesa como convidados e, com muita honra, sempre participando ativamente de todos os debates que se relacionam à educação no Brasil a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – seja muito bem-vinda, Andressa! – e o Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da USP e membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Seja muito bem-vindo também, Prof. Daniel, novamente! Já nos falamos ontem, no debate, na discussão sobre o Plano Nacional de Educação, e agora estaremos também conversando com a sociedade, com a Comissão, em relação ao atual plano, no seu 9º ano de execução.

Como todos sabem, é um plano 2014-2024, dez anos de existência.

No ano passado, tivemos uma sessão temática no Plenário do Senado Federal para fazermos essa avaliação do plano nacional, mas o importante também é fazermos aqui dentro da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pela Sra. Andressa ou pelo amigo expositor Daniel Cara.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, prorrogáveis por mais cinco. Então, haverá um sinal nos 15 minutos, só para saberem que há uma disponibilidade de mais cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares eventualmente inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra à Sra. Andressa Pellanda, eu quero já ler perguntas que vieram pelo programa e-Cidadania.

Rodolfo Carvalho, de São Paulo: "[...] quais foram os avanços na área da educação evidenciados no balanço detalhado do Plano Nacional de Educação (PNE)?".

Giovanni Bonissoni, de Santa Catarina: "Existe um plano para melhorar essa forma de ensino [atualmente]? Pois isso é fundamental para o futuro dos jovens". Sem dúvida alguma.

Vanderley dos Santos, da Bahia: "Quais ações o PNE [Plano Nacional de Educação] busca aperfeiçoar para atender de imediato as mudanças implementadas pela BNCC [Base Nacional Comum Curricular]? E sobre a alfabetização?". Ele completa a pergunta: "E sobre a alfabetização?".

Muito bem, então, em primeiro lugar, com muita satisfação e enaltecendo o trabalho nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sempre presente, atuando com posições claras, bem definidas, a favor da educação pública de qualidade em nosso país, passo a palavra à Coordenadora-Geral da Campanha, que é a Sra. Andressa Pellanda. Com a palavra.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor.) – Obrigada, Senador, a quem agradeço também pelo apoio nesta audiência pública, pelo apoio em todas as nossas lutas pelo direito à educação há tantos anos. Quantas conquistas já pudemos fazer juntos! E espero que essas sigam.

Queria agradecer também à Senadora Dorinha e ao Senador Izalci pelo apoio na audiência de hoje. Esta audiência é conjunta, porque a gente trata de forma mais ampla sobre direitos humanos também, não só sobre o direito à educação, que faz parte da garantia de todos os direitos humanos, mas a gente traz...

No ano passado foi a primeira vez que a gente fez o balanço do Plano Nacional de Educação com os dados agregados por raça, gênero, etnia, região, estados do Brasil, localidade, e a gente conseguiu ver uma série de desigualdades provadas nos dados. São coisas que já são ditas há muitos e muitos anos no Brasil, mas a gente vê muito claramente como isso se observa no retrato do Plano Nacional de Educação, no retrato dos dados educacionais, desde a educação infantil até o ensino superior, passando pelas políticas de forma geral.

E agora a gente lança, pela segunda vez, esse balanço detalhado – na verdade, é o 9º balanço da campanha. A gente fez um balanço por ano desde 2015, desde o começo do Plano Nacional de Educação, o que foi uma luta imensa. Isto precisa ser registrado na história do Brasil: o quanto foi um plano construído a muitas mãos por um trabalho imenso da sociedade civil, com uma liderança muito forte da campanha, com o Daniel, que era nosso Coordenador-Geral e segue nessa luta no nosso Comitê Diretivo. E é uma luta que não pode ser deixada para trás, apesar dos dados que vão ser apresentados aqui hoje. Esse é o resumo das metas do plano, da Meta 1 à Meta 20 da educação infantil, passando pelo fundamental, médio, pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de trabalhos profissionais, pelo ensino superior, até chegar ao financiamento. Tudo que está em vermelho é porque ou está não cumprido, ou está em retrocesso, ou está com lacuna de dados.

Essa questão do retrocesso e da lacuna de dados são dois pontos que a gente teve que acrescentar no último balanço, porque a gente tem visto um retrocesso imenso nos últimos anos e o Inep parou de divulgar uma série de dados publicamente, de disponibilizar *online*. A gente teve que fazer um pedido para que o fossem presencialmente no Inep. Esse pedido demora um mês para ser concedido e o agendamento foi só para o próximo mês. Então, alguns dos dados não estão ainda disponíveis aqui nesse balanço e a gente vai atualizar assim que tiver acesso a eles.

Em resumo, a gente tem 85% das metas não cumpridas, 65% em retrocesso – então, muito mais da metade; ano passado, a gente estava com um pouco menos da metade, já vinha apresentando esses dados de retrocesso, mas o impacto segue caindo –, 35% com lacuna de dados e 15% parcialmente cumpridas, que são a Meta 11 e a Meta 13.

Eu vou fazer uma fala diferente das que eu fiz nos anos anteriores, porque são 140 eslaides de dados. Eu não vou ficar falando 140 eslaides, nem dá tempo. Eu coloquei os dados todos na apresentação para ficarem disponibilizados e poderem ser utilizados das mais diversas formas, mas acaba ficando maçante eu ficar aqui falando desses números, e eles acabam não refletindo que são pessoas, são vidas, são estudantes que estão por trás desses números. Então, eu preparei aqui um textinho que vou ler – que também é diferente, normalmente eu não leio – para tentar simbolizar o que significam esses dados na vida real dos nossos estudantes. E aí eu vou passando os eslaides à medida, para vocês irem acompanhando os números que estão por trás desses rostos, dessas vidas desses estudantes.

Vamos lá. Lívia é um bebê de quatro meses, parda, da zona rural de Pernambuco. Ela tem duas vezes mais chance de não conseguir uma vaga em creche do que Maria – ali os dados dos estados –, que mora no Recife, na capital, porque ela está na zona rural. A mãe da Lívia, a Rosângela, tem 19 anos. Ela é preta, ela não concluiu o ensino médio, ela não estuda e ganha meio salário mínimo como ajudante geral em tempo parcial, em um bico que conseguiu. Ela tem metade da chance de conseguir voltar a trabalhar no mês que vem, na volta desse período pós-parto – que nem dá para chamar de puerpério, porque quatro meses não são o puerpério todo –, do que a Sofia, que tem a mesma idade que a Rosângela, ou seja, 19 anos, mas ela é branca, a sua família é de classe média e ela está na cidade de São Paulo, capital. Apesar de toda essa situação da Rosângela, a Rosângela tem mais chance de conseguir uma vaga na creche para a sua filha, para voltar a trabalhar, que Gil, que tem a mesma idade dela e é uma mulher indígena de Roraima.

Agora vamos lá para o ensino fundamental, Meta 2. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se me permite, só quero saudar também a Senadora Teresa Leitão, que é membro da Comissão de Educação e coordena também a Subcomissão do Novo Ensino Médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero dizer que está muito didático dessa forma. Eu acho que é bem interessante.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – Boa tarde, Senadora! Bem-vinda.

Digamos que, a muito custo Gil tenha conseguido matricular a sua filha de dois anos, que é também indígena, na educação infantil em Roraima. Daqui a quatro anos, ou seja, quando ela entrar nos anos iniciais do ensino fundamental, talvez Gil não tenha a mesma sorte ao tentar que sua filha de dois anos siga seus estudos no ensino fundamental, já que o estado tem o pior índice de acesso à etapa do Brasil, tendo retrocedido 5,3 pontos percentuais desde 2014. Ah, mas são só 6% da população no ensino médio anos iniciais de Roraima que não tem acesso à educação, que estão fora da escola. Mas, sem acesso, 6% sem acesso, significa milhares de estudantes e uma delas poderá ser a filha da Gil, indígena de Roraima. E a gente nem consegue saber direito essa projeção, porque a gente pouco tem dados desagregados sobre a população indígena na área da educação. Como mostra esse eslaide, a gente tem pretos, pardos e brancos nos dados desagregados, não tem os indígenas. Isso acontece não só no ensino fundamental, não só em Roraima, mas em todo o Brasil.

Na Meta 3, sobre o ensino médio, a gente vai falar de novo da Sofia, daquela de 19 anos, de São Paulo, branca, de família de classe média. Ela não precisou se preocupar sobre uma vaga na creche, para seguir seus estudos ou para trabalhar, porque ela teve acesso a políticas de educação sexual, ela teve acesso à saúde pública, ela está se formando no ensino médio e prestando o Enem.

Agora, o mesmo não acontece com a Luana, que a gente vê aí nesse gráfico, parda, de 16 anos, da periferia da cidade de São Paulo. Ela ainda está na escola, no ensino médio, mas ela divide o tempo do seu dia entre aulas de brigadeiro caseiro, falta de professores que estão adoecidos, entre cuidar do seu irmão mais novo, fazer docinhos para vender e ajudar na renda familiar. Ela não sabe se ela vai prestar Enem, diferente da Sofia. Ela não acha que vai passar na universidade pública. Ela não tem condições de criar mais uma despesa na família dela, pagando uma universidade de baixo custo e de baixa qualidade. Ela queria ser diplomata, estudar História, estudar Direito, mas as aulas dela vão só ajudar a vender os doces hoje, porque nem aula de sociologia ela tem mais, depois da reforma do ensino médio.

Agora eu queria falar do João Vítor. Ele é um menino paranaense, de 13 anos, pessoa com deficiência, mas, infelizmente, eu não tenho dados para falar do João Vítor, porque a Meta 4 do Plano Nacional de Educação tem gravíssimos problemas de falta de informação, já que não temos censo demográfico disponível desde 2010, que foi o ano que o João Vítor nasceu. É possível que ele esteja numa classe comum, compondo os 71% dos meninos de 4 a 17 anos do seu estado, Paraná, mas pode ser que ele não esteja na escola, e a gente não sabe disso. Vamos falar agora de educação de tempo integral.

Joana tem 14 anos, é do Tocantins. Ela estava numa escola municipal de educação integral quando estudou no ensino fundamental. Vejam só ali: o percentual de ensino em tempo integral na escola municipal é maior do que nas escolas estaduais. Acontece que ela não conseguiu vaga no ensino médio na educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em tempo integral porque o percentual de escolas estaduais que oferecem esse tipo de vaga é menor que as municipais do país. Ainda, o seu estado, o Tocantins, teve retrocesso de 17,5 pontos percentuais desde 2014 – 17,5 pontos percentuais! – na oferta de vagas em tempo integral. É uma das metas mais importantes para a garantia do direito à educação plena, um direito à educação para o desenvolvimento, um direito à educação que garanta outros direitos para que a criança esteja na escola, com alimentação, e é uma das metas mais instáveis, mais preocupantes. Ela não só não está cumprida, distante de ser cumprida, como ela está em retrocesso e a gente tem lacuna de dados. Então é uma das piores situações. E quando você vê o gráfico geral, você vê o quanto é instável e depende muito de políticas de governo. Ela não tem sido adotada como uma política de estado.

Agora a gente vai falar sobre a Meta 8, que trata de desigualdades sociais, ainda que a gente já tenha falado de muitas desigualdades até aqui, que é o objetivo desse balanço. A Meta 8 mostra as desigualdades das nossas juventudes. A escolaridade média da população de 18 a 29 anos mais pobre, que está nesse gráfico aqui, é 10,3 anos de estudo, contra 13,5 para a população mais rica. Pretos e pardos têm 11,3 anos de estudo em média, contra 12,4 para os brancos. Pessoas do campo cursam somente 10,3 anos de estudo em média, contra 11 em relação às pessoas da população urbana. Norte e Nordeste seguem atrás de Sudeste e Sul. E isso é um dado que está na Meta 8, mas se repete em quase todas as metas.

Mas não é só a nossa juventude que ainda tem negado seu direito à educação: 18% da população com mais de 65 anos, que é a última faixinha ali da penúltima linha, não sabe ler e escrever. Dezoito por cento da população com mais de 65 anos não sabe ler e escrever.

Aqui entra o seu Boris, que é preto, tem 63 anos, queria aprender a ler e escrever, mas as turmas de educação de jovens adultos em seu bairro, em uma cidade do sul da Bahia, fecharam há anos. E ele faz parte do um terço da população de 15 a 64 anos, ou seja, jovem, adulta e idosa, do Brasil, que é analfabeta funcional. Um terço da população brasileira adulta, que é analfabeta funcional. Ele teve uma camada imensa de direitos negados a vida toda.

Quando a gente vai olhar para a situação da Meta 10, de educação de jovens e adultos, a gente vai ver que o seu Boris nunca pensou em ter ensino superior, mas sabe que ter passado pela educação profissional poderia ter ajudado a dar um sustento para sua família, só que só 3,5%, hoje, de matrículas da educação de jovens e adultos são integradas à educação profissional.

Na Meta 11, a gente vai ver a situação não da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, mas o ensino médio integrado à educação profissional, o qual quase não existia na época do seu Boris, quando ele estava no ensino médio.

Então, a gente não vai falar dele, a gente vai falar do neto dele, que é o Bruno, que tem 13 anos, que queria cursar o ensino técnico, mas quando a gente vai olhar o dado sobre ensino técnico, a participação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rede pública na expansão das matrículas da educação profissional de nível técnico é uma instabilidade muito desafiadora, tendo tido uma queda ali, no último ano, de 2022 para 2023, agora, de 35%.

Ensino superior, que é a Meta 12, um sonho distante do Bruno. Menos da metade da população de 18 a 24 anos do país tem acesso ao ensino superior, ao ensino superior público ou privado. Para pretos, como Bruno, esse acesso cai para 1/3 e, para quem é da zona rural, como é o Bruno, o acesso cai para 12%.

Bruno não teve acesso à educação infantil, mas alguns dos alguns dos colegas do Bruno tiveram esse acesso à educação infantil. Acontece que, por falta de vaga... não, desculpem, acontece com as suas professoras da educação infantil não tinham formação adequada – é esse gráfico aí – como acontece com 58% das e dos professores da educação infantil no Nordeste e as outras regiões, como a gente vê aqui no gráfico, não estão muito melhores, as barrinhas laranja ali vocês veem que estão parecidas em termos de percentual.

E veja ali embaixo a rede privada... logo abaixo das barrinhas laranja tem duas verdes, não é? Uma é privada e outra é pública. Veja que a rede privada está em situação mais precarizada de formação dos profissionais de educação infantil do que a rede pública, contrariamente, para surpresa do senso comum.

Situação parecida acontece no ensino fundamental, que Bruno, na verdade, cursou e, pasmem, não é muito melhor o caso do ensino fundamental e do médio. No caso do ensino fundamental, o percentual de profissionais da educação infantil com formação adequada cai para 47%. E no ensino médio está acima, mas está em 63%. Ou seja, 47% não têm formação adequada... 37%, desculpem.

Na Meta 16, a gente vai ver sobre os cursos de formação continuada. Só 40% dos professores da educação básica no país realizam cursos de formação continuada. Ou seja, a grande maioria nem à educação continuada tem acesso.

O Indicador 17.2 da Meta 17, que fala sobre rendimento e valorização dos profissionais da educação, vai mostrar que na Bahia – aqui, esse gráfico –, na Bahia, os professores do Bruno ganham só 79% do rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade, considerando a média nacional.

E sobre progressão de carreira, planos de carreira, que é este indicador aqui da Meta 18, a gente vai ver que, quando a gente olha para a Bahia, o Estado da Bahia nem cumpre com todos os requisitos de plano de carreira e piso, ou seja, o Bruno não teve acesso à educação infantil; os colegas dele tiveram, mas tiveram professores que não tinham formação adequada. No ensino fundamental, no ensino médio, metade dos professores praticamente não tem formação adequada. E, quando a gente chega para olhar o rendimento, as condições de trabalho, a carreira, não é cumprido o piso, não é cumprido o plano de carreira e a gente não tem valorização dos profissionais da educação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – Tá, então a gente pode pensar assim: esses estudantes podem se expressar, falar da sua situação. Só que não. Os estudantes que eu citei até aqui não têm gestão democrática nas escolas, que é a Meta 19. No Indicador 19A, que fala sobre a seleção de diretores por processo seletivo qualificado, com participação da comunidade escolar, a gente vê que só 6% das escolas do país estão nessa situação. E o caso, quando a gente vai olhar por região, é pior no Norte e no Nordeste, de novo, e nas zonas rurais, em âmbito municipal. E lá os estudantes pouco têm voz para contar a situação de violação de direitos, porque eles passam e pouco podem pensar em soluções coletivas, porque muito menos da metade das escolas do país tem colegiados intraescolares, que é esse dado aí do 19B – conselhos de classe, associação de pais e mestres, grêmios estudantis. E o caso, de novo, é mais grave no Norte e no Nordeste, na zona rural, em nível municipal.

Quando a gente vai olhar ali as barrinhas rosa, a última, menorzinha, é sobre grêmios estudantis. Só 13% das escolas do país têm grêmios estudantis. Não é à toa que o convívio escolar está terrível e a gente tem tido uma série de casos de ataques e violências às escolas.

Chegamos na última meta, a Meta 20, a meta sobre financiamento, que mostra que a gente está com 5,1% do PIB dedicados à educação. Uma série de fatores está por trás de tantas violações: a pobreza, que tem assolado o país, impulsionada também pelas reformas de Estado, como a reforma trabalhista e a da previdência; o racismo e o sexismo, que são estruturais; os impactos de uma pandemia não gerida, cujo alastramento foi incentivado pelo Governo Federal; o Programa das Escolas Cívico-Militares, que gera ainda menos democracia, mais violência. E um motivo que é estrutural, central, diagnosticado, inaceitável e latente está na Meta 20, que é a falta de financiamento adequado.

Os 5,1% do PIB dedicados à educação dizem muito pouco perto do salário miserável docente, que, em mais da metade do país, sequer ganha o piso para atender centenas de alunos por ano em uma jornada extenuante e adoecedora. Perto do valor por aluno, é um dos piores, comparado aos países da OCDE; perto de um teto de gastos, é a única política tão devastadora, constitucionalizada por 20 anos no mundo, perto das empreitadas de colocar o Fundeb no arcabouço fiscal; perto da série de cortes e mais cortes na educação, para fins de uso escuso do dinheiro público. E mais inadmissível que toda essa situação desses dados, de toda essa situação de falta de financiamento da educação, é que a gente tem gente, organizações, membros eleitos pelo povo, que defendem que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 foi ousado. Eu pergunto pra vocês: qual é a ousadia de universalizar a educação básica? Qual é a ousadia de equiparar os anos de estudo da população negra com a população branca? Da população do campo com a população urbana? Das regiões do Norte e Nordeste daquelas do Sul e do Sudeste? Qual a ousadia de financiar um Custo Aluno Qualidade que garanta a mesma renda aos profissionais de educação que a média da população com a mesma formação? Qual a ousadia de garantir banheiro, água, quadra poliesportiva, internet, teto, janela nas escolas? Qual a ousadia de querer uma educação em que os estudantes possam se expressar, ter aulas densas, com ferramenta, laboratório, professores bem formados em número adequado? Qual a ousadia em querer que a alimentação escolar seja digna e não seja uma pequena merenda de uma bolacha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dados de descumprimento do plano, depois de tanta luta por ele ser aprovado, um texto inédito, um texto forte, que responda às demandas sociais, esses dados hoje são muito estarrecedores, chegando ao nono ano, faltando menos de um ano para a finalização do plano. Mas diante deles, a gente não pode, em hipótese alguma, no momento de construção de um novo plano, nos rebaixar como sociedade, nos rebaixar como Estado e dizer que cumprir com a Constituição Federal de 1988 e garantir o primeiro direito social listado na Constituição para a população é uma ousadia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – E a mensagem que a gente queria deixar neste dia de lançamento do balanço é que o Congresso tenha que refletir sobre isso, que seja responsável com os debates que vão acontecer nesse ano de construção do novo plano, garantindo que a gente não retroceda em uma legislação que foi uma grande conquista na história brasileira e que, sim, a gente tem que ser ousado. Agora, sim, a gente precisa ser ousado, porque a gente já perdeu muitos e muitos anos. Não são só dez anos para trás, são décadas para frente desses estudantes que não tiveram acesso à educação. A gente não pode retroceder, a gente tem que ser ousado, se a gente não quiser mais casos como o de Lívia, Rosângela, Gil, Luana, João Vitor, Joana, Boris, Bruno e milhões de outras pessoas sem direito à educação e à justiça social no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Muito boa a apresentação, muito didática também. A forma de abordar as metas e as relações entre as metas foi muito interessante. O material é extremamente rico, importante e ficará, obviamente, no portal da Comissão à disposição de qualquer pessoa que queira olhar, ver, se aprofundar, fazer trabalhos, comparações – por isso é importante estar no portal.

Mas eu solicito também à Andreia, que é a nossa Secretária da Comissão e toda a infraestrutura, que enviemos essa apresentação para o Consed, para que eles a enviem para os estados, como iniciativa da Comissão, porque às vezes o santo de casa não faz milagre. Vocês mandam e... Quer dizer, tem que ter outros santos também para a Undime; para as escolas; para o Foncede, que são os conselhos estaduais; para a Uncme, conselhos municipais; e para o Conselho Nacional de Educação, dizendo que foi à apresentação que aconteceu na Comissão de Educação e que se considera altamente relevante, oportuno e necessário que todo mundo tome conhecimento dessa análise que está tão clara, tão óbvia, com quadros tão evidentes.

Eu próprio vou imprimir isso para mim, porque é melhor do que ficar escutando, e me debruçar também sobre esses dados desagregados, que foram comentados, por etnia, por raça também, por gênero etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava pensando se, lá, aparecem comunidades quilombolas especificamente. Também não, porque de negros, de pardos e de comunidades quilombolas, não tem nada. Comunidades indígenas, também não.

E a gente sabe que, em termos de conectividade, os dados que tem lá da Região Norte, muitos deles são de 20 anos atrás e colhidos por entidades comunitárias também.

Eu acho que esse desafio tem que nos impulsionar e fazer com que sejamos ousados.

Eu li, hoje de manhã, uma frase de Frei Leonardo Boff, que foi frei, mas que continua sendo chamado de frei. Sempre frei. Uma vez frei, sempre frei e extraordinário. Ele disse: se você não almeja o impossível, nem o possível você vai realizar.

Então, temos que ser ousados.

Essa é uma frase dele que tem que nos inspirar.

Outra fase que eu gosto: ele não sabia que era impossível, foi lá e fez.

Então, temos que fazer também.

Parabéns, Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Passo a palavra ao Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da USP e membro do comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Quero saudar também a Senadora Jussara Lima, que está presente também, faz parte da Comissão de Educação.

Vocês sabem que há várias coisas acontecendo, que demandam a presença das pessoas em outros lugares, como a discussão do arcabouço fiscal, que é fruto de muito debate, muita discussão. No relatório do Senador Omar Aziz, na área da educação, o Fundeb foi retirado do teto que se pretende instalar. Então, isso é importante.

Mas só que há muito debate, muita discussão, e o pessoal está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já são quase 14h, está terminando a reunião. E não podemos deixar que as pessoas fiquem esperando.

Por isso, inclusive, a Professora Dorinha deve estar vindo para cá. O Izalci Lucas, também.

Daniel, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL CARA (Para expor.) – Bom, vamos lá.

Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Senador Flávio Arns. Boa tarde, Senadora Jussara Lima e Senadora Teresa Leitão.

É um prazer estar aqui no Senado Federal, debatendo um tema a que nos dedicamos. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação dedicou, na prática, na prática, desde 2007, praticamente todo o seu esforço de mobilização, de construção. E hoje, Senador Flávio Arns, o trabalho que a Andressa Pellanda apresentou é o único esforço que tem sido feito pela sociedade civil de acompanhamento, ano a ano, do cumprimento ou não do Plano Nacional de Educação. Aliás, é duro dizer, mas infelizmente se trata de um não cumprimento do Plano Nacional de Educação. E para nós que nos dedicamos, praticamente todos os dias, para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, Senadora Teresa Leitão, é importante tentar entender o que tem acontecido, até porque esse é o segundo Plano Nacional de Educação, que tem as suas metas e estratégias.

Infelizmente, nesse Plano Nacional de Educação nós não temos objetivos. E fica aqui também uma dica para o Senado Federal cumprir com aquilo que está posto na Constituição Federal, no art. 214, que nós reformamos em 2009 – participei dessa luta pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009 –, em que o plano tem que ter diretrizes, objetivos, metas e estratégias. A falta dos objetivos, inclusive, eu considero que é um dos elementos que enfraquecem o plano, mas essa lei do Plano Nacional de Educação foi uma lei muito debatida. E a gente tem que analisar o motivo pelo qual o plano passado, de 2001-2010, não foi cumprido, e o porquê de esse plano também não está sendo cumprido.

E eu vou trazer uma tese de que isso tem um relacionamento intrínseco ao Estado brasileiro. Infelizmente, o que eu quero trazer aqui, de maneira bastante assertiva, é que o Estado brasileiro não tem feito o esforço necessário para cumprir com o direito à educação. E a gente precisa romper com essa tradição, que é uma tradição que não é de 1988 para cá, mas infelizmente é uma tradição histórica. Se aqui o Anísio Teixeira estivesse vivo, ele falaria exatamente a mesma coisa. O Paulo Freire diria o mesmo. O Florestan Fernandes, que batiza aqui uma das salas do Senado Federal, também diria o mesmo. E praticamente... Darcy Ribeiro, que foi Senador da República, traria exatamente a mesma questão. E todos os outros intelectuais e ativistas que se dedicaram ao direito à educação colocariam exatamente o mesmo problema.

O primeiro ponto... Até quero parabenizar o Senado Federal, que foi muito feliz na escolha do tema da audiência de ontem, que era sobre ruptura ou continuidade do Plano Nacional de Educação. E eu vou defender aqui o argumento de que a gente precisa ter continuidade do Plano Nacional de Educação e ruptura com o descumprimento do plano, tentando apresentar os motivos que eu vejo que, fazendo, estudando a questão da economia da educação, estudando o descumprimento dos planos nacionais, são questões centrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar – eu trouxe ontem esse argumento, Senadora Teresa Leitão –, nós temos um modelo econômico que inviabiliza a realização dos direitos sociais. A gente está falando sobre educação. Outro dia, eu tive a oportunidade de participar de um jantar no Rio de Janeiro em que o Jorge Werthein, que é um grande especialista em relações internacionais e que trabalhava com educação e hoje trabalha com a questão do campo, dizia: "Olha, vocês estão falando de educação e a gente poderia dizer sobre as questões do campo, porque também não se realizam as demandas da área do campo, da questão rural, em termos das condições de vida das pessoas". Nós poderíamos estar aqui com um sanitarista, que falaria o mesmo para a questão da saúde. Na prática, a gente vive – e aí vou citar aqui o Papa Francisco – uma realidade em que ao longo do tempo nós construímos um modelo de país em que as pessoas estão a serviço da economia. Isso foi longamente debatido na época da pandemia. E a gente precisa, para o país de fato se desenvolver... Ontem eu e o Senador Flávio Arns fizemos uma brincadeira sobre a questão da potência do povo brasileiro, e aqui eu vou retomar o Câmara Cascudo, que eu acho que é um dos grandes pensadores do Brasil, um dos grandes pensadores da cultura brasileira. O Câmara Cascudo dizia que o melhor do Brasil é o brasileiro. Eu vou atualizar a frase dele: o melhor do Brasil são as brasileiras e os brasileiros. Nesse sentido, considerando que a grande riqueza que nós temos é o povo brasileiro, concretamente a gente precisa construir um novo modelo econômico em que a economia esteja a serviço das pessoas, que é exatamente o inverso do que a gente sempre viveu. No mundo, para ser bem franco, nós só tivemos um momento em que isso foi quase possível, que foi no auge do estado de bem-estar social, exatamente entre o fim da Segunda Guerra até a década de 70, início da década de 70, quando os países mais desenvolvidos do mundo estabeleceram as bases sobre as quais eles existem até hoje.

Eu estive recentemente em Portugal, e com todos os problemas que tem a educação portuguesa, a base do estado de bem-estar social português é o que garante o fato de que lá não tem dívida educacional. Então, os temas do Plano Nacional de Educação, como bem colocou a Andressa, no caso português não fazem sentido, e é um país que não está no ápice do desenvolvimento no contexto internacional.

A gente poderia falar aqui, por exemplo, do caso finlandês. Até a Finlândia tem uma lição interessante para nós. A Finlândia traz para a gente uma lição interessante, porque era um país numa condição muito negativa, em termos de desenvolvimento econômico, colocou a educação como prioridade, soube fazer algo que o Brasil nunca fez, que é articular a educação com ciência e tecnologia. O caso finlandês é exemplar, porque eles fizeram uma reforma educacional que veio acompanhada de uma reforma econômica, e que veio acompanhada de um projeto de desenvolvimento.

Então, o primeiro ponto, que eu quero trazer de maneira bastante clara aqui, é que se a gente continuar debatendo o Plano Nacional de Educação, desvinculado da agenda de ciência, tecnologia e inovação... Aliás, no primeiro plano, pós-redemocratização, 2001 a 2010, isso estava mais resolvido. Neste plano, isso foi abandonado. Mas se a gente continuar debatendo o Plano Nacional de Educação desvinculado da agenda de ciência, tecnologia e inovação, e mais do que tudo, desvinculado do projeto econômico, a gente não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como cumprir o plano, porque não existe instrumento material concreto para garantir o necessário para o Brasil investir em educação.

Fazendo só uma correção: o Comunicado 124 do Ipea... Muita gente fala que é uma loucura ter aprovado os 10% do PIB para educação. No Comunicado 124 do Ipea, que foi lançado em dezembro de 2011... A gente inclusive ia votar o relatório do Deputado Angelo Vanhoni, que é do Paraná também, naquele dia, e acabou que atrasou, acabou saindo a aprovação do relatório dele no dia 26 de junho de 2012, e aí veio aqui para o Senado Federal. O Comunicado 124 do Ipea diz o seguinte: é possível cumprir com os 10% do PIB para educação, mas o Brasil vai ter que fazer o equivalente a um esforço de guerra para cumprir com o Plano Nacional de Educação. O que a Andressa trouxe aqui de maneira muito contundente é que esse esforço de guerra vale a pena, e que ele tem que ser realizado. O que eu estou adicionando é que não dá para fazer só um esforço de guerra em educação. A gente, de fato, tem que pensar na questão de ciência, tecnologia e inovação.

Outro dia, eu estava analisando as mil empresas mais desenvolvidas do mundo em termos de inovação. O Brasil tem cinco. Quatro delas, Senadora Teresa Leitão, eram empresas vinculadas ao setor público. Então, na prática, uma empresa pública, mista, que é a Petrobras. As outras três eram empresas que eram empresas públicas. A quinta empresa é uma empresa que investe muito em inovação e que, de fato, está entre as mil mais desenvolvidas do mundo.

Agora, os países que têm o maior número de empresas entre as mil mais desenvolvidas são, concretamente, os países que investem em ciência e tecnologia. E o país que mais tem ganhado destaque é exatamente a China, que é o país que, hoje, tem o maior número de cientistas por 100 mil habitantes. A China está, a cada dia que passa, estourando fronteiras, rompendo linhas e, de fato, deve ser o país que vai protagonizar o desenvolvimento no século XXI.

Bom, mas não é só modelo econômico que é o problema brasileiro. O Plano Nacional de Educação tem uma outra questão que trava o cumprimento do plano: nós temos um federalismo que é completamente esquizofrênico em relação aos direitos sociais e àquilo que importa para a população brasileira.

O Brasil teve um federalismo proclamado. Nós nos tornamos um país federativo exatamente no mesmo dia em que nós nos tornamos uma República. Foi no dia 15 de novembro de 1889. E esse federalismo nasce de uma forma curiosa, porque ele é inspirado nos Estados Unidos, mas tenta fazer o inverso do que ocorreu nos Estados Unidos.

O Brasil era um Império. Então, ele constitui um federalismo para descentralizar poder. E o modelo em que ele se inspira é o modelo de um país que era confederado, que eram os Estados Unidos, e que constrói um federalismo para se tornar um país federativo, com maior poder para o Governo central. Então, as ordens forma inversas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente costuma dizer, em ciência polícia, que o federalismo dos Estados Unidos é centrípeto, ou seja, ele tende ao centro; e que o federalismo brasileiro nasceu centrífugo. E essa era a linha que nós analisávamos em ciência política.

Isso está errado, porque o Brasil, olhem a contradição nossa – a Senadora Teresa Leitão é de Pernambuco e vai entender bastante, porque é um dos estados mais prejudicados pelo pacto federativo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, enfim, são os estados que hoje mais, Bahia, Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Estado do Piauí.

O SR. DANIEL CARA – O Piauí também é bastante prejudicado.

Mas o fato concreto é que o Brasil constitui um federalismo que é centrífugo em relação às responsabilidades dos direitos sociais. Então, quem tem que, de fato, garantir os direitos sociais são estados e municípios, por isso a importância do trabalho trazido pela Andressa, que vai mostrar o descumprimento do plano em cada ente federado. Mas ele é centrípeto – e esta é a contradição fundamental do Brasil – em relação ao orçamento, porque o dinheiro, obrigatoriamente, passa pela União para, depois, ser retransmitido. E, na hora em que ele é retransmitido, ele não é retransmitido na medida do que é justo. E esse ponto precisa ser discutido.

Fico feliz que o Fundeb saiu do arcabouço fiscal, uma conquista desta Casa, de cada um de vocês que lutaram para que o Fundeb ficasse fora do arcabouço fiscal.

Mas tem uma outra conquista que tem que ser desta Casa, que é a Casa do federalismo brasileiro, que tem que ser uma reforma tributária e fiscal radical no sentido freiriano. O Paulo Freire dizia que o correto é ser radical, que ser radical é ir à raiz do problema; o que não pode é ser sectário.

Tem que se fazer uma reforma tributária e fiscal radical que, de fato, distribua recursos dentro da República Federativa do Brasil. Isso vai passar pela decisão que vai ser tomada no Supremo Tribunal Federal, nos próximos dias, em relação aos recursos do petróleo para a saúde e para a educação, a redistribuição dos recursos do petróleo, mas tem que ser rediscutida, por exemplo, a existência de um ICMS que beneficia o meu estado, a minha universidade, inclusive, o que é completamente injusto com o restante do país. E o que importa não é o cidadão de São Paulo, é o cidadão da República Federativa do Brasil, que é única cidadania que existe. Não existe a cidadania paulista, a gaúcha, a pernambucana, a pernambucana até tem, não é, Senadora? Pernambuco é tão forte que tem uma cidadania própria, mas pela riqueza cultural. Mas, brincadeira à parte, o fato é que não existe uma cidadania por estado, existe uma cidadania na República Federativa do Brasil.

Então, o primeiro problema é de modelo econômico, o segundo é de modelo federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro problema é de gestão do plano, e aí, Senador Flávio Arns, tem um aspecto que, para mim, é assustadoramente vergonhoso. O Brasil ainda não teve a capacidade de superar a ideia dos governos em detrimento do Estado brasileiro. O Plano Nacional de Educação todo mundo fala que é um plano de Estado. Vocês já ouviram esse discurso constantemente. O problema é que não existe, não existe política de Estado no Brasil, não existe. O Brasil é um país que tem um modelo que eu não estou criticando, porque ele é que faz a nossa democracia sobreviver, mas o Brasil é o único país do mundo em que existe um modelo de constitucionalização permanente. Nós temos 128 emendas à Constituição, em 35 anos de Constituição Federal, o que dá uma média de 3,6 emendas à Constituição por ano. E a qualidade de governo, V. Exas. que são Senadores da República, sabem que a qualidade de um governo é se ele tem poder de alterar a Constituição. E qual que é a lógica da alteração da Constituição? É tentar tornar uma política de governo uma política de Estado.

Eu contar um episódio para vocês. Eu cheguei na Assembleia Geral das Nações Unidas, numa reunião com Gordon Brown, que era Presidente da Comissão de Educação da ONU, e fui lá para fazer uma crítica à Emenda à Constituição 95, de 2016, que, na época, era a PEC 241, na Câmara dos Deputados, tramitava lá, em setembro de 2016. E eu apresentei ao Gordon Brown um texto, em inglês – eu procurei fazer uma tradução bastante rigorosa –, eu apresentei o que era a emenda à Constituição, depois convertida em Emenda à Constituição, promulgada 95, de 2016. Ele leu o texto e falou:

> Mas isso é a política econômica mais cruel da história, porque o Presidente Michel Temer [palavras dele, não são minhas, isso até está retratado no jornal *O Globo]*, o Presidente Michel Temer está tomando uma decisão de política econômica que por 20 anos todos os presidentes vão ser obrigados a seguir.

E vejam o que está sendo posto, o que está sendo posto nessa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só vou interromper...

O SR. DANIEL CARA – É claro, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... por meio minuto, porque a Professora Dorinha Seabra, Senadora, vai presidir daqui para frente a reunião, a audiência pública. Só quero dizer que está maravilhosa, dados muito interessantes.

E já foi justificada a sua ausência por estar na outra reunião, mas eu fico aqui na frente.

O SR. DANIEL CARA – Senadora Dorinha, já aproveito para parabenizá-la e também a todos os Senadores pela luta pela retirada do Fundeb do arcabouço fiscal. Acabou de sair o relatório. Quero parabenizá-la por essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou colocando aqui o problema, a dificuldade que o Brasil tem de ter política de Estado, porque sempre está marcado na lógica da política de governo.

Então, nesse episódio do Gordon Brown, o que está refletido ali? É um ex-Chefe de Estado – aliás, Chefe de Governo –, no caso, do Governo britânico, Primeiro-Ministro do Reino Unido, que observa que, no caso brasileiro, um Presidente da República estava determinando a regra que iria prejudicar, gravemente, a educação, como prejudica, ainda prejudica a Emenda à Constituição 95, de 2016, e que toma uma decisão em que, por 20 anos, aquela visão de gestão daquele Governo torna-se permanente.

Nada no Brasil... Tem aquela música da Cássia Eller, escrita pelo Renato Russo, que diz que a gente sempre tem que ter a ideia de que as coisas... a gente pensa que as coisas são eternas, mas, uma hora, o que é para sempre, sempre acaba.

E a Emenda à Constituição 95, de 2016, vai acabar, mas constrangeu o orçamento da educação, da saúde, da assistência social, da ciência, tecnologia e inovação, por muitos e muitos anos, e continua constrangendo. Mesmo o arcabouço fiscal, sendo bem franco com vocês, a realização dele já, também, impede a plenitude da realização do direito à educação, do direito à saúde, do direito à assistência social.

Qual é o ponto que eu quero argumentar para vocês aqui? É que isso é tão grave... O caso do Plano Nacional de Educação é uma prova dessa falta de visão de Estado e dessa visão restrita a Governo que o Brasil tem. O Plano Nacional de Educação – a Senadora Dorinha, na época, Deputada Federal, foi uma das mais ativas na construção do plano – a gente construiu um Plano Nacional de Educação que é todo encadeado. Ele era ali um caminho que era tranquilo de ser realizado, no sentido da ordem, do fio lógico. Então, para cumprir com a Meta 1, para cumprir com a Meta 2, com a Meta 3, que é direito à educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, era preciso investir aquilo que a Emenda à Constituição 59, de 2009, determinou, era preciso investir o dinheiro da desvinculação das receitas da União na expansão da educação infantil do ensino fundamental e do ensino médio.

No ensino fundamental, como a Andressa mostrou, ainda, nós não alcançamos a universalização, em que pese a sociedade brasileira acreditar que nós já tenhamos alcançado. Esse dinheiro nunca veio para a educação. Como esse dinheiro não veio, uma outra alternativa é que, em dois anos do plano, era para ter o Sistema Nacional de Educação, para rever a distribuição do recurso, e era para aprovar, em quatro anos, o Custo Aluno-Qualidade. Isso também não aconteceu.

E o que acontece com o plano? Ao invés de se seguir o plano *pari passu* aquilo que está programado, a iniciativa dos governos – e são todos os governos – não adianta falar que é um, que é outro, são todos os governos. A iniciativa do Governo, em vez de tratar o plano como um fio lógico, como qualquer plano tem que ser tratado, o que aconteceu é que se tratou o plano como um cardápio, e aí se escolheu a Base Nacional Comum Curricular, escolheu-se a reforma do ensino médio, implementou-se essas políticas e deixou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o resto de lado. Por quê? Porque não interessava aos governos em questão, no caso, particularmente, ao Governo Temer.

Então, percebam que a lógica do Governo sempre está à frente da lógica do Estado. Enquanto essa for a referência, eu sinto dizer, no Senado da República Federativa do Brasil, que a gente não vai conseguir, de fato, garantir o direito à educação.

Então, o primeiro ponto é o modelo econômico. O segundo ponto é o federalismo brasileiro, e aí tem que se votar a lei do Sistema Nacional de Educação. A lei que foi aprovada no Senado, preciso dizer, precisa ser aperfeiçoada na Câmara para dar conta dos problemas federativos, o que é natural. Uma Casa é propositora, a outra Casa é revisora; então, a Casa revisora, a Câmara, pode aprovar um relatório mais avançado, porque, aqui no Senado, vai ter boa acolhida, eu tenho certeza disso.

O terceiro problema é que não existe lógica de projeto de Estado. O Brasil vive, reiteradamente, uma lógica de projetos de governo que perpassa a própria Constituição da República.

E o quarto e último ponto, e este é o que eu considero mais dramático, é que o Brasil ainda não estabeleceu uma cultura pedagógica. O debate educacional é um debate que, muitas vezes, é feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ... por pessoas que desconhecem a realidade das escolas. Normalmente se fala "chão da escola"; eu prefiro falar "universo escolar", porque quem conhece a escola sabe que cada escola é um universo, e esse conjunto de universos constitui, de fato, o que é a experiência substantiva de realização do direito à educação. Mas o ponto que me surpreende – e aí, tendo a oportunidade, eu já trabalhei, neste momento, em 33 países, tive a oportunidade de visitar trabalhando a questão da educação –, o que mais me surpreende é que é muito raro você ver um gestor escolar, um secretário ou um ministro da educação que desconhece a realidade da escola. E aqui no Brasil é muito raro, neste momento, você ter ministros, secretários e, por incrível que pareça, em alguns lugares, até diretores escolares, porque está se criando um cargo acima da direção escolar que controla o trabalho do diretor, que, de fato, entendam de educação, entendam de pedagogia. Quem nunca estudou ou realizou um processo ensino-aprendizagem tem muita dificuldade de dizer sobre o que é, efetivamente, o direito à educação de maneira substantiva.

É claro que todo mundo tem o direito de dar opinião, é princípio constitucional, no art. 206, a gestão democrática, mas ficar descontextualizado do que é a realidade educacional e do que é a realidade pedagógica é um problema concreto, e não é à toa que, muitas vezes, a pauta da educação avança quando tem Parlamentares que são vinculados de fato à área da educação, porque eles entendem daquilo que se realiza. Então, é importante dizer que a área de educação exige especialidade.

Então, nesse quarto ponto a gente precisa trabalhar na perspectiva de entregar a educação às educadoras e aos educadores, o que é algo que o Brasil também nunca cumpriu e que é o mais simples de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser feito, porque não exige modelo econômico, não exige um federalismo diferente, não exige uma lógica de Estado, e não uma lógica de governo, exige uma tomada de decisão que ocorre na área da saúde.

Na área da saúde, todos vocês aqui repetiram reiteradamente que as políticas de saúde pública devem ser feitas por pessoas especializadas em saúde pública e orientadas pela ciência. O problema concreto é que as políticas de educação não são feitas por educadoras e educadores e trabalham muito pouco na perspectiva das ciências da educação.

Aconteceu, infelizmente, o caso de Cambé. Eu sou o Relator no âmbito do Ministério da Educação, na estratégia do Ministério da Educação, de que eu sou crítico em relação à reforma do ensino médio, mas colaboro nesse ponto que é em relação à violência nas escolas, que vai trabalhar na estratégia do Ministério da Educação em relação ao combate aos ataques às escolas. E, concretamente, o que se observa é que existem muitos especialistas que falam sobre a questão da educação, mas não entendem como se dão as relações dentro de uma escola. Por exemplo, não adianta colocar câmera... Não sei se vocês já observaram. Só para dar um caso aqui para comprovar meu argumento. Não adianta colocar câmera em escola, porque todos os ataques, em geral, são filmados. Vocês já repararam isso? Porque a pessoa que vai praticar o ataque busca, inclusive, o lugar onde tenha câmera, porque ela quer que o seu ato de violência covarde, inaceitável, seja filmado para, entre aspas, como eles colocam nas comunidades de ódio, "ser eternizado pelo ato de violência vil que foi praticado dentro de uma escola".

Então, para esse ponto eu quero chamar atenção: a gente precisa, de fato, mudar essa cultura no Brasil, que é uma cultura de desconsideração com a educação.

Bom, para finalizar de vez, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados vão começar a discutir o novo Plano Nacional de Educação – acho que a Andressa já deu a linha mais importante aqui. Não é reduzindo as demandas educacionais brasileiras que a gente vai alterar a realidade. Não é tirando a meta, por exemplo – essa é uma posição que alguns especialistas têm trazido –, de educação de jovens e adultos, porque covardemente dizem que as pessoas vão morrer, que você vai resolver o analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos ou o analfabetismo funcional daqueles que não cursaram completamente a educação básica. Não é tirando as metas de educação infantil que você vai universalizar creche.

Existe uma função no Plano Nacional de Educação que é indiscutível. O Plano Nacional de Educação, para quem está na luta pelo direito à educação, ainda é um farol para que a gente diga que aquilo precisa ser cumprido e, se a lógica for a da redução legal... Observem o que estou dizendo aqui: os governos reduzem tudo no Brasil ou ampliam tudo em termos constitucionais, estão sempre alterando a Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ...mas eles nunca tiveram coragem de mexer no art. 6º, que determina os direitos sociais. Não é tirando o direto à educação dos direitos sociais do art. 6º que a gente vai realizar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito à educação. E, se essa moda de redução legal pegar no Brasil, vocês sabem qual vai ser o resultado? A gente vai ser um país ainda menos desenvolvido, ainda menos justo, ainda menos igualitário.

Então, o que eu quero deixar de mensagem é para que o Senado Federal tenha compromisso com o direito à educação e tenha a coragem de assumir que o Brasil não cumpriu, até hoje, com aquilo que é dever da República Federativa do Brasil, e que esse caminho precisa ser um caminho de anunciar, inclusive no corpo legal, para que a gente tenha condições de fazer a denúncia quando o direito à educação não estiver sendo cumprido.

Então, eu sou um defensor do Plano Nacional de Educação, acho que ele pode ser muito aperfeiçoado em vários aspectos, mas de maneira alguma a gente deve tirar ou reduzir a demanda legal, porque a realidade concreta das pessoas exige que seja chamada a atenção para o fato de que, por exemplo, as pessoas com deficiência não têm seu direito à educação garantido, que as pessoas negras não têm direito à educação garantido, que a universidade ainda é um privilégio no Brasil. E eu posso dizer isso por experiência própria, como professor universitário: eu vejo que as minhas salas são cada vez mais democráticas graças à luta dos jovens aos cursinhos populares, mas muito é pouco é feito pelo Estado brasileiro para garantir que aqueles jovens fiquem de fato na universidade, aprendam e transformem o Brasil.

Então, como eu acredito no povo brasileiro, eu preciso acreditar que esta Casa e a Câmara dos Deputados vão aprovar um Plano Nacional de Educação condizente com o povo brasileiro e com as necessidades educacionais brasileiras.

Muito obrigado.

É sempre um prazer falar no Senado Federal da República. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Boa tarde!

Quero, primeiro, lamentar não ter estado aqui desde o início, mas nós tínhamos uma agenda que acabou sendo atropelada pela reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, pela discussão do arcabouço, que finalizou hoje.

Agradeço ao Senador Izalci e, em especial, ao nosso Presidente Flávio Arns, por ter conseguido iniciar e realizar a audiência.

Quero agradecer a apresentação da Andressa, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, companheira de muitas lutas. O Senador Flávio Arns elogiou muito o material disponível, então, com certeza, vai nos ajudar muito no debate e no processo de construção de avaliação do PNE e na construção do novo Plano Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também a fala e a exposição do Daniel Cara. Muito obrigada também pela sua fala. Estivemos nas nossas lutas pela educação, sempre vigilantes.

Eu consultei o Senador Flávio Arns, ele disse que já falou bastante, mas se quiser fazer alguma pergunta.

Eu vou passar para as Senadoras que estão aqui.

Senadora Teresa Leitão, gostaria de falar?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Boa tarde, uma fala muito rápida e muito simples, desejando que o itinerário de Bruno seja mais inclusivo. Bruno, Senadora Dorinha, foi a figura que Andressa usou, uma criança, para expor as metas, comparando com outras crianças, com outras condições de vida, de escola, de família, condições socioeconômicas, enfim, tudo que a gente precisa contextualizar no alcance de metas.

Eu tenho uma certa rejeição, Prof. Daniel, a essa palavra "metas". Eu acho que ela quantifica muito e às vezes não contextualiza tudo o que a gente precisa percorrer para alcançá-las. Mas nem tanto ao mar nem tanto à terra, como foi feito com o nosso plano, em que se ignorou muita coisa, inclusive os subsídios e aquilo que é necessário para que uma determinada meta seja alcançada. Para mim, metas são sempre um movimento coletivo, isso o plano precisa resguardar.

Dentre esses quatro aspectos que foram levantados, eu acho que dialogam bastante com a exposição de Andressa, também é natural, ambos são da campanha, é uma reflexão já coletiva, eu creio, dialoga bastante com isso. Eu acho que o plano precisa ter em mente, ou o novo plano, precisa ter em mente os limites e eu diria até, em algumas questões, os fracassos, não só gargalos, mas os fracassos. Para nós, tecnicamente, podem ser gargalos, mas para a vida dos brunos, e tem vários por aí afora, são fracassos impingidos, fracassos que poderiam não ter ocorrido, e a gente debate esse plano agora com alguns elementos que eu espero que também valorizem esses quatro aspectos que foram citados: o modelo econômico, o federalismo, o projeto de estado e a cultura pedagógica. Acho bem pertinentes esses aspectos e acho que o plano se inclui, primeiro, em um momento de transição – a PEC da transição é inédita por isso, porque foi uma PEC apresentada por um Governo eleito sem estar empossado, daí vem a importância das Casas Legislativas. Nós não estávamos aqui. Nem eu, nem a Senadora Dorinha, nem a Senadora Jussara. Mas o Senador Flávio estava, não é? Então minhas homenagens ao...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mas eu estava lá.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava lá. Sim, estava lá, Dorinha, exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minhas homenagens a esse processo de compreensão e de disponibilidade que as Casas Legislativas, o Congresso Nacional, deram à sociedade.

E agora o tal do arcabouço fiscal. Então não dá para a gente debater nada sem debater financiamento. Vamos ter um desafio maior depois do arcabouço, que é a reforma tributária. E como queremos a educação na reforma tributária? Nós tivemos uma vitória evidente, uma vitória muito costurada. Eu não apresentei emenda e me senti contemplada na emenda da Senadora, assinamos a Emenda nº2. Mas a preocupação: a cada conquista, a gente vê também o vínculo que ela tem com a próxima.

Então essa leitura que vocês fazem, muito bem feita, da necessidade de a gente ter um modelo econômico que não coloque o troquinho, o troquinho do recurso para a educação. O dado do PIB é preocupante – é preocupante –, como é preocupante a menção que você fez aos *royalties* do pré-sal, e eu diria que é um momento que precisa de muita convergência. Não sei se teremos o suficiente, mas é um momento em que precisa, porque não dá para a gente ter um terceiro plano que não seja implementado, ou que seja fatiado, ou que se pince aquilo que interessa. Tudo tem relação.

Nós aqui estamos debatendo o Plano Nacional como foco desta Comissão – já concluindo, Sr. Presidente –, mas estamos também debatendo o novo ensino médio, o piso nacional profissional do magistério, o Sistema Nacional de Educação e queremos que tudo isso encontre, dentro do plano, um eixo estruturador. É bem verdade que ele tem que ter, mas esse diálogo interno que possa, ao final e ao cabo, dizer: não, educação é direito. E não só dizer, mas praticar.

Educação é direito de todas, de todos, um direito público, um direito social, um direito subjetivo, porque é de cada um e de cada uma. E que as Casas Legislativas vão sempre poder contribuir com isso.

Eu tenho aprendido muito nesses primeiros meses nesta Comissão, que é uma Comissão que se abre muito para o debate. Eu acho que isso nos desafia cada vez mais, ouvindo a sociedade, a apresentar projetos que possam conjugar com isso. A gente precisa consolidar um regime fiscal sustentável com a necessária proteção. E aí é proteção mesmo, proteção constitucional e proteção a direitos de todas e de todos.

Parabéns à campanha pela belíssima exposição!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Senadora Jussara. (*Palmas.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para interpelar.) – Boa tarde!

Cumprimento a Senadora Dorinha, o Senador Flávio Arns, a Dra. Andressa, a quem peço desculpa por não estar aqui no momento em que ela estava fazendo a sua fala. Cumprimento a Senadora Teresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitão, que é essa Senadora que está sempre em defesa de tudo que for para beneficiar a população brasileira. E cumprimento o Prof. Daniel Cara.

Estou chegando agora ao Senado, mas entendo que a educação... O país, para ser desenvolvido, tem que, primeiro, passar pela educação. Esta Comissão deveria ser a mais importante desta Casa, porque é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mais especialmente de educação. Se o país não prioriza a sua educação, como é que nós vamos enfrentar tudo isso em um futuro bem próximo?

Nós já estamos vendo muitas coisas acontecendo, como o senhor relatou aí, esses ataques às escolas. É tanta coisa triste acontecendo! Eu quero dizer para o Dr. Daniel: o senhor tem toda a razão, precisamos, cada vez mais, evoluir no sentido da educação e priorizar essa pauta tão importante para o nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Jussara.

Quer falar, Senador? (*Pausa.*)

Bom, eu vou ler. Tenho três contribuições aqui de internautas que fizeram as suas observações para que tanto o Daniel quanto a Andressa possam comentar.

Mas eu gostaria de falar sobre um sentimento, hoje, com a educação. Estamos falando da luta na questão do arcabouço fiscal. Para nós ele é simbólico. Nós tentamos que o texto não viesse destroçado da Câmara. Houve um diálogo, nós fizemos reuniões, o Senador Flávio Arns esteve junto, a Senadora Teresa, a Jussara, o Senador Izalci, vários Senadores, mas a não permeabilidade da própria Câmara... O quanto a gente tentou construir a ideia de que nem no exagero, no formato do teto de gastos, o Fundeb tinha entrado. E por que, por uma iniciativa, por uma construção burocrática que tem intenção – não é esta a intenção –, o Fundeb, a complementação do Fundeb, foi para dentro do arcabouço fiscal? Ela não é sem intenção, porque a intenção verdadeira tenta caminhar para acabar com os limites, com os percentuais de investimento na educação e na saúde. Não percam esse norte. Eu tive uma discussão, na Câmara, e a resposta que me foi dada foi o seguinte: "Nós estamos colocando agora porque vocês estão dizendo que estão protegidos pela questão de ter na Constituição, de já ter o desenho, os recursos, mas nós vamos discutir agora a reforma tributária. Então, esse conforto que vocês têm, vocês não vão ter", ou seja, a luta é permanente para o entendimento em relação aos percentuais, ao investimento, à lógica do financiamento em educação.

No final de semana, eu estava assistindo a uma... Passei por um canal e tinha um debate sobre a questão da educação. E os grandes entendedores estavam dizendo que a educação brasileira não tem problema, que a gente já gasta e investe muito, que é um investimento significativo comparado aos países dentro da média da OCDE. É uma lógica que se repete o tempo inteiro e vem sempre com os resultados do Pisa. É como se fosse um asfalto: bastaria jogar ali a massa e a mistura, e o asfalto teria que acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou colocando essa questão da resistência? Porque a sociedade não pode abaixar a guarda. A questão da resistência e o entendimento, e a sociedade entender a educação como prioridade... A gente precisa ter isso muito claro. Por que eu estou colocando isso? Essa questão de reduzir metas, como se a desculpa de não cumprir o Plano Nacional de Educação fosse porque nós colocamos metas demais, isso não é verdade, porque o problema não é ter 15, 20, 30 metas, mas é qual foi a prioridade e quando o plano saiu da gaveta.

Eu ouvi de um ex-ministro que o Plano Nacional de Educação era uma peça de ficção científica que estava na gaveta, que foi um plano construído para ficar na gaveta. E eu acho que, enquanto a gente não avançar, meu Presidente, para que tenha consequência o Plano Nacional, ou seja, o município faz o seu plano municipal; o estado, o seu plano estadual; a União, o Plano Nacional de Educação, num processo de construção, mas, depois, não tem um alinhamento com a proposta orçamentária, não tem uma consequência para quem prometeu e não fez, não se esforçou para fazer... Esse é um dos maiores desafios.

Eu, há alguns dias, estava discutindo no TCU e colocando essa necessidade de a gente caminhar... Está todo mundo aqui... De novo, reascendeu a questão da Lei de Responsabilidade Educacional, que é uma previsão. Já houve Comissão na Câmara, de que eu participei. Dois Relatores diferentes não conseguiram finalizar para a votação. E nós temos que ter a consequência, a responsabilidade do que nós estamos colocando dentro do Plano Nacional.

Todas as minhas tentativas, em todos os anos dentro da CMO, eram de apresentar emendas, dizendo: "Olha, esse dinheiro aqui que está sobrando no relatório de receita – porque o teto de gastos não permitia incluir em outras áreas – vamos colocar no Fundeb? Vamos direcioná-lo para tal ação, criar tal ação no orçamento do Ministério da Educação para dar consequência ao Plano Nacional?". Em governos de diferentes cores, foram vetadas. Quando a gente conseguiu aprovar na CMO, chegou no Palácio e foi vetado.

Então, essa vigilância precisa acontecer. A gente precisa trabalhar. Daniel, Andressa, Senadora Teresa, Senador nosso Presidente, nós precisamos trabalhar mecanismos desse alinhamento da consequência de com o que a gente está se comprometendo. Não cair na ilusão de que "Ah, não, agora, a gente vai fazer um plano mais enxuto, com menos metas e aí nós vamos dar conta de cumpri-lo". Nós não cumprimos não foi porque tinha 20 metas. Não é essa a questão. É a responsabilidade, a consequência, a ausência completa de um Ministério da Educação com clareza de ações, de programas, de cumprimento do plano. Se ele não se sente comprometido com o plano, não tem plano de três metas que vai funcionar. Eu posso pôr três metas: se não tem consequência e não tem comprometimento com aquelas metas que foram construídas...

Eu não vou nem detalhar... O Daniel falou sobre o Sistema Nacional, sobre a questão da cultura pedagógica. Eu colocaria essa questão da consequência. E, só para reportar, nós fizemos, juntos, o Senador Flávio Arns, o Deputado Moses Rodrigues, a tentativa – e nós estamos com essa expectativa – de construção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um alinhamento pela educação de projetos que ou estão lá, ou comecem aqui, ou estejam já aqui, para que a gente pudesse fazer essa construção como nós fizemos no Fundeb.

O relatório que nós votamos e que se transformou na Emenda n° 108 não foi da Professora Dorinha ou do Senador Flávio Arns, nós trabalhamos juntos, para evitar o vai e vem nas duas Casas. Não é o meu texto, não é o texto do Senador Flávio Arns, não é o texto da campanha, mas foi um texto possível, construído, e, se não fosse assim, a gente não teria conseguido votar num momento tão difícil. Por muitos momentos até, o Daniel achava que a gente não fosse conseguir, pelo contexto, em plena pandemia, com muito trabalho remando contrariamente.

Então, o Sistema Nacional foi uma das pautas, a questão da conectividade, a questão do magistério, alguns temas importantes, a questão do ensino médio, para que, de maneira colaborativa, as duas Casas possam construir textos já maduros com a contribuição e o formato das duas Comissões, para tentar avançar em temas estratégicos. Não adianta pensar que o Sistema Nacional fica lá na Câmara, não avança. A gente precisa construir o texto que avance do ponto de vista legal e formal, mas que tenha a concretude de ser aprovado. Então, eu acho que essa é a ideia.

E, ao mesmo tempo, eu volto a insistir: eu acho que tem que ter a implicação e a consequência do Plano Nacional. Não basta simplesmente a gente chegar à constatação, depois de dez anos, e dizer: "Não cumprimos!". Não cumprimos, tem que ter responsabilização, tem que ter consequência e trabalhar para o futuro, a questão do comprometimento.

Então, eu acho que as primeiras questões já foram lidas, não é? Eu vou só ler as três contribuições que vieram e passo já para a Andressa e para o Daniel Cara.

A Cyntia Araújo, do Rio de Janeiro, faz uma pergunta: "Quais são as metas do Plano Nacional de Educação para os anos de 2023-2024?".

Diva Rocha, do Espírito Santo: "O que ainda precisa ser feito para alcançar as metas estabelecidas?".

E a Sheila Denize, do Paraná: "[...] a segurança alimentar poderia constar [...] [entre as metas do PNE]?".

Então, passo à Andressa agora para as considerações finais, já agradecendo a iniciativa de quando me procuraram para fazer esta audiência pública.

Muito obrigada por esta oportunidade do debate.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor.) – Nós é que agradecemos, Senadora.

Foi importantíssimo o apoio de vocês, como sempre, não é? Faz muitos anos, mais de dez, que a gente está aqui, trabalhando no Congresso com essas legislações. Eu nunca esqueço quando a gente conseguiu aprovar os 10% do PIB na Câmara. E, aí, quando o Senador Flávio falou sobre não saber que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impossível, foi lá e fez, eu lembrei desse dia automaticamente. Quem diria? A gente aprovou 10% do PIB para o PNE. Quem diria? A gente aprovou mais do que o dobro de complementação da União ao Fundeb. Então, isso são mais do que provas. Várias vezes, a gente, conversando com movimentos sociais, com profissionais da educação, estudantes, que, nesses últimos tempos, têm tido dificuldades de ter esperanças diante da situação que a gente está, e, várias vezes, eles nos perguntam: "Mas o que a gente pode fazer? De onde que sai a energia para lutar?". Eu falei: "Não sabia que era impossível, foi lá e fez". A gente já fez muita coisa, e é possível. Eu acho que é isso que tem que estar em mente.

Sobre o que o Giovanni trouxe lá nas perguntas anteriores: "Qual é o plano para melhorar o ensino?". E é interessante, eu entendi que ele quis dizer a educação, mas foi interessante que ele colocou ensino, porque eu estou no Fórum Nacional de Educação, na cadeira da campanha titular, e a gente está participando do grupo de trabalho do Ministério da Educação sobre o PNE – inclusive, agora, está tendo atividade lá, nesta semana inteira, e hoje eu tive que vir para cá e deixar um pouco as atividades lá, mas mais tarde a gente está lá de volta –, e uma das teclas que eu tenho batido muito na discussão dos grupos de trabalho, que foram divididos lá no MEC e na Sase, para a metodologia de diagnóstico desse plano, é que, na educação básica, não se fala em direito à educação infantil, direito ao ensino médio, ou ensino médio de forma geral: tem só aprendizagem no ensino médio, aprendizagem na educação infantil, aprendizagem no ensino fundamental. E aí eu falei: "Gente, mas e o ensino? E o acesso? E a permanência?". Tudo isso é necessário para que a aprendizagem aconteça, mas a aprendizagem é uma das dimensões do direito à educação.

E a gente tem visto isso acontecer em textos legislativos às vezes, a gente tem visto isso acontecer em política pública, um foco de distorção para a agenda de aprendizagem que coloca o professor, o profissional da educação, de lado. Para a gente melhorar a educação, o ensino, a gente precisa focar nos nossos profissionais de educação. Essa é uma das prioridades-base. Então, é claro, o objetivo final é a aprendizagem do estudante, o desenvolvimento dele, o exercício para a cidadania, mas a gente precisa que o pilar do ensino esteja fortalecido, que é o CAQ (Custo Aluno-Qualidade). O principal fator de ponderação é o salário profissional, o valor por aluno, o financiamento, vai para o RH. Qualquer gestor sabe que o recurso humano é uma das coisas em que mais vai o financiamento.

Então, eu acho que a gente tem que falar, sim, de fato, de aprendizagem, mas a gente precisa focar no ensino também, e essa é uma das questões em que a gente está trabalhando lá para pautar no Ministério da Educação.

Acho que, sobre a BNCC, o Daniel já comentou, e a Cyntia falou das metas 2023 e 2024. Na verdade, parte das metas tinham validade até os primeiros anos do plano, 2015, 2016, 2017; e, para todas as outras, o prazo é 2024. Então, não sei se foi essa exatamente a pergunta, era isso.

E o que precisa ser feito para cumprir com o plano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – A gente tem 90% das metas que não devem ser cumpridas no tempo. Então, a gente não deve cumprir, até o final do ano que vem, as metas nesse ritmo. Seria um esforço de dez vezes de guerra para cumprir em um ano o que não foi cumprido em dez. Então, com isso a gente não pode se iludir. Mas eu acho que nunca é passada a hora de a gente fazer algo pela educação. Não é porque a gente está no final do plano que a gente não tem que começar a dar a volta por cima. Então é a hora.

Sobre segurança alimentar, se eu não me engano, ela está prevista na legislação do PNE, e a gente teve uma vitória grande de aumento do *per capita* da alimentação escolar, mas ainda é muito insuficiente. A gente lutou bastante durante a pandemia por isso, inclusive a gente ajudou a construir um observatório, o Observatório da Alimentação Escolar, que tem feito notas técnicas com a Fineduca para pautar o aumento do *per capita* do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Por fim, eu queria ressaltar o que a Senadora Dorinha trouxe sobre a não permeabilidade da Câmara. A gente, da sociedade civil, tem visto muito fortemente isso, com muita preocupação. A gente tem essa preocupação também sobre como o Fundeb foi colocado, inclusive nessa agenda de acabar com o piso, e que isso não se encerra provavelmente nessa empreitada do arcabouço. E é interessante, porque várias audiências da Semana de Ação Mundial, várias atividades, nesses 20 anos de Semana de Ação Mundial – porque ela começou em 2003 e, agora, a gente está em 2023, ou seja, essa é a 20ª edição – foram na Câmara, e, várias vezes, no PNE, a gente falava: "Ah, o Senado retrocedeu, mas, na Câmara, a gente recupera". E, agora, a gente vê uma inversão disso e a gente, com certeza, não vai baixar a guarda. A Dorinha falou que a sociedade não pode e não baixaremos a guarda. E a gente pede muito que o Senado também não; e temos certeza de que, se depender dos Senadores que estão aqui hoje, não vão, porque a gente tem sempre essa esperança de que, no Senado, esses retrocessos na educação vão ser revertidos.

E, em 2015, a nossa Semana de Ação Mundial, que foi o primeiro ano do PNE, tinha como *slogan*: "Vamos tirar as metas do papel". Isso porque havia várias metas que tinham validade em 2015, no primeiro ano. E, aí, a gente vê, hoje, de novo, as pessoas falando que era só uma carta de intenções, um cardápio ou que não era factível, e a gente está aqui, de novo, reafirmando que a gente precisa tirar essas metas do papel. E eu acho que esse é um dos principais legados de aprendizado desse PNE – já era do outro, mas eu acho que é, agora, muito mais fortemente, desse PNE.

A gente precisa pensar um novo PNE que seja, de fato, ousado, como eu coloquei, que olhe para a garantia do direito e que garanta que essas metas saiam do papel. Como o Daniel falou, não vai depender só da educação, vai depender da economia, do sistema federativo, dos governos em nível federal, mas também em nível subnacional, no nosso federalismo.

Eu queria deixar um reconhecimento, um agradecimento ao nosso cientista de dados, que é o Fernando Rufino, que faz há anos esse trabalho insano e que vai estar aqui, no começo de julho, no Inep,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitando pessoalmente para conseguir mais os dados que faltaram, que só dá para conseguir pessoalmente, pelo trabalho que ele tem feito e que tem sido muito importante. E, agora, a gente vai conseguir também levar para os estados, que, muitas vezes, a gente não consegue fazer o balanço dos planos estaduais, municipais. Tem estado como o Rio de Janeiro que nem plano estadual tem. E a gente precisa, também, fazer esse debate sobre o cumprimento e a própria elaboração dos planos estaduais e municipais, porque, com um ano só para elaboração, foi muito pouco, e eles não conseguiram fazer uma elaboração aprofundada, como era necessário para a gente garantir que as metas desçam ao nível dos estados e dos municípios.

Então, quero agradecer, finalmente, de novo, por tudo e por este espaço aqui. Contem conosco da Campanha Nacional pelo Direito à Educação como a gente conta com vocês – e a gente conta muito com vocês! Então, podem contar muito conosco.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Continue contando. Nós somos teimosos aqui.

Passo a palavra para o Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da USP e membro do comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA (Para expor.) – Eu vou responder às perguntas que foram feitas aqui pelos internautas, mas antes eu quero até fazer um relato aqui sobre a questão do arcabouço fiscal, concordando com a Senadora Dorinha. A gente até trocou mensagens ali na Câmara dos Deputados, quando estava se dando a tramitação, a Senadora Dorinha estava lá presente, e, pela primeira vez, as bancadas dos partidos, inclusive, de esquerda – e eu sou filiado a um deles – não cumpriram também com o acordo que a gente tinha estabelecido de fazer o destaque de bancada que era o destaque que era necessário ser feito para tirar a complementação do Fundeb no arcabouço fiscal. E eu me surpreendi. E aí tem um aspecto que a gente precisa chamar à atenção, Senadora Dorinha: que o problema da Câmara dos Deputados é mais profundo. Os Deputados da área da educação, inclusive, não tiveram coragem de fazer o enfrentamento necessário à condução na Câmara dos Deputados. E esse é um recado que a gente tem que registrar. Por responsabilidade e compromisso com a área da educação, não tem como a gente chamar à atenção para o fato de que até mesmo, em termos de performance, faltou ali para os Deputados da área da educação e dos partidos também que se colocavam contrários ao arcabouço fiscal.

Eu não faço isso para fazer uma crítica dura no sentido de fazer um questionamento que se coloque como um enfrentamento, não é nesse sentido; é no sentido de que a gente vai ter o Plano Nacional de Educação para tramitar. Muito provavelmente, pelo menos é o que foi colocado no Roda Viva, e a gente está nas negociações com o Ministério da Educação, a reforma do ensino médio não vai ser possível não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitar nas duas Casas Legislativas para corrigir o problema da carga horária. Para além disso, nós temos o tema de votar finalmente o Sistema Nacional de Educação na Câmara dos Deputados, nós temos a revisão da regulamentação do Fundeb por conta do Vaar. Então, nós temos temas que são centrais e que vão passar pela Câmara dos Deputados e não dá para ter, na Câmara dos Deputados, um procedimento que seja alheio ao interesse do direito à educação. Nós temos ótimos Deputados que precisam ser recobrados de coragem para fazer o enfrentamento que é necessário. Na Câmara dos Deputados, a gente já viveu o prejuízo da saída de Parlamentares que são centrais e agora, por sorte, a senhora sai da Câmara e vem para o Senado. E a gente vai ter que restabelecer uma relação de confiança lá na Câmara e de coragem dos Parlamentares, e aí eu falo como cidadão brasileiro, para que façam a luta boa e a luta necessária. Por sorte, no Senado Federal, a gente continua tendo a linha do que já estava posto, porque, muitas vezes, o que a gente não resolvia na Câmara vinha para o Senado e conseguia avançar.

Eu me lembro do Projeto de Lei nº 5.595, que tratava do absurdo de transformar a educação como serviço essencial, o que significava, concretamente, que, durante um incêndio, a escola teria que estar aberta, o que é uma loucura. As pessoas não tinham entendido o que era. Aprovaram na Câmara, a Deputada Dorinha veio até o Senado para lutar contra esse PL e teve no Senador Flávio Arns um grande apoio.

Então, uma Casa tomar uma decisão ruim faz parte do jogo democrático. Agora, não dá para a gente não ter, entre os 513 Deputados, Deputados que, de fato, façam uma boa disputa, uma boa briga, para que a gente consiga avançar com o direito à educação. Falo aqui com franqueza, fiz a crítica internamente ao partido a que eu sou filiado, aos partidos que são parceiros, aos Parlamentares, inclusive os do que se chama...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL CARA – ... centrão na Câmara, do erro que eles cometeram. Todo mundo anuiu. Eu espero que, agora, vá voltar o texto do arcabouço fiscal e que a gente não tenha retrocesso na complementação da União ao Fundeb. E, falar a verdade, ela tem que ser uma prática contínua dentro do jogo político brasileiro, com franqueza, com tranquilidade, acreditando que tudo pode ser aperfeiçoado. E parabenizo o Senado Federal, no dia de hoje, por ter avançado nesse tema do arcabouço fiscal.

Vamos lá! Bem rapidamente aqui.

Rodolfo Carvalho: "Quais são os avanços na área de educação evidenciados no balanço detalhado do Plano Nacional de Educação?"

Infelizmente, Rodolfo, são poucos os avanços, e a gente vai ter que mudar essa trajetória. O Brasil precisa priorizar o direito à educação.

Giovanni Bonissoni: "Há um plano para melhorar a forma de ensino atualmente?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o próprio Plano Nacional de Educação, e a gente concorda que isso é fundamental para o futuro dos jovens.

Vanderley dos Santos, da Bahia: "Quais ações o Plano Nacional de Educação busca aperfeiçoar para atender, de imediato, as mudanças implementadas pela BNCC?"

O próprio plano estabelece o princípio da Base Nacional Comum Curricular e, na Meta 7, tem uma série de ações. Agora, o que é importante frisar é aquilo que a Andressa disse: nenhuma política curricular vai se implementar por geração espontânea; precisa de estrutura, precisa de salário de professor, professores formados. O Senador Flávio Arns é professor da Universidade Federal do Paraná e conhece bem essa realidade.

E, sobre a alfabetização, nós temos a Meta 5 do Plano Nacional de Educação. Se for alfabetização de crianças, o Governo Federal lançou agora um projeto.

Cyntia Araújo, do Rio de Janeiro: "Quais metas do Plano Nacional de Educação para os anos de 2023/2024?"

São todas, Cyntia! Todas têm que ser cumpridas. Especialmente no ano de 2024, elas já têm que, entrando o ano, ser cumpridas. A gente sabe que isso não vai acontecer, infelizmente, como a Andressa apresentou. E, para o próximo plano, sem reduzir a agenda, a gente tem que garantir que essa realidade seja diferente.

Diva Rocha: "O que ainda precisa ser feito para se alcançar as metas estabelecidas?"

São aqueles quatro elementos que eu trouxe: modelo econômico, revisão federativa, tratar o PNE como política de estado e não de governo e estabelecer uma cultura pedagógica. Nós temos todos professores aqui. A Andressa é educadora popular; o Senador Flávio Arns e a Senadora Dorinha, professores; eu também, professor como profissão primordial.

E, por último, a Sheila Denize, do Paraná: "A segurança alimentar poderia constar entre as metas do PNE?"

Segurança alimentar está na Meta 1, Meta 2, Meta 3, Meta 4, Meta 6, Meta 8, como princípios norteadores, mas centralmente na Meta 7. Sabe por quê? Porque a Meta 7 é de qualidade da educação. Tem um erro ali na meta, na minha opinião, que trata exclusivamente, como qualidade na educação, o Ideb. O Ideb é um indicador importantíssimo, mas não exclui ou não contempla tudo que é qualidade da educação. Agora, tem um elemento na Meta 7 – e a Dorinha brigou muito sobre isso, na época ainda como deputada – de que um aluno que passa fome não aprende. Então, o PNE traz isso de maneira muito clara entre as estratégias da Meta 7, que é preciso garantir a segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aumentou o valor, Dorinha, Senador Flávio Arns, aumentou o valor da merenda, mas ainda está muito abaixo do que a gente prevê no Custo Aluno Qualidade. Ainda tem... Eu visitei recentemente Campina Grande, semana passada, e fiquei sabendo que ainda tem escola, ali na região de Campina Grande, que está ofertando ainda a bolacha, o suco. O suco – e a gente brinca até – os alunos falam que é o "suco de que cor", porque não tem sabor o suco. Então, é suco de amarelo, suco de vermelho, suco de laranja. Laranja, no caso, até poderia ser da fruta, mas é da cor. Então, essa questão, a gente tem que resolver. E, aí, é preciso ter uma parceria maior entre estados e municípios com o Governo Federal. Por isso é necessário ter o bom Sistema Nacional de Educação.

Então, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês.

Agradeço, para finalizar, a luta, mais uma vez, mais uma luta dessa dupla Flávio Arns e Dorinha. A Senadora Jussara e a Senadora Teresa acompanharam também. Mas eu sei que vocês lideraram, particularmente, essa retirada do Fundeb do arcabouço fiscal.

Assim como foi na Emenda 95: a Dorinha foi a única Deputada que votou contra. Havia votado favoravelmente ao *impeachment*, mas votou contra a Emenda 95, de 2016.

Foram os dois Relatores do Fundeb, e foi uma grande conquista da Emenda 108.

E a gente só espera que vocês continuem compondo essa ótima dupla para o bem da educação brasileira.

Muito obrigado.

É um prazer estar aqui com vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Daniel.

Bom, eu sou de Goiás, mas, para dupla sertaneja, não dá certo. (*Risos.*)

Mas, para educação, a gente consegue caminhar bem.

Senador Flávio Arns, por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Rapidamente, eu gostaria de lembrar que vários dos assuntos estão sendo debatidos aqui na Comissão de Educação. E uma das preocupações da Comissão, que é composta, sim, por Senadores e Senadoras que se dedicam muito, num clima bastante favorável... São 54 Senadores que fazem parte da Comissão de Educação e Cultura. Para o esporte, agora, foi constituída uma nova Comissão. Então, 54: 27 titulares e 27 suplentes. Sempre o quórum tem acontecido. Os projetos têm sido aprovados, debatidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, segurança escolar. Hoje, foi aprovado o projeto sobre segurança escolar, fruto de três audiências públicas, com a participação de educadores, Polícia Federal, Polícia Civil.

Infelizmente, aconteceu ontem no Paraná o episódio que todos acompanharam, com a morte de dois estudantes também.

Mas as causas, em princípio, estão contidas no projeto aprovado, sob uma ótica educacional. Além de responsabilidade educacional, já está tramitando, só que têm que ser feitos os ajustes, melhorar o que foi apresentado.

Então, as audiências públicas estão acontecendo. No final, a gente espera que isso colabore para que lei seja aprovada, o debate aconteça, vá para a Câmara dos Deputados e possa ser também discutida.

O Sistema Nacional de Educação também está lá, mas a gente vem fazendo. Até a Professora Dorinha e eu participamos de uma reunião junto com o Moses, que é o Presidente de lá, para ver esse trabalho articulado, para ver o que eles mudam lá, para já vir já pensado, refletido, para cá também.

O Plano Nacional de Educação, o Executivo só vai mandar a proposta no segundo semestre para o Congresso. Mas nós não podemos ficar esperando. Nós já temos que ter uma ideia clara do que fazer, de como fazer. Hoje acho que já é a sexta, sétima audiência pública sobre este tema: Plano Nacional de Educação. Mas eu queria lembrar, inclusive, o relatório da educação na pandemia, que foi fruto – vocês participaram bastante também –, com tudo que você levantou, Andressa, no sentido de participar, ter acesso à escola, transporte, busca ativa de alunos, permanecer na escola, a merenda, saúde mental, uma educação em tempo integral, conectividade. Essas coisas estão aí e nós temos que criar, como a gente propôs no ano passado, um sistema de monitoramento também.

Agora, no fundo, eu sempre fico pensando que a gente tem que ter uma metodologia para tornar todos esses assuntos populares, acessíveis. O pessoal fica pensando no Fundeb. A gente entende o que é o Fundeb, mas tem muito Prefeito, muito secretário de educação, até me arriscaria a dizer... Hoje de manhã tivemos um debate e até chegamos à conclusão de que a gente tem que orientar em relação às matrículas, por exemplo. O que é manutenção? O que é desenvolvimento? O que é educação básica? O que é valorização? São conceitos complicados. Sistema Nacional de Educação, que raios que é isso? Um sistema nacional, sistema estadual, sistema municipal de educação... Responsabilidade – se você não fizer isso, olha, vai complicar tua vida, porque é uma lei de responsabilidade educacional. Então, popularizar esses temas eu acho que é um dos desafios para que o Prefeito entenda. Não quero generalizar isso, mas são assuntos técnicos, que a gente precisa colocar à disposição também das pessoas.

Mas eu quero dizer que o que você falou, tirar do papel as metas e passar para a realidade... Há 32 anos, para ser bem preciso, eu usava a expressão em relação à pessoa com deficiência – 32 anos atrás – a: cumpra-se a lei. Tem a lei? Cumpra-se a lei. E 32 anos depois eu continuo dizendo: cumpra-se a lei, porque a lei não está sendo cumprida. Então, a gente tem que batalhar, ser perseverante, não desistir e achar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismos e os caminhos para que o Brasil seja melhor através dessa articulação toda. E a Comissão de Educação e Cultura está de portas abertas para todo o debate que puder ser útil para a gente chegar a bons resultados.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) **–** Eu agradeço ao Senador Izalci, à Senadora Teresa Leitão, à Senadora Jussara, ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão, Daniel Cara, Andressa e a todos que nos acompanham. Que nós permaneçamos vigilantes e recompondo. Eu acho que é o caminho, talvez, de fazer um trabalho articulado, porque também a correlação na Câmara não é fácil. Na época do Plano Nacional, o próprio MEC, o próprio Governo tentou muito que muitas das metas que nós conseguimos inserir não fossem inseridas. É uma relação e correlação de forças em termos de Governo. Então, a gente já sabe o desenho lá em relação à Liderança e nós precisamos avançar. Neste caso específico do arcabouço, houve um diálogo do Senador Omar Aziz com o Presidente Arthur Lira, com o Cajado e, enfim, um compromisso de respeitar o texto aprovado aqui. Mas ainda os desafios são imensos. Então, agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e hum minuto do dia sete de julho de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 43/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, para a avaliação da política pública de qualificação da educação básica. **Participantes:** Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Sr. Marco Antonio Ratzsch de Andreazzi, Gerente Nacional da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Sra. Alvana Maria Bof, Pesquisadora Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Sr. Herton Ellery Araujo, Servidor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Sr. Cássio Mendes David de Souza, Diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública da Controladoria-Geral da União (CGU); Sr. Bertrand de Matos Moura, Diretor da 2ª Diretoria da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação) do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. José Francisco Soares, Professor de Estatística da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Sr. Ruben Klein, Especialista em avaliação educacional e Consultor da Fundação Cesgranrio; e Sr. Gabriel Leite Mendes, Professor e Sociólogo. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/07

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de julho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação para a avaliação da política pública de qualificação da educação básica, em atenção ao Requerimento 43, de 2023, da Comissão de Educação, que é de minha autoria.

Participam da audiência de forma remota a Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Bem-vinda, D. Betina. O Sr. Marco Antonio de Andreazzi, Gerente Nacional da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Bem-vindo, Dr. Marco.

Participam também Alvana Maria Bof, Pesquisadora Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); o Sr. Herton Araújo, Servidor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sr. Cássio Mendes David de Souza, Diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública da Controladoria-Geral da União (CGU); o Sr. Bertrand de Matos Moura, Diretor da 2ª Diretoria da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (TCU). Bem-vindo, doutor.

O Sr. José Francisco Soares, Professor de Estatística da Universidade Federal de Minas Gerais. Bem-vindo, Professor. E o Sr. Ruben Klein, Especialista em Avaliação Educacional e Consultor da Fundação Cesgranrio, e o Sr. Gabriel Leite Mendes, Sociólogo, Consultor Educacional, Membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais e Coordenador Pedagógico da Associação Guardiões da Infância e da Juventude.

Informo que também foi convidado para participar desta reunião o Sr. Reynaldo Fernandes, Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, que não pôde comparecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa eu explicar para os internautas, para as pessoas que estão nos acompanhando, depois de dar sim mais uma vez boas-vindas e registrar agradecimento aos nossos expositores por terem aceitado o convite.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal determina que as Comissões permanentes do Senado podem escolher uma política pública para fazer avaliação ao longo do ano. A Comissão de Educação, provocada por um requerimento também de minha autoria, decidiu que nós iríamos avaliar este ano a meta 7 do Plano Nacional de Educação e é por isso que todos os senhores estão aqui.

E para aqueles que ainda não leram a meta 7 e que estão nos acompanhando, ela fala sobre fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades – sonho de todos os brasileiros – com melhorias do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

A meta tem 36 estratégias. Nós vamos fazer uma avaliação dividindo as estratégias por pertinência temática. Nós vamos realizar debates e reuniões, trazendo a pertinência de cada temática nos nossos debates. E esta audiência tratará da análise de indicadores, índices e estatísticas relacionados aos componentes do Ideb e de modelos de avaliação da qualidade da educação.

Nessa reunião, nós vamos discutir as Estratégias 7.2; 7.4; 7.6; 7.8; 7.10; 11; 21 e 32, do Plano Nacional de Educação.

Nossa expectativa é a gente realizar quatro audiências, quatro grandes audiências, até outubro. Mas, entre uma audiência e outra, reuniões de trabalho. Nós temos um grupo de trabalho já formado, com especialistas, com técnicos. Os gabinetes dos Senadores estão cedendo assessores para acompanhar o trabalho. A nossa Comissão está com um time formado. E aqui eu quero parabenizar os nossos Consultores do Senado Federal. O meu gabinete está aqui com um time acompanhando também, fazendo esse trabalho. Nós queremos fazer um trabalho com muita participação e com uma grande entrega.

Educação é sonho de todos nós – educação de qualidade. E os nossos debatedores hoje são os melhores do Brasil. Gente, está um time de peso aqui! Está um time forte! Eles sabem que a gente não vai ficar só nessa exposição. Os internautas vão começar a mandar perguntas. Há muitas instituições de ensino nos acompanhando agora também, nesta manhã. Então hoje é o início de uma grande conversa, de um grande trabalho, para que a gente possa entregar a avaliação da Meta 7. É isso.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. Todas as apresentações vão ficar disponíveis na Comissão, para que o público possa acessar, compartilhar e ler. Depois do final da exposição, se houver necessidade, nós aí também abriremos a palavra, por mais cinco minutos, para considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vou avisar os nossos internautas, quem está participando, que alguns dos debatedores vão fazer a sua apresentação e não vão poder ficar até o final da reunião. Mas vão estar aí com os seus *e-mails*, para a gente direcionar questionamentos posteriores a eles.

Agora, neste momento, a gente convida a nossa primeira expositora, a Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas do IBGE.

Seja muito bem-vinda, professora!

A palavra é sua.

A SRA. BETINA FRESNEDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Eu queria agradecer o convite.

Eu sou Betina Fresneda. Eu sou analista do IBGE. Trabalho na Coordenação de População e Indicadores Sociais, na Gerência de Indicadores Sociais, principalmente com o tema educação.

Eu vou compartilhar a minha apresentação aqui.

Um momento. (*Pausa.*)

Está compartilhada? (*Pausa.*)

Eu queria também acrescentar que a equipe que é responsável pela Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) vai ser representada por mim também. Então, espero ter um pouco mais de tempo para conseguir falar sobre todos esses temas.

Bom, vou fazer um breve histórico desta publicação, que é a *Síntese de Indicadores Sociais*. É uma publicação que já tem uma série histórica de mais de 20 edições. Ela trata das condições de vida da população brasileira, com diversos recortes, com indicadores tanto para o Brasil quanto para grandes regiões, unidades da Federação, municípios da capital, área urbana e rural, enfim, é uma publicação bastante ampla.

Recentemente, quando a Pnad antiga anual foi substituída pela Pnad Contínua, ela incorporou essa mudança e incorporou também outras fontes de dados nas suas análises, fontes de dados oficiais; no caso da educação, as estatísticas produzidas pelo Inep.

Então o objetivo da publicação Síntese de Indicadores Sociais é analisar as condições de vida da população brasileira abordando diversos temas, como saúde, mercado de trabalho, condições de moradia, pobreza, desigualdade social e educação, sempre usando um olhar para a análise, o eixo das desigualdades entre os diferentes grupos sociais, seja cor, raça, idade, homens e mulheres, níveis de renda diferentes. Com essa abordagem, a gente procura fornecer subsídios ao Estado brasileiro para a elaboração de políticas públicas com base em dados, também subsidiar o monitoramento das agendas nacionais e internacionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no caso da educação o PNE e a agenda da ONU de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a educação, que seria o ODS 4. Aqui na apresentação tem o *link* da publicação. Além da parte escrita, a publicação traz as planilhas em Excel, com todos os dados e indicadores educacionais que são produzidos, que estão disponíveis na página do IBGE.

Especificamente, o capítulo de educação faz uma análise da realidade educacional brasileira, abordando temas em especial de acesso e permanência no sistema de ensino e do nível educacional alcançado pela população brasileira. O capítulo de educação também incorpora estudos feitos pelo IBGE e por outros órgãos, eventualmente aborda temas como a mobilidade educacional, gestão educacional, que é uma pesquisa muito interessante também do IBGE, que se chama Munic, uma pesquisa de gestão municipal, já abordou questões de estudo da juventude, o impacto da pandemia na educação básica, enfim, diversos temas relacionados à educação, mas a principal fonte de dados é o módulo anual de educação da Pnad Contínua.

Para quem não sabe, a principal pesquisa domiciliar do IBGE, além do censo demográfico, é a Pnad Contínua, é uma amostra. Esse módulo ampliado de educação vai a campo todo segundo trimestre do ano, ele traz uma investigação mais ampla do que o núcleo básico de educação, então ele aborda temas como frequência escolar de crianças com menos de cinco anos de idade, o que normalmente não é investigado, educação profissional, motivos de não frequência à escola, educação à distância, enfim, uma série de outros temas.

Para resumir um pouco o que eu falei, os principais temas que a Síntese de Indicadores Sociais analisa e produz são indicadores educacionais, relacionados agora com as metas do PNE.

Por exemplo, o acesso à escola, o acesso à educação básica obrigatória é monitorado com indicadores produzidos principalmente a partir da fonte da Pnad Contínua e monitora metas como a Meta 1, educação infantil, a Meta 2, ensino fundamental, a Meta 3, o ensino médio; a Meta 4, para o acesso da população com deficiência à educação básica; e a Meta 12, para o ensino superior. Especificamente sobre a meta 7, que é o tema desta Comissão, o IBGE não produz dados oficiais específicos de qualidade do ensino que envolve a avaliação com provas de proficiência, e essas avaliações são feitas pelo Inep, que é o Instituto de Estatística do MEC. Aliado à questão do fluxo escolar, como a Senadora Damares mencionou, o Ideb é usado para monitorar essa meta do PNE.

Eu vou falar um pouco sobre os dados que a gente produz, que também tem a ver com a qualidade do ensino, tem a ver com o fluxo escolar. Então, vou passar aqui para o próximo.

O dado mais recente da Pnad Contínua foi o de 2022. O módulo anual não foi a campo nos anos de 2020 e 2021. Por conta do contexto da pandemia, o IBGE mudou a forma de pesquisa: em vez de ir para a casa das pessoas, passou a ser uma pesquisa à distância por telefone, e suspendeu algumas investigações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suplementares, como foi o caso do módulo anual de educação. Então, nós temos dados para 2019 e agora para 2022.

Em relação à frequência escolar na educação básica, o que a gente observa é que, em 2022, 36% das crianças de zero a três anos frequentavam instituição de ensino, esse dado ainda é aquém ao almejado pela Meta 1 do PNE, que seria 50% das crianças, nessa faixa etária, frequentando instituição de ensino.

A gente observou também que havia uma tendência de ampliação da oferta para essa faixa etária, mas, entre 2019 e 2022, provavelmente por conta do contexto da pandemia, essa expansão não foi significativa, praticamente estabilizou em relação a 2019.

A faixa etária de quatro a cinco anos, também na educação infantil, é a primeira que seria uma faixa etária de ingresso obrigatório na educação básica, mas teve um movimento parecido: tinha uma trajetória de expansão, mas, de 2019 para 2022, a gente observou uma queda; em 2019, era de 92,7% e passou para 91,5%, em 2022, foi uma quebra nessa tendência de expansão da educação básica na educação infantil.

Por outro lado, em relação à faixa etária de seis a catorze anos, que já estava praticamente próxima da universalização em 2016, essa universalização do acesso se manteve nessa faixa etária. O grupo que apresentou uma melhora do ingresso na escola, da frequência escolar, foi o grupo de 15 a 17 anos, que passou, em 2019, de 89% de jovens dessa faixa etária frequentando instituição de ensino, para 92,2%. Ainda não é a universalização almejada pela meta 3 do PNE, mas mostra uma tendência de melhora.

Em relação especificamente à faixa etária de quatro a cinco anos, a gente observa que as principais quedas no percentual de crianças frequentando escola foram nas Regiões Norte e Nordeste. A Região Norte passou de 86,1% de crianças na escola para 82,8%, e a Nordeste de 95,6% para 93,6%, entre esses anos de 2019, pré-pandemia e 2022.

Essa queda ocorreu, principalmente, para as crianças que residem em área urbana e para as crianças pertencentes ao quinto da população com os menores rendimentos. Aqui a gente ordena o rendimento domiciliar *per capita* das famílias e os 20% da população com os menores rendimentos seriam esse primeiro quinto. Esse quinto foi, então, o que teve o maior impacto do decréscimo da frequência escolar.

Outro indicador que também tem a ver com frequência escolar e que mede a qualidade do ensino, não como o Ideb, mas é um indicador de atraso escolar, de adequação idade/etapa, é a Taxa Ajustada de Frequência Escolar Líquida. É um nome grande, mas nada mais é do que o percentual da população de um grupo etário, de acordo com a organização do sistema de ensino brasileiro... Então, por exemplo, de 15 a 17 anos, é o percentual desse grupo que frequenta o ensino médio, que é o nível adequado para essa faixa etária, ou que já concluiu esse nível, em relação ao total da população de 15 a 17 anos. Então, o que a gente observa é que houve melhora desse indicador, da taxa de frequência escolar líquida ajustada para todas as regiões no Brasil. Passou de 71,3%, em 2019, para 75,2%, em 2022, ainda aquém do que é almejado pela Meta 3 do PNE, que é de 85%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às diferenças regionais, elas persistem, mas a melhoria ocorreu, principalmente, nas regiões que apresentavam as menores taxas de frequência escolar líquida. Então, as Regiões Norte e Nordeste conseguiram melhorar. Isso diminuiu, um pouco, as diferenças regionais, mas elas ainda permanecem, com a Região Norte com o menor percentual de adequação idade/etapa para essa faixa etária, de 68,1%, e a Região Sudeste com o maior, de 81,5%, em 2022.

Um movimento parecido em relação aos quintos do rendimento foi o de que os 20% da população, os jovens que pertencem a esses 20% da população com os menores rendimentos tiveram um acréscimo da frequência escolar líquida significativo, passando a 64% desses jovens, mas ainda aquém, por exemplo, do quinto dos jovens pertencentes aos 20% mais ricos da população, que já tinham 90,5% dos jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio. É interessante observar também que esses dois últimos quintos dos mais ricos, com os maiores rendimentos, já tinham atingido o almejado pela Meta 3 do PNE em 2019, enquanto os demais quintos ainda não.

E aqui, para finalizar, é uma comparação internacional que a gente usualmente faz na publicação da síntese de indicadores e é uma forma de mostrar que, apesar dessa melhora de acesso e de conclusão do ensino médio que vem ocorrendo em função das melhorias de fluxo escolar, o nível de instrução da população adulta é o reflexo do investimento em educação feito em décadas passadas. Então, nós temos ainda uma dívida histórica que nos coloca atrás de países que têm uma população adulta com nível de instrução já maior.

No caso aqui, o indicador seria o percentual de adultos de 25 a 64 anos que não concluíram o ensino médio, ou seja, que não possuem a educação básica obrigatória. O Brasil tem um percentual de 41,5% de adultos nessa situação e é um percentual maior do que em outros países latino-americanos, como a Argentina, o Chile e a Colômbia. Enfim, é um contexto internacional, uma contextualização que a gente faz para ter uma ideia.

Eu não sei...Se tiverem qualquer outra dúvida, eu estou à disposição.

Obrigada pela atenção. Espero ter colaborado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) **–** Betina, obrigada. Eu acho que foi perfeito.

Era exatamente o que a gente queria, Betina, exatamente isso: a apresentação dos dados sobre a educação a partir do resultado da Pnad Contínua. Por quê? A gente sabe que vocês não avaliam a Meta 7, mas são os indicadores de vocês que são usados, por nós, para completar, para trazer a avaliação e buscar os resultados. Então, muito obrigada. Se puder, continue aqui com a gente mais um pouco.

Não chegou nenhuma pergunta ainda dos internautas. Nossos Senadores inscritos também não têm perguntas para serem feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me só justificar, Betina – eu me esqueci de fazer isso no início – a ausência do nosso Presidente da Comissão. O Senador Flávio Arns está com um problema sério de saúde na família. Estamos todos, esta semana, aqui cuidando da Comissão de Educação e torcendo para que tudo fique bem logo com ele, com a família. Então, esse é o motivo da ausência dele.

Muito obrigada por sua participação. A gente informa aos internautas, às pessoas que estão acompanhando, que a apresentação dela vai ficar disponível no *site* da nossa Comissão de Educação.

Muito obrigada.

Na sequência, vamos passar a palavra ao Sr. Marco Antonio de Andreazzi, Gerente Nacional da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bem-vindo.

O SR. MARCO ANTONIO RATZSCH DE ANDREAZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Obrigado, Senadora Damares, é um prazer poder estar aqui e compartilhar com vocês um pouco dos nossos dados.

Eu vou compartilhar aqui a apresentação.

Bom, eu vou trazer aqui os dados da última edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, de 2019. Estão já trabalhando para a próxima edição, que deve ocorrer no primeiro semestre do ano seguinte, agora em 2024, atualizando os dados sobre a saúde do escolar.

Não é uma pesquisa sobre a educação, mas é uma pesquisa sobre a saúde dos escolares que tangencia aspectos da educação. Acredito seja bastante oportuno analisar algum dos seus indicadores. Acho que, por isso, a Senadora e a Comissão do Senado elegeram a nossa pesquisa para estar também apresentando aqui alguns resultados.

A PeNSE foi o primeiro inquérito nacional que perguntou diretamente aos escolares, num questionário autoaplicado, sobre diversos aspectos de sua vida, hábitos e cuidados que se convertem em fatores de risco ou proteção para a saúde. Comportamentos adquiridos na adolescência tendem a se perpetuar na vida adulta, com consequências para a saúde e a qualidade de vida, principalmente no que diz respeito a doenças crônico-degenerativas, doenças que afligem e muito a nossa sociedade e o mundo inteiro.

A PeNSE está na sua quarta edição e se consolida como importante fonte de informação sobre a saúde dos adolescentes, dando sustentabilidade ao Sistema Nacional de Monitoramento e Saúde do Escolar.

A PeNSE surgiu em 2009, em resposta à solicitação do Ministério da Saúde, no sentido de atender ao Programa Saúde na Escola (PSE), que foi criado por decreto, em 2007, ou seja, para fornecer informações que permitam avaliar avanços nessa política entre a educação e a saúde, que é o Programa Saúde na Escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A edição de 2019 ampliou a abrangência da amostra, em que trazemos, agora, nas faixas etárias de 13 a 15 anos e de 16 a 17 anos de idade, na rede pública e privada, permitindo desagregações por grandes regiões, unidades da Federação e municípios das capitais.

Essa é a evolução da nossa pesquisa: iniciamos, em 2009, com 60.973 entrevistados, nas capitais brasileiras, e passamos, em 2019, para 187 mil entrevistados, em 1.288 municípios, garantindo uma abrangência nacional bastante boa para uma análise de como anda a situação de saúde dos adolescentes escolares no país.

Como eu comentei anteriormente, o nosso questionário é feito através do DMC, esse equipamento distribuído pelo IBGE para os escolares, que respondem, diretamente, ao questionário autoaplicável. Temos um questionário para os alunos e temos também um questionário do ambiente escolar feito para o diretor ou responsável pela escola.

Os quesitos que nós abordamos no questionário do ambiente escolar seriam informações gerais, atividade física, alimentação, saneamento básico e higiene, segurança e políticas de saúde, no questionário de escola.

No questionário do aluno, também abordamos informações gerais, alimentação, atividade física, uso de cigarro, bebidas alcoólicas e outras drogas, situações em casa e na escola, saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, higiene e saúde bucal, segurança, uso de serviço de saúde, imagem corporal e opinião do aluno em relação à pesquisa.

A nossa pesquisa tem uma estratégia de sensibilização através de um *folder* e um vídeo. Há reuniões com secretarias estaduais, municipais, diretores das escolas e um vídeo, principalmente, de motivação dos alunos, e temos conseguido um êxito muito grande. Na nossa edição de 2019, nós conseguimos reverter todas as recusas, ou seja, todas as escolas previstas na amostra participaram do estudo, e a recusa dos escolares, que são livres para escolher sua participação ou não, foi menor do que 0,5% em todo o estudo.

Nós tivemos não coleta principalmente nas escolas desativadas ou sem turmas elegíveis que estavam presentes no cadastro do Inep. É assim que funciona, ela é aplicada diretamente na escola com a equipe do IBGE que visita os municípios das escolas selecionadas. A logística para essa pesquisa é um tanto complexa, porque a nossa equipe tem que manusear um número de equipamentos grandes, e nem sempre é fácil ter disponíveis locais para carregar energia, etc., há a distância, ou seja, é uma pesquisa que vai a todos os rincões do país, procurando os escolares da forma mais abrangente possível.

Bom, eu trago alguns resultados, não todos. Nós os temos disponíveis, em todas as edições, com as tabelas, etc., no *site* do IBGE. Na edição de 2019, o IBGE estima em 11,851 milhões a população de escolares de 13 a 17 anos, distribuídos nessas duas faixas etárias: 84, entre 13 e 17 anos; 35, entre 16 e 17. Este foi o público alvo da nossa pesquisa. Há um predomínio das meninas, com 50,7%, e um franco predomínio dos escolares da rede de escolas públicas, 85,5%. Esse foi o nosso universo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas características dessa população, nós utilizamos o recorte das redes pública e privada e também o nível de instrução da mãe como características socioeconômicas importantes na análise dos diversos fatores de risco e de exposição, que, muitas vezes, variam muito com o estado socioeconômico dessa população e das famílias.

Aqui nós temos dois perfis, bastante distintos, entre as mães dos escolares da rede pública e as mães dos escolares da rede privada, com predomínio bastante grande daqueles que possuem o nível médio completo e o nível superior como sendo as mães dos alunos da rede privada, uma diferença que também acaba impactando alguns indicadores de saúde.

Aqui há alguns itens que foram medidos na pesquisa na distribuição da diferença entre os escolares da rede pública e os escolares da rede privada. Aqui eu destaco a diferença de 13% em acesso à internet, com os alunos da rede privada com 98,6% e os da rede pública com 84% – uma diferença de 13%. Na existência de computador ou *notebook* à sua disposição, a diferença era maior, de quase 40%; e, telefone celular, um pouco mais próximo. Essa diferença da estrutura é importante, porque estamos trabalhando com o ano de 2019, um ano antes da pandemia, e, portanto, o esforço no sentido de se chegar até o escolar por meios eletrônicos enfrentou essa dificuldade da distribuição desse recurso.

Aqui, um outro item, já do questionário da escola. Por exemplo, o laboratório de informática estava presente para 62,8% dos escolares, sendo uma distribuição regional bastante diferenciada. No Sudeste, 81%, sendo o estado com maior frequência desse recurso o de São Paulo, com 88,6%; e a Região Nordeste como a região com menor percentual de escolares com esse recurso, 44,6%, e o Estado do Maranhão, com 16,1%, seria a unidade da Federação que apresentou disponibilidade menor desse recurso para os escolares entrevistados. Quanto à dependente administrativa, 61% dos alunos das escolas públicas tinham disponíveis laboratórios de informática em suas escolas e 73,6% dos escolares da rede privada.

O contexto familiar tem alguns indicadores que são importantes, da relação entre os colares e a família. Hábito de realizar refeição com os pais era mais frequente entre os escolares da rede pública do que os da rede privada, 69,7% contra 63,4%. Por outro lado, a compreensão dos pais e o conhecimento do que fazia no tempo livre e nas faltas da escola foram mais frequentes em relação aos alunos da escola privada em comparação aos da rede pública.

Aqui nós analisamos um aspecto muito caro, que seria o *bullying*, analisado também desde 2009, e temos também uma distribuição entre meninos e meninas da rede pública e da rede privada. No total, 23% dos escolares referiram ter sofrido *bullying* em algum momento, e 12% referiram ter causado ou ser os atores agressores.

Existe uma diferença importante entre homens e mulheres, com um predomínio das mulheres enquanto vítimas de *bullying* e um predomínio dos homens enquanto causadores ou promotores do *bullying*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na rede pública e na privada, a distribuição é semelhante, tendo uma ligeira maior participação na rede pública, sendo que a rede privada tem uma participação maior entre os causadores do *bullying*.

Com relação a grandes regiões, nós temos que o Centro-Oeste apresentou o maior percentual de escolares que informaram *bullying*, enquanto a Norte teve a menor taxa com 18,8%.

As causas desse bullying identificadas foram, com mais frequência, aparência do corpo, aparência do rosto e cor ou raça, com 16%, 11% e 4,6%, respectivamente.

Outro aspecto que acho bastante grave na avaliação de política, da contribuição da pesquisa em relação a políticas de educação, e que é importante é a alimentação. Nós temos um número que vem nos preocupado desde 2009 que é o consumo de merenda escolar, esse consumo aqui medido entre aqueles escolares que informam que a escola fornece merenda, que é mais de 99% das escolas públicas. E acredito que fique em torno de 87% de todos os escolares entrevistados. Desses, 48,4% informam que nunca ou raramente consomem a merenda da escola. Apenas 42,9% na rede pública informam consumir em três ou mais dias a merenda oferecida pela escola. Então, acredito que esse seja um dado importante, que mostra que mesmo a política que possa estar presente em quase todas as escolas não tem atingido de forma significativa os escolares desta faixa etária de 13 a 17 anos.

Por outro lado, em relação ao tipo de alimento consumido, como o ultraprocessado, no dia anterior, o que seria a avaliação de uma dieta não saudável, nós temos que mais da metade dos escolares referiram ter consumido alimentos ultraprocessados no dia anterior ao dia da pesquisa, estando entre os mais frequentes biscoitos salgados e doces e refrigerantes.

Ainda com relação a hábitos alimentares, há alguns marcadores de alimentação saudável e não saudável entre 2015-2019, que são as duas últimas edições da pesquisa. Nós temos uma melhoria do marcador de alimentação saudável que é o feijão, que passou de 58% para 60%. Por outro lado, temos uma piora do indicador de consumo de frutas frescas nos sete dias anteriores à pesquisa, que passou de 32% para 28%. E também temos uma redução do consumo de refrigerantes como marcador de alimentação não saudável. Isso tanto para 13 a 15 anos quanto para 16 a 17 anos.

A atividade física é outro aspecto importante, lembrando que ser saudável – ter boa alimentação, ter atividade física... – implica diretamente na capacidade de o aluno aprender ou participar das atividades educativas da escola. Nós temos um índice que é medido através da atividade por 300 minutos durante a semana, que é um indicador internacional. No Brasil, apenas 28,1% dos escolares são considerados fisicamente ativos, um número preocupante. Nós temos uma diferença por gênero, do sexo, homem e mulher, bastante grande, sendo os homens bem mais ativos do que as mulheres, mas, mesmo assim, ambos com taxas de menos de 50% de atividade. Ela é maior nas Regiões Sul e Sudeste e menor no Nordeste e no Norte, a atividade física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a cigarro, álcool e outras drogas, nós temos, nas duas edições, uma variação muito pequena dentro dos limites de confiança da pesquisa, ou seja, são fatores que permaneceram estagnados de 2015 a 2019. Em relação à experimentação do cigarro, nós temos que ela é maior na Região Sul, e, coincidentemente, também é na Região Sul que a presença dos pais que fumam é maior, ou seja, a frequência das famílias influenciando talvez a presença desse ato entre os adolescentes.

Nossa pesquisa não analisa fatores causais; ela simplesmente traz um retrato da ocorrência, mas existe esse nível de coincidência de fatores.

O uso de narguilé, em 2019, apresentou uma taxa de quase 27% no Brasil, sendo muito maior no Paraná, no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul, chegando a quase 50% dos escolares que já tinham experimentado. (*Pausa.*)

Sim? Alguém falou, por favor?

Bom, entre as menores taxas, estariam o Paraná, o Maranhão, o Amapá, de que, alguma vez na vida, ter experimentado o narguilé.

O cigarro eletrônico é uma outra questão que preocupa no mundo inteiro por estar atingindo muito crianças e adolescentes, particularmente nos Estados Unidos e na Europa, mas no Brasil já tem uma penetração, embora proibido pela Anvisa. Em 2019, estava em torno de 16% entre os escolares da rede pública e 18% entre escolares da rede privada que já tinham experimentado o cigarro eletrônico; maior nas Regiões Centro-Oeste e Sul, menor nas Regiões Norte e Nordeste.

O álcool: experimentaram bebida alcoólica alguma vez na vida, é de 59,6% no Brasil entre os homens, e 66,9% entre as mulheres. As meninas têm uma experimentação, nessa faixa de idade, maior do que os meninos em todas as regiões, e é bem maior no Sul do que no Norte e no Nordeste.

Consumo de bebida alcoólica nos 30 dias anteriores à pesquisa. Nós temos taxas também maiores entre mulheres, em relação aos homens, no consumo entre os adolescentes maiores, que seriam de 16 a 17 anos, com uma predominância um pouco maior entre os escolares da rede privada em relação àqueles da rede pública. Também o mesmo indicador, consumo de bebida alcoólica nos 30 dias anteriores à pesquisa, o indicador do Brasil está em torno de 28,1%, sendo que Santa Catarina e Rio Grande do Sul atingem mais de 40%, enquanto Amapá e Pará ficam em torno de 16%, 17%.

O consumo de drogas ilícitas apresentou diferença na distribuição por sexo, sendo maior entre os meninos, 5,6%, do que entre as meninas, 4,7%. Em relação à dependência administrativa, na rede pública ele foi um pouco mais frequente, 5,3%, contra 4,4% entre os escolares da rede privada. Entre as unidades da Federação, a variação foi muito grande. Nós observamos São Paulo, com 7,6%; Distrito Federal, com 7,5%; Santa Catarina, com 7%; e, entre os menores, a Bahia, com 2,2%; Alagoas, com 2,2%; e o Pará, com 2,5% dos escolares que afirmaram ter experimentado droga alguma vez na vida. Dos municípios das capitais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com maior prevalência, nós temos Florianópolis, com 9,5%; Vitória, com 9,5%; e Campo Grande, com 8,4%.

Temos aqui a experimentação do conjunto do país, com essas diferenças regionais que eu já citei anteriormente.

Em termos de relação sexual, nós temos que, do total, 35,4% dos escolares de 13 a 17 anos referem já ter tido relação sexual. Ela é mais frequente entre os meninos do que entre as meninas e um pouco mais frequente também entre os meninos da rede pública do que os meninos da rede privada.

Entre os que já tiveram relação sexual, o uso de camisinha por um dos parceiros na primeira relação sexual e na última relação sexual. Esse é um dado importante, porque esse indicador, além de prevenir gravidez, é um importante fator de controle de doenças sexualmente transmissíveis – aids, sífilis, entre outras. Nós temos que, na primeira relação, 63,3% de 13 a 17 anos, quase a metade, referem não usar. Seriam quarenta e poucos. Uma diferença importante é que, na última relação, esse número cai, principalmente entre os mais velhos. Existe um nível aí de relaxamento ou de exposição a esse risco.

Segundo o grupo de idade, que recebeu na escola informação sobre gravidez, HIV-aids e preservativo, nós temos que em torno de 70%, 80% dos escolares disseram... Ou seja, teríamos 20, 30% que não referem esse tipo de informação através da escola.

Um pouco mais rápido... Eu tenho ainda algumas informações...

Eu fiz aqui uma seleção, mas a nossa pesquisa é bastante ampla para conseguirmos selecionar aquilo que, de fato, poderia ser interessante.

Em relação à segurança e comportamento de risco, nós temos que 32,1% dos escolares nunca ou raramente usam cinto de segurança, seja no banco da frente ou no banco de trás.

O percentual do uso de capacete é de 88,9%.

Trinta e três por cento tinham conduzido algum veículo motorizado nos últimos 30 dias – lembrando que todos eles são menores de idade.

Andou em um veículo conduzido por alguém que havia consumido álcool: 27,1%.

O condutor usou o celular enquanto dirigia: 38,1%.

Uso do cinto de segurança: a média, 32,1%, é maior no Distrito Federal – apenas 19 disseram que não usaram – e pior no Rio de Janeiro, onde 46,3% não usaram o cinto de segurança.

Em termos de segurança, 11,6% dos escolares deixaram de ir à escola por não se sentirem seguros no trajeto de casa para a escola ou da escola para casa. Na rede pública, 12,5%; na rede privada, 6,1%. O Estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou o maior percentual de escolares que faltaram ao menos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia nos últimos 30 dias por motivo de segurança no trajeto, 17,6%; na rede pública do Rio de Janeiro, chega a 20,4. Entre 1,3 milhão de escolares que deixaram de ir à escola por motivo de falta de segurança no trajeto, 95,1% estavam em escolas em que o diretor ou responsável informou ter conhecimento de algum episódio de violência na localidade da escola.

Em relação à violência sexual, as meninas foram as que mais reportaram esse tipo de violência: 20,1%. Na rede privada, 16,3%, e, na rede pública, 14,4% dos escolares sofreram esse tipo de violência – mais referida pelas meninas da rede privada do que da rede pública. Entre os escolares que sofreram esse tipo de violência, 29,1% apontaram o namorado como agressor; 24%, amigo; 14%, outros familiares; 14,8%, outras pessoas; 6,3%, pai e mãe ou responsável; sendo 20,7% por desconhecido. Dos que foram obrigados a ter relação sexual contra a vontade, predominam as meninas, e, em relação aos autores, apenas 19,2% são desconhecidos, sendo a maioria o namorado, pessoa da família ou pai e mãe ou responsável, em relação sexual forçada. Então, temos aqui a distribuição da rede pública e privada entre homens e mulheres que se expôs, ou beijou, a algum tipo de agressão nesse nível. Eu já citei os valores.

Mudando de assunto agora, quanto ao uso de serviço de saúde. Em relação aos que faltaram na escola por motivos relacionados à sua própria saúde, nós temos um total de cerca de 50% que faltaram alguma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa. Tentando ser rápido, aqui tem escolas nas capitais que possuem pia, água e sabão para lavagem da mão. Nós temos que, no Brasil, a média foi de 61% que dispunham desse recurso em 2019. Nos municípios das capitais, isso se eleva para 70%, mas ainda temos um percentual muito grande sem esse recurso e uma diferença regional muito grande, com Palmas e Macapá sendo as capitais que o apresentam menos, em torno de 50% apenas das escolas oferecendo isso para os alunos.

No que diz respeito à escovação dos dentes, ao contrário, temos uma frequência grande, superior a três vezes, uma média inclusive superior às médias internacionais. No Brasil, mais da metade dos escolares referem escovar os dentes três vezes ou mais.

A autoavaliação de saúde mental deu uma diferença muito grande entre meninos e meninas, sendo maior, pouca coisa maior, na rede pública que na rede privada, na situação da autoavaliação de saúde mental, composta por vários itens.

Bom, era isso que nós tínhamos, muito rapidamente. A pesquisa, em todas as suas edições, de 2009, 2012, 2015 e 2019, encontra-se à disposição no *site* do IBGE, e nós estamos à disposição para qualquer esclarecimento que porventura vocês tenham.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Dr. Marco, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para aqueles que estão nos assistindo e aos nossos expositores aqui, nós entendemos que a saúde do estudante interfere no rendimento, na qualidade e na avaliação, que é o trabalho que nós vamos fazer aqui.

Apesar de não parecer, eu tenho essa carinha de menina, de muito jovem, no final da década de 70, eu já estava em sala de aula no interior do Nordeste, quando o meu desafio era a desnutrição, o fator desnutrição influenciando na qualidade da educação. Isso todos vocês conhecem. Tem gente muito nova aqui que não viveu essa época de tanta tristeza – ainda temos a desnutrição no nosso país, mas não como na década de 70.

Hoje, Dr. Marco, a gente tem a nova lei que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. É a Lei 13.819, de 2019. Na política está lá a previsão de que a escola vai ter que vir como agente ativo na notificação compulsória da automutilação e da tentativa de suicídio. Eu vi que, na sua pesquisa, me parece que não tem o marcador suicídio, ou o senhor falou de uma forma geral quando abordou a saúde mental. A Comissão de Educação está discutindo a questão do suicídio e da automutilação no âmbito escolar, tentativa de suicídio tendo inclusive a escola como a sua sede e os banheiros de escola, a escola como sede da prática da automutilação.

Também estamos discutindo, Dr. Marco, o vício tecnológico. A Comissão está se debruçando sobre isso e sobre a influência dessa nova doença que chega aí com a modernidade, o vício tecnológico, a influência do vício tecnológico diretamente na avaliação – nós vamos trazer esse marcador para a avaliação – e a influência do vício tecnológico no rendimento escolar. Algum apontamento dos senhores nos dois sentidos: da automutilação e tentativa de suicídio e do vício tecnológico?

O SR. MARCO ANTONIO RATZSCH DE ANDREAZZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou brigando aqui tentando liberar o microfone, parece que outro também.

Nós temos, na avaliação, na autoavaliação de saúde mental, que foi composta por cinco itens, a questão dos amigos, de se sentir nervoso e de se a vida não vale a pena ser vivida, que é um *proxy* na questão do suicídio. Sobre a automutilação, nós temos, enquanto fator de busca por atendimento, se ferir como ferimento autopromovido, se ferir de propósito. Nós temos esses dois quesitos na pesquisa de 2019 e talvez tenhamos alguma coisa a mais para a pesquisa agora, em 2024.

Sobre a avaliação especificamente da tentativa de suicídio, existe alguma controvérsia no sentido de como avaliá-la. Parece que o Ministério da Saúde está preocupado em desenvolver uma pesquisa específica sobre saúde mental que aborde esses aspectos.

No que diz respeito à nossa pesquisa, estamos abertos a incluir novos indicadores e trabalhar mais no sentido de fornecer informações para a avaliação de política.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marco, a gente agradece. Essa conversa com o senhor ainda vai por muito tempo, o senhor sabe disso.

Deixe-me trazer uma informação para os demais debatedores também: nesta semana, a Comissão de Educação apresentou o resultado da pesquisa do DataSenado sobre a violência nas escolas. A pesquisa está muito boa, muito boa. Eu vou até pedir que a nossa Comissão envie para os senhores em seus *e-mails* a pesquisa apresentada nesta semana na Comissão de Educação. Eu acho que ali nós temos dados, Dr. Marco e demais debatedores, para a gente fazer uma grande discussão, entendendo que a pesquisa traz o estudante como vítima e em alguns momentos também o estudante como protagonista da violência. Então, eu sugiro que os senhores acompanhem esse resultado da pesquisa do DataSenado, que nós vamos usar muito também aqui para fazer a avaliação da educação básica.

Lembro, Dr. Marco, que a gente já tem indicador lá no SUS, no Datasus, de suicídio de crianças de oito anos no Brasil. A gente vai ter que se debruçar sobre a saúde do estudante e a influência dela no rendimento da educação, na avaliação da educação, pois nem sempre é a escola a protagonista do não rendimento; os fatores externos estão chegando. E o senhor trouxe um dado interessante, que é a insegurança e o medo de chegar até a escola. Isso afeta diretamente no rendimento do aluno, e a gente tem certeza disso.

Dr. Marco, muito obrigada, obrigada por sua colaboração, e não encerra aqui a nossa conversa. A gente vai buscá-lo muito ao longo desse período do trabalho da avaliação. Muito obrigada.

Não tem nenhuma pergunta dos inscritos, então nós vamos continuar a exposição, convidando a Sra. Alvana Maria.

Bem-vinda. Estamos aqui na expectativa para ouvi-la. Seja muito bem-vinda!

Dra. Alvana, de vez em quando vai ouvir uma vozinha, que é automática. O nosso sistema avisa: cinco segundos, dez segundos. Então, não se preocupe se ouvir uma voz, pois realmente já está programada automaticamente. Mas se precisar gastar um pouquinho mais de tempo, nós estamos aqui compreendendo a grandiosidade que é o trabalho de cada um de vocês.

A SRA. ALVANA MARIA BOF (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos. Muito obrigada, Senadora Damares. Eu gostaria de cumprimentá-la e, ao fazê-lo, cumprimentar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal por promover esta audiência pública que é tão importante até para nós pensarmos o nosso próximo PNE e pela avaliação realmente desse fomento à qualidade da educação básica no nosso país.

É uma grande satisfação participar porque, como vocês sabem, o Inep recebeu essa incumbência de produzir estudos para aferir justamente a evolução das metas do Plano Nacional de Educação. Então, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande satisfação estar aqui hoje representando o nosso Inep e trazendo a vocês os dados que nós temos sobre o cumprimento da Meta 7 do PNE.

Eu vou compartilhar aqui a minha apresentação. (*Pausa.*)

Muito bem. Já estão vendo? Então, muito bem. Vamos...

Só que não está passando... Pronto. Deixe-me alternar aqui, só um minutinho. Bom, só um minutinho, por favor.

Eu queria trazer para frente aqui a apresentação. Está aparecendo a... (*Pausa.*)

Bom, então vamos lá.

Nós vamos falar aqui do Plano Nacional de Educação, particularmente da meta 7. Como nós vimos, ela visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as suas modalidades, com melhoria tanto no fluxo quanto na aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Então, nós temos aí o quadrinho com as metas. Até 2024, nós esperamos atingir Ideb 6.0 nos anos iniciais do ensino fundamental, atingir o Ideb 5.5 nos anos finais do ensino fundamental e, no ensino médio, 5.2.

Bom, só para relembrar, o Ideb é um indicador sintético que agrega informações de duas dimensões basicamente. Uma é o fluxo escolar e a outra é a taxa de aprovação. Perdão. É a taxa de aprovação e a outra é a aprendizagem, que é medida pelas médias de proficiência em língua portuguesa e matemática do Saeb.

Nós produzimos aqui no Inep para acompanhar essa meta tanto o relatório de monitoramento do PNE quanto o painel de monitoramento do PNE. E nós utilizamos basicamente esses três indicadores que vocês estão vendo ali na tela. O indicador 7A, que diz respeito ao Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental; o 7B, que é o Ideb dos anos finais do ensino fundamental; e o 7C, que é o Ideb do ensino médio.

E aqui, então, nós passamos aos resultados. Nós começamos com o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental em comparação às metas que estão estipuladas lá no PNE. O que a gente vê aqui é que claramente, de 2007 até 2019, há um crescimento no Ideb. E, quando chegamos em 2021, há um decréscimo. E atribuímos isso, claro, à pandemia, efeito da pandemia de covid, que todos nós vivenciamos.

Então, vejam que até 2019 o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental estava sempre acima. Ele era crescente e sempre acima das metas lá estabelecidas no PNE. Quando chega a 2021, há um decréscimo e ele fica abaixo, então, da meta do PNE.

Aqui é por região. E observem que aqui o movimento praticamente é o mesmo. Até 2019, todas as regiões alcançavam as suas metas estabelecidas e, quando chegamos aqui a 2021, há um decréscimo no Ideb em todas as regiões, efeito também muito provável da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos as dimensões do Ideb. Vamos olhar agora a taxa de aprovação, o que aconteceu nesse período de tempo, e depois vamos ver a aprendizagem.

Então, na taxa de aprovação a gente vê um crescendo. É crescente e continua crescente em 2021. Aí, depois, eu posso até explicitar algumas razões. Na verdade, a pandemia parece não ter afetado a taxa de aprovação. Mas aqui, quando eu olho a aprendizagem, quando eu olho a proficiência média padronizada, aí claramente eu vejo o movimento crescente aqui até 2019 e aí um decréscimo em 2021. Então, efetivamente, na aprendizagem, nós temos um impacto aí bastante forte em 2021.

E aqui eu trago alguns dados que não são propriamente do nosso relatório, não são propriamente do monitoramento do PNE, mas que eu considero extremamente relevantes, que são sobre os níveis de aprendizado. Vocês sabem que nós temos lá no PNE, na meta 7, a estratégia 7.2, que prevê que todos os estudantes da educação básica devam alcançar nível suficiente de aprendizado até o final do PNE. Nós não temos ainda uma medida oficial do que seria esse nível suficiente de aprendizado para o final da etapa, do 5º ano do ensino fundamental. Mas nós já temos, na nossa literatura, muitos pesquisadores que se debruçam sobre esse tema.

Então, esse dado que estou apresentando aqui para vocês vem de um estudo que foi feito nos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, também produzidos aqui pelo Inep, que visam a aprofundar algumas temáticas lá do Plano Nacional de Educação. E nesse estudo nós utilizamos aqui uma medida do nível adequado de aprendizado que está presente na literatura, particularmente o Prof. Chico Soares, em 2009, que apresenta então essa categorização.

Eu trago então aqui, em língua portuguesa, a distribuição percentual dos alunos do 5º ano do ensino fundamental, por nível de proficiência na escala de língua portuguesa do Saeb. Colorimos aqui com laranja aqueles percentuais, aqueles alunos que estariam no nível adequado de aprendizado ou acima dele. E aí olha como a gente percebe claramente que, até 2019, nós tínhamos um aumento desse percentual de alunos aqui que estariam nesse nível adequado de aprendizado. Quando chega a 2021, há um decréscimo. Então, aqui o dado também reflete o efeito da pandemia no aprendizado dos alunos. Então, assim, você tem essa tendência de aumento até 2019 e de queda em 2021. E aqui é o dado de matemática. Percebam que é exatamente o mesmo movimento: até 2019, há um aumento do número, do percentual de estudantes localizados aqui, nesse nível adequado de aprendizado; e, quando chega em 2021, reduz, há uma redução. Então, isso é para os anos iniciais do ensino fundamental.

Agora, nós vamos passar para o Ideb, que é o indicador 7B, dos anos finais do ensino fundamental. E vamos observar aqui o que acontece então nessa série histórica. O que nós temos aqui? Nós temos que até 2011 o Ideb alcançado nos anos finais do ensino fundamental estava acima das metas estabelecidas. A partir de 2013, está abaixo das metas estabelecidas. Você percebe que tem um crescimento, é crescente no caso dos anos finais, mas continua abaixo da meta estabelecida, que era 5.5. Então, em 2021, nós atingimos o Ideb 5.1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é por região e a gente percebe também que houve um crescimento no Ideb dos anos finais do ensino fundamental nas regiões, por região, mas sempre abaixo das metas estabelecidas no PNE.

Aqui nós então vamos ver as duas dimensões do Ideb, a taxa de aprovação. Vocês percebem que a taxa de aprovação é crescente, no entanto, quando nós vamos para proficiência padronizada, que é aprendizagem dos alunos do nono ano do ensino fundamental no Saeb, a gente percebe que ela foi crescente, essa proficiência média padronizada, foi crescente até 2019 e cai em 2021, efeito provável da pandemia.

Aqui eu trago novamente os dados desse estudo que nós realizamos, estabelecendo, tentando mapear o que teria acontecido com os níveis de aprendizado dos alunos do nono ano do ensino fundamental, desde 2015 até 2021. O que a gente observa aqui é exatamente o mesmo padrão. O primeiro que a gente observa é que temos um quantitativo mais reduzido de estudantes do nono ano que atingem, digamos assim, o nível adequado de aprendizado e, num segundo momento, quando analisamos a série histórica, há um aumento dessa proporção de estudantes que atingiriam esse nível adequado de aprendizagem até 2019 e há uma redução em 2021. Então também temos aí o impacto da pandemia. Isso é em língua portuguesa e aqui temos os dados em matemática.

E aqui vocês observam, a primeira coisa que a gente observa, que chama muito a atenção, é o reduzido percentual de estudantes do nono ano que atingiriam esse nível adequado de aprendizado em matemática. Então vejam aqui que é muito reduzido. Cresceu até 2019, a tendência é a mesma, mas, quando chega a 2021, novamente se reduz, chegando praticamente ao patamar de 2015. É uma queda bastante significativa.

Aqui, então, nós vamos ao monitoramento da meta 7 com o indicador 7C, que diz respeito ao Ideb do ensino médio, em relação às metas que estavam lá estabelecidas. Nós vemos que há uma estagnação, esse Ideb do ensino médio vinha estagnado de 2007 até 2015. Aí, em 2017, subiu para 3,8, o Ideb em 3,8; em 2019, nós tivemos um acréscimo interessante no ensino médio, ele foi para 4,2; e, em 2021, permanecemos ainda com o Ideb em 4,2, houve uma estagnação. Agora, observem que, desde 2013, essa marca do Ideb está sempre abaixo das metas estabelecidas, e continuamos nos distanciando da meta, estamos realmente bastante distantes da meta de atingir 5,2, principalmente se considerarmos que o PNE vai até 2024.

Aqui temos o movimento por região e aqui nós temos resultados mistos. Nós vemos que algumas regiões, como a Sul, por exemplo, e a Sudeste, conseguiram que a linhazinha azul se mantivesse no mesmo patamar de 4,4, mas, por exemplo, no Centro-Oeste, tivemos uma caída para 4,1; e, no caso do Nordeste, tivemos uma estagnação; e, no caso do Norte, tivemos uma queda também. Então, tem aqui, realmente, de 2019 a 2021, o efeito da pandemia.

Aqui nós temos, então, a taxa de aprovação do ensino médio, vocês observem que ela é crescente. E aqui a aprendizagem, a proficiência padronizada do ensino médio e aqui nós vemos também aquela queda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela vinha muito retilínea – a não ser em 2019, que nós tínhamos subido, nós tínhamos um acréscimo interessante na proficiência média padronizada –, mas, quando chegamos em 2021, cai novamente.

Aqui, novamente, os dados adicionais da distribuição dos estudantes da terceira série do ensino médio, pelos níveis de proficiência na escala de língua portuguesa do Saeb. E, por esse trabalho, por esses dados, nós percebemos que o contingente de estudantes que estavam no nível adequado de aprendizado, em 2015, era ínfimo e vai crescendo até 2019. Ainda é um percentual não muito grande.

Vocês percebam que, se o PNE está determinando que nós temos que ter 100% dos alunos no nível suficiente de aprendizado – aqui nós estamos utilizando a medida do Prof. Chico Soares, que seria o nível adequado –, temos, realmente, um grande caminho, temos um enorme desafio. E aqui, também, o que vemos é que, em 2021, há uma redução no percentual, então, de estudantes em língua portuguesa da terceira série do ensino médio – perdão, há um erro aqui no título... (*Risos.*)

Mas é do ensino médio aqui, que apresentam, então, esse nível de aprendizado no nível adequado.

E aqui são os dados de matemática também para o ensino médio, para a terceira série do ensino médio, em que nós vemos aqui, então, a grande dificuldade que nós temos de garantir um nível adequado de aprendizado, ou acima, dos nossos estudantes da terceira série do ensino médio. Como é uma avaliação do Saeb, ela está pegando uma avaliação dos estudantes que estão na terceira série do ensino médio. E aí, vocês veem aqui, por exemplo, em 2015, e mesmo até hoje, que é ínfimo o percentual de estudantes no nível adequado. E temos, também, aqui a queda em 2021. Muito significativa esta queda.

Então, eram esses os dados que eu gostaria de trazer.

Eu fico à disposição.

Quero dizer a todos que o Inep está sempre à disposição para colaborar e para explicitar essa evolução no desenvolvimento do PNE.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Professora, obrigada – obrigada, obrigada.

Já vai preparando bastante café aí na sua sala, porque eu acho que vou fazer da sua sala a minha sala nos próximos dias. (*Risos.*)

Primeiro, parabéns pelo painel que está atrás da senhora, mas a senhora traz dados que nos confrontam, nos confrontam e nos preocupam, nos preocupam muito.

E aí, Professora, deixe-me só falar um pouquinho da minha experiência. Eu sou mãe, avó e, agora, descobri que vou ser bisavó de indígena. Eu sou tia indígena, estou lá com os povos. Como buscar o nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente? Como avaliar o nível suficiente, o nível adequado num país desse tamanho, um país continental, Professora?

Nós temos, classificados, 38 povos tradicionais, o.k.? Dos 38 povos, nós temos os povos indígenas, que são 305 diferentes entre si. Como fazer uma avaliação do nível adequado, do nível suficiente neste universo que se chama Brasil?

Eu confesso que eu vou bater muito à sua porta, eu vou bater muito, porque a gente vai precisar entender a avaliação do nível suficiente, obedecendo às especificidades dos nossos povos e à diversidade e pluralidade desta nação. E a gente vai ter que continuar essa conversa.

Quero lhe agradecer, doutora, pela apresentação. Acho que nos confrontou e nos provocou aqui, nos incomodou.

A pandemia foi, de fato, um fator que nos traz aí grandes preocupações e com efeitos para muitos anos ainda – para muitos anos ainda. E vamos ter que continuar essa conversa.

Muito obrigada por sua participação e por sua apresentação.

Não tem nenhuma pergunta. Tem muitos comentários.

Estão chegando muitos comentários, mas nenhuma pergunta.

Muito obrigada, Professora.

E, agora, a gente segue, ouvindo o Dr. Herton Araújo, servidor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Muito bem-vindo, Dr. Herton.

O SR. HERTON ELLERY ARAUJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Bom, primeiro, bom dia a todos. Eu queria agradecer à Comissão pelo convite. É uma ótima reunião.

A minha apresentação vai ficar muito parecida com a do Inep, porque eu sou usuário dos dados do Inep, só que centrei a minha apresentação no Ideb público, da rede pública. Por que eu fiz isso? Primeiro, porque tem 85% das pessoas no Brasil, dos estudantes, que estão na rede pública; segundo, porque é onde a gente tem a maior condição de intervir; terceiro, porque o Ideb feito na rede pública é mais acurado, é feito de uma forma censitária, enquanto que nas particulares é feito de uma forma amostral. Então, eu centrei a minha apresentação na rede pública. Está certo?

Mas vamos lá, vamos ver como melhorar a educação básica depois da pandemia, porque a pandemia...

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual o plano da apresentação? Como a gente estava em 2019? Eu vou mostrar um quadro de como a gente estava com o Ideb, em 2019, na rede pública; aí veio a pandemia, o que aconteceu com a pandemia e com o pós-pandemia, que é como estamos em 2021 – o primeiro dado do Ideb que veio foi de 2021, depois da pandemia –; e como nos recuperar. Esse é o plano da apresentação.

Pode passar, por favor.

Aqui nós temos os IDEBs das redes públicas nos anos iniciais, nos anos finais, no ensino médio, a meta observada, a observação do Ideb menos a meta. Então, o que eu fiz? Eu somei esses três para fazer um *ranking* entre os estados. Por exemplo, o Ceará está em primeiro lugar no *ranking*. Por quê? Porque ele ultrapassou a meta.

Eu não sei se vocês sabem que, quando foi feito o Ideb, foi feita uma meta matemática para cada ente. Por exemplo, o Ceará atingiu 6,3 no Ideb, em 2019, na rede pública, e a meta dele era de 4,8. Então, ficou com 1,5 acima da média. Eu fui somando essas coisas e ranqueei pelo que deu mais aqui; pela soma das três colunas o que deu mais. Aí a gente tem: o Ceará é o primeiro; Pernambuco, o segundo; Piauí, o terceiro; Goiás, o quarto; Alagoas; Amazonas; o Centro-Oeste, que aparece na frente do Nordeste. E assim estava o quadro do Ideb em 2019. Certo? Sergipe era o pior. Eu acho que tem um aqui abaixo, o Amapá, porque não está aparecendo; o Rio Grande do Sul; Santa Catarina... Santa Catarina tem o mesmo Ideb, no setor público, do que o Ceará, o Ideb em anos iniciais, só que está lá atrás. Por quê? Porque a meta de Santa Catarina é muito mais ousada; de Minas Gerais também; do Distrito Federal também. Então, eles tinham uma meta muito ousada que não acompanharam. O Ceará ultrapassou a sua meta. Então, eu fiz essa coisa. Isso é como a gente estava em 2019, quando a gente estava acima da meta nos anos iniciais, abaixo da meta nos anos finais e no ensino médio também.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

O que foi a pandemia? Em março de 2020, houve uma parada das aulas presenciais, que durou quase dois anos, ou seja, houve uma mudança de tecnologia. A pandemia significou, na educação, quase que uma bomba atômica. Você mudou a tecnologia de ensino, do dia para a noite, porque as pessoas não podiam mais se reunir, deixaram de ir à escola e tiveram que fazer ensino à distância do dia para a noite.

Nem os professores estavam preparados e nem os alunos estavam preparados para isso, então, foi uma adaptação. Os professores das escolas não estavam preparados para tal mudança, mas foram se adaptando e o ensino foi realizado de maneira mais rarefeita e sem muita cobrança. O que eu quero dizer com "sem muita cobrança"?

O Ideb é formado por dois indicadores: um de fluxo, que é a aprovação; e o outro, que é a nota da prova. Quando a nota da prova diminui, o que você espera que aconteça com a aprovação? Que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reprove mais, porque tem menos gente aprendendo. Só que o Conselho Nacional de Educação, por causa da pandemia, disse: "Não, gente, vamos aprovar todo mundo". Então, quando eu peguei o Ideb 2021, depois da pandemia, pensei: agora vamos poder comparar...

O próprio Inep não colocou o Ideb na mesma linha – o Ideb que ele apresentou. Ele disse: "Não dá para comparar, porque a aprovação é diferente". Tem uma coisa aqui que vai além. O Conselho Nacional de Educação mandou aprovar todo mundo, aí eu não posso comparar as duas coisas, eu não posso botar, na mesma linha, o Ideb que foi dado pelo Inep. Aí o que eu fiz?

Pode passar.

Bom, aí está o pós-pandemia, exatamente o que eu estou falando. Os dados do Ideb não vieram na mesma série histórica. Toda vez que o Inep divulgava o Ideb, ele botava todos os anos, desde 2005 até hoje. Quando eu fui olhar o Ideb 2021, estava só o Ideb 2021. Eu fui ler, e lá eles diziam: "Olha, não pode botar na mesma linha, porque tem essa diferença de aprovação".

Então, o que eu fiz? Eu fiz uma modificação no Ideb. Para a gente saber o que foi que aconteceu com a pandemia, a gente precisa modificar a aprovação do Ideb. Quanto ao Ideb 2021, não presta a aprovação dele, porque foi uma aprovação meio que forçada pelo Conselho Nacional.

Então, o que eu fiz? Eu peguei a mesma aprovação de 2019 e recalculei o Ideb para todos os estados e todos os municípios. E é isso o que eu vou usar para mostrar qual o impacto da pandemia sobre o Ideb, o nosso caso aqui.

Então, vamos lá. Pode passar, por favor.

Eu primeiro vou mostrar como foi a aprovação.

Nos anos iniciais, a aprovação vinha crescendo. Cresceu, de 2017 a 2019, 0,01. Aí cresceu 0,03. Aumentou muito nos anos iniciais, aumentou mais do que vinha acontecendo, e isso com a proficiência diminuindo.

Nos anos finais, houve uma aprovação muito maior. Saiu de 0,88, 0,86 e 0,89 para 0,95.

O ensino médio nem aprovou tanto, não. Já vinha crescendo a aprovação. Aqui, no ensino médio, a gente tem que ver que, só a partir de 2017 é feito censitariamente; para trás, é uma amostra também. Então, eu botei junto, mas é só observar 2017, 2019, 2021. A aprovação subiu também, só que, quando você olha a proficiência...

Pode passar o outro para o outro gráfico, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na proficiência, o que acontece? Ela vem subindo nos anos iniciais. Ela vem subindo, subindo, subindo, chega a 6,2 e, aí, cai para 5,64. Ou seja, é um retrocesso. A gente retroage aquém de 2015. É como se a nossa educação tivesse dado um freio e voltou, deu marcha à ré a antes de 2015. Aqui: 5,74 e 5,64.

Então, é isso que eu tenho que mostrar com os dados do Ideb, porque o Ideb perdeu, porque aumentou, porque deveria aumentar a reprovação, porque as pessoas estão sendo menos proficientes, aprenderam menos; então, deveria aumentar a reprovação. O que eu fiz? Eu diminuí a reprovação por causa do Conselho Nacional. Então, eu peguei a mesma aprovação, que foi feita em 2019, e recalculei o Ideb. Aqui é a mesma coisa para os outros.

Pode passar.

Aí, qual a consequência disso no Ideb? O Ideb que o Inep divulgou para 2021 foi de 5,5 – isso, o público –, 4,9 para os anos finais e 3,9 para o ensino médio. Certo? Quando eu fiz aquilo, peguei a mesma reprovação de 2019, ele caiu para 5,3, nos anos iniciais, ou seja, voltou lá a 2015, caiu para 4,5, nos anos finais, e caiu para 3,8. Bom, eu acho que, com esses dados aqui, dá para a gente comparar o Ideb que a gente está querendo para o PNE. Então, ele se distanciou. Se ele estava chegando na meta, ele ficou aquém da meta. Aí eu fiz aquele quadrinho de novo, só para a gente ver onde é que a gente pode agir mais.

Pode passar, por favor.

Bom, aí o que acontece? O Ceará continua em primeiro lugar. Foi o único que teve a soma dos três positiva. Ou seja, ele caiu para 6... De 6,3 – vocês lembram? –, caiu para 6. Só que, como estava muito acima da meta, ele ainda ficou acima da meta. Aí vem aqui: Ceará, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Amazonas... Aí, Goiás, Pará e tal... E, aqui, é onde a gente tem que intervir. O Amapá e o Rio de Janeiro são os dois piores. Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais caíram... Espírito Santo... Então, se a gente quer atingir a meta, a gente deve agir mais nesses aqui, que estão abaixo; de preferência, nos que têm maior população, como Minas, Pará, Rio Grande do Sul, porque isso vai elevar o Ideb mais, a média nacional – entendeu?

Bom, aí, depois disso... Isso aqui é como a gente está em 2021. A gente tem esse *ranking* aqui dos estados. A sorte é que o nosso Ministro da Educação agora era o Governador do Ceará. Então, eu acho que ele está muito preocupado com essas coisas e ele vai dar um jeito de chamar a atenção para isso. Eu acho que a gente tem tudo para conseguir.

Então, pode passar.

Bom, como é que a gente se recupera disso, dessa mudança tecnológica? Primeiro, temos que rezar para não ter outro trauma desses, outra pandemia dessas, porque, se tiver, nós estamos no sal. Mas, em primeiro lugar, devemos entender que as crianças estão traumatizadas, ou seja, elas passaram quase dois anos sem ir à aula e muitas estão de luto pela morte das pessoas. Os professores também!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente tem que pensar em colocar psicólogos nas escolas. Já deveriam estar este ano lá; os psicólogos já deveriam estar dando uma alternativa. Por exemplo, em relação a todos esses fenômenos que estão acontecendo agora – que sempre aconteceram, mas que estão maiores –, como a violência, eu acho que são consequência disso, porque as pessoas ficaram dois anos sem ir, e, quando voltam, tem todo um aparato que eles deixaram de ter, aquela coisa... Elas passaram dois anos fora da escola e, agora, estão mais violentas. Em tudo isso a gente tem que pensar, porque isso afeta o aprendizado.

Não se deve perder de vista que os professores também mudaram a sua rotina, e muitos estão de luto também, ou seja, atenção aos professores, pois não adianta só cuidar dos alunos sem cuidar dos professores, porque são os professores que passam suas coisas...

Outra política para a escola deve ser o aumento do acesso à internet, pois, caso volte a ter paralisação, é preciso que todos a acessem. A gente viu que, nessa mudança radical com a pandemia, alguns tiveram acesso, e outros não tiveram. Esses que não tiveram, provavelmente, tiveram menor nota na prova. Então, a gente tem que pensar numa política que aumente o acesso à internet para todas as escolas no Brasil. Eu sei que tem essa política, mas nós precisamos incrementar essa política.

Um dado positivo é que o Fundeb mudou e aumentou o repasse da União aos estados e municípios. Assim, podemos usar esse dinheiro para essas coisas.

A trajetória de bom aprendizado deve continuar, ou seja, a gente vinha em uma trajetória boa, melhorando o aprendizado, e aí, com a pandemia, a gente piorou. Então, vamos à luta.

É isso.

Muito obrigado.

Pode passar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Professor, obrigada. Eu confesso que fiquei aqui segurando a respiração durante a sua apresentação. Já vai aí preparando o café, porque a sua sala vai ser minha sala também! (*Risos.*)

Professor, é desafiador o que o senhor nos traz aqui hoje. É desafiador, mas eu precisava trazer uma boa notícia para vocês. Depois, com calma, peguem a composição da Comissão de Educação do Senado. Eu estou há 24 anos no Congresso Nacional, fiquei muitos anos como assessora, acho que vocês sabem disso; depois, fui ser Ministra; e volto agora como Senadora. A gente está com uma formação aqui na Comissão de Educação ímpar, extraordinária, lembrando que chegaram ao Senado Federal agora pessoas como a Professora Dorinha, cuja referência todo mundo conhece, e a Teresa Leitão. E nós temos aí, destacando, o Marcos Pontes; o nosso Dr. Hiran, que, apesar de ser médico, é muito envolvido com a educação; o General Hamilton Mourão... Chegou um time para ajudar os que já estavam na Comissão de Educação. E todos nós estamos capitaneados pelo nosso querido Flávio Arns, que é essa pessoa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consenso, da ponte, da união. O que a gente tem visto na Comissão de Educação? O que temos visto? Muita, muita motivação para acertar. A gente não vê nas reuniões da Comissão de Educação ninguém se lembrando de que partido faz parte e que ideologia defende. Nós temos um consenso na Comissão de Educação. E eu acredito que isso vai nos ajudar muito. Por quê? Olha a minha responsabilidade com essa avaliação: essa avaliação, Profa. Alvana, Betina, vai ser praticamente base – assim como a Teresa Leitão está fazendo lá, com o ensino médio; e eu, agora, começo com a educação básica –, ela vai dar elementos para a gente trabalhar o PNE. Aí a gente tem aqui um incidente que o professor traz de uma forma muito clara e que vai ter que nos fazer pensar muito, inclusive agora, Profa. Alvana, na formulação do Orçamento da União. Eu quero muito que, durante a discussão que a gente está provocando aqui para educação básica, a gente já tenha um olhar para o Orçamento da União, para que a gente não caia em equívocos e que a gente não seja levado a erro, observando a avaliação como o professor trouxe aqui e agora.

Eu não tenho educação de qualidade sem dinheiro, gente. Vamos ser muito claros aqui: não se pode falar em nível adequado, professora, sem dinheiro – não posso –, sem profissional capacitado, bem remunerado e uma escola pronta lá na base. O professor traz aqui a presença do psicólogo, que é lei aprovada, e a gente vai ter que fazer isso ser realidade lá na ponta.

Então, é desafiadora a forma como o senhor trouxe, mas eu quero dizer para os senhores que não é mais um debate; esta Comissão de Educação está tendo esse desafio, e, acreditem, há uma coesão entre nós – há uma coesão. E o Flávio Arns tem feito esse trabalho de trazer todo mundo, discutir, esquecendo as nossas ideologias, esquecendo as nossas diferenças políticas, partidárias, religiosas. Por que não trazer aqui as diferenças religiosas e ideológicas?

Então, trago a nossa preocupação, mas trago, Prof. Herton, para reconfortar o seu coração, esse dado, desta atual Comissão de Educação do Senado, que é um grupo muito bom, muito bom mesmo... Eu acredito que a sua apresentação vai mexer com muita gente. Já deve estar mexendo com os assessores aqui. Eu estou recebendo mensagens aqui. De vez em quando, eu olho aqui – nós temos o nosso grupo. Gente, eu sou Senadora, mas eu também estou no grupo de assessores, porque eu não tenho como deixar essa minha assessora, que está aqui dentro, fora, e a gente está conversando muito.

Professor, obrigada por ter feito esse desafio, pela forma como o senhor colocou. Muito obrigada por sua participação.

A gente continua aqui e agora a gente está trazendo a CGU para este debate. Eu passo a palavra agora ao Dr. Cássio Mendes, Diretor de Auditoria de Políticas Sociais e de Segurança Pública da Controladoria-Geral da União.

Bem-vindo, Dr. Cássio – bem-vindo! Ajude-nos aqui, neste debate, agora.

O SR. CÁSSIO MENDES DAVID DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Damares. Agradeço o convite de V. Exa. Cumprimento os Senadores e as Senadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão; cumprimento também os demais participantes, o Prof. Herton, de quem tive a honra de ter sido aluno no mestrado; cumprimento também a todas as pessoas que acompanham esta audiência.

Eu inicio dizendo que é uma grande honra representar a CGU nesta série de debates tão relevantes.

Ela faz o planejamento dos seus trabalhos levando em consideração critérios de risco, mas também e prioritariamente, eu posso dizer, ela leva em consideração o objetivo de estar mais próxima dos temas, daqueles temas com impacto mais direto para a população e mais ainda daqueles temas que induzam à redução das desigualdades, e é por esse motivo que a CGU já há bastante tempo tem uma atuação bem intensiva, posso dizer, nas políticas de educação.

E como é que se dá essa atuação da CGU?

A nossa estrutura compreende o órgão central, que é aqui em Brasília e faz articulação mais direta com os gestores federais, e compreende também as unidades regionais, localizadas nas capitais de 26 estados da Federação. Assim, a gente busca integrar a visão nacional com as visões locais, a visão de formulação com a visão de execução, a do formulador com a do usuário, a do cidadão, e eu posso dizer que a relação da CGU com as políticas de educação é muito forte.

Para dar uma ideia da dimensão do tema na atuação da CGU, eu vou mencionar aqui alguns números gerais, só a título de ilustração, de trabalhos marcantes já realizados. Então, um trabalho específico sobre livro didático, que envolveu, em que a CGU foi a 192 municípios, visitou 611 escolas, falou com 5,3 mil alunos, um trabalho anterior, sobre censo escolar, com 96 conselhos, 1,6 mil escolas... Outro sobre transporte escolar, com 131 municípios visitados... Alimentação escolar, com 371 municípios, 1,7 mil escolas nos 26 estados...

E eu poderia citar vários outros além daqueles do dia a dia, trabalhos mais pontuais, específicos, que são feitos em todo o território nacional, mas considerando a pauta da audiência, Senadora...

Aliás, eu registro, faço um parêntese aqui para elogiar o plano de trabalho da Comissão e também a transparência e a riqueza do conteúdo que é disponibilizado no portal. Estou impressionado mesmo com isso.

Mas, considerando a pauta, que é a avaliação e estatística dos indicadores, análise de dados e Meta 7, como já foi dito e apresentado aqui, eu vou mencionar dois trabalhos mais recentes da CGU, que tocam nas duas dimensões estruturais do Ideb.

Então, na dimensão da aprovação escolar do fluxo, nós temos um trabalho sobre o censo escolar e, na dimensão do desempenho, temos um trabalho, em conjunto com a Secretaria de Orçamento, a SOF e o IFTM, sobre o Saeb, e é sobre esses dois trabalhos que eu vou falar aqui brevemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o censo escolar, o trabalho buscou avaliar a qualidade dos dados, e essa foi uma preocupação, porque os dados são utilizados para pesquisas, para a definição de políticas públicas. Então, a gente tinha esse interesse em verificar a integridade dos dados, a qualidade e tudo, tendo em vista a ampla utilização que eles têm, inclusive para avalizar a distribuição de recursos. E os resultados dessa avaliação da CGU indicam que o Inep tem mecanismos de controle muito bons e que cuidam dos pontos mais críticos, dos pontos essenciais de todo o processo. Verificamos que existem regras formalizadas, validações internas, verificação *in loco*, complementada com a pesquisa contratada.

O Inep também dá transparência dos parâmetros, emite orientações, e o que fica evidente, inclusive aqui da fala do Inep, é que há muita capacidade envolvida, muito cuidado e muito carinho com o tema.

Nós vimos que esses controles, somados com os esforços de toda a rede, na nossa avaliação, garantem uma confiabilidade satisfatória aos dados, ou seja, não há distorções significativas a ponto de prejudicar a utilização dos dados para todas as finalidades que eles têm. É importante destacar: a distorção geral dos dados, que, de fato, embora residual, existe, essa distorção é pequena, mas, quando a gente olha para essas distorções de forma mais desagregada, aí identificamos algumas situações que chamam a atenção, mais devido ao impacto que elas têm no nível local.

Então, só para citar alguns exemplos aqui, seriam municípios com percentual de alunos matriculados na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), e um percentual muito acima da média. A média nacional é em torno de 6%, e há alguns municípios em que esses números passam de 50%, indicando que mais da metade da população estaria matriculada nessa modalidade de ensino, o que por si só não é um problema, mas é algo que precisa ser verificado mais de perto para confirmar esse dado.

Outro exemplo: variações mais abruptas, significativas, do número de alunos em tempo integral. Não que isso não possa acontecer, é claro, mas, considerando toda a estrutura que precisa ser mobilizada para que o tempo integral seja implementado, essas variações não costumam acontecer de forma tão drástica e tão abrupta. De novo, isso é residual, acontece em alguns pontos e, por isso, precisa ser verificado.

Dados, por exemplo, de alunos com retrocesso no fluxo escolar. O professor mostrou aí que eles foram passando de ano, principalmente no período da pandemia, mas há registros, pelos dados, também de retrocesso de alunos, como se o aluno estivesse passando de ano ao contrário. Pode ser erro no registro, mas são situações que precisam ser verificadas.

Sobre isso, eu quero repetir que as distorções são residuais e, portanto, sem impacto no contexto global. Elas são localizadas, mas merecem atenção, e elas tanto merecem atenção que a CGU está realizando fiscalizações pontuais para verificar, para averiguar essas ocorrências que chamaram mais a atenção.

Esse mesmo relatório do censo mostra que os Conselhos de Acompanhamento de Controle Social desempenham um papel muito importante no controle social, que é a finalidade deles. E isso fica explícito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no trabalho, quando a gente capta que parte significativa – a maioria, para ser mais preciso – declara ter realizado atividades de supervisão, de controle social vinculadas às rotinas do censo. Então, isso indica que os conselhos, os Cacs, se preocupam com o censo e acompanham o censo, mas é claro que sempre tem possibilidade de melhorar, porque também o mesmo trabalho revela que parte dos conselhos, ou de membros de conselhos, não tinha conhecimento da atribuição de fiscalizar o censo.

Outra parte também menor: não teve acesso, alega não ter tido acesso a relatórios, a informações no nível local, no nível mais desagregado para poder guiar a sua atuação, ou seja, ele está ali como conselheiro, entende que ele tem um papel importante no censo, mas ele sente falta de ter informações ali que dirigissem um pouco melhor a sua atuação.

Então, conclusões gerais sobre esse trabalho do censo.

Primeiro, os dados são confiáveis, e essa é uma ótima notícia, que já era esperada. Situações acontecem, mas são residuais no nível geral, mas com impacto no nível local, e a CGU está verificando esses casos mais destoantes. Vemos uma oportunidade de maior engajamento no controle social como mencionei há pouco, se a gente conseguir desenvolver mecanismos de disponibilizar informações mais detalhadas, mais dirigidas, mais direcionadas para o controle social. E eu acredito que o mesmo vale para os gestores locais. Se houver uma forma de a gente conseguir provocar, induzir – com a gente eu digo o sistema como um todo – a atuação local baseada em indicativos, em medidas pontuais, que, embora pontuais, façam diferença, sejam significativas, nós entendemos que isso seria uma boa oportunidade de melhoria.

Senadora, em relação à oportunidade legislativa, como a gente está com essa discussão muito rica sobre o próximo PNE e é uma atividade que a gente tem aqui, agora, no Legislativo, no Senado Federal, talvez também seja a oportunidade de se refletir sobre uma lei nacional específica sobre o censo escolar. Talvez isso possa ser objeto também desses debates que têm acontecido.

Então, sobre o Censo Escolar era isso.

Sobre o Saeb, eu vou mencionar aqui mais brevemente. Como eu disse, o trabalho foi realizado em conjunto CGU, SOF e STN. A parte feita pela CGU buscou avaliar se as informações do Saeb são eficazes, e eficazes no sentido de se elas são utilizadas pelos gestores federais, estaduais e municipais para a execução, para o desenho das políticas educacionais. E as conclusões são de que, sim, as informações do Saeb são eficazes, porque elas foram utilizadas pelos gestores federais, nos demonstraram ter uma intimidade, um uso rotineiro dos dados, e isso nos três níveis e para atividades distintas. Então, os dados do Saeb têm de fato muita aplicação prática na gestão das políticas de educação.

Os gestores também apontaram que os dados e informações do Saeb são adequados para a atividade deles. Eles consideram os dados do Saeb como verdadeiros, confiáveis, relevantes, adequadamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representados, acessíveis e fáceis de usar. Então, eu acho que é muito importante saber que o sistema utiliza os dados e confia e acredita nos dados.

Considero também a contribuição do Saeb no planejamento, a utilização desses dados para as suas atividades nas políticas educacionais é alta, reforça aquela ideia inicial de que de fato a aplicação dos dados é bastante intensiva.

Essa eficácia dos dados, falando assim num aspecto mais de risco, pode ser impactada negativamente se a gente não tiver atenção a alguns pontos aqui que eu vou mencionar. Um deles é a diferença, são as lacunas de conhecimento na Secretaria de Educação sobre como acessar, gerenciar, manipular e interpretar os dados. É uma questão até mais de assistência técnica mesmo, de diminuir a diferença dessa utilização dos dados, que foi tão mencionada por vários gestores, mas a gente observou que alguns ainda não exploram todo o potencial que ele tem. A gente classificou isso como um fator que tem possível impacto negativo na eficácia da utilização desses dados, devido à baixa utilização por falta de facilidade de lidar com eles.

Outro risco que foi detectado também diz respeito às avaliações computadorizadas. Se houver uma expansão dessa modalidade de avaliação, como o Prof. Herton mencionou agora há pouco, sem a universalização da informática, da internet nas escolas pode afetar os resultados e, pior ainda, pode reforçar as desigualdades entre as escolas um pouco fora do radar desse exame.

Senadora, dessa primeira parte era isso que eu tinha preparado para apresentar. Fico à disposição aqui da Comissão, dos participantes, dos demais debatedores para eventuais esclarecimentos.

Por enquanto, era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Dr. Cássio, o senhor foi muito bonzinho. Eu juro que eu esperava um Dr. Cássio bem bravo para a gente hoje. Mas, começou a primeira participação, eu vou acolher como uma participação de boas-vindas. Mas assim, Dr. Cássio, eu li, a gente está acompanhando a avaliação feita, o resultado apresentado pelos senhores, e no resultado apresentado a gente tem, sim, pontos de grande preocupação. Eu vou precisar continuar essa conversa com a CGU na busca das recomendações para a melhoria da metodologia de avaliação da qualidade de educação. Eu sei que vocês podem nos ajudar muito com as recomendações, com as contribuições.

A gente viu a questão do aprimoramento do processo de contratação de serviços, especialmente no que se refere à etapa de planejamento de contratação e gestão de riscos do Saeb. Eu estou muito preocupada com isso, eu quero muito conversar com o senhor sobre isso e eu creio que suas preocupações e recomendações, assim como as recomendações da CGU, fazem um diálogo perfeito com os debatedores anteriores e, com certeza, com os que vão falar ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutor, eu sei que a gente tem hoje um tempo limitado. A sua apresentação foi muito boa, mas eu estava esperando o chicote, e o chicote não veio, mas eu sei que o senhor tem o chicote guardado aí para nós. E para mim que estive, doutor, na gestão, no Governo anterior, eu preciso reconhecer nossas limitações, nossos erros e acertos no Governo passado, mas com o olhar para frente, especialmente na construção do Plano Nacional de Educação.

Vou continuar essa conversa, vou continuar buscando-o. A gente precisa melhorar a metodologia de avaliação. Se não tenho uma boa metodologia de avaliação, tenho dados comprometedores, eu tenho indicadores comprometedores. E, quando eu tenho dados e indicadores comprometedores, eu tenho políticas públicas sendo formuladas de formas inadequadas, eu tenho metas que estão sendo construídas impossíveis de serem alcançadas. Então, a CGU nesse processo de avaliação de aqui, agora, que nós estamos fazendo na Comissão, é membro indispensável – indispensável!

Muito obrigada por sua participação. E prepara café porque eu vou lá na sua sala também, e muitas vezes. Muito obrigada.

A gente continua agora. Nós vamos ouvir o TCU. Será que vem o chicote lá do TCU agora? Meu Deus. Eu quero convidar o Dr. Bertrand, Diretor da 2ª Diretoria da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União.

Bem-vindo, Doutor.

O SR. BERTRAND DE MATOS MOURA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Bom dia. Quero agradecer pelo convite que nos fizeram aqui no Tribunal de Contas. Agradecer também ao Senador Flávio Arns, que tem feito um grande trabalho na educação e conduzido esta Comissão.

Também agradecer a todos os debatedores, os expositores, pela oportunidade. A gente está aprendendo muito aqui também. A gente está anotando bastante para a gente poder conversar. O TCU está fazendo uma revisão do plano estratégico na área da atuação na educação básica e a gente também está muito interessado em criar uma estratégia mais objetiva para os próximos dois, três anos com relação ao PNE.

Também cumprimentar os ouvintes, aos que estão nos acompanhando aqui na transmissão.

A gente é muito empolgado com o tema da educação aqui no TCU, na AudEducação. E a gente entende tudo isso como um desafio e a gente é corresponsável por construir essas soluções. Vou tentar fazer um pouco o meio termo entre ser propositivo e também, de alguma forma, apontar um pouco do chicote, mas sem apontar culpados assim necessariamente.

Então, eu vou fazer uma explanação rápida. São três, quatro eslaides. Eu vou fazer aqui um compartilhamento de tela. Vamos ver se vai dar certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão conseguindo enxergar direitinho?

Então, inicialmente, é importante ressaltar que o TCU tem o Plano Nacional de Educação como um dos principais critérios para o controle, e a gente vem fazendo isso de forma sistemática desde 2016. O nosso plano estratégico do tribunal, que vigorou até o ano passado, definiu o PNE como um norte.

Como contribuir para o atingimento dos objetivos das metas do PNE? Foi essa a pergunta que nos norteou nos últimos anos e nós fizemos vários ciclos de acompanhamento do PNE, não só da Meta 7, mas de várias metas.

A gente não tem um trabalho específico sobre a Meta 7. Ela é mais sistêmica, vamos dizer assim, mas os nossos indicadores atrelados a ela, como o Pisa, o Ideb, taxa de alfabetização, têm muito a ver com a Meta 7. Já a taxa de escolarização da educação superior não entra na Meta 7, mas são os principais indicadores que nós observamos nos últimos anos.

Então, eu vou fazer aqui uma listagem. São dois eslaides, que são uma síntese dos trabalhos do tribunal, das recomendações, dos achados, da nossa reflexão nos últimos anos, da nossa lista de alto risco para nortear um pouco o que poderia ser melhoria no controle e na avaliação da Meta 7 do PNE.

Ao final, eu vou colocar um eslaide com vários trabalhos para quem quiser se aprofundar e conhecer melhor os relatórios e acórdão do tribunal a respeito desses temas.

Então, um ponto que a gente entende como fundamental, como a gente viu aqui nas palestras anteriores, é que há uma questão de equidade muito importante a ser observada, e a gente entende que esse assunto é fundamental. Inclusive a AudEducação criou uma unidade específica de direitos humanos, uma unidade em que a gente atua de forma mais transversal para capturar um pouco essas questões de desigualdade.

E com essa questão da pandemia e todos esses acontecimentos dos últimos anos, a gente percebe um aumento da assimetria dessas desigualdades educacionais tanto no fator regional, rural e urbano, quanto no socioeconômico, racial e de gênero. Em várias metas do PNE a gente observa isso, não é só na Meta 7. E aí que vem uma coisa interessante, porque a desigualdade é um problema, mas é preciso ter indicador concreto para ela, em que se consiga fazer uma análise, mas não um indicador específico sobre o problema da desigualdade.

Então, a gente acredita que diminuir a desigualdade deve ser o resultado esperado e expresso no próximo PNE. Acho que é um tema muito relevante e que pode ser melhor monitorado pelo Inep e pela sociedade nos próximos anos, já que a discrepância é muito grande entre as regiões, como mostraram os demais expositores anteriores.

Outro tema relevante para o qual a gente quer chamar atenção e que a gente vê como oportunidade é a compatibilização da LDO com o PNE. A gente quer priorizar o PNE ano a ano e a gente precisa que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LDOs estejam mais atreladas ao Orçamento. A gente observou em vários trabalhos que tem esse descasamento, e isso precisa ser melhorado na técnica orçamentária.

Outro ponto que a gente julga importante é a impossibilidade da avaliação do PPA agora, que termina em 2023, no Programa Educação Básica de Qualidade. A meta que está atrelada a esse programa, a principal meta é o indicador do Ideb, mas a apuração desse indicador é bianual. Então, como é que a gente vai acompanhar um PPA anualmente com um indicador bianual? Então, há uma discrepância e esse indicador o TCU já sugeriu que fosse modificado. Ele não observa a questão da regionalização. É importante que os indicadores do PPA sejam regionalizados de alguma forma, porque é um princípio constitucional estabelecer, de forma regionalizada, essas diretrizes, esses objetivos e essas metas da administração pública federal. Então, tanto na questão da desigualdade quanto com relação aos indicadores a gente entende que são pontos importantes para evoluir no próximo PNE, mas também no PPA.

Outro ponto que a gente tem observado em vários trabalhos do tribunal é a questão do aumento da transparência e melhor monitoramento da avaliação das metas do PNE. De fato, a gente não tem um sistema de avaliação anual ou bianual oficial que o Governo Federal produza, com avaliação não só do desempenho, e também da questão da aprovação da Meta 7 do PNE, mas também uma avaliação mais sistêmica com relação à gestão, infraestrutura, investimento.

É algo que o Governo Federal poderia publicar anualmente de forma mais analítica, para a gente observar essa variação das metas do PNE. Então a gente busca um PPA, alguma coisa, pega os resultados do Inep a cada dois anos, mas a gente não tem uma forma oficial. Há vários relatórios produzidos pelo setor não governamental que nos ajudam muito, mas a gente ainda carece de um monitoramento mais eficaz. A gente vê um baixo nível de governança do MEC; a gente também encontra uma gestão de riscos do PNE incipiente, você tem objetivo, você tem meta e tem que ter uma gestão de riscos para essas metas, para enfrentar isso. A pandemia nos mostrou que esses riscos influenciam bastante as metas do PNE, mas existe um risco sistêmico de não atendimento das metas do PNE. Então não é uma questão sobre a Meta 7, há uma dificuldade de aproximar a meta da realidade.

Então, essa ausência de monitoramento contínuo e avaliações periódicas quanto à implementação do PNE é algo que precisa evoluir e é um esforço não só do MEC, mas de toda a sociedade, sobretudo com a participação dos entes de um sistema de governança mais multinível que a gente acredita que possa ocorrer.

Agora, dando um enfoque mais objetivo à Meta 7, o TCU, ano passado, evidenciou que tanto o Sistema Nacional de Educação como o Custo Aluno-Qualidade são problemas, são questões crônicas. A gente vem acompanhando esses temas já há alguns anos, mas tem um problema que, por não ter ainda um desfecho, tem uma repercussão muito importante para a qualidade da educação no Brasil.

Com o advento da Emenda Constitucional 108/2020, o CAQ ganhou sede constitucional, é um desafio regulamentar esse projeto de lei complementar, inclusive o do Senador Flávio Arns, que se encontra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Câmara dos Deputados, e também visa a regulamentar o Sistema Nacional de Educação. Isso é importante porque essas regras vão definir o regime de colaboração interfederativa e, com relação à aderência, esses padrões mínimos de qualidade no ensino que a gente espera para a educação como um todo.

Sobre esse tema, a implementação do CAQ envolve a articulação de vários atores e instituições responsáveis pela elaboração e execução dessas políticas, sendo imprescindível a institucionalização do SNE. Mais uma vez, essa pauta hoje está no Legislativo e foi, por muito tempo, atrelada ao MEC. Com o advento dessa emenda constitucional, a questão precisou de uma lei complementar que regulamentasse isso, porque tem muito recurso do Fundeb, no momento da complementação do Fundeb ano a ano, até 2026, e a gente entende que com a regulamentação vai se poder alocar mais recursos para a educação básica no país.

Acredito que a Senadora Damares está acompanhando isso também, é um ponto nevrálgico, mas a gente destaca porque a questão do financiamento da educação é um pilar fundamental.

Então, a gente entende que é uma oportunidade de o Congresso promover uma maior participação direta não só do MEC, da área educacional do Governo, mas também dos outros atores nessas discussões, nessas negociações, a exemplo do que nós estamos fazendo, agora, aqui, nesta audiência, para debater esses temas do novo Sistema Nacional de Educação, mas também debater sobre os riscos jurídicos fiscais que poderão advir da nova operacionalização do novo Fundeb. Há muita... Aqui na Secex, na área de educação, a gente recebe muita demanda jurídica, os precatórios do Fundeb, discussões municipais sobre se pode usar ou não recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino... Então, a gente tem essa visão de que, se não forem muito bem debatidos esses riscos, possa haver muita judicialização desses critérios, dessa repartição de critérios dentro do Fundeb.

Além disso, a gente observa que, por falta de instâncias interfederativas de monitoramento e de avaliação, que ainda não funcionam de forma adequada, de modo geral, para vários programas do MEC, do FNDE, como o PAR, como o ensino médio, como o próprio Pnae, fica difícil entre os entes definir o que é prioridade, tomar decisões coletivas, assim, conjuntas para aperfeiçoar essas políticas. E, sem isso, o próprio MEC tem muita dificuldade de fazer uma alocação eficiente e o FNDE também. É preciso criar, de fato, por meio do Sistema Nacional de Educação, instâncias mais bem configuradas de avaliação e monitoramento das metas do PNE como um todo, uma forma de se ter uma melhor alocação desses recursos e de mudanças de decisão sobre assistência financeira, assistência técnica para os entes e também divisão de boas práticas sobre a educação no Brasil.

Por último, eu trouxe aqui a questão do PAR, que é o Plano de Ações Articuladas, que é um instrumento de transferência de verbas federais, mas que, na verdade, deveria ser um instrumento de diagnóstico e planejamento da política educacional. Os municípios solicitam recursos, mas não existe uma priorização desses recursos para aqueles entes que demandam mais sensibilidade para se resolverem os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas da educação que a gente aponta. Então, para corrigir essas distorções, essas desigualdades, a gente entende que o PAR pode ser um instrumento melhor, mais bem configurado, com critérios mais claros, porque aí os Parlamentares podem fazer alocação de emendas parlamentares, mas sempre obedecendo, assim, a uma lógica de que aquele município é mais carente para receber aqueles recursos.

Então, a gente vê isso como oportunidade de melhoria da governança do PAR e oportunidade de melhor eficiência na alocação desses recursos.

Então, são trabalhos que a gente vem fazendo nos últimos anos. Eu pincelei aqui aqueles que têm um enfoque mais sistêmico, que pode impactar mais a Meta 7 como um todo, mas quero colocar à disposição que o tribunal tem vários trabalhos mais específicos, como a avaliação do Pnae, a avaliação do Novo Ensino Médio, que ainda está no gabinete do Ministro e que vai ser publicado, esse acordo, a qualquer momento, e outros tantos que a gente tem em vista.

Então, para finalizar, eu vou deixar um quadro aqui para aqueles que puderem ou quiserem se aprofundar um pouco mais.

Do lado esquerdo a gente tem vários trabalhos sobre indicadores que o tribunal realizou, indicadores do PPA, sobre os padrões de qualidade, sobre os indicadores educacionais que a gente fez no âmbito da Olacefs.

Na parte central, em cima, a gente tem alguns outros trabalhos que o tribunal executou no Plano Nacional de Educação. São cinco ciclos de acompanhamento, e nós estamos nesse quinto ciclo. E, do lado direito, trabalhos mais vinculados à Meta 7. Não há algo específico sobre a Meta 7, mas trabalhos que atuam sobre as estratégias da Meta 7, como o Novo Ensino Médio, trabalhos sobre a governança no MEC e no FNDE, sobre os critérios de distribuição desses recursos, trabalhos sobre alimentação escolar, transporte escolar e outros.

Então, para não exceder muito o tempo, neste momento eu encerro, agradecendo. Estou à disposição para maiores esclarecimentos.

Obrigado, Senadora. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Doutor, obrigada, obrigada, mas eu estou impressionada sobre como vocês são bonzinhos. Muito obrigada.

Doutor, o senhor fez um destaque sobre o qual eu acho que a gente vai ter que falar muito, daqui para frente, nesse trabalho.

E, por falar em trabalho, gente, o nosso plano de trabalho da avaliação está na página da Comissão, mas eu também posso enviá-lo por *e-mail* aos senhores, para aqueles que ainda não receberam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos que construir um plano de trabalho para fazer essa avaliação aqui na Comissão, e o senhor destacou isso, mas o senhor traz um destaque que a gente vai precisar perseguir, que é o casamento entre LDO e PNE. Se a gente não tiver esse casamento, a gente não vai conseguir alcançar nenhuma meta. E, aí, a gente tem que lembrar que nós estamos na construção do PPA, Doutor.

Eu tenho feito um chamamento dos secretários nacionais do MEC. A gente tem um ministro que foi Governador de um estado que tem bons indicadores e eu tenho conversado muito com os secretários nacionais do MEC sobre o nosso PPA. E a nossa Comissão vai ter que acompanhar a construção do PPA, que são três anos. São três anos. Se a gente erra na construção do PPA, sem considerar o que já foi apresentado aqui, os riscos, e sem considerar, Doutor...

Uma preocupação que o senhor traz é o baixo nível de governança do MEC, que é histórico, gente, que é histórico, e vai um tempo aí para a gente aperfeiçoar essa governança lá do MEC.

E também esse olhar para a gestão de riscos. Nós vamos precisar estar atentos.

Se eu terminar esse trabalho aqui, doutores, trazendo propostas para mais transparência no monitoramento e na avaliação, eu vou me dar por muito satisfeita. E eu quero muito que vocês me acompanhem.

E por fim, Doutor, quando o senhor traz aí a questão da regionalização da meta. A gente vai ter que falar sobre isso. E deixe-me citar um exemplo que eu cito sempre nas minhas falas: o custo Marajó. Vamos trazer Marajó para essa discussão.

Tá: não querem falar de Marajó para o alcance, o custo Marajó, o orçamento Marajó? Vamos falar de Roraima: 900 mil venezuelanos já entraram ali, registrados, sem contar os que não passam pela Operação Acolhida, que não passam pelo acolhimento oficial. Nós vamos ter que pensar a meta Roraima. Nós vamos ter que pensar a meta... Esses meninos que chegam sem falar português ao Brasil e que estão povoando as nossas escolas, não só no Norte. A interiorização é uma realidade. Eles estão sendo interiorizados.

Então, Doutor, a regionalização, um PPA, um PNE, casado com a LDO, eu acho que faz toda uma diferença. E, claro, a governança e a gestão de risco.

Então, muito obrigada, TCU, mas vocês não eram bonzinhos assim comigo não! (*Risos.*)

Muito obrigada pela participação, e a gente vai continuar essa conversa com o TCU e com os órgãos de controle.

Eu falo, brincando aqui sobre o chicote, mas, sem vocês, a gente não acerta, a gente não coloca o vagão no trilho. Sem vocês, a gente perde o norte. Então, muito obrigada por esta participação!

E agora a gente recebe – que eu tenho certeza que vai dialogar com tudo o que já foi exposto aqui – o nosso querido Prof. José Francisco Soares. Todo mundo que trabalha com avaliação sabe que ele é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa autoridade, e eu tenho muito respeito e admiração pelo trabalho dele, e nós estamos aqui numa expectativa muito grande para ouvi-lo.

Professor, seja muito bem-vindo! Para quem esqueceu ou quem não o conhece, ele é Professor de Estatística da Universidade Federal de Minas Gerais e um dos grandes especialistas em avaliação, controle e monitoramento.

Professor, seja muito bem-vindo, é uma alegria tê-lo conosco nesta manhã!

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, muito obrigado! É um prazer estar aqui e é um prazer participar, mas eu devo dizer que o grande especialista em avaliação é o Prof. Ruben Klein, que vai me seguir. Ele foi meu professor.

Eu estou numa situação um pouco diferente. A Senadora me apresentou como professor de Estatística, mas eu recebi um convite para falar sobre avaliação da educação básica sobre a ótica do direito. Então, eu estou com essas duas dimensões, a evidência que me faz e o direito. Mas a Senadora falava de algo que me parece extremamente importante, que é o fato de que o Brasil é um país muito diverso, infelizmente, muito dividido, mas nós temos que ter uma base comum, e essa base comum é a Constituição. Então, eu vou começar com a Constituição.

A Constituição, no art. 205, fala de direito à educação. É simbólico o fato de que esse artigo nunca foi tocado, e ele diz muito claramente: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida, incentivada...". E, agora, diz para que a educação: "... visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Qual é a minha leitura aqui? Eu quero dizer que nem todos vão concordar comigo.

Há a ideia do direito e a ideia do dever do Estado. São duas dimensões diferentes. A gente usa – todo mundo e vários dos colegas anteriores usaram –, de forma genérica, qualidade da educação. Mas, se eu não separo o direito e o dever do Estado, eu tenho dificuldade de caminhar. As 36 estratégias da Meta 7 confundem tudo.

Então, eu vou falar do direito e vou falar muito pouco do dever do Estado. Por quê? Porque todas as outras metas – que não são a Meta 7 – falam do dever do Estado, mas alguém tem que falar do atendimento da garantia do direito. Pois bem, quando é que o direito da criança está atendido? Quando ela aprendeu! Quando ela aprendeu o que a Constituição diz que ela devia aprender, que é ser capaz de se desenvolver, ser capaz de se preparar para o trabalho e para a cidadania. Então, o aprendizado é absolutamente essencial na garantia do direito; é ele que concretiza.

E agora eu vou usar um termo, que não é polêmico nesse nosso grupo aqui, mas que é muito polêmico dentro da educação, que é dizer que educação tem resultados. Mas o resultado, na minha maneira de pensar, é a expressão do direito. Claro que eu quero colocar mais ênfase no direito do que nos resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há pessoas que são enamoradas dos resultados. É como: se estivesse medido, está ótimo. Eu vou voltar nisso. Essa é uma questão séria.

Pois bem. Então, quando eu falo de direito concretizado, eu preciso dar um passo além agora, que os meus colegas já anteciparam e que é importante: eu não tenho resultado sem a criança estar na escola. Parece que é uma obviedade, mas é muito importante que a gente tenha clareza de que resultados educacionais – portanto, a garantia do direito – implicam duas coisas: que a criança esteja na escola e que ela aprenda enquanto estiver na escola.

A Emenda n° 108 nos deu uma ideia muito clara de como tratar o atendimento de uma forma central, como resultado. E, aí, eu queria chamar a atenção de que o Inep – e aproveito para saudar a Alvana, que representou aqui o Inep, uma pessoa tão importante nessa instituição – tem um painel educacional feito pelo Censo, e eu explico o que é que significa isso. O Brasil tem o nome de cada criança que nasceu a partir do ano 2000, e, portanto, com esses dados, a gente pode verificar se essa criança teve a trajetória regular. Então, aqui fica um convite para todos vocês: não vamos falar agora de outra coisa, de atendimento, sem olhar o indicador completo, que é a trajetória.

Eu explico o que é a trajetória. Se a criança entrou aos seis anos, aos sete ela deveria estar no segundo ano; aos oito, no terceiro ano. Então, trajetória regular é ter a idade cronológica batendo com a série, com o ano escolar no qual você está.

Então, eu fiz um trabalho com a Profa. Teresa, que hoje é Diretora de Pesquisas do Inep, e o resultado que a gente mostrou é muito assustador: só 53% das crianças brasileiras estão com a trajetória regular depois de nove anos do fundamental. Eu não estou incluindo o ensino médio. Então, a gente fica dizendo de avanços, que são corretos e que aconteceram, mas a gente tem que colocar a qualificação desse resultado, que é a trajetória regular. É muito importante que a gente traga isso. Está aqui o meu convite para que todo mundo passe a se perguntar... Dada uma criança, perguntar a essa criança: "Escuta, a sua trajetória é regular? Onde você está comparando com onde você deveria estar?".

Mas, quando a gente olha a trajetória, nós temos oportunidade de verificar uma outra coisa. O meu colega do TCU falou sobre isso, mas eu queria enfatizar mais. Eu olhei, nesse trabalho que acabo de citar, 40 grupos. Eu dividi os estudantes em 40 grupos. Por que 40 grupos? Bem, porque eu trabalhei com os níveis socioeconômico dos estudantes, quatro níveis; cor e raça, cinco níveis; e sexo, dois níveis.

Portanto, eu pude verificar qual é a porcentagem de trajetória regular nesses 40 grupos. O que eu observei? Que a diferença do pior grupo, que é o menino preto pobre, para o melhor grupo, que é a menina branca de nível socioeconômico alto – isso é escola pública, e, então, não posso dizer que essa menina é rica, não é isso –, é uma diferença enorme, é uma diferença profunda, que está ausente da nossa meta. Percebem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando tratarmos agora de resultados, a gente tem que trazer a dimensão da desigualdade. Percebam que eu não estou falando de equidade. Esse conceito, às vezes, é usado para esconder desigualdade. Eu estou falando de desigualdade. Nós precisamos ter indicadores, esses indicadores existem hoje e, portanto, precisam vir para o centro do debate.

O que eu estou defendendo? Eu estou defendendo que se crie um indicador de vulnerabilidade educacional. A minha proposta seria essa que eu acabei de lhes dizer. Eu vou verificar... O mais difícil, gente, é manter a criança na escola. Então, se a criança ficou nove anos na escola, se ela terminou o fundamental na idade correta, alguma coisa ela terá aprendido, embora o aprendizado – vou falar em seguida – deva ser tratado. Então, nós precisamos ter um indicador de vulnerabilidade educacional. E, quando a gente for olhar os resultados – e eu convido o TCU para se preocupar com isso, fiquei muito feliz porque eles já estão dizendo isso –, você não vai me dizer de média. Média não diz nada na educação. Por quê? Porque o direito é o direito da pessoa, é uma pessoa que foi ou não foi atendida. E aí nós vamos dizer: "Escute, você está atendendo aos estudantes com essa vulnerabilidade educacional e com aquela?". Então, é um ponto importante. Isso não está colocado no novo PNE. Isso deve mudar.

E aí, Senadora, se posso lhe pedir, peço que isso entre no debate. As desigualdades são também resultados.

Pois bem. Agora eu preciso falar da segunda dimensão, que é a dimensão do aprendizado. Isso é muito importante, mas o mais importante é a alfabetização. Percebam: se a gente não tiver a criança alfabetizada adequadamente, ela está fechando uma janela que vai ser muito difícil... Ela está sendo impedida de trilhar uma direção, e, depois, vai ser muito difícil depois ser consertado isso. Por quê? Porque, sem você ser capaz de ler, você não é capaz de aprender. Pois bem. A resolução do CNE que fala da alfabetização diz uma coisa muito clara. O que significa estar alfabetizado? E eu leio: "[...] a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de [dados em] textos com a complexidade adequada à faixa etária dos estudantes".

Nós estamos falando de monitoramento. A Senadora falou várias vezes de monitoramento e avaliação.

Uma pergunta óbvia: será que os estudantes aos oito anos estão lendo os textos adequados à sua faixa etária? Isso é uma coisa simples de ser feita, e que não é feita.

Eu vou voltar nesse ponto, em que a gente não está discutindo quais são os instrumentos pelos quais nós estamos verificando a aprendizagem tão fundamental dos estudantes. Isso tem que vir por debate. Então, vocês, que definem a política, que implementam, que alocam a regra, precisam incorporar uma dimensão pedagógica. É impressionante como em todas as falas o pedagógico é assumido, ele não é explicitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive agora... A Senadora mencionou que foi assessora. Eu fiquei muito feliz com algo que aconteceu recentemente, que foi aprovada no concurso, para a assessoria do Senado, a Luana Bergmann, que é pedagoga e que vai dar uma contribuição importante, sempre chamando a atenção para que se a política tiver uma pedagogia falha, ela será muito ruim, a política educacional. Então, isso vai acontecer na educação básica e vai acontecer no ensino médio. Parte importante do problema do ensino médio é a fragilidade do modelo pedagógico que está por trás de várias iniciativas.

Pois bem, eu agora vou ser mais ainda sintético. Quando incorporarem a linguagem pedagógica, têm que incorporar alguma coisa que as pessoas entendam. E o que a pessoa entende? Ela, pessoa, entende tarefas: quando você aprendeu o que você deveria ter aprendido.

Nós deveríamos ter... Eu vou ficar na leitura, que é mais simples e com a qual eu estou completamente envolvido. Quando a mãe, o pai chegasse na escola e falasse: "Minha filha aprendeu?", a diretora sacaria os textos e diria: "Claro. Olhe, enquanto ela esteve conosco, ela saiu desse tipo de texto [lembram o que eu acabei de ler lá, da alfabetização] e caminhou para isso". Ou seja, nós precisamos ter um pedagógico concretizado. Isso não está feito, foi apenas o primeiro passo dado.

O segundo ponto, a Alvana, do Inep, colocou muito bem: é a importância dos níveis. Normalmente, no mundo, você trabalha com três níveis: o básico, o adequado e o avançado. Os três são importantes. Infelizmente, em países como o Brasil, a gente tem que colocar o abaixo do básico. É muito importante que a gente tenha clareza de quem está no abaixo do básico, sabe por quê? Porque diminuir o número de alunos que está no abaixo do básico é a melhor política para enfrentar as desigualdades e para melhorar. Aqui nós atenderíamos a todo mundo. É pegar quem não está aprendendo quase nada e dar a ele a chance de aprender.

Gente, isso não é óbvio... A Senadora falou e eu concordo muito, e a gente tem que dizer isso mais vezes: se você é sério para lutar contra as desigualdades, você tem que falar de dinheiro. Então, não dá para eu dizer que existe a desigualdade... Então, a gente, como sociedade, deveria estar disposto a dizer: "Olha, quem tem vulnerabilidade educacional menor pode ficar numa turma maior, mas quem tem vulnerabilidade educacional alta, talvez tenha que ficar em turmas menores". Isso para dizer que é de uma reorganização do sistema.

Então, os níveis são importantes. E eu fiquei muito feliz porque, na apresentação da Alvana, ela, mesmo tendo dito que os níveis não são oficiais, nos disse onde estamos. Foi muito educada, mas nós temos problemas sérios quando a gente olha a criança no abaixo do básico.

Acompanhem-me: a pior discriminação que pode acontecer é você ser uma criança que não aprendeu numa escola em que o Ideb é alto. Ninguém vai prestar atenção em você; você vai ser culpado. Agora, o indicador, se tivesse, dizendo que há crianças ali, chamaria a atenção, desviaria recursos para esses.

Finalmente, eu queria chamar a atenção para uma coisa extremamente séria, mas que nós não estamos olhando. A Meta 7 fala do Ideb e fala do Pisa. Ela diz que nós deveríamos melhorar para o padrão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pisa também. Deixe-me lhes dizer: isso não vai acontecer. Não vai acontecer porque nós estamos medindo numa métrica que não dialoga com a métrica do Pisa.

Para ser concreto, quando a gente pergunta se a criança brasileira sabe ler, eu dou a ela um texto muito, muito menos complexo do que iria se dar. Há um mês e meio, um mês atrás, nós tivemos o resultado do Pirls. O Pirls é o Pisa do fundamental. A gente sabia que o Brasil não se sairia muito bem, os estudantes brasileiros, mas ele se saiu particularmente mal. Por quê? Porque o texto que foi dado para os estudantes tinha 800 palavras, para o 4º ano do fundamental, que é o tamanho praticado. Por que 800 palavras? Porque a criança, nessa altura, deve estar lendo aproximadamente cem palavras por minuto. Então, não é nada do outro mundo pedir à criança para gastar sete, oito minutos para ler um texto e gastar mais 20 minutos respondendo às perguntas.

Então, o nosso padrão, a nossa especificação está desconectada. Aqui, de novo, se eu pudesse pedir a vocês, quando vocês olharem os resultados, se perguntem: esses resultados medem alguma coisa que, de fato, garante direito? A resposta é "não", entende? Aqui, tem um problema sério, sério, sério. É melhor ter indicadores do que não ter, mas a gente vai transformar a educação quando a gente der a chance de a criança aprender aquilo que ela precisa, e isso está ao nosso alcance. É muito difícil a gente imaginar que eu estou colocando a criança na escola, ela está ficando na escola, e aí, na hora de dizer o que ela deve aprender, eu diminuo a expectativa. Com isso, eu consagro a desigualdade do Brasil, porque, não nos iludamos, os 15% que o Herton disse que não estão no público, esses têm uma expectativa de aprendizagem completamente diferente.

O que eu termino dizendo? O tempo passa, e, de repente, estamos discutindo de novo o Plano Nacional de Educação, mas nós aprendemos muito nesse processo. São dez anos em que o debate educacional ficou muito mais amplo. Então, nós aprendemos muito, tem muita pesquisa. A sociedade civil participou de uma forma organizada. Tem pesquisa, mas também tem os relatórios, os relatórios do Inep, os relatórios do Ipea, os relatórios do TCU, tem muita coisa boa produzida, ou seja, nós podemos, no próximo PNE, dar um salto grande.

O que eu sonho com esse salto? Eu acho que a Meta 7 tem que ser drasticamente modificada. Primeiro tem que dizer: essa meta é a meta da garantia do direito; o resto é qualidade da educação. Gente, não minimizem isso. Falar de qualidade de educação ou de qualidade de ensino é você subalternizar a garantia do acesso, a garantia do direito. Quer dizer, a gente tem que falar de direito, eu quero garantir direito, e direito é a criança ficar na escola e aprender. A qualidade da educação é isso, mais o Estado cumprindo a sua função.

Então, quando eu falo de qualidade sem enfatizar o aprendizado, o que acontece? A pessoa sempre vai falar: "Mas o Estado não fez isso", "O Estado não fez aquilo", e a criança que está na escola hoje precisando acaba não atendida. Então, aqui também eu lamento, quase, para dizer: o debate educacional precisa enfatizar o aprendizado, e o aprendizado que liberta. Aqui eu estou falando para o colega do TCU

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e para o colega da CGU, quer dizer, vocês têm a responsabilidade de questionar. Percebam que a fala, principalmente a do colega da CGU, só toca nos aspectos formais, como se o aspecto pedagógico estivesse funcionando, e ele também precisa desse desafio externo, porque nada como as coisas mudarem quando o TCU ou a CGU falam: "Opa, não pode ser assim".

Finalmente, na Estratégia 7.36, que fala em criação de prêmios, nós temos muita evidência de que isso não é a maneira mais adequada de se tratar o fato educacional. Há uma ampla oportunidade para que a gente possa, através do monitoramento e da avaliação, incidir na melhoria da garantia do direito dos estudantes. Caminhamos muito, há muito que caminhar.

Eu queria lembrar uma coisa que para mim é muito importante, mostrando como que o Brasil caminhou. Quando eu nasci, o Brasil tinha 50% de analfabetos. Hoje, o analfabetismo é cada vez mais algo de pessoas idosas. Então, nós caminhamos. O que é ruim? Que nós estamos caminhando muito lentamente. Quando o IBGE disse que não somos 213 milhões, mas somos 203 milhões, mesmo que esses números possam mudar um pouco, ele está dizendo o seguinte: o desenvolvimento do Brasil implica que cada brasileiro precisará participar tendo a educação, ou seja, a educação se torna, cada dia mais, absolutamente essencial. E não é tão difícil assim, não é, gente? Mais recursos, mais pedagogia, mais compromisso e, é claro, monitoramento e avaliação.

Muito obrigado, Senadora; muito obrigado, meus colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Professor, o senhor tem essa capacidade de desafiar a gente a pensar longe, pensar além.

Eu sou uma normalista, Professor, e vi a educação sair do flanelógrafo – eu usei flanelógrafo – para o *tablet*, a gente sair das rodas de conversas para as redes sociais. Essas mudanças todas são muito rápidas, Doutor.

Quando o senhor falou dez anos, verdade. Em 2014, a gente estava aqui discutindo o PNE e, no ano que vem, a gente tem que fazer a nova entrega. Está tudo muito rápido, muito dinâmico.

E, quando a gente fala da avaliação, ou a gente traz a métrica do Pisa, ou a gente não faz a comparação – ou a gente não faz a comparação. O senhor nos faz pensar nisso e nos faz pensar sob a ótica da educação básica, sobre o direito à educação. A gente vai ter que falar sobre isso. E aí, Doutor, Professor querido, a gente está vendo hoje muitos invisibilizados que estão sendo hoje vistos. Por exemplo, a comunidade cigana no meu país. Professor, a gente tem indicação de que eles são 1,5 milhão de ciganos no meu país. Os acampamentos existem de verdade, e essas crianças estão lá no acampamento. Como falar de uma educação que também alcance os meninos e meninas ciganos, que antes, até 20 anos atrás, estavam invisibilizados no meu país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Professor, o senhor nos faz pensar grande, o senhor nos desafia. Acho que essa audiência pública precisa ser muito compartilhada depois, com todo mundo que não teve tempo e oportunidade de estar acompanhando o debate hoje, a gente tem que compartilhar muito. Sua fala é uma fala que nos desafia, que nos faz pensar além.

Muito obrigada, Professor, por sua colaboração nessa audiência. E a gente vai buscá-lo outras vezes. Até o final desse nosso trabalho, nós vamos buscá-lo outras vezes. É professor de estatística, sim, mas fala do direito à educação, da forma como a gente gostaria de ser provocada o tempo todo. Obrigada, Professor, por sua participação.

A gente vai para o nosso penúltimo expositor agora, que é o nosso Prof. Ruben. Todo mundo tem aqui o maior carinho, reverência por ele. Nosso penúltimo, nós estamos dentro do tempo previsto. E eu convido vocês a acompanharem agora a exposição do Prof. Ruben Klein.

Seja muito bem-vindo, Professor. Uma honra tê-lo nesse debate, participando conosco desta avaliação dos nossos indicadores e dos nossos índices de educação. Bem-vindo, Professor.

O SR. RUBEN KLEIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelo convite, Senadora. Muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui com todo esse time de gente competente que está aqui. E é muito difícil falar depois do Chico e depois de outras pessoas.

Eu costumo falar muito de dados, eu ia trazer muitos dados. Felizmente, dessa vez eu não trouxe, porque a Alvana e o Herton já mostraram um bocado de dados, coisas que eu poderia fazer.

Eu queria mostrar... Poderia mostrar um PowerPoint, uns eslaides? (*Pausa.*)

Então, ótimo. Bom, pode andar, pode caminhar? (*Pausa.*)

O.k., aqui eu vou passar rápido, porque é a Meta 7, que é fomentar a qualidade, e já foi muito mencionada. Então, por favor, eu não vou... Quer dizer, com melhoria do fluxo escolar e aprendizagem, o Ideb.

Por favor, segue em frente.

Bom, aqui eu trouxe a comparação que a Alvana já mostrou, nacional. Só queria fazer uns comentários: 2021, como o Herton falou, é um ano atípico e houve um grande... A taxa de aprovação subiu bastante, quase a promoção automática, que eu acho que, no caso, foi uma política extremamente acertada, porque o aluno não poderia ser punido por causa da pandemia.

Mas isso também nos trouxe outra evidência que está de acordo um pouco com o que o Chico falou sobre a trajetória. E eu falo na repetência. A repetência, que é a trajetória é ruim, e você tem repetências. O aluno não segue o seu ritmo certo. E a repetência é a grande causa da evasão. Todo mundo fala em evasão, mas fala-se pouco da repetência. E os alunos, a maior parte dos alunos, quase todos que se evadem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em geral, têm uma ou mais repetências. E o que a pandemia nos mostrou? Que os alunos, os jovens, querem ficar na escola.

Então, a gente vê o seguinte: com a promoção automática, com o aumento... Não só com a promoção automática, que não foi geral, mas com o aumento da taxa de aprovação, as matrículas aumentaram, a evasão caiu. Esse é um dado muito importante. E agora, aparentemente, os dados novos já começam a mostrar que a aprovação vem caindo um pouquinho. Eu espero que não caia de novo aos níveis anteriores, que se mantenha, porque isso faz uma diferença muito grande.

É muito melhor manter o jovem na escola do que deixar ele sair. O que a escola tem que fazer é dar uma maior atenção. Se ele está com problemas de aprendizado e outros problemas, a escola tem que dar atenção especial a ele. Eu sempre digo que uma escola boa é a escola na qual o aluno aprende e passa ou, equivalentemente, passa e aprende. Nada fora isso – passar e aprender – é aceitável, tá? Não adianta uma promoção automática sem aprendizado e não adianta dizer: "Olha, eu só deixo os que aprenderam passar". E os outros? Ficam para trás, o que é um desastre. Então, nada disso. E isso aí a pandemia nos mostrou.

Então, a gente vê os resultados aqui, no Brasil, onde, obviamente, as diferenças regionais são muito grandes. A Alvana mostrou, o Herton mostrou, ainda bem que eu não trouxe esses dados, mas a gente vê o que aconteceu. No fundamental, em 2021, se a gente usar esses dados, caiu um pouco porque caiu... Apesar do aumento da taxa de aprovação, caiu bastante a aprendizagem. Nos anos finais, o aumento da taxa de aprovação foi muito grande e compensou a queda de aprendizagem. E, no ensino médio, ficou igual, porque um compensou o outro e ficou estável.

Mas o que a gente vê com isso também, como está se falando, é que a gente estava quase atingindo a meta do Ideb nos anos iniciais; estávamos mais perto nos anos... Não íamos atingir, mas estávamos chegando mais perto nos anos finais; e estamos longe no ensino médio. Então, a gente vê que a gente tem que caminhar muito. E eu diria que as metas têm que ser factíveis, mas elas têm que ser ambiciosas, porque, se elas não forem ambiciosas, a tendência é ficar para trás. Então, se a gente quer ir para frente, temos que ter metas ambiciosas. É melhor a gente não conseguir atingir uma meta bem ambiciosa, mas chegar perto, do que atingir uma meta medíocre, o que não adianta de nada. Então, esses números mostram muito bem isso que está acontecendo.

Só para entender isso melhor, por favor, muda o eslaide.

Eu vou dar uma ideia do que é o Ideb. O Ideb, para entendermos o que é essa padronização, é uma nota padronizada, baseada na escala do Saeb, e o índice de rendimento. O índice de rendimento é uma média de taxas de aprovação por segmento. Isso é feito por segmento, porque é dos anos iniciais, dos anos finais e do ensino médio, porque são muito diferentes. Então, a gente tem que olhar por eles. Eu não vou entrar no detalhe, mas, se a gente aumenta a nota padronizada e o índice de rendimento, obviamente a gente aumenta o Ideb. A gente pode aumentar a nota padronizada e baixar um pouco o índice de rendimento e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda assim, ter o aumento. Ou ainda: se o índice de rendimento cair muito, cai tudo. Então, a gente tem uma compensação, um compensa o outro.

Isso foi muito importante porque, se a gente quer realmente melhorar, a gente tem que melhorar as duas coisas. E como foi mostrado, a Alvana mostrou, as taxas de aprovação, desde que existe o Ideb, subiram bastante. Isso é uma coisa. Elas vinham subindo lentamente, aceleraram principalmente nos anos iniciais, depois começaram os anos finais, e, finalmente, o ensino médio, bem atrasado.

Mas isso é fundamental, porque nós queremos uma educação de qualidade para todos. Em uma educação de qualidade para todos, ninguém pode ficar para trás, todo mundo tem que passar. Isso é uma coisa extremamente importante. Agora, a importância dessa nota padronizada é para a gente poder comparar o Ideb, pois a gente tem que ter comparabilidade. Claro, a taxa de rendimento e a taxa de aprovação são comparáveis, isso não é problema. Agora, a gente precisa ter uma medida de aprendizado comparável ao longo do tempo.

Por favor, pode seguir.

Pode mudar o eslaide?

O Saeb é extremamente importante, sendo o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Ele existe desde 1995 e teve uma função extremamente importante, que foi chamar a atenção para a qualidade de aprendizagem, pois até o Saeb, pouco se falava sobre isso. O Pisa só veio depois, em 2000 – o primeiro Pisa foi em 2000, e nós começamos em 1995. O Brasil começou a usar o Saeb em 1995 com uma metodologia que está sendo usada, que é usada no Pisa, que é usada na avaliação americana, na Unep, que é usada em várias avaliações europeias, que é a Teoria de Resposta ao Item, que permite fazer esse tipo de coisa. Eu não vou entrar aqui na parte técnica, em detalhes. Se alguém quiser depois conversar, estou à disposição. Mas, obviamente, aqui não é o local para isso.

Mas o objetivo da avaliação é avaliar – como o Francisco está falando – o que os alunos sabem e são capazes de fazer, suas habilidades e competências, e monitorar o sistema educacional. Para isso, é preciso ter essa comparabilidade. E tem também como objetivo coletar informações que ajudem a explicar o sucesso escolar e a formular as políticas públicas.

Por favor, pode mudar o eslaide.

Para isso, tem os testes cognitivos, que desde 1995 vêm sendo em língua portuguesa e matemática nos anos finais, no quinto ano do ano inicial, no quarto ano dos anos finais, no nono ano do ensino fundamental, e na terceira série do ensino médio. Tem também questionários de alunos, professores, diretores, gestores, para auxiliar nas análises. E para os resultados da aprendizagem, o uso da Teoria Resposta ao Item permite essas comparações.

Por favor, pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A teoria são modelos matemáticos que modelam a probabilidade de resposta a um item com função da proficiência do aluno, que é uma variável não observável, e de parâmetros que expressam certas propriedades dos itens.

Eu vou ficar nisso aqui, não vou falar mais nada para não complicar muito.

Então, por favor, vamos seguir aqui.

Bom, agora, o que o Saeb trouxe também, que eu acho que foi uma novidade – isso pode ser feito em qualquer escala, mas não costumava ser feito, mas foi uma novidade –, é a interpretação das escalas, isto é, descrever o que o aluno sabe e é capaz de fazer em geral em alguns pontos da escala. Isso é crucial porque é isso que permite julgamentos e as definições que foram mencionadas aqui do nível básico adequado e avançado. Como é que eu vou poder definir alguma coisa sem ter uma medida, sem poder fazer um julgamento?

Então, essa interpretação da escala é que nos permite fazer isso. Então, ela é extremamente importante. Na realidade, a meta do Todos que define o nível adequado e quer que 70% dos alunos estejam acima desse ponto, desse nível, na realidade não é a Meta 4, é a Meta 3. Foi engano meu. A Meta 4 é a meta de inclusão, de término e de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

Mas isso é extremamente importante. Foi a primeira vez, essa meta do Todos, em que se definiu o nível. Uma coisa que eu vinha falando desde 1995. Gente, a gente agora tem a interpretação da escala. A gente pode fazer julgamentos, cada um pode fazer o seu, mas é importante a gente ter isso nacionalmente.

E não só isso. Se eu quero falar em qualidade, eu tenho que dizer o que é qualidade porque qualidade pode ser subjetivo. O que é qualidade para mim pode não ser qualidade para você ou para outra pessoa. Quer dizer, a gente pode ter julgamentos. Então, eu tenho que ter um consenso do que a gente entende por qualidade, o que a gente quer atingir.

O Ideb... O Reinaldo, que é o criador do Ideb, não está aqui. Ele fez uma comparação utilizando parâmetro Pisa no nono ano, que na meta do Ideb está 5,5 e não 6, para ser mais factível de se chegar, quando na realidade seria 6. Nós temos muito o que caminhar.

Então, a escala, a gente ter boas avaliações na escala é muito importante. Eu acho que o Inep, novamente eu vou elogiar o Inep, fez um ótimo trabalho com o Saeb, etc. E agora tem que dar um passo adiante e está começando a dar, melhorar as avaliações, modernizar um pouco as avaliações.

O que foi feito até hoje foi extremamente importante, e é por isso que nós estamos aqui falando sobre isso, qualidade. No Brasil, só se falava em construir escola. Educação era construir escola. É claro que é importante, mas está longe de ser suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje em dia se fala em qualidade. Saiu o resultado do Saeb, saiu o resultado do Pisa. A imprensa vai atrás, todo mundo vai atrás. E isso foi uma novidade muito grande no Brasil porque ou a sociedade exige a melhoria de qualidade, qualidade na educação para todos, ou não vai para frente. Então, é muito importante que isso seja assim.

Por favor, avance um pouquinho.

Então, como eu estava falando, hoje em dia a gente está vivendo mudanças. Visivelmente, foi em face da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi muito importante. Isso vai trazer algumas coisas também que o Chico falou. E o Ideb. Tudo está sendo rediscutido agora. A Lei do Ideb está acabando, sendo discutida, e está se discutindo a mudança na avaliação.

O Saeb, desde 2019, já inclui a avaliação do segundo ano do ensino fundamental, atualmente de forma amostral.

Como o Herton falou, o Saeb, desde 2005, faz o levantamento censitário das escolas públicas, que até 2005, desde o começo, é amostral e continua amostral nas escolas privadas. Mas o Saeb começou experimentando. Começou agora a avaliação do segundo ano, amostral, para a alfabetização – e o que é muito importante: com testes em língua portuguesa e matemática. Não podemos deixar a matemática para trás, pois sem matemática a gente não avança. Então é muito importante a alfabetização em matemática também. Então aí começou.

E a gente pode ver – começamos em 2021 – que houve a queda em outras séries e houve uma queda mais expressiva ainda do segundo ano, uma queda maior. O que a gente vê é que as crianças jovens, que estavam começando a aprender, foram as mais prejudicadas. Tanto o censo escolar como a Pnad também mostram que a evasão, a saída da escola se deu neste segmento de quatro, cinco, seis anos, como a gente pode ver pelos dados iniciais da Betina, do IBGE, que é onde se deu a queda. Nas idades mais avançadas, não houve queda de frequência. Pelo contrário, aumentou. A evasão diminuiu por causa da melhoria das taxas de aprovação. Então, isso é muito importante. O Inep também começou, em 2019, avaliando ciências da natureza e ciências humanas no 9º ano também de forma amostral; e este ano vai incluir o 5º ano, também de forma amostral.

Todas essas avaliações novas – do 2º ano, de ciências da natureza e humanas, que já estão sendo baseadas na BNCC – já estão procurando trazer itens de resposta obstruída e não só itens de múltipla escolha, ou seja, são itens em que o aluno tem que escrever a sua resposta. Ele não pode simplesmente olhar e dizer: "Não, não é essa aqui. É essa aqui". Ele tem que escrever a sua resposta. Isso está começando e também está para ser analisado na Teoria de Resposta ao Item, o que está sendo feito.

Este ano, acho que o Saeb, por causa do PNE e do Ideb, etc., está mantendo a matriz. Mas eu acredito que, em 2025, já vão mudar as matrizes. É uma coisa importante começar a incluir itens de resposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construída e começar também a medir habilidades mais complexas, que estão medindo hoje, coisa que o Chico vem pedindo. Eu também peço. Acho extremamente importante fazer isso.

Por favor.

Outra mudança que eu acho que é o grande desafio, além da mudança do Saeb, que vai influir, vão ser mudanças no Ideb. O que vai ser o novo Ideb? É claro que o novo Ideb vai ter que incorporar as mudanças do novo Saeb. Esse vai ser um desafio também para as metas, porque as metas vão levar em conta o novo Ideb.

Então, tem várias propostas que estão sendo discutidas, e eu acho que já há bastante consenso numa delas, que é substituir a parte da média do Ideb por indicadores que levem em conta os níveis que a gente quer privilegiar, os níveis mais altos, porque a gente quer que todo mundo aprenda. Quer dizer, a gente tem que identificar quem está embaixo, a gente quer, por exemplo, que o percentual no nível abaixo do básico caia e desapareça, que não tenha ninguém ali e que cada vez mais esteja quase todo mundo nos níveis acima do adequado ou mais. Então estão sendo propostas coisas desse tipo.

Também existem propostas para substituir a taxa de aprovação, que reflete o fluxo, mas não mede saída, não mede nada disso, por medidas como a que o Chico está propondo, com todas as trajetórias do aluno, ou com propostas como taxa de conclusão no tempo certo, que eu diria que, de certa maneira, é equivalente. Ambas requerem que o aluno fique na escola e termine seu segmento no tempo correto, quer dizer, tenham trajetórias corretas e terminem no tempo correto. Então são propostas que estão na mesa, ninguém sabe ainda quais vão ser as decisões, mas que vão acontecer. Eu acho importante que a Comissão acompanhe esse debate, porque ele está acontecendo, para poder, inclusive, incorporá-lo. Pode ser, às vezes, mais difícil depois, que é fazer metas, enquanto não tiver as novas escalas e novos referenciais, mas a gente vai ter que enfrentar esse desafio.

E há outro debate que está sendo feito, foi o que o Chico trouxe aqui, e também acho que o TCU trouxe, que é o debate das desigualdades, ter indicadores de desigualdade, o que é extremamente importante, a desigualdade socioeconômica, a desigualdade por sexo, a desigualdade por cor, raça e outros grupos que a gente acha importante. É importante também definir esses indicadores, que seriam além do Ideb, ou, de alguma maneira, incorporados ao Ideb. Isso tudo tem que ser feito.

Por favor, pode avançar.

Como eu já falei sobre isso, pode continuar.

Eu acho que é mais ou menos sobre isto que eu queria dar uma ideia, de como estava e do que está para acontecer, que são coisas importantes, e trazer a ideia da qualidade para todos, corroborando, reforçando o que o Chico veio falar sobre o direito, que chamamos de educação de qualidade para todos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente tem que saber o que é educação de qualidade e todo mundo tem que ser aprovado, todo mundo tem que chegar a concluir o fundamental e, mais ainda, todo mundo concluir o ensino médio.

Como o Chico falou, eu acho que a gente avançou muito nos últimos anos, mas ainda é pouco. Precisamos avançar muito mais. Então eu acho que esta audiência, o esforço da Comissão, etc., vai ser uma melhoria. Eu acho extremamente importante e obviamente estou à disposição para qualquer pergunta, qualquer coisa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Prof. Ruben, obrigada, obrigada mesmo.

Para quem está chegando agora, o Prof. Ruben Klein é da Fundação Cesgranrio e é esse pensador, esse provocador.

Professor, quando o senhor traz sobre o novo Ideb, já com as mudanças do Saeb, a gente tem que estar atento a isso.

O senhor também faz a provocação da definição do nível básico: o que é nível básico, nível adequado e nível avançado? O que a gente quer? O que a gente entende realmente? Então, essa conversa vai continuar, Prof. Ruben.

Vou deixar aqui uma grande notícia: o time de técnicos que está acompanhando a gente aqui é muito bom, e a gente vai interagir muito com o senhor, Professor.

Os Consultores do Senado designados para essa tarefa são: a Dra. Paula, o Dr. Fernando e a nossa pedagoga Luana, que passou no concurso agora, do qual o Prof. Francisco falou. E aqui, no gabinete, está capitaneando comigo uma ex-Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, a Dra. Viviane Petinelli, Doutora em Políticas Públicas. Então, nós queremos, de fato, Prof. Ruben, no final, entregar esse trabalho com propostas, com encaminhamento, com direcionamento e vamos precisar contar muito com a sua participação. Põe água aí na chaleira que eu vou tomar café com o senhor também. Os Senadores vão procurá-lo muito, a Comissão vai procurá-lo muito.

Muito obrigada, Professor, por sua colaboração, que, como sempre, foi brilhante.

Agora a gente vai para o nosso último expositor, que é o Gabriel Leite Mendes. Ele é sociólogo, consultor educacional, membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Coordenador pedagógico da Associação Guardiões da Infância. Ele tem um desafio, agora para finalizar, falando sobre a fragilidade do Ideb como indicador de qualidade da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a fala dele, a gente vai para o encerramento deste nosso encontro. Se tiver algum expositor que queira fazer uma consideração final – mas eu creio que a gente já está dando como satisfeita a apresentação que os senhores trouxeram aqui –, os microfones continuarão abertos.

Gabriel, é com você agora.

O SR. GABRIEL LEITE MENDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Boa tarde, Senadora. Boa tarde aos demais debatedores.

Eu quero agradecer o convite por ter a honra de participar de uma discussão de um tema tão importante, afinal de contas, quando se fala em política pública no Brasil, raramente há uma preocupação com o longo prazo.

É claro que é bastante louvável que o Brasil se preocupe em elaborar um plano que pense a educação para dez anos, mas eu não posso deixar aqui de fazer algumas observações importantes para demonstrar que temos que tomar um cuidado a respeito de como o plano deve ser feito, especialmente levando em consideração alguns problemas que tivemos na elaboração do plano vigente, que teve poucas das 20 metas atingidas e poucas das 254 estratégias executadas, e temos que ver se essas estratégias eram realmente necessárias para o cumprimento das metas.

Então, eu quero dar uma contribuição para o debate, focando a Meta 7, que está em discussão aqui. Eu vou separar a minha fala em duas partes: a primeira, com rápidos comentários sobre a estratégia contida na meta; e a segunda, com comentários sobre o Ideb e o nosso modelo de avaliação em si.

Pois bem, o plano, na sua Meta 7, diz que devemos fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem e sugere que o plano terá êxito se aumentarmos o Ideb. Parece óbvio, mas me chamou a atenção, que algumas estratégias da meta não parecem se comunicar com o cumprimento da meta, em hipótese alguma, e parecem estar ali porque estão mais ligadas a pautas corporativistas.

As estratégias falam, entre outras coisas, de aprimoramento da gestão democrática, que, na prática, muitas vezes, pode significar a interferência de grupos de interesse em questões que deveriam ser eminentemente técnicas, a ampliação do controle social e a regulação da educação privada. Além de não dialogarem diretamente com a meta principal que, em tese, está focada na melhora da aprendizagem, essas estratégias propõem intervenções do trabalho dos gestores não com o objetivo de cobrar resultados, mas de fazer com que toda a educação brasileira seja organizada de acordo com interesses de determinados grupos.

E, afinal de contas, qual deveria ser o real objetivo dos atores da educação brasileira? Bom, me parece óbvio dizer que é fazer com que o aluno aprenda; isso já foi dito por alguns debatedores anteriores. Como também já foi explicado anteriormente, especialmente pela Dra. Alvana, que representa o Inep aqui, o Ideb é calculado a partir da aprendizagem medida pelo Saeb e o fluxo medido pela taxa de aprovação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudantes. E isso tem uma justificativa também, que é detectar se os alunos estão aprendendo de maneira efetiva o português e a matemática, pelo menos por enquanto, e se eles estão aprendendo as principais habilidades ou conteúdos na idade correta.

Tudo isso, evidentemente, é muito louvável e é necessário que tenhamos indicadores que mostram esses dados. O Ideb cumpre essa função. O Inep faz um trabalho nesse sentido, e percebo que as mudanças ditas agora pelo Prof. Ruben parecem ir para um caminho correto. E os dados, como já disse também o Dr. Cássio da CGU, são fidedignos. Mas, para que seja mostrado um retrato fiel da realidade, a gente precisa contar com o comprometimento dos gestores em oferecer alguns dados condizentes com a realidade, e, infelizmente, isso não acontece. A melhora do Ideb deveria ser uma consequência da melhora genuína da aprendizagem do fluxo, e não um fim em si mesmo.

Vou explicar o que isso quer dizer mais para a frente.

Eu sou servidor público na área de educação e conheço servidores em diversas cidades e estados, e vários deles falam de como é o esforço dos gestores para melhorar as metas do Ideb, melhor dizendo, as notas para que se alcance a meta. Porém, isso não significa a busca da melhora da aprendizagem efetiva das crianças e dos jovens ou, pelo menos, não necessariamente. E explico por quê. Muitos gestores atuam e atuaram de forma que, em vez de fazerem com que as escolas brasileiras se esforçassem para buscar as melhores práticas de escolas no Brasil e no mundo, que trabalham com indicadores claros de consolidação da aprendizagem, preferiram buscar, por assim dizer, artifícios para aumentar a nota do Ideb a partir de mecanismos que não necessariamente contribuem com a evolução intelectual dos estudantes. No caso do fluxo, temos alguns desses artifícios que são mais conhecidos, como o de permitir o avanço do aluno sem que ele tenha alcançado as notas mínimas necessárias. A prática aumenta a nota do fluxo, mas não contribui, necessariamente, para o aprendizado do aluno. Ele vai passar de ano, mas não aprendeu aquilo que seria fundamental ele ter aprendido para ter uma evolução do aprendizado consistente.

Eu sei dos problemas sociais e psicológicos que uma reprovação pode trazer para um aluno, e, como o Prof. Ruben disse agora há pouco, a reprovação e a evasão estão interligadas, mas não me parece que estamos deixando de maneira mais correta essa questão, porque muitas escolas estão, simplesmente, deixando os alunos prosseguirem. Eu não vejo que, dentro do aspecto pedagógico, isso parece uma solução. A gente não está atacando o problema de fato.

E, no caso da aprendizagem, a questão é ainda mais séria, porque é normal ouvir alguns relatos de colegas de que há formas possíveis de gestores agirem para que a rede tenha uma melhora no Ideb. A mais branda, que eu acho possível citar aqui, é a ideia de dispensar os piores alunos de fazer a prova de Saeb para não reduzir a média que será usada no cálculo do Ideb. Por exemplo, vamos supor que uma escola que tem uma média 5 no Ideb e que tenha como meta chegar a 5,5, tenha cem alunos. Como, para haver a divulgação da nota do Ideb, só é preciso que 80% dos alunos façam a prova, o diretor pode simplesmente dispensar os 20 piores alunos para melhorar a média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí você percebe que isso é um fato, porque, exceto o Ceará, que fez um trabalho de longo prazo e que teve a coragem de replicar boas práticas educacionais, várias redes que possuem boas notas possuem uma taxa relativamente alta de ausência no Saeb. E a tendência é essa prática ter uma eficácia ainda maior, já que agora as escolas e as redes, que antes precisavam registrar uma presença de 80% dos alunos – e corrijam-me se eu estiver errado –, agora só precisam de 50%.

Além disso, muitas cidades e estados que possuem projetos de formação continuada, em vez de criarem cursos para melhorar a técnica e a didática dos professores, para que o Português e a Matemática possam ser aprendidos de fato pelos alunos, possuem cursos para professores ensinarem alunos a fazerem a prova do Saeb.

Eu acho isso muito grave, não só porque estão criando um incentivo para que nossa educação seja orientada apenas para o aluno fazer teste. Isso significa, principalmente, que nós estamos demonstrando uma total falta de compromisso com a verdadeira aprendizagem do aluno. Estamos ficando especialistas não em ensinar conhecimentos mais elementares para as crianças brasileiras terem uma vida melhor; a gente está ensinando, na melhor das possibilidades, o aluno a fazer uma prova mais assertiva, não interessando se aquilo será realmente útil para ele durante a vida.

Diante disso, a gente pode concluir que temos problemas sérios, que mostram que há incentivos políticos para inflarem os dados do Ideb. E, apesar da sua importância em propor uma discussão sobre a qualidade da educação, ele precisa de avanços – e alguns até já foram citados aqui – para que o diagnóstico seja melhor. Ele foi criado com um propósito extremamente louvável, mas acabou virando um objetivo muito mais para os burocratas do que para a comunidade.

Além disso, para cumprir a Meta 7, que fala da melhora da qualidade, a gente deve debater um sistema de avaliação para além do Ideb. A gente deve levar em consideração que há aspectos que podem ser observados com mais clareza e que não estão sendo considerados, que a gente pode ver, inclusive, em outras formas de avaliação, pelo que a gente percebe dos debates sobre políticas públicas aqui no Brasil.

Eu vou dar um exemplo, comparando o Plano Nacional de Alfabetização anterior, que estava vigente até o mês passado, e que foi revogado, com o atual Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A política anterior trazia alguns indicadores muito claros e fundamentais para a evolução do aluno e do uso dele da língua portuguesa, que era a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência e a leitura oral, o desenvolvimento do vocabulário, e por aí vai, e o decreto do plano anterior ainda previa o desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar da alfabetização e o desenvolvimento de indicadores de fluência, leitura oral e proficiência na escrita. Mas tudo isso foi simplesmente retirado. E pior: tem um monte de compromissos, mas são pouco explicitados, não se diz como é que a gente vai alcançar, e o que temos que ter como visão de futuro também não está claro e como vamos chegar a esses objetivos e como vamos cobrar os professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom dizer também que nós teremos um plano de longo prazo, então precisamos também pensar em indicadores de longo prazo, pensar na educação durante toda a vida do aluno.

As metas do PNE devem ser realizáveis e pautadas não no corporativismo e nas demandas políticas de grupos de interesse. A gente deve ter metas mais objetivas, focadas naquilo que pode, efetivamente, melhorar a vida dos estudantes. Por isso, a gente não pode deixar de fazer comparações entre o nosso Plano Nacional de Educação com planos educacionais de longo prazo de países que conseguiram criar um modelo educacional de sucesso.

Por isso, eu quero trazer uma comparação do PNE com o plano educacional da Estônia, que é, atualmente, de acordo com os dados do Pisa, a melhor educação da Europa e, se é que podemos dizer assim, a melhor educação no mundo ocidental. Inclusive, como o José Francisco falou da questão do aprendizado nos melhores níveis e em atacar o problema das aprendizagens dos piores níveis, isso é dito de uma maneira muito clara lá. Mas, voltando, essa comparação é pertinente, porque devemos nos mirar em bons exemplos e entender por que a educação funciona lá, mas ainda não está avançando aqui. Comparando os planos, a gente pode ter algumas pistas.

Vamos comparar a questão, primeiro, da valorização profissional. Em ambos os planos, é ressaltada a importância de melhorar o salário dos professores, mas só uma fala em avaliação de *performance* e responsabilização dos professores pelos resultados, e esse plano não é o do Brasil.

Isso não é irrelevante, porque, quando se constroem políticas públicas no Brasil, especialmente em áreas onde há uma forte atuação corporativista – e aqui a gente inclui a educação –, fala-se muito em direitos e valorização, mas muito pouco em deveres e responsabilidades.

Outro ponto que chama atenção é que, no Plano Nacional, que, em tese, é focado para metas de longo prazo, não há grandes preocupações com resultados de longo prazo na vida dos alunos.

Eu vou insistir na comparação com a Estônia, que foca, claramente, na necessidade de incremento de capital intelectual, buscando aumento de renda e produtividade. Mesmo a Estônia tendo sido o país que mais ampliou a produtividade média comparada com outros países da Europa, há uma preocupação enorme na qualificação dos estonianos. Eles falam muito da questão da produtividade.

E aí eu pergunto para vocês, Senadora, debatedores e todos que assistem: sabem quantas vezes a palavra produtividade aparece no nosso Plano Nacional de Educação? Nenhuma vez.

A produtividade é um indicador importante, porque mostra o nosso descaso com a educação, porque falamos muito em superar a pobreza e a desigualdade social, e isso não se faz com discurso. Isso se faz com uma educação melhor, que vai dar uma formação técnica e científica melhor e vai gerar, consequentemente, postos de trabalho melhores. Isso é o que melhora a vida das pessoas, especialmente daquelas que nasceram em uma condição de menor renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode usar, como exemplo, um outro país com grande desempenho educacional, que é a Coreia do Sul, que há 60 anos tinha uma produtividade do trabalhador inferior à nossa. Enquanto a nossa produtividade ficou estagnada, a deles aumentou quase cinco vezes, mesmo a gente aumentando, consideravelmente, os recursos públicos na educação nos últimos 20 anos.

Isso mostra que não basta simplesmente ampliar o investimento. É preciso investir, mas avaliando o resultado e não criando incentivos para não usarmos o dinheiro para melhorar a qualidade.

Então, eu encerro a minha fala aqui fazendo um apelo a todos que estão envolvidos nas análises dos resultados do plano e que podem vir eventualmente a discutir a criação de um novo plano: a gente precisa urgentemente pensar um modelo de avaliação que seja assertivo, para mostrar a real situação brasileira e que principalmente faça diagnósticos mais precisos dos problemas para que eles possam ser atacados e para que possamos pensar em como podemos melhorar a vida dos brasileiros, pensando na educação ao longo da vida – eu estou falando da infância até a vida profissional. Só assim, eu acredito que a gente vai deixar de ter uma avaliação que deveria ser usada para um diagnóstico, mas que muitas redes lamentavelmente transformaram em peça de propaganda. Afinal, educação é para atender à necessidade dos estudantes e não de políticos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Gabriel, a gente agradece a sua participação. Você traz outra abordagem da forma como a gente estava conduzindo, mas a sua colaboração é importante. Essa sua visão crítica é importante. Nós vamos trabalhar, o tempo todo, com os contraditórios aqui no nosso trabalho de avaliação.

Diante da fala do Gabriel e de tudo que foi dito aqui, alguns dos debatedores precisam de mais cinco minutos para fazer uma complementação ou todos os senhores se dão por satisfeitos? (*Pausa.*)

Ninguém levantou a mão? Deixe-me ver... (*Pausa.*)

O.k.

Então, a gente vai partir para o encerramento, fazendo um agradecimento especial a todos pela colaboração, pela exposição.

Todo esse material fica à disposição da sociedade, da Comissão, dos Senadores e dos debatedores.

Eu tenho o contato de todos vocês. Eu quero agradecer pela forma carinhosa como responderam a todos os nossos contatos, aceitando o convite e depois conversando conosco para a organização da dinâmica da reunião. Vamos continuar buscando todos os senhores.

Queremos fazer uma entrega... É uma Comissão muito boa, com Senadores muito comprometidos com a pauta, com a causa. Nós só temos que lhes agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer também aos nossos intérpretes de libras, que fizeram um trabalho extraordinário.

Senhores, não é fácil interpretar números, e foi uma reunião recheada de dados, números, estatísticas, e eles fizeram um trabalho incrível. Eu conheço libras e ficava acompanhando aqui o trabalho de todos eles.

Parabéns, meninos, pelo trabalho que fizeram.

A todos os senhores, muito obrigada. Muito obrigada. Acreditem que a motivação deste trabalho aqui é acertar, é uma educação básica de qualidade, é uma avaliação... Como disse o nosso amigo do TCU, é construir uma avaliação mais transparente, mais acessível, inclusive, com monitoramento com todos participando. Muito obrigada. Em nome do Presidente da Comissão, o Senador Flávio Arns, em nome de todos os membros da Comissão, muito obrigada.

E a gente continua a conversa de outra forma em outro momento. É possível que alguns tenham que voltar para outra audiência para a gente completar este nosso trabalho.

E me permitam... Eu sei que o Estado e laico, mas me permitam terminar dizendo: Deus os abençoe grandemente no trabalho de cada um.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, agradeço a audiência, muita gente nos acompanhando de forma *online, e* declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezessete minutos do dia hum de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Leila Barros, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Damares Alves e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 48ª reunião, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1751, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2807, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (PP/TO). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1913, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime excepcional de estudos para os estudantes que especifica, em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 1 - CDH (substitutivo), com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4270, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências, para dispor sobre a certificação da Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e sobre sua validade nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6572, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de prever a canalização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para incentivar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros (*Ad hoc*),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2495, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5213, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Lei nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019, a fim de postergar para o período de 2021 a 2022 o Biênio da Primeira Infância do Brasil, originalmente instituído no período de 2020 a 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1854, de 2021 - Terminativo -** que: "Erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 72, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5636/2019, que "institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Celso Lafer, Ex-Ministro MRE; Senhor Milton Seligman, Ex-Ministro da Justiça e Professor; o Senhor Claudio Luiz Lottenberg, Presidente da Conib; Senhor Daniel Zohar Zonshine, Embaixador." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 73, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública entre as comissões de educação do Senado e da Câmara para debater a permanência das mulheres no ambiente acadêmico." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 74, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, em Mauá-SP, de 24/08/2023 a 26/08/2023, a fim de representar, nos termos regimentais, esta Casa em Congresso de Educação a ser realizada pela Secretaria de Educação de Mauá, na condição de Presidente da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio (CEENSINO), da Comissão de Educação e Cultura." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 75, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2023 - CE, seja incluída a Comissão de Assuntos Sociais, e sejam incluídos, na lista de convidados e convidadas, representantes das seguintes instituições/organizações: Ministério da Educação (MEC); Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Movimento Todos pela Educação." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 76, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2023 - CE, seja incluído o nome do Senhor André Horta, Diretor Institucional do COMSEFAZ - Conselho Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 77, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevidéu (Uruguai), de 24/09/2023 a 28/09/2023, a fim de participar da II Cúpula Mundial de Comissões do Futuro 2023, A democracia do futuro no presente reflexão e ação, organizada pelo Parlamento do Uruguai e a União Interparlamentar (UIP), com o apoio da Unesco e do PNUD." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 78, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2023 - CE, seja incluído na lista de convidados e convidadas, o representante da CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica)." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/01

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 48ª Reunião, realizada no dia 11 de julho de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Algumas comunicações da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Ofício de Comissão Técnica nº 470, de 2023, da Câmara Municipal de Joinville, Santa Catarina, que encaminha relatório final da Comissão Especial de Segurança nas Escolas, criada com o objetivo de acompanhar as ações do Executivo municipal relacionadas ao tema, e de visitar todas as escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino de Joinville a fim de verificar os pontos de vulnerabilidade de cada uma delas. Inclusive, eu conversava com a Secretária Andréia, aqui da nossa Comissão, agradecendo, em primeiro lugar, à Câmara Municipal de Joinville pelo envio do relatório final da comissão, que é um assunto importante e necessário – debates acontecem no Brasil inteiro sobre segurança nas escolas. Mas nós vamos enviar, inclusive, para a Câmara um subsídio para reflexão também. Como a gente vai refletir sobre o relatório enviado, também o projeto de lei aprovado aqui no Senado Federal sobre o mesmo tema e que foi fruto de audiências públicas nesta Comissão de Educação e Cultura. Inclusive, eu diria que foi um projeto de lei aprovado, fruto do trabalho articulado de todos os Senadores e Senadoras de todos os partidos políticos, a partir de uma sugestão do Senador Wellington Fagundes e relatado pelo Senador Marcos Pontes.

Também há outro documento que é uma moção da Sociedade Brasileira de Química pela revogação da Lei nº 13.415, de 2017, que é o novo ensino médio.

Os documentos mencionados permanecerão, por 15 dias, no *site* da Comissão, para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Informo que se encontram disponíveis, no portal da Comissão de Educação e Cultura e serão enviados aos gabinetes dos Senadores e Senadoras, os seguintes documentos: cronograma da Conferência Nacional Extraordinária de Educação (Conae 2024); parecer do Grupo Temporário de Trabalho do Fórum Nacional de Educação sobre o novo ensino médio.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados na Comissão. Informo que os itens da pauta que tratem de matérias relativas a assuntos honoríficos e exijam quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico, se não houver discordância do Plenário. Votaremos em bloco os demais itens também que exigem votação nominal.

Lembro que os Senadores e as Senadoras poderão registrar presença e votar por meio do aplicativo Senado Digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica retirado de pauta o item 4, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4270, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências, para dispor sobre a certificação da Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e sobre sua validade nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Eu, inclusive, quero destacar que o Relator dessa matéria é o Senador Marcelo Castro, que foi submetido à cirurgia no dia de ontem, uma cirurgia de emergência, mas que se encontra, pelos relatórios, bem, passando bem. Desejamos a ele um restabelecimento rápido, bom. Ele foi Presidente desta Comissão de Educação e Cultura na legislatura passada. Então, nossos votos de plena, rápida e boa recuperação para o nosso amigo ex-Presidente, Senador Marcelo Castro, membro desta Comissão.

Muito bem, passamos, então, à apreciação, Senadora Damares Alves, do item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2495, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 27/06/2023 e 11/07/2023.

Relatoria: Senadora Damares Alves, aqui presente, a quem eu cumprimento também.

Concedo a palavra, então, à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente. Também o cumprimento. Estávamos sentindo a sua falta no finalzinho do primeiro semestre. Que bom vê-lo conosco novamente!

Presidente, eu peço permissão para a gente ir direto à análise.

Compete à Comissão de Educação a apreciação das matérias numeradas no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, a matéria atende aos requisitos formais.

Entendemos que não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22, compete à União legislar privativamente sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

Ademais, conforme estabelece o art. 48, inciso XIII, da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Em termos materiais, a proposição não afronta dispositivos da Carta Magna, sendo, portanto, constitucional.

O projeto não apresenta óbices no tocante à juridicidade e regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requisitos de juridicidade são atendidos, tendo em vista que:

i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via lei ordinária, é o adequado;

ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

iii) possui o atributo da generalidade;

iv) é compatível com o ordenamento legal vigente, sendo consentâneo com os princípios gerais do Direito e com os postulados específicos do Direito Financeiro; e

v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Ademais, quanto à técnica legislativa, observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Porém, no parágrafo único do art. 1º, o PL traz uma referência ao inciso I do *caput* em vez de apenas ao *caput*, o que se configura erro de digitação na redação. Dessa forma, sugerimos pequena emenda de redação.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a proposição não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário. Vale dizer: não implica renúncia de receita, nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, consideramos que a matéria deve prosperar. No âmbito da estrita competência material desta Comissão, nada temos a opor.

A doação às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos deve ser incentivada pelo Estado e pela sociedade. Recursos empregados nessas instituições vão além dos benefícios imediatos, gerando aquilo que os especialistas chamam de externalidades positivas, pois trazem benefícios secundários.

Embora a tecnologia possa ser o exemplo mais proeminente de como a inovação cria externalidades positivas, ela não é a única. Uma sociedade que tenha ampla rede de proteção social se beneficia amplamente dessa proteção em mais segurança, saúde e educação públicas e maior produtividade.

O voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PL 2.495, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº 1 - CE
> Suprima-se a expressão “inciso I do”, constante no parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.495, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à autora pela proposta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Agradeço, Senadora Damares Alves. A autoria do projeto é da Senadora Mara Gabrilli, e a relatoria é de V. Exa.

Eu só quero enfatizar também que as instituições do terceiro setor sem fins lucrativos constituem uma das grandes riquezas de uma nação. Na rede de proteção social, não há dúvidas de quantas entidades sem fins lucrativos, associações, fundações, organizações da sociedade civil se dedicam à criança, ao adolescente, ao idoso, ao menino de rua, às doenças raras, às pessoas com deficiência, a institutos de pesquisas. Eu, inclusive, acharia... Depois, nós na Comissão de Assuntos Econômicos talvez possamos discutir isso, Senadora Damares Alves, para ver a liberação para todas as entidades do terceiro setor **–** as do meio ambiente, as associações de agricultores... **–** sem fins lucrativos. E o Brasil precisa cada vez mais valorizar o povo organizado que procura atender àquilo que essas pessoas consideram importante e que, por isso, se reúnem, se associam, para que possam ter mais força, energia, ideias para construir o que é necessário a partir desse esforço.

Parabéns a V. Exa. pelo relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) **–** Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

Passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 5213, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019, a fim de postergar para o período de 2021 a 2022 o Biênio da Primeira Infância do Brasil, originalmente instituído no período de 2020 a 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Iniciativa da Deputada Federal Paula Belmonte.

Passo a palavra a V. Exa., Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu também peço permissão para ir direto à análise do projeto de lei de autoria da Deputada Paula Belmonte, que foi, na Câmara dos Deputados, uma referência para a primeira infância.

De acordo com o art. 102, incisos I, II e VI, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação manifestar-se em proposições que versem sobre cultura, datas comemorativas e assuntos correlatos, temas presentes no PL 5.213, de 2020.

Ademais, por ser a única Comissão a se pronunciar sobre a matéria, cabe à Comissão de Educação a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor à proposição ora em tela.

Com efeito, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, igualmente, a matéria merece acolhida.

A primeira infância, conceito previsto na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), representa o período que abrange os primeiros 6 anos completos ou 72 meses de vida da criança.

Etapa fundamental no desenvolvimento humano, a primeira infância é a principal época de florescimento de aprendizados, assimilação de estímulos ambientais e absorção de conhecimentos. As experiências vividas nesse período reverberam ao longo de toda a vida, de modo a exigir atenção máxima de pais, responsáveis, educadores e também do poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao instituir o Biênio da Primeira Infância, a Lei nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019, visou conscientizar a sociedade da importância de promover o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida, especialmente por meio de iniciativas como audiências, seminários, publicações e recomendações.

Não obstante, há que se reconhecer que os anos de 2020 e 2021, indicados no supracitado diploma legal para o Biênio da Primeira Infância, foram profundamente marcados pela pandemia de covid-19.

De fato, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou a covid-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da organização, consoante previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março daquele mesmo ano, a OMS classificou a infecção como uma pandemia.

Diante desse contexto, não há como olvidar a impossibilidade da adoção das medidas previstas na Lei nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019, para o biênio originalmente previsto (2020-2021), revelando-se, assim, meritória a iniciativa de postergar o Biênio da Primeira Infância.

No entanto, a alteração prevista na proposição normativa ora em análise, de 2020-2021 para 2021-2022, não ensejaria os efeitos pretendidos, em virtude do próprio decurso do tempo, tendo em vista já haver transcorrido o biênio indicado. Sugerimos, assim, apor as emendas a seguir apresentadas, de sorte que seja postergado para os dois anos subsequentes à publicação desta lei a instituição do Biênio da Primeira Infância do Brasil.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.213, de 2020, com as emendas que a seguir oferecemos.

Primeira emenda:

EMENDA Nº - CE
(ao PL nº 5.213, de 2020)
Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 5.213, de 2020:
"Altera o art. 1º da Lei nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019, a fim de postergar a instituição do Biênio da Primeira Infância do Brasil, originalmente instituído no período de 2020 a 2021."

Segunda emenda:

EMENDA Nº - CE
(ao PL nº 5.213, de 2020)
Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.213, de 2020:
"Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

‘Art. 1º Fica instituído o Biênio da Primeira Infância do Brasil, a ser celebrado nos dois anos subsequentes à publicação desta lei.’”

Presidente, a gente precisa desse biênio, e, como foi estabelecido para 2020 e 2021, foi impossível fazer muita coisa – era pandemia. Então, agora a gente traz para os dois anos subsequentes, após a aprovação dessa lei. Então, a gente podia correr com a aprovação da lei para a gente já, nos próximos dois anos, ter o Biênio da Primeira Infância do Brasil e a gente fazer grandes ações nesse período.

Eu parabenizo a Deputada Paula Belmonte pela iniciativa e a gente já fica aqui torcendo para que ela seja aprovada. Eu já fico imaginando quantas coisas podemos fazer nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves. Eu penso que a redação dada é muito interessante, muito boa quanto aos dois anos subsequentes à aprovação e à sanção da lei. Que a gente possa se dedicar, então, com intensidade, à questão da primeira infância, valorização, considerando os dois anos como anos fundamentais para o debate, a discussão, a sensibilização, a conscientização, porque tudo está relacionado à primeira infância: toda a formação do ser humano, parte física, emocional de apoio. A gente procurou enfatizar isso bastante no Fundeb também, colocando valores especialmente destinados para a educação infantil. Tudo é importante, mas a primeira infância é essencial.

Quero parabenizar também a Deputada Paula Belmonte por isso.

Eu só discuti aqui com a Secretária da Comissão de Educação que teríamos que fazer uma discussão com a Mesa para ver se isso aí não poderia ser uma emenda de redação, porque o objetivo da lei é o mesmo, quer dizer, ter dois anos. A justificativa veio no sentido de que, em 2020 e em 2021, de fato houve uma interrupção, mas o objetivo é dizer: dois anos voltados para a valorização, a discussão e o debate sobre a primeira infância. Então, só estamos mudando... Eu até colocaria, se V. Exa. permitir colocar no relatório, porque é um debate que a gente tem que fazer com a Mesa, emenda de redação, se V. Exa. concordar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sim, Presidente, sim. E aí a gente evitaria que o projeto voltasse para a Câmara. Já aprovaríamos este ano e já começaríamos a preparar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É porque é tão importante, tão necessário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas também temos que discutir com a Mesa para ver se o entendimento da Mesa é o mesmo, porque são dois anos; o conteúdo é o mesmo, só em função da pandemia vamos verificar. Conversamos juntos depois com a Secretaria da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, continua em discussão a matéria.

Eu quero cumprimentar a Senadora Leila Barros, aqui presente – seja muito bem-vinda –, nossa referência na área da educação, do esporte e em muitas outras áreas também.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, de redação, da Comissão de Educação.

Muito bem, passamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 75, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 50/2023 - CE, seja incluída a Comissão de Assuntos Sociais, e sejam incluídos, na lista de convidados e convidadas, representantes das seguintes instituições/organizações: Ministério da Educação (MEC); Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Movimento Todos pela Educação.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e outros.

A autoria é da Senadora Jussara Lima, subscrito também pela Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Damares, para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 50, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, da Comissão de Educação, seja incluída a Comissão de Assuntos Sociais, e sejam incluídos, na lista de convidados e convidadas, representantes das seguintes instituições ou organizações: Ministério da Educação (MEC); Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Movimento Todos pela Educação; e – acrescento, ainda, Presidente – um representante do Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

Esse é o objetivo do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inclusive eu quero destacar para as pessoas que nos acompanham que é um requerimento conjunto, da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Sociais, que, bem sinteticamente, objetiva debater a implementação das equipes multiprofissionais integradas por assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de ensino e a discussão de caminhos e fontes para o pagamento dos respectivos profissionais.

Enfatizo que essa legislação já está aprovada pelo Congresso Nacional e debate-se o assunto para que a sociedade toda possa se envolver e pensar em formas, como foi dito no requerimento, de financiamento para o pagamento dos respectivos profissionais.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento da Senadora Jussara Lima, lido pela Senadora Damares Alves.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 6572, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de prever a canalização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para incentivar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. Iniciativa do Deputado Federal Otavio Leite

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela rejeição

Consulto a Senadora Leila Barros se pode ler, como Relatora *ad hoc*, a matéria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concedo então a palavra a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Cumprimento, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, esta Comissão de Educação, assim como todos os meus colegas desta Comissão, desejando aí um próximo semestre exitoso, principalmente para esta Comissão, que, sob o seu comando, tem feito um excelente trabalho neste ano de 2023, Senador. Então é só para parabenizá-lo.

Vou ler o relatório aqui, como Relatora *ad hoc*, do Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só uma observação: é sob o nosso comando. (*Risos.*)

Por exemplo, na Lei Geral do Esporte, V. Exa. conduziu todo o debate e discussão aqui e no Plenário...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e em tantas outras matérias aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Gratidão pela missão.

Vou para o relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 6.572, de 2019 (Projeto de Lei nº 8.257, de 2017, na origem), de autoria da Câmara dos Deputados e de iniciativa dos Deputados Federais Otavio Leite e Herculano Passos. O projeto altera a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de prever a canalização de recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para incentivar a promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.

O art. 1º do PL acrescenta a alínea "d" ao inciso V do art. 3º da Lei 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), para determinar que apresentações artístico-culturais em apoio à promoção de destinos e produtos turísticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros, para fins de captação de turistas e de eventos para o país, realizadas no país e no exterior, mediante prévia anuência do órgão responsável pela política de turismo nacional, estejam entre os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

No art. 2º do PL, estipula-se cláusula de vigência imediata à publicação da lei.

O Projeto de Lei nº 6.572, de 2019, foi encaminhado a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

O Projeto de Lei nº 6.572, de 2019, tem o mérito de destinar explicitamente recursos do Pronac para o incentivo de destinos e produtos turísticos brasileiros.

No entanto, a matéria já foi objeto do Projeto de Lei nº 5.559, de 2009, de autoria do Deputado Federal Otavio Leite, que foi aprovado na Câmara dos Deputados. No Senado Federal, tramitou como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 177, de 2015, tendo sido aprovado em 15 de dezembro de 2016.

Remetido à sanção, o PLC nº 177, de 2015, foi vetado integralmente pelo Presidente da República. Segundo a Mensagem nº 2, de 4 de janeiro de 2017, *in verbis*, "a legislação atual já possui instrumentos que contemplam o desenvolvimento dos produtos turísticos com conteúdo cultural, assim como o Plano Nacional de Cultura estabelece meta específica que abriga a área do turismo". O Veto nº 1, de 2017, foi mantido na sessão do Congresso Nacional de 13 de julho de 2017.

Desse modo, uma vez que já houve a apreciação por esta Casa do tema objeto do PL nº 6.572, de 2019, que a matéria foi vetada integralmente e que o Congresso Nacional optou por manter o veto da Presidência da República, entendemos que não cabe prosseguir em uma nova iniciativa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.572, de 2019.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Leila Barros.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Antes, Senadora Leila Barros – já passo a palavra para V. Exa. –, só quero saudar o Senador Mauro Carvalho Junior, suplente do Senador Wellington Fagundes. Que bom! Fizemos referência a ele, agora há pouco, em termos do projeto de lei já aprovado pelo Senado Federal sobre segurança escolar, criação do grupo de cuidado escolar. Todo o debate aconteceu a partir da proposição dele. Seja muito bem-vindo à Comissão.

Pois não, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fui consultada aqui, pela assessoria do Senador Alessandro Vieira, sobre o item 10, para a leitura de um requerimento.

Gostaria de pedir ao senhor para, se pudermos, fazer a inversão de pauta, porque eu tenho, enfim, que me ausentar agora da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, se todos concordarem. (*Pausa.*)

Então, a gente inverte a pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 73, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública entre as Comissões de Educação do Senado e da Câmara para debater a permanência das mulheres no ambiente acadêmico.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

Eu passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço também aos meus colegas aqui da Comissão pela permissão.

Vou ler o requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Educação da Câmara, com o objetivo de debater a permanência das mulheres no ambiente acadêmico.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas; representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos; representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); representante do Ministério da Educação; representante do Parent in Science; a Sra. Profa. Sara Wagner, pesquisadora e representante da sociedade civil no Conselho de Direitos Humanos; representante da Geledés – Instituto da Mulher Negra; representante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade; representante do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa; representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A justificação, Sr. Presidente.

A presente audiência pública se fundamenta na necessidade de averiguar quais barreiras impedem ou dificultam a permanência de mulheres no ambiente acadêmico e como superá-las.

Conforme pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, as mulheres ainda estão sub-representadas em posições estáveis de quase todas as áreas do conhecimento. Com exceção das áreas de artes, enfermagem, serviço social e ciência da computação, quanto mais alta for a posição profissional na carreira científica, menos mulheres são encontradas. É o chamado "efeito tesoura".

Pesquisas do Parent in Science apontam que o abandono da carreira acadêmica é multifatorial e as causas incluem o ambiente de trabalho generificado, o baixo financiamento, as diferentes formas de assédio, o viés implícito e a maternidade.

Recente matéria da *Revista Piauí* destacou que, em 2022, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) investiu duas vezes mais em bolsas para homens do que para mulheres. Um dos motivos são as métricas de produtividade que não são alteradas em períodos como o da licença maternidade, por exemplo.

Nesse sentido, propõe-se a presente audiência para ouvir órgãos públicos e a sociedade civil, a fim de que possamos pensar conjuntamente como efetivar a igualdade de gênero no ambiente acadêmico, sem descuidar de que o debate seja necessariamente atravessado por questões de classe e raça. Ainda, o objetivo é que a audiência pública seja realizada também com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a fim de que seja a mais ampla e plural possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, destacamos que a presente proposta foi pensada conjuntamente com a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC), que contou com mais de 3 mil assinaturas quando do seu lançamento durante a pandemia de covid-19 e que busca a implementação de políticas dirigidas às mulheres em torno de seis grandes temas: saúde, violência, educação, assistência social e segurança alimentar, trabalho e emprego; e moradia e mobilidade.

Era isso que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia. Bom dia a todos: Presidente, todos os Senadores, todos aqueles que nos acompanham.

Esse é um tema extremamente importante.

Inicialmente, quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira pela ideia de fazer essa audiência pública. Isto é notável, este efeito é muito notável dentro da ciência não só no Brasil, como em outros países também: o número de mulheres que prosseguem na carreira científica é baixo. A gente está falando aí de menos de 15%, inclusive em países da Europa. E há uma preocupação de como manter; como atrair meninas para a ciência e como manter o interesse dessas meninas dentro dos programas diversos. A gente está falando em universidade, mestrado, doutorado, carreiras científicas, carreiras acadêmicas como um todo. Isso envolve várias áreas, vários fatores contribuintes, eu diria assim.

No tempo do ministério, nós incentivamos alguns programas, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como, por exemplo, o Meninas na Ciência, um programa iniciado no Cetene (Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste), pela Dra. Giovanna, que é a Diretora de lá. É um programa de muito sucesso que está tendo continuidade – a ideia é ampliar isso aí para o Brasil inteiro –, em que você traz meninas para dentro dos laboratórios e algumas outras ações que incentivam, vamos dizer, a participação das meninas nisso aí.

Outro ponto também são as olimpíadas científicas. Nós tínhamos mais de 60 olimpíadas que nós apoiávamos, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sempre com um viés também para trazer equipes de meninas. E elas têm uma participação excelente quando elas estão participando.

O duro acontece por volta da adolescência. Elas vão... Enquanto na pré-adolescência e infância, elas gostam da ciência, elas acompanham robótica, astronomia e tudo mais; quando chegam à adolescência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo, vamos dizer, acontece – eu não sei se influência de casa, por isso que tem que ser analisado isso com cuidado, se é influência em casa, se é a questão de começar a pensar em casamento, alguma coisa do tipo – e elas começam a derivar e saem dessas carreiras, a tendência é que elas vão mais para áreas de humanas e deixam as áreas das ciências, vamos dizer, deixam essas áreas como a engenharia, como tudo isso aí, não tem tanta atratividade para elas. E precisa ter programas, maneiras de mantê-las.

Se for olhar a capacidade das nossas cientistas – dá para fazer um levantamento simples –, vai ver que têm uma capacidade muito boa, muito boa. O que precisa é justamente fazer esse incentivo nessa, vamos dizer assim – se fosse uma empresa, uma *startup* –, zona da morte, vamos dizer assim, onde muitas desistem dessas carreiras.

Outro ponto é a gente pensar no empreendedorismo feminino. O empreendedorismo feminino não está citado aqui, pensando mais no acadêmico, mas eu aproveito para colocar isso. O empreendedorismo feminino geralmente é mais de subsistência, vamos dizer assim, a mulher começa a empreender com algumas coisas ligadas, por exemplo, a artesanato, culinária e assim por diante ali dentro. Nós queremos mais mulheres participando do empreendedorismo tecnológico, mulheres com empresas de tecnologia participando disso. Então nós tínhamos um outro programa que era Mulheres Inovadoras, ou empreendedoras, isso a gente começou no Estado de São Paulo e depois ampliamos também no ministério, e nós tivemos resultados excelentes, com mentorias feitas por mulheres para mulheres com o desenvolvimento dessas empresas. Ou seja, precisa realmente ter uma política estável e que a gente possa ter a ampliação da participação das mulheres no setor acadêmico, no setor científico e no setor empresarial também, sem dúvida nenhuma.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, observações muito pertinentes, adequadas. Vai ser um bom debate também que vai acontecer aqui na Comissão da Educação, com os convidados propostos.

Eu, inclusive, quero destacar que semana passada tivemos, lá em Curitiba, a 75ª edição do evento do congresso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Eu diria que milhares de pessoas estavam lá, alunos da educação básica, do ensino superior, com a economia solidária, com a área da cultura, SBPC Jovem, palestras, discussões, e foi de fato muito interessante, uma participação... Imaginem 75 edições sem haver uma interrupção em todos esses anos. Eu acho que tudo isso vai trazer também esse debate.

O que me surpreende muitas vezes em relação a entrevistas pelos meios de comunicação de pesquisadoras brasileiras no exterior é que há sempre muitas mulheres no exterior falando sobre avanços em áreas diferentes, mas todos os pontos trazidos pelo requerimento de V. Exa. são muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero destacar também a presença do Senador Zequinha Marinho, que é membro da Comissão; também da Senadora Dorinha Seabra, que vai relatar agora a matéria; já mencionei o Senador Mauro Carvalho Junior e a Senadora Leila Barros, a quem eu passo a palavra, antes de passar para a Professora Dorinha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Desculpa, Professora Dorinha.

Só rapidamente, Sr. Presidente... Eu tenho o Requerimento nº 9, que já foi aprovado – conversei com a Secretaria –, sobre a realização da audiência pública com o objetivo de instruir a lei de cotas. É um grande objetivo meu enquanto Senadora e estando nesta Comissão, e eu gostaria de aproveitar a riqueza das experiências de duas integrantes da nossa Bancada Feminina, que são a Professora Dorinha e a Professora Teresa Leitão, respeitando os nobres colegas.

Quero convidar a todos e já pedir esse apoio ao senhor para que possamos, o mais rapidamente possível, já marcar essas audiências para entregarmos, ao final ainda deste ano, o relatório da lei de cotas.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida alguma. Nos próximos dias, combinamos com V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero também saudar – eu acho que o fiz, não esqueci – a Senadora Teresa Leitão, nossa Presidente da Subcomissão do Ensino Médio também e de tantos outros trabalhos.

Vamos passar ao item 3 da pauta.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1913, DE 2020

- Terminativo -

Dispõe sobre o regime excepcional de estudos para os estudantes que especifica, em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1 - CDH (substitutivo), com uma subemenda que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, com prazer, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente – é muito bom tê-lo conosco aqui –, meus colegas Senadores e Senadoras.

Esse projeto, na verdade, foi apresentado pelo Senador Romário num contexto, mas pode perfeitamente esse processo de adequação fazer parte de um arcabouço legal que nos ajude na organização da educação.

Então, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação e instituições educativas.

Em relação ao mérito, a importância da matéria é indiscutível. De fato, durante a pandemia do novo coronavírus, o regime de aulas presenciais foi interrompido por longos períodos, e, mesmo quando as escolas puderam reabrir, muitos alunos, especialmente aqueles acometidos por comorbidades, ou com alguma necessidade especial que os deixavam mais vulneráveis, ficaram impedidos de retornar às atividades escolares regulares.

As estratégias de que trata o PL foram fundamentais naquele momento para que alguma continuidade de estudos fosse assegurada aos estudantes, ainda que saibamos que os resultados, em muitas situações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficaram muito aquém do ideal, não só em termos de aprendizagem, mas também em relação aos diversos benefícios que a convivência no ambiente educacional enseja.

Passada a pandemia, à primeira vista, a proposição poderia ser considerada prejudicada. Entretanto, a análise realizada na CDH acertadamente apontou que o momento é de aproveitar as lições aprendidas, tendo em conta a possibilidade de surgimento de novas emergências sanitárias que requeiram a adoção de medidas semelhantes para proteger alunos e profissionais da educação, especialmente aqueles mais vulneráveis.

Nesse sentido, a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, aperfeiçoou o projeto, suprimindo a referência ao ano letivo de 2020 e dando-lhe caráter permanente, no corpo da LDB, na forma do art. 4º-B. Além disso, o substitutivo, inspirado nas estratégias necessárias durante a pandemia global do novo coronavírus, arrolou uma série de medidas sanitárias a serem adotadas nas instituições educativas, na hipótese de uma nova emergência sanitária ou estado de calamidade pública na área da saúde, tais como: instrução sobre a enfermidade em questão e hábitos profiláticos, tais como o uso de máscaras faciais e a higienização das mãos; distanciamento social nas dependências da instituição de ensino; aumento da ventilação das salas e da promoção de aulas e atividades ao ar livre; aumento da disponibilidade de recursos de higiene pessoal para uso dentro do estabelecimento de ensino; escalonamento dos horários de entrada e saída, para evitar aglomerações; dispensa da frequência escolar, em caráter excepcional; regime excepcional para cumprimento da carga horária mínima e do currículo escolar, que poderá envolver, entre outras, as estratégias de atendimento educacional por meio de exercícios e atividades avaliativas domiciliares, e ensino não presencial, com uso de tecnologias de informação, adaptação de conteúdos e para os que necessitarem garantia de acesso a ferramentas e dispositivos de comunicação apropriados para esse fim.

Outro aprimoramento feito pelo substitutivo refere-se à previsão de que essas medidas sejam aplicáveis, prioritariamente, a estudantes e profissionais da educação com deficiência, com doenças raras, idosos ou portadores de comorbidades que aumentem o risco de contágio ou de agravamento do quadro clínico, sem depender, necessariamente, de novo regulamento para que sejam exigidas.

A nosso ver, portanto, as contribuições ao projeto feitas pela CDH são oportunas e merecem ser aprovadas por esta Comissão. Não obstante, vislumbramos ainda alguns pequenos reparos redacionais na matéria para dar mais clareza ao texto e assegurar-lhe a generalidade necessária diante da existência potencial de diferentes tipos de patógenos causadores de emergências de saúde pública, alguns ainda desconhecidos por nós. Afinal, se o coronavírus caracterizou-se pela transmissão aérea, requerendo medidas relativas ao uso de máscaras, ventilação e distanciamento social para prevenir o contágio, pode ser o caso que outras epidemias ou emergências infectocontagiosas venham a necessitar de outro tipo de estratégias preventivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, considerando o caráter de norma geral da LDB, parece-nos mais adequada uma redação ampla, que dê margem a estratégias profiláticas e adaptativas adequadas aos diferentes cenários com que porventura viermos a nos deparar, pois, se há algo que realmente aprendemos com a tragédia da pandemia de covid-19 foi a necessidade de, como agentes públicos, prepararmos e equiparmos nossas instituições educativas para enfrentar situações de incerteza e cumprir sua missão educadora, da melhor forma possível, frente a contingências imprevistas.

Por fim, no que tange à constitucionalidade e à juridicidade, não vislumbramos óbices de qualquer natureza à aprovação da matéria.

Pelas razões expostas, aprovamos o Projeto de Lei 1.913, de 2020, do Senador Romário, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Direitos Humanos (Substitutivo), com a seguinte redação:

> [...] A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com acréscimo do seguinte art. 4º-B:
> "Art. 4º-B. Nas hipóteses em que o poder público reconhecer, na área da saúde, situação de emergência ou estado de calamidade pública, as instituições de ensino públicas e particulares de todos os níveis e modalidades assegurarão as seguintes medidas, entre outras:
> I – instrução sobre a enfermidade em questão e as medidas profiláticas aplicáveis;
> II – aumento da disponibilidade de recursos profiláticos para uso no estabelecimento de ensino;
> III – dispensa da frequência escolar, em caráter excepcional;
> IV – regime excepcional para cumprimento da carga horária mínima e do currículo escolar, que poderá envolver as seguintes estratégias, sem prejuízo de outras que possam ser definidas pelos sistemas de ensino:
> a) atendimento educacional por meio de exercícios e atividades avaliativas domiciliares;
> b) ensino não presencial e adaptação de conteúdos, incluindo, quando necessário, garantia de acesso a tecnologias, ferramentas e dispositivos de informação e comunicação apropriados para esse fim.
> § 1º Será garantido padrão de qualidade e equivalência com as atividades presenciais desenvolvidas pela instituição de ensino.
> § 2º As medidas previstas neste artigo independem de regulamento para que sejam exigidas e aplicam-se, prioritariamente, a estudantes e profissionais da educação com deficiência, com doenças raras, idosos ou portadores de comorbidades que aumentem o risco de contágio ou de agravamento do quadro clínico."
> [...] Esta Lei entra em vigor [...] [a partir] de sua publicação.

Senador Flávio Arns, Presidente.

Professora Dorinha, Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senador Romário pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha.

Quero lembrar que o Senador Romário, inclusive autor desse projeto de lei, passou por inúmeras dificuldades de saúde nesse período, ficou hospitalizado por cerca de 15 dias. Já está na residência, retornou. Desejamos a ele também pronta recuperação, força, saúde e paciência também, porque esses processos são longos.

Eu tinha mencionado, no início da nossa reunião, também o caso do Senador Marcelo Castro, que foi operado também, no dia de ontem, a quem a gente deseja também pronta recuperação. Que todos nós tenhamos saúde também, força, energia, disposição para... Aliás, pouco tempo atrás, também a Senadora Leila e o Senador Marcos Pontes se submeteram a cirurgias também. Que bom que estão firmes, animados, bem-dispostos; isso que é o importante.

Vamos parar por aí! (*Risos.*)

Que coisa, não é? No vôlei, diriam "baixou a enfermaria", não é? Também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – No estaleiro também.

Mas, enfim, quero cumprimentar a Senadora Professora Dorinha pelo relatório. É a nossa Vice-Presidente desta Comissão, que eu sempre digo que é a mais importante do Senado Federal, porque é a partir da educação que tudo acontece no país, com o apoio, com a interface com a ciência, a tecnologia, a assistência social, a economia. A gente fala tanto de arcabouço fiscal e de reforma tributária, mas a gente tem que ter o mesmo empenho que a gente tem para essas áreas para mudar o quadro da educação. Haverá muito mais arrecadação, muito mais trabalho, muito mais contribuição da sociedade para o desenvolvimento. Então, vamos valorizar a educação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Essa votação, então, será nominal.

Nós temos um outro projeto de lei que requer votação nominal; porém, a relatoria é do Senador Carlos Viana – Carlos Viana, não Carlos Portinho –, e vamos deixar, então, aquele outro projeto para outra próxima reunião nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, solicito à Secretaria que abra a votação.

Está em votação o substitutivo apresentado ao PL 1.913, de 2020, nos termos do relatório apresentado pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

Os Senadores e as Senadoras que votam com a Relatora votam "sim".

Então, está aberto o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Muito bem, enquanto o processo de votação está acontecendo, nós vamos adiantar a pauta, não propriamente com votação, mas com a apresentação dos conteúdos.

O primeiro deles é o item nº 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 74, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, em Mauá-SP, de 24/08/2023 a 26/08/2023, a fim de representar, nos termos regimentais, esta Casa em Congresso de Educação a ser realizada pela Secretaria de Educação de Mauá, na condição de Presidente da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio (CEENSINO), da Comissão de Educação e Cultura.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Senadora Teresa Leitão, gostaria de acrescentar ou está bem já explicado?

Está com a palavra a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) **–** Estou virando caixeira-viajante, Presidente, mas tem sido bem positivo, não apenas...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Mas é bom, eu acho, para mostrar, inclusive, o debate que está acontecendo aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E sempre é bom, porque é o Senado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu faço sempre questão de atualizar o debate, como ele está sendo feito aqui, porque há um debate, no âmbito do Poder Executivo, há um debate no âmbito do fórum, que inclusive já entregou a sua proposição, e sempre o Senado é aquele espaço mais distante, não é? Aí, sem sombra de dúvida, é uma maneira de aproximar. E esta, inclusive... Eu já fui a quatro chamadas pelas Assembleias Legislativas dos estados, mas essa é o Poder Executivo municipal, a Conferência Municipal de Educação, e vão inserir esse tema. Então, faço questão de sempre realçar o nosso papel como Comissão de Educação, a Presidência de V. Exa., e agradeço sempre a boa vontade de V. Exa. em me apoiar nesses convites.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não só nos convites, mas também apoiar em todo o bom trabalho que V. Exa. desenvolve, junto com os demais Senadores e Senadoras, nessa Subcomissão, que é muito importante.

O Ministro da Educação esteve, semana passada, no Paraná, no evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e o tema "O Novo Ensino Médio", naturalmente, foi extremamente requisitado pelos professores, entidades, estudantes, que gostariam de saber do posicionamento do MEC sobre isso, e eu inclusive mencionei que V. Exa. está presidindo a Subcomissão e que o Senado vem acompanhando de perto esse debate, com a participação de amplos setores da sociedade.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estava dizendo para a Professora Dorinha que amanhã faremos a última audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E, aí, ela, como Relatora, vai agora pegar no serviço, entrar em cena, mais do que ela já é. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, a Senadora Professora Dorinha está sempre ajudando bastante, inclusive como Vice-Presidente.

Votamos, daqui a pouco, o requerimento – já que estamos no processo de votação nominal –, o item extrapauta que também é da Professora Dorinha Seabra.

Em primeiro lugar, indago do Plenário se todos e todas concordam com a inclusão do item. (*Pausa.*)

Não havendo objeção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 76.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 76, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2023 - CE, seja incluído o nome do Senhor André Horta, Diretor Institucional do COMSEFAZ - Conselho Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Com a palavra, V. Exa., se quiser acrescentar algo...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) **–** Sr. Presidente, é para agradecer a inclusão extrapauta.

Como nós já vamos debater sobre a reforma tributária e, logicamente, sobre o impacto na educação, o Comsefaz reúne os secretários estaduais de fazenda e é um importante fórum no debate da reforma tributária. Logicamente, o nosso interesse é que avancemos rumo à questão da reforma tributária, mas sempre com um olhar em relação às áreas de serviços, à área social, à saúde e à educação. Nesse caso específico, foi por isso o pedido do representante do conselho de secretários fazendários.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Eu quero dizer que é uma audiência pública extremamente importante para debater a questão educacional dentro da reforma tributária, com a participação de inúmeras pessoas vinculadas ao assunto, inclusive com a preocupação, que havia na época da aprovação do Fundeb, por exemplo, de que mudanças eventuais não acabassem prejudicando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento, mas também todos os investimentos necessários, na Comissão de Educação.

Eu queria até perguntar V. Exa. e a Senadora Teresa assim como o Senador Marcos Pontes sobre a questão da educação em tempo integral, porque as pessoas, muitas vezes, dizem para mim: "É importante, considero essencial...". Em outros países, dizem: "Aqui, a gente nem sabe o que é essa ênfase do Brasil em educação em tempo integral". É porque, em outros países, é tudo integral, não existe educação semi-integral. Agora, isso envolve estados, municípios, Governo Federal, comunidade, transporte escolar, prédio escolar, tudo isso, além de a necessidade do Sistema Nacional de Educação, para que haja essa pactuação, essa articulação, negociação de como isso acontece lá na ponta, porque é desde a creche até... É a educação básica a educação em tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu tive a satisfação de participar ontem da sanção do projeto.

Nós tivemos uma discussão – foi no período em que V. Exa. estava ausente – do relatório da Senadora Dorinha. Para agilizar, aprovamos do jeito que ele veio da Câmara, mas havia algumas discordâncias da nossa parte. Para agilizar, consensuamos que apresentaríamos em termos de recomendação. E assim o fizemos. Eu não vi o final, mas parece-me que houve um veto, de acordo com alguma sugestão que nós demos.

A solenidade foi muito bonita. Falaram não apenas as instituições, que sempre falam, mas uma representante das mães. Foi uma fala muito potente, por sinal. Falou uma aluna, representando os estudantes, uma aluna egressa da escola de tempo integral, se não me engano, do Ceará, e falou um professor já de outro estado. Os três foram representantes de estados distintos.

E o grande desafio de não ser apenas o tempo integral, que foi a nossa grande discussão. Outras medidas que o Governo Federal deve tomar, em relação a apoio técnico, capacitação, dotação de infraestrutura pedagógica e organizativa das escolas, à própria orientação para organização curricular... As medidas que serão tomadas para que a gente possa traduzir o tempo integral, de fato, em educação integral.

O Presidente Lula fez uma fala muito boa nesse sentido também, assim como o Ministro Camilo, e eu acho que nós, agora, como Comissão, temos mais esta tarefa de acompanhar essa implantação, que já é real em alguns estados, mas como uma política localizada naquele território, como Pernambuco, como Ceará, Bahia... Mas agora eu acho que há uma condição de a gente unificar mais a política, de corrigir algumas distorções... No meu Estado tem uma distorção grave a ser corrigida: estão funcionando dois turnos, Dorinha, de jornada integrada; e termina, a conclusão do segundo turno, às 21h.

Então, além de as mães estarem reclamando bastante, porque são crianças e adolescentes, você ocupa o espaço físico da escola que poderia ser ocupado para a educação de jovens e adultos ou para estudantes trabalhadores e trabalhadoras, que não podem se submeter a um regime de horário estendido.

Então, acho que isso, com a coordenação federativa do MEC, vai realmente melhorar. Havia vários Governadores presentes. O Consed também estava presente, a Undime estava presente... Então, acho que agora é apostar, de fato, numa implementação compartilhada, acompanhada, para a gente avançar mais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Professora Dorinha parece que quer complementar alguma coisa?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Inclusive, Presidente, eu estou com a relatoria de um projeto que trata da educação integral, da regulamentação, e eu acho que é uma oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de me colocar à disposição da Senadora Teresa e de outros Senadores que tiverem interesse em enviar contribuição, porque o que nós votamos foi um programa de incentivo, com a definição orçamentária de recurso, para estimulação da matrícula em tempo integral.

Quero lembrar que nós temos, no Plano Nacional de Educação, uma meta de chegar a 50% das escolas em tempo integral, e que estamos longe de cumprir essa meta. E o programa vai dar um salto importante. Ele é um programa de adesão, então não é obrigatório para estados e municípios. Os estados vão ter que se colocar à disposição, na verdade, que se inscrever.

Foram consideradas matrículas já realizadas em tempo integral em janeiro de 2023, cujos municípios e estados iriam demorar um ano para receber esse tempo integral, de acordo com o próprio Fundeb, porque só com o Censo Escolar é que poderia... Então, o programa abre esse espaço para que as matrículas de tempo integral já de janeiro deste ano sejam computadas.

Eu fiz um apelo ao Ministro, que fez contato para saber quais eram as sugestões nossas, a Comissão organizou um documento. A preocupação nossa é porque o programa não trata da merenda, da alimentação escolar, e, no caso específico, a merenda segue o Censo. De igual forma, se o recurso vai considerar já tempo integral independentemente do computado no Censo, que a alimentação também, para esses casos das matrículas, seja computada de tempo integral.

E a minha maior preocupação, V. Exa. mencionou esse tempo parcial, tempo integral: o mundo não reconhece, porque a grande maioria dos sistemas têm uma escola de turno único, com uma duração entre sete e oito horas. Então, o nosso arremedo brasileiro que é de quatro horas.

Ao mesmo tempo, eu recebi demandas para que eu apresentasse uma ressalva – não quis fazer também, para o texto não voltar para a Câmara; a Senadora Teresa também tinha algumas sugestões – de que ficasse claro que é preciso, onde houver demanda, que a escola funcione à noite com a educação de jovens e adultos e com o ensino médio para alunos trabalhadores. Nós não podemos abrir uma porta importante, que é o tempo integral, mas, em cidades que têm uma única escola, em que funciona o ensino médio, por exemplo, que vai ser de tempo integral, que ela não olhe e abra matrículas, existindo demanda, obviamente, para o ensino noturno, quer seja de educação de jovens e adultos, quer seja de ensino médio. Logicamente, o planejamento não é abrir todas as escolas, as escolas e os sistemas vão se organizar, mas era essa a ressalva.

E também não é só mais tempo na escola, não é só para terem os meninos onde ficar. Quanto a isso, eu tenho uma preocupação, porque a gente já teve uma experiência, inclusive com o Mais Educação. Ele acabou tomando este viés, eu sempre falava isto: oficina de fazer pano de prato, de capoeira, sem dizer que a capoeira não seja importante ou mesmo oficinas ligadas à questão da arte e de arte e educação, mas é preciso ter clareza que os sistemas precisam organizar currículo próprio, com carga horária diferenciada, com estrutura de pessoal diferenciado. O diferente não é a escola ter dois turnos; a escola vai ter um turno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ininterrupto, em que os meninos vão ter que ficar. Todo mundo iria para sua casa, descansaria e voltaria à tarde; não, ele fica lá. Então, a escola tem que ter um mínimo de estrutura física para essa adequação temporariamente. Acho que isso foi evidenciado; eu não pude acompanhar a sanção, mas o Presidente inclusive destacou isto: adequação dos prédios físicos, laboratórios, bibliotecas, estrutura, porque o Mais Educação tem que significar mais aprendizagem, mais desenvolvimento no seu sentido educacional, permitindo inclusive esse leque diferenciado e complementar de áreas de formação. Mas é preciso ter currículo próprio e pensar numa estrutura de pessoal diferenciada para essas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Senador Marcos Pontes...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só um minutinho, Senador. O professor ao qual eu me referi está presente. Ele é de Sergipe, salvo engano meu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador, futuro Senador, também Professor, Yuri Norberto, que já foi mencionado, de Sergipe, que foi orador também no dia de ontem, parabéns! Seja muito bem-vindo à Comissão e continue firme aí na caminhada a favor de um Brasil melhor, mais justo e mais desenvolvido, pela educação essencialmente. Parabéns, Prof. Yuri! Seja muito bem-vindo!

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, é só para um complemento sobre isso.

Eu andei conversando com alguns Prefeitos do Estado de São Paulo onde a educação em tempo integral tem sido implementada e funcionado. A gente vê muita discrepância entre as cidades no mesmo estado. No Estado de São Paulo, por exemplo, há cidades em que funciona bem e há cidades em que não funciona de forma alguma. Conversando com eles, a pergunta que fiz foi: "Quais as dificuldades de implementação dentro da gestão?".

Alguns pontos foram destacados, como, por exemplo, o aumento da infraestrutura da escola, a infraestrutura física da escola, para conter um número maior de alunos em atividades diferentes; a questão de laboratórios, como foi citado aqui também; professores, número de professores, preparação dos professores para conteúdos diferentes das matérias tradicionais, vamos chamar assim, do currículo; a preparação desses currículos, de forma que sejam atrativos e tragam realmente alguma vantagem para o jovem que está ali durante aquele tempo extra, para que ele utilize aquele tempo de forma prática, para a vida dele, que são coisas importantes, inclusive experiências em áreas diferentes com as quais ele ou ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse algum contato anterior já – depende da idade, logicamente – para que decida: "Eu gosto de engenharia, eu gosto de biologia", áreas diferentes, isso é importante; e também o gosto e a técnica de aprender, e aquelas coisas naturais da vida que não estão no currículo tradicional da escola, mas que a gente utiliza no dia a dia, o que envolve desde capacidades interpessoais ou intrapessoais também e conhecimento da área financeira, conhecimento de organização, de como ele vai viver, de como conseguir se comportar, empreendedorismo e tudo mais. Os que conseguiram fazer isso funcionar foi porque conseguiram dar uma ênfase muito grande para tornar atraente para os jovens e também conseguir ajustar a infraestrutura, incluindo pessoal, de forma que isso fosse viável dentro daquela escola, o que parece fácil falando, mas não é fácil na prática, sem dúvida nenhuma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos aguardar só um minutinho por favor. (*Pausa.*)

Peço desculpas, Senador Marcos Pontes. É que o meu filho ainda está na UTI, depois de 30 dias também. Eles estavam pedindo uma informação e eu tive que atender o telefone. Mas agradeço a V. Exa.

Muito bem, já temos o quórum também. (*Pausa.*)

Isso. Já temos o quórum necessário para votação.

Solicito à Secretaria que abra a votação então.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está encerrada a votação.

Vamos ver o número de votantes.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – SIM, 15;

NÃO, nenhum.

Abstenção, nenhum.

Então, aprovada a Emenda Substitutiva nº 1 – CDH/CE (Comissão de Educação), ao PL 1.913, nos termos da Subemenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria vai a turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda temos o Requerimento extrapauta da Senadora Teresa Leitão.

Em primeiro lugar, pergunto para o Plenário se podemos colocá-lo como extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a palavra à Senadora Teresa Leitão para apresentar o requerimento. (*Pausa.*)

Como? (*Pausa.*)

Eu tinha solicitado, e depois V. Exa. complementa, se for o caso.

A Senadora Teresa Leitão coloca:

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 77, DE 2023

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevidéu (Uruguai), de 24/09/2023 a 28/09/2023, a fim de participar da II Cúpula Mundial de Comissões do Futuro 2023, A democracia do futuro no presente, reflexão e ação, organizada pelo Parlamento do Uruguai e a União Interparlamentar (UIP), com o apoio da Unesco e do PNUD.

Ela comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país de 24/09/2023 a 28/09/2023, para desempenho dessa missão.

Muito bem, está em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos votar, em bloco, então, os três requerimentos.

Em votação os requerimentos já lidos do item nº 11, Requerimento nº 74, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão; do item extrapauta, Requerimento nº 76, de 2023, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra; e do item extrapauta, Requerimento nº 77, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só temos os itens 1 e 2, em princípio, para leitura, em turno suplementar, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.751, de 2023, terminativo.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 1751, DE 2023

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital.*

Autoria do Projeto: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria do Projeto: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turnos suplementar.

Observações:

- Em 11/07/2023, esta Comissão aprovou o substitutivo apresentado, agora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno.

- Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turnos suplementar.

Nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, é adotado definitivamente, sem votação, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.751, de 2023.

A matéria vai à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 2807, DE 2022

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas.*

Autoria do Projeto: Senador Guaracy Silveira (PP/TO)

Relatoria do Projeto: Alessandro Vieira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

- Em 11/07/2023, esta Comissão aprovou o substitutivo apresentado, agora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno.

- Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turnos suplementar.

Nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, é adotado definitivamente, sem votação, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.807, de 2022, relatado pelo nobre Senador Marcos Pontes.

A matéria vai à Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para a próxima quinta-feira, 3 de agosto de 2023, às 14h. Como a Senadora Teresa Leitão mencionou antes, será realizada audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública – é a última audiência – da Subcomissão para debater e avaliar o ensino médio no Brasil. A relatoria dessa Subcomissão está a cargo da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Carlos Viana, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Leila Barros, Izalci Lucas, Jaques Wagner, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Mauro Carvalho Junior, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 215, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 219, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste, em 9 de maio de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 289, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, celebrado em Lima, em 11 de dezembro de 2009." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 645, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 777, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, assinado em Brasília, em 6 de agosto de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 928, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (*Ad hoc*), substituiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 930, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 933, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinada em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 934, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto retificado do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1130, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul acerca de Coproduções Audiovisuais, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1131, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em San Marino, em 31 de março de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 164, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 165, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo para a Proteção Mútua das Indicações Geográficas Originárias nos Territórios dos Estados Partes do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 169, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia, assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23 de julho de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 264, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 460, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 26, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Relações Exteriores, Embaixador Mauro Viera, informações sobre a Carta Adicional que a União Europeia encaminhou ao Mercosul para punir os países que não cumprirem metas estabelecidas pelo Acordo de Paris." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 22, de 2023** que: "Requer inclusão de convidados para a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 15 de 2023." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 25, de 2023** que: "discutir as fronteiras terrestres brasileiras, em especial quanto aos aspectos de defesa, segurança, desenvolvimento (saúde, saneamento, educação, infraestrutura, comunicação) e cooperação internacional." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião da Comissão, ocorrida em 6 de julho de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instituição Normativa n° 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo, como todos sabem, membro desta Comissão solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados – documentos de praxe.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos de decreto legislativo de acordos internacionais.

Eu queria, mais uma vez, pedir desculpas, porque eu acabei passando na reunião de Líderes, lá na Presidência da Casa, e me atrasei um pouco, mas, antes de fazermos a inversão da pauta, por dois motivos, para administrarmos o quórum presente e, sobretudo, para homenagear o Senador Mourão, que faz da sua presença permanente aqui nesta Comissão uma honra para todos nós, uma dedicação que eu espero possa se espraiar pela Comissão definitivamente...

Aliás, sobre isso, nós estamos tentando vislumbrar, fazer um estudo para encontrarmos um novo horário para a reunião semanal da Comissão de Relações Exteriores, porque este horário de quinta-feira tem uma coincidência com a reunião de Líderes, na Presidência, e também amplia a dificuldade com relação ao quórum. Se nós tivermos um dia, isso tem que ser estudado e precisa ser mudado em função de um projeto de resolução, para que possamos, com mais quórum, com mais tranquilidade, fazer as nossas reuniões, tomar as nossas deliberações e, sobretudo, levar adiante esse debate sobre política externa, que é uma coisa que vem se avolumando no noticiário, nas conversas dentro do próprio Parlamento, e é fundamental que nós possamos, no ponto de vista do Senado Federal, elevar um pouco, nesse sentido, a nossa condição.

Eu vou, portanto, fazer a inversão da pauta. Começaremos pelo item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, celebrado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 25/05/2023 e 01/06/2023.

2. Em 25/05/2023, retirado de pauta, a pedido do relator.

O Relator é o Senador Omar Aziz, e eu tenho a honra e a satisfação de designar, como Relator *ad hoc*, o Senador Mourão. Concedo a palavra a V. Exa. para tanto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Esse acordo da zona de integração fronteiriça com o Peru é extremamente importante para a região da Amazônia. Eu queria destacar que a fronteira Brasil-Peru tem duas áreas de tríplice fronteira em seu início, ali na região de Tabatinga, no trapézio colombiano, onde temos Colômbia, Peru e Brasil. Depois, a sudeste dessa fronteira, junto ali ao Estado do Acre, onde temos Peru, Brasil e Bolívia. Então, é uma fronteira caracterizada por área de selva e por dificuldade na integração.

Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno deste Senado.

Não há vícios de juridicidade na proposição em exame. Tampouco verificamos vícios de constitucionalidade. Ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Ademais, o acordo, em última análise, dá concretude, em bases bilaterais, ao comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, bem como promove a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina (art. 4º, IX e parágrafo único).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a exposição de motivos interministerial foi bastante feliz ao assinalar que o acordo está em consonância com a disposição de fomentar uma cultura de paz e de integração regional, com vistas a incentivar a aproximação entre os países em desenvolvimento, em especial na América do Sul.

Cuida-se, pois, de um marco na relação bilateral, que tem base no compromisso mútuo de cooperação e diálogo entre as partes e o qual deverá se materializar em uma gama de ações conjuntas, a exemplo da instituição dos grupos de trabalhos binacionais encarregados de temas variados. São eles: o Grupo de Trabalho Binacional de Desenvolvimento e Integração Fronteiriços; o Grupo de Trabalho Binacional de Comércio de Facilitação de Trânsito Fronteiriço; o Grupo de Trabalho Binacional de Cooperação Técnica Fronteiriça; e o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriço.

Com a assinatura desse instrumento, as partes tornam claras que suas preocupações transfronteiriças vão além do aspecto econômico, pois o objetivo delas não se limita à redução de barreiras comerciais. Busca-se, ademais, o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e a segurança regional, sempre com atenção à sustentabilidade dessas ações.

Desse modo, o tratado em exame vem a ser o marco jurídico que fornece não apenas as bases legais para essas ações coordenadas bilaterais, mas também prevê estrutura institucional para tanto, razão pela qual merece ser aprovado.

Assim, Sr. Presidente, nosso voto é: por conhecer profundamente essa fronteira, por conhecer a situação do país vizinho, o Peru, e por essa necessidade dessa integração cada vez maior, esse acordo é conveniente e oportuno aos interesses nacionais, é constitucional, é jurídico, é regimental, e, portanto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Senador Espiridião Amin...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Na sua ausência, eu pedi desculpas pelo atraso, falei da coincidência com a reunião de Líderes na Presidência, que ocorre todas as quintas-feiras, e disse que ontem mesmo tinha solicitado a V. Exa. para, conjuntamente, estudarmos uma alternativa de horário para funcionamento desta importantíssima Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós colocamos em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O meu pedido, Presidente, é apenas para que... Como eu sou o Relator do item 2 e nós estamos tendo agora uma reunião da CPMI, eu queria que V. Exa., por favor, voltasse ao item 2. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em seguida, eu consulto novamente o Senador Hamilton Mourão se podemos chamar o item 7, na sequência...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sem problema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste, em 9 de maio de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Espiridião Amin.

Com a palavra V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, é na sequência. Na sequência. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Às vezes, os preceitos militares beneficiam. Que pena que eu não tenho cabelos brancos. No meu caso, tenho sempre de estar acompanhado da carteira de identidade. (*Risos.*)

No meu caso ainda, como não é visual, eu tenho que comprovar.

O Senador Renan Calheiros cuidou para, ao aprimorar o reflorestamento capilar, não excluir o tom. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não há nenhuma inveja nisso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas sempre acompanhado da carteira de identidade é melhor, não é? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em primeiro lugar, Presidente, eu quero apenas tornar público que estou fazendo um requerimento, uma solicitação que não é para quebrar sigilo... Nós todos estamos ouvindo... Eu, por exemplo, concordo com a manifestação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a respeito do que a União Europeia nos exige e de qual é a contraproposta que o Brasil e os países latino-americanos temos a oferecer à União Europeia para que haja um deslinde dessa questão vintenária, mais de 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o que eu quero é dizer que estou apresentando um requerimento não para quebrar sigilo nem para... Eu recebo solicitações de entidades de classe de vários estados do Brasil, especialmente Santa Catarina, que querem acompanhar isso pelas suas relações comerciais, claro. Se é verdade que a União Europeia quer ter atribuições de punição ao Brasil, em função de metas de desmatamento ou de natureza ambiental, isso tudo traz uma certa insegurança para quem tem uma relação comercial duradoura.

E eu vou dar um exemplo. Em 1999, eu visitei a sede da União Europeia na Bélgica e ouvi de um prócer da União Europeia o seguinte: "Nós temos uma boa relação com Santa Catarina" – e vou dar o nome da empresa – "porque a Metalúrgica Fey" – se escreve "f", "e" e "y" – "em plena enchente de 1983 nos disse que ia cumprir com o compromisso da entrega das ferramentas, dos instrumentos que ela produz e cumpriu mesmo sob enchente". Essa empresa se localiza em Indaial, na região do Vale do Itajaí, portanto. Ela cumpriu!

Quem tem uma relação de 20 anos, 30 anos não quer ficar sujeito ao talante de: "Não, agora, nós vamos punir o Brasil". Eu acho que o Presidente Lula se houve bem nisso.

Nós não temos conhecimento oficial de quais são essas exigências. Então, eu peço... O requerimento se divide em duas partes: primeiro, conhecer o que eles impõem ou tentam impor – vamos ser mais claros, porque é unilateral – e qual é a contraproposta formal que o Itamaraty já ofereceu pelo menos aos outros países da América do Sul, para que a gente acompanhe.

E, para atestar, pois eu não estou inventando, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, aqui representada pelo Deputado Ivan Naatz, já criou uma comissão para acompanhar isso. O nosso maior parceiro não é a China, nosso maior parceiro são os Estados Unidos, com a China em segundo lugar e a União Europeia em terceiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um pequeno exemplo: União Internacional das Epizootias, que trata das doenças virais. O Sr. Marabelli era o Secretário-Executivo, e a sede era na Europa. De repente, nós somos sancionados, penalizados unilateralmente. Essa discussão nos interessa, e o Deputado Ivan Naatz está cumprindo essa missão. Eu só estou antecipando e peço desculpa por tomar o tempo, mas acho que é um assunto da maior importância. E, repito, acho que o Presidente Lula se houve bem ao dizer que não aceita que uma negociação de 23 anos de repente seja "enriquecida', entre aspas, com um rol de exigências de caráter unilateral, portanto, impositivo. E queremos saber agora da contraproposta e acompanhar isso. Acho que é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... algo de que a Comissão de Relações Exteriores deve se informar tão *just on time* quanto possível.

Quanto à minha obrigação, que cumpro com a maior satisfação, eu vou abreviar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tão logo o requerimento de V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O requerimento está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está pronto?

Tão logo chegue à Mesa, nós faremos uma apreciação rapidíssima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

Agradeço aqui a presença do Deputado Ivan Naatz.

O meu parecer eu vou resumir ao máximo.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 219, que aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Hungria, assinado em Budapeste, em 9 de maio de 2019.

Os tratados de extradição seguem uma liturgia, um ritual, um protocolo genérico. Portanto, o teor, já aprovado pela Câmara, não merece sequer, digamos, uma especial referência, porque ele segue a regra geral que preside o tratamento da chamada extradição regulada entre dois países.

Eu queria apenas ressaltar que, no artigo 12, ele estabelece que isso não ocorrerá quando se tratar de extradição para um terceiro Estado, "sem o prévio consentimento da Parte requerida em relação aos crimes cometidos antes da extradição". Há disciplina sobre pedidos concorrentes. Entrega do extraditando, entrega diferida ou temporária, apreensão e entrega de bens, trânsito e custos da extradição são objeto dos artigos 13 a 18, que também são genéricos, digamos assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, vale registrar que o estabelecimento pelo Brasil de acordos de extradição é tarefa essencial para a cooperação judiciária e para a construção de instrumentos modernos relacionados com o combate ao crime no plano internacional, não deixando possibilidade para que esqueçamos os casos relacionados a tráfico internacional, que ocupam lugar de destaque, lamentavelmente, nas estatísticas.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais e considerando, ainda, ser constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2021.

É o relatório, o parecer, Presidente.

Queria aditar, Presidente, que eu recebi a mensagem de que a nossa companheira de Comissão, Senadora Tereza Cristina, subscreve o requerimento que eu anunciei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito. Ótimo!

Chegou o requerimento?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela não só pede como telefona.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, ótimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu já disse que V. Exa. é subscreve...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E que o apoio dela aqui nesta Comissão continua ilimitado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... secretariado pelo Senador Fernando Dueire...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que é seu devoto também. Um abraço.

Acho que isso nunca tinha acontecido antes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo quem queira discutir a matéria, nós encerramos a discussão e passamos à votação.

Votação do relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Voltamos ao item 7, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 930, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 25/05/2023 e 01/06/2023.

2. Em 25/05/2023, retirado de pauta, a pedido do relator.

Eu tenho a honra e a satisfação, mais uma vez, de designar o Senador Hamilton Mourão para relatar a matéria.

Com a palavra V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

Quando a gente observa essa questão de um acordo para livre trânsito de veículos de uso particular entre dois países, a gente sempre olha o tamanho da fronteira. A fronteira Brasil-Peru é extensa, mas só tem uma estrada, que é na região de Assis Brasil, no Acre. É o único ponto de acesso terrestre que nós temos. Existe aquele velho anseio da estrada até Pucallpa, a partir da região de Cruzeiro do Sul, o que facilitaria demais o nosso comércio com esse país.

Passo direto à análise, Sr. Presidente.

O acordo em apreço, encaminhado ao Congresso Nacional nos termos da Constituição, constitui relevante instrumento de integração e fomento das boas relações entre o Brasil e o Peru. Nesse sentido, contribui para uma maior aproximação entre os dois países, facilitando a vida de brasileiros e peruanos que desejem visitar o território do país vizinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, fica evidente que sua entrada em vigor contribuirá para o aumento do turismo e do comércio entre os dois países, nações irmãs que têm laços de amizade bicentenários. Suas populações serão ainda mais beneficiadas, sobretudo as que vivem na região fronteiriça.

Cabe, finalmente, reiterar o assinalado pela exposição de motivos que acompanha o acordo, segundo a qual sua assinatura está em consonância com a disposição de fomentar uma cultura de paz e de integração regional, com vistas a incentivar a aproximação entre os países em desenvolvimento, em especial na América do Sul. Graças a acordos como este que estamos apreciamos, a integração sul-americana se tornará mais forte.

Por isso, nosso voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 930, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório, nós encerramos a discussão e passamos à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 645, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 25/05/2023 e 01/06/2023.

A relatoria é do querido nobre Senador Fernando Dueire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 645, de 2021, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 2013".

Conforme a exposição de motivos:

> O referido instrumento assegura, para defesa de direitos e interesses, aos cidadãos brasileiros e marroquinos, bem como a pessoas jurídicas constituídas sob as leis de qualquer dos dois Estados, livre acesso aos tribunais, nas mesmas condições estabelecidas a cidadãos e entidades jurídicas nacionais, no que se refere a direitos e obrigações. Tal mecanismo contempla, ainda, o direito ao benefício da assistência judiciária aos nacionais do outro Estado, em condição equiparada àquela concedida aos próprios nacionais e em conformidade com a legislação do Estado onde a assistência for requerida.

Pela análise, inexistem vícios de juridicidade na proposição em exame.

Tampouco verificamos vícios de constitucionalidade.

Com efeito, para que se garanta a efetiva prestação jurisdicional aos cidadãos de um mundo globalizado, é preciso que os governos dos países adotem ferramentas de cooperação como o presente projeto, sob exame deste Colegiado.

O voto: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2021.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Discussão do relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 934, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
- Não terminativo -

Aprova o texto retificado do Acordo- Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 20/04/2023, 27/04/2023, 25/05/2023 e 01/06/2023.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa. para relatar essa matéria.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, meus colegas Senadores e Senadoras, este projeto é de absoluta relevância, até porque implica as relações entre países que fazem parte da cooperação regional. E, obviamente, o Brasil, que é uma espécie de caixa de ressonância entre os países da América Latina, tem essa capacidade de aglutinação de demandas que são comuns.

Neste relatório, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo 934, de 2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "aprova o texto retificado do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006". Portanto, este é um projeto relevante.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Inexistem vícios de juridicidade na proposição em exame. Tampouco há vícios de constitucionalidade. Ressalte-se que ela observa o disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal. Ademais, o acordo está em harmonia com o disposto no art. 4º da Constituição Federal que estabelece os princípios pelos quais o Brasil rege suas relações internacionais. Mais especificamente, a aplicação do acordo, a nosso sentir, reforçará princípios como prevalência dos direitos humanos, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como destacado no parecer oferecido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a cooperação em matéria de segurança regional insere-se na importante dimensão do processo integracionista.

Nesse sentido, vale lembrar que a dinâmica do processo de globalização, que abrange também as ações criminosas, exige dos Estados ações coordenadas que possam efetivamente preveni-las e reprimi-las. Por óbvio, não é suficiente que um país detenha mecanismos fortes e eficazes de combate ao crime organizado transnacional se seu vizinho não dispõe de ferramentas igualmente eficientes.

Nesse sentido, acreditamos que o acordo-quadro em exame merece ser aprovado por esta Casa, a fim de que sua pronta ratificação por todos os signatários venha a dotar os países da região de meios para garantir, cada vez mais, a segurança e paz em seus territórios.

Voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 934, de 2021.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo...

Coloco em discussão o relatório, o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2020.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 25/05/2023 e 01/06/2023.

2. Em 25/05/2023, retirado de pauta, a pedido da relatora.

Eu tenho a satisfação de designar, pedir e depois designar o Senador Humberto Costa para relatar a matéria.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 215, de 2021, que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2020.

Vou direto para a parte do parecer que trata da análise.

Análise.

Ao analisarmos o PDL, não identificamos defeitos quanto à juridicidade do tratado em exame. Não encontramos, igualmente, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Ainda em relação ao texto constitucional, o acordo em análise encontra-se em conformidade com o no art. 4º, IX, da Carta Magna, segundo a qual o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Verificamos, ademais, que o texto negociado guarda semelhança com tratados de idêntica natureza que já nos vinculam a outras soberanias, seguindo as boas práticas internacionais para evitar dupla contribuição aos sistemas previdenciários.

No mérito, entendemos ser o acordo importante instrumento de cooperação entre o Brasil e a Índia, trazendo benefícios diretos a trabalhadores e empregadores de ambos os países em termos previdenciários. Iniciativas como essa também são, portanto, relevantes para proteger brasileiros que trabalhem no exterior e oferecer igual proteção aos indianos e às indianas que residem e trabalham no Brasil.

Cumpre ainda recordar que, em 2023, é celebrado o marco de 75 anos de relações diplomáticas do Brasil e da Índia, com o reconhecimento brasileiro da independência indiana, o que torna o acordo ainda mais relevante para o atual momento bilateral. Brasil e Índia são países democráticos, de grande extensão territorial e com vastas populações. Desde a celebração da parceria estratégica, em 2006, as duas nações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

têm aprofundado suas visões semelhantes sobre temas globais e compromisso de fomentar o crescimento econômico com inclusão social e desenvolvimento sustentável para o bem-estar de seus habitantes.

Ambos os países possuem desafios comuns e aspirações semelhantes. No Brasil, a Índia possui fortes investimentos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) brasileiros, notadamente na transmissão de energia elétrica, mas também em indústrias de transformação e extrativas, atividades financeiras, seguros e serviços na ordem de US$7 bilhões. Por outro lado, os investimentos brasileiros na Índia giram em torno de US$1 bilhão, concentrando-se nos setores indianos de motores elétricos, siderurgia, automação bancária e comercial e mineração. Segundo o Núcleo de Estudos de População da Unicamp, há 23.912 indianos com Registro Nacional Migratório no Brasil até 2022. Segundo dados do MRE, a comunidade brasileira na Índia é inferior a 800 pessoas.

Assim, em que pese o fluxo de investimentos e de populações entre os dois países esteja aquém do potencial, o acordo em apreço deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais, na medida em que instituirá mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos de ambos os países, o que é bastante salutar.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão o relatório do Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 928, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pela aprovação

Esse projeto tinha, inicialmente, como Relatora, a nossa querida Senadora Professora Dorinha Seabra, e eu tenho a satisfação, em função da apreciação da matéria, de designar o nosso querido Senador Mauro Carvalho Junior para proferir parecer na oportunidade em que apreciamos essa matéria importante.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Vou relatar para a Senadora Professora Dorinha Seabra. Peço licença para ir direto à análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao tratado, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Em relação ao mérito, o assunto objeto do ato internacional em análise enquadra-se nas denominadas compras públicas. É consabido que, para alcançar seus objetivos, os entes governamentais destinam recursos para a aquisição de bens, serviços e obras. Nesse sentido, o protocolo prescreve aos signatários compromissos em matéria de transparência e acesso aos mercados nacionais de compras públicas. Essa perspectiva há de ser benéfica tanto para o Erário quanto para os cidadãos contribuintes dos respectivos países.

Dessa forma, o tratado em questão tem por propósito, em derradeira análise, assegurar tratamento não discriminatório aos bens, serviços e obras públicas fornecidos por provedores e prestadores dos Estados Partes do bloco. Esse contexto é feito tendo em vista as circunstâncias das partes, tais como estipuladas nos anexos do ato normativo em questão.

Sigo diretamente para o voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 928, de 2021.

Era só, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer do Senador Mauro é pela aprovação.

Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós declaramos encerrada a discussão e passamos a votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 933, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinada em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, em 17 de dezembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Nelsinho Trad, e eu tenho a satisfação de designar para proferir parecer, nesta oportunidade, o Senador Mauro Carvalho Filho.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Lembro, de início, que compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos de relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Assinalo, ainda, que não há reparos no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por sinal, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o ato internacional em apreço está em conformidade com o art. 4º, inciso IX da Constituição Federal, no que prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Nesse sentido, a assistência jurídica mútua em assuntos penais, na medida em que auxilia no combate ao crime, contribui para o avanço da civilização. A aprovação e posterior ratificação desta emenda está, assim, em consonância com o referido comando constitucional.

Acrescento, ainda, que a temática do ato internacional em análise reveste-se de extrema relevância sobretudo no momento presente da cena internacional em que a mobilidade de pessoas e a facilidade de comunicação entre territórios de diferentes estados é cada vez mais facilitada pelos modernos meios de transporte e comunicação. Embora desejável como fator de progresso nas relações entre os povos, essa modalidade tem sido acompanhada de alguns efeitos indesejáveis, sobretudo no campo penal.

Nesse sentido, o cenário descrito faz emergir, de modo mais categórico, uma delinquência de caráter internacional que se aproveita das conhecidas limitações dos regimes jurídicos existentes em matéria, por exemplo, de competência extraterritorial para iludir ou dificultar a aplicação da lei penal. Esse estado de coisas tem que ser contrariado por meio, entre outras, de iniciativas como o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul e a emenda de que hora nos ocupamos.

O contexto referido é ainda mais desafiador nas regiões de fronteiras, dado que o fluxo de pessoas e de bens tende a ser mais expressivo. Assim, o tratado em apreço busca contornar alguns dos problemas verificados no ambiente fronteiriço, principalmente no tocante à recepção e transmissão de pedidos de assistência jurídica mútua.

Vamos direto ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, proponho a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2021, nos termos acima, Sr. Presidente.

É só, pelo momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer é pela aprovação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, nós passamos à aprovação e encerramos a discussão.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós passamos agora ao item 14.

Novamente, nós encarecemos a participação do Senador Mauro Carvalho.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia, assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23 de julho de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Câmara dos Deputados. A relatoria é da nossa querida Senadora Professora Dorinha Seabra.

Eu, mais uma vez, encareço ao Senador Mauro Carvalho para proferir parecer sobre esta matéria.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – A Senadora acabou de passar uma mensagem: "pelo amor de Deus, leia o meu relatório".

Então, vamos lá.

Peço licença, Sr. Presidente, para ir direto à análise.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição não contém vícios de juridicidade e tampouco de constitucionalidade.

Sobre esse último aspecto, destacamos que ela atende o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Ademais, vem dar concretude ao comando previsto no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal, que estabelece que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, vemos que o ato internacional em exame, como bem assinalado na exposição de motivos, se destina ao fortalecimento da União Aduaneira do Mercosul; à garantia de segurança jurídica aos agentes econômicos dos Estados Partes; à criação de novas oportunidades de negócio para o setor privado, com potencial para gerar emprego e renda; e à redução dos custos para o setor público, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social dos Estados Partes do bloco.

Para tanto, as disposições do Protocolo Adicional regulam, por exemplo, o ingresso e a permanência temporária das pessoas físicas de uma Parte para prestar serviços dentro do território de outra.

Busca-se, assim, criar ambiente propício para o bom andamento e desenvolvimento dos negócios, inclusive zelando pela transparência e simplificação de procedimentos, bem como com garantia de tratamento não discriminatório entre nacionais e estrangeiros.

Em outras palavras, abrem-se, no território da Colômbia, oportunidades de negócios para profissionais dos países membros do Mercosul e vice-versa. É evidente que, de nosso lado, merece especial atenção as possibilidades de negócios que podem vir a beneficiar os prestadores de serviços brasileiros.

Diante dessas razões, acreditamos que o Protocolo Adicional merece ser aprovado.

Vou diretamente ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2022.

Era só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer do Senador Mauro Carvalho é pela aprovação.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à apreciação do relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório. Ele passa a orientar o parecer da Comissão, como parecer favorável, e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para tramitação.

Eu tenho a honra e a satisfação de ter aqui, à Mesa que conduz os trabalhos, a presença honrosa do Deputado Ivan Naatz, que é Líder do Governo de Santa Catarina na Assembleia Legislativa.

É uma honra muito grande tê-lo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1131, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em San Marino, em 31 de março de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato.

Eu tenho a honra e a satisfação de designar o Senador Humberto Costa para proferir parecer sobre a matéria.

Com a palavra V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa.

Trata-se do parecer desta Comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.131, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em San Marino, em 31 de março de 2016.

Análise.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não verificamos vícios de juridicidade na proposição em exame. Tampouco há vícios de constitucionalidade.

Ressalte-se que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Ademais, o Acordo está em harmonia com o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4°, IX).

A fluidez das movimentações financeiras é reflexo de um mundo cada vez mais globalizado, no qual as fronteiras físicas podem não mais representar obstáculos para prática de ilícitos no campo tributário. Com efeito, os Estados devem buscar medidas efetivas para fazer face a essa realidade.

Nesse sentido, convém destacar que o Acordo sob exame deriva da adoção de "Modelo de Acordo para a Troca de Informações em Matéria Tributária" (TIEA, na sigla em inglês) proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nessa ordem de ideias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concordamos com a exposição de motivos interministerial, na qual é assinalado que o Acordo em apreço adquire especial relevância no atual contexto internacional de busca por maior transparência tributária, pelo incremento da cooperação entre as administrações tributárias e pelo cerceamento ao planejamento tributário agressivo, considerado pelo G-20 como um dos agravantes da crise financeira global pelo efeito de erosão da base arrecadatória dos países e seu impacto nos orçamentos nacionais.

Não temos dúvidas de que acordos de cooperação bilateral como este que examinamos são relevantes instrumentos de combate à evasão fiscal, uma vez que zelam pela transparência tributária.

Adicionalmente, acreditamos que acordos dessa natureza podem trazer parâmetros confiáveis e de maior segurança jurídica, podendo até gerar incremento da atuação de empresas e investidores de um país em outro.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, além de ser constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo 1.131, de 2021.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer do Senador Humberto Costa é pela aprovação do relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à apreciação do relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ter seguimento regimental da sua tramitação, e o relatório será um indicativo com relação à posição favorável desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nós vamos agora, para encerrar, apreciar rapidamente três requerimentos. Um requerimento é do Senador Esperidião Amin. A meu ver, parecem ser requerimentos consensuais, para os quais todos nós poderemos colaborar, porque vai elevar, qualificar o debate, nesta Comissão, sobre matérias importantíssimas.

O requerimento é do Senador Amin e de outros Senadores.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Relações Exteriores, Embaixador Mauro Viera, informações sobre a Carta Adicional que a União Europeia encaminhou ao Mercosul para punir os países que não cumprirem metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Diz exatamente o requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Viera, informações sobre a Carta Adicional que a União Europeia encaminhou ao Mercosul para punir os países que não cumprirem metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Nesses termos, requisitam-se:

1. Carta Adicional introduzindo as penalidades às nações que não cumprirem as metas.

2. Informações sobre a contraproposta do Brasil.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à apreciação do requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, serão tomadas todas as providências propostas.

Nós vamos votar os outros dois requerimentos propostos pela Senadora Tereza Cristina e, em seguida, nós vamos apreciar o item 16 da pauta rapidamente e homenagear, em nome de todos, a honrosa presença, nesta Comissão, do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Sobre a mesa o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fronteiras terrestres brasileiras, em especial quanto aos aspectos de defesa, segurança, desenvolvimento (saúde, saneamento, educação, infraestrutura, comunicação) e cooperação internacional.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Os três grandes eixos do debate, com painéis ao longo de 2023, seriam: defesa nacional, segurança e inteligência, cooperação e desenvolvimento para a integração na área de fronteira.

Apresenta a justificativa devida e traz um outro requerimento, que pede a inclusão de convidados, estabelece nomes...

Está, portanto, aberto aos Srs. Senadores apresentar quaisquer sugestões para a audiência pública aprovada – no caso de ser aprovada – pelo requerimento anterior.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 22, DE 2023

Requer inclusão de convidados para a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 15 de 2023.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Em discussão os dois requerimentos da Senadora Tereza. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão dos requerimentos e passamos à votação dos dois requerimentos conjuntamente, simultaneamente.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

E voltamos ao item 16 da pauta:

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 460, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

O Relator é o Senador Astronauta Marcos Pontes, e eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu passo à leitura da análise aqui, diretamente.

Não encontramos vícios de juridicidade sobre a proposição, tampouco defeitos no campo da constitucionalidade. Nesse sentido, o projeto observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Além disso, o tratado veiculado pelo PDL preenche também, de alguma forma, o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4°, IX).

No mérito, o acordo tem por objeto disciplinar os serviços de transporte aéreo entre Brasil e Angola. Dessa forma, a vinculação ao ato internacional em apreço propiciará ambiente favorável para reforçar não apenas os laços de amizade entre as partes, mas também a cooperação nas áreas de comércio, investimentos e, sobretudo, turismo.

Considerando esse contexto, o tratado em apreciação objetiva aprimorar a estrutura jurídica atinente aos serviços de transporte aéreo entre Brasil e Angola, de modo a consolidar essa relação mutuamente benéfica.

Dessa forma, é válido assinalar que os maiores favorecidos pelo acordo serão os usuários do transporte por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e mala postal. Essa circunstância, por si só, incrementará ainda mais as relações entre os dois países.

Recordo, também, que os dispositivos do ato internacional em exame não destoam dos inúmeros tratados bilaterais de mesma natureza celebrados pelo Brasil.

Ele, de resto, está em sintonia com as práticas estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2022.

Esse é o relatório, esse é o voto, Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a V. Exa.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

E passamos à votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa, consequentemente, a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Nós temos a satisfação de tornar público um convite a esta Comissão – portanto, a todos os Senadores – do Comandante da Marinha:

> O Comandante da Marinha tem a grata satisfação de convidar os Senhores Parlamentares Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para assistirem à Demonstração Operacional do Exercício Conjunto da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) no Campo de Instrução de Formosa, nas proximidades de Brasília [...], em 11 de agosto.
> .....
> O deslocamento dos Parlamentares se dará a cargo da [...] [Marinha], e desde já [...] a Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete do Comandante da Marinha [ficará permanentemente] à disposição de Vossas Excelências.

Também eu acabo de designar com muita... (*Pausa.*)

Nós realizamos, durante o trabalho do primeiro semestre, muitas sabatinas, 31 sabatinas. É um período de produtividade grande com relação à deliberação na apreciação de nomes por esta Comissão e por este Senado Federal. E, na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores, nós vamos apreciar e, consequentemente, sabatinar os nomes indicados para Embaixador do Brasil em Omã, para Embaixador do Brasil na Suécia, para Embaixador do Brasil nas Filipinas, para Embaixador do Brasil na Bósnia, para Embaixador do Brasil em Myanmar e para Embaixador do Brasil no Catar. Eu tive a honra e a satisfação de designar, pela ordem da citação dos nomes indicados, as Senadoras Tereza Cristina e Margareth Buzetti, os Senadores Esperidião Amin, Fernando Dueire e Mauro Carvalho; e o Senador Hamilton Mourão para ser o Relator da indicação do Sr. Marcelo Otávio Dantas Loures para o cargo de Embaixador do Brasil no Catar.

Não havendo mais matéria a tratar, nós declaramos encerrada a reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes, mais uma vez, eu queria reafirmar que nós estamos estudando – e peço que todos se debrucem sobre isso – um melhor horário para nós reunirmos, na terça ou quarta-feira, com esforço, portanto, presencial maior, esta Comissão. E, adicionalmente, toda vez que nós tivermos que fazer um debate, um seminário, convocar alguém, nós poderemos fazer isso em outro dia da semana à noite, logo depois da sessão do Plenário do Senado Federal. Acho que isso daria um dinamismo muito grande, compatível com o dinamismo que tem assumido, conduzido esse debate da política internacional no Brasil e neste Parlamento.

Muito obrigado a todos.

Bom final de semana.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinco minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Augusta Brito e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Cleitinho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim, Zenaide Maia e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Weverton, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Debater o plano de atuação da ANTT, referente ao atual cenário da infraestrutura de transportes do Brasil, e o papel da Agência para o desenvolvimento do setor. **Participante:** Rafael Vitale Rodrigues, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra a Senadora Margareth Buzetti e os Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Cleitinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Augusta Brito
Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e onze minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Cid Gomes, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4643, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4239, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação com emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2444, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos." **Autoria:** Senador Fernando Collor (PTB/AL). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, com as emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 836, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir a cessão de créditos de energia elétrica, por unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, a entidades beneficentes." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2707, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Politica Nacional de Segurança de Barragens, para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*) substituiu Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com emenda que apresenta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rejeição da emenda nº 1 - CMA. **Resultado:** Aprovado com emenda. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4430, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-335." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1949, de 2021 - Terminativo -** que: "Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3278, de 2021 - Terminativo -** que: "Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 46, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e avaliar eventual inconsistência técnica na definição do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e seu impacto macroeconômico." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 51, de 2023** que: "Requer, no termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 23/2023 - CI seja incluído a AMEPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 52, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3278/2021, que busca atualizar o Marco Legal da mobilidade urbana." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. O PL 3278/2021 fica sobrestado, aguardando a realização da audiência pública de instrução. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 53, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as questões relacionadas à aviação civil no Brasil, notadamente preços de passagem aéreas, regionalização de voos, programas de milhagens, reservas, dentre outros assuntos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 54, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as estratégias a serem adotadas pelo Brasil em relação a exploração do lítio." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 55, de 2023** que: "Realização de Audiência Pública para debater o uso de aquecedores solares, nos programas habitacionais do Governo Federal." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 56, de 2023** que: "Requer que seja convidado o senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrelétrica de Itaipu." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 57, de 2023** que: "Requer que seja convidado o senhor Jorge Oliveira, Ministro do Tribunal de Contas da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 58, de 2023** que: "Requer que seja convidado o senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 59, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater as "estratégias de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste". Propõe para a audiência a presença do senhor Mangabeira Unger, Professor da Universidade de Harvard." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 62, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar o PL 1949/2021, que "acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica"." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo e aprovado. O PL 1949/2021 fica sobrestado, aguardando a realização da audiência pública de instrução. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Veneziano Vital do Rêgo e Carlo Viana. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da última e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Aprovada, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/15

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de agosto de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

- Ofício 1.374, de 2023, do Dnit, referente às metas e iniciativas do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, o documento já está disponível para consulta na página da Comissão e aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Informamos ainda o arquivamento de expedientes com prazos de manifestação já encerrados.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Há várias propostas de autores de retirada de requerimentos da pauta de hoje. Então, vou fazer a leitura dos pedidos de retirada dos requerimentos. (*Pausa.*)

São exatamente o item 1 e o item 6, da pauta de hoje, de que o Senador Weverton pede a retirada.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4643, DE 2020
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais.

Autoria: Senador Eduardo Girão
Relatoria: Senador Weverton
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta
Observações:
1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa
2. Em 12/04/2023 o Senador Wellington Fagundes apresenta a emenda nº 1
3. Votação simbólica

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 4430, DE 2020
- Terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-335.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Irajá
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Pela aprovação
Observações: *Votação nominal*) (*Pausa.*)
Item 2

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 4239, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica.

Autoria: Senador Esperidião Amin
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação com emenda de redação que apresenta.
Observações:
1. Após análise na CI, a matéria vai à CTFC, em decisão terminativa
2. Votação simbólica

O relatório é pela aprovação, de autoria do Senador Jaime Bagattoli.

Na ausência do Senador Bagattoli, eu peço a gentileza do Senador Jayme Campos para fazer a leitura do relatório do Senador Jaime Bagattoli.

A assessoria o levará ao Senador Jayme Campos.

Ah, já está lá, não é?

V. Exa. pode fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, Sras. e Srs. Senadores, agradeço a V. Exa. a distinção de me designar para relatar aqui projeto, cujo Relator é o Senador Jaime Bagattoli.

Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei nº 4.239, de 2021, de autoria do Senador Esperidião Amin, que propõe alterações na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com o objetivo de determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) explique periodicamente, de forma clara para a população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica.

O PL é composto por dois artigos.

O art. 1º do PL propõe a inclusão do art. 3º-B na Lei nº 9.427, de 1996, com o intuito de exigir que a Aneel publique, em linguagem acessível à população, dois relatórios. O primeiro relatório deverá ser divulgado juntamente com o reajuste anual ou revisão tarifária da distribuidora e deverá esclarecer aos consumidores de energia elétrica as razões por trás das variações nos valores das tarifas praticadas pela distribuidora de energia elétrica. O segundo relatório, também com periodicidade anual, será publicado até o último dia útil do mês de março e explicará as diferenças entre as tarifas dessas empresas e informará as medidas tomadas pela Aneel para reduzir as diferenças nos valores das tarifas entre as distribuidoras e para mitigar aumentos nas tarifas, apresentará o impacto das medidas adotadas para reduzir os valores e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenças nas tarifas, e explicará os motivos pelos quais essas medidas eventualmente não foram implementadas.

O segundo artigo da proposição trata da cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação do PL, o autor destaca que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sugeriu uma série de medidas para aprimorar a governança da Aneel, enfatizando a necessidade de a agência "garantir igualdade de condições no envolvimento das partes interessadas no processo regulatório e aumentar o foco dos indicadores de desempenho". O autor argumenta que a população em geral "tem enorme dificuldade em entender a regulação das tarifas de energia elétrica", o que prejudica o controle social.

O PL foi encaminhado a esta Comissão e, em caráter terminativo, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Nenhuma emenda foi apresentada dentro do prazo estipulado pelo art. 122, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Se V. Exa. permite, eu acho que poderíamos ir já à fase do voto, porque a análise já está disponibilizada nesta Comissão. E acho que não se faria necessário.

Outro aspecto que evidencia a importância do PL é a falta de informação disseminada, no âmbito da população em geral, sobre as ações que a Aneel está tomando para combater as tarifas elevadas e a disparidade entre as tarifas das distribuidoras. Certamente, especialistas do setor elétrico ou da própria Aneel as conhecem, mas isso não chega até a população ou, se chega, a população não as compreende.

De fato, no setor elétrico, observa-se o uso de uma linguagem fechada, construída de e para um grupo seleto de pessoas, que compreende as normas e as explicações para uma série de fenômenos. Não é admissível que a população brasileira, que luta para garantir seu sustento, seja impedida, por aqueles que se autodenominam especialistas e conhecedores do setor elétrico, de entender, reclamar e apresentar contribuição de aperfeiçoamento para o setor elétrico brasileiro. Precisamos superar esse comportamento elitista, o qual pressupõe que apenas aqueles que se qualificam no setor elétrico têm a capacidade de resolver problemas, que está restrita àqueles que supostamente se qualificaram no setor elétrico; só assim a realidade vivida pelo povo brasileiro será compreendida.

Por fim, é importante ressaltar que os conselhos de consumidores não preenchem a lacuna identificada pelo PL. Na verdade, a proposição contribuirá para tornar esses conselhos mais efetivos.

Conclui-se, portanto, que o PL, ao promover a aproximação do regulador à população, contribui para aprimorar a governança da Aneel, em conformidade com as recomendações da OCDE mencionadas anteriormente. Os benefícios para a população são evidentes, uma vez que ela terá melhores condições de opinar sobre um setor que oferece um serviço essencial. A Aneel também se beneficia, uma vez que suas ações e decisões terão mais legitimidade, o que reduzirá atritos e permitirá que seu corpo técnico e dirigentes se concentrem em melhorar a vida dos cidadãos brasileiros.

Há, todavia, a necessidade de uma emenda de redação ao PL nº 4.239, de 2021. A proposição inclui o art. 3º-B na Lei nº 9.427, de 1996. Ocorre que a Lei nº 14.385, de 27 de junho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2022, já introduziu um art. 3º-B na Lei nº 9.427, de 1996, versando sobre outro tema. Nesse contexto, o art. 3º-B que o PL nº 4.239, de 2021, almeja inserir na Lei nº 9.427...

Por favor...

Aqui o computador nosso, de vez em quando, dá uma saidinha do ar.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PL nº 4.239, de 2021, com a seguinte emenda de redação.

> EMENDA Nº - CI (Redação)
> Renumere-se o art. 3º-B a ser incluído na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro...

Oh, computador...

Você não pode apostar muito nele aqui.

> EMENDA Nº - CI (Redação)
> Renumere-se o art. 3º-B a ser incluído na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 4239, de 2021, para art. 3º-C.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e é o voto do Relator nomeado por V. Exa. *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Está em discussão o presente relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Melhor do que o relatório patrocinado pelo Senador Jaime Bagattoli é a leitura pelo Senador Jayme Campos.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Como sempre, generoso, bondoso, o meu mestre, professor, Senador Esperidião Amin.

Na verdade, Sr. Presidente... para discutir. Vou encaminhar.

Primeiro, como Relator *ad hoc*, eu acho aqui meritória a proposta do Senador Jaime, na medida em que, lamentavelmente, ninguém sabe como é feita a composição de preços das tarifas no nosso país.

Neste caso, particularmente, a sua proposta é para que seja feita em um linguajar que a população possa entender. Lamentavelmente – V. Exa., que é Presidente da CI –, já tivemos aqui a participação de algumas autoridades da Aneel e que foi muito pouco esclarecedora.

Há poucos dias, tivemos aqui uma audiência –V. Exa. talvez não estivesse presente, na medida em que estava Presidente o Senador Otto Alencar, se não me falha a memória – e deixou muitas dúvidas no ar. Aqui tinha várias entidades representadas, o Senador Amin eu acho que participou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma coisa surreal o que acontece. Quando aqui ouvi várias falas dizendo que, particularmente, nós temos hoje uma enxurrada, ou seja, excesso de energia produzida no Brasil, o que me causa até estranheza, fiquei até muito pensativo.

Ora, como é que sobra, estamos com sobra de energia no Brasil, e a energia não para de subir?

Segundo, algumas regiões estão fartas de energia, por outro lado tem outras regiões faltando. Explicitei muito, procurando evidências aqui, Senador Amin, porque, por exemplo, o Mato Grosso é exportador de energia. Pois bem. Entretanto, tem muitas regiões do nosso Estado... primeiro, é deficiente no setor elétrico, não atende a população mais humilde, principalmente o campo. Por outro lado, não tem energia em cidades que querem levar a indústria para lá, nós não temos oferta.

Há poucos dias tinha um grupo lá, Senador Amin, na minha cidade, Várzea Grande, que é a segunda maior cidade do Mato Grosso, onde eu moro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas é a mais importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Dentro do contexto político, social, econômico, ela é, até porque é uma cidade com 320 mil habitantes. Eu tive a primazia de ser Prefeito por três mandatos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quantas vezes?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Três vezes. A minha mulher foi duas vezes Prefeita, meu pai foi duas vezes Prefeito, meu irmão foi também uma vez Prefeito, e assim por diante; e dois primos, três primos, quatro também foram Prefeitos.

Lá, o Grupo Marfrig acabou de construir uma indústria, tem uma indústria lá, e queria fazer ampliação. Precisava de 5MW para produzir mais. Lá, se produz hoje todo hambúrguer produzido no Brasil, ou seja, consumido no Brasil, é produzido lá em Várzea Grande. É algo em torno de 250 toneladas por dia. São dez carretas que saem de hambúrguer. Ele fornece a toda a rede de McDonald's do Brasil.

Pois bem, não tinha energia disponível. Como é que nós somos exportadores de energia e no nosso estado não tem energia para atender a demanda reprimida? Com isso, lamentavelmente, os investimentos que estamos esperando das indústrias, sobretudo de transformação da nossa produção, não há.

Então, é contraditório, mal explicado, não é isso? Mal explicado. É uma caixa-preta, vamos ser honestos aqui. O Dr. Sandoval que me desculpe, é uma caixa-preta. Ninguém sabe de que forma é feita a formatação, a fórmula que se aplica para fazer o reajuste das tarifas, não é isso? É aquela velha história: "Ah, é porque a Região Sudeste faz a compensação para o Norte, o Nordeste, e, infelizmente, muitas vezes não tem energia integrada, energia tocada a diesel, por motores a diesel etc.".

Enfim, eu acho que a proposta é meritória, e nós temos que esclarecer e botar um ponto final em tudo que está acontecendo no setor elétrico. V. Exa. não estava aqui, mas V. Exa. foi Governador por dois ou três mandatos e sabe muito bem. Aqui, Senador Amin, quando foram fazer a renovação dos contratos daquelas concessões das usinas hidrelétricas do nosso país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha que ser cobrada uma outorga, uma outorga bastante razoável. Trinta anos de concessão! Pagaram quase nada naquela época.

Depois, veio a renovação. Eles não queriam pagar nada para o setor elétrico. Será que já não foram compensados todos os investimentos que foram feitos ao longo de 30 anos? Essa usina foi paga dez vezes, não é? Pagaram uma mixaria, uma coisa insignificante.

A tese que eu defendi e defendo é que essas renovações de outorgas teriam que ficar dentro de um fundo para não fazermos nenhuma usina hidrelétrica aqui, no Brasil, no leito dos nossos rios se não tiver as eclusas. A maioria dos rios no Mato Grosso, que são rios navegáveis, que são os Rios Juruena, Teles Pires, Tapajós, nenhum tem uma eclusa, e todos são navegáveis. Lamentavelmente, construíram ao longo dos rios três, quatro, cinco usinas, e, de lá para cá, inviabilizou até a navegabilidade de antes por causa das usinas hidrelétricas que estão no meio do leito dos rios. Poderia ter um fundo para fazer essa compensação, proibir, para não acontecer como aconteceu em Itaipu. Quando fizeram Itaipu, não colocaram eclusa. Passaram 10, 15, 20 anos... A eclusa, na época em que foi construída, vamos imaginar aqui, Itaipu, com, no máximo, US$10 milhões ou US$15 milhões se faria. De lá para cá, gastaram R$300 milhões para fazer eclusas que foram construídas em Itaipu. Foram R$300 milhões. Foi caríssimo, o que onerou o Governo para fazer aquela eclusa lá.

Pois bem. Então, acho que nós temos aqui, com certeza, a obrigação de melhorar essa questão da cobrança tarifária, que, lamentavelmente, é muito alta no Brasil. No Mato Grosso, paga-se a energia elétrica mais cara do planeta. O senhor sabia, não é? A mais cara do planeta! Infelizmente, nós somos grandes produtores, exportamos energia para o Brasil inteiro, mas não temos energia e pagamos a energia mais cara do planeta. Isso é impossível, é inconcebível!

Então, eu acho que é meritório.

Cumprimento o Senador Jaime Bagattoli aqui e, sobretudo, V. Exa., que bem preside esta Comissão.

Obrigado pelas palavras generosas, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só quero me congratular com o Senador Jayme Campos por fazer essa digressão bem abrangente a respeito do projeto. O projeto que apresentei tem esse sentido didático, quer dizer, de transparência, muito bem abordado pelo Senador Jaime Bagattoli e melhor ainda pelo nosso Senador Jayme Campos.

Eu só queria aproveitar esta oportunidade em que o Senador Jayme Campos faz essa visão holística do problema para chamar a atenção para os quatro requerimentos que eu apresentei nesta Comissão e que estão na pauta.

O primeiro deles, o de nº 13, é um debate que vai interessar muito aos dois Estados do Mato Grosso – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, que é o debate sobre a exploração do lítio, que é uma terra-rara, um metal precioso, especialmente encontradiço nessa região do centro-oeste do Brasil; e os Requerimentos, Presidente, de nºs 15, 16 e 17 são de convite às autoridades para nos explicar sobre...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – É o 13, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O 13 é o do lítio. O 15, o 16 e o 17 são de convites a autoridades para discutir a composição da tarifa de Itaipu neste mês em que se completam 50 anos do Tratado de Itaipu. Ou seja, Itaipu está paga, zerou, o Brasil pagou todos os empréstimos tomados para a realização dessa obra monumental, gigantesca, que eu tenho a convicção de que não seria possível executar hoje, hoje não deixariam fazer. Hoje, podem crer, o antigo príncipe, agora Rei Charles, ficaria lá com um grupo nas Sete Quedas e não deixaria construir. O fato é que foi uma obra extraordinariamente importante para o Brasil e que agora vai entrar...

O Presidente da República foi à posse do Presidente do Paraguai, e o Presidente do Paraguai mostrou muito interesse nesse acordo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – São 50-50 ali, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São 50-50.

Os meus alunos da disciplina Empreendimentos e Modelos de Negociação elaboraram um trabalho extraordinário e profético em 2009 sobre os 35 anos de Itaipu. Houve uma discussão entre o então Presidente Lugo, o famoso Presidente Lugo, e o Presidente Lula 2 – estava no segundo mandato – que não foi concluída, em que o Paraguai fez solicitações, o Brasil fez contrapropostas e restou não resolvida a questão.

Então, isso que vai acontecer agora vai ser dramático, tanto para o Paraguai quanto para o Brasil. Um dos pedidos do Paraguai é liberdade para vender os seus 50%. Ele consome 10% desses 50%, ou seja, menos de 20% do que é produzido, cerca de 14% é o que o Paraguai consome, e o restante o Brasil compra. Uma das coisas que pede é para que ele possa operar isso no mercado livre. Hoje o preço seria menor, porque todos os lagos de hidrelétricas estão abastecidos, mas isso oscila, e nós já vivemos duas grandes tensões, uma há poucos anos e outra no ano 2000, que foi trágica porque não tínhamos um sistema de interconexão, de interligação.

Mas o curioso é que a tarifa de Itaipu é uma tarifa privilegiada, porque, como tinha que pagar o empréstimo, a legislação cobriu com segurança a receita de Itaipu, que agora não precisa desse privilégio, nem no Brasil, nem no Paraguai.

E o que é mais grave: no orçamento deste ano, 2023, sabem quanto é que está previsto de investimentos a serem decididos pela diretoria de Itaipu, pelo conselho diretor e pelo conselho deliberativo também, mas todos nomeados pelo Governo? Investimentos ditos socioambientais, programas socioambientais, essa é a legenda: US$320 milhões a serem investidos por decisão livre e soberana, que não depende do Congresso Nacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, 320, mais de 1,5 bilhão. E é para convidar tanto o Ministro, que já veio aqui falar sobre esse assunto na Comissão de Assuntos Econômicos, o Ministro do Tribunal de Contas da União que está tratando do assunto, o Ministro Jorge Oliveira, ele é o Relator dessa matéria – o Tribunal de Contas da União já tem uma manifestação restritiva sobre o assunto –, e também o Diretor-Geral da Aneel, Dr. Sandoval de Araujo Feitosa Neto. O que não pode é, nesta repactuação do tratado, a diretoria de Itaipu ter essa liberdade de destinação de recursos para obras, e obras em qualquer lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, além de antecipar o conteúdo dos requerimentos, quero dizer também que estou com igual requerimento na CAE e, se fosse possível inclusive sincronizar para que as duas, aí talvez a Secretaria da CI, desde que aprovado o requerimento, negociaria com a CAE para ver uma oportunidade. Ministro é à parte, o nosso Regimento concede ao Ministro o direito de ter, o Ministro do Tribunal de Contas da União também, mas a reunião pode ser marcada para o mesmo dia, reuniões sucessivas. Não quero acareação, eu quero que cada qual deponha a respeito do assunto, uma vez que coincide com os 50 anos. Eu não sei o que vai ser negociado, se vai ser um novo tratado de 50 anos, é bom a gente saber antes que "Agora já faz parte do tratado, não pode mais mexer". Até aqui foi assim, mas, daqui para frente, eu acho que o Congresso tem que cumprir seu papel mais amplamente, e esta Comissão é prioritária nesse assunto, talvez a Comissão de Relações Exteriores queira ouvir do Itamaraty alguma coisa a respeito da negociação do tratado, mas o que nós queremos saber é o impacto. Já não está tudo muito claro, como o Senador Jayme Campos falou. As pessoas não sabem como é constituída a tarifa, até porque a CDE vem sendo prorrogada indefinidamente, então ali estão embutidos subsídios vários, e ainda tem direito a fazer uma programação de obras extraorçamentária. Nada a ver com o orçamento secreto, mas esse é mais secreto ainda porque nem tramita por aqui, nem se trata de emendas parlamentares, trata-se de emendas de diretoria, bota alto clero nisso.

Então essa é a antecipação que eu faço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, não tendo mais quem queira discutir, vamos aguardar o quórum para colocar em votação simbólica. É isso mesmo, votação simbólica?

Hoje está havendo – apenas uma nota da nossa Comissão para registro – no Brasil um apagão em nove estados, de energia elétrica, inclusive Brasília. Aqui está funcionando, o Senado agora, com motores a diesel. Então, nove estados brasileiros estão sofrendo um apagão que ainda não foi explicado pelos agentes de controle de energia no Brasil.

E amanhã teremos aqui em uma audiência a presença do nosso convidado, o Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. Amanhã às 9 horas aqui na nossa Comissão. Então, serve o convite para todos os Senadores, todas as Comissões que desejarem ouvir o Presidente da Petrobras, amanhã, às 9 horas aqui na nossa Comissão.

Esse projeto de lei, de autoria do Senador Esperidião, aguarda quórum para a gente fazer a votação.

O item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 2444, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, com as emendas que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa

2. Em 24/11/2022 o Senador Fernando Collor apresentou a emenda nº 1-T

3. Em 13/06/2023 o relator submete à Comissão um novo relatório, pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-T, com três emendas que apresenta

4. Votação simbólica

Eu vou pedir ao Senador Esperidião para fazer a leitura desse relatório *ad hoc*. Era o Senador Izalci, mas vamos dar um dinamismo à nossa Comissão para não ficar acumulando muito projeto.

Senador, você pode ver a parte mais importante para leitura, para a gente economizar tempo, e o senhor fique à vontade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, agradecendo pela incumbência, quero resumir o escopo do projeto, que tem como objetivo e é de autoria do Senador Fernando Collor, que altera a Lei nº 13.999 para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.

O projeto é meritório, uma vez que táxi é um serviço público que historicamente tem sido beneficiado de diversas formas, tanto por leis locais quanto por leis de âmbito nacional.

Então, ele tem como objetivo permitir que as pessoas físicas "detentoras de autorização ou permissão do poder público local para o exercício da atividade de taxista", que é um serviço público, sejam beneficiadas com a utilização de crédito especial – uma vez a cada três anos seria o período de reposição, porque são veículos que rodam muito mais do que um veículo particular –, a forma de garantia (alienação fiduciária do veículo) e os equipamentos adicionais que são permitidos ou até obrigatórios (adaptação para acessibilidade, taxímetro com biometria, luminoso e impressora), para favorecer a comprovação do pagamento.

A matéria foi recebida pelo Plenário da Casa em setembro de 2022, foi encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura e depois passará pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Portanto, cabe à CAE a decisão terminativa.

A nossa Comissão analisa sob a ótica da conveniência, do mérito, digamos.

O parecer, inicialmente de autoria do Senador Izalci, aborda esse assunto de maneira bastante didática, e eu posso resumir que foi reapresentado o relatório, após vista coletiva, para incluir emenda sugerida pelo Senador Eduardo Braga no sentido de incentivar os fabricantes e revendedores de veículos a oferecerem prazos mais longos de garantia para as baterias dos veículos.

Aliás, isso é muito oportuno, porque daqui a pouco nós teremos só a bateria, e o descarte da bateria ainda é um problema não resolvido, inclusive nos veículos ditos de energia elétrica.

Optamos, no entanto, por não criar obrigação legal nesse sentido, o que poderia atrasar a adoção de veículos elétricos no Brasil, mas é um assunto a se resolver. O Senador Eduardo Braga abordou muito bem este assunto na condição de engenheiro que ele é.

Também não julgamos conveniente a criação de despesas orçamentárias ou o direcionamento de recursos do Pronampe diretamente para cobertura de defeitos com esses equipamentos, o que poderia gerar efeitos adversos, incentivando uma produção de menor qualidade, porque, se há um financiamento para corrigir, é natural que haverá um afrouxamento no padrão de fabricação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 2.444, de 2022, e da Emenda de nº 1-T, com as emendas que apresentamos a seguir:

- Substituam-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, as expressões “60 (sessenta) meses” e “três anos”, nas redações propostas respectivamente para o inciso II, do *caput,* e para o §2º do *caput*, do art. 3º-B, da Lei nº 13.999, de 2020, por “noventa e seis meses”.

- Substitua-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, a redação proposta para o inciso III do *caput* do art. 3º-B da Lei nº 13.999, de 2020, pelo seguinte texto:

> III – valor da operação limitado, conforme o tipo de veículo adquirido:
> a) ao menor valor entre R$ 360.000 (trezentos e sessenta mil reais) e 90% da soma dos custos dos seguintes itens:
> 1. veículo novo com tração elétrica e bateria recarregável por fonte externa, com ou sem motor auxiliar a combustão;
> 2. carregador de corrente alternada, fixo ou portátil, compatível com o veículo;
> 3. taxímetro com biometria, luminoso e impressora;
> 4. equipamento de adaptação para acessibilidade, quando for o caso; ou
> b) ao menor valor entre R$ 200.000 (duzentos mil reais) e 90% da soma dos custos dos seguintes itens:
> 1. veículo novo com tração por motor a combustão, ou por motor elétrico com bateria abastecida por motor a combustão, ou ambos;
> 2. conjunto completo para utilização do gás natural veicular, quando for o caso;
> 3. taxímetro com biometria, luminoso e impressora;
> 4. equipamento de adaptação para acessibilidade, quando for o caso;

E a terceira emenda:

> Acrescente-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, o seguinte parágrafo ao caput do art. 3º-B da Lei 13.999, de 2020:
> §4º No caso de aquisição de veículos de que trata a alínea "a" do inciso III do *caput*, o prazo de financiamento é limitado ao prazo da garantia oferecida pelos fabricantes e/ou revendedores para a bateria de alta voltagem do veículo.

Este é o parecer, portanto, pela aprovação, com as três emendas.

O Senador Marcos Pontes não foi contemplado. Não há financiamento para cápsula espacial. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, pela leitura do relatório do Senador Izalci.

Está a palavra franqueada para discutir o Projeto de Lei 2.444, que trata de um incentivo aos taxistas ao crédito no programa Pronampe, com três emendas adicionais sugeridas pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu faço questão de dar minha participação aqui no projeto de autoria do Senador Fernando Collor, indiscutivelmente relatado pelo Senador Izalci, *ad hoc* Senador Esperidião. É um projeto bacana, que está abrindo uma nova linha de financiamento para os taxistas, categoria essa já muito sofrida no nosso país, diante, primeiro, de que agora há a concorrência, até certo ponto, desleal dos Uber. Tem muitos... Em tese, não é?

De qualquer forma, eles têm – eu vejo lá pela minha cidade as reclamações, etc. – passado por uma série de dificuldades. Primeiro, em relação às altas de combustível que havia. Por enquanto, deu uma segurada, não é, mas, sobretudo, porque eles têm que pagar impostos também. O alvará, dependendo da cidade, é muito caro.

Então, é uma categoria que, se nós não apoiarmos, com certeza, terá muita dificuldade. E tudo leva a crer que nós temos que dar o devido valor. São pessoas que trabalham nas altas madrugadas, suscetíveis a todas as intempéries e, sobretudo, pelo risco que correm. Graças a Deus, nesses últimos tempos, lá em Mato Grosso, particularmente na Região Metropolitana da Grande Cuiabá, parou, mas houve uma época do ano lá, em anos passados, em que havia mês que tinha um, dois homicídios, assaltos, latrocínios. Nesse caso em que se mata para roubar é latrocínio.

Dessa forma, eu acho que o projeto é meritório. Nós temos que apoiar, aprovar, para que essa categoria tenha, com certeza, uma nova linha de financiamento, sobretudo com juros bastante acessíveis para essa atividade que, diante das taxas altíssimas de juros, às vezes não tem nem condição de pagar as prestações do seu automóvel.

De forma que eu cumprimento tanto o autor como o relator da matéria, desta feita o Senador Amin, que bem relatou e esclareceu alguns pontos em relação até à destinação das baterias, o que é muito importante no Brasil, porque nós não temos ainda a destinação com clareza de onde se vai fazer esse derrame gigantesco de baterias que temos no Brasil.

Eu cumprimento a todos e parabenizo particularmente aqui o meu amigo, Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou deixar para o processo de votação, embora simbólica, atingir o quórum. Está perto. Já, já a gente vota os dois.

Bom dia, Senador. Deu quórum aí já? Deu quórum. O Veneziano aqui chegou. Agora, com ele, dá? Já registrou, não é?

Vamos continuar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Veneziano é a solução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É a solução. Ele já deu presença.

Bem, Projeto de Lei 836, de 2023.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir a cessão de créditos de energia elétrica, por unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, a entidades beneficentes.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

Passo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

À análise.

Compete à Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes, e outros assuntos correlatos. Há, portanto, a aderência das competências da Comissão de Infraestrutura ao tema tratado pelo projeto de lei em análise.

O Projeto de Lei nº 836, de 2023, acrescenta três novos parágrafos ao art. 12 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir que unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica possam ceder seus excedentes de créditos de energia elétrica para entidades beneficentes certificadas.

Para evitar abusos, o projeto impõe três importantes restrições: a primeira é a destinação dos excedentes somente para entidades beneficentes consideradas como tal pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; a segunda é a exigência de que a entidade beneficente esteja na mesma área de concessão ou permissão do cedente; a terceira é a inexistência de qualquer tipo de contrapartida ou condicionante, inclusive de natureza financeira, para evitar uma venda disfarçada de energia elétrica.

Por fim, ciente de que tal alteração exigirá dos órgãos reguladores do setor elétrico um tempo de adaptação, o autor do projeto prevê um *vacatio legis* de 180 dias.

A ideia de permitir a destinação de excedentes de energia para entidades beneficentes faz sentido, já que os créditos prescrevem em 60 meses, sendo que esses créditos, que correm o risco de serem perdidos, podem aliviar as contas de energia elétrica das entidades beneficentes. É importante ressaltar que o projeto tem o cuidado de impor restrições a essas transferências, no intuito de evitar abusos.

Acreditamos que os ajustes na regulamentação não devem ser muito trabalhosos, considerando que a legislação já prevê várias outras situações em que pode haver transferência de créditos de energia elétrica entre diferentes unidades consumidoras. As distribuidoras não devem enfrentar dificuldades técnicas ou administrativas para implementar as novas regras, e o prazo de 180 dias, dado pelo PL nº 836, de 2023, para a entrada em vigor de seus dispositivos, deve ser suficiente.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 836, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. É pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 2.707. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, vamos ao processo de votação desse projeto.

Temos quórum.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com esse projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço a permissão dos Senadores presentes, para a gente já fazer a votação dos dois itens anteriores que estavam aguardando quórum.

Bem, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com os relatórios dos Projetos de Lei 4.239 e 2.444, já lidos aqui hoje, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 2707, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta e rejeição da emenda nº 1 - CMA.

Observações: *Votação nominal*

A autoria é da nossa inesquecível Senadora Rose de Freitas, relatado pelo Senador Carlos Viana.

Eu vou pedir ao Senador Jayme Campos, mais uma vez, para fazer, *ad hoc*, a leitura do relatório do item 5 da pauta.

Por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Confúcio, colegas Senadores aqui presentes, para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, de autoria da ilustre Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa para inspeção da segurança dessas estruturas.

O PL nº 2.707, de 2019, é composto por dois artigos: o art. 1º modifica a Lei nº 12.334, de 2010, inserindo o §2º no art. 17, que trata das obrigações dos empreendedores de barragens, para exigir dos empreendimentos minerários que fazem uso de barragem de rejeitos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mineração a contratação de auditoria externa para a validação das inspeções de segurança previstas na referida lei; já o art. 2º estabelece a vigência da lei a partir de sua publicação.

O PL nº 2.707, de 2019, foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental. Essa mesma Comissão deliberou favoravelmente o parecer pela aprovação do PL nº 2.707, de 2019, juntamente com a Emenda nº 1-CMA, que especificou as inspeções que obrigatoriamente devem ter a participação de profissionais de auditoria externa, a saber: a inspeção de segurança especial e a revisão periódica de segurança de barragem.

Se V. Exa. me permite, ilustre e eminente Senador Confúcio, já está esse relatório disponibilizado aqui, nesta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, bem como pela Emenda nº 1-CMA.

Quanto ao mérito, votamos pela rejeição da Emenda nº 1-CMA e pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, com a emenda que apresentamos a seguir:

> EMENDA nº 1-CI
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, a seguinte redação:
> "“Art. 1º A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> “Art.9º 9º
> .....
> .....
> §5º Nas barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeito de mineração, a inspeção de segurança especial deverá ser efetuada por profissionais externos. (NR)
> Art.10
> .....
> §4º Nas barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração, a Revisão Periódica de Segurança de Barragem deverá ser efetuada por profissionais externos. (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Esse projeto de lei é terminativo, e nós vamos abrir para discutir.

O Senador ou Senadora que queira usar a palavra, fique à vontade.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de ressaltar a importância da segurança de barragens. Esse é um dos assuntos que, durante o meu tempo como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, nós discutimos bastante. Nós tivemos o acidente em Brumadinho, que foi realmente terrível. E o que acontece, geralmente, em questão de acidentes ou desastres naturais também, é que existe uma discussão muito grande quando acontece o problema, mas passados alguns meses, aquilo é esquecido e ninguém mais toca no assunto. Então, é importante haver sistemas de prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalhei décadas em prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos e espaciais, mas segue o mesmo princípio na parte operacional. E é necessário que nós tenhamos ações efetivas para prevenção, monitoramento e, inclusive, planos de contingência para que, caso aconteça alguma coisa, nós estejamos mais preparados para isso.

Então, eu vejo esse projeto de lei como uma coisa extremamente importante. Nós temos, literalmente, milhares de barragens no Brasil – às vezes, a gente não sabe, eu também não sabia, fiquei sabendo lá no Ministério, e eu, só para questão de informação, solicitei ao Cemaden – isso é bom ficar registrado para que possa dar continuidade a esse projeto –, que é o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, fica em São José dos Campos, uma instituição muito importante, conectada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, que eles fizessem estudos para a colocação de sensores nas barragens no Brasil.

O custo desses sensores, considerando a importância do assunto, é um custo extremamente baixo, cerca de R$400 mil para cada um desses sensores. São sensores instalados de forma que a barragem, se ela tiver qualquer tipo de movimentação que seja – o que acontece antes, obviamente, de um rompimento – pode ser detectado. E isso é importante que nós tenhamos, e pode e deve ficar no custo das empresas que as operam. E aquelas que não têm nenhuma empresa operando, não têm nenhuma infraestrutura conectada, nenhuma empresa conectada, que o setor público tome conta disso, porque a vida das pessoas depende desse tipo de sensor, de aviso e tudo mais.

É possível fazer também o monitoramento com satélites, com radar de abertura sintética, que também podem ser focados nas barragens, na medida em que eles fazem as passagens, e ser registrado qualquer tipo de alteração que eles possam detectar.

Então, existem maneiras... Eu estou falando isso aqui porque existem maneiras técnicas, tecnológicas de se tratar do assunto. O que a gente não pode fazer é esquecer do assunto, deixar sem monitoramento, sem prevenção, e depois, quando acontece de novo, lamentar o ocorrido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, para encaminhar também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Só fazendo um adendo às palavras do ilustre Senador Marcos. Foi em Brumadinho e Mariana. Duas tragédias que aconteceram no Brasil, e até hoje ninguém foi penalizado na forma da lei. Não ouvi falar que há alguém preso. Mataram praticamente, ali, 300 pessoas ou mais. Se não me falhe a memória, os números chegavam na casa dos 300 – pais e mães de família que ali foram a óbito.

E, nesse caso, particularmente, esse projeto é meritório na medida em que ele vem dar segurança, e nós termos ferramentas, instrumentos modernos com os quais podemos evitar tragédias como essas que acontecem no nosso Brasil.

Isso é o que foi divulgado pela imprensa nacional, aquilo em que houve cobertura. Entretanto, muitas das vezes, estouram algumas menores, em algumas partes do Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém fica nem sabendo – ninguém fica nem sabendo –, fica por isso mesmo! Às vezes, é um fato muito localizado, é apenas a imprensa local do estado que dá cobertura. Entretanto, eu acho que o projeto é meritório, tem que ser aprovado e tem que se fazer justiça no Brasil.

Lamentavelmente, Ministro, Senador Marcos Pontes, o Brasil é isso aí que o senhor vê, passou, todo mundo esquece, e o senhor tem toda razão. Ninguém vê falar mais nada, ninguém vê falar mais nada!

Lá começaram a fazer os acordos, tentaram fazer os acordos – destruíram famílias! É de cortar o coração, é de cortar o coração ver famílias que perderam os entes queridos, que perderam propriedades – perderam propriedades que estavam ali há 100 anos, 150 anos, como vi em Minas Gerais o que aconteceu, e até hoje não se fez justiça no Brasil!

E continua a mesma coisa: embolsando... Cada dia, ficaram as empresas muito mais ricas, com enormes capitais. Ou seja, isso aí tem dado lucro infinitamente, nós não sabemos nem mensurar qual a quantidade de bilhões de reais que tem entrado no bolso dessas empresas. Por outro lado, muitas são exportadoras, V. Exas. têm conhecimento disso. Há poucos dias, nós aprovamos aquela Medida Provisória 1.159, aqui no Senado, pela qual, quando se fazem as remessas, quando se vendem aqui no Brasil, eles vendem – através dos escritórios internacionais da Áustria, da Suíça – por preço quase irrisório aquela sobra. Ou seja, vende por 20, recebe 80 e não pagam nem o quê? Não pagam nem os tributos em relação a esse assunto, a essa matéria que estamos discutindo aqui.

Então, é importante como V. Exa. bem disse aqui, e nós temos o papel também de fiscalizar e cobrar, sobretudo, das agências, das agências do nosso Brasil, das agências reguladoras, que não cumprem o seu papel também ou o cumprem muito pouco.

Estou vendo aqui a nossa Agência de Mineração do Brasil totalmente desfalcada. Estão em greve há não sei quantos dias por falta de meios e até de salários. Criaram uma agência, mas não fizeram isonomia dos salários, ou seja, numa agência, um exemplo, o diretor ganha 40, 50 mil, e nessa agência, que tem um papel preponderante na mineração do Brasil, ganha-se 20. Então, há um descontentamento gigantesco lá em relação aos colaboradores daquela agência que, nesse caso, está desfalcada...

Mato Grosso tem um potencial, Senador Confúcio, como também tem Rondônia. No Mato Grosso, particularmente, nós temos a primazia de ter diamante, ouro, cassiterita, etc., etc., tudo quanto é tipo de mineral. Infelizmente, lamentavelmente, é uma atividade à qual não se tem dado o devido valor, que é uma grande fonte geradora de emprego e renda, etc., mas não tem nem o profissional das agências para ir fiscalizar. Isso é grave! A agência do Mato Grosso, o antigo DNPM, está falido! Não tem um automóvel para um fiscal ir fiscalizar essa área mineral do nosso estado. É pena, é uma pena!

Conversei com o novo superintendente do estado, na última sexta-feira, e ele disse: "Senador, aqui pode fechar essa atividade, esse papel da agência, porque não temos meio nenhum aqui. Nós não temos gente, não temos nem meios de locomoção, muito menos diária, dez diárias para pagar para um técnico ir fiscalizar aquilo que é o nosso papel". É triste!

Então eu cumprimento V. Exa. pela sua observação, da mesma forma como vou cumprimentar o Senador Carlos Viana, que, em boa hora – matéria relatada pela nossa querida Rose –, está apresentando esse projeto.

Parabéns tanto ao Carlos quanto à Rose!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Bem, esse assunto é um assunto muito complexo e a proposta da Senadora Rose de Freitas é justamente fazer a prevenção, fazer a vacina, com auditorias externas.

A própria empresa não deve se auditar, tem que ser uma auditoria contratada, externa, segundo o próprio projeto mostra, porque a situação das barragens no Brasil é realmente dramática, e o Senador Jayme Campos acabou de abordar a deficiência de fiscalização, de autorização...

Porque tudo, pequenas atividades na cidade, por exemplo, extração de cascalho, depende do parecer da Agência Nacional de Mineração. Qualquer outra atividade – pedras, pedreiras –, das pequenas às grandes atividades, depende deles, e eles estão, absolutamente, sem condições de fazer a fiscalização.

A gente aprova a lei, mas nós temos também que resolver o problema de pessoal, de condições e de meios, porque, atualmente, o DNPM, atualizando agora...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Agência Nacional de Mineração.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... a Agência Nacional de Mineração (ANM) – não é? – está totalmente desarrumada.

Então, nós temos... Se não tiver uma iniciativa do Executivo – que é a competência dele –, para mandar uma medida provisória, mandar alguma ação, um projeto de lei complementar ou um projeto de lei com urgência constitucional... Aí sim a gente resolveria rápido. Caso contrário, a iniciativa da gente vai demorar muito. A tramitação é demorada, quando a iniciativa é de um Senador ou de um Deputado. Mas que precisa resolver, precisa; que é urgente, é urgente.

Assim sendo, vamos para o processo de votação, que é terminativo.

Está aberto o processo de votação do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, de autoria da Senadora Rose Freitas e relatado pelo Senador Carlos Viana.

Podemos iniciar o processo de votação, tanto presencial, aqui na Comissão, como também à distância, pelo aplicativo do Senado Digital.

Está aberto o procedimento.

Eu vou...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, em curso o processo de votação dessa matéria, saudando-o, e aos demais, eu queria pedir a especial mercê de V. Exa., por força de termos o item 8 sob a nossa relatoria, mas o item 11 é um requerimento apresentado pelo Senador Weverton, que é diretamente vinculado ao item 8. Por quê? Porque o Senador Weverton requer a realização, antes de apreciarmos o projeto, de uma audiência pública.

Se V. Exa. puser o requerimento, evidentemente, fica prejudicada a leitura e a discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O pedido do Senador Veneziano é acolhido e vou diretamente ao requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Requerimento nº 46, que é de autoria do Senador Weverton.

Ele requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e avaliar eventual inconsistência técnica... (*Pausa.*)

Ah, é o item 11.

Deixa eu corrigir aqui, por favor.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 52, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3278/2021, que busca atualizar o Marco Legal da mobilidade urbana.

Autoria: Senador Weverton

Ele não está presente para fazer a defesa do seu requerimento. Algum dos Senadores quer fazer a defesa do requerimento do Senador Weverton? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar... (*Pausa.*)

Como nós estamos em processo de votação, eu vou deixar isso aqui sobrestado até que a gente conclua para poder votar este requerimento. (*Pausa.*)

O item 6 da pauta foi retirado por solicitação do Relator, Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)

O item 8, do PL 3.278, de autoria do Senador Antonio Anastasia, relatado pelo Senador Veneziano, fica, assim, prejudicado, caso este requerimento que eu acabei de ler seja aprovado. Vou deixar aqui de lado. (*Pausa.*)

É preciso concluir a votação. Já tem quantos votantes? (*Pausa.*)

Temos oito. Precisamos de doze? (*Pausa.*)

São doze.

Todos os presentes já votaram aqui? (*Pausa.*)

Podiam ligar para o Senadores Laércio, Mecias, Augusta, Alan Rick, Soraya... Com a gente ligando e eles votando, a gente pode encerrar essa etapa. Por favor, Secretaria, fazer contato com esses Senadores que estão listados em amarelo para que eles possam votar.

Eu vou continuar fazendo algumas leituras para ganhar tempo enquanto o processo avança.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 46, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e avaliar eventual inconsistência técnica na definição do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e seu impacto macroeconômico.

Autoria: Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou deixar aqui aguardando o processo de votação para a gente discutir.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 51, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 23/2023 - CI seja incluído a AMEPI.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Amepi é Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba.

Eu estou só fazendo uma leitura.

Leitura do requerimento do item 9... Eu já li o item 9? (*Pausa.*)

O item 9 é esse que está em discussão.

Item 10, de autoria do Senador Carlos Viana... Acabei de ler esse do Senador Carlos Viana.

Requerimento do item 12, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 53, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as questões relacionadas à aviação civil no Brasil, notadamente preços de passagem aéreas, regionalização de voos, programas de milhagens, reservas, dentre outros assuntos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

Já, já, a gente vai discutir.

Requerimento de autoria do Senador Esperidião Amin.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as estratégias a serem adotadas pelo Brasil em relação a exploração do lítio.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Já, já, a gente discute o requerimento do Senador Esperidião Amin.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 55, DE 2023
- Não terminativo -

Realização de Audiência Pública para debater o uso de aquecedores solares, nos programas habitacionais do Governo Federal.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Já, já, a gente discute.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Autoria: Senador Esperidião Amin

O Senador Esperidião já fez um comentário, mas, logo, logo, concluindo, a gente volta ao tema.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o senhor Jorge Oliveira, Ministro do Tribunal de Contas da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Este é o ano dos 50 anos do contrato inicial da Hidrelétrica de Itaipu, que tem que ser renovado. E o novo Presidente paraguaio, que toma posse hoje, deu entrevista nas Páginas Amarelas da *Veja* falando sobre esse assunto.

Requerimento de autoria do Senador Esperidião Amin.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, DE 2023
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Autoria: Senador Esperidião Amin

São os temas do Professor e Senador Esperidião Amin, que conhece o assunto como ninguém.

Item 18 da pauta, com requerimento de minha autoria.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater as "estratégias de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste". Propõe para a audiência a presença do senhor Mangabeira Unger, Professor da Universidade de Harvard.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Já, a gente volta ao tema. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só falta um voto.

O Heinze assinou, já votou? (*Pausa.*)

Cadê o Senador Heinze? Ele estava ali? Ele não entrou aqui? Foi impressão minha? (*Pausa.*)

Falta um voto. (*Pausa.*)

O Izalci sempre está presente. É só ligar para ele que ele vota onde estiver.

O Rodrigo Cunha está aqui também, no Senado. A Senadora Augusta... Talvez eles estejam em alguma Comissão aqui pertinho. Se der uma voltinha pelas Comissões, lá eles votam. Falta só um voto para concluir. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Se V. Exa. me confere a oportunidade... Inclusive, estou em mãos com o pedido que me fora feito pela Senadora Augusta, desejando saber de V. Exa. e do corpo integrante se poderia ser posto um requerimento de autoria da Senadora Augusta como extrapauta. Como alternativa, ela também pediu-me, caso não houvesse a possibilidade da inclusão desse requerimento extrapauta para a realização de uma audiência pública, que nós pedíssemos vista em relação ao item 7.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos aguardar esse voto aqui, Senador, e a gente coloca em votação esse extrapauta. É importante. Está faltando um pouquinho.

O Senador Carlos Viana quer usar a palavra?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Primeiro, meu bom dia, Senador Confúcio! Bom dia também a todos os Senadores e Senadoras!

Quero agradecer ao Senador Jayme Campos pela leitura *ad hoc* do relatório da matéria sobre as barragens e, nesse caso específico, trazer aqui a minha experiência como Relator da CPI de Brumadinho, em que, durante o período em que investigamos o crime ambiental... É porque não foi um acidente, lá foi um crime ambiental premeditado, uma vez que as medidas não foram tomadas a tempo para que aquela unidade da companhia Vale não ficasse sem os lucros a serem distribuídos. Nas investigações, ficou muito claro que... A política de distribuição de lucros é muito interessante, mas, no caso de Brumadinho, levou à morte de 240 pessoas, porque eles sabiam dos riscos, dos perigos que existiam, mas não tomaram as providências, nem mesmo a de tirar o refeitório da possibilidade de ser levado, como foi, pelos rejeitos.

E, quanto às empresas de auditoria, nós também percebemos leniência no sentido de demorarem a apresentar os relatórios, uma vez que elas ficavam apreensivas de perder os contratos, ou seja, ou se fazia o que as empresas e a direção daquela unidade queriam ou a auditoria poderia estar fora dos próximos contratos da empresa.

Daí surgiu a proposta de nós incluirmos na legislação que as auditorias sejam externas, que elas possam ser contratadas com dinheiro da própria empresa, mas pela Agência Nacional de Mineração, o que tira imediatamente o vínculo de qualquer dependência contratual em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao acompanhamento do trabalho das mineradoras. Essa proposta é um avanço no sentido de nós tornarmos muito mais seguro.

E que Minas Gerais nunca mais assista ao que nós primeiramente vimos em Mariana e depois vimos em Brumadinho, porque isso tudo... A lama vem na nossa imagem, na imagem de um país, de um setor que é importante para todos nós. Ninguém está aqui contrário à mineração, não foi essa a nossa proposição ao investigar, mas tornar a legislação mais segura, porque somos nós legisladores ou o Estado brasileiro é que tem que dizer como se deve minerar e quais são as condições que devem ser deixadas às minas.

A CPI trouxe avanços. Há, por exemplo, a questão das chamadas barragens a montante, que são as barragens que eram elevadas; elas deixaram de existir praticamente. Hoje, ninguém mais usa barragem a montante em Minas Gerais, e acredito que o Pará, que é o próximo estado da mineração, também deva repetir essa experiência da própria agência de não se permitir esse tipo de barragem. O segundo ponto é a questão das políticas de apoio à população a jusante, às populações que vivem no entorno das barragens, com o risco que elas correm. E agora há o descomissionamento. Nós temos várias barragens em Minas Gerais que estão sendo descomissionadas, ou seja, estão sendo desativadas, serão entregues pelas empresas, serão devolvidas para o meio ambiente, sem o risco de novos desmoronamentos, como aconteceu em Brumadinho. Portanto, a legislação se tornou melhor, mas ainda há muito o que fazer na questão da segurança no entorno.

Há outro projeto que está em andamento na Câmara, por exemplo, que obriga as mineradoras ou o responsável pelo desastre ambiental, além das multas, a arcar com as despesas do SUS, da polícia, dos bombeiros, de qualquer forma de ação de emergência do Estado. Essas empresas têm que ser obrigadas a também nos ressarcir na questão dos impostos.

O meu agradecimento aos Senadores: primeiro, ao Senador Jayme Campos, obrigado pela leitura; a V. Exa., que o colocou.

Espero a aprovação para que a gente entregue ao Brasil uma legislação muito mais moderna e transparente com relação à prevenção de desastres ambientais no caso da mineração.

Obrigado, Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Está encerrada a votação.

Pode soltar o resultado, por gentileza? Pode apresentar?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O projeto teve 13 votos favoráveis; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 14 votos.

O projeto está aprovado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em processo... Já foi discutido pelo Senador Esperidião Amin – todos, ele é autor de quatro requerimentos. Vamos votar em bloco todos os requerimentos que eu acabei de ler dos itens 9 até 18.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a aprovação dos requerimentos lidos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão todos aprovados.

Tem um requerimento extrapauta que vou submeter ao Plenário da Comissão que é da Senadora Augusta Brito.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 62, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar o PL 1949/2021, que "acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica".

Autoria: Senadora Augusta Brito e outros

Ela faz as suas justificativas aqui.

Eu gostaria de colocar em discussão o requerimento da Senadora Augusta Brito. (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir, está em processo...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para discutir.) – A matéria está sob a minha relatoria. Vou esclarecer aos Srs. Senadores o que se trata.

A nossa lei trabalhista para essa questão da insalubridade dos combustíveis é de 1943. De lá para cá, com a tecnologia, os caminhões mudaram e mudaram de uma maneira impressionante. E nós temos os caminhões mais antigos que levavam até 250 litros de óleo diesel no tanque. Agora, as empresas estão fabricando carretas para longa distância com 500 litros no tanque. Por quê? As empresas conseguem comprar mais barato na origem, evitam o abastecimento no meio do caminho. E isso já vem de fábrica com todo selo de garantia e segurança, observadas as regras que nós temos na fabricação dos caminhões. O problema é que a Justiça do Trabalho no Brasil tem dado ganhos de causa a determinadas ações em que os motoristas, que transportavam antes 250 litros, agora passaram a transportar 500 litros com direito à insalubridade.

Se isso acontecer, cai exatamente no que está acontecendo na declaração recente do Supremo Tribunal Federal que... Agora nós viramos um problema. Todo mundo invade competência de todo mundo. O Supremo invade a nossa, a gente não dá uma resposta, o TST

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está derrubando decisões do Supremo Tribunal Federal. O Supremo dá uma decisão, o TST vai lá e dá outra decisão em cima, a ponto de os próprios Ministros do Supremo reclamarem que não estão sendo obedecidos. Então, veja como nós aqui no Parlamento temos que, com muita tranquilidade e equilíbrio, rediscutir esses equilíbrios, o equilíbrio entre os Poderes, freios e contrapesos. Virou uma confusão. Então, o TST dá uma decisão, o Supremo derruba a decisão.

E o Ministro do Supremo Gilmar Mendes deu uma declaração muito interessante. Ele falou que é difícil lutar contra os novos meios de produção, que você precisa adequar a regra ao trabalho.

Nesse caso dos caminhões, é disso que especifica. A carreta, por exemplo, que veio de fábrica com 500 litros, já é para poder sair e viajar a distância dela de 2 mil quilômetros, 3 mil quilômetros, não sei dizer, não oferecendo risco algum. É diferente do caminhão que transporta o combustível. Não estamos tratando disso aqui. Trata-se apenas especificamente dos novos veículos com tanques adequados para 500 litros para se evitar que a Justiça do Trabalho entenda nas mesmas regras de 1943 que vigeram no Brasil, em termos de tecnologia, até os anos 1980, 1990. Depois disso, houve uma adaptação muito grande em termos de transporte de cargas em nosso país.

Esse projeto tem apenas esse limite, pois pode ficar parecendo que nós queremos tirar a insalubridade de todo e qualquer motorista no transporte de combustível. Não é verdade. É apenas especificamente para aqueles que dirigem veículos com tanques acima de 250 litros.

É a minha palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos colocar em votação, já foi discutido, o requerimento da Senadora Augusta Brito.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação deste requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Ficam prejudicados para hoje – só depois da audiência pública – o item 7 e o item 8.

(São os seguintes os itens prejudicados:

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 1949, DE 2021
- Terminativo -

Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação da matéria
Observações: *Votação nominal*

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 3278, DE 2021
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-T

Observações:

1. Em 04/05/2022 o Senador Carlos Fávaro apresentou a emenda nº 1-T

2. Votação nominal)

Nós vamos, agora, colocar em bloco a votação dos projetos de lei dos itens não terminativos, já lidos aqui.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação dos relatórios não terminativos, já lidos nesta manhã, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos estão aprovados.

Chegamos ao final da nossa sessão deliberativa. Trabalhamos bastante, o número aqui foi grande de requerimentos.

Agora, compete a nós aqui fazer a ginástica do encaixe nas datas respectivas, pois o tempo não estica.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da última e da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Lembrando que amanhã nós temos audiência pública com o Presidente da Petrobras às 9h, com o Jean Paul... (*Pausa.*)

Às 10h? Ah, ele pediu adiamento para 10h da audiência com o Presidente Jean Paul Prates, da Petrobras, para tratar de temas diversos solicitados aqui em requerimentos. Todos os Senadores interessados em esclarecer qualquer pendência ou dúvida sobre os combustíveis, por gentileza, compareçam amanhã para fazer as suas indagações ao Presidente Jean Paul Prates.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (31ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (15ª REUNIÃO), EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Izalci Lucas, Alan Rick, Fernando Farias, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Cleitinho, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Dr. Hiran, Marcos do Val, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Zequinha Marinho e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 26/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), REQ 42/2023 - CI, de autoria Senador Lucas Barreto (PSD/AP), REQ 11/2023 - CDR, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), e REQ 13/2023 - CDR, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Finalidade:** Debater a apresentação de plano de atuação da Petrobrás e a estruturação da política de preços e abastecimento de petróleo e combustíveis. **Participante:** Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras. Fazem uso da palavra os Senadores Marcelo Castro, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Rogério Marinho, Fernando Farias, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Cleitinho e o Deputado Júlio Cesar. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Tereza Cristina, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 25/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Apresentação do plano de atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no que se refere à regulação e estratégias do setor de telefonia. **Participante:** Carlos Manuel Baigorri, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião, que é aprovada. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Mauro Carvalho Junior, Marcio Bittar, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus e Jaques Wagner, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa: 1 – Moção nº 07/2023, da Câmara Municipal de Nova Pádua, manifestando-se em apoio ao PL nº 3594 de 2023, de iniciativa do Senador Luís Carlos Heinze (PP/RS), que define o vinho como alimento natural. Conforme Instrução Normativa da Secretária-geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2903, de 2023 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária acordou unanimemente, nos termos regimentais, sobre uma sequência de procedimentos para apreciação do Projeto: > A Senadora Soraya Thronicke leu seu Relatório com a complementação de voto pela rejeição das Emendas apresentadas. > A Presidência concedeu Vista Coletiva nos termos do acordo aprovado. > A Comissão aprovou o Requerimento nº 26, de 2023-CRA, de instrução do Projeto nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5109, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 20, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2829/2021, que “altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica”." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 26, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública com o objetivo de instruir o PL 2903/2023. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - Representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai; - Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; - Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; - Aldo Rebelo, Ex-Ministro de Estado da Defesa - Marcelo Bertoni, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Famasul; - Arnaldo Zunizakae, Presidente da Cooperativa Agropecuária dos Povos Indígenas Haliti, Nambikwara e Manoky." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Usam da Palavra os Senadores: Beto Faro, Jayme Campos, Sergio Moro, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Mauro Carvalho Junior e as Senadoras Margareth Buzetti, Tereza Cristina, Soraya Thronicke e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

- Moção nº 07, de 2023, da Câmara Municipal de Nova Pádua, manifestando-se em apoio ao PL 3.594, de 2023, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze, do Progressistas, do Rio Grande do Sul, que define o vinho como alimento natural.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, todos os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois itens não terminativos e um requerimento, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2903, DE 2023

- Não terminativo -

Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

A autoria é do Deputado Federal Homero Pereira.

A Senadora Eliziane Gama apresentou as Emendas nºs 1 a 7.

Há sobre a mesa dois requerimentos, de iniciativa do Senador Beto Faro, de audiência pública para a instrução e debate do projeto. Eu concedo a palavra ao Senador Beto Faro para encaminhar seus requerimentos.

Senador Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Eu tenho conversado com alguns Senadores... Primeiro, boa tarde, Senador Presidente e demais membros da Comissão.

A ideia... É um tema extremamente polêmico e sobre o qual nós precisamos achar, na minha avaliação... E aqui está alguém que quer achar uma solução definitiva para essa questão, não é uma posição radicalizada, nem de uma posição, nem de outra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Acho, inclusive, que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Só me inscreva.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah, tá.

Acho, inclusive, que a gente pode achar um meio-termo nessa situação, montando o que eu chamaria de uma força-tarefa entre as várias visões que tem, para que a gente possa, num tempo determinado, conversar e achar essa proposta de meio-termo: nem tudo o que está estabelecido na questão do marco legal, e também não pode ficar sem estabelecer uma regra para isso.

E aí eu solicito, então, um requerimento para que a gente faça duas audiências públicas. Aqui não tem nenhum "*kit* obstrução", os dois podem ser transformados em um e podemos fazer uma audiência pública. A matéria está vindo agora ao Senado, embora seja de conhecimento de todos, mas é uma matéria que estava na Câmara e agora está vindo ao Senado, é o primeiro debate oficial que a gente faz sobre esse tema aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, solicitaria esse período à Mesa para, no mais rápido espaço de tempo, a gente poder fazer esta audiência pública, ouvindo as várias partes, inclusive as ligadas a essa questão da sociedade não só aqui ao Senado – a CNA; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; a organização dos povos indígenas; o ministério ligado a essa questão –, para que, a partir daí, ao mesmo tempo que a gente vai fazendo esse diálogo aqui na Comissão com o próprio Governo, a gente ache uma proposta que possa contemplar o maior número possível de pessoas e que possa, inclusive, ter uma tramitação mais rápida – se a gente achar um acordo e achar uma posição, a gente pode tramitar na Casa como um todo de forma mais rápida. É melhor do que sair daqui com posições radicais e aí todo mundo buscar seus meios de *kit* obstrução e tudo, dentro da Casa, para poder prolongar.

Como eu estou achando que todo mundo quer resolver essa questão e achar uma solução, entendo que seria melhor a gente fazer essa audiência pública dentro de um prazo estabelecido pela Mesa – quanto mais rápido, melhor –, para a gente poder fazer a tramitação de mérito e de constitucionalidade mais rápido dentro da Casa. Por isso, estou pedindo aqui aos pares que possam compreender, para que a gente possa dar essa oportunidade de fazer essa audiência pública.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Beto Faro, inclusive pela ponderação e equilíbrio no seu encaminhamento, inclusive propondo apenas uma audiência pública.

Antes de votarmos os requerimentos, quero conceder a palavra aos nossos Senadores para que possamos fazer o debate e o devido encaminhamento dos requerimentos do Senador Beto Faro.

O primeiro inscrito é o Senador Sergio Moro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Permite-me, Senador Sergio Moro?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discutir.) – A tese que eu defendo aqui, Sr. Presidente, é de que nós vejamos o relatório da ilustre Senadora Soraya Thronicke – claro, é natural – e V. Exa., com certeza, bote o requerimento proposto pelo Senador Beto em votação para o Plenário, com certeza, aprovar. Entretanto, a proposta que eu faço aos demais Senadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras é que nós solicitemos... V. Exa. solicite à Relatora da matéria que ela leia essa matéria e que nós coloquemos em votação também o requerimento proposto pelo Senador Beto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Jayme.

Os requerimentos sobrestão a pauta e regimentalmente precisam ser analisados antes da leitura do relatório, portanto, esse procedimento é regimental. Vamos ouvir os nossos Senadores e, na sequência, damos os encaminhamentos. Se aprovarmos aqui a leitura, fazemos a leitura ainda hoje.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, obrigado pela palavra. Pedi para falar um pouco antes porque vou ter que cumprir outro compromisso.

Agradeço aqui ao Senador Marcio Bittar, que está de olho aqui no meu lugar, inclusive – eu cedo gentilmente.

Quero elogiar a iniciativa do Senador Beto Faro. Essa matéria precisa ser realmente discutida. Mas existe um porém que esta Comissão tem que levar em consideração: o Senado, o Congresso Nacional estão sendo não raramente acusados, muitas vezes – às vezes injustamente –, de omissão em relação a algumas pautas. Na falta de deliberação de determinados assuntos, muitas vezes o Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal Federal, tem invadido, no bom sentido, no exercício da sua competência... tem tratado de questões cuja resolução é mais própria do Congresso Nacional.

Nós somos falhos, nós erramos – também acertamos –, mas, quando nós erramos, a população tem condições de nos substituir – a cada quatro anos ou a cada oito anos –, enquanto no Supremo Tribunal Federal, com todas as suas virtudes e as de seus Ministros, não existe essa mesma possibilidade.

Eu me lembro até de uma frase lapidar de um juiz da Suprema Corte norte-americana, o Robert Jackson, em que ele falou o seguinte uma vez: nós estamos sempre certos porque nós damos a última palavra, mas nós não damos a última palavra porque nós estamos sempre certos.

Então, seria até oportuno fazer esta audiência pública – e elogio aqui a preocupação do Senador –, mas o grande problema é que esta matéria também está em discussão no Supremo Tribunal Federal e, de repente, nós acabamos deixando de fazer a deliberação necessária, que é responsabilidade desta Casa, e, paralelamente, a questão acaba sendo decidida no Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um risco que eu creio que esta Casa, o Senado, a Comissão não devem correr. Não porque a decisão do Supremo não seja boa, pode ser a melhor decisão possível, mas o fato é que é responsabilidade primária do Legislativo definir políticas públicas.

Então, eu vou pedir vênia aqui ao colega Senador, por mais que seja saudável fazer uma audiência pública – levando em conta que esse assunto já é discutido há muito tempo pela sociedade, já é discutido há muito tempo no Parlamento, ainda que não em audiência pública –, mas todos nós conhecemos as perspectivas do trato dessa matéria, de todos os lados, e nós não podemos correr esse risco de sermos atropelados por essa decisão e abdicarmos da responsabilidade primária desta Casa, que é legislar essa matéria e dar uma resolução a ela.

Por isso, pedindo vênia aqui ao Senador Beto Faro, eu me posicionaria contrariamente ao requerimento para que nós pudéssemos prosseguir à leitura do relatório hoje e à deliberação, lembrando que ainda temos etapas em outras Comissões e até mesmo no Plenário, que levam um certo tempo nesse procedimento legislativo.

Então, assim me posiciono, Presidente, e agradeço a deferência.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Sergio Moro.

Concedo a palavra, pela ordem da inscrição, ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero... Não podia iniciar esta primeira sessão com V. Exa. presidindo esta Comissão... Eu não posso entrar no tema sem antes parabenizá-lo.

Conheço-o há quase 30 anos, sei da sua dedicação, e para mim, como acriano, é um orgulho e uma honra vê-lo sentado nessa cadeira, presidindo uma Comissão tão importante quanto esta e, logo de cara, na primeira reunião, tratar de um tema tão fundamental, tão importante para o país inteiro como é a questão do marco temporal.

Fico orgulhoso de vê-lo nessa cadeira e sei da sua competência para tocar esta tão importante Comissão.

Mas, Sr. Presidente, eu estou pronto para votar, porque acho que o assunto está claro, muito debatido. Tem também a preocupação levantada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... pelo Senador Sergio Moro com relação ao tempo e a gente acabar sendo atropelado, mais uma vez, pelo Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, as coisas estão claras. O que é que diz a lei aprovada em 1988? São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, eram, simultaneamente: 1) habitadas por eles em caráter permanente; 2) utilizadas para suas atividades produtivas; 3) imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar; e 4) necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições.

Esse é o texto que o Congresso precisa preservar. Só que o projeto de lei do ex-Deputado Federal, se eu não me engano, parece que já falecido, avança. Ele avança...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Como?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Homero Pereira, do Mato Grosso.

Ele avança.

Por exemplo, o projeto que está em tela, relatado pela querida Senadora do querido Estado do Mato Grosso do Sul, Senadora Soraya, avança. Por exemplo, "a ausência da comunidade indígena em 5 de outubro de 1988 na área pretendida descaracteriza o seu enquadramento [...] [como terra indígena], salvo caso de renitente esbulho devidamente comprovado". Então ele abre a possibilidade de que mesmo naquela data, comprovado o erro, ela possa ser considerada área indígena.

"O procedimento demarcatório será público e seus atos decisórios serão amplamente divulgados e disponibilizados para consulta em meio eletrônico."

Sr. Presidente, a maior parte dos municípios da Amazônia, principalmente as populações que vão sofrer com as decisões de retirada do setor produtivo de imensas áreas de terra, muitas vezes, elas são as últimas a saber. E muitas vezes, a transparência é quase nada. Muitas vezes, é uma ONG ou outra, como nós estamos estudando na CPI das ONGs, muitas vezes, pessoas que estão encrustadas no Estado brasileiro, na Funai, por exemplo, fazem uma assembleia, de que quase ninguém fica sabendo, e lá tiram uma terra imensa, sem que tenha a transparência necessária.

"A demarcação contará obrigatoriamente com a participação dos Estados e dos Municípios [...]".

Sr. Presidente e colegas, eu fui Deputado Federal duas vezes, em tempos diferentes. Eu propus, Senador Jayme, algo até mais radical do que isso. Sabe por que, Presidente Alan? Aqui ele está dizendo que os estados e municípios precisam ser consultados, mas não condiciona. Eu apresentei um projeto... Claro que eu não vou fazer isso, vou propor emenda, mas eu sempre achei um absurdo... Eu disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ontem, na CPI das ONGs: hoje os Governadores da Amazônia governam o que sobrou. Eles não governam o estado, porque nas terras indígenas, eles não mandam; nas terras de assentamento, menos ainda...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Também não. Na reserva legal, não manda. Aliás, aconteceu uma desapropriação, sem usar o nome de desapropriação. É o único lugar do planeta em que a propriedade particular, 80% dela, foi retirada sem ser desapropriação, portanto, não tem que indenizar. E ainda condiciona esse, cujos 80% não podem ser usados, a responder civil e criminalmente. Como é que você tira, de uma área imensa, vários municípios, vários estados, sem que as Câmaras Municipais, sem que as prefeituras, sem que as Assembleias, sem que os governos de estado legitimamente eleitos sejam obrigatoriamente ouvidos? E teriam que concordar.

Olha o caso de Roraima. Aquele que se eleger Governador de Roraima tem que tomar cuidado com o que ele promete, porque ele vai administrar 7% do território de Roraima. O resto já está tomado por áreas em que ele não manda – nem o Governador.

O projeto em tela não condiciona, como eu propus quando fui Deputado Federal, mas ele diz, pelo menos, que eles precisam ser consultados. Acho que é um avanço, porque isso faz com que as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas tornem o processo mais transparente, que é o item anterior, que eu acabava de ler.

"Aos interessados na demarcação serão assegurados, em todas as suas fases, inclusive nos estudos preliminares, o contraditório [...]". Nós temos vários casos no país em que há reclamação gravíssima, como é a ianomâmi. A maior parte dos índios que habitavam e que habitam aquela região na época da reserva era contra e teve pouco espaço para dizer o contraditório, e os poucos que tiveram espaço não foram respeitados.

O que diz o projeto em tela? "Antes de concluído o procedimento demarcatório e de indenizadas as benfeitorias de boa-fé [...], não haverá qualquer limitação de uso e gozo aos não indígenas [...]."

Ora, você cria uma reserva. O.k. Cumpriu, provou que estava lá na época certa e tudo mais, mas, se você tem pessoas que moram naquela região há anos, elas têm que ser, obrigatoriamente, indenizadas. Não pode o Estado expulsá-las da área e o processo caducar, dez, quinze, vinte anos nos escaninhos do Poder Judiciário.

Avança o projeto.

Aplica-se aos antropólogos, porque há denúncias muito graves... Porque profissionais... Eu acho interessante quando eu encontro alguém que diz que tal profissão é como se fosse santa. Até dez anos atrás, a pessoa que era de ONG era tida quase que como pura. Ora, são seres humanos, e onde tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seres humanos tem o que presta e o que não presta. Então, há denúncias gravíssimas de que antropólogos, a serviço de interesses estranhos ao interesse do município, do estado e da União, negociam os seus pareceres.

Portanto, o projeto avança.

"Aplica-se aos antropólogos, aos peritos e a outros profissionais especializados nomeados, pelo poder público, cujos trabalhos fundamentem a demarcação, o disposto no art. 148 [motivos de impedimento e de suspeição] da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." Cortei aqui algumas...

Avança mais.

"Verificada a existência de justo título da propriedade ou de posse em área considerada necessária à reprodução sociocultural da comunidade indígena, a desocupação da área será indenizável, em razão do erro do Estado [...]." "É vedada a ampliação de terras indígenas já demarcadas."

Isso tem que parar. Não pode, a qualquer momento, o governo de plantão aumentar uma área já imensa sem limites. Hoje, não tem limite para isso.

E, por fim, Sr. Presidente, dois itens pelos quais eu entendo que o projeto avançou muito.

"Ao poder público é permitida a instalação em terras indígenas de equipamentos, de redes de comunicação, de estradas e de vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e educação."

Amigos, olhem o caso de Roraima! Há décadas se proibiu de passar um linhão. Um linhão! Quer dizer, o interesse nacional é muito menor do que o interesse de um grupo, e, quando tem um monte de denúncia de várias ONGs infiltradas no movimento faturando e cobrando milhões, enquanto isso Roraima queima o quê? Combustível fóssil. Queima diesel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Da Venezuela.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – E da Venezuela. Quer dizer, isso não pode continuar. O interesse nacional tem que estar acima de qualquer interesse de grupo, por mais legítimo que seja.

Ora, um prefeito de qualquer cidade do estado... O município cresceu muito. A avenida, a rua que dava acesso, hoje não dá mais. Ele desapropria os dois lados. Então, o interesse público não pode ser subjugado por qualquer outro interesse de grupo, por mais legítimo que seja; acima dele está o interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é o nosso caso, como é o caso do Acre. Os prefeitos todos, os Deputados todos, a bancada federal, todos nós, sabemos da importância e queremos a continuidade da BR-364, ligando Cruzeiro do Sul, como uma outra alternativa para o Brasil, a Pucallpa, no Peru – outra saída para o Pacífico. E duas ONGs entram na Justiça e proíbem o Estado brasileiro, através do Ministério Público Federal, que é outro no qual nós temos que colocar um limite, porque ele não pode ser dono de política pública, subtraindo dos governadores, dos prefeitos e do Presidente da República... Quer dizer, não podem passar uma estrada porque foi criada uma reserva. E note-se que, no nosso caso – olha como eles excedem –, o decreto de criação já previa a passagem da 364 dentro daquela área de reserva.

Por final, Sr. Presidente e caros colegas Senadores, quero dizer que, por trás desse debate, há uma questão ideológica clara, Senador Mourão. Há, de um lado, aqueles que, na sua origem marxista, são contra o direito de propriedade. E onde assumem o Governo, onde eles tomam o poder, na medida do possível, relativizam esse direito. E, do outro lado ideológico, existem aqueles que compreendem que o direito à propriedade, como fruto do seu trabalho, como suor do seu rosto, é sagrado. E não é só a fazenda, é a fazenda, é a sua casa, é o seu celular. Então, essa insegurança, o que está por trás disso, é a tentativa de setores, no Brasil, de relativizarem o direito à propriedade no país. Se nós não ratificarmos esse projeto, nós vamos colocar todo o produtor rural brasileiro, pequeno, médio e grande, na insegurança jurídica.

Hoje, eu digo, muitas vezes, para terminar, Sr. Presidente, que na Amazônia, em particular, o regime já é o do comunismo, porque tudo o que você vai fazer, até mesmo nos 20% do que lhe sobrou, primeiro você tem que ir ao Estado pedir licença. Até onde eu sei, no lugar que você, em tese, é dono da área, mas para tudo o que você vai fazer você precisa ir ao Estado saber se você pode fazer, se ele o autoriza a fazer, que eu saiba, isso é um regime comunista.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui terminar por onde comecei, louvando a sua presidência. Sinto-me honrado como acriano de vê-lo aqui num cargo tão importante quanto esse, sabendo que tem preparo para isso e já numa matéria tão importante.

Eu quero dizer que também quero agradecer ao Senador Efraim, Líder da bancada, que me colocou nesta Comissão agora para poder participar deste momento e dizer que eu estou pronto para votar. Mas acompanho o consenso.

Aqui nós temos pessoas, como a Tereza, que é uma querida amiga, nossa representante, nosso espelho, que me disse que tem um acordo de fazer uma sessão, uma audiência pública e tal.

Então, eu só quero dizer que eu estou pronto para votar, o Congresso precisa se posicionar o mais rápido possível. Esse é um tema da maior profundidade, é ideológico, sim. Aqui está quem relativiza o direito da propriedade privada e aqueles que entendem que isso é um direito sagrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente Alan, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir.) – Só a título de colaboração aqui, Presidente, quero cumprimentar os colegas.

Presidente, a audiência pública é importante. Eu, como Presidente de Comissão, da nossa CAE, sei o quanto é importante a audiência pública. O que nós podemos fazer, fica aqui a minha observação, é a audiência pública na próxima semana, no primeiro horário e, em seguida, já a deliberativa, votando a matéria.

Então, hoje, a nossa Relatora lê o relatório e fazemos um acordo. Já que o nosso Líder ali, no Senado Federal, o Senador Jaques Wagner, pediu uma semana para a Senadora aqui, já conversou com ela, a Senadora Tereza, a nossa Relatora, e nós podemos fazer isso.

Na próxima semana, faremos a audiência pública e, em seguida, já votamos o motivo da audiência pública, que é o projeto. À título de colaboração, se os colegas aí concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a fala do Senador Marcio Bittar e a participação e ponderação do Senador Vanderlan, que é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

O Plenário é soberano, se os Senadores assim deliberarem, nós procederemos; se deliberarem por uma votação dos requerimentos, assim o faremos; e, porventura, leremos ou não, faremos a abertura da leitura do relatório. Portanto, este Plenário é soberano.

Mas, também, faço uma indagação. Nós temos ainda oito Senadores inscritos, o nosso tempo é curto. Gostaria de fazer uma ponderação a todos para que possamos utilizar a palavra por, no máximo, três minutos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... três minutos para que nós possamos dar os encaminhamentos dos requerimentos do Senador Beto Faro.

Com a palavra, o Senador Luis Carlos Heinze, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com direito a dar desconto para o Salim Bittar que, certamente, como primo, vai querer um desconto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas, Senadoras e Senadores, o tempo urge, este assunto é de 1988.

Haveria cinco anos ainda, pela própria Constituição, para serem resolvidos todos os casos, isso era em 1993, e nós já estamos em 2023. Já faz 30 anos, ou seja, 35 anos e não se resolve.

Houve o caso Raposa Serra do Sol. Eu fiz parte de uma Comissão da Câmara dos Deputados, naquela época, e fomos lá. Houve o caso do Relator Ayres Britto, há 19 condicionantes do Ministro Menezes Direito que já têm esse assunto. Agora, o próprio Supremo tenta enrolar esse assunto aqui. Temos que ter uma posição!

Eu até concordo, Beto, com a audiência. O que não pode acontecer, foi proposto agora pelo Vanderlan, audiência e votação, porque nesta Comissão, Presidente, ainda no ano passado, na questão dos defensivos agrícolas, foi tratado alguma coisa e nunca foi cumprido e até hoje não foi votada essa matéria. Já era para ter sido votada em agosto, setembro, outubro, passou e já estamos em agosto de novo, um ano depois.

Eu até concordo que se acerte, mas se acerte e se vote, sem problema. Agora, se votarmos hoje, o.k., se votarmos na semana que vem, o.k. também, mas nós temos que resolver, temos que ter responsabilidade.

Hoje tem mais de 500 processos. No meu estado, tem 31 processos, Senador Mourão, da questão indígena. Cada estado tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso tem que ter solução, e esses processos todos estão irregulares pela Constituição.

Então, vamos pôr um ponto final nessa questão. Para mim, se votar hoje, o.k.; se quiser votar na semana que vem, Beto Faro, o.k., mas que nós acertemos e possamos votar. Da minha parte, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a palavra, o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Vejam só, aqui têm vários mecanismos, eu podia estar aqui pedindo vista do processo, e, de qualquer forma, nós não o deliberaríamos hoje por conta da questão regimental. O que eu estou pedindo é para darmos a chance, nós não fizemos isso, no Senado. É verdade que, como nós todos somos engajados no tema, nós temos debatido isso, mas esse assunto era um assunto da Câmara, estava na Câmara, não estava no Senado. Agora é que veio para o Senado. Eu estou pedindo a oportunidade de a gente fazer um debate sobre isso, sobre o tema, para a gente fazer com pessoas que não estão aqui como Senadores. Portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem vários mecanismos aqui para se jogar lá para frente. E se a gente sai, inclusive eu conversei com a Senadora Tereza, e não só o mecanismo do debate aqui no Congresso... Mas se a gente também, nesse período, forçar e trabalhar para que se tenham, inclusive, reuniões com o Governo, com todo mundo, porque ao final ele tem poder de veto, tem uma série de questões, e ninguém está querendo que vá por esse caminho... Se a gente armar aqui uma questão que vai ideologicamente fazer o debate, e depois não sair com nada de concreto... Eu estou tentando trabalhar. Até porque eu sou daqueles que acham que nós temos que mediar essa situação; nem tanto o mar, nem tanto a terra, está certo?

Então, eu quero pedir... E aí, na semana que vem, faz uma audiência pública; termina... Eu não acho correto. Eu acho que a semana que vem é a semana da audiência pública, e a outra semana é a semana da votação. Essa aqui que é a ponderação. Você faz, na semana que vem, um debate desse nível. Nós estamos vendo aqui a mobilização em torno do tema, no primeiro debate, imaginem numa audiência pública; vai ser uma mobilização grande, vão ter várias pessoas, você tem que ter um tempo para poder fazer o debate. Então, com muita ponderação, eu estou pedindo aqui: deixem a gente fazer o debate na semana que vem, ao mesmo tempo que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a gente dialoga com o Governo; e, na outra semana, a gente vota. E vocês têm nosso compromisso: não vamos fazer obstrução. Obstrução a gente podia fazer hoje, não vamos fazer obstrução para poder fazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me concede um aparte?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não vou fazer obstrução aqui no outro dia para poder...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Amin, como nós temos uma ordem de inscrição, eu vou lhe dar um minuto de aparte.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – Peço dez segundos.

Hoje, pela manhã...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... discutindo uma questão de maior interesse para o Brasil e para o Governo, a PEC das terras de marinha, ficou avençado isto: na semana que vem, vai haver audiência pública, com dez indicados para participar; e, depois, a votação. Isso numa PEC, e foi acordado com o Governo, hoje pela manhã. Portanto, não há nenhuma alteração. Faz a audiência, ela demora o tempo que levar e votam.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senhores, para seguirmos a ordem, com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, Presidente Senador Alan Rick.

Colegas, é um assunto que é delicado. Eu acho que nós já tivemos muito tempo para discuti-lo, com certeza – eu acho que ninguém tem dúvida disso –, mas, como é um assunto que afeta os indígenas, afeta os produtores rurais, afeta o Brasil, então, eu gostaria de fazer aqui uma sugestão, para que a gente também não fique aqui: "Ah, vocês atropelaram", para que a gente não tenha esse açodamento, mas nós temos que ter um acordo aqui, é claro, com a sua anuência de Presidente desta Comissão e da Relatora, da Senadora Soraya Thronicke: que a gente pudesse ler o relatório hoje. Como estão extrapauta os requerimentos de audiência pública, no final, votaríamos uma audiência pública para a semana que vem, na terça-feira que vem, e, na quarta-feira, nós faríamos a deliberativa nesse horário, que é o dia da reunião.

Então, nós teríamos uma semana para discutir, para fazer o entendimento com a Liderança, para a Senadora poder sentar com a Liderança do Governo e fazer esse entendimento. Eu acho que seria razoável para todo mundo. Depois, ainda tem outra instância, Senador Marcio, que é a CCJ, onde, de novo, tem uma outra Comissão, um outro caminho.

Então, eu faço essa sugestão a V. Exa. e aos pares – e ver se a Senadora também concorda – de que nós pudéssemos, então, encerrar isso na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Se eu puder aqui fazer uma apoderação com a Ministra Tereza e com o Senador, eu tenho o acordo, não tenho obstrução a partir do momento em que a gente faz a audiência pública e vamos fazer o processo de votação. É o compromisso que nós estamos fazendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Agora, ler o relatório agora impede, inclusive, que eu faça a emenda, está certo?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Se não encerrar a discussão, não. Fica a discussão aberta. Lê o relatório, e fica aberto...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e fica aberto para que a gente possa fazer as emendas, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Claro, para vocês fazerem as emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque a audiência pública é para isso.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu acredito que nós podemos chegar a um consenso, a um bom termo, nesta Comissão, Senador Beto, de apreciarmos, após a leitura do relatório, os requerimentos de V. Exa. Tenho certeza de que este Plenário, de forma muito equilibrada, aprovará a realização de uma audiência pública, mas eu entendo que, neste momento, o Brasil espera desta Comissão a leitura do relatório da Senadora Soraya Thronicke.

Portanto, consulto este Plenário, se nós podemos fazer este acordo de procedimento: fazer a leitura do relatório e, na sequência, fazermos a votação do requerimento do Senador Beto Faro.

Aqueles que acordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passaremos, então, neste momento, à leitura do relatório da Senadora Soraya, e, na sequência, vamos votar os requerimentos de audiência pública do Senador Beto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero só fazer uma indagação a V. Exa., mas deixando muito bem claro que esse é um assunto, de que a V. Exa. tem conhecimento mais do que eu, que é um aguardo da sociedade brasileira, sobretudo, em alguns estados da Federação.

Por exemplo, aqui foi proposto pela Senadora Tereza, na terça-feira, uma audiência pública e, na quarta-feira, votaremos essa matéria, com o compromisso de ambas as partes aqui – situação, não situação – de que, na quarta-feira, não terá pedido de vista. Caso contrário, se chegar na quarta-feira, no momento da votação, um pedido de vista, aí você posterga para mais uma semana ou, talvez, mais uma semana.

Então, vamos deixar muito claro aqui. Ela vai ler o relatório. Após a leitura do relatório, nós pedimos vista coletiva, vista coletiva já em relação ao relatório da Senadora. Isso é regimental. Eu também já fui Presidente da Comissão.

Vamos ficar bem acordados aqui, porque, caso contrário... Faz-se a audiência pública na terça. Na quarta, vem o processo de votação e vem um pedido de vista. Mesmo sendo de forma coletiva, ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um prazo regimental. Evidentemente, V. Exa. como Presidente tem a prerrogativa de dar esse pedido de vista, que é regimental, pode consultar o Pleno, num prazo de 24 horas a 5 dias úteis. Isso é o que Regimento Interno fala. Dependendo do assunto, da matéria tratada, você pode dar apenas 24 horas para que o autor do pedido de vista o devolva para a Comissão. Isso é regimental. Pelo menos, na que presidi, era regimental, na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu indago a V. Exa. aqui e do ilustre Senador Beto Faro sobre pedirmos vista coletiva, para que os prazos regimentais corram, na terça-feira, fazermos a audiência pública e, na quarta-feira, Ministra Tereza, nós votarmos a matéria. Caso contrário, na terça-feira, faz-se a audiência, na quarta-feira, pedido de vista, aí prosseguem mais... Não vamos votar coisa alguma. Aí fica muito difícil.

Eu confesso que isso aqui é uma expectativa que nós geramos para a opinião pública de que hoje essa matéria seja votada aqui, em que pese que ela vai para outra Comissão, que é a CCJ; *a posteriori*, vai para o Plenário da Casa. Sei que é regimental nós termos aqui as audiências públicas, em que pese a última audiência pública, Ministra, dia 04/05 – aqui está o Deputado Federal Coronel Assis do meu Estado do Mato Grosso... Em 04/05 deste ano, houve audiência pública lá na Câmara. Esse assunto já está mais debatido do que nós esperávamos.

Eu acho que aqui já está no último suspiro do suspiro do suspiro. Nós temos que fazer votar, Senador Jorge. Caso contrário, não vamos votar coisíssima alguma. Pode esquecer, largar mão.

Então, eu faço essa proposta aqui. Eu não sei. V. Exa. consulte o Plenário se é possível fazermos esse acordo aqui com todos nós aqui presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Como falo, o Plenário é soberano e eu acredito que os acordos celebrados aqui devem ser obedecidos para a gente poder tramitar a pauta, votar as matérias e, de forma muito equilibrada, conduzir os debates.

Indago o Senador Beto Faro sobre a proposta do Senador Jayme Campos, e também o Plenário, o Colegiado.

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com a garantia de que nós vamos estar fazendo a audiência pública, nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Indago o Plenário sobre a proposta do Senador Jayme Campos, uma proposta equilibrada, que permite o debate, a audiência pública, a leitura do relatório ainda hoje e, na sequência, a audiência pública e a votação da matéria.

Indago o Plenário sobre se nós podemos fazer dessa maneira. E a vista coletiva após a leitura do relatório.

Eu quero, para seguir aqui a ordem, como me foi pedido, eu queria dar aqui os três minutinhos, se possível até menos, Senador Bagattoli, Senador Seif, para que a gente possa...

O relatório é robusto, são 11 páginas.

Mas, seguindo aqui, democraticamente, as inscrições, com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, prometo ser muito breve, porque me sinto completamente contemplado com as falas do Senador Jayme Campos, do Senador Marcio Bittar, do Senador Sergio Moro e da Senadora Tereza Cristina. Inclusive, também, acho muito democrático o pedido do Senador Beto Faro.

Mas, Presidente, uma fala do Senador Sergio Moro me deixa perplexo. Veja, nós temos que correr, apesar de o assunto ser temerário, e é uma bomba-relógio, e prioritário para o Brasil, nós temos que correr no Senado Federal, senão o Supremo Tribunal Federal vai determinar o que vai se fazer, ainda que seja a melhor decisão do mundo – que não é, porque, ontem, estive em reunião, num jantar, com Senadores governistas, não é a melhor decisão do mundo. Mas ainda que fosse.

O senhor sabe que eu sou muito ativo nas minhas redes sociais. Tenho uma equipe que cuida para a gente ouvir a população.

Sabe o que a população está falando de nós, Senado Federal? "Fechem para economizar, quase 600 Deputados, servidores, aluguel de casa, carro, motorista. Fechem, entreguem a chave para o Supremo que eles já fazem tudo, está tudo no pacote".

Estão discutindo droga, vamos comprar o que do traficante? Droga. Vamos lá fortalecer o crime organizado para eles matarem mais. Arma, entendeu?

Então, o alerta que eu quero fazer sobre esse tema específico é: ano que vem tem eleição para Prefeito, para Vereador. Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, lancem-se na vida pública, elejam-se para legislarem. Nós não podemos permitir mais que esta Casa seja usurpada.

O povo me elegeu, elegeu o senhor e a todos nós para que nós façamos boas leis, fiscalizações. O que está acontecendo é um absurdo, um abuso e pior, nós sob pressão – *under pressure* – temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votar de qualquer jeito até, muitas vezes, num assunto que o Senador Beto Faro falou, é um negócio que pode criar uma guerra civil, que não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... é sobre indígena, ou produtor rural, Presidente Alan Rick, somos todos brasileiros. Antes de sermos branco, pardo, negro, japonês ou indígena, somos brasileiros e é um tema... Por exemplo, lá em Santa Catarina, prometo finalizar, tem gente com o título do tempo do Brasil Colônia, com o título dado pela coroa, agora querem rasgar tudo da cabeça de quem não podia legislar e deixam o pau quebrar, o tiro comer, morte, confusão. Não podemos aceitar.

E quero parabenizar, para finalizar, a Senadora Soraya Thronicke pelo brilhante relatório. Parabéns, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Boa tarde a todos, eu queria, na pessoa do Presidente aqui, cumprimentá-lo por esta Presidência da Comissão.

Eu queria dizer ao Senador Beto Faro que a gente respeita o seu requerimento, respeita entrar nessa discussão, mas essa situação do marco temporal atinge a maioria dos estados brasileiros, e quero dizer para você, eu preciso dizer para você, Beto Faro, Senador: quando em Rondônia, ainda território, foi feita uma colonização, e a colonização não foi feita por nenhuma companhia, foi feita diretamente pelo Incra, e para o Incra cortar e passar qualquer título de terra a qualquer produtor, ele tinha que ter uma negativa, Senadora Tereza, de quem? Da Funai, da Funai! Sem uma negativa da Funai... O meu município de 1,18 milhão de hectares tem 57% de reserva indígena – 57%! São duas reservas, três, aliás, com quatro etnias indígenas dentro do mesmo município.

Então, eu quero dizer para vocês que nós precisamos resolver definitivamente isso, e isso – igual ao que o Jorge Seif falou, o Senador – nós não podemos deixar que o Supremo vá atropelar isso. Nós não podemos mais deixar que isso dê seguimento ao Supremo.

Só para falar, Presidente, o meu Estado, Santa Catarina... Eu nasci num município chamado José Boiteux, aquela reserva indígena é de 14,5 mil hectares, e eles querem levar a reserva, Beto Faro, para 37 mil hectares, lá em Santa Catarina. Vai atingir três municípios, 860 famílias. Eu conheço aquilo desde a raiz, sei como foi feita aquela reserva indígena, como foi ampliada depois, e agora, se passaram mais 60, 70 anos... Há escrituras públicas com cem anos, 70 anos, 120 anos, e as pessoas não vão ter o direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer para vocês é que nós não podemos deixar que o Supremo atropele isso. Nós temos que respeitar os nossos povos originários, os nossos indígenas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mas nós precisamos entender que nós precisamos resolver, que esta Casa vai ter que resolver essa situação.

Obrigado.

Muito bem pelo relatório que você vai ler agora, Senadora Soraya.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao nosso Vice-Presidente, Senador Jaime Bagattoli.

Última inscrita, Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É só para deixar bem claro que o Senado Federal não pode ser omisso nessa causa, ele não pode se omitir de legislar, porque o Supremo está decidindo. E vejam bem: até quarta-feira, o Supremo pode decidir, e ainda temos que ir para a CCJ e depois Plenário.

Esse é um assunto... O Homero Pereira, que fez o projeto, já faleceu em 2013!

Senador Beto Faro, essa questão atinge o seu estado, atinge o meu estado, Mato Grosso, atinge Mato Grosso do Sul, atinge quase todos os estados brasileiros, mas, no Pará, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, a questão é muito séria. Lá, a Funai deu andamento em estudos de terras indígenas e já paralisou 201 propriedades, que não podem mais ter licenciamento, não podem mais comercializar seus produtos, não têm mais acesso ao CAR, quer dizer, são proprietários que foram... De Santa Cruz do Xingu, a Prefeita veio aqui desesperada, fui atendê-la na Secretaria da Comissão, porque o produtor foi financiado por este Governo e agora não é mais dono da sua terra, uma pessoa com 72 anos.

Eu acho que tem que ter, sim, uma mediação, um meio-termo, mas as coisas não podem continuar da forma como estão. Nós temos que tomar uma atitude, e eu convoco os Senadores: não sejam omissos, vamos votar essa causa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – ... o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Senadora Margareth.

Eu me equivoquei aqui e marquei como havida a fala do Senador Zequinha. Vou consertar o equívoco concedendo o tempo regimental de três minutos.

O Senador Zequinha é o último inscrito na sequência para que possamos dar os encaminhamentos.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

É bem rapidinho.

Da nossa parte, não temos problema nenhum em dialogar mais, só não podemos aceitar protelação. Eu acho que aqui é a Casa do entendimento, a Casa em que a gente constrói os bons acordos e ajuda o Brasil. Esse é um tema que não pode esperar. Se tem alguma coisa que possa esperar, não é isso. Nós temos que chegar a um denominador comum.

Uma coisa que é importante mencionar: envolve a questão indígena? Envolve, porque nossos irmãos indígenas são usados como massa de manobra das ONGs.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Esqueçam isso. Eu duvido que tenha uma solicitação de terra indígena aqui – eu vou dar alguns dados – em que a Funai tenha ido lá e fez isso, fez aquilo... Não existe isso, pessoal, não existe isso!

Meu estado é um grande estado, 25% das terras do Pará são reservas indígenas, tem 50 mil índios. São 50 mil índios só para 312 mil quilômetros quadrados, não tem nem lógica isso! Sabem o que ainda tem mais lá? Dez terras em andamento para serem transformadas, para serem homologadas ou serem assinadas e 37 requerimentos. Eu sou capaz de apostar que nenhum desses pedidos, desses requerimentos é feito por lideranças indígenas ou pela própria Funai. Todos, literalmente todos, são liderados e coordenados principalmente pelo ISA – tem que se dar nome aos bois, e esse é um boi perigoso lá no Pará.

O Brasil – 8,511 milhões de quilômetros quadrados – tem 700 mil índios na zona rural, mas tem de terra indígena, para o Brasil todo, quase 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Que coisa mais maluca! Será que a gente não percebe que estamos sendo lesados?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Mais do que três Alemanhas, Senador...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É sabotagem ou autossabotagem...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Será que não tem um desconfiômetro que possa ser ligado para acordar para essa política nefasta de ONGs que querem engessar o país, manter o atraso? É porque os nossos índios são muito bem tratados, estão todos muito bem aldeados... E, se terra fosse sinal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... de bem-estar, de conforto, de prosperidade indígena, os ianomâmis estavam muito bem e, no entanto, estão morrendo de fome, miséria e doenças, com terras imensas que nem eles conseguem dominar.

Presidente, a gente precisa levar a sério este país, e este Parlamento precisa deixar de ser um sinal de trânsito desligado. Temos que ligar aqui para...

Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Zequinha.

Quero...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, o senhor me permite só 30 segundos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Eu só queria dizer às senhoras e aos senhores que nós estamos discutindo aqui o futuro do nosso país como nação soberana! Isso tem que ficar claro! É uma questão do Estado brasileiro, não é do governo A, nem do governo B, nem de quem tem a simpatia pelo partido A ou pelo partido B. Aqui nós temos que ser todos brasileiros e entender que a gente pode acabar com o futuro do país!

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Um minuto ao Senador Mauro Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Senador Alan Rick, só dando continuidade à fala do nosso Senador Marcio Bittar, no Mato Grosso, nós temos uma BR chamada BR-158. Essa BR tem mais de 40 anos, os índios são favoráveis ao trecho de asfaltamento dentro da reserva ambiental, e hoje o Estado brasileiro está gastando mais de R$200 milhões para fazer um contorno por fora. Estamos com problema de licenciamento ambiental ainda no Ibama, porque a Funai não aceita uma estrada de mais de 40 anos que está sendo... É por onde se escoa toda a produção do nosso Araguaia! Não aceitam asfaltar uma estrada de 40 anos implantada que os índios querem!

Agora, é impressionante! Eu tenho uma linha de transmissão no Pará pela qual eu levei multa da Eletrobras, com atraso de um ano na obra, por conta de quilombolas. A lei diz o seguinte: qualquer linha de transmissão no país tem que estar a 8km de terras de quilombolas. A nossa estava a 10km. Nós fizemos dez audiências públicas e não conseguimos fazer a obra!

Hoje, o Brasil para por causa desses marcos. É um dever do Senado Federal...

O ex-Deputado Homero, do qual tive o prazer até de ajudar na campanha, de coordenar a campanha... Estamos falando de um projeto de lei de 2007, Presidente Alan. Não é possível que ainda nós temos que debater isso em audiência pública. Sobre isso já foram feitas várias audiências públicas durante esse processo. Então, o Brasil espera! É como o Senador Mourão acabou de falar: é questão de segurança nacional, é questão de segurança jurídica para a nossa produção. Nós somos um país agrícola e nós temos que dar segurança jurídica para essas pessoas que estão principalmente nos estados produtores.

Foi em menos de um minuto, em um minuto e trinta.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Mauro Carvalho.

Srs. Senadores...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente, eu estava inscrito e...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Senador Vanderlan utilizou a palavra, eu até marquei aqui, mas, num gesto de amizade e de respeito, por ser um Presidente de Comissão, concedo-lhe a palavra, como último inscrito, para que nós possamos ler o relatório da Senadora Soraya.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente de Comissão tem cinco minutos – quero avisar a V. Exa.! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – V. Exa. entende que nós já estamos com o tempo bastante corrido.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Alan, invocando também a sua amizade, é para me dar pelo menos um minuto, porque eu sou lá de Roraima... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Na sequência...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Dos meus cinco minutos vou arrumar um minuto para o Senador de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Na sequência, vou dar um minuto ao Senador Hiran. Aí nós encerramos o debate e passamos ao relatório.

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Colegas, nós...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, eu não falei nada aqui. Eu discuti uma questão de ordem aqui. Eu liberei pelo bom andamento dos trabalhos aqui.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É verdade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu não falei nada. Eu só discuti questão de ordem. Eu não tive o direito de fala ainda aqui, por enquanto.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Deu aula aqui para nós de Regimento o Senador Jayme...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Para agilizar, abro mão da minha fala.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está julgando, e nós não podemos esquecer que Raposa Serra do Sol foi um erro gravíssimo que o Supremo Tribunal Federal cometeu quando julgou. Eu conheço bem aquela região, Senador Hiran, morei por vários anos naquela região. Os indígenas, na verdade, recebiam ali. Os plantadores de arroz pagavam para eles uma comissão para usarem as suas terras, e eles trabalhavam ali. Quando houve a demarcação, é só ir lá ver o que virou. Raposa Serra do Sol é um país que demarcaram.

Outra coisa, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, é que aqui quem pode falar de reforma agrária com propriedade, com relação à terra indígena... Eu posso falar com propriedade, porque a minha família passou por isso. Nós fomos para Roraima, no final da década de 70 e começo da década de 80, no programa militar que houve, para ocupar a Amazônia Legal, começando em Barra do Garças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até chegar a Roraima. Fomos para lá! E ali o Governo incentivava que as pessoas que requeressem as terras derrubassem, formassem, fizessem o serviço. E, na região para onde foram meu pai mais outras famílias, naquela década, com cinco filhos pequenos, Sr. Presidente, ali foi criada uma reserva indígena com caboclos que vinham da Guiana Inglesa para trabalhar nas fazendas dos assentados. O meu pai era um deles. E ali simplesmente se criou, pouco tempo depois, nos anos de 1984 e 1985: "Não, aqui vai ser uma reserva". E cadê os índios brasileiros?! Não tinha! Buscaram o pessoal lá. Nós temos que conciliar a questão dos irmãos indígenas. Inclusive, a minha esposa é macuxi lá de Roraima. Ela estava aqui há pouco. Podem olhar para ela: é índia. Eu poderia até estar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... defendendo aqui, Sr. Presidente, uma demarcação grande, porque minha esposa vai ter direito também nisso, mas não, tem que fazer justiça. Eu não quero que outros que ocuparam a Amazônia Legal, como foi nas décadas de 70, 80 e até 90, essas pessoas que foram para o Pará, para Mato Grosso, que foram para Roraima, para Rondônia, para o Amapá, agora sejam despejados, como meu pai foi, com escritura na mão. Trabalhou, coitado, feito um condenado para ter as escrituras ali; teve a escritura, não teve praticamente indenização, e teve que deixar ali aquelas terras que foram trabalhadas, a duras penas.

Vamos votar na semana que entra. Acho que o acordo ficou muito bom.

Eu queria dar esse testemunho aqui, porque eu sou filho de ex-assentado e senti na pele o que meu pai passou. O sonho dele era ter um pequeno pedaço de terra, e lá em Roraima ele realizou esse sonho, só que depois virou um pesadelo.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Vanderlan, propositor do acordo, referendado pelo Senador Beto, Senadora Tereza e demais Senadores deste Colegiado.

Com todo respeito e carinho, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente, querido amigo Alan, eu não vou nem falar, até porque, diante do que eu já ouvi aqui, isso completamente me satisfaz. Tem o General Mourão, nosso querido amigo, que falou da questão da soberania nacional. E tem o testemunho aqui do Senador Vanderlanm, que é até comovente. Quem é pai sabe as dificuldades por que passou, sofreu, e, lamentavelmente, passou até a ser um pesadelo, quando sonhava em ter um pedaço de terra lá no extremo norte do Brasil. E aqui há vários testemunhos: o do Marcio Bittar, conhecedor profundo da matéria; o do Zequinha; o do Mauro, que, mesmo sendo paulista de Bauru, conhece a nossa dificuldade do Mato Grosso, pois também foi somar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conosco, os mato-grossenses, na busca, efetivamente, da construção de um estado melhor; o do Jaime Bagattoli ali de Rondônia e de Santa Catarina, não é, Jorge? Enfim, foi relatado tudo aqui.

Semana retrasada, eu fiz um desabafo na Comissão de Meio Ambiente, prezado Presidente. Eu fiz um desabafo, não fiz um discurso, porque isso passou a ser, com certeza, uma verdadeira intranquilidade para a sociedade, sobretudo os produtores, aqueles não produtores, pequenos proprietários do Mato Grosso. O que vem acontecendo? Se eu fosse numerar, elencar aqui as dificuldades que nós temos lá e por todo o território nacional, na medida em que relataram aqui... O Mauro falou da BR-158, da BR-242...

Na semana passada, eu recebi a visita da Prefeita de Aripuanã, lá no extremo do Estado do Mato Grosso, noroeste do Mato Grosso, a 1,3 mil quilômetros da capital. Lá o Governo do Estado fez uma ponte sobre o Rio Branco, que está dentro da Reserva Indígena dos Araras, com autorização da Funai, do MPF, etc., etc. A ponte está pronta, 96m de ponte, que é fundamental para a travessia de Aripuanã ao seu Distrito de Conselvan, Ministra. Lá, inclusive, os índios cobram pedágio. A ponte deve ter custado de R$16 milhões a R$17 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Sabem o que acontece agora? Agora não podem encabeçar a ponte, porque precisa da autorização, novamente, da Funai. A Funai não deu autorização para encabeçar a ponte. A ponte está lá. E a ponte que existe, uma ponte de madeira, está caindo. Então, quem está do lado de lá do rio, para ir ao outro lado, não vai poder trafegar nessas águas aqui. E é uma ponte de concreto pronta! Vocês imaginam que absurdo! Dinheiro desperdiçado, dinheiro público desperdiçado! A ponte pronta, e agora não pode ser encabeçada, porque o MPF está repensando, não vai autorizar o encabeçamento da ponte, a Funai não vai...

Esse é o Brasil! Onde nós vamos parar? Ninguém é contra os povos indígenas, são nossos irmãos.

Eu queria fazer aqui um desafio, um desafio nesta Comissão. Eu vou trazer aqui, no mínimo, dez caciques de reservas indígenas de Mato Grosso, dez – não é um, mas dez – que já me procuraram. Sabem o que eles querem? Eles querem oportunidade. Eles querem plantar. Eles querem ter carro, telefone, ar-condicionado. Eles querem ter condições de vida e não viver no estado de miserabilidade em que hoje vivem lá, sem saúde, sem educação. Eu faço uma aposta, nesta audiência pública, meu caro e ilustre Senador Beto Faro, de que V. Exa. é autor e que está promovendo aqui, se me permite: quero trazer, com a devida vênia e respeito, a convite, no mínimo cinco caciques de reservas indígenas. Eles vão mostrar que não querem ampliação de reserva indígena. Eles querem oportunidade! Lá está a prova inconteste, lá na reserva do Campo Novo do Parecis. Lá estão plantando 16 mil hectares de soja, com assistência técnica. Lá tem índios que são engenheiros, que são advogados, médicos. Tem tudo! É isso o que eles querem. Procuraram-me. Recebi um WhatsApp agora dizendo: "Senador, faz essa proposta".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero trazer aqui no mínimo dez caciques de dez reservas indígenas independentes, para mostrar o que eles querem de fato no Brasil.

Nós não queremos continuar sendo massa de manobra dos pseudos, dos falsos defensores dos povos indígenas, dessas ONGs, que são a maior quadrilha que se instalou no Brasil. O Comando Vermelho e o PCC são fichinha perto dessas ONGs aqui! No Brasil, tem mais de 50 mil ONGs, sobretudo nessa vasta região do Brasil que é a Região Amazônica. E nós temos que dar um basta em tudo isso aí.

Nós não podemos deixar aqui, prezado e ilustre Nelsinho Trad, que o Supremo Tribunal Federal usurpe da competência das nossas atribuições constitucionais ao legislar em nome do Congresso Nacional. Esse projeto, Senador Alan Rick, tem 16 anos que tramita nesta Casa, foi proposto pelo ilustre Deputado Homero Pereira, meu conterrâneo do Mato Grosso, que já faleceu há mais de oito anos, e até hoje não foi aprovado. Onde está o direito? Onde está a segurança jurídica? Esta Casa não pode se calar.

E este Senado também não pode ser usado como manobra. Muitas vezes, pela bondade de cada colega, nós vamos levando com a barriga. Basta!

Particularmente, eu faço um apelo a V. Exa. para que faça essa audiência pública num gesto de respeito, mas, sobretudo, com responsabilidade. Vamos promover, na terça-feira, a audiência pública proposta, que tem a concordância de todos nós. Todavia, na quarta-feira, tem que ser votada esta matéria e encaminhada para a CCJ. E exigimos e pedimos ao ilustre Presidente daquela Comissão, Davi Alcolumbre, que a encaminhe ao Plenário da Casa, que é soberano. A Casa, ou seja, o Plenário do Senado é soberano.

Por isso, eu faço um apelo a V. Exa., como grande homem público, por quem tenho maior admiração e respeito: que faça valer as prerrogativas desta Comissão!

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Jayme Campos, pela brilhante intervenção.

Dando prosseguimento ao acordo unânime do Colegiado da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, submeto ao Plenário a ratificação do acordo proposto por V. Exas. e acolhido por esta Presidência. O acordo é configurado da seguinte maneira, Sras. e Srs. Senadores. Solicito que os Senadores possam estar presentes aqui, Senador Vanderlan, Senadora Margareth, para que possamos votar, e, na sequência, V. Exas. podem se retirar.

Nesta semana, leitura do relatório, pedido único de vista coletiva...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Hoje, hoje...

Deliberação do requerimento de audiência pública de iniciativa do Senador Beto Faro – isso hoje, agora. Na próxima semana, audiência pública, discussão e votação do relatório da Senadora Soraya.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela ordem.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – E também o pedido de vistas coletivas, após...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sim, já está aqui, o pedido único de vista coletiva — isso hoje. Leitura do relatório, pedido único de vista coletiva e deliberação do requerimento de audiência pública de iniciativa do Senador Beto Faro, o.k?

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o acordo unânime do colegiado da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Passo a palavra à ilustre Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sem óculos, hein...

Sem óculos graças ao Senador Hiran Gonçalves.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Graças ao santo Senador Dr. Hiran.

Obrigada, Dr. Hiran.

Sr. Presidente, caros colegas, servidores desta Casa, todos que nos acompanham, tanto aqui no Poder Legislativo, quanto no Poder Executivo e no Poder Judiciário e todos os brasileiros.

Eu gostaria de fazer um introito, antes de iniciar, justamente para esclarecer alguns pontos e dizer que essa é uma questão que envolve, absolutamente, todos os brasileiros, e não alguns estados apenas, conquanto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senadora Soraya, peço licença, e peço a gentileza dos nossos amigos e convidados que estão aqui para que façam silêncio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a leitura do relatório da Senadora Soraya, que é de extrema importância e o tema principal da reunião deste colegiado.

Eu agradeço a todos a compreensão.

Senadora.

Peço silêncio a todos, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Sr. Presidente, principalmente porque o tema é sensível e requer a atenção, realmente, de todos.

Não interessa somente aos estados mais afetados. Nós do Mato Grosso do Sul também somos extremamente afetados com essa questão e entendemos que, apesar de tantos e tantos anos de discussão, nós não conseguimos vislumbrar, dentro de uma visão errônea, uma visão de nós e eles, uma visão maniqueísta, uma visão de uns contra os outros, dentro dessas duas partes, que parece que colidem – parece apenas –, nós não conseguimos ver, apesar de todas as políticas públicas implantadas durante tantos anos, nós não conseguimos vislumbrar nenhum lado que esteja satisfeito, nem os povos indígenas nem os produtores rurais, deixando claro aqui que indígenas podem ser produtores rurais e proprietários. Somos todos brasileiros.

Então nós começamos, nós partimos de 1988, e a decisão do art. 67 do ADCT, por conta das disposições transitórias, determinou que a União concluiria a demarcação de terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição, que foi em 1988.

Bom, a partir daí, nós tivemos um projeto de lei de 2007, e a ação que culminou no julgamento da Raposa Serra do Sol teve início em 2008, decisão do Supremo em 2013, a decisão se tornou vinculante em 2017, e hoje estamos aqui a ponto de escoar o prazo no dia 7 de setembro de 2023, porque o pedido de vista no Supremo, hoje, agora, a partir deste ano, só pode ser de 90 dias, até 90 dias. O Ministro André Mendonça fez o pedido de vista, mas o prazo dele escoa dia 7 de setembro. Portanto, nós ainda temos mais uma Comissão onde esse projeto deve tramitar.

Então, não é por falta de tempo para discutirmos a questão. Se não, jamais deliberaremos sobre isso. E, quando eu fui eleita e tomei posse, havia, sim, uma promessa do Governo anterior de solucionar os problemas e tentar resolver. Eu corri atrás disso. Eu procurei o PGR, Augusto Aras, apenas para essa pauta. A ideia inicial, Ministra Tereza, era que ele avocasse os processos todos e tentasse um acordo. Não caminhou.

Também estive na Funai durante todos esses anos aí atrás, e não consegui fazer com que nada caminhasse. Eu não sei se é má vontade, eu não sei o que foi, mas também os produtores rurais estão sem indenização, estão sem ver a luz no fim do túnel. Os processos parados, no Executivo não caminha, no Legislativo não caminha e no Judiciário agora estamos a ponto de termos, obrigatoriamente, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encarar qualquer decisão lá, com ministros que não são tão afetos ao tema, porque ninguém trabalhou na questão. Então, não está sendo feito de forma açodada. Simplesmente, nós temos que ter consciência de que os prazos estão escoando.

Então, a partir disso e a partir de uma compreensão que eu peço que os senhores tenham de que hoje nós estamos analisando a questão como um direito da população brasileira, não de produtores rurais ou proprietários contra os povos indígenas... Eu tive voto tanto de um quanto de outro, eu tenho certeza de que aqui também, e nós somos procurados por ambas as partes. E lembro aqui que eu fiz questão, logo que chegou a esta Comissão, eu avoquei justamente por isso, porque nós já temos um conhecimento e um caminho já trilhado e muitas audiências públicas foram feitas em vários estados. Em Mato Grosso do Sul, quantas audiências públicas sobre o tema? Então, mais uma audiência pública seria motivo... Porque as audiências públicas anteriores eram audiências de briga. Parecia rinha. E nós não queremos mais isso. Já bastou de audiência pública. Nós já ouvimos todos os lados. E o que foi que eu fiz? Eu abri para reuniões, reuniões que fossem feitas com abertura, com uma boa vontade para escutar. Enfim...

E entre essas reuniões... Quero deixar muito claro aqui, eu sou membro da FPA, então as reuniões com a FPA já estavam esgotadas, eu estava muito tranquila, tive várias reuniões; mas eu quero destacar aqui uma das reuniões que eu tive com o Secretário-Executivo dos Povos Indígenas, Luiz Henrique Eloy, e também quero... Eu não quero ser enfadonha, mas eu vou listar nomes importantes que nós recebemos, que eu recebi no meu gabinete, com toda a minha assessoria; e foram reuniões maravilhosas, reuniões em que foi possível discutir de forma... Foi a primeira vez que eu consegui, que a gente conseguiu dialogar de verdade. E ambos os lados já colecionam dramas familiares, mortes e mais mortes, mortes no campo, mortes nas aldeias, guerras no campo, por conta desta questão das terras.

Eu recebi Eric Terena e Maíra Pankararu, da Secretaria da FPMDDPI; Deputada Federal Célia Xakriabá, Coordenadora da FPMDDPI; Juliana de Paula, do Instituto Socioambiental (ISA), que foi citado aqui; Gabriela Murici, do Instituto de Estudos Socioeconômicos; Paulino Montejo, Coordenador Político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Luiza Lima, do Greenpeace Brasil; Bruno Taitson, da WWF Brasil; Braulina Baniwa, Coordenadora-Executiva da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade; Cristian Wariú, comunicador indígena do povo Xavante; Kleber Karipuna, Coordenador-Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, representante do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato; e Luciene Cavalcante; Victor Nunes Gonçalves; Rodrigo Maciel; Bruno Taitson já falei; Juliana Cardoso; Lívia Guilardi; Deputada Federal Sâmia Bomfim; Tarcísio Motta; Eric Terena; Antônio Eduardo de Oliveira, entre muitas e muitas pessoas que tiveram contato comigo por telefone, contato comigo no meu estado, em vários lugares por onde passei as pessoas trataram comigo deste tema, fora as inúmeras entrevistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é com muita tranquilidade que eu venho hoje aqui, e as portas do gabinete foram abertas para que eles trouxessem por escrito as suas reivindicações, porque um dizia, o outro... mas eles não estavam absolutamente familiarizados com o texto para dizer do que não gostavam ou não, e foi dado esse tempo. Até a semana passada, quando eu depositei o relatório, não haviam chegado ao meu gabinete as propostas; porque eu pedi as propostas e as notas técnicas por escrito – tem que ser formal. Então, não recebi; e deixo bem claro para os senhores aqui: eu só recebi as sete emendas da Senadora Eliziane uma hora antes do início desta reunião.

Então, eu gostaria de deixar bem claro para vocês: eu me coloquei à disposição com o Governo, conversei com o Ministro Fávaro, eu me coloquei absolutamente – gente, é importante isso justamente porque o assunto é sensível –, eu me coloquei à disposição e não recebi as propostas, exatamente qual é o ponto que você não gostou, o que é que precisa ser mudado e de que forma. Muitas reclamações, mas as reclamações devem vir com soluções, porque não adianta mais, nós já estamos no prazo fatal.

Então eu dei essa oportunidade e a intenção aqui é que possamos deliberar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque aqui não é terminativo, precisamos passar para a CCJ, e espero que lá a relatoria também tenha essa consciência e esse senso de urgência, porque nós precisamos cumprir o nosso papel de legisladores, e depois iremos deliberar no Plenário, e o prazo fatal é dia 7 de setembro.

Portanto, não temos tanto tempo, porque, quando chegar à CCJ, Senadora Tereza, Senador Seif, vão pedir audiência pública na CCJ, vão querer começar naquela Comissão toda uma tramitação a partir do zero, mesmo porque não são todos os Senadores que são afetos ao tema, então pode ser que o assunto vá despertar interesse, mas é importante que seja discutido na profundidade que esse assunto merece, para que beneficie, solucione a vida de todos os brasileiros, sem distinção nenhuma.

Quero destacar aqui também que, durante todos esses anos, a dificuldade da questão ideológica atrapalhou muito, a atuação, nunca escondi isso, do Ministério Público Federal atrapalhou inclusive o avanço da prosperidade dos povos indígenas, porque nós nunca, nunca defendemos que eles deveriam perder direitos, mas sim que deveriam ter incentivos e ter a total liberdade de ter suas vidas conduzidas por si mesmos, afinal somos todos iguais perante a lei. E eles também, um indígena ou uma indígena que adquira uma propriedade tem o direito de propriedade, é um proprietário, é uma proprietária urbana ou rural, mas tem o direito de propriedade. E o direito de propriedade, também constitucional, é o que nos dá segurança jurídica até mesmo para que o país caminhe para frente, justamente porque onde não se respeita o direito de propriedade nós temos uma insegurança jurídica muito grande e nós afugentamos os investimentos.

Então, isso interessa a todos os brasileiros. Espero que consigamos, daqui para frente, olhar também os povos indígenas não com esse avanço apenas da questão territorial, mas também com o respeito que merecem para que possam fazer o que eles bem entenderem e não o que o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público acha que eles devem fazer, não o que nós que não somos indígenas achamos. Como é que é aquilo? Tudo sobre nós tem que ser com a participação deles. Então a importância deste momento e que o Governo Federal, que já sinalizou, porque eu tentei fazer tramitar também com a indenização atrelada aqui, mas a indenização precisa ser resolvida por meio de uma PEC, e daria aqui vício de iniciativa, como também a questão de retornar à Câmara dos Deputados, e aí, realmente, todo esse esforço seria inócuo.

Então, aí é que está. Já tramita na Câmara, e eu peço para que todos os brasileiros também tenham a consciência de que precisamos indenizar aquelas pessoas que adquiriram de boa-fé os seus títulos, que não invadiram terras alheias, da União...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É a PEC 132. A PEC 132, acho que foi da lavra de Blairo Maggi, se eu não me engano e de...Relator: Blairo Maggi. Foi.

Então, nós estamos com as questões tramitando conjuntamente, por isso a necessidade de que possamos entregar para a população brasileira, absolutamente todos, uma solução para todos e a indenização justa não só das benfeitorias, mas também da terra nua. De que forma? Não sei. Estamos ainda estudando essa questão até para dar uma... Por meio de uma outra legislação, enfim, mas que seja uma indenização justa, com valor de mercado. O Governo, com tanta conversa que nós tivemos, já sinalizou essa intenção, então, eu fico muito feliz e considero isso louvável.

Depois disso, depois desse desabafo aqui e dessa digressão, eu gostaria agora de iniciar a leitura, Sr. Presidente.

Relatório.

Por avocação, com fundamento no art. 129 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cumpre-nos relatar, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal (SF) o Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, que, na verdade, é o PL nº 490, de 2007, na Casa de Origem. Então, 2007 é a data desse projeto de lei, portanto 16 anos até este momento, de autoria do Deputado Homero Pereira, já *in memoriam,* que regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

O Projeto de Lei é composto de quatro Capítulos (Capítulo I – Disposições Gerais; Capítulo II – Do Reconhecimento e da Demarcação das Terras Indígenas (quatro Seções); Capítulo III – Do Uso e da Gestão das Terras Indígenas; Capítulo IV – Disposições Finais), com trinta e três artigos ao todo.

O art. 1º estatui que o escopo da futura lei consiste em regulamentar o art. 231 da Constituição Federal para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º apresenta os princípios orientadores dessa Lei: I – o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas e das tradições indígenas; II – o respeito às especificidades culturais de cada comunidade indígena e aos respectivos meios de vida, independentemente de seus graus de interação com os demais membros da sociedade; III – a liberdade, especialmente de consciência, de crença e de exercício de qualquer trabalho, profissão ou atividade econômica; IV - a igualdade material; V - a imprescritibilidade, a inalienabilidade e a indisponibilidade dos direitos indígenas.

O art. 3º estabelece as modalidades de terras indígenas: as áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, nos termos do §1º do art. 231 da Constituição Federal; as áreas reservadas, consideradas as destinadas pela União para a finalidade; e as áreas adquiridas.

O art. 4º, em síntese, define que são "terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros" aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, eram, simultaneamente: I - habitadas por eles em caráter permanente; II - utilizadas para suas atividades produtivas; III - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; IV - necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, com comprovação fundamentada e baseada em critérios objetivos, sendo que a ausência da comunidade indígena nesse marco temporal descaracteriza o direito à reivindicação, salvo o caso de renitente esbulho devidamente comprovado.

O art. 5º do projeto de lei determina que a demarcação contará obrigatoriamente com a participação dos estados e dos municípios, bem como de todas as comunidades diretamente interessadas, franqueada a manifestação de interessados e de entidades da sociedade civil desde o início do processo administrativo demarcatório, a partir da reivindicação das comunidades indígenas.

Os arts. 6º ao 9º determinam que aos interessados na demarcação serão assegurados, em todas as suas fases, inclusive nos estudos preliminares, o contraditório e a ampla defesa, que as associações de partes interessadas podem representar os associados, desde que autorizadas em assembleias gerais convocadas para essa finalidade, que o levantamento fundiário da área pretendida será acompanhado de relatório circunstanciado e que, antes de concluído o procedimento demarcatório e de indenizadas as benfeitorias de boa-fé, não haverá qualquer limitação de uso e gozo aos não indígenas que exerçam posse sobre a área, garantida a sua permanência na área objeto de demarcação.

O art. 10 determina que se aplica aos antropólogos, aos peritos e a outros profissionais especializados, nomeados pelo Poder Público, cujos trabalhos fundamentem a demarcação, os motivos de impedimento e de suspeição do art. 148 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que é o Código de Processo Civil.

Os arts. 11 e 12 estatuem que, verificada a existência de justo título de propriedade ou de posse em área considerada necessária à reprodução sociocultural da comunidade indígena, a desocupação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área será indenizável, inclusive para áreas cuja concessão pelo estado possa ser documentalmente comprovada, e que fica a União, por meio do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações, mediante prévia comunicação escrita ao proprietário, ao seu preposto ou ao seu representante, com antecedência mínima de 15 dias úteis.

Os arts. 13 a 15 estabelecem que fica vedada a ampliação de terras indígenas já demarcadas, que os processos administrativos de demarcação de terras indígenas ainda não concluídos serão adequados ao disposto na futura lei e que é nula a demarcação que não atenda aos novos preceitos estabelecidos.

Os arts. 16 e 17, por sua vez, determinam que são áreas indígenas reservadas as destinadas pela União à posse e à ocupação por comunidades indígenas, de forma a garantir sua subsistência digna e a preservação de sua cultura, podendo ser formadas por: terras devolutas da União discriminadas para essa finalidade; áreas públicas pertencentes à União; áreas particulares desapropriadas por interesse social, aplicando-se-lhes o mesmo regime jurídico de uso e gozo adotado para terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

O art. 18 especifica que são áreas indígenas adquiridas as havidas pela comunidade indígena mediante qualquer forma de aquisição permitida pela legislação civil, tal como a compra e venda ou a doação, aplicando-se lhes o regime jurídico da propriedade privada.

Em síntese, os arts. 19 a 28 do PL estabelecem regras de uso e de gestão das terras indígenas, cabendo às comunidades indígenas, mediante suas próprias formas de tomada de decisão e solução de divergências, escolher a forma de uso e ocupação de suas terras. No entanto, fica estabelecido que o usufruto dos indígenas não se sobreporá ao interesse da política de defesa e soberania nacional e que fica permitida a instalação em terras indígenas de equipamentos, de redes de comunicação, de estradas e de vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e educação, proibindo-se a cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza pela presença desses itens.

E aí, eu destaco o Ministério Público Federal, que agora, sim, vai poder deixar de impedir esses acessos, para o bem da população indígena.

O art. 29 estatui que as terras sob ocupação e posse dos grupos e das comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, bem como a renda indígena gozam de plena isenção tributária, vedada a cobrança de quaisquer impostos, taxas ou contribuições sobre uns ou outros, podendo, entretanto, nos termos do inciso XVI do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, o Congresso Nacional autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais nessas terras indígenas. Sempre, obviamente com consciência ambiental. É óbvio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 30 altera o art. 1º da Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007, para permitir o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas.

O art. 31 do projeto de lei altera o *caput* do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, para acrescer novo inciso IX para declarar que será de interesse social a destinação de áreas às comunidades indígenas que não se encontravam em área de ocupação tradicional no marco temporal de 5 de outubro de 1988, desde que necessárias à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Em sentido similar, o art. 32 altera o inciso IX do *caput* do art. 2º da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), para estabelecer a garantia aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição Federal, com reconhecimento do direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes para a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas em 5 de outubro de 1988.

Por fim, o art. 33 estabelece a cláusula de vigência imediata.

O autor da proposição, em resumo, argumentou que o PL tinha por objetivo atender ao disposto do art. 231 da nossa Constituição Federal, permitir que outros setores envolvidos na questão sejam representados na apreciação da demarcação de terras e questões relacionadas, como sobreposição de áreas, proteção ambiental, faixa de fronteira, segurança nacional, exploração mineral, de recursos hídricos, entre outras.

Em 30 de maio de 2023, após a tramitação por dezesseis anos, com discussão, análise e votação do Projeto de Lei pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, também pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, também tramitou na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, ambas em substituição à Comissão Direitos Humanos e Minorias, além da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tudo isso na Câmara dos Deputados –, o PL foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal com base na Redação Final nº 1, da Câmara dos Deputados.

Nesta Casa, a matéria foi distribuída a esta Comissão, Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Constituição, Justiça e Cidadania, a nossa CCJ.

Passo, agora, para a análise, Sr. Presidente.

Nos termos dos incisos I, II e VIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre proposições que tratem de direito agrário, planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária e uso e conservação do solo na agricultura, respectivamente. Também de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre-nos, nesta ocasião, por não se tratar de matéria terminativa, manifestar-nos primordialmente sobre o mérito do PL n° 2.903, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, é importante destacar que o *caput* do art. 231 da Constituição Federal de 1988 firmou o entendimento de que são reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Nesse contexto, a Carta Magna destaca que seriam terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (§§1º e 2º, do art. 231, da Constituição Federal).

De outra parte, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais nessas terras indígenas só poderiam ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (§3º, do art. 231, da Constituição Federal). Em outras palavras, o próprio texto constitucional originário já sinalizou que a promoção de atividades de interesse econômico deveria ser pautada por critérios legais e com a intervenção do Congresso Nacional.

O §4º, do art. 231, também estabelece que essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis, ao passo que o §5º, do mesmo artigo, veda a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que coloque em risco sua população ou no interesse da soberania do País, após deliberação do próprio Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Em adição o §6º, do art. 231, da Constituição Federal determina que são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dessas terras ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, nos termos de lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção de direito à indenização ou a ações contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. Portanto, a Constituição Federal já prevê a possibilidade de indenização, na forma da lei, das benfeitorias de proprietários rurais que porventura devam deixar suas terras com legitimidade e ocupação de boa-fé.

Ainda, o §7º do art. 231 da Constituição Federal determinou que não se aplica às terras indígenas apoio estatal ou prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis nessas localidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, em 23/10/2013, no âmbito da Petição 3.388/RR, declarou, nos termos do voto do Relator, Ministro Ayres Britto, constitucional a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e determinou que sejam observadas as seguintes 19 (dezenove) condições em procedimentos demarcatórios no Brasil: (i) o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas (art. 231, §2º, da Constituição Federal) pode ser relativizado sempre que houver, como dispõe o art. 231, §6º, da Constituição, relevante interesse público da União, na forma de lei complementar; (ii) o usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional; (iii) o usufruto dos índios não abrange a pesquisa e lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional, assegurando-se-lhes a participação nos resultados da lavra, na forma da lei; (iv) o usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, devendo, se for o caso, ser obtida a permissão de lavra garimpeira; (v) o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional; a instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico, a critério dos órgãos competentes (Ministério da Defesa e Conselho de Defesa Nacional), serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai; (vi) a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica assegurada e se dará independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai; (vii) o usufruto dos índios não impede a instalação, pela União Federal, de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e educação; (viii) o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; (ix) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área da unidade de conservação também afetada pela terra indígena com a participação das comunidades indígenas, que deverão ser ouvidas, levando-se em conta os usos, tradições e costumes dos indígenas, podendo para tanto contar com a consultoria da Funai; (x) o trânsito de visitantes e pesquisadores não-indígenas deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; (xi) devem ser admitidos o ingresso, o trânsito e a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai; (xii) o ingresso, o trânsito e a permanência de não-indígenas não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas, cobrança de pedágio [que nós já vimos acontecer]; (xiii) a cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público, tenham sido excluídos expressamente da homologação, ou não; (xiv) as terras indígenas não poderão ser objeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta, pela comunidade indígena ou pelos indígenas (art. 231, §2º, Constituição Federal, c/c art. 18, caput, Lei nº 6.001, de 1973) [e isso também é uma prática ilegal que nós vimos acontecer, por alguns membros, em detrimento de toda a comunidade indígena]; (xv) é vedada, nas terras indígenas, a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas, a prática de caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa (art. 231, §2º, Constituição Federal, c/c art. 18, §1º, Lei nº 6.001, de 1973); (xvi) as terras sob ocupação e posse dos grupos e das comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto nos arts. 49, XVI, e 231, §3º, da Constituição Federal, bem como a renda indígena (art. 43 da Lei nº 6.001, de 1973), gozam de plena imunidade tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos, taxas ou contribuições sobre uns ou outros; (xvii) é vedada a ampliação da terra indígena já demarcada; (xviii) os direitos dos indígenas relacionados às suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis, tal qual reza o §4º do art. 231 da Constituição Federal; [e, por fim, a última condicionante] (xix) é assegurada a participação dos entes federados no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, encravadas em seus territórios, observada a fase em que se encontrar o procedimento.

Partindo já, Sr. Presidente, para o final, o Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, número aqui do Senado Federal, determina, em seu art. 4º, que são "terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros" aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, a nossa Carta Magna, em 5 de outubro de 1988, eram, simultaneamente: habitadas por eles em caráter permanente; utilizadas para suas atividades produtivas e de subsistência; imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; e necessárias à sua reprodução física e cultural. A ausência da comunidade indígena nesse marco temporal na área pretendida descaracteriza o seu direito, exceto no caso de renitente esbulho devidamente comprovado.

O Estado brasileiro precisa delimitar o entendimento acerca de "terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas" [termo este, aqui, entre aspas]. Não se mostra razoável, proporcional e legítimo adotar para o conceito "tradicionalmente" [entre aspas] uma ocupação que regresse a um marco temporal imemorial, ou seja, ocupação a tempo atávico, a períodos remotos, que, no limite, poderia gerar disputa sobre todo o território nacional.

Entendemos, portanto, que o Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, adotou o marco temporal da ocupação indígena adequado, conforme hermenêutica do art. 231 da Constituição Federal e interpretação do Supremo Tribunal Federal no julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Adicionalmente, a proposta de marco temporal atende a todos os 19 requisitos, batizados, posteriormente, de condicionantes, que foram estabelecidos durante a resolução da lide constante da Pet 3.388/RR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o projeto de lei propõe a distinção de três modalidades de terras indígenas, que considera critérios objetivos: as Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, com sua proteção de regime clássico, sobretudo conforme dispõe o Estatuto do Índio; as Áreas Indígenas Reservadas, de propriedade da União, cuja gestão fica a cargo da comunidade indígena, sob a supervisão da Funai; e as Áreas Indígenas Adquiridas, com o regime jurídico da propriedade privada. Nesse contexto, a União teria ampla condição de atuação para preservação de sua atuação na política indigenista nacional.

O projeto de lei, outrossim, veda a cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza ou a troca pela utilização das estradas, dos equipamentos públicos, das linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocados a serviço do público em terras indígenas, mas faculta o exercício de atividades econômicas nessas terras indígenas, desde que pela própria comunidade indígena – pela própria comunidade indígena –, admitidas a cooperação e a contratação de terceiros não indígenas e permite o turismo em terras indígenas – por que não? –, organizado pela própria comunidade indígena, admitida a celebração de contratos para a captação de investimentos de terceiros, com condições.

Para o caso de indígenas isolados, nos termos da iniciativa, o Estado deverá apresentar o absoluto respeito às suas liberdades e aos seus meios tradicionais de vida e deve evitar, ao máximo, o contato com eles, salvo para prestar auxílio médico ou para intermediar ação estatal de utilidade pública.

O projeto de lei garante o direito à indenização das benfeitorias de boa-fé, não permitindo que haja qualquer limitação de uso e gozo, antes de concluído o procedimento demarcatório, aos não indígenas que exerçam posse sobre a área, garantida a sua permanência na área objeto de demarcação. Isso é importante destacar aqui. E, para esse fim, são de boa-fé as benfeitorias realizadas pelos ocupantes até que seja concluído o procedimento demarcatório.

Considerando que o projeto de lei acompanha posição do julgado na Pet 3.388, pelo Senado Federal, estabelecendo que o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas pode ser relativizado, suavizado sempre que houver relevante interesse da União, que o usufruto dos indígenas não impede a instalação, pela União, de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e educação, entendemos que a proposta de marco proposto está em linha com a melhor solução para o dilema de estabelecimento de novo marco temporal para a demarcação de terras indígenas no nosso país.

Nesse contexto, a data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, se mostra parâmetro apropriado de marco temporal para a verificação da existência da ocupação pela comunidade indígena da terra a ser reivindicada, assim como da efetiva e formal ocupação fundiária pelos indígenas e das 19 salvaguardas institucionais definidas pela excelsa Corte Constitucional brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, acreditamos que a aprovação do Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, corresponderá, por uma parte, à solução mais adequada para viabilizar a resolução das questões legais e constitucionais envolvendo demarcação de terras indígenas no Brasil e, por outra, a melhor forma para garantir previsibilidade, segurança jurídica e desenvolvimento ao país.

Voto.

Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do PL 2.903, de 2023, nos termos do art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a rejeição de todas as emendas apresentadas ao projeto.

É o voto.

Eu gostaria – eu fiz uma complementação de voto pelas emendas que foram apresentadas. Apenas para esclarecer: foram apresentadas uma hora antes do início desta reunião – de dizer, Sr. Presidente, caso seja realmente concedida vista coletiva, que eu estou completa como sempre estive e absolutamente disponível para receber todas as propostas, dialogar sobre todas elas, para que consigamos encontrar realmente aqui – nós consideramos – essa solução. Mas o que eu peço é algo que eu ouvi dos dois lados, dos indígenas que foram me visitar e também do lado de proprietários rurais: a vontade realmente de ceder e de dialogar.

Então, eu quero render homenagens a todos os brasileiros, porque para mim são todos brasileiros de igual forma, e dizer que, mesmo não tendo recebido até o momento as propostas, eu ainda continuo aqui aguardando e com diálogo absolutamente aberto com o Governo Federal.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à Senadora Soraya pela leitura, pelo seu brilhante relatório.

Conforme o acordo unânime do Colegiado desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, procedemos hoje à leitura do relatório.

Concedo, neste momento, conforme o acordo unânime, a vista coletiva da matéria e, neste momento, coloco em deliberação o requerimento de autoria do Senador Beto Faro de audiência pública para a próxima semana.

Os nomes apresentados, em conformidade com este Plenário, são nomes apresentados pelo Senador Beto Faro e pela Senadora Tereza Cristina.

Senador Beto Faro: representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nomes apresentados pela digníssima Senadora Tereza Cristina: Aldo Rebelo, ex-Ministro da Defesa, ex-Deputado Federal, Presidente da Câmara; Marcelo Bertoni, presidente da Famasul e Arnaldo Zunizakae, presidente da Coopihanama. São esses os nomes apresentados.

Como este acordo já foi deliberado, apenas consulto...

Em votação esta audiência pública.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a audiência para a próxima semana, e discussão e votação do relatório da ilustre Senadora Soraya Thronicke, também para a próxima semana.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Antes de finalizar, eu queria aqui cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke pela sua sensibilidade, pelo relatório, pelas suas palavras, por ter aberto o diálogo com todos, e dizer da importância desse projeto para o Brasil, não só para o nosso estado, Senadora, mas para o Brasil todo.

E esse é um assunto de Estado, não é assunto de governo. Esse é um assunto que perpassa governos e que há muitos anos precisava ser resolvido. Esta Casa, o Congresso Nacional, primeiramente na Câmara Federal e agora no Senado, coloca esse assunto em discussão, em votação, e eu espero que a gente o leve ao Plenário o mais rapidamente possível. Nós temos que virar essa página. Nós temos que tratar agora é dos benefícios tanto aos povos indígenas na saúde... Nós temos a Sesai, e nós precisamos olhar se esses recursos estão chegando, se a saúde que nós colocamos para os indígenas é suficiente. Assim como a gente discute o SUS – tem o SUS e a Sesai –, nós precisamos discutir as benfeitorias, a produção. Hoje eu fui no corredor e uma senhora indígena disse assim: "eu sou produtora rural [chamou-me de ministra ainda], sou produtora rural e nós precisamos muito do apoio desta Casa para produzir nas nossas terras, para ter dignidade, para ter renda, para ter melhoria nas condições de vida das aldeias", e isso é possível.

Então, eu espero, Senadora, que esse passo aqui de hoje... Apesar de a gente querer que tivesse sido hoje já votado o relatório e aprovado, porque ele seria aprovado por esta Comissão, Senador Alan Rick, a gente deu mais um tempo para a discussão de um assunto tão importante e tão delicado como é esse.

Mas eu tenho certeza de que em breve ele também estará na CCJ, terá também o seu trâmite acelerado, para que a gente possa colocar em Plenário e votar. Por quê? Porque nós nos omitimos no passado. Nós deveríamos também ter colocado... E aí o Supremo vem e legisla por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos nos antecipar em vários assuntos que esta Casa às vezes deixa adormecidos. Nós precisamos também falar sobre mineração. Eu vi aqui se falar sobre infraestrutura, que tem a ver também com esse projeto aqui dos indígenas, porque às vezes nós não podemos dar continuidade a obras que são importantes para os indígenas também, para o ir e vir, para as pessoas que estão doentes, e aí uma ideologia leva a um caminho que não é o melhor caminho para todos.

Então eu acho que esta Comissão, Presidente, Senador Alan Rick, está de parabéns por mais esse passo. E que, na próxima terça e quarta-feira, nós possamos passar esse projeto de lei para a Comissão, para a CCJ, e que de lá rapidamente possa seguir para Plenário para que possamos votar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que agradeço.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, uma vez que ele é o Relator do próximo item da pauta, do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5109, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de entrar no próximo item, a que eu já peço vista ao senhor de mais uma semana, em decorrência de um pedido do Ministério da Fazenda e de uma emenda proposta pelo Senador gaúcho Luis Carlos Heinze. Então, quero pedir uma semana a mais para analisar tanto a emenda quanto o pedido, uma nota técnica que o Ministério da Fazenda nos enviou.

Mas antes, Sr. Presidente, já parabenizando o senhor pela condução dessa reunião hoje tão importante, parabenizo a coragem da Senadora Soraya Thronicke. É um relatório robusto, um relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recheado de subsídios, de diálogos, enfim, muito bem subsidiado. Eu quero parabenizar a Senadora, acima de tudo, pela coragem do voto, com tantas pressões aqui dentro desta Casa, com tantas pressões até do próprio Governo. Ela foi brilhantemente Relatora dessa questão que é tão cara a todo o Brasil, tanto aos povos indígenas como aos produtores rurais.

Na verdade, eu não gosto de falar povos indígenas, porque eles são brasileiros como eu e o senhor. Então somos todos brasileiros. O senhor tem alguma coisa contra indígena? Não. Nem eu nem ninguém tem. Nós estamos aqui trabalhando e simplesmente temos visto que o Brasil é o país que mais tem terra demarcada no mundo, e isso não significou prosperidade, saúde e educação para os povos indígenas. Então, se assim fosse, os ianomâmis hoje seriam, enfim...

Mas obrigado, Sr. Presidente.

E peço a retirada de pauta do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Retirada de pauta solicitada pelo Relator...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... concedida.

Item 3

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 20, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2829/2021, que "altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica".

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Com a palavra o Senador Jorge Seif, para o encaminhamento desse requerimento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse projeto originalmente é do Senador Esperidião Amin, do meu estado, mas nós recebemos bastantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações dos setores, com pontos a favor e contra. Então nós vamos ouvir esse pessoal na audiência pública.

Eu lhe agradeço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Soraya Thronicke e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Alan Rick, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Beto Faro, Humberto Costa, Jussara Lima, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eduardo Girão, Paulo Paim, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Professora Dorinha Seabra, Romário e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Eleição da Vice-Presidência da CRA. Finalidade: Eleição da Vice-Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o biênio 2023-2024. Resultado: Eleito, por aclamação, o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o biênio 2023-2024. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2100, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3591, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 9, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências, para dispensar do licenciamento ambiental os empreendimentos aquícolas que especifica." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3737, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para definir o limite individual anual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar e dá outras providências." Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG). Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 237, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei dos Registros Públicos; a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; e a nº Lei 5.868/1972, de 12 de dezembro de 1972, para instituir e ampliar a transparência dos dados sobre posse e propriedade de terras." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1103, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2458, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares." Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). Relatoria: Senador Hamilton Mourão (Ad hoc), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA e 2-CRA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2798, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação do campo." Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 20, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2829/2021, que “altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica”." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Adiado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 21, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, reinstituído pela MP 1166/2023 e o Projeto de Lei nº 2920 de 2023, de autoria do Executivo apresentado na Câmara dos Deputados com o mesmo objetivo da MP acima referida. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; - representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; - representante do Ministério da Fazenda; - o Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); - o Senhor Newton Narciso Gomes Júnior, Professor da Universidade de Brasília; - representante do "Campo Unitário" - Fórum de organizações e movimentos sociais do campo." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 22, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Luiz Paulo Teixeira, informações sobre os resultados obtidos com o Convênio nº 121/PGE-2020 do INCRA com o Governo do Estado de Rondônia. Nesses termos, requisita-se: 1. Plano de trabalho; 2. O parecer técnico, quanto á execução física e atendimento dos objetivos do Convênio; 3. Relatório de execução físico/financeiro, destacando o desembolso de recursos financeiros por parte da União; 4. Relação dos bens e serviços produzidos ou construídos com os elementos recebidos do Estado." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Agricultura e Reforma Agrária n° 23, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o Plano Safra 2023/2024. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - o Senhor Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; - o Senhor Carlos Favaro, Ministro da Agricultura e Pecuária; - o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Prejudicado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Projeto de Resolução do Senado n° 67, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)." Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal, para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 24, de 2023 que: "Requer Homenagem de pesar pelo falecimento do Ex-ministro da Agricultura Sr. Alysson Paolinelli" Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Usam da Palavra os Senadores: Zequinha Marinho, Beto Faro, Hamilton Mourão e Jaime Bagattoli e as Senadoras Ivete da Silveira e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos nesta tarde.

Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A primeira parte desta reunião destina-se à eleição da Vice-Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o biênio 2023-2024.

Até o presente momento, foram recebidas as seguintes indicações:

Para Vice-Presidente, o Senador Jaime Bagattoli, conforme o Ofício nº 119, de 2023, do Senador Wellington Fagundes, Líder do Bloco Vanguarda no Senado Federal, e também do Senador Jayme Campos, conforme Ofício nº 18, do União, do Senador Efraim Filho, Líder do União Brasil no Senado Federal.

Após um acordo entre os candidatos, ficou apenas a chapa única do Senador Jaime Bagattoli, e eu indago aos Senadores e Senadoras se há outras indicações. (*Pausa.*)

Inexistindo outras indicações, consulto o Plenário desta Comissão se, havendo acordo, podemos proceder à eleição por aclamação do Senador Jaime Bagattoli para a Vice-Presidência desta Comissão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, por aclamação, a eleição do Senador Jaime Bagattoli como Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2023-2024.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito por aclamação o Senador Jaime Bagattoli como Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o biênio 2023-2024.

A deliberação da Comissão será comunicada à Presidência do Senado Federal.

Eu gostaria de chamar o Senador Jaime Bagattoli, recém-eleito aqui, para deliberarmos o primeiro item, que é extrapauta e é da minha relatoria, justamente porque, daqui a pouco, eu tenho uma audiência no Judiciário. Então, passo a Presidência para o Senador Jaime Bagattoli.

Parabéns, Senador. É um prazer tê-lo na Vice-Presidência desta Comissão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se quiser, eu posso sugerir a churrascaria!

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde a todos.

Agradeço a todos os Senadores, à nossa Senadora Soraya Thronicke, nossa Presidente da CRA. Agradeço a confiança de todos.

Dizem que Vice, Mourão, não manda muito, não, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, está bom! (*Risos.*)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 13
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 67, DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

A votação é simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para proferir a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Jaime Bagattoli.

Passo à leitura do relatório.

Por avocação, com fundamento no art. 129 do Regimento Interno do Senado, cumpre-nos relatar, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, o Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2023, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O Projeto de Resolução 67, de 2023, contém quatro artigos.

O art. 1º do PL institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com as seguintes finalidades:

> I – iniciar, acompanhar e aprimorar, por meio da atuação dos Parlamentares que a integrem, proposições legislativas e programas que disciplinem assuntos referentes à Embrapa e à pesquisa agropecuária;
> II – avaliar o impacto de políticas públicas relacionadas à Embrapa e à pesquisa agropecuária;
> III – debater o papel e o caráter público da Embrapa, sua importância para a pesquisa agropecuária nacional e a promoção de ações inclusivas no seu âmbito de atuação;
> IV – realizar encontros, simpósios, seminários, congressos, reuniões, intercâmbios e outros eventos sobre a pesquisa agropecuária nacional e a atuação da Embrapa nesse contexto;
> V – articular e integrar iniciativas da Frente Parlamentar Mista com as ações de governo e das entidades da sociedade civil pelo fortalecimento da Embrapa;
> VI – divulgar os ganhos socioeconômicos e ambientais proporcionados pelo avanço da pesquisa agropecuária no País e, especialmente, aqueles advindos de tecnologias geradas pela Embrapa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa no âmbito do Parlamento e junto à sociedade.

Já o parágrafo único do art. 1º do projeto de resolução estabelece que a frente reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em qualquer lugar do Brasil.

O art. 2º estabelece que a frente parlamentar mista será integrada, inicialmente, por Parlamentares que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros Congressistas integrantes das Casas do Congresso Nacional.

O art. 3º, por sua vez, determina que o Colegiado reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Por fim, o art. 4º determina que a futura resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor argumenta que a criação da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa terá como missão zelar para que haja as condições necessárias ao desempenho das atribuições da empresa e, de forma mais ampla, de todas as instituições ligadas à pesquisa agropecuária nacional.

A matéria foi distribuída à CRA, seguindo posteriormente à Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de resolução.

Passo à análise.

O inciso XVIII do art. 104-B do Risf atribui à CRA a competência para opinar sobre política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados.

Em resumo, as frentes parlamentares são associações de Congressistas, de caráter suprapartidário, destinadas a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos afins, a discussão, a análise e o aprimoramento do marco legal e de políticas públicas voltadas para determinado campo social ou econômico do país.

Nesse contexto, essas associações de Parlamentares de múltiplos partidos em paralelo com as atividades típicas legiferantes e de fiscalização procuram debater e propulsionar o desenvolvimento de determinado tema de interesse da sociedade, razão pela qual suas criações e pleno funcionamento constituem em importante pilar da atuação do Congresso Nacional.

No mérito é fundamental destacar que a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem por propósito apoiar uma empresa essencial para o desenvolvimento e crescimento do Brasil.

De acordo com o documento *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*, nos últimos 40 anos, o Brasil saiu da condição de importador líquido de alimentos para se tornar um grande provedor para o mundo.

Foram conquistados aumentos significativos na produção e na produtividade agropecuárias. A produção cresceu mais de 580%, ao passo que a área plantada apenas 140%, o que representa aumento de produtividade e, portanto, relevante contribuição para a preservação dos recursos naturais e para garantia da produção sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, o país passou de um dependente de importação de comida básica para um dos principais exportadores de alimentos do mundo. Essa extraordinária conquista não teria sido possível sem o trabalho incansável de pesquisa, de inovação e domesticação de culturas desenvolvido pela Embrapa.

Portanto, o voto não poderia deixar de ser pela aprovação do PRS nº 67, de 2023.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Quero apenas fazer um registro: eu acho que a Embrapa dispensa comentário pela história, pela competência.

E quero louvar aqui a atitude do Senador Nelsinho Trad em constituir uma frente parlamentar para apoiar essas ações, ajudar o Governo.

Hoje eu tive a oportunidade de estar no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O Governo tem uma demanda violenta para atualizar suas instituições, organizá-las todas.

A Embrapa certamente tem seus problemas e precisa, além do apoio geral do Congresso Nacional, de algo específico como se propõe com uma frente parlamentar dessa envergadura.

Então, saudações! Parabéns ao Nelsinho e parabéns à nossa Presidente pelo belo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai para a Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli, já eleito e estreando – estreou muito bem, estreou com a Embrapa.

Muito obrigada.

Nós vamos passar à deliberação – se o senhor quiser ficar aqui ao meu lado, como Vice-Presidente – do outro item extrapauta, que é um voto de pesar.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, DE 2023

Requer Homenagem de pesar pelo falecimento do Ex-ministro da Agricultura Sr. Alysson Paolinelli

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alysson Paolinelli, ex-Ministro da Agricultura, e apresentação de condolências à sua esposa, Sra. Marisa Gonzaga, e demais familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justificação.

Morreu nesta quinta-feira, dia 29 de junho de 2023, o ex-Ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, aos 86 anos. Ele estava internado em estado grave no Hospital Madre Teresa, em Belo Horizonte.

Alysson Paolinelli nasceu na região centro-oeste de Minas Gerais, na cidade de Bambuí, em 1936.

Formou-se Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (Esal), atual Universidade Federal de Lavras (Ufla), local onde se tornou Professor e Diretor da unidade na década de 1960.

Foi Secretário de Agricultura em Minas Gerais, quando se destacou e foi convidado a assumir o Ministério da Agricultura, onde ficou entre 1974 e 1979, em todo o mandato de Ernesto Geisel.

Sendo conhecido como Patrono da Agricultura Tropical, foi também Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e, desde 2010, esteve à frente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho).

Alysson foi um dos responsáveis pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a nossa Embrapa, e indicado ao Nobel da Paz, devido à criação da Rede Paolinelli, que reuniu instituições do mundo acadêmico e do agronegócio com o propósito de coordenar e estimular o engajamento na indicação do ex-Ministro da Agricultura ao prêmio.

A autoria desta nota de pesar é da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – eu encaminho a votação aqui –, pelo falecimento de Alysson Paolinelli, um grande expoente para o agro brasileiro e também pelo tanto que fez à Embrapa, essa empresa que tanto nos orgulha e de extrema necessidade para o desenvolvimento do agronegócio no nosso país.

Então gostaria aqui de encaminhar e colocar em votação o requerimento.

Em discussão.

Pode falar, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Desculpe a intromissão, mas, mais uma vez se está falando da Embrapa. Falamos da frente parlamentar, e agora a gente vem para quem realmente deu o pontapé inicial em tudo isso.

Tem gente que vem ao mundo e faz uma diferença terrível, não é? A nossa geração ainda se recorda de Juscelino Kubitschek, o cara que revolucionou, que tirou a capital lá da beira do mar, trouxe aqui para o Centro-Oeste brasileiro, enfim, construiu aquilo que seriam os "50 anos em 5". Então, aqui e acolá, felizmente, o Brasil tem esses expoentes.

Alysson Paolinelli não pode ser esquecido pelo legado que deixa. Lamentavelmente, a vida é curta, mas, enquanto ele viveu e teve oportunidade, contribuiu significativamente. Não dá para falar tudo, mas eu queria só, digamos assim, fazer uma menção.

Naquela época, falar em agricultura no Cerrado era pecado, era um uma coisa, assim, que nenhum agricultor admitia, porque o Cerrado era ácido, o Cerrado era isso, o Cerrado era aquilo, mas ele já via a possibilidade de a gente ter uma grande produção, ou via no Cerrado um potencial grande de produção. Hoje o Cerrado sustenta boa parte do Brasil e boa parte do mundo. Então, Alysson Paolinelli deixa não só saudades, mas também um legado extraordinário.

Nada mais justo do que a gente poder aqui honrar esse nome e não se esquecer daquilo que ele deixou, que plantou como semente para que o agro hoje estivesse onde está e pudesse caminhar, avançar marchando, porque ainda há espaço para se crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Zequinha Marinho.

Alguém mais para discutir?

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Senador Zequinha Marinho, só quero fazer um comentário.

Primeiro, a Embrapa que foi implantada na Chapada dos Parecis, à qual pertencem Vilhena, Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo. Por isso é que chama Chapada dos Parecis.

Na década de 70, foi implantada a Embrapa, que existe até hoje, para o desenvolvimento de soja, de arroz e, futuramente, de algodão. Todos os desenvolvimentos que aconteceram no avanço da agricultura, em todos os sentidos e em todas as regiões do Brasil, mas principalmente no Cerrado, se devem praticamente 100% à Embrapa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Bom, finalizada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento dessa nota de pesar pelo passamento de Alysson Paulinelli e também das condolências à sua esposa, Sra. Marisa Gonzaga, e demais familiares.

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, senhoras e senhores componentes desta Comissão, como a gente aqui participa de várias Comissões e ações, eu queria solicitar e ver se é possível uma inversão de pauta. Eu tenho três questões: dois requerimentos e sou Relator de um projeto.

Tem um requerimento, inclusive, que perdeu o objetivo, que era a discussão sobre o Plano Safra, que já está retirado.

O segundo requerimento é para uma audiência pública para discutir o projeto que o Congresso está votando na Câmara e que pode, inclusive, ser votado hoje. É sobre o PAA, que vem, com certeza, no início do segundo semestre aqui para o Senado. Então, quero pedir, inclusive, em caso de aprovação aqui, que a gente possa fazer isso logo nas primeiras semanas da volta do recesso, a fim de que a gente possa debater esse importante programa que está sendo reestruturado pelo Governo hoje. Já há uma demanda... Hoje mesmo, eu conversei com o Presidente da Conab, e há uma demanda enorme para o PAA, maior inclusive do que o recurso disponível. Então, a gente precisa fazer esse debate sobre isso. Por isso, o requerimento.

E o item de que eu sou Relator é um projeto do Senador Jader Barbalho, que é o item 6 da pauta, que trata da questão do crédito. E a pedido... Eu sou favorável ao projeto, já fiz, inclusive, um relatório, de que a Comissão tem conhecimento, favorável ao projeto, mas, a pedido do Banco do Brasil, para que a gente possa fazer uma avaliação, eu estou solicitando que a gente o retire por uma semana. Pode trazer já até na próxima semana para dar tempo de ouvir o banco, até porque ele é o principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiador do crédito rural brasileiro. Então, seria necessário dar esse prazo para que a gente pudesse ouvi-lo e, na próxima reunião, já com as considerações do banco, pudesse fazer de fato o projeto.

Então, é retirar esse item 6, o item do Plano Safra...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O 12.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É o 12, que já perdeu o objetivo. E que a gente aprovasse o requerimento do item 10.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, considerando que o senhor seria o próximo Relator, o senhor gostaria já de fazer a leitura do requerimento, certo?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Do item 10.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O item 10? O senhor quer que inverta a pauta? Porque a próxima seria...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor vai querer fazer agora?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso. É só fazer a defesa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k. Então, o.k., passando depois para a Senadora Ivete da Silveira. O.k.? (*Pausa.*)

Então, com a palavra, para a leitura do requerimento de sua autoria...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não preciso de ler.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k. Então, eu vou ler e vou colocar em votação, o.k.? (*Pausa.*)

2ª PARTE
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 21, DE 2023
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, reinstituído pela MP 1166/2023, e o Projeto de Lei nº 2920 de 2023, de autoria do Executivo apresentado na Câmara dos Deputados com o mesmo objetivo da MP acima referida.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;

- representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

- representante do Ministério da Fazenda;

- o Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea);

- o Senhor Newton Narciso Gomes Júnior, Professor da Universidade de Brasília;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante do "Campo Unitário" - Fórum de organizações e movimentos sociais do campo.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Senador, passo a palavra para que V. Exa. encaminhe a votação.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – É um projeto muito importante. Nós estamos iniciando uma nova etapa de governo, reestruturando um programa fundamental que acresce a renda da agricultura familiar brasileira, que estabelece um programa de compras de alimentos, distribuição de alimentos. Como eu falei hoje, inclusive numa reunião com o Presidente da Conab, a gente viu o tanto que isso ficou represado durante esse tempo todo. Hoje, os recursos disponíveis para o PAA são em torno de R$250 milhões. Já há proposta na Conab de algo em torno de R$1,1 bilhão; então, quase quatro vezes mais do que aquilo que nós temos de proposta, do que aquilo que tem de recursos disponíveis. É um programa bem mais completo hoje.

E acho necessário que essa Casa possa fazer um debate, uma discussão com as entidades envolvidas, para que a gente ajuste o projeto que está na Câmara e deve, inclusive, ser votado hoje ou amanhã; está na pauta e é um dos principais, um dos primeiros itens da pauta da Câmara. Tem várias proposições que têm dúvidas a respeito daquilo que está sendo apresentado no relatório, e este Senado vai estar dialogando e aprovando neste segundo semestre. Então, sugiro e peço aprovação aqui, para que a gente possa fazer uma audiência pública na Comissão, a fim de debater, tirar as dúvidas, apresentar o programa, as questões que estão colocadas, até porque nós vamos, logo em seguida, discutir o Orçamento, a Lei Orçamentária do ano que vem. Então, a gente precisa estar atento a essa necessidade importante para um programa extremamente estratégico para o país.

Então, solicito que os pares aqui possam aprovar esse requerimento e a Presidência encaminhe para que, logo no início, após o recesso parlamentar, a gente possa fazer esse debate na Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a o requerimento.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de audiência pública, Senador.

Passamos agora...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Presidente, só para compreender, os outros de que eu pedi a retirada...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Todos foram retirados de pauta. Tranquilo. E voltam na semana que vem.

O item 5 foi retirado de pauta. Nós vamos passar depois para... Considerando que a Senadora Ivete está aqui, nós vamos passar a palavra ao Senador Hamilton Mourão apenas para... O senhor pediu a palavra para falar acerca da retirada de pauta do item 5?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – É, positivo, Sra. Presidente. Existe um outro projeto de que a Senadora Tereza Cristina é a Relatora e eles são mais ou menos concomitantes. Nós conversamos ontem e vamos tramitar isso em conjunto. Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Perfeito. O.k! Obrigada, Senador.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 237, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei dos Registros Públicos; a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; e a nº Lei 5.868/1972, de 12 de dezembro de 1972 , para instituir e ampliar a transparência dos dados sobre posse e propriedade de terras.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.)

Então passamos agora ao item 8 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 2798, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação do campo.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Com a palavra a Senadora Ivete da Silveira.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente, há necessidade de eu ler o relatório ou eu posso ir direto à análise?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pode ir direto à análise. Já foi disponibilizado no nosso sistema, então todos os Senadores tiveram acesso a ele.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Disponha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Análise.

Nos termos do inciso XX do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA se manifestar sobre proposições que tratem da organização do ensino rural. Por esse motivo e porque a matéria vai posteriormente à Comissão de Educação, em decisão terminativa, apresentaremos análise somente quanto ao mérito do PL nº 2.798, de 2022.

Entendemos que a proposição ora citada contribui para aprimorar a Lei nº 9.394, de 1996, especificamente no que diz respeito à educação rural em território nacional. Muitos são os estudos que indicam que a maior parte da população hipossuficiente brasileira se concentra nas periferias das grandes cidades e no perímetro rural, o que requer estratégias específicas de amparo a esse público, seja na geração de trabalho e renda, seja na qualificação da mão de obra disponível nessas localidades.

No que diz respeito especificamente à realidade do campo, compartilhamos do entendimento do autor do projeto que ora se relata, nobre Senador Flávio Arns, de que o tratamento dado à educação rural não atende às necessidades de seus estudantes e profissionais da educação. Dados do "Anuário da Educação Básica de 2021" indicam que apenas 15% das escolas rurais utilizam material pedagógico específico para a educação do campo – nesse contexto, muitas são as escolas rurais que não dispõem de bibliotecas, laboratórios e conexão à internet.

Ao inserir o Capítulo IV-A...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Senadora Ivete, só um minutinho. Perdoe-me interrompê-la, mas é que eu preciso passar a Presidência, neste momento, para o Senador Jaime Bagattoli e ele já retorna com a senhora. Eu tenho uma audiência, preciso estar com urgência lá, só achei que fosse dar tempo de terminar o seu relatório.

Gostaria apenas, aqui, de trazer uma informação acerca do projeto de lei do marco temporal. Nós iremos deliberar sobre ele na primeira semana de agosto, logo no retorno do nosso recesso legislativo. E isso, justamente, por quê? Eu sei de muita gente que gostaria de colocá-lo no regime de urgência, mas por quê? Foi um pedido, até mesmo, de todas as pessoas envolvidas para ouvir com cuidado a própria FPA, também ouvir as secretarias dos povos originários, ouvir todas as partes envolvidas – inclusive, o Ministério Público Federal está enviando uma nota técnica sobre o marco temporal. Então, durante este recesso, eu irei trabalhar na relatoria do marco temporal. Então, é apenas para acalmar os ânimos até da imprensa, de todos, porque o projeto vai ser votado aqui na CRA na primeira semana de agosto.

Muito obrigada.

E agora passo a Presidência ao Senador Jaime, que vai lhe devolver a palavra.

Obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Ivete, pode prosseguir.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Ao inserir o Capítulo IV-A na Lei nº 9.394, de 1996, o PL nº 2.798, de 2022, estrutura diretrizes para melhor ofertar educação a brasileiros que habitam nos rincões do território nacional. Por esse motivo, entendemos que a proposição é oportuna e deve ser aprovada no âmbito desta Comissão.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PL nº 2.798, de 2022, no âmbito desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

2ª PARTE
ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 2458, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Em virtude da ausência do Senador Flávio Arns, nós vamos passar *ad hoc* ao Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço autorização para passar direto para a análise do relatório.

Sr. Presidente, Sra. Senadora, esse projeto do Senador Alessandro Vieira é muito simples, ele se destina a democratizar o acesso à microgeração e à minigeração distribuídas à população de menor poder aquisitivo, fazendo alterações na Lei 14.300, de 2022.

Assim, compete a esta Comissão a análise de proposições que tratem da agricultura familiar e políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais, nos termos dos incisos IV e XVII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

De início, cumpre destacar que os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria serão analisados pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, à qual cabe a análise terminativa e também de mérito, sobretudo no que se refere aos titulares de unidades beneficiárias integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, por envolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um contingente significativo da população brasileira. Em notícia veiculada em abril de 2020 pelo Governo Federal, em seu portal na internet, o Cadastro Único reunia 73,4 milhões de cadastros.

No que concerne ao mérito em análise pela CRA, o PL é elogiável, por estender ao agricultor familiar, até 31 de dezembro de 2045, a exclusão para aplicação das regras tarifárias estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, incidentes sobre energia oriunda de microgeradores e minigeradores. Com isso, a proposição garante por mais tempo um subsídio tarifário a esse grupo social.

Trata-se de público responsável pela produção de boa parte dos alimentos consumidos internamente pelos brasileiros e carente de maior apoio do Poder Público para a redução dos seus custos de produção. Nesse sentido, se o agricultor familiar também instalar unidades de micro ou minigeração de energia em sua propriedade, além de contribuir para a segurança energética do país, estará sendo beneficiado com a redução dos custos de produção, com provável efeito de redução dos preços dos alimentos, tão necessária para os segmentos da população brasileira em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Não obstante a justiça proporcionada pelo PL, consideramos que nem toda atividade em estabelecimento familiar rural é agricultura, porque há a silvicultura, pesca, aquicultura, extrativismo, artesanato, turismo rural, indústria caseira ou comunitária, entre diversas outras, no que se convencionou chamar de pluriatividade do pequeno produtor rural.

É por essa razão que o PL nº 2.458, de 2022, deve receber emenda para se fazer remissão expressa à Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que "estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais", permitindo que todos os beneficiários desta lei sejam incluídos no inciso IV proposto no art. 26 da Lei 14.300, de 2022. Igualmente deve-se corrigir a ementa do PL.

Voto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 2.458, de 2022, com as emendas abaixo propostas:

EMENDA Nº - CRA
(ao Projeto de Lei nº 2.458, de 2022)
Dê-se ao inciso IV proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2.458, de 2022, ao art. 26 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a seguinte redação:
Art. 26. .....:
I – .....;
II – .....;
III – cujo titular seja integrante do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e utilize a fonte de geração fotovoltaica; ou
IV – cujo titular seja reconhecido como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e utilize a fonte de geração fotovoltaica.
..... (NR)

A outra emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CRA
(ao Projeto de Lei nº 2.458, de 2022)
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.458, de 2022, a seguinte redação:
Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais.

Esse é o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1-CRA e 2-CRA.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

2ª PARTE
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22, DE 2023
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Luiz Paulo Teixeira, informações sobre os resultados obtidos com o Convênio nº 121/PGE-2020 do Incra com o Governo do Estado de Rondônia.

Nesses termos, requisita-se:

1. Plano de trabalho;

2. O parecer técnico, quanto á execução física e atendimento dos objetivos do Convênio;

3. Relatório de execução físico/financeiro, destacando o desembolso de recursos financeiros por parte da União;

4. Relação dos bens e serviços produzidos ou construídos com os elementos recebidos do Estado.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA ia SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO 11, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 7.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo 11, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jaime Bagattoli e Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Teresa Leitão, Flávio Arns, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira, Rogerio Marinho, Luís Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Vai, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Mecias de Jesus, Lucas Barreto, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra ainda a presença dos Senhores deputados: Célia Xakriabá Deputada Federal (PSOL/MG) e Tanísio Sá Deputado Estadual (MDB/AC) e do Vereador Elvis Dany (MDB/AC). Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Eleição da Presidência da CRA. Finalidade: Eleição da Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o biênio 2023-2024. Resultado: Eleito, por aclamação, o Senador Alan Rick Presidente desta Comissão para o biênio 2023-2024. 2ª Parte- Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2100, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relataria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5109, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relataria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1103, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relataria: Senador Beta Faro. Relatório: Pela rejeição da Emenda 1-T e pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto ao Projeto com a Emenda 2-CRA (Substitutivo) e contrário à Emenda 1-T. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2374, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relataria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2903, de 2023 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 1O de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973." Autoria: Câmara dos Deputados. Relataria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 25, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2°, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 21/2023 - CRA, destinada a instruir o PL 2920/2023, que "institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021"." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Usam da Palavra os Senadores: Sergio Moro, Luis Carlos Heinze, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Mauro Carvalho Junior, Beto Faro e as Senadoras Margareth Buzetti, Tereza Cristina, Eliziane Gama e o Vice-Presidente Jaime Bagattoli e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daP Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes, conforme pauta previamente divulgada. Primeira parte: eleição da Presidência desta Comissão para o biênio 2023-2024. Segunda parte: deliberação de proposições.

Eu queria, neste momento, só fazer um comentário. A nossa Presidenta anterior desta Comissão, Soraya,, não se encontra, não é? Eu agradeço a ela pelo trabalho que ela que exerceu nesta Casa, agradeço a todos os funcionários da Casa, da Comissão, e por ela ter confiado, naquele momento, em eu ser o Presidente desta Casa, apesar de que foi por muito pouco tempo - não é, Senador Jayme? Mas vamos ver se vai dar certo agora. E vamos ter que eleger um novo Presidente aí.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO- MT. *Fora do microfone.)* - Você vai ter direito de colocar uma fotografia sua ali, tá?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Quero agradecer aqui, primeiramente, a presença dos Senadores Beto, Alan Rick, Jayme Campos, Jorge Seif, Mourão e a do nosso Senador Mauro Carvalho, do Mato Grosso.

Passamos à primeira parte da reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO- MT. *Fora do microfone.)* - Olhe aqui, xará!

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Ó, Zequinha! Desculpe aí, Zequinha!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS- PA. *Fora do microfone.)* - Olha o tamanho do Pará...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.)* - Ele não está na posição de artilharia, aqui na frente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - É, tem o Zequinha, mas eu me esqueci de você, porque você é mais baixinho que eu, só por causa disso. *(Risos.)*

Passamos à primeira etapa da reunião.

Até o momento, foi recebida a seguinte indicação: para a Presidência, Senador Alan Rick, conforme os Ofícios 57 e 58, de 2023, do Senador Efraim Filho, Líder do União Brasil.

Indago aos Srs. Senadores se há outras chapas a serem indicadas. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inexistindo outras chapas, consulto o Plenário sobre se, havendo acordo, podemos proceder à eleição por aclamação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação por aclamação a eleição do Senador Alan Rick como Presidente desta Comissão, para o biênio 2023-2024.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Sem dúvida, aprovado. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Declaro eleito por aclamação o Senador Alan Rick, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para o biênio 2023-2024.

A deliberação da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal.

Convido o Presidente eleito para ocupar o lugar à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Primeiramente, quero agradecer a Deus, aos nossos pares, cumprimentar o nosso Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco, o nosso Líder Efraim pela indicação do nosso nome, o nosso Vice-Presidente Jaime Bagattoli por conduzir de forma brilhante os trabalhos desta Comissão tão importante para o Brasil.

Quero cumprimentar a nossa ex-Presidente Soraya Thronicke, que também conduziu os trabalhos desta Comissão de forma sempre muito eficiente e com muito esmero; cumprimentar os servidores desta Comissão: na pessoa do Pedro, cumprimento a todos os servidores desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Quero cumprimentar todos os colegas pela eleição, dedicando este trabalho às pautas importantes da agricultura, da reforma agrária, desta locomotiva que é a agropecuária.

Minha querida Ministra Tereza Cristina, muito obrigado, parabéns pelo seu trabalho como uma das grandes Ministras da Agricultura da história deste país. É uma grande honra tê-la conosco, relatando matérias importantes e certamente nos ajudando muito na condução deste trabalho.

Temos aqui grandes operadores do agro brasileiro, grandes amigos do agro brasileiro, grandes parceiros, desde o pequeno até aqueles que promovem, meu ilustre Otto Alencar, a grande agropecuária do país.

É com muita honra e muita gratidão que eu assumo a Presidência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Eu sempre digo que a produção agropecuária é a locomotiva do Brasil. O setor tem sido uma das principais fontes de desenvolvimento econômico do país.

E, antes de concluir esse nosso discurso, eu gostaria de convidar a nossa Ministra para sentar aqui ao nosso lado, e o nosso decano Jayme Campos, que também se faça presente aqui. *(Palmas.)*

E, da Região Norte, nós temos dois paraenses. Quero convidar aqui, representando aqui o Pará também, nosso amigo Beto Faro. Venha para cá, Beto. Componha a mesa aqui conosco. Faça parte aqui. Zequinha, com a sua vênia, vou chamar aqui o Beto, até porque o Beto é do PT, para fazer parte aqui de uma mesa bem eclética, heterogênea, em que todos estão juntos. *(Palmas.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS- RS. *Fora do microfone.)* - E tem mais, ele vai sentar à direita da mesa. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - À direita da mesa. Para você ver que estamos unidos com o mesmo propósito.

Cumprimento os amigos do nosso gabinete, dos gabinetes dos nossos pares aqui presentes, toda a assessoria, os amigos do Senado Federal. Temos aqui presente o Deputado Estadual do Acre, nosso amigo Tanízio Sá, da região do Purus, da cidade de Manoel Urbano. Mas ali compreende também Manoel Urbano, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, um dos municípios isolados deste país, onde nós buscamos encontrar as soluções para o pequeno produtor rural, nós somos um parceiro daquele município como de Manoel Urbano. E de Manoel Urbano eu fui autor da emenda, ainda na gestão do então Prefeito Tanízio Sá, da construção- olhem só, meus amigos- da Casa do Agricultor, lá em Manoel Urbano. Então, é uma honra tê-lo aqui, meu amigo Tanízio, já está lá linda a construção, que é uma marca do nosso trabalho em favor do nosso agricultor, do pequeno produtor rural, que tanto enobrece o nosso povo ali do Purus.

Meu amigo Elvis Dany, o Vereador mais votado de Sena Madureira, um jovem também imbuído das causas da agricultura familiar, do programa de aquisição de alimentos, do pequeno produtor, do acesso ao crédito, das estradas vicinais, meu amigo Mauro, que é um dos clamores do nosso pequeno produtor rural. Então, é uma honra tê-los aqui, como os demais presentes.

O Brasil é o grande protagonista da segurança alimentar mundial, um dos líderes em produção de alimentos e exportador reconhecido, inclusive pela ONU. É um país capaz de alimentar o mundo com o volume e quantidade necessários para as próximas décadas.

Somos o país do Código Florestal mais rigoroso do planeta. Somos o país do agro, o agro que não para, que emprega, que inclui. Somos a produção e a sustentabilidade do mundo, Senador Chico Rodrigues.

Eu trago especial apreço por este setor da minha origem, do meu Estado. O Acre detém uma forte vocação agrícola, embora esteja enfincado na nossa Amazônia, com um clima favorável para o cultivo de diversas culturas, como a mandioca. Nós produzimos a melhor farinha de mandioca do mundo. Inclusive, a Tereza aqui é prova disso, tá? Toda vez que eu... E recebe sempre, sempre trouxe para ela.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS-RS. *Fora do microfone.)* - Eu só acredito se ganhar também.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Vai ganhar. O Beto já está divergindo aqui, Beto, porque a do Pará também é muito boa.

Nós produzimos essa farinha saborosa, que já conta até com o reconhecimento do selo de indicação geográfica da farinha de Cruzeiro do Sul. O primeiro produto derivado da mandioca a obter a indicação geográfica no Brasil. Isso além do milho, banana, café, soja, feijão, arroz e cana-de-açúcar.

A carne também é uma importante fonte de renda para nossa região, com um patrimônio bovino avaliado em RS1O bilhões e que chega a gerar cerca de 1,5 bilhão de renda para 38 mil produtores rurais, dos quais 25 mil são pecuaristas.

Falando ainda da nossa região, do nosso estado, temos uma área agriculturável de 390 mil hectares nos eixos da BR-364 e da BR-317, com boas práticas de produção e escoamento. Em um sistema de integração lavoura, pecuária e floresta, é possível fazer até três safras ao ano - safras de grãos - e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma safra ou ciclo completo de bovinos, com infraestrutura, curvas de níveis e mecanização para fazer uma agricultura de baixo carbono e obter o máximo de produtividade e rentabilidade da terra.

O estado é uma potência agrícola em crescimento e tem compromisso com a sustentabilidade. Uma das maiores verdades do agro brasileiro é a possibilidade de produzir de forma sustentável e ainda garantir a conservação dos nossos recursos naturais.

O que nos falta - talvez não só para o Acre, mas para todo o Brasil, para os nossos produtores - é principalmente investimentos em infraestrutura. Precisamos de estrada para o escoamento da nossa produção, recuperação dessas estradas vicinais, Senador Seif, incentivos fiscais e tecnológicos, linhas de crédito. Eu acho que este é um grande tema, Senador Sergio Moro, em que nós devemos nos debruçar também nesta Comissão: o acesso ao crédito para o pequeno produtor. Sempre tratei disso com a então Ministra Tereza Cristina, através de vários debates sobre o Plano Safra, Pronaf e as outras linhas de crédito que nós temos principalmente para o pequeno, que muitas vezes, Senador Sergio Moro, vai procurar um empréstimo de R$30 mil, R$20 mil para comprar um implemento agrícola, para fazer um curral, para reformar o seu trator.

Às vezes, é uma emenda de custeio, Senador Jaime Bagattoli. O senhor, que é um Senador do agro, um homem que conhece muito bem essa questão e, por isso, enobreceu essa Comissão, sabe das dificuldades do nosso pequeno produtor em acessar o crédito. É um tema importante para nós debatermos.

Assistência técnica permanente. Para os senhores terem ideia, na nossa Emater Acre, Senadora Margareth, o mais jovem técnico agrícola tem 58 anos, o mais jovem. Então, nós precisamos, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Técnicos Agrícolas, buscar o fortalecimento desta profissão e trazer de volta o interesse dos jovens, dos nossos filhos dos produtores rurais, em atender com assistência técnica o nosso pequeno produtor.

Finalizando, senhores, precisamos garantir que o agricultor familiar possa prosperar. Ele precisa escoar sua produção, precisa ter acesso a linhas de crédito, com menos burocracia e bancos de fomento. Precisamos de assistência técnica rural, como disse. Sou um grande defensor desta área e, como já citei, Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Técnicos Agrícolas. E vamos apresentar uma emenda ao orçamento prevendo recursos para a assistência técnica rural.

Temos grandes desafios pela frente, como a votação do novo marco legal para o licenciamento ambiental, um tema necessário para a agricultura, o meio ambiente e a geração de emprego e renda. Temos ainda que debater a regularização fundiária, uma regularização de fato, que garanta a titularidade da terra e acabe com a insegurança jurídica e os conflitos no campo.

Esta será a minha missão à frente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: defender e fomentar o nosso setor agropecuário, nossos produtores, grandes e pequenos, e garantir condições de sustentabilidade no campo.

Agradeço profundamente a confiança depositada em mim por todos os nossos pares, por V. Exas.

O meu muito obrigado e sigamos juntos. *(Palmas.) (Pausa.)*

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Com a palavra, a Senadora Margareth Buzetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) - Parabéns ao mais novo Presidente da Comissão de Agricultura, uma Comissão superimportante. Tereza Cristina, Jayme Campos, Jaime Bagattoli, todos sabem o quanto esta Comissão é importante para o país, o que a nossa agropecuária representa para o país.

Então, eu saí correndo, estavam lá os últimos sobreviventes - não é, Sergio Moro? - na CCJ, até agora há pouco, e aí saímos ligeiro para poder almoçar, mas não almoçamos, não - não deu tempo. Mas está bom.

Parabéns e contem conosco aqui para ajudar a trabalhar no que for necessário!

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, querida Senadora Margareth.

Aqueles que queiram utilizar a palavra... Daqui a pouco, nós iremos aos itens, mas este momento é o momento, pela ordem, dos nossos Senadores.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) - Vamos começar pelas mulheres, não é, Margareth?

Eu o cumprimento e te desejo muito sucesso nesta importante Comissão, que é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Quero dizer que aqui os temas da agricultura, seja ela pequena, grande ou média, são discutidos nesta Comissão. Eu não faria um discurso diferente do seu. Parabéns pela sua fala. Acho que você pontuou aí muitos itens daquilo que nós precisamos discutir, ou quase todos, talvez tenham outros até que a gente possa ter esquecido.

Cumprimento aqui e deixo aqui também o meu abraço à Senadora Soraya, que conduziu até semana passada esta Comissão, ao nosso Vice-Presidente Jaime Bagattoli, que é do ramo, que é do setor, que também entende tudo de agricultura.

Quero dizer que reforma é falar sobre regularização fundiária, é um dos temas que nós vamos ter que colocar, mas falar, sobretudo, sobre segurança jurídica, o que o campo não aguenta mais é a insegurança jurídica, e isso nós precisamos debater, discutir e fazer acontecer. Nós só vamos crescer, e aí vamos crescer todos...

Eu sou uma defensora da pequena agricultura. Eu, no Ministério da Agricultura, costumava dizer que eu tomava 60% do meu tempo ou mais cuidando da agricultura, da pequena agricultura, da agricultura familiar, porque ela precisa muito mais do nosso olhar, ela precisa da assistência técnica permanente. Você colocou essa palavra muito bem, Senador Beto Faro, nós precisamos dar assistência técnica de verdade, nós não podemos fingir que damos assistência técnica, porque, quando a gente leva assistência técnica, a gente vê o resultado que isso traz para o pequeno agricultor e na cadeia como um todo, na produção até a comercialização. Nós precisamos tirar o intermediário que leva o lucro do agricultor. Enfim, eu acho que todos os temas aí são superpertinentes.

Conte comigo nesta Comissão para que a gente possa avançar em temas tão relevantes e na imagem do homem do campo, que é quem produz o alimento. A gente acorda, se senta à mesa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã e vai tomar o café da manhã. O café da manhã vem de onde? Do campo. O almoço, que a Senadora Margareth e o Senador Moro não puderam fazer, vem de onde? Do campo.

Então, nós temos aí o leite- você falou a palavra-, que tem passado por momentos muito difíceis, e a gente tem que fazer aqui um debate sobre isso.

Parabéns e sucesso!

Eu tenho certeza de que todos que nesta Comissão estão aqui para que a gente possa avançar com esse setor tão importante para a nossa economia.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado.

Agradeço à nossa eterna Ministra Tereza Cristina e concedo a palavra neste momento ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) - Muito rapidamente, Senador Alan, eu queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo.

Apoiei, inclusive, o nome de V. Exa. para esta Comissão. Registro meus elogios também à Senadora Soraya antes e tenho grandes expectativas.

Sempre se fala - não é, Senador Seif? - que o Brasil é o país do futuro, e a gente fica pensando: quando chegará esse futuro do Brasil, que a gente sabe que é uma grande potência? Mas o futuro chegou para o agro. O agro brasileiro é competitivo internacionalmente, é um grande orgulho nacional e tem sido o motor da nossa economia.

Agora, tem uma série de projetos importantes nesta Casa, na Comissão da Agricultura - eu diria que esta é uma das Comissões mais importantes aqui do Senado Federal-, e nós precisamos votá-los. Eu tenho certeza de que V. Exa., com a sua sensibilidade, com o seu senso de urgência, vai dar prioridade a esses projetos, para que nós possamos não perder esse futuro ao qual chegou o nosso agro, porque o mundo é muito dinâmico e as coisas evoluem muito rapidamente.

A gente circula... Eu sou lá do Paraná, que é um estado agropecuário por excelência, eu sou pé vermelho lá de Maringá, inclusive, com muito orgulho. O pessoal, às vezes, me critica, Ministra Tereza, dizendo que eu sou um caipira de Maringá. Tudo bem, não tem problema nenhum em me chamar de caipira. A gente não tem nenhuma dificuldade com esse tipo de...

O SR. ESPERIDIÃO **AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.)* - É um elogio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO- PR) - ... elogio, mas a gente precisa dar uma atenção, sim, ao agro. Acho que é a missão principal desta Comissão é dar esse impulso aqui dentro do Senado. E quero dizer o seguinte, Senador: conte comigo para essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Pediu a palavra o Senador Luis Carlos Heinze. Na sequência: Heinze, Zequinha, Seif, Jayme, Chico.

Com a palavra, o Senador Luís Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Podia deixar o Jayme falar. O Jayme é um dia mais novo que eu.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO- MT. *Fora do microfone.)*- Sou o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Um dia mais novo que eu. *(Risos.)*

Parabéns, Senador Alan Rick, pela missão que está assumindo.

Cumprimento também a Senadora Soraya, que, até a semana passada, ombreava nesta Comissão.

Senador Beto Faro, nós temos muitos acertos para fazer: nos defensivos, na questão ambiental, no marco temporal. Discutimos muito no ano passado, mas não conseguimos fechar essa posição. Já tínhamos até prontas para votar essas matérias importantes.

Então, Bagattoli, neste instante, para nós, é importante fazermos a união de esforços pelo Brasil.

Sergio Moro, o Brasil hoje tem a maior reserva de água doce do mundo, a maior reserva florestal do mundo, minérios...

Os produtores rurais brasileiros, Bagattoli, de que eu faço parte e você também, são invejáveis no mundo. Não temos, Alan, os subsídios que os europeus têm, que os americanos têm, que os asiáticos têm. O brasileiro não os tem. E, mesmo assim, somos líderes na soja, no milho, na laranja... Sei lá, em tantas coisas...

Estamos juntos aí. Temos muita matéria para trabalhar e vamos recuperar o tempo perdido.

Conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Luís Carlos Heinze.

Na sequência, a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu quero também cumprimentá-lo e desejar boa sorte. Esta é uma Comissão importante aqui da Casa. Sabemos da sua competência, do seu envolvimento com o setor, da sua participação efetiva. Quero dizer que conte conosco.

Eu assim como V. Exa. fazemos parte da Frente Parlamentar da Agropecuária, que tem, nesta Casa, um grande estoque de projetos que precisam ser votados. E a gente conta com a força política de V. Exa. para que a gente avance, convencendo a Mesa a pautar... Que as Comissões que ainda não prepararam seus relatórios que o façam de forma célere para ver se, até o fim do ano, a gente possa entregar ao Brasil uma legislação inteligente, de forma muito boa.

A segurança jurídica, que a Ministra Tereza Cristina colocou, vem na prateleira de cima, no sentido de que a gente possa ter aprovada na Casa a regularização fundiária, que é um projeto que precisa ser votado, assim como licenciamento ambiental; defensivos agrícolas, matéria que está aí quase no gatilho para ir para o Plenário; marco temporal para terras indígenas; bioinsumos, que também estamos debatendo neste momento; empreendedorismo para jovens no campo, nós estamos trabalhando nestes dias aqui em cima disso, entendendo a importância de a gente preparar essa juventude para ser um produtor rural mais eficiente, mais competente, para buscar melhores resultados...

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - ... porque é fundamental isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, há a nossa gloriosa reforma tributária. O agro está trabalhando e vai continuar trabalhando, mas não pode ser penalizado. A gente já fez alguns avanços lá na Câmara, precisamos melhorar, acrescentar, "enlarguecer" mais outras condições aqui no Senado.

E tenho certeza de que V. Exa. tem o espírito de corpo para a gente se unir aqui em busca dos melhores resultados para o agro brasileiro.

Muito obrigado.

Sucesso. Que Deus continue te abençoando!

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho, grande e atuante Senador na área que nós debatemos nesta Comissão, que é a agricultura e a reforma agrária. Muito obrigado por suas palavras. Conte comigo.

Na sequência, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL- SC. Pela ordem.) - Querido amigo Senador Alan Rick, fico muito feliz em vê-lo nesta cadeira.

E também quero saudar a Senadora Soraya Thronicke, que desempenhou com grande valentia o papel de ser sua antecessora.

Quero dizer para V. Exa. que... Não sei se V. Exa.já presidiu outras Comissões, mas, neste pequeno período em que nós estamos aqui no Senado, nestes seis meses, V. Exa. é um homem do diálogo, um homem que fala com todos os lados, um diplomata.

Para mim, tem um significado muito especial hoje V. Exa. estar nesta mesa com a Senadora Tereza Cristina. Para vocês, é Tereza Cristina; para mim, é "mammypoderosa", porque eu tive a honra e a sorte de ser... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO-AC) - Que fique registrado nas notas taquigráficas!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL- SC) - Por favor!

Tive a honra de ser Secretário Nacional de Pesca no Ministério da Agricultura com essa grande mulher, com essa grande representante feminina do Brasil. *(Palmas.)*

E hoje tenho a honra, Senador Alan Rick, de servir o Brasil nesta Casa tão importante que é o Senado Federal.

E à sua esquerda, à sua direita, para quem está assistindo, eu não sei como é que está filmando, Jaime Bagattoli, que é de Roraima, de Rondônia, emprestado, porque ele, na verdade, é catarinense.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP- MS. *Fora do microfone.)* - Dois Jaimes.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL- SC) - Hã?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Dois Jaimes.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL- SC) - Dois Jaimes.

Um é do Amazonas, o outro é do Pará, o Beto.

Então, quero desejar ao senhor muita sorte.

O problema de se falar depois de Zequinha Marinho, uma lenda do agronegócio, é que tudo o que eu escrevi aqui ele já falou, e não vou ser repetitivo, mas eu quero desejar ao senhor muito boa sorte, especialmente batendo mais uma vez no tema que a Ministra Tereza Cristina abordou, que é a questão da segurança jurídica. Nós temos muitas fragilidades hoje naquele que é a locomotiva do nosso país, que é o agronegócio, que representa praticamente 30% das riquezas do nosso país, que representa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente 50% do PIB do meu Estado de Santa Catarina. E para dizer para o senhor também que eu sou um produtor rural das águas, visto que trabalho com pesca desde garoto.

Então, Deus abençoe o senhor! Conte comigo nesta Comissão. É uma honra servir o Brasil com pessoas maravilhosas como os senhores aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Jorge Seif, que honra o Estado de Santa Catarina e o Brasil com seu mandato.

Na sequência, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Boa tarde a todos e a todas.

Saúdo, inicialmente, o nosso querido Presidente eleito agora, o brilhante Senador Alan Rick, o nosso Presidente, companheiro e amigo; o Senador Jaime Bagattoli; representante aqui, como bem disse o General - bem que você disse tanto do lado direito como do lado esquerdo-, do nosso querido Senador pelo Pará, Beto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO- MT) - Está certo.

Querida Ministra que nos honra com a sua presença, também membro titular desta Comissão, Tereza, demais colegas Senadores e Senadoras aqui já nominados, eu só fiz questão de fazer uma pequena fala para, primeiro, desejar sucesso e boa sorte para você, Alan, frente a esta Comissão tão importante, sobretudo, para o nosso país, na medida em que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem tudo a ver com o Brasil pelo fato de sermos o país do agronegócio, de termos contribuído sobremaneira com a nossa balança comercial, com a questão alimentar do Brasil e do mundo.

Talvez muitas pessoas não deem o devido valor, Ministro Sergio Moro, a esta Comissão, mas ela é de uma relevância e muitos, talvez, não tenham conhecimento da profundidade que ela representa. Todavia, só para fazer uma pequena observação, eu confesso aos colegas Senadores e Senadores aqui, conversando muito com a Ministra Cristina, preocupado com o encaminhamento, Chico, das coisas do nosso país, sobretudo na certeza de que essa Comissão poderia contribuir muito, como outras demais Comissões, e, certamente, o Plenário desta Casa, que é soberano.

Lamentavelmente, nós estamos abrindo mão muito daquilo que é constitucional, que é o papel do Senado Federal na sua representação como Casa da Federação e em defesa dos interesses da sociedade brasileira. Entretanto, eu acho que ainda há tempo suficiente. Primeiro, eu tenho dito e volto a repetir, sem nenhum constrangimento aqui, Senador Mourão, General, que o Senado Federal, nesses últimos tempos, tem perdido, com certeza, o protagonismo em algumas matérias relevantes para o país, como é o caso do marco temporal. Essa matéria tem que ser votada urgentemente aqui, primeiro nesta Comissão, em que V. Exa. me parece que é o Relator aqui. *(Palmas.)*

Segundo, encaminhamos para o Plenário da Casa, caso contrário, eu não sei o que vai virar nesses próximos dias, meses, em relação à atividade do campo. Só dou um exemplo aqui ao telespectador que me ouve, Rádio Senado, e demais membros que já conhecem minha modesta e pequena opinião.

Há poucos dias, a Funai baixou a portaria para o estudo antropológico numa região do nosso Estado do Mato Grosso, lá na região do norte do Araguaia, pegando também um pedaço do Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pará, simplesmente limitando lá algo parecido em torno de 362 mil hectares de terra. Por conseguinte, nesse conjunto de áreas de terra, tem inclusive cidades que serão exterminadas, que vão virar o quê? Nada, deserto, como já virou lá atrás em relação a praticamente uma cidade que se chamava Alô Brasil, no rumo da BR-158, que tinha posto de gasolina, escola, energia, tinha tudo. Por sinal, para você ter noção, daqueles moradores, 22 daqueles já foram ao suicídio, morreram desesperadamente, surtaram, por motivo de compromissos do Governo Federal.

Entretanto, ontem mesmo eu tive uma notícia, que acho que é verídica, não é nenhuma *fake news*, de que a mesma Funai, no dia de ontem, baixou uma nova portaria e mais 62 áreas de reservas vão ser criadas no Brasil. Então, 62 áreas de reservas! Serão feitos estudos antropológicos para serem criadas no nosso país. Eu pergunto, Presidente: aonde nós vamos parar?

Não sou contra o índio, muito pelo contrário, sou defensor dos povos indígenas, haja vista que inclusive, há poucas semanas, se me lembro direito, alguns já tinham destinado, Chico, porque o seu valor é devido. Agora, não podemos permitir que os nossos índios, os nossos irmãos sejam usados como massa de manobra, usados por essas pseudo-ONGs, que são os maiores assaltantes da nossa pátria, de nosso Brasil. São cidadãos que vêm lá do exterior usar da bondade, da simplicidade do índio, e transformá-lo em massa de manobra.

Nós temos que reagir, aqui, no Senado Federal! Nós temos que fazer com que o Senado cumpra o seu papel aqui, defendendo os interesses do nosso Brasil, mas sobretudo dando segurança jurídica. É inconcebível o que eu vi lá: em uma cidade como Santa Cruz, praticamente o que tinha não vale mais nada hoje. Na medida em que você faz uma portaria, sua propriedade não vale coisíssima alguma!

Eu pergunto: por que não votarmos urgentemente esse marco temporal aqui, para nós darmos segurança jurídica aos nossos produtores, sejam grandes, médios ou pequenos? É o que nós queremos no Brasil. Queremos a regularização fundiária.

Há combate permanente em relação à questão da queimada, à questão da derrubada. Então, não somos a favor do desmatamento ilegal, não somos a favor de nenhuma queimada que não seja de forma seletiva, por orientação dos próprios órgãos competentes. Todavia, nós não podemos transformar o cidadão do campo em um bandido, em um marginal, porque, lamentavelmente, querem transformar esse grande segmento da população brasileira como se fossem marginais, ladrões, bandidos que estão assaltando os grandes centros desse país.

Faço um apelo a V. Exa. para que faça valer essa Presidência! V. Exa. tem autoridade, para convocarmos aqui algumas autoridades do Governo Federal para prestarem esclarecimentos para nós Senadores que estamos aqui para defendermos o interesse da população brasileira, sobretudo daqueles menos afortunados, daqueles que dependem de uma mão amiga, com certeza, dos Poderes constituídos do nosso Brasil.

Solicito - e peço vênia a V. Exa. - que nós votemos aqui com maior rapidez a questão da licença ambiental. Tem que ser votada urgentemente! É inconcebível o que está acontecendo no Brasil.

Conversava ontem com um amigo meu do Estado do Amazonas: no meu primeiro mandato de Senador, Senador Rogério, lá tem uma rodovia chamada BR-319, que ia de Porto Velho a Manaus. Essa obra vem paralisada, General Mourão - que serviu lá naquele estado, naquela região do Brasil-, e até hoje não andou nem 1cm. Sabe por quê? Por causa da licença ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde isso vai parar? É o próprio Governo contra o Governo. Isso não é admissível. Não é possível nós concordamos com isso. Para que tem o Congresso Nacional? Vamos fazer as leis, vamos votar e vamos fazer cumprir, porque isso é o mais importante que nós temos que fazer no Brasil. Lei nós temos demais, mas, lamentavelmente, pouco ou quase nada é cumprido.

Portanto, desejo sucesso. Parabéns! E tenha aqui, na figura do Senador Jayme Campos, um grande aliado para trabalharmos pelo Brasil e pelo seu povo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Jayme Campos. São temas de altíssima relevância todos os que V. Exa. apontou, principalmente marco temporal, regularização fundiária e todos os demais, como licença ambiental também.

Na sequência, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) - Meu caro jovem Senador Alan Rick, que agora assume a Presidência dessa importantíssima Comissão do Senado Federal; querida Tereza Cristina, Ministra e Senadora; Beto Faro, que tão bem representa o Estado do Pará e tem uma história longa na defesa dos interesses dos agricultores também do Pará; Jaime Bagattoli, produtor rural; meus colegas Senadores e Senadoras, primeiro eu queria fazer um rápido comentário em relação ao jornalista, ao administrador de empresa, ao poeta Alan Rick. Ele tem dois livros de poesias, "Versos Verdejantes" e "O Efêmero e o Eterno".

Quando eu verifico aqui uma manifestação calorosa, segura e, acima de tudo, abalizada pela experiência que, na verdade, encerra na sua vida, na sua carreira política, mas acima de tudo com a visão em perspectiva da importância geopolítica e geoestratégica do Brasil neste momento em que nós vivemos, as palavras do Senador Jayme Campos na verdade transformam ou transferem, melhor dizendo, a responsabilidade da Presidência desta Comissão com esses temas tão relevantes para o Brasil de uma forma muito positiva, muito determinada.

Esses temas a que o Senador Jayme Campos acaba de referir aqui - como os demais, mas ele com mais veemência, pela experiência - demonstram exatamente que ou o Governo toma uma decisão de evitar que esses problemas de demarcação de áreas permanentes... E eu posso dizer aqui de cátedra, porque 48% do território do meu estado são áreas indígenas, áreas já demarcadas - e tem mais ainda seis pedidos de ampliação e demarcação de áreas indígenas. Então, o estado hoje dispõe, nobre Senadora Tereza Cristina, de menos de 9% do seu território para atividade agropastoril. E não é apenas o nosso estado. O Estado do Mato Grosso passa por esse problema, todos os estados, o Acre, passa por esse problema.

Então, V. Exa., no meu entendimento, deveria chamar aqui, a esta Comissão, esse tema com muita força, porque, obviamente, a sociedade brasileira espera por nós. Nós que, com todos esses problemas, somos a maior reserva, a maior potência na pecuária; nós temos o maior rebanho do planeta. O rebanho bovino do Brasil é maior do que a população brasileira: são 220 milhões de cabeças de gado contra 215 milhões de seres humanos nacionais.

Portanto, eu entendo que V. Exa. está assumindo uma função importantíssima. A regularização fundiária tem que ser tratada com muita determinação. Há também a questão dos defensivos; temos que resolver esse imbróglio, porque a agricultura não vive sem defensivos, e você tem que regulamentar o mais rápido possível também a questão dos defensivos. E o marco temporal é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental. Nós precisamos fazer um estudo com detalhe, sem açodamento, de uma forma em que quem ganhe seja o Brasil. Todos os segmentos da nacionalidade precisam, na verdade, de ter essa proteção, nobre Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.)* - Os indígenas também são brasileiros.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Exatamente, os indígenas também são brasileiros, como diz a nobre Senadora. Então, é importante para dar segurança jurídica e para que o país possa se projetar mais ainda para o futuro.

E eu gostaria, como último comentário aqui, Senadora, que foi Ministra e andou pelo mundo ganhando a confiança e a credibilidade pela sua dedicação, no Brasil, a sua área cultivada é em torno de 70 milhões de hectares. A Rússia, a China, a Índia e os Estados Unidos são áreas superiores a 150 milhões de hectares. Mesmo assim, nós ainda somos o maior produtor de soja do mundo, o segundo de milho, enfim, em todas as atividades agrícolas são atividades em destaque no mundo. Portanto, eu quero deixar aqui como estímulo pela experiência, por ser mais velho, mas, acima de tudo, por ter vivido todos esses problemas também, esse registro para que V. Exa. assuma de uma forma determinada e corajosa, para que esta Comissão possa se transformar na caixa de ressonância da vontade brasileira. A pecuária e a agricultura brasileira precisam se agigantar. V. Exa. tem uma importância enorme.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, primeiramente pelo carinho e pelo respeito com que V. Exa. se refere à minha pessoa, tendo até mesmo estudado um pouco dessa singela história. Muito obrigado. Conte com o nosso esmero em debatermos os temas que V. Exa. levantou, que são da mais alta relevância para o Brasil, para o nosso setor agropecuário e para a nossa população. Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Na sequência, com a palavra, o Senador Mauro Carvalho.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Boa tarde, Senador Alan Rick, nosso Presidente, quero aqui relembrar também a posição do nosso Líder Efraim, que teve muita sensibilidade em indicar seu nome para presidir esta Comissão tão importante do Senado Federal; nosso Vice-Presidente Jaime; nossa eterna Ministra Tereza Cristina - e, na pessoa da senhora, eu cumprimento todas as mulheres aqui -, nosso decano e mato-grossense de raiz, Senador Jayme Campos.

É um prazer muito grande, Alan, estar aqui neste momento, na posse de V. Exa.

Primeiro, que Deus o abençoe. E tenho certeza absoluta de que V. Exa. tem capacidade, envergadura e currículo para desempenhar a Presidência desta Comissão com muita galhardia, muito profissionalismo, ainda mais no momento em que estamos vivendo no Senado Federal, com tantos PLs para serem aprovados - o marco temporal, o 490; defensivos agrícolas, o 1.459; licenciamento ambiental, o 2.159; e regularização fundiária, o 2.633.

Sobre agricultura, hoje, o meu estado, o Mato Grosso, se fosse um país, seria o terceiro maior produtor de soja do mundo. Passamos a Argentina o ano passado. Então, nós temos grandes exemplos e temos que lembrar que Mato Grosso hoje preserva 62% do seu território, assim como Pedro Álvares Cabral descobriu este país, em 1500.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha fala aqui é mais voltada para a regularização fundiária, onde milhares de famílias ainda não têm a sua dignidade neste país. Nós temos que nos preocupar muito com isso dentro desta Comissão.

E também nós estamos falando aqui de reforma agrária, Senador Alan. Essa é uma outra preocupação. Temos inúmeros projetos de reforma agrária neste Brasil fracassados, em que famílias foram colocadas em regiões que não têm acesso de logística, não têm como vender os seus produtos, e ela passa a ser uma agricultura para sustentar a própria família do seu assentamento, não existe comercialização.

E, pior que isso, a média... O senhor sabe qual é a média de hectares dos assentamentos da reforma agrária neste país? São 34ha - essa é a média no país. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, da nossa Ministra Tereza Cristina, nós temos assentamento de 11ha e de 8ha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO- MT)- E de 6ha.

Então, a média nacional hoje é de 34ha. Se esse assentamento está numa região da Amazônia, ele tem que preservar 80% do seu território, ele vai poder cultivar em apenas 7ha. Se ele está na área de Cerrado, ele vai poder cultivar em 22ha.

Então, tudo isso tem que ser revisto. Como é que nós vamos dar condições para famílias que têm perfil para produção agrícola, para produção leiteira, fazendo com que o nosso Código Florestal seja cumprido também nesses assentamentos de reforma agrária? Nós temos que rever isso, porque, senão, nós não vamos dar condições nenhuma para que essas pessoas, para que essas famílias venham a produzir neste país. Nós temos que rever todos esses projetos de reforma e saber onde o país ainda possui muitas áreas para alocar essas famílias com esse perfil.

O que nós não podemos é simplesmente ter políticas públicas para colocar famílias... Nós não estamos fazendo a reforma agrária se colocar em qualquer canto e não se preocupar com escola para os seus filhos, com área de saúde, com logística, com transporte escolar, com uma série de fatores para que essas pessoas, para que essas famílias permaneçam no campo, porque o que a gente vê hoje é muita comercialização de lotes incorporados por grandes empresários, comprando esses lotes de forma irregular para produzir alguma coisa. Então, a política está errada. Nós temos que rever aqui nesta Comissão aquilo que é melhor para essas famílias brasileiras.

Então, Senador Alan, V. Exa. tem um enorme desafio nestes próximos dois anos nesta Comissão, e pode contar com o meu apoio, com toda a bancada do Senado Federal. E tenho certeza absoluta de que Deus irá abençoá-lo a fazer uma ótima gestão à frente desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, amigo Mauro Carvalho, do nosso União, que representa tão bem o seu estado e o agro brasileiro.

Por último, mas não menos importante, representando o Estado do Pará, o último orador inscrito, o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras, primeiro quero parabenizá-lo pela eleição aí de Presidente. Acho que inicia bem, dialogando com os vários segmentos que participam aqui da Comissão - ontem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, conversou comigo. Tenha em nós um apoio, até porque há um acordo das bancadas e das Lideranças para a composição das várias Comissões, e nós do Partido dos Trabalhadores estamos aqui cumprindo esses acordos. Portanto, tenha a nossa aprovação.

É uma Comissão desafiadora: poucas Comissões debatem tantos assuntos e tantos temas como a da Agricultura. Tem Comissões que ficam relatando projeto específico de um ministério; aqui, obrigatoriamente, embora a gente passe por várias Comissões, como a de Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Desenvolvimento Regional, mais o da Pesca, o Mapa e o MDA serão aqui, não é? Então, só aí nós já temos o desafio de estar debatendo projetos e programas de três ministérios do Governo. São poucas as Comissões que têm... Não, nós temos vários outros, mas esses três têm que passar aqui. Portanto é um desafio enorme, e um desafio de juntar todos nós, de juntar todos os segmentos, de dialogar sobre todos os pontos. Acho que tem vários pontos aqui muito pertinentes, e, no debate específico de cada tema, nós vamos estabelecer a nossa posição.

Eu moro na Amazônia, sou daquela região, e acho que o tema da regularização fundiária, que é fundamental. Sem isso a gente não tem uma base para poder dialogar ali. E não é essa coisa de ir lá e achar que, dando 20 títulos, 30 títulos, se está fazendo alguma política. Isso não resolve nada, está certo? É preciso ter uma política forte, de fato, para poder garantir essa questão, até para responsabilizar as pessoas, porque hoje não tem nem como responsabilizar o cidadão; ele não é dono, não tem documento. Quando se chega à área, não se sabe quem é o proprietário. Então, não tem nem como responsabilizar por um eventual crime ou prática ilegal de que a pessoa tenha participado. Então é fundamental fazer da forma que os produtores ou as organizações dos produtores estabeleçam como a melhor forma de regularizar naquela sua área. Tem áreas em que nós vamos estar regularizando de forma coletiva, assim como tem área que será individual - tem pequena, média e grande propriedade. Nós temos que estar trabalhando sobre isso.

Essa questão do tema da assistência técnica é fundamental. Eu moro num estado em que o Governador reeleito, o mais votado do país, tem uma grande preocupação com essa questão da agricultura, principalmente da agricultura familiar - ele criou, inclusive, uma secretaria. Mas a gente chega a um município, tem dois técnicos da Emater, três técnicos da Emater... Tem município que tem um técnico. Aí, de vez em quando, o cidadão tem que tirar as férias lá do trabalho, e fica sem nenhum técnico lá no município para atender mil, para atender 2 mil famílias, para atender 500 famílias, ou seja, não consegue. Mesmo que você elabore um projeto para a propriedade, você não tem como acompanhar, e aí o fracasso daquele programa pode ser certo.

Então, são muitos temas que nós vamos ter que debater aqui - vou trazer, na medida do desenrolar aqui da Comissão, os temas necessários-, mas acreditamos na boa condução de V. Exa. para a gente poder montar a pauta correta e sair trabalhando os diversos temas.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito obrigado, Senador Beto Faro. Conte com o nosso total apoio para debatermos os temas e colocarmos em votação, conforme V. Exa., de forma tão consciente e esmerada, pontuou.

Antes de nós darmos sequência com o andamento da nossa reunião, eu cito aqui a presença da Deputada Célia Xakriabá, do PSOL, de Minas Gerais, representante das nossas comunidades indígenas.

E todos os amigos que representam também as comunidades indígenas recebam o nosso abraço.

Dando prosseguimento, o item 2 da nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2
PROJETO DE LEI **Nº 5109, DE 2020**
- **Não terminativo** -

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências.

Autoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Pois não.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) - Desculpe, Senador Jorge Seif- não sei se agora ou posteriormente-, mas eu vou pedir vênia para pedir vista desse projeto, porque a gente ainda tem temas para poder dialogar sobre a questão das dívidas. A gente precisa dialogar melhor sobre esse tema, então eu vou pedir vista. E vocês avaliam se ele lê, se faz...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Regimentalmente o Senador Seif lê o relatório e, na sequência, a gente concede vista.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) - Sr. Presidente, primeiramente eu quero agradecer muito ao Senador Angelo Coronel pela oportunidade de relatar essa matéria que impacta tanto a vida dos nossos agricultores de todo o Brasil e também até fazer um esclarecimento para o Senador Beto: antes de fazer a versão final, nós aliamos tudo lá com o Senador Angelo Coronel, que prontamente aprovou as alterações e as proposições que nós fizemos.

Mas vamos lá.

Relatório.

Sob exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei 5.109, de 2020, de autoria do Senador Angelo Coronel, que altera a Lei 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências.

Sr. Presidente, a proposição sob análise é composta de três artigos.

O art. 1° altera os arts. 1°, 8°, 9° e 20 da Lei 13.606, de 09/01/2018, para estabelecer: i) novo prazo para operações passíveis de enquadramento no Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) - 31 de março de 2020; ii) novo prazo para consideração de créditos a serem utilizados como prejuízos fiscais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - até 31 de dezembro de 2019 e declarados até 31 de julho de 2020; e iii) reabertura do prazo para adesão ao programa e suspensão de prescrição - 31 de dezembro de 2021.

O art. 2°, Sr. Presidente, por seu turno, determina que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas competências, editarão, no prazo de até trinta dias, os atos necessários à execução da futura lei.

Por fim, o art. 3° do PL estatui a cláusula de vigência da futura lei.

O autor, Senador Angelo Coronel - por quem tenho muita estima-, defendeu que, para enfrentar as graves consequências da pandemia de covid-19, torna-se necessário o oferecimento de estímulos à economia, em especial ao setor agropecuário. Para tanto, propôs a prorrogação do Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), conhecido também por "Refis Rural".

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Em 28/6/2022, o Senador Rafael Tenório apresentou minuta de relatório, propondo ajuste na data de adesão ao PRR e suspensão do prazo de prescrição das operações enquadráveis no programa. Em virtude de deixar os quadros da Comissão, o Senador devolveu a matéria e o relatório não foi apreciado.

Não foram, até o momento, Sr. Presidente, apresentadas emendas.

Ii -Análise.

Nos termos dos incisos X e XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar sobre proposições que tratem de endividamento do setor agropecuário e tributação da atividade rural. Também de acordo com o Risf, cumpre-nos, nesta ocasião, por não se tratar de matéria terminativa, manifestar-nos primordialmente sobre o mérito do PL nº 5.109, de 2020.

O autor argumentou que o objetivo da proposição é equacionar o pesado passivo tributário dos débitos com o Funrural mediante parcelamento das dívidas e que, para cumprimento das exigências de responsabilidade fiscal, as medidas propostas encontrariam guarida na Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, que instituiu regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia do novo coronavírus

Entendemos, da mesma forma, com base em análises prévias da matéria, que as medidas de isolamento implementadas no contexto da pandemia provocaram a interrupção das atividades normais das pessoas, desmobilizando recursos e impactando negativamente a produção, o consumo regular e os investimentos. Adicionalmente, a quarentena para contenção da expansão do novo vírus provocou impactos na capacidade de produção e na renda dos produtores rurais ao longo do nosso grande país.

Nesse sentido, Sr. Presidente, ficou evidenciado que a pandemia afetou todos os sistemas alimentares globais, provocando desfuncionalidades nas cadeias regionais de valor agrícola e colocando em risco a segurança alimentar de muitas famílias.

Em adição, foram verificados efeitos perversos para os produtores rurais e para a produção agropecuária, sobretudo para os pequenos produtores, com impacto em preços e mercados, lentidão e escassez nas cadeias de suprimentos, problemas de saúde nos produtores e em familiares, entre outros.

Portanto, entendemos ser pertinente, justa e adequada a iniciativa do nobre Senador Angelo Coronel de prorrogação de adesão do "Refis Rural", já que a iniciativa constitui um importante estímulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o retorno à normalidade daqueles produtores que foram duramente afetados pelo conjunto crítico de medidas de *lockdown* e/ou afetados pela doença e, em consequência, não tiveram condições de aderir ao PRR a tempo.

No entanto, para que o objetivo do PL seja alcançado, Sr. Presidente Alan Rick, torna-se necessário atualizar o prazo para adesão do programa proposto. O Senador Angelo Coronel propôs o prazo de adesão para 31 de dezembro de 2021, lá em 2020. No entanto, o PL não pôde ser aprovado tempestivamente devido ao estado crítico da pandemia, e esse marco temporal já se encontra vencido, razão pelo que, infelizmente, nunca teve eficácia.

Assim, ajustamos esse prazo e propomos emenda para alterar essa condição de adesão e a suspensão de prescrição para 31 de dezembro de 2024 para, inclusive, ser possível a ampla divulgação da medida aos pequenos produtores rurais que residem nos mais distantes rincões deste país.

Ademais, Sr. Presidente Alan Rick, importante enfatizar que a escolha de 31 de dezembro de 2024 se justifica para que seja possível a finalização do processo legislativo do PL 5.109, de 2020, com possibilidade de previsão de tempo adequado para que as operações sejam repactuadas no âmbito da Lei 13.606, de 2018, pelos produtores rurais de todo o Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, é fundamental, por derradeiro, destacar que a presente emenda que se submete à Comissão não só sana a ineficácia do PL em decorrência da morosidade do processo legislativo, como também aprimora a proposição ao proporcionar aos produtores rurais nova oportunidade para repactuarem suas dívidas pendentes no âmbito do Programa de Regularização Tributária Rural.

Voto.

Dessarte, opinamos, Sr. Presidente, pela aprovação do PL 5.109, de 2020, com a seguinte emenda.

> Emenda nº - CRA
> No §2° do art. 1°, no §4° e no *caput* do art. 20 da Lei 13.606, de 9 de janeiro 2018, e nos termos do art. 1° do PL nº 5.109, de 2020, onde se lê "31 de dezembro de 2021" leia-se "31 de dezembro de 2024".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito bem. Lido o relatório, nos termos regimentais, atendendo à solicitação do Senador Beto Faro, eu concedo vista coletiva ao projeto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Retornando ao item 1..

Ah, sim, Senadora Eliziane Gama, presente a esta Comissão; nobre e atuante Senadora, que representa muito bem o Estado do Maranhão. Com a palavra, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) - Obrigada, Senador.

Eu queria, antes... Na verdade, eu queria pedir... o meu item era o item 1, não é? Então a gente vai retomar o item?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Retomamos o item 1.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Pronto. Já consegui o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Mas antes eu queria cumprimentar V. Exa. e lhe desejar muito sucesso nesse novo desafio, conduzindo uma das Comissões mais importantes do Congresso Nacional, que traz uma temática muito fundamental e pertinente, que tem a ver com todas as regiões do Brasil. V. Exa. é de uma região onde a questão ambiental é algo que sempre tem sido colocado como uma prioridade. Enaltece, na verdade, o Brasil, toda a Região Amazônica.

Então, eu queria lhe cumprimentar de uma forma muito especial e desejar muito sucesso, Senador Alan Rick, nesse novo desafio.

Posso seguir, então, com o parecer?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Pode sim.

Agradeço, Senadora. Dando continuidade, coloco o projeto para a leitura.

É o item 1 da pauta:

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI **Nº 2100,** DE **2019**

- **Não terminativo** -

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Altera a Lei de Regularização de Imóveis da União, para prever a permissão de uso de áreas de domínio da União, quando destinada à prática de agricultura orgânica em hortas comunitárias e produção de mudas destinadas ao paisagismo, mediante técnicas agroecológicas e por famílias de baixa renda, observado o plano diretor do município.

Autoria: Deputado Federal Luiz Couto.

Relatora: lima. Senadora Eliziane Gama, pela aprovação do projeto.

Com a palavra, para proferir a leitura, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) - Mais uma vez, muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei nº 2.100, de 2019, do Deputado Luiz Couto, que altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão do uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.

Presidente, com a permissão de V. Exa. e ganhando tempo, vou seguir à análise do projeto.

Nos termos do art. 104-B, incisos 111, IV e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes à agricultura, inclusive a familiar, segurança alimentar e outros assuntos correlatos.

Como a proposição também será avaliada pela CCJ, deixaremos a análise sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto para essa Comissão, em respeito ao art. 101, inciso 1, do Risf.

O projeto visa a possibilitar a instalação de hortas comunitárias em áreas de domínio da União, incentivando tais iniciativas de modo a contribuir para o suprimento de carências nutricionais da população com alimentos de qualidade e com a conservação do meio ambiente, e ainda para constituir poderoso instrumento de educação ambiental.

As hortas comunitárias em áreas urbanas inserem-se no contexto da agricultura urbana e periurbana, que ganha destaque nos cenários mundial e nacional, reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das cidades.

A agricultura urbana se diferencia da agricultura rural em razão do tipo de política envolvida em seu desenvolvimento, pois normalmente esse tipo de agricultura está relacionada a políticas sociais e em alguns casos a políticas ambientais. Já a agricultura rural relaciona-se fortemente a políticas econômicas e também agrícolas.

No âmbito nacional... Vou aqui pegar, Presidente, porque, na verdade, ele faz sempre referência a uma sigla, que é a sigla da agricultura urbana e periurbana, então daqui para a frente vou citar apenas a sigla, que é AUP.

Então, no âmbito nacional, a AUP ocorre em pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção vegetal e à criação de animais para consumo próprio, comercialização em mercados locais ou doação a instituições de cunho social. Destaca-se, no Brasil, a AUP desenvolvida nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Recife.

Citamos, como exemplo, o programa Hortas Cariocas, desenvolvido desde 2006 na cidade do Rio de Janeiro, atualmente sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Ambiente e Clima. O programa, que já está presente em 56 pontos da cidade, dos quais 29 comunidades e 27 escolas da rede municipal de ensino, tem o intuito de incentivar o combate ao desperdício de alimentos, coibir a ocupação irregular de áreas frágeis, criar espaços de convivência e capacitar pessoas para a gestão empreendedora. Em 16 anos de existência, o projeto produziu mil toneladas de alimentos orgânicos que beneficiaram 60 mil famílias.

Segundo o Instituto Escolhas, a produção de alimentos em espaços urbanos e periurbanos é uma realidade no Brasil, e alguns municípios têm recorrido à agricultura urbana a fim de contribuir estrategicamente para o combate à fome, para a garantia da segurança alimentar, para a geração de emprego e renda e para a promoção da sustentabilidade em seus territórios.

No âmbito federal, foi editada a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. A referida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portaria estabelece objetivos e metas de incentivo à agricultura urbana e periurbana, buscando ação articulada com as esferas estadual e municipal.

O programa procura estimular as práticas agroecológicas de cultivo de alimentos, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis. Dessa forma, converge com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a ampliação das condições de acesso e do consumo de alimentação saudável para famílias em situação vulnerável.

A proposta também é uma oportunidade de melhorias no aspecto ambiental. Eventual aprovação do PL nº 2.100, de 2019, e sua implementação devem ter consequências ambientais positivas. Entendemos que a iniciativa é benéfica ao meio ambiente na medida em que incentiva uma atividade sustentável e mitigadora de impactos ambientais da vida urbana.

O aproveitamento de lotes urbanos baldios para produção vegetal e animal traz vários benefícios para as cidades, pois estimula a inclusão social e a geração de renda, previne a ocupação irregular do solo, evita que o local seja alvo de despejo irregular de entulhos, promove a produção orgânica e a alimentação saudável, pode viabilizar a recuperação de áreas degradadas, favorece a integração entre moradores da mesma comunidade e afasta usuários de drogas dos locais.

Ao contrário da agricultura em larga escala, a agricultura urbana não utiliza agrotóxicos. É desenvolvida com técnicas de produção orgânica, que causam menos poluição. Ademais, a produção de alimentos próxima aos locais de moradia, trabalho e educação das pessoas evita longos trajetos de transporte, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa. Também reduz a necessidade de conservação dos produtos por longo tempo até o consumo, o que muitas vezes demanda gasto energético com refrigeração.

As áreas verdes criadas com a agricultura na malha urbana reduzem a superfície afetada por ilhas de calor, sequestram carbono e permitem a infiltração da água no solo, contribuindo para maior conforto térmico e menor risco de problemas de drenagem urbana.

Evidentemente, não será a aprovação do PL nº 2.100, de 2019, por si só, que permitirá o alcance desses benefícios ambientais. A concretização dos objetivos da proposição dependerá da existência de imóveis da União disponíveis e compatíveis com a atividade de agricultura urbana e da vontade e capacidade do Poder Executivo de dar a destinação a esses imóveis.

Sabemos também que o ente municipal tem maior potencial para implementar políticas de agricultura urbana, dado que normalmente dispõe de mais áreas para destinação e de mecanismos legais para impor o uso socialmente responsável de imóveis privados urbanos, como as regras da Lei nº 10.257, de 1O de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Não cabe à União pormenorizar regras da política urbana, cuja execução é da competência do ente municipal. A União deve apenas legislar sobre normas gerais.

Contudo, iniciativas como a do PL nº 2.100, ainda que tenham eficácia limitada, servem de estímulo e de exemplo aos entes federativos subnacionais para o desenvolvimento de ações semelhantes.

Ademais, ainda que não haja a devida implementação da norma originada de eventual aprovação da proposição em análise, e os consequentes benefícios ambientais dela decorrentes, não haverá impacto negativo algum em consequência da conversão do projeto em lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante dos benefícios que a AUP oferece e da existência de políticas públicas e iniciativas não governamentais voltadas ao seu incentivo, é auspicioso que a legislação facilite a disponibilização de espaços públicos urbanos ociosos para essa atividade.

Assim sendo, Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.100, de 2019.

Sala das Comissões.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito bem.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS- PA. *Fora do microfone.)* - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) - Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Eliziane pela relataria e a iniciativa do projeto.

Brasileiro não é muito dedicado à produção em pequenos espaços, acha que isso é inviável.

Eu estava lembrando aqui, Senadora, que eu era Deputado Federal - não lembro mais o ano - quando veio o filho de um governante - não sei se era da Indonésia, da Malásia ou da Tailândia - lá do outro lado do mundo. Ele desceu aqui, quando vinha para o centro. Olhando, ele disse: "Que é isso?". "É grama." Ele disse: "Grama, capim?". "É". E falou o jovem: "Por que não plantam arroz?". *(Risos.)*

O arroz é asiático, e há um grande consumo.

O que a gente tem de terrenos vazios, juntando lixo, insetos, nas periferias em nossas cidades é um negócio terrível! E aí eu tenho certeza de que as organizações, as associações que certamente congregam essa turma que pode produzir, podem celebrar um termo de comodato, de cessão em comodato, para poder se utilizar disso.

Fico muito feliz com isso e estou aqui pronto para colaborar com a estratégia de exploração. Eu já comecei a fazer isso. Eu tenho um projeto interessante. Se quiser, eu posso buscar quem faz e colocar frente a frente, porque a estratégia é perfeita para agriculturas em pequenos espaços.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Para discutir, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) - Eu também gostaria de parabenizar a Senadora Eliziane Gama pelo seu relatório e dizer que concordo plenamente. Eu acho que esta técnica é fundamental: agricultura em pequenos espaços, agricultura urbana, enfim, o nome que se queira dar. Nós temos mesmo muitos espaços vazios.

E, Senador, é verdade. Quando a gente viaja para a Ásia, a gente vê, às vezes, mesmo na área rural, as casas altas, como se fosse uma palafita - nem sempre em lugar alagado-, para poderem plantar, porque eles precisam do espaço, pois suas populações são grandes e precisam de alimentos.

No Brasil, nós temos muitos espaços vazios. Com os terrenos sendo utilizados, você pode aliar produção com área social, pode fazer em estufa - hoje, nós temos hidroponia, em que há alface, folhas em produção em muitos pequenos espaços, de grande qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela iniciativa! Nós precisamos fazer isso mesmo. Essa agricultura urbana é fundamental. E as prefeituras também têm muitas áreas, além dos particulares que não utilizam... Às vezes, eles têm ali um imóvel não para construir, mas esperando a valorização imobiliária, que também pode ser cedido em comodato para plantar uma horta, uma mandioca, enfim, o que for adequado. Então, parabéns pela iniciativa, parabéns pelo projeto!

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Indago se algum Senador ainda quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Parabéns, Senadora Eliziane.

Dando continuidade, vamos ao item 3 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI **Nº 1103,** DE **2022**

- **Não terminativo** -

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir assistência material e abertura de linha de crédito para o *agricultor familiar, destinada à recuperação de solos e pastagens.*

Autoria: Senador Jader Barbalho

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela rejeição da Emenda 1-T e pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Durante o prazo regimental, o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda 7-T.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) - Na reunião anterior, eu tinha pedido para retirar inclusive de pauta, mesmo tendo parecer favorável, para que a gente pudesse estar dialogando com o Governo, dialogando com o Senador Jader, dialogando com os vários envolvidos no projeto.

E aqui, o resultado desse texto é um texto de acordo com os vários envolvidos, tanto o Senador Jader, que propõe o projeto, quanto o Banco do Brasil, que é o principal financiador, e o Governo.

E essa emenda de que eu vou fazer a justificativa, do Senador Messias, também está garantida no substitutivo.

Constituído de três artigos.

O Art. 1º dispõe sobre o objeto da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Art. 2° altera o art. 5° da Lei nº 11.326, de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir a assistência material entre as preocupações desta política. Acrescenta ainda dois parágrafos ao Art. 5° para conceituar assistência material como o "apoio contínuo em doação financeira ou material, bem como o empréstimo de equipamentos e insumos", e para determinar que "será aberta linha de crédito específica para a recuperação de solos e pastagens em propriedades familiares dentro da política".

O Art. 3° trata da vigência da lei. Na justificação para apresentação do PL, o autor argumenta que, no Brasil, o Censo Agropecuário do IBGE indica que a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos Municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, com uma produção diversificada de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes. Ressalta, no entanto, que a degradação de solos e pastagens são fenômenos relativamente comuns em ecossistemas tropicais e subtropicais, causando grandes prejuízos ambientais e econômicos, e que é essencial formular estratégias e o financiamento para que seja feita a recuperação da produtividade dessas áreas.

A matéria foi distribuída para a CRA, seguindo posteriormente para análise da Comissão de Assuntos Econômicos em deliberação terminativa.

Foi apresentado, mas ainda não deliberado, o Requerimento nº 717, de 2022, do Senador Jaques Wagner, solicitando audiência na Comissão de Meio Ambiente.

Foi apresentada uma emenda ao PL, pelo Senador Medas de Jesus, para incluir ainda os§§ 3° e 4° no art. 5° da lei, para dispor sobre subvenção econômica por equalização de taxas, conforme a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, e sobre concessão de taxa efetiva de juros reduzida para a contratação de crédito por mulher agricultora familiar.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos IV e X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos à agricultura familiar e à política de investimentos e financiamentos agropecuários.

Caberá à CAE se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e à CRA quanto ao mérito da proposição.

De fato, existem muitas políticas públicas, ambientais e agrícolas, que contribuem para mitigar o problema do manejo inadequado dos solos e pastagens, evitando sua degradação.

Conforme informações no *site* da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com base em dados do MapBiomas, rede colaborativa formada por ONGs, universidades e *startups* de tecnologia, "no Brasil a área de pastagem total é de 159 milhões de hectares, dos quais 66 milhões estão em estado de degradação intermediária e 35 milhões em situação de degradação severa. Ou seja, do total da área de pastagem do País, 63,5% estão com sinais de degradação".

Um estudo do Centro de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou, em 2022, que o custo de recuperação das pastagens degradadas no Brasil demanda um total de R$383,77 bilhões.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) destacou, em dezembro de 2021, que cerca de 33% do solo em nível global está moderada ou altamente degradado.

Nesse contexto, devemos destacar a importância do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil (PronaSolos), que mobilizará dezenas de instituições parceiras na investigação, documentação, inventário e interpretação dos dados de solos brasileiros. O objetivo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mapear os solos de 1,3 milhão de quilômetros quadrados do país nos primeiros dez anos, e mais 6,9 milhões de quilômetros quadrados até 2048, em escalas que vão de 1:25.000 a 1:100.000.

No Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil, há o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), que tem entre os objetivos do crédito apoiar a recuperação dos solos por meio do financiamento para aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas. Também no MCR, o Programa para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária tem entre suas finalidades a recuperação de pastagens degradadas e a adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo correção da acidez e da fertilidade do solo.

Pelo MCR, para créditos de custeio, o orçamento de custeio pecuário pode incluir verbas para limpeza e restauração de pastagens, fenação, silagem e formação de forragens periódicas de ciclo não superior a dois anos, para consumo de rebanho próprio. E para créditos de investimento há também a destinação para formação ou recuperação de pastagens.

Nas atuais linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) há o crédito de investimento Pronaf Mulher, que estabelece taxa efetiva de juros pré-fixada de até 5%, para formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal.

Entretanto, essas linhas são apenas estabelecidas por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), que disciplinam o crédito rural. Trazê-las para o âmbito da legislação federal promoverá a necessária estabilidade legal da norma.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição à Emenda 1-T apresentada - já que ela já está no substitutivo - e pela regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.103, de 2022, nos termos do substitutivo ora lido.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Muito bem.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO-AC)- Sr. Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) - Queria louvar aqui a iniciativa, dizendo da constatação de que grande parte da pastagem, da forrageira do Brasil como um todo, está num estado de dificuldades. O produtor rural, o pecuarista principalmente... Tem momento que a arroba do boi vai lá para cima, mas o familiar não cria boi; ele vende um leitinho, que é apenas mais uma alternativa de renda no final do mês, com o chequezinho ali do frigorífico ou com a venda direta ao consumidor, em que o preço é um pouco melhor.

Então, Senador Beto, uma taxa de juros diferenciada para esse atendimento faz toda uma diferença - faz toda uma diferença! -, porque, neste momento, a produção está em baixa, está tudo para baixo; e a taxa de juros - está aí o Banco Central apontando o tempo todo-, lá em cima, sem muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva de queda. Se não tivermos uma taxa diferenciada, com certeza nós vamos aumentar dos 66 milhões para frente, daqui mais uns dias, de áreas degradadas ou pouco produtivas, porque o solo vai endurecendo com o pisoteio do animal, vai ficando mais pobre. E aí tem que se fazer o quê? Meter o trator, calcarear, corrigir tudo aquilo e meter fertilizantes em cima. Todo mundo sabe da dependência do Brasil da questão externa do fertilizante, cujo preço é em euro ou dólar, quer dizer, nós não vamos ter nada de graça ou barato para fazer esse trabalho. A gente pode fazê-lo através de uma taxa diferenciada de financiamento.

Parabéns pelo relatório e, pela iniciativa, também ao Senador Jader.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Indago aos Srs. Senadores se alguém mais deseja discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2 (Substitutivo), desta Comissão, e contrário à Emenda 1-T.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

2ª PARTE

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 2374, DE 2020
- **Terminativo** -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal.

Autoria: Senador Irajá

Relataria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL- RO. Como Relator.) - Sr. Presidente, vamos retirar de pauta para reexame, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Concedo a retirada de pauta, mediante solicitação do Relator.

Item 6, Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nº 25, de 2023.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Perdão, item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM S

PROJETO DE LEI **Nº 2903,** DE **2023**

- **Não terminativo** -

Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis n°s 17.460, de 27 de março de 2007, 4.132, de 1O de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relataria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Como a Relatora não está presente, nós vamos... inclusive, houve um acordo para que o item fique para a próxima reunião, devido à ausência da Relatora.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS- PA. *Fora do microfone.)* - Pela ordem, Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Pois não, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) - Não só a Frente Parlamentar da Agropecuária, mas todo brasileiro precisa e cobra que o Congresso se posicione com relação à questão da segurança jurídica relacionada ao marco temporal para as terras indígenas.

Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal nos força a ter agilidade. Todavia, entendemos hoje a ausência da nossa ex-Presidente. A mulher tem uma sensibilidade maior do que todo mundo, e a gente compreende isso. É um jogo político-partidário. Tenho certeza de que ela vai absorver esse contratempo na vida política dela aqui dentro da Casa para que volte na próxima reunião da Comissão. Eu gostaria de pedir a V. Exa. que não deixe de pautar, em função da urgência que esta Casa tem de avançar com esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO-AC)- Certamente, Senador Zequinha.

Por respeito à Relatora e em virtude também de um compromisso assumido, Senadora Tereza e demais membros desta Comissão, entendemos a relevância da matéria, até mesmo para aprofundarmos a discussão, e, para leitura de relatório, está pautada esta matéria para a próxima reunião.

Com a palavra, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria me juntar à manifestação do Senador Zequinha Marinho porque esse tema, pela relevância dele, coloca em risco, inclusive, a segurança nacional. Então, nós não podemos ficar empurrando com a barriga isso aqui, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Com a palavra, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) - Sr. Presidente, essa questão, que já tinha um entendimento, inclusive, do Supremo Tribunal Federal, em decorrência da decisão em Roraima - a Raposa Serra do Sol -, trouxe muita perturbação no meu Estado de Santa Catarina. Inclusive, a questão de José Boiteux vai ter repercussão geral.

Conforme já falado pelo Senador Jayme Campos, tivemos várias audiências públicas lá na Assembleia Legislativa do meu estado, onde produtores, Sr. Presidente, nos mostraram títulos de terra que chegam a quase 200 anos e eles, hoje, estão vivendo uma insegurança jurídica, uma insegurança jurídica que nós, Poderes da República, estamos imputando à maior riqueza do Brasil. É só isso.

Nós, numa questão de 1988, determinada, pacificada, julgada, sem problema, estamos começando a "redemarcar" várias terras indígenas. E a Funai.Vários problemas de que nós não precisamos.

Eu, apesar de não ser um profundo conhecedor, tenho contato com diversos indígenas no meu Estado de Santa Catarina. Sabe o que o indígena - que não é indígena; é brasileiro, como eu e o senhor -, sabe o que os povos indígenas falam? "Nós não queremos uma terra". Está lá a Yanomami, viraram nômades lá dentro, porque a Funai não deixa os caras trabalharem. Eles querem plantar, eles querem internet, eles querem caminhonete, eles querem escola, eles querem inglês, eles querem oportunidade de trabalho, eles querem virar produtor rural, e são usados, infelizmente, como massa de manobra e autossabotagem da República Federativa do Brasil. Nós não podemos deixar esse assunto flutuando, porque o Brasil, o setor agro brasileiro, Sr. Presidente, espera de nós.

Eu quero parabenizar a Senadora Soraya Thronicke pelo relatório, que já está aqui no sistema, nós tivemos acesso, e pela votação. Quero parabenizar ainda o Líder do PP, Ciro Nogueira, por ter conseguido, obtido os votos necessários para que esse assunto tivesse urgência na nossa Casa.

E eu peço ao senhor, como debutante na Presidência desta Comissão de Agricultura, que dê realmente a devida prioridade ao agronegócio brasileiro, que sustenta a economia do pátria amada Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) - Muito rapidamente, Presidente, só para... Nós temos presentes.Vai ser votado na próxima semana ou ainda chega... O acordo é esse?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.)* - Será apresentado o requerimento, lido o requerimento. O relatório é na próxima semana.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Tá. E existe um acordo para que seja votado também na próxima semana ou tem risco de vista ainda?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) - Aí é o debate. A deliberação... *(Fora do microfone.)*

Mas, certamente, é da nossa maior urgência a leitura desse relatório, o debate nesta Comissão, para que possamos dar uma resposta definitiva. Reitero: é do interesse desta Presidência votarmos essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, com o devido debate, para que o Brasil resolva de vez essa situação, que causa essa insegurança jurídica, como muito bem relatado pelo Senador Hamilton, pelo Senador Seif e pelo Senador Sergio Moro. Contem com o empenho desta Presidência.

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, DE 2023

- **Não terminativo** -

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2°, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 21/2023 - CRA, destinada a instruir o *PL 2920/2023, que "institui* o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e* o *Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.733, de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021".*

Autoria: Senador Beto Faro

Em votação o requerimento, de autoria do Senador Beto Faro.

É apenas a dispensa da audiência pública que foi fruto da proposta do Requerimento 21, de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Fica encerrada a tramitação do Requerimento 21 e do Requerimento 25, ambos de 2023, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Carlos Viana, Alan Rick, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Fernando Dueire, Jussara Lima, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho e Dr. Hiran, conforme REQ 353/2023-CDir, REQ 334/2023-CDir, REQ 328/2023-CDir, REQ 358/2023-CDir, REQ 313/2023-CDir, REQ 352/2023-CDir e REQ 332/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa destinada a debater a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema, atendendo ao Requerimento nº 7, de 2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Participantes:** Márcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Laila Salmen Espíndola, Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representante do Presidente Renato Janine Ribeiro; Yurij Castelfranchi, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais; Adriana Blikstein, Líder Corporativa da 3M do Brasil, representante do Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Paulo Gandolfi; e Atila Iamarino, Divulgador Científico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/114591

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater a importância da ciência e a percepção pública sobre o tema, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2023, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas e também comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211 – número 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: Helena Nader. Olá, Helena! Seja bem-vinda mais uma vez! É um prazer revê-la. Ela é nossa Presidente da Academia Brasileira de Ciências; Laila Salmen Espíndola, Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representando o Presidente Renato Janine Ribeiro. É um desafio substituir a Helena Nader, viu! Não é? Ah, do SBPC... A Nader foi do SBPC. (*Risos.*)

Encontram-se também presente, por meio do sistema de videoconferência: Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Yurij Castelfranchi, nosso Professor da Universidade Federal de Minas Gerais; e também Atila Iamarino, divulgador científico.

Bem, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Se necessário, prorrogo mais um pouco.

Por questão já de viagem, já com problema de voo, vou passar primeiro para Adriana Blikstein, que é Líder Corporativa da 3M do Brasil.

Depois eu passo para Marcia Cristina Bernardes Barbosa, da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com a palavra a Adriana. (*Pausa.*)

Helena, Laila e a nossa Adriana, façam o favor.

Podem bater palmas, se quiser, para animar aqui. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Vamos lá então.

Vou passar, como eu já tinha anunciado, para a Adriana.

Na sequência, a gente passa então para Helena Nader.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA BLIKSTEIN (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu primeiro quero agradecer o convite feito pelo Exmo. Sr. Senador Carlos Viana e também ao Presidente desta sessão, o Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, autor do requerimento desta audiência pública, e aos demais presentes.

Excelentíssimos senhores, hoje tenho a honra de estar aqui representando a 3M do Brasil, empresa em que tenho orgulho de ter uma carreira há quase 25 anos. Eu iniciei como estagiária e hoje tenho a honra de presidir a empresa que tanto admiro. Fico feliz e gostaria de destacar aqui que sou a primeira mulher e a primeira brasileira, em 77 anos de 3M no Brasil, a assumir essa posição. Minha jornada reflete a importância da igualdade de oportunidades e do protagonismo feminino, e isso está totalmente alinhado com o propósito e os valores da empresa.

Antes de entrar propriamente no tema desta audiência pública, permitam-me falar alguns poucos minutos sobre a 3M. A 3M é uma empresa americana, cujo objetivo principal é produzir ciência aplicada à vida. Nós estamos no Brasil há 77 anos, quase 78 anos, somos a primeira subsidiária fora dos Estados Unidos. Hoje temos quatro plantas no Brasil, três no Estado de São Paulo, uma em Manaus, e 70% das nossas vendas são produzidas localmente. A gente acredita muito no desenvolvimento nacional e no potencial do Brasil.

Outra questão que eu queria destacar em relação à 3M é a importância do pilar ético. Na 3M agimos com transparência e integridade em tudo que nós fazemos e somos reconhecidos por isso. Aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu quero destacar que, desde 2012, a 3M faz parte das empresas reconhecidas pelo selo Pró-Ética. A cada ano a avaliação do comitê gestor da CGU é mais rigorosa e nós temos conseguido apresentar evidências de que a ética não está apenas no nosso discurso, mas em nossas práticas do dia a dia.

Inovação e sustentabilidade também fazem parte do DNA da 3M. Hoje temos uma equipe de mais de cem cientistas no Brasil e mais de 55 mil produtos pelo mundo, o que nos permite dizer que você dificilmente está a mais de três metros de uma solução ou uma tecnologia da 3M, essa ciência que tem um propósito muito claro, que é libertar o poder das pessoas para inspirar e inovar, melhorando a vida de todos.

Esse conjunto de valores que move a empresa nos permitiu produzir diversos estudos relacionados à importância da ciência. O mais recente, de que vou falar hoje, foi publicado neste mês e se chama 3M Forward: O Futuro Hoje. Esse estudo representa a percepção de cientistas, de engenheiros especialistas da 3M, mas, mais importante, da população de 17 países ao redor do mundo. No Brasil, foram entrevistadas mais de mil pessoas entre os meses de setembro e dezembro de 2022.

O estudo está dividido em três grandes temas, aqui eu vou passar, acho que tem que apontar para cá: o primeiro deles, mudanças climáticas e escassez de recursos; convergências do mundo físico e digital; mudanças demográficas e sociais.

Devido ao curto tempo da exposição, eu vou focar somente no de mudanças climáticas e escassez dos recursos. Porém, vocês vão ter acesso ao estudo completo pelo nosso time de relações governamentais da 3M que está aqui presente.

A pesquisa nos mostrou que a grande maioria dos brasileiros está preocupada com as questões ambientais. Oitenta e seis por cento dos brasileiros disseram estar mais preocupados com as mudanças climáticas hoje do que no passado. Além disso, 77% afirmaram que acreditam que as mudanças climáticas são reais e que irão afetá-los pessoalmente. Isso é muito importante. Então, as pessoas, hoje, a população acredita não mais numa mudança climática distante que não tem a ver com a vida delas, mas em algo que vai, sim, afetá-las pessoalmente.

Nove em cada dez brasileiros acreditam que a ciência pode ajudar a amenizar os efeitos negativos das mudanças climáticas. E, na 3M, nós estamos empenhados em causar um impacto positivo por meio de nossas operações, produtos e parcerias para acelerar soluções baseadas nas ciências em áreas críticas como as de descarbonização, energia, transporte e economia circular.

Na verdade, a 3M é pioneira em iniciativas de ecoeficiência desde os anos 70. Já contamos com um portfólio que busca criar residências e empresas com eficiência energética, reduzindo o uso de matérias-primas e o desperdício, além de iniciativas corporativas relacionadas à economia circular, à redução e à substituição do uso de plástico e à implantação de processos mais sustentáveis. E aqui eu vou destacar alguns deles.

O plano da empresa, anunciado no ano passado globalmente, é de reduzir o uso de plástico em 57 mil toneladas até 2025, já lançando a primeira embalagem plástica no Brasil feita com 100% de material reciclado. Também apoiamos uma iniciativa que se chama Plastic Bank, que beneficia 300 coletores de plásticos em comunidades costeiras dos litorais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também existe um projeto em que nós trabalhamos, há alguns anos, que é o Programa Nacional de Reciclagem de Esponjas Scotch-Brite em parceria com a TerraCycle, que já coletou 3,3 milhões de esponjas em quase uma década de trabalho.

A principal mensagem que eu gostaria de trazer hoje é a de que a ciência tem o...

Deixe-me mudar aqui o eslaide. Acho que tem um... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A principal mensagem que eu gostaria de trazer hoje é a de que a ciência tem o potencial de solucionar os desafios globais mais difíceis, mas que esse é um trabalho colaborativo que deve ser feito em conjunto pelo setor privado, governos e sociedade, para construirmos um amanhã melhor para todos. Novamente, nossos estudos corroboram essa ideia. Oitenta e sete por cento dos entrevistados acreditam que há consequências negativas para a sociedade se as pessoas não valorizarem a ciência.

E aqui começo a parte propositiva desse discurso. Gostaria de pontuar três iniciativas legislativas importantes no país pela visão da 3M. A primeira trata de mulheres e meninas na ciência. A ciência e a comunidade científica devem ser uma representação de nossa sociedade. Mulheres e meninas constituem a metade da população mundial e precisamos mostrar que elas também podem ser cientistas. Mais diversidade nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática levam a melhores soluções. Quando você injeta uma nova perspectiva em um projeto e em uma empresa, o potencial de isso gerar um impacto positivo é muito grande.

Na 3M temos um programa dedicado a incentivar que mais mulheres e meninas sigam nas carreiras da ciência. O programa já está na terceira edição e busca quebrar barreiras, eliminar estereótipos e criar um ambiente inclusivo que promova o desenvolvimento de talentos femininos no campo científico e tecnológico. Por meio de uma avaliação criteriosa, reconhecemos as 25 cientistas da América Latina, incluindo profissionais do Brasil que estão impactando nossas comunidades por meio de seus trabalhos.

Vale citar que o nosso estudo aponta que 77% dos brasileiros acreditam que mais precisa ser feito para incentivar e manter os estudantes de grupos sub-representados engajados na educação das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Por isso, somos favoráveis...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA BLIKSTEIN – ... à aprovação do Projeto de Lei nº 840, de 2021, que dispõe sobre o estímulo à participação feminina nessas áreas. O projeto já foi aprovado aqui no Senado, sob o número 398/2018, mas está hoje aguardando parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados.

A segunda iniciativa trata de investimentos em pesquisas de desenvolvimento, que é a Lei do Bem. Diversos estudos acadêmicos que utilizam padrão ouro relatam o aumento dos investimentos e da produtividade das empresas que o utilizam. Como sempre, há espaço para a melhoria. Por isso, apoiamos o Projeto de Lei nº 2.838/2020, de autoria do Senador, aqui presente, Izalci Lucas, que atualmente está com o Senador Marcos Pontes, como o Relator da matéria nessa Comissão.

E, por fim, a terceira iniciativa que gostaria de destacar está relacionada a questões ambientais: 62% dos brasileiros indicaram como um dos temas mais importantes a necessidade de aumentar os esforços para minimizar mudanças climáticas. Esse esforço deve contemplar políticas públicas que incentivem empresas a reduzirem suas pegadas ambientais, gerando menos resíduos, consumindo menos energia e emitindo menos gases do efeito estufa.

Por isso, acreditamos que devemos avançar em discussões sobre o mercado regulado de carbono, como o Projeto de Lei nº 528/2021 e o Projeto nº 2.148/2015, que estão na Câmara dos Deputados, bem como o Projeto nº 412/2022, de autoria do Senador Chiquinho Feitosa, e o Projeto de Lei nº 2.229/2023, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que tramitam atualmente nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, senhores, a importância da ciência na sociedade atual não pode ser subestimada. Ela é essencial para enfrentar os desafios que temos pela frente e para impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do nosso país.

Agradeço a atenção de todos e coloco-me à disposição para qualquer questionamento ou colaboração futura nesse importante tema.

Como eu disse anteriormente, a nossa equipe, aqui presente, de relações governamentais, vai enviar o estudo completo que eu mencionei antes. Contem sempre com o nosso apoio para a formulação de boas políticas públicas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Adriana.

Bem, só para informar que, com o intuito de conhecer a visão, o interesse e o grau de informação da população em relação à ciência e à tecnologia no país, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Centro de Gestão e Estudo Estratégico (CGEE) realizaram a quinta rodada da pesquisa sobre "Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil", agora no ano de 2019.

Com base nessa pesquisa, as questões sugeridas são as seguintes: primeiro, constatou-se que o acesso à informação é limitado e que as visitas a locais de ciência e tecnologia diminuíram. Em 2019, 82% dos brasileiros não visitaram ou participaram de iniciativas em locais de ciência e tecnologia. Então, depois, podem responder. Pergunto aos convidados o que fazer para modificar esse cenário.

Também as evidências retratam, nos principais meios de comunicação, que o consumo de informação sobre ciência e tecnologia também caiu. Não por acaso, poucos entrevistados souberam citar o nome de um cientista ou de instituições de ciência. Os resultados apontam que 90% dos brasileiros não se lembram ou não sabem apontar um cientista no país e 88% não se lembram ou não sabem indicar uma instituição do setor. Até mesmo as universidades foram pouco citadas. Como podemos popularizar a ciência e torná-la algo mais próximo do cidadão comum brasileiro?

São questões que a gente levanta aqui.

Eu atrasei, inclusive, a abertura desta audiência, em função da homenagem que fizemos a Alberto Santos Dumont, que completa 150 anos. Tivemos, então, uma sessão bastante interessante e também a exposição de várias invenções do nosso conterrâneo Santos Dumont. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra, se me permitem, eu vou passar para a Marcia Cristina Bernardes Barbosa, da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Marcia Cristina.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora, sim.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão para poder conversar com vocês e me desculpar por estar fazendo isto remotamente. Na verdade, estou fazendo remotamente porque eu estou aqui, no Sul do Brasil, para abrir um evento e a minha palestra será, justamente, sobre por que fazer ciência e por que falar de ciência.

Eu tenho certeza que tanto o Yurij como o Atila vão trazer dados sobre a percepção pública da ciência, mas eu queria compartilhar com vocês uma preocupação adicional. Randall Munroe, um cartunista estadunidense, lá em 2010, fez um cartum que é mais ou menos assim: em uma universidade, está lá a aluna que vai falar com a professora. "Professora, olha só que absurdo, aquela pessoa ali pensa que o mundo tem só 6 mil anos!". A professora, em sua arrogância acadêmica, diz: "Que importa o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa pessoa pense, a gente sabe que o mundo tem mais de 4 bilhões de anos". A aluna continua insistindo, dizendo: "Não, mas a gente tem que fazer alguma coisa, porque essa pessoa está pensando equivocadamente". A professora continua insistindo. Aí, finalmente – o cartum não é meu, é do Randall Munroe –, a aluna diz: "Mas, professora, essa pessoa é um Senador da República!". Aí a professora diz: "Olha, nós temos um problema".

Na verdade, nós temos um problema porque a população em geral, que termina exercendo cargos de decisão, embora olhe para a ciência como quem vai resolver os problemas que essa população identifica – e agora a mudança climática é um dos problemas – essa mesma população não reconhece a autoridade do conhecimento.

O que é essa autoridade? Não tem confiança nessa autoridade de conhecimento. Autoridade de conhecimento é quando um conhecimento te diz para fazer uma coisa que tu não estás muito a fim de fazer.

Então, enquanto a população diz "não, nós temos que resolver o problema climático", se eu disser "vocês têm que parar de andar de carro e passar a caminhar ou ir de bicicleta", esse reconhecimento não é exatamente aceito. Ele é aceito quando a gente faz muita campanha. Então, para vacinar, temos que fazer muita campanha. Para as pessoas pararem de fumar, tivemos que fazer muita campanha.

E a razão... Não sou eu dizendo isso. Max Weber, que foi um grande filósofo do mundo ocidental, dizia que a população, as pessoas reconhecem somente três formas de autoridade, que é a autoridade da política, dos anciões – não querendo chamar políticos de anciões, mas dos anciões –, a autoridade legislativa – de quem cria as leis, da lei, da justiça – e a autoridade carismática. E a ciência nunca esteve nesse grupo. Ela não é feita desse conhecimento, dessa coisa dos anciões, dos poderosos, ela não é lei, embora a gente fale de Leis de Newton, e ela também não é nem um pouquinho carismática.

Então, a gente precisa criar na população uma confiança nessa autoridade do conhecimento. Isso só é possível ser feito através da educação. Então, hoje em dia, a educação... A gente estava conversando até um pouquinho antes de começar a audiência, depois descobri que até estava sendo uma discussão pública, mas que é uma discussão instigante, em que a educação precisa trazer não só novidades, com o fato de que jovens e estudantes não estão com a mesma dinâmica de ficarem sentados numa sala de aula que parece uma linha de montagem, mas eles também precisam ter a construção de um conhecimento que não é mais um conhecimento de memorizar.

Então, antigamente, vamos dizer assim, o que a gente aprendia? A gente aprendia através de fórmulas, porque elas não estavam disponíveis. Então, assim, força, pegando da minha área, é massa vezes aceleração. Esse é o aprendizado em que tu memorizas e que tu não crias uma confiança nesse conhecimento. Então, o que a gente precisa também reconstruir é a maneira como a gente transmite esse conhecimento, ter uma discussão fundamental sobre o que é o método científico, esse método científico que nos deu hoje a possibilidade de a gente ter uma longevidade que vai até mais de 80 anos, quando na Idade Média, antes da gente ter uma série de descobertas científicas fundamentais, era 35 anos.

Então, assim, esse crédito a ciência ganhou. E ele precisa ser incorporado como uma meta, as pessoas entenderem o método. De onde vem essa afirmativa de "olha, gente, não vamos fumar mais porque faz mal para a saúde", "olha, gente, nós vamos ter que mudar nossos hábitos de consumo para proteger o planeta". E as pessoas terem confiança nesse debate, que ainda vai ser público... É um debate que precisa ser feito também nas redes sociais, mas que ele tem que nascer no nosso processo educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E esse debate sobre que ciência, como se faz ciência, qual é o processo de fazer ciência, incorporado ao nosso processo educacional, tem que estar associado a uma questão para que a Adriana chamou atenção, que é a diversidade.

Enquanto a ciência for executada por uma parcela da população que é notadamente de homens brancos, de mais favorecidos de uma certa região do país e de uma certa classe social, vai ser muito difícil a gente contaminar toda a população com essa questão do conhecimento científico. Eu sou física e, como física, gosto de ousar. Então, eu acho que nós precisamos fazer uma construção que pegue o mantra que Max Weber colocou de que a gente só tinha essas três formas de autoridade e expandir isso para a autoridade do conhecimento através da educação, mas uma educação sobre método científico, sobre ética em geral, inclusive ética científica, que envolva todas as camadas da população. Então, eu me uno muito fortemente a esse apoio ao PL 840, que inclui um pedaço importante da população que são as mulheres, mas com um olhar de a gente ampliar essa inclusão para outros setores da população.

E, nesse sentido, eu já vou anunciando que a Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos vai lançar um edital para a gente compreender o que pensam os jovens de periferia, porque a gente precisa urgentemente, no nosso processo educacional, mais do que ter as cotas que permitam que essas pessoas entrem nas universidades, ter mecanismos para que permaneçam e para que esse grupo de pessoas termine também desejando ir para as áreas científicas ou pelo menos ir conhecendo, confiando na ciência não só da boca para fora, mas confiando na ciência a ponto de a gente ser capaz de mudar os hábitos dessa nossa população. Então, temos que arranjar mecanismos de apoiar diversidade – e o PL 840 é um desses mecanismos –, mas temos que ampliar esses mecanismos para outras camadas da população e urgentemente compreender quais são as metodologias de ensino e aprendizagem que precisam ser aprimoradas para que nossos jovens que são a próxima geração, que vão ser os próximos que vão tomar decisões tanto no mundo acadêmico como no mundo político e no mundo empresarial, saibam o que é o método científico e, com isso, construam essa confiança na autoridade do conhecimento.

É isto que eu queria trazer: um pouco de provocação.

E obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Muito bem, Marcia. É isso mesmo. A gente precisa... Apesar de ser o óbvio de que tem ser através da educação, no Brasil, nem sempre o óbvio é reconhecido. Eu aprendi que a sabedoria é reconhecer o óbvio. É óbvio que tem que ser através da educação, mas a gente precisa também pegar um pouco dessas publicidades que saem dos estados, muitas vezes propagandas enganosas, e botar coisas institucionais, exatamente para sensibilizar a população das coisas que são importantes.

Eu vou passar para a Laila, mas, antes, Laila, rapidamente – e você já pode abordar alguma coisa –, tem aqui a Bárbara Matos, de Minas Gerais: "Existe algum planejamento para aproximar a educação básica do fazer científico?". De fato, não tem... Hoje, dificilmente, nas escolas públicas principalmente, você encontra laboratórios de incentivo à ciência.

Pedro Pecanha, do Rio de Janeiro – deve ser "Peçanha" –: "Como essa Comissão poderia colaborar na promoção da ciência e na construção de uma percepção pública sólida?".

Pedro Placido, de São Paulo: "Como demonstrar ao grande público que as ciências humanas são, de fato, ciência, e não opiniões, achismos ou ideologia?".

Felipe Molski, do Rio Grande do Sul: "Como aproximar da sociedade a divulgação científica, além dos divulgadores científicos de redes sociais e plataformas digitais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Danilo Filho, de Santa Catarina: "Por que a [...] baixa cobertura vacinal da sars-covid-19 [...] [causou] reflexos tão acentuados na cobertura das demais vacinas?".

Jonatha Egidio, do Acre: "Que retornos de curto e longo prazo o desenvolvimento científico pode trazer para um país como o Brasil [...]?".

Pedro Hoffmann, do Rio Grande do Sul: "Quais são as estratégias e objetivos do Governo para a formação de novos cientistas e garantia de trabalho para este pessoal qualificado?".

Lucas Mourão, de Goiás: "Como garantir a sustentabilidade da ciência para jovens pesquisadores [que] encontram um mercado de trabalho cada vez mais restrito [...]?".

Raphael Assis, de Minas Gerais: "O Governo tem interesse em combater pseudociências nas universidades? [...]".

Carlos Eduardo, do Distrito Federal: "Como a promoção da alfabetização científica pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a formação de cidadãos mais críticos?".

Isadora Silva, do Rio Grande do Sul: "Precisamos pensar em mais programas que incentivem a participação das mulheres negras e de outras minorias nas ciências naturais e exatas".

Alexandre Kitagawa, de Santa Catarina: "A importância da ciência deve ser abordada nos anos iniciais do ensino básico com apoio a eventos como feiras científicas".

Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "Sem educação básica de qualidade [...] a nossa contribuição científica fica cada vez mais prejudicada".

Passo, então, para Laila Salmen Espíndola, Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRA. LAILA SALMEN ESPÍNDOLA (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade. Estou aqui, então, representando a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). É uma honra estar ao lado da Profa. Helena Nader, que é a primeira mulher Presidente da Academia Brasileira de Ciências, mas, antes de qualquer coisa, ela é a SBPC. Foi nossa Vice-Presidente e Presidente durante anos.

Então, obrigada, Senador.

Eu sou Professora Titular da Universidade de Brasília. Estou aqui como diretora. Não posso falar que eu estou substituindo nem a Helena Nader, nem o Renato Janine, que são pessoas insubstituíveis.

A SBPC tem a grandeza de agregar mais de 170 sociedades científicas de todas as áreas do conhecimento. A vitalidade da SBPC, do alto dos seus 75 anos, que completará no próximo dia 8 de julho, com atuação política forte, ainda que não partidária, está na luta para manter sua missão em defesa do ordenamento político brasileiro.

Nunca houve, na história deste país, tamanha perturbação da ordem gerada e agravada por *fake news*, o que aumenta a incumbência da SBPC de zelar por causas nobres e prementes. A divulgação científica precisa ser a palavra de ordem para vencermos a guerra contra a indústria produtora de *fake news*, mesmo sabendo que esta é de interesse de muitos que querem manter o Brasil como um balcão de negócios, de negócios próprios.

Vou citar aqui a pesquisa que o Senador já citou, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, o INCT, em comunicação pública da Ciência e da Tecnologia, coordenada pela Profa. Luisa Massarani, vice-coordenada pelo Prof. Ildeu Moreira, Presidente de honra da SBPC, que analisou em nosso país a possibilidade de abalo de confiança da sociedade na ciência durante a pandemia.

O Senador citou uma pesquisa de 2019. Essa foi feita após. Nessa daqui, os pesquisadores entrevistaram 2 mil pessoas, com 16 anos ou mais, entre agosto e outubro de 2022, distribuídas entre municípios brasileiros de todas as dimensões, a fim de garantir dispersão e representatividade regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A confiança dos brasileiros na ciência não é baixa, mas parece ter sido afetada negativamente por campanhas organizadas de desinformação, que cresceram, em quantidade e impacto, durante a pandemia da covid-19.

O desconfiar da ciência foi mais frequente entre as pessoas que moram na Região Centro-Oeste, independentemente da escolaridade, renda ou idade, mas essa desconfiança tende a ser marcadamente maior entre pessoas que cursaram apenas o ensino fundamental e que possuem menor acesso à informação e ao conhecimento científico.

Outro aspecto foi a declaração de não confiar na ciência tender a ser mais frequente entre pessoas que declaram ter valores opostos ao da equidade ou igualdade de gênero.

Bom, como professora do curso de farmácia, de farmacognosia, e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Medicina da UnB, eu quero lembrar aqui do advento do vírus HIV, o vírus da imunodeficiência humana, que provocou uma baixa de humanidade ao redor do mundo, o que levou à recrudescência de doenças como, por exemplo, a tuberculose, doenças dadas como controladas, como a sífilis, baixa de imunidade associada à miséria, às inadequadas condições de saneamento sanitário, às mudanças climáticas, aos presídios lotados e às *fake news*, por exemplo, contra vacinas. Caxumba, rubéola, sarampo e, pior: crianças com paralisia infantil vítimas de pais vacinados que acreditam em *fake news* ao ponto de sacrificar seus próprios filhos. É um fato que, realmente, nós não podemos tolerar.

O aumento da resistência de parasitas, por exemplo, os causadores de leishmaniose ou outros causadores das doenças negligenciadas que afligem nossa gente; a necessidade de controlar o mosquito *Aedes aegypti*, vetor da dengue, da zica, que adoeceu nossas crianças no início de 2016 com microcefalia, chicungunha; febre amarela urbana e tantas outras arboviroses; bactérias e fungos que não respondem aos medicamentos disponíveis, fungos já resistentes a medicamentos que nem chegaram por aqui, que invadem os hospitais causando infecções, levando os pacientes vítimas da epidemia do câncer, que assombra os países desenvolvidos e que chega com força ao redor de nós.

Muita coisa mudou. O câncer não é doença de pessoa idosa. Pessoas de 30, 50 anos correspondem à maioria, por exemplo, de pacientes com câncer de colo. Essas pessoas precisam saber que é necessário fazer exames para detecção precoce, senão não tem como tratar. As pessoas precisam saber que o controle do maldito mosquito listradinho da dengue depende de cada um de nós, porque eles estão nas nossas casas, não é? Todos precisam fazer o controle. Sem falar da chegada do soberano SARS-CoV-2, que comandou o mundo com a covid-19, que veio com força, diminuindo a imunidade, inclusive a nossa, dos que conseguimos sobreviver no Brasil.

Somos sobreviventes do negacionismo científico e sanitário, oficialmente instalado neste país durante o auge da pandemia. Termos ficado vivos representa, com certeza, uma missão. Precisamos nos unir para combater *fake news*, reafirmando os valores éticos do conhecimento científico, para recompor a saúde. Para recompor a saúde, precisamos priorizar a inclusão social em todos os níveis, em todos os sentidos, considerar o meio ambiente como patrimônio a ser estudado e defendido, restabelecer o papel decisivo da educação e da ciência. Investir na disseminação do conhecimento científico significa prevenir doenças. Significa também contribuir com a economia, pois, além de manter a saúde física e mental da nossa força de trabalho e das nossas famílias, significa reduzir gastos com saúde, significa preservar o SUS.

Esses mesmos pesquisadores do INCT em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, na realidade, vêm, desde 2005, fazendo sistematicamente essa pesquisa com a sociedade, mais ou menos a cada quatro anos. Então, essa rodada que o senhor citou foi a quinta rodada, essa que eu citei aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pandemia foi a sexta rodada dessa pesquisa. E a gente viu aí que, em relação à quinta rodada, que foi em 2019, para essa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAILA SALMEN ESPÍNDOLA – ... a sociedade, na época, na quinta rodada, mostrava uma visão positiva sobre a ciência. Os brasileiros expressavam, em 2019, acreditar e confiar na ciência e nos cientistas, inclusive apoiando o financiamento da pesquisa brasileira, e isso caiu nessa pesquisa durante a pandemia.

Então, nós precisamos retomar essa comunicação, para que os brasileiros saibam que nossas instituições de ensino, pesquisa e extensão, como as universidades, são importantes para a sociedade. Eles nem reconhecem que as universidades fazem pesquisa, como o senhor citou. Formamos recursos humanos qualificados e, junto com institutos e fundações públicas, coma a Fiocruz, etc., somos responsáveis por produzir 95% da ciência brasileira.

Em breve, completarei 25 anos na UNB e acompanhei a sua transformação, com a sorte da inserção da política pública de cotas, a inclusão de jovens, a maioria fortemente fortalecidos, por conseguirem vencer o longo caminho que fizeram até chegar lá, por estarem lá. Isso mudou a universidade. Além de colorir, de embelezar, somou inteligências. Nós precisamos de todas as inteligências, e isso faz a história da identidade da Universidade de Brasília e de todas as outras, a identidade do Brasil.

Então, senhoras e senhores, Senador Izalci Lucas, as pesquisas mostram a dramática desigualdade de acesso ao conhecimento científico, as diferenças na possibilidade de democratização e apropriação do conhecimento, em função da renda, da escolaridade, da idade e do gênero. Isso ainda não mudou, apesar do esforço de políticas públicas que haviam sido anteriormente instaladas e que foram enfraquecidas nos últimos anos.

Tem algo que ainda não foi suficiente e que precisamos fazer: instalar e reforçar políticas públicas com campanhas educacionais; apoiar as novas possibilidades de divulgação dos conteúdos e métodos científicos; inserir educadores, jovens, jornalistas; amparar esta missão, como fonte de inspiração acerca do lugar que queremos para a ciência em nossa sociedade.

A SBPC vem, há 75 anos, trabalhando, sem tréguas, pela luta da institucionalização da ciência – está aqui, prova real – e tão arduamente, nos tempos obscuros vividos durante a pandemia brasileira. Proponho, em nome da SBPC e de nossa gente, sobretudo dos nossos jovens, com quem a gente está lá, cuidando, dia e noite, na UNB, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que juntos trabalhemos para restaurar a dignidade nacional, recompor a saúde, a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia – que é filha da ciência –, a defesa do meio ambiente, dos povos originários e do conhecimento tradicional que eles detêm, além de serem defensores de nossas florestas, e para incluir as pessoas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Antes de passar para a Helena Nader, a gente precisa, de fato, instituir campanhas oficiais. Talvez a SBPC pudesse ser essa instituição oficial, primeiro, para combater as *fake news*. Acho que qualquer uma que saísse, na área da saúde, teria que ter, imediatamente, um posicionamento da SBPC ou de outra instituição, mas a SBPC tem a credibilidade para fazer isso.

Que a gente também colocasse nas rádios – não é? –; tem tantas rádios no Brasil em que a gente poderia colocá-las. Eu fiz, várias vezes, um programa com um minuto de ciência, tecnologia e inovação. Então, é passar para a população, numa linguagem bem didática, porque também a ciência tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

linguagem muito complexa e a gente precisa traduzir isso de uma forma que todos entendam direitinho, mas é necessário.

Eu, inclusive, já anunciei que vou, semana que vem, apresentar um requerimento, na próxima reunião da CMO, para a gente fazer uma audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, porque não se faz ciência com discurso, não é? Tem que ter recurso. E é estranho que o Centro-Oeste – nós temos aqui a Embrapa e até fizemos, antes de ontem, aqui, os 50 anos da Embrapa... Mas o Centro-Oeste devia, pelo menos, reconhecer o papel da Embrapa no Cerrado aqui, que foi de suma importância.

Mas aqui está chegando toda hora:

João Neto, do Rio de Janeiro: "O Governo tem investido no desenvolvimento de medicamentos, na prevenção de doenças, em pesquisadores, em cursos universitários?".

Marcelo Morales, do Rio de Janeiro: "Quais as ações realizadas para o enfrentamento da pandemia no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação? Continuam vigentes para o enfrentamento de outras viroses?".

Israel Yamane, de São Paulo: "Qual é a importância da ciência se os resultados dos estudos se restringem apenas aos fomentadores e patrocinadores nas pesquisas?".

E Paulo Silva, do Rio de Janeiro: "Entendo que deveria haver mais investimentos na educação fundamental para melhor entendimento da educação científica."

Estão chegando... Quem quiser participar é só acessar o e-Cidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Passo então, agora – e, se eu conheço um pouquinho de ciência, acho que eu aprendi com a Helena, porque eu fui Secretário duas vezes –, à Helena Nader, que é Presidente também da Academia Brasileira de Ciências.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (Para expor.) – Senador Izalci, para mim, é uma honra estar aqui hoje. O senhor – eu vou começar por aí – tem sido, realmente, um apoio de verdade às causas da ciência, tecnologia e inovação.

Tem poucas pessoas aqui, mas tem muitos nos assistindo. O Senador Izalci foi o Relator da Lei nº 13.243, que deu o marco que a gente, carinhosamente, chama de "marco legal da ciência, tecnologia e inovação". E o papel dele foi fundamental. E, depois, sequências, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Colocamos na Constituição...

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – Foi! Foram anos. A mudança, a Emenda Constitucional nº 85, etc. Então, o senhor, de fato, acredita na ciência, tecnologia, inovação e educação e as defende.

Eu queria cumprimentar aqui a mesa, a Adriana e a Laila. Vocês trouxeram pontos muito relevantes. Eu vou tentar trazer alguns complementos em relação ao que já foi dito, para não cansar a todos com muitos números.

A negação da ciência não é de hoje. Negar ciência... Quem não conhece a história de Galileu Galilei? Porque se chegou até às torturas. Aqui também, mais ou menos, em alguns casos, porque tortura não precisa ser só a física; a tortura psicológica, às vezes, é até mais eficaz e mais doída do que a tortura física. Mas Galileu Galilei teve que, provando essa teoria – lembram-se? –, virar e dizer uma frase: "Você pode fazer o que quiser, mas *eppur si muove,* ela se move. O que você quer que eu faça? Que eu negue que a Terra gira?".

Curiosamente, isso foi numa época, mas está voltando. É isto que eu quero trazer: a negação da ciência está muito exacerbada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem um artigo, que eu recomendo, de uma entrevista que saiu na *Folha de S.Paulo*, dia 22, com Peter Hotez, que é um dos pais... Ele desenvolveu uma vacina da Universidade do Texas, muito mais barata do que as vacinas tradicionais, as não tradicionais, de RNA, etc. E ele deu uma entrevista que é muito importante, que eu acho que deveriam todos ler, porque é um movimento mundial. O Brasil está dentro desse movimento. "A quem interessa?", é a pergunta dele. E isso é muito sério, porque a negação... É como a Laila já trouxe: o pai vacinado, que não teve poliomielite por causa da vacina, não está vacinando o seu filho.

Então, eu vejo que tem medidas que precisam transcender algumas coisas da chamada liberdade, porque a criança é responsabilidade do Estado brasileiro e não podemos nos esquecer disso. A criança não sabe dizer que quer tomar a vacina, mas o Estado brasileiro sabe que ela precisa da vacina.

Então, a gente tem que começar a pensar como é que eu faço avanços, porque só nos reunirmos não vai resolver o problema. A taxa de vacinação está muito abaixo. A Ministra Nísia está fazendo propaganda – boa propaganda –, colocando-se muito bem, mas as taxas não estão melhorando. Nós temos que entender que fenômeno é esse.

E aí eu trago de novo a fé. A fé é uma coisa; a ciência é outra. Elas são compatíveis? São. Elas são excludentes? Não são. Agora, quem está excluindo a ciência é a fé, um grupo de fé, e não pode ser assim. A Terra é plana. Eu me lembro sempre do nosso ex-Ministro Astronauta, agora Senador Marcos Pontes, dizendo: "Olha, eu estive lá em cima, eu vi, é redonda". Não adiantou, porque os terraplanistas continuam. E não é gente inculta, é gente que tem maior... A quem interessa? Você já trouxe alguns dados, a Márcia trouxe, a nossa secretária trouxe, a Adriana. A gente tem que pensar, e o Congresso Nacional tem essa função.

Por outro lado, e você me conhece bem, eu também fico às vezes assustada, pois o Congresso Nacional muitas vezes vota contra coisas que ele mesmo criou. Tem algumas leis que foram aprovadas ou que estão caminhando e que vão na contramão daquilo que o próprio Congresso colocou como prioritário.

Então, eu não entendi como é que, da Câmara, chega aqui, e ainda bem que vocês reverteram no Senado, a ciência no teto, que não é mais teto – sei lá os nomes; vai mudando o nome, mas é a mesma coisa –, o teto de gastos?! Vamos deixar com esse apelido. O Senado mudou. Volta para a Câmara.

Sem recurso, não existe nem educação nem ciência. Sem educação, não vai existir ciência. Eu sempre comento que você tem uma linha de montagem que começa com a educação, que vai gerar a ciência; a ciência, que vai gerar a tecnologia; e a tecnologia, que vai gerar a inovação.

Está na hora de o Brasil decidir o que ele quer ser, não quando ele crescer, porque ele já está com 523 anos. Ele já teve bastante tempo. Como é que o Congresso me aprovou a destruição que acabou acontecendo? Vocês lembram. O próprio Ministério do Meio Ambiente.

Como é que a gente acredita que ciência e tecnologia – o senhor se lembra da minha frase – não é gasto, mas é investimento? No mundo inteiro se chama investimento. Aqui é gasto. Gasto é algo que você gastou, deu certo, não deu... Na hora em que você investe, você está esperando um retorno. É um conceito que a gente vai ter que mudar.

A outra coisa que eu queria trazer de novo, eu respeito todas as religiões, como também eu respeito quem não tem religião porque isso é o direito de cada cidadão. Agora, eu não posso aceitar, e tem leis correndo aqui, o ensino do criacionismo. Não poderia nem ser aceito. Muda de nome, põe um apelido. É compatível ter a fé e é compatível ter a ciência. A fé você não comprova. A ciência, essa é a diferença, Popper já dizia, é a comprovação. E você está sempre se aproximando. Essa é a beleza da ciência, você não tem a verdade absoluta. Esse ponto também é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quem diria que nós chegaríamos num plástico biodegradável ou num plástico que seria feito pela reciclagem? Há 20 anos diriam: "Você está doido!". Ou que o carro elétrico poderia se tornar realmente ciência? A ciência está em todas as atividades humanas.

Então, como eu posso, partindo para encerrar...

Por que está tendo essa dimensão tão grande ampliando-se as *fake news* sobre o valor da ciência, sobre a vacina, sobre mudanças climáticas?

Eu fiquei feliz de ouvir que na sua pesquisa as pessoas estão acreditando, porque a gente não vê isso, de fato, no dia a dia. No dia a dia nós não estamos vendo esse comportamento. Todo mundo se acha dono do planeta. E as pessoas se esquecem da saúde única.

O mundo ficou doente porque não acreditou na ciência. Essa é a realidade. O alerta sobre o SARS-CoV-2 já tinha sido dado. Tivemos três epidemias – que não foram pandemias – só neste século: a Mers, o SARS-CoV-1 e o SARS-CoV-2. Todos coronavírus. E se sabia que viriam. Aqui no Brasil, Senador, nós temos que tomar muito cuidado, porque não é só o desmatamento em si que não é bom, mas o que o desmatamento provoca: emergência de vírus. E nós já vimos que no Peru surgiu um vírus diferente muito grave. Aqui no Brasil também tem os trabalhos do Pedro Vasconcelos mostrando, só que tivemos sorte, porque ele ficou restrito a uma área, a um pedaço muito isolado. Então, nós podemos estar contribuindo para isso.

E como é que a gente vai mudar o conhecimento da população? Eu adoraria... Eu vi que tem várias perguntas ali e fiquei muito interessada. Achei todas geniais. Como é que a gente poderia responder a todas elas? Teria que ser um dia só respondendo perguntas. Mas são muito importantes todas as que foram apontadas.

Tem solução? Tem. Vai depender de quem? Não é só de Governo. Vai depender de cada um de nós. E como é que vai ser o cada um de nós? Já foi dito aqui: começa com a educação. Se a gente não cuidar da educação seriamente, nós vamos andar para trás. Nós já temos educação científica. É bem dada? Em algumas escolas sim, em outras nem... Têm escolas que até tem laboratório, mas a sala fica fechada. Tem outras que não têm nem janela nem banheiro. Eu andei muito o Brasil. Eu conheço muito o Brasil.

Então, a gente não pode generalizar a palavra "escola". Escola pública tem muitas. Nós incluímos todas. E nós vamos ter... A Márcia já apontou: qual é o ensino que esse jovem quer? Como é que eu faço? Eu vendo para ele uma droga especial que se chama ciência. Como é que eu o trago para junto e dizer: "Olha, pela educação e pela ciência, nós vamos mudar". Eu tenho que ter exemplos. Eu vejo dessa forma.

Nós vamos ter aqui o Atila, que é fantástico. Ele é. Quem sou eu para estar falando alguma coisa aqui? Mas talvez eles tenham uma resposta.

O que eu vejo é que as redes sociais, que são usadas tanto para o bem quanto para o mal, estão sendo usadas para o mal também – e muito ativamente. Muito dessas desinformações sobre vacina, o não fazer os exames, como você bem apontou, vêm pelas redes sociais. Como é que a gente vai combater isso? Não sei. Se eu soubesse, eu estava bilionária porque seria uma pergunta não de US$1 milhão, de US$1 bilhão.

Mas eu queria agradecer ao senhor, que mais uma vez trouxe para cá este debate, e dizer que nós apoiamos o PL 840, como também estamos estudando agora o seu, da lei do bem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – ... e torcendo realmente para que, aos 524 anos, ano que vem, o Brasil possa de fato ser aquele país que eu sonhei que ele seria, inclusivo, reconhecendo, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

segregador. Infelizmente a gente ainda continua não inclusivo e segregador, ainda. Mas de novo eu insisto: não é só governo que vai fazer isso. A gente põe muita esperança, vocês fazem as leis, e a gente carinhosamente, o Brasil fala, tem lei que pega e lei que não pega. Eu acho isso... Eu espero que a minha netinha mais nova, que está com três anos e meio – o senhor conhece bem, a Catarina –, cresça num país em que todas as leis que foram feitas peguem.

Eu lhe agradeço a sua dedicação ao Brasil e espero continuarmos juntos nessa luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Helena. Vindo de você, a gente fica muito emocionado.

Vou passar a palavra agora ao Professor da Universidade Federal de Minas Gerais Yurij Castelfranchi.

O SR. YURIJ CASTELFRANCHI (*Por videoconferência.*) – Está me ouvindo, está funcionando o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Estamos ouvindo bem.

O SR. YURIJ CASTELFRANCHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Bom dia a todas, bom dia a todos.

Eu peço autorização para compartilhar minha tela, porque não está funcionando.

Enquanto isso, eu queria, antes de tudo, agradecer o convite, a presença dos Senadores e das Senadoras, agradecer à Comissão, na figura do seu Presidente, Senador Izalci, por esse convite, que não só me deixou honrado como me deixou muito feliz ao ver a atenção que esta Comissão dedica a um tema crucial, que não é só o desenvolvimento da ciência e tecnologia em si, mas sua relação com o público. Então eu queria, nesta minha apresentação, mostrar por que é tão importante, relevante esse estudo da relação da ciência e tecnologia com os públicos brasileiros.

Acho que já está compartilhada a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim, já foi compartilhada.

O SR. YURIJ CASTELFRANCHI (*Por videoconferência.*) – Nesses poucos minutos eu queria colocar três pontos principais: por que é importante, estrategicamente, politicamente, conhecer as opiniões das pessoas sobre ciência, tecnologia, inovação, por que as pessoas importam e muito; um pouquinho do que sabemos hoje, apesar de que os colegas já mencionaram vários dados, então vou resumir rapidamente essa parte; e como os indicadores, esses estudos de entender como as pessoas se apropriam ou rejeitam a ciência, podem auxiliar nas políticas públicas.

A primeira questão que eu queria colocar é que, mundialmente, esses estudos de percepção pública da ciência, que existem com continuidade, inicialmente nos Estados Unidos e depois na grande maioria dos países do mundo, há muitas décadas, foram sempre considerados estratégicos. Nos Estados Unidos, no pós-guerra, foi evidente uma grande crise na imagem da ciência dos cientistas devido, por exemplo, a Hiroshima e Nagasaki, e uma grande crise política e de percepção pública quando os soviéticos lançaram o primeiro satélite artificial, que foi o Sputnik. E isso levou o Governo dos Estados Unidos a lançar uma série de pesquisas para entender por que havia poucos jovens norte-americanos querendo seguir a carreira científica, por que havia essa crise de imagem de confiança e o que podia ser feito politicamente. Então, as primeiras pesquisas foram feitas já na década de 50, a grande autora que foi chamada pelo governo a fazer essas pesquisas foi a antropóloga Margaret Mead, que foi ao redor do mundo pedindo para crianças, jovens e adultos desenharem, comentarem e falarem de ciência. Ela descobriu, por exemplo, que, na época, a maioria dos norte-americanos, apesar de considerar a ciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estratégica e relevante, dizia que não gostaria que uma filha ou um filho casasse com um cientista. Então, tinha um problema claro de imagem sobre o próprio cientista. Esses estudos levaram a um impulso muito grande de políticas públicas, de educação científica, de capacitação de jornalistas científicos, profissionais e a uma renovação nos museus – por exemplo, surgiram os chamados museus interativos de ciência e tecnologia de terceira geração, etc. Investimentos muito grande em projetos – por exemplo, como o Ciência para Todos os Cidadãos, etc. – foram fruto dos dados que chegavam nessas pesquisas.

Na década de 80 e 90, o mundo inteiro desperta para a importância de entender como que as pessoas veem a ciência, como que as pessoas aceitam novas tecnologias e rejeitam a ciência devido a novas crises, principalmente, socioambientais. Então, tivemos o desastre de Seveso, uma cidade na Itália, onde explodiu uma indústria que produzia dioxina; a catástrofe de Bhopal, na Índia, que matou milhares de pessoas numa noite; Chernobyl, obviamente; e a epidemia de vaca louca. Em todos esses momentos, foi muito claro que boa parte da população passou a desconfiar fortemente das autoridades políticas e das autoridades científicas. As pessoas achavam que os cientistas e os políticos estavam minimizando os riscos, por exemplo, estavam escondendo parte da verdade. Então, essa crise de confiança veio de longe e impulsionou os países do mundo inteiro a entenderem melhor como funcionavam essas reações da população sobre a ciência e tecnologia.

O que me importa ressaltar hoje é que, então, esses indicadores para entender o que as pessoas acham são considerados, na maioria dos países do mundo, estratégicos politicamente. Não são considerados uma pesquisa acadêmica, papo de cientista, para entender coisas mais ou menos relevantes, mas são uma parte integrante de todos os relatórios, por exemplo, da Unesco, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, da Academia Americana de Ciências, e fazem parte, há décadas, dos indicadores utilizados para entender o sistema de saúde, o sistema de políticas ambientais e, sobretudo, a qualidade e a saúde do sistema de ciência e tecnologia nacionais. Então, esses indicadores são incluídos nos livros brancos de indicadores do estado da ciência e tecnologia de um país como um capítulo, junto com quantas patentes e quantos doutores temos. Nos Estados Unidos e nas organizações transnacionais, esses indicadores são parte integrante da avaliação do sistema de ciência e tecnologia, ou seja, a ideia é que não tem como ter desenvolvimento tecnológico, não tem como ter inovação, não tem como ter competitividade econômica ou supremacia militar se apenas uma pequena parcela da população faz ciência, faz tecnologia e se apropria daquilo. A ideia é que o nível de apropriação do público impulsiona a capacidade de inovação e de fazer ciência do próprio país. Então, são considerados indicadores importantíssimos.

E a segunda questão é que, na discussão mais recente sobre o momento de crise da democracia que estamos vivendo, a ciência demonstrou ser uma peça central. A participação e a força de uma democracia dependem do grau de apropriação social da ciência por seus cidadãos. Não existe uma democracia forte se existem grupos diferentes em que uma minoria extrema entende e se apropria da cultura científica e uma grande minoria é excluída disso. Sobre isso, tem muitíssimos livros, estudando e demonstrando isso.

E queria colocar também uma segunda questão. O Brasil é um gigante nessa área, é um protagonista. O Brasil foi o primeiro país da América Latina: o Governo brasileiro, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o CNPq encomendaram para o Gallup, em 1887, logo depois da redemocratização do país, a primeira pesquisa na América Latina inteira do que o brasileiro pensa da ciência e tecnologia. E, depois de uma pausa, de um buraco de quase 20 anos, o Brasil regulamenta, via Ministério da Ciência e Tecnologia, e organiza os estudos, citados por vocês, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Eu tenho a honra de ter participado da equipe que produziu essas pesquisas em 2007, 2010, 2015 e 2019 e tenho a boa notícia de que estamos em marcha com a próxima pesquisa de 2023, que vai permitir aprofundar essa comparação do pré e pós-pandemia, descobrir como mudou a relação de brasileiros pacientes antes e depois da pandemia. E o nosso instituto, que também foi mencionado pelos colegas que me antecederam, o Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência, vem fazendo, também, muitas pesquisas com os jovens, com os adultos e participando de projetos que mapeiam, mundialmente, a autoridade cultural da ciência no mundo.

Então, nós temos muitos dados interessantes, e o Brasil é um protagonista internacional dessas pesquisas, junto com a Argentina, na América Latina, mas, infelizmente, esses resultados, esses indicadores chegaram relativamente pouco de volta para o mundo da política, auxiliaram relativamente pouco as políticas públicas.

Então, o meu segundo ponto é ver um pouquinho do que sabemos a partir de tantas pesquisas de tantas décadas, porque isso pode ajudar muito a pensar campanhas e políticas de educação científica, de letramento midiático, de incentivo à divulgação científica eficaz. A primeira coisa que sabemos é que a porta está aberta para fortalecer essa aliança, essa parceria entre ciência e público no Brasil, porque os brasileiros são uma das culturas, um dos povos, mundialmente, que mais apoiam a ciência, que mais acreditam no seu impacto positivo como motor de desenvolvimento.

Então, por exemplo, aqui, em vermelho, isso que está pequenininho na tela é a opinião média na União Europeia sobre o impacto da ciência e tecnologia, principalmente positivo, e o que eu bordei em azul é o Estado do Brasil. Vocês vão ver que o Brasil é um dos países do mundo que mais acredita, muito mais que os europeus, muito mais que os estadunidenses, num impacto, principalmente positivo, da ciência e da tecnologia na sociedade. São pouquíssimos os países que estão acima do Brasil nessa percepção em geral positiva. Tem a Suécia, a Dinamarca e a Estônia como países que estão um pouquinho acima, mas o restante dos países do mundo não têm uma visão tão positiva quanto a dos brasileiros. E 30 anos de experimentos confirmam, corroboram, esse dado. Há vários outros indicadores que mostram que, de fato, os brasileiros têm um interesse bastante alto por ciência e tecnologia e que foi aumentando nesses 30 anos. A porcentagem de pessoas que dizem que não têm nenhum interesse em ciência e tecnologia é menos de 15%. Então, a maioria dos brasileiros têm algum grau de interesse, gostariam de poder se apropriar melhor da ciência e da tecnologia.

O grau de confiança, que também foi mencionado, sim, foi impactado pela desinformação, mas foi impactado menos do que em outros países, os europeus, por exemplo. Então, em 2019 – e esperamos em breve ter os dados de 2023 –, o índice que a gente constrói, com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, de confiança em fontes de informação mostra para os brasileiros que, como fonte de informação, de longe as mais confiáveis são os cientistas que trabalham em universidades e institutos públicos de pesquisas junto com os médicos. E todas as outras fontes de informação, lideranças religiosas, jornalistas, etc., também abaixo desse grau de confiança que os brasileiros têm quando se trata de buscar fontes de informação.

O apoio à ciência dá para ver também por um outro item que a gente estuda há muitos anos, que é a pergunta sobre se os brasileiros acreditam que o Governo deveria aumentar os investimentos na pesquisa científica e tecnológica. Vocês podem ver que é uma maioria esmagadora da população. A porcentagem de pessoas que acha que deveriam ter cortes costuma ser bem pequena.

Mas, como também foi muito mencionado pelas colegas que me antecederam, essa atitude, essa porta aberta, essa janela que se abre para um diálogo entre ciência e sociedade não corresponde a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apropriação real, a um acesso real ao conhecimento. O grau de acesso ao conhecimento dos brasileiros é muito baixo comparado ao de outros países da América Latina e, sobretudo, marcado por uma desigualdade inacreditável. Vocês mencionaram já, o próprio Senador, que pouquíssimos brasileiros conseguem mencionar o nome de uma instituição de pesquisa, de uma universidade. Inclusive as pessoas formadas, ou seja, com graduação, não conseguem associar a universidade onde estudaram a um lugar onde se faz pesquisa. Muitos deles não conseguem fazer isso. Menos pessoas conhecem o nome de um cientista. Isso se mantém estável ao longo dos anos e, sobretudo, se mantém estável uma desigualdade incrível nesse acesso.

As pessoas que acessam museus, que participam de palestras, que acompanham a divulgação científica de qualidade que temos no Brasil – como o Atila, que bem representa – são, infelizmente, ainda pessoas que tendem a pertencer a uma camada de educação alta, são principalmente brancos, são pessoas que moram em território urbano, não rural. Então, há uma dificuldade muito grande na chance de construir essa ponte que os brasileiros mostram querer: maior comunicação, maior conhecimento, maior diálogo entre a ciência e a sociedade.

A outra coisa importante que nossos estudos mostram é que existem fatores que influenciam essas opiniões, as atitudes, os comportamentos. Esses fatores não são os mesmos para todos os brasileiros. Falamos do impacto da *fake news*, por exemplo, na questão da vacinação e de outras atitudes de rejeição de evidência científica, mas descobrimos, a partir dos dados, que esses fatores variam dependendo do tema científico – teoria da evolução, vacina e tal – e dependendo do grupo social.

Então, não é em todo caso que o fator central é a ignorância. Nós mostramos nas nossas pesquisas que existem pessoas com alto acesso ao conhecimento científico e que, mesmo assim, rejeitam a evidência científica por motivos de interesse, por razões políticas etc. e que a maioria dos brasileiros, que tem pouquíssimo acesso à informação e um baixíssimo letramento científico, em geral, apoiam, sim, a ciência. Não é apenas a ignorância, a falta de acesso ao conhecimento que gera atitudes de hostilidade, mas a desinformação tende a gerar, sim, incerteza – incerteza – e desconfiança nas instituições, não tanto no conhecimento científico.

Então, o meu último ponto é como que essas pesquisas podem ajudar, se voltam para a política como um instrumento de auxílio, em formular políticas que fortalecem tudo o que foi falado pelos colegas antes – educação científica, uma mais forte participação.

Primeiro, os indicadores podem ser usados para avaliar o impacto das políticas. Então, como o Senador Izalci mostrou, nós, a partir de 2007, tivemos um momento incrível no acesso das brasileiras e dos brasileiros a espaços e ações de difusão da cultura científica. Aumentava a visitação à biblioteca, aumentou radicalmente a visitação aos jardins botânicos, zoológicos e aquários, triplicou a taxa de visitação em museus de ciência e tecnologia, a participação nas Olimpíadas de Ciências e assim por diante, e isso caiu dramaticamente em 2019.

Então, esses indicadores podem mostrar muito bem se nossas políticas públicas estão funcionando e também muito bem o impacto dramático da falta de políticas públicas, da falta de apoio do Governo a esse diálogo que os brasileiros estão claramente demandando, na verdade.

Então, esses indicadores podem ajudar a formular políticas mais focadas, mais miradas de capacitação para divulgadores científicos, cientistas que querem divulgar, de incentivo, tanto no setor privado, para quem faz divulgação científica, como para que nossas universidades aprendam a fazer mais e melhor divulgação científica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso implica transformar não só as políticas em nível nacional, mas também as políticas universitárias, que tradicionalmente valorizaram muito pouco o trabalho extensionista, de diálogo direto com grupos da sociedade civil em ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente, que incentivam pouco os nossos professores a saírem do laboratório, do gabinete e dialogar com a população.

Os indicadores ajudam muito a entender quais grupos foram mais impactados pela desinformação, que tipo de divulgação podemos fazer para trazer de volta essas pessoas a participar de uma cidadania científica. Esses dados podem ajudar fortemente a entender os detalhes de como fazer novas políticas de educação, letramento científico e letramento midiático, porque mostram que a maneira de um jovem se apropriar da informação nas redes sociais é totalmente diferente da de um adulto. A maneira de uma pessoa que vive em um contexto rural ou de pessoas indígenas é totalmente diferente da de pessoas que vivem em grandes centros urbanos, que são brancas, por exemplo. Então, graças aos indicadores, nós podemos fazer políticas mais focadas, menos generalistas, mais miradas, que mudem de fato o comportamento, não só o acesso à informação das pessoas.

Isso vai dentro do grande tema da apropriação social das redes sociais. Nossos dados mostram que fazer melhor informação é fundamental, mas não é suficiente, porque não é apenas a informação que resolve a confiança, que resolve a vulnerabilidade a *fake news*, mas é principalmente uma relação, ou seja, uma apropriação em termos de participação. Então, nossos resultados tanto do INCT, do nosso Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, em sua pesquisa recente, quanto dessa série histórica, que fizemos com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o CGEE, mostram, de um lado, a clara necessidade de regulamentar melhor como se faz, como se apropria, como os algoritmos decidem o que temos mais chances de ver e não ver nas redes sociais... Mostram claramente a força dessas pesquisas. Nós precisamos que essas pesquisas tenham uma continuidade histórica, que sejam feitas repetidamente para termos um barômetro das atitudes, da confiança e do grau especialmente de apropriação do conhecimento e de participação.

Por fim, os indicadores mostram claramente que o problema não é apenas informação. Então, a educação é central se ela é feita de forma participativa, inclusiva, fortalecendo a diversidade na ciência e na escola. Então, novas iniciativas, como, por exemplo, as de ciência cidadã, dos laboratórios colaborativos cidadãos e das assembleias de cidadãos para discutir temas relevantes de ciência e tecnologia, são tão importantes quanto alfabetizar as pessoas, são tão importantes quanto ter audiência dos públicos nos nossos programas de divulgação científica.

Vou dar um exemplo, com que vou encerrar. Nós estamos finalizando, logo nestes dias, um grupo de pesquisa internacional com uma assembleia mundial de cidadãos, cidadãos "comuns" – entre aspas, pois não existe cidadão comum, mas é para entender cidadão não especialista –, sobre regulação da edição genética. É um tema pouquíssimo conhecido, pouco discutido e tão urgente, importante e impactante para a sociedade. Nós reunimos umas 25, 30 pessoas do Brasil inteiro, marcadas por diversidade total de trajetórias de vida, de formação, de região do país, e essas pessoas estão se reunindo quatro dias – vai se encerrar neste domingo essa assembleia – junto com cientistas, formulando questões, dilemas e debates que podem auxiliar a formulação de regulações participativas. Eu garanto para vocês que é surpreendente o que esses cidadãos estão fazendo com os cientistas. É incrível a "brilhanteza" – não sei se isso existe em português – ou são incríveis as ideias brilhantes que surgem a partir das demandas, das questões de cidadãos tão diferentes que colocam, às vezes, perguntas para os cientistas que os cientistas nem sabem responder. Tem perguntas para políticas sobre como regular a edição genética para o bem comum. Então, domingo, teremos a entrega do resultado final da assembleia. Nós esperamos muito ter a chance de apresentar isso para os Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadores aqui também. Isso será enviado também para órgãos transnacionais, como as Nações Unidas, projeto mundial, e para a imprensa. É um exemplo disso, ou seja, é um processo em que, ao mesmo tempo, as pessoas aprendem, se informam, são corretamente informadas por divulgadores, jornalistas, educadores científicos, mas fazem isso participando, se apropriando, produzindo de volta algo. Isso, pelos nossos dados, é um dos mecanismos que mais fortalecem esse novo pacto, essa confiança entre ciência e sociedade. Complementam muito as práticas de alfabetização científica e podem ser muito bem usados também para políticas educacionais nas escolas.

Muito obrigado. Agradeço a atenção e, novamente, o convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Yurij. Parabéns.

Para finalizar os nossos expositores, eu passo a palavra agora ao Atila Iamarino, que é divulgador científico.

O SR. ATILA IAMARINO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador. É uma honra também.

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim, estamos ouvindo bem.

O SR. ATILA IAMARINO (Para expor. *Por videoconferência.*) – É uma honra estar em uma companhia tão ilustre.

Eu sou um divulgador hoje muito mais presente na internet do que em outros meios. Saí da universidade para partilhar trincheira fazendo divulgação em redes sociais. Espero dar uma perspectiva complementar, diferente, mas que ressoa muito com tudo o que a gente ouviu até aqui sobre o que a gente passa na percepção pública e com algumas possíveis soluções do que dá para a gente fazer, dada a realidade do Brasil.

Queria começar acrescentando, Senador, que, na pesquisa do INCT, em que as pessoas não conseguem nomear cientistas brasileiros, instituições de pesquisa daqui. Quando a gente tinha acesso às respostas mais comuns, eu não lembro se é o primeiro nome mais citado, mas, entre os nomes mais citados de cientistas brasileiros estava Einstein, pelo menos na pesquisa de 2015. Então, não é só que as pessoas não reconhecem cientistas daqui, mas, entre quem acha que reconhece, muitas vezes, não estão pensando em brasileiros – menos ainda em brasileiras.

Vou tentar compartilhar minha tela aqui também, para fazer a apresentação de PowerPoint. Digam-me aqui se ela apareceu para vocês bem, porque ela não está aparecendo para mim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k.

O SR. ATILA IAMARINO (*Por videoconferência.*) – Vai ficar a tela aqui. Dois segundinhos. Perfeito.

Se não aparecer, eu... Ele não vai me deixar apresentar aqui; então, eu vou falar para vocês e vou seguir os meus eslaides aqui. Depois eu posso compartilhar com todo mundo os dados e as fontes que eu estou citando.

Complementando a pesquisa do INCT, a gente tem um órgão de pesquisa muito interessante, que é o Reuters Institute Digital Report

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Atila, a gente pode apresentar por aqui. Se você achar melhor, a gente apresenta aqui.

O SR. ATILA IAMARINO (*Por videoconferência.*) – Eu acho melhor. Se a gente puder começar pelo segundo eslaide, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATILA IAMARINO (*Por videoconferência.*) – Em último caso, posso apresentar sem os eslaides também, mas gostaria de mostrar para vocês as tendências.

Já podemos avançar direto para o segundo eslaide, para caber dentro do tempo que a gente tem. (*Pausa.*)

O próximo, desculpa. Isso, perfeito.

Então, aqui é uma pesquisa que eu acho bastante complementar, do INCT, que é de um instituto de Oxford, que pesquisa no mundo inteiro – o Brasil incluso – onde as pessoas preferem consumir notícias. Eu vou usar notícias como padrão de consumo de informação parecido com de ciência aqui, porque esse tipo de pesquisa para adultos, com essa regularidade, em mídias digitais, a gente não tem para o Brasil. O Brasil é um dos poucos países que estão inclusos no Digital News Report desde 2013, e a gente viu transições bem importantes.

Esse padrão que eu apresento na tela agora é um padrão mundial em que a gente vê, por geração. A cor mais escura, à esquerda das barras, é a geração de 18 a 24 anos em 2017, e a cor verde é de quem tem mais de 55 anos. Mesmo se a gente ainda tem as pessoas consumindo informação em rádio, meio impresso e TV, temos uma gama geracional muito diferente para cada um desses. Quanto mais velha a população, maior a tendência a ainda consumirem conteúdo em TV, rádio, meio impresso, e eu falo ainda porque, para as novas gerações que estão entrando e consumindo informação, a gente vê que elas estão indo direto para redes sociais, principalmente para o consumo *online*. E aqui, no Brasil, essa tendência é ainda mais exacerbada por redes sociais de mensagem, como WhatsApp e outros meios.

Vou entrar um pouquinho mais nisso. Quer dizer que os mais jovens estão consumindo informação em um meio que depende muito mais da curadoria por algoritmos, que é um consumo muito mais passivo de informação, e em que cientistas têm muito mais dificuldade para ter acesso a esses jovens, porque, diferentemente de uma rádio, de uma TV, de um jornal, que vai atrás do cientista, da cientista, pela sua competência, entrevista essa pessoa e abre esse espaço para ela, nesses meios digitais o espaço tem que ser conquistado ativamente. A gente tem que conseguir o "clic" e a atenção dessas pessoas, e isso é cada vez mais difícil.

Se a gente puder avançar para o próximo eslaide...

Bom, no Brasil, como é que isso se manifesta? A gente tem uma tendência maior do que muitos países do mundo a consumir a notícia no meio *online*, incluindo redes sociais – que é aquela linha em laranja no topo do gráfico de cima, à esquerda –, mas a gente vê uma tendência de queda de consumo de notícias exacerbada na pandemia, agora, em que o meio *online* continua sendo o mais usado.

O Brasil é um país bastante aberrante em relação a outros países da Europa, América do Norte e Ásia no consumo de notícias, porque nós usamos principalmente redes sociais e principalmente redes de mensagens – o WhatsApp se tornou o meio mais popular para consumo de notícias no Brasil agora, em 2023, superando as outras redes todas, inclusive o YouTube, que era o líder no Brasil por muitos anos e é onde eu faço a maior parte da minha comunicação –, e o Brasil tem uma série de outros comportamentos que são exceção em relação à grande parte do mundo e muito notáveis aqui.

Nós consumimos muita notícia em vídeo, o que pode ter uma relação com o avanço ou não da alfabetização no país, e é difícil de consumir notícia em vídeo no Brasil, porque o nosso plano de dados nem sempre é o mais favorável a isso. Então, é uma tendência que provavelmente seria mais exagerada ainda se as pessoas tivessem acesso a mais dados, para poder consumir isso, e mostra um aspecto de certas redes sociais dessas, que permitem mensagem de voz e vídeo, de tornar isso muito mais acessível para as pessoas do que a mensagem escrita. Eu sou um exemplo desses, de quem chegou a muita mais gente, a partir do momento em que eu comecei a aparecer em vídeo e em voz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós consumimos muita notícia, em vez de vinculada a órgãos específicos ou canais de notícias, a jornalistas e comentaristas, pessoas que emitem opiniões, e os brasileiros buscam muito pessoas que têm opiniões e são favoráveis e concordantes com o que essas pessoas acham desse tema. E são notícias que estão alinhadas ideologicamente e que vão ser compartilhadas e comentadas em redes sociais, principalmente em grupos de WhatsApp.

Então, enquanto europeus e norte-americanos preferem notícias mais isentas, sem opinião ou vinculadas a um canal como BBC, por exemplo, e não a uma pessoa, brasileiros seguem jornalistas, quando eles trocam de canais, e querem o comentário desses jornalistas no final da notícia, para poder compartilhar e comentar isso, o que quer dizer que a gente tem uma versão muito mais enviesada, talvez, da notícia que nós buscamos. Isso, entre todos, não só falando de jovens.

Se a gente puder ir para o próximo eslaide...

Entre jovens, vou usar a pesquisa do INCT sobre onde os jovens se informam sobre ciência: redes sociais, Google, YouTube, WhatsApp, Facebook e Instagram principalmente. Então, se a gente quer motivar os jovens, trazê-los de volta para a universidade, falar com eles e formar os futuros profissionais em pesquisa e ciência, esse é um meio muito importante para a gente falar com eles.

De fora dessa pesquisa aqui, por uma questão de *timing*, está o TikTok, que é uma plataforma que explodiu no mundo e no Brasil e que é a primeira plataforma que começa a substituir o Google como fonte de busca de informação na geração abaixo de 20 anos, o que preocupa muito o Google e mostra um viés ainda mais forte de busca por conteúdo em vídeo de curta duração que retenha a atenção só para aquele momento e já vai para outro tema, com o consumo passivo de informação sugerida por algorítimos.

Se a gente puder ir para o próximo eslaide...

E uma outra coisa que a gente tem de muito diferente no Brasil, que ficou muito evidente na pandemia: o resto do mundo, durante a pandemia, enfrentou um problema de desinformação que ia da população para instituições. Então, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia são alguns dos países que desenvolveram as primeiras vacinas contra a covid, e, mesmo assim, não tiveram altos índices de vacinação, em níveis, inclusive, menores do que os do Brasil, em muitos casos, porque tinha uma grande desconfiança da população em relação às vacinas, enquanto instituições e figuras públicas defendiam a segurança dessas vacinas para as pessoas se vacinarem.

Aqui no Brasil a gente passou pelo contrário: a gente tinha uma grande demanda da população por vacinas, por anos de trabalho muito competente de órgãos de saúde e de pesquisa no país, que era respondida com instituições e figuras públicas importantíssimas criando medo, pânico e desinformação a respeito das vacinas e promovendo curas alternativas que não funcionam, como cloroquina e outras coisas. Então, nós conseguimos uma proteção boa por conta da vacinação aqui, apesar de ter essa contracorrente de desinformação no país, que seguiu uma tendência bastante aberrante em relação ao resto do mundo, usando muito as redes sociais para poder promover essa desinformação.

E o que a gente pode ter de solução para isso, de atacar um pouco esse meio onde a informação circula?

Próximo eslaide.

Aqui no Brasil, citando de novo a pesquisa do INCT, a gente está bastante alinhado na conversa toda: médicos, médicas e pesquisadores de universidades públicas têm um dos maiores índices de confiança da população a respeito do que falam. Então, são pessoas que são muito buscadas pela população para saber onde se informar, mas são buscadas, como a gente vê, cada vez mais dentro de um meio *online*, que depende de um papel muito mais ativo e planejado de comunicação por parte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituições e dessas pessoas. E é muito importante ressaltar que esse índice de confiança também quer dizer que o estrago feito por esses profissionais quando desinformam em redes sociais tende a ser muito maior do que o feito por outros. Então, o fato de a gente não regular, não mediar, medir e punir profissionais de saúde e pesquisadores que desinformam em redes sociais também pode contribuir muito para a gente ter desinformação circulando, vindo justo das pessoas que a população brasileira mais considera e em quem confia.

E aí, para a gente partir para um exemplo do que a gente pode fazer a respeito disso, eu resolvi pegar no próximo eslaide um órgão muito conhecido mundialmente, talvez uma das instituições mais bem-sucedidas no mundo em termos de comunicação e reputação, que é a NASA, que constrói desde a década de 50 uma imagem muito forte no mundo inteiro – todo mundo conhece alguém que quer ser astronauta, a gente tem essa popularidade, inclusive aqui no Brasil, apesar de não ser um órgão brasileiro –, que já teve canais de TV, já teve estações de rádio e agora se dedica, por informação deles direta – deixo o *link* para vocês ali –, principalmente à comunicação e divulgação em redes sociais. A segunda maior prioridade da NASA, que vem logo depois da pesquisa, que é o que eles desenvolvem, é presença em redes sociais, com mais de 700 perfis diferentes. Twitter, Instagram, LinkedIn, a rede social que vocês quiserem, com exceção do TikTok, a NASA está presente com perfis dele e com perfis de outros profissionais, tanto de pesquisa quanto de astronautas. São mais de dez profissionais dedicados única e exclusivamente a bolar, pensar, desenvolver estratégias e postagem em redes sociais para poder promover para mais de 200 milhões de pessoas conteúdo constante do que a NASA faz, em perfis que vão tanto dos profissionais falando pessoalmente do que eles fazem, postando vídeo na Estação Internacional, postando a própria pesquisa, fotos do que mais produzem, quanto perfis institucionais, postando as últimas fotos que o satélite fez, uma semana do que for, do Sol ou de outra coisa falando sobre aquilo.

E eles dão treinamento e estratégia para todos os profissionais da NASA: pesquisadores, astronautas, todo mundo que entra lá vai aprender como usar, como postar, como usar o celular, como escrever, usar *hashtag*, perfis, como se posicionar ou não sobre tópicos quentes ou importantes. Eles têm uma linha de condução que não necessariamente funciona como censura, mas dá uma noção para as pessoas de como se portar profissionalmente nesses meios e como interagir com as pessoas. Os perfis oficiais interagem com celebridades, eles estão presentes em séries, filmes e outras coisas planejadas, feitas e desenvolvidas, e têm desafios com o público, têm postagens que são feitas com bom humor, com linguagem acessível, pensadas por quem entende disso, por estrategistas, para serem acessíveis e chegarem à população. Eles têm orçamento e planejamento para construir comunidades, manter essas comunidades por vários anos e fazer uma comunicação constante e repetida para essas comunidades. É assim que eles conseguem conduzir uma opinião favorável da população norte-americana sobre ciência, para o órgão que faz pesquisa que é a NASA.

Aqui no Brasil, a gente não tem essa ponte tão bem-feita, onde as pessoas entendem a importância da ciência, mas elas não sabem para onde essa verba tem que ser canalizada e o que acontece com a ciência se a verba de uma instituição como a Fiocruz é cortada.

Lá, se você corta a verba da NASA, você sabe qual é o problema que vai acontecer. Se vocês olharem para o orçamento da NASA, ele é bastante constante nas últimas décadas, em parte, por essa popularidade que o órgão tem, porque sabe conduzir a informação para isso.

Então, quando a gente pensa em NASA, quando a gente pensa em astronautas e todo o sucesso que eles têm, de mais de uma década, em redes sociais, nada disso acontece por acaso, isso é planejado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e desenhado. Eles sabem que o orçamento e a sustentabilidade deles dependem de uma presença constante e muito bem-feita nesses meios.

Aqui no Brasil, com esse tipo de estratégia, só quem conta com isso é quem faz desinformação. Quem faz desinformação aqui tem verba, tem planejamento, tem tutoria, tem mídia *training*, tudo isso para ter uma boa presença *online*, espalhar desinformação e fazer postagem constante, com o impulsionamento desses meios e orçamento multimilionário para fazer isso. As instituições aqui fazem trabalhos muito bons, muito competentes, mas que não contam, nem de longe, com esse tipo de infraestrutura, principalmente também porque não tem a verba e o reconhecimento desse tipo de papel.

Então, não é por acaso que eu estou, aqui no Brasil, fora da universidade, fazendo esse papel de divulgação, e não é por acaso que eu fui um dos poucos, no mundo, que estava falando de covid, para uma grande parcela da população, sem ter um vínculo institucional, como alguém do CDC, do Instituto Koch, na Alemanha, e outros lugares como esses.

Próximo eslaide, para a gente amarrar isso tudo.

Essa presença no meio digital gera métricas importantes, gera o que os cientistas medem, valorizam e acompanham, como citações em artigos científicos, presença em livros, blogues e outras coisas, ou seja, isso pode ser medido, mas falta muito, aqui no país, para a gente transformar essas medidas de participação nesses meios em avaliações profissionais e incentivos para verba, pesquisa, formação de profissionais e contratação de pessoas nas universidades e nas instituições de pesquisa para poder fazer esse tipo de estratégia e canalizar as coisas desta forma.

Se alguém não fizesse ideia do que foi a covid, nos últimos três anos, qual o impacto em blogue, jornais e revistas de métricas alternativas? É o que eu estou mostrando aí na tela. Com esse artigo que fala da origem desse vírus, já daria para você saber que esse vírus foi importante, que essa doença foi importante nesses últimos anos pelo impacto em outros meios.

Então, a gente pode medir isso, isso pode ser um fator de reconhecimento, isso pode se tornar um incentivo profissional para a gente poder ter uma presença planejada, bem-feita, bem construída, de pesquisadoras, de pesquisadores, de instituições de pesquisa do Brasil, em diferentes meios. A questão é que o nosso incentivo aqui não é alinhado para isso.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Muito bom, Átila. Temos um dever de casa para fazer com relação à popularização da ciência.

Se alguém quiser fazer alguma consideração final, eu acho que o objetivo da audiência é exatamente este: buscar formas de popularizar a ciência. Vamos ver de que forma podemos trabalhar, não só aqui na Comissão Mista do Orçamento, aqui na CCT, mas também na Secretaria de Comunicação do Governo. Acho que tem muito recurso para a comunicação e temos que buscar uma forma de incluir essas informações no programa de divulgação.

Aqui, como emenda individual, a gente pode já também contribuir um pouco com relação a isso, mas vamos à CMO buscar também meios, mecanismos de facilitar essa divulgação.

Eu estava falando aqui sobre a gente ter, realmente, pílulas bem didáticas, porque tem que atrair os jovens mesmo, porque também não adianta fazer um vídeo assim em que a juventude não tenha interesse, só especialistas. A gente tem que pegar esse exemplo da NASA, que pode ajudar muito nisso aí.

Helena, quer fazer alguma consideração final para a gente poder encerrar a audiência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAILA SALMEN ESPÍNDOLA (Para expor.) – Senador, é só para falar que as pessoas que precisam ser chamadas para auxiliar a fazer isso são justamente os jovens. São eles que dão conta de fazer esses videozinhos aí que circulam.

Eu lembrei aqui da assessoria da Ministra da Ciência e Tecnologia, que foi lá no laboratório fazer um vídeo, e chegaram lá uns menininhos de 23, 25 anos para fazer as filmagens, as entrevistas. No outro dia, já estavam prontos aqueles videozinhos que circulam na mídia. Era para o Mês Internacional da Mulher, o mês de março.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo! Vamos fazer isso para cada detalhe da ciência.

A SRA. LAILA SALMEN ESPÍNDOLA – Tem que envolver os jovens.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Acho que é importante isso.

Helena.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (Para expor.) – Bom, eu fiquei muito feliz de ver este debate. As posições estão claras, mas eu acho que apontaram dois ângulos que eu quero trazer de volta. Tudo isso só acontece se tiver financiamento. Vão dizer que eu estou a mulher do financiamento. Não! Não existe milagre sem investimento.

A SRA. LAILA SALMEN ESPÍNDOLA (*Fora do microfone.*) – E constante, não é?

A SRA. HELENA BONCIANI NADER – E constante.

E, Senador, outro ponto importante que a gente vai ter que discutir – aconteceu mundialmente, mas me preocupa o que acontece no Brasil – é que hoje nós estamos tendo uma evasão de universidades públicas, inclusive de universidade que está muito bem colocada *ranking* mundial que saiu hoje, está certo? Está tendo uma desistência. E a busca pela ciência, que seria a pós-graduação, também está caindo.

Então, nós sinalizamos errado. O jovem brasileiro recebeu uma mensagem, que a gente tem que reverter, de que educação e ciência não são relevantes. Então, eu vejo que, quem sabe, agora vai.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É a nossa esperança.

Adriana, alguma consideração final?

A SRA. ADRIANA BLIKSTEIN (Para expor.) – Eu só queria agradecer por este momento de compartilhamento de tanto conhecimento, mas eu queria chamar a atenção para alguns pontos aqui.

Eu acho que a gente tem a sensibilidade do brasileiro em relação à ciência. Isso ficou claro, não é? Então, o brasileiro se interessa por ciência, acredita na ciência e existem os profissionais, os médicos e os cientistas das universidades públicas, em quem ele confia. Então, a gente tem uma sensibilidade do brasileiro à ciência, o que eu acho que é uma coisa muito importante.

A nossa luta hoje para combater as *fake news* ou o conhecimento de baixa qualidade é uma luta contra o algoritmo. É isso que a gente está vendo. A gente precisa tornar a ciência, a gente precisa transformar a ciência de um conhecimento inacessível e, muitas vezes, difícil para um conteúdo acessível e que engaja as pessoas. E, para mim, esse é um caminho em que a gente precisa usar dos estrategistas de *marketing*, a gente precisa usar dos influenciadores jovens para levar esse conhecimento de qualidade até essas pessoas e fazer com que esse algoritmo vire ao nosso favor.

E aqui eu deixo a contribuição da 3M como uma grande geradora de conhecimento e inovação para ajudar nesse caminho para o futuro do Brasil. Que a gente tenha um valor maior, um bem-estar maior e uma produtividade maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Adriana. Está com a gente ainda a Márcia? Marcia, suas considerações finais, Marcia.

A SRA. MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada pela oportunidade de estar aqui conversando. Eu gostaria de retornar ao tema. É muito importante a gente fazer comunicação de massa, mas a comunicação sobre a importância da ciência do método científico começa na escola. Então, nós temos que aproveitar que agora nós temos a curricularização da extensão das universidades para fazer pontes com as nossas escolas públicas, para criar essa mão na massa, essa experimentação, com as condições que a gente tiver naquele momento. Nós não vamos usar como desculpa o fato de não ter laboratório adequado para mostrar o que é o fazer científico e a ciência, porque, se essa população já vier com essa base, com esse preparo, nós vamos conseguir, através de uma comunicação massiva, mostrar a importância do arrazoado da ciência, daquela verdade inconveniente que às vezes a ciência nos traz.

Lembramos também que é muito importante a gente ter diversidade e inclusão nesse processo, e que, para a gente resolver o problema do fato de termos essa evasão – que a Helena muito bem menciona –, nós precisamos ouvir nossos jovens. Mais do que saber se eles gostam ou não de ciência, a gente tem que ouvir o que pode estar afastando esses e jovens e essas jovens de buscar mais conhecimento. Isso é parte da ação que a gente precisa fazer, tanto de Governo como de outras organizações.

Eu vejo um futuro em que a gente pode esperançar, porque nós já vemos parte da população, da iniciativa privada, das organizações sociais, das sociedades e do Governo, com uma ampla preocupação sobre isso, e tenho certeza de que iremos mobilizar recursos – como bem chama atenção a Helena – para fazer este investimento no futuro do nosso país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Marcia. Yurij?

O SR. YURIJ CASTELFRANCHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu também tenho uma consideração final que queria ressaltar: estamos frente a um potencial incrível de mudança. Ou seja, temos um descompasso entre o que os brasileiros e as brasileiras estão dizendo e sentindo, e as possibilidades que eles têm de fazer isso acontecer. O potencial é gigante! Tem uma porta aberta para a divulgação ter mais impacto, para a educação poder passar a funcionar, para a democracia poder incluir participação e cidadania em ciência e tecnologia.

O potencial é enorme e pode transformar o Brasil num protagonista mundial disso, de políticas para isso, de dados para isso, porque a população mostra, demanda participação, mostra interesse, mostra apoio, demonstra em grande medida uma vontade de poder construir esse pacto entre ciências e sociedade.

Então, o que está faltando? Por que as atitudes sobre mudança climática são mais atentas no Brasil do que nos Estados Unidos? Por que as atitudes sobre vacinas são mais atentas no Brasil do que na Europa? Os interesses, as demandas de participação são muito fortes no Brasil, mais do que em outros países.

Então, por que o comportamento não muda? Porque a distância entre atitude e comportamento é a política. Ou seja, para uma atitude de querer entender mais, querer participar mais, querer poder confiar mais e não desistir, que é o que a Marcia colocou muito. Para mim, não se trata do problema de que acabou a confiança. As pessoas estão desistindo da cidadania científica porque falta oportunidade, falta diversidade, falta inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao meu ver, a chave de volta pode estar na política, na transformação dessas atitudes, que são muito prometedoras para transformar o Brasil numa democracia científica plena. E a possibilidade de transformar realmente comportamento e o acesso das pessoas está na política. Fornecer oportunidade para que as pessoas não desistam, que as pessoas possam não só confiar ou não na ciência, mas fazer dela parte do seu cotidiano, da sua cultura, da sua tomada de decisão.

Então, eu acho que tem um grande desafio, mas também uma maravilhosa oportunidade para esse Governo de fazer isso, diminuir essa distância entre uma atitude e um comportamento, entre uma potencialidade e a democracia plena.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – E aproveitando até mesmo a apresentação do Atila, onde o índice de rejeição, vamos dizer assim, ou desconfiança maior é com os políticos. E eu posso garantir que só através da política você tem condições de mudar a vida das pessoas, com políticas públicas.

Então, a gente precisa também dar maior credibilidade, até porque o Congresso Nacional, as pessoas que aqui estão não caíram de paraquedas, foram colocadas pela população.

Mas eu acho que a gente pode tirar desta audiência a gente criar, sei lá, precisamos fazer uma outra já com as propostas, com uma coisa mais concreta do que nós vamos fazer em termos de orçamento, em termos de programa e vamos precisar da colaboração de todos.

Então, vamos fazer, sei lá, uma próxima reunião, mas já com cada um trazendo as suas contribuições. Eu acho que a universidade pode, através dos jovens que lá estão, também contribuir com essa linguagem.

Eu vou passar então para o Atila, para ele fazer as últimas considerações para a gente poder encerrar a audiência pública. Atila.

O SR. ATILA IAMARINO (*Por videoconferência.*) – Prometo ser breve.

Eu acho que parte dessa desistência, dessa falta de motivação, além das questões estruturais já todas apresentadas, é também um sintoma de uma questão existencial que a gente está enfrentando. A atenção das pessoas está saindo da mídia tradicional e indo para mídias digitais, para essas redes, onde essa realidade ainda não está constituída e onde a gente não conta com a reputação que mídias tradicionais costumam levar em conta para dar projeção e voz para quem é a ciência, quem é a pesquisa e outras coisas.

Na falta da ocupação desses espaços por quem de fato faz pesquisa e produz informação, vai ocupar na mente das pessoas o que é pesquisa e ciência quem souber usar o algoritmo e promover o seu conteúdo.

Então, a gente já viu na pandemia a tentativa de substituir as vacinas por cloroquina como o que seria a realidade e a saída da pandemia, o que quase deu certo no país. A gente teve 25% dos brasileiros tomando tratamento precoce e achando que estariam salvos. Isso só mudou porque as vacinas chegaram a tempo de reverter o quadro da pandemia em 2021.

Então, é uma crise existencial. Se a gente não ocupar esses espaços e não tiver trabalhos como o da NASA, de mostrar para as pessoas, nesses espaços também, que isso é pesquisa, isso é ciência e é assim que ela acontece, as pessoas vão continuar valorizando ciência e pesquisa, mas vão achar que a forma de fazer isso é financiar pseudociência e outras coisas e não instituições públicas e esses órgãos todos que a gente tem tão competentes e tão bem desenvolvidos no país há tanto tempo.

Então deixar esse meio ser ocupado sem planejamento, sem estratégias e sem campanhas de financiamento pode ser uma bomba relógio lá na frente, para quando essa opinião mudar, por conta da presença de quem já está lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento favorável, em que a ciência volta a ter essa relevância, em que a gente volta a ter voz e a ser ouvido, como o privilégio que eu estou tendo aqui hoje, para ocupar de vez isso e desenvolver uma estratégia de longo prazo de como continuar conversando com a população nesses meios também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo. Muito bem.

Obrigado aí pela participação de todos aqui. Acho que foi uma audiência importantíssima, pelo menos para iniciar um processo de elaboração do planejamento de como popularizar a ciência, a inovação e a tecnologia.

Bem, nada mais havendo a tratar, então eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos que participaram.

(*Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e tres, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana, Izalci Lucas, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Dr. Hiran, Damares Alves, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Beto Faro e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Chico Rodrigues e Eduardo Gomes, conforme REQ 333/2023-CDir e REQ 354/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 19, de 2023-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente, com a participação de Osório Coelho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Clarissa Furtado, Gerente de Competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil); Bruno Portela, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU); Saulo de Omena Michiles, Presidente da Comissão de Direito Digital e Startups da OAB-DF; Guilherme Arradi Sichieri, Gerente Interino da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP); Débora Mendes Carvalho, Coordenadora de Parcerias Estratégicas do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Cristiane Santos Pereira, Vice-presidente de Transformação Digital e Startup da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); Hideraldo Luiz de Almeida, Vice-presidente do Instituto Brasileiro das Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics); e Hugo Giallanza, Presidente da Brasil Startups. O Senador Rodrigo Cunha faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/114844

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, eu queria agradecer a presença de cada um de vocês aqui que participarão do debate, mas também àqueles que nos acompanham pessoalmente e através das redes do Senado e da TV Senado.

Este é um momento muito importante para o setor produtivo no Brasil como um todo. Eu acredito muito nas *startups*. Eu acho que essa discussão que nós teremos aqui vai ser muito, muito produtiva.

Quero agradecer também àqueles que nos acompanham *online* e aos que participarão *online*.

Havendo quórum suficiente, eu declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente, em cumprimento ao Requerimento nº 19, de 2023, que é da minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar suas perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211; novamente: www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para o número 0800 0612211.

Encontram-se presentes, no Plenário da Comissão:

- Osório Coelho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – obrigado pela presença –;

- Clarissa Furtado, Gerente de Competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) – obrigado –;

- Bruno Portela, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU) – obrigado, Bruno –;

- Saulo de Omena Michiles, Presidente da Comissão de Direito Digital e Startups da OAB do Distrito Federal;

- Hideraldo Luiz de Almeida Vice-Presidente do Instituto Brasileiro das Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (Ibrachics) – obrigado pela presença –;

- Hugo Giallanza, Presidente da Brasil Startups.

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: Guilherme Arradi Sichieri, Gerente Interino da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Sebrae-SP; Débora Mendes Carvalho, Coordenadora de Parcerias Estratégicas do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), representando a Confederação Nacional da Indústria; Cristiane Santos Pereira, Vice-Presidente de Transformação Digital e Startup da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

Eu agradeço a presença de todos novamente.

Neste momento, eu gostaria de dizer algumas palavras aqui, porque, como vocês imaginam, sendo ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, este assunto tem uma importância muito grande para mim no sentido de que eu vejo nas *startups* uma capacidade muito grande de resolver problemas de forma rápida, de, logicamente, como eu falava muito lá no ministério, de transformar conhecimento em nota fiscal e empregos no Brasil, e a gente precisa muito disso, e também para que o Brasil possa, através de negociações internacionais, ser um protagonista em diversos setores, e a tecnologia... Vocês podem até falar que eu estou puxando um pouco de sardinha para o lado da ciência e tecnologia, mas eu acho que todo mundo aqui deve concordar comigo em que a ciência, tecnologias e inovações já estão presentes no nosso dia a dia, e elas vão estar presentes cada vez mais em todos os tipos de atividades. Quando a gente fala de agronegócio, a tecnologia está lá, quando você fala de saúde, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, nas cidades inteligentes a tecnologia está presente, na segurança pública está presente, em todas as áreas que se imaginar a tecnologia está.

E esse marco legal das *startups*, que eu lembro muito bem do desenvolvimento como foi feito, através... Foi uma iniciativa com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério da Economia e o setor produtivo. Foi um trabalho muito intenso feito por muitas mãos, e foi, vamos dizer, aceito, aprovado em 2021, mais ou menos na metade do ano de 2021, não me lembro da data exata, e isso trouxe, obviamente, com aquele objetivo do marco legal das *startups* de facilitar o ambiente de negócio para as *startups* não só para a criação, mas para a sobrevivência das *startups*, e isso incluía várias facetas desse problema, como a criação, a parte de regulação, a parte de financiamento, as questões trabalhistas e muitas outras questões que foram abordadas durante o desenvolvimento desse marco.

Em 2021, passado um tempo – como tudo que a gente faz, a gente lança com uma expectativa de que vai ser 100%, embora nós tenhamos tido alguns vetos que reduziram um pouco o escopo do que nós pretendíamos com o marco –, passado um tempo, a ideia de nós termos esta sessão hoje é justamente para analisar o que aconteceu a partir do marco legal, o que funcionou, o que poderia ser melhor, o que deve ser feito para melhorar essa legislação, e nós estamos aqui no espaço correto para isso.

Então, eu pretendo pegar os resultados desta nossa audiência e trazer aqui para dentro do Senado como propostas de modificação desse marco, de forma que nós possamos aperfeiçoá-lo e trazer aqui, para os nossos empreendedores no Brasil e também para os setores que trabalham, que precisam dessas novas ideias, produtos, serviços, etc., mais segurança jurídica, mais facilidade, e que a gente tenha sucesso no final das contas para o nosso país. A gente precisa disso, precisa gerar emprego, precisa gerar recursos para o país, e isso traz desenvolvimento econômico e social junto também. Tudo isso é função desta Casa.

Portanto, novamente, eu agradeço muito a presença de cada um de vocês, e vou dar partida aqui já.

O que eu vou pedir é que... Nós vamos ter aqui, como modos de organização, neste painel, três blocos, cada bloco com três participantes. Cada participante tem, por causa da nossa limitação de tempo, oito minutos para falar. O tempo vai aparecer lá; então, tem oito minutos para falar. Eu vou pedir para que vocês tenham muito cuidado com relação ao tempo, para não tirar o tempo dos outros e não atrasar muito a sessão, depois nós temos outras também. Então, é para prestar atenção no tempo: oito minutos cada um, e depois a gente vai abrir para perguntas – e talvez, dependendo aqui da procura, mesmo no intervalo... Talvez seja melhor no final de tudo, abrir para perguntas no final de tudo. Ou no final de cada bloco? O que é que vocês acham melhor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – De cada bloco. Então, no final de cada bloco a gente abre para perguntas. A gente controla aqui o tempo também das perguntas, para que a gente tenha a maior participação de todos. E tem também algumas perguntas do e-Cidadania, e depois, à medida que for tendo as apresentações, eu vou fazer essas perguntas também aqui, que foram enviadas para cá *online*, está o.k.?

Então, sem mais esperas, eu gostaria de solicitar que viessem aqui para a mesa o Osório Coelho, o Bruno Portela e o Hideraldo Luiz de Almeida, para que a gente comece a apresentação; e as apresentações serão nessa ordem que eu chamei. Então, vou começar aqui com o Osório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, para iniciar as apresentações, eu convido, então, ao uso da palavra o Osório Coelho, que é o Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Seja bem-vindo, muito obrigado por estar aqui. A palavra é sua.

O SR. OSÓRIO COELHO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Antes de tudo, eu queria lhe dizer o seguinte: eu não tive a oportunidade de trabalhar com o senhor lá no ministério, porque, quando o senhor estava lá, eu estava fora do Brasil, no doutorado. Então, quando eu cheguei, já era o Paulo Alvim o Ministro. Então, é um prazer estar aqui ao seu lado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – O prazer é meu.

O SR. OSÓRIO COELHO – E agradeço o convite.

O Marcelo não vai se lembrar de mim, mas a gente já teve algumas reuniões na época do CNPq.

Então, na pessoa do senhor, eu saúdo a todos os participantes. Agradeço ao Leonardo, que é meu colega lá do ministério; o Leonardo é um dos grandes incentivadores do ecossistema de *startups*.

Eu entendo que esta discussão é muito importante, mas ela não vai se esgotar aqui, porque são muitos assuntos para serem discutidos. E a questão do marco legal merece um olhar, eu acho assim, profundo, para que ele seja, vamos dizer, aperfeiçoado. E o aperfeiçoamento requer a gente ter um constante olhar para que esse ecossistema de *startups* seja melhorado no Brasil.

Eu estou aqui com vários assuntos para falar, mas, devido ao tempo, vou falar somente de quatro pontos que considero fundamentais, justamente para a gente não entrar no tempo dos colegas.

Primeiramente, uma questão que tangencia o marco legal das *startups* – não está especificamente lá, mas é fruto desta questão. Refiro-me à fuga de cérebros do Brasil, o que a pandemia deixou de forma muito evidente. Hoje, muitas pessoas que são formadas acabam sendo contratadas por empresas internacionais, americanas, chinesas etc., mas podem trabalhar dentro do Brasil. Então, a gente tem que, de alguma forma, endereçar esse problema, que não está especificamente ligado a essa questão das *startups*, mas a gente precisa pensar numa forma de reter essas pessoas aqui no Brasil.

Uma sugestão que foi dada, que a gente imaginou, foi justamente a massificação, a intensificação da formação em STEM dessas pessoas. E uma possível política que o Governo poderia adotar, justamente, seria ancorar essas pessoas no modelo Pronatec; ele pode se aliar às *big techs* para ter essa estratégia de formação tecnológica e poder reter essas pessoas para elas trabalharem no ecossistema das *startups*.

Tem um *benchmark* sobre o qual é muito importante a gente falar, que é a G-Asia Pass. Ela foi conduzida com bastante êxito lá no Sudeste Asiático. Poderia ser adaptada, justamente, replicada nos Brics como Startup Visa, que já ocorreu no Brasil, que concedeu vistos de trabalho temporários no programa StartUp Brasil, em 2013-2014 e foi muito bem-sucedido.

Exemplo disso foi uma empresa finlandesa – não é, Leonardo? – que recebeu um aporte de 200 mil do Governo brasileiro e foi valorada em 16 milhões. Então, assim, é um exemplo de política que deveria ser fomentada no Brasil e que poderia beneficiar muito o ecossistema de *startups.*

O segundo ponto que eu gostaria de mencionar diz respeito à questão dos *sandboxes* regulatórios. Estava discutindo com o Hideraldo ali fora sobre isso. Falta informação sobre o que são os *sandboxes* regulatórios. Então, de uma forma bem simples: os *sandboxes* regulatórios são a suspensão temporária das exigências normativas para favorecer o surgimento de inovações. A gente acha que a questão dos *sandboxes* regulatórios necessita do surgimento de um arcabouço estatal para regular e para melhorar esse tipo de instrumento. A nossa sugestão seria, talvez, que o canalizador desse serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pudesse ser o Comitê Nacional de Iniciativas de Apoio a Startups. Aqui a gente dá até o nome para isso: poderia ser uma "rede nacional de ambientes regulatórios experimentais". Então, esse é o segundo ponto que eu gostaria de mencionar, que é justamente uma questão de que o ecossistema... É uma das dores do ecossistema de *startups* isso aí também.

O terceiro ponto que eu gostaria de mencionar diz respeito à questão do aumento do tempo do CNPJ. De acordo com o marco legal de *startups*, em seu art. 4º, as *startups* têm no máximo 10 anos de inscrição para serem consideradas *startups*, enquanto que, no caso das *big techs* e *startups* digitais... As digitais, de 2 a 4 anos; as *deep techs*, de 8 a 10 anos. Então, a gente sabe que *startups*, principalmente de *hard sciences*, precisam de mais tempo para poder encontrar, vamos dizer assim, o seu posicionamento dentro do ecossistema. Então é outra dor que o ecossistema também tem, e a gente precisaria ter uma discussão um pouco mais aprofundada em relação a esse tema específico.

E por último, um tema que vou levar um pouquinho mais de tempo para falar, porque eu acho fundamental, é a questão do contrato público. O contrato público permite que os órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica ou fundacional do poder público contratem *startups*, pessoas físicas, para resolver problemas, situações que requeiram algum tipo de inovação, com justificativas e tal, isso pode ser feito sem licitação. Não estou falando nenhuma bobagem – não, é? –, mas tem uma facilidade da contratação das *startups*, para que elas possam resolver algum tipo de problema específico. Então o que acontece? Nas conversas que a gente tem com os atores, com municípios, inclusive com estados, a gente percebe que esse é um tema que não está disseminado. Muitas pessoas desconhecem essa possibilidade de contratação das *startups* e das pessoas físicas. Então, existem algumas iniciativas dentro do Governo. Por exemplo, o TCU tem um guia para compras governamentais; existe também – não é, Hideraldo? –, o Ministério da Economia fez uma plataforma que tem as informações sobre esse tipo de mecanismo, porém é preciso ter mais disseminação, é preciso ampliar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSÓRIO COELHO – Falta um minuto.

O que a gente está dizendo é o seguinte: a gente tem que refinar esse instrumento, tem que discutir e tem que disseminar, tem que explicitar para os atores governamentais que estejam de fato interessados em resolver problemas locais, para que eles se utilizem desse instrumento para contratação de *startups* e pessoas físicas.

Então, eu tenho muita coisa para falar aqui, mas, em razão do tempo, fico à disposição para poder responder eventuais dúvidas.

Mais uma vez, eu agradeço pela oportunidade de falar sobre o assunto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Osório.

De fato, eu estava anotando aqui algumas coisas, essa parte de divulgação é um ponto em que a gente tem falha. A própria Lei do Bem também, muitas empresas não utilizam. É um universo grande de empresas que podem utilizá-la e não utilizam. Uma é uma certa insegurança da parte jurídica, principalmente da comprovação de que aquilo foi realmente utilizado para ciência e tecnologia, para desenvolvimento de ciência e tecnologia, e outra porque não conhecem realmente a possibilidade. É outra coisa que a gente vai ter que discutir aqui em outra oportunidade, que é o marco das *startups*.

Então, obrigado.

Vou passar a palavra para o Bruno Portela, para oito minutos de apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. BRUNO PORTELA (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos, bom dia aos que nos assistem nesta reunião desta Comissão semipresencial!

Eu queria agradecer o convite ao Senado Federal, ao Senador Carlos Viana, Presidente da Comissão; ao colega de Embrapa e de ministérios, Senador Astronauta Marcos Pontes – é muito bom estar aqui mais uma vez –; saudar os colegas de mesa e claro as empreendedoras e empreendedores do Brasil todo.

A minha fala vai passar por três ou quatro grandes eixos.

Primeiro vou me apresentar e demonstrar o contexto do meu histórico profissional para trazer aqui um pouco da dinâmica em que foi construído o marco legal das *startups* lá atrás, trazer um pouco do histórico da criação do marco legal das *startups*. Já que o objetivo é aprimorar, é importante trazer um pouco do histórico, como nós construímos o marco legal das *startups*, trazer o contexto do ecossistema em inovação no Brasil e, claro, falar dos dois grandes instrumentos de modernização da relação do Estado que estão dentro do marco legal das *startups*. No caso, o *sandbox* regulatório, que o colega Osório já falou um pouco, e o CPSI.

Eu sou Procurador Federal há quase 20 anos. Tenho essa experiência dentro da administração pública trabalhando há quase 15 anos em todos os marcos regulatórios da área de inovação, como o marco legal de ciência, tecnologia e inovação e agora o marco legal das *startups*.

Como consultor jurídico do MCTI e do MDIC e Secretário de Inovação, quando juntamente à Secretaria de Inovação em pequena empresa estávamos como Secretário de Inovação, nós sancionamos o marco legal das *startups* com esse olhar para o empreendedorismo inovador.

Então, tenho essa visão de Procurador Federal, órgão de controle, de gestor, como Secretário de Inovação em Pequena Empresa e como "startupeiro". Tenho uma *startup*, sou sócio, *cofounder*, professor de uma *startup edtech*. Então, entendo bem um pouco do ecossistema de inovação. Sei quais são as dores do empreendedor, até por ser sócio realmente de uma *startup edtech*, a Inove.

E, com base nisso, a minha trajetória dentro da administração pública realmente foi para trazer desburocratização, simplificação para a legislação. Já tive a oportunidade de participar de pelo menos 10 mil legislações dentro da administração e sei que os principais pontos – para os quais eu vou chamar atenção aqui, Senador – são exatamente isto: a gente ter o cuidado de não retroceder. Tem muito espaço para avançar, sem sombra de dúvida. Eu vou colocar aqui alguns pontos que eu entendo que podem avançar, mas o objetivo é não retroceder no que a gente já avançou.

Criação do marco legal das *startups* veio, foi construída, com uma ampla participação da sociedade, desde 2019 ouvindo instituições públicas, privadas, pessoas físicas, empreendedores em todos os lugares do Brasil. Teve um diálogo constante com o Parlamento. O Parlamento recebeu muito bem.

E o Parlamento brasileiro – tem que ser dito isto e eu já acompanho há quase 15 anos – sempre foi muito receptivo com o tema inovação. Desde a Emenda Constitucional 85, de 2015, passando pelo marco legal de ciência, tecnologia e inovação e o marco legal das *startups*. A questão de ideologia e de dificuldades até de agendas, eles avançaram de forma muito forte.

Então, o Congresso Nacional é responsável pelo avanço dos marcos legais no Brasil na área de inovação. Nós temos, sem sombra de dúvida, eu posso falar isto até com estudos, com o BID, com o Banco Mundial, o Brasil é o que tem a legislação mais avançada na América Latina e Caribe, principalmente em compra pública de inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, dentro dessa perspectiva, nós apresentamos um projeto de lei complementar que foi aprovado quase na sua totalidade, 85% dos pontos foram aprovados dentro do Congresso. Então, mostrou que esse diálogo entre Poder Executivo e Poder Legislativo é muito importante dentro da construção.

O marco legal das *startups*, para quem está conhecendo agora, é baseado em três grandes eixos. Primeiro, melhoria do ambiente de negócio. Então, buscou-se ali trazer parâmetros para enquadramento legal das *startups*. As *startups* entram não totalmente no marco legal das *startups*, mas entram para recebimento de fomento. Então, você conceituou, trouxe características próprias, para que outras leis possam encaixar e trazer um fomento.

Então, essa sua fala, Osório, é muito bem-vinda. Até porque eu acho que há necessidade, sim, de uma reflexão sobre a questão do prazo. E outras questões em relação ao conceito. Quando você traz conceito para legislação, é muito difícil. Ainda mais um conceito que tem dinamicidade, como *startups*. Mas acredito que essa questão do prazo é um ponto importante que deve ser trazido aqui para discussão.

Segundo eixo: facilitação dos investimentos. Nós trouxemos ali linhas de financiamento. Nós precisamos regulamentar o art. 9º do marco legal das *startups*. Não só aprimorar legalmente, mas também aprimorar via normativos infralegais, por meio de decreto.

A gente precisa trazer uma regulamentação para o art. 9º. O art. 9º é o seguinte, a lei vai trazer linhas de fomento, principalmente ANP e Aneel. A gente tem ali R$4 bilhões que podem ser investidos para startups.

Terceiro, a atuação do Estado, e eu vou me deter mais nessa parte. Eu trabalhei diretamente nessas legislações, principalmente no contrato público para solução inovadora, Osório. Eu fiz essa redação junto com os colegas do ministério; então, eu entendo realmente que ela teve um avanço muito grande, e eu vou chamar uma única atenção a esse ponto e vou mostrar realmente como ele avançou com força nos últimos meses e ano.

Então, dentro dessa perspectiva de modernização da relação do Estado, nós viemos ali com dois grandes instrumentos, o *sandbox* regulatório e o CPSI, eu vou falar detidamente em relação a isso. Nós não conseguimos avançar dentro do Parlamento, Senador, com pontos que acredito que vão ser trazidos aqui para a reflexão de todos, que são as *stock options* e a questão da compensação tributária. Eu acredito que cabe, sim, uma rediscussão para empacotar da melhor forma possível, se essa for a vontade, claro, do Poder Legislativo.

Dentro dessa construção do marco legal das *startups*, nós tivemos, sim, um avanço no ecossistema de inovação brasileira, que está muito mais maduro. Hoje nós somos o terceiro em competitividade digital: a parte de gov.br avançou de 1 milhão de usuários para 140 milhões de usuários; nós temos mais celulares do que habitantes no Brasil; o Brasil ultrapassou a média da OCDE em digitalização das médias e pequenas empresas, isso é muito importante, principalmente para o setor de *startups*; nós não tínhamos nenhuma *unicorn*, em 2016, nós já vamos para a 30ª, isso é importante, mas o importante também é difundir a possibilidade de empreendedorismo inovador não só para *unicorns*, mas para todas as empresas no Brasil; hoje nós atraímos 70% do *venture capital* da América Latina e do Caribe; então, realmente isso já mostra a importância do ecossistema de inovação no Brasil; e nós éramos 14 mil *startups*, hoje nós somos 23 mil *startups*, de acordo com esse conceito legal.

Então, dentro dessa perspectiva, a gente entrou ali com dois grandes instrumentos, Senador, que a gente pode trazer aqui com muita importância e há, sim, espaço para melhoria.

Primeiro, o *sandbox* regulatório. Nós temos experiências anteriores até o marco legal das *startups* ali, no antigo Ministério da Economia, no Banco Central, na Comissão de Valores Monetários, na Susep,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente já tinha experiências dentro do ordenamento jurídico brasileiro dentro da administração pública federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO PORTELA – E a gente avançou ali com Lei de Liberdade Econômica, o marco legal das *startups*.

Quais são os pontos principais que eu coloco aqui dentro dessa perspectiva de *sandbox* regulatório? Primeiro, como gargalos e obstáculos, os riscos de desvio de finalidade regulatória e, então, a gente tem que buscar essa segurança jurídica para que as agências reguladoras, os órgãos reguladores não desviem do seu foco na parte regulatória; uma coordenação da articulação interfederativa – então, gostei muito do que você colocou, Osório, dessa questão de trazer um ambiente regulatório experimental para uma coordenação interfederativa, isso é muito importante, porque nós temos competências comuns e concorrentes –; e não pode ter uma captura do órgão regulador e, então, precisa ter uma capacidade técnica suficiente dos servidores; distorções concorrenciais, ou seja, com o favorecimento de empresas participantes, a gente tem que ter esse cuidado dentro da legislação; e o afastamento de dispositivos legais ou só regulamentar, a gente precisa trazer essa segurança jurídica. O *sandbox* pode afastar acima de decreto, ou seja, lei? Eu entendo que não, entendo que só decreto, mas a gente precisa trazer essa segurança jurídica, e há uma discussão sobre isso.

Já sobre o CPSI, eu tive a oportunidade de escrever sobre esse instrumento, eu acredito que é uma potência muito grande, nós temos um poder de compra do Estado, nos últimos anos, entre R$600 bilhões a R$800 bilhões gastos para comprar tudo; em 2021, foi R$1 trilhão. Se a gente pegar qualquer porcentagem, Senador, a gente já passa do FNDCT, 1%, 2% do que tem para toda a ciência, tecnologia e inovação; R$1 trilhão foi gasto em 2021 e, então, a gente tem que fomentar esse mercado via poder de compra do Estado. Eu, como Secretário, lancei até essa plataforma de que você falou, Osório, que é o inovacpin.org, que traz ali uma plataforma de planejamento da contratação de inovação e uma plataforma do instrumento que vai ser utilizado. Hoje, no Brasil, nós temos sete instrumentos de compra pública de inovação, um deles é o CPSI. E o CPSI, com dois meses, Senador, já foi utilizado pela Petrobras – com dois meses de vigência. Em novembro, já tinham lançado um edital de R$13 milhões, em março já tinham assinado, março de 2022, seis meses depois, já tinham assinado o primeiro contrato público de solução inovadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO PORTELA – Já existem *cases* de sucesso que a gente pode levar para a sociedade, mas eu entendo, sim, que a gente precisa difundir muito, ainda, esse instrumento poderosíssimo, principalmente para os municípios.

Finalizando, o que eu queria dizer realmente para a mensagem final do CPSI. Isto eu vi lá na Lei de Inovação com a encomenda tecnológica e aqui com o CPSI, porque a gente pegou o mesmo modelo da encomenda tecnológica para o CPSI.

Nós temos que ter muito cuidado em não retroceder e tentar separar o que é compra pública tradicional do que é compra pública de inovação. Elas são incompatíveis se você utilizar a mesma moldura, o mesmo formato. Então, nós temos, sim, que separar o que é compra pública de inovação. É um regime totalmente diferente, e nós fizemos isso lá na encomenda tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de escrever também lá o instrumento de encomenda tecnológica com colegas do MCTI, e a gente separou: hoje o procedimento é da Lei da Inovação e você usa a Lei de Licitações quando não tem compatibilidade.

Então, é bem clara a minha mensagem em relação ao CPSI: tirá-lo de qualquer contexto de compra pública tradicional.

98% das nossas compras públicas, hoje, são baseadas em menor preço. Isso inviabiliza a inovação. Inviabilização não é o menor preço, é o potencial de resultado da solução inovadora.

É isso, Senador. Fico à disposição de todos.

Muito obrigado.

Estou aqui representando a Advocacia-Geral da União, o Ministro Jorge Messias.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Bruno.

Realmente são muitos dados interessantes que a gente vai discutir aqui no final deste primeiro bloco. Mas, para não atrasar aqui também, eu já passo a palavra diretamente para o Hideraldo Luiz de Almeida, que é o Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis – nome comprido.

O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA – Cidades, Senador. Não é ciências, é cidades.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Li como "ciências" aqui, mas é "cidades".

O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA (Para expor.) – Isso, isso.

Obrigado. Antes de mais nada, quero agradecer o convite, Senador Astronauta Marcos Pontes, por ter a oportunidade de falar aqui nesta Comissão.

Quero agradecer ao Hugo Giallanza também, que nos mobilizou para este momento aqui.

Quero agradecer aqui a parceria, ao Bruno. Estive com ele quando eu era o chefe do jurídico do MCTI. Eu estava lá cuidando de parques tecnológicos.

E o Osório foi meu colega de mestrado, nós somos colegas de carreira do Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, é um prazer enorme estar aqui com vocês.

Quero agradecer também ao Marcelo Morales. A gente tem conversado, já há algum tempo, sobre cidades também, sobre o que o instituto vem fazendo.

Vou, antes de mais nada, falar um pouco do nosso papel enquanto instituto, para lincar aqui com o que a gente está defendendo.

Nós nascemos como uma rede de conexão de pessoas, setor público, setor privado e universidades. Então, o instituto é o mantenedor dessa rede. Essa rede nasceu na Frente Nacional dos Prefeitos, em 2013, juntando secretários de ciência e tecnologia municipais, e a gente juntou a esse grupo pesquisadores das universidades brasileiras, dos institutos federais, que atuam nessa temática.

Hoje, nós somos mais de 400 associados ao instituto, que trabalham isso junto aos municípios. Então, quando a gente fala aqui de difundir o marco legal nos municípios, a gente tem esse trabalho, a gente quer fazer esse trabalho nos municípios em que a gente tem presença, tem atuação.

A gente, inclusive, fez uma parceria com o Conselho dos Institutos Federais, com o Consecti, com o Conif, para fazer esse desenvolvimento para levar o conceito que a gente tem de Chics, porque a gente considera que o principal é o humano. O humano vem diante da questão da inteligência e da tecnologia, e a gente precisa, na hora de escolher essas tecnologias... Nós estamos falando aqui de como comprar as tecnologias, mas, antes de mais nada, eu preciso decidir que tecnologia que eu quero para o meu município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esse desenho de quais são essas soluções tecnológicas que de fato são aderentes ao que a população deseja para aquele município. É isso que a gente vem trabalhando.

A gente tem um assento no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, levando justamente essa pauta para o conselho.

Bom, o que é que a gente identifica? O maior problema é o medo do gestor de ser mal interpretado e penalizado na hora de aplicar a legislação. Então é a questão da segurança jurídica. Esse é o principal fator que o marco legal vem trazer.

E aliar ao que diz o próprio TCU. Ser o primeiro, ser vanguarda no Brasil é um risco que não compensa. Essa é a visão dos gestores públicos, ou seja, a gente precisa justamente difundir o que a legislação estabelece e levar a segurança jurídica para os municípios em especial, mas também para outros entes dessa composição federativa, que podem ajudar a impulsionar as *startups*.

E aí, nas conversas que tivemos, nos coube falar principalmente dos instrumentos de investimento e inovação. O que é que a gente vê? O regulamento poderia ir além, ou seja, o próprio marco legal pode ir além do que foi estabelecido, mas principalmente um ponto: recuperar o art. 7º, que permitia a compensação dos investimentos que geraram prejuízo na apuração dos lucros, que foi motivo de veto pela questão do impacto tributário, que não foi informado quando da aprovação da lei. E aí, isso tem a ver com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então tem as razões do veto, mas eu acho que pode ser retomado com a apresentação, com a discussão tributária e com a apresentação disso, não é?

E aí, volto lá para a questão do que é que o Tribunal de Contas diz: inovar não é mais uma questão de escolha; trata-se de dever que nos é imposto como consequência do direito dos cidadãos a uma gestão governamental eficiente e capaz de prover serviços de excelência. Então a questão da inovação, da aplicação da inovação, de buscar essa conexão do Estado com as *startups* não é uma questão opcional; ela tem que ser, de fato, uma realidade do Estado. O Estado tem que buscar isso, e por meio dos seus mecanismos, inclusive suas empresas estatais, que é o que eu vou falar um pouco mais à frente.

E aí podemos avançar na regulamentação do que o marco legal estabeleceu, de alguns instrumentos. Um desses instrumentos é a participação societária; o outro é o fundo de investimentos e os fundos de participação. O que é que a gente está sugerindo? No caso das empresas estatais, elas serem obrigadas a ter seus regulamentos de contratação. Por quê? Porque o que é que diz a lei? Os entes federativos e suas entidades autorizadas, e aí as estatais são entes autorizados, a investir e participar do capital das empresas, nos termos de regulamento.

E aí eu pergunto: quais são as estatais que já têm regulamento para isso? Então a gente vai pegar, na hora em que eu pesquisei, eu encontrei poucos casos. Um dos casos é a Finep. Por quê? Porque é dever dela, é o que ela trabalha, é em que ela atua. Mas nós temos aí 400 estatais, mais de 400 estatais no Brasil. Nós temos, só no Governo Federal, 135.

E dessas estatais, o lucro, em 2021, foi de R$118 bilhões. Transferimos 46 bilhões de receita para a União, ou seja, nós temos um universo de recursos que podem ser aportados para o mercado de *startups,* desde que essas empresas passem a ter isso, essa obrigação de ter seu regulamento, porque aí, dá segurança jurídica para quem está lá, para poder executar, para o funcionário, para o empregado público ter instrumento para atuação.

Um outro ponto: o uso do poder de compra do Estado. Incluir também, na 13.303, que é a Lei das Estatais, que, no regulamento interno de licitação e contratação, o CPSI seja um instrumento. Por quê? Porque há estatais que têm o Rilc, mas que não têm dentro dele o contrato público de solução inovadora como instrumento. Então, esses pontos vão ajudar a alavancar, a trazer esses recursos de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós estamos falando, de um universo de pelo menos R$180 bilhões para uma possibilidade de aplicação na participação das *startups*.

Por quê? Por que essa visão das estatais? Empresas, as grandes empresas – e as estatais são grandes empresas – hoje já trabalham com inovação aberta. E quando trabalham com inovação aberta trazem as *startups* para perto de si para poderem ter a possibilidade de fazerem investimentos nessas *startups*, para adquirirem os produtos. O melhor que você pode entregar para uma *startup* não é dinheiro, é cliente. Então, é essa aproximação, esse impulsionamento. A legislação pode impulsionar as estatais a se aproximarem das *startups.*

(*Soa a campainha.*)

O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA – Esse é o ponto que a gente vem colocando.

Bom, e aí, enquanto rede, a gente vem trabalhando junto aos municípios a ideia de implantação também do CPSI, ou seja, de que os municípios também tenham os seus instrumentos, de que a atuação desses municípios incorpore o marco legal. É trabalhar nessa difusão da plataforma, como o Bruno mencionou aqui, como o Osório falou. Já existem os instrumentos, falta muito conhecimento.

Senador, citou-se aqui a Lei do Bem. Esta semana eu estava conversando com um empresário que tem uma empresa no lucro real, desconhece a Lei do Bem e quer trabalhar com inovação. Eu falei: como? Esse recurso que você está recolhendo de Imposto de Renda da sua empresa você poderia estar investindo em inovação. E tem estudos. Vou citar aqui um estudo do Glauco Arbix em que ele aponta que as empresas que inovam têm cinco vezes mais faturamento do que as que não inovam. Então, é isso o que a gente precisa trazer, é essa filosofia que a gente precisa trazer para as nossas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Obrigado, muito obrigado pelas informações.

Agora, terminado o primeiro bloco, a gente passa para algumas das perguntas aqui. Eu vou dar partida. Aliás, está aberto a todos que quiserem perguntar, inclusive aos participantes também, que vão participar depois, fiquem livres para perguntar. Vou começar com algumas perguntas que vieram aqui no e-Cidadania. O.k.?

Vou começar com essa da Júlia Teresa, de Minas Gerais, aberta aos três participantes aqui, a quem quiser responder: "Como o aperfeiçoamento do marco legal das *startups* pode estimular a inovação e o empreendedorismo no [...] [Brasil]?". Pergunta bastante aberta, mas eu deixo aí para quem quiser. Quem se habilita?

O SR. BRUNO PORTELA (Para expor.) – Perfeito.

Dentro dessa perspectiva de três eixos – melhora do ambiente de negócios, facilitação de investimentos e instrumentos de modernização da relação do Estado –, ele consegue trazer, no marco legal das *startups,* fomento, como eu falei ali, de R$4 bilhões de outorgas obrigatórias que estão lá para serem utilizadas pelas empresas de energia elétrica, companhias elétricas e também de petróleo e gás. Nós trouxemos uma liberdade de contratação para o empreendedor e o investidor-anjo. Com esses instrumentos de modernização da relação do Estado com o setor privado, que é o *sandbox* regulatório, você pode, hoje, testar soluções inovadoras, então trazer um dinamismo para a economia brasileira, pode colocar um recurso que já está sendo utilizado no Brasil, todo ano, para compras públicas tradicionais, que pode ser utilizado para comprar uma solução inovadora e sustentável e ainda fomentar o empreendedorismo inovador. Então, a gente tem um poder nas mãos. O Estado tem um poder nas mãos que pode utilizar e melhorar o ecossistema de inovação brasileiro a partir daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Algum outro comentário?

O SR. OSÓRIO COELHO (Para expor.) – Muito rapidamente, porque é um tema que, se a gente for discutir, vai ficar aqui a tarde toda falando sobre isso.

Mas, naturalmente, a indução do Estado com instrumentos regulatórios que vão fomentar algum tipo de ecossistema inovador no caso das *startups*, naturalmente, vai se tornar um ambiente que vai buscar a inovação.

Então, assim, a literatura é rica nisso aí, em dizer, exatamente, que o Estado... Isso, no caso, eu estou mencionando pelo marco legal das *startups*. Então, ele, naturalmente, vai fomentar um ecossistema que, por si só, pelo dinamismo que tem, vai fomentar, de fato, a inovação no país.

Então, esse é o meu comentário, porque, assim, é, realmente, uma pergunta muito ampla, mas o Bruno já foi muito feliz aí em mencionar essa questão. Mas não tem como, assim, com o Estado apoiando de forma mais efetiva e indutora, porque o ecossistema vai buscar inovação. Isso aí é um resultado desse fomento.

O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA (Para expor.) – As dores estão nas cidades e aí, falando de cidades, ou seja, as pessoas vivem nas cidades e lá estão as dores. Então, a grande possibilidade que o marco traz é que você pode criar um ecossistema local, municipal, trazer as *startups* daquele município, que estão ali nascendo para desenvolver soluções para o seu próprio município.

Então, é essa possibilidade que o marco traz e que a gente quer incentivar e ajudar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olha, eu concordo, plenamente, com isso.

E uma coisa importante que você falou no final sobre as cidades. Uma das preocupações que nós tínhamos lá no ministério era, justamente, a de se poder descentralizar, vamos dizer assim, de não se ter grande parte das *startups* centralizadas em uma região do país. A gente precisa ter esse crescimento ao longo de toda a nossa extensão territorial. E aí, resolvendo problemas locais, com soluções locais, com empresas locais. Isso é muito importante, porque produz emprego ali e ali fica, realmente. E, à medida que eu vejo o sistema evoluindo, com um ambiente favorável, naturalmente, aquilo vai puxando outros resultados e aí vai incentivando mais gente a participar.

E a parte que você falou, no início, lá, do Stem, de se poder motivar essa garotada que está chegando hoje para o mercado de trabalho já, que eles pensem de forma empreendedora, em trazer soluções, também, eu acho isso extremamente importante.

Eu vou passar para uma outra pergunta aqui, também do e-Cidadania, do Jeovânio Clementino, de São Paulo: "É possível fazer melhorias sem impactar nas partes mais importantes, como liberdade, desburocratização, democratização dos serviços e inovação?". Aí vai um pouco no que você falou, de não se retroceder. Mas eu deixo aberto aqui, também, para que vocês comentem.

Vamos iniciar na mesma sequência aqui, pode ser? (*Pausa.*)

Então, começa com o Bruno.

O SR. BRUNO PORTELA (Para expor.) – Perfeito.

Como eu falei, realmente, o marco buscou trazer segurança jurídica. Ele trouxe uma flexibilização da gestão e redução da burocracia, principalmente para as questões de sociedades anônimas. Ele avançou muito com esse olhar de desburocratização.

Então, acredito que o aprimoramento deve focar nisso. São empresas nascentes, que precisam de agilidade e precisam ter um acesso fácil a instrumentos públicos ou ter acesso fácil a políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a desburocratização, a simplificação acredito que são mantras aí que a gente deve perseguir nesse aprimoramento.

O SR. OSÓRIO COELHO (Para expor.) – Eu vejo que essa pergunta tem, vamos dizer, dois vieses aí. O primeiro é a questão... Quando ele fala da democratização do serviço, eu imagino que seja a questão da inovação na gestão governamental. Isso aí é, justamente, uma... O Governo busca, assim, de fato, com isso aí democratizar e usar a gestão da inovação justamente para você ter os serviços governamentais mais acessíveis à população. E, para isso, a tecnologia e a inovação são fundamentais.

E o outro viés é a questão, basicamente, das *startups.* O marco legal traz isso, essa desburocratização; ele facilita. Como eu mencionei, a questão das compras públicas, do crédito, do contrato público foi justamente isto: tentar facilitar com que as *startups* possam ser contratadas para resolver algum tipo de problema local. Então, assim, o aperfeiçoamento e o aprimoramento desse instrumento, acredito, vão – sabe? – naturalmente também buscar uma maior facilidade e uma maior desburocratização do processo.

O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom, o setor privado pode fazer aquilo que o Estado não diz "não" para ele, não é? Já o setor público tem que fazer aquilo que a lei permite. Então, eu acho que é esse o desafio: é dizer menos "nãos" para o setor privado, ou seja, a revisão tem que olhar aquilo onde foi dito "não" para permitir que o privado possa, sim, fazer, olhando como que o mercado está estruturado, olhando a realidade do que, de fato, acontece.

E, do ponto de vista do Estado – e estão aí as nossas sugestões –, é justamente nesse sentido, de dizer "sim", de colocar nos regulamentos a possibilidade para que aquele servidor, aquele empregado público que quer, de fato, ser inovador tenha as condições, a estrutura legal para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

Eu, antes de passar para o próximo bloco, queria registrar a presença do Senador Rodrigo Cunha aqui conosco.

Quer usar da palavra?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Bem, primeiramente, bom dia a todos. Quero aqui saudar e parabenizar o Presidente desta audiência pública, o Senador Astronauta Marcos Pontes, que muito nos honra com a sua presença aqui no Senado por toda a capacidade técnica, história de vida, portas que abre e, principalmente, pelo entusiasmo em fazer da ciência, da tecnologia e da pesquisa uma área de atuação firme do Senado Federal. Então, primeiro, ao colega, é uma alegria dividir esta Legislatura com V. Exa.

E, além disso, eu vou até fazer uma pergunta bem objetiva sobre uma dificuldade que eu encontrei, já trabalhando com as *startups*, querendo implantar *startups* pelo Brasil afora. É um assunto novo e, principalmente, os juristas, os advogados, os procuradores municipais não têm acesso a essa legislação nova, não se aprofundaram, não estudaram. E o que é mais questionado é que eles têm dúvidas em contratar uma *startup* porque ela não garante o resultado, ou seja, é um experimento. Então, como é que eu vou pagar, gastar o dinheiro público e aquilo que eu estou contratando não vai ser entregue?

Então, momentos como estes aqui são riquíssimos, porque a nossa função, agora, é tornar de conhecimento geral, é demonstrar o interesse, demonstrar que tem uma legislação que serve, sim, para estimular *startups* no país inteiro e que não pode esse engessamento burocrático, que é o inverso do que é a *startup*, travar essa união da gestão pública com as *startups.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu mais escuto – e já trazendo aqui o *feedback* – é que é uma lei positiva, mas que ainda não houve o acompanhamento da parte técnica, das procuradorias municipais e estaduais, principalmente, no que se refere à garantia da entrega daquele resultado. E, aqui, a gente sabe que essa legislação permite, sim, um contrato de experiência, que não é de conhecimento de todos e acaba sendo uma trava na prática.

Então, se os senhores puderem fazer algum comentário em cima disso, será muito válido, porque eu vou gravar e vou mandar para um procurador específico.

O SR. BRUNO PORTELA (Para expor.) – Opa! Espetacular!

Senador Rodrigo, eu queria agradecer imensamente a sua pergunta. É uma pergunta de extrema importância até para mim como Procurador Federal, como órgão de controle. E eu gosto muito de falar sobre ela porque você vem ali convertendo os colegas.

Eu estou exatamente agora dentro do gabinete do Ministro Jorge Messias nesse trabalho de implementação dos marcos legais de ciência, tecnologia e inovação e das *startups*. Que não é um problema só a nível municipal, mas é federal, estadual e municipal. Eu acredito que essa pergunta realmente amplia a discussão. Nós temos vários *cases* de sucesso utilizando esse instrumento. É um instrumento que é exatamente isto: a gente pode comprar o teste de solução inovadora.

Eu tive a oportunidade de elaborar junto com colegas o contrato da AstraZeneca, da vacina, que é um Etec. E nós tiramos aquela experiência para criar o CPSI. A vacina poderia não ter dado certo e mesmo assim o Estado iria pagar. Da mesma forma o CPSI está comprando o teste. Você vai fazer a experimentação daquele teste dentro do ambiente real da administração. Você contratou via CPSI, contrato por solução inovadora, um teste de uma solução para a Secretaria Estadual do Estado de Alagoas, ou para o município, Arapiraca, que é no Estado de Alagoas. Você vai fazer uma contratação e vai testar. Se não der certo, paga, porque o objetivo é testar a solução inovadora. Se der certo, o gestor vai poder ainda decidir se ele vai ficar apenas com a solução inovadora ou se ele vai querer escalonar a solução inovadora.

Então, além de uma contratação direta do teste da solução inovadora que pode não dar certo, ele pode ainda escalonar a solução que deu certo. Pode contratar mais do que um objeto, mais do que uma contratação. Pode-se contratar três possíveis soluções e testar as três. Se uma deu certo, ele vai poder escaloná-la, ou seja, vai fazer um contrato direto de escalonamento daquela solução para toda a administração pública municipal de Arapiraca. Então, isso sim é possível. Nós permitimos o risco tecnológico. Nós permitimos o fracasso.

É importante entender, principalmente os empreendedores de *startups*, que o fracasso hoje no Brasil é permitido e é permitido na compra pública e inovação. E o Estado vai pagar com isso, porque uma forma de ele fomentar a inovação no Brasil é entender que o fracasso existe.

As nações líderes em inovação experimentam o fracasso e colocam o fracasso de outra forma, de uma forma muito mais benéfica, então quem fracassou tem até acesso ao crédito. Isso é interessante. Isso eu vi em Israel, Estados Unidos, Suíça. Lá, quando você fracassa, você tem acesso ao crédito diferenciado, você tem condições melhores, porque você está mais maduro dentro do ecossistema. Então, você vai pegar um crédito melhor. O fracasso foi permitido dentro da compra pública brasileira.

O SR. OSÓRIO COELHO (Para expor.) – O Bruno já abordou acho que tudo o que interessava nesse assunto. A única questão é que ele foi ao fundo em dizer exatamente o que é ciência. A ciência nada mais é do que você tentar minimizar o fracasso. E o governo nos estados tem que justamente buscar, vamos dizer, compartilhar esse risco, que é o risco tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho nada mais que agregar, porque eu acredito que ele já foi muito, muito feliz na resposta.

O SR. HIDERALDO LUIZ DE ALMEIDA (Para expor.) – Nós estamos aqui, na minha visão, com o maior especialista no assunto que é o Bruno Portela. Ele foi direto ao ponto. E a gente, do trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia, já ouvia dele isso. Ou seja, é da natureza do processo da ciência e tecnologia o fracasso. Você vai construir ali, você vai ter essa rota. Como dizer "não, essa rota não é para seguir"? Não adianta querer fazer a mesma coisa sempre e achar que vai dar resultado diferente. É esse o processo que a gente tem que buscar. A inovação é isto: é fazer diferente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu queria só somar uma coisa com relação a isso, que alguns processos que eu acompanhei acontecendo pela própria Nasa na busca de subsistemas, por exemplo, no desenvolvimento de alguns subsistemas, eles dividiam o processo em três etapas, com o mesmo valor em cada etapa, vamos supor, sem dinheiro, não colocar nada em cada etapa.

Nessa primeira etapa, eles abriam para um grupo muito grande de participantes que apresentavam soluções, os protótipos, as soluções e assim por diante. Então, como era um número grande, cada um recebia um valor pequeno para ajudar a desenvolver aquilo lá. Depois eram selecionados os melhores daqueles lá e aí passavam para uma segunda etapa com o mesmo valor de recurso da primeira, só que agora com um número bem menor, e aí aquilo reduzia. Mas eles tinham mais capacidade de desenvolver aquele protótipo em um produto mais viável.

Depois, na terceira etapa, com o mesmo valor, agora para um número muito pequeno, três ou quatro, no máximo, e a partir daí escolhiam dois, geralmente, como finalistas. Esses são os produtos comprados para aquele que tivesse um resultado mais efetivo daquele sistema, principalmente sistemas mais críticos, para que isso fosse feito. É uma metodologia, como você diz, a se pensar.

Antes de terminar o bloco, eu só queria sumarizar aqui algumas das coisas que nós vimos. Nas falas do Osório – depois me corrija se eu estiver errado –, depois eu vou pedir um resuminho para a gente colocar isso no final... Uma coisa importante que foi falada para a gente rediscutir é a questão de retenção de cérebros com estimulação ao STEM (*science*, *technology*, *engineering and math*). A formação profissional e tecnológica também. Inclusive, a gente tem agora a frente... estou instituindo aqui a frente de apoio à formação profissional e tecnológica. Então, é exatamente dentro desse contexto.

Falou sobre o Sandbox Regulatório, a criação de uma possível rede nacional de ambientes regulatórios para as *startups,* o tempo de CNPJ para ser considerada uma *startup*, e a questão do contrato público, a falta de divulgação. A gente vê que esse assunto está surgindo bastante, mas falta divulgação e um maior incentivo à participação das *startups* dentro das contratações públicas.

O Bruno falou uma coisa que foi importante: não retroceder na legislação. A regulação do art. 9º do decreto na questão das linhas de fomento, que é importante ser feito. A rediscussão, o estudo da compensação tributária, que era um dos pontos que foi retirado depois. Também com relação ao Sandbox, o aperfeiçoamento do Sandbox, e as compras. Novamente aqui outro assunto que está surgindo bastante, com relação às compras, a separação entre compra pública de inovação e compra pública tradicional, normal.

Do Hideraldo, eu anotei aqui, com relação à segurança jurídica para inovação, um ponto importante: a questão de as estatais serem obrigadas a colocar nos seus regulamentos internos a possibilidade de participação das *startups*, incluindo a CPSI dentro da parte de licitação e maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento, de novo aqui, dos municípios. E novamente esse termo voltou à pergunta do nosso querido Senador Rodrigo Cunha, com relação ao maior conhecimento.

Então, esses foram os pontos que a gente ressaltou aqui, mas eu vou pedir para cada um depois dar uma listinha para ver se eu esqueci de alguma coisa também para estar registrado.

Agradeço a presença de cada um dos nossos participantes do primeiro bloco. (*Palmas.*)

Obrigado.

Eu passo agora já rapidamente para o segundo bloco. Eu vou chamar, então, para ocuparem lugar aqui à mesa, o Hugo Giallanza, Presidente da Brasil Startups; o Saulo de Omena Michiles, Presidente da Comissão de Direito Digital, Tecnologias Disruptivas e Startups da OAB do Distrito Federal.

Eu vou adiantar aqui – e vai participar de forma remota – o Guilherme Arradi Sichieri, Gerente Interino da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Ele tem uma viagem a cumprir. Então, eu vou colocá-lo aqui à frente, para que ele participe agora do segundo bloco. (*Pausa.*)

O.k.

Ótimo! A gente tem mais um espaço aqui também. Vou pedir para a Clarissa, então. Clarissa Furtado, Gerente de Competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Bem-vinda, Clarissa!

Gente, então, como eu falei, são oito minutos de apresentação, nessa sequência.

Estamos a partir de então com o Hugo Giallanza.

Tem a palavra, Hugo.

Obrigado.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o nosso Senador Marcos Pontes e o nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, Senador Carlos Viana, e todos os empreendedores "startupeiros" do Brasil.

Eu trouxe uma apresentação.

Não sei se tem um passador.

Eu também queria aproveitar para mencionar um feito desta última semana de uma *startup*, uma *embedded finance*, uma *fintech*, que acabou de ser vendida para a Visa por US$1 bilhão, cerca de R$4,8 bilhões. É um feito importante para o nosso país, quando você pensa que é a quinta maior aquisição do mundo este ano, ocorrendo aqui no Brasil, dando destaque aí para as nossas empresas.

Bom, estou como Presidente da Brasil Startups, uma associação sem fins lucrativos.

Passador.

Então, é uma associação sem fins lucrativos. O nosso porquê é gerar abundância para pessoas e cidades por meio da inovação e da tecnologia. A gente entende a abundância como algo que alcança o maior número de pessoas e a gente entende também que tecnologia pode proporcionar isso para o maior número de pessoas.

A nossa missão é inspirar, apoiar e capacitar o ecossistema de *startups,* orientando-os para a internacionalização, porque o nosso entendimento também é que a gente não vive num país; nós vivemos quase em um continente. E quando empresas pensam em desenvolver negócios e expandir seus negócios num país com projeções continentais é você fazer essa expansão entre um estado e outro, pensando que um estado brasileiro equivale a, por exemplo, um país na Europa. Existe até um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comodismo, e nós entendemos que no campo da tecnologia, no mundo das *startups*, não existe barreira geográfica para isso. E a gente estimula que essas empresas assim o façam.

Nossa visão é ser conhecida como agente de conexão entre *startups e* Governo, mercado e academia e promover intercâmbio de experiência, transferência tecnológica, geração de negócios e qualificação técnica.

Nós entendemos também que no Brasil existe um déficit de mão de obra técnica. Até 2025, nós teremos uma demanda aí de 500 mil profissionais de TI e algo precisa ser feito, Senador. A gente precisa estimular a capacitação de mão de obra e reter esses talentos no Brasil para que essas empresas possam crescer.

E, da pandemia para cá, o que aconteceu foi meio que um *headhunter* internacional. Nossos talentos estão sendo consumidos por empresas de fora, oferecendo grandes oportunidades, com a diferença cambial da moeda. E a gente acaba perdendo o que há de melhor no nosso país.

Como nos posicionamos? Atualmente, como um *hub* de empreendedorismo e inovação. Nós entendemos que um ecossistema depende de densidade, e a gente precisa promover essas conexões entre todos esses atores.

Eu trago aqui o Capítulo IV, que fala do fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, em seu art. 9º.

> Art. 9º As empresas que possuem obrigações de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, decorrentes de outorgas ou de delegações firmadas por meio de agências reguladoras, ficam autorizadas a cumprir seus compromissos com aporte de recursos em *startups* por meio de:
>
> I - fundos patrimoniais, de que trata a Lei nº 13.800 [que são os *endowments*, um instrumento reconhecido, a mais de cem anos, na Europa, responsável pela condução e manutenção de universidades, de patrimônio cultural, e de ciência e tecnologia, que ainda está amadurecendo aqui no Brasil] [...]

Inclusive no MCTI existe um selo que fomenta esses Inclusive no MCTI existe um selo que fomenta esses *endowments* ligados à ciência e tecnologia, mas a gente enxerga que ainda há uma timidez dessas empresas, desses recursos de P&D, sendo direcionados, por exemplo, para um instrumento como esse, como também para os Fips Capital Semente (Fundos de Investimento em Participações) privados, que é uma alternativa para investir em *startups* limitadas. É uma alternativa para que esses fundos também captem recursos de P&D e possam destinar para essas *startups*.

E aqui a gente identifica um risco jurídico: a falta de clareza dessas informações.

Quando a gente atua na prospecção desses recursos de P&D&I, a gente identifica ainda um distanciamento do tema dessas empresas, dessas instituições, que poderiam estar direcionando esses recursos para um ambiente de *startups*. Então, a meu ver, a gente deveria declarar isso dentro do marco legal, no art. 9º, declarar, deixar isso mais evidente, onde essas instituições, que são beneficiadas por essas outorgas, delegações técnicas, consigam se enxergar aqui e diminuir, sim, esse risco jurídico.

Então, a gente propõe aqui o uso da TLR, como ferramenta de P&D & Inovação. E hoje várias instituições de inovação no país já adotaram isso.

Aqui a gente tem um mapa dessa TLR, em que você verifica a participação, por exemplo, da Embrapii mais a Rota 2030 e da Embrapii mais *startups*, já atuando na parte de experimentação, *design*, POC, pesquisa aplicada, teste de escala piloto, protótipo de teste, na demonstração e na fase pré-comercial, aplicação tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, talvez, declarar isso, Senador, dentro da lei, também facilite, para as pessoas entenderem em que momento elas podem contribuir ou participar, investir nessa parte de P&D, declarando esse momento na própria lei.

Também a gente se propõe a declarar, por exemplo, outras leis de incentivo como a Lei do Bem e outros incentivos. De forma que essas empresas que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO GIALLANZA – ... habitualmente, já fazem esses investimentos também se sintam encorajadas a fazerem esses aportes, por exemplo, em *startups*.

No Capítulo IV, também a gente fala sobre:

> III - investimento em programas, em editais ou em concursos destinados a financiamentos, à aceleração e à escalabilidade de *startups* gerenciadas por instituições públicas, tais como empresas públicas direcionadas ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e novas tecnologias, fundações universitárias, entidades paraestatais, bancos de fomentos, que tenham como finalidade o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e de ecossistema empreendedor e estímulo à inovação.

Propomos a inclusão dentro desse texto, dessa redação, o gerenciamento de instituições públicas e/ou privadas. Instituições privadas também poderiam promover esse tipo de iniciativa, fomentando aí, no campo... Quando a gente pensa num ecossistema maduro, a gente pensa em cinco aspectos, dentre eles, a parte de talentos, densidade, cultura, capital e leis. Mas, na parte de densidade, acreditamos que com esse artigo, com esse inciso III, nós consigamos fomentar maior densidade, incluindo essas instituições privadas que porventura tenham programas que fomentem o ecossistema de *startups* no Brasil.

É isso. Esses são os meus contatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Hugo.

Fizemos algumas anotações para conversarmos no final aqui.

Gostaria de passar, então, diretamente a palavra para o Saulo. (*Pausa.*)

Ah, é o Guilherme!

Desculpa, Saulo. O Guilherme, que está no remoto.

Está no contato já?

O SR. GUILHERME ARRADI SICHIERI (*Por videoconferência.*) – Estou, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k., Guilherme.

Obrigado por estar conosco aqui.

Então, você tem a palavra.

O Guilherme é Gerente Interino da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), de São Paulo.

A palavra é sua, Guilherme.

Obrigado.

O SR. GUILHERME ARRADI SICHIERI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, em nome do nosso Presidente, Manuel Ramos, e também do nosso Superintendente, Nelson Hervey, eu queria agradecer o convite do Senado, a quem eu cumprimento na pessoa do Senador Marcos Pontes.

Quero também destacar a iniciativa, Senador, de manter o marco legal das *startups* atualizado, acompanhando a dinâmica do mercado. Isso é realmente muito importante.

E eu vou rapidamente dividir a minha fala em duas partes. Tem uma apresentação que eu encaminhei e que acho importante projetar. Mas eu quero contextualizar essa iniciativa do Sebrae for Startups e, logo em seguida, trazer aqui alguns pontos que são pontos de discussão mesmo em torno dessas melhorias do marco legal das *startups*.

Meu nome é Guilherme e eu falo aqui em nome do Sebrae for Startups, que é uma iniciativa do Sebrae São Paulo, que eu vou apresentar aqui muito rapidamente.

Se puder passar o eslaide, por favor.

Ela é uma iniciativa muito jovem, como é a maior parte das *startups*, e que ganhou recentemente uma visibilidade na imprensa, porque fomos reconhecidos como a melhor aceleradora do país, em 2022, numa espécie de "Oscar das *startups*". Essa escolha nos enche de orgulho, porque envolve uma etapa de votação popular, e depois um grupo de especialistas avalia indicadores, e aí é eleita a aceleradora.

Então, isso nos enche de orgulho, mas também nos enche de responsabilidade. Eu espero trazer alguns dos pontos que a gente vê que o ecossistema pede, em relação à melhoria do marco das *startups*.

Próximo eslaide, por favor.

Uma outra conquista – e essa é uma conquista do Sebrae, inclusive inclui o Governo, e o marco legal foi o impulsionador disso –, a cidade de São Paulo foi eleita recentemente o 26º ecossistema mais importante do mundo para a aceleração de *startups*. Subiu duas posições em relação ao ano anterior. Isso é realmente esforço de inúmeras pessoas, e não é à toa que esse ecossistema, o ecossistema paulista, tem gerado muitos unicórnios. Nessa pesquisa, nessa última pesquisa do Startups Genome, eram 15 unicórnios – *startups* que tinham *valuation* acima de US$1 bilhão.

O *ranking* também traz – claro, além da subida dessas duas posições, ele mostra, indica – alguns desafios. É sempre legal a gente, quando está olhando para o marco das *startups*, olhar para esses indicadores, porque são eles que acabam, para a gente aqui, direcionando onde a gente quer atacar como ponto de melhoria, e eu vou falar de alguns desses pontos ao longo da minha apresentação.

Mais um eslaide, por favor.

Agora falando sobre o Sebrae for Startups, hoje a gente tem cerca de 20 programas em operação, que atendem 2 mil *startups* paulistas. É uma das maiores iniciativas de aceleração do país e, para além da capital, essa iniciativa chega a mais de 150 municípios paulistas, o que, para a gente, é um ponto crítico e importante de levar isso para os municípios.

A gente não faz nada sozinho. São mais de 40 parceiros estratégicos e mais de 160 apoiadores nessas iniciativas, que envolvem, com certeza, mentoria, acompanhamento, coisas que estão ali no nível da orientação técnica, na intervenção do dia a dia dos negócios que a gente está acelerando, mas também incluem ações de acesso ao mercado e acesso a capital. Eu quero aqui destacar uma parceria com a Fapesp, que envolve *grants* da ordem de 150 milhões para apoio financeiro às *startups*; e também o Sebrae como investidor em fundos; no nosso caso aqui, são 40 milhões para investimento em *startups* que a gente está colocando à disposição do mercado.

Mais um eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês entenderem um pouquinho dos setores de atuação, isso pode ser uma curiosidade: a gente trabalha com todo tipo de *startups*, de todos os segmentos, mas há um destaque, uma incidência natural inclusive, do mercado daqui, do mercado paulista, há uma quantidade muito grande de *startups* da saúde, *startups* da educação, *startups* do mercado financeiro e *startups* do agronegócio; mas existem, claro, outras vertentes.

Isso traz já, para a gente, muitas conexões, como, por exemplo: saúde e educação, conexão com o Governo; as soluções de *fintech* podem, inclusive, ser úteis para as MPEs tradicionais, no sentido de melhorar a produtividade; e a mesma coisa com aquelas soluções de *agtech,* que podem impulsionar a produtividade dos agronegócios tradicionais. Então, essa pauta, além de atender 2 mil *startups*, para a gente, é muito estratégica, porque ela tem um impacto em nível social e econômico muito grande.

Mais um eslaide, por favor.

Este aqui é um eslaide mais técnico, mas acho importante endossar um pouco do que foi dito anteriormente do TRL, porque a gente trabalha em vários níveis de maturidade. Essas 2 mil *startups* estão divididas em momentos de maturidade, desde quem tem a ideia – essa é uma quantidade pequena do trabalho que a gente faz – até quem está passando pelo desenvolvimento e teste de produto, que é a etapa de MVP –começando as primeiras vendas –, etapa de operação – fazendo essas vendas crescerem até um patamar em que elas fiquem... Claramente, se eu coloco R$1, eu impulsiono R$10 em vendas. Enfim, você tem uma clareza de quanto você investe e de quanto você cresce, e, por fim, o momento em que a empresa quer ganhar escala. Daqui para frente, inclusive até o limite de R$4,8 milhões, o Sebrae trabalha, em termos de faturamento, mas daí para frente vêm outras iniciativas do mercado para apoiar as *startups* que querem ganhar o mercado internacional ou ampliar a sua estrutura, etc.

Mais um eslaide, por favor.

O que a gente acaba dizendo, então, é que a gente trabalha, basicamente, no "Vale da Morte" das *startups*, ali entre o desenvolvimento do produto e aquele momento em que a *startup* começa a ganhar uma escala muito grande. Então, no nosso caso, por ser Sebrae, até R$4,8 milhões ao ano é o limite da receita dessas *startups*.

Esse eslaide já começa a trazer alguns dos *insights* que eu vou trazer para o marco das *startups*, porque o que a gente vai trazer aqui são, basicamente, dois ou três pontos que atacam quem está na fase de MVP e operação, basicamente, que são momentos críticos, pois a *startup* precisa fazer receita, e, enquanto não faz receita, ela tem todo o custo de desenvolvimento da solução, que é imprevisível e cheio de riscos.

O próximo eslaide, por favor.

Então, abrindo aqui sobre as possibilidades de melhoria, vou concordar com muito do que já foi dito anteriormente. A gente tem uma grande oportunidade aqui que é aproveitar aquilo que já foi feito e, ao nosso ver, o *sandbox* e as compras públicas carecem de uma série de iniciativas, porque promovem muitas oportunidades e elas ainda não estão sendo bem aproveitadas.

Acho que foi dito aqui do estudo do Tellus com o TCU, que fala dos desafios. Isso envolve, claro, questões de cultura e medo do gestor público, mas o próprio TCU aponta ali a necessidade de também treinar quem vai auditar, para que possa fazer uma auditoria adequada e condizente com as normas.

Existem vários desafios aqui importantes, para além da divulgação dessas normas, para a gente aproveitar bem essa oportunidade, mas, de fato, se a gente vence essa questão, abre-se uma grande oportunidade de acesso a mercados, o que, com certeza, mexe nos indicadores de posição do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nos *rankings* de competitividade, como o Startup Genome ou o próprio Global Innovation Index, que é outro indicador importante para a gente olhar o desempenho do nosso ecossistema.

Outra oportunidade importante é o próprio Inova Simples, que também parece apresentar algumas dificuldades em âmbito municipal. Muitos municípios, às vezes, não aceitam notas fiscais de *startups* que estão nessa modalidade. Enfim, existem dificuldades operacionais, mas, como Sebrae, é importante dizer que a gente quer contribuir e ajudar na implementação do marco legal das *startups*. Acho que esses são dois pontos importantes da nossa fala, antes de a gente abrir, claro, para os três principais desafios que a gente considera.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, eu vou chover um pouco no molhado e vou falar um pouco da fuga de talentos, mas há um déficit claro de profissionais ligados a essas disciplinas STEM, criando uma barreira clara de criação de *startups* e também dificultando o crescimento delas em médio e longo prazo.

Vou trazer mais um eslaide, para dar mais riqueza para essa discussão, que já foi abordada aqui.

Mais um eslaide, por favor.

Eu não sei se todos conhecem, mas, quando a *startup* inicia a sua operação, mesmo lá no início, ainda sem faturamento, no desenvolvimento do produto, existe uma máxima de que a gente precisa ter três pessoas no time das *startups* – é o *dream team* da *startup*: uma pessoa de tecnologia; uma pessoa de *design*, e esse *design* é um *design* muito ligado à tecnologia, um UX, por exemplo; e alguém de negócios. O que acontece é que, com a falta desse tipo de mão de obra no Brasil, a gente tem a dificuldade de formar esse time. E nenhuma aceleradora, nenhum investidor vai querer acelerar uma *startup* que não tem pessoas de tecnologia, porque o processo de aceleração é intenso, envolve muitos contatos com o cliente, muitas melhorias de produto, e essas melhorias precisam ter pessoas de tecnologia.

Então, em média, as *startups* nossas, as *startups* que a ABS tem na sua base – isso é uma pesquisa que eles fizeram com mais de 2 mil *startups* –, a média é que essas *startups* têm três *founders*. Esses *founders*, normalmente, são essas três pessoas que estão aí na imagem ilustrada: uma pessoa de tecnologia, uma de *designer* e uma de negócios. Elas têm uma formação acadêmica elevada, 60% delas têm pós-graduação, 72% são homens e brancos e com mais de 35 anos, normalmente. Então, existe ainda uma necessidade de ampliar a diversidade desses profissionais que formam essas empresas. E aí é um desperdício não ter mulheres, por exemplo, entrando e trabalhando com tecnologia, e acho que é importante trazer este assunto aqui para a pauta, e existe uma dificuldade clara, o que já foi dito aqui, de falta de profissionais de tecnologia. Esse déficit estimado pela Brasscom é de que todo ano faltam 100 mil profissionais. E, para complicar, a cidade de São Paulo, por exemplo, e isso aparece na pesquisa do Genome, paga 35% menos do que a média mundial para esses profissionais. Então, é natural que muitos deles queiram trabalhar fora do país, o que dificulta muito, então, o cenário aqui dentro.

E acho que, quando a gente faz uma comparação com o Vale do Silício, que é um ecossistema que, normalmente, é citado, 70% dos programadores do Vale do Silício são estrangeiros, não são americanos.

Então, acho que aqui, para fechar, além de, claro, precisar formar e reter talentos, a gente também precisa atrair talentos. E aí entra, talvez, a pauta do Startup Visa, a possibilidade de a gente ampliar esse tipo de iniciativa, além de, claro, atuar, inclusive, na educação básica no sentido de formar mais pessoas querendo empreender em tecnologia e tendo habilidades STEM.

Bom, mais um eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Guilherme. Guilherme...

O SR. GUILHERME ARRADI SICHIERI (*Por videoconferência.*) – Outro aspecto que...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Guilherme, só um momento. Já deu o tempo aqui. Eu estou lhe dando mais três minutos, está o.k.?

O SR. GUILHERME ARRADI SICHIERI (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Perfeito.

Eu vou encerrar. São mais duas sugestões.

Outro aspecto importante é o investimento anjo. Aí eu vou trazer mais um eslaide, por favor.

De acordo com a do Anjos do Brasil, para que o Brasil chegue no nível ideal de investimento para as *startups*, a gente precisaria chegar num patamar de R$10 bilhões em investimento anjo, e hoje a gente tem R$984 milhões ao ano em investimentos anjo. Isso significa que a gente precisa, sim, olhar para os incentivos desse tipo de investimento. E aí, vou aqui trazer, já corroborar com a fala de outros, mas o investimento anjo, no Brasil, ainda não tem todos os incentivos fiscais necessários para que a gente possa dar esse passo em direção a um grande volume. E, sem esse investimento anjo, as *startups* não avançam para as escalas de maturidade seguintes. Então, esse é um ponto que, para a gente, parece ser muito importante também.

Mais um eslaide para finalizar, por favor.

E, por fim, eu queria trazer aqui a necessidade de a gente voltar a discutir, como a gente sabe que as *startups* ganham muita escala quando recebem investimento, a adesão das *startups* de sociedade anônima ao Simples, respeitando o limite de faturamento do Simples. Esse é o tipo de constituição importante para que elas possam ganhar a escala necessária, mas é uma dificuldade ainda nacional.

Bom, era isso. Queria agradecer, inclusive por ter me colocado aqui à frente dos demais colegas – eu tenho realmente um voo –, e quero me colocar muito à disposição de vocês para eventuais discussões aí.

Muito obrigado, Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Guilherme. Eu fiz uma série de anotações aqui, para a gente conversar no final.

E eu gostaria de passar, então, a palavra, agora sim, para o Saulo de Omena. Ele é Presidente da Comissão de Direito Digital e Startups da OAB do Distrito Federal.

Com a palavra.

O SR. SAULO DE OMENA MICHILES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento a todos, boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui em nome da advocacia do Distrito Federal e brasileira, e cumprimento aí os colegas presentes e os Senadores, na pessoa do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu não poderia deixar de mencionar o orgulho de estar nesta Casa, sendo neto da primeira Senadora da República, Eunice Michiles, e agora trazendo esse sobrenome de novo aqui para esta Casa. Isso muito me orgulha. Obrigado pelo convite, Senador.

Bom, eu tenho uma apresentação também – se puderem colocar, eu agradeço –, mas, como o tempo é curto, eu vou buscar ir direto ao ponto, Senador.

Como já foi dito aqui, o marco legal foi uma legislação boa, mas eu costumo dizer que o ótimo é inimigo do bom, e agora a gente está aqui buscando o ótimo. Então, a minha fala vai ser no sentido do que faltou no marco legal, certo? E tem alguns eixos, como o eixo de segurança jurídica, eixo de incentivos tributários e eixo de modernização da legislação... (*Pausa.*)

Está ligado. Agora foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

... e o terceiro eixo, de modernização da legislação, já que a gente tem a legislação de 1940, de 1970, tratando ainda das *startups*.

O primeiro ponto primordial que eu gostaria de tratar aqui é a regulamentação do *stock option* como um contrato mercantil. A gente sabe que o *stock option*, que é um contrato de opção de compra de ações de *startups*, como o contrato de *vesting*, é muito utilizado nesse ecossistema justamente para fazer a atração e retenção de talentos; mas ainda existe uma grande insegurança jurídica quanto a esse contrato no Brasil, porque ele pode vir a ter repercussões trabalhistas – existe uma jurisprudência nesse sentido – e também pode vir a ter consequências tributárias, que vão inviabilizar o uso do *stock option*, o uso do *vesting* como um instrumento contratual de atração e retenção de talentos. Muito se falou aqui em "fuga de cérebros", esse é um grande instrumento para reter esses cérebros aqui no Brasil, já que, se a gente for competir com o salário, com moedas fortes, infelizmente a gente não vai ter força para competir; mas, se os colaboradores das *startups* pudessem ter, ou como eles têm, uma participação societária da *startup*, aí sim ele vai vislumbrar uma possibilidade de ganho quando essa *startup* for vendida por centenas de milhões ou até bilhões de dólares. E aí a gente tem um incentivo econômico muito forte para que esses cérebros permaneçam aqui no Brasil.

A gente tem uma outra questão, na verdade, diversas questões tributárias. A primeira delas já foi falada aqui: o art. 7º, que foi vetado, que trazia uma lógica de portfólio para investidores pessoas físicas. Então você tem um investidor que investe em *startups,* naturalmente ele vai investir em mais de uma – é uma diversificação de risco –, mas a gente tem uma situação tributária infeliz que acarreta o seguinte: se esse investidor do exemplo investe em cinco *startups*, ele tem prejuízo em quatro delas, mas tem lucro na quinta, além de ter perdido dinheiro em quatro, ele vai perder dinheiro na quinta, porque vai pagar imposto sobre esse ganho da quinta, mesmo que, sob o olhar do portfólio de investimentos dele, ele tenha perdido dinheiro no todo. Ainda assim, mesmo tendo perdido dinheiro, ele vai ter que pagar imposto sobre isso. Isso gera um desincentivo muito grande para investidores pessoas físicas investirem em *startups*.

Outra questão de incentivo é trazer isenção ou incentivos tributários para ganhos de investimento em *startups*. A gente tem diversos instrumentos no mercado financeiro, como, por exemplo, LCI, LCA, debêntures incentivadas, fundos imobiliários, que são investimentos que são muito menos arriscados do que investir em *startups* e talvez tenham muito menos transbordamento econômico do que investir em *startups*, mas esses instrumentos têm incentivo tributário, enquanto o investimento em *startup*, em ciência e em tecnologia nesse caso, não tem esse incentivo. Então é um outro incentivo tributário que a gente sugere que haja, para que quem invista em *startup* tenha isenção ou incentivo tributário nesse investimento.

O colega do Sebrae de São Paulo colocou algo que acho essencial, primordial, que é uma sociedade anônima poder ser optante pelo Simples Nacional. Existe uma mentalidade, uma leitura de que sociedades anônimas são sociedades grandes por natureza, e isso poderia até ser verdade na década de 70, quando da criação da Lei das S.A., mas, na verdade, técnica e juridicamente, sociedade anônima é uma sociedade que foi preparada para que haja sócios com aporte de capital. Em contraposição à sociedade limitada, em que os sócios importam entre si, a sociedade anônima foi preparada para que os sócios sejam descentralizados, e ela é preparada, ela tem governança corporativa para os sócios investirem, aportarem capital, ou seja, ela é o tipo societário perfeito para as *startups*, só que, infelizmente, pela lei do Simples, as sociedades anônimas não podem ser optantes pelo Simples Nacional. Então uma *startup* é obrigada a ser limitada, tendo menos governança corporativa, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menos estruturada para receber investimentos. Por uma questão legal, uma visão tributária que a gente tem no Brasil, infelizmente, ela é obrigada a ter esse posicionamento, essa opção.

Outra questão tributária. O contrato mais utilizado para investimento em *startups early stage* é o contrato de mútuo conversível em participação societária. Por ser um contrato híbrido, que tem como um de seus pilares um contrato de mútuo, um contrato de dívida, existe uma discussão sobre se esse contrato de mútuo conversível em participação societária seria um fato gerador de IOF. Então a minha sugestão aqui é que fique claro na legislação que os contratos de investimento em *startups* que estão descritos no art. 5º da Lei Complementar 182, o marco legal, não são fatos geradores de quaisquer espécies tributárias, especialmente do IOF, que é a questão que a gente coloca aqui, justamente porque não faz sentido um instrumento de inovação ser tributado apenas pelo fato de haver o investimento. Quando há o ganho, tudo bem, ressalvada a minha outra sugestão de incentivos tributários, mas tributar alguém que está investindo pelo fato de investir não faz sentido em termos de incentivos econômicos.

Outra sugestão. A gente tem aí a questão do Inova Simples, que o colega mencionou também. O Inova Simples foi uma legislação muito bem pensada, é uma legislação que permite que as *startups* façam sua MVP de uma maneira formalizada. O Inova *S*imples permite que as empresas consigam seu CNPJ em cinco minutos *online*, com o preenchimento de um formulário, mas ele tinha um grande pilar, que era: quem optasse pelo Inova Simples seria tributado como se fosse MEI, ou seja, pagava ali seus R$50, R$55 por mês em um boleto e conseguia fazer sua experimentação com formalização. Infelizmente, no processo legislativo, essa parte foi retirada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO DE OMENA MICHILES – ... e aí ficou capenga, e o Inova Simples não é utilizado ou muito pouco utilizado.

Penúltima sugestão: sociedade anônima simplificada. Como eu já disse, a sociedade anônima é o tipo societário perfeito para as *startups*, mas, ainda assim, por ser uma legislação mais pesada, mais antiga, traz muitas obrigações, que acabam gerando muitos custos. Então fala-se muito no mercado em uma sociedade anônima simplificada que, consequentemente, traria menos custos para as *startups,* e daí elas poderiam nascer já sendo sociedade anônima, optando pelo Simples Nacional e com toda proteção, toda governança para os investidores, que é o que os investidores gostariam de ter.

Por fim, Senador, uma modernização trabalhista. A CLT é uma legislação da década de 40, e a gente está em 2023 tratando de inovação, tratando de *startups.* A gente não pode, é inconcebível que haja a regulamentação desses trabalhadores, que trabalham no mundo inteiro: você contrata um em Florianópolis, outro no Amazonas; você vai ter discussão de convenção coletiva local; para um tem que pagar uma coisa, para outro tem que pagar outra... Como é que eu controlo o trabalho? Como é que eu pago bônus nesse mundo digital hiperconectado? Então são diversas questões aqui que o tempo não nos permite detalhar, mas seria muito importante a gente ter uma modernização trabalhista.

Só para finalizar, agradecendo e deixando a Comissão de Direito Digital e Startups da OAB e o nosso escritório à disposição do Senador e dos demais colegas para fazer mais sugestões, falou-se muito aqui em fuga de cérebros. Eu queria dar um exemplo. Dois fundadores de uma *fintech* chamada Pagar.me, de 18 e 19 anos, venderam essa *fintech* por algumas centenas de milhões de reais e, ato contínuo, se mudaram para os Estados Unidos para empreender. E, em entrevista, eles disseram que foram para lá porque queriam ser grandes e não poderiam ser grandes no Brasil. A *startup* que eles fundaram lá hoje chama-se Brex e já vale US$13 bilhões. Então imagina se eles tivessem fundado essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

startup aqui?! A quantidade de melhorias, de impostos, de transbordamento econômico que a gente teria tido no Brasil?! Infelizmente esse capital se perdeu porque empreendedores brasileiros decidiram se mudar para os Estados Unidos, para fundar esse unicórnio lá.

Eu agradeço novamente a todos e me coloco à disposição, em especial ao Senador e sua equipe, pela oportunidade de a gente contribuir aqui com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Saulo. Realmente a gente precisa de muitas discussões para melhorar isso aí também.

Eu gostaria de fazer o seguinte agora, para acelerar o processo. Nós temos mais três participantes remotos e a Clarissa aqui conosco também. Se você me permite, posso passar para o pessoal falar já no remoto e depois a gente faz uma sessão de perguntas com todos já participando.

De imediato, gostaria de passar a palavra para Débora Mendes Carvalho, Coordenadora de Parcerias Estratégicas do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e representante de Confederação Nacional da Indústria (CNI), que está remota.

Débora, a palavra é sua.

A SRA. DÉBORA MENDES CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, quase boa tarde a todos.

Eu gostaria primeiramente de agradecer o convite para participar desta importante audiência pública. Na pessoa do Senador, eu cumprimento a todos aqui presentes.

Gostaria de pontuar que, de fato, como foi dito na mesa anterior e nessa, a construção do marco legal de *startups* foi feita de forma ampla, com diversas entidades participantes, o que é muito rico para construção de uma legislação.

Se a gente pensar que, de acordo com os dados da ABVCap, as operações de *private equity*, *venture capital* e *corporate venture capital* movimentaram cerca de 2,2 bilhões só no primeiro trimestre de 2023. E considerando que foi o menor investimento marcado desde 2019.

Então, ainda assim, apesar dessa queda, os fundos brasileiros lideram as operações de *corporate venture capital*. De nove transações nesse primeiro trimestre deste ano, oito envolveram fundos brasileiros.

Isso demonstra para a gente que o Brasil tem tudo para voltar a atrair investimentos de longo prazo, principalmente recursos de fundos de investimento e participação, que é o principal veículo de investimento em fundos de *private equity*. É importante ressaltar que o tratamento de FIPs seja similar ao investidor de bolsa, por exemplo, isso é primordial.

Melhorias como essas estão presentes no PLP 2, de 2022, que é um projeto de lei que visa melhorias para o marco legal de *startups*. Iniciativas para dar maior impulso para o mercado de *startups* são indispensáveis nesse momento porque estamos falando de empresas com capacidade de gerar empregos qualificados e dar maior dinamismo à nossa economia.

Do ponto de vista regulatório, a Lei Complementar 182, que estabeleceu o marco legal de *startups*, como foi dito na mesa anterior e nesta, trouxe ganhos muito importantes, como a permissão da administração pública para contratar *startups*, a prioridade da análise de pedidos de patente e registros de marca de autoria de *startups*. Mas infelizmente o marco legal suprimiu aspectos previstos originalmente que, na minha visão, na visão da indústria, comprometem em certa medida o estímulo ao empreendedorismo inovador. E eu acho que é por isso que a gente está aqui hoje nesta audiência pública, para debater e conversar mais sobre melhorias que são muito importantes para o ambiente de negócios no qual operam as *startups*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu chamo atenção para alguns pontos específicos que foram discutidos lá atrás, quando o marco legal de *startups* estava sendo debatido, e que não foram sancionados, mas que são pontos muito importantes e que poderiam voltar ao marco legal de *startups*.

Por exemplo, como já foi dito aqui também, o critério de enquadramento das *startups*. Esse tempo de experiência precisa ser debatido, tempo de criação de CNPJ. Pedir as *startups* enquadradas como MPEs para se constituírem em sociedade anônima, como foi falado aqui pelo Saulo anteriormente também. Para continuarem no Simples, mas poderem ser sociedade anônima, ser um requisito, para que elas possam receber investimento muitas vezes. Então, isso é um ponto crucial que necessita melhoria.

Suprimir limitações de caráter societário para *startups*, que está previsto na LC 123, de 2006. Ampliar o leque de entidades legitimadas para receber investimento e doação relativa aos compromissos empresariais legais de investimento em P&D.

Outro ponto muito importante que à época foi muito debatido e infelizmente não foi sancionado, que é ampliar as possibilidades legais de dedução do Imposto de Renda para abranger o fomento a *startup*. Ou seja, você inclui a sociedade no fomento a *startup*, você inclui a sociedade na melhoria do ambiente de negócio. Isso é muito importante.

Possibilitar a inclusão dos investimentos em fundos de participação voltados para *startups* no âmbito dos benefícios da Lei do Bem. Lei que o próprio Senador mencionou aqui anteriormente. Nada mais justo do que incluir nessa lei todo o investimento que as empresas fazem em fundos voltados para *startup*.

Permitir a remuneração variável por meio de opções de compra de ação, o que também foi falado aqui pelo Saulo anteriormente, o *stock options.*

Adequar as alíquotas praticadas para o investimento de risco, possibilitar a compensação de prejuízos na apuração do Imposto de Renda sobre lucros obtidos em investimentos em *startups*, fomentar a capacitação de estudantes que possam auxiliar as *startups*, fomentar a STEM é muito importante também.

O alavancamento de investimentos em *startups*, portanto, é crucial, e fomentar a inovação tecnológica pode acontecer de várias formas, por vários mecanismos. A CNI tem trabalhado para contribuir com essa agenda, especialmente na área de internacionalização. Por isso, recentemente, nós fizemos uma parceria com uma empresa israelense para incentivar a inovação aberta, que nada mais é que a articulação entre grandes empresas e *startups* que podem solucionar os desafios tecnológicos. Nós temos tido resultados encantadores por meio dessa parceria, o que nos mostra cada vez mais que as *startups* precisam desses incentivos, fomentar a *startup* é fomentar a geração de emprego, é fomentar o país. Se a gente não avançar nessas questões, a gente pode continuar festejando que é muito rico para o Brasil, uma vez ou outra, o surgimento de um unicórnio, como foi falado aqui, *scale-up*, é muito importante, mas, se a gente não avançar, a gente vai perder uma grande chance, uma grande oportunidade de fazer o mercado de *startups* brasileiros ser uma plataforma consistente de geração de emprego, tecnologia, renda e de ser um exemplo, porque a gente tem total capacidade de ser um exemplo e fomentar *startups* no país.

Fui rapidinha, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Débora. Obrigado pela questão do tempo também, é importante aqui, porque a gente está meio apertado no tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, então, de diretamente passar a palavra para a Cristiane Santos Pereira, que também está no remoto. Ela é Vice-Presidente de Transformação Digital e Startup da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

Então, Cristiane, você tem a palavra por oito minutos, obrigado.

A SRA. CRISTIANE SANTOS PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Eu estou bastante honrada em estar participando aqui desta solenidade e desta cerimônia dentro desta Casa. Sou brasiliense, mas estou hoje em São Paulo por motivos de trabalho, e aí estou participando remotamente. Mas eu queria agradecer na sua pessoa, nas pessoas da sua equipe e também do Hugo, que foi a pessoa que nos colocou em contato com o seu gabinete, por estar aqui participando.

Eu queria colocar a apresentação, eu mandei uma apresentação para a equipe aí para a gente poder começar.

Eu queria apresentar inicialmente a Assespro. A Assespro tem uma federação, que é a Federação Assespro, e a gente está distribuído em praticamente todos os estados da Federação; a Assespro faz parte do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (Cati) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a gente também faz parte do Comitê Gestor da Internet; do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico; nós fomos fundadores e membros do Conselho da Softex; fazemos parte do Conselho Editorial da *RNTI*, é uma revista que congrega várias informações de tecnologia da informação no país; fazemos parte da Aleti, da WITSA; e também, através da Assespro-DF, nós estamos coordenando a rota Cerrado Digital dentro das rotas de integração nacional, que é do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, na qual eu, inclusive, sou a Vice-Coordenadora.

Falando um pouco de mim – pode passar para o próximo eslaide –, é importante, eu acho, me apresentar, e o que me qualifica para estar participando aqui.

Trouxe essa imagem do astronauta, justamente em sua homenagem, porque eu acho muito importante, a gente está falando de ciência e tecnologia. E nós mulheres também queremos voar, viu, Astronauta? Nós queremos estar juntamente aqui. Fiquei muito feliz de ser a representante da Assespro, de estar aqui junto com vocês, enquanto mulher, e vejo mais duas colegas também participando. Isso é muito importante. E nós mulheres fazemos parte desse movimento, estamos aí. Eu, particularmente, trabalho na área de tecnologia há mais de 30 anos, me formei. Vou fazer 50 anos, então tenho 30 anos de mercado.

Sou Vice-Presidente da Assespro, na área de transformação digital e fomento a *startups*, sou também Vice-Presidente do Ibrachics, sou consultora credenciada do Sebrae, sou membro do Codese, que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal e de Goiás, faço parte da coordenação do Coalizão pelo Impacto, que é um projeto nacional que está sendo tocado por empresas privadas – tem R$34 bilhões investidos para desenvolvimento de negócios de impacto social, que eu vou colocar na pauta aqui como recomendação também.

Sou idealizadora do projeto Hackacity, que trabalha com cidades inteligentes, sou gestora de uma empresa que se chama Espaço Multiplicidade, que é uma incubadora de empresas, sou pós-graduada em Gestão de Tecnologia da Informação e atualmente faço uma pós-graduação de Governança e Inovação Pública para Líderes da América Latina e Caribe através do CAF.

Então, acho que é isso, a gente está aí... Somos mulheres e estamos participando também de toda essa campanha de modernização das leis que possam congregar e melhorar a nossa área de tecnologia.

Pode passar para o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As contribuições que eu trago aqui, Senador, são contribuições que vieram de vários... Apesar de eu estar aqui, a convite, através da Assespro-DF, eu trago a visão da Federação Assespro, na qual a gente tem... E eu estive conversando pessoalmente com membros do Distrito Federal, de Pernambuco, da Bahia, de Goiás, de Santa Catarina.

Também trago pontos de vista da equipe do Coalizão pelo Impacto, que trabalha modelos de negócios que podem resolver problemas sociais e ambientais, e também do GT4 da Enimpacto, que trabalha com macroambiente institucional normativo favorável aos investimentos em negócios de impacto. Além disso, eu presto consultoria lá no Porto de Santos, para o Parque Tecnológico de Santos e para o Porto de Santos. A gente tem contribuições de todos esses aqui, então eu vou passar agora para a frente.

Pode seguir, e aí eu vou apresentando cada uma das minhas contribuições que foram congregadas a partir desse grupo todo que citei.

A primeira é a tributação de perdas. A retomada da redação do art. 7º, que foi vedado, na lei, e que possibilitava a compensação de perdas em eventuais ganhos apurados em *startups*, da mesma forma como é efetivado em investimentos em ações de empresas listadas em bolsas de valores que possuem um risco muito menor e liquidez imediata de investimentos em *startups*.

Então, esse é um dos pontos que a gente vem trazendo aqui.

O próximo, por favor.

O tratamento tributário com equiparação de tratamento tributário no investimento em *startups* e políticas de estímulo, como nos investimentos em imóveis ou agronegócios, com a LCI e a LCA. Então eu acho que é um outro ponto que precisa ser avaliado aqui por essa revisão.

Próximo ponto.

Alguns dos pontos que eu estou trazendo já foram falados pelos meus nobres colegas aqui anteriormente falando, e isso é até legal, porque corrobora e diz que a gente está alinhado com várias das posições. E um deles é esta questão das *stock options*. A simplificação das regras aprovadas pelo Congresso Nacional e vedadas pelo Poder Executivo, com possibilidade de sua tributação somente no eventual ganho de capital. Então isso é um ponto bem importante para nosso segmento.

Pode passar.

O Simples Nacional. Possibilidade de enquadrar as SAs simplificadas no Simples Nacional, que foi vedada anteriormente, com teto elevado. Então acho que, quanto a isso, é interessante a gente fazer uma revisita e reavaliar esse ponto.

Próximo.

A simplificação. Garantia e dispensa nas publicações legais ou a publicação exclusivamente no *site* da empresa e/ou livros digitais para *startups* constituídas na forma de sociedade anônima, sem limites de sócios. Então é um outro ponto bastante importante, que foi bastante recomendado pela equipe da Federação Assespro.

Pode passar.

Os fundos constitucionais. Com a participação obrigatória dos fundos constitucionais no investimento em *startups,* isso é um ponto realmente bem importante, porque a gente vai ter incremento no investimento para essas *startups*.

Pode passar.

Acesso a crédito. Promoção de ajuste na legislação e modelo de crédito para que as *startups* possam oferecer garantias reais para a obtenção de linhas de crédito. Então isso também é um outro ponto muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, pode passar.

Eu estou passando rápido, Senador, mas a Federação Assespro vai protocolar, junto ao seu gabinete, um ofício, trazendo todos esses pontos oficialmente, tá? É só por causa do tempo, estou tentando obedecer esses oito minutos que você está nos dando.

Então a gente tem mais dois pontos, que são a questão da governança, que é permitir ao investidor maior envolvimento na tomada de decisões da empresa, e a ampliação das possibilidades de investimento em *startups* que não será integrante do capital social da empresa. Então esses são dois pontos de governança que a gente identifica como muito relevantes para que sejam considerados.

Pode passar.

Falando agora de compras públicas, e aí, isso é uma consideração que venho, inclusive através da área de inovação lá do Porto de Santos... Eles têm uma área de inovação, eles já fazem investimentos em *startups.* Então a gente precisa ter essa regra clara para fornecimento a parcerias de desenvolvimento de novas soluções entre órgãos e empresas públicas e *startups,* para garantir que essas soluções desenvolvidas em parcerias não terão vedação de possibilidade de contratação futura, não é? Então acho que vários órgãos públicos... Assim, a gente tem que incentivar, como o Hideraldo mesmo falou, que os órgãos públicos façam a iniciativa de trazer as *startups* para dentro, mas também a gente já tem órgãos públicos trabalhando com esse incentivo. E como é que a gente pode trazer regras mais claras para fazer com que eles realmente consigam investir sem grandes problemas.

E, por último, eu trago a recomendação da área de negócios de impacto social, que eu acho que vai ser muito benéfica para o nosso país. Então, a instituição de mecanismos para dar segurança jurídica a investimentos de organizações sem fins lucrativos, a *startup*s, com qualificação similar aos *benefit corporations.* Isso vai melhorar o posicionamento internacional do Brasil na agenda de empreendedorismo socioambiental e também vai resolver parte da insegurança jurídica tributária que a gente possui nesse caso.

Então, eu acho que essas são as considerações trazidas pela Assespro.

Pode passar para o próximo eslaide.

Eu queria agradecer muito e falar que nós, juntos, estamos olhando as cidades com esse novo olhar, pivotando essas nossas cidades. E eu tenho muito gratidão de estar aqui participando desta audiência pública.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Cristiane. Parabéns pela apresentação!

Agora, sem demora, passo diretamente a palavra à Clarissa Furtado. Ela é Gerente de Competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Com a palavra por 8 minutos.

A SRA. CLARISSA FURTADO (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde, Senador! Eu gostaria de agradecer em nome da ApexBrasil e do ex-Senador Jorge Viana, Presidente da ApexBrasil, e da Diretora de Negócios da Apex-Brasil, Ana Paula Repezza. É um prazer estar aqui. Fico muito satisfeita pelos senhores terem se lembrado da ApexBrasil neste momento.

A ApexBrasil é a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, como o senhor disse. A nossa missão é colocar as empresas brasileiras no mundo, é mostrar o melhor do Brasil para o mundo e atrair investimentos estrangeiros diretos e produtivos para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse campo, então, a gente trabalha com *startups.* A gente tem um trabalho, já desde 2017-2022, para promover a internacionalização de *startups* e para atrair investimentos estrangeiros, também, para essas empresas.

A gente trabalha em ampla coordenação com vários parceiros que já falaram aqui. A gente tem ações em parceria com o Sebrae, trabalhamos muito fortemente com a CNI e com outros parceiros. Nós atuamos para atender as *startups* de base tecnológica com soluções inovadoras e escaláveis. A gente foca nas *startups* que já estão em fase de operação, que já têm condições, realmente, de buscar uma atuação fora do Brasil. São *startups* que procuram a internacionalização por vários motivos. A gente vê que quando elas vão atrás de conhecer um ecossistema de inovação em outro país do mundo querem escalar os negócios, querem crescer rapidamente, acessar redes de apoios que existam em outros ecossistemas de inovação e captar investimentos. Então, elas precisam de tudo: precisam avaliar as oportunidades que existem no mercado, selecionar os mercados. Também, muitas vezes, elas vão para fora para testar os modelos de negócios em outro mercado, para verem se vão funcionar bem ou não, o que vão precisar mudar, para desenvolverem pilotos, para ganharem em exposição, e desenvolverem seus negócios e parceria.

Com isso, elas promovem as suas soluções, e a gente vê que apoiar as *startups* brasileiras nesse trabalho é também promover o Brasil como um país que tem soluções tecnológicas, sustentáveis e inovadoras com aplicação global, daí a razão do nosso apoio. E também porque a gente sabe que as *startups* nascem globais, muitas vezes elas já nascem voltadas para o mercado internacional, têm essa facilidade. Muitas vezes, também, trabalham com a exportação de serviços, o que também tem uma possibilidade grande de internacionalização.

A gente tem, dentro do nosso portfólio de serviços de apoio à expansão internacional, o Programa de Internacionalização de Startups em que a gente oferece *webinars*, que são seminários focados em mercado. A gente está desenvolvendo uma chamada contínua e um diagnóstico de maturidade das *startups*.

A gente oferece a elas cursos na nossa plataforma de EAD, preparação virtual, inteligência em estudos de mercado, também treinamento de *pitch*, que é uma coisa que elas precisam fazer quando vão para fora, saber desenvolver o seu *pitch*, apresentar sua solução da melhor forma, e missões que a gente organiza fora do Brasil.

Então, a gente tem a Startup OutReach Brasil, feiras de inovação e *matchmaking*, que são ações em que a gente coloca a *startup* em contato com possíveis compradores, clientes. Também ações de aceleração, em que a gente as coloca em contato com parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras no exterior.

A gente já atendeu cerca de 742 empresas pela Coordenação de Expansão Internacional e mais algumas pela nossa área de investimento. Então, em torno de 800 empresas aí, nos últimos anos, dentro de um total de 22.541 *startups* no Brasil, sendo que 4 mil estão na fase em que a gente atua, que são... Quer dizer, 4 mil estão na fase de tração e escala e 3,6 mil, na fase de operação, que é aquela fase em que ela já pode ter a maturidade suficiente para se internacionalizar.

Apresentando aqui, rapidamente, então, o Startup OutReach Brasil é o nosso programa de internacionalização, que é realizado em parceria com o Sebrae, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia. A gente já apoiou mais de 250 *startups* e, por este programa, a gente teve a satisfação de ser premiado como o oitavo ecossistema brasileiro no Prêmio de Inovação aqui no Brasil. Já geramos, com esse programa, mais de 24 milhões de negócios e mais de 174 negócios facilitados. Foram 14 ciclos de imersão, que são ciclos em que a gente leva esses grupos de *startups* – nesse caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aí, a gente estava em Chicago, o grupo – para esses ecossistemas de inovação promissores de todo mundo. Então, já passamos por Chicago, Dubai, Miami, vários ecossistemas que oferecem apoio para as *startups*.

A gente também realiza missões brasileiras a feiras de inovação e tecnologia. Então, a gente já esteve ali na Viva Technology, na França, em South Summit, em Paris. Este ano, já fizemos essas duas e, em breve, a gente vai ter algumas outras na China, em agosto; em Dubai, na Gitex; em Singapura, na Switch; e na Web Summit, em Lisboa, que é a principal conferência de inovação e tecnologia do mundo atualmente.

Então, no ano passado, a gente levou 70 *startups* para a Web Summit e, este ano, a gente está querendo levar 200 empresas, entre *startups* e empresas inovadoras.

Essa imagem aí é do nosso estande na Web Summit Lisboa do ano passado.

Então, aqui a gente tem alguns editais abertos para *startups* neste ano. Por exemplo, foi dito aqui, bastante, sobre Israel e é importante mesmo que as empresas tenham esse *benchmarking* com um ecossistema que é tão avançado e tão promissor. Então, a gente está fazendo uma capacitação *online* para as *startups*. São 80 vagas. Então, é bastante gente que pode participar aí dessa capacitação com especialistas do mercado israelense.

A gente vai ter, também, a Gitex, em Dubai, que também está com inscrições abertas. São 20 *startups* que a gente vai atender. Também tem uma missão de *agritechs* para Israel. A gente sabe que o Brasil... A *agritech* é um dos setores em que o Brasil é mais promissor, mas também a gente tem *fintechs*, *edtechs* e outros setores aí bem fortes. E a gente vai levar esse grupo de *startups* de agricultura, de soluções de agricultura para Israel. E a Web Summit Lisboa também com inscrições abertas.

Então, com 80 *startups* e 120 empresas inovadoras.

Também foi dito aqui, em alguns momentos, sobre a importância da regionalização e a gente tem procurado isso, tem procurado captar mais empresas de outras regiões do Brasil. A gente sabe que o Sul e o Sudeste, geralmente, são os mais conhecidos e a gente tem tentado fazer coisas, também, com o Norte e o Nordeste. Então, recentemente, por exemplo, na semana passada, agora, a gente estava no Rio de Janeiro com um fundo de investimentos e de empreendedorismo indiano que estava interessado em conhecer *startups* brasileiras e a gente levou para lá um grupo de *startups* do Norte e do Nordeste, e foi bem interessante. Eles gostaram bastante, os dois lados.

A gente também, então, tem algumas iniciativas para atração de investimentos estrangeiros para *startups* brasileiras. A gente tem o projeto Corporate Venture in Brasil, que foca na atração de investimentos de fundos corporativos internacionais. Então, a gente tem contato com esses fundos e apresenta para eles *startups* já pré-qualificadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLARISSA FURTADO – Temos também a iniciativa Techmakers, que é um projeto desenvolvido em parceria com a Embrapii, que fomenta parcerias para desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento entre empresas brasileiras e estrangeiras.

Então, essas são algumas das ações que a Apex desenvolve e estamos aqui interessados em trabalhar mais fortemente. Como foi dito também, o marco legal das *startups* foi construído de forma bastante colaborativa, e acho que é muito válida a sugestão do senhor, a proposta do senhor, agora, de continuar atualizando. E, também como algumas pessoas comentaram, é um mercado muito dinâmico e que precisa mesmo que a legislação acompanhe esse dinamismo.

Então, só mais alguns dados sobre o marco legal das *startups* e a internacionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente já teve mais de cem anúncios de abertura de operação de *startups* no exterior desde que a gente apoia o tema. E o que é vantagem do marco legal é que ele conceitualiza o que é *startup*, traz mais segurança para os investidores, mas também, como foi dito aí ao longo das falas, melhor do que eu poderia dizer aqui, foi bastante comentado isso, dá para melhorar essa questão da atração de investimentos; também a melhoria em questões tributárias para exportação de serviços; a questão, que também já foi comentada, sobre o tempo de previsão na conceituação de *startups* – dez anos pode ser muito pouco, principalmente para *startups*, por exemplo, do setor de saúde; e a importância de prever estímulos para investimentos em programas de inovação aberta e *corporate venture*.

Então, são alguns pontos que a gente já identificou, e estamos à disposição para continuar conversando, apresentar uma proposta e participar desse grupo de discussão.

Obrigada pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Clarissa.

Gente, como tivemos dois blocos juntos nesse final, então a gente passa para uma parte de perguntas aqui, para finalizar os blocos.

Eu vou começar, para esquentar o motor, com algumas perguntas que nós recebemos aqui pelo e-Cidadania.

Vou começar com o Carlos Brasil, de Alagoas. A preocupação dele é com relação ao crédito mais barato para as *startups*. Se existe e como existe essa influência das taxas de juros para *startups* e se os recursos do BNDES podem ser facilitados para *startups*.

Eu deixo em aberto para quem quiser responder, inclusive, aqueles que estiverem também pelo remoto.

Quem se habilita?

Para não fazer todo mundo responder, eu vou escolher um, então, para responder. (*Pausa.*)

É para o Saulo aqui essa resposta.

O SR. SAULO DE OMENA MICHILES (Para expor.) – Vou me candidatar, então, Senador, a dar essa resposta.

De fato, o crédito é um problema para todas as brasileiras de uma maneira sistêmica; para as *startups*, ainda mais, porque, pelo fato de serem empresas nascentes e inovadoras, que operam em um modelo diferente, em que elas iniciam tendo um prejuízo consciente, digamos assim – elas sabem que vão ter uma queima de caixa para produzir inovação, para produzir tecnologia, para, só depois, buscar um lucro no futuro –, o modelo de crédito tradicional dificilmente consegue alcançar esse tipo de empresa, que é um modelo que pede garantia real ou, no mínimo, antecipação de recebíveis, etc. Isso não costuma se encaixar muito com o modelo das *startups*. Até, por isso, a principal indústria que financia *startups* é a indústria de *venture capital*, é a indústria que investe em troca de *equity.*

Mas, respondendo diretamente à pergunta dele, é claro que um banco que pensa o desenvolvimento nacional, como o BNDES, pode, sim, então, ser um grande *player* nesse ecossistema. Eu diria que seria uma decisão bastante estratégica para o Estado brasileiro, nesse sentido.

E, respondendo à segunda pergunta dele, quanto às taxas de juros, as taxas de juros altas no país influenciam, sim, não só no aumentar a escassez desse crédito, mas os investidores que gostariam de investir em *startups* através da indústria de *venture capital*, naturalmente, pelo balanço de risco-retorno, vão tender a colocar os seus recursos em renda fixa em vez de investir em *startups*. Então, a Selic também tem um alcance negativo sistêmico nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Quer comentar também?

Por favor, Hugo.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Respondendo à questão do crédito, então, uma *startup* não tem garantia real, geralmente não tem um bem imobilizado para que o mercado financeiro enxergue aquele tomador de crédito e ofereça uma linha de crédito para ele, mas o Sebrae e o Finep criaram uma linha de crédito. Inclusive, existe o Fampe, que é uma modalidade que entra cobrindo até, eu acho, 80% do valor do crédito nesse campo da garantia real. Então, existem linhas de crédito para *startups*.

Eu acho que precisa melhorar, precisa fomentar ainda isso mais, mas a resposta é esta: procure o próprio Sebrae, e essa linha de crédito com o Finep, eu acho, tende a auxiliá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Eu passo para a próxima pergunta, feita também através do e-Cidadania, da Ravele Almeida: "[...] É possível aperfeiçoar [o marco legal] mas sem aumento de carga tributária?". Acho que essa é justamente a ideia.

Deixe-me ver quem se habilita aqui também.

Acho que o Saulo está mais dentro do escopo.

O SR. SAULO DE OMENA MICHILES (Para expor.) – Eu acho que, para aperfeiçoar o marco legal, na verdade, é preciso reduzir a carga tributária; esse é um dos principais eixos. Então, uma das melhores maneiras de aperfeiçoar o marco legal é reduzindo carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida. Esse é um dos eixos aqui de que a gente tem falado.

Esse aqui é mais um comentário do Thadeu Henrique, de Minas Gerais: "Queremos que a empresa *startup* possa ser aberta e fechada sem burocracia, sem precisar de junta comercial e a burocracia atual, sem papeis!". Quer dizer, não dá para ser totalmente sem papéis, mas, sem dúvida nenhuma, melhorar esse ambiente, facilita bastante.

O SR. HUGO GIALLANZA (*Fora do microfone*.) – Tem o Inova Simples.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Exatamente.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Só complementando sobre o Inova Simples – a gente se restringiu em algumas falas aqui na divisão do conteúdo –, eu percebo que ainda tem muita dificuldade de entender essa modalidade, inclusive os bancos, muitas vezes, não reconhecem essa terminologia. Dificilmente, você consegue abrir uma conta bancária com esse tipo de variação de empresa.

Então, acho que precisa pacificar esse tema, de forma que, no campo da contabilidade, os contadores possam propor isso e também o mercado financeiro reconhecer isso e abrir contas bancárias para que essas empresas possam optar.

Aqui em Brasília, 2% das *startups* aderiram ao Inova Simples. Ainda é muito tímida a adesão, pensando nos benefícios que ele se propõe trazer.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

Só para lembrar aqui da Cristiane. Fique à vontade. Se quiser responder aí também, faça um sinal.

A SRA. CRISTIANE SANTOS PEREIRA (*Por videoconferência*.) – O.k., Senador. Estou acompanhando aqui. Se vier alguma coisa mais específica, eu contribuo. Estou bem representada pelo Saulo e pelo Hugo aí na mesa, e pela colega da Apex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está joia, obrigado.

A próxima pergunta aqui é da Cíntia Fernandes, de Tocantins. Ela fala: "Importante que a possibilidade da contratação de *startups* por estados e municípios fique mais clara e especificada na lei". Aliás, esse foi um dos pontos que a gente ouviu aqui muito frequentemente.

Hugo.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Esse tema tem sido discutido há muitos anos pela Enap, Mdic, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e a gente tem acompanhado isso. A gente percebe que o Governo tende a ser mais conservador nas contratações e quando você pensa em inovar no serviço público, e você vê as ferramentas disponíveis para a contratação, você não consegue prever inovação num termo de referência. Você não consegue antecipar a inovação, descrevê-la, você a encontra. Então, do outro lado, lá no Governo, no setor de compras, contratos, você tem uma pessoa extremamente conservadora, que certamente não vai querer aderir a uma contratação onde ele possa se expor a esse risco.

Então, a meu ver, para que os CPSIs possam crescer e propagar nos nossos estados e municípios, a gente precisa ter decisões *top-down* de gestores, de Governadores, de Prefeitos, que definam isso como uma política, que isso possa ser definido e ter metas para que isso ocorra nos estados e municípios. Do contrário, essa abordagem se torna ainda muito tímida.

A gente tem feito um programa aqui no DF, junto com o Sebrae Nacional, onde o Sebrae tem arcado com os custos de capacitar gestores e instruí-los nesse processo. Então, acho que talvez seja uma alternativa também se conectar com a área de política pública do Sebrae Nacional e buscar essas capacitações, esses recursos que o Sebrae possui para a expansão desses programas em todo o país.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Hugo.

Passando para a próxima pergunta, do Marcelo Dosea, de Sergipe: "Devido à dificuldade no modelo de negócios, muitas *startups* não observam as questões trabalhistas. Essa questão deve ser debatida". É mais uma proposição.

Alguém?

A SRA. CRISTIANE SANTOS PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não, Cristiane.

A SRA. CRISTIANE SANTOS PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Desculpe-me. Eu só quero voltar um pouco à pergunta anterior e me desculpe não a ter chamado no oportuno.

Eu acho assim: o Hugo falou muito bem sobre essa questão de ter algumas instituições apoiando. A gente tem que ter todo esse movimento que a gente está fazendo aqui na audiência pública, mas, sem sombra de dúvidas, fazer a qualificação dos servidores públicos. Então, tem tanto o Sebrae Nacional trabalhando com isso, quanto o próprio Sebrae DF, junto com a Secretaria de Tecnologia do Distrito Federal, fazendo uma iniciativa para poder atuar nesse sentido.

E aí tem ações como essa que eu comentei, lá do próprio Porto de Santos. Eles já têm um laboratório, já estão trabalhando com as *startups*, mas não se sentem seguros na contratação dessa *startup*. Então, a gente precisa realmente dar caminhos melhor esclarecidos, se é melhorando a legislação e depois qualificando esses servidores públicos para que eles possam não só se sentir seguros juridicamente, mas seguros enquanto cidadãos mesmo, porque é o CPF dele que acaba indo lá na hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da contratação. Então, ele tem que se sentir seguro enquanto pessoa, enquanto servidor, para poder fazer o seu fomento nessas *startups* que a gente comentou aí.

E com relação à parte trabalhista, eu acho que o Saulo comentou muito bem, eu acho que ele tem até condição melhor de complementar, mas, realmente, a questão trabalhista dentro das *startups* é muito pesada, e aí a gente acaba usando os subterfúgios de contratar MEI, contratar profissionais de forma que não é a mais adequada, e fugindo um pouco da legislação, porque realmente a gente não trabalhou essa questão trabalhista ainda para as *startups*.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Cristiane.

Vou passar a uma leitura de alguns comentários também aqui que nós recebemos.

Esse é um comentário da Débora Melo, do Rio Grande do Norte: "É muito importante debater empreendedorismo e inovação, principalmente ligado às *startups* que fomentam a transformação, e é o que o Brasil precisa".

Obrigado pelo comentário, Débora Melo, que participou aqui através do e-Cidadania.

Aqui também um comentário da Marina Martins Peres Pires de Camargo, de São Paulo: "Pauta extremamente importante para a difusão da cultura empreendedora e inovadora".

Também há um comentário da Beatriz Nogueira Ferreira Bastos, da Bahia: "Assunto de extrema importância com relação ao empreendedorismo, que precisa ser mais debatido".

E também há aqui perguntas do Alexandre Neves. São três perguntas do Alexandre, aqui do Distrito Federal. A primeira delas é: "Como o marco das *startups* pode dar suporte aos centros de desenvolvimento tecnológico das universidades federais para apoio próximo?".

Talvez o Hugo aqui.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – No art. 9, no Capítulo IV, sobre investimentos em P&D, eu acredito que esses fundos, tanto quanto o *endowment*, possam surgir para suportar essas demandas dentro das universidades. Então, constituir esses instrumentos vocacionados para a manutenção da pesquisa e desenvolvimento nessas universidades e utilizar do marco legal para atrair os recursos necessários para viabilizar essa pesquisa em cada universidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não, Saulo.

O SR. SAULO DE OMENA MICHILES (Para expor.) – Além da questão que o Hugo colocou, existem também os programas de bolsa, de aceleração, programas de incentivo às *startups* que podem ser geridos por entes públicos, como as universidades. Então, isso está no marco legal, e pode ser melhor debatido, pode ser ampliado.

Mas eu acredito que, além do *endowment*, uma melhoria no ambiente em que há um compartilhamento de propriedade intelectual entre as *startups* e as universidades, e melhoria de laboratórios, incentivo para que isso aconteça, isso vai fazer com que a ciência, a universidade – está até batido falar em tripa hélice, mas, enfim, a universidade faz parte disso... Isso vai gerar um retorno mútuo, a universidade trazendo tecnologia para as *startups* e, consequentemente, para a sociedade, mas a universidade é cotitular daquela propriedade intelectual. Então, isso gera um recurso financeiro de volta para a universidade, que vai ter, assim, mais dinheiro para continuar reinvestindo nisso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida.

Pois não, Clarissa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARISSA FURTADO (Para expor.) – Só adicionar aí a importância, então, dos parques tecnológicos. A gente vê isso tanto nos ambientes que a gente visita fora do Brasil, como também aqui no Brasil. Os parques tecnológicos podem criar formas de incubar, acelerar essas *startups* e contribuir com o crescimento delas. Isso é bastante relevante em todo o ecossistema, a gente vê isso como *benchmarking* fora do Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Clarissa.

Alguma pergunta aqui, local? (*Pausa.*)

O.k., pessoal, então, eu vou só sumarizar rapidamente a respeito desses nossos dois blocos aqui, para a gente ver os pontos que vão aparecer mais. Acho que é importante fazer esse tipo de resumo. Aliás, depois eu vou pedir para realmente fazer uma lista, para ver se isso aqui tudo enquadra ou outras sugestões também, porque a gente vai compilar tudo isso aí, para que nós possamos trabalhar aí nessa elaboração dessas modificações.

Então, o Hugo fala a respeito do déficit de mão de obra técnica, em estimular mais a formação técnica – isso tem a ver com a fuga de cérebros também; usar mais ferramentas como o *endowment, e* eu lembro que a gente, no Ministério, também incentivou bastante a utilização de *endowments*; a falta de conhecimento e clareza sobre a possibilidade de utilização; o uso de TRL, nível de maturidade de tecnologia também; divulgar mais também, como a Lei do Bem; a Lei do Bem poder ser operada também com *startups* – no Capítulo IV, com relação àquela inclusão gerenciada por instituições públicas e privadas.

Eu anotei aqui na fala do Guilherme, que foi remota, a respeito do *Sandbox*, mais uma, então você vê que esse tema tem surgido bastante, a respeito das compras públicas; o treinamento do pessoal das áreas de controle; o Inova Simples, estudar para reduzir as dificuldades de investimento; de novo, fuga de talentos, incentivo ao STEM; aumentar o investimento anjo, aquela subida ali para R$10 bilhões seria o ideal, incluir *startup* S.A. no Simples também.

Na fala do Saulo, o regulamento de *stock option* como um contrato mercantil; o art. 7, na questão da compensação tributária para investidores, a isenção do Imposto de Renda para investimento de longo prazo para as *startups;* a S.A. também no Simples Nacional; o contrato de investimento sem imposto, citando o IOF aí no caso; o Inova Simples, a questão que foi retirada, voltar isso aí para dentro também da legislação; de novo, a questão do S.A. mais simplificado, aperfeiçoar; a modificação trabalhista com a modernização da CLT.

Na fala da Débora, ela refrisou também a questão do tempo de CNPJ; a *startup* para uma sociedade anônima; a facilitação de societário, incentivo fiscal para investimento em *startup;* incluir *startups* na Lei do Bem; a questão, novamente, do *stock market*; as perdas, a questão do IR para a compensação de perdas; o estímulo ao ensino tecnológico e a articulação entre grandes e pequenas empresas ou grandes *startups.*

A Cristiane ressaltou... Aliás, comecei fazendo uma anotação aqui: "Gostei da foto", ali, com traje de astronauta. É uma das coisas que a gente precisa incentivar, sem dúvida nenhuma: mais mulheres na ciência, na tecnologia, no empreendedorismo tecnológico. Esse era um dos eixos estratégicos que a gente tinha no ministério, inclusive, imagino que permaneça lá. Lembra-se disso, Marcelo? Meninas na Ciência, Mulheres Inovadoras e uma série de programas voltados para as mulheres, para a maior participação das mulheres nas Olimpíadas também. O Roberto, tratava das Olimpíadas também, as Olimpíadas científicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ela tratou do art. 7, da compensação de perdas de investimento; também equiparar o tratamento tributário; a questão do *stock options*, novamente ressaltando aqui; *startups* no Simples Nacional. Você vê que estou ressaltando os termos que são bem frequentes. A simplificação para a S.A. e os fundos constitucionais para as *startups*; a questão de acesso ao crédito, também na parte de governança – tem dois tópicos com relação à governança –; as compras públicas de regras mais claras; e a participação do terceiro setor, das organizações sem fins lucrativos para investimento em *startups* também.

Clarissa, alguns dos pontos que eu tratei... Parabéns pelos eventos lá no exterior, é importante realmente mostrá-los. Tive a oportunidade de participar de alguns deles. É muito bom você ver a imagem do Brasil representado lá e como as nossas *startups* têm tido uma participação muito efetiva e muito boa dentro desses eventos. A melhoria tributária; a questão do tempo do CNPJ também; o estímulo ao investimento.

Depois, nas perguntas, uma série de respostas interessantes. Sem dúvida nenhuma, esse é um marco que fez a sua função, está fazendo a sua função e ele precisa ser, como a gente falou desde o início, reestudado de forma a nós colocarmos melhorias e, com o conhecimento da aplicação, melhorarmos essa legislação.

Gostaria de aproveitar este momento final para agradecer a todos que nos acompanharam aqui pessoalmente, acompanharam nas redes sociais também, agradecer a participação de todos os nossos debatedores: o Osório Coelho, Chefe do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Bruno Portela, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União; o Hideraldo Luiz de Almeida, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro das Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis; o Hugo Giallanza, Presidente da Brasil Startups; o Saulo de Omena Michiles, Presidente da Comissão de Direito Digital e Startups da OAB do Distrito Federal; a Cristiane Santos Pereira, Vice-Presidente de Transformação Digital e Startup da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação; a Débora Mendes Carvalho, Coordenadora de Parcerias Estratégicas do Instituto Euvaldo Lodi, representante da Confederação Nacional da Indústria; o Guilherme Arradi Sichieri, Gerente Interino da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae de São Paulo; e a Clarissa Furtado, Gerente de Competitividade da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

Pessoal, gostaria de agradecer muito a participação de vocês, a dedicação do tempo para este tema que eu considero extremamente importante. Espero continuar a contar com o conhecimento, a experiência de cada um, para que nós tenhamos aqui um trabalho cada vez mais aprofundado e a melhoria desse marco legal. Parabéns a todos. Obrigado. (*Palmas.*)

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Alan Rick, Mauro Carvalho Junior, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª reuniões, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 101/CMC/2023, da Câmara Municipal de Caldas, no Estado de Minas Gerais, que encaminha Moção de Apelo ao Congresso Nacional por maior celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 367, de 2022, que *altera a Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001, e a Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, para dispor sobre a transparência na instalação e no monitoramento de depósitos de rejeitos radioativos*. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª Parte - Plano de Trabalho CCT:** Apresentar o Plano de Trabalho da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o segundo semestre de 2023. **Resultado:** Plano de Trabalho apresentado. **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3466, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Startups." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado nº 32, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Observações:** Os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Carlos Viana fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 20, de 2023,** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil" no exercício de 2023." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 21, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da Reforma Tributária no setor da Tecnologia da Informação." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Observações:** A Senadora Damares Alves faz uso da palavra. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 5 - Minuta de Projeto de Resolução,** que : "Institui a Comenda Carlos Chagas de Ciência e Tecnologia, destinada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agraciar personalidades com contribuição relevante na área de ciência e tecnologia." **Autoria:** Sen. Carlos Viana. **Observações:** Os Senadores Mauro Carvalho Junior, Carlos Viana, Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves fazem uso da palavra. **Resultado:** Aprovada a apresentação da minuta de Projeto de Resolução ao Plenário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/115138

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – O meu bom dia a todos os senhores e senhoras. Àqueles que nos acompanham agora pela TV Senado e também pela Rádio Senado, o nosso muito obrigado. E sempre solicitando àqueles que acompanham o trabalho e sabem da importância das decisões que são tomadas neste Senado Federal para a vida da população e do nosso país, eu reforço o convite de que você possa participar dos vários canais que o Senado tem para ouvir a população, o nosso e-Cidadania, a nossa Ouvidoria também. Todas as sugestões que se tornarem pertinentes têm sempre uma resposta e você, que nos acompanha em qualquer parte do Brasil, é muito bem-vindo a participar e trazer aqui o seu posicionamento sobre os nossos trabalhos no Congresso Nacional.

Eu digo sempre que, como estou político nesses quatro anos em que estou Senador – e em mais quatro que temos pela frente –, muitas questões poderiam avançar mais rápido. Nós entendemos que o Parlamento tem muitos defeitos que precisam ser corrigidos, mas há uma boa vontade muito grande em atender e buscar o melhor para a população. Portanto, a sua sugestão é muito importante para o trabalho do Senado e também da Câmara dos Deputados.

Quero dar aqui o meu abraço a todos os Senadores que nos acompanham de forma remota. Está conosco aqui a Senadora Damares Alves – nossa companheira –, meu muito obrigado pela presença. Quero saudar também todos os consultores, os servidores do Senado, da secretaria. O nosso muito obrigado pelo trabalho que é feito aqui para a população.

Declaro aberta a 16ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 101/CMC/2023, da Câmara Municipal de Caldas, do Estado de Minas Gerais, que encaminha moção de apelo ao Congresso Nacional para maior celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 367, de 2022, que altera a Lei 10.308, de 20 de novembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de 2001 e a Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, para dispor sobre a transparência na instalação e no monitoramento de depósitos e rejeitos radioativos.

O referido projeto encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, com despacho às Comissões de Minas e Energia, de Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça e de Cidadania, e sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Caldas é uma cidade que tem uma barragem na sua região, onde há resíduos de urânio. Foi utilizada entre os anos 70 e 80 para o projeto brasileiro das usinas de Angra 1, 2 e agora 3, em construção.

Essa barragem é motivo de muita preocupação por parte da população, porque as leis vêm mudando e a responsabilidade sobre os resíduos também não vem sendo definida com muita clareza.

Portanto, o pedido aqui, muito correto, da Câmara Municipal de Caldas, para a transparência na instalação e no monitoramento de depósito de resíduos radioativos, para que a responsabilidade seja muito bem definida.

Obrigado à Câmara Municipal. E, no que tocar ao Senado Federal, tem o meu compromisso, como Senador por Minas, de buscarmos uma solução e uma votação, o quanto antes, mais rápida.

Eu informo que a reunião está dividida em duas partes. A primeira consiste na apresentação do plano de trabalho da Comissão para o segundo semestre de 2023. A segunda parte destina-se à apreciação de matérias não-terminativas que serão votadas pelo processo simbólico.

Cabe, inicialmente, senhores e senhoras, destacar que o desenvolvimento de ciência e tecnologia é crucial para um país, pois impulsiona a inovação, o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e, além disso, contribui para a solução de problemas globais.

Investir nessas áreas traz benefícios significativos em diversos aspectos, incluindo avanços em setores-chave, competitividade global, criação de empregos, avanços na saúde e na infraestrutura e serviços públicos aprimorados, bem como soluções para desafios ambientais.

Importante registrar que as competências da nossa CCT estão estabelecidas no artigo 104–C do Regimento Interno do Senado Federal, com alteração recente promovida pela Resolução nº 14, de 2023, *in verbis*:

> Art. 104-C. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:
> I – desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica;
> II – política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática;
> III – organização institucional do setor;
> IV – acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área;
> V – propriedade intelectual;
> VI - criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;
> VII - (revogado);
> VIII - regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica e informática;
> IX - outros assuntos correlatos.

Nesse sentido, o presente plano de trabalho buscará eleger os temas de maior relevância afeitos às atribuições da Comissão e os projetos de lei a eles relacionados, ora em exame por seu colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2) Área de ciência, tecnologia e inovação.

Em tramitação, na CCT, destacam-se as seguintes iniciativas:

- PL nº 880, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, que institui o Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados; dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação nanotecnológica; altera as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. A CCT decidirá em caráter terminativo sobre essa proposição que, atualmente, encontra-se com a Relatora, Senadora Teresa Leitão;

- PL nº 3.466, de 2019, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias *startups*. A matéria se encontra pronta para ser pautada aqui na CCT;

- PLP 23, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil. A matéria encontra-se com o Relator, o Senador Fernando Dueire;

- PL nº 5.066, de 2020, de autoria do Senador Plínio Valério, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. A matéria aguarda designação de Relator;

- PL nº 3.000, de 2021, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que estabelece incentivo à doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação. A matéria aguarda designação de Relator;

- PL nº 4.465, de 2021, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor de saúde, com vistas à sua capacitação produtiva e tecnológica e dá outras providências. A matéria aguarda designação de Relator;

- PL 4.467, de 2021, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas. A matéria aguarda designação de Relator;

- PRS nº 32, de 2023, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e sua Aplicação na Saúde. A proposição está com a Relatora, a Senadora Damares Alves;

- PRS nº 69, de 2023, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil. A matéria aguarda a designação de Relator.

Analisando as proposições mencionadas acima, nota-se que existe um potencial de direcionamento do esforço da CCT às matérias afeitas à nanotecnologia e à biologia e que propiciem incentivo à indústria farmacêutica. São projetos em diferentes momentos da tramitação legislativa e que beneficiariam, caso sejam instituídas, a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e sua Aplicação na Saúde e a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.

Ademais, na área, há expectativa de que o Poder Executivo envie ao Congresso projeto de lei que atenda ao art. 219-B da Constituição Federal e regularmente o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e Inovação, já debatido na CCT em julho de 2022. Este último assunto pode ensejar convite para que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação discorra sobre o tema.

Outros temas.

Outra matéria que faz parte do rol de atribuições da CCT é a propriedade intelectual. Entendemos que cabe audiência pública sobre o tema a fim de verificar a eficiência da concessão de patentes pelo Brasil.

Avaliação de política pública.

Finalmente chamamos atenção, neste plano de trabalho, para a escolha de tema a ser acompanhado no âmbito da avaliação de políticas públicas estabelecida pela Resolução nº 44, de 2013. A sugestão é que seja avaliado o tema: Superação dos obstáculos à inovação no Brasil. Plano de trabalho específico sobre isso foi encaminhado no âmbito da STC nº 2023-09160.

Por último, uma sugestão, a Comenda em Inovação.

Entendemos pertinente construir uma comenda, a ser instituída pelo Senado Federal por meio de projeto de resolução, para agraciar pessoas ou instituições que tenham desenvolvido soluções inovadoras por meio de pesquisas científicas que contribuam para o desenvolvimento econômico do Brasil. Trata-se de estímulo para a disseminação da ciência e tecnologia no país.

Prestadas as informações solicitadas, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Está aqui a Consultoria Legislativa, assinados pela Raquel Mesquita Almeida e também pelo Fernando Meneguin, que foram os que elaboraram nosso plano.

Fiz o pedido, Senadora Damares, para que, terminada essa fase que tivemos de separação dos assuntos, nós tivéssemos um segundo semestre mais produtivo. Tivemos um primeiro com bastantes debates, tivemos também uma série de avaliações, mas naturalmente tivemos prejudicado o andamento por conta dessa decisão da Presidência da Casa, e naturalmente aceita por nós, de fazer a separação dos assuntos.

Portanto, agora temos o nosso caminho, a nossa rota já totalmente desenvolvida, ou melhor, deliberada para que a gente possa desenvolver os projetos.

Então, está encerrada a primeira parte da nossa reunião.

E quero colocar a todos os Srs. Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão a abertura para que a gente possa discutir esse plano de trabalho, para que inclusive possam ser acrescentados outros itens e, assim, nós prestarmos um serviço ainda melhor à população.

Vamos às deliberações que serão por votação simbólica.

Eu proponho, se não houver por parte da Senadora Damares, que o item 4 seja apreciado primeiramente. É um pedido do Astronauta Marcos Pontes, que acompanha conosco remotamente o trabalho. Não está na Lua, acredito que esteja em São Paulo, não é? (*Risos.*)

Não está na estação orbital.

2ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 21, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da Reforma Tributária no setor da Tecnologia da Informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra para leitura do requerimento.

Senador Marcos Pontes, minha boa tarde ao senhor.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Estamos sem áudio, estamos sem áudio!

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – Está sem áudio aí?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – O.k. Está com áudio, agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Estou ouvindo. Agora está bem baixinho, mas está saindo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Está o.k.

Bom dia! Bom dia a todos! Bom dia, Presidente! Bom dia a todos que nos acompanham! Não estou no espaço, mas estou num espaço interessante aqui também. Daqui a pouco, vou participar de uma entrevista na Jovem Pan, aqui em São Paulo.

Obrigado, inicialmente, pela colocação do item inicial. Esse item é um requerimento para que nós tenhamos uma audiência pública tratando sobre a parte de tributação, devido a reforma tributária, especificamente no setor de tecnologia e a tecnologia de informação. Então, isso é importante. O setor anda bastante preocupado com as possibilidades da reforma tributária, o que é completamente compreensível. E, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, eu acho que nós temos a responsabilidade de ouvir os setores e ouvir as preocupações de como o setor pode ser afetado.

É um setor extremamente importante, que emprega muita gente; ele é essencial para o país, para toda a nossa parte de conexões, etc. Então, eu acho bastante pertinente a realização dessa audiência pública, trazendo as diversas entidades do setor, de forma que nós possamos colocar com transparência, discutir essas preocupações e essa transparência, que a gente precisa tanto, com relação aos estudos que nós temos que fazer para a reforma tributária.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente. Eu peço aos nossos companheiros da nossa Comissão que nos ajudem a aprovar esse requerimento. Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu julgo muito importante a proposta apresentada e creio que não vai ter resistência para aprovar, mas eu já queria fazer um pedido aqui com relação à aprovação, que eu acho que é dada como certa: a gente marcar com urgência essa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque a reforma já chegou à Casa, e nós vamos ter pouco tempo para debater o assunto. Eu acho que, assim que possível, a gente já deveria marcar essa audiência. Eu creio que as próprias instituições têm muito interesse em que o debate seja feito o mais breve possível.

Parabéns, Senador Marcos Pontes, pela apresentação do requerimento. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – O.k.

Obrigado, Senadora Damares Alves. O pedido será atendido. V. Exa. tem toda a razão. Apesar do fato de que nós teremos a votação da reforma lá para outubro, mas, até lá, nós temos que ter toda a contribuição já preparada e esmiuçada para que possamos entregar uma reforma tributária que realmente esteja equilibrada com os interesses do país.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

O item 1 da nossa pauta foi retirado para uma avaliação melhor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3466, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Startups.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.)

Deixo claro aqui, inclusive, que temos um representante das *startups* que veio participar conosco e é muito bem-vindo.

Essa é uma das áreas que julgo mais importantes hoje na discussão de apoio em nosso país. Eu tenho defendido aqui muito o desenvolvimento, inclusive, de patentes, de novos APPs, e o trabalho das *startups* é fundamental. O Parlamento tem que estar atento e, juntamente, o Governo.

Por decisão, para que possa ser ampliado o trabalho, inclusive com a sugestão dos representantes, o item foi retirado, mas eu me comprometo a, logo no início do mês de agosto, durante o mês, já o trazermos com Relator para que a gente possa avançar na proposta e entregar um trabalho legislativo mais completo.

Meu muito obrigado pela presença.

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2023
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada.

Vem a esta Comissão, Senador, Presidente, para a gente fazer uma análise, a proposta do Senador Marcos Pontes de instituição da Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde.

Na proposta, o Senador Marcos Pontes apresenta quatro artigos, em que ele define os objetivos da frente parlamentar e também prevê um regimento interno próprio da frente parlamentar.

Ele justifica, Presidente, que o Brasil tem uma entre as maiores biodiversidades do mundo, com potencial de proporcionar a descoberta por pesquisadores brasileiros em instituições brasileiras de novas moléculas e medicamentos para tratamento de doenças incuráveis.

Quando ele justifica, ele explica, de fato, a necessidade dessa frente parlamentar, que eu acredito que vai ser parceira dessa nova fase da Comissão.

Vou direto à análise da proposta.

A constituição de frentes parlamentares baseia-se, essencialmente, na liberdade de organização política no âmbito do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar em adição às tarefas típicas das atividades legislativas e de fiscalização.

Embora não haja previsão explícita no Regimento Interno do Senado a respeito da criação de frentes parlamentares, não identificamos obstáculo regimental à sua criação, que tem por objetivo proporcionar a atuação mais articulada dos Parlamentares em torno de temas de interesse comum. Salientamos que há várias frentes parlamentares em funcionamento, tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados. Ainda conforme o inciso I do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria atinente a desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica.

Quanto à aplicação de normas internas do Senado a Deputados, entendemos que, quando estes manifestam o interesse de integrar uma frente mista criada por resolução desta Casa, estão, de igual forma, aquiescendo em se submeter às normas que regulam o funcionamento do Colegiado.

Dessa forma, a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Portanto, não identificamos óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

No que tange ao mérito, além dos argumentos relacionados pelo autor na justificação do projeto, queremos registrar que é de suma importância para o país e para o debate democrático uma articulação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar que defenda o desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, há bons auspícios em sua condição de articuladora política suprapartidária. Podemos esperar da Frente Parlamentar Mista da Pesquisa Biomédica e Sua Aplicação na Saúde bons serviços à sociedade brasileira, a qual merece nosso apoio.

O voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 32, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Marcos Pontes com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Gostaria também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Queria pedir a V. Exa. só para aumentar o volume um pouquinho, Senador Marcos Pontes, porque tem que ser feito...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – Tem que ser feito aí na...

Um, dois, três. Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – O.k. Aí, sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de agradecer à Senadora Damares pelo excelente relatório e dizer da minha satisfação também com a aprovação do requerimento para a realização da audiência pública do setor de tecnologia para discutir a reforma tributária no setor, que é extremamente importante.

Ressalto também a importância da audiência que nós tivemos sobre o meu requerimento com relação ao marco legal das *startups*, em que nós tivemos muitas informações importantes que vão formar, sem dúvida nenhuma, um aperfeiçoamento desse marco legal, que é tão importante para as nossas *startups*, assim como o assunto da reforma tributária.

Novamente quero aqui agradecer à Senadora Damares pelo relatório com a recomendação de aprovação dessa frente da bioquímica para a pesquisa de medicamentos no Brasil, desenvolvimento dos setores, todas as pesquisas relacionadas à medicina aqui no nosso país.

Eu ressalto que, durante minha gestão do Ministério de Tecnologia e Inovações, nós criamos um programa chamado Salas, que é o Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites. Esse sistema consta de 50 laboratórios para pesquisa, cada um deles com capacidade de mais de 16 pesquisadores nacionais e internacionais. A ideia é, além do conhecimento da biodiversidade da Amazônia, também utilizar a nossa biodiversidade para o desenvolvimento de medicamento no Brasil. Além disso, nós também fizemos, lá em Botucatu, com a Unesp e o Cevap, a criação de um centro de desenvolvimento de medicamentos no Brasil. Ali é onde se vai colocar o conhecimento junto com a indústria, transformar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse conhecimento todo, passar por todas as fases, com as melhores práticas de laboratório, com a Anvisa, com a produção de pequenos lotes para testes pré-clínicos em animais e, depois, testes clínicos em pessoas, de forma que nós tenhamos medicamentos desenvolvidos no Brasil.

Durante a pandemia, a gente viu a necessidade do nosso país de ter mais independência com relação a medicamentos e a vacinas também – vacinas já são uma outra coisa, já desenvolvida também pelo centro nacional de tecnologia de medicamentos lá em Minas Gerais e também pelo ministério. Essa parte de medicamentos, sem dúvida nenhuma, vai ser essencial para salvar muitas vidas no Brasil.

Então, agradeço, novamente, muito à Senadora Damares pelo relatório e espero a aprovação da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Marcos Pontes, tem aqui a nossa admiração e o nosso apoio.

Inclusive, na segunda-feira, nós recebemos uma comissão de Parlamentares da Alemanha também da mesma área, de ciência e tecnologia. Vieram aqui para um debate, apresentação de propostas e busca por intercâmbio. Eu espero que tenhamos resultados, porque eles têm muito recurso para nos apoiar, mas aqui nós deixamos claros para eles alguns pontos que são até surpreendentes, Senador Marcos Pontes e Senadora Damares.

Primeiro, o assunto que mais chegou aqui, sobre tecnologia, foi a questão da Amazônia, sobre proteção da Amazônia, essa questão toda, que é muito uma preocupação internacional – e eu penso que o Brasil tem que prestar contas, sim; o território é nosso, mas é uma questão da humanidade. E ficaram surpreendidos por saber que a Amazônia responde por 40% do território brasileiro; que várias alemanhas podem caber dentro de uma Amazônia.

Segundo ponto: na questão da energia nuclear, o primeiro reator quem nos cedeu foram os alemães. Está lá, nos anos 70 e 80.

Mas um dos pontos importantes do encontro é a possibilidade do desenvolvimento de novos medicamentos para a saúde, de estado para estado. Por que faço questão de citar e tenho colocado isso com clareza? Nós já, há pelo menos seis anos, estamos buscando uma vacina contra a dengue no Brasil. Essa vacina já poderia estar pronta há pelo menos três anos, já testada em seres humanos. A gente já poderia ter uma vacina pública disponível para a população, por meio dos nossos pesquisadores, para inclusive poder ser cedida aos nossos vizinhos latino-americanos, que estão passando por um problema muito sério – o Peru, agora, com a questão do Guillain-Barré, que chegou e virou calamidade no Peru –, e outros países da África e do Oriente poderiam se beneficiar, mas nós não tivemos o apoio necessário, não houve um projeto de Estado que apoiasse essa vacina. Resultado: os japoneses desenvolveram uma vacina que está sendo vendida já no Brasil, a quase US$100 a dose, disponível para a população. E nós com uma vacina pública que já poderia estar pronta há muito tempo.

Falta uma visão nossa de país, de nação nessa questão de nós termos, pelo menos – aqui, conversando com as Senadoras, com os Senadores, com o próprio ministério –, um projeto estratégico no país de geração de patentes de vacinas e de novos medicamentos, porque a iniciativa privada é muito bem-vinda, mas a iniciativa privada quer vender depois o produto. E o senhor imagine o impacto.

Vamos relembrar o impacto que teve o covid nas contas da saúde brasileira para imunizar toda a população. Se nós tivéssemos uma vacina pública, desenvolvida nas nossas universidades, o que é possível... Temos a Universidade Federal de Minas Gerais, que está em fase final de uma vacina contra as drogas, Senadora Damares. Está lá, em fase final, a trancos e barrancos, porque não encontram o apoio necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu sempre reclamo muito de que nós precisamos, no Brasil, ter planos estratégicos, metas que estejam acima de quem está sentado no Palácio do Planalto, de direita ou de esquerda; que o Parlamento votasse um projeto de país: "Olha, por 15 anos, as metas são essas, e qualquer governo que chegar nesses 15 anos vai ter que cumprir essas metas", entre elas essa questão do desenvolvimento de vacinas.

Então, eu fiquei muito esperançoso de que a Alemanha leve, os alemães levem essa proposta e que laboratórios de referência, como a Fiocruz, o Oswaldo Cruz, a própria Funed, em Minas Gerais, que está totalmente sucateada, que sempre foi um grande laboratório de pesquisa, produção de medicamentos, de soros antiofídicos... Que a gente possa valorizar esses profissionais e cientistas brasileiros, porque a gente fica só no discurso.

Nossa função aqui é a lei, o que vier nós vamos votar, mas os executivos, aqueles que ocupam governos, que ocupam principalmente o Palácio do Planalto, têm que ter uma visão estratégica de país, de nação.

Nós não podemos mais prescindir desse tipo de planejamento. Eu quero...

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu gostaria de colocar um adendo aí.

Primeiro, concordar 100% com a importância de nós termos programas de Estado no Brasil, principalmente no setor de ciência e tecnologia e inovação e educação também, e isso é essencial para que possamos ter, com as passagens de governos, a continuidade de projetos.

Uma boa notícia sobre isso é que nós deixamos, no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, uma série de eixos estratégicos já bastante desenvolvidos, em vários setores, com materiais avançados, com grafeno, nióbio, terras raras, etc., energias sustentáveis, energias renováveis... Estão lá com o Insa, com o desenvolvimento do Centro de Tecnologia em Energias Renováveis do Semiárido para eólicas, hidrogênio verde, fotovoltaica, etc., e uma série de eixos.

Um desses eixos é justamente o desenvolvimento de vacinas, e essa é a coisa boa que eu quero trazer. Lá no Estado de Minas Gerais, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais, nós temos o Centro nacional de Tecnologia em Vacinas, em que nós investimos 80 milhões. É um valor pequeno ainda para a grandeza de um projeto como esse, e isso feito em parceria com a cidade de Minas Gerais também, o município de – desculpe: com o município de Belo Horizonte.

Esse centro tem justamente essa responsabilidade de conectar todos os nossos institutos nacionais de ciência e tecnologia com pesquisadores no país inteiro, porque eles têm um conhecimento muito grande... Agora, a transformação desse conhecimento em produto de vacina era o gargalo, e esse centro elimina essa restrição.

Então, nesse centro, trabalha-se junto à Anvisa. Eles têm capacidade de produzir pequenos lotes de insumo. Esses pequenos lotes de insumo, para serem usados, num biotérico próprio, vamos dizer assim, um biotérico conectado diretamente no centro, para testes, e a indústria também, nós criamos... A Redefarma também tem essa capacidade já de direcionar o desenvolvimento, para que a produção seja facilitada.

Isso vai produzir, no país, a capacidade de desenvolver as nossas vacinas para qualquer coisa. Eles já estão trabalhando com a SpiN-TEC, por exemplo, que é uma vacina de covid, mas a tecnologia por trás que é importante. Pode ser utilizada para muitas outras doenças.

Também eles têm a capacidade de produzir empregos no país, produzir recursos, notas fiscais no país, no setor de vacinas, e outras possibilidades também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, ali é um centro que está lá em Minas Gerais, coincidentemente, mas a universidade tem se mostrado muito, mas muito favorável no desenvolvimento de tecnologias, de várias coisas importantes para o país.

Então, quero aqui aproveitar e parabenizar os pesquisadores, a Dra. Ana Paula, todos que trabalham nesse centro, porque isso é um resultado magnífico para o país, porque hoje nós temos, finalmente, a capacidade de desenvolver vacinas. Era o que me surpreendeu, porque eu achava assim... Quando os cientistas falaram para mim: "A gente não desenvolveu vacina", eu falei: mas como? Nós não somos os maiores produtores do planeta de vacinas?. "Não, a gente produz com tecnologia de outros, de fora, não com a nossa. Agora, a gente produz com a nossa tecnologia".

Isso conecta esse centro com a Fiocruz, com o Butantan e outras possibilidades, de forma que o Brasil, hoje, tem uma estruturação para isso. Agora, a gente precisa continuar a incentivar e não deixar de colocar recursos. É aquela coisa que eu sempre falava no ministério. Tem o FNDCT, e a gente tem que colocar recurso, tem que manter esse sistema funcionando, tem que ampliar o sistema. E nós no Senado e no Congresso, de forma geral, temos, sim, que apoiar para que tenhamos esse plano nacional estratégico de Estado, para que esses projetos como desenvolvimento de vacinas, de energias renováveis e de outras áreas ligadas à ciência e tecnologia sejam mantidos. Mesmo com passagens de governos diferentes, que os planos sejam mantidos.

É isso, Presidente.

Muito obrigado.

E parabéns pelas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora.

Obrigado, Senadora Damares, pela...

Eu quero saudar aqui o Senador Mauro Carvalho, que hoje se tornou boda de ouro da nossa Frente Parlamentar da Agropecuária e se junta aqui agora, substituindo o Senador Wellington, que se afastou por questões de saúde. O senhor é muito bem-vindo, Senador por Mato Grosso. Tenho certeza de que contribuirá muito para os debates aqui na Casa, sempre, com a experiência política que está trazendo.

Bem jeitoso ele, sabe, Damares? Conversando assim, eu falei: "Esse moço tem um pé lá em Minas Gerais, você quer ver?". Aí ele disse: "Minha mãe é de Minas". Eu: "Ah!". (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está explicado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Está explicada essa questão aqui.

Vamos ao item 3 da nossa pauta de hoje.

Convido a Senadora Damares a assumir a Presidência, uma vez que dos dois próximos itens que temos na pauta eu tenho a alegria de ser Relator. E, assim, podemos dar sequência aos nossos trabalhos.

Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bom! Já que eu assumi a Presidência, deixe-me também registrar as boas-vindas ao nosso colega. Já estive com ele na semana passada. Senador, que Deus o abençoe neste momento em que vai estar conosco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui na Casa. Vamos morrer de saudades do Wellington, mas a gente já percebeu que o senhor vai poder colaborar muito com os trabalhos desta Comissão e com os nossos trabalhos na Casa. Seja bem-vindo! E que Deus o abençoe!

Presidente, já que eu estou aqui, eu vou... (*Pausa.*)

Sim, vou anunciar.

A aprovação do item anterior, para quem observou a leitura do plano de trabalho, já estava constando no plano de trabalho. Então, o nosso plano de trabalho – parabéns – já está em execução. E eu estou muito contente.

Eu acho que o plano de trabalho vai dar mais dinamismo para a Comissão. Eu acho que a gente hoje deu um avanço na aprovação do plano. Parabéns pela construção! Parabéns aos Consultores que trabalharam na construção. E a gente já começou a desenvolver o plano de trabalho agora de manhã.

Vamos ao item 3 da pauta.

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 20, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil" no exercício de 2023.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Senadora.

O que pretendemos verificar na presente iniciativa são os óbices à inovação no Brasil; no entanto, não somente levantar as dificuldades, mas apresentar soluções concretas para a superação desses obstáculos.

Estamos cientes de que o tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil" não se configura estritamente como uma política pública, mas estamos certos da importância para o desenvolvimento econômico e científico do país. E, por isso, optamos por analisar diretamente a questão, conforme rito previsto e, por isso, optamos por analisar diretamente a questão, conforme rito previsto na Resolução nº 44, de 2013, desta Casa.

Como a matéria é multidisciplinar, ampla e complexa, a realização da atividade do tema proposto baseará seus trabalhos na realização de audiências públicas, de forma que a Comissão possa obter subsídios suficientes para elaboração do relatório final bem elaborado.

Serão ouvidos o setor público (administração pública direta e indireta), a iniciativa privada, o meio acadêmico, bem como associações relacionadas com a promoção da ciência e tecnologia. As reuniões acontecerão na sede do Congresso Nacional em Brasília.

Além das audiências, entendemos pertinente realizar algumas diligências a empresas que demonstraram excelência na capacidade de inovar. Conhecer experiências de sucesso são importantes para mostrar potenciais caminhos a serem seguidos.

Ao final do processo, temos certeza de que a CCT, a nossa Comissão, terá dado excelente contribuição para impulsionar ganhos de eficiência e produtividade no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão, 11 de julho de 2023.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, vamos para a votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Sr. Presidente da Comissão designará a relatoria da avaliação da política pública.

Parabéns pela escolha dessa política pública, Presidente!

O item 5 da pauta é também uma minuta de projeto de resolução de autoria do Senador Carlos Viana.

Concedo a palavra para a leitura da minuta.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente Damares.

Vou ler aqui diretamente o projeto de resolução para que a gente possa entender do que tratamos.

Só um instante, por favor.

A ciência e a tecnologia são campos onde o espírito humano se afirma e se supera, remodelando o mundo, reconstruindo-se por meio da descoberta e da invenção permanente. São elas também imprescindíveis para o desenvolvimento de uma nação, preciosas aliadas para superar inúmeros problemas sociais, assim como, em nosso caso, a dependência econômica em relação aos países centrais.

O Brasil deu ao mundo relevantes descobertas científicas e invenções, mas certamente poderia ter contribuído bem mais se houvesse uma ampla e continuada política de apoio por parte do Estado, assim como uma atitude empresarial mais engajada em pesquisa, inovação e desenvolvimento.

Nosso atraso nessas áreas tem sua origem em um processo de colonização que cerceou o desenvolvimento intelectual, proibindo a publicação de livros e jornais do país, deixando de estabelecer uma educação pública nos diversos níveis de ensino, o que só começou a mudar com o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Embora nossas primeiras universidades tenham surgido apenas nas décadas de 1910 e 1920, muitos brasileiros antes disso destacaram-se com suas invenções e descobertas científicas.

Para citar alguns, tivemos, no século XVIII, Bartolomeu de Gusmão, o inventor do aeróstato ou balão; no século XIX, Landell de Moura, o ignorado inventor do rádio; e o franco-brasileiro Hércules Florence, inventor independente da fotografia. Por fim, no início do século XX, contamos com Santos Dumont, um dos maiores inventores do campo da aeronáutica, e com Vital Brazil, descobridor do soro antiofídico e fundador do Instituto Butantan. Mesmo lutando com escasso apoio, quando não contra adversidades, esses brasileiros, além de diversos outros, alcançaram feitos marcantes que devem ser celebrados.

Sobressai, para os propósitos da presente iniciativa, o exemplo do notável cientista Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas, que nasceu em Oliveira, em Minas Gerais, em 9 de julho de 1878, portanto, há 145 anos recém-completados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Após se formar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Carlos Chagas é convocado por seu Professor Orientador Oswaldo Cruz, então Diretor-Geral de Saúde Pública, para o combate de epidemias de malária em diversos locais do país. Em uma dessas viagens, quando se fixa, em 1907, na cidade de Lassance, no norte de Minas Gerais – a qual eu já tive a alegria de visitar –, o médico, ainda jovem, ao pesquisar o sangue de animais da região, identificou uma nova espécie de protozoário.

Em 1909, após idas e vindas entre Lassance e o Rio de Janeiro, onde conta com o apoio do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas publica o artigo em que relata a descoberta do protozoário, que vai chamar, em homenagem a seu mestre, de *Trypanosoma cruzi*, identificando-o como o agente causador de uma doença até então desconhecida, mas de sérias consequências e endêmica no interior do Brasil e em outros países tropicais das Américas. O cientista propõe o nome de tripanossomíase americana para a doença, que será depois mais conhecida pelo nome de seu descobridor. Também identifica o principal vetor da doença, o inseto conhecido por barbeiro, e, descrevendo ainda seus hospedeiros, as manifestações clínicas e a epidemiologia, é tido como o único pesquisador da histórica da medicina a ter descrito completamente uma doença e o ciclo.

Em 1917, após a morte de Oswaldo Cruz, o médico mineiro assume a direção do instituto localizado em Manguinhos, buscando consolidar o modelo criado por seu mestre. Além de ampliar o âmbito de pesquisa, Chagas diversifica os medicamentos e produtos fabricados e torna o instituto responsável por efetuar o controle de qualidade dos medicamentos utilizados no país. Mostra-se, assim, como em outros encargos que assumiu e iniciativas que empreendeu, um eficiente administrador, voltado à promoção da saúde pública e da tecnologia de saúde, mantendo-se na direção do Instituto Oswaldo Cruz até sua morte, em 1934.

Indicado por duas vezes para o recebimento do Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia, Carlos Chagas poderia ter sido, de fato, o primeiro brasileiro a receber tal consagração, mas, como há pouco se descobriu, a premiação pode não ter se efetivado pela oposição de alguns colegas patrícios, ou seja, pesquisadores brasileiros não quiseram apoiar o trabalho de Carlos Chagas.

Vimos que a atuação científica esteve em sintonia com os problemas sociais do país e complementou-se com a atuação no campo da saúde pública.

No caso daqueles que costumam ser considerados os nossos maiores físicos – o paranaense César Lattes e os pernambucanos Mário Schenberg e José Leite Lopes –, embora tenham atuado brilhantemente como pesquisadores e teóricos da ciência pura, dedicaram-se também, em meados do século passado, à estruturação das instituições voltadas à promoção da ciência e da tecnologia, a exemplo do então denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). De fato, o sistema de ciência e tecnologia brasileiro estava ainda se constituindo nessa época, e os cientistas eram convocados a participar desse amplo esforço nacional.

A ciência brasileira, desde então, tem se desenvolvido e obtido destaque em inúmeras áreas. A participação das mulheres, que enfrentavam uma série de barreiras, vem sendo ampliada significativamente, já com a atuação inovadora de Nise da Silveira na psiquiatria, a partir da década de 1930, e com a de diversas outras cientistas de destaque, como, mais recentemente, a astrofísica Thaisa Storchi Bergmann e as astrônomas Rosaly Lopes e Duília de Mello.

Não devemos esquecer que a ciência é uma construção coletiva, que se processa paulatinamente, por meio de uma vasta soma de hipóteses e teorias, que serão confrontadas e repetidamente postas à prova através de experiências. Os talentos individuais que nela se sobressaem merecem, sem dúvida, ser valorizados e estimulados, embora muitos não venham a obter uma projeção que atinja um público mais amplo. O fundamental é que os cientistas e as cientistas, assim como os inventores e as inventoras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

encontrem condições adequadas para desenvolver seu trabalho no país, especialmente em universidades e institutos de pesquisa públicos e nas poucas empresas que investem significativamente em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Para que tal ocorra é fundamental que haja uma política de Estado de desenvolvimento científico e tecnológico consistente e duradoura, que invista de modo sistemático nas instituições e nos projetos de pesquisa, obstando a considerável fuga de cérebros para o exterior que tem se verificado nas últimas décadas.

Constatamos, por outro lado, que não há, até o momento, uma premiação no Senado Federal voltada para as contribuições no campo da ciência e tecnologia. Tal premiação se mostraria altamente relevante não só como expressão de reconhecimento da sociedade brasileira, por meio de seus representantes na Câmara Alta, como também por conceder maior visibilidade a sua atuação, colaborando, mesmo que modestamente, para a valorização da ciência em nosso meio, estimulando, inclusive, que os jovens tenham interesse em se dedicar profissionalmente à ciência e à tecnologia.

Por tais razões, conclamamos as Senadoras e os Senadores a aprovar este projeto, que institui a Comenda Carlos Chagas.

Vou ler apenas aqui, Senadora, rapidamente, os artigos:

> Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Carlos Chagas de Ciência e Tecnologia, destinada a agraciar personalidades com contribuição relevante na área de ciência e tecnologia.
>
> Art. 2º A Comenda será concedida pela Mesa do Senado Federal aos agraciados, em número de até 5 (cinco) a cada ano.
>
> Art. 3º A cerimônia de entrega da Comenda será realizada em sessão do Senado Federal [...].
>
> Art. 4º Poderão indicar concorrentes à Comenda Senadores e Senadoras, com justificativa circunstanciada dos méritos do indicado.
>
> Art. 5º Para proceder à apreciação dos nomes dos concorrentes será constituído o Conselho da Comenda Carlos Chagas de Ciência e Tecnologia, composto por 1 (um) Senador ou 1 (uma) Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal.
>
> § 1º A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros.
>
> § 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para a premiação dos agraciados.
>
> Art. 6º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.
>
> Art. 7º As despesas decorrentes desta iniciativa ocorrerão por conta da dotação orçamentária do Senado Federal.
>
> Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perfeito.

Lida a minuta, coloco em discussão a minuta do projeto de resolução, a ser apresentado ao Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Aberta a discussão, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Eu quero fazer um breve comentário aqui, Senadora Damares, Senador Carlos Viana. Eu venho do Estado de Mato Grosso, e meu sogro, Dr. Gabriel Novis Neves, foi o grande responsável por fundar a Universidade Federal de Mato Grosso, na década de 70. Naquele momento, ele criou uma Faculdade de Medicina voltada para as doenças da Amazônia. Nós sabemos da importância de Carlos Chagas no estudo científico, com o qual o Brasil sempre despendeu poucos investimentos para pesquisa, mas que fez a diferença para milhares de mato-grossenses e pessoas que habitam a Amazônia. Então, totalmente favorável a essa comenda, e irei, inclusive, sugerir alguns nomes que fizeram grande diferença na saúde pública do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado aos dois.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Senador Mauro.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Serão muito bem-vindos, não é, Senadora Damares?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Quero fazer só um comentário com os senhores. Mineiros gostam muito de histórias, de casos.

Eu estava nos Estados Unidos, no finalzinho de 2004, como jornalista de um jornal em português, brasileiro, e me chamou muito a atenção uma notícia de imigrantes que entravam em grande quantidade, e um desses imigrantes foi atendido no hospital da Universidade do Texas, um brasileiro inclusive. E os médicos americanos não conseguiam identificar qual era o problema que o brasileiro tinha, eles não sabiam, não chegaram a uma conclusão. Aí o que fizeram? Havia naquela universidade um médico brasileiro, cardiologista, se não me falha a memória, fazendo lá um mestrado, um acompanhamento na universidade. Eles chamaram esse médico brasileiro e disseram: "O nosso diagnóstico aqui não chegou à conclusão alguma, nós não temos a menor possibilidade de saber o que está acontecendo, gostaríamos que você assumisse o caso". E o médico, em dois dias, na mesma hora: "Ele tem doença de Chagas".

Olha, para vocês verem onde nós estamos. Carlos Chagas desenvolveu a pesquisa no início do século XX e nós agora ainda temos uma grande parcela da população atingida. Um foi parar lá no Texas, os senhores imaginem. Fui testemunha desse fato, conversei com o pesquisador na época. Daí o meu desejo de criarmos essa comenda para homenagear esse mineiro, que fez muito e foi muito pouco reconhecido pelo seu trabalho.

Agradeço, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Marcos Pontes vai se manifestar? Eu vi um movimento de sua parte.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria de apresentar, parabenizar também e dar as boas-vindas ao nosso novo companheiro, que está no lugar do Wellington – um amigo excelente, espero que ele tenha um tratamento de saúde muito bom –, dar as boas-vindas ao Mauro, sem dúvida nenhuma vai ser um trabalho muito bom em conjunto, sem dizer que ele também é de Bauru, da minha cidade – tenho que registrar esse aparte também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a votação simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a minuta do projeto de resolução permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A minuta do projeto de resolução será apresentada ao Plenário do Senado Federal.

Senador Carlos Viana, antes de restituir a Presidência ao senhor, eu quero registrar também cumprimentos pela iniciativa.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu fico imaginando a alegria de um cientista por receber uma comenda com o nome Carlos Chagas. Eu já consigo ver essa comenda nas estantes, nas prateleiras, as famílias comemorando. Já consigo ver o Senado parar um dia para fazer a entrega da comenda, chamar a atenção do Brasil para esses cientistas, que muitas vezes, de forma anônima, sem investimentos, estão lá na ponta trazendo uma contribuição enorme para a ciência no Brasil. Essa comenda chega num bom momento. Parabéns pela iniciativa.

Ouso até dizer, Senador Marcos Pontes, já que o senhor criou a frente parlamentar, que os conhecimentos tradicionais têm que estar presentes nessa Comissão também. Eu quero muito ver os pajés sentados nessa Comissão, e a frente parlamentar pode fazer esse diálogo entre conhecimento tradicional e ciência. Quantos estão escondidos nas nossas florestas que poderiam estar recebendo uma comenda também desse nível?

Parabéns, Senador Carlos Viana. Eu estou muito feliz de participar deste momento.

Acho que a criação da comenda pode ser aprovada em tempo recorde no Plenário. A gente pode trabalhar para, já na volta dos trabalhos, fazer essa aprovação no Plenário e já começar a pensar nos nossos indicados e em fazer uma grande festa no Senado, logo, logo, para a entrega da comenda.

Parabéns!

Eu restituo a Presidência ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves. Agradeço ao Senador Mauro pela presença, ao Senador Marcos Pontes.

Eu tinha aqui um discurso de encerramento, mas eu vou poupá-los, uma vez que já... Eu confesso que estou querendo almoçar, já estou ficando com fome.

Mas eu não posso deixar de agradecer a todos os membros desta Comissão por este primeiro semestre. Nós tivemos um semestre...Começamos mais tarde, já no mês de março, tivemos a divisão dos assuntos e, agora, com o plano de trabalho, eu vejo um segundo semestre bem mais produtivo. Quero dar, mais uma vez, parabéns à Secretaria, aos servidores que trabalharam. O meu muito obrigado a vocês pelo aprendizado e, sempre, pelo trabalho profícuo que está aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Desejo a todos um bom recesso e até a primeira semana de agosto, se Deus quiser.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Carlos Viana, Izalci Lucas, Mauro Carvalho Junior, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Damares Alves, Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Flávio Arns, Magno Malta e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 18, de 2023-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater a Lei do Bem para aperfeiçoar a legislação vigente em favor de um ambiente mais favorável à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em nosso país, com a participação de José Afonso Cosmo Júnior, Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Vitor Lippi, Deputado Federal (PSDB/SP); Antonio Carlos Teixeira Álvares, Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); e Hugo Giallanza, Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais (Asteps). O Senador Izalci Lucas faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/02

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Lei do Bem para aperfeiçoar a legislação vigente, em favor de um ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais favorável à pesquisa, desenvolvimento e inovação no nosso país, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2023, da CCT, que foi da minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligar para 0800 0612211 – novamente: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão: José Afonso Cosmo Júnior, Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); o Deputado Vitor Lippi, do PSDB, de São Paulo, que está a caminho e logo mais se juntará a nós na sessão; Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria; e Hugo Giallanza, Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais. Obrigado pela presença.

Encontram-se também presentes, por meio de sistema de videoconferência: Antonio Carlos Teixeira Álvares, Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Bom, agradeço enormemente a presença de cada um de vocês, agradeço também àqueles que nos acompanham pela TV Senado e também pelas redes aqui do Senado e outras que retransmitem esta sessão.

Sem dúvida nenhuma, a Lei do Bem tem se caracterizado como um instrumento muito importante para o financiamento do desenvolvimento de tecnologia no Brasil, e isso, logicamente, implica também uma melhoria da capacidade do nosso setor industrial com relação à utilização de novas tecnologias de desenvolvimento.

Durante o meu tempo como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, nós procuramos corrigir alguns dos aspectos operacionais da utilização da Lei do Bem, mais especificamente com relação ao conhecimento da Lei do Bem, que muitas das empresas ainda não sabem que podem utilizar, ou, mesmo quando sabem que podem utilizar, têm receios, têm uma certa insegurança jurídica e fiscal a respeito da utilização da Lei do Bem.

Então, nós emitimos, divulgamos e publicamos alguns relatórios e algumas publicações, de forma que as empresas pudessem ter um pouco mais de direcionamento da utilização desse recurso.

Também, quando nós chegamos ao ministério, havia um *backlog* bastante grande ali com relação à análise dos projetos que foram colocados na Lei do Bem, anterior; isso gerava ainda bastante insegurança nas empresas. Então, nós procuramos reduzir esse *backlog* com um trabalho bastante intenso feito no ministério e em outras instituições também.

Agora, como toda legislação, ela precisa de aperfeiçoamento, e o objetivo principal deste nosso encontro hoje é discutir com alguns dos setores que utilizam e conhecem bem a Lei do Bem, de forma que nós possamos identificar quais são os pontos que podem ser modificados, melhorados, aperfeiçoados nessa legislação e, a partir daqui, do Senado, na Casa correta – vamos dizer assim – para que nós tenhamos o trabalho na legislação, na melhoria dessa legislação, nós vamos continuar esse trabalho aqui.

Nós temos algumas propostas já em andamento, principalmente do Senador Izalci – que deve estar aqui conosco muito em breve –, e é importante essa participação da sociedade civil, é importante que o setor produtivo esteja aqui conosco, de forma que nós possamos ter o melhor das informações, para que isso seja feito com mais eficiência dentro do nosso processo legislativo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós já estivemos juntos, analisando o marco legal das *startups*. Daquele nosso encontro, muita coisa foi gerada, e isso tudo vai ser incluído nas próximas modificações da legislação e, depois, com mais discussões para aperfeiçoar ainda mais, de forma que a gente tenha a melhor legislação possível para o setor.

Eu vou aproveitar este momento inicial aqui, enquanto nós esperamos a chegada de alguns dos participantes, também para eu agradecer a presença do Senador Mauro Carvalho aqui conosco. (*Pausa.*)

E aproveito para fazer também a leitura de algumas das questões que nós já recebemos pelo e-Cidadania, lembrando que nós temos lá... Já passei o endereço, então a quem estiver nos assistindo remotamente peço que participe, porque é importante a participação da sociedade com suas questões.

Vou ler algumas questões que já foram enviadas pelo e-Cidadania e eu peço aos nossos palestrantes aqui que atentem nessas perguntas e delas tomem nota porque, de repente, um de vocês pode falar assim: "Olha, eu quero participar. Eu quero responder tal pergunta", então já fica aí designado.

Carla Miguel, de Minas Gerais: "Em que medida a nova legislação poderá ser aplicada [...] [a] empresas a fim de estimular [...] [os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação]?".

Bruna Taísa, do Paraná: "Quem poderá usar o benefício da Lei do Bem e como [...] [solicitá-lo]?".

Vivian Agnes, da Bahia: "Como integrar as instituições de ensino superior com potencial para [...] [pesquisa, desenvolvimento e inovação] com as empresas contempladas pela Lei do Bem?". Ótima pergunta!

Layra Lima, de Pernambuco: "Li bastante sobre os benefícios para as empresas, mas quais serão os benefícios para os pesquisadores e universidades?". Novamente essa conexão, e é importante a gente ter esse sentido.

Luana Souza, de São Paulo: "A Lei do Bem beneficia as empresas em questões tributárias? E qual é o incentivo aos pesquisadores?". Novamente essa conexão, que está bastante intensa.

Lindi Sousa, da Bahia: "Seria muito proveitoso viabilizar bolsas [...] de iniciação científica e incentivar empresas universitárias juniores por meio da lei".

Guilherme Salvador, do Espírito Santo: "Precisamos de políticas públicas para a inserção de mestres e doutores para além de universidades e centros de pesquisa. [...]".

Aliás, tenho um comentário a respeito dessa pergunta. Também lá no tempo do ministério, nós fizemos um acordo, uma parceria com a Coreia do Sul – sou, a propósito, Presidente aqui no Senado do Grupo Brasil-Coreia do Sul –, e nesse acordo nós tivemos vários consultores da Coreia do Sul trabalhando com consultores do ministério de forma a identificar o que foi feito na Coreia do Sul para que eles tivessem aquele crescimento exponencial tão rápido em termos de desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento econômico e social e como isso poderia ser aplicável aqui no nosso país, dentro, obviamente, do escopo de ciência, tecnologia e inovações. Nós levantamos uma série de fatores interessantes, e um deles, nesse relatório, tem a ver exatamente com isso: nós precisamos de mais mestres e doutores no Brasil para chegar ao nível da OCDE em número de mestres e doutores como proporção da população, sem dúvida nenhuma. Além disso, grande parte dos nossos mestres e doutores no Brasil estão dentro das universidades, ou seja, dentro da academia. A gente precisa ter uma migração de parcela significativa deles para dentro das empresas, e existem certas maneiras que nós começamos a implementar no ministério para que isso seja feito. Muito boa a pergunta do Guilherme Salvador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Marcus Felippe, de São Paulo: "[Deve-se] incentivar a [...] [pesquisa em desenvolvimento e inovação] com foco em bioeconomia e bioenergia, setores estratégicos para a mitigação das mudanças climáticas".

Essas são as perguntas que nós recebemos por enquanto. A gente está no aguardo de receber outras perguntas pelo e-Cidadania.

Neste momento eu gostaria de convidar os nossos palestrantes, os nossos participantes a comporem a mesa aqui comigo.

Nós temos presencialmente aqui o José Afonso Cosmo Júnior...

O José Afonso está aí? Convido-o a participar aqui conosco. (*Pausa.*)

Convido a Gianna Sagazio para ocupar um lugar aqui na mesa também. (*Pausa.*)

O Deputado Vitor Lippi, quando chegar, vai ocupar a cadeira aqui.

Então ali nós temos o Hugo Giallanza, que está aqui conosco também. (*Pausa.*)

Feita a introdução, eu gostaria de combinar com os nossos participantes e palestrantes a respeito de como serão feitas as palestras presenciais e também remotamente.

Nós faremos dois grupos de três apresentadores. Então, o primeiro grupo vai apresentar, com dez minutos por apresentador. Eu peço para prestar-se bastante no tempo por causa do nosso tempo restrito aqui no Senado para utilização da sala, então, tanto aos que estão aqui presentes quanto aos que estão remotamente peço para se atentarem muito ao tempo, está o.k.?

Estamos com o Israel também ali e com o Carlos Teixeira. Obrigado pela presença – estou em contato visual aqui com vocês.

Com relação às apresentações, aos eslaides, a Mesa vai cuidar para apresentação dos eslaides. São dez minutos então por apresentação. Depois do primeiro bloco de três apresentadores, nós teremos um intervalo para que nós possamos ter algumas das perguntas, então eu peço à plateia que também monte as perguntas baseadas nas apresentações, para haver essa discussão no intervalo. Eu estimo aproximadamente meia hora para essas discussões. Depois vem o segundo grupo, com mais três apresentações, dez minutos para cada um e, de novo, mais meia hora de perguntas. Por meio do sistema, nós vamos estar coletando as perguntas também através do e-Cidadania, e eu vou passar essas perguntas aos nossos apresentadores.

No primeiro bloco, nós teremos inicialmente o José Afonso Cosmo Júnior como primeiro apresentador; depois, chegando o Deputado Vitor Lippi, ele vai ser o segundo. Se ele não chegar a tempo, a Gianna assume a segunda apresentação; se o Vitor chegar, a Gianna pega a terceira apresentação. Esses são os componentes do primeiro bloco.

No segundo bloco, na sequência, o Antonio Carlos Teixeira Álvares; o Israel Guratti; depois o Hugo Giallanza.

Então, para não perder tempo, vamos iniciar.

Eu concedo a palavra ao Sr. José Afonso Cosmo Júnior, para dez minutos da sua apresentação, lembrando que o José Afonso Cosmo Júnior é Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

Concedo a palavra, então, ao José Afonso. Obrigado.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e todas.

Obrigado, Senador, pelo convite e pela oportunidade. Como o senhor mesmo disse, a Lei do Bem é ainda um pouco desconhecida das empresas, apesar de estar atingindo este ano a sua maioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Este ano, no dia 21 de novembro, a lei completa 18 anos. Já passou por algumas melhorias, mas ainda está sempre aberta, na medida em que trata de desenvolvimento tecnológico, e na tecnologia tem uma novidade por dia aí que a gente fica sabendo.

Eu vou iniciar, então, Senador, aproveitando a oportunidade, para falar um pouco sobre a linha do tempo porque...

Acho que não está passando.

Bom, vou falar um pouco sobre essa linha do tempo porque o país estava ficando um pouco para trás no que diz respeito a investimento em desenvolvimento tecnológico. E aí, lá em 1993, a Lei 8.661 retomou esses investimentos ainda numa perspectiva mais modesta. A lei, então, teve uma alteração em 1997, para que novos incentivos fossem incluídos. E aí, uma nova lei, a 10.637, trouxe um pouco do modelo que tem na Lei do Bem hoje, que é de incentivos fiscais para inovação, para considerar dispêndios realizados em pesquisa e desenvolvimento como passíveis de dedução, no caso, do imposto de renda e da contribuição social líquida. E aí, a Medida Provisória 252, em 2005, conhecida como Medida Provisória do Bem – e a gente tem que cuidar muito da Lei do Bem porque Lei do Bem só tem essa; esse nome é nosso – foi convertida na Lei 11.196, que é a lei que a gente tem atualmente. E a Lei 11.196 foi regulamentada pelo Decreto 5.798 em 2006. Houve algumas alterações, inclusão de amortização acelerada para intangíveis, depreciação integral também dos equipamentos, mas a lei basicamente que a gente tem é de 2005.

Acho que a gente passou dois aqui. Volte um, por favor – não consigo voltar aqui.

Bom, e aí, como eu comentei no início, exatamente a limitação era que, comparadamente a outras economias, o incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento nas empresas ficou um pouco para trás. E aí, a lei conhecida como Lei de Inovação, a Lei 10.973, de 2004, trouxe então essa obrigação para o Estado também de criar esses instrumentos e realizar esses investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

E aí, qual é o problema? O nosso problema é que a inovação é uma atividade de risco, é uma atividade custosa. E muitas vezes as empresas, por uma decisão empresarial, decidem não investir exatamente em pesquisa e desenvolvimento porque o objetivo dela seria outro, em que pesem as várias externalidades positivas obtidas desse processo de investimento em pesquisa. Várias soluções são possíveis. Uma das soluções é a utilização de incentivos fiscais, em que o Estado compartilha esse risco tecnológico com as empresas, esse risco de desenvolvimento tecnológico, e aí por meio da elaboração da normatização, por meio do fomento em si, que é a utilização de recursos estatais, e pela formação de capital humano e pelo investimento em infraestrutura para tornar isso possível.

O marco legal de ciência e tecnologia prevê, dentre as soluções possíveis, está lá no inciso VI, os incentivos fiscais, que é onde se enquadra a Lei do Bem. E, imediatamente, a gente diz que esse ciclo de desenvolvimento criado pela utilização desses incentivos em pesquisa, em desenvolvimento e em inovação, gera empregos qualificados, gera, no final de tudo, a melhoria do bem-estar geral da população, mas é um ciclo de desenvolvimento completo social, com o aumento da produtividade, com a fixação de marcas, com o desenvolvimento de novos mercados, com a possibilidade de atuação externa das nossas empresas nacionais. Então é um ciclo de desenvolvimento completo, vamos dizer assim.

Passando aqui para o que é a Lei do Bem: ela estabelece incentivos fiscais para pessoas jurídicas operando no regime jurídico de lucro real que desenvolvem pesquisa tecnológica e inovação. A ideia é desenvolver novos produtos ou processos. Então, a gente costuma dizer que não se quer desenvolver um iPhone por dia, mas tem muito de inovação que a gente pode aplicar, tanto em produtos e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processos que podem ser reconhecidos como inovação tecnológica. Dentro dessa característica da lei de aplicação no regime de lucro real, o que é um limitador, porque são as maiores empresas, hoje a gente já vê que 30% dos beneficiários da Lei do Bem são pequenas e médias empresas e *startups*, ou seja, são empresas que, mesmo estando enquadradas nessa categoria, já operam no regime do lucro real. Hoje, a empresa tem que ter lucro para utilizar da Lei do Bem, esse é um outro detalhe, porque, se ela não tem lucro, ela não paga tributo e não tem de onde excluir da base de cálculo; então, ela tem que ter lucro. E existem projetos de lei aqui, tanto no Senado quanto na Câmara – dos quais a gente vai falar um pouquinho mais para a frente –, que permitem a possibilidade de, no ano em que as empresas tiverem prejuízo e ainda assim investirem em pesquisa e desenvolvimento, utilizarem nos anos seguintes o que foi investido.

Sobre a aplicação, eu coloquei um comentário ali. A aplicação, para os demais regimes, precisa de uma solução fiscal – a gente não combinou, Gianna, mas eu acho que ela vai falar dessas categorias de empresas, de quantidade de empresas e de tudo –, e aí o universo e a renúncia fiscal cresceriam numa proporção bastante grande que precisa ser avaliada. Mas uma forma também de as empresas utilizarem esses recursos ou de tê-los como um benefício indireto, é pela contratação de pequenas e médias empresas para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação, e eles também podem ser revertidos como benefício tanto para as empresas, porque não é considerado receita o que essas empresas recebem desse desenvolvimento, quanto para as grandes empresas, pois desse valor aplicado elas podem deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Vou acelerar um pouquinho aqui, porque eu quero trazer os números mais ao final.

A lei foi sancionada, então, em 2005, o objetivo é compartilhar esse risco tecnológico. A lei é multissetorial, ou seja, ela é aplicada a qualquer setor da economia, e não existe restrição regional: como outros benefícios específicos de cada região do país, a lei é aplicada de forma igual em todo o Brasil.

Ela é transversal, se aplica a todas as empresas que operam em lucro real, as quais abatem, então, do investimento realizado em pesquisa, desenvolvimento e inovação, do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Outras vantagens que a lei também permite é a redução de IPI – 50% do IPI para os bens destinados à pesquisa –, redução a zero da alíquota do imposto quando você faz remessa ao exterior para manutenção de patentes e cultivares, e a depreciação integral e a amortização acelerada – eu já fiz um comentário, mas eu quero chegar logo aos números, eu sei que o meu tempo já está se esvaindo.

Vamos lá.

Como funciona o fluxo de informações dentro do ministério: a empresa realiza o investimento no ano seguinte, então ela coloca lá na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica dela que ela realizou o investimento – como a gente faz na nossa declaração de pessoa física com a escola das crianças, com o plano de saúde –, deduz-se da base de cálculo o valor investido e, no ano seguinte, ela presta informações dos projetos realizados ao Ministério de Ciência e Tecnologia e a gente analisa.

Todo o procedimento é *online*, tem duas etapas de recurso, duas fases recursais. O ministério faz eventos com especialistas de todos os setores da economia, para ajudar o ministério a analisar os projetos, e emite um parecer final.

Como o Senador comentou, o ministério historicamente analisava em torno de 7 mil projetos por ano. No ano passado nós analisamos 32,63 mil projetos. Este ano a perspectiva é de a gente analisar em torno de 35 mil projetos, acabando definitivamente com o passivo de projetos que a gente tem acumulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GIANNA SAGAZIO (*Fora do microfone*.) – Você diz analisar e responder?

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – Analisar e responder.

A gente está fazendo uma média de 200 pareceres por semana, então estão saindo publicações semanais no *site* do ministério, são em torno de 200 pareceres semanais emitidos.

É uma máquina meio... (*Risos*.)

Como resultados da lei, imediatos, que a gente já verifica, que a gente chama de benefício positivo concedido, ou seja, o recurso do Estado não é aplicado em vão. A cada R$1 que o Estado deixa de arrecadar, R$4,6 é investido pelas empresas: é um investimento, então, positivo que gera essa alavancagem.

Nesses 18 anos da lei, já foi verificado um aumento de 8% no pessoal contratado, porque contratação de pessoal – já adiantando uma das perguntas que foram feitas – entre mestres e doutores... O pessoal contratado para pesquisa é considerado dispêndio de P&D; então, pode ser deduzido da base de cálculo do imposto, e foram instalados 15 novos centros de pesquisa e desenvolvimento.

A gente tem, no nosso país, centros das maiores empresas, nos diversos setores econômicos, exatamente por conta da Lei do Bem. Isto é claramente falado por elas: que se não fosse o incentivo, esses centros não estariam instalados no nosso país. Existem centros de pesquisa que só existem no país de origem da empresa e no Brasil.

Bom, as beneficiárias da Lei do Bem investem, em média, 11% a mais do que investiriam se não houvesse a lei, e, este ano, vai ser criada então, com o advento dos 18 anos da lei, uma premiação anual para os maiores e melhores da Lei do Bem. Na semana do dia 21, a gente deve entregar esse prêmio lá no ministério.

Já estou encaminhando aqui para o final, pessoal.

Bom, a gente tem alguns números para apresentar para vocês. Essa é a evolução do número de empresas. O crescimento anual é em torno de 16%, desde 2014, com a quantidade de projetos também variando. Ali na pandemia, a gente teve uma queda no número de projetos, mas o número de empresas sempre crescente.

Um *spoiler,* Senador, para este ano, porque o prazo que se encerraria dia 31 de julho foi prorrogado em função de um prazo que a Receita Federal também utiliza para envio de declarações: a gente adiou para 30 de setembro. Mas hoje, no nosso sistema, eu peguei esta informação hoje, era umas 10h da manhã, e nós temos 2.674 projetos concluídos, 558 em preenchimento. Então, se todo mundo preencher, desses aqui, a gente já tem um aumento de 7,3% em relação a 2021.

Ali está 2021 porque a gente coleta a informação no ano seguinte. Então, atualmente a gente está coletando as informações de 2022.

E a gente tem 898 empresas com acesso concedido já no sistema, ou seja, a gente chega a um total de 4.130 empresas...

(*Soa a campainha*.)

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – ... o que dá um aumento de 37% do ano passado para este ano.

Só mais uma.

Bom...

Volta uma, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, esses são os números de investimento e renúncia. Hoje a gente está com uma renúncia fiscal de R$5,86 bilhões para um investimento de R$27,19 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. É, sem dúvida, o maior instrumento de incentivo às empresas para a realização de pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, para saber mais, a gente tem promovido, Senador, essas questões de conhecimento da lei. Então existem várias campanhas de divulgação. Tem uma no rádio, que deve sair agora próximo, alguns *podcasts*. A ideia dos *podcasts* é interessante, porque ela é produzida por setor econômico. Então, às vezes, eu sou uma empresa metal-mecânica, eu sou uma farmacêutica. Então o *podcast* é específico para o setor econômico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – ... são especialistas falando sobre isso. A gente tem atualização semanal do conteúdo da Lei do Bem.

Programamos encontros regionais, o primeiro, na Conferência da Amazônia, agora em agosto; o segundo, em outubro, em Pernambuco. E aí vão ser cinco encontros regionais.

E o canal de comunicação direta com o ministério, nesse *QR code,* vocês obtêm o guia.

Desculpa por ultrapassar o prazo. Fico à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, José Afonso.

Realmente você vê, pelos números aí, como é a efetividade de uma lei como essa. É só fazer esta relação aqui, de R$1 investido para R$4,6 investidos pelas empresas também. Então, se a gente conseguir melhorar os aspectos que ainda preocupam as empresas, isso vai ser, sem dúvida, um equipamento muito bom para o país.

Bom, eu passo então a palavra para a Gianna. Estamos esperando o Lippi aqui, e eu passo para a Gianna então. Dez minutos, por favor, Gianna. Obrigado.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Tá o.k.

Obrigada, Senador, pela oportunidade, pelo convite, de falarmos sobre uma lei que é tão importante para o desenvolvimento das empresas, para a competitividade das empresas.

Eu peço, por gentileza, que coloque a apresentação. Nós preparamos aqui uma apresentação.

Na verdade, a nossa mensagem, como Confederação Nacional da Indústria, é reforçar a importância da Lei do Bem para incentivar os investimentos em inovação. (*Pausa.*)

Acho que você pulou um eslaide.

Então, primeiramente, só para a gente contextualizar, a ciência, tecnologia e inovação são centrais para o desenvolvimento dos países e, também, para o desenvolvimento das organizações. Hoje, se nós observarmos as políticas públicas, as estratégias de desenvolvimento dos países, nós podemos ver que existe um reforço, um fortalecimento das políticas públicas, principalmente da ciência, da tecnologia e inovação, como grande vetor de desenvolvimento.

No caso do Brasil, tentamos sempre fazer um *benchmarking* internacional e acompanhamos muito de perto os resultados do Brasil no Índice Global de Inovação. O Brasil tem crescido algumas posições, mas nós entendemos que essas posições ainda não são suficientes para caracterizar o Brasil como uma das nações mais inovadoras do mundo. Hoje, nós estamos em 54º lugar em 132 países e, considerando que nós somos hoje a 12ª economia do mundo, parece que existe aí uma defasagem muito grande entre a capacidade do Brasil de inovar e a riqueza, a grandeza da nossa economia.

O Brasil, sim, tem uma produção científica, acadêmica muito forte, apesar de ela ter caído um pouco nos últimos anos, mas, de qualquer forma, no índice, nesse Global Innovation Index, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em 14ª posição. Então, existe um grande desafio no Brasil de tornar o conhecimento, a ciência, em inovação – e a inovação acontece no mercado.

Isso aqui é para contextualizar a importância da Lei do Bem, considerando que ela é o principal instrumento de incentivo fiscal que o Brasil tem para incentivar os investimentos privados em inovação. Então, aqui nós trazemos alguns pontos positivos da Lei do Bem. Da natureza da atividade inovativa. É uma atividade de grande risco e esse risco reduz sempre o retorno esperado do investimento. E o investimento em inovação tende sempre a gerar externalidades positivas na economia, ganhos de produtividade, de eficiência, de competitividade.

Apenas para citar um relatório recente sobre competitividade, a posição do Brasil no relatório do IMD, no último, nós ficamos na 60ª posição dentre 64 países. Então aqui é para reforçar a importância da Lei do Bem, para que a gente possa objetivamente tentar buscar esse caminho de aumento de produtividade, de competitividade e consequentemente de exportações, inserção nas cadeias globais de valor, que é o que vai gerar de fato a qualidade de vida da nossa população e o desenvolvimento que a gente quer.

A principal política adotada pela maior parte das grandes economias, das economias desenvolvidas, são os incentivos fiscais transversais, como é o caso da nossa Lei do Bem, devido a sua eficácia para impulsionar a inovação.

Aqui a gente cita alguns exemplos: França, Coreia do Sul, Canadá, Irlanda e Japão, onde a isenção fiscal para inovação é a mais relevante estratégia de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

É muito importante aqui a gente também examinar o que está acontecendo nos países da OCDE. Cerca de 46% desses países adotam esse tipo de política, até países emergentes como México, Chile, Rússia e China.

Em 2016, foi estimado que a suspensão da lei do bem implicaria uma redução de mais de R$1 bilhão nos investimentos em P&D no Brasil. E nós, junto com outras instituições no Brasil, trabalhamos fortemente para que ela não fosse suspensa, entendendo que, se ela fosse suspensa, isso geraria instabilidade muito grande nos investimentos privados. Acabou gerando, de qualquer forma, uma insegurança, porque as empresas, quando existe um instrumento, elas se planejam para usar o instrumento e aí, em algum momento, surge ali uma situação de suspensão. Então reforçamos a importância da continuidade, para que as empresas possam se planejar e de fato investir cada vez mais em inovação.

Existem vários estudos no Brasil hoje, tenho certeza de que o José Afonso conhece, que avaliam os resultados da Lei do Bem. Cinco deles utilizam as melhores práticas internacionais e todas as conclusões desses estudos são de que de fato a Lei do Bem aumenta o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento. O percentual varia um pouco de estudo para estudo. Nós verificamos de 7% até 80%, dependendo do estudo, mas a principal conclusão é de que de fato a Lei do Bem tem essa capacidade de alavancar os investimentos privados.

E aí, isso aqui não está na minha apresentação, mas eu vou citar, nós fizemos uma pesquisa na CNI logo após o período da pandemia mais forte para verificar se as empresas tinham inovado durante aquele período; uma amostra representativa do Brasil, pequenas, médias e grandes empresas. E por volta de 90% das empresas respondeu que sim, que inovou durante a pandemia, mas menos de 10% teve acesso a recursos públicos.

Então, isso reforça a importância da Lei do Bem como um instrumento, uma estratégia até, eu diria, de incentivo para que as empresas invistam em inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aqui eu trago uma pesquisa específica nossa, da CNI e da MEI, da Mobilização Empresarial pela Inovação, sobre Lei do Bem. Essa pesquisa foi feita no ano passado, 196 empresas, com mais de 50 pessoas ocupadas. Foram 74 empresas que participam da Mobilização Empresarial pela Inovação mais 122 empresas que não participam. Setores: indústria extrativa, de transformação e de serviços. E aqui está o intervalo de confiança.

Quais são os resultados sobre a utilização da Lei do Bem? Vocês veem que 63% das empresas utiliza a Lei do Bem, 9% já utilizou, 19%, quase 20% nunca utilizou. Então, aqui a gente reforça a colocação do Zé Afonso de que a gente precisa sim divulgar a Lei do Bem como um instrumento importante para que as empresas possam inovar mais.

Sobre o grau de importância da Lei do Bem para apoiar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Alto, 74% das empresas declarou que considera o grau de importância alto; 15%, médio. Talvez as que consideram baixo não conheçam tão bem o funcionamento desse instrumento.

Aqui sobre os benefícios trazidos pela lei. Eu acho que o destaque aqui dessas informações é que a Lei do Bem contribui no objetivo maior da lei, que é gerar inovações. Então, aqui nós temos 54% das empresas e o total de 52 declarando que teve lançamento de novos produtos utilizando a Lei do Bem.

Então...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – ... se a gente for à definição, já estou terminando, da própria inovação, o conceito dela está aqui. A inovação acontece no mercado e as empresas, por meio da Lei do Bem, conseguem, de fato, inovar.

Aqui outros dados. A empresa aumentou o número de funcionários sim, que é um objetivo muito grande, porque aqui nós estamos falando de pesquisadores, de pessoas que estão ligadas à área de ciência, tecnologia e inovação.

Eu vou passar mais rapidamente.

Nos casos afirmativos, qual o nível de formação? Técnicos, graduados, mestres, então...

Principais dificuldades. Aqui é um ponto de atenção que certamente nós tentamos refletir nas nossas contribuições para o aprimoramento da Lei do Bem. A questão da prestação de contas, incerteza jurídica, limitação do benefício ao ano. E eu acredito que as propostas cobrem bem isso, porque a gente fala, então, de usufruir dos incentivos em anos subsequentes, necessidades de adaptação do procedimento, enfim.

Aqui a gente traz alguns dados. É muito importante a gente também falar sobre a sistemática de análise e aprovação dos projetos. A gente observa que há uma evolução, mas, talvez, com uma maior celeridade, a gente possa, de fato, estimular que mais empresas apresentem projetos, porque a inovação tem que acontecer rapidamente. Se a empresa não conseguir inovar num prazo curto, ou ela não vai fazer esse investimento, ou ela vai procurar uma outra forma de fazer.

Então, a sistemática de avaliação também precisa ser rápida para que a lei seja mais utilizada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – Eu não sei se continuo, eu estou terminando, mas...

Então, aqui são pontos que estão cobertos no PL 2.838: a permissão da dedução em mais de um período da apuração fiscal, o que, na nossa visão, é importantíssimo; a contratação de outras empresas para que possa ser realizado o P&D externo; a permissão da dedução do investimento em fundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

voltados para aplicações de empresas de base tecnológica – então aqui a gente tem um incentivo da lei a empresas de base tecnológica, é importantíssimo; redução do IPI sobre equipamentos e máquinas destinadas à pesquisa e desenvolvimento; a redução da alíquota do imposto de renda para remessas para o exterior; a permissão da dedutibilidade dos dispêndios com assistência de patentes industriais pagas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – ... no exterior; e a depreciação de máquinas e equipamentos.

Essa apresentação vai ficar aqui com vocês, todos podem ter acesso. Nós da CNI, da Diretoria de Inovação, estamos totalmente à disposição para entrar em maiores detalhes, mas eu acho que a mensagem principal aqui da nossa apresentação é parabenizar por essa iniciativa. Essa é uma iniciativa que o setor empresarial tem grande expectativa há anos. A gente vem conversando sobre isso com os Senadores, com os Deputados, promovendo diálogos do setor empresarial.

É importante dizer que a lei também incentiva a integração com institutos de ciência e tecnologia, universidades, que é tudo o que a gente quer, fazer essa integração, essa articulação maior. Então temos uma expectativa de que ela possa ser aprovada o mais rápido...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO – ... possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Excelente, Gianna. (*Palmas.*)

Eu gostaria de agradecer à Gianna pela excelente apresentação.

Quero registrar aqui também a presença do Senador Izalci e também a presença do Deputado Vitor Lippi.

Eu já aproveito e passo a palavra para o Deputado Vitor Lippi para dez minutos de apresentação.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – Eu quero iniciar aqui cumprimentando o nosso Ministro e Senador Astronauta Marcos Pontes. Quero agradecer a forma sempre gentil, carinhosa, atenciosa dos seus compromissos com a ciência e tecnologia no Brasil.

Tivemos alguns anos de convivência muito intensa, e o ministro sempre – viu, Gianna? – ligava para mim: "Me ajuda aí no Congresso, porque ele sabe que a Fazenda não é fácil". Então a gente brigava com a Economia, brigava com os outros setores para a gente conseguir mais pela ciência e tecnologia.

Então eu quero aqui abrir a minha fala reconhecendo o seu esforço, a sua dedicação. Eu sei que não é fácil, mas eu sei que o senhor fez tudo que foi possível e continua sendo um grande parceiro da ciência, tecnologia e inovação.

Quero cumprimentar também o Senador Izalci Lucas, querido amigo, Presidente da nossa frente parlamentar, que foi criada exatamente em apoio à ciência, tecnologia e inovação, da qual eu faço parte também, com muita alegria. E fizemos aqui, nestas salas, muitas reuniões com a Gianna e outras lideranças importantes.

Cumprimento o Senador Mauro Carvalho, agradeço sua honrosa presença aqui conosco, neste assunto tão relevante ao país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que essa é uma pauta absolutamente estratégica. Quando a gente fala de ciência, tecnologia e inovação, eu até brinco, Senador, que eu até gosto de coisa antiga, sabe? Ventilador antigo, rádio antigo. Mas eu gosto de desenvolvimento econômico, social, gosto de emprego, eu gosto de prosperidade, eu quero um futuro melhor para o Brasil. E isso passa necessariamente pela ciência, tecnologia e inovação.

Então essa é uma receita de todos os países do mundo que investiram em educação e em ciência, tecnologia e inovação. Nós estamos devendo ainda ambas as coisas, mas é possível, e eu acho que a gente está nesse caminho, com agendas nesse sentido.

E eu quero, então, cumprimentar aqui também o Hugo, cumprimentar, aqui também com a gente, o Antonio Carlos, o Israel, enfim, todos que estão aqui presentes, o Prof. Baroni e todos vocês.

E eu queria fazer alguns comentários aqui sobre a relevância e a importância dessa nova Lei do Bem, que, se Deus quiser, nós vamos aprovar lá na Câmara. Tivemos que dar prioridade absoluta nesse primeiro semestre, Gianna. A Gianna estava sempre cobrando com a gente, porque ela é uma grande estudiosa e traz muitas referências internacionais, o que é muito importante para nós.

Mas nós tivemos aí um foco na questão tributária, que é, sem dúvida, a agenda mais importante para o ambiente de negócios no Brasil. Nós somos vítimas hoje do sistema tributário que nós criamos, não é? Nós temos o pior sistema tributário do mundo. Nós tivemos que dar foco nisso, Senador. E não foi possível obviamente a gente dar a atenção que a gente gostaria para a nossa nova Lei do Bem. Mas ela está aí próxima de ser pautada, nós estamos trabalhando nisso, e agora o foco vai ser esse, do nosso trabalho.

Mas em relação a essa proposição, que é da Luísa Canziani, que é a nossa Presidente da Comissão... E eu fui convidado para ser o Relator dessa matéria, fiquei muito feliz. E tive que aprender um pouquinho mais sobre contabilidade, a questão tributária, porque tudo aqui vai da área tributária também, não é?

E essa lei, em especial, tem muito a ver com a questão tributária, porque o incentivo vem exatamente calculado em cima, depois, do imposto de renda, em que essa empresa vai ter o benefício.

Então, como é que funciona essa Lei do Bem? Ela segue as melhores práticas internacionais para fazer com que as empresas possam investir em tecnologia e inovação, que são essenciais. E aí não é questão de gostar ou não gostar, é uma questão de sobrevivência do país, não é? Quem não atualizar suas empresas, quem não tiver desenvolvimento tecnológico, quem não tiver um bom sistema de P&D não vai sobreviver; não vai, porque o mundo é muito competitivo, e quem o fizer, vai passar à sua frente, e você vai fechar a sua empresa.

Então ela é uma questão fundamental, inclusive para a questão econômica e principalmente para a geração de empregos no Brasil. Então, a gente fala da agenda de empregos... Isso aqui é agenda de emprego. Por sinal, o que mais a ciência e tecnologia gera é emprego. É competitividade e emprego.

Então, como ela funciona – para algumas pessoas que, eventualmente, não conhecem a Lei do Bem? Uma empresa que está interessada em desenvolver a pesquisa dentro da empresa faz um projeto. Ela começa, então, a fazer os investimentos e, se esse projeto for aprovado, primeiramente, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, vai poder abater 20% desse custo, reduzindo o seu pagamento de imposto de renda. Então, ela é inteligente, porque você vai usar no quê? Naquilo de que você precisa. Então, ela é muito aplicada, ela é totalmente aplicada. E nós precisávamos modernizar a nossa legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, para mostrar aqui a importância da lei, além de a Gianna já ter mostrado vários números, eu trago aqui um estudo da KPMG, que fez um estudo sobre o impacto da Lei do Bem no Brasil que é bastante significativo.

Então, a Lei do Bem foi criada em 2005. Isso alavancou... Imaginem vocês que, se ele pode abater 20% daquilo que investiu, então, você alavancou 5%, o Governo entra com 1%, e a empresa entra com mais 4%. Então, nessa alavancagem, nesses anos aí de 2005 até 2021, o valor de alavancagem foi de R$160 bilhões de investimento em pesquisa e inovação. É um recurso muito significativo. Se nós não tivéssemos a Lei do Bem, possivelmente, esses recursos seriam muito menores. Então, ela deu uma alavancagem para que as empresas pudessem fazer investimentos com parte financiada pelo Governo.

Muito bem. Além desses recursos tão significativos, em que o Governo entra com uma partezinha do recurso, mas alavanca a maior parte – ele entra com 20%, e a empresa entra com 80% dos recursos –, isso significou para as empresas... São, aproximadamente, 3,7 mil empresas que utilizam ou que já utilizaram esse benefício. Dessas empresas... O que aconteceu com essas empresas? Essas empresas, que detinham um total de...

Espere aí, para eu não falar errado o número aqui, porque são muitos números. Espere aí. Vamos lá. (*Pausa.*)

Eles tinham, aproximadamente, 20 mil pessoas ligadas à área de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Isso subiu para 32 mil. Houve 56% de aumento de pesquisadores.

Vamos pensar o seguinte: a gente sabe que um grande e grave problema deste país é a fuga de talentos, que vão embora. Então, muitos desses talentos que poderiam estar em outros países, e nós poderíamos tê-los perdido, ficaram aqui por conta da Lei do Bem.

Então, ela é muito significativa, e isso, logicamente, deu um impacto. E essa estrutura que vem sendo montada, agora, pode ser aperfeiçoada com esses benefícios que a nova proposta da Lei do Bem traz.

E aí são cinco questões que eu vou trazer aqui rapidamente.

Bom, uma: de uma forma muito, vamos dizer assim... Como a Lei do Bem incide no imposto de renda – você pode abater do imposto de renda –, naquele ano em que você não teve lucro você não tem como utilizar. E aí o que acontecia? As empresas tinham direito e não podiam utilizar o recurso, e isso dava uma descontinuidade de financiamento. E, pior, naquele ano em que a empresa não foi tão bem quanto ela... ainda fica com o ônus de pagar 100% do financiamento, quer dizer, ela é punida duas vezes.

Então, o que a gente está criando? Se você tem um crédito, ou seja, se você teve a lei aprovada pelo ministério e você tem direito àquele "x", você vai poder utilizar aquilo no ano subsequente ou nos anos subsequentes. Portanto, você não vai perder aquele benefício, dando a garantia da continuidade. E, naquele ano também em que você fez a pesquisa mas você também vai enviar para o ministério o financiamento, você vai poder utilizar no ano seguinte. Então, ela é justa, porque não há que se pensar que uma pesquisa é feita em meses; ao contrário, normalmente as pesquisas demoram de médio a longo prazo. Então, essa descontinuidade era altamente prejudicial, perniciosa e injusta com as empresas. Então, é uma questão fundamental você poder utilizar esse benefício devido, quer dizer, que a lei prevê, nos anos subsequentes, quando ele tiver, então, já o lucro fiscal restabelecido.

A outra questão muito importante é a atualização da lei no que diz respeito, hoje, a uma das estratégias mais importantes para a gente melhorar o resultado da pesquisa. Qual é? Inovação aberta. É difícil você imaginar que você vai ter todos os recursos, equipamentos e pesquisadores dentro da sua empresa para encontrar a melhor solução. Então, qual é a melhor solução? É, na grande maioria das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vezes, você ter algumas parcerias; é você desenvolver isso com centros de pesquisa, com *startups*, com micro e pequenas empresas voltadas à tecnologia e inovação, eventualmente até nos fundos de financiamento que estejam voltados àquela pesquisa que você está desenvolvendo. Então, isso faz uma diferença extraordinária no resultado que nós esperamos, de você poder contabilizar esses recursos que serão utilizados na inovação aberta, ou seja, contabilizando os gastos com as empresas parceiras para desenvolver isso. Eu não tenho dúvida de que isso aqui é muito, mas muito importante para o resultado final, inclusive dos fundos aí de investimento e participação. Então, nós vamos atualizando as leis, inclusive as leis de *startups*, as leis das micro e pequenas empresas na nossa legislação.

A outra questão muito importante, lógico, é: o que nós esperamos com tudo isso, caríssimo Ministro, Senadores aqui presentes? É que a gente possa ter um número maior de empresas interessadas. E é lógico: vocês sabem que faz tempo que não tem concurso público aqui no Brasil, não é? Então, o nosso Ministério está só aposentando gente e tal, e todos esses processos precisam ser rigorosamente avaliados, até porque, depois, vão para o Tribunal de Contas. Então, isso aqui permite que, além dos funcionários concursados, você possa contratar auxílio externo, Senador, possa contratar consultores externos, empresas de consultoria ou de análise para colaborar na rápida aprovação, para que não haja, depois, um represamento ou um atraso nessas análises desses projetos.

E a outra questão, também bastante significativa, é que ela também reduz aí o imposto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP) – ... sobre a compra de equipamentos, o que, possivelmente, talvez não seja necessário se nós aprovarmos o novo sistema tributário, porque ele já vai desonerar investimentos. Então, vai ficar melhor até do que está aqui.

Em suma, esses são os avanços que a gente espera. E, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de estar aqui para falar de um tema tão relevante, que, Senador Izalci, não dá voto, mas dá futuro e muito emprego para o Brasil.

Obrigado mais uma vez pela honrosa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputado Vitor Lippi, sempre em um trabalho intenso na ciência e tecnologia. De fato, lá, como ministro, muitas vezes eu ligava para pedir um *help:* "a gente precisa aumentar o recurso, precisa liberar o FNDCT", lembra Izalci? Liberar o FNDCT do contingenciamento...

Mas eu quero registrar também a presença do Senador Laércio Oliveira aqui conosco – obrigado pela presença.

Feitas as três primeiras apresentações, nós abrimos agora um intervalo para perguntas sobre isso.

Só para lembrar, nós tivemos as três apresentações. Primeiro, com o José Afonso, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que trouxe alguns pontos bastante interessantes a respeito do funcionamento da Lei do Bem, no estado em que está atualmente; alguns números importantes também com relação a quem utiliza a Lei do Bem, 30% de pequenas e microempresas, *startups* também, um número que eu registrei aqui e que é importante sempre ressaltar, porque eu ficava lá no ministério sempre falando: se você investe em ciência e tecnologia no país você consegue alavancar todas as outras áreas – todas as outras áreas, sem exceção! Então, quando a gente fala aqui na utilização dessa lei, que o investimento de R$1 do setor público alavanca R$4,6 do setor privado, é importante ressaltar esse número; e ressaltar também o aumento da velocidade de análise, que era um dos gargalos – eu vejo isso aí já sendo resolvido – e, agora, com essa proposta de poder trazer consultores também de fora, isso ajuda, e muito, trabalhar com isso, em melhorar essa efetividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê o esforço aqui do Parlamento também em ajudar, acabei de colocar também um projeto de emenda à Constituição para a gente chegar, finalmente – vamos ver se a gente consegue chegar – em dez anos, em pelo menos 2,5% do PIB em investimento em ciência, tecnologia e inovação, ainda distante do que é Coreia, do que é Japão, por exemplo, mas muito mais viável aqui para o nosso país. Eu garanto que esse investimento modifica a história do país. Se você investe em ciência, tecnologia e inovação de forma constante, de forma estável, com recursos, com ferramentas adequadas e efetivas, você melhora a educação, principalmente a educação profissionalizante também, para ter mais pessoas preparadas para o sistema, e você melhora o ambiente de negócios. Eu garanto que o país muda completamente nesse sentido.

Depois, a Gianna falou a respeito – trouxe vários números também de todo esse processo – do Índice Global de Inovação. Realmente, o Brasil ganhou algumas posições, estava acima da 60ª posição e chegou agora à 54ª, mas está ainda muito distante do que eu considero... Para a categoria que o Brasil quer ter, eu acho que a gente tem que chegar pelo menos entre os 20 primeiros do planeta. Parece uma meta muito alta, mas a gente tem que ter grandes objetivos no nosso país. Eu acho que a gente tem que lutar para chegar lá. É um índice composto, tem muitas coisas que estão envolvidas nisso, mas sem dúvida nenhuma é possível a gente chegar. A gente já tem uma produção científica muito boa – estamos na 14ª posição –, mas isso ainda está discrepante, esse *gap* da produção científica com a inovação.

Foi falado a respeito da segurança jurídica, da questão da importância do aumento de empregos, da importância do aumento de produtos inovadores – aquele primeiro item lá, a primeira linha, extremamente importante. E, na apresentação, sem dúvida nenhuma, a gente vai utilizar também as dificuldades e sugestões que foram apresentadas ali.

Outra parte importante de inovação... Com a gente falando aqui, eu me lembro de fomento e inovação com a Finep, por exemplo. Uma das batalhas que nós tínhamos lá era a questão da TJLP mais o *spread*, que davam um recurso ainda muito caro para ser utilizado para fomento. Então este ano a gente conseguiu mudar para TR, o que já é uma melhora, mas precisa de mais investimentos; o FNDCT liberado, isso aí, mas é preciso de mais investimentos, porque a gente consegue resultados muito maiores.

Então na apresentação do Deputado Vitor Lippi, ele ressaltou a importância da ciência e tecnologia e dos seus investimentos no setor público e privado. A relação entre tecnologia e emprego é uma coisa que, muitas vezes, para quem trabalha com tecnologia, volta e meia a gente ouve o pessoal falando: "Pô, mas a tecnologia vai tirar empregos". Não, a tecnologia produz empregos diferentes. Ela produz empregos – empregos de qualidade – e transforma a seleção.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Exatamente. Isso é importante ter.

Ele ressaltou novamente a alavancagem. São 32 mil pessoas trabalhando em ciência e tecnologia. Eu ressaltei aqui antes – você não estava na hora em eu falei sobre essa consultoria com a Coreia do Sul que nós temos lá no ministério – a questão da necessidade de se ter a transferência, vamos dizer assim, de mestres, doutores e pós-doctors da academia para dentro das empresas. Isso aí, sem dúvida nenhuma, é uma alavanca também. Eles têm lá inclusive incentivo fiscal para as empresas que têm feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dos pontos levantados: sobre a questão da utilização de lucro, de se aumentar a possibilidade de anos de utilização de créditos, de forma que você, mesmo se não tiver lucro naquele ano, consiga ter ainda o benefício; utilização de parcerias externas; e aumentar a quantidade de empresas. A gente tem um universo bem grande de empresas que ainda não utilizam, tendo a possibilidade. Eu lembro que era uma das dificuldades no ministério, pois, só com o nosso pessoal, não dá. Então, ter gente de fora para poder trabalhar também vai ajudar muito.

Então eu abro agora para as perguntas, por favor, começando... Izalci? Mauro?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode falar, sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vamos começar com o Senador Izalci então.

Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Está ótimo.

Bem, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa desta audiência. É muito importante que as pessoas tenham conhecimento. Eu tenho falado sempre aqui que nós precisamos popularizar o que é ciência e tecnologia para as pessoas darem valor. O Lippi falou uma coisa certa: ciência e tecnologia não dão voto, mas mudam muito, não é, Lippi?

Eu tenho participado também do MEI, que é o Movimento Empresarial pela Inovação. Por isso, eu e a Gianna já vimos trocando ideia há muitos anos, já há um bom tempo, e a gente sabe das reivindicações antigas. Conseguimos, depois de muito custo, a questão do FNDCT, que foi muito relevante – se nós temos hoje alguns projetos estruturantes, a gente agradece exatamente à questão do fundo, que já há algum tempo estava, de certa forma, muito limitado –; e também a Lei do Bem, que é uma luta antiga. Na Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia, eu e o Lippi – eu sou Presidente, e o Lippi é o Vice – estamos trabalhando isso juntos, no Senado e na Câmara, no sentido de tocar lá e aqui ao mesmo tempo, até porque, se a gente aprovar aqui e depois aprovar um projeto idêntico ou semelhante lá, já fica uma coisa... Adianta muito. Foi o que fizemos. Tem lá a Canziani, e aqui nós apresentamos – não é, Gianna? –, com a colaboração também do movimento MEI, em que a Gianna colaborou muito, o 2.707 e o 2.838, cuja relatoria está exatamente com o nosso Senador Presidente.

Então, a ideia é exatamente esta: que a gente possa ter um relatório aqui e uma aprovação rápida desse projeto, que, inclusive, já entrou na pauta algumas vezes e foi retirado exatamente para a gente poder discutir um pouco mais, mas, tanto no Governo passado como neste Governo atual, há indícios de que nós vamos conseguir aprová-lo sem muita dificuldade. Então, acho que o apresentando ao Plenário, votando aqui e indo para o Plenário, a gente vai conseguir, de fato, aprová-lo. E, ao mesmo tempo, o Lippi vai trabalhando lá com a Canziani para a gente adiantar o projeto na Câmara, porque aí, votando lá e aqui, é só apensar aqui, e está tudo certo.

Lógico, sobre essa área de ciência e tecnologia, a gente tem debatido há anos, e é difícil a gente ter realmente o reconhecimento da importância disso. Imagina, o Lippi deve ter trabalhado bastante no grupo trabalho – vamos reforçar aqui – da reforma tributária, e esperamos ter incentivos de forma a manter e ampliar. Parece-me que o texto aprovado na Câmara já contempla alguns benefícios. E, inclusive, no arcabouço fiscal, espero que também a Câmara mantenha o texto do Senado, que retira do arcabouço a ciência e tecnologia, a educação e o Fundo Constitucional do DF.

Mas eu fiz aqui rapidamente algumas perguntinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento, porque eu estava no evento da Frente Parlamentar de Investimentos Estrangeiros no Brasil, e aí acabou atrasando – eu sou Presidente da frente, não tinha como –, e não vi a apresentação do nosso representante do departamento... Israel Guratti, e também do nosso Antonio Carlos, da Fiesp.

Eu fiz uma questão aqui para o Hugo – a gente tem conversado muito também – sobre a questão das *startups*. Nós aqui do Senado temos compromisso de reformular a Lei do Bem, de modo a adequá-la às necessidades das empresas de base tecnológica. Hoje, internacionalmente, a inovação ocorre, principalmente, por meio das *startups*, com vista a favorecer a atuação delas em nosso país, de modo que promovam a pesquisa e o desenvolvimento. Então, em função disso, eu pergunto: qual a importância dos fundos de investimento em participações, categoria FIP Capital Semente, para a capitalização das *startups*? Só para as pessoas conhecerem um pouco da importância disso. Se os valores integralizados em cotas do FIP Capital Semente forem excluídos da apuração do lucro líquido, por meio da alteração do art. 17 da Lei do Bem, as *startups* se beneficiam? Qual seria o efeito sobre a inovação no Brasil? Essa é a consideração para o Hugo fazer.

É evidente que o objetivo desses dois projetos e o da Câmara é exatamente isto: você poder aproveitar, mesmo no ano de prejuízo, o incentivo passado e também colocar as micro e pequenas empresas que estão fora desse processo.

E para a Gianna. O art. 19 da Lei do Bem prevê a exclusão de parte dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ou seja, temos um benefício fiscal ao invés de uma dedução direta sobre o imposto a pagar, como ocorre em outros países. Por exemplo, em Portugal, temos a dedução de 32,5% dos impostos a pagar sobre os gastos em pesquisa e desenvolvimento; nos Estados Unidos, a dedução é de 20%; e nos nossos países vizinhos aqui, o Chile e a Colômbia, temos a dedução de 35%.

Sobre esse tema, eu gostaria de perguntar à Gianna, que conhece como ninguém essa matéria. As empresas de base tecnológica enfrentam dificuldades em calcular a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A CNI já ouviu alguma reclamação nesse sentido?

Na opinião da senhora, a inovação no Brasil teria incentivos melhores se, ao invés da redução da base de cálculo, tivesse uma dedução direta sobre o imposto a pagar?

E, para o José Afonso. Como a Lei Complementar 123, de 2006, impede que as empresas optantes pelo Simples Nacional recebam incentivos fiscais, na prática as micro e pequenas empresas brasileiras estão excluídas no sentido da Lei do Bem. Apesar disso, grande parte das *startups* adotam o Simples. Vale lembrar que a reforma tributária trará mudanças importantes nos impostos indiretos, e, embora não altere o Simples, ela fornecerá novos incentivos para que as micro e pequenas empresas venham a optar pelo novo regime de tributação baseado no IVA. Existe, portanto, uma janela de oportunidade para que mais empresas escolham sair do Simples Nacional, tornando-se aptas a se beneficiar da Lei do Bem. Nesse sentido, eu pergunto: qual a opinião do senhor sobre o impacto da reforma tributária – que ainda está sendo discutida – sobre a inovação no Brasil? E como podemos tornar a Lei do Bem mais benéfica às micro e pequenas empresas?

Essas são as minhas indagações para os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Izalci.

Então, começo passando a palavra ao Hugo.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Izalci pelas perguntas e por todo o apoio nessa nossa história, advogando pelos interesses de *startups*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão de fundos de investimentos, *startups* não possuem garantia real; então, elas estão à margem, na maioria das vezes, das alternativas de financiamento do mercado financeiro. Então, todo o estímulo que possa existir para que os fundos de investimento possam se desenvolver e possam crescer é bem-vindo, Senador.

Acredito também que a indústria de CVC (Corporate Venture Capital) possa ser também uma alternativa para a gente fomentar a via Lei do Bem, fazendo com que essas indústrias, essas empresas possam fazer o *screening* e o *scouting* de *startups* para essas indústrias. Sabemos que muitas vezes não é competência da indústria inovar, ela não tem essa habilidade. Quando a gente pega a ambidestria corporativa, a gente pensa numa racionalidade e numa criatividade. E, no dia a dia do empreendedor, do empresário, ele tende a fluir o caminho natural das coisas, que é o quê? A rotina. Então, é muito difícil desplugar muitas vezes para pensar em inovação.

Então, promover esse tipo de iniciativa faz com que quem está pensando em inovação plugue com as necessidades de quem precisa inovar. Todas as propostas que possam potencializar esse tipo de iniciativa são bem-vindas aos olhos da Brasil Startups – Associação de Startups.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Hugo.

Para a resposta, passo a palavra à Gianna.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Excelentes perguntas que o senhor formulou para todos.

As empresas, retomando um pouco a própria natureza da inovação, precisam ser rápidas, são um investimento de longo prazo. Então, respondendo diretamente ao senhor: claro que seria muito melhor para as empresas se elas pudessem deduzir diretamente, o que seria menos uma burocracia, isso tornaria esse investimento ainda mais assertivo, principalmente também se a gente pudesse ampliar para outros regimes.

Eu só queria comentar rapidamente a colocação do Hugo, que o Deputado Lippi levantou, eu queria concordar com a colocação dele: a lei também estimula a inovação aberta. A utilização da inovação aberta no mundo hoje vem crescendo muito, porque ela acelera o processo de inovação e o torna mais acessível, custa mais barato, porque muitas tecnologias e inovações já estão prontas, e pode ser simplesmente uma conexão da demanda, do desafio que a empresa tem com algo que já foi criado e está pronto. Então, nesse sentido, ela pode custar muito mais barato e ser mais rápida, e a Lei do Bem incentiva a inovação aberta, como o senhor colocou.

Quando o Hugo cita a questão do *screening* e do *scouting*, na nossa prática – porque na CNI a gente tem uma iniciativa de inovação aberta, CNI-Sosa, que é uma plataforma global de inovação aberta – o que a gente tem notado é que os próprios fundos de CVC têm nos procurado para fazer esse *screening* e *scouting*, porque eles também estão querendo identificar onde estão essas tecnologias e inovações para que eles possam investir. Isso é só para reforçar o papel fundamental da lei, que pode ser ampliado eventualmente, de estimular a inovação aberta, porque, se a gente reconhece que existe um *gap* no Brasil para a gente tornar as empresas mais inovadoras, é claro que a gente defende e trabalha pelo P&D, pela inovação, mas a inovação aberta é uma estratégia complementar que pode acelerar em muito a gente a reduzir esse *gap*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Gianna.

Pois não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu estou vendo aqui. O senhor reparou? O Relator agora é escritor. (*Risos.*)

Eu passo a palavra para o José Afonso.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – Senador Izalci, obrigado pela pergunta, ela é realmente muito boa, mas é a mais difícil e ficou para mim.

Antes de responder diretamente à pergunta, eu queria fazer só um comentário, porque um dos detalhes da Lei do Bem, uma das características principais, é a simplicidade da utilização da lei: você não precisa fazer cadastro no ministério, você não precisa enviar um projeto prévio, você simplesmente declara a utilização na Receita e, no ano seguinte, submete os projetos para a análise do ministério, e o ministério vai avaliar se aquilo que está contido no projeto é uma inovação, e, sendo uma inovação, o benefício já foi utilizado; não sendo inovação caracterizada pelo ministério, a empresa tem que fazer uma retificação na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. E, por isso, as empresas reclamam de insegurança jurídica. Como o ministério demora para analisar, a empresa nunca sabe se ela vai ter que retificar a declaração dela e, quando ela for retificar, se já não entrou nos processos de fiscalização da Receita, porque se já entrou no processo de fiscalização, não existe a possibilidade de retificar, é multa. Então, o ministério trabalha arduamente nesse processo.

Como eu comentei no início, este ano a gente já vai analisar os projetos do ano. Em dezembro a gente já deve estar analisando os projetos que chegaram ao ministério nesse ano. Isso vai resolver, em grande parte, essa questão da segurança jurídica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Falta estabelecer o prazo...

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – O processo administrativo ainda exige duas etapas de recurso, quando tem recurso. Mas, pelo menos, quem foi aprovado de cara, que hoje é mais de 70%, a gente já está liberando os processos.

Outra possibilidade, que está lá no PL também, faço referência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Só para não perder o raciocínio aqui, é lógico que, no momento, não tem lucro presumido em pequenas empresas. É lógico que, quando aumentar a aplicação da Lei do Bem por lucro presumido pelas pequenas empresas, é evidente que pode ter mais dificuldade, porque nem todas as empresas têm essa especialidade. Talvez tenha que simplificar o processo em relação às pequenas e microempresas.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – Eu vou... Você quer comentar?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Não, é só para complementar um dos pontos que o Deputado Vitor Lippi apresentou, da possibilidade de se trazer consultores externos para poder ajudar no ministério. Isso muda muito o cenário ali, que era uma das dificuldades grandes que a gente tinha, era justamente isso.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – Isso. E aí, fazendo referência ao Deputado Vitor Lippi, que é muito...

O SR. HUGO GIALLANZA – Posso complementar? Haveria a possibilidade de uma prestação de contas simplificada até um valor? Então, ao invés de tudo cair no mesmo parâmetro, padrão, você reduzir...

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – Então vamos lá, deixe eu tentar explicar aqui como já é feito hoje. Hoje já é feito assim. Existe uma conta que é feita, de significância estatística. Com essa conta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a que conclusão a gente chegou? Foi definido um valor estatisticamente calculado. Se a gente analisar daquele valor para cima, a gente já estaria analisando 87% do benefício concedido. Então, 87% do benefício concedido estão acima do terceiro quartil. Ou seja, se eu analisar 12% das empresas, eu já analiso 87% do benefício concedido. Isso é um passo para alguma coisa parecida com o que você falou.

Como a Gianna estava comentando, e também... Finalmente, vou conseguir cumprimentar o Deputado Vitor Lippi e o trabalho que ele fez muito republicanamente no último ano, porque ele nos chamou, chamou o pessoal da Economia, chamou o pessoal do ministério, e a várias mãos nós desenhamos a proposta que hoje consta do PL 4.944. É o PL que está mais adiantado na tramitação. Então, Senador Izalci, a gente pode fazer essa jogada. Ele está com um requerimento de urgência aprovado para o Plenário da Câmara. Então, se a gente conseguir... O trabalho da nossa assessoria parlamentar também tem feito isso. Se a gente conseguir pautar o projeto para que ele seja aprovado, e aí a gente trabalhe junto na melhoria dele... Porque tem itens de melhoria, como a Gianna colocou, por exemplo, definição de itens. A gente tem no ministério uma noção de que a gente vai aumentar o número de empresas quando o benefício for mais interessante, quando tiver benefício novo. Então, eventualmente, a gente colocando lá – que é uma ideia que a gente já deu no ministério, de colocar projetos associados a objetivos estratégicos –, eles teriam um benefício adicional.

Porque hoje o benefício é assim: ele é 20,4% direto, mas pode chegar a 26,4% se tiver um número de pesquisadores contratados anualmente; então, ele aumenta o benefício. Ele pode chegar a 34% se tiver patente ou cultivar gerado a partir do projeto. Então, a gente está dentro da média internacional entre 20% e 35% do benefício concedido, mas existem possibilidades, por exemplo, projetos relacionados ao ODS, que a gente pode considerar como um benefício adicional.

Existem várias possibilidades, o projeto pode ser melhorado, e eu acho que essa é a discussão que o Parlamento propicia. Mas eu vou tentar responder diretamente.

Só um detalhe, vou pedir licença para falar, que é sobre – a Gianna comentou – o enigma brasileiro. Nós somos a 12ª economia do mundo, a 14ª em produção científica e a 54º no Índice Global de Inovação. E, quando você olha, historicamente, para investimentos públicos e privados, o investimento público nosso é um pouquinho abaixo dos países da OCDE. Nos últimos quatro anos, infelizmente, teve uma queda bastante acentuada, mas, historicamente, a gente está um pouquinho só abaixo da média da OCDE. A diferença está no investimento privado. Então, a gente vai fazer a diferença no desenvolvimento de ciência e tecnologia, no desenvolvimento final do nosso país, quando a gente aumentar o investimento privado, e aí o Estado compartilhando o risco com o empresário.

Especificamente sobre a pergunta, Senador, na reforma já vai haver uma grande desoneração, por exemplo, de IPI. E aí, no caso de equipamentos para pesquisa, isso vai ser bastante relevante. Agora, a solução para a entrada de outros regimes de tributação, como lucro presumido ou simples, outros tipos de empresas menores, porque, normalmente, no lucro real, são as empresas maiores que tributam assim, ela depende de uma solução fiscal, porque, hoje, a gente tem em torno de 150 mil empresas operando no lucro real, e a gente tem mais de 6 milhões de empresas operando no Simples.

Então, essa conta do valor da desoneração tem que ser feita em relação aos demais compromissos que o país tem. Então, talvez, uma Lei do Bem específica para micro e pequenas empresas seja mais interessante com um tipo de incentivo diferente do que está lá hoje. Talvez não seja diretamente no Imposto de Renda. Então, talvez uma solução mista, vamos dizer assim.

Mas a gente está à disposição do ministério para discutir. Inclusive, dando outro *spoiler*, amanhã a gente tem uma reunião, a mais difícil de todos os projetos de lei, que é exatamente com o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Fazenda, com a Receita Federal, para discutir desoneração. A gente conta com a ajuda, também, do Parlamento para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Mas, só para sugestão, já que tem essa conversa – viu, Lippi? –, com o seu substitutivo lá na Câmara, que a gente possa ou que o Relator pudesse já fazer...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Cruzar essas partes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... porque, se a gente aprova aqui com o conteúdo já discutido e o de lá, aí fica muito mais fácil. Acho que hoje nós teríamos mais facilidade de aprovar aqui do que lá na Câmara. Porque a Câmara, não sei se já está no regime de urgência, mas regime de urgência tem mais de 500 lá também aprovados; então, você não sabe...

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – Vou só complementar sobre a análise externa. É uma possibilidade que a gente incluiu lá no PL 4.944 de ter esse auxílio externo ao Ministério. O modelo ainda não está formatado, mas pode ser um modelo em que os projetos já cheguem previamente analisados.

Vou dar um exemplo: se o projeto foi feito com uma agência de fomento, ele já chega previamente aprovado, porque ela já analisou se o projeto se enquadra nas regras.

Existe uma possibilidade, um modelo que é utilizado, por exemplo, na Espanha, de certificação externa. Então, existe um órgão que dá uma certificação de que o projeto é inovador. Aí o ministério, o órgão diretamente da administração direta só homologa.

Então, a gente colocou em termos genéricos no projeto de lei, porque existem alguns modelos que podem ser adotados. Aí seria submetido a um regulamento, que a gente elaboraria depois da aprovação da lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A gente tinha que ter convidado alguém do Ministério da Economia, o grande gargalo sempre.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sempre para por ali.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – À tecnologia e à inovação, todo mundo é favorável, e é lógico que o Ministério de Ciência e Tecnologia também. Mas, quando chega no Ministério da Economia, tem essas dificuldades.

É evidente que você falou da Receita, das 150 mil empresas, mas também a arrecadação delas é muito superior à arrecadação das pequenas e microempresas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom, a discussão está boa. A gente tem que seguir. Tem mais três palestrantes esperando aqui. Vocês veem que são muitos assuntos que a gente precisa colocar nisso. E eu estou colhendo uma série de informações para a gente colocar tudo isso junto, inclusive, com a Luiza lá.

Passamos, agora, à sequência dos outros três apresentadores. Depois, vou pegar também as informações que a gente tem tido da internet para colocar na discussão do final do último bloco, para somar a tudo isso.

Então, a sequência das apresentações: primeiro, o Antonio Carlos Teixeira Álvares, da Fiesp. Ele é Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; depois, o Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Por último, mas não menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importante, obviamente, está aqui o Hugo Giallanza, Presidente da Associação de *Startups* e Empreendedores Digitais.

Lembro todos os apresentadores a prestar bastante atenção no tempo, de dez minutos, visto o adiantado da hora. Depois, no final das apresentações, a gente passa para mais um bloco de discussões aqui.

Já concedo a palavra diretamente ao Antonio Carlos Teixeira Álvares, que está conosco, remotamente.

Então, Carlos Teixeira, está com você a apresentação.

O SR. ANTONIO CARLOS TEIXEIRA ÁLVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes, nosso querido astronauta.

Cumprimento, em seu nome o Deputado Vitor Lippi e todos os participantes e debatedores.

Vamos passar à apresentação?

Contribuições da indústria para o aperfeiçoamento a Lei do Bem e o posicionamento do Decomtec.

O Decomtec é o Departamento de Competitividade, Tecnologia e Inovação da Fiesp e trata justamente do estudo das questões relativas a tecnologia e inovação.

Eu queria apresentar, inicialmente, a utilização da Lei do Bem pelas empresas.

Se considerarmos apenas as empresas que podem usar a Lei do Bem, são aquelas que estão enquadradas no regime do lucro real, que são apenas 5% do total. Desses 5%, apenas 1,3% – isso em 2020, nós não tínhamos o dado de 2021 –, que são 2.564 empresas, utilizaram a Lei do Bem.

Então, a penetração da Lei do Bem é pequena mesmo se considerarmos que o conjunto de empresas em que pode ser aplicada já é pequeno, os 5%.

Pode passar.

Nós vemos que a indústria responde pela utilização de 70% dos dispêndios com pesquisa e desenvolvimento, e as grandes empresas são responsáveis por 78% desse total. Claro, isso faz sentido porque em pesquisa e desenvolvimento, além de ter um dispêndio, o risco é elevado. E isso acontece no mundo inteiro. Apenas as grandes empresas participam mais do P&D.

Segundo informações que temos, nos Estados Unidos, da indústria de transformação, apenas 1% delas tem P&D, porque são caras. Muitas delas têm o "D", todas têm o "D", que é o desenvolvimento. O "P", que é a pesquisa, não é tão difundido por razões de custos e de a empresa não poder arcar com isso.

Mas, de qualquer forma, nós temos uma percentagem das empresas pequenas também – 5% das empresas grandes gastam em pesquisa e desenvolvimento, 22% das médias e, entre as pequenas, 72% das empresas industriais são pequenas e usam muito pouco a Lei do Bem.

Das grandes empresas industriais, aquelas que poderiam ter a Lei do Bem, que são as empresas que, normalmente, têm a Lei do Bem, que usam pesquisa e desenvolvimento, 63% não realizam; as que realizam são 37%. E, das que realizam, a grande maioria realiza continuadamente, 90%; ocasionalmente, é a minoria.

Então, repetindo: as empresas grandes representam 78% do dispêndio das empresas industriais, por razões naturais. Algumas pequenas também têm, mas é mais ocasional.

Bom, por que muitas empresas não usufruem, não entram na Lei do Bem, não utilizam a Lei do Bem? Bom, um dos motivos – já ouvi falar daqui – é a insegurança jurídica. Há uma insegurança se, com a inovação, amanhã, a empresa não pode ser autuada pela Receita porque aquilo era inovação e não é. Tem a questão, também, dos pesquisadores, que já foi falado. O pesquisador tem que ser exclusivo para P&D. Numa empresa, principalmente se ela não for muito grande, o pesquisador não é exclusivo, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também faz outras funções. Dificuldade com equipamento, que também tem que ser específico para a área. Ele não pode ser utilizado em outras áreas, mesmo depois de certo tempo. Se for utilizado, por exemplo, depois de dois anos – e a proposta do Deputado Lippi vai corrigir isso –, para a produção normal, a empresa é penalizada e tem de devolver todo o incentivo.

Então, pesquisando as empresas de um modo geral e perguntando quais são os motivos por que elas não utilizam a Lei do Bem, os motivos são a insegurança jurídica e a burocracia, com 38%.

Propostas para aperfeiçoamento. Na verdade, as propostas são muito semelhantes ao que foi falado. A primeira coisa é o lucro presumido. As empresas optantes pelo lucro têm de entrar. É uma grande injustiça.

Eu vou separar o lucro presumido do Simples, que é um negócio mais complicado. Lucro presumido, não. Você tem um lucro que é calculado de uma forma diferente. Esse lucro pode, perfeitamente bem, ser diminuído das despesas da Lei do Bem. Então, deixando o Simples de lado, eu concordo que talvez tenhamos que fazer uma coisa diferente, e também as indústrias do Simples gastam muito pouco em pesquisa e desenvolvimento, mas o lucro presumido, não. O lucro presumido tem um lucro efetivo; desse lucro efetivo, calculado, podem ser reduzidas as despesas em P&D, e é simples fazer isso, é uma legislação simples: olha, também as despesas podem ser retiradas do lucro que é presumido – é o lucro presumido –, e esse lucro presumido pode ser diminuído. Essa proposta geraria, em termos de dispêndio – não é muita coisa –, cerca de menos de R$500 milhões de arrecadação, 0,02%, R$460 milhões seria o cálculo que foi feito aqui pelo nosso departamento, e geraria um estímulo a 31% a mais nos dispêndios de P&D, pelo nosso cálculo. E, é lógico, haveria os encadeamentos, fenômenos importantes como o aumento de produtividade, maior qualificação, equipamentos mais sofisticados. O fato de a empresa entrar em P&D, na área de P&D, melhora muito as condições.

Então, eu diria que, também como foi falado pelo Deputado e pelos demais, se a empresa tem prejuízo num ano, ela pode utilizar isso nos anos subsequentes. Por que não? Já existe esse sistema na questão normal do prejuízo, quando a empresa tem lucro... Pode-se jogar... Por que não pode ser jogado no futuro? Isso é uma bobagem, isso devia ser possível. Está certo, pode estabelecer um prazo de cinco anos, seja o que for, mas é interessante que isso possa ser feito.

As máquinas e os equipamentos têm de ser 100% utilizados por P&D, mas, às vezes, passa um certo tempo e aquelas máquinas não servem mais para P&D e poderiam ser utilizadas em outro departamento da fábrica, mas não pode. E isso aí está errado. Nós devíamos ter uma condição, eu concordo, uma certa condição a partir da qual os equipamentos poderiam... Como na proposta do Deputado, dois anos eu acho perfeito.

E também o que o Deputado Lippi propõe sobre uma certidão negativa de débito, uma CND, por ano. A CND é uma burocracia dos diabos, está certo? Por isso que mudar de seis meses para um ano seria uma grande ajuda, e, de certa forma, você tem o controle. A burocracia para retirar uma CND é um negócio, muitas empresas... A minha empresa, que tem tudo correto, sempre só consegue a CND através da Justiça. Tanta confusão que existe para emitir uma CND por conta dos problemas jurídicos que existem.

Também precisamos considerar que não precisa ser pesquisador exclusivamente. Ele pode ter uma... Lógico, deve-se ter algum controle, mas poderia ser usado proporcionalmente. O pesquisador ficar parte do tempo em P&D e parte do tempo em outra área da empresa poderia ser considerado.

Também alguns benefícios dos pesquisadores, como, por exemplo: o auxílio-saúde. Hoje, você não pode mais usar, mas deveria poder, por que não? Faz parte do custo do pesquisador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também as atividades de coordenação para administrar isso, as estruturas...

Outra coisa, a empresa não pode fazer os ensaios e os testes internamente. Poderia, por que não? Essas empresas que têm um laboratório próprio capaz de fazer os testes, inclusive de outras empresas, não podem fazer hoje para a Lei do Bem, que é um fundo que precisaria ser consertado.

Outro detalhe, a questão de patente. A gente pede uma patente e demora alguns anos para obter; no Brasil, demora mais de cinco anos – seis, sete anos —, e você não pode esperar que a patente saia. Você tem um custo. Se for aceito o pedido para ser estudado, nesse prazo, deveria ser possível o lançamento. Acredito eu que isso incentivaria a busca por patentes, que é uma forma de garantir o resultado.

As áreas de patenteamento das empresas também poderiam fazer parte. Eu tenho lá uma estrutura para cuidar das patentes, que é um negócio complexo. Isso poderia ser colocado nas despesas de P&D para a Lei do Bem.

E também a questão dos grupos empresariais. Existe um problema aí. Nós acompanhamos algumas empresas grandes que tiveram problemas sérios na Receita pelo fato de terem P&D para as diversas áreas da empresa. Ora, isso não faz sentido, está certo? Então, só pode descontar a despesa naquela área que a empresa fez. Muitas vezes, a área que a empresa faz não é a área que dá lucro, é outra área que utilizou. Claro, teria que ter só um controle, para não contar em dobro, mas não é admissível que o P&D só possa ser usado na área daquela empresa, daquele grupo que fez o P&D para o grupo inteiro, está certo? Para a gente, lógico, deve-se evitar a duplicidade dos lançamentos, mas isso não é um negócio complicado demais de se fazer.

Então, eu acho fantástico, Deputado Vitor Lippi, o seu substituto. Concordamos integralmente com vários pontos que estão lá, a maioria deles, está certo? Tem mais alguns outros, mas concordamos com os que estão lá.

Então, o lucro presumido já falei, já fui enfático demais aqui. Não faz sentido, não é justo, não é razoável, não é um grande dispêndio, ao contrário do que se possa imaginar, e é facilmente calculável que tem um lucro. O Simples é indiferente, mas o lucro presumido não. Existe um lucro calculado, ele pode ser abatido, perfeitamente.

Apenas uma CND, que é uma questão de diminuir a burocracia, que é um dos fatores que evitam a utilização.

Permissão para transferência de máquina depois de dois anos.

E a questão da ressalva quanto aos especialistas externos.

Deputado, eu concordo plenamente, nós concordamos plenamente com esse posicionamento.

E, como nós estamos... Eu gastei... Acho que sobrou um tempinho aí, mas está tudo bem. Estamos aí.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Carlos Teixeira, pela apresentação. Parabéns pela apresentação. (*Palmas.*)

Agora, na sequência, eu já passo a palavra, diretamente, para o Israel Guratti, que é Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Israel, você tem a palavra, por dez minutos.

Obrigado.

O SR. ISRAEL GURATTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos aqui, como Abinee, o convite. Em nome do Presidente Humberto Barbato, agradecemos ao senhor, por esta oportunidade, e ao Deputado Vitor Lippi, Presidente da nossa frente parlamentar, a quem cumprimentamos. Nas pessoas de vocês, Senador e Deputado, cumprimentamos todos os colegas e apresentadores aqui nesta mesa.

Eu tenho uma apresentação bastante completa, em que eu vou focar alguns pontos, mas eu vou deixar um material para referência, para consulta posterior.

Nós temos aqui um vídeo que explica o nosso setor, falando que o setor elétrico e eletrônico é transversal aos setores da economia.

A nossa associação abrange toda a cadeia do complexo elétrico e eletrônico. Nós representamos 11 áreas setoriais, com aproximadamente 400 associados, em todo esse complexo elétrico e eletrônico, desde os equipamentos de infraestrutura, até aquilo que está nas mãos do consumidor final.

Temos escritórios no Brasil inteiro, destacando, em especial, o escritório do Nordeste, em Pernambuco, e de Porto Alegre, da Região Sul, que estão em centros tecnológicos, em centros de desenvolvimento de tecnologia. Os demais estão nas federações de indústria – inclusive em São Paulo, um escritório dentro da Fiesp, uma sede própria na Avenida Paulista, dando suporte aos associados.

Como representação institucional, destacamos a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Elétrica e Eletrônica, que colabora fortemente nas proposições legislativas e também em harmonia com o Poder Executivo.

A Presidência hoje é do Deputado Vitor Lippi, presente na mesa; a Vice-Presidência é do Senador Astronauta Marcos Pontes e do Deputado Marcos Pereira, que foi o Presidente na legislatura anterior.

Nós acompanhamos junto à CNI – a Gianna é uma parceira muito relevante nesse processo – toda agenda legislativa que afeta a indústria, em específico a nossa indústria, mas também as outras indústrias como usuários das soluções que o setor elétrico e eletrônico gera.

Nós temos um documento estatístico anual, do qual vou destacar alguns pontos, como, por exemplo, a grande importação de componentes eletrônicos e a queda no faturamento devido à crise de semicondutores que ocorreu de 2020 até 2022; alguns pontos de dificuldades, como conflitos geopolíticos, incertezas quanto a questões fiscais, queda de investimentos, inflação variante.

Tudo isso move a nossa indústria a investir em inovação para poder vencer essas dificuldades, que o nosso setor elencou nessa tela que está sendo apresentada, principalmente na questão dos semicondutores.

Aí, a questão de inovação, pesquisa e desenvolvimento se torna imperativa. Para ter semicondutores, uma indústria pujante de base tecnológica que vá fornecer componentes e insumos para as outras bases, nós precisamos de uma indústria forte.

Aqui é uma pesquisa que nós fazemos com um percentual de empresas que relataram dificuldades na aquisição de matérias-primas, chegando, de janeiro a maio de 2023, apenas a 5%; e, na última sondagem do nosso setor, em maio de 2023, não foram relatadas dificuldades de abastecimento de matérias-primas, ao passo que, de semicondutores, aproximadamente metade das empresas não vê uma previsão de normalidade em um curto prazo.

Nós temos também, aqui, um alto valor de importação de componentes semicondutores, notadamente semicondutores para equipamentos eletrônicos e módulos fotovoltaicos, somando aproximadamente US$12 bilhões. Isso mostra que a nossa indústria brasileira está fortemente dependente de fornecimentos externos, como o saldo negativo da nossa balança comercial mostra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A origem dessas importações, 75% aproximadamente são da Ásia, sendo que 50% são só da China. Então, estamos também fortemente dependentes de componentes para a indústria que nós temos no Brasil.

Apesar da variação da produção física – que eu vou mostrar em uma tela mais à frente, a produção física do setor está caindo –, estão sendo mantidos os empregos de dezembro de 2022 a janeiro de 2023, empregos de qualidade sendo mantidos em nossa indústria mesmo com as crises, a diminuição de mercado interno e a utilização da capacidade instalada caindo. O nosso setor continua mantendo empregos, mesmo com o cenário econômico não muito favorável.

Esse número foi divulgado ontem pelo IBGE. A produção física da indústria eletroeletrônica caiu 10,8% de janeiro a junho de 2023 em relação a janeiro a junho de 2022. Então nós vemos aqui uma grande queda na produção do nosso setor, e isso, segundo a nossa proposta, pode ser revertido com investimentos em inovação, notadamente o fomento à Lei do Bem como instrumento horizontal para alavancar outros setores industriais que vão consumir produtos do setor eletroeletrônico.

Nessa tela, a demonstração de que o índice de confiança do empresário industrial do setor está no limiar da falta de confiança. Esse gráfico mostra: de 50 acima, confiança; abaixo, falta de confiança. Estamos já há algum tempo no limiar da falta de confiança do empresário do setor frente ao mercado e frente à dificuldade de investimento e de inovações.

Para o ano 2023, prevemos crescimento zero em componentes eletrônicos; decréscimo nas áreas que entregam inovações ao consumidor final, como a área de informática e a área de telecomunicações, o que resulta em crescimento zero ou estabilidade do faturamento do nosso setor em 2023 após um grande período, de 2020 a 2022, de crescimento de faturamento, pela pandemia e pela necessidade das pessoas de se conectarem via sistemas eletrônicos.

Aqui nós vemos, nessa projeção, o mercado de PCs e *tablets* caindo, o que quer dizer menos equipamentos novos no mercado. O mercado oficial de telefones celulares teve uma pequena queda – menos conectividade nas mãos das pessoas –, e esse cenário só pode ser revertido pelo investimento em inovação.

Nós temos aqui, na Abinee, uma iniciativa de apoio à inovação muito importante, que é o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Complexo Eletroeletrônico (IPD Eletron). Hoje nós temos 37 institutos associados – todas essas marcas aqui na tela.

Vou passar rapidamente para mostrar a distribuição desses institutos no Brasil, no país. Nós vemos que tem uma grande quantidade de institutos na Região Nordeste, na Região Norte, na Centro-Oeste também, o que promove o desenvolvimento regional, muito motivado pela Lei de Informática. Muitos dos institutos em todo o Brasil, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são fomentados pelo investimento obrigatório da Lei de Informática como contrapartida do crédito financeiro que as empresas recebem, e isso se tem mostrado muito importante para o desenvolvimento tecnológico e para o desenvolvimento da economia nessas regiões.

Hoje o nosso IPD Eletron atua como catalizador de demandas das empresas de todos os portes, sejam fabricantes nacionais, multinacionais, empresas *startups* de base tecnológica, junto com universidades, institutos, centros de pesquisa, direcionando as demandas ao Governo.

Algumas ações de inovação específicas que a nossa entidade, a Abinee, junto com o IPD Eletron conduzem: pesquisa em desenvolvimento na Lei de Informática, hoje o principal instrumento do setor; especificamente a política de semicondutores, o Padis, programa que o Deputado Vitor Lippi conhece bem, está empenhado na modernização, na aprovação da medida provisória para estimular a produção de semicondutores no país, muito motivado pelo projeto do Ministério do Desenvolvimento Made in

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brazil Integrado; a Lei do Bem, investimento importantíssimo para o nosso setor, porque permite inovação complementar à Lei de Informática – as empresas que não participam da Lei de Informática utilizam a Lei do Bem e as empresas que utilizam a Lei de Informática também podem utilizar a Lei do Bem em caráter complementar –; ações como o Prominp, para a indústria de petróleo e gás; ações do Rota 2030, na indústria automotiva, que hoje tem muitos componentes eletrônicos e sistemas embarcados desenvolvidos pelo setor; e o P&D da Aneel, para o fomento do setor de energia elétrica. Nós fazemos uma pesquisa com os ICTs privados associados ao IPD Eletron. Tem aqui um número de mais de 2 mil projetos desenvolvidos com várias fontes de recursos, incluindo Lei do Bem. Temos um faturamento total nos ICTs privados associados de R$3 bilhões e um número de recursos humanos de alta qualificação nos institutos, promovendo ciência, tecnologia e inovação.

Sobre a Lei do Bem, a proposta que nós temos, frente a todo esse cenário de desenvolvimento do setor e tendo a experiência da Lei de Informática – o que já foi comentado tanto pela Gianna quanto pelo Cosmo e pelo Antonio Carlos –, é que a questão dos investimentos em PD&I seja aproveitada nos exercícios posteriores. Muitas empresas relatam prejuízo num ano, perdem investimento. Conforme o Deputado Vitor Lippi disse, a empresa é penalizada duas vezes. Então esse é, no nosso setor, um ajuste fundamental na lei.

Outro ajuste fundamental é a possibilidade de aproveitamento dos dispêndios, desvinculando o fomento à inovação da lucratividade da empresa. Muitas empresas internacionais remetem lucros ao exterior e não registram lucros no Brasil, mas investem em inovação. Então essa previsão legal precisaria ser ajustada para o funcionamento da Lei do Bem. Outras propostas são a dedução de 100% sobre os gastos com RH interno ou contratados com as ICTs públicas e privadas.

Os institutos associados ao IPD Eletron desenvolvem tecnologia para as empresas. Por que não aproveitar recursos da Lei do Bem para fazer desenvolvimento em arranjos colaborativos? Não só a empresa desenvolve, mas o instituto em colaboração desenvolve e isso pode ser fomentado pelo ajuste na Lei do Bem.

Nós temos algumas outras sugestões, que vou deixar aqui na apresentação, de caráter operacional e ajustes necessários à lei, de caráter mais técnico, porque aí nós convidamos o MCTI a avaliar com atenção para viabilizar esses ajustes na lei. Uma proposta importante nossa é que na Lei de Informática há previsão de investimentos em *startups* via Fundos de Investimentos em Participações. Seria um modelo muito interessante que a Lei do Bem poderia aproveitar e viabilizar um modelo de investimento semelhante.

Essas são as propostas e a apresentação da nossa entidade.

Mais uma vez agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes, ao Deputado Vitor Lippi, pela oportunidade, e cumprimento os apresentadores por esta ocasião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Israel, pela apresentação.

Daqui a pouco a gente entra na fase de perguntas desta última rodada.

Eu passo diretamente a palavra agora para o Hugo, que é o Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais.

Hugo, você tem os dez minutos.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Perfeito.

Cumprimento o Senador Marcos Pontes; o Senador Izalci, meu amigo, que participa de vários eventos e iniciativas com a Brasil Startups; o Senador Mauro Carvalho; o Senador Laércio; o Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vitor Lippi, a quem cumprimento aqui na mesa; e todos os colegas que compõem a mesa. Gostaria de honrar a equipe aí do Senador Marcos Pontes, que sempre nos assiste e nos apoia; os consultores da CCT; em especial o público que nos assiste e as *startups*.

Nós somos a Brasil Startups. O que nós fazemos? Nós promovemos eventos, conectamos nossos associados a fundos de investimento e aceleradoras e promovemos ações de aproximação entre governo e essas grandes empresas.

Quem faz parte da nossa rede? Nossa rede é feita por parceiros e formada de entidades do governo, grandes empresas, fundos de investimento, espaços de *coworking*, aceleradoras e incubadoras, além de contar com diversos empreendedores qualificados em vários momentos de maturidade.

Posicionamo-nos como *hub* de empreendedorismo. Eu penso que para efetivação da lei, depois aí de 18 anos de existência, creio que essas conexões são fundamentais para que nós possamos tracionar a Lei do Bem aí nos próximos anos.

A nossa missão é inspirar, apoiar e capacitar o ecossistema de *startups*, orientando-os à internacionalização. A gente pensa que o Brasil é um país tão grande, que às vezes os empreendedores se acomodam em fazer negócios localmente. E quando a gente pensa em inovação, a gente não tem barreira geográfica para limitar esse tipo de coisa. Então, a nossa instituição fomenta esse tipo de coisa.

Falo da Lei do Bem, a Lei 11.196, de 2005. Aí tem a definição da lei, mas para o ambiente de *startup*, para as *startups*, a gente enxerga uma oportunidade de cocriar novos modelos de negócio e com certeza gerar novos empregos. Nós entendemos que o *ticket* de remuneração tanto da área de pesquisa como desses empreendedores, *startups*, seria algo para ser fomentado através dessa lei.

Aí a gente tem a quantidade de empresas hoje que são beneficiadas pela Lei do Bem. Essa é uma informação do próprio ministério. A gente tem 3.012 empresas ligadas a lucro real. E eu consegui pegar um recorte da informação mais próxima que eu encontrei, em 2012, em que a gente vê aí que empresas de lucro real são 151 mil.

Então, a gente tem ainda um potencial muito grande para ser explorado e para aumentar esses recursos de investimento em P&D. Eu me lembro muito bem, como pesquisador do CNPq, em uma apresentação interna para esses pesquisadores, existia uma indagação.

Quando a gente vê o comparativo de investimento em P&D no mundo, a gente vê meio que uma balança invertida. Você tem mais investimento privado do que investimento público, mas aqui no Brasil, ainda assim, a gente tem mais investimento público do que privado. E a gente precisa ajustar essas leis para mudar esse contexto, favorecendo com que as empresas também pensem em inovação, fomentem inovação, criem inovação.

E quando a gente vê o público que é empregado, que é absorvido pela Lei do Bem – em torno de 31 mil profissionais, sejam eles doutores, mestres, pós-graduados, graduados, tecnólogos –, a gente vê que essa lei também possibilita a empregabilidade de muitas pessoas. Eu vejo que, se a gente aumentar esse percentual de empresas que são beneficiadas pela lei, a gente consegue também gerar mais empregos.

A nossa proposta aqui da Brasil Startups... A gente trouxe uma imagem aqui meio cômica, mas ela traz o quê? Empresas de lucro real. São empresas que muitas vezes são muito engessadas. Elas têm uma governança muito pesada, e a *startup* é uma empresa que consegue se conectar facilmente com essas indústrias.

Dentro do ambiente de governança, alguns assuntos são difíceis de ser tratados, mas se você cria um ambiente próximo, orbitando essas empresas, você facilita que essas inovações surjam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o fomento às *startups*, o impulsionamento das *startups* dentro desse *framework* da Lei do Bem, eu creio que seja uma alternativa inteligente para a alavancagem das inovações aqui no país.

Existe esse risco jurídico, e a gente, na Brasil Startups, criou um acordo de cooperação técnica com a Abipti, que é a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação, e a nossa proposta era fomentar um documento jurídico que viabilizasse ou minimizasse esse risco jurídico, de tal forma que a indústria, ao investir em P&D, também entendesse que aquela propriedade intelectual pudesse, através de uma *joint venture*, ser compartilhada entre a *startup* e a indústria.

Assim, a gente tem um ator, que é esse *jet ski*, essa *startup*, que pode, por exemplo, propor, ativar e aguçar dentro da indústria – porque ela está absorvida com o dia a dia, com os paradigmas dela – propostas de inovar. A gente cria uma possibilidade de conversa para que essas coisas ocorram.

Eu encerro aqui, porém eu anotei mais uns artigos. Não os coloquei na apresentação, mas eu queria citá-los.

O art. 17, sobre a dedução dos dispêndios mesmo em caso de não haver lucratividade da empresa. Todos aqui ressaltaram esse tema, eu só estou reforçando.

A depreciação total das máquinas, ao invés de 50%, ser de 100% – possibilitar que haja essa alteração.

Parafraseando Lavoisier – nada se cria, tudo se transforma –, a gente pega o inciso II, que é a aplicação dos dispêndios em fundos de investimento, contemplando as aplicações existentes. Assim, propomos mencionar o marco legal de *startups*, citando ou conectando o art. 9, que diz sobre fundos de investimento, FIPs, e também os fundos *endowments*.

Então por que a gente não canaliza essas propostas? Em alusão ao Sirius, o acelerador de partículas, por que a gente não acelera essas coisas, conectando esses núcleos, essas leis? Porque elas poderiam conversar, elas poderiam se conectar.

Lá tem uma proposta, mas às vezes a gente está criando outra, e se a gente cita uma na outra, a gente potencializa as coisas. É uma fusão nuclear para todas essas propostas. Gerar segurança jurídica para que a inovação seja compartilhada entre a indústria e as *startups*, esse é o nosso pleito.

E no art. 19, aumento das compensações de dispêndio, conectando o número de pesquisadores e empregados, ou seja, quanto mais você emprega, quanto mais você atrai pesquisadores para os seus projetos, você aumenta também o seu benefício.

O investimento em programas e em editais ou concursos destinados a financiamento, aceleração e escalabilidade em *startups,* que está no marco legal de *startups*. Aqui também, com o Senador Marcos Pontes, a gente tratou sobre esse tema, porque lá diz que obrigatoriamente é somente para organizações públicas, e o nosso pleito é que organizações privadas também possam promover esses programas de inovação aberta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO GIALLANZA – E trazendo essa conectividade, a gente possibilita que esses recursos sejam também aplicados nesses programas de aceleração, de *scouting*, de *screening* de *startups*.

Fomentar, junto com eventos como o Congresso Internacional de Inovação da Indústria, como alternativa para aproximar a indústria às *startups* e pesquisadores, mas principalmente ao capital para P&D. Então eu vejo que tem um distanciamento de contadores desse entendimento. O empresário está num *loop,* ele não consegue perceber essas coisas. Talvez teria que ter um evangelista disso. Talvez trazer esses eventos de contabilidade e propagar isso, fazer com que esses contadores falem assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"olha, vamos fazer um café da manhã aqui na contabilidade. Eu tenho 500 empresas, e eu vou falar sobre a Lei do Bem. Eu vou explicar para vocês como é que isso ocorre."

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO GIALLANZA – E num evento também, promovido pela indústria, trazer esses atores para conversar, como uma forma de potencializar isso. Essa insegurança jurídica pode ser diminuída na conversa, promovendo essas conexões.

E é isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Bruno.

Antes de passar às perguntas, eu vou passar a palavra rapidamente para a Gianna, que tinha um comentário anterior.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Hugo, gostei muito das suas sugestões. Estava até falando com a Débora, a Débora Carvalho, da minha equipe, que é ponto focal para marco regulatório, para a gente conversar especificamente. Eu acho que você deu umas sugestões bem disruptivas aqui. A gente pode fazer os estudos e propor juntos.

Eu queria ter falado antes, mas acho que foi até melhor falar agora, porque essa discussão é tão relevante para o setor empresarial, que eu acho que a gente poderia até tentar ter uma meta de quando a gente poderia anunciar finalmente a aprovação da nova lei.

E o principal evento da CNI é o 10º Congresso Internacional de Inovação da Indústria, que o Hugo citou. Então a ideia aqui seria primeiro convidar todos e todas para participar do congresso. Vocês estão recebendo convites formais.

É um congresso muito denso tecnicamente. São muitos especialistas do Brasil, do exterior. Inclusive, este ano, faremos o lançamento mundial do Global Innovation Index, no congresso, com a participação da equipe da WIPO, da Ompi (Organização Mundial da Propriedade Intelectual).

A Ministra Luciana está convidando, junto com o Daren Tang, que é o Diretor-Geral da Wipo, ministros de ciência, tecnologia e inovação de outros países, que também participarão.

Então, fica aqui o convite às pequenas, médias empresas e *startups*.

As inscrições são gratuitas e estão abertas. Só para vocês terem uma ideia, a gente já deve estar por volta aí de 3,5 mil empresas inscritas, mas a gente pode receber muito mais e o *link* é congressodeinovacao.com.br.

E eu acho que, como é a primeira vez que a CNI vai fazer esse congresso internacional, porque a gente quer divulgar uma imagem de um país inovador para o mundo, seria muito bacana se a gente pudesse anunciar essa nova lei aprimorada, para estimular ainda mais os investimentos privados em inovação, porque o desafio – conversando aqui com a sua fala, José Afonso – é que, de fato, as empresas... A gente precisa, talvez, propor instrumentos inteligentes que vão alavancar mais investimentos privados, pela dificuldade que é fazer inovação. É alto risco, é um investimento de longo prazo.

Então, acho que seria uma ocasião muito bacana, se for possível.

Fica aqui o desafio para todos nós de encaminhar dessa forma.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Gianna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, nós passamos, agora, ao bloco de perguntas e discussões aqui desse segundo bloco de apresentações.

Nós tivemos a apresentação do Carlos Teixeira, da Fiesp, depois, a apresentação do Israel, da Abinee, do Hugo, da parte de *startups*.

Então, eu tenho... Só para relembrar aqui algumas das perguntas que já foram enviadas pelo e-Cidadania, eu vou trazer novamente as perguntas para os nossos apresentadores para – aqueles que estiverem disponíveis, vamos dizer, que acharem que podem responder às perguntas –, por favor, se habilitarem para cada uma delas.

A Carla Miguel, de Minas Gerais, colocou aqui: "Em que medida a nova legislação poderá ser aplicada [...] [a empresas para estimular os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação]?".

Eu acho que essa mais se aplica ao José. O José Afonso está diretamente ligado a isso.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, como eu comentei, a forma de aplicação às empresas é bastante simples, porque não exige o cadastro prévio. Exige, simplesmente, a declaração no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de que a empresa realizou pesquisa e desenvolvimento. Ela coloca lá o valor. Vai ter, então, deduzido da base de cálculo, o valor aplicado em P&D. E aí, no ano seguinte, ela declara ao ministério os projetos que realizou de P&D e o ministério vai fazer essa análise sobre se realmente é P&D.

O formato que o ministério usa hoje, Senador, é o formato de apoio técnico. Nós chamamos lá ao ministério, em algumas semanas durante o ano, pesquisadores dos programas de pós-graduação mais bem avaliados pela Capes, até porque nós não temos toda essa especialização dentro do Ministério. A gente brinca que a Lei do Bem trata de obra de arte a nave espacial e, então, não tem esses especialistas lá em todos esses temas.

E aí a gente convoca, então, esses consultores, normalmente, são professores universitários e, aí, eles trabalham com a gente lá para fazer essa análise. O que realmente diminuiu esse *backlog* de projetos que a gente tinha foi a realização de vários desses eventos. No ano passado, nós realizamos oito eventos de apoio técnico; neste ano, nós vamos realizar cinco ou seis, até o final do ano, para dar esse total aí de 70 mil projetos analisados nos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Com isso, acho que já respondeu também aqui as perguntas da Bruna Taisa, do Paraná, e da Vivian Agnes, da Bahia, que eram sobre quem poderá usar os benefícios da Lei do Bem. Isso foi muito já tratado aqui com relação às empresas de lucro real, que, por enquanto, estão nesse tratamento; e sobre como solicitá-los. Você acabou de responder como solicitá-los.

A Vivian Agnes também falou com relação à integração das instituições de ensino superior com potencial. Também...

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – Sobre isso... Desculpa interromper, Senador, mas sobre isso eu queria só comentar que o art. 18, quando ele entra na possibilidade de utilização de micros e pequenas empresas, ele também considera a execução do P&D por instituições científicas e tecnológicas, por ICTs, por universidades. Então, também as empresas podem realizar o P&D delas por meio da contratação desse pessoal para a realização do P&D. Então, também para promover, exatamente, essa integração e ICT/empresa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

E também a Layra Lima, de Pernambuco, fala sobre essa integração com pesquisadores das universidades, ou seja, também está dentro desse contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR – É, eu tinha anotado aqui sobre a possibilidade de bolsas, de inclusão de mestres e doutores. Na verdade, a lei vai até além, não é? Ela promove a contratação efetiva desses especialistas; ela promove exatamente a geração desses empregos qualificados, de pesquisadores qualificados.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

A Luana tinha perguntado a respeito de como a Lei do Bem beneficia as empresas em questões tributárias e também qual o incentivo aos pesquisadores. Está tudo, de certa forma, conectado. Acho que as apresentações cobriram bastante dessas perguntas.

A Lindi Sousa faz um comentário de que "seria muito proveitoso viabilizar bolsas (..) de iniciação científica e incentivar empresas universitárias juniores por meio da lei". Pode ser uma questão para a gente pensar aqui nessa área aqui.

O Guilherme Salvador, do Espírito Santo: "Precisamos de políticas públicas para a inserção de mestres e doutores para além de universidades..." Também é um comentário integrado com isso.

E o Marcus Felippe, de São Paulo, comenta que se deve "incentivar a pesquisa, desenvolvimento e inovação com focos em bioeconomia, bioenergia, setores estratégicos para a mitigação... " Isso eu lembro que, durante a sua apresentação, você também falou sobre a possibilidade desse direcionamento, vamos dizer assim, com o aumento de benefícios para diversas áreas, o que também é um outro ponto aqui para ser analisado.

Quero deixar aqui contigo também.

Chegaram mais algumas perguntas através do e-Cidadania, como a da Isabelle Toledo, de São Paulo: "Quais estratégias de aliança com universidades e pesquisadores (...) da área?"

Você vê que alguns temas são bastante repetidos. Então, essa interligação, realmente, com o setor acadêmico e a transição de pesquisadores é importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Exatamente isso.

A Lizianny Oliveira, do Distrito Federal: "Como tornar mais clara, abrangente e popular essa ideia [...] algumas empresas que investem no tema [podem] desconhecem da lei".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Eu acredito que a melhor divulgação será a gente ter a nova, ter a revisão, o aprimoramento da Lei do Bem, porque várias empresas – a gente dialoga muito com elas sobre esse instrumento e outros – nos relatam as dificuldades que elas têm, toda natureza de dificuldades, desde, do ponto de vista delas, às vezes, a demora da análise, de elas terem uma insegurança jurídica e tal. Então, na medida em que a gente tenha uma Lei do Bem que responda mais rapidamente às necessidades que as empresas têm de inovar e fazendo essa articulação com a academia, com os ICTs, estimulando a inovação aberta, eu acredito que essa vai ser a grande divulgação; porque que empresa que vai deixar de inovar se ela puder ter um instrumento moderno que vai torná-la mais competitiva?

Mas nós, da nossa parte, procuramos, sim, divulgar. Inclusive, nós temos o MEI Tools, que eu convido quem estiver nos ouvindo a consultar. Ele traz todos os instrumentos que existem no Brasil para inovar, são instrumentos de mais de cem instituições no Brasil. É como se fosse um cinto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ferramentas para as empresas de todos os portos e setores inovarem. E é claro que a Lei do Bem é um dos instrumentos mais importantes que estão no MEI Tools.

Então, quem fizer esse roteirinho pode utilizar o MEI Tools, porque ele é público, está disponível em nosso *site* e eu tenho certeza de que vai ajudar bastante as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Aqui, a próxima pergunta, que eu achei interessante também, da Ariadne Nascimento, de São Paulo: "Como aperfeiçoar a lei quando o investimento em pesquisa nas universidades tem ficado cada vez menor?"

Esse é ponto importante. Até quero fazer alguns comentários aqui sobre isso, porque essa conexão entre a pesquisa básica nas universidades, onde grande parte da pesquisa se concentra – as pesquisas básicas –, ela precisa, como eu falava muito lá no ministério, transformar esse conhecimento todo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... é importante que ele se materialize, em *startups*, e novos produtos, novos empregos, nota fiscal, e eu acho que justamente ferramentas como essa lei, como a Lei de Informática e outras, e também uma boa vontade, eu diria, uma predisposição das universidades em trabalhar com o setor privado também no Brasil, o que é uma coisa que a gente observa muito nos outros países, uma universidade muito integrada com o setor privado. Eu acho que isso precisa ser incentivado aqui pelas próprias universidades para abrir essa ideia, esse campo e começar a trabalhar mais com a utilização desse conhecimento para a produção de novos produtos e dentro de diversos setores, principalmente com tecnologia.

Então, acho que é dessa forma. Uma vez que a gente tenha uma lei efetiva – a gente vê a alavancagem dessa lei de 1 para 4,6 – sem dúvida nenhuma isso pode ajudar porque vão ser também recursos empregados dentro das universidades pelas empresas.

Pois não.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – O novo marco de ciência, tecnologia e inovação removeu qualquer impedimento que existia entre uma maior articulação entre universidade e empresa. Então, desde a sua instituição, não existe nenhum impedimento legal para que exista essa maior articulação entre as universidades e empresas.

Na nossa visão, a gente precisa desenvolver uma cultura, como a gente vê nos países mais inovadores, em que existe uma maior colaboração entre o setor empresarial e a academia, dos dois lados. Mas eu acho que, quanto mais a gente conversar, falar sobre isso e estimular, induzir, mais rápido a gente vai atingir esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Aliás, só uma mensagem para quem está no remoto aí também, para o Israel e o Cássio, que, se quiserem participar, é só acusar aí para participar das discussões aqui.

Sobre uma pergunta da Michelle Ramos, do Rio de Janeiro: "De que forma o projeto pode tornar os processos e critérios para a obtenção de incentivos fiscais da Lei do Bem mais claros?", novamente é a parte de divulgação, que acho que o José Afonso também já comentou aqui.

De Wesley Henrique, de São Paulo, perguntando: "Isso é primordial para o crescimento do Brasil?" Eu vou deixar para o Vitor responder, porque fez parte da sua apresentação o quão importante é isso.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para expor.) – Sim. Viu, Wesley, isso é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muita gente, como foi dito aqui, fala: "Ah, mas ciência e tecnologia no fim vai trazer desemprego." Não, o mundo chegou até aqui por conta da ciência, tecnologia e inovação e não acabou o emprego. O que vai haver, é natural, é uma mudança do tipo do emprego.

Nós estamos agora no século digital. Isso significa que tudo vai ser cada vez mais digital. Nós vamos usar cada vez mais tecnologias digitais. E é natural que os trabalhadores do futuro e do presente vão ter que se qualificar para viver nessa era digital. E a ciência e a tecnologia são hoje essencial. Os países que mais se desenvolveram no mundo, que mais tiveram prosperidade e que hoje têm melhores condições de vida, que têm menos desigualdade, foram aqueles que trabalharam na qualidade da educação e investiram em ciência, tecnologia e inovação. E não existe nenhuma outra fórmula de fazer isso.

Então eu diria que ciência, tecnologia e inovação são essenciais. Mas entre a ciência, a tecnologia e a inovação, o paradigma que nós temos que quebrar é de que a ciência é a base, mas o ideal é quando essa ciência se transforma em tecnologia e inovação, ou seja, ela se transforma em produto econômico ou social: que ela gere emprego, que ela traga soluções para a sociedade e que isso efetivamente gere riqueza e gere oportunidades para o Brasil se desenvolver.

Então, quando você incentiva uma indústria ou uma empresa, ela vai buscar dentro da universidade um parceiro. Que bom! Isso significa que nós estamos fazendo parcerias, num conceito que a gente chama hoje de tríplice hélice. O que é isso? É quando o governo se junta com universidades, centros de pesquisa e junto com as empresas. Quando os três estão trabalhando juntos, a gente tem o melhor resultado. A gente consegue mais rapidamente chegar ao resultado final da pesquisa que é a inovação em si. A inovação, volto a dizer, não é só produto econômico; ela é produto social também. Tem muita coisa que é tecnologia social.

Enfim, nós estamos no caminho certo. Isso aqui é essencial. É uma forma inteligente de fazer as coisas caminharem muito rapidamente, pautadas pela necessidade que a sociedade tem, que as empresas têm. E quanto mais as nossas empresas inovarem, mais elas vão crescer e gerar emprego. E se as nossas empresas não se inovarem, o que vai acontecer é que elas vão fechar, porque, lá na Coreia, no Japão, no Canadá, na Alemanha, eles estão investindo muito em tecnologia e inovação.

Então, o risco que a gente tem é que, se a gente não fizer isso aqui muito intensamente, nós vamos ter fechamento de empresa e de indústria no Brasil, desemprego e empobrecimento do nosso país. Então, isso é absolutamente estratégico e fundamental para o futuro do nosso país, em especial para gerar mais empregos de que a população precisa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Deputado.

E a pergunta aqui do Tiemi Takahashi, do Paraná – ele fala a respeito da Lei do Bem –: "A lei do bem avalia também os impactos ambientais das novas tecnologias desenvolvidas?".

Lendo essa pergunta, o que me passou aqui na cabeça foi justamente quando o Hugo falou da necessidade de inter-relação e conexão entre as diversas leis, e isso faz um sentido muito interessante. Então, também é o momento de a gente dar uma revisada geral, alinhá-las todas e trazer uma interferência sinérgica, vamos dizer assim, positiva entre elas. Isso é muito importante.

Especificamente, com relação à proposta que existe na Lei do Bem, eu acredito que não exista nenhum mecanismo a pensar diretamente com relação a impactos ambientais dos produtos.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Exatamente por essa transversalidade dela, mas pode ter um incentivo adicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pode ter um incentivo adicional. Isso é interessante. Por isso, eu fiz aqui uma anotação com relação a isso.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (*Fora do microfone.*) – Se for essa a inovação.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para expor.) – Eu vou pedir licença para vocês, porque eu tenho uma outra agenda para a qual eu já estou atrasado uma hora e meia. Aqui no Parlamento, para quem está nos ouvindo ou nos assistindo – viu, Gianna? –, é um grande desafio, porque é muita coisa importante acontecendo ao mesmo tempo.

E eu fico muito feliz de estar aqui. Contem com a gente.

A gente sabe a importância desse tema, e eu não tenho nenhuma dúvida de que esse é um caminho correto para o Brasil dar certo e voltar a ser um dos países que mais cresce no mundo. O Brasil, infelizmente, ficou para trás nessa corrida, mas ele pode se recuperar, e esse é um caminho absolutamente essencial. Sem essa agenda, nós não vamos ter um futuro melhor do que a gente tem hoje.

Temos que fazer a reforma tributária também, melhorar a educação básica e o ensino médio, qualificar mais a nossa população, mas, entre esses temas absolutamente essenciais do Brasil, sem dúvida, a tecnologia e a inovação estão entre as grandes prioridades do Brasil.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade.

Ministro, muito obrigado.

Contem com a nossa parceria que sempre existiu e vai continuar existindo, porque esses temas são fundamentais para o nosso país.

Muito obrigado a todos que estão aqui.

Parabéns aos palestrantes! Muito obrigado pelas grandes contribuições. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Deputado Vitor Lippi, sempre aqui. Estamos juntos nessa luta.

A última questão aqui da Clara Amorim: "Haverá alguma restrição às áreas de conhecimento contempladas pela Lei do Bem ou todos os cursos poderão ser beneficiados?". Eu acho que está dentro do setor.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – O caráter da Lei do Bem é exatamente esse de transversalidade, qualquer coisa, desde que tenha esse caráter de inovação – e aí existem os manuais internacionais que definem o que é inovação, como se caracteriza determinado produto ou processo como inovador –, mas a Lei do Bem se aplica a tudo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E apenas, só para encerrar, um comentário do Valdir Spaniol, de Minas Gerais: "A pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, inovações [...] são sempre muito importantes".

São 14h06.

Eu acho que a nossa sessão progrediu de forma muito produtiva.

Eu gostaria de aproveitar esses momentos finais aqui para agradecer, agradecer a contribuição de cada um dos nossos palestrantes, agradecer ao José Afonso Cosmo Júnior, Coordenador-Geral de Mecanismo de Apoio à Inovação, da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Obrigado, José, conte sempre conosco aqui. Eu tenho um carinho, obviamente, muito grande lá pelo MCTI, então, a gente está aqui para ajudar a desenvolver mais ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Vitor Lippi, acabou de nos deixar, o Deputado Federal, que trouxe uma contribuição muito interessante do ponto de vista de alguém que tem trabalhado há bastante tempo nesse setor.

Aliás, tenho uma história interessante. Eu estava com ele lá em Barcelona, naquele Congresso Mundial de Mobilidade, de *mobiles*, de celulares. E, eu estava, naquela época, com o ouvido inflamado, infeccionado. Eu estava tomando tipo um Cataflan, alguma coisa assim, simples, e aí ele falou assim para mim: "Pô, eu tenho um antibiótico. Por que você não toma um antibiótico para isso?". E eu pensando assim comigo: "Não, engenheiro não toma – eu pensando comigo – remédio assim de qualquer forma". Eu achava que, tanto que ele conhece da parte de engenharia, da parte do setor, ele era engenheiro. Aí passou um dia, dois, no último dia lá, ele falou: "Você tem certeza de que você não quer?". Eu falei: "Pô, tudo bem". Ele falou: "Médico sempre anda com um monte de antibiótico. Eu posso te receitar isso aqui e eu tenho o remédio aqui". "Pô, você é médico?". "Eu sou.". (*Risos.*)

A partir daí, então, eu tomei o remédio e melhorou. Para você ver, eu fiquei dois dias lá com isso na cabeça.

Quero agradecer à Gianna Sagazio também, sempre em um contato muito grande aqui conosco, do tempo do ministério e agora também. É uma lutadora nesse setor, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria. Obrigado pela participação, um abraço a todos lá da CNI também.

Ao Antonio Carlos Teixeira Álvares, conosco ali, Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, que participou remotamente. Então, obrigado ao Carlos Teixeira.

Ao Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Obrigado, Israel, e, com certeza, foi muito produtivo ter essas informações todas. Nós vamos condensar essas informações nos projetos de lei que estão em tramitação aqui agora. Eu sou o Relator de alguns deles também.

Ao Hugo Giallanza, Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais. Hugo, novamente, está sempre conosco aqui também. É muito importante, aliás, essa conexão entre os diversos marcos, são importantíssimos para que a gente consiga ter mais sinergia em todo esse processo.

Muito obrigado a todos.

Eu deixo a palavra aberta aos nossos palestrantes, se alguém quiser para algum comentário final, por favor, sinta-se à vontade.

O SR. JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR (Para expor.) – Senador, por fim, só quero deixar a mensagem da Ministra Luciana Santos, de que o ministério está aberto a contribuir com o Parlamento nas discussões, está à disposição para informar a sociedade sobre os programas, sobre os projetos.

E, especificamente aqui, no caso da Lei do Bem, a gente tem percorrido o país em eventos e tudo. A gente fica à disposição também pelos canais que eu coloquei para qualquer dúvida, para qualquer contribuição que a gente possa dar.

Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, José Afonso.

Gianna, por favor.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Eu gostaria de, em nome da CNI, do meu Presidente Robson Braga de Andrade, agradecer por essa oportunidade e também por todo o trabalho que o senhor vem desempenhando nessa área de ciência e tecnologia e também dizer que pode sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contar conosco, porque é fundamental essa articulação do Governo, do Executivo, do Legislativo, do setor empresarial, da academia. Sem isso a gente não vai conseguir avançar. Então, essa articulação é muito importante. A gente agradece.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Gianna.

Hugo.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Também queria agradecer ao Senador a oportunidade de estar aqui com todos vocês, agradecer também a audiência que nos assiste e todos os empreendedores que acompanharam o nosso debate e convidar vocês para 14 de dezembro, quando a Brasil Startups vai realizar o Brasil Startups Awards, que é uma condecoração, um reconhecimento de atores do ecossistema *startup*, inclusive Parlamentares. A gente tem uma inteligência que acompanha as notas taquigráficas da Câmara e do Senado, e a gente identifica, baseado em dados, quem são os atores que mais contribuem ou mais mencionam os temas de *startups*.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Hugo.

Antonio Carlos, as considerações finais, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS TEIXEIRA ÁLVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer por ter participado, foi muito importante. Foi muito interessante ver também a grande similaridade das proposições.

Quero dizer que a Fiesp está à disposição, o setor técnico da Fiesp está à disposição. Nós temos um departamento que faz pesquisa com bastante intensidade aqui em São Paulo, mas a gente tem uma visão geral e estamos à disposição para o que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Carlos.

Passo palavra para o Israel Guratti, para as considerações finais. Por favor.

O SR. ISRAEL GURATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Mais uma vez agradecemos a oportunidade, em nome da Abinee e do Presidente Humberto Barbato, de estar aqui e expor as ações que a Abinee/IPD Eletron vem fazendo, e lembrar que hoje, no nosso setor, muita pesquisa é feita em ambiente colaborativo com grupos no exterior e com grupos em institutos. A empresa é um elo da cadeia. Há outros elos que precisam ser fomentados. Esse ajuste na Lei do Bem que está sendo proposto é fundamental para nós continuarmos tendo um ambiente favorável à inovação no Brasil e que gere empregos de qualidade e promova também o desenvolvimento regional.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade. Estamos ao dispor para colaborar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Israel.

Eu só vou fazer um pedido final aqui para a Gianna, para reforçar o convite da participação no evento, informar o dia, etc.

A SRA. GIANNA SAGAZIO (Para expor.) – Nós vamos realizar, nos dias 27 e 28 de setembro, em São Paulo, no São Paulo Expo, o 10º Congresso Internacional de Inovação da Indústria. Esse evento é uma realização da CNI com o Sebrae e uma iniciativa da mobilização empresarial pela inovação.

Nós traremos especialistas brasileiros e internacionais para discutir ecoinovação, como o Brasil pode se tornar uma liderança mundial em ecoinovação. Para isso, nós desenvolvemos, junto com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cepal, um *paper* sobre ecoinovação, e esse *paper* serviu de base para estruturar as discussões do Congresso.

Também estamos fazendo o lançamento mundial do Global Innovation Index deste ano. Está todo mundo bastante animado. Teremos delegações também do exterior participando, de vários continentes. As pessoas podem participar presencialmente ou virtualmente e as inscrições são feitas gratuitamente no *site* congressodeinovacao.com.br.

Gostaremos muito de ter todo mundo participando conosco e reforçando uma cultura de inovação no Brasil – acho que essa que é a principal ideia.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Novamente, reforço aqui o agradecimento a todos os participantes, aqueles que participaram como palestrantes, a todos aqueles que nos acompanharam presencialmente, remotamente e também pelos canais do Senado Federal, seja pela TV, seja pelas redes sociais.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Obrigado a todos.

Uma ótima tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Alan Rick, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta, consistindo em **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2023 - CDD, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Finalidade:** Debater a questão da democracia no Brasil e o equilíbrio entre os Poderes da República. **Participantes:** Min. Cármen Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal; Profa. Dra. Heloisa Starling, Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais; e Sr. Roberto Freire, Presidente Nacional do Partido Cidadania. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de agosto de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a questão da democracia no Brasil e o equilíbrio entre os Poderes da República, em atenção ao Requerimento nº 1, de 2023, desta Comissão, de autoria desta Presidência.

Convido, com muita honra, a compor os trabalhos desta mesa, a Sra. Ministra do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia. (*Palmas.*)

Também convido a compor esta mesa a Sra. Heloisa Starling, Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Também convido a compor esta mesa o Sr. Roberto Freire, Presidente Nacional do Cidadania. (*Palmas.*)

Eu queria cumprimentar, mais uma vez, a Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, aliás, uma inspiração para todas nós mulheres brasileiras, e da mesma forma também, como inspiradora de todas as mulheres do Brasil, mulheres intelectuais, pesquisadoras, escritoras, a nossa querida Profa. Heloisa, Dra. Heloisa. Eu fico muito feliz de tê-la conosco aqui. Já fui presenteada com o livro muito importante: *Independência do Brasil – as Mulheres que Estavam lá*, as mulheres como protagonistas da história brasileira.

E, mais uma vez, quero cumprimentar o Presidente Roberto Freire, que é um grande ícone da política brasileira, um arquivo vivo para todos nós. Ele tem muita história, uma vivência de vida e um conhecimento do que é a democracia brasileira, e não apenas a brasileira, mas a do mundo inteiro – fico muito feliz –, a de vários países no mundo, como historiador, como alguém que conhece muito bem a política e é defensor da democracia no nosso país.

Portanto, cumprimentando todos vocês, eu creio que esta audiência pública singela é um momento histórico para o Senado Federal. Pela primeira vez em sua existência, a Casa conta com uma Comissão Permanente com foco absoluto na questão da democracia e também das liberdades.

A atitude do Presidente Rodrigo Pacheco, que, aliás, está chegando para participar desta Comissão, ao propor a formação da Comissão, transcende o Senado, num gesto simbólico para demonstrar ao Brasil que a democracia é um patrimônio inalienável e deve ser regada e vivificada a cada momento das nossas vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os atos do dia 8 de janeiro, quando dependências e bens dos prédios centrais dos três Poderes foram depredados, demonstram que a democracia não é instituto que se afirma por si só. Por trás dela, deve também estar a vontade muito intensa de uma nação, a consciência e o coração de cada cidadão.

Quero fazer um recorte, colegas integrantes desta mesa, num dia, aliás, muito simbólico, quando, exatamente depois do ato do 8 de janeiro, com os prédios destruídos, quebrados, numa cena aterrorizante e surreal, prédios físicos ao chão, nós vimos ali o Presidente da República, ao lado de todos os Governadores do Brasil, independentemente de seu viés político. Alguns deles naquele momento, inclusive, nem haviam votado no Presidente Lula, mas estavam aqui, juntos com o Presidente do Congresso Nacional, juntos com a Presidente do Supremo Tribunal Federal.

E, naquele ato, caminhando, ultrapassando ali, atravessando a Praça dos Três Poderes, mostraram para o Brasil que mais do que nunca as nossas instituições brasileiras são fortes. São tão fortes que o ato do 8 de janeiro aconteceu, mas elas estão, mais do que nunca, fortes, permanecem. E do ato do 8 de janeiro surge uma Comissão como esta, que é a Comissão de Defesa da Democracia, e um processo legislativo que precisa ser aprimorado para frear, impedir que atos dessa natureza possam ser repetidos na história do nosso país.

Sabemos também que a democracia viceja se ela se converte em instrumento verdadeiro para a consolidação da paz e da justiça social, para o patrocínio da felicidade de todos. Infelizmente vivemos tempos tumultuosos, não só no Brasil. O totalitarismo, como uma forma nova de agir, agora cavalgando mentiras e narrativas apenas, continua à espreita para assassinar os regimes democráticos tal como os conhecemos. O espírito de uma internacional democracia se impõe, até ultrapassando limites ideológicos, sobretudo os consolidados no século XX.

Às entidades aqui presentes, uma declaração: as portas desta Comissão estarão sempre abertas para zelar pela liberdade do nosso povo. Certamente podemos compartilhar várias ideias que possam frutificar no Congresso, transformar-se em normas cada vez mais iluminadas.

E aí, portanto, eu quero cumprimentar a todos nós, em especial as mulheres brasileiras, as mulheres margaridas que estão hoje em uma grande caminhada. E aí, agora há pouco, venho de um ato muito importante e vibrante, envolvendo e mostrando a todo o Brasil que nós mulheres somos capazes, que nós mulheres somos protagonistas. E aquela frase, Senadora Zenaide, que faz parte de nossas vidas: "As mulheres podem e devem estar onde elas decidirem estar, porque todos os nossos lugares também são os nossos lugares.".

Eu queria cumprimentar o Deputado Rogério Correia, que está aqui conosco participando desta audiência, um atuante Parlamentar inclusive na CPMI do 8 de janeiro. Cumprimento a Senadora Zenaide Maia, uma médica, protagonista, atuante, progressista, democrata brasileira, que nos honra ao lado de todas as demais entidades que já já cito, as demais entidades aqui presentes conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra à nossa querida Cármen Lúcia, que está conosco numa agenda absolutamente apertada, mas nos deu a honra de participar conosco desta audiência pública.

Ministra Cármen Lúcia.

A SRA. CÁRMEN LÚCIA (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes, senhoras, senhores, Srs. Parlamentares, todos os que aqui estão. Queria que cada um dos Parlamentares se sentisse individualmente, pessoalmente cumprimentado, agradecido, com o meu agradecimento. Não podendo fazer isso, vou fazê-lo na pessoa da Senadora Eliziane.

Cumprimento também o Deputado Roberto Freire, este que, como a Senadora vem de dizer, é uma referência importantíssima para a minha geração e para as gerações, com certeza, presentes e as que vierem depois, de tudo o que tem sido a luta, que é a luta da vida, a luta permanente pela democracia. E não é diferente, portanto, aqui.

E cumprimento a Profa. Heloisa Starling, que representa também – é uma grande lutadora – a grande luta de todo membro, principalmente da academia, comprometida, de forma coerente, com os melhores ideais republicanos, ela que dirige o que se chama Projeto República, da UFMG, e que é realmente um ponto de referência intelectual, social, para todos nós.

Eu não quero deixar de me desculpar, já de antemão, porque, como afirmou já a Senadora, o plenário do Supremo se reúne exatamente às 14h, portanto, eu pedi permissão para a Presidente apenas para chegar com alguns minutos de atraso. Essa é a razão de eu não permanecer, e não quis deixar de vir.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar, saudar o Senado da República, especialmente aqui, pela criação desta Comissão.

Sabem os senhores, sabemos todos nós que, desde 1789, Constituição tem um núcleo central. Quando se concebeu a ideia que hoje nós temos de Constituição – está no art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão expressamente que toda sociedade na qual a garantia dos direitos não seja assegurada e a separação dos poderes determinada não tem Constituição, é exatamente essa a expressão, ou seja, em 1789 –, se acolheu de forma prática no texto de declaração de direitos que se torna então formalmente normas e que é a inspiração de toda a construção civilizatória contemporânea de democracia esse eixo central. Isto sempre veio, portanto, no constitucionalismo, na construção do constitucionalismo, a lição de Montesquieu de que o poder do estado é uno, é indivisível, mas se exerce em instituições e órgãos que separam as competências, as atribuições para que haja esse equilíbrio.

No próximo ano, Senadora, em 25 de março, nós vamos comemorar no Brasil e ter espaços de reflexão – e certamente esta Casa também muito contribuirá para que a gente tenha essa reflexão –, nós vamos comemorar o bicentenário da independência substancial do Brasil. Ano passado, em 7 de setembro, houve o bicentenário formal. Com a ruptura que se deu com Portugal, nós passamos a ser um Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soberano. Mas a soberania se exerce quando se tem um direito soberanamente posto à observância de todos, segundo o que o povo entender ser a sua ideia de justiça. Nós só tivemos isso no dia 25 de março de 1824, data da outorga da primeira Constituição brasileira, a Carta de Lei de 25 de março, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I. Então, a nossa independência soberana materialmente se deu em 25 de março de 1824; portanto, no próximo ano, nós vamos ter o momento em que nós vamos refletir, comemorar, pensar sobre essa data.

Naquela primeira Constituição, já se tinha a adoção deste princípio, que vinha de 1789: o princípio da separação de Poderes, com a grande diferença que, naquela ocasião, se estabeleceram quatro Poderes, porque se incluiu o Poder Moderador. No entanto, como cidadã, que é a minha condição, claro, e de todos nós, primeira, primária – devo dizer da honra de estar aqui, por isso não quis deixar de vir cumprimentar o Senado, cumprimentar o Congresso Nacional como cidadã –, sei bem a importância desta Casa porque desde sempre o direito se cria. E quem é estudante de Direito, estudante permanente de Direito e profissional da área jurídica, nós sempre entendemos que, sem um Parlamento independente, sem, portanto, um direito criado de forma legítima, nós não teríamos possibilidade sequer de os outros Poderes atuarem com igual legitimidade. E no caso específico do Senado, o Senado e o Supremo Tribunal Federal foram criados com algumas identidades exatamente porque são pontos de equilíbrio.

E aqui eu queria, portanto, pedir licença, Senadora, para fazer uma leitura.

A primeira Constituição brasileira, essa Constituição monárquica chamada Constituição do Império, estabeleceu exatamente a separação de Poderes, e ela foi comentada por Pimenta Bueno, que, ainda hoje, é considerado por todos nós, da área do Direito Constitucional, um dos principais pensadores do Direito brasileiro.

Com a honra que eu tenho de estar aqui, Senadora, eu queria pedir licença para ler exatamente o que, desde 1824, tem-se insculpido no constitucionalismo brasileiro. Esta é a primeira obra de Direito Constitucional e de comentário, que nós – eu canso de citar nos meus votos –, todos os ministros, em geral, citam Pimenta Bueno, e, desta Casa, que nós, cidadãos, sabemos a importância e a alta significação jurídica de ter no Estado democrático. Ele afirmou o seguinte, ao comentar aquele dispositivo: "O Poder Legislativo é a mais alta expressão da soberania nacional; salvos os princípios constitucionais de Estado, [...] [da] justiça natural, que ele deve sempre respeitar, é sua a onipotência política"; ou seja, o Parlamento foi sempre tido, na história brasileira e no Direito Constitucional brasileiro, como a expressão máxima da ação legítima e democrática de um povo.

Ele ainda afirma o quanto é grande a sua missão: "Tem em suas mãos todos os elementos sociais, dispõe, combina, coordena, determina, dá os preceitos, é como que o criador que comunica a vida, imprime sua sabedoria, dirige as forças e movimentos sociais, todas as relações e variados interesses do Estado e dos indivíduos". Portanto, para nós, cidadãos, ter um Congresso Nacional livre, exercendo essa condição de onipotência política, é da mais alta significação. Quando eu tirei o primeiro título de eleitor, só podia votar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Vereadores, porque, como moradora, eleitora de uma capital, eu não podia votar nem para Prefeito, eu sabia o quanto eu lia, dos estudos estrangeiros, a valia que era um eleitor poder escolher os Parlamentares que criariam o Direito, que eu tinha estudado, e, claro, iria ter que aplicar como advogada, depois como procuradora, e hoje estou aplicando como juíza.

Esse equilíbrio dos Poderes é garantido hoje, repetindo-se o que sempre se teve na Constituição brasileira: "São Poderes [...] independentes e harmônicos entre si, o Legislativo [que vem em primeiro lugar], o Executivo e o Judiciário", e a inclusão, numa determinada escala constitucional... Nós falamos da topografia das normas constitucionais. Quer dizer, quando o Constituinte elabora, ele põe a importância dos Poderes independentes e dispõe quais são esses Poderes. Eu ouço, com muita frequência: "Tal instituição é o quarto poder". E tem tanto quarto poder. "Fulano é o quarto poder, o Ministério Público é o quarto...". Ministério Público é instituição, não é poder. "A imprensa é o quarto poder; a agência tal é o quarto poder". Não existem quatro poderes no Brasil. Existem três, o Legislativo é um deles, ele cria o Direito, e é um direito que nos obriga e nos faz viver de maneira organizada, legítima, já que a nossa legitimidade é racional, ou seja, é o acatamento do Direito que faz com que a democracia seja legitimada no sistema brasileiro.

Nem eu nem ninguém pode deixar de cumprir a Constituição, e esse equilíbrio é necessário porque, como dizia Montesquieu, em 1748: "Pela natureza das coisas, é preciso que o poder", ele diz, "*arrête le pouvoir*", pare o poder, porque, senão, o poder sem freios, sem limites, seria um poder absolutista, autoritário e chegaria ao totalitarismo. Por isso é que o Poder precisa andar de maneira equilibrada. E como também, pela natureza das coisas, a vida se movimenta, a política se movimenta, é preciso que o Poder se organize de tal maneira que ele se exerça de maneira equilibrada. A independência dos Poderes é que garante isso, e é a harmonia dos Poderes que dá o que é o fim da Justiça: a paz social.

Quanto mais formos capazes – nós, servidores públicos; e, aí, falo como servidora – de sermos organizados e harmônicos nas nossas conversas, quanto mais parlamentarmos, mais chegaremos a consensos, que hoje são o único caminho, a única senda disponível para que a gente tenha uma vida em paz, que é o que todo mundo quer.

Acho que todo ser humano tem a sua ventura de querer ser feliz, e ninguém pode ser feliz em situação de tumulto, de agressões... A Senadora lembrou os tumultos que vivemos, as agressões que as instituições sofreram, e o Estado democrático de direito, posto expressamente no art. 1º da Constituição de 1988, garante exatamente que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel de estados, Distrito Federal e municípios, constitui-se em Estado democrático de direito, e a democracia se exerce exatamente para que se busque a harmonia no pluralismo, que é próprio, especialmente num Estado como o brasileiro, de tantas humanidades, e de ainda tantas desumanidades, que é o que se precisa superar.

Não tenho dúvida, Senadora, Srs. Parlamentares, todos os participantes desta tão importante audiência, que uma Comissão como esta cumpre este papel de nos lembrar, todos os dias, que a democracia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a vida, tem seus desafios. Urge que todos nós nos empenhemos em fazer com que ela seja um desafio com resposta própria, apropriada, adequada a uma sociedade que tem muitas chagas, mas que tem grandes possibilidades.

Somos um país com riquezas materiais, riquezas ambientais, mas principalmente riquezas humanas. Um povo como o nosso, que temos uma Academia Brasileira de Letras que começa com Machado de Assis e até a semana passada tinha, só para citar quem foi embora anteontem, este grande brasileiro, este grande historiador que veio nos deixar, que é o nosso amigo querido Zé Murilo, há de se dizer que não tem muito o que invejar de povo nenhum. Pode ser, como dizia o grande Darcy Ribeiro, que também compôs este Senado, que dizia que aqui era o céu... Eu brincava com ele: "Professor, então não é Senado; é "Céunado"'. Porque ele dizia: "Isto é o céu". Para nós, cidadãos, se não é o céu, pelo menos é um vislumbre de grandes possibilidades de a gente ter uma vida muito mais em paz.

Neste tempo que vivemos, que é um tempo de, eu acho, mudança de eras, não mudança de modismos, não mudança de tempos, as tecnologias podem nos levar a escravizarmos de novo e nos tornarmos escravos de máquinas. É preciso que a gente mantenha a humanidade e a criação do direito com a busca de exatamente dar cor para este princípio de humanidade que se põe, segundo a ideia de justiça, formalizada como direito, é exatamente a função desta Casa, e eu tenho muita esperança e muita confiança de que o Parlamento brasileiro continuará, para sempre, independente, forte e, principalmente, capaz de se harmonizar com os outros Poderes, como eu acho também que é o nosso papel, do Supremo Tribunal Federal, no Poder Judiciário, e do Executivo. Acho que essa é a busca de todos nós.

Eu agradeço e cumprimento, mais uma vez, o Parlamento brasileiro por tudo que tem feito, mas, principalmente, por compor uma Comissão agora como esta, que tem um papel, principalmente, de ser modelo, luz, um sinal. Quando eu fui convidada, Senadora, pelo então Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, a compor a Comissão de Direitos Humanos, ele dizia: "Eu quero conscientizar... Não [ele disse], cada um tem sua consciência. Eu quero sensibilizar o cidadão belo-horizontino de que os direitos humanos são essenciais". E, aí, ele dizia: "Por isso, eu quero essa comissão como um sinal de qual é o caminho que eu quero seguir". Eu acho que esta Comissão pode servir exatamente como um sinal, como um farol que dita que, para sempre, nós queremos um Estado democrático de direito para todos os brasileiros. Mais uma vez, eu cumprimento.

E peço mil desculpas por ter que me ausentar para fazer parte desse julgamento no plenário, onde eu devo votar imediatamente.

Muitíssimo obrigada a todos.

É uma honra estar aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, se me... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada.

Eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, se a senhora me permite, pela ordem, é só para fazer um breve comentário antes da saída da nossa querida Ministra Cármen Lúcia, que nos recebeu muito bem – ela nem se lembra disso. Logo quando eu cheguei aqui no Senado, ela recebeu um grupo de Parlamentares, tanto lá da Câmara como do Senado, de forma muito cortês, com muita serenidade. Eu fiquei muito feliz com aquele cartão de visitas. Se a senhora puder me me dar alguns minutos para eu fazer um comentário, eu agradeceria, antes da saída da nossa querida Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu vou deixar com a Ministra, porque, realmente, ela está com o tempo limitado.

A SRA. CÁRMEN LÚCIA – É que a Ministra Rosa já me chamou duas vezes, mas eu ouço V. Exa. e saio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu lhe agradeço demais, porque a vinda da senhora aqui é muito importante.

Eu estava conversando aqui com o nosso querido Deputado... Nós estamos em campos diferentes, faz parte da democracia, lá na na CPMI, mas tem sido um combativo e sempre respeitoso Parlamentar o seu conterrâneo Rogério Correia, que é meu conterrâneo também! Aí você vai ficar... Você não sabia que eu era mineiro?! Na verdade, eu sou cearense, nasci em Fortaleza, mas tive a benção de, num único lugar, Presidente Eliziane, ter recebido o título de cidadão que foi lá em Pedro Leopoldo, em Minas Gerais. É porque a minha vida se transformou a partir do conhecimento da obra do grande humanista Chico Xavier, o que me emociona um pouco. Eu tive a oportunidade de fazer filmes sobre a vida dele e eu sou grato eternamente a esse grande mineiro – mineiro do século, inclusive, segundo os institutos na época.

Meu querido Roberto Freire, em 1989, na minha primeira eleição – a senhora falou do primeiro voto para Vereador –, lembro-me bem daquela campanha de que o senhor fazia parte. Eram dezenas de candidatos. Eu acho que nunca teve uma campanha mais ampla no Brasil. E eu tive a oportunidade, ali foi o meu chamamento para a política. Eu jamais imaginava que, um dia, estaria aqui, no Senado Federal, servindo. Sei das minhas inúmeras limitações e imperfeições.

Eu queria só fazer um apelo à senhora, na realidade. A gente já teve algumas Comissões aqui, no ano passado ou retrasado, se eu não me engano, em que a gente aprovou requerimentos para convidar respeitosamente Ministros do Supremo, mas, infelizmente, não puderam vir. E a sua presença aqui é uma presença que me... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega o nosso Presidente Rodrigo Pacheco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, fica muito bem... Está em casa, não é, Presidente? É outro...

O que eu queria, para ser bem objetivo, Ministra...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Senador Girão, com a permissão de V. Exa....

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu queria pedir que o Presidente Rodrigo Pacheco presidisse os trabalhos aqui desta Comissão, porque é simbólico, Presidente. Faço essa solicitação, porque a ideia de instalação desta Comissão, Ministra Cármen Lúcia, foi uma ideia que veio da cabeça do Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, depois de tudo o que nós vivemos. E V. Exa. fez uma colocação de esta Comissão servir como um farol para nos nortear em cima de uma conquista histórica que nós temos, que é a democracia brasileira. Nós mulheres estamos aqui com o protagonismo, mas, em nome, na verdade, da simbologia do Congresso Nacional. Então, a nossa primeira audiência pública eu faço muita questão que seja conduzida pelo Presidente do Congresso Nacional, porque vai demarcar exatamente o sentimento do que serão as próximas audiências públicas aqui desta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado.

Muito boa tarde a todos.

Eu queria dizer que não sei se é antidemocrático, mas é muito pouco simpático tomar o lugar de uma mulher na Presidência da Comissão, mas vai ser muito rápido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Por uma simbologia muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – É um simbolismo que agradeço à Senadora Eliziane Gama, pela deferência, como Presidente do Senado, e, de fato, com muito orgulho de ter sido idealizador da existência desta Comissão de caráter permanente do Senado Federal, que cuida da defesa da democracia.

Por isso, quero saudar a nossa Presidente escolhida, a Senadora Eliziane Gama, uma representante parlamentar do seu Estado do Maranhão da mais alta qualificação e de espírito público muito acentuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer imensamente a presença da minha conterrânea, que orgulha muito o Estado de Minas Gerais no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na Corte Maior do Poder Judiciário, a Ministra Cármen Lúcia, Professora da faculdade de direito em que me formei e e que, infelizmente, não fui dela aluno em razão de algumas circunstâncias daquele momento profissional da vida da Ministra Cármen Lúcia. Acabou que, naquele semestre justamente, eu não pude ter o prazer de tê-la como professora, mas uma grande referência do direito constitucional, do direito administrativo, do direito como um todo é a Ministra Cármen Lúcia,que nos honra com a sua presença aqui no Senado Federal.

Quero cumprimentar o nosso Presidente do Cidadania, essa grande figura pública que é o Roberto Freire, a quem também agradeço penhoradamente pela presença; o Deputado Federal Rogério Correia, que também nos visita, do Partido dos Trabalhadores, do meu Estado de Minas Gerais; e o nosso estimado Senador Eduardo Girão, representando aqui os Senadores da República que compõem esta Comissão.

Um cumprimento muito especial à Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Heloisa Starling, que é uma grande referência do Brasil e da Universidade Federal de Minas Gerais e que prestou ao Senado Federal, num passado recentíssimo, uma grande contribuição nas comemorações e celebrações dos 200 anos de Independência do Brasil, promovendo, então, diversas iniciativas, no âmbito do Senado Federal, para que pudéssemos dar o devido valor àquela data de 200 anos de independência. Desde já, peço à Profa. Heloisa Starling que nos ajude também agora nas celebrações dos 200 anos de existência do Senado, concebido na Constituição do Império de 1824 e implantado em 1826, no Rio de Janeiro, de modo que é plenamente possível se compreender que os 200 anos de existência é a partir da previsão constitucional em 1824, de modo que, em 2024, Senador Eduardo Girão, celebraremos 200 anos de existência do Senado Federal, obviamente a nossa Casa dando o devido valor a essa data e a esse acontecimento.

Eu não vou me alongar. É apenas uma breve saudação, em nome da Presidência do Senado Federal, a esta Comissão, que reputo uma Comissão de grande importância para este momento que vive não só o Brasil, mas o mundo. Não foi só o acontecimento de 8 de janeiro que nos impôs a necessidade de uma reflexão de uma Comissão Permanente desta natureza de defesa da democracia e, consequentemente, do Estado de direito, da República brasileira, no âmbito do Senado; foi um acúmulo de coisas que extrapolam, inclusive, os limites nacionais, que é um movimento que se sente no mundo, em diversos países, de questionamentos em relação à democracia. A democracia, em diversos momentos, em diversas situações, em diversos lugares do mundo, tem sido questionada, criticada e, por vezes, afrontada; em alguns momentos extremos, se chegou, inclusive, a tentar tomar de assalto a democracia no Brasil e a democracia em outros países. Então, é muito importante que o Senado Federal, que cuida não só de legislar, mas também de fiscalizar – e, aqui no Senado Federal, com diversas Comissões que cuidam de diversos temas, como Constituição e justiça, os assuntos econômicos, os assuntos sociais, a agricultura e pecuária, a fiscalização e controle –, tenha aqui um foro permanente de discussão da democracia brasileira e do cumprimento constitucional, a exemplo, de certo modo, do que aconteceu nos Estados Unidos da América, quando lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também houve um questionamento muito severo, com invasão, inclusive, ao Capitólio, e lá o Parlamento constituiu uma comissão de caráter permanente, não temporária, para se vigiar e se discutir a democracia. Até sugeri à Senadora Eliziane Gama que pudéssemos fazer, a partir da nossa Comissão de Defesa da Democracia, o intercâmbio e a troca de experiências com outros países do mundo, com outros Parlamentos do mundo, para que pudéssemos deliberar, discutir, amadurecer temas inerentes ao cumprimento constitucional, aos direitos fundamentais, às garantias individuais, às liberdades públicas, aos direitos sociais, tudo isso que compõe o que é o cerne de um Estado democrático de direito.

Esta Comissão, embora tenha a sua especificidade de ser uma Comissão de defesa da democracia, tem um escopo muito amplo, pois diversas questões podem aqui ser tratadas, diversas matérias podem ser aqui objetos de discussão e de deliberação, para que, em cada projeto de lei, em cada proposta de emenda à Constituição, quando há algum tipo de iniciativa que possa gerar algum tipo de crítica, ou de fragilidade, ou de vulnerabilidade, ou de mitigação da democracia, possa o Senado estar num foro permanente de Senadores e Senadoras vocacionados para esse cuidado e esse zelo com a democracia e possa, então, esta Comissão se pronunciar, orientando a Presidência do Senado, orientando as instâncias do Senado, orientando, eventualmente, outras Comissões nas iniciativas legislativas e no trabalho, de modo geral, do Senado Federal.

Nós temos diversos desafios no Brasil. Há muitas coisas muito positivas que aconteceram nos últimos anos, mas muitas coisas negativas também e desafios que se apresentam e que envolvem a necessidade de termos uma Constituição que seja efetivamente cumprida no nosso país. Que os Poderes possam se respeitar e reconhecer os seus próprios limites e as atribuições do outro. Que essa separação entre os Poderes seja uma realidade praticada em diversas situações da vida nacional: a convivência harmônica que se impõe aos chefes de Poder, aos membros de Poderes em relação às discussões institucionais, às discussões com outros Poderes; os diversos desafios que nós temos, que compõem o nosso objetivo de um Estado de direito democrático pleno no nosso país, que é o combate à fome, à miséria e à desigualdade, que é a garantia à moradia minimamente digna às pessoas do Brasil; a busca de oportunidades de emprego e de trabalho para todas as pessoas, para que a dependência do Estado não seja uma tônica permanente de uma sociedade que se visa reconhecer-se a partir da sua própria capacidade de gerar trabalho, de gerar riquezas para o país e para a subsistência de suas próprias famílias. Então, há uma enormidade de desafios que o Brasil tem, com discussões importantes, discussões relevantes. E é muito importante, muito significativo que uma Comissão Permanente possa discutir sobre eventuais modificações constitucionais que se pretendam e cuidar de acontecimentos, sejam acontecimentos que possam mitigar a democracia brasileira.

Eu gostaria de desejar a todos os membros que estão ali consignados já no painel, nessa primeira reunião da Comissão de Defesa da Democracia presidida pela Senadora Eliziane Gama, um belíssimo trabalho à frente desta Comissão. Contem irrestritamente com a Presidência do Senado para o bom desempenho de suas atividades. Que ela possa extrapolar os limites, inclusive de dependência física, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal e que possa alcançar os inúmeros estados brasileiros, as cidades brasileiras, inclusive em missões que possam ser realizadas juntamente às Assembleias Legislativas, às Câmaras Municipais, para que o tema de preservação da democracia, que foi tão atentada e tão criticada nos últimos tempos, seja um tema de relevância no seio da Casa Alta do Parlamento Brasileiro, que é o Senado Federal.

Por isso, eu quero externar aqui, primeiro, a minha alegria de poder ter concebido essa ideia de uma Comissão Permanente nesse sentido e de hoje torná-la realidade. Agradeço imensamente o apoio que me foi dado pelos Senadores e Senadoras unanimemente nessa iniciativa de transformar uma Comissão então existente nesta Comissão de Defesa da Democracia. Agradeço, repito, aos membros que se dedicarão no dia a dia dela nas reuniões e nas deliberações que aqui serão realizadas.

E faço um agradecimento muito importante de ser registrado que é o pela presença de todos que aqui estão nesta primeira histórica reunião, em especial a da Ministra Cármen Lúcia, que nos honra com a sua presença e já revela que o caminho é justamente este: de uma harmonia entre os Poderes, que os Poderes possam conversar, possam trocar ideias, possam dialogar, respeitar os limites um do outro. E é muito simbólico que tenhamos aqui a Ministra Cármen Lúcia, representando o Supremo Tribunal Federal, que foi, de fato, e é muito importante também nessa toada da defesa e da manutenção da democracia no Brasil, de modo que celebro e agradeço a sua presença entre nós nessa primeira reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, Presidente Pacheco, a Ministra vai ter que sair, ela avisou antes de o senhor chegar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Sim, e eu já ia concluir neste minuto – agradeço, Senador Girão – dizendo que, considerando que a Ministra Cármen Lúcia tem que sair neste momento, eu também vou encerrar o meu pronunciamento e devolver a Presidência desta Comissão a quem de direito, que é a Senadora Eliziane Gama.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Rapidamente, só um minuto, porque sei que a senhora já está no limite, mas, além de saudar...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – São 30 segundos, Senador, porque a Ministra não tem mais como permanecer. Ela está apavorada aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Claro, claro.

Além de saudá-la como Presidente desta Comissão, Senadora, porque nós estamos em muitas causas juntos – muitas causas! –, quero saudar também a Profa. Dra. Heloisa Starling.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para... É porque não é todo dia que a gente tem esta oportunidade de receber uma Ministra do Supremo, e eu tenho pela senhora um apreço por nos ter recebido num grupo parlamentar em 2019. E eu quero lhe fazer um apelo justamente sobre aquela reunião.

Nós estamos aqui fazendo um debate sobre democracia e equilíbrio entre os Poderes. O Presidente Rodrigo Pacheco levou muita esperança à população brasileira duas semanas atrás. Eu sou um Parlamentar, Ministra, que vou às praças, vou aos mercados, converso com pessoas de direita, de esquerda; eu gosto de dialogar – eu acho que é esse o papel – e eu estou vendo que a população, até a fala do Presidente Rodrigo Pacheco, estava apavorada. Eu estou lhe dizendo a voz de 80% dos brasileiros, pode ter certeza, segundo as pesquisas dos grandes institutos de opinião, sobre a questão da descriminalização do porte de drogas. Eu sei que isso está em pauta lá no Supremo Tribunal Federal, mas eu queria lhe fazer um apelo pelo equilíbrio entre os Poderes. Nós votamos essa matéria em 13 anos duas vezes. Uma no Governo Lula – foi aprovada – e outra no Governo anterior, do Bolsonaro, em 2019, em que eu, o Presidente Rodrigo Pacheco e a Senadora Eliziane Gama pudemos votar e aprovamos novamente a matéria. Então, nós fomos eleitos para isso. É uma coisa que mexe muito com a população. Eu visitei países e quero ter oportunidade também de conversar com a senhora. Vamos fazer um debate amanhã aqui, no Senado Federal, reunindo Senadores e especialistas com relação a essa questão da constitucionalidade do art. 28. Então, é o apelo que eu lhe faço. Se é para julgar a constitucionalidade, o.k., mas legislar eu acho que é uma atividade para a qual nós fomos eleitos. E, em respeito à democracia, eu faço esse apelo a senhora, porque é um assunto de valores e princípios do povo brasileiro, e eu sei que a senhora tem muita sensibilidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada, Senador Girão.

Ministra Cármen, muito obrigada de coração. Que Deus a abençoe...

A SRA. CÁRMEN LÚCIA (*Fora do microfone*.) – Desculpe-me mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Que é isso? Muito obrigada. (*Pausa.*)

Vamos seguir aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Vamos seguir aqui na nossa audiência pública.

Vou passar agora a palavra à Profa. Dra. Heloisa Starling.

A SRA. HELOISA STARLING (Para expor.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a vocês! Boa tarde a todos! Boa tarde aos senhores e às senhoras!

Muito obrigada, Senadora, pelo convite. Estou muito honrada de estar aqui ao lado da senhora. Para mim, é importante.

Vocês vão me dar um desconto, porque, veja bem, ao lado dela... Felizmente, a Ministra já saiu, e, então, eu já estou mais tranquila. (*Risos.*)

Vocês me deem um desconto, porque é uma situação complexa aqui para a Professora. E vocês segurem a onda para mim, vocês me deem um desconto se eu falar bobagem. A gente pode combinar de cortar o som ou de vocês fazerem um sinal, delicadamente, e eu entendo.

A minha ideia, não sei se vai... É uma Comissão muito importante esta. Quando eu conversei com a equipe da Senadora, quando do convite da Senadora, eu fiquei pensando que talvez a melhor maneira de trazer para vocês questões seria pensar um pouquinho... A democracia tem uma história no Brasil. Nós temos uma ideia, em geral, de que a democracia no Brasil não é de nada, de que a democracia é fraca, de que a democracia não tem história. E isso é um negócio estranho, essa é uma questão estranha, porque, se a gente for à França, nós temos uma pilha desta altura de livros da história da democracia na França. Se nós formos aos Estados Unidos, nós temos outra pilha de história da democracia.... E não existe uma história da democracia no Brasil. Reparem. Nós não nos debruçamos sobre uma questão que é da maior importância. E aí eu queria referenciar alguns marcos, para que a gente pudesse, como não existe essa história, entender um pouco mais do nosso legado democrático. Se nós reconhecermos o nosso legado, nós temos condições de pensar melhor sobre o nosso presente e projetar o nosso futuro.

O mais surpreendente é que a história da democracia no Brasil é muito antiga. A nossa concepção moderna de democracia – e estou pensando na concepção moderna, que é quando é como forma de governo, uma nova forma de governo, mas também uma nova linguagem, mas também uma nova prática política – vai desembarcar no Brasil no final do século XVIII, nas duas grandes conjurações que encerram o século XVIII: uma conjuração que nós conhecemos pouco, que é pouco conhecida, que é a Conjuração do Rio de Janeiro, que é em 1794 e é a primeira vez que se trata da ideia da democracia no Brasil; e a expansão que vai acontecer, em seguida, da ideia de democracia moderna com a Conjuração Baiana, em 1798.

Os conjurados cariocas entendiam democracia a partir do argumento de que – e diziam isto – o exercício do poder não pode ser o privilégio de uma pessoa só. Em seguida, vão articular os dois princípios – isso, pensem gente, no Rio de Janeiro, em 1794 – constitutivos da democracia: a liberdade, que significa a ausência de dominação; e o princípio da igualdade, o apelo igualitário. O líder da Conjuração do Rio de Janeiro era um poeta – e talvez não seja por acaso que quem traz a democracia para o Brasil seja um poeta. Trata-se de Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Ele defende o argumento, o tempo todo da Conjuração, de que não há justificativa para a desigualdade real. É um tema que nós estamos enfrentando até hoje no Brasil, e ele está argumentando isso lá no século XVIII. Diz Silva Alvarenga: "é injusto imputar tratamento diverso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a indivíduos que possuem idêntico valor. Não há como conceber liberdade sem igualdade [ele diz]. E não podem existir leis para defesa da liberdade que permitam o desenvolvimento de desigualdades extremas". Então, vejam que ele está conversando conosco, ele está falando de hoje.

O momento seguinte desse desembarque da democracia no Brasil é a Conjuração Baiana, em que a Conjuração Baiana vai expandir a ideia de igualdade. Pela primeira vez, o conceito de democracia no Brasil é a igualdade entre os diferentes. Vocês têm dois líderes sensacionais na Conjuração Baiana, que são o Lucas Dantas e o João de Deus. Aí eles estão conversando como eles vão fazer para divulgar a ideia da Conjuração num momento em que eles precisam de novos adeptos, porque eles vão pegar em armas e deflagrar a insurreição que vai instalar a República em Salvador. Aí eles têm uma conversa em que o Lucas Dantas diz que é muito fácil conseguir novos adeptos: é preciso explicar para os adeptos que é preciso construir uma República democrática e que essa República democrática tem que viabilizar o espaço de passagem para a igualdade. Aí eu vou citar, literalmente, o Lucas Dantas, abrem-se aspas:

> Quando lhes falar [aos novos adeptos], diga-lhes assim: o Povo tem tentado uma revolução, a fim de tornar essa Capitania em Governo Democrático, [...] [num Governo democrático] seremos felizes; porque só governarão as pessoas que tiverem capacidade para isso, ou seja, brancos ou pardos ou pretos, sem distinção de cor, e sim de juízo, e é [muito] melhor do que ser governado por tolos, [diga isso] e logo os convencerá.

De novo, século XVIII. Olhem o que esse Lucas Dantas está aprontando lá nas vésperas da Conjuração Baiana!

Eu acho – aqui um segredo entre nós, nós não vamos contar para ninguém – que ele deve ser um antepassado do Caetano Veloso, porque ele leu Rousseau, o danado, e transformou o Rousseau em canção que tocava no violão no Dique do Desterro, naquele lugar do dique onde eles se reuniam. Ele tocava: "Democracia é liberdade e igualdade, no sacrário da razão, ao lado da sã justiça, confortam o meu coração". Ele plagiou, ele pegou Rousseau – se eu faço isso, dá cadeia, plágio. O antepassado do Caetano Veloso tocava Rousseau ao violão para defender a democracia.

Reparem: é uma história cuja origem é bonita, e é para a gente ter orgulho dela. E a democracia sai desse espaço — eu tenho que andar depressa — e vai para a rua, já não se sabe quando. Ela sai dessas conjurações e ganha as ruas do Brasil na década de 20, entre a década de 20 e a década de 30, do século XIX. É o momento em que a democracia, então, se torna um espaço para o debate público e para andar nas ruas, igual nós vamos ver em outros momentos.

E aí, só para vocês verem como isso acontece, é uma história bacana também, que a gente conhece pouco. No início, em 1823, no dia 19 de julho de 1823, o Imperador Pedro I vai fazer uma fala, uma proclamação sobre os procedimentos das Câmaras, para o primeiro Parlamento brasileiro. Ele fala para os 90 Deputados que assumiram suas cadeiras e vão fazer a Constituinte. Olhem o que D. Pedro fala, abro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspas: "Democracia no Brasil! Neste vasto e grande Império, é um absurdo". Constituinte, ótimo; Constituição, melhor ainda; mas democracia nem pensar – diz D. Pedro. E ele faz essa proclamação nesse dia.

Felizmente, no Rio de Janeiro, nem todo mundo concordava com D. Pedro. E o Rio de Janeiro tem uma imprensa, a imprensa surge nesse momento. A imprensa vai nascer na década de 1820, e só no Rio de Janeiro vocês vão ter 52 jornais circulando e soprando, em vários desses jornais, o que a gente poderia chamar de uma sociabilidade democrática. E aí, dois dias depois dessa fala de D. Pedro, o jornal *O Clarim da Liberdade* sai com uma manchete: "Só a Santa Democracia poder-nos-á salvar". Então, D. Pedro diz que democracia não; e a democracia está na rua.

Desses jornais, o mais interessante, que merece a gente estudar, nós precisamos estudar este jornal e conhecer o seu redator, é o jornal *Nova Luz Brasileira*. O *Nova Luz Brasileira* foi a fala mais desabrida em defesa da democracia durante todo o século XIX. Ele não circula por todo o século XIX, mas é o momento mais importante. O editor se chama Ezequiel Correia dos Santos e constrói o nosso argumento moderno de democracia. Então, ele fala, em um dos números do jornal, que a democracia não pode ser uma maneira de organizar o poder apenas. Ele diz que nós precisamos defender o princípio igualitário, esse princípio igualitário é essencial para um sistema que se pretenda democrático.

E aí ele diz, em uma manchete no *Nova Luz Brasileira*, que tem na Biblioteca Nacional, o seguinte: "Aquilo que afeta a todos precisa ser aprovado por todos"; e ele diz – nós estamos falando de 1823: "Mendigo também é cidadão e precisa do desvelo da sociedade. Miserável também é cidadão e pede o cuidado da sociedade. Pobre é cidadão como todos os outros".

Num outro número do jornal... Só para vocês gostarem do Ezequiel, pode ser? Só para a gente curtir o Ezequiel. Ele é completamente desabusado, é o jornalista mais desabusado da imprensa brasileira. Ele publica outra matéria no jornal. Estou citando: "Entre nós não há mais do que povo, e escravos; e quem não é Povo, já se sabe que é [...] escravo"; "Quem diz Povo por desprezo é desprezível aristocrata [...] o governo deve emanar de todos, e pender de todos em massa"; "Deus, que quando fez Adão, não o fez [nem] Conde, [nem] Frade, [...] [nem] Marquês".

Então, são muito legais as matérias, porque é uma linguagem... Ele usa de uma linguagem acessível, o jornal circula e as pessoas começam a ter acesso. As pessoas do mundo real, as pessoas comuns começam a ter acesso ao debate sobre a democracia.

Reparem, esse debate está acontecendo no mesmo momento em que toma forma o projeto vitorioso da independência, que é centralizador, que é conservador e que mantém a escravidão – está na matriz do Estado brasileiro –, mantém a monarquia e mantém a dominação senhorial. Então, ao mesmo tempo em que nós estamos lidando com um projeto de independência que vai permitir o florescimento de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade autoritária, de uma sociedade desigual, nós também estamos lidando com o momento em que a democracia desembarca no Brasil e passa a circular nas ruas.

Talvez essa questão nos ajude a entender...

Eu tenho que terminar isso, mas é porque é bonita essa história, não é? Eu vou terminar, espera aí.

Eu só queria fazer uma pergunta: vocês aguentam mais dez minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) **–** Pode falar, pode falar. (*Risos.*)

A SRA. HELOISA STARLING – Olhem só, isso é porque talvez esse cruzamento entre o Estado monárquico e a democracia nos leve a entender duas coisas: uma, a de que a gênese da ideia de democracia entre nós é tortuosa, talvez por causa disso, pelo imbricamento dessas duas situações; e vai ser uma longa luta dos brasileiros, tanto no campo da imaginação, da cultura brasileira, quanto da nossa vida social e da nossa vida política. Reparem: com avanços lentos, drásticos, tem recuo e tem momentos obscuros. Então, talvez, esse percurso tortuoso da nossa história, que nós não conhecemos, tenha a ver com esse imbricamento.

E o outro elemento é a importância que assumiu entre nós a luta por direitos, porque, para o aprendizado da democracia, a luta por direitos foi essencial; e nos ajuda a enfrentar essa sociedade desigual, porque os direitos ressoam dentro de cada um de nós, a pessoa que vai... Ainda bem que a Ministra não está aqui para eu ficar carteando marra de que eu entendo de direitos.

Mas, se a gente pensar, o ato de declarar direitos aumenta o valor da nossa aposta democrática, e os direitos exigem uma participação ativa de cada um de nós. Então, é por isso que os direitos são a alma da democracia e talvez seja por isso que a gente tenha feito uma aposta, ao longo da história, na luta pelos direitos e na defesa dos direitos, que, de forma sistemática, nós vamos encontrar em dois momentos: na luta da população negra e dos abolicionistas e na luta das mulheres por direitos, que começa pelo direito de votar e de reconhecimento, que começa em 1910. É com uma mineira, de Campanha, que faz um jornal, a Senhorinha... Depois eu vou te contar essa história. As mineiras se saíram bem nessa história.

Outro ponto, então, é nós pensarmos que não existe democracia satisfeita consigo mesma. A democracia não é uma construção acabada, mas é um empreendimento contínuo. Isso mostra a importância do trabalho dos senhores com esta Comissão. Por quê? Reparem que ela é capaz de se refugiar nas bordas da sociedade quando ela está ameaçada e é capaz de inventar mudanças. E, nos seus momentos de maior euforia, ela não pode se considerar plena, nem completa, nem terminada.

A nossa última matriz vai desembocar na nossa Constituição. É a grande luta pela redemocratização do Brasil, que vai colocar em jogo, pela primeira vez, entre os anos de 1975 e 1985, o conteúdo e o alcance da democracia que a sociedade brasileira quer. E pela primeira vez os brasileiros passam a entender a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia não mais como um meio para se chegar a uma boa sociedade, como nos anos 60: "Ah, vamos chegar ao governo socialista; então, a democracia é um meio para se chegar". Não, os brasileiros passaram a entender a democracia como um fim em si mesmo, como um valor em si mesmo e como um empreendimento que tem que ser constante e contínuo. E isso desemboca na nossa Constituição.

Só para terminar aqui, se os senhores lembrarem que até 2018 a democracia no Brasil só caiu por força de golpe de Estado – e dois deles foram bem-sucedidos, em 1937 e em 1964, com o golpe militar –, nós não tínhamos, até 2018, a referência, na história do Brasil, de destruição de democracia por dentro: um Presidente legitimamente eleito operar dentro da democracia para destruí-la num processo de erosão. Isso é inédito na nossa história e traz um novo problema para levantarmos as barreiras de defesa da democracia. A democracia não é só um sistema baseado em instituições, mas ela é, igualmente, um modo de vida e uma forma de sociedade.

Então, nós precisamos defender as instituições, mas nós precisamos fortalecer e construir uma cultura democrática no Brasil para que a democracia se torne... Talvez esta seja a nossa principal tarefa agora. Nós sabemos como a democracia morre, e nós precisamos que ela renasça, e nós precisamos construir essa cultura.

Acho que o meu desejo para esta Comissão é que ela nos ajude a tornar a democracia um hábito no coração dos brasileiros, como definiu lá o Alexis de Tocqueville, no século XIX. Vamos fazer, juntos, da democracia um hábito no coração dos brasileiros, para que ela não corra mais perigo no Brasil.

Muito obrigada, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Muito bom mesmo.

A SRA. HELOISA STARLING – Não envergonhei a senhora, não?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito bom. Eu quero, inclusive, que, se você puder deixar a sua fala...

A SRA. HELOISA STARLING – Uai, deixo, mas é só anotação, porque eu fico com medo de falar bobagem.

Deu certo aí? Ou ela está sendo educadinha?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Você foi muito boa. Uma aula para a gente.

A SRA. HELOISA STARLING – Está bom, vou deixar assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues. Ele está, eu o vi agora há pouco aqui, deu uma saída. Eu quero cumprimentar...

A SRA. HELOISA STARLING (*Fora do microfone*.) – Ah, porque ele ouviu o que eu falei, achou um horror, "cascou" fora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, ele, com toda a certeza, ficou absolutamente encantado, porque o Randolfe é um historiador...

A SRA. HELOISA STARLING (*Fora do microfone*.) – É, de Pernambuco.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... e também amante de pessoas intelectuais como você, com toda a certeza.

Eu quero cumprimentar aqui o Arthur Mello, do Pacto, aliás, os representantes do Pacto pela Democracia, na pessoa do Arthur Mello. Quero cumprimentar também os integrantes da Democracia em Xeque: o Beto Vasquez, a Ana Bernardi, a Letícia Caroni; cumprimentar o Instituto Vladimir Herzog, com o Lucas Barbosa; cumprimentar a Nilza Valéria e a Fernanda, da Frente Evangélica; e a todos os demais alunos das universidades que estão aqui participando conosco.

Vou passar agora a palavra ao Presidente Roberto Freire, que é Presidente Nacional do Cidadania.

O SR. ROBERTO FREIRE (Para expor.) – Eu queria dizer que eu vim imaginando que era uma participação em algo importante, e eu vou sair daqui plenamente convicto de que era muito mais importante do que eu imaginava antes de vir. É um momento significativo. E, ouvindo aqui, veio-me um pouco da pernambucanidade. Ela falou de algo que... Eu, em algum momento, inventei de ser professor de história; não fui bem-sucedido, porque desisti, talvez pela política, e aí não segui. Mas uma das coisas que eu falava muito – e aqui a mineiridade muito presente – era que o Brasil optou pela Inconfidência Mineira e se esqueceu da Conjuração Baiana. E eu falava dela quando ninguém falava; pelo menos, poucos falavam. E eu achei ótimo...

E aí queria só colocar...

A SRA. HELOISA STARLING (*Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. ROBERTO FREIRE – ... para que a senhora, como historiadora renomada, da nossa Confederação do Equador.

A SRA. HELOISA STARLING (*Fora do microfone*.) – Ano que vem. Ano que vem, 200 anos da Confederação do Equador.

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro. Eu era Ministro da Cultura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELOISA STARLING – Frei Caneca. (*Fora do microfone.*) Não me esqueça de Frei Caneca.

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro. E era isto que eu queria um pouco lembrar quando eu falei da pernambucanidade: que nessas daí não se falava muito em democracia. Até porque democracia, para nós, é um conceito que é muito novo.

E eu queria até aproveitar... Mas é só para dizer que, quando Ministro, eu comemorei a Confederação do Equador, a revolução...

A SRA. HELOISA STARLING (*Fora do microfone*.) **–** Vamos comemorar.

O SR. ROBERTO FREIRE – ... em 1817.

A SRA. HELOISA STARLING (*Fora do microfone*.) **–** Vinte e quatro.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, em 1817, é a primeira revolução pernambucana; em 1824, ainda ficava para comemorar a Confederação do Equador. São várias revoluções libertárias e não tinham esse caráter da democracia que hoje começamos a ter.

Era isso um pouco o que eu queria trazer, inclusive, para nós que falamos muito em democracia e que imaginamos, durante muito tempo, no século XX, que a democracia era aquilo que imaginávamos na instalação do socialismo. E, naquela oportunidade, dávamos ênfase à luta pela igualdade, mas esquecíamos um pouco a questão democrática fundamental da liberdade, e a democracia como um valor universal. Hoje, o mundo caminha para isso.

Domingo, no dia dos pais, um avô escreveu um artigo que tem um levantamento que ele fez, porque o neto o perguntou sobre a guerra, e ele deu uma resposta que se enquadra muito na questão da democracia. Ele disse: "Olhe, eu fiz um levantamento, meu neto, e vou explicá-lo dizendo para você o seguinte: cento e tantas guerras foram de governos autoritários contra outros governos autoritários; mais de cem, contra governos democráticos; agora, não se tem nenhuma guerra de um governo ou um país democrático contra outro governo ou país democrático".

Não sei se essa é uma pesquisa histórica muito firme, correta, em termos de dados totais, mas só essa lembrança nos traz essa componente fundamental: se se quer viver em paz, a democracia é a base para isso; sem ela, a dificuldade de ela permanecer é total. E nós estamos hoje, como geração, vivendo concretamente isto: uma autocracia, um regime autoritário invadindo uma democracia. Não tem nenhuma democracia invadindo regime democrático. Quando os dois se encontram, se entendem, porque o diálogo é a base.

Você aqui falou, não sei se imaginando, um termo que era muito próprio nosso de falar da Internacional, seja social-democrata, Socialista ou a nossa Internacional Comunista. Você falou de um internacional-democrático, uma internacional da democracia, e isso é algo que está surgindo no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse valor está se implantando, apesar de termos, a todo momento, notícias de que a democracia está sendo golpeada, está se tentando golpeá-la. Nós tivemos aqui, no Brasil, recentemente, até alguns desvios ao dar um poder ao Poder Judiciário, porque foi um dos instrumentos importantes para impedir que a democracia morresse por dentro da própria democracia, no Governo passado.

E aqui eu até, quando da colocação do Senador Girão, disse à Ministra baixinho, mas, como a Senadora Eliziane Gama ouviu, eu vou tornar público, que ela levasse uma posição contrária: eu disse a ela que levasse uma posição contrária à do Senador Girão.

Eu, como representante de um partido, ex-Senador, ex-Deputado e cidadão brasileiro, tenho posição contrária, até porque, nesse caso, o Supremo Tribunal não está legislando, o Supremo Tribunal está suprindo uma omissão que a lei criou e, pior, degenerou em termos de uma arbitrariedade de juízes, aí sim, e de policiais para determinarem o que é que significa a diferença que a lei fez entre traficante e usuário. Trata-se de suprir algo que o Poder Legislativo não fez e que não é inconstitucional, porque na Constituição de que eu, como Constituinte, participei, está escrito sobre a possibilidade do mandato de injunção: por seu intermédio, quando há omissão, o Poder Judiciário, provocado, pode supri-la, e é o que está acontecendo. Não está inventando usuário e traficante; ele está definindo o que significa ser usuário ou ser traficante, não deixando isso para o livre arbítrio, seja da força policial ou de um juiz singular qualquer.

Então, é só para dizer que não é apenas uma escolha; é também uma afirmação democrática da separação dos Poderes, cada um cumprindo com as suas competências.

Quero lhe dizer, Eliziane, que quando eu comecei dizendo que era importante... Eu quero dizer que você está presidindo um fato histórico e num momento em que o mundo precisa afirmar a democracia. E o Senado da República brasileira tem um papel fundamental, até para dizer ao Governo que não é se preocupar apenas com a democracia nossa, mas com a democracia no mundo. E o mundo significa um peso que a gente tem como um país da dimensão nossa, do papel político que temos, papel político no mundo, e é um papel de afirmação da democracia e da liberdade em todo o mundo, sem discriminação alguma. Isso não é algo tão fácil, e quem está dizendo é quem esteve em Internacional que se despreocupava com a questão democrática. Como hoje temos muito claro que a democracia é um valor universal, coloque isso como lema desta Comissão para que exerça um papel que o Senado brasileiro pode exercer e que a democracia brasileira tem por dever exercer. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente Roberto Freire!

Nossa, gente, estou muito feliz iniciando os trabalhos desta Comissão com esta audiência pública em altíssimo nível! Ouvimos a nossa Profa. Heloisa, que o Brasil inteiro conhece pela referência que é, e ouvimos Roberto Freire, com essa exposição a partir de uma vivência própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu adoro ouvir o Roberto, gente, eu paro e fico encantada, porque ele conta a história do que ele viveu, do que ele viu e, ao mesmo tempo... Ele é um pouco mais velho do que eu, um pouco mais maduro do que eu, mas ele tem uma visão para além do seu tempo. Acho que o Roberto conseguiu construir isso, ter uma vivência de tempos difíceis da história brasileira e ter um olhar para além do seu tempo; é uma mente absolutamente brilhante que dá uma lição para todos nós. Então, queria lhe agradecer profundamente por sua presença aqui conosco.

E eu vou passar aqui... Na verdade, na nossa audiência pública, há participação dos presentes; a gente teria que fazer aqui a inscrição, mas eu vou ver se alguém mais quer se inscrever, vamos inscrever apenas quatro ou cinco pessoas para poder ganhar tempo.

Vamos iniciar com o Arthur Mello, que representa aqui o Pacto pela Democracia, uma organização que tem mais de 200 entidades e tem tido um papel preponderante. Esteve ontem aqui conosco, Roberto e Heloisa, num momento também histórico: nós recebemos cinco Parlamentares americanos aqui que participaram intensamente de um comitê no Congresso americano que tratou da investigação acerca da invasão do Capitólio, dentre eles a Alexandria, que esteve conosco, e vários outros representantes. Então é um momento realmente muito importante, e o Pacto pela Democracia é uma organização parceira desta Comissão.

Então, muito obrigada, Arthur e todos os demais membros do Pacto pela Democracia que estão aqui conosco.

O SR. ARTHUR MELLO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Antes de mais nada, a gente combinou aqui de passar a palavra, vou falar no máximo dois minutinhos.

Primeiro, vou começar agradecendo à Sra. Senadora por convidar a sociedade civil para fazer parte deste momento histórico. Também quero agradecer à Profa. Starling por essa aula, a gente poderia ficar ouvindo por bastante tempo a explicação da senhora, e ao Presidente Roberto Freire, Presidente do Cidadania, na pessoa de quem que saúdo todos os partidos, que também são essenciais para a democracia brasileira, e a gente tem total entendimento disso.

A criação da Comissão de Defesa da Democracia é sintomática, é criada neste momento, que é um momento de dificuldade, em que a palavra democracia, o conceito de democracia está na boca das pessoas, as pessoas estão cada vez mais entendendo qual a importância da democracia. Isso é sintomático pelo desmonte que a gente teve nos últimos anos. Eu acho que agora a gente está aqui traçando uma linha no chão e mostrando que não vai mais passar, não vai mais acontecer. A sociedade civil está aqui neste papel de fiscalização, de ajudar a Comissão, mas para mostrar que isso não pode mais acontecer. Gostei muito de ouvir, Presidente, que a Comissão está de portas abertas. A sociedade civil tem vontade de participar, tem vontade de continuar aqui, tem vontade de ajudar como for esta Comissão, que a gente entende que é de suma importância para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho também que a gente tem um papel de celebração da democracia aqui nesta Comissão. A gente tem que lembrar por que ela é importante, por que a gente não pode abrir mão dela. E a gente tem que lembrar também aqui nesta Comissão, como já diria Ulysses Guimarães, que traidor da Constituição é traidor da pátria. A gente tem que lembrar nesta Comissão que a gente tem ódio e nojo da ditadura. Esse papel da Comissão também é essencial, esse papel educacional.

E a Comissão sendo um farol, como a Ministra disse, eu acho que ela é a primeira de muitas comissões em defesa da democracia que a gente espera que se espalhem pelas Assembleias Legislativas, pelas Câmaras Municipais, internacionalmente, por que não? E a sociedade civil, junto às organizações do Pacto pela Democracia, também se dispõem a ajudar nesse movimento.

Por fim, podem contar com a gente em tornar a democracia um hábito, professora. A gente tem entendimento de que isso é importante. Contem com a sociedade civil, contem com o Pacto pela Democracia, que a gente está aqui para isso.

Eu queria passar a palavra para a Valéria, para a gente continuar essa intervenção.

Obrigado.

A SRA. NILZA VALÉRIA (Para expor.) – Boa tarde. Em nome da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, a gente celebra esta Comissão. E a gente destaca que, para nós, evangélicos comprometidos com a Democracia, esta Comissão é um marco. É um diálogo que a gente tem feito de forma constante com a Senadora Eliziane.

E, se hoje as igrejas evangélicas cresceram neste país, só foi possível crescer porque vivemos numa democracia. Se não fosse a democracia, as igrejas não teriam como crescer como cresceram. Então, isso torna um contrassenso que o fundamentalismo religioso seja uma ferramenta para minar a democracia por dentro dela.

Então, contem conosco. Há muitos evangélicos neste país dispostos a construir uma nação para todo mundo, um país para todo mundo, o que só é possível na democracia.

Então, eu agradeço muito. Foi muito importante ouvir a Ministra Cármen Lúcia. É uma pena que ela tenha se retirado. Foi extremamente importante a fala dela.

Profa. Heloisa, foi uma alegria imensa conhecê-la e ouvi-la pessoalmente. E Roberto Freire, a quem acompanho há muitos e muitos anos, quando ainda adolescente, desde as eleições de 1989, como já foi mencionado, é uma alegria muito grande ouvi-lo.

E saibam, contem no que for possível, respeitando os limites entre Estado e igreja. Contem com a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito para fazer a disputa que se faz necessária nesse momento neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por esse espaço.

O SR. ARTHUR MELLO – E agora queria passar para o Beto Vasques, do Democracia em Xeque.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu queria, antes do Beto Vasques, cumprimentar o Democracia em Xeque, que tem sido também muito importante inclusive na contribuição dos trabalhos da CPMI do 8 de Janeiro.

Então, eu agradeço assim profundamente ter também o Democracia em Xeque aqui nesta audiência. É a demonstração de que a gente está no caminho certo, ao lado das demais entidades.

Beto.

O SR. BETO VASQUES (Para expor.) – Obrigado, Presidente. É uma honra, um prazer e uma profissão de fé nossa poder ajudar a democracia.

Quero ser muito breve, mas recordando o que o próprio Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, acabou de colocar, o aprendizado nosso nessa última década nos mostrou que tentações autocráticas tentaram colocar os regimes democráticos em xeque.

A gente viu isso ao longo de todas as atitudes do planeta. A gente viu recentemente na Espanha, a gente viu no Paraguai. A gente viu isso em diversos países, não só os que vinham, mas neste último ano, depois das eleições brasileiras, a gente vê que a integridade dos sistemas eleitorais e o próprio regime democrático têm sido postos em xeque.

Então, eu acho que isso nos recorda uma lição que talvez dez anos atrás, o meu xará Roberto Freire estará de acordo, a gente tinha dado como mais ou menos finiquitada, resolvida. A gente achava que a democracia, uma vez estabelecida, ela é autoexecutável. E ela não é autoexecutável.

E aí, eu acho que esta Comissão... Nesse sentido, reforço as palavras do Arthur, a gente louva a criação da Comissão. E. mais que um farol, como a própria Ministra colocou – eu me remeto às palavras iniciais da Senadora Presidente, Eliziane Gama – eu acho que esta Comissão tem um papel de regador.

Então, louvando o trabalho e nos pondo à disposição para colaborar com esta Comissão desde o primeiro momento, quero parafrasear – os jovens não se lembrarão – uma canção de a A Cor do Som, de 1980, que dizia que... Eu vou parafraseá-la, em homenagem à democracia:

"[...], é como a flor
De água e ar, luz e calor
[...] [A democracia] precisa para viver
De emoção, e de alegria
E tem que regar todo dia"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Gente, muito obrigada.

Eu quero registrar a presença da Senadora Damares.

Muito obrigada pela sua presença aqui conosco, na nossa Comissão.

Não sei se a Senadora vai querer usar a palavra, antes do nosso encerramento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu só vou usar a palavra para lamentar, de não poder ter estado antes, ouvir a professora, a nossa querida professora... Eu não estou conseguindo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Heloisa Starling.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Heloisa.

Eu sei o nome, confundo com Sandra, é sempre assim. (*Risos.*)

Professora, obrigada por estar conosco, esta é uma Comissão que realmente promete. Eu acho que as discussões aqui vão ser interessantes e vão ser fundamentais para a gente caminhar nessa construção dessa democracia forte, com o nosso grande inspirador nessa luta também. Que Deus abençoe! Pena que eu não ouvi a Ministra Cármen, mas todos os demais que estão aqui acreditem, a pluralidade de ideias também faz parte deste Estado democrático de direito.

E a gente está aqui também para ajudar na construção, a gente está aqui também para se levantar – como disse o último orador – contra tanta atrocidade que um sistema ditador traz.

Eu acho que a gente precisa celebrar mais a democracia e falar especialmente com as novas gerações.

Eu não vou falar da música do senhor, não, porque eu não era nascida ainda... (*Risos.*)

... mas eu acho que a gente vai ter, neste espaço, nesta Comissão aqui, grandes oportunidades, grandes oportunidades de a gente fazer este debate que vai ser interessante para essa construção e fortalecimento de nossa democracia.

Parabéns, Presidente.

Deus abençoe a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Amém!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, querida.

Eu queria cumprimentar a presença do Francinácio Medeiros, que é Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Maranhão, que está aqui.

Tudo bem, querido? Satisfação.

Quero cumprimentar também Raniery Felipe, que é Superintendente Executivo da PRF do Maranhão, e o Maronilton Souza, que é Assessor Parlamentar da PRF do Maranhão.

Muito obrigada pela presença de vocês aqui conosco.

Eu quero cumprimentar o Alexandre Santos, ele é do Rio Grande do Norte, que nos fez algumas... Na verdade nós temos aqui o Alexandre Santos, do Rio Grande do Norte, o João Victor, do Ceará, o Giovanni, de Santa Catarina, e o Roberto Zero, de São Paulo, que enviaram aqui, pelo e-Cidadania do Senado Federal, alguns questionamentos.

Alguns deles, inclusive, a Ministra Cármen poderia conversar conosco, mas ela não está aqui, que são mais direcionados à questão jurídica, mas eu acho que os questionamentos deles aqui são exatamente a essência do que nós vamos trabalhar nas próximas semanas, meses e anos aqui nesta Comissão.

Por exemplo, o Alexandre coloca: "[Que] mecanismos podem ser inseridos na Constituição da República para aprimorar a defesa das instituições e da própria democracia?"

Aliás, esse é um dos objetivos desta Comissão: o aprimoramento do arcabouço legal brasileiro faz parte de uma luta diária dentro do Congresso Nacional, e, do ponto de vista do fortalecimento dessas instituições, tudo aquilo que a gente entender que é preciso o aprimoramento, nós vamos apresentar e, aliás, discutir, dentro desta Comissão, não apenas como audiência pública, mas, por ser uma Comissão ordinária também, fazendo o debate legislativo, através da avaliação, análise e aprovação dessas proposições legislativas que serão apresentadas por todos os Parlamentares.

Os demais vêm basicamente da mesma linha: o papel do cidadão comum na manutenção do equilíbrio entre os Poderes da República e também na promoção da democracia do país. O Giovanni fala da polarização política e da corrupção que afeta o equilíbrio entre os Poderes.

E o Roberto Zero fala da posição brasileira, que está na 51ª, no que se refere ao *ranking* publicado pela revista *The Economist*, que fala sobre o processo democrático, ou seja, nós precisamos melhorar, de fato, essa posição nesse *ranking* internacional.

Por fim, mais uma vez, eu quero agradecer profundamente a todos vocês. Faremos várias outras audiências. Os convites serão feitos.

Mais uma vez, obrigada, Profa. Heloisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora quer fazer uma consideração final antes do nosso encerramento?

A SRA. HELOISA STARLING – Quero só agradecer à Senadora. Sandra é minha prima. (*Risos.*)

E todas as vezes que me chamam de Sandra, eu acho o máximo, porque ela era a prima mais velha, sabe? Dava um monte de ordem. Então, Senadora, muito obrigada.

E a outra coisa é o seguinte: além de a gente ter que lembrar da Confederação do Equador, Pernambuco tem... Eu vou provocar os pernambucanos. É porque um dos maiores historiadores do Brasil, que é Evaldo Cabral, é pernambucano, não é? Então vamos provocar Evaldo. Aí eu queria lembrar vocês o seguinte: o Frei Caneca tem um jornal, que é o *Typhis Pernambucano*, em que ele faz a discussão da democracia. Os dois grandes jornais democráticos são o *Typhis Pernambucano* e o do Ezequiel, nosso amigo de que eu falei hoje. Vocês acreditam que ninguém sabe onde estão os originais do *Typhis Pernambucano*? Vamos ver se a gente acha, gente? Está bom? Por favor! Vamos pôr na pauta: onde está o *Typhis Pernambucano*?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Um bom desafio, aliás.

A SRA. HELOISA STARLING – E a homenagem à Frei Caneca.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito bom.

Portanto, gente, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª reunião, realizada no dia 12/7/2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Giordano, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Marcos do Val, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogerio Marinho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2606, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2012, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de desastres e recuperação de áreas atingidas, as ações de monitoramento de riscos de desastres e a produção de alertas antecipados." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.012, de 2022, com as duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1 – T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos congêneres fixar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3430, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4203, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre moratória para o desmatamento no Cerrado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 135, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 147, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, para tornar obrigatória a instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica em residências de famílias de baixa renda inseridas no Programa Casa Verde e Amarela." **Autoria:** Senador Fernando Collor (PROS/AL). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 361, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatória a divulgação, pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica, de informações relativas ao nível dos reservatórios de hidrelétricas." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Resolução do Senado n° 4, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria a Instituição Independente de Monitoramento das Políticas Relativas às Mudanças Climáticas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado n° 27, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 27 de 2023, e pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 4 de 2023 e da Emenda nº 1 (ao PRS 4/2023), na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 45, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 32/2023 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências” sejam incluídos os convidados QUE APRESENTA" **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 46, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil"." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Adiado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior...

Vou deixar para depois, porque nós não temos quórum.

Estamos caminhando para o fim do primeiro semestre de atividades nesta Comissão de Meio Ambiente sob minha Presidência. Eu aproveito este momento para destacar as atividades que desenvolvemos no âmbito do Junho Verde no Senado Federal, que este ano se somou à Virada Parlamentar Sustentável. Durante todo o mês, diversas iniciativas foram realizadas para promover a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis para o nosso dia a dia em nossa política.

Foram realizadas audiências públicas sobre temas centrais para a agenda ambiental, tais como bioeconomia, proteção dos recursos hídricos, uso e ocupação do território do Distrito Federal, mercado de carbono e o papel da mulher no enfrentamento à crise climática. Lembro que, em duas dessas audiências públicas, tivemos a composição da mesa exclusivamente ocupada por mulheres.

Destaco que estou trabalhando com profundidade no relatório das matérias sob minha relatoria que tratam do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões ou mercado de carbono. Esse é um tema central para viabilizarmos um dos possíveis mecanismos de financiamento climático e darmos mais um passo rumo à transição ecológica.

Ainda no mês de junho, tivemos também o comparecimento da equipe executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas para prestar informações sobre os planos, projetos e prioridades da pasta. Foi exibido, no Auditório Petrônio Portella, desta Casa, o documentário Biocêntricos. A obra percorre diversos lugares do mundo a fim de apresentar o surgimento e os princípios que orientam a biomimética, área da ciência que estuda soluções e estratégias usadas pela natureza com o objetivo de aplicá-las em outras áreas de conhecimento em nossas vidas.

Ainda o Senado teve sua cúpula iluminada na cor verde em diferentes períodos do mês de junho.

Também promovemos atividades internas para os nossos servidores: durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

todo o mês foram veiculadas notícias na intranet sobre cuidados com o meio ambiente e cardápios de restaurantes com opções de pratos em homenagem aos biomas brasileiros.

O Senado Federal, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, a qual presido, está comprometido com o futuro sustentável na busca de soluções inteligentes diante dos nossos problemas socioeconômicos para que o Brasil saia na frente e ensine ao mundo que desenvolvimento e conservação dos ecossistemas podem e devem caminhar de mãos dadas, juntos.

Seguiremos trabalhando com responsabilidade nesta Comissão. Juntos, podemos criar um mundo melhor para as futuras gerações.

Bom, vamos iniciar a nossa pauta de hoje.

Temos aqui a presença dos Senadores Jorge Kajuru, Otto Alencar e Confúcio Moura. Quero agradecer a presença dos dois aqui.

E vamos passar para o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 3430, DE 2019
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Em 21/06/2023, retirado de pauta a pedido do relator
Autoria: Deputada Leandre.

Concedo agora a palavra ao Senador Otto Alencar, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., minha estimada e querida amiga Presidente da Comissão de Meio Ambiente, uma das Comissões mais importantes do Senado Federal, Leila Barros. E agradeço também ao Senador Jorge Kajuru pela possibilidade de que eu pudesse relatar antes dele. Essa é uma concessão que eu vou guardar comigo como um gesto, mais um gesto da sua parte.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu agradeço, porque estou vivo até hoje por causa de você. Você que salvou a minha vida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é. Bem vivo. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, ele teve uma convulsão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, a Deputada Leandre encaminhou o Projeto de Lei 3.430, alterando "a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e a 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes".

Esse projeto eu julgo da maior importância.

É uma proposição que contém três artigos. O art. 1º do PL acrescenta a alínea "j-A" no art. 3º da Lei nº 12.651, de 2012, Código Florestal – o Código Florestal é muito importante, foi aprovado por este Congresso Nacional –, para incluir na lista de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental atividades com o objetivo de recompor a vegetação nativa no entorno de nascentes ou outras áreas degradadas, conforme norma expedida pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Pelo art. 2º da proposição, o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 14.119, de 2002, que "institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais" – prevista no Ministério de Meio Ambiente e também na Lei Orçamentária Anual – passa a vigorar com nova redação, a fim de que as áreas de preservação permanente, reserva legal e outras sob limitação administrativa nos termos da legislação ambiental serão elegíveis para pagamento por serviços ambientais (PSA) com uso de recursos públicos, conforme regulamento, com preferência para aquelas localizadas no entorno das nascentes, localizadas em bacias hidrográficas consideradas críticas para o abastecimento público de água, assim definidas pelos órgãos competentes, ou em áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica em processo de desertificação ou de avançada fragmentação.

Essa cláusula de vigência, imediata, é prevista em seu art. 3º.

Em sua justificação, a autora da proposição aponta que a origem da crise hídrica está associada ao desmatamento dos biomas nacionais.

Todos os biomas nacionais hoje, estimada Presidente, estão comprometidos pelo desmatamento. O desmatamento em nascentes, em rios tributários, em matas ciliares, em rios caudalosos ou nas calhas principais dos rios compromete muito, porque, além de provocar o assoreamento das nascentes, diminui a produção de água. E a produção de água está diminuindo de forma muito grande no Brasil, em todos as localidades, pelo desmatamento. Só produz água quem preserva as matas ou quem planta árvores. São exatamente as árvores – sobretudo as árvores da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica, do Cerrado, até da Caatinga – as responsáveis pela formação das raízes. E quem dá porosidade ao solo ou deixa o solo poroso para a penetração das chuvas, das trovoadas, chuvas que acontecem no nosso país, são as raízes. Então, as raízes deixam o solo poroso, e a chuva, por essas raízes, penetra e abastece o talvegue, que é o termo técnico por que se chama o braço subterrâneo de uma nascente. É claro que, se a água penetra, ela desce pela terra, mas ela vai encontrar a rocha. Quando ela encontra a rocha, ela não desce mais, ela reflui, para fazer brotar água nas nascentes.

Então, eu tenho uma experiência na Bahia. Inclusive, temos lá uma fábrica de florestas, que é uma coisa que nós criamos há muito tempo, para revitalizar nascente. Então, se, por acaso, tiver uma nascente que esteja morta, esteja assoreada, esteja aterrada por sedimento de terra, me dê uma retroescavadeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que eu vou retirar esse sedimento. Quando a terra começar a "suar" embaixo – porque a gente chama no interior "suar" –, começar a ficar molhadinha, já me dê um arame, eu vou cercar essa nascente toda, vou replantar as matas de acordo com o bioma – se for o bioma da Mata, as árvores da Mata; se for o bioma do Cerrado, as do Cerrado; se for o bioma da Caatinga, as da Caatinga. Aí nós vamos ter, depois dessas árvores crescidas e com raízes fortes, com as chuvas, a nascente voltar a brotar, e você revitaliza uma nascente.

Essa experiência nós temos lá na Bahia. Inclusive, recentemente eu fui lá a Bom Jesus da Lapa, na beira do Rio São Francisco – é a capital religiosa da Bahia, no Rio São Francisco, Bom Jesus da Lapa –, no pé da Serra do Boqueirão, onde fizemos isso em 2016 para um senhor que era pai do Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus da Lapa, o Miguel Leles. Fizemos a recuperação dessa nascente, tiramos sedimento, plantamos árvores e agora recentemente fui lá ver: água brotando, cristalina, para abastecer aquela região.

Então, essa questão desse projeto de preservação da nascente é fundamental.

Faltou água em Brasília no ano de 2016 e 2017, pela seca, foi ter que fazer racionamento; faltou água em Cantareira, em São Paulo; e a perda de água é uma coisa assustadora. Estou aqui ao lado do Senador Confúcio, que é da Região Amazônica, e os estudos feitos pelo satélite Landsat, que são estudos muito bem-feitos, mostraram que, entre 1990 e 2017, a Bacia Amazônica está perdendo, por ano... Isso é muito grave. Bacia Amazônica, todos os rios da Amazônia, sejam eles maiores ou menores, o Madeira, o Rio Negro, o Rio Amazonas, o Tocantins, Xingu, todos esses rios da Amazônia, da Bacia Amazônica, que é a maior bacia de água doce do mundo... Aliás, o Brasil tem a maior quantidade de água doce do mundo, tem 13,7% de toda a água doce do mundo. Esses rios da Amazônia estão perdendo, por ano, 350 quilômetros quadrados de lâmina d'água. Você imagine aonde é que vai chegar. Isso detectado do ponto de vista técnico. O MapBiomas já demonstrou. E o desmatamento vai chegar a um nível de perda substancial das águas dos rios amazônicos. Inclusive, o Rio Tocantins perdeu, entre 1989 e 2008, em dez anos, cerca de 10% da sua vazão média, assim como o Rio São Francisco, o meu rio, o rio da minha paixão, da minha vida, perdeu muito em vazão média. Hoje, por exemplo, a vazão média do Rio São Francisco está em 508 metros cúbicos por segundo – já foi 2.980 metros por segundo de vasão média –, causada pelo desmatamento.

O desmatamento é um crime contra a humanidade. No Brasil é contra o povo brasileiro, contra as futuras gerações, porque não há outro *commodity* que substitua a água. Ela é hoje utilizada para consumo humano, consumo animal, consumo industrial, produção de alimentos pela irrigação, produção de energia hidrelétrica. Então, aumenta o consumo, aumenta a população, aumenta o gasto da água e diminui a produção. E só produz água quem planta árvores para reparar as nascentes ou preserva as matas ciliares das nascentes, dos rios tributários e dos rios principais, calha de rio grande, como eu citei aqui os rios amazônicos.

Repetindo, Senador Confúcio, os rios amazônicos estão perdendo 350 quilômetros de lâmina d'água por ano, pelo desmatamento. Então, é uma perda substancial, embora seja uma das maiores bacias de água do mundo

Portanto, o projeto de revitalização das nascentes, com comprometimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos da União, através do Ministério do Meio Ambiente, inclusive com respaldo no Código Florestal, da Deputada Leandre, é fundamental para o Brasil, para o futuro das novas gerações e para a produção de água.

O meu relatório é pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Excelente, Senador Otto. O senhor foi muito didático aqui.

Em discussão a matéria.

O Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Otto, quando fala nesse assunto, ele se emociona devido ao grande conhecimento que ele tem, e ele é estudioso da situação dos rios, principalmente do Rio São Francisco e seus tributários.

A Deputada Leandre é uma Deputada muito inteligente, muito discreta, e hoje ela não está aqui na Câmara. Ela era Secretária de Estado lá no Paraná. Mas deixou essa beleza desse projeto de lei à disposição do Congresso Nacional, hoje aqui muito bem relatado pelo Senador Otto Alencar.

A questão de recuperação das nascentes e projetos equivalentes, chamada Plantando Águas, já tem sido escolhida e desenvolvida em alguns municípios. Lá na Hidrelétrica de Itaipu, eles têm feito um acordo de pagamento de serviços ambientais a 42 municípios que plantaram árvores e recuperaram nascentes, para aumentar justamente a capacidade do aquífero necessário para a Hidrelétrica de Itaipu.

E, assim, muitos outros exemplos têm sido divulgados, e, com relação a essa política de pagamento de serviços ambientais no Brasil, a gente fica sempre esperando o cumprimento dos acordos internacionais, como o Acordo de Paris, acordo tal, acordo tal, que prometem esses pagamentos pelo controle do desmatamento e tudo mais. Mas eu acredito que esse projeto aqui é o pé no chão e está colocando que o Brasil mesmo pague, com os seus próprios recursos, os serviços ambientais exemplares, pelos quais se possa recuperar nascentes, num projeto assim, podemos dizer, universal no Brasil inteiro. Serve para tudo! Então, não poderia ter Relator melhor para esse projeto de lei, e o Otto aqui, como se viu, largou a leitura e falou de improviso sobre tudo que ele sente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Foi uma aula dele.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A aula dele, que é maravilhosa. Ele é um exemplo para mim de ser um defensor da floresta em pé, defensor das águas, e eu tenho certeza de que a sua palavra há de ter seguidores, muitos seguidores, para poder fazer a defesa das teses que V. Exa. sempre tem em referência.

Era só isso mesmo.

Muito obrigado e eu sou favorável demais ao projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O Senador Otto, além de todo o conhecimento e a experiência, é muito didático, não é? Encanta pela paixão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Exatamente.

Encanta pela paixão com que fala, com que defende, realmente como o Senador Confúcio falou, as suas teses. É impressionante!

Com a palavra, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Tudo que ele fala, Presidente, é de alma, não é? Alma!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É! Esse é um legítimo baiano, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É Otto de Deus é o nome dele, tá? Não é Otto Alencar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 147, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, para tornar obrigatória a instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica em residências de famílias de baixa renda inseridas no Programa Casa Verde e Amarela.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra agora ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço, minha Presidente Leila Barros.

O Senador Fernando Collor, na época da pandemia, teve a sensibilidade de apresentar esse projeto para atender a um programa importante do governo passado, que é o Programa Casa Verde e Amarela, e o Senador optava, no seu projeto, pela colocação de energia fotovoltaica nessas casas para o atendimento à população que seria beneficiada.

No entanto, o projeto ficou prejudicado porque a nova medida provisória que foi editada pelo Governo, a Medida Provisória 1.162, de 2022, nela já se está atendendo, em toda letra de lei do projeto apresentado pelo Senador Collor, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

implantação de energia fotovoltaica nessas casas, tanto nas do Programa Minha Casa, Minha Vida como também naquelas casas que foram construídas no Programa Casa Verde e Amarela.

De acordo com essa medida provisória e pelo atendimento dela, fica prejudicado o projeto, e o nosso voto é pela prejudicialidade do PLS 147, de 2022, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Otto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu quero agradecer a V. Exa., Senadora Leila, ao Kajuru e a todos que estiveram presentes. Eu peço que você me permita ir para outra Comissão para relatar mais dois projetos, mas estarei sempre à sua disposição.

Quero agradecer e parabenizar V. Exa. pelo trabalho aqui na Comissão de Meio Ambiente. Esta Comissão é fundamental para o futuro das novas gerações, porque preservar o meio ambiente é garantir o futuro, a energia limpa, a água limpa, o ar limpo para todos os brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Otto. Não precisa pedir desculpas porque nós sabemos da rotina de todo mundo aqui, que é uma correria total. Prazer tê-lo sempre aqui conosco.

Item 9.

Tramitação conjunta do Projeto de Resolução do Senado n° 4, de 2023, e do Projeto de Resolução do Senado n° 27, também de 2023, não terminativos.

ITEM 9
(Tramitação conjunta)
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 4, DE 2023, e
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 27, DE 2023
- Não terminativos-

PRS n° 4, de 2023, cria a Instituição Independente de Monitoramento das Políticas Relativas às Mudanças Climáticas.

Autoria: Senadora Leila Barros.

PRS nº 27, de 2023, que cria a Instituição Ambiental Independente no Âmbito do Senado Federal.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Jorge Kajuru.

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado n° 27, de 2023, e pela aprovação do Projeto de Resolução n° 4, de 2023, e da Emenda n° 1,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 04/07/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Luis Carlos Heinze.

- A matéria será apreciada também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão Diretora do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura de seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelas redes sociais e pelo grupo TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

É sempre um privilégio estar aqui nesta fundamental Comissão de Meio Ambiente, presidida disparadamente pela maior revelação da história deste Senado Federal como Parlamentar, a minha amiga e irmã há 30 anos, Leila do Vôlei, Leila Barros. Esta Comissão tem a cara dela. Antes de mais nada, senhoras e senhores, jovens, eu quero aqui expressar minha profunda gratidão pelo trabalho da nobre Senadora Teresa Leitão, como Relatora do meu Projeto de Lei nº 135/2020. O seu comprometimento, a dedicação e a análise foram essenciais para o avanço dessa importante iniciativa.

A proposta de minha parte é garantir que as áreas onde ocorreu o uso indevido do fogo sejam dedicadas exclusivamente ao reflorestamento, conforme estabelecido pelo Código Florestal. Acredito que se trata de medida essencial, diante dos alarmantes índices de queimadas ilegais que assolam o Brasil.

Hoje, Presidente Leila, infelizmente – ou felizmente – não haverá a discussão desse meu projeto porque a querida e histórica Ministra da Agricultura, a Senadora Tereza Cristina, me pediu para que na semana que vem fizéssemos a discussão, pois ela se interessou e quer fazer algumas observações. Eu não neguei o pedido dela, Senadora Damares, até porque eu tenho juízo e obedeci à Tereza, como também te obedeceria. Agora, ela está devendo para mim, na semana que vem, até porque eu realizei um sonho dela, e você estava presente: ela queria conhecer o músico Ivan Lins. E ela conheceu o Ivan Lins e se apaixonou pelo Ivan Lins, musicalmente falando – para ficar bem claro. Então, se ela negar com o Kajuru, o Ivan Lins fará uma música contra a Tereza Cristina, evidentemente.

Mas, brincadeira à parte, vamos diretamente ao assunto na análise.

Nos termos dos incisos I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre matérias relativas à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, observo que as duas proposições em análise – o PRS 4/2023, de autoria da Senadora Leila Barros, e o PRS 27/2023, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo – são praticamente idênticas, com poucas diferenças, a meu ver, entre si. Assinalo que a Instituição Independente, que ambos os projetos apresentam, é inspirada na bem-sucedida Instituição Fiscal Independente (IFI), inclusive em relação ao número e composição dos seus membros, e tem como objetivo trazer uma visão independente, crítica e construtiva sobre políticas públicas relacionadas à proteção e à preservação do meio ambiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao desenvolvimento de uma economia sustentável e às mudanças climáticas.

Desse modo, os projetos reforçam a missão do Senado Federal como ponto de fiscalização da implementação das políticas públicas ambientais, com o desígnio de preservar os recursos naturais brasileiros e de harmonizar o desenvolvimento econômico e a garantia da sadia qualidade de vida resultante de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é direito de todos, como previsto no art. 225 da Carta Magna.

Mas enfatizo aqui que a mera existência de uma instituição não garante sua credibilidade ou sua efetividade. Essas virtudes só serão adquiridas à medida em que a instituição demonstrar resultados, por meio do desempenho de suas atividades de maneira competente, cientificamente embasada e isenta de ingerência política.

Com relação a qual dos PRS deve ser aprovado, informamos que a alínea "b" do inciso II do art. 260 do Regimento do Senado determina que, na tramitação em conjunto, terá precedência o projeto mais antigo sobre o mais recente, ou seja, que o PRS nº 27, de 2023, deve ser considerado prejudicado, dando-se preferência ao PRS nº 4, de 2023.

Todavia, senhoras e senhores, existem reparos a serem feitos na redação do PRS nº 4, de 2023. É necessário corrigir a denominação da Comissão de Meio Ambiente, que não lida atualmente com a defesa do consumidor e a fiscalização e controle. Ainda é preciso acrescentar ao *caput* do art. 1º a finalidade de avaliar o cumprimento de metas ambientais e climáticas e tornar mais clara a redação do §8º do art. 1º do projeto. Considero, também, que, nesse mesmo §8º do art. 1º do PRS nº 4, de 2023, a exclusão da atividade docente da proibição de exercício regular de outra atividade profissional nos parece coerente com o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, enquanto deve também ser acrescentada às proibições a participação em organização da sociedade civil prevista no PRS nº 27, também de 2023.

No §10 do art. 1º, avalio que não é necessário indicar que, com relação a prestação de informações, o não atendimento no prazo de 30 dias ou informações falsas é crime de responsabilidade, pois isso já está estabelecido pelo §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Além disso, Ministra Damares, considero relevante o §13 do art. 1º do PRS n° 27, de 2023, que determina que, antes do encerramento de cada ano, a IAI apresentará a evolução do quadro ambiental e climático brasileiro, inclusive taxas anuais de desmatamento nos biomas brasileiros, taxas de emissões de gases de efeito estufa e demais indicadores ambientais relevantes.

Outrossim, o art. 3º de ambos os projetos nos parece inconstitucional por criar obrigação a órgãos de outro poder por meio de norma interna do Senado Federal. Deve, então, por isso ser excluído da redação final da proposição.

Entendo também que a composição do Conselho Diretor necessita contar com a representatividade de um integrante da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vez de Comissão de Assuntos Sociais, conforme emenda apresentada pelo Senador Luis Carlos Heinze. Isso porque compete à CRA a análise de temas referentes à agricultura, à pecuária e ao abastecimento, que são atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relacionada às emissões de gases estufa e aquecimento global.

Por fim, para abarcar todas essas alterações, apresento uma emenda substitutiva ao PRS nº 4, de 2023, contendo elementos de ambas as proposições, para aprovação.

Direto ao voto: ante o exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2023, e pela total aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 4, de 2023, e da Emenda nº 1-CMA (ao PRS nº 4, de 2023), na forma do substitutivo que apresento neste relatório, Presidente Leila Barros, repito, maior revelação da história deste Senado Federal como Parlamentar e minha amiga e irmã há 30 anos.

Agradecidíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É muito suspeito. (*Risos.*)

Bom, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Zequinha Marinho.

Bom dia, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Muito obrigado.

Eu quero aqui cumprimentar o Relator Senador Jorge Kajuru pelo belo trabalho feito.

Essa questão climática é extremamente importante. E é preciso que a gente deixe, digamos assim, de achismos para tentar chegar mais perto da realidade.

Não sei se a gente esquece rapidinho o que passa de um ano para outro, mas eu sou criado numa região que só tem duas estações: uma é verão, a outra é inverno. Verão é quando faz sol; e inverno é quando chove. As pessoas brincam muito e dizem que, em Belém, só tem duas estações também: uma, que chove todos os dias; e outra, que chove o dia todo. Mas não é assim também. Nós estamos começando o período de estiagem. E, até em Belém, diminui bastante a incidência de chuvas.

Ter uma instituição que possa monitorar, acompanhar... Digamos, pegue aí 100 anos para trás e observe como isso tem se comportado, para você projetar para frente, estudar, calcular, contribuir no debate sobre a questão climática, porque tem muita coisa, digamos assim, possível, mas tem muita coisa maluca também nesta conversa.

Então, que seja alguém que tenha a cabeça no ponto de equilíbrio para que se tenham noções de fato, porque uma coisa é você ser um extremo, um extremo para ponto positivo ou um extremo para o ponto negativo. Não interessam para ninguém os extremos. O que interessa para a gente, para poder fazer base de cálculo, para poder prever aquilo que ocorre, a questão da industrialização, a questão do avanço de outras atividades econômicas impactantes no meio ambiente, são dados, são números.

Lembro um tempo em que assumi a Comissão de Mudanças Climáticas aqui e eu pedi 50 anos para trás, para a gente poder fazer, ano a ano, a média da temperatura todos os anos, para poder ter uma noção, para poder começar a discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alguém diz: "O mundo está acabando, vai acabar o ano que vem". E não é assim também. Outros já acham que não tem nada a ver. Tem. A influência humana tem seu percentual de impacto aqui. Claro que os oceanos contribuem significativamente, o que está um pouco distante do controle humano, mas aquilo que a humanidade puder fazer, de forma inteligente, equilibrada, eu acho importante.

Parabéns, Relator.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Temos as nossas observações a fazer, mas vamos votar favoravelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Zequinha.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu sei que a discussão ficou para semana que vem, mas quero cumprimentar a autora, cumprimentar o Relator.

Eu preciso fazer um registro. A gente precisa mesmo, Leila, de dados confiáveis no país. Quem está lá na ponta, na gestão, Senador, às vezes, se perde com informações que vêm de todos os lugares. Isso é muito confuso. Como construir uma política pública? Como construir um projeto, um programa efetivo se os dados, às vezes, não são confiáveis? O que acontece? Muitos gestores acabam trabalhando em cima do achismo.

O Senado Federal tem dado um exemplo, com as suas instituições, de competência, de integridade, de isenção.

Ontem, eu tive uma experiência, Leila, na Comissão de Educação.

O DataSenado, Senador Kajuru, fez uma pesquisa sobre a violência nas escolas. E, ontem, foi a apresentação do DataSenado. A gente só não pôde celebrar porque os dados são extremamente chocantes, mas a metodologia, a forma como os nossos profissionais do DataSenado conduziram a pesquisa, o resultado apresentado dá tese de mestrado, doutorado, pós-doutorado, monografias, pesquisas, projetos de lei, políticas públicas. Então, as instituições do Senado têm confiança, credibilidade.

Um instituto desse, um órgão desse aqui dentro, em que a gente possa buscar dados confiáveis e não trabalhar... Com todo respeito ao terceiro setor, a gente precisa muito do terceiro setor – este é um país que valoriza o terceiro setor –, mas dados confiáveis, que a gente pudesse vir buscar aqui, ajudariam muito quem está lá na ponta, executando a política pública.

Então, parabéns pela ideia, pela iniciativa.

E vamos trabalhar na próxima sessão, na próxima reunião.

Acho que a Ministra Tereza quer discutir também.

Eu fico muito contente com a iniciativa. Quero estar aqui na próxima semana, para a gente aprovar o melhor.

Parabéns pela iniciativa e pela relatoria!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

GO. Pela ordem.) – Presidente, permita-me apenas?

Eu iria informar, de forma pessoal, à Senadora Damares, mas informo aqui publicamente porque creio ser um assunto nacional hoje, de revolta, de indignação, Zequinha, Hiran, todos que estão aqui presentes. Desculpe-me a visão, de repente não estou enxergando algum companheiro, algum amigo aqui.

Mas uma notícia boa da Polícia Federal sobre aquele ofício seu e meu para que se retire do ar, urgentemente, aquela rede social plataforma Discord, que vocês devem ter visto, aquele horror, em relação às crianças, da pedofilia à zoofilia: felizmente, vai ser retirada do ar agora cedo.

Portanto, a gente cumprimenta aqui a agilidade da Polícia Federal, a ação judicial, a partir desse ofício da Senadora Damares e de minha autoria, de nós dois, porque, Senadora Leila, quem viu aquelas imagens, pelo amor de Deus, não dá nem para fazer comentários sobre isso.

E que haja penalização, como a senhora falou ontem, na tribuna do Senado, rigorosa e não penalização de brincadeira, de pedir desculpas, e, amanhã, voltar a acontecer a mesma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, nós estamos votando o item 9, a questão do PRS tanto de minha autoria como do Senador Veneziano, que cria uma instituição independente de monitoramento de políticas relativas às mudanças climáticas.

Encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução nº 4, de 2023, e à Emenda nº 1-CMA, na forma da Emenda nº 2-CMA Substitutiva; e pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 27, de 2023, de autoria do Senador Veneziano.

A matéria, agora, irá à CCJ.

Obrigada, Senador Kajuru.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 50, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos congêneres fixar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Damares Alves
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Em 21/06/2023, retirado de pauta a pedido da relatora

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou direto à análise, lembrando que é um projeto de 2019, já debatido amplamente na Câmara. É um projeto bonito, uma iniciativa muito bonita.

Vamos direto para a análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 102-F, compete à CMA opinar sobre matérias que digam respeito à proteção da fauna. Portanto, é regimental o exame do projeto por este Colegiado e, considerando que apenas esta Comissão analisará a matéria, examinam-se os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito. O projeto é meritório e fundamenta-se no ordenamento jurídico ambiental de proteção da fauna.

A Constituição Federal determina a obrigação de o poder público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, art. 225, §1º, inciso VII.

A Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, prevê como crime ambiental a prática de ato de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, com majoração de sanções quando se tratar de cão ou gato, art. 32.

Entendemos que a situação a que estão submetidos muitos animais de estimação abandonados sujeita-os a práticas que podem ser consideradas cruéis e, portanto, vedadas pela nossa Constituição. A imprensa tem divulgado o crescente número de animais abandonados. É uma situação paradoxal: por um lado, cresceu o número de famílias brasileiras dispostas a ter um animal de estimação; por outro lado, é cada vez mais comum observarmos animais abandonados na rua. Segundo matéria do G1, o abandono de animais acompanha a perda do poder aquisitivo. Esse abandono pode ser considerado crime ambiental, conforme o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais.

Ainda assim, são comuns flagrantes de pessoas que abandonam seus animais em praticamente todos os municípios brasileiros. À medida que cresce o número de animais domésticos abandonados, jogados na rua como objetos descartáveis por proprietários que desistiram de cuidar deles, aumentam também os pedidos de resgate feitos a instituições dedicadas à proteção animal e a órgãos públicos dedicados à matéria.

A pandemia de coronavírus agravou essa situação, conforme atestam o Conselho Federal de Medicina Veterinária e diversas entidades não governamentais dedicadas à causa dos animais domésticos. O que o projeto propõe é utilizar as empresas desse setor, como *pet shops* e clínicas veterinárias, para a divulgação dos canais para adoção. Busca-se, assim, incentivar e facilitar essa adoção por famílias que objetivem ter um animal doméstico em casa. Ainda, segundo as regras propostas, o animal a ser adotado deverá estar vacinado e vermifugado, medidas cujo custo será assumido pelos adotantes ou pelas instituições responsáveis pela adoção.

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Lei nº 50 de 2019.

Senadora Presidente, o nosso mandato nem sempre é tão difícil; às vezes, é doce – ontem eu aprovei a cidade Capital Nacional do Rocambole – e, às vezes, é muito fofo, como essa proposta.

E aí, Senadora, bate com o que o Senador Kajuru falou: quando nós solicitamos a retirada dessa plataforma, a Discord, nós encontramos inúmeras cenas de crueldades com animais. Há uma em que o agressor pediu a um adolescente do outro lado para esfaquear ao vivo gatos, cachorros, enforcá-los. Então, a retirada dessa plataforma também é para proteger os animais, é para proteger os nossos *pets* no Brasil.

Peço a aprovação desse projeto, que já tramita desde 2019.

Está aqui o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Excelente, Senadora Damares. Parabéns pela iniciativa juntamente com o Senador Kajuru.

A matéria está em discussão.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, só para manifestar uma certa preocupação com esse setor.

A Senadora Damares afirmou – e é verdade – que parece que na pandemia isto se agravou: todo mundo querendo um animalzinho de estimação, principalmente o cachorro e o gato. Mas do cachorro de raça, que não seja aquele que a gente chama de vira-lata, que sobrevive a qualquer situação, é cara a manutenção. Não sei se a senhora tem em casa, mas eu tenho, a minha família tem. O Chico tem dia que é mais importante do que qualquer pessoa lá em casa, é a situação. E é vacina, tudo é caro; não é fácil, não.

Então, é muito importante que todo mundo reflita antes de pegar um animalzinho desse para poder criar. Depois, vem o outro lado, que é o problema de os municípios não estarem equipados com um centro de zoonose, que é onde se controlam as doenças ligadas a essas espécies; poucos municípios têm estrutura para isso.

Então, à medida que você pega um cachorro para criar, depois não dá conta, coloca-o na porta de alguém e vai embora, mesmo chorando, doendo, mas acha que ele ali vai achar um lugar, alguém que vai cuidar, às vezes, isso não dá certo, não funciona. A cidade não tem como recolhê-lo, tratá-lo, vaciná-lo. Lá vai um problema de saúde.

Então, é um assunto sério que precisa ser repensado pela sociedade, e a gente aqui tem que estudar profundamente normas que deem condição de se criar com condições de manter, evitando raças difíceis. O vira-lata é simples, ele sobrevive, ele come qualquer coisa; o outro, não, ele tem que ter a ração adequada, a comidinha adequada – o cartão de vacinação é mais rígido do que o da criança que você tem em casa. O negócio é duro.

Esse projeto começa ajudando, naturalmente, mas não para por aí. Nós temos que avançar para que, no futuro, a gente não tenha um problema de saúde ligado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa questão da zoonose.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Zequinha.

Senador Jaime Bagattoli, bom dia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Cumprimento aqui a Senadora Leila Barros, o Zequinha Marinho, o projeto da Damares.

Quero dizer para você, Zequinha, o seguinte: você sabia que o faturamento grande das agroindústrias hoje é de ração para animal? É! Virou um grande mercado.

Então, eu vejo que as pessoas têm que ter consciência, quem quer ter ou tem um animal em casa, mas as pessoas que querem ter o animal têm que saber que, para levar o cachorro, o gato, têm que ter cuidado, porque também não adianta você querer ter e, depois, maltratar ou, quando chegar a uma certa altura, soltar na rua e deixar junto com os vira-latas lá. É o que está acontecendo muito. Em muitas cidades aí, a gente vê o que está acontecendo. Por exemplo, tem cidades hoje, como lá em Vilhena, eu estava vendo outro dia, onde tem até pessoas que estão na... Como é que é? Fizeram até um consórcio de pessoas para pegar esses animais e levar para um certo cuidado, porque o que se vai fazer depois?

Então, acho venerável o projeto da Damares e quero dizer que nós temos que ter responsabilidade com os animais.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Na verdade, é um avanço, não é? A iniciativa do Deputado Fred Costa com a relatoria da nossa querida Senadora Damares é um avanço. Mas, como toda legislação, a gente vai... Essa é a nossa missão aqui, a de estarmos sempre atualizando, antenados com as demandas da sociedade. Mas é um avanço!

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Damares, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 50, de 2019.

A matéria agora vai ao Plenário.

Obrigado, Senadora Damares.

Nós temos aqui o Item 8, não terminativo.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 361, DE 2022
- Não terminativo -

Torna obrigatória a divulgação, pela prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica, de informações relativas ao nível dos reservatórios de hidrelétricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Rose de Freitas.
Relatoria: Senadora Carlos Viana.
Observações:
1. Em 21/06/2023, retirado de pauta a pedido do Relator.

2. A matéria também será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Vou passar a palavra para a Senadora Damares, que hoje está como Relatora *ad hoc*.

Obrigada, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Vamos direto para a análise.

O art. 102-F do Regimento Interno do Senado estabelece que compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente. Entre os assuntos destacados pelo referido artigo, menciona-se a "proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos". Verifica-se, portanto, que a matéria tratada pelo PL se enquadra nas competências previstas pelo art. 102-F do Regimento Interno, uma vez que as hidrelétricas utilizam um recurso hídrico para gerar energia elétrica.

Uma vez constatada a aderência do tema às competências desta Comissão, passemos à análise do PL.

De início, louvamos a preocupação da autora do PL quanto à necessidade de o Estado atuar para informar os consumidores de energia elétrica acerca da situação dos reservatórios das hidrelétricas. A divulgação nas faturas de energia elétrica do endereço eletrônico no qual serão disponibilizados o nível dos reservatórios e a foto desses últimos dará aos consumidores informações concretas sobre o que as autoridades do setor elétrico utilizam para justificar elevações nas tarifas e o acionamento das bandeiras tarifárias. Trata-se de uma medida com potencial para racionalizar o consumo de energia elétrica e, com isso, preservar o meio ambiente.

Em situações de escassez hídrica, como grande parte da nossa geração de energia elétrica é oriunda de hidrelétricas, o ideal é que todos nós reduzamos o consumo de energia elétrica. Com isso, evitamos que sejam acionadas termelétricas emissoras de gases causadores de efeito estufa. As bandeiras tarifárias, embora tenham esse objetivo, não o atingem, conforme já constatado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ou seja, elas não são suficientes para mudar o comportamento do consumidor de energia elétrica, de forma que é necessário pensarmos em outras soluções, tais como a proposta pelo PL em análise.

De fato, a concretude que a foto de um reservatório vazio possibilita é capaz de fazer com que as pessoas sejam instadas a adotar um comportamento em prol da redução do consumo de energia elétrica. Apertar um simples interruptor de luz estará associado à lembrança de um reservatório seco, o que pode fazer com que as pessoas cogitem se é realmente necessário utilizar a eletricidade naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Destacamos, ainda, que a imagem de um reservatório vazio pode ter impacto para além do setor elétrico, na medida em que incentiva o uso racional da água, preservando um bem essencial à vida humana, sobretudo em um momento de escassez hídrica.

Do exposto, nota-se que a proposição apresenta impactos positivos para o meio ambiente. Os incentivos por ela dados constituem atos de cidadania e revelam preocupação com as gerações futuras e com o planeta Terra.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 361, de 2022.

Presidente, o que os olhos não veem, o coração não sente. A ideia desse projeto é muito boa. É realmente tocar no coração e na mente quando os reservatórios estiverem vazios.

Segue o voto, segue o relatório e peço o apoiamento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Damares.

Em discussão a matéria.

Pois não, Senado Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – É interessante, mas esse é um assunto, minha Senadora, muito profundo, muito complexo, porque a gente tem o chamado Operador Nacional do Sistema, que controla tudo isso. Lá no meu estado nós temos duas grandes hidrelétricas. Tirando Itaipu, as outras duas maiores estão lá, e a gente tem problemas exatamente onde a senhora está batendo aí.

Ontem, por incrível que pareça, eu fui levar o Presidente da Norte Energia a uma reunião no Ibama. E, conversa vai, conversa vem, o Ibama entra nessa pauta. Por quê? Porque você está com a água represada. O cara que controla o Operador Nacional do Sistema diz: "Olha, abra mais uma turbina ou mais duas, está só com algumas funcionando". Por exemplo, Belo Monte tem 18 grandes turbinas. Um negócio maluco! Nunca vi tão grande, tão grande como aquilo. Então, quando você abre e joga a água para a questão das jusantes, para baixo, você altera uma série de coisas inclusive relacionadas à vida fluvial ali: o peixe, a piracema, não sei o quê. É um negócio complexo.

Eu vou votar pela aprovação do relatório, porque a senhora não tem culpa nenhuma disso aí, mas eu queria lhe sugerir, para clareza e compreensão da complexidade desse assunto, uma audiência pública para a qual pudéssemos trazer aqui o Operador Nacional do Sistema, porque é uma questão nacional. O cara fica aqui monitorando tudo – não é? – e aí diz: "Olha, baixe ali, segure não sei onde e não sei o quê, não sei o quê". Quer dizer, é um treco monstruoso isso aí! A gestão disso é monstruosa! E, para a audiência, que pudéssemos chamar pelo menos dois presidentes de geradoras. Na verdade, aqui o termo fala "distribuição" de energia elétrica, e não o é; é geração, correto? Chame-os para uma audiência pública, faça o requerimento, que eu assino embaixo.

Eu me surpreendi ontem, nessa reunião do Ibama, à noitinha, para a senhora ver como é que isso impacta. E esta Comissão tem a obrigação de conhecer em profundidade isso, porque, se ocorre no Pará, no resto do Brasil, também – também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E altera tudo! Quer dizer, para o lado da geração da energia, para o equilíbrio do fornecimento no país, ótimo! E como é que isso se dá do lado ambiental? Quais as pesquisas já existentes – certo, Presidente? – quando você fecha ou abre grandes turbinas? Se é coisinha pequena, não faz muita..., mas, quando se trata de um grande projeto que impacta de forma pesada, é muito interessante a gente tomar conhecimento. E aí tem que ser gente do mais alto conhecimento sobre o tema.

Fica a sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Zequinha.

Primeiramente, quero agradecer a gentileza da Senadora Damares de ler o relatório do Senador Carlos Viana como Relatora *ad hoc*. Agradeço-lhe mesmo.

E quero dizer, Senador, que podemos fazer isso. Como ele não é terminativo – ele ainda vai para a Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa –, nós podemos provocar essa Comissão para que façamos lá, de repente, uma audiência conjunta para tratar do tema. Excelente sugestão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do item 8.

Bom, nós tínhamos ainda mais cinco projetos, mas, a pedido de seus relatores, nós os retiramos da pauta e serão incluídos na nossa próxima sessão.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Agradeço a todos os que acompanharam rapidamente a nossa sessão de hoje – hoje será um dia intenso na Casa – e agradeço aos Senadores que estiveram conosco aqui neste dia.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Bom dia.

(*Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Carlos Portinho, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta, Chico Rodrigues e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Jaques Wagner e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2606, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Rejeitado o relatório. **Observação:** Designado o senador Márcio Bittar para suceder a relatoria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2012, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de desastres e recuperação de áreas atingidas, as ações de monitoramento de riscos de desastres e a produção de alertas antecipados." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.012, de 2022, com as duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1 – T. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 135, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4464, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 301, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina recursos da exploração de petróleo para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 494, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para instituir a reavaliação periódica de agrotóxicos, seus componentes e afins." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2470, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre incentivos fiscais as empresas reformadoras de pneumáticos, altera a Lei 10.865/2004 e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2909, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer novas diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 46, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil"." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/02

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de agosto de 2023.

Vamos para a aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos... (*Pausa.*)

Bom, estamos iniciando o segundo semestre de atividades desta Comissão de Meio Ambiente, sob minha Presidência.

Antes de iniciarmos nossa reunião, eu gostaria de destacar o trabalho relevante e comprometido dos membros desta Comissão, que desempenham um papel fundamental na proteção do meio ambiente e na promoção da sustentabilidade no nosso país.

Aproveito este momento para apresentar as principais atividades que desenvolvemos ao longo do primeiro semestre de 2023.

Foram realizadas 22 reuniões da Comissão, sendo 14 para audiências públicas, seis audiências para instrução de matérias, sete sobre temas de interesse e uma para o comparecimento de autoridades do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima.

Ocorreram duas audiências conjuntas com outras Comissões da Casa.

Em duas dessas audiências públicas tivemos a composição da Mesa exclusivamente ocupada por mulheres.

As demais reuniões foram para deliberação sobre matérias.

Com o compromisso de impulsionar e apoiar projetos de lei que promovam a proteção ambiental e preservação dos recursos naturais e o combate às mudanças climáticas, a Comissão deliberou sobre 55 matérias legislativas, sendo nove projetos de lei, dois projetos de resolução e 46 requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre as matérias deliberadas, cabe destacar a aprovação do PL 1.818, de 2020, que trata sobre a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que regulamenta o uso do fogo na vegetação com manuseio realizado por técnicas preventivas autorizadas pelos órgãos ambientais para a preservação de incêndios florestais nos biomas brasileiros.

Foi aprovado também o PRS 4, de 2023, de minha autoria, que cria a instituição independente de monitoramento das políticas relativas às mudanças climáticas, que tem por finalidade primordial criar no Senado uma entidade capaz de nos fornecer as informações e a *expertise* necessárias para melhor compreendermos os fatores naturais e humanos que envolvem as mudanças climáticas e seus impactos na sociedade. Esses conhecimentos são fundamentais para que possamos avaliar as políticas públicas em curso e propor as medidas adequadas no enfrentamento desse grave problema.

A CMA aprovou também o Projeto de Lei 3.430, de 2019, para disciplinar a intervenção e as instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.

Em nosso país, que é rico em disponibilidade hídrica, nota-se cada vez mais a degradação dos ecossistemas produtores de água, e a necessidade da adoção de medidas para a recuperação e proteção destes pontos estratégicos à prevenção da vida do nosso planeta é necessária.

Tivemos o comparecimento da equipe executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima para prestar informações sobre os planos, projetos e prioridades da pasta, com a presença da Secretária... (*Pausa.*)

Obrigada.

Só pela chamada aí, Bittar, todo mundo entendeu.

Por favor.

Tivemos o comparecimento da equipe executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima para prestar informações sobre os planos, projetos e prioridades da pasta, com a presença da Secretária Nacional do Clima, Ana Toni; do Presidente do Ibama, Sr. Rodrigo Agostinho; da Secretária Nacional de Bioeconomia, Sra. Carina Pimenta; e do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, o Sr. João Paulo Capobianco.

No âmbito do Junho Verde no Senado Federal, que neste ano se somou à Virada Parlamentar Sustentável durante todo o mês, foram realizadas diversas iniciativas para promover a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis para o nosso dia a dia e a nossa política, inclusive com a realização de atividades internas para nossos servidores. Foram realizadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas sobre temas centrais para a agenda ambiental, tais como bioeconomia, proteção dos recursos hídricos, uso e ocupação do território do Distrito Federal, mercado de carbono e papel da mulher no enfrentamento à crise climática.

No segundo semestre, a CMA permanecerá envolvida nos temas centrais, tanto na agenda ambiental, quanto na agenda geral do Parlamento. Entre os principais temas, estou trabalhando, com profundidade, no relatório das matérias sob minha relatoria que tratam sobre o mercado brasileiro de emissões ou o mercado de carbono. Esse é um tema central para viabilizarmos um dos possíveis mecanismos de financiamento climático e darmos mais um passo rumo à transição ecológica.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – No mês de agosto, será realizada em Belém, nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, a Cúpula da Amazônia, que é uma iniciativa do Presidente Lula para fomentar a cooperação entre os países amazônicos e outros parceiros em prol do desenvolvimento sustentável e as demais agendas relacionadas à região. Ainda na agenda ambiental institucional, há a 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da ONU, a COP 28, que ocorrerá de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, e contará com o Brasil, que desempenhará um papel crucial na COP 28, particularmente devido à importância estratégica da Floresta Amazônica e ao seu protagonismo em várias iniciativas de redução de emissões de gases de efeito estufa e transição energética.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, reafirmo o compromisso integral com o futuro sustentável e a nossa busca incessante por soluções inteligentes para que os desafios econômicos do Brasil sejam sempre uma prioridade. Almejamos liderar pelo exemplo, mostrando ao mundo que desenvolvimento e conservação dos ecossistemas podem e devem coexistir harmoniosamente. Continuaremos a exercer nosso trabalho com a maior responsabilidade possível nesta Comissão e acreditamos firmemente que juntos podemos construir um mundo melhor para as próximas gerações.

Bom, eu cumprimento a todas as colegas e colegas desta Comissão de Meio Ambiente. Peço desculpas; hoje dá para notar pela minha voz que eu estou bem resfriada, mas eu já estou tomando antibiótico.

Enfim, estamos iniciando aí o nosso segundo semestre na Casa. Vamos começar já a nossa pauta.

O item 1... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já temos quórum para votação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2606, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 21/06/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Então, eu pergunto ao nosso Relator, o Senador Veneziano, se há alguma manifestação adicional à matéria.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Eu gostaria de me inscrever para falar sobre a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k., Senador Marcio Bittar, mas, inicialmente, eu passo a palavra para o nosso Relator.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, os meus cumprimentos, desejando a V. Exa. franca e rápida recuperação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – E igualmente saudá-la, porque, de fato, nesses primeiros meses do ano, primeiro semestre, V. Exa., mais uma vez, nada que sugerisse surpresa para nós, absolutamente, tínhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o completo entendimento, compreensão e convencimento de que a escolha que recaía sobre o seu nome para a condução desta tão importante Comissão haveria de ser, como tem sido e haverá de ser nos próximos meses, efetiva, eficaz, eficiente. Então, nossas saudações, partícipes que somos, sob a sua condução, para colaborar, debater temas que aludem à matéria central do meio ambiente.

Eu estou à disposição. Fizemos as leituras, no caso deste e do próximo item, se não estiver enganado, o segundo item também, sob a nossa responsabilidade de relatoria, tratando sobre a matéria que traz como seu autor o Senador Eduardo Braga, e fico ao dispor dos nossos pares para que, se assim necessário for, dirimamos aqui algumas dúvidas. Ou, caso queira V. Exa., releio o relatório.

Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pergunto aos membros da Comissão, aos pares aqui, se existe alguma necessidade. Eu acredito que não existe necessidade, porque houve a leitura e as assessorias também estiveram a par de todo o relatório apresentado pelo Senador Veneziano.

Então, vamos à discussão.

Passo a palavra para o Senador Marcio Bittar

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente Leila, colegas Senadores da República, o convívio aqui nos ensina a ter mais tolerância. Não é fácil, em um colégio pequeno, de 81 pessoas, não é fácil você discordar de um colega porque, muitas vezes, você cria uma relação.

Para mim, por exemplo, não foi fácil chamar o Rogerio Marinho ao meu gabinete e, olhando para os olhos dele, que é meu amigo, dizer que eu não votaria nele. Ele tinha uma leitura do processo e eu tinha outra leitura. Mas isso nos amadurece quando a gente não abre mão daquilo que pensa, da convicção que tem, e o colega, a colega, acaba entendendo que aquilo não é pessoal.

Estou dizendo isso para falar sobre o projeto em votação. Eu sou contra o projeto. Não é fácil estar aqui ao lado do Veneziano, meu Vice-Presidente por dois mandatos, saber a origem do projeto, de quem é, saber da boa intenção, e não é fácil discordar e votar contra um colega que tem se dedicado e que goza da minha simpatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, veja bem: eu sou paulista de nascimento, acriano por opção, e eu entendo, colegas, que as leis punitivas para a Amazônia já estão sobrando. Eu digo uma coisa e vou repetir hoje: a relação econômica na Amazônia, o sistema político que rege a Amazônia não é um sistema democrático, é um sistema comunista. Por quê? Porque, vejam, você tomou, na Amazônia, 80% da propriedade privada. Não é de área indígena; área indígena é outra, reservas. Só que você não usou a palavra desapropriação. Então, você tomou 80%, não gerou compromisso de pagar nada por ela e ainda dá do proprietário, que ficou com apenas 20%, a obrigação de cuidar dos 80%, que, na prática, ele não usa economicamente. Em tese, ele pode usar, no sistema rotativo; na prática, ele acaba não podendo usar, mas responde por ela civil e criminalmente.

Mas, mesmo nos 20% que lhe restam, que seriam, então, de livre iniciativa, sabe quando ele vai conseguir fazer, naqueles 20%, o que ele quiser, sem pedir para qualquer item autorização do Estado? Nada. Imagine que hoje uma pessoa compre uma área de terra na Amazônia, no Acre, no Amazonas, em qualquer região da Amazônia, de 10 mil hectares. Ele sabe que 8 mil ele não vai usar, mas suponha-se que ele queira fazer uma planta numa região de celulose, imaginemos. Ele calcula que, para a atividade que ele imagina desempenhar, 2 mil hectares são suficientes. Então, ele está comprando 10 mil, sabendo que 8 mil ele não vai poder usar, mas, em tese, nos 2 mil restantes ele vai poder plantar o seu eucalipto, e isso é suficiente para o empreendimento que ele quer.

Presidente, você acha que ele vai chegar no ano que vem e vai abrir os 2 mil hectares? Não, ele vai ter que ir ao estado perguntar ao estado se ele deixa, nos 20% restantes, ele abrir, num ano só, e ele não vai conseguir fazer, porque, na prática, alguma ONG... Eu estou estudando essa matéria mais ainda agora, como Relator da CPI e estou impressionado. Nós – me perdoe a franqueza – já estamos, em grande medida, sendo governados, no mundo, por organismos internacionais, fundações Rockefeller, Fundação Ford, coroa britânica, com interesses econômicos travestidos de preocupação ambiental. Na prática, eles entram, eles mandam mais do que a gente. Se você quer fazer um empreendimento econômico na Amazônia, uma estada, uma hidrelétrica, uma ponte, não pode fazer – na prática, não pode fazer. Alguma ONG vai entrar no Ministério Público, e o Ministério Público Federal, quase que automaticamente, vai conceder e vai paralisar a obra. Isso condena a região à eterna pobreza, à eterna miséria.

Na prática, o poder do Ibama é quase ilimitado. Ele é tão forte... E eu já disse em uma entrevista, anteontem, e vou repetir: está pensando, Presidente Leila, que a Ministra Marina, o Capobianco, que esteve aqui, e o Presidente do Ibama obedecem, em primeiro lugar, a liderança do Presidente da República? Eu digo, não; eles obedecem, em primeiro lugar, às ONGs das quais eles fazem parte. A própria Marina, que é acriana, disse, no Acre, quando teve outra inundação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"A minha questão é mais do que o Acre; ela é mundial". É o governo mundial. Quando se fala do globalismo, e alguém acha que isso é uma teoria da conspiração, na verdade, isso é a forma mais moderna daquilo que existiu desde que o mundo é mundo.

Então, Presidente, eu entendo que a Amazônia já está penalizada. E, quando se fala em fogo, por exemplo, é bom lembrar que nós temos mais de 1 milhão de pequenos proprietários na Amazônia, e, quando as pessoas dizem, no mundo – no Brasil também, mas no mundo –, que estão preocupadas com o fogo na Amazônia, deveriam se preocupar em criar condições para que esse 1 milhão de proprietários rurais da Amazônia pudessem ter alternativa moderna para usar o seu solo, porque, ao não terem, querido colega Veneziano, eles utilizam o fogo herdado de uma cultura indígena, porque eles, com a família deles, é a única forma que eles têm de limpar aquilo que sujaram, porque toda terra cansa.

Então, veja: eu já fui proprietário rural. Eu enfrentei o PT, a Marina, Tião Viana, 20 anos no Acre. Eu só tive um medo ao enfrentá-los: era o medo de eu perder minha propriedade. Porque eu sabia que eles tinham condições – dominavam o Brasil inteiro! – de colocar um movimento dentro da minha área, considerar aquilo ali uma propriedade em litígio, desapropriar, e você ir para a Justiça. E ela dificilmente vai dar ganho de causa.

Em Mato Grosso do Sul tem casos, como o do Ricardo Basto, que tem uma propriedade de mais de cem anos de cadeia dominial. Perdeu! Está na Justiça até hoje.

Então, o medo era tão grande... Esse era o único medo que eu tive ao enfrentá-los – mais de 20 anos! –, era de que eles dessem uma forma de tomar minha propriedade. O medo era tão grande, que eu não contava para ninguém, porque eu tinha medo de que, se saísse da minha boca, o meu adversário soubesse qual era a minha fraqueza.

Então, Presidente, penalidade, na Amazônia, já tem demais. Eu não posso votar a favor, com todo o respeito e carinho que eu tenho, Veneziano, por você, pela Senadora sua mãe, mas eu não posso votar num projeto em que praticamente fica mais... É como se eu chegar a um colono e dizer assim: "Rapaz, você faz o seguinte: em vez de cortar uma árvore para fazer uma casa para você, vá à madeireira e tome, porque o crime de furto pode ser menor do que essa pena, que começa com dois anos".

Esse pequeno proprietário... O Brasil criou leis para as pessoas não cumprirem. Viviam harmonicamente ribeirinhos e índios. Aí se criaram reservas indígenas – e não é só nesse caso. É no Acre, é na Amazônia inteira! – e se pegou área que era do ribeirinho. Então, ele, que viva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade normal, lícita, passou a estar numa área ilegal. Não pode mais pescar... Onde ele pescava, onde o avô pescava, onde o bisavô pescava...

Os colonos que foram para a Amazônia, esse 1 milhão, foram convidados. Com muitos deles apenas foi feito apenas... No Acre, foi feito apenas o soldado da borracha. E, depois que ele estava lá, sem ter ONG para defendê-lo no Congresso Nacional, criou-se a lei e o empurraram, praticamente, para cometer ilegalidade. Quase todos eles têm nome no Serasa, porque cometem, acabam cometendo, na luta pela sobrevivência, alguma coisa que a legislação ambiental proíbe.

Nós temos a legislação ambiental mais restritiva do mundo!

Leila, eu me envergonho, como brasileiro, quando o Brasil vai, como foi com a Marina, à China, depois de ter feito uma operação na Amazônia, prendendo gado, fazenda, madeireira, e a resposta de toda a turma era assim: "É porque é o rigor da lei". Eu digo: então aplique o rigor da lei com o MST! Aplique o rigor da lei com o MST, com o invasor de propriedade privada! Ou, então, tenha a coragem de dizer – teve coragem de prender colono, de prender madeireiro, o que jogou um monte de gente na rua do desemprego – na China, quando vai à China, que ela joga um terço de todo o CO_2 do planeta, mas o mundo inteiro se cala para a China...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Logo na China!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – É, mas ele se cala!

Eu não posso, sendo amazônida... Entendo que sou um pouco conhecedor desses assuntos da Amazônia e do mundo e não posso votar uma matéria que propõe aumentar as penas para os crimes ambientais, que eu já acho que já estão de bom tamanho. Chega-se ao ponto em que, por exemplo, ao se danificar ou destruir uma floresta, pode se pegar uma pena que talvez acabe sendo equiparada até mesmo a provocar um aborto com consentimento da gestante. Seria a mesma pena.

Presidente, com todo o respeito e com aquela introdução em que eu disse que a gente cria simpatias, amizades aqui... E são "n" temas, e, em muitos deles, a gente converge com vários colegas, em outros, não. Dando essa explicação, digo que não é qualquer coisa vir aqui, ao lado do meu colega Veneziano, dizer que não posso votar a favor de um projeto que aumenta mais ainda a penalidade.

A Amazônia precisa saber – vou repetir aqui, vou usar aspas, frase do Senador Plínio Valério... Na reunião que a Marina... Aliás, quero dizer, com todo o respeito que merece a Marina, que eu acho um desrespeito ela não ter vindo até hoje aqui à Comissão. Sei que, em uma das vezes, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava internada, tinha até uma agenda comigo, mas ela não faltou aos fóruns internacionais até hoje. Nós estamos já no segundo semestre na Comissão de Meio Ambiente, e acho que é um desrespeito. Eu não quero ter que apresentar um requerimento convocando a Ministra. Lembrem-se de que eu fiz um requerimento convidando Jorge Viana, mas, como achei que o que eu queria a mídia, a divulgação, a tribuna da Câmara e do Senado já tinham feito, eu vim aqui e pedi para tirar o meu requerimento de pauta, porque nunca tive intenção de ficar espezinhando ninguém, mas acho uma falta de respeito a Ministra do Meio Ambiente não vir à Comissão e mandar um subordinado dela, com todo o respeito que tenho e que mereça. Eu acho que é um absurdo não estar aqui até agora.

Enfim, eu tenho que pedir vênia ao Relator e não posso, como amazônida, votar em um projeto que aumenta mais ainda penalidades a quem já é tão penalizado.

E, copiando a frase do Plínio, o amazônida já sabe muito bem a mão forte do Estado, a mão que proíbe, a mão que multa, a mão que prende; o que o amazônida quer ver é a mão que auxilia, é a mão que abre alternativa, porque, por enquanto, só fecharam alternativas para a Amazônia.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

É uma fala muito breve.

Primeiro de tudo, é para parabenizar autora e Relator do projeto.

Ouvi com muita atenção as colocações do querido colega Marcio e compreendo perfeitamente as suas razões. É fato que o Estado brasileiro deve dar condições de desenvolvimento para o seu povo em qualquer circunstância, mas também é fato, não há como se discutir, que nós temos um grave problema climático que se avizinha para o mundo, e talvez a única coisa em que efetivamente se aplique a expressão globalista é a questão do drama que nós vivemos hoje, no mundo inteiro, pela variação das condições climáticas – e muito sentidamente aqui no nosso Brasil, seja com secas, seja com enchentes, deslizamentos.

A prática criminosa é reconhecida – reconhecida inclusive na fala de V. Exa., reconhecida pelos fatos, os indicadores estão todos aí –, e não há como esta Casa deixar de fazer o agravamento de pena como uma das várias medidas desejáveis para que você tenha redução da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática criminosa. E isso vale para qualquer crime: eu não posso ser da linha penalista, querer endurecer penas contra crimes, por exemplo, contra o patrimônio, e para outros crimes que também atingem um bem de altíssimo valor, que é o nosso patrimônio natural, eu adotar uma linha mais frágil de entendimento de que as penas devem ser leves, que os processos podem ser suspensos, mais ainda quando se sabe que estamos falando de condutas que são reiteradas.

Então, me somo ao colega Marcio no sentido da afirmação de que o Estado precisa urgentemente desenvolver mecanismos de desenvolvimento sustentável para o norte do país, ainda que seja importante apontar o problema do Cerrado, que avança para uma desertificação. O desmatamento no Cerrado avança mais gravemente do que no território amazônida. Mas, por outro lado, não há como negar a validade da tentativa de se reduzir a prática de crimes através da majoração de penas.

Então, parabenizo a Senadora Nilda Gondim e o Relator, meu amigo também, Veneziano Vital do Rêgo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Alessandro.

Sobre a citação do Senador Marcio Bittar com relação à vinda da Ministra Marina Silva, eu quero dizer, Senador, que o requerimento estava em aberto. Obviamente, nós, enquanto Presidente desta Comissão, entendemos que não era suficiente estar aqui o Secretário-Executivo, entendendo que o Sr. Capobianco sanou muitas dúvidas dos membros desta Comissão, mas acabamos de saber, através da assessoria do ministério, que a Ministra marcou agora, dia 23 de agosto, a presença dela aqui na nossa Comissão. Então, dia 23/08 a Ministra estará conosco aqui em sessão.

Pergunto se há mais algum membro que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui a nossa Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senadora Leila, e quero reforçar as palavras aqui do Senador Marcio Bittar e dizer o seguinte: no Brasil ainda existe... Quando ele falou aqui que só podemos abrir 20% na Amazônia, ninguém dá mais autorização... Demora mais de ano para se dar uma autorização para você fazer um desmate de 20%. Esta Casa tem que votar uma lei também de que, quando o produtor rural está com a sua propriedade intacta, ele tem 80%, ele está com 100% de reserva, ele tem o direito dos 20%, e esses 20% têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



que ter uma data limite. O problema é que no Brasil ainda se vende dificuldade para receber facilidade. Esse que é o problema do nosso país.

E vou falar mais uma coisa para você, Presidente da Comissão, Senadora Leila. Se vocês votarem a favor disso aqui, vocês não vão penalizar o médio e o grande produtor, se é o que estão pretendendo atingir. Na Amazônia, vocês vão atingir em cheio 80% dos produtores rurais, os pequenos produtores até quatro módulos, que eu conheço, e vou falar do meu Estado de Rondônia. Vale do Anari, Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, a BR-429 inteira: 90% dos pequenos produtores derrubaram depois de 2008 – depois de 2008. Querem aprovar isso aqui? Vamos aprovar. Vamos punir o pequeno produtor. Se é isso que vocês vão querer, vamos punir o pequeno produtor e vamos mandá-lo voltar para o Bolsa Família também, vamos colocar tudo no Bolsa Família, porque é isto que parece que o Estado está querendo: levar o pequeno produto para o Bolsa Família. Aonde nós queremos chegar com isso?

Gente, vamos parar de fazer tanta conversa. O médio e o grande produtor têm medo de andar com a foto da motosserra, não de andar com a motosserra numa caminhonete. Ele tem medo de andar com a foto. Por quê? Porque ele sabe que ele vai ser punido. O médio e o grande produtor, em sua maioria, estão com seus documentos legalizados. Tem alguém que não está legalizado? Tem. Eu duvido que exista um médio e um grande produtor que estejam legais e tenham coragem de desmatar um hectare sequer.

Agora, o que nós temos é uma grande mídia trabalhando 100% contra a produção neste Brasil, contra realmente o setor produtivo deste país.

E, gente, eu vou falar uma coisa para vocês: o pequeno produtor está liquidado, ele não tem regularização fundiária, ele desmatou depois de 2008, o que ele produz no campo não vale mais nada. O que nós vamos fazer? Vamos arrumar uma alternativa para o pequeno produtor. Agora, só queremos arrumar para puni-lo. Parece igual radar, parece igual radar em rodovia. Acho que, quanto ao radar, os automóveis tinham que sair já com dispositivo para as pessoas saberem onde é que está o radar. Tudo que se faz neste país aqui, as leis só são feitas para punir, para arrecadar, todo mundo só pensa em arrecadar. E não existe, Marcio, neste país aqui, nenhum lugar em que você peça qualquer licença ambiental, em que você peça uma licença para um desmatamento e em que você vá ter agilidade; você só encontra dificuldade: é nos municípios, é no estado e é na União.

Então, gente, vamos ser francos, cá para nós. Nós estamos... Eu sou do médio e do grande produtor – eu sou do médio e do grande produtor. Se eu tivesse qualquer problema, a imprensa já tinha me derretido, porque o que essa grande imprensa faz é acabar com o produtor rural. O



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a grande imprensa fez outro dia, para vocês saberem? Colocou que o Senador Jaime Bagattoli, Senador Marcio Bittar, tinha invadido meio hectare – meio hectare – de reserva indígena. É um lixo. Por isso que esse UOL é um lixo. Nós temos no Brasil uma mídia que é contra quem produz.

Eu estou tão revoltado neste país. Eu fui eleito Senador da República não para ganhar dinheiro no país. Eu quero ajudar. Eu vim para contribuir e ajudar, Senadora Leila, o pequeno produtor. Eu vim com essa meta porque em Rondônia mais de 80% vêm do pequeno produtor.

Então, eu deixo aqui essas minhas palavras e mais o seguinte: vamos fazer algo que ajude o nosso pequeno produtor rural!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Jaime, só um esclarecimento, quando V. Exa. fala "vocês estão querendo punir o médio e o grande produtor": eu, como Presidente desta Comissão, tenho o dever de pautar o que vier para que façamos o debate. Não tem aqui "a" nem "b", lado "a" nem "b". Eu quero deixar bem claro para todos – para o senhor e para os demais membros desta Comissão – que o meu papel aqui é isento de posições ideológicas ou do lado em que eu esteja. Eu tenho que conduzir a Comissão e assim o farei, e pautarei o que eu tiver que pautar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Por favor, Senador Carlos Portinho. Depois, Senador Zequinha Marinho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Pedi pela ordem, Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Queria só reforçar as suas palavras, Presidente Leila, e dar os parabéns pela condução desta Comissão. Esta Comissão, a CAE e a Comissão de Educação são Comissões que realmente se reúnem, discutem, debatem e trabalham. Quanto ao mérito, a gente busca conciliação sempre que possível, Senador Veneziano; quando não possível, vai para o voto.

V. Exa. está coberta de razão. A maneira como conduz esta Comissão é elogiável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Portinho.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os colegas e quero fazer uma reflexão sobre a questão do aumento de penalidades aqui com relação a crimes ambientais.

O crime contra a flora e contra a fauna no Brasil é mais pesado do que o crime contra a vida humana, todo mundo sabe disso. Se um agricultor atirar em outro agricultor ou em qualquer pessoa e matá-la, ele vai ter um monte de benefícios por ser réu primário, isso, aquilo e aquilo outro. Mas, se esse agricultor matar uma caça, uma paca, um tatu ou uma capivara para se alimentar, ele está morto. Então, é para se ter noção do que já existe em termos de rigidez na lei ambiental.

Seria muito importante a gente combater não a ponta lá, o efeito, mas a causa desse efeito, senão a gente não sai do lugar nunca. Se a gente dependesse dessas operações pirotécnicas que todos os governos fazem, e o Governo passado fez mais do que todo mundo – queima, faz não sei o quê, prende, mata, esfola –, com certeza a gente já tinha resolvido em grande parte a questão ambiental. Mas não se resolve problema atuando na ponta, lá no efeito; só se resolve o problema atuando na causa. Por que...

E aí estou me referindo ao pequeno agricultor, porque o grande sabe se virar, se defender, tem uma superestrutura, correto? Mas eu sou filho de agricultor familiar e sei que o cara não tem dinheiro para comprar a grade do trator, quanto mais o trator...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Nem para pagar a hora!

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nem para pagar a hora, a hora do tratorzinho, para não ter que fazer a roça itinerante, porque, se você não tem como plantar na roça duas, três safras, você vai ter que aumentar um pouco esse desmatamento ou sobre área degradada ou sobre mata virgem. Isso é tão sério que o Incra, até um tempo desse, dava três hectares sem licença para cada um assentado desmatar e produzir para comer.

Então, a reflexão que eu quero trazer aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez V. Exas. sejam pessoas urbanas, que, graças a Deus, tenham uma vida diferente, tranquila, morem no Rio de Janeiro, não é, Portinho? Vivam um pouco da realidade, da vida de um agricultor do Incra, de assentado do Incra lá dentro. O Incra corta aquela terra e o coloca lá dentro e some de lá, desaparece: "Te vira!". E ele tem que sustentar uma família a partir dali.

Eu conheço gente do meu estado que, se viver dez gerações, trabalhar e produzir, não paga metade das multas que já teve, dadas pelo Ibama ou por outros órgãos de governo, em função de questões ambientais. Então lei... A gente tem que fazer lei que realmente pega e não leis inócuas, porque é a mesma coisa que chover no molhado, porque já existem e são extremamente rígidas em cima disso.

Eu gostaria muito aqui de estar debatendo nessa Comissão programa de governo que pudesse atuar na causa.

Vamos aos fatos.

Quanto custa um tratorzinho agrícola com alguns equipamentos? R$330 mil. É carga tributária e um monte de coisa. Quanto é que custa um carro bom, de luxo? Não chega a R$200 mil direito. Você compra, digamos, um Corolla aí, híbrido, que é um carro bonitinho, arrumadinho. Quem é que usa o tratorzinho e quem é que usa um carro de luxo? Quem usa o carro de luxo é o empresário, o cara bem de vida, graças a Deus! Quem é que usa o tratorzinho, Presidente? É o coitado do agricultor que não dá conta nem de pagar a hora do trator. Então, se a gente pudesse focar e baratear isso, tendo uma política de governo... É uma opinião para V. Exa., que tão bem conduz aqui democraticamente o debate. Eu acho isso extremamente saudável.

Vamos oferecer ao Ibama, ao Governo alguma coisa que resolva o problema, para, em vez de estar botando fogo, derrubando, poder reaproveitar a terra a vida toda, não é? Mexe na terra, aduba. Sabe qual é o custo do fertilizante, que é importado, que vem lá da região da guerra para cá? Se tiver trator, tem que ter fertilizante, porque não pode queimar. Quando você queima, você faz a terra reagir. E aí não precisa de adubo ou pelo menos sobrevive sem o adubo. Quando você usa a grade, você precisa do adubo, você precisa do calcário, você precisa do gesso. Então é um negócio difícil. Nós estamos nadando aqui e morrendo afogado, sem fazer absolutamente nada por falta do conhecimento de realidade. Isso é o que nos mata, o que nos acaba aqui dentro. A gente não conhece o país que tem nem a vida da nossa população carente.

Então, eu queria muito que essa Comissão vivesse a vida real e pudesse fazer proposições interessantes, maduras, leis exequíveis, que realmente pudessem ser colocadas em prática, como linha de crédito para comprar máquina mais barata, tira a carga tributária e bota só o preço da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máquina, subsidia o juro, faz o consórcio. O cara compra a máquina e não vai mais derrubar, vai reutilizar a terra. Você combate o desmatamento com uma medida na agricultura.

Ou a gente tem um mínimo de inteligência, de raciocínio, de conhecimento, ou não adianta fazer lei nenhuma aqui para endurecer mais isso, mais aquilo... Não tem sentido.

Era essa a reflexão.

Muito obrigado pela oportunidade mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente Leila, demais colegas Senadores aqui presentes, eu quero saudar aqui a nossa querida Ministra Tereza.

Bem, eu ouvi aqui o Marcio Bittar, que deu uma verdadeira aula. Ouvi sua entrevista na Jovem Pan, se não me falha a memória – dez!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Bacana o que foi lá.

Ouvi o Zequinha e o xará, o Jaime Bagattoli, de Rondônia.

Presidente desta Comissão, amiga querida, Leila, tudo que falaram é a verdade dos fatos, nada diferente do que é o Brasil de hoje.

É de se lamentar, de ficar triste, de chorar e de não saber a quem recorrer.

V. Exa. é aqui do Distrito Federal.

Lá no Mato Grosso estão acontecendo fatos que nem tem como pensar como aconteceram. É fato surreal, inusitado, não sei qual que é o termo lá.

Na verdade, a política que estão praticando agora, neste exato momento, é para liquidar essa atividade do campo, que hoje, sem dúvida alguma, é o que está dando essa possibilidade do nosso PIB, da balança comercial, etc., e não está sendo reconhecido em hipótese alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcio estava falando em relação ao desmate. Lá, quem comprou 10 mil hectares de terra, lá atrás, estava na certeza de que poderia derrubar 50%, isso lá atrás, quem estava na matrícula, registrado. De lá para cá, veio uma medida provisória de Fernando Henrique Cardoso e estipulou 20%. Quem não tinha desmatado nem um centímetro, o que ocorreu? Ficaram 20% de 10 mil, podia desmatar apenas 2 mil hectares. Pois bem, mesmo assim, para derrubar esses 2 mil hectares, até hoje não encontrei nenhum cidadão no meu Estado de Mato Grosso que conseguiu a licença ambiental.

E o que é mais grave é que, lamentavelmente, você fica com essa área em pé, ou seja, fica preservada. Eu falo por exemplo próprio, cidadão Jayme Campos, que sou proprietário rural; desde garoto, meu pai era produtor rural. Deu uma ventania em uma propriedade minha que tem 10,4 mil hectares de pé – de pé, xará. Querido Carlos Portinho, o que ocorreu? Bateu um vento, derrubou três árvores enormes, derrubou seis... O vento derrubou e quebrou seis ou oito madeiras. E, 48 horas depois, já estava o Ibama e a Sema em cima de mim. Sabe por quê? Ele é monitorado via satélite. Para eu justificar que foi um vento que bateu e derrubou essas oito árvores, o que abriu uma pequena clareira, eu tive que mandar um engenheiro florestal, fretar um avião, para ir lá, tirar a fotografia, andar no meio do mato e depois fazer um laudo técnico de que foi um vento que derrubou, com fotografia, para que eles não pudessem interditar a minha propriedade. Iam interditar, sem o direito de eu vender uma vaca, um boi, tirar minha soja que está dentro dessa propriedade, que são quase 30 mil hectares.

Pois bem, esse é o Brasil em que nós estamos vivendo hoje, um estado policialesco.

Se não bastasse essa questão que se está falando da Floresta Amazônica aqui, nós somos tripudiados, porque essa é uma atividade que hoje, lamentavelmente, confesso, se eu voltasse a ser jovem, eu não queria mais, não. Estou fora. Eu iria para outras atividades, iria para o Rio de Janeiro, do Carlos Portinho aqui, ficar de boa, tomar banho de praia, e assim por diante. Não se oferece nada de condições. Quando se fala em pequeno produtor rural, todos esses pequenos produtores rurais, esses assentamentos, na sua maioria absoluta, estão falidos. Vivem de Bolsa Família; pouco ou quase nada de recursos têm. Era o que tinha uns pés de árvore e até vendeu essas árvores para o madeireiro, encarecidamente, para fazer o dia a dia, para comer.

Então, gente, nós temos que pensar aqui, no Senado Federal, que já está hoje... Acabei de falar para a Ministra Tereza aqui, Carlos Portinho: nós temos que resgatar primeiro esta entidade. Porque isto aqui não é meu, não é de ninguém de vocês, não. Isto aqui... Nós temos que resgatar o Senado Federal, caso contrário – eu estava falando para a ministra aqui –, estou me sentindo muitas vezes envergonhado de andar com este broche aqui. Vou para o aeroporto e a primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa que eu faço é tirar o meu broche de Senador da República porque me sinto envergonhado de algumas atitudes, que são o básico do básico do que nós que estamos aqui – 81 Senadores – temos que fazer. Com todo o respeito, ontem falei com o meu amigo particular, o Senador Rodrigo Pacheco: meu Presidente querido, V. Exa. tem que fazer alguma coisa aqui, caso contrário, esta instituição, o Senado Federal, que tem quase 200 anos, terá que fechar as portas. Por quê? Lamentavelmente, estamos sendo tripudiados. E a conta que nós vamos pagar lá na frente, Zequinha, vai ser cara. O povo não perdoa não, hein? O povo não perdoa. Até porque eu não sou nenhum guri. Tenho 72 anos, Leila. Eu disputei seis eleições, ganhei as seis. Sei como é fazer política. Você tem que dar uma resposta à sociedade, de forma positiva. Nós não podemos nos ajoelhar aqui, em hipótese alguma, senão, não vale a pena ser Senador da República aqui.

Quando se fala aqui da questão ambiental do Brasil... Eu não gosto nem de falar, porque alguém disse aqui, o xará, que fica até com medo – ou foi alguém que disse aqui – de falar na questão do meio ambiente. Daqui a pouco está a Força Nacional na sua fazenda, Polícia Federal... Agora estão usando o Exército Brasileiro também para amedrontar, para prender, como está acontecendo, como vi, no Estado do Pará e em algumas regiões do Brasil. O Exército nacional sendo usado? Não é possível, gente! Onde está o Congresso Nacional? Nós temos que reagir!

E o que é mais grave, Marcio Bittar, para você ter uma noção: fizeram um evento no Xingu, no Mato Grosso, semana passada; no outro dia, saiu um decreto transformando em ampliação de reserva indígena 362 mil hectares de terra. Ou seja, vai exterminar uma cidade chamada Santa Cruz, e parte da cidade de Vila Rica também vai para o... Vai sobrar o quê, gente? Lá não tem um índio! Nenhum. Estão tentando pintar alguém de índio lá, criar – sei lá – cabeleira, alguma coisa, inventar... E não é... Sabe quantos produtores rurais vão para a lona? Vão para a lona, estão mortinhos, porque, a partir do decreto que saiu, querida Senadora Leila, os carros deles não valem mais nada, eles não podem emitir uma nota fiscal, que é cancelada. Enfim, eles perderam todo o direito de cidadãos brasileiros. Hoje está um verdadeiro... Uma manifestação...

Nós fizemos até uma reunião com a nossa bancada para ver quais são os recursos. Inclusive quero pedir a ajuda dos senhores, porque nós vamos fazer um PDL para nós irmos para cima, hoje, aqui, e a bancada federal entrar com outro PDL lá na Câmara, para tentarmos reverter essa situação. Um decreto – você imagine – da Presidente da Funai botar mais de 400 produtores rurais para correr?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Ela não pode. É o Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Ela já fez. Está suspensa hoje toda e qualquer prerrogativa que tinha esse produtor.

Como é que se faz em só um decreto? Uma portaria, nem decreto é, porque depois tem que ir para o Ministério da Justiça etc.

Gente... V. Exa. tem a autoridade, como eu bem lhe disse, de convocar algumas pessoas, como já se referiram aqui, para virem prestar alguns esclarecimentos. Caso contrário, eu confesso para V. Exa.: eu estou decepcionado; estou pronto para parar de fazer política assim, porque não vale mais a pena. Onde é que estão as prerrogativas da instituição que é o Senado Federal? Onde está o direito adquirido, a segurança jurídica desses cidadãos? Muitos estão há 35 anos ali; derramaram suor, lágrimas, alguns perderam entes queridos ali, que morreram com malária etc. E agora esse cidadão virou o quê? Virou pó.

Estava conosco um dos proprietários, dois por sinal, e aquilo me cortou o coração: choraram. O cidadão tem 32 anos na propriedade e perdeu tudo da noite para o dia. O que este cidadão vai fazer? Nada. Não tem para quem recorrer. Onde bate à porta, as portas estão fechadas. Este é o Brasil que nós estamos vivendo no dia de hoje, lamentavelmente.

Eu tenho apoiado os projetos de lei aqui do Governo atual, mas me sinto decepcionado. Se for nessa linha, judiando com o pequeno, com o médio, seja com quem for, isso não é uma política decente de um Governo que se diz democrático, isso não é uma política que respeita o cidadão brasileiro. O mínimo que você tem que dar a ele é cidadania, dignidade, e dignidade você dá através do respeito, Leila. Já fui Governador do meu estado, duas vezes Senador, três vezes Prefeito da minha cidade; eu não posso admitir tudo o que está acontecendo aqui. Isso é uma verdadeira tragédia, é de se lamentar.

O pedido de socorro vem todos os dias, e nós aqui engessados. E esta instituição, Senado Federal, tem a obrigação de reagir com altivez, sobretudo para respeitar o seu cidadão, o seu eleitor, que lhe depositou voto de confiança para que viesse a representar aqui com hombridade aquele voto que lhe confiou.

Portanto, faço esse adendo. Marcio, Jaime, Zequinha, vocês têm toda a razão. Esse projeto aqui da Senadora eu acho que é das melhores intenções – das melhores intenções –, mas não é apropriado. Com todo o respeito ao ilustre e querido amigo Relator, Senador Veneziano, V. Exa. está na região do Nordeste, com as lindas praias, etc., talvez não tenha a mesma atividade econômica que nós temos naquela região do Brasil, que é a da vasta região da Amazônia. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinte e tantos milhões de brasileiros que moram nessa região e hoje são penalizados. Quem trabalha, quem produz é criminoso hoje nessa região.

Por isso, eu faço um apelo à senhora para que use o poder de Presidente desta Comissão aqui para não só convidar, mas convocar para virem aqui essas autoridades e prestarem esclarecimento aqui para que nós possamos, com certeza, avaliar alguma coisa; caso contrário... Eu sei que a senhora é da melhor intenção que tem, mulher séria, competente. Vamos fazer valer o nosso mandato de Senador.

Obrigado, senhores. Desculpem, pessoal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um aparte, um parêntese rápido. Eu sei que está avançado...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme.

Pois não, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – E só para registrar aqui que a grande vedete da nossa balança comercial, além do petróleo, é o agro – não é a indústria, não é o comércio, não é o setor de serviços, naturalmente; é o agro. Eu venho lá da zona urbana e fico aqui encantado em conhecer, Senador Veneziano, as diversas realidades do nosso país, do Senador Marcio Bittar, do Senador Bagattoli, do Senador Jayme, da Tereza, porque são outras realidades. E a gente aqui está para representar todo o país; o nosso estado, mas todo o país também.

Então, realmente, eu acho que esse projeto fica bastante prejudicado, com todas as vênias ao meu colega, porque é criminalizar quem produz, o pequeno, aquele que não vai ter, Senador Jayme, o dinheiro para contratar um engenheiro florestal para ir lá justificar a queda da árvore pelo vento ou pelo que for.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Mais alguém quer discutir a matéria?

Senador Veneziano, Relator da matéria...

Passo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom, bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que todo mundo aqui já expressou o sentimento, não é?

Senador Veneziano, meu querido amigo, nada a ver com o projeto, mas o aumento de penas realmente não traz a educação que a gente precisa para a preservação... E, como disseram vários colegas aqui, se você só penalizar, isso vai recair em cima do pequeno produtor. Eu acho que a intenção é boa, mas que o resultado não será bom. Por isso, eu sou contra o projeto.

Mas quero dizer também um pouquinho da nossa angústia sobre aquilo a que a gente vem assistindo nos últimos meses contra a produção brasileira, como se produzir neste país fosse crime – produzir alimentos! A gente vê, na Argentina, um panelaço a favor dos produtores rurais. Em vários países do mundo, o produtor é respeitado, e, aqui no Brasil, nós somos tidos como bandidos, ou pelo meio ambiente, ou porque temos que usar defensivos agrícolas para produzir, enfim, por "n" narrativas pejorativas contra a produção. Nós precisamos mudar, nós precisamos mudar isso.

É claro que temos bons e maus produtores, assim como temos bons e maus profissionais nos mais diversos setores, mas realmente eu acho que o meio ambiente anda passando de todos os limites.

É um tema do momento, todos nós, o mundo todo se preocupa com as mudanças climáticas, que estão aí; se provocadas ou não pelo homem, essa é uma discussão técnica, é uma discussão científica que precisa ser feita para que a gente possa ter qualidade de vida sem o aumento do calor que vem castigando agora o Hemisfério Norte e vai chegar aqui daqui a pouco, mas isso precisa ser discutido tecnicamente, e não penalizando alguns setores. Essa discussão é importantíssima – importantíssima! Nós temos cientistas a favor e contra o que está sendo colocado. Nós precisamos chegar à conclusão de o que nós podemos fazer e acabar com a hipocrisia. O mundo lá fora é hipócrita, porque não fazem nada para resolver o problema das mudanças climáticas, mas penalizam os países em desenvolvimento.

Então, nós temos que refletir sobre isso, tomar muito cuidado, e não atirar no próprio pé, porque muitas vezes eu vejo as narrativas aqui no nosso país falando mal do nosso país quando nós temos muitas coisas boas a serem entregues e já entregues no meio ambiente, na sustentabilidade, seja no campo, seja na indústria, nos mais diversos setores. O Brasil é exemplo em energia renovável, em energia limpa, e nós ficamos só nos criminalizando. Aí eu volto a dizer que nós temos complexo de vira-lata mesmo.

O que é mal feito precisa ser corrigido. E aí, Senador Veneziano, eu não sei se aplicar penas maiores seria o problema ou utilizar, para a educação daqueles que moram no campo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção ao fogo, que nós discutimos aqui nesta Comissão, Senadora, como fazer; como plantar melhor, como utilizar melhor a terra, como aumentar a nossa produtividade. O Brasil é campeão nisso. Nós produzimos agora essa supersafra que está sendo colhida com uma área diminuta, em cima de produtividade, tecnologia, avanço da tecnologia. E é isso que precisa ser ressaltado.

Então, muito obrigada e parabéns pela sua condução!

Esta Comissão precisa, sim, discutir este assunto tão importante que é o meio ambiente, mas não fazendo da maneira como estão fazendo. Hoje nós estamos com um problema muito grave a ser resolvido: a despeito de proteger o Pantanal, vão acabar com o Pantanal, porque acabar com a atividade econômica sustentável é você levar a pobreza às regiões, assim como tem sido feito na Amazônia, assim como tem sido feito em outros biomas brasileiros, como a Caatinga, etc., de que a gente fala pouco. Então, nós precisamos estar muito antenados, e as discussões têm que ser com muito conteúdo, sem ideologia, para que a gente consiga ter este país e entregar aos brasileiros, não com o medo que hoje nós estamos colocando em cima dos agricultores, da agropecuária brasileira, do meio ambiente, com punições, com destruição, com queima de avião, enfim. E a gente está vendo que os resultados não têm acontecido.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, permita-me, eu ouvi todos. E, quando V. Exa. me distinguia para relatar essa matéria, eu pensava com os meus botões que, efetivamente, até pela nossa própria composição, já bem poderia adiantar o resultado em relação a esse tema. Nada me surpreende; eu me surpreenderia exatamente se o contrário ouvisse ou se imaginasse ter um resultado que sei que nós não haveremos de ter.

Agora, é importante, Srs. Senadores, que nós não deturpemos. E aí não precisam pedir vênia por força de eu ser Relator de um projeto que teve como sua autora a Senadora Nilda. Fiquem inteiramente à vontade! Não há razões para se constrangerem ao imaginar que eu não possa, em determinado momento, divergir inclusive dos pensamentos, em alguma escala, que os senhores e as senhoras tenham. Eu divirjo de um grande amigo, um dos maiores defensores, inclusive, de algumas demandas nossas, que é o Senador Jayme Campos. Ele menciona a minha condição de nordestino, mas um dia aquele Nordeste foi vegetação outra, Senador Jayme Campos, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por algumas razões também climáticas, hoje não mais o é. Então, não vamos confundir.

Eu acho que, antes mesmo de os senhores pedirem desculpas ou pedirem vênia, é exatamente quererem deturpar, distorcer o encaminhamento que foi dado pela Senadora Nilda. Aí, sim, eu acho que não a mim... Mas, por exemplo, dizer que esse projeto, Senador Jayme, Senadora Tereza, Senador Portinho, tem como propósito... Não é honesto. Não é honesto dizer que tem como propósito atacar ou impingir prejuízos a pequenos. Não, não façam isso. Votem contra, se ponham... Como nós bem sabemos, V. Exa. é um grande proprietário, outros o são. Nada contra a propriedade privada, muito antes pelo contrário. Agora, não façam isso perante um companheiro que merece, sim, o respeito que os senhores sabem que todos nós temos.

Aqui eu ouvi o Senador Jaime dizer que eu estou apresentando um relatório ou que a Senadora Nilda apresentou um relatório para prejudicar o pequeno. O que é isso? O que é isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, um aparte. Eu não citei ninguém...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O Senador Jaime Bagattoli, que tem todo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Ah, tá. Desculpe. Obrigado, obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Desculpe, Senador Jayme.

O Senador Jaime Bagattoli tem todo o meu respeito. Então...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu respeito a sua querida mãe e V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não tem problema algum, sabe, Senadora Leila? Eu me recordo muito bem de que nós estivemos, enquanto integrantes desta Casa, diante de dois episódios tristemente vivenciados por nós, como foram os casos em Minas Gerais, de Mariana e de Brumadinho, e todos nós evidenciamos as nossas condolências aos absurdos cometidos.

E aí, depois, corremos atrás, Senador Alessandro Vieira; corremos atrás – inclusive acho que a senhora foi uma das autoras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – PL 550.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... exatamente pelas fragilidades legislativas que nós temos. Fomos correr atrás depois de tudo aquilo que se abateu sobre vidas e sobre o meio ambiente.

Então, dizer que nós estamos penalizando, ou queremos... Por favor! Vocês me respeitam mais, vocês me têm demonstração de respeito e de atenção ao não fazerem pronunciamentos do tipo: o projeto é para atacar fulano, ou é para prejudicar o pequeno produtor, ou para prejudicar o pequeno amazônida. Por favor, não façam isso! Ponham-se contra, porque é legítimo esse posicionamento.

O que a Senadora Nilda aqui pôs é uma realidade, porque hoje, a depender do tipo de infração cometida, da pena cominada, réus que tenham cometido crimes ambientais podem ter acesso aos benefícios de substituição da pena privativa de liberdade pela pena restrita de direitos, suspensão condicional da pena, suspensão condicional do processo. E aí eu vou ao meu companheiro Alessandro, que a mim me parece será o único que concorda com a ideia de que não é simplesmente punitivo. Até por formação – aos senhores que não conhecem a minha formação, eu sou formado em Direito – não tenho, Senadora Tereza, a ideia de que, em se mudando as legislações simplesmente dando a elas punições maiores, nós vamos resolver.

Também não me imponho a essa condição perante a opinião pública brasileira, porque eu não penso tão pequeno assim, eu não penso com tanta superficialidade, e sei que não é uma sugestão como essa que vai resolver situações. Mas sei também que, desconhecendo a necessidade de que aquele que comete e que reitera, Senador Alessandro, muitas das vezes submetidos a pressão e condicionados a outros interesses de grandes, o fazem, e isso se torna reiterado, Senadora Leila, torna-se repetitivo e torna-se ambientalmente não defensável.

Foi essa a intenção da Senadora Nilda Gondim. E é por isso, não pela condição, porque eu mesmo poderia ter dito a ela: Senadora Nilda, perdoe-me, não sugiro esta construção legislativa que a senhora está a oferecer. Não; é por entender também que ela é pertinente. E em nenhum momento – ao contrário dos que utilizaram a palavra – em nenhum momento ela se cinge ao propósito de atacar o pequeno produtor, atacar quem quer que seja, absolutamente não.

Então, eu agradeço a V. Exa. Nada me surpreende, até porque entendo plenamente, compreendo a composição, os interesses, os envolvimentos, o processo de ideologização que esse ambiente atual no nosso país termina por sugerir, lamentavelmente, mas nada me surpreende no posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao voto, e aí, de já, agradeço a solidariedade expressa do Senador Alessandro Vieira, que entendeu o alcance do propósito, que efetivamente é tão somente este.

Obrigado, Senadora Leila.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente, permita-me um esclarecimento?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Bom, Relator, querido colega Veneziano, eu tenho certeza absoluta, total certeza, de que a ideia da autora não foi penalizar pequenos produtores.

No entanto, uma coisa que talvez... E eu concordo que essa discussão precisa superar uma fase que nos prejudica a todos, ao Brasil inteiro, porque ela não é de direita ou de esquerda na minha opinião, e eu venho dizendo isso há 30 anos, até mais do que isso. É uma questão de soberania nacional; nós estamos perdendo a soberania nacional.

A Ministra Tereza, quando fala da hipocrisia, é clara. Quer uma hipocrisia? O Canadá agora queimou, até o mês passado, só este ano, o equivalente a dez anos de derrubada na Amazônia. Há um mês, já tinha atingido mais de 100 milhões de pessoas. Cidades dos Estados Unidos, como Washington, como Nova York, estavam penalizadas pela fumaça. A fumaça foi tanta, e é, que atravessou o Oceano Atlântico, chegou à Europa. Eu tive a oportunidade de estar lá agora e vi essa fumaça do Canadá. Alguém viu uma ONG internacional ou algum primeiro ministro, da França, por exemplo...? Aliás, me perdoem a franqueza, tenho a maior antipatia por aquele Macron, que se mete onde não foi chamado e esquece do país dele, onde se queimou Notre-Dame, na área urbana, na cara de todo mundo. Eles não conseguiram prever. Como é que a gente consegue prever o fogo na Amazônia, que é maior do que a Europa Ocidental inteira? Mas nenhum deles ousou mencionar algo parecido ou relativizar a soberania do Canadá sobre o seu território em função de uma prática que não é deste ano. Nas últimas décadas do século passado se queimou mais ainda no Canadá do que se queima hoje e muito mais do que se queima na Amazônia.

Mas a questão do esclarecimento é assim: quem não conhece, talvez, tão bem – como eu não conheço tão bem o Nordeste – a Amazônia, como quem é de lá ou estuda a matéria, precisa compreender uma questão. Quando o Senador Jayme, ex-Governador, Prefeito, fala que o grande proprietário tem medo até mesmo de estar com uma fotografia de uma motosserra, isso é porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o grande proprietário, aquele que está com o seu título definitivo registrado, sabe que, se ele derrubar meio hectare, ele vai ser preso, ele vai pegar multa.

Então é preciso que a gente compreenda que, quando você aumenta o rigor, ele acaba, ou mesmo a penalidade... A Intenção não é esta, mas ele vai atingir o pequeno. Quem é que põe fogo na Amazônia como prática econômica? Não é o grande. Como é que você vai imaginar que uma propriedade rural de cem anos, três gerações... Eu era neto – sou, não é? – de produtores rurais. Eu deixei de ser; eu preferi viver, eu iria morrer do coração, eu não aguentava mais perceber que eu não mandava na área, porque você não manda mesmo.

Então, imagine, depois de duas ou três gerações, ele tem lá um pasto. Ele vai queimar o pasto dele? Se ele queimar o pasto dele, vai colocar o gado onde? Na cabeça dele? Se ele é agricultor, ele faz uma plantação, ele cultiva aquilo há 10 anos, há 30 anos, os avós, e, depois que ele tem a plantação, ele vai lá e bota fogo? Claro que não. O grande proprietário... Então, note, não é que ele também não entre no rigor da lei; é que ele tem escala para mecanizar sua terra, para recuperar o solo degradado. Quem não tem é o pequeno. E, quando a gente fala que, se nós queremos mesmo... Não estou falando do ilegal. O ilegal, a lei que vá lá e que pegue. Mas, quando nós falamos que queremos diminuir, combater o incêndio anual na Floresta Amazônica, ou se cria – e, aí, vai na linha do que o Jayme disse e o Zequinha – alternativa econômica para esses mais de 1 milhão de pequenos proprietários rurais, ou não tem saída, porque ele, para sobreviver... Eu disse aqui, quando o Zequinha estava dizendo... Ele não tem dinheiro para comprar máquina? Ele não tem dinheiro para pagar uma hora de trator! E ele vai utilizar essa ferramenta.

Então, com a tolerância da Presidente, um esclarecimento, colega Veneziano: eu tenho certeza absoluta de que a autora e o Relator, em momento algum, pensaram em prejudicar o pequeno. O que nós dissemos é que, na prática, quem acaba... O Jayme acabou de dizer, uma prática que aconteceu na Amazônia inteira: cria-se mais... Amplia-se uma área. Lá já tem 400 famílias. Quer dizer, eles, até ontem, estavam legalizados. Até ontem eles podiam fazer. Hoje já estão fora da lei. E são pequenos. Então, quem acaba sendo penalizado é o pequeno. Não é o grande, que tem escala econômica.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero aqui parabenizar a autora, Senadora Nilda Gondim, e a relatoria e esclarecer para os colegas que esse projeto não inova em nada, ele apenas altera a pena. Apenas altera a pena. E outra coisa: não vai penalizar aquela pessoa que deu causa ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado por imprudência, por negligência ou imperícia. A regra, no Direito Penal brasileiro, é termos, como elemento subjetivo da conduta, o dolo. E não sou eu que estou dizendo. Todos os tipos penais que estão alterando a pena, o art. 38 ou 38-A e o 39, têm, como elemento subjetivo da conduta, dolo. Então, nós estamos aqui apenas aumentando a pena para aquela pessoa que destruir, danificar a floresta considerada de preservação permanente dolosamente, porque o resultado de que depende a existência de um crime somente é imputável a quem lhe deu causa, e considera-se causa ação e omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. E todos os crimes são tipificados no Código Penal ou legislação penal especial ou extravagante tendo como elemento subjetivo da conduta o dolo. Essa é a regra. Qual é o elemento subjetivo da conduta do crime previsto no art. 38 da Lei 9.605? Dolo!

Para ter responsabilidade a título de culpa, por imprudência, negligência, imperícia, nós teríamos que ter um parágrafo aqui falando se o crime é culposo. Então, aqui nós estamos, sim, caminhando de forma positiva para aumentar a pena para esses crimes praticados tendo como elemento subjetivo da conduta o dolo.

Eu acho que essa é uma boa iniciativa e eu quero aqui parabenizar tanto a autora como o Relator e clamar aos colegas que não está havendo nenhuma inovação. Apenas está havendo o aumento da pena.

Com todo o respeito, eu fui Delegado por 27 anos, assim como o meu querido Alessandro Vieira, e nós sabemos que tem três elementos que são essenciais para a redução da prática criminosa: o primeiro deles é a fiscalização; o segundo é a educação; e o terceiro é uma legislação. Nós já temos uma lei de proteção ambiental que veio, de forma positiva e inovadora, prever a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Então, o que nós temos aqui é a possibilidade de aumentar a pena nesses crimes praticados com dolo. Dolo é intenção ou assumir o risco de produzir o resultado.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Mais alguém para discutir a matéria?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente, é só para dizer que também está no projeto de lei se o crime for culposo, isso também consta no projeto de lei.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – São penas diferentes...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – ... eu só quero falar ao Senador Veneziano e à Senadora Nilda que a intenção não foi ofender ninguém que tivesse elaborado este projeto, mas eu quero dizer para vocês o seguinte: fica um convite, Senador Veneziano, para vocês conhecerem a Amazônia, para vocês conhecerem as dificuldades do pequeno produtor rural nosso da Amazônia.

E digo mais. Olhem a penalidade que está acontecendo hoje, Senadora Tereza, olhem o que estão fazendo com a Amazônia agora: em qualquer passagem aérea, de avião, se você comprar para o Nordeste e comprar antecipado para setembro, você paga R$800, R$500; para Porto Velho, para Rondônia – agora, vão massacrar o Norte até nisto –, R$3 mil. Até nisso, nós vamos sofrer com a questão aérea do Brasil. Então, as dificuldades da Amazônia são realmente diferentes das do restante do Brasil.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram; os que não concordem levantem a mão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Verificação nominal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Verificação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, por gentileza, eu não vejo razões para que nós percamos tempo com a nominal, até porque já estão identificados os votos. Vamos partir para o segundo, porque já estamos às 13h05. Não já estão identificados os votos? Não tem dificuldade alguma. É bem fácil aqui. Eu, Alessandro e o Senador Fabiano contra os demais outros companheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com o relatório se manifestem, por favor.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Eu, o Alessandro e o Fabiano...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k. Então... (*Pausa.*)

O relatório do Projeto de Lei 2.606, de 2021, está rejeitado. (*Pausa.*)

Vencido o Relator, eu designo para lhe suceder, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, o Senador Marcio Bittar. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta, que é do projeto de lei...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Senadora, se a senhora puder avisar o Senador Fabiano... Esse segundo item é necessariamente por votação nominal, pois é terminativo. É para que nós... Essa é a minha preocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Veneziano. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2012, DE 2022

- Terminativo -

Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de desastres e recuperação de áreas atingidas, as ações de monitoramento de riscos de desastres e a produção de alertas antecipados.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.012, de 2022, com as duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 21/03/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

2. Em 21/06/2023, foi lido o relatório.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O relatório será votado.

Eu pergunto ao Relator, Senador Veneziano, se há alguma manifestação adicional sobre a matéria.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Sra. Presidente, pessoalmente, eu não tenho adendos a fazer. Fico à disposição, caso V. Exa. entenda necessário ou se os demais outros companheiros queiram que eu releia. Caso contrário, partamos ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vamos para a discussão, Senador Veneziano, até porque o relatório já foi lido.

Pergunto aos pares se alguém quer discutir o relatório do Projeto de Lei nº 2.012. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Nos termos do relatório apresentado, os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores podem votar.

Peço para abrir o painel, por favor. (*Pausa.*)

Vai ser nominal, estamos abrindo o painel. (*Pausa.*)

Está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Enquanto nós procedemos à votação do item 2, já comunico aos demais Senadores que o item 3 foi retirado, os itens 3, 4, 5, 6 e 8.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 135, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4464, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 301, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina recursos da exploração de petróleo para a educação, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 494, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para instituir a reavaliação periódica de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2909, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer novas diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação.)

Temos, por fim, o item 7, que vai ser relatado pelo Senador Carlos Portinho, não terminativo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, quero cumprimentá-la pela retirada de pauta e quero só fazer uma lembrança de que nós entendemos que o item 3 da pauta deveria ser encaminhado para a CCJ e fizemos um pedido para que a gente o sustasse aqui, de acordo com a decisão de V. Exa., até a decisão do Presidente da Casa, porque, a nosso ver, ele mexe com matéria absolutamente constitucional, ele está falando de propriedade privada – a meu ver, ele está relativizando a propriedade privada. Portanto, o nosso juízo é de que ele tem obrigatoriamente que passar pela CCJ.

Então, fizemos um requerimento pedindo, e a decisão agora é do Presidente Pacheco.

Então, a senhora já retirou de pauta?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu retirei a pedido da Relatora, Senador. Foi a Relatora quem pediu que retirasse.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Será que a gente não acopla o meu ofício, que faz a consideração para o Presidente do Senado responder, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vamos aguardar, então.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, só uma observaçãozinha.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Sobre o requerimento, meu, do Senador Marcio Bittar, do Senador Jaime Bagattoli – queria chamá-lo de "Bagattóli", mas ele disse que não é –, para se juntar o 135 ao 1.818, porque são assuntos iguais, apenas precisando de arrumar, e parece que não houve isso.

Eu queria pedir a V. Exa. que solicitasse à Secretaria para ver por quê, porque a gente precisa analisar isso.

São dois tratando do mesmo tema e são importantes.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Zequinha, é a mesma resposta que eu dei agora para o Senador Marcio Bittar: como já pautei, nós iríamos fazer a leitura. A Relatora pediu para retirar, ele já encaminhou o ofício à Presidência e vamos aguardar a decisão do Senado. (*Pausa.*)

Todos os presentes votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Vou pedir para a Secretaria abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O resultado: 8, SIM – zero abstenção –; e 0, também, NÃO.

Aprovado o Projeto de Lei 2.012, de 2022, com as Emendas nºs 2 e 3, da CMA, e rejeitada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora vamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2470, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre incentivos fiscais as empresas reformadoras de pneumáticos, altera a Lei 10.865/2004 e dá outras providências.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Senadora Leila Barros.

Este é um projeto bastante meritório, de autoria da nossa querida Senadora Margareth.

Vou pedir vênia para fazer um relatório bem sucinto e passar à análise.

Apenas para dar conhecimento geral a seu respeito: o projeto dispõe sobre incentivos fiscais às empresas reformadoras de pneumáticos, por isso altera a Lei 10.865, de 2004, e dá outras providências.

Em resumo, ele estabelece incentivos fiscais para as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade de recapagem, recauchutagem, remodelagem, duplagem e vulcanização de pneumáticos, com exceção, naturalmente, das empresas incluídas no Simples Nacional. O parágrafo único do art. 2º elucida que esse incentivo fiscal busca retribuir justamente os ganhos ambientais que essas atividades proporcionam.

Assim, passo à análise.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Meio Ambiente opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição. Cabe observar que a apreciação dos aspectos de constitucionalidade e juridicidade do projeto compete à CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos, por ser esta Comissão à qual incumbe a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao mérito, o PL n° 2.470, de 2022, cria incentivos fiscais pela redução do PIS/Pasep e da Cofins para as pessoas jurídicas que desenvolvam atividades de recapagem, recauchutagem, remodelagem, duplagem e vulcanização de pneumáticos, com exceção das empresas inclusas no Simples Nacional. Ele visa retribuir às empresas os ganhos ambientais que suas atividades proporcionam. Em muitas cidades a gente vê o descarte de pneus, o que polui o meio ambiente, e justamente o que a gente quer incentivar são essas atividades de reforma, de recapagem, de remodelagem, duplagem, etc.

Assim, destacamos que são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros, os incentivos fiscais, financeiros e creditícios (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, art. 8º, inciso IX). A possibilidade de concessão de incentivos fiscais, no âmbito de suas competências, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios é também prevista no art. 44 dessa lei. Segundo esse dispositivo, é possível sua concessão a indústrias e entidades dedicadas à reutilização de resíduos sólidos produzidos no território nacional.

Desse modo, a proposição se apresenta compatível com a legislação ambiental vigente e promove a redução da utilização dos recursos naturais, além da diminuição dos resíduos sólidos e poluentes produzidos pelo descarte de pneus. Por essas razões, o PL merece ser aprovado.

Faço aqui apenas dois reparos, objeto das emendas, quanto à técnica legislativa empregada, sugerindo a supressão do parágrafo único do art. 2º do PL, por se tratar de elucidação despicienda em texto legal, e o acréscimo, na ementa do projeto, da ementa da lei que o PL busca alterar.

Então são só questões técnicas.

Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.470, de 2022, com as seguintes emendas de redação, que passam, na sequência, a integrar esse relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Carlos Portinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra, para discutir, a autora da iniciativa do Projeto 2.470, Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Primeiro quero agradecer ao Portinho pelo excelente relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, este projeto foi aprovado nesta Casa em 2012. Eu vim defendê-lo justamente pelo ativo ambiental que ele traz, porque um pneu de transporte nacional pode ser reutilizado, pode ser feito reforma duas vezes. Cada pneu reformado economiza 57 litros de petróleo. Se você faz o cálculo de 14 milhões de pneus que você reforma por ano é muita coisa, tanto que nós fomos apresentados, o setor foi apresentado na COP 26 pelo ativo ambiental. Nós somos o segundo mercado mundial. Só perdemos para os Estados Unidos.

Eu fico triste porque, em 2012, a gente aprovou na CCJ, a gente aprovou na CAE, e aí a Presidente Dilma entrou em 2013 e vetou esse projeto. Agora eu o vejo prejudicado novamente pela reforma tributária que está aí, que, se aprovada for, a nossa carga tributária vai subir 73,25%.

Então, olha, eu faço assim...

Não é fácil você ser empreendedor nesse país. Todo dia você se levanta, mata um leão e doma uns quantos, não é, Portinho? Mas é isso.

Eu acho um projeto...

Eu sou uma defensora da reforma de pneus, porque gera uma economia de R$7 bilhões por ano para o transporte e economiza bilhões de litros de petróleo. Então, assim, é um projeto que vale a pena, sim. E o Governo tem que olhar com outros olhos a reforma de pneus.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Mais alguém para discutir? (*Pausa.*)

Bom, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da CMA.

A matéria agora vai para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de finalizarmos a nossa reunião, os nossos trabalhos de hoje, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata anterior, realizada no dia da reunião, no dia 5 de julho.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está provada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Agradeço a participação de todos que estiveram na sessão, na nossa audiência aqui de hoje.

Nada mais a declarar, encerro a nossa reunião.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quatorze minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Leila Barros, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 920, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para destinar parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais e de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2606, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório pela rejeição do PL 2606/2021. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 494, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para instituir a reavaliação periódica de agrotóxicos, seus componentes e afins." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2522, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para conceder isenção de Contribuição para o PIS/Pasep e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à venda de materiais recicláveis à pessoa jurídica que apure o Imposto sobre a Renda pelo lucro real." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 135, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 145, de 2020 - Terminativo -** que: "Proíbe, em todo o território nacional, a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas para o acondicionamento e o transporte de mercadorias que contenham, em sua composição, polímeros plásticos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2909, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer novas diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o PL 2909/2022. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 46, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil"." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de agosto de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 2.511, da Assembleia Legislativa do Pará, que encaminha a Moção 614, para requerer do Senado Federal atuação no sentido de se buscar uma solução entre Ibama e Petrobras, no processo que trata da licença ambiental para atividade de perfuração marítima, na Bacia da Foz do Rio Amazonas – nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o documento estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente atuação –; e Ofício nº 60, de 2023, do Senador Jader Barbalho, para comunicar a esta Presidência, em função da relatoria das matérias referentes à regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, o pedido de urgência feito ao Plenário para o Projeto de Lei nº 1.684, de 2022, de sua autoria, que também trata desse tema.

Não vamos proceder à deliberação da aprovação, no momento, da ata, tendo em vista que precisamos de quórum.

Passo imediatamente para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2606, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A.

Autoria: Senadora Nilda Gondim

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela rejeição

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 02/08/2023, vencido o relator, foi designado, nos termos do art. 128, o senador Márcio Bittar para suceder-lhe na relatoria.

Concedo a palavra ao querido Senador Marcio Bittar para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui, nesta Comissão, hoje presidida por V. Exa. É um prazer estar aqui, ao lado dos colegas Kajuru, Zequinha.

Bom, já foi discutido e votado na semana passada; então, vamos aqui ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.606, de 2021, da Senadora Nilda Gondim, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A.

O PL possui dois artigos. O art. 1º altera os artigos consignados na ementa para majorar a pena de crimes contra a flora, e o art. 2º estabelece como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar da sua aprovação.

O PL foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Na CMA, não foram apresentadas emendas, tendo o Senador Izalci Lucas apresentado relatório pela aprovação da matéria em 12 de maio de 2022. A proposição foi arquivada ao final da legislatura passada e desarquivada pelo Requerimento nº 103, de 2023.

O Senador Veneziano Vital do Rêgo também apresentou relatório pela aprovação do projeto, mas teve seu texto vencido nas discussões que se sucederam na Comissão, em 2 de agosto de 2023, data em que assumi a relatoria.

Na justificativa, a autora argumenta que o Brasil não tem garantido a preservação dos biomas Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampas. Na sua visão, as penas atualmente previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, são, entre aspas, “nitidamente brandas e não são capazes inibir a volição delitiva dos criminosos”.

Na CMA não foram apresentadas emendas.

Análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente a proteção do meio ambiente e a defesa das florestas, da fauna e da flora, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. Considerando que o projeto será apreciado em decisão terminativa na CCJ, procederemos somente à análise de mérito.

Primeiramente, cumprimentamos a Senadora Nilda Gondim pela bem-intencionada preocupação com delitos ambientais praticados em todo o País, em particular os que têm como alvo as florestas brasileiras.

Contudo, entendemos que a solução passa por outros caminhos que não o endurecimento das penas aplicáveis a crimes contra a flora.

Veja-se que as florestas brasileiras já dispõem de medidas protetivas, especialmente na Amazônia Legal. A nosso ver, o sistema político-econômico que rege a Amazônia não é justo e nem democrático.

Além das inúmeras terras indígenas e unidades de conservação criadas naquele bioma, as propriedades rurais estão sujeitas a uma reserva legal que recobre 80% da área total, por força do Código Florestal, quando situada em área de floresta nessa região. O proprietário possui, ainda, o dever de cuidado sobre essa mata, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente caso seja cortada, inclusive por invasores.

Como se não bastassem essas restrições, qualquer atividade a ser desenvolvida nos 20% restantes na Amazônia Legal depende de licenciamento ambiental, autorização de supressão de vegetação, outorga de água, entre outros instrumentos de controle, que muitas vezes são negados.

Como fica a livre iniciativa? Imagine que uma pessoa compre uma terra de 10 mil hectares em qualquer região da Amazônia. Sabe-se que 8 mil hectares serão reserva legal. Contudo, caso queira instalar uma planta de celulose com expectativa de aproveitamento de 2 mil hectares, por exemplo, isso será possível? Em tese sim, mas, na prática, temos visto que o ativismo judicial do Ministério Público e a articulação de ONGs têm impedido o desenvolvimento de empreendimentos na Região Amazônica. Isso condena a região à eterna pobreza.

Não podemos votar a favor de um projeto como esse, que tem como objetivo apertar ainda mais o já castigado produtor rural brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala em queimadas, é bom lembrar que temos mais de 1 milhão de pequenos proprietários na Amazônia, sem acesso a maquinário e linhas de crédito para modernização de suas técnicas produtivas. A preocupação que deveria prevalecer é como criar emprego e renda para garantir condições dignas de vida a esses proprietários rurais da Amazônia, uma questão de direitos humanos. O uso do fogo é, muitas vezes, a única técnica disponível para populações tradicionais e indígenas prepararem o solo pré-plantio. Sua substituição deve se dar de forma gradual com fornecimento de crédito, assistência técnica e extensão rural.

O Brasil criou leis ambientais para as pessoas muitas vezes não cumprirem, leis rígidas para regrarem um país extremamente heterogêneo e diverso. Antes delas, viviam harmonicamente ribeirinhos, índios, populações tradicionais, pequenos agricultores. Após, foram criadas terras indígenas, unidades de conservação, sem que houvesse um estudo, um mapeamento, colocando produtores rurais à margem da lei. Interferiram no direito de propriedade, com restrições ao seu uso, e criaram necessidade de autorização para toda e qualquer atividade agropecuária, de pesca ou de extrativismo. Um processo de marginalização do pequeno produtor rural brasileiro, que não poder ser apenado ainda mais com o endurecimento da Lei de Crimes Ambientais.

Com todo respeito e admiração pela Senadora Nilda Gondim, abrimos divergência para opinar pela rejeição do projeto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.606, de 2021.

Sala da Comissão.

Quero apenas acrescentar, Presidente Contarato e colegas Zequinha, Jaime e Kajuru: eu acho que a discussão passada foi útil para levantar uma outra questão. As pessoas que são verdadeiramente preocupadas com o meio ambiente, mas que talvez não conheçam tão bem a Amazônia, não percebem, talvez por não a conhecerem tão bem – e essa é uma das razões do voto contrário –, que, quando você endurece as leis na Amazônia, mais do que já estão, quem é mais penalizado é o pequeno.

Lembro que, na reunião passada, o nosso querido Vice-Presidente Veneziano, numa das intervenções, se contrapôs, entendendo que algum colega teria dito que o objetivo do projeto era penalizar ainda mais o pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo que nós avançamos quando ficou claro que o nosso entendimento, de quem votou contra... Não é que a ideia do projeto da Senadora seja essa, mas é que, ao final das contas, quando você endurece mais ainda as leis que já existem para a Amazônia...

É preciso que fique claro que o grande proprietário rural tem escala para mecanizar sua terra, para adubar sua terra, e quem não tem é o pequeno. Então, quem acaba recorrendo a práticas consideradas hoje como criminosas é o pequeno produtor rural, porque ele não tem escala para poder fazer aquilo que seria melhor.

Então, quando o Estado brasileiro, ou quando o mundo inteiro, por exemplo, quer evitar fogo na Amazônia, o mundo e o Brasil precisam entender que para isso têm que enfrentar a realidade de mais de um milhão de proprietários pequenos na Amazônia que utilizam essa prática por falta de outra alternativa. É manual.

São famílias que – a gente fala na Região Amazônica – brocam e derrubam a sua tarefa de terra, às vezes nem menos de meio hectare, e, quando ela cansa, porque toda a terra cansa, ele não tem como alugar... Eu disse aqui da vez passada que ele não tem dinheiro para pagar uma hora de máquina e aí ele acaba recorrendo à prática secular de colocar fogo para limpar o roçado, para repreparar a sua terra.

Então, eu acho que nós avançamos na reunião passada quando ficou claro que o entendimento, o objetivo não é esse, mas que, endurecendo mais ainda, nós estaremos amarrando mais ainda o pequeno proprietário da Região Amazônica.

Essa é uma das razões do voto contrário à ideia do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Em discussão.

A matéria encontra-se em discussão.

Para discutir, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Marcio Bittar pela compreensão da realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero ser repetitivo naquilo, mas o agricultor familiar que detém alguma área de mata na sua terra, aqui e acolá está precisando retirar algum tipo de madeira branca comum para fazer um barracão, para resolver um problema de um cercado de quintal, etc.

O projeto de lei criminaliza corte de árvores. Esse projeto tem boas intenções, mas falta conhecimento da vida na realidade, da vida na terra, da vida como ela é.

Então, como é que eu moro numa terra, e não tenho condições de retirar algumas árvores para fazer uma pequena cerca de quintal, para fazer um barracão, para, enfim, dar mínimas condições? Teria esse pequeno agricultor condições de ir à cidade e comprar numa serraria toda essa madeira de que ele precisa?

Dois, a gente, por falta de condições também, em vez de usar telha para cobrir o barracão, a casinha, usa a palha. Junto com isso, a palha também está dando crime.

Então, a gente não pode botar uma pessoa no meio do mundo – e aí eu estou me referindo mais à questão amazônica, conhecem-se as distâncias na Amazônia –, e essa pessoa ficar ali, engessada, sem poder fazer nada, sem poder construir o próprio barracão, sem poder fazer qualquer benfeitoria na sua propriedade, mesmo com madeira branca, coisas insignificantes, mas importantes para a sobrevivência, porque a legislação que a gente faz, a partir de Brasília, aqui, do conforto dos nossos gabinetes e plenários, impede esse cidadão de viver um mínimo lá.

Qual é a tendência que se vê? A Ministra Marina Silva quer que todo mundo fique quieto para dar uma bolsa para ele sobreviver. Eu não sei de quanto é essa bolsa, Bolsa Verde. Diz-se que vão dar 100 mil bolsas. Não é por aí a vida! A gente tem que ensinar esse camarada ou dar condições para ele produzir e viver com a sustentabilidade que for possível ali. Depois, o pobre não está muito preocupado com a situação ambiental; está preocupado com a comida, com o cotidiano, com o dia a dia.

Antes de a gente fazer uma lei para prender esse cara, acabar com a vida dele, o Ibama já está fazendo isso há muito tempo. O Ibama chega de helicóptero a essas pequenas propriedades, e o vento da hélice do helicóptero já derruba tudo; arranca o telhado, a palhoça, enfim, todas as coisas. Tem gente que se viver cinco, seis vezes, cinco, seis gerações, não consegue pagar a multa que o Ibama aplicou sobre ele. Eu conheço toneladas nessa situação lá no meu estado.

Então, a gente não pode continuar pensando dessa maneira, sem conhecer a vida real, vivendo como a pessoa vive lá, e a gente aqui imaginando um mundo completamente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concordo plenamente que a gente vá para o que já tem, faça valer de forma racional, inteligente e responsável a lei já existente; em criar mais uma não vejo sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A pedido dos Relatores, retiramos de pauta os itens 4 e 5.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2522, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para conceder isenção de Contribuição para o PIS/Pasep e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à venda de materiais recicláveis à pessoa jurídica que apure o Imposto sobre a Renda pelo lucro real.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 135, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Em 02/08/2023, retirado de pauta a pedido da relatora) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Bom dia a todos e a todas.

Tendo em vista a ausência de autores e relatores... E aqui eu faço um apelo.

Já presidi esta Comissão de Meio Ambiente, e nós temos que entender que a participação aqui, nesta Comissão, de titulares e suplentes, tem que se dar de forma efetiva. Não adianta você ter Senadores titulares e suplentes se, inúmeras vezes, eu tenho que abrir e encerrar uma sessão, ou por falta de quórum, ou porque o autor ou o relator do projeto não se encontra aqui.

Eu acho que tem que haver um comprometimento mais efetivo de nós Parlamentares; é fazer esse mea-culpa no sentido de reflexão de efetivamente identidade: você quer estar numa Comissão de Meio Ambiente? Esta Comissão é de extrema importância.

Esta Comissão vai impactar a vida das pessoas. Esta Comissão vai impactar a relação trabalhista. Esta Comissão vai impactar a dignidade da pessoa humana. Ela vai impactar a relação comercial do Brasil com o mundo na pauta econômica.

Então, eu faço um apelo a todos os Senadores que são titulares e suplentes: que venham à Comissão de Meio Ambiente. Se não querem ou se não têm afinidade, eu até entendo, porque eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também estou aqui, assim como o querido Senador Jorge Kajuru e outros, e temos outras Comissões, mas nós temos que imediatamente dar presença e nos fazer comparecer aqui para deliberar os itens de extrema importância. Do contrário, nós vamos ficar aqui colocando matéria na pauta, tendo que encerrar a sessão, protelando e tendo um comportamento que não vai avançar, sendo que o mundo e nós temos de avançar.

Eu volto a falar: é perfeitamente possível caminhar de mãos dadas com a sustentabilidade, gerando emprego e renda, alavancando a economia, de forma a respeitar esse direito humano essencial, esse direito constitucional – porque não sou eu que estou falando; é o art. 225, e eu sou um escravo da Constituição, principalmente no que tange ao art. 225: o meio ambiente como um direito de todos. Isso é uma determinação constitucional.

Passo para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2909, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer novas diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico.

Autoria: Senador Mecias de Jesus

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. Em 02/08/2023, retirado de pauta a pedido do relator*

Concedo a palavra ao querido Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Contarato.

Quero saudar o meu amigo Jorge Kajuru, Senadores e Senadoras que estão na Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com V. Exa. quanto à importância da preservação ambiental, das garantias da natureza preservada para dar condições às futuras gerações. Eu sou um defensor de uma luta muito grande, sobretudo no que tange à questão das águas e da preservação de nascentes e dos rios.

Eu quero parabenizar também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a iniciativa do nobre...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perdão, Senador. Por gentileza.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Senador Mecias de Jesus...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu só pediria aqui, por gentileza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Por gentileza, eu queria um pouco de respeito, porque tem um Senador fazendo a leitura de um relatório. Por gentileza, a conversa nas laterais...

Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Parabenizo o nobre Senador Mecias de Jesus, que tomou a iniciativa de apresentar essa Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer novas diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico.

O projeto tem três artigos. O art. 1º prevê o objetivo de alterar a Lei nº 11.445, de 2007, para estabelecer novas diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico.

O art. 2º inclui dois incisos no art. 48 da lei – que prevê as diretrizes da mencionada política – para prever a institucionalização do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a adoção de política de subsídio para tarifa social de água e esgoto para beneficiar unidades residenciais de famílias com baixa renda, com que eu concordo plenamente.

O art. 3º prevê a vigência da lei resultante a partir de sua publicação.

Segundo a justificação da matéria, observam-se inconsistências entre os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e os dados do Plansab, que são mais completos. Ainda conforme pondera o autor da matéria:

> Estudo lançado pela Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento) mostra discrepâncias entre os números publicados na imprensa desde 2017, com base no SNIS, que diferem significativamente daqueles contidos no Plansab de 2017, elaborado pelo governo federal. É importante ressaltar que os desafios postos para o setor de saneamento brasileiro é aquele quantificado no Plansab. Tanto é assim que quando se divulga o montante de recursos necessários, o valor informado é do Plansab. Destaca-se, ainda, que o conceito adotado no Plansab se apresenta como mais indicado para as populações rurais dispersas, populações ribeirinhas, aldeias indígenas e quilombolas. Assim, ainda que existam outras fontes de informação, faz-se necessário institucionalizar o Plansab.

O Senador Mecias de Jesus prossegue em sua justificativa para apontar outra questão que merece destaque, a tarifa social:

> [...] que é um benefício criado pelo governo federal para beneficiar as unidades residenciais de famílias com baixa renda. Consiste na redução da tarifa de consumo de energia elétrica em até 65%, podendo chegar até 100% para Indígenas e Quilombolas. Não adianta disponibilizar serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário se a população não terá condições de pagar pelo seu uso. Daí a importância de estabelecer tarifa social para as famílias de baixa renda.

O projeto foi distribuído para a análise exclusiva e terminativa da Comissão de Meio Ambiente, portanto esse projeto é terminativo na Comissão de Meio Ambiente.

Análise.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CMA opinar sobre matérias que tenham essa letra de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que a União detém competência, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção do meio ambiente, nos termos do art. 24, inciso VI, da Constituição Federal. É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, e art. 61 do texto constitucional.

Revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) afigura-se dotado de potencial coercitividade.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa. O projeto alinha-se com os princípios, diretrizes e objetivos da Lei de Saneamento Básico, a Lei nº 11.445, de 2007.

Concordamos com as ponderações apresentadas pelo Senador Mecias de Jesus na justificação do projeto e, nesse sentido, as regras propostas fortalecem o alcance social das políticas públicas da União em saneamento básico, sobretudo em benefício das populações de baixa renda e para conferir maior robustez institucional ao Plano Nacional de Saneamento Básico.

Portanto, Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Mecias de Jesus é louvável. Nós, que somos da área de saúde, entendemos perfeitamente o que pretende o Senador Mecias, que é dar condições às populações de baixa renda, economicamente mais fracas, de terem acesso ao saneamento básico e à água potável, para evitar centenas de doenças veiculadas, ainda, pela água e por falta de saneamento no Brasil, porque populações de baixa renda, ao longo dos anos, vêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagando uma conta muito alta, com o sofrimento, sobretudo, das crianças e das pessoas mais pobres, que precisam da água potável e do saneamento básico. Essa iniciativa é louvável.

O Governo terá que entender isso e sancionar essa lei, até porque, com isso, vai evitar que centenas, milhares de crianças que estão nos postos de saúde com infecções bacterianas, portadoras ainda de vermes que são veiculados pela água: esquistossomose, helmintos, amebas e várias outras modalidades de parasitas que acontecem por falta de saneamento básico... Baixar a tarifa do saneamento, baixar a tarifa da água potável é uma iniciativa louvável de quem está sintonizado com as necessidades sociais do povo nessa área, que é tão importante para evitar doenças transmissíveis e veiculadas pela água.

Portanto, o meu voto, com louvor, é pela aprovação da iniciativa do Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Parabéns pela relatoria, meu querido Senador Otto, parabéns também ao autor, Senador Mecias de Jesus.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com a palavra o autor, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que eu vim aqui para prestigiar o Senador Otto e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo e agradecer-lhe pelo brilhante relatório que faz nesse projeto de lei de minha autoria. É um craque, conhecedor profundo do tema e conhecedor das necessidades que a sociedade brasileira tem, sobretudo os mais necessitados, as famílias de baixa renda. Portanto, não poderíamos ter Relator melhor para essa matéria do que o Senador Otto Alencar, competente e conhecedor da causa e das necessidades das famílias de baixa renda brasileiras.

A necessidade da expansão do Plano de Saneamento Básico às famílias mais necessitadas, aos ribeirinhos, às comunidades indígenas, aos quilombolas, às periferias das grandes cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras, às vilas nos interiores deste longínquo país... Nós precisamos estender, Senador Kajuru, o Plano Nacional de Saneamento Básico, mas não adianta estender e essas pessoas não terem condições de pagar pelo serviço de água tratada que vai ser colocado, lá na frente, na residência deles. Aí, vão aparecer as companhias de água, como aparecem as companhias de energia elétrica, cortando a água, cortando a energia. Então, além de estender o Plano Nacional de Saneamento Básico, nós precisamos também estender a eles, a essa população menos favorecida, uma tarifa social justa para que eles tenham condições, de fato, de manter ali na sua residência, para eles e para suas famílias, a água tratada, a energia elétrica, algo de que eles tenham condições, de fato, de usufruir, como toda sociedade brasileira merece.

Portanto, eu quero agradecer ao Senador Otto Alencar mais uma vez, agradecer a esta Comissão.

Presidente Fabiano Contarato, pude observar o que V. Exa. falou. Esta Comissão não é importante tão somente para a preservação do meio ambiente. Ela é importante para a geração de renda, para a geração de emprego, para o crescimento econômico, para o desenvolvimento social do nosso país. Portanto, V. Exa. tem toda razão ao chamar os Senadores e as Senadoras para que participem, porque, no meu entendimento, também o desenvolvimento deste país – econômico e social justo – passa por esta Comissão de Meio Ambiente que V. Exa. preside.

Muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras.

Peço o voto e o apoio ao parecer do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Mais uma vez, quero aqui parabenizar tanto o autor, o Senador Mecias, como o Relator, Senador Otto Alencar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 2.909, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator, para aprovar o projeto, votam "sim".

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Consulto se todos os Senadores e Senadoras já votaram.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Solicito que abra o painel para proferir o resultado.

Votaram SIM 8 Senadores; NÃO, nenhum.

Está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Palmas.*)

Parabéns.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru pela ordem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigado.

Eu quero fazer aqui – confesso que não gosto, mas vou fazer – um desabafo, porque eu já perdi a paciência e, às vezes, aqui você tem que ter a paciência do Jó da Bíblia.

Aproveitando a presença de dois homens públicos da integridade intocável de Otto Alencar e Fabiano Contarato, que já fizeram essa observação – e aqui vejo da mesma forma e penso que também vão concordar comigo o Mecias, o Zequinha, o Bagattoli –, porque esta Comissão de Meio Ambiente... Ontem à noite eu conversei com a Leila, que não pôde estar presente aqui e pediu que Fabiano e eu dividíssemos a Presidência, porque temos relatoria daqui a pouco na CCJ, e a Leila chorou ao telefone, desencantada que está com esta Comissão por causa da ausência de membros. Nós temos 34 Senadores nesta Comissão, 17 titulares e 17 suplentes. Eu já presidi esta sessão aqui com apenas um Senador presente, um só. E tem projetos importantíssimos. Não importa a opinião de cada um, daquele que seja contra ou a favor do segmento, importa a discussão e a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, Otto, com toda a franqueza – você é muito mais experiente do que eu em tudo, melhor do que eu em tudo, até médico é, e o seu nome na verdade deveria ser Otto de Deus, e não Otto Alencar –, eu penso até num projeto, já que tem aqui o Conselho de Ética, Fabiano – penso que você pode até concordar comigo –, para que haja punição a quem falhe em Comissões constantemente.

Eu estou há quatro anos e meio no mandato e só faltei a três sessões na minha vida. Em uma delas, o Otto foi o responsável, porque ele salvou a minha vida – eu tive um AVC no Plenário. Eu só faltei a duas sessões porque fui parar na UTI, e a terceira sessão foi agora, porque eu tive que fazer colonoscopia e endoscopia.

Eu não vou falar o nome, não, mas um Senador de Goiás faltou 386 vezes. Um cara desses tinha que ser cassado, meu Deus do céu! Qualquer empregado que faltar, num emprego de quatro anos, a 386 sessões vai ser demitido – o Zequinha está falando aqui.

Então, é de se revoltar, realmente – desculpem a indignação –, porque tem um projeto aqui hoje de minha autoria, importantíssimo, que não importa quem vai votar contra, quem vai votar a favor, mas, Senador Otto, é de conhecimento dos membros da Comissão de Meio Ambiente que a proibição do fogo como mecanismo de supressão da flora foi expressamente proibida no Código Florestal pelo altíssimo impacto ambiental. Inclusive, recentemente, esta Comissão aprovou a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para aumentar a fiscalização da queimada ilegal e garantir uma transição eficiente de método do desmatamento legal.

Essas legislações juntas visam diminuir os recorrentes e trágicos episódios de queimada ilegal que vivemos no Brasil, que, segundo o MapBiomas, desmata em média, pasmem, 160 mil quilômetros quadrados de vegetação por ano.

Para ilustrar a gravidade da situação, trago aqui dados do bioma do meu Estado de Goiás. Apenas no Cerrado temos uma média de 7,9 mil quilômetros quadrados de área queimada todos os anos, desde 1985, Mecias. Essa devastação anual é equivalente, Fabiano, Otto, pasmem, senhoras e senhores presentes aqui e quem nos assiste, é equivalente sabem a quê? Ao território da Escócia, da Escócia!

Mas por que – pergunto – o desmatamento ilegal com fogo continua? Porque, por muitas vezes, é vantajoso economicamente, já que o território devastado passa a ser usado para atividades como pecuária e plantio agrícola. Sendo assim, além da proibição da queimada e das penalidades para o autor da infração, se faz necessário criar mecanismos para garantir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação de áreas queimadas ilegalmente. É nesse contexto que nasce o meu Projeto de Lei 135/2020, que estabelece que, nas porções de floresta nativa em áreas rurais onde houve uso de fogo em situações não previstas pelo Código Florestal, as únicas atividades possíveis sejam as de reflorestamento.

Para finalizar, acredito que esse meu projeto nos ajudará a avançar no sentido de uma sociedade mais responsável com os recursos naturais e, por isso, vou contar com o apoio dos amigos para a aprovação. Mas, lamentavelmente, pela quinta vez, esta sessão da Comissão de Meio Ambiente não vai discutir este projeto, Presidente Fabiano Contarato, porque a Relatora não está presente em função de que ela foi na posse de alguém da Codevasf, sei lá o quê.

Enfim, parece que daqui a pouco nem tem como continuar esta reunião. Desculpe o desabafo, mas eu tinha que fazer.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com a palavra, o Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Queria cumprimentar aqui o Presidente Fabiano Contarato, o Kajuru, o Zequinha Marinho.

Eu queria tirar de pauta o item 6, que nós vamos... É um projeto... O item 6 é do Ciro Nogueira e a gente quer discutir um pouco mais sobre este assunto. E aí eu queria tirar o item 6 de pauta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pergunto, por gentileza, se o senhor vai reexaminar o relatório. É isso?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu solicito a retirada de pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Defiro a retirada de pauta do item 6.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 145, DE 2020

- Terminativo -

Proíbe, em todo o território nacional, a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas para o acondicionamento e o transporte de mercadorias que contenham, em sua composição, polímeros plásticos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela rejeição)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Girão e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda do Senador Cleitinho, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 25/2023 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e do Senador Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** Debater a respeito das prisões realizadas em virtude dos atos do dia 08 de janeiro, bem como a violação às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados. **Participantes:** Sr. Armando Sobral Rollemberg, Representante da Associação Brasileira de Imprensa no Distrito Federal; Sra. Gabriela Fernanda Ritter, Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro; Sra. Carolina Siebra, Representante dos advogados dos processados pelos atos do dia 8 de janeiro; e Sra. Emmanuela Saboya, Subdefensora Pública-Geral do Distrito Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Magno Malta
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/13

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta, sob a proteção de Deus, a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal.

Antes de falar do objetivo desta reunião muito esperada, ansiada por brasileiros de todas as regiões do país, por pessoas sedentas por justiça, para que a justiça seja para todos, pelas pessoas que defendem a Constituição do Brasil, eu preciso passar um vídeo aqui e quero pedir a autorização de vocês.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador General Mourão, pela ordem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Girão, Sr. Presidente; Senador Flávio Bolsonaro; demais Parlamentares; senhores e senhoras aqui presentes; o Senador Girão acabou de mencionar a justiça nesse país. Quando a gente vê um Ministro da Suprema Corte declarar ostensivamente que nós vencemos o bolsonarismo, tem justiça nesse país, Senador Girão? Não tem.

E nós aqui, nós Parlamentares, temos o dever de enfrentar isso (*Palmas.*), em nome das pessoas que estão presas injustamente e tratadas como se fossem um agrupamento de bandidos. E é por isso que nós temos que trabalhar aqui hoje.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador General Mourão, do Rio Grande do Sul, mas querido por toda a nação, o senhor tem toda a razão na sua colocação, é um assunto que é o do momento no Brasil. Quando a gente marcou essa reunião, que foi aprovada faz mais ou menos uns... Dia 30. Dia 30, não tínhamos ideia de que o Ministro Luís Roberto Barroso ia fazer a declaração que fez. E eu só acho que o fez, com todo o respeito a quem pensa diferente, pela certeza da impunidade que existe no país, pela certeza de que essa Casa... Eu espero que ele esteja errado, nós vamos fazer o nosso trabalho, a nossa parte, mas pela certeza de que essa Casa revisora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República não vai cumprir o seu papel, o seu dever constitucional, e, numa declaração estapafúrdia dessas, ficar calada, não agir.

Nós já temos um pedido de *impeachment*, assinado por seis Senadores da República, meia dúzia, no ano passado, desse mesmo Ministro e pelos mesmos motivos. Para mim, é quase que uma confissão de culpa a declaração dele ontem, porque no pedido de *impeachment* foi colocada aquela reunião, Senador, Deputado Marcelo Van Hattem – que eu esteja fazendo aqui uma profecia –, Deputado Sanderson, Deputado Coronel Meira, aquela reunião que ele fez na Casa de vocês, a Câmara dos Deputados, onde ele foi, nas vésperas da votação do voto auditável, se reunir com Lideranças partidárias – olha só a gravidade disso –, como Presidente do TSE, e – de uma coincidência incrível –, no dia seguinte, aqueles Deputados que eram a favor da PEC do voto auditável foram trocados por essas Lideranças, por esses Líderes partidários, por Deputados que eram contra o voto auditável naquela Comissão. E aí tudo mudou. A partir dali, no meu modo de entender e de outros cinco Senadores que assinaram o pedido de *impeachment*, foram quatro motivos ou foram cinco motivos – este é um dos motivos –, e houve uma interferência direta de um Poder sobre outro, uma militância de um ativismo judicial claro

Então, o Senado optou por engavetar mais esse pedido de *impeachment*. São 30. Não sei até quando nós vamos continuar omissos em relação ao que está acontecendo, a não analisar eventuais abusos vindos de um Poder que hoje prepondera na nação sobre os demais Poderes.

Equilíbrio não existe, harmonia pode até existir naquele silêncio ensurdecedor e covarde, mas independência não existe, não. Existe uma subserviência desta Casa ao Poder Judiciário, ao Supremo Tribunal Federal, e isso está prejudicando a democracia do Brasil, se é, Desembargador Coelho, que a gente tenha ainda democracia. No meu modo de entender, nós temos uma pseudodemocracia já caindo para um campo muito perigoso de ditadura, com o nosso Presidente da República recebendo ditadores, fazendo foro de São Paulo aqui na capital federal. Então, a gente está vendo coisas inimagináveis.

Mas antes de... Eu preciso passar um vídeo.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE. Pela ordem.) – Presidente, só querendo interromper, no mesmo assunto, quero colocar para o Brasil que nós, que somos oposição na Câmara, hoje pela manhã, logo cedo, estávamos reunidos e já estamos entrando com um pedido exatamente de *impeachment.* Já temos hoje a assinatura de 42 Deputados: o nosso Líder da Oposição Carlos Jordy, Bia Kicis, Coronel Telhada, Domingos Sávio, Daniela, Sargento Gonçalves, Junio Amaral, Julia Zanatta, Rodolfo Nogueira... Enfim, todos os Deputados já estão exatamente colocando, porque exercer atividade político-partidária, como está previsto no art. 39, 3, da Lei 1.079, de 1950... Então, nós estamos em cima disso fazendo um pedido de *impeachment* exatamente do Ministro do STF Barroso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Coronel Meira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Obviamente, corroborando com tudo que foi dito aqui, eu quero só dizer ao Deputado Meira, porque eu falei mais cedo também com alguns Deputados, que seria importante que essa iniciativa fosse compartilhada também com os Senadores. Eu tenho certeza de que muitos aqui, como eu, farão questão de assinar esse pedido de *impeachment*.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) – Excelente ideia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem que se mostrar essa grande insatisfação. Eu ouvi uma desculpa que ele inventou hoje para justificar essa fala de militância política dele. Não é papel de ministro do Supremo ir para evento político-partidário, muito menos emitir opinião.

E concordo com V. Exa., Senador Girão, é uma confissão de culpa, não é? O que eles fizeram para vencer o bolsonarismo? Será que começou com essa vinda do Ministro Barroso até a Câmara dos Deputados para constranger Parlamentares a votarem contra a PEC da urna eletrônica com o voto impresso? É óbvio que sim. Então, desde quando estão premeditando isso tudo?

E, por isto, por causa da falta de transparência, coisa por que nós sempre batalhamos – nós queremos mais transparência, queremos mais camadas de proteção no processo eleitoral –, é que hoje Bolsonaro está inelegível. O que nós temos de milhares de pessoas perseguidas políticas, com as famílias sendo tratadas pior do que bandido?

Eu falava com a Defensora Pública agora há pouco. Eu estagiei na Defensoria Pública, um ano, no Rio de Janeiro, atendi em Bangu II, e nunca vi um tratamento parecido ser dado àqueles criminosos de alta periculosidade que lá estavam. É uma covardia, uma sacanagem, uma ilegalidade total, um completo abuso de autoridade. Completo!

Então, eu queria solicitar aqui ao Deputado Meira que faça essa interlocução. Já falei com alguns, mas falo com V. Exa. também, e com os demais Deputados aqui presentes, porque é o que nos cabe. E vamos sim trabalhar, porque a culpa está recaindo sobre o Senado. Aí parece que os Senadores de oposição não estão fazendo nada! Só que na Casa legislativa tem que se ter o quê? Votos. Aqui tem de tudo, no Senado e na Câmara, menos quem não teve voto. Todo mundo teve voto.

Então, é importante manifestarmos em grande quantidade o apoiamento de Parlamentares da Câmara e do Senado a essa iniciativa. E o Presidente da Casa, esse sim que tem a prerrogativa de pautar esse tipo de medida, tem obrigação, do meu ponto de vista, Girão, porque se a democracia está tão relativizada hoje, a parcela de culpa é sim de quem não está cumprindo a sua obrigação de pautar esse tipo de iniciativa, como o *impeachment* do Ministro Luís Roberto Barroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Eu peço à Secretaria que coloque o vídeo agora e aí a gente começa essa sessão. É muito importante esse vídeo, que é um pouco do espírito do que a gente vai discutir aqui.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

A presente audiência pública tem como objetivo debater as prisões realizadas em virtude dos atos do dia 8 de janeiro, bem como a violação às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados, nos termos do Requerimento nº 25/2023, da Comissão de Segurança Pública, aprovado aqui nesta Casa.

Eu quero dizer que estão presentes, e já podem tomar o lugar à mesa, o Sr. Amando Sobral Rollemberg, representante da Associação Brasileira de Imprensa no Distrito Federal; a Sra. Gabriela Fernanda Ritter, Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro; a Sra. Carolina Siebra, representante dos advogados dos processados pelos atos do dia 8 de janeiro; a Sra. Emmanuela Saboya, Subdefensora Pública-Geral do Distrito Federal.

Eu quero dizer que também foi convidado o Presidente da OAB – o requerimento foi aprovado com o nome dele e ratificado depois com o Presidente desta Comissão, a quem eu agradeço, o Senador Sérgio Petecão –, mas a OAB nem mandou o Presidente, nem mandou representante e nem – olha a que ponto nós chegamos – deu nenhuma satisfação a esta Comissão do Senado Federal da República. A gente tem que entregar a verdade aqui e quem quiser...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador General Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – A ausência do representante da OAB denota que essa entidade tem viés. Eu sou pai de advogada, então eu acho uma vergonha essa entidade, que, em todos os momentos em que houve defesa de direitos humanos, de justiça, na história do nosso país, se fez presente; mas agora parece que as pessoas que foram presas no 8 de janeiro não têm esse direito. Parece que as pessoas presas no 8 de janeiro, de acordo com essa visão, têm que ser submetidas a processos do século XVII, do século XVIII. Então, me dá vergonha isso, Senador Girão. Isso me dá vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu estou totalmente de acordo com as suas palavras e digo que, quando cheguei hoje aqui ao Senado e confirmei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença dos convidados, vi que não estava confirmada a OAB. A nossa equipe teve a iniciativa... O Roberto Lasserre aqui foi pessoalmente à OAB reiterar o convite, levou em mãos, e a OAB não deu a menor satisfação. Isso é importante que se diga – é importante.

Também, além do Dr. Beto Simonetti, que é o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para quem foi o convite oficial do Senado, nós mandamos também... Aliás, no requerimento aprovado – eu vou ler aqui o requerimento aprovado, o nome das pessoas –, eu vou explicar também que, por um acordo com o Presidente desta Comissão, para que houvesse essa deliberação hoje aqui, esta reunião hoje, nós fizemos um acordo para suprimir alguns nomes, porque, senão, esta audiência ficaria para depois, e a justiça não pode esperar. Então, para não deixar para o segundo semestre, para depois do recesso, a gente preferiu fazer esse acordo. Mas foram convidados aqui... Na verdade, foi aprovado o requerimento para o Dr. Carlos Frederico Santos, Subprocurador-Geral da República; o Sr. Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos; o Dr. Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; o Dr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal; a Dra. Leila Cury, Juíza da Vara de Execuções Penais; o Dr. Ives Gandra Martins, jurista; representante da Defensoria Pública da União; representante da Defensoria Pública do Distrito Federal; a Dra. Carolina Siebra, representante dos advogados dos processados pelos atos do dia 8 de janeiro; a Sra. Gabriela Fernanda Ritter, Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro; e o representante da ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

Então, por comum acordo, alguns desses convites não foram deliberados, foram suprimidos. Estão aqui as pessoas cujos convites foram emitidos, a não ser a OAB, que não mandou representante.

E teve algum outro convidado, Waldir, que não pôde vir ou foi só a OAB mesmo? (*Pausa.*)

Só a OAB, dos que foram convidados. Os outros a gente suprimiu antes de convidar, embora o requerimento tenha sido aprovado nesse sentido.

Eu queria, rapidamente – sei que existe uma expectativa aqui para a gente ouvir os convidados –, informar que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211, gratuito.

Então, eu peço à equipe atenciosa da TV Senado e do Portal do Senado que coloque aqui, enquanto a gente está falando, esse portal para quem quiser fazer perguntas. Já chegaram aqui centenas de perguntas. Quem quiser fazer pergunta ou fazer comentário pode... Não sei se eu vou conseguir ou se meus colegas aqui que porventura estiverem presidindo esta sessão vão conseguir ler todos. Eu vou ler algumas que puder, mas a gente se compromete a, depois, encaminhar para os expositores aqui todas as perguntas, caso não possamos ler todas. Então, eu peço que coloque o telefone e o portal, que eu acabei de ler, para que as pessoas possam entrar em contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores, eslaides, enfim, materiais.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até 20 minutos. Vamos combinar 20 minutos, e a gente pode dar ali uns cinco minutos de tolerância. Eu agradeço se a gente puder observar esse horário – é importante.

Ao fim das exposições, tendo tempo, a gente pode colocar aqui os Parlamentares da Câmara dos Deputados para também fazerem algumas colocações; aos Senadores a qualquer momento eu concedo a palavra.

E nós vamos efetivamente iniciar agora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Senador Girão, já que os Senadores podem falar, eu já quero fazer a primeira manifestação, a minha indignação até pela ausência da OAB. A OAB, desde quando vim para Brasília, sempre participou, em todos os momentos, através de notas e movimentação, mobilização, de coisas muitos simples até, e a ausência dela aqui demonstra realmente a omissão da OAB com relação ao episódio do dia 8 de janeiro. É lamentável não ter aqui a presença da OAB.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Izalci Lucas, muito obrigado pela sua participação, sempre muito presente também aqui.

Esse é um assunto que mobiliza, transcende questão de posição política, ideológica, de direita, de esquerda, de centro. Esse é um assunto de humanidade e justiça. E a gente quer fazer esse debate de forma muito serena, muito tranquila, com a razão – com a razão. Esse é o objetivo, porque eu acho que a gente vive um momento... Tem uma música daquele grupo Nenhum de Nós, de *rock*, que diz o seguinte: "Mas o ódio cega, e você nem percebe". Então, a gente está vivendo um momento de polarização ainda que foge à razão, e não é isso o objetivo; é ver... Eu acredito muito na capacidade do ser humano de reflexão: "Rapaz, a mão foi pesada demais. Está errado isso, não está correto" – é a capacidade de reflexão do ser humano. Eu acredito muito nisso e no bom senso prevalecendo.

Então, essa deverá...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Girão, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Mourão, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – ... interrompendo V. Exa... Em 1968, a UNE se reuniu em Ibiúna, no interior de São Paulo, e naquela ocasião em torno de mil pessoas foram presas. Quantas permaneceram presas depois? Não existe na história do Brasil – estou falando aqui como alguém que tem estudado a nossa história ao longo da vida – algo como o que ocorreu na manhã do dia 9 de janeiro. Não existe! E nós temos que nos indignar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, General Mourão. São sempre muito bem-vindas as suas colocações, com a indignação dos justos.

Eu não vou nem falar até... Porque está acontecendo um congresso da UNE hoje, não é? Está tendo alguma coisa da UNE hoje aqui em Brasília, coincidentemente. Mas nós tivemos casos – o Senador Izalci era Deputado Federal, não sei aqui de outros Deputados –, aconteceram casos aqui no Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, na época do Temer. Vou pegar só um exemplo: 600 ônibus vindo para Brasília; quebraram tudo, tocaram fogo. Os manifestantes – porque tinham que ser chamados assim, e era uma fila de Parlamentares para tentar livrar a barra dessa turma, para que os direitos humanos fossem respeitados, como têm que ser – só passaram dois meses presos, no máximo dois meses presos, e uma quantidade ínfima – ínfima! – de manifestantes, que ao longo desta sessão alguém vai revelar, tenho certeza. O que nós estamos vendo no Brasil são seis meses.

E as imagens dizem tudo. Eu acho que quem não se emociona com as imagens que a gente viu aqui... E, depois, se a Agnes, que é a filha desse casal que estava preso, pai e mãe, e que, com o filho de oito anos e o outro de três, protagonizaram essa cena, que emocionou o Brasil no fim de semana, porque a mãe, depois de seis meses, é que foi liberada, com tornozeleira eletrônica, mas o pai continua preso.

A Agnes, que é a irmã mais velha, que trancou a faculdade de odontologia e que deixou o emprego para cuidar dos filhos, o que ela me disse sobre as crianças é de partir o coração – o que elas estavam sentindo. Eu acho que não tem dinheiro no mundo que pague isso, não vai ter reparação que vai voltar os seis meses longe dos pais. Mas, enfim, isso tudo serve para nos acordar como seres humanos, para termos mais consciência, termos mais equilíbrio e repensarmos o que estamos fazendo com as nossas posições em que cada um estamos agora.

Então, esta deverá ser uma das mais importantes audiências públicas realizadas pelo Senado Federal, mas ela não deveria estar acontecendo nem hoje e muito menos aqui nesta Comissão de Segurança Pública. E fica uma lembrança de que esta Comissão existe muito pelo trabalho de um Senador que partiu para o mundo espiritual, o Senador Major Olimpio, a quem eu tenho muita gratidão, aprendi muito com ele. Eu tenho certeza de que, neste momento, ele estaria junto conosco aqui lutando pela justiça.

Mas o correto desta audiência pública está acontecendo. O local ideal seria na CPMI que foi instalada depois de muita pressão da oposição e muita obstrução por parte dos governistas, que nem sequer assinaram o requerimento, mas que ocuparam um instrumento típico da minoria e da oposição. Depois do vazamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das gravíssimas imagens das câmeras do Palácio do Planalto que resultaram no imediato pedido de demissão do General Gonçalves Dias da chefia do GSI, a situação ficou insustentável, e a CPMI teve que ser instalada. Mas vocês se lembram de que a mídia revelou ofertas de dezenas de milhões de reais a Parlamentares para retirarem as assinaturas, cargos federais para retirarem as assinaturas – os próprios Parlamentares denunciaram isso. Parece que o Governo atual não queria de jeito nenhum que essa CPMI fosse instalada, porque um dia nós saberemos: muita coisa estranha aconteceu naquele dia envolvendo diretamente o atual Governo, o dia 8. Mas nós estamos aqui hoje porque a CPMI, como eu falei, foi sequestrada pela maioria governista, com o único objetivo de impor sua falsa narrativa, quando deveria estar fazendo o que hoje será feito aqui, ou seja, a busca pela verdade e, consequentemente, o restabelecimento do Estado democrático de direito perdido.

Na última sessão, eu fiz questão de ressaltar o emocionante caso do reencontro dos irmãos menores de Agnes com a sua mãe, Alessandra, libertada na última sexta-feira depois de permanecer seis meses detida. Esse é um dos muitos casos emblemáticos de um perverso desvio de conduta por parte de um Poder Judiciário que age na base do lamentável padrão dois pesos e duas medidas.

Precisamos sempre nos lembrar de 2006, quando cerca de 500 integrantes de um braço do MST – está aí o número – invadiram e depredaram o Congresso Nacional, ferindo mais de 50 pessoas; ou, então, de 2017, quando mais de 700 ônibus chegaram a Brasília, trazendo manifestantes que invadiram e depredaram quatro ministérios, causando até incêndio em protesto contra o Governo Temer. Nessas manifestações violentas, ninguém ficou detido por mais de dois meses, sendo todos liberados. Agora, pais e mães de família que no dia 8 portavam apenas uma bandeira do Brasil, em defesa de valores, como a família, patriotismo e liberdade, estão sendo tratados como golpistas e taxados de terroristas. Muitos brasileiros que se manifestaram de forma ordeira e pacífica diante do quartel, de modo algum, tiveram qualquer participação nas deploráveis depredações dos prédios públicos na Praça dos Três Poderes. Estou deixando claro que quem errou, quem depredou, quem vandalizou, quem protagonizou aquelas cenas lamentáveis deve ser punido, independentemente de ser de direita, de esquerda, infiltrado, da sua posição, mas deve ter sua conduta individualizada, deve ter o direito à defesa, ao devido processo legal. Os advogados devem ter o acesso aos autos. Isso não está tendo, gente, isso não está tendo!

Vivemos tempos muito difíceis de profunda inversão de valores, e uma das imagens mais degradantes da aplicação dos dois pesos e das duas medidas pelo Poder Judiciário continua sendo a do ex-Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, condenado em três instâncias, a 425 anos de prisão, pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Depois de ter permanecido apenas seis anos dos 425, em regime fechado, foi liberado pela Justiça para cumprir a pena em prisão domiciliar no conforto de suas luxuosas mansões.

Apesar do aparente domínio das trevas, das sombras, nós não iremos desistir, porque a verdade, junto com a paz, são forças imbatíveis, mesmo no mundo ainda atrasado e violento em que vivemos. Confio na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força dos homens e mulheres de bem deste país e na providência divina. A verdade e a justiça hão de prevalecer.

Vamos começar. Neste momento, eu queria já passar a palavra para...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE. Pela ordem.) – Presidente, desculpe interromper, mas nós temos um tema também... Hoje, o Brasil todo está perplexo com essas declarações do Ministro Barroso.

Eu já mantive contato – a gente tem que ser rápido – com o nosso Líder Carlos Jordy, que está trabalhando no seu Estado e gravou um áudio aqui para os Srs. Senadores. Se o senhor permitir, eu coloco o áudio aqui para ser escutado, para fazer o fechamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu acho que esse assunto a gente... Essa matéria foi vencida.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) – Então, no áudio, ele está colocando que estamos à disposição de todos os Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Então, o Senador Flávio já colocou, Deputado...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) – Eu vou apresentar ao Senador Flávio...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que assina, e eu assino também...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) – Certo. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e a gente vai colocar para outros colegas, que eu tenho certeza que muitos vão assinar.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) – Com certeza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu já passo a palavra agora para a Sra. Gabriela Fernanda Ritter. Ela é Presidente da Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de janeiro.

A senhora tem... Muito obrigado pela sua presença, seja muito bem-vinda ao Senado Federal. A senhora que, muitas vezes, estava por esses corredores aqui, falando com um Senador ou outro durante esse período difícil da vida da sua família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo para a senhora que nada acontece por acaso; tudo tem uma razão de ser. A gente vê amizades sendo feitas a partir de tudo isso, uma corrente de pessoas do bem, que não têm mágoa, ódio no coração, que estão apenas querendo que a justiça prevaleça neste país maravilhoso que é o Brasil.

Eu a cumprimento por estar aqui. Seja muito bem-vinda.

A senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa, para fazer a sua exposição.

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Eduardo Girão. Na sua pessoa, eu agradeço a todos os Senadores que nos têm acompanhado desde o início dessa luta árdua.

Agradeço também ao Deputado Marcel van Hattem e ao Deputado Sanderson. Nas suas pessoas, agradeço a todos os outros Deputados que nos têm acolhido, que nos têm estendido a mão neste momento muito difícil para todos os familiares – vários estão presentes aqui –, não só para os familiares, mas também para os advogados, porque nós estamos enfrentando uma batalha muito injusta.

Eu acho que todos nós estamos aqui e nós temos o compromisso, e nós temos a missão de mudar essa história, de mudar o rumo dessa história.

Hoje nós temos os nossos filhos... Eu tenho meu filho de 14 anos e eu quero que chegue o futuro e que eu possa dizer: "Filho, nós conseguimos. Nós conseguimos vencer. O Estado democrático de direito está intacto, a democracia não está abalada".

Eu farei de tudo e eu sei que as pessoas que estão aqui comigo... Muitos advogados gostariam de estar aqui, muitos familiares também gostariam de estar aqui, mas não é porque a presença física não está neste recinto... Eu sei que eles estão conosco em orações, em vibrações positivas, e eu sei que farão todo o possível para que, juntos, a gente consiga vencer essa batalha, essa guerra.

Então, eu gostaria de pedir para que coloquem os eslaides que nós fizemos, por favor.

Eu também gostaria de agradecer, porque eu tenho vindo para Brasília, eu faço 1.923km para vir e mais 1.923km para voltar, todas as semanas. Praticamente todas as semanas eu tenho vindo para Brasília. E eu tenho dois filhos. A minha filhinha de três anos, que tem deficiência, hoje ela está aqui, porque graças a Deus – e ao meu esposo, Rômulo, também –, graças a Deus a gente conseguiu realizar a primeira visita das crianças, ela pôde ver meu pai depois de seis meses, e eles são os únicos netos – os meus filhos – do meu pai. E o meu pai é um avô amoroso, presente, e sempre fez de tudo para que a gente pudesse manter a nossa família bem.

Então, foi um momento muito emocionante, na segunda-feira eu pude trazer a minha filha para ir ao encontro de meu pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje nós estamos aqui para tratar das ilegalidades nas prisões de 8 de janeiro. Nós temos muitas, mas muitas violações. Com certeza, a gente não vai conseguir abordar todas elas.

Nós temos um relatório que nós vamos disponibilizar depois, em que constam as principais violações. Esse relatório já foi atualizado diversas vezes – se eu não me engano, hoje ele está com 53 páginas –, e a gente tem feito essa luta para tentar mostrar para a sociedade brasileira o que está acontecendo com o Brasil, com os nossos familiares, com a população brasileira, porque hoje é conosco, mas a gente sabe que esses precedentes, que tudo o que está sendo cometido de ilegalidade vai, uma hora, bater no outro lado. Então, a gente precisa...

Como a gente vai fazer para mudar isso eu não sei, mas, quanto mais espaço a gente tiver para falar, melhor. Então, é por isso que a gente está botando a nossa cara aqui hoje, que não é fácil, mas é necessário.

Pode passar, por favor, ou eu mesma... (*Pausa.*)

Então, antes, eu vou abordar mais essas questões relacionadas às violações de direitos humanos que estão acontecendo, depois a Dra. Carolina vai abordar mais as nulidades e as ilegalidades do processo.

Mas, antes de falar, eu preciso ler para vocês o conceito jurídico de tortura, segundo a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, do qual o Brasil é signatário, o Decreto 98.386, de 1989: "Para os efeitos desta convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica".

A gente precisa falar dos dispositivos dos quais o Brasil é signatário, para que a gente possa demonstrar, na prática, o que está acontecendo hoje.

Por favor.

Então, a gente vai dividir em alguns momentos, para tentar demonstrar o mais claro possível para todos vocês o que está acontecendo.

Então, no dia 8 de janeiro, eu lembro que, quando começaram a chegar as imagens lá de todo aquele cenário de guerra, foi muito assustador e eu me lembro de que a nossa família, nós nos ajoelhamos e ficamos desesperados, porque nós sabemos que os nossos familiares, que as pessoas que vieram aqui para Brasília não tinham essa intenção, não vieram para esse absurdo que aconteceu.

Desde já, eu digo para vocês que nós não estamos aqui para defender quem cometeu um crime, quem vandalizou, mas a gente quer que essas pessoas tenham também o direito a se defender – é por isso que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogados lutam; a gente tem esse compromisso e essa missão –, mas que paguem dentro das proporções dos crimes que cometeu. Dizer que houve uma tentativa de um golpe de Estado no Brasil – é muito grave –, com estilingue e bolinha de gude.... Parece uma piada, mas é isso que tem no processo, está escrito isso.

Então, a gente precisa individualizar as condutas e punir quem, de fato, cometeu. Mas, aí, a gente faz a pergunta: é reclusão? É crime de reclusão? Não existe hoje nada que desabone a conduta dos nossos familiares para eles estarem seis meses presos. É uma prisão completamente ilegal. E eu tenho certeza de que nós vamos conseguir demonstrar e estamos aqui para isso.

Então, no dia 8, como nós estamos vendo agora nos depoimentos das testemunhas da acusação... Nós até fizemos um compilado de uma das audiências – três horas nós transformamos em 20 minutos –, e ali fica muito claro: as respostas das testemunhas da acusação sobre um pequeno grupo que vandalizava, enquanto um outro grupo filmava, um outro grupo orava, e eles respondem, assim, que as bombas eram jogadas de cima para baixo por helicópteros, e uma das perguntas feitas que nós temos nesse vídeo compilado é se o ambiente ali fora... se existia como as pessoas ficarem ali fora e se poderiam ter as pessoas corrido para se brigar dentro dos prédios onde não se tinha o gás, enfim... E o próprio policial do GSI, que estava dentro do prédio desde as 7h da manhã, fala que, sim, poderiam existir pessoas que entraram para se abrigar, e a gente sabe que isso aconteceu, a verdade é essa.

Então, a ordem também que eles falam, que as testemunhas da acusação falam, é que foi para prender todo mundo. O grupo que vandalizou não foi separado dos que estavam lá orando, que entraram para se abrigar ou que estavam lá filmando, que nunca tinham vindo para Brasília, que foram colocados para dentro. Tinha um senhor idoso que estava ali do lado de fora, e estava realmente muito perigoso ali, ele acabou sendo levado para dentro.

Então, a verdade é essa, e a gente tem certeza de que vai aparecer, como já está aparecendo nesses depoimentos, e a gente se pergunta por que é que essas pessoas continuam presas, mesmo depois de todas essas audiências que vêm acontecendo ao longo dessas últimas duas semanas.

Então, as prisões que aconteceram no dia 8 foram das pessoas que estavam na Praça dos Três Poderes, no Palácio do Planalto e no Senado Federal. Essas pessoas ficaram mais de 20 horas sentadas, muitas horas algemadas para trás, depois que elas tiveram autorização para serem algemadas com a mão para frente... Ali, não se... Eram muitos idosos. Tanto, que os policiais falam isso no depoimento, que teve algumas pessoas que precisaram de ajuda para subir nos ônibus. Tem um policial que fala isso. Ele reforça isso em todos os depoimentos em que a pergunta é feita. Então, assim, para vocês terem noção das pessoas que estavam ali.

Então, as pessoas foram encaminhadas para a delegacia, elas ficaram muitas horas sem se alimentar; para ir ao banheiro, elas tinham que pedir mais ou menos cinco ou seis vezes para alguém retirar a algema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poderem ir ao banheiro. E por volta das 10h da manhã, então, mais ou menos, elas foram encaminhadas aos presídios da Papuda e da Colmeia.

Eu me recordo de que cheguei a Brasília às 8h da manhã da segunda-feira e eu sabia que meu pai estava sem algumas medicações controladas. E, quando eu falo isso que aconteceu com o meu pai, é porque eu sei que aconteceu com outras pessoas, porque, como tem muitos idosos, a maioria das pessoas tem comorbidades e tomam medicações controladas, e essas pessoas ficaram sem acesso às medicações por vários dias.

Eu lembro que eu cheguei, comprei a medicação e fui até a Polícia Civil, porque eu tive a informação de que meu pai estava lá. Eu me lembro de chegar e, pela primeira vez, eu uso a minha carteirinha da OAB em oito anos. Eu me formei, e nunca tinha advogado. Então, eu entro na sede da Polícia Civil, e eles já estavam dentro dos camburões, e eu me lembro claramente de escutar eles orando e cantando hinos religiosos dentro dos camburões. E eu começo a gritar: "Miguel Fernando!". E ele grita: "Estou aqui, mana." Então, assim, a policial veio até o meu encontro e disse assim: "Não pode ter contato com ele". Eu disse: "Eu só quero entregar essa medicação. Por favor, faça chegar a ele". Até hoje a medicação não chegou.

Eu me recordo também daqueles primeiros dias de presídio, em que nós estávamos lá. Eu me recordo, o que me chama muito a atenção também – que a Dra. Tainá, que é minha amiga hoje, que nós construímos uma relação juntas, passamos por esse sofrimento, porque ela também teve um familiar –, da história que ela conta que, quando ela chega no presídio, o irmão dela não estava registrado. Então, ela ficou dois dias procurando o irmão, que não estava registrado, e ele estava dentro do presídio. E, aí, ela sobe até o bloco e começa a gritar. E, quando o irmão escuta a voz dela, ele fala: "Estou aqui!". Aí é aquele alivio de saber que uma pessoa de tão boa índole está lá e, naquele momento, a irmã estava lá para poder acolher, entender e explicar, porque ninguém entendia.

Tanto, que agora, voltando um pouquinho, quando eu estava indo para Brasília com o meu irmão, o meu pai disse assim: "Mana, não vem. A estrada é perigosa". E isso aconteceu com outras pessoas. Por isto que eu relato o meu caso. Amanhã a gente vai sair e eu não sei o que está acontecendo. Ninguém sabia que ia ser preso e, quem dirá, ficar seis meses numa prisão.

Então, daí eles chegaram ao presídio, foram vacinados... Nos primeiros dias ali, se eu não me engano, se me recordo, são três dias de... Logo nos primeiros três dias... Teve muitas pessoas que se recusaram a vacinar, porque não foi mostrado o frasco do que era que a pessoa estava recebendo. Então, muitos se negaram. Mas a maioria acabou recebendo vacinas. Enfim, vacinas. E eles ficaram ali mais ou menos uns sete dias com a mesma roupa, sem toalha, sem higiene, *kit* de higiene básico.

Então, assim, hoje, quando a gente fala, a gente escuta muitas coisas, e a gente faz de conta que não escuta, porque quem está lá preso, a maioria das pessoas são pessoas trabalhadoras – sabe? – de sol a sol, que pagam seus impostos; são pais de família, crentes... E, quando a gente fala isso, eu não estou falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas perfeitas, porque todo mundo erra. Ministros erram nos seus depoimentos, né? Todos nós erramos, e a gente sabe disso, mas são pais de família que estão lá, pessoas que não mereciam estar lá. São réus primários, pessoas que nunca responderam a nenhum processo. E é o que está comprovado agora. O Ministro pediu para juntar os antecedentes criminais, e a maioria não tem antecedentes criminais. Não são um perigo para a sociedade. Eu vejo que o meu pai e os demais estão lá presos porque eles representam uma ameaça, e isso não é verdade.

Estão lá presos porque eles representam uma ameaça, e isso não é verdade.

Pode passar para o segundo.

Quem tem antecedente está solto. Quem comete crimes hediondos, gravíssimos, está solto.

Do dia 8, são muitas outras coisas que aconteceram, mas a gente vai tentar resumir, até por causa do tempo.

Dos abusos cometidos pela Polícia Federal no dia 9, que foi algo jamais visto e inimaginável. As pessoas foram colocadas dentro de ônibus, sem saber... Supostamente passariam por uma triagem, e depois, em paz... Tem vídeos que falam: "Vão em paz, vão nos ônibus, que vocês depois serão liberados para suas casas".

Pode passar, por favor.

Tem um vídeo que... A Tatiane me autorizou que eu passasse este vídeo, que está no Instagram dela, que foi postado no dia 9 de janeiro. Esse caso é muito marcante. Sabem por quê? Porque ela chegou a Brasília às 19h30, à noite, ela foi direto para o QG e ela foi presa. Quatro meses ela ficou presa! Ela tem dois filhos menores de 12 anos. E aí ela teve uma sorte, não sei, de, perto do Dia das Mães ali, ter sido liberada. E ela chegou depois. Então, este vídeo é do dia 9, está no Instagram dela. Todo mundo pode olhar este vídeo, assim como tem outros lá que também relatam.

Eu gostaria de passar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER – Obrigada.

Ela chegou, assim como aconteceu com outras pessoas... Parece que tem uns ônibus de outros estados. Acho que é do, se não me engano, não sei, Espírito Santo. Chegaram outras pessoas também. Elas foram colocadas todas dentro do ônibus, todas as pessoas que ficaram orando na frente do QG por 60 dias, onde não tinha um papel de bala no chão. Essas pessoas foram colocadas dentro dos ônibus e foram levadas para a sede da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E elas ficaram de 8h da manhã até 1h30 da tarde, sem água, sem comida, sem banheiro. O relato que eu tenho de várias pessoas é que, às vezes, algumas utilizaram sacolinhas de mercado para fazer as suas necessidades, porque elas estavam presas dentro dos ônibus – elas não tinham escolha –, tanto que se mostra, nesta foto, que, assim que elas tiveram oportunidade de descer dos ônibus, elas fizeram banheiros improvisados, porque a necessidade era realmente extrema. E elas foram receber a primeira refeição no final do dia, se eu não me engano, às 5h da tarde.

Eu me recordo também de chegar lá à sede de polícia... Eu lembro hoje, e parece um filme, porque ninguém sabia o que estava acontecendo. Eu, na minha ingenuidade, não sabia que aquelas pessoas já estavam presas, mas elas estavam presas desde 8h da manhã. Algumas demoraram até três dias para receber a voz de prisão.

Eu me recordo de que tinha uma fila para triagem. E eu me recordo daquela multidão de pessoas, orando, ajoelhadas, cantando, com medo. Os helicópteros, em cima. Era um pavor, era um pavor! Eu me lembro de que tinha uma fila, uma triagem, que a gente acompanhava... Algumas pessoas tinham advogados, a maioria não tinha. A gente passava por aquela fila, e tinha várias salas. Uma sala para revista, outra para identificação. Chegava ao final do corredor, tinha alguns delegados que diziam assim: "Se você vai para a esquerda, você está sendo liberado". Eles a colocavam dentro de um ônibus e a levaram para a rodoviária, e a pessoa se virava para ir embora. Eu sei, porque aconteceu isso com algumas pessoas da nossa região.

O que a gente está falando aqui é o que aconteceu, e a gente pode provar. Ninguém vai falar nada de que não se tenham provas.

Quando ia para o lado direito, a gente entrava numa sala, com mesas escolares, cheias de delegados, com uma nota de culpa pronta, com crimes gravíssimos. Eu me lembro de que, quando da primeira pessoa que eu acompanhei para o lado direito, eu cheguei e perguntei: "O que está acontecendo aqui"? "Não, está sendo preso." Aí foi dada a voz de prisão para a pessoa. Então, o desespero tomava conta. A gente precisava ser um pouco psicólogo, um pouco advogado, um pouco amigo. Até hoje, a gente fica tentando digerir tudo o que aconteceu e assimilar, para poder transmitir isso da melhor maneira.

Pode passar, por favor.

Aqui tem uma prova, um videozinho, por favor, se puder colocar...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER – Ali, às 16h, quase 17h, às 16h30, as pessoas receberam a primeira refeição desde 8h da manhã. Nós temos, como eu disse, provas de tudo.

Este era o ginásio da sede da Polícia Federal. As pessoas foram empurradas todas aí para dentro.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER – Pode passar, por favor.

Eram essas as condições em que as pessoas que chegaram depois, que não participaram dos atos... Enfim, não posso falar sobre todas, mas 1,5 mil pessoas estavam na sede de Polícia Federal sob essas condições.

E teve uma pessoa, que é este rapaz, que tentou o suicídio. Ele cortou os pulsos. Inclusive, ele é assistido pelo Dr. Ezequiel, que está aqui. Ele foi encaminhado para o Hospital de Sobradinho.

E a gente acredita e espera que, na CPMI, vocês possam pedir essas informações dos hospitais ali da região, para que a gente possa saber a quantidade de pessoas que passaram mal e que foram atendidas nos hospitais.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER – Como eu já falei, existe também um relatório da Defensoria Pública — a Dra. Emmanuela vai poder falar, depois, sobre esse relatório, não vou me estender —, mas, ali, naquele dia, as pessoas... Não tinha um critério: umas eram liberadas, outras eram presas. Eu me lembro de que mudava muito a cada horário. Por exemplo, até 2h da manhã, às vezes, as pessoas chegavam e diziam: "Olhe, eu tomo essas medicações...". Então, as pessoas eram liberadas. Num outro momento, as pessoas, com as mesmas condições, eram presas.

Ali foram presas... Até um cachorro foi preso! A Dra. Bruna adotou um cachorro que foi preso junto. Tinha uma criança. A gente tem prova disso também. Então, ali foram presas mães com filhos menores de 12 anos, pessoas com comorbidades graves... Tem um senhor, também, que usa fralda, com câncer, que ficou preso também quase quatro ou cinco meses. Ele foi um dos presos nesse momento. Ele tinha um parecer para liberdade provisória e continuou preso, por quatro meses, por um critério que ninguém sabe.

A gente já falou da carência dos materiais de higiene pessoal, de roupas e de absorventes lá para as mulheres... O sistema penitenciário também recebeu essa prisão toda, em massa, de muitas pessoas, e a gente sabe que ele não tinha as condições para receber tanta gente, tanto que os blocos foram inaugurados ali, naquele dia. Inclusive, a água saía dos canos enferrujados, e aí eles colocavam meia para dar uma filtrada ali na água, para poder tomar.

O alimento das casas penais. Depois, mais tarde, a gente vai falar que tem larva... Nessa semana que passou, foram encontrados gilete e caco de vidro. Parece que os policiais tiraram foto, mas nós ainda não tivemos acesso a se teve um relatório que falou sobre isso ou não. As pessoas perderam muito peso, porque não tem realmente como se alimentar. Para nós, a comida é sagrada, e nós não entendemos o porquê é feito isso com o alimento para as pessoas que estão lá. E não é só para eles, é para todos. A alimentação não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria ser da maneira que é. Existem pessoas que perderam 20kg. Tem uma colega que me relatou esses dias que um assistido dela perdeu 30kg. O meu pai perdeu 16kg.

As dificuldades das visitas, impostas às famílias. Quem não tem a vacina da covid... Mesmo que a OMS tenha decretado o fim da pandemia e mesmo para visita virtual, as famílias não conseguem fazer o cadastro, porque o cadastro é único e exige a vacina. Então, sem a vacina, as pessoas não enxergam, não conversam com seus familiares, há seis meses. Tem muitos casos que acontecem. Tem crianças que pensam que o seu pai morreu. Eu escuto isso todo dia, porque, como Presidente da associação, a gente está fazendo esse trabalho de acolhimento para essas famílias, e, então chega, todos os dias... Cada pessoa tem uma história, tem uma importância, e a nossa missão é acolher todas essas pessoas.

Eu vou acelerando, porque eu acho que meu tempo está...

Sobre a politização ali do Dia da Mulher, a liberação das mulheres no Dia da Mulher, isso é um absurdo, porque nos faz questionar qual é a legalidade das prisões dessas mulheres, se foi utilizada a artimanha de liberação dessas pessoas no Dia da Mulher. Então, são questionamentos que a gente traz de pessoas que não receberam votos e que estão politicando quando deveriam estar lá para cumprir as leis, cumprir a Constituição.

Uma coisa também que nos deixa indignados, enquanto familiares e também enquanto advogados, é que saiu uma reportagem em que o Alexandre de Moraes diz que o *modus operandi* de ataques em escolas é idêntico ao 8 de janeiro. Ele fala isso um pouquinho antes do recebimento das denúncias para dar uma pressionada – e eu tenho que cuidar um pouquinho também de como eu falo, porque, daqui a um pouco, eu também estou dentro dos inquéritos. Vocês não podem imaginar como é, para uma filha ou para uma esposa, ouvir o seu pai, que é uma pessoa que nunca cometeu um crime, ser comparado a um assassino de crianças em escolas. Então, é muito grave o que está acontecendo no Brasil. E a gente não sabe onde vai parar.

Pode passar, por favor.

Outra violação também foram as audiências de custódias, porque as audiências de custódia começaram três dias após a prisão, e, na lei, a gente sabe que é em 24 horas após a prisão que tem que ser realizada a audiência. A audiência é um ato uno, e, nesse momento, elas foram designadas para juízes auxiliares, que fizeram as audiências e não tinham poder de decisão nenhum. Aí nós questionamos também se esses juízes tinham o número do processo, se eles tiveram acesso aos autos de prisão em flagrante. Se eles nada poderiam decidir, qual foi a função desses juízes? Qual foi o teatro que foi feito ali, naqueles dias? As decisões para manutenção ou não da prisão das pessoas começaram a sair lá no dia 20 e 23 de janeiro, momento em que 400 pessoas foram liberadas. A sensação que nós temos é que foram pegos os processos, foram jogados para cima e aqueles que caíram na mão: "Este aqui sai, vai ser liberado; esse não sai". É porque não tem qualquer critério. Permaneceram pessoas com comorbidades, e foram liberados jovens –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não que deveriam estar presos, não é isso que eu estou dizendo – sem qualquer parâmetro, sem qualquer critério.

Também, nós colocamos que, na hora da conversa reservada do advogado com o cliente, o microfone era desligado, mas o juiz ali e o Ministério Público conseguiam escutar o que estava sendo falado naquele momento, o que é uma violação gravíssima das prerrogativas dos advogados.

A gente precisa falar da gravidade das medidas cautelares aplicadas a essas pessoas, que estão saindo com tornozeleira eletrônica, que precisam se apresentar em juízo uma vez por semana. Tem relatos de pessoas que me disseram que, na comarca, não tinha a possibilidade de ir lá, toda semana, se apresentar, era mensal; mas, para nós, para os nossos familiares, é semanal. Recolhimento domiciliar noturno. O que é que acontece? As pessoas perderam seus empregos. Vai lá, conseguiu um emprego: "Olhe, eu preciso de um emprego, mas eu uso tornozeleira eletrônica, eu não posso trabalhar em dia de sábado, eu não posso trabalhar depois de 18h, porque eu preciso estar reclusa na minha casa. Foi uma determinação, o porquê eu não sei, porque eu não cometi crime nenhum, mas é isso aí, são essas cautelares que me mantêm fora da prisão, porque, senão, eu preciso estar dentro, eu preciso estar presa. Eu não posso me comunicar com ninguém das pessoas que eu convivi por 60 dias nos QGs orando, não posso me comunicar com essas pessoas". É isso dentre outros abusos e absurdos.

Essas cautelares são para pessoas que cometeram um crime – cometeram, não –, que estão respondendo por crimes com pena menor do que quatro anos. Então, elas podem responder em liberdade, mas com todas essas cautelares impostas pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Então, a gente queria trazer um pouquinho de algumas situações que aconteceram. Teve uma pessoa que perdeu o funeral da mãe, porque ela não conseguiu se deslocar da cidade, ela não conseguiu autorização. Quando ela recebeu autorização – até, neste caso, ela recebeu –, a mãe já tinha sido enterrada.

Há uma pessoa que está exercendo trabalho braçal com um gerador de energia do lado. Nós temos foto dessa situação, dessa denúncia que chegou para nós, porque ela precisa recarregar a tornozeleira eletrônica.

Há uma pessoa que precisou de autorização para acompanhar o parto dos filhos. Há uma pessoa que precisou de autorização para a retirada da tornozeleira para realizar uma cirurgia.

Tem também um senhor de 74 anos que ficou, por três meses, pedindo autorização para ir ao casamento da filha. A filha está aqui. Ele tem 74 anos e não pôde ir ao casamento da filha. Depois a gente a convida, se ela quiser falar algumas coisas no final.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que existem muitas outras violações e situações graves. Nós temos aqui os laudos e a perícia forense de um rapaz que é autista, o Jean. Ele está preso até hoje também. Ele só pede: "Por que é que eu estou aqui? Eu só quero voltar para casa e ver a minha mãe".

Então, nós estamos fazendo, agora, uma corrente, porque é um absurdo. Onde estão os defensores, que permitem esse absurdo: um autista estar preso lá até hoje? Existem mais quatro mães com filhos menores de 12 anos que permanecem presas. Onde estão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Cadê a OAB?

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER – Cadê a OAB?

Onde estão os defensores das crianças e adolescentes? É muito, muito, muito sério!

Então, os dispositivos que foram violados: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana dos Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir Tortura e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Aí, a pergunta que todos estavam fazendo: cadê os direitos humanos? Cadê a OAB?

Em 1º de fevereiro, procuramos a Comissão de Direitos Humanos da OAB, que não tem competência, mas ainda nos ajudou, de certa forma; no dia 14 de fevereiro, procuramos a Ouvidoria da OAB, sem resposta até o momento; em 14 de fevereiro, Conselho Federal da OAB, sem resposta; em 28 de fevereiro, o Ministério dos Direitos Humanos, sem resposta; em 26 de fevereiro, na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, foi gerado pedido de providências; em 11 de abril, leitura da Carta Aberta das Famílias em frente ao Conselho Federal da OAB, sem resposta; em 7 de março, reunião com o Presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, Dr. Ricardo Breier, Dra. Cristina Lourenço e Dra. Priscilla Lisboa, sem resposta.

Houve a entrega de relatório sobre as violações na Frente Parlamentar da Advocacia e tivemos a oportunidade de conversar com o Dr. Beto Simonetti, o Presidente da OAB. Conversamos, reunimos vários advogados ali, explicamos a situação para ele e entregamos o relatório, sem resposta.

Houve a entrega do relatório, no evento da Abracrim, pelos 30 anos da Abracrim. Nós fomos lá, eu e o Dr. Ezequiel, e entregamos o relatório das violações a vários juristas, pedindo: "Por favor, juristas, por favor, olhem o que está acontecendo no Brasil! Tomem um posicionamento! Façam alguma coisa!" Entregamos também para o Vice-Presidente do Conselho Federal o relatório em mãos. Sem resposta.

Tivemos uma reunião no gabinete da Ministra Rosa Weber. Também entregamos, mandamos memoriais para ela por *e-mail*. Não tivemos reunião com ela, mas com o juiz chefe do gabinete dela. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também participamos de um evento que teve aqui há poucos dias, e eu pude entregar em mãos o relatório para a Ministra Rosa Weber. Eu fui ao encontro dela, fui correndo atrás dela e disse: "Ministra, por favor, nos dê atenção e veja o que está acontecendo com o Brasil, com as pessoas e com o STF, o que acontecendo lá dentro! Enquanto é a sua Presidência ainda, enquanto você ainda é a Presidente, por favor, tome alguma medida!".

E aí, no dia 28 de abril, então, nós resolvemos fundar a Asfav, Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de Janeiro, para que a gente pudesse dar voz a essas famílias e estar em momentos como este.

Outros órgãos acionados foram a Secretaria da Administração Penitenciária (Seape), o Governo do Distrito Federal, a Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), o Ministério Público, a PGR, o Poder Legislativo federal, o Poder Executivo federal e o Poder Judiciário.

Então, assim, eu finalizo a minha fala. Só vou, em alguns momentos aqui, falar algumas coisas que eu preciso dizer também: nós não somos números, nós não somos números de uma ação penal onde está tudo generalizado. Nós somos pessoas, pais de família. Tem o Ezequiel, que tem cinco filhos e é o único provedor da família, que permanece preso; a Jaqueline, que é cuidadora da mãe com câncer, que está presa; o Seu José, que é casado e pai de três filhos, trabalhava há 32 anos na mesma empresa, foi demitido e o valor do FGTS foi bloqueado.

Uma das coisas que aconteceram é que as contas das pessoas foram bloqueadas, os bens foram bloqueados. Tem uma família que me procurou que foi vender a moto para poder botar comida na mesa, porque o marido era caminhoneiro, e não tem como trabalhar. A moto, o bem estava bloqueado, e ela não conseguiu realizar a venda.

E tem também o Tiago, cujo filho acha que o pai morreu. O pai tem uma sala com antiguidades, e ele fica lá lustrando os objetos do pai. Como vai dizer que o pai não morreu, se o pai está preso? E ele não tem a vacina, a esposa não tem a vacina. Não sabe, não conseguiu visitar o pai... Não tem como... Como que tu vais provar para uma criança...? Como o caso da Agnes ali – depois, ela vai poder falar – e do irmão. Como que a gente vai provar que os pais não morreram, não é? É a nossa palavra... As crianças viram, nos noticiários, as bombas caindo. O pai estava em Brasília. A notícia era de um cenário de guerra. Aí, tu vais explicar para o teu filho que não aconteceu nada naquele dia se o pai não voltou para casa?

Lucas também é um pai dedicado e amoroso com a família; o Douglas a mesma coisa, pai de três filhos; tem o Lucas, que estava prestando um concurso público e juntou todas as provas no processo e permanece preso – ele chegou depois ali e, naquele cenário ali, acabou... Não sei, não sou advogada dele, não sei o que aconteceu de fato, mas ele comprovou no processo que chegou ali naquele momento e está preso até lá. Também tem uma criancinha pequena.

Eu presenciei, também, numa das visitas familiares, um casal de idosos, bem idosos, casados há mais de 50 anos. Eles nunca tinham ficado seis meses sem contato. E ela, como não tinha todas as doses da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina, fez a última dose e conseguiu finalizar o cadastro. E foi tão emocionante aquele momento de poder ver aqueles senhores. Eles ficaram abraçadinhos o tempo todo ali matando a saudade. Então, é muito dolorido o que a gente tem visto.

Tem um estrangeiro também preso, de Portugal, que também tem filho menor. Tem esposas gestantes. Tem pais cujo filho nasceu e que não conheceram o seu filho. Tem pais cujo filhinho começou a caminhar, mães, avós cuja criança começou a caminhar e todo mundo está perdendo essa fase. São seis meses!

O senhor de 72 anos que permanece preso são seis meses da vida dele que ele deixou de estar no convívio do lar. Não só ele, todos que estão presos ilegalmente, injustamente, que merecem um julgamento justo, o devido processo legal, o respeito às leis.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer que, mesmo sendo tão acolhida neste Congresso por tantos Parlamentares que honram seus votos, que não pensam só em seus interesses particulares, por algum tempo eu tive muito medo do autoritarismo. E ele me calou, mas algo me fez refletir, me deu forças para hoje estar aqui neste lugar representando um papel tão especial e tão importante que é de representar essas famílias.

Eu sinto a mesma dor que vocês, mas, ao mesmo tempo, eu sei que o nosso amor pelos nossos vai prevalecer, e unidos com o amor dos advogados pelas leis, que protegem os direitos fundamentais desses homens e mulheres que tanto acreditam em uma pátria livre.

O que trouxe essa reflexão foi um discurso que eu ouvi no Fórum da Liberdade, a que eu tive a oportunidade de ir com o Deputado Marcel van Hattem; discurso do Vice-Prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes, que diz assim, foi ele quem disse: "Eu vim dizer aqui com todas as letras ao STF: vocês não vão nos calar. E, se tentarem nos calar, descobrirão que neste país há pessoas que pela liberdade empenharão as suas vidas, as suas fortunas e a sua sagrada honra".

Eu espero verdadeiramente que esse discurso do Sr. Ricardo ecoe nos ouvidos de todos aqueles que experimentam o mesmo medo que outra hora eu senti e que seja impulsionador pela luta da tão sagrada liberdade. Nós não estamos pedindo privilégios. Nós estamos pedindo o direito de defender e de ser defendido.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, Gabriela Fernanda Ritter, muito obrigado. Minha solidariedade, nossa solidariedade aqui.

Como Presidente eventual desta Comissão, como um cidadão cheio de limitações e imperfeições, eu quero manifestar minha solidariedade a você. A contribuição que você traz aqui a esta audiência pública é muito importante.

Quero dizer que, pelo menos, por enquanto, você está tendo voz aqui. Esta Casa poderia fazer mais, e nós vamos lutar para fazer, eu tenho certeza disso. Confio na sensibilidade dos nossos colegas aqui, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de reflexão, para que a gente possa fazer mais, mas, pelo menos, você tem voz. Quantas vezes a gente viu você nesse corredor, indo de gabinete a gabinete e tentando? Então, eu lhe peço desculpas por ter demorado tanto esta audiência pública e por não poder fazer mais.

Se serve de consolo, no momento em que a gente vive, esses pedidos de autorização para ir para parto de pessoas que estão com tornozeleira eletrônica – e eu tive a oportunidade também de visitar algumas pessoas assim, que estão passando por situações vexatórias –, até Parlamentar, até Senador da República – e eu não tenho vergonha de falar isso, porque é a verdade e tem que ser entregue a verdade – tem que pedir autorização para ir à Papuda, para ir à Colmeia ao chefe desse inquérito, para poder ir visitar. Olhe a que ponto nós chegamos na República Federativa do Brasil! Agora, é bater de frente ou é se inspirar naquele filme A Lista de Schindler? São dois caminhos. Então, se tiver que pedir autorização, nós vamos continuar pedindo, porque essas pessoas não estão esquecidas. Mas que está errado, está; e que o Estado democrático de direito precisa voltar, precisa, sim; e nós vamos trabalhar, no limite das nossas forças, para isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não é a minha hora de fala, mas só corroborando o depoimento dela em todos esses casos que ela citou: casos individuais de pedidos, de sofrimento, de quem está com câncer, de quem está doente, de quem tem filho, de quem não viu o filho nascer.

Eu convivi de forma muito pessoal e intensa com todas essas pessoas, tanto na Papuda quanto na Colmeia, e continuo convivendo de forma intensa. Aquela última imagem da mãe que comoveu o Brasil e as imagens que eu tenho dela, que são muitas, porque fui muito lá, e espero ir mais ainda à Colmeia... Como elas ficam ali naquela ala de convivência, onde nem os advogados eles deixam ir – o advogado é lá embaixo, mas eu subo na ala de convivência; V. Exa. esteve lá comigo –, é uma emoção absurda, do ponto de vista... Era uma das mais caladas aquela senhora, e ela ficava tão próxima, exalava uma fé e uma confiança tão grandes, porque o marido também estava preso – e eu sempre era o pombo-correio, porque eu levava o recado de um para o outro... E, no final, na hora da oração, Sanderson, você que esteve lá tantas vezes, ela segurava com as duas mãos neste braço meu aqui e ela tinha muita confiança. E a gente, quando entra nessa ala de convivência e na Papuda, Senador Flávio, que está impedido também de visitar, até porque o "império" não permite que ele visite, e ele foi citado para não ir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu tenho o sobrenome errado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, o sobrenome dele não o deixa ir.

A força espiritual daquela gente... Quando elas cantam parece que os tetos da Papuda e da Colmeia vão voar, e quando cantam o Hino Nacional, Senador Mourão, é como se eu nunca tivesse ouvido na minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida coisa tão vibrante, tão forte, de quem confia ainda neste país e na justiça de Deus – e na justiça de Deus.

Por isso, tudo que ela está narrando, a maneira como ela copilou as coisas e colocou sobre as violações dos nossos pactos, o pacto que nós temos, que o Brasil tem, que o mundo tem, o Pacto de São José da Costa Rica, que está absolutamente violado, não existe. O nosso ordenamento jurídico está nas nuvens, na época da internet. Deve estar, se existe, está nas nuvens.

Mas eu quero corroborar que eu convivi pessoalmente. Então, para algumas pessoas que aqui estão ouvindo a narrativa de uma filha, e eu convivo com o seu pai, estive com ele lá pela última vez, passei a tarde inteira lá cantando com os violões que eles estão fazendo. Para mim é uma missão de vida: tirar o nome desses patriotas do SPC do crime, arrolados pelo crime de amar a pátria, de amar seus filhos, a sua fé, seus valores e seus princípios.

Em dias difíceis, em dias em que nós somos obrigados a ouvir que o STF agora é o poder político do Brasil, "perdeu, mané", "nós derrotamos o bolsonarismo" – nós, nós, nós – e que um ministro não tem medida, não tem trava na língua, viola até os seus próprios códigos, esses dias são difíceis para nós de todas as formas.

Por isso, cada caso que você colocou, eu quero corroborar, embora eu não tenha escrito e não seja o meu momento de fala, mas eu precisava fazer isso e falar dessa forma até porque convivi com cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Eu passo a palavra aqui – ele me pediu – ao Senador Líder da Oposição aqui no Senado Federal, meu amigo, meu irmão, grande presente do povo do Rio Grande do Norte para esta Casa.

E eu quero saudar a presença do pai dele, a quem eu tive a honra de cumprimentar mais cedo, de conhecer, de parabenizar pelo filho, que é o seu Valério Djalma Cavalcanti Marinho.

Seja muitíssimo bem-vindo a esta Casa.

Mais uma vez, gratidão.

Senador Rogerio Marinho, o senhor está com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Girão.

Obrigado pelas palavras generosas que V. Exa. profere neste momento.

Eu até... (*Pausa.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpas, porque não é fácil ouvir o que a gente ouve aqui. (*Manifestação de emoção.*)

Eu acho que todos nós temos uma responsabilidade muito grande e estamos vivendo um momento muito desafiador, que nos cobra, que nos cobra atitude, mas também nos cobra inteligência, eminente Senador.

Nós temos que ter resiliência, planejamento, estratégia. Nós precisamos desmistificar o que é colocado como lugar comum, como a palavra de ordem; uma estratégia deliberada de desumanizar aqueles que pensam diferente.

Eu acho que a palavra de ordem é relativização. Nós estamos relativizando a democracia, a inviolabilidade dos mandatos, a Constituição, os direitos humanos, o ordenamento jurídico, os valores.

Há uma política de cancelamento das pessoas que ousam desafiar o sistema. E eu diria, Gabriela, que o sofrimento que a sua família está tendo neste momento, e tantos, como eles, que foram arrebanhados como gado, que não tiveram os seus direitos respeitados, que foram todos colocados na mesma página, como se todos aqueles que depredaram, que barbarizaram fossem o enorme número de prisioneiros que aconteceu naquele dia.

Passado o episódio, o primeiro momento, até hoje não houve individualização das culpas. Nós temos o direito, e vocês falaram aqui da OAB, utilizado como arma contra aqueles que pensam diferente. Há dois ordenamentos jurídicos no país: um para os que estão dentro dum espectro ideológico; outro para aqueles que foram vencidos na eleição, de todas as maneiras possíveis.

Aliás, hoje nós amanhecemos com a notícia de que um Ministro do STF, o Barroso, que será Presidente daquele Poder, vai a um evento político, faz um discurso político e afirma que ele ou "nós", aqueles que ali estavam e ele junto, haviam derrotado um espectro ideológico. Mas o pior não foi a fala, foi a nota que foi emitida para justificar a fala. E na nota se diz que a condição individual ou pessoal não pode ser confundida com a institucional. Ora, quem guarda a Constituição brasileira atenta contra ela, no sentido de que a magistratura não pode ter ação política partidária. É necessário que haja uma retratação do Sr. Ministro do STF.

E a OAB não pode ficar impávida. Nós não podemos aceitar isso passivamente, não podemos achar que as coisas estão normais.

O trabalho feito por alguns Senadores aqui, a quem rendo a minha homenagem, em especial ao Girão, ao Magno Malta, que têm feito da defesa das pessoas que foram levadas, como gado, à penitenciária uma missão de vida, todos aqueles que aqui não estão, inclusive, que nos ajudam nesse desiderato, dentro da condição de cada um... Eu acho que, mais do que nunca, é necessário restabelecer a normalidade democrática do nosso país e isso passa por que cada instituição cumpra o seu papel sem essa hipertrofia ou essa interferência entre as ações dos respectivos Poderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho tentado, dentro da minha condição de Parlamentar e da responsabilidade de liderar uma Oposição que é multifacetada, transmitir, sobretudo, a essência do pensamento de grande parte da população brasileira, que sente, mais do que nunca, a necessidade de que esses fatos sejam elucidados, porque, se isso aconteceu, é porque foi permitido. E quem permitiu o fez por desídia ou por dolo. E não é por acaso que o Governo se resignou tanto contra a instalação daquela CPMI. E a CPMI, mesmo com todas as dificuldades, com toda a condição que lá está armada, paulatinamente, vai mostrando a inconsistência, a incongruência do que foi apresentado como uma narrativa oficial. Hoje, falar diferente é nadar contra a maré.

Nós estamos terminando esse período agora. Vamos ter um recesso de 15 dias, mas não há recesso para quem está preso, para quem está longe das suas famílias. Hoje, meu pai veio me visitar. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal se chama Djalma Marinho, que é o pai dele, meu avô, e eu me lembro, Magno, de que, naquela época, nos idos de 1968, quando foi decretado o AI-5, quando o arbítrio, realmente, impediu que as pessoas se manifestassem, quando houve, de fato, censura no nosso país, isso foi fruto de uma ação do meu avô, que, então Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, impediu que um Deputado de oposição fosse cassado porque falou no exercício do seu mandato.

Não concordar com o que alguém diz é natural, é saudável, é salutar, faz parte do processo democrático da convivência entre os contrários. E o que nós vemos hoje é que uma boa parte da nossa mídia diz o seguinte: "Ele não pode falar porque ele professa uma ideologia que nos choca". E todos nós somos colocados de uma forma caricata, como se fôssemos extrema direita, porque defendemos valores: a família, a religião, a liberdade, o livre arbítrio, a propriedade. Se esses são conceitos que caracterizam o extremismo, o que se dirá da extrema esquerda, que defende a invasão de propriedades, as políticas identitárias como condições doutrinárias para serem inoculadas no conjunto da sociedade não como um processo de tolerância, mas como um processo de imposição de atitudes.

Vivemos tempos desafiadores, mas a nós cabe, eminente Presidente, termos a inteligência de fazermos o enfrentamento da maneira adequada, e você coloca com muita propriedade na sua fala: nós ainda temos a nossa voz, que, necessariamente, precisa reverberar, ecoar cada vez mais forte para que as pessoas tomem conhecimento do que está acontecendo no nosso país e que a conivência, a concordância e a resignação não vão levar a lugar nenhum.

Todos nós podemos fazer a nossa resistência, mostrando os equívocos e apontando o caminho da tolerância, da normalidade, do restabelecimento do Estado de direito. Aliás, permita-me, democrático combina com Alemanha Oriental, com Coreia do Norte, com todos esses "ismos" que eles chamam "república democrática" e que, geralmente, são repúblicas totalitárias de esquerda.

Restabelecer o Estado de direito, a normalidade democrática, e a sua voz, Gabriela, não tenha dúvida, está batendo forte aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Conte comigo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador General Mourão, o senhor está com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Girão, senhoras e senhores, colegas Senadores e Parlamentares, eu só queria ecoar as palavras do nosso Líder Rogerio Marinho e lembrar que, desde algum tempo, a esquerda adotou a estratégia do consenso e da hegemonia. O consenso é que todos nós temos que aceitar os dogmas da esquerda como sendo a verdade e a hegemonia é impor esse pensamento. E é isso que nós estamos vendo, lamentavelmente, no nosso país neste momento e que, hoje, toma o nome de lacração ou seja qualquer outro adjetivo que se queira colocar nisso.

Todo mundo atribui isso à doutrina gramscista, mas a gente não pode esquecer que, nos anos 60, os esquerdistas franceses, um grupo de intelectuais liderados pelo Michel Foucault, criaram a teoria de que o conhecimento é uma imposição das elites para manietar a população. É isso aí, Flávio! Tem que ser burro. E, aí, nasce aquilo que, hoje, a gente discute o tempo todo, que é a tal da narrativa. E é isso que nós estamos vivendo.

No dia 8 de janeiro, neste país, nós tivemos uma manifestação contra o governo que se instaurou, manifestação normal, e que, lamentavelmente, terminou, por ação de alguns, num quebra-quebra. Dizer que aquilo foi uma tentativa de golpe é uma narrativa das mais extremas possíveis; dizer que aquele grupo de pessoas, que essas senhoras que foram mostradas aí, senhores, eram perigosos terroristas é não entender o que é o terrorismo. E o pior ainda é a história que nós temos visto, na CPMI, Flávio, da minuta de golpe. Onde se viu golpe com minuta? Se eu quero dar um golpe, eu tenho a força e dou o golpe. Eu não preciso de minuta para isso. Então, esse é o escândalo do país hoje e que nós não podemos aceitar. Nós temos que nos contrapor, Girão.

É isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senador General Mourão.

Eu quero pedir licença à Sra. Emmanuela Saboya, que é Subdefensora Pública-Geral do Distrito Federal, para lhe pedir um pouquinho só de paciência – a senhora é a próxima a falar –, mas é porque o pai do Senador Rogerio Marinho, o Sr. Valério, a quem eu acabei de citar aqui a presença, muito nos honra. Ele que é filho do Sr. Djalma Marinho, que, contrário ao pedido do Governo militar para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, junto ao Supremo Tribunal Federal, renunciou à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça em dezembro de 1968. Inclusive, o nome da Constituição hoje consta é no nome dele. Mas ele renunciou em 1968, quando declarou, inspirado em Calderón de La Barca, a seguinte frase – abro aspas: "Ao rei tudo, menos a honra." Então, dias depois, o Presidente Costa e Silva baixou o Ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institucional nº 5 e iniciou o fechamento do regime. Ele foi reeleito, o pai do Sr. Valério, Deputado Federal em 1970.

Eu queria, se o senhor puder dar uma palavrinha sobre este momento que a gente está vivendo... O senhor, que é da OAB do Rio Grande do Norte, está com a palavra.

O SR. VALÉRIO DJALMA CAVALCANTI MARINHO (Para expor.) – Presidente Senador, Senadores, Deputados, minhas colegas e meus colegas advogados, é uma emoção muito forte poder falar hoje. E diria o seguinte: esses cabelos brancos que trago e a idade que tenho, 80 anos, significam quatro juventudes, "eu trago comigo" como Tagore, escritor hindu, dizia. Mas, toca o meu coração, que fui Presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Norte, meu pai também o foi. E nós pensamos que o compromisso do advogado é muito forte, pois é o compromisso de cumprir a Constituição e as leis, defender os indefesos e manter a dignidade e a integridade. O que nós estamos vendo aqui hoje é o calcanhar de alguém pisando nesses valores. Nós não podemos admitir isso.

Até me lembrando da frase de Fernando Pessoa, que diz ao mar salgado de Portugal: "Quanto das tuas lágrimas não são dos marinheiros que morreram nesses lagos, naquele oceano." Mas eu faria uma peroração aos jovens advogados – eu que fui advogado, e ainda sou advogado militante na minha terra, com meus netos –: não parem esta luta; não escondam seus sonhos. Pensem em Mandela, que, mesmo preso na África do Sul, o seu pensamento saia pelas grades e ia bater no coração dos que amam, dos que sentem, dos que têm dignidade. E acendeu aquela revolta naquela África do Sul, e hoje é um país democrata.

Ou seja, jovens advogados que aqui estão, não se acovardem, não tenham medo. Lutem para resolver esses problemas. Que as lágrimas do meu filho, sejam talvez aquela água que vai aguar a liberdade.

Vocês plantem uma semente, sejam jardineiros da liberdade. Plantem uma árvore simbólica em frente à OAB e deixem um abraço lá. Levem sua petição e deem um abraço na OAB para que eles possam se sensibilizar com o sofrimento do brasileiro que hoje sofre injustamente nas grades da prisão. (*Palmas.*)

Se pudesse, neste momento, levar para a minha terra uma maneira diferente de pensar poderia dizer que aqui eu ouvi vozes de pessoas que pensam diferente, que têm no seu coração alguma coisa que talvez brilhe muito.

Meu pai me ensinava que a dor e a alegria não podem ser individuais, têm que ser repartidas. Então, hoje nós temos a dor no coração, vamos repartir essa dor para que ela seja mais leve e o vaso seja menor. Vamos fazer isso e vamos construir um Brasil diferente.

Temos visto aqui que estão pisando com um calcanhar de ferro na liberdade das pessoas, mas esse calcanhar será afastado pela força dos jovens advogados que aqui estão, que não podem ficar parados e terão o seu grito de liberdade na frente da instituição da ordem que, já em momentos brasileiros, em momentos democráticos, venceram todo o arbítrio. E vocês vão vencer com a força não somente da jovem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advocacia, mas também com a força da Casa maior, que aqui hoje está representada pelos Senadores e Deputados de boa vontade.

Então, meus amigos, eu me emocionei porque o meu filho chorou, mas nós choramos com emoção, e quero levar a felicidade de sentir que ele é um homem ainda que sente, é um homem que tem dignidade, ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento dos outros, então, eu me associo a isso. E peço a vocês que façam essa corrente, sejam os adubadores da semente e da árvore da liberdade, construam um amanhã e construam diferentemente. Lembrem-se das palavras deste velho advogado, que já está se retirando do mundo, mas que pode dizer a vocês o seguinte: eis a bandeira da liberdade, brasileiros, advogados, não deixem que ela caia, vamos levantar cada vez mais.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Valério Djalma Marinho, é uma honra tê-lo aqui e quero dizer como esta sessão está sendo especial e histórica, como tudo acontece na hora certa, e tinha que ser neste momento. É a última sessão! Olha que emblemático!

É a última sessão deste semestre, só vamos voltar... Vai ter um recesso branco a partir do final desta sessão e só voltamos no dia primeiro de agosto, ou seja, é muito simbólico o que nós estamos vivenciando aqui.

Dra. Emmanuela Saboya, Subdefensora Pública-Geral do Distrito Federal.

Muito obrigado pela sua presença.

De antemão, a senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa para fazer a sua exposição. (*Palmas.*)

A SRA. EMMANUELA SABOYA (Para expor.) – Boa tarde a todos que me escutam, boa tarde a todos.

Eu cumprimento a todos da mesa, na presença do Senador Eduardo Girão, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras, todos os Deputados, todos os familiares aqui presentes e advogados.

Eu queria dizer que a Defensoria Pública do Distrito Federal está presente sempre que é chamada e sempre que se faz necessária; ela jamais vai deixar de comparecer quando se fizer necessária.

A Defensoria Pública do Distrito Federal, todos os dias, todos os dias, está no Centro de Detenção Provisória do Distrito Federal; isso foi uma determinação do nosso Defensor Público-Geral, Dr. Celestino Chupel. Eu faço parte da administração superior da Defensoria Pública junto com o Dr. Fabrício Rodrigues. Então, todos os dias, a Defensoria Pública, por meio do seu Núcleo de Custódia, vai ao CDP, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presídio masculino, e vai também à Colmeia, que é o nome dado ao presídio feminino aqui do Distrito Federal.

Desde os primeiros dias, logo após os atos dos dias 8 e 9, a Defensoria Pública do Distrito Federal esteve presente. Ela não está na defesa legal dos presos, porque os crimes a eles imputados são crimes federais; então, a competência seria da Defensoria Pública da União, mas fizemos um relatório, junto com a Defensoria Pública da União e com o Mecanismo de Combate à Tortura, que tem, inclusive, fotografias, porque nós defensores podemos ingressar com nossos celulares dentro dos presídios, inclusive, da questão da alimentação dos presos. É um relatório bastante completo sobre a questão dos presos nos presídios aqui no Distrito Federal.

E por que a Defensoria Pública do Distrito Federal então participa desse movimento de defesa desses presos? Porque a Defensoria Pública do Distrito Federal tem, por mandato constitucional... O art. 134 fala que o defensor público deve não apenas ingressar com ações judiciais, fazer a defesa gratuita nas questões das ações judiciais, mas nós fazemos também mediações, ensinamos o direito para a população, temos núcleos de todas as áreas – direito de família, do consumidor, saúde –, fazemos toda essa espécie de abraço jurídico para a população carente, mas a Defensoria Pública do Distrito Federal, principalmente nessa gestão, busca a itinerância, e, desde os primeiros dias, nós fizemos mutirão.

Na primeira semana, a gente foi com a nossa carreta para dentro do presídio feminino. Dentro do presídio, quando eu estive lá – a gente usa um colete verde, com o símbolo da Defensoria Pública –, encontrei os Senadores, nós nos encontramos nos corredores do presídio; eu lembro que o Senador Magno Malta estava no presídio quando nós estávamos lá. E nós fazemos essa conversa nas próprias celas ou dentro da nossa *van* itinerante ou do nosso ônibus itinerante. Nós trazemos os presos para dentro desse espaço e lá nós podemos conversar com eles tranquilamente.

Conheci a Dra. Gabriela, e nós temos muita admiração pelo trabalho dela. Ela é muito querida, é muito admirada, inclusive pelos próprios policiais penais. A gente sabe do trabalho dela, que é um trabalho de amor, e ela é muito respeitada por isso. Sempre que ela pedia ajuda para essa questão de medicamento, também a gente buscava entregar esse medicamento com mais rapidez nas mãos. O pai dela é idoso.

E a Defensoria fez um mutirão. Nós criamos, logo na primeira semana, um grupo de trabalho. Desse grupo de trabalho, fazem parte os nossos núcleos que estão mais atentos a esses casos, que são o Núcleo de Direitos Humanos, o Núcleo de Execuções Penais, o Núcleo das Custódias e o CRC, que é o núcleo que atende ligações. Nós damos muitas informações para essas famílias.

Então, o nosso trabalho principal aqui não é a questão do processo que corre perante o STF em si, mas esse trabalho de prestação de direitos humanos, de inspeção, de verificação de como é que está a questão da alimentação, a questão dos itens de higiene, que a gente chama de Cobal, a questão de como é que eles estão dentro dessas celas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu, de antemão, posso dizer que existe uma superlotação. Desde os primeiros dias, o que nós vimos foi que, em celas para oito, existem dezesseis. Eles têm que dormir no chão; existem colchões para todos, mas realmente só existem oito; são quatro beliches, duplas.

A questão da alimentação: essa, nós, exaustivamente, por meio de ofícios, *e-mails*... E aí a gente fala "não vamos mais mandar ofícios e *e-mails* para que isso fique apenas formalizado, vamos até os gestores pedir pela alimentação". Muitas vezes, nas nossas visitas... Todas as vezes em que houve mutirão, eu pessoalmente fui e lembro de uma vez em que me emocionei muito porque uma presa disse para mim que ela não comia na quarta e no domingo. E todas as vezes, às quartas e aos domingos, principalmente aos domingos, quando eu estou com a minha família, eu lembro dela, porque ela disse que às quartas e aos domingos a comida é pior. Vi jovens de 30 anos, quase a idade da minha filha mais velha, com problemas cardiorrespiratórios por alergia à alimentação. E a comida só veio, especial para ele, no 37º dia e, ainda assim, veio com lecitina de soja – ele tem alergia a soja – e ele teve uma nova convulsão. Então a gente já viu muita coisa acontecendo lá.

A gente vai sempre com a Suap. E o que é a Suap? É a nossa secretaria de apoio psicossocial. E essa secretaria faz esse acolhimento e faz um preenchimento de fichas. Essas fichas, com várias indagações a esses presos, são encaminhadas à DPU para que, com essas fichas, eles possam fazer uma defesa melhor de cada um daqueles nossos assistidos.

Eu queria dizer aqui, tomando as palavras da Dra. Gabriela, que a Defensoria Pública busca a humanização dos presos, e eu falo aqui dos presos como um todo. E me entristece muito quando eu ouço falarem "soltaram mais quarenta". Eles não são números. Quando nós estamos lá, que fazemos as visitas, que nós os conhecemos, que olhamos nos olhos, que conversamos, que fazemos as interações com os familiares, a gente nota que a maioria deles está bastante assustada.

A verdade é que há muitas idosas no presídio feminino. Uma delas, inclusive, me disse que nem chegou a ir à Praça dos Três Poderes – é que muitas delas não deram conta de caminhar. Elas vieram a Brasília um pouco para conhecer a cidade e para participar de grupos de orações. Então, quando foi no dia 8, elas nem conseguiram caminhar até a Praça dos Três Poderes porque era muito longe; mal chegaram à Catedral, elas já voltaram para onde estavam acampadas. A intenção delas era conhecer Brasília e participar de orações segundo elas me disseram. Lembro que uma delas chegou para mim e falou assim: "Doutora, eu não tenho coragem de quebrar um copo na casa do meu patrão; como é que eu vou quebrar alguma coisa do governo?"

Parece muito simples o que estou falando aqui, mas cada uma dessas pessoas que conversa conosco... Eu tenho 20 anos de Defensoria... É como o Senador Marinho fala aqui: se a gente não se emociona com essas coisas, está na hora de a gente se aposentar. A gente tem que se emocionar, tem que se emocionar com cada uma delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo aqui o nosso apelo, que foi um apelo que nós fizemos logo na primeira semana nas nossas redes sociais. A Defensoria Pública do Distrito Federal, nós temos um Instagram bastante atuante. Quando nós observamos que, em uma das alas, havia 135 mulheres, em outra ala, se não me engano, 108, com dois vasos sanitários e um chuveiro, nós fizemos realmente esse pedido porque, como não nos cabia fazer o pedido pela falta da competência em relação aos crimes serem federais, nós fizemos esse pedido de que, pelo menos no Dia da Mulher, elas fossem liberadas. A Defensoria Pública é sempre a favor de que a restrição da liberdade seja a última tomada de decisão, se existir outra medida. Por meio da Defensoria Pública foi impedido que as mulheres ficassem no presídio masculino, porque, como não havia espaço para elas no presídio feminino, isso foi cogitado. Existe um processo SEI para que elas ficassem no presídio masculino e, graças à Defensoria, isso não ocorreu.

Então, a Defensoria Pública não vai se furtar nunca a vir conversar, a lutar pelos direitos dos seus assistidos e de suas assistidas. Estamos aqui sempre à disposição para o que precisar. A Gabriela sabe disso, ela tem meu WhatsApp, todas as com quem conversei têm o WhatsApp dos defensores. O defensor não é de gabinete, o defensor busca essa itinerância, estar presente, estar junto do seu assistido, da sua assistida. Todos que atendi, os familiares têm o meu número, porque o que aconteceu? A grande maioria não é do Distrito Federal; então, a grande maioria não tem acesso aos familiares e não têm acesso à medicação específica para aquele caso. Então um dos pedidos que a tutela coletiva da Defensoria Pública fez foi de que a medicação deles pudesse ser encaminhada via Correios. Esse pedido ainda não foi apreciado, mas foi realizado, logo nas primeiras semanas, para que essa medicação pudesse chegar por aquele familiar que não teria como vir aqui, fazer a visita presencial, que ele pudesse encaminhar essa medicação por meio dos Correios, o que infelizmente ainda não acontece. Mas a Defensoria Pública está aqui, a gente sempre intermedeia essa questão com o familiar, a questão da medicação, a questão da alimentação, todas essas questões que envolvem os presos, a questão da superlotação, nós estamos atentos e estamos lá todos os dias. Contem conosco. A Defensoria está de portas abertas para atendê-los, inclusive com o nosso número e a nossa central de relacionamento ao cidadão.

Eu quero agradecer novamente este espaço. Poder falar aqui do nosso trabalho para mim é uma grande honra. Acho que nada é por acaso. Se, com 20 anos, isso aconteceu, essa possibilidade de poder ajudar e estar presente, nesse momento, poder estar lá presencialmente, em todos os mutirões eu faço questão de estar... Conhecer pessoas como a Dra. Gabriela, para mim, foi uma honra, como outros familiares que também conheço, que sei que são pessoas que têm muito amor, que se preocupam muito. Digo mais uma vez: não são números.

Hoje mesmo, fiz um pedido formal para saber quantos havia ainda presos pelos atos dos dias 8 e 9 e recebi dois números. Quantas mulheres? Dois números. Disseram 60, outro número que recebi foi 63. Depois há uma justificativa porque 3 estariam com problemas psiquiátricos.

E aí eu vou pedir só mais um espaçozinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na véspera do Dia das Mães... eu passei a véspera do Dia das Mães especialmente atormentada porque havia o risco de que seis mulheres iriam se suicidar. Elas não estavam fazendo isso... não era combinado, não houve uma associação. Na realidade, elas estão mesmo com graves problemas psiquiátricos. Estão, assim, extremamente entristecidas. Elas não têm notícias dos seus familiares, elas não veem os seus familiares. Então, elas estão em uma situação que urge seja resolvida. Se a única opção é a tornozeleira eletrônica, então, que se dê a tornozeleira eletrônica para essas pessoas contra as quais não tem nada para se provar que elas depredaram a Praça dos Três Poderes, para que elas possam voltar paras suas famílias e para que lá elas possam ser cuidadas, cuidar da sua saúde, ter uma boa alimentação, possam dormir com dignidade, é isso que a gente pede. A Defensoria Pública luta por liberdade e por dignidade, por humanização da nossa população.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós é que agradecemos, Dra. Emmanuela Saboya, Subdefensora Pública-Geral do Distrito Federal.

Eu sou testemunha – quero aqui deixar muito claro isso – da dedicação dela, da preocupação, do cuidado em cumprir com o seu dever. A senhora honra a Defensoria Pública pela sua humanidade, pela sua sensibilidade. A gente fica muito feliz em saber que temos servidores públicos exemplares como a senhora em nosso país.

Então, muito obrigado por ter vindo a esta sessão.

Eu imediatamente já passo a palavra aqui... Quero só registrar a presença do Senador Cleitinho, que está aqui com o Deputado Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estadual – mas será que eu já estou profetizando alguma coisa? Pode ser –, do Deputado Estadual Bruno Engler. Seja muito bem-vindo aqui a esta Casa. Estou registrando novamente a presença do Deputado Federal Coronel Meira aqui conosco; do Deputado Federal Marcel Van Hattem, aqui também; do Deputado Federal que é Presidente da Comissão de Segurança – que está fazendo um grande trabalho na Câmara dos Deputados, acho que foi o pioneiro ali nesse trabalho desses presos políticos que nós estamos tendo no Brasil – o senhor muito preocupado sempre e trabalhando no fronte –; da Senadora Damares, aqui presente; do Senador Flávio Bolsonaro; do Senador Magno Malta; do Senador Mourão, do Deputado Federal, meu amigo, meu irmão Paulo Fernando – que bom que está aqui conosco também.

Já, já a gente vai ouvir a presença dos Parlamentares, e, se sobrar um tempinho, vamos abrir também, com o auditório lotado desde o começo, lotado! (*Palmas.*)

O Senador Marcos Rogério também está aqui conosco. Muito obrigado – desculpe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se der tempo, a gente abre a palavra porque o auditório merece ser ouvido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se me permite uma breve intervenção, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós estamos juntos, nós estamos porque, muitas vezes, a oposição só tem a voz também aqui, mas são 3 mil, Deputado Marcel Van Hattem – eu vou lhe passar a palavra –, são 3,3 mil pessoas que estão assistindo só pela rede social do YouTube do Senado Federal. Isso é difícil a gente ver. Isso é muito difícil a gente ver. É para você ver como isso desperta a população brasileira.

Tem muita gente orando, e é por isso que essas coisas estão acontecendo aqui hoje, por exemplo. E outras coisas boas vão acontecer. É muito brasileiro orando, de joelho; mobilizando, escrevendo artigo para jornal, falando com as suas famílias e com os seus grupos sociais sobre o que está acontecendo no nosso país. Nós vamos sair dessa juntos.

Nós estamos tendo uma transmissão, desde o começo, ao vivo, pela TV Senado também. É bom que se deixe registrado isso. É muito importante.

Eu passo a palavra ao Deputado Federal Marcel Van Hattem.

Logo depois, nós vamos, Dra. Carolina Siebra, para a sua exposição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu quero só, em um minuto, agradecer a presença da Sra. Emmanuela Saboya, por ter vindo a essa audiência pública, pelas palavras dela. Sempre que me dizem, Senador, que as instituições estão no Brasil, eu preciso responder que, lamentavelmente, tem funcionado, doutora, para um lado apenas, em muitos casos. Você está aqui. Muito obrigado pela presença.

O Deputado Sanderson e eu protocolamos um pedido de audiência pública também na Câmara dos Deputados, que, aliás, já deveria ter ocorrido. Lamentavelmente não ocorreu até o momento, porque houve uma semana de festa junina; na outra semana, tínhamos marcado audiência, estava todo mundo mobilizado, mas aí o Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara, "sua alteza", como tenho dito, decidiu cancelar todas as outras atividades, para que nessa semana ele estivesse no cruzeiro com Wesley Safadão, nas Bahamas.

Que pelo menos esse adiamento, Sr. Presidente e Sra. Emmanuela, possa também inspirar as instituições que foram convidadas, e que não haviam confirmado presença nas audiências anteriores, que possam confirmar presença nas próximas. E aí me refiro à própria OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que até o momento não respondeu favoravelmente ou dando a confirmação da participação; também à Defensoria Pública da União, também à representação do Supremo Tribunal Federal, enfim, a todas as instituições. Porque, se as instituições estão funcionando no Brasil, têm que funcionar para todos os lados. E a Casa do povo brasileiro, onde ocorrem audiências públicas sérias, como é o caso desta de hoje e daquela que, na Comissão de Segurança, o Deputado Sanderson e eu – e a Comissão inteira – estamos propondo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se as instituições estão funcionando, todas devem participar desses momentos, que são tão importantes e relevantes.

Era esse o único comentário que eu queria falar nesse momento. Reservo-me o direito de, mais tarde, poder fazer outras considerações.

Parabéns mais uma vez, Sra. Emmanuela Saboya.

Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, Deputado Marcel Van Hattem, que tem sido assim um incansável Parlamentar na defesa da democracia do Brasil, na defesa da Constituição.

Eu lhe peço sua permissão, Dra. Carolina, só para fazer aqui uma primeira leva de perguntas que chegaram:

Alexandre Alves, de Goiás: "Quais foram as consequências das prisões realizadas em decorrência dos atos do dia 8 de janeiro [...] [para a democracia brasileira]?".

"E como essas consequências afetaram a relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?"

Manoel Nelson, do Ceará, meu conterrâneo: "As leis devem ser aplicadas com rigor para reprimir novas ações e apresentar punição em resposta à sociedade?". É a pergunta que ele faz.

Samuel Ferreira, do Rio de Janeiro: "Os princípios constitucionais e as garantias individuais dos acusados estão sendo respeitados?". Flávio Manoel, de São Paulo: "Quem está com as provas de [...] conduta criminosa em 8 de janeiro?".

João Luís, do Rio de Janeiro: "Qual foi o argumento para que as imagens da invasão dos Três Poderes se tornassem sigilosas?".

Rafael Leandro, do Paraná – isso aqui é um comentário: "Concordo com a prisão de quem realmente depredou [...], [mas é necessário respeitar o devido] [...] processo legal".

O Victor Augusto, do Paraná, também: "Além dos criminosos que executaram os delitos, esperamos a punição exemplar dos organizadores e incentivadores dos crimes".

Pronto, essa primeira leva aqui eu já fiz, mas vamos passar, depois eu vou lendo as demais.

Dra. Carolina Siebra, que é a representante dos advogados dos processados pelos atos do dia 8 de janeiro, esteve conosco. Deputado Marcel Van Hattem, iniciativa sua e que nós realizamos aqui, na biblioteca... Aliás, a iniciativa foi dos familiares, mas o Deputado Marcel abraçou. Não foi possível realizar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em consequência do cancelamento da audiência pública lá na Comissão de Segurança, por causa daquela semana de votação, da semana da reforma, e aí nós tivemos um evento na biblioteca do Senado, histórico também, que foi o fórum sobre as violações dos direitos das pessoas que foram presas no dia 8.

Então, a senhora estava lá, fez uma brilhante palestra. Se conseguir fazer 20% do que falou ali, já é espetacular. Parabéns. A senhora tem 20 minutos, com a tolerância da Casa.

A SRA. CAROLINA SIEBRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Eduardo Girão. Na pessoa dele, eu saúdo os demais Senadores. Na pessoa do Deputado Coronel Meira, eu saúdo os demais Deputados que estão aqui.

O meu papel aqui é falar sobre as violações dos direitos dessas pessoas que estão presas desde o dia 8, e tem gente que foi presa também anteriormente, em dezembro, no dia 12. Então, a gente, enquanto advogados, tem o papel muito importante, que é o de dar voz a essas pessoas que estão detidas.

Infelizmente, não é isso que a gente está encontrando nesse campo de batalha. O nosso trabalho árduo, que começou lá no começo de janeiro, era descobrir primeiro onde estavam os autos, onde era que os nossos clientes estavam respondendo. No caso do pessoal daqui, do Senado, que foi pego aqui nas intermediações do Congresso, o processo foi encaminhado para a Justiça Federal, e o processo corria em segredo de justiça. Então, se a gente jogava o nome do nosso cliente lá, a gente não conseguia localizar o processo. Tinha que ir pessoalmente lá na vara. No caso, eu fui na 15ª Vara Federal, protocolei um pedido lá, pedi para a servidora pedir lá para o juiz para liberar os autos para mim, porque eu precisava fazer a defesa da minha cliente naquele momento. E aí, os autos foram liberados naquele momento, mas não tinha praticamente nada. Tinha o auto de prisão, que também não trazia quase nada. Os clientes que decidiram, no momento da prisão, não falar, decidiram não ligar para as pessoas, como no caso da minha assistida naquele momento... Ela não ligou para nenhum parente. Os parentes dela entraram em contato comigo, porque ela estava sumida, desaparecida, desde o dia 8 pela manhã, que foi quando o celular dela descarregou.

Aí eu só tinha um auto de prisão e não sabia onde ela estava localizava. Então, caí em campo para procurar. E não estava em nenhum sistema aqui no DF. Ela não constava como presa. Eu consegui saber, depois que eu cheguei na 15ª Vara, que tinha o nome dela lá e que ela realmente estava detida.

Aí eu comecei a tentar descobrir como a gente ia atuar naquele processo, se a gente tinha que atuar na 15ª Vara, porque já havia rumores de que tinha um processo correndo no STF. Aí a gente chegava no STF e não tinha notícias. Você tinha que protocolar uma peça com o nome do seu cliente, dizendo que queria acesso, o mais irrestrito acesso aos autos em que constasse aquela pessoa.

Aí eu passei uns quatro dias esperando para saber quando ia ser a audiência de custódia. Chegava na Colmeia e não conseguia entrar. Quando a gente chegava na Colmeia, era um cenário de guerra, digamos assim, porque tinha uma cabana para os advogados ficarem, ali debaixo. Tinha uma fila informal, anotada num papel. Não tinha um horário certo para você atender, onde você ia atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí "já que eu não sei se vou ser atendida, está aqui a minha procuração, você pode colher a assinatura da minha assistida, porque vai ter a audiência de custódia dela, espero que em breve". E eu não tinha a procuração nos autos. E assim foi feito, um policial foi lá dentro, querendo ajudar, colheu a assinatura, me trouxe de volta. E a primeira vez que eu falei com ela foi na antessala, que era virtual, da audiência de custódia. Falei por cinco minutos com ela, na primeira vez que eu a vi.

Existe uma resolução no CNJ, que é a Resolução 213, de 2015, que diz que o preso – porque isto também está nas convenções dos direitos humanos – tem que ser conduzido a um juiz, para que ele verifique a legalidade daquela prisão. Essa resolução diz que aquele assistido tem que ser ouvido pelo juiz que vai julgá-lo. E não foi isso a que todos nós advogados assistimos. Vimos juízes que foram delegados para fazer aquele ato. E, no caso da minha assistida, o juiz lia um *script*. Ele nem decorou, ele lia mesmo. "Estou aqui, delegado pelo Ministro Alexandre de Moraes" etc.

No final, a gente fazia os pedidos dos mais diversos. Pessoas que tinham comorbidades pediram liberação por conta das comorbidades etc., e o Ministério Público se manifestava também lendo um *script*.

A gente teve caso – aí eu também como provar, como disse a Dra. Gabriela – em que o Ministério Púbico sequer leu. Ele botou um vídeo que ele gravou sobre a fala dele.

Aí a gente viu o maior absurdo e aberração jurídica que se possa imaginar.

Eu já vinha vendo declínio e relativização do nosso direito durante algum tempo. Eu falava e as pessoas ficavam tipo: Ah não, mas é um caso específico, e etc.

Quando a gente veio para os atos dos dias 8 de janeiro e dia 9 de janeiro, aquele negócio se tornou maior, mais avolumado. E, graças aos advogados particulares, que estão aqui hoje, que a gente não tem um silêncio perpétuo, porque, segundo o ministro, quando visitou as nossas assistidas lá na Colmeia, ele disse que, se elas tivessem com Defensoria Pública, já estariam soltas.

Naquele momento, ele feriu toda a advocacia, toda a classe, e a gente não viu a OAB falar nada.

Mas continuamos lutando, porque o nosso trabalho é lutar e dar voz a esse pessoal que está calado, amordaçado, lá dentro. E aí a gente foi caminhando com essas audiências de custódia e tentando achar os autos do processo, porque o que a gente tinha era uma parte pequena, só o auto de prisão. E até hoje, inclusive, a gente não tem o laudo de corpo de delito que eles fizeram no IML. A gente não tem acesso a isso.

E, no processo da 15ª Vara, o juiz declinou a competência dele para julgar o caso, encaminhando para o STF, com base na conexão com o Inquérito 4.781, que é o inquérito conhecido como Inquérito do Fim do Mundo, o Inquérito das Fake News, que foi aberto, salvo engano, em 2019, pelo Ministro, na época Presidente, Ministro Dias Toffoli, que ele deu a relatoria, lá na sessão, para o Ministro Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem um inquérito de 2019. Quando eu olhei aquilo ali, eu achei uma coisa esdrúxula, porque a gente sabe que os inquéritos têm um prazo de dez dias, quando se tem aquela pessoa que está ali no inquérito solta... Não, o prazo de dez dias é para quando se tem a pessoa presa, e 30 dias para quando se tem solta. E a gente tem um inquérito desde 2019. E nesse mesmo inquérito, que está lá rodando, desde 2019, foi pedido, pela representante do Ministério Público da União, a Dra. Raquel, à época, o arquivamento desse inquérito, porque o inquérito deveria ter sido pedido pelo Ministério Público... Ela pediu o arquivamento, que não foi aceito pelo Ministro Relator, Alexandre de Moraes, e esse inquérito continuou. E as pessoas que eram inclusas nesse inquérito, quando pediam acesso ao inquérito, vinha só uma parte: "Olha, a parte que que cabe a você é essa".

Então aquele acesso amplo e irrestrito a que o advogado tem direito não se tinha. E aí surgiu um outro inquérito, que foi o 4.879, a que ninguém tem acesso até hoje. E todos os nossos estão dentro do 4.879, que é dito como o Inquérito dos Atos Antidemocráticos. Mas a gente não sabe mais, hoje em dia, o que é um ato antidemocrático, porque a gente também não sabe o que é verdade e o que é mentira. Verdade ou mentira ficou relativo, e ato antidemocrático também. Se você vai para uma internet e você critica alguma coisa, você pode estar incorrendo num crime, num crime imaginário, porque não existe o crime de *fake news*. Você pode estar incorrendo num crime imaginário e ser incluído no 4.781. Ou você pode estar cometendo um crime de um ato antidemocrático também imaginário, porque a gente não sabe também mais o que é ato antidemocrático, e ser incluído o no Inquérito 4.879.

Desse inquérito, surgiram vários outros: O 4.922, que é das pessoas que estavam no dia 8 e foram pegas nas redondezas – ou não nas redondezas, como teve gente que foi pega no Mané Garrincha e foi inclusa no 4.922 –; e o 4.921, que era das pessoas que estavam no QG, na frente do QG, se manifestando ou orando.

Na nossa Constituição, a gente tem o direito a se manifestar, o direito a reunião, o direito a professar a sua fé, e não foi o que a gente viu, A gente viu que esses direitos foram tomados dessas pessoas. Inclusive, no dia dessa visita que o Ministro fez, ele viu as "senhoras terroristas" – que foram os primeiros nomes por que elas foram levadas – orando. Todas de joelho, em oração.

Aí, a gente traz essa questão do terrorismo porque a mídia amplamente divulgou que "os terroristas...", "os terroristas...", "os terroristas...". O que me surpreendeu muito é que, quando eu entro em qualquer mídia, quando a gente vê um caso de estupro – e eu falo estupro porque, como sou mulher, é uma das violências que eu acho mais graves e mais horrendas para nós, mulheres –, a gente vê lá: suspeito. Ele nunca é um estuprador, ele pode estar em cima, cometendo, mas ele vai ser um suspeito, e as pessoas a que a gente está assistindo aqui eram terroristas, eram vândalos, eram golpistas. A mídia só os mostra assim, a mídia não os coloca como suspeitos de tentativa de golpe, ou suspeitos de um ato antidemocrático.

Então, existe aí uma balança que pesa mais para um lado, e não tem como a gente não trazer que isso seja por uma ideologia. Não queria acreditar e não quero acreditar. Tenho a boa-fé de não querer acreditar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja por cunho ideológico, por não gostar do que essas pessoas estão defendendo, que é a família, que são os costumes, que é a religião. Eu não quero acreditar que seja por isso.

Essa Constituição da gente, que está sendo usurpada agora, que está sendo ferida de morte, a Constituição de 1988, é conhecida como Constituição Cidadã, porque ela veio para pôr fim no autoritarismo, e, por uma intempérie do destino, ela está sendo rasgada, ela está sendo utilizada da forma como querem, estão mudando a legislação. Você pode lê-la de cabo a rabo, relê-la de trás para frente, de frente para trás, que você não encontra substância jurídica para o que estão fazendo.

A gente traz esses direitos fundamentais dessas pessoas, como foi bem falado aqui sobre a alimentação. A alimentação é um direito que traz o direito à vida. A pessoa sem alimentação a gente sabe que morre, então ela é um direito à vida. Ela é um direito também à dignidade da pessoa humana.

A gente sabe que os princípios – quem estudou direito sabe, a gente até já duvida do que estudou na faculdade – não se sobrepõem uns aos outros, mas não existe princípio mais salutar do que o da vida. Em alguns momentos, o princípio da dignidade da pessoa humana se sobrepôs aos outros por conta do valor que ele tem.

Por que, para essas pessoas que estão lá detidas ou as que estão de tornozeleira eletrônica, que não podem ir para a igreja no domingo, que não podem trabalhar no sábado, por que essa dignidade da pessoa humana não serve para elas? Por que é que foi tirada dessa Constituição que é a que está sendo aplicada para elas?

Aí a gente traz também a competência do STF para julgar esses crimes. O STF, nesses casos, é incompetente, porque a nossa Constituição, no seu art. 102, traz para que o STF pode julgar, em ações originárias – como nessa ação originária –, quem são as pessoas que ele pode julgar.

E eu li já várias vezes. Eu não sei se a minha Constituição é diferente da dos meus colegas, mas não tem nenhum dos que a gente está assistindo agora. Então, eles não se encontram lá em nenhum lugar. Eles se encontram no art. 109, no inciso IV. Era para estarem respondendo, através dos juízes federais, nas varas federais.

Aí o ministro traz o art. 43 do Regimento Interno do STF, que diz que os crimes cometidos contra o STF serão julgados por ele. O.k., mas não foi todo mundo que cometeu algum crime dentro do STF. As pessoas do 4.921, que são as do QG, principalmente! Eles estavam na frente do QG. Não chegaram nem perto do STF! É arriscado, se você perguntar, eles nem saberem qual é o prédio do STF. E eles estão sendo julgados pelo STF.

Então, a falta de individualização – a gente sempre vem batendo nessa falta de individualização – faz com que isso aconteça, que a gente coloque todo mundo dentro da mesma panela, bata aquele caldo ali e vai todo mundo nesse comboio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As denúncias que a PGR fez – eu já tenho meio que uma perseguição com isso, de plágio –, eu passei no antiplágio. Eu escrevo, eu faço pesquisa, então, tudo eu tenho que passar no antiplágio, para ver o que é que está acontecendo, para não responder por um crime de plágio. Na comparação das denúncias, elas davam 98% de semelhança. Se não for genérica, só muda o nome da pessoa!

Aí eu peguei também o depoimento dos policiais que fizeram a condução, dos policiais que estão como testemunha, e vou passar no antiplágio também, porque está tudo muito estranho. E no antiplágio, os depoimentos davam 93%, porque também só mudava o início.

Aí eu pergunto se tem como eu falar sobre esta audiência pública que a gente está vivendo aqui, eu contar a mesma história da Dra. Emmanuela, colocando, inclusive em ordem, palavras iguais, tem como eu contar o que eu vivenciei, principalmente depois de um momento de estresse – o Coronel Meira, com certeza, sabe o que é um momento de estresse como policial –, você contar uma mesma história, igual à do seu colega, sendo que vocês viveram, cada um, com a sua visão, e elas terem 93% de semelhança...

Mas a testemunha, que foi quem colheu esses depoimentos, disse que não recebeu por escrito. Aí, no final, o outro policial disse: "Não. Eu mandei por escrito", alguém fez. E as pessoas que ficaram aqui dentro, as pessoas que ficaram dentro do Congresso, dentro do Planalto ficaram até certo horário, para poderem ser detidas. Não foi dada voz de prisão a elas, pelo menos é o que elas relatam, e todas relatam igual, nas suas palavras, mas igual. Elas desceram, ficaram, as daqui do Congresso ficaram no estacionamento daqui, do Senado, por 20 horas, sentadas. Inclusive, temos o assistido de uns colegas nossos que estão aqui presentes que passou mal. Chamaram o Samu. Ele foi atendido pelo Samu. Ele teve uma crise que não sei se foi convulsiva. A minha assistida levantou para segurar a cabeça dele, para ele não bater a cabeça na parede, e o policial a repreendeu dizendo que ela não podia. Aí, ela disse: "Você vai deixar ele ficar batendo a cabeça até ter um traumatismo craniano? Isso é questão de humanidade. É claro que eu vou fazer alguma coisa. Se quiser fazer alguma coisa comigo, pode fazer, mas eu não vou deixar ele ficar batendo a cabeça aqui até ter um problema". Aí, essas pessoas passaram por essa questão da falta de humanização no momento da prisão. A primeira refeição que eles receberam foi dos colegas advogados que vieram para cá para fazer o atendimento, que trouxeram essa alimentação para poderem dar para eles, porque eles não tiveram direito.

Após isso, depois que eles estavam presos, passados quatro dias, eu acho que depois da audiência de custódia, salvo engano, todos eles passaram por coleta de material genético. Todos eles tiveram aquele material genético, e a gente sabe que a lei do banco de perfis genéticos tem um rol dos criminosos que têm que passar, obrigatoriamente, por esse perfil genético, e esse rol não inclui os terroristas, como eles falam, os antidemocráticos. Não inclui. E também é depois de condenados. Eles nem réus eram naquele momento, quando colheram o perfil genético. E aí, como se sabia da ilegalidade, colheram a autorização pessoal de cada um para poder fazer essa coleta, e foi coletado, e a gente também não tem laudo de nada disso. A gente não tem comparação, porque, se eles coletaram esse perfil genético, seria para fazer alguma comparação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com alguma coisa que eles pegaram ou com alguma coisa, alguma peça deles? Era para ter sido feito, e era para ter sido dado para os advogados, para os advogados terem conhecimento.

A Súmula Vinculante 14 do STF diz que o advogado tem que ter acesso amplo às provas, mas as próprias imagens do Planalto, as próprias imagens da Esplanada e daqui de dentro do Congresso foram sequestradas. Eu digo assim, porque não existe uma justificativa plausível que você me dê para dizer por que você não libera essas imagens, já que você é vítima ali e você está tratando dos criminosos e aquele criminoso você tem certeza de que ele fez... Por que não libera a prova de por que minha cliente está presa, por que o irmão de A, B ou C está preso, a mãe, o pai, etc.? Como a gente disse aqui, não são números, são pessoas, e pessoas que acreditavam e acreditam ainda na liberdade deste país, na pátria livre, são pessoas que vieram para cá seja para orar, porque foram presas, e as testemunhas disseram isso, os policiais que conduziram, teve gente que disse para mim que veio só orar pelo país. E a gente pergunta: "Policial, chegou lá e o senhor separou os que vieram só orar dos que vieram só cantar o hino, dos que levantaram só a bandeira, dos que estavam segurando uma faixa?". "Não, a ordem era para levar todo mundo, independentemente do que havia feito." Então, a partir daquele momento, já não teve uma individualização da conduta – imaginem depois!

E aí, como é que a gente vai falar de pessoas violentas, pessoas superviolentas, se o próprio policial relata que ele foi num ônibus com 40 manifestantes, ele e mais dois policiais? Para mim soa muito estranho que eu vá entrar num ônibus, eu e mais dois colegas, com 40 pessoas superviolentas, pessoas inclusive que tinham dificuldade de subir no ônibus. Então, não é a realidade.

E aí a gente também vê, pelas poucas imagens que a gente tem, que tinha dois, três que quebravam alguma coisa e, a meu ver, foram pessoas que vieram realmente para isso. E os policiais também relataram que eram poucos os que vieram para quebrar, os que quebraram, e esses poucos quebraram e foram embora, não ficaram.

E eu até conversei um dia com o pai da Gabriela, o Sr. Ritter, e disse assim: "Olha, Sr. Ritter, vocês foram presos porque ficaram tirando foto, olhando os monumentos". Aí ele: "É, eu acho mesmo". Lá no Ceará, a gente chama de abestado: "Vocês foram abestados. Ficaram lá olhando para o tempo, boca-aberta, foram presos". Estão aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINA SIEBRA – Ele fala: "Bocó". Ele diz: "A gente foi bocó". (*Risos.*)

A gente ri, mas, poxa, estão há seis meses presos por serem bocós, por terem ficado tirando fotos, acreditando que ainda existia direito no país, que o direito ainda estava sendo seguido e que eu só iria responder pelo crime que cometi, mas não foi bem isso: essas pessoas foram presas e tiveram seus direitos cerceados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente traz também a questão não só da incompetência, como eu falei aqui, mas a questão também da suspeição do ministro. Hoje eu me ponho a falar no Congresso, a dar entrevistas. Antes eu acreditava que o advogado só deveria falar nos autos, mas, se o juiz relator do caso tuíta, chama "tuitaço" num domingo, fica dando entrevista, participa de *live* falando do caso, por que é que eu, que sou advogada de defesa, não venho para cá falar também pelos meus assistidos? (*Palmas.*)

A SRA. CAROLINA SIEBRA – O advogado é a voz dos assistidos, e a gente foi calado por muito tempo. É por isso que venho aqui, à frente, para poder falar por eles, porque até a sustentação oral, que nos é de direito – está lá no regimento interno do STF que a gente pode fazer na tribuna do STF aquele momento que é um momento ímpar para o advogado e para a defesa, onde a defesa vai olhar nos olhos dos julgadores e debater ali sobre as causas daquela prisão –, nos foi cerceada.

A gente gravou vídeos de 15 minutos. É claro que eu me senti sendo levada a pagode, é uma expressão que a gente usa no Ceará, naquele momento, mas gravei o vídeo, tinha que fazer. Eu tenho colegas que colocaram o vídeo às 23h59 do último dia do prazo e, à 0h, o Ministro Relator proferiu o voto dele. Aí eu não sei qual é o tipo de programa que ele utiliza que ele consegue assistir um vídeo de 15 minutos em menos de 2 segundos, porque é impossível, a meu ver. Então, ficou provado que ele não assistiu. E o pior disso tudo não é só ele não ter assistido, é ele ter passado na cara de todos nós que não assistiu; é ele ter deixado expresso que não ouviria a defesa. E ainda foi enviado para a imprensa com dez minutos o voto na íntegra. A gente tem situações de decisão que foi tomada ali em que a decisão foi tomada com dois minutos, a gente não tinha acesso, a gente é advogado e não tinha acesso, porque os autos eram sigilosos, e estava na mídia. Como é que isso acontece eu não sei, quem é que vazou? Como é que um auto é sigiloso só para a defesa, não é sigiloso para a imprensa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINA SIEBRA – Advogado não entra no gabinete. É isso, é assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINA SIEBRA – É isso. (*Palmas.*)

Então, a gente tem essa gravidade de não ser atendido pelo juiz relator, de tentar peticionar várias vezes no processo, como no caso do Jean, esses laudos de que ele tem autismo severo foram peticionados várias vezes, o caso da Alessandra, peticionado várias vezes, até que num momento a gente decidiu botar os dois juntos, o marido e a esposa, porque quero ver se ele vai negar os dois juntos. Se ele negar um e outro, se a gente colocar um pedido para um e um pedido para outro ele pode dizer que não viu que era marido e mulher, mas se a gente botar junto ele vai ter que negar, e aí vai ficar escancarado. Foi quando a gente colocou junto e conseguiu, com a graça de Deus, a liberação da Alessandra, porque as crianças estavam em sofrimento e a gente tem laudo psicológico para provar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, então, esses laudos não têm sido vistos, esses problemas de saúde das pessoas não têm sido vistos, porque a defesa está calada nos autos, ninguém escuta a gente. A gente fala, fala, fala e é o mesmo que nada, nada acontece. Esses nossos pedidos são em vão. Aí agora, recentemente, eles abriram ações penais para cada um, no nome de cada um, para dar aquele ar de individualização, e aí eles colocam os mesmos documentos que tinha na petição, só tiram de algumas pessoas, jogam dentro daquela ação penal para dizer que individualizaram. Aí começaram a fazer as audiências de instrução para ouvir as testemunhas de acusação, e as audiências são em bloco também. Eu pego cinco, seis, sete, boto dentro da sala, boto uma juíza auxiliar para julgar, as defesas vão entrar ao mesmo tempo, vão fazer as perguntas que quiserem. Se a defesa tiver uma linha de defesa diferente da minha, eu que lute, eu que lute para conseguir defender minha cliente ali dentro daquele instrumento que eles fizeram, daquela forma que eles fizeram. A gente faz pedidos dentro da audiência, como o pedido de suspeição de uma testemunha e, por óbvio, a juíza nega. Então, não adianta. No final, a gente pede a apreciação dos nossos pedidos e ela diz: "Já está gravado no vídeo", e assim vai. E aí, a gente tem passado por muitos problemas em questão de defesa também por conta disso.

Eu falei da incompetência do STF e aí a gente fala também dessa imparcialidade. A gente não tem mais a imparcialidade só do Ministro Alexandre do Moraes. Agora, a gente tem também a imparcialidade de outros ministros, pela forma como eles se posicionam em redes sociais. Os ministros, enquanto Judiciário, não eram para se manifestar dessa forma.

Deixa eu pegar aqui mais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA SIEBRA – Opa, está terminando.

Então, a gente quer que essas ações voltem para o rito natural delas, para o rito originário, que é a Justiça Federal, porque, a partir do momento em que esse pessoal está sendo julgado pelo STF, eles não têm direito a recurso, eles não têm direito a um duplo grau de jurisdição, que é um duplo grau de jurisdição que também é previsto nas convenções de direitos humanos. Então, a gente está querendo o direito desse pessoal, o direito que está na nossa legislação. A gente não pode relativizar isso porque, a partir do momento em que a gente relativiza, a gente passa a ter uma insegurança jurídica muito grande e passa a ter um precedente que é muito perigoso para a sociedade como um todo.

Então, eu acho que as pessoas que estão nos ouvindo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA SIEBRA – ... têm que entender que isso hoje é com esses familiares dessas pessoas que estão aqui, é com os nossos assistidos e é com essa advocacia militante que está correndo atrás, mas amanhã é com vocês que estão em casa assistindo pelo YouTube.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Antes de o nosso Deputado querido Sanderson, que é um dos primeiros dessa correria de presídio, ter a palavra... Também não era hora da minha fala, mas uma convidada especial veio, está aqui. É o símbolo, é quem desmente toda essa narrativa de que, em havendo um golpe, ela seria...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Irmã Ilda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... a Irmã Ilda iria assumir a Presidência da República no lugar de Jair Bolsonaro. (*Risos.*)

Então, ela, que passava as madrugadas e os dias orando, dando voltas no QG, como nos muros de Jericó, com essa Bíblia aqui, com essa arma aqui, com essa escopeta aqui, com esse urutu debaixo do braço, com essa AR-15... Não, aliás, é uma BBs de 66 tiros, essa aqui que está debaixo do braço dela. Em havendo o golpe, Jair Bolsonaro não estava mais no Brasil, seria a Irmã Ilda a assumir a Presidência da República. Ela é um símbolo dessa luta. Por isso, ela está conosco aqui. E eu gostaria que V. Exa. a colocasse sentada aí à frente também, porque ela é um símbolo dessa nossa luta pela verdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está autorizado, devidamente autorizado, Senador Magno Malta. Eu já...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Peço desculpa ao meu amigo Sanderson, mas é só dois segundinhos, Sanderson, para comentar algo que a Dra. Carolina falou a respeito da tomada do DNA das pessoas. E aqui, nesta Comissão, nós vimos os representantes da esquerda – lembra, Flávio? – serem peremptoriamente contra isso. Como é o nome disso aí? Hipocrisia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É verdade, General Mourão, e eu sou testemunha, porque participei desses debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria só fazer um registro: Irmã Ilda, seja muito bem-vinda aqui a esta Comissão, o Senador Magno Malta fala o seu nome todos os dias na CPMI, e é muito simbólica a sua presença aqui.

Carolina, parabéns, Dra. Carolina, pela sua apresentação.

Temos algo em comum aqui, nós três, esta parte da mesa: nós somos cearenses, nós somos da Terra da Luz, e não é por acaso, com todo o respeito aos demais estados aqui, são todos muito gloriosos, mas, no nosso estado, quatro anos antes da Lei Áurea, nós tivemos a libertação dos escravos, e o que está havendo é um pouco disso; o que a gente está percebendo no Brasil é essa inversão completa de valores e de pessoas sendo escravizadas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É a Terra da Luz, mas é onde tem mais trevas por metro quadrado na política. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas essa escravidão que a gente está vivendo, que muitos brasileiros estão vivendo, neste momento, como presos políticos, vai passar, vai passar, e o bom senso vai prevalecer e a justiça também.

Deputado Sanderson, Presidente da Comissão de Segurança Pública, estou passando a palavra ao senhor, pois o senhor vai ter que viajar, e eu queria lhe agradecer por todo o trabalho corajoso e destemido que o senhor tem feito lá na Câmara dos Deputados.

O senhor tem a palavra.

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Obrigado, ilustre e respeitável Senador Eduardo Girão. O senhor nutre da minha confiança, da minha admiração, e tenho certeza de que da confiança e da admiração de grande parte da população brasileira de bem. Por isso, parabéns ao senhor.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Damares Alves, nossa ex-Ministra, minha amiga; o Senador Cleitinho, que faz um belíssimo trabalho também, com muita dedicação e coragem; o Senador Magno Malta, meu amigo, um homem que, da mesma forma como eu admiro o senhor, Eduardo Girão, eu admiro o Senador Magno Malta pela pessoa humana que ele é. Nós, inúmeras vezes, dentro da Colmeia ou dentro da Papuda, que eu fui lá, inúmeras vezes, sobretudo dando atenção ainda maior às mulheres... Eu estive na Papuda inúmeras vezes, mas procurei dar muita atenção às mulheres presas na Colmeia. Desde o dia 8, que foi a manifestação; no dia 9, segunda-feira; na terça-feira, saí do Rio Grande do Sul, eu estava lá em recesso, era início de janeiro, e procurei me dedicar às mulheres, mães, avós, muitas avós, e o Senador Magno Malta sempre ali presente. Estive visitando, e essas visitas não eram visitas fraternais, eram visitas institucionais; nós, enquanto Parlamentares, íamos ali para fiscalizar, para controlar, para verificar se abusos estavam acontecendo ou maiores abusos, já que as próprias prisões, por si só, já são abusivas – eu falei isso já inúmeras vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estive lá com o meu amigo Marcel Van Hattem, que é incansável também nessa batalha. É preciso nós saudarmos aqueles valentes.

Meu amigo Marcel Van Hattem esteve sempre presente, junto, acompanhando, num momento difícil – não é, Van Hattem? – porque, no início de janeiro – está aqui o Deputado Coronel Meira –, vocês não tinham chegado à Câmara ainda, e nós, no início de janeiro, todo mundo... Nós, Deputados, tínhamos sido reeleitos lá no Rio Grande do Sul, mas muitos ainda instabilizados por um golpe, isso sim.

Isso é um golpe que o sistema manejou, e o sistema que nós temos enfrentado, um sistema pesado, duro... O Senador Marcos Rogério está aqui, e é um grande Parlamentar, um grande Senador, que eu cumprimento também. Vi aqui conosco também o Deputado Federal, pelo Distrito Federal, Paulo Fernando. Cumprimento a todos.

No início de janeiro, então, naquela instabilidade total, muitos Parlamentares estavam com medo de ser presos. Imaginem um Deputado Federal, um Senador da República, com medo de serem presos. E aí fomos para cima, iniciamos ali o esclarecimento... Quando nem os advogados tinham acesso, nós entramos nas celas e fomos para a imprensa, dizer: "Olha, estão acontecendo abusos". Eu conheço o sistema, afinal de contas, passei 25 anos na Polícia Federal. Conheço o sistema de dentro para fora e posso asseverar que estava acontecendo uma grande arbitrariedade. Foi um – até cheguei a dizer para a imprensa – *show* de horrores o que nós presenciamos no início de janeiro deste ano.

A imprensa ouvia narrativas que saíam do Ministério da Justiça, de Flávio Dino, e de um assessor dele, que era o interventor, chamado Cappelli. Eles é que estavam explicando para a imprensa o que estava acontecendo, e nós, cumprindo um dever constitucional... Afinal de contas, Parlamentares – sejam Senadores, sejam Deputados – têm um mandato e não podem, a menos que se declarem covardes e traidores... O que não é o nosso caso. Todos os que estão aqui são decentes. Temos o mandato, então tínhamos o dever de fazer fiscalização e levar para a sociedade brasileira como um todo, através da imprensa, através das nossas redes sociais, que uma grande arbitrariedade estava acontecendo no Brasil e que a democracia brasileira já não era mais uma democracia, mas uma semidemocracia, porque 1,5 mil pessoas presas, sendo flagrantemente 1,3 mil ilegais.

Eu ainda nem... Conversei inúmeras vezes com a Dra. Gabriela, amiga nossa. Ela é do Município de Santa Rosa, e eu sou de Santo Ângelo. São municípios vizinhos, 40 minutos de distância. Conheço o pai dela, o Sr. Miguel Ritter, um empresário de renome em toda a região. Nunca pisou numa delegacia, um homem que só soube trabalhar a vida inteira. Construiu um belo patrimônio, produto de seu trabalho, e está preso lá como se fosse um bandido. Não cometeu crime algum. O fato de ter invadido ou entrado dentro de um palácio, sem danificação e sem um resultado prático... A Dra. Emmanuela, que é defensora pública, sabe, as advogadas que estão aqui, a Dra. Carolina e a Dra. Gabriela, todas sabem: precisa-se de um resultado prático para haver o ingresso no Direito Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse a Dra. Emmanuela, o Direito Penal é a última razão. "Ah, mas entrou". O que é que ele quebrou? "Nada". Manda embora. Isso é o que deveria ter sido feito naqueles dias.

Quem danificou é criminoso, e isso é preciso separar. Sujeito que entra, que quebra, que, como nós vimos ali nas imagens... Quem comete crime é criminoso; é uma outra situação. Agora, o sujeito que entra com uma bandeira do Brasil, senta no chão e começa a cantar o Hino Nacional, cometeu algum crime? Claro que não! É preciso, no Direito Penal, um resultado finalístico, o que não tem.

Por isso tenho dito, desde sempre, que, à exceção das prisões em flagrante, com materialidade eletiva comprovada, com um auto de prisão em flagrante, e eu atuei em mais de 500 autos de prisão em flagrante, com autos de prisão em flagrante individualizados, não coletivos, não existe prisão em flagrante coletiva, como fizeram, não existe, isso é a maior arbitrariedade do mundo. Então, aquelas prisões em flagrante que aconteceram no dia 8, que são em torno de 260, ainda vamos discuti-las, se são legais ou não. Isso aí é o juízo que vai dizer.

Agora, as prisões acontecidas no 9 de janeiro são todas, e eu repito aqui, são todas ilegais e arbitrárias. Não há uma única prisão em flagrante ocorrida no dia 9 de janeiro que seja legal, porque, fora da situação flagrancial, a mais de 10km do local indicado como criminoso, pessoas sem materialidade eletiva alguma consigo, como disse a Senadora Damares, sem arma de fogo, sem arma branca ou qualquer tipo de instrumento que possa indicar a prática criminosa.

Então, nesse *show* de horrores que nós estamos presenciando ainda... Claro, o Parlamento tem aí uma parte de culpa, a Câmara Federal sendo negligente, o Senado Federal sendo letárgico, negligente e omisso... Não quer dizer que todos os Senadores, mas que a instituição poderia ter agido, e não agiu, isso é algo notório e pacífico.

Então, nesse sentido, nós vamos, no dia 3, e anuncio aqui em primeira mão: dia 3 de agosto, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, que eu, com muito orgulho e honra, presido, em 2023, nós faremos a nossa audiência pública lá. (*Palmas.*)

E já registro aqui, porque o autor é o Deputado Federal Marcel Van Hattem, eu sou coautor, e por estar na Presidência, fazendo a pauta, nós estabelecemos aqui que vai ser dia 3 de agosto. Estão todos... Não estou convidando, estou convocando: estão todos convocados, todos. Nós vamos inclusive buscar um auditório maior lá na Câmara Federal, talvez no Plenário 1 ou 2, para que todos aqueles... E vamos iniciar, combinando com o autor do requerimento agora aqui neste momento, Deputado Federal Marcel Van Hattem, vamos iniciar às 9 da manhã e vamos entrar noite adentro, para que todas as pessoas que quiserem falar, prestar depoimentos, prestem seus depoimentos. Não só ouvir Deputados e Senadores ou profissionais do Direito, vamos ouvir as pessoas... (*Palmas.*)

... como a Irmã Ilda. A Irmã Ilda vai estar nesse ato, convocada a ir lá no dia 3 de agosto. Nós vamos indicar o plenário para falarem. E isso aí vai ficar inscrito nos anais da Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos depois formalizar um documento. Serão ouvidos então todos aqueles que quiserem, que tenham relação direta com os fatos, não é? O objetivo é tratar sobre a questão do 8 de janeiro e 9 de janeiro. E eu digo não só 8 de janeiro; 9 de janeiro é um subtítulo que tem que começar a pautar também as nossas discussões. Oito de janeiro é uma situação; e o 9 de janeiro?

Como disse o Senador Mourão, a maior arbitrariedade do mundo aconteceu em 9 de janeiro no Brasil, um país que se diz, mundo afora, democrata, e nós sabemos aqui que ele não é democrata na sua inteireza, porque temos aí 1,5 mil pessoas presas de forma ilegal, porque não se tem prova de que cometeram algum crime.

Foro privilegiado, prezado Senador Magno Malta, foro privilegiado é uma opção dos cidadãos do Brasil. Eu optei por ter foro privilegiado quando eu quis sair da Polícia Federal e vim para a Câmara Federal na legislatura anterior. Eu optei por isso, porque, vindo para a Câmara Federal, como o senhor veio para o Senado, nós sabíamos que: "Ah, quer ser Senador? Quer ser Deputado? Muito bem, mas o senhor vai se submeter ao foro privilegiado, que não tem direito a recurso, que tramita e, dependendo da situação, em três meses, o senhor está julgado, condenado e vai para a cadeia", como foi o caso do Deputado Daniel Silveira, que, em quatro meses, tinha sentença e está cumprindo pena. Qual é o crime que ele cometeu? Nenhum. Não matou, não roubou. "Ah, mas criticou numa rede social". E aí? Quantos... Mais uma vez: o Direito Penal não é para situações de relevância criminal; Direito Penal é para última instância, para traficantes, para pedófilos, para latrocidas, para homicidas, para estupradores, para corruptos do dinheiro público, aqueles que botam o dinheiro em cueca e são flagrados com apartamentos cheios de dinheiro ou com malas de dinheiro, não para situações de críticas.

Então, eu optei pelo foro privilegiado quando vim para a Câmara, o Van Hattem também, a Senadora Damares também... O meu amigo Deputado Coronel Meira optou pelo foro privilegiado. Essas 1,5 mil pessoas não optaram pelo foro privilegiado. Logo, esses processos, na raiz deles – são vários processos –, esses processos todos estão eivados de vícios e precisam ser anulados imediatamente e devolvidos para o foro competente, que é o juízo federal de primeiro grau da comarca do Distrito Federal. Aí, um juiz federal... Federal porque o Senado é federal, a Câmara é federal, o Palácio do Planalto é federal e o STF é federal. Então, esse juiz federal tem que reiniciar tudo, através de uma denúncia oferecida pelo Ministério Público de primeiro grau, não é a PGR. A PGR é incompetente para denunciar essas 1,5 mil pessoas. Então, o MPF de primeiro grau vai denunciar ou não, achando o crime... De muitas situações ali não tem como se fazer denúncia, porque não tem crime. O juiz do Distrito Federal vai iniciar o processo, e aí nós vamos ter todo o curso probatório para que essas pessoas que não optaram por foro privilegiado e que estão lá, sendo julgadas pelo STF em primeiro e em último grau, sem direito a recurso, aí, sim, tenham direito de justiça.

Nós temos aí muitas coisas a serem consideradas, Senador Eduardo Girão, de abuso, de arbitrariedades, enfim, de um sistema que, em conluio, de forma covarde e ladina, se combinou para utilizar essa narrativa de golpe e fazer uma *blitzkrieg* contra aqueles que ousam ter uma fala diferente. Achavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos matariam, e não nos matarão, nunca, jamais nos matarão, porque, com essas ações, a direita, que tinha algumas divisões, se uniu. A mesma coisa que estão fazendo agora, porque o sistema, esse mesmo sistema... Porque o sistema, Senador Girão – para concluir –, às vezes, se apresenta como o STF, às vezes, se apresenta como Senado, às vezes, como Câmara... É uma situação pastosa, que não se consegue identificar, mas o sistema, com essas ações que imaginavam calar a direita no Brasil, ao contrário, agigantaram as pessoas de bem. Houve aí uma união nacional em torno da justiça.

É a mesma coisa que estão fazendo agora com o nosso ex-Presidente Bolsonaro, tornando-o inelegível por uma situação de irrelevância penal. Inclusive, eu apresentei um projeto de anistia na Câmara, agora, de coautoria do Deputado Marcel Van Hattem, do Deputado Coronel Meira e de outros Deputados, dizendo que ilícito eleitoral civil, que é o caso, não pode ser o suficiente para retirar um homem que teve 120 milhões de votos em duas eleições. Vamos deixar o povo decidir, como foi feito com Dilma Rousseff lá atrás, que foi para as urnas. Dilma Rousseff, lá em Minas Gerais, Cleitinho, ficou em quarto lugar. Os mineiros não quiseram a Dilma Rousseff. Bem, mas foram os mineiros que disseram, não o Poder Judiciário. Então, agora, a mesma coisa. No projeto de anistia que apresentamos, queremos que o Congresso dê a sua manifestação, fazendo com que o sistema não coloque inelegível e sem direitos políticos alguém que não cometeu crime algum.

No dia 3 de agosto, vamos ter um dia cheio e precisamos da presença dos Senadores no Plenário. Nós vamos mandar convite oficial, ou melhor, convocação oficial para que os Senadores, juntamente com os Deputados Federais...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Membros da CPMI também, não é?

O SR. SANDERSON (PL - RS) – Todo mundo! O dia inteiro! Aí, sim, teremos mais tempo para falar, para relatar.

Provavelmente, quem vai pagar lá na frente... Vi uma pergunta: quem é que vai pagar lá na frente? Sabem quem é que vai pagar lá na frente essa conta? S. Exa. o povo brasileiro, porque vai ser uma avalanche de ações por indenizações, que, ali na frente, serão demandadas na Justiça de primeiro grau, por dano moral, por dano material e, como o caso do empresário Miguel Ritter, por perdas e danos, por lucros cessantes – ele é um empresário fortíssimo lá na nossa região que, sem ter cometido crime algum, está aí apodrecendo na cadeia. Lamentável!

Eu o cumprimento mais uma vez, Senador Eduardo Girão.

A Câmara Federal, em especial a Comissão de Segurança Pública, tem um papel relevante, e vamos levar adiante esse papel para fazer com que a sociedade brasileira, como um todo... As pessoas de bem olham para o que está acontecendo e não gostam. Meia dúzia ali de três ou quatro, tendo interesse ideológico ou político, até podem achar engraçadinho o que está acontecendo, mas a grande maioria da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população brasileira, que são pessoas decentes, honestas e de bem, não quer aplaudir esse tipo de situação, que parte lá do STF, mas que conta com a anuência e com a omissão do Parlamento, porque, se o Parlamento não fosse omisso, uma audiência desta envergadura... Temos aqui uma dúzia de Parlamentares? Não era para estar cheio de Deputados e Senadores aqui? Então, isso tudo acontece graças a um conjunto de coisas: imprensa, Parlamento... E nós temos um papel, então, fundamental. A nossa responsabilidade aumenta de tamanho quando nós estamos diante de uma grande arbitrariedade, e o Senado, hoje, com esta audiência pública, cumpre o seu papel através de um homem corajoso e dedicado que é o Senador Eduardo Girão.

Parabéns a todos!

E contem sempre conosco lá na Câmara Federal. (*Palmas.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo brigado, Deputado Sanderson.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Senador Girão, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deputado Marcel Van Hattem, só um... O senhor vai precisar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu precisarei me ausentar e eu não sei se eu consigo voltar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não sei se V. Exa. me permitiria, a menos que tenha alguém com mais urgência...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Marcos Rogério vai ter que viajar agora, e, aí, o Senador Cleitinho...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, eu abro mão e, se eu conseguir, no retorno do meu compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Isto aqui vai até de noite, isto aqui vai até tarde da noite!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu, sem dúvida, abro mão, pela urgência dos demais, mas já alerto que, infelizmente, terei de sair agora e, talvez, leve um pouco mais de uma hora para retornar.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tranquilo, tranquilo. Eu lhe agradeço demais.

Primeiro, Deputado Sanderson, muito boas suas colocações, Presidente da Comissão de Segurança Pública lá da Câmara dos Deputados, fazendo um grande trabalho para o restabelecimento da verdade e da justiça.

Senador Marcos Rogério, só um detalhe: o Deputado Sanderson e o Deputado Marcel Van Hattem são do Rio Grande do Sul, e estava aqui também o nosso querido Mourão; e tem uma coisa que liga vocês três a nós três aqui que é a BR-116. (*Risos.*)

Senador Marcos Rogério, muito obrigado...

O SR. SANDERSON (PL - RS) – E o amor pelo Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor tem a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Girão, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, quero cumprimentar as advogadas e os advogados que aqui estão e os familiares também, que estão participando desta audiência pública que reputo da maior importância.

É uma pena que a cúpula da CPMI não esteja aqui para poder acompanhar esta audiência pública no dia de hoje, Senador Cleitinho, que se revela da maior importância.

E aqui já começo as minhas ponderações observando, à luz do que foi trazido aqui especialmente pelas advogadas, violações de prerrogativas da própria advocacia. E, hoje, quando estava almoçando com o Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição, e o seu pai foi Presidente da Ordem lá no seu estado de origem, Rio Grande do Norte, nome respeitado no seu estado e também nacionalmente, em razão dos seus familiares, eu dizia a ele: "Diante de todas essas ofensas, a gente não tem observado da casa-mãe da advocacia, um posicionamento mais contundente em defesa do papel da advocacia". Defender a advocacia é defender o Estado de direito, é defender a própria democracia! Hoje, estou fazendo esta fala aqui apenas para poder sublinhar que isso não tem passado ao largo da visão daqueles que são observadores e amantes desta categoria tão importante à sociedade brasileira.

Eu já me peguei emocionado com as emoções que tivemos aqui hoje, mas eu vou procurar fazer uma fala absolutamente desapegada de emoção. Eu sei que isso é um drama para as famílias, e há advogados, inclusive, que estão também com essa mesma emoção em razão de ver perpetuarem por tanto tempo injustiças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vivemos um apagão de garantias no Brasil. Eu tenho denunciado isso já há algum tempo. Eu já vinha há tempos atrás, muito antes de 8 de janeiro, muito antes dessas manifestações todas, denunciando da tribuna do Senado Federal abusos, atropelos que estão se materializando de maneira mais escandalosa agora, mas na verdade o que nós estamos vendo hoje foi a relativização ao longo do tempo daquilo que não se podia relativizar!

Permitiram inicialmente, porque era uma coisa menor. E, de repente, hoje, diante de uma situação maior e de maior gravidade, não há institucionalmente uma postura de enfrentamento, porque se flexibilizou na origem. Enquanto estavam batendo, às vezes, na casa do vizinho, ninguém deu bola para o que estava acontecendo, e, hoje, nós estamos vivendo este drama.

Para mim aqui – e a gente tem que procurar observar tudo isso sem se afastar da empatia, mas, ao mesmo tempo, é preciso fazê-lo –, talvez o dano mais grave que nós estejamos presenciando agora, e falo isto com muito cuidado, não seja o que está acontecendo apenas com essas pessoas que estão presas lá; isso é um dano, isso é uma agressão, isso é uma tortura, mas é o dano ao Estado de direito.

Quem fez Direito no passado – não faz muito tempo que fiz, depois segui o mestrado, agora estou no doutorado – talvez tenha que parar para esperar essa janela temporal para lá na frente reestudar tudo o que nós aprendemos ao longo do tempo, porque não serviu para nada – porque não serviu para nada! Tem alguém dizendo que a lei sou eu, que a Constituição sou eu, porque...

Hoje eu estava refletindo e revisitando uma frase que há um tempo eu citei numa ocasião e hoje eu fui revisitar a história por trás daquela frase: "Ainda há juízes em Berlim". No Brasil, tem muita gente perguntando, mas não afirmando: ainda há juízes no Brasil? É claro que nós temos, eu não estou fazendo generalizações. Eu estou dizendo que, diante de agressões ao direito, diante de agressões, violações aos direitos humanos, às prerrogativas profissionais... A Casa Maior da Justiça brasileira não é formada, não é composta por apenas um, lá tem onze. E, às vezes, a violência de um, quando silenciada pelos demais, acaba se tornando a violência da própria Casa Maior da Justiça brasileira.

Falo isso com muita tristeza, porque eu sou um defensor do Estado democrático de direito, sou um defensor das instituições. Defendo o Supremo Tribunal Federal, defendo o Poder Executivo federal, defendo o Parlamento, o Congresso Nacional, a Câmara, o Senado! São instituições da República! Podemos ter membros do Parlamento que não cumprem o seu papel como deve ser, que, às vezes, usam o mandato para fins pessoais e outras coisas mais, que mancham a história do Parlamento, mas o Parlamento não deve ser julgado e condenado por esse. Da mesma forma, é o Judiciário; da mesma forma, o Executivo federal. O que nós estamos vendo hoje é algo que nos entristece muito.

A história do Direito no Brasil vai ter que revisitar este tempo, e vai ser difícil explicar para as próximas gerações de advogados o que aconteceu neste tempo: o apagão constitucional, o apagão legal, o apagão das tradições jurídicas, o apagão da segurança jurídica, o apagão do juiz natural... Onde é que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parar o juiz natural? O preso que não tem contato com o seu julgador, que não é ouvido pelo seu julgador. O que é isso?! E aí vêm com a narrativa – e eu estou usando o termo narrativa, porque é isso que significa...

E olhem: não sou defensor de criminoso e disse isso na CPMI, recentemente. Quem invadiu prédios... E aqui divirjo um pouquinho de um colega, que falou agora há pouco, quando ele disse assim: "Ah, nem todos que invadiram prédio deveriam estar presos". Não. Todos que invadiram prédio cometeram crime. Agora, em que medida? Em que medida? Onde ficou a individualização da conduta? Porque invadiram, houve o estouro da boiada. Eu não tenho dúvida de que isso aconteceu, e as imagens do dia 8 estão a revelar. Parecia algo extremamente preparado, e muita gente foi ali no vácuo. É o famoso estouro da boiada. Agora, é preciso a individualização da conduta. Houve muitos dentro dessas instituições que, quando a gente olha para os vídeos, a gente vê lá fazendo apelos para que não quebrassem, fazendo apelos para que não destruíssem. E aí vão julgar e condenar esses do mesmo jeito que estão condenando aqueles que foram criminosos contumazes?! Não dá! Não dá! Isso não é Estado de direito, isso não é garantir validade à Constituição Federal, à norma penal.

Outro aspecto: eles estão trabalhando a tese de que era um movimento golpista, que começou lá atrás; que esse golpe foi ensaiado, orquestrado; e que o 8 de janeiro era o ápice do golpe. Golpe sem armas, golpe com Bíblia, golpe com Hino Nacional, golpe com orações! Que golpe é esse?! Golpe sem força?! Golpe de narrativa! Esse é o golpe! Golpe de narrativa!

Aí você vai para a legislação, art. 359-T do Código Processo Penal, que vai dizer, com muita clareza:

> Não constitui crime [...] a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política [...].

Vale ou não vale?! Está na norma, mas, porque querem sustentar uma narrativa, fazem vista grossa ao que ela diz. Não precisava nem ter o 359-T do Código de Processo Penal, porque a Constituição Federal assim assegura.

Agora, ninguém pode mais questionar: "Não, o sistema de votação é imaculado, ele não pode sofrer críticas, nada disso". O que é isso?!

E aí querem criminalizar pelos atos golpistas aqueles que invadiram e aqueles que estavam nos acampamentos.

Então, vamos lá, vamos colocar os generais também no banco dos réus, porque permitiram que ficassem no acampamento. Então, vamos colocar os governantes de plantão do Governo passado e do Governo presente também no banco dos réus, porque nada fizeram para desfazer o motim. Ora, se cometeram crime aqueles que estavam lá nessa sanha golpista, também aqueles que por não cumprirem o dever de proteger deixaram de agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas que estavam... E eu fiz um pedido de informação às três Armas com relação à estadia, à manifestação dessas pessoas lá. Na verdade, nem precisa, é público. Eles estavam lá acobertados por uma decisão do Alto Comando, tanto que houve tentativas de retirá-los de lá e, enquanto estavam pacificamente se manifestando, não foram retirados. Agora, se os vingadores da República querem punir todos eles de maneira indiscriminada, no atacado, ora, então, têm que punir também aqueles que deram guarida, guarnição, proteção para que lá estivessem, senão é justiça seletiva!

E aí eu pergunto: o Ministério da Justiça fez o quê? Até o dia 8 já tinha novo Governo. Agiu? Não agiu nem no dia 8.

Eu estou falando isso aqui, Sr. Presidente, não é para dar abrigo a quem cometeu crime. A minha fala... Muita gente não concorda com a maneira como eu me posiciono em relação a isso. É preciso separar o joio do trigo, quem cometeu crime de quem não cometeu, e vou além: é preciso também, dentro da individualização de conduta, separar aqueles que, ainda que tenham cometido o crime, em que medida... Para justificar uma segregação tão prolongada – e digo até desnecessária –, porque, numa audiência de custódia, a depender da conduta praticada, já deveriam ter sido liberados. Aliás, não passaria de uma transação penal a maioria dos casos daqueles que estavam nessa situação, com as exceções, obviamente, daqueles que realmente praticaram atos que são criminosos.

Então, eu queria aqui deixar registrada a minha fala no sentido de dizer que cabe a este Senado da República, seja através do instrumento próprio que temos, que é a CPI – que está investigando –, fazer a devida investigação e cobrar providências, mas eu entendo que, como Casa, como instituição da República, cabe a cada um de nós, cabe a este Parlamento cobrar e fazer valer as garantias constitucionais.

Repito, a injustiça que se comete contra muitos daqueles que estão lá – e não digo todos, porque muitos cometeram crimes graves –, mas a injustiça que se comete contra eles esconde uma mancha que vai nos perseguir por muito tempo, que é a ofensa ao Estado de direito, que é o apagão de garantias, que é a invalidade, a invalidação da Carta da República e da nossa legislação penal.

Então, desejo sucesso aqui aos patronos, às advogadas, aos advogados, à defensoria, que cumpre um papel muito bonito nesse processo todo, e, da minha parte, naquilo que as nossas forças permitirem dentro deste Parlamento, contem com a nossa voz, contem com a nossa atuação aqui dentro para fazer essa defesa, que é a defesa do Brasil e dos brasileiros de bem.

É preciso fazer justiça, mas não podemos permitir que haja um movimento de vingadores da República, que é isso que nós vemos hoje e é lamentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu que agradeço. Nós que agradecemos, Senador Marcos Rogério, um Senador supercomprometido com o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correto e que tem feito aqui também um trabalho incansável pela justiça, pelo restabelecimento da democracia no Brasil.

Eu quero antes, porque o senhor vai pegar o voo agora, dar uma ótima notícia a todos vocês e o Senador Marcos Rogério precisa estar aqui para ouvir.

Eu acabei de receber aqui a confirmação de que nós iremos levar uma denúncia ao Comitê dos Direitos Humanos da ONU. (*Palmas.*)

O Embaixador já tem data marcada da audiência lá em Nova Iorque. O Embaixador Sérgio França vai acompanhar essa comitiva do Brasil, que será no dia 21 de julho. Os Parlamentares que puderem acompanhar e os brasileiros que puderem ir, será no dia 21 de julho, às 10h45min, horário lá dos Estados Unidos. Nós iremos levar um grupo de Parlamentares e de advogados que quiserem ir, que puderem ir. A gente vai estar lá. Vai dar certinho, porque é o recesso nosso aqui. E a gente vai estender o nosso trabalho para essa agenda lá.

Então ficam convidados os brasileiros que puderem estar conosco nesse dia. Está robusta a documentação.

Eu peço ao Deputado Paulo Fernando, que está aqui, e aos Senadores que estão aqui que repercutam entre os colegas para ver quem pode assinar o documento. Mesmo que não possa ir entregar pessoalmente, que possa assinar o documento. Esse documento está com a Aléxia Portugal, que está ali e está fazendo esse trabalho. É só pegar esses dados e passá-los, para a gente levar com o máximo de assinaturas possível de Parlamentares nesse documento.

Senador Marco Rogério, muito obrigado, mais uma vez, pela sua participação.

Só lembrando a V. Exa. que tem, como o senhor falou aí, uma nota. Houve uma nota, na realidade, Carolina. Eu acho que houve uma nota das Forças Armadas dando guarida. O senhor está certo. Isso está passando despercebido. Houve uma nota das Forças Armadas – Aeronáutica, Exército e Marinha –, colocando que as pessoas poderiam ficar, sim, naquele momento. Olha só! Olha que era constitucional. Então realmente tem essa situação. E tem duas pessoas... Eu fui informado aqui que tem duas pessoas em situação vulnerável, em situação de rua, que estão lá. Foram presas duas pessoas em situação de rua que não tinham nada a ver com a situação. Olha a que ponto nós chegamos com relação a isso. Não dá para entender. Realmente não dá para entender.

Senador Cleitinho, o senhor tem a palavra, que lhe passo aqui, pedindo a paciência do Dr. Armando Sobral Rollemberg, que vai ser o próximo a falar. Passo-lhe a palavra, porque o senhor vai ter também que decolar daqui a pouco.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto sempre de falar com toda humildade que eu não tenho mestrado, não tenho doutorado, mas sigo a Constituição; mas o que eu mais sigo é a Bíblia. E a Bíblia sempre é atual. Eu queria ler para vocês aqui: "A justiça é posta de lado e o direito é afastado. A verdade anda tropeçando no tribunal e a honestidade não consegue chegar até lá. A verdade desapareceu e os que procuram ser honestos são perseguidos".

A Bíblia é totalmente atual. E eu sigo a Bíblia, Presidente, pelo seguinte: porque a Bíblia tem lá Jesus Cristo. Jesus Cristo para mim não foi de direita, não foi de esquerda, não foi de centro. Jesus Cristo foi justo, e o que eu mais tento ser no meu mandato aqui é ser justo, principalmente combater a injustiça. O que a gente sabe que está acontecendo aqui essa injustiça total, com milhares de brasileiros, mas sendo justo também, a gente sabe que certo é certo e errado é errado. Quem quebrou vai ter que pagar.

Essa tal de Ana Priscila não é de direita, ela não representa a direita. Ela tem que ser convocada, até porque ela falou que missão dada é missão cumprida. Então, ela vai contar para a gente quem mandou dar a missão. Ela precisa contar para a gente. (*Palmas.*)

Este país nosso está virando de cabeça para baixo. Parece que tem que ser errado, tem que ser errado. Não. Errado é errado e ponto. A gente tem que afastar o errado.

E aí o que acontece? Por que eu estou falando isso? Como é que a justiça está sendo neste país aqui? Vocês viram a situação do final de semana agora dos torcedores brigando? Isso não é torcedor, é bandido. Torcedor vai para torcer, não vai para brigar. Aí um cidadão vai lá, arremessa uma garrafa, mata a moça. Ele é suspeito, está suspeito, mas já soltaram ele. Ele já está solto. Aí quem está com a Bandeira do Brasil, está com a Bíblia, está preso.

Aí um político que rouba e poderia pegar 400 anos de prisão – quer dizer, ele tinha que ressuscitar umas três vezes e estaria preso. Ele está solto e fazendo *live*, falando lá no Rio de Janeiro de turismo. Esse cretino está solto. O fulano que colocou dinheiro na cueca está solto – e é político, tem mandato! É Líder do Governo. Aí o cidadão que está revoltado com esse político, porque roubaram dele, e vai se manifestar – porque a manifestação está na Constituição. É liberdade de expressão, podemos manifestar – está preso. Então, é isso que a gente precisa mudar neste país aqui.

E agora eu queria chamar a atenção do Senado, chamar bem a atenção do Senado, porque... O que está acontecendo? Muito disso, com todo respeito aos nossos ministros, vem do STF. Aí um ministro ontem, em uma fala totalmente infeliz, fala que derrotou o bolsonarismo. Hoje o Presidente do Senado, que é o Rodrigo Pacheco, que representa a instituição, repudiou a fala dele e disse que ele tem que se retratar.

Então, eu queria falar para os Senadores aqui que uma sugestão para o Presidente e para nós é que nós devemos convocar esse ministro para estar aqui. Ele tem que estar aqui para poder se retratar. (*Palmas.*)

E tem uma coisa: ele já se retratou, ele já veio falar que se retratou dizendo que ele quis dizer da eleição, que ganhou no voto. Aí eu faço uma pergunta para essa excelência, para esse ministro: ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torcedor ou jogador? Ou ele é ministro? Tinha que ser imparcial, não é isso? Ele é jogador, torcedor ou ministro?

Então, eu acho que agora o Senado tem que começar a ter atitude. E eu falo por mim. Eu tenho atitude. Eu não tenho medo, não. Eu não tenho o rabo preso. Eu não tenho nada! O rabo preso que eu tenho é com o povo que me colocou aqui, com Deus e com a minha consciência. Devo para eles. (*Palmas.*)

Eu não entrei na política para fazer mal para ninguém. Que fique claro isso. Não entrei aqui para prejudicar ninguém. Meu coração é puro e justo, mas eu tenho que ser justo. O Pai do Céu é justo. E eu tenho que fazer o que a minha função me manda fazer: legislar, fiscalizar e representar.

E o Senado tem a competência de fiscalizar o STF. Então, se está tendo militância deles, política, como o Ministro acabou de fazer, cabe a nós convocá-lo aqui, e ele vai ter que falar se ele é torcedor, ministro ou jogador. (*Palmas.*)

Chegou a hora de a gente mudar a história deste país aqui. E eu estou aqui para fazer isso, com todo o respeito. Nem conheço ele. Não tenho nada contra ele. Mas é a minha função, a minha prerrogativa. Somos nós quem sabatinamos.

Não fomos nós quem sabatinamos um que vai entrar agora, que é advogado do atual Presidente? Eu votei contra.

Então, eu não tenho rabo preso. Sou independente. Falo novamente: meu rabo preso é com o povo. Estou aqui pelo povo.

E eu queria falar para todos os patriotas, para todos os conservadores, para os de direita: eu, quando estou num navio, vou até afundar. Vocês podem contar comigo até afundar. Se afundar, estou com vocês! Estou nesta aqui agora e vou até o fim. Vocês podem ter certeza de que vocês não estão desamparados.

E outra coisa que eu queria dizer aqui, para acalmar o coração de todo mundo: você conhece a Bíblia muito bem, você sabe que, em várias nações, em vários governos que teve... Teve Moisés e Moisés não conseguiu entrar na terra prometida, mas apareceu Josué para entrar na terra prometida. Então, vai ter muitos josués ainda, vai ter muitos davis, vai ter muitos governantes justos para mudar a história do país.

E eu estou aqui para mudar a história do país! Eu não vim aqui para brincar, não! Eu vim aqui para deixar o meu nome na história do país! (*Palmas.*)

Eu quero falar isto para toda a população brasileira: eu sou de todos. Eu sou do cidadão do bem. Todos que pagam impostos são meus patrões. Eu trabalho para todo mundo.

E o que mais me dói nessa história toda é: neste país, gente, o que vai acontecer? Esses vão entrar contra o Governo, porque eles têm que entrar, os advogados deles, para serem indenizados. E sabe o que vai acontecer, gente? Quem vai pagar a indenização é o próprio povo. São eles mesmos que vão pagar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indenização. Essa turma que está fazendo essa injustiça não vai pagar nada, vai continuar recebendo o seu salário rigorosamente em dia.

Então, eu quero falar para toda a população brasileira e para essas pessoas: vocês não estão desamparados! Eu vou com vocês até o fim!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senador Cleitinho, de Minas Gerais.

Eu queria lhe dar uma informação, já que o senhor voltou a tocar neste tema da frase, no mínimo infeliz, do Ministro Luís Roberto Barroso: no ano passado, antes de o senhor chegar aqui, a Comissão de Segurança, Transparência, Fiscalização e Controle aprovou um requerimento. Nós fizemos cinco sessões em que chamamos os Ministros do Supremo. Nenhum veio. A gente não tem o poder de convocar para a sessão, mas nós convidamos exaustivamente. Um deles foi oi Ministro Barroso. Para ir para eventos lá em Lisboa, lá em Oxford, eles vão. Mas, aqui, onde eles são sabatinados, esquecem, onde eles têm que ser fiscalizados por nós. Mas vai chegar o dia. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

O senhor é autor de uma audiência pública, que vai acontecer no segundo semestre, que nós aprovamos ontem, sobre a questão da descriminalização, Senador Magno Malta, do porte de drogas no Brasil.

No STF, está marcado para o dia 2 de agosto para legislar sobre esse assunto, que é uma competência nossa. Nós somos eleitos pelo povo para isso. Mas você sabe quem foi que votou? Porque já tiveram três votos para liberar o porte de droga.

O Luís Roberto Barroso votou, enquanto que, em 2004, ele fez palestra...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele era o advogado da Marcha da Maconha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele era o advogado da Marcha da Maconha e fez palestra para legalizar a maconha no Brasil, a droga da maconha, que a gente sabe que não é nada inofensiva. Ele fez, em 2004, palestra. No mínimo, quem entende de direito sabe, deveria se declarar suspeito, impedido, de fazer uma votação de algo que ele é militante, ativista.

Então, não é de hoje essa militância, esse ativismo judicial, e que a verdade possa prevalecer nesta nação.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente só para... Se puder chamar o Bruno, porque a gente vai embora junto, o Deputado Estadual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, Deputado, muito obrigado pela sua presença.

Deputado Bruno Engle, fique à vontade aqui em estar conosco no Senado.

Obrigado.

O SR. BRUNO ENGLER (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Eduardo Girão.

É um prazer enorme, uma honra estar aqui participando com os senhores.

Sr. Presidente, eu quero aqui, de maneira muito breve, fazer um apelo pela nossa democracia, mas pela verdadeira democracia, porque a democracia pressupõe a garantia de direitos e liberdades individuais. A democracia pressupõe que o Judiciário vai individualizar a conduta de cada indivíduo, que não vai, simplesmente, fazer uma prisão coletiva. A democracia pressupõe que os advogados tenham acesso aos autos dos processos sobre os quais eles devem atuar ao defender os cidadãos brasileiros. E, infelizmente, a nossa democracia, em diversas oportunidades, tem sido atacada por pessoas que dizem defendê-las. E, nesse ponto, a gente clama pela atuação do Senado Federal, para que pessoas possam ter a coragem de V. Exa., do Senador Cleitinho, do Senador Flávio Bolsonaro, do Senador Magno Malta e da Senadora Damares Alves, para, de fato, se posicionarem e cobrarem, porque a nossa democracia prevê um sistema de freios e contrapesos, mas está precisando de mais freio. A gente está vendo um trem descarrilhado, passando sobre direitos e garantias, e poucos têm a coragem de se posicionar para travá-lo.

Eu me pergunto que democracia é essa em que Parlamentar tem que ter medo de falar?

Antes de eu vir aqui, muitas pessoas que gostam de mim, que me querem bem, falaram: "Olha, Bruno, cuidado com o que você vai falar lá". Eu, o Deputado mais votado da história da Assembleia, com mais de 600 mil votos, como convidado aqui no Senado Federal, tenho que ter medo do que que eu vou falar? Tenho que ter medo de expressar a minha opinião, o que eu acho? Ora, que democracia é essa? Que democracia é essa em que um Ministro do Supremo Tribunal Federal vem a público, ao lado do Ministro da Justiça do atual Governo, dizer: "Nós derrotamos o bolsonarismo". O mesmo Ministro que anteriormente havia dito que eleição não se ganha, se toma. E a gente não pode questionar, tem que pisar em ovos para questionar, tem que ter medo do que vai ser dito.

Quem tem a prerrogativa de fiscalizar, de impedir abusos de ambos os Poderes, não só do Poder Executivo, mas também do Poder Judiciário, é o Senado Federal.

Por isso eu venho aqui, em nome dos mais de 600 mil mineiros que eu represento, fazer esse apelo à V. Exa.: que o Senado possa exercer o seu papel para garantir, de fato, a nossa liberdade e a nossa democracia e, como eles tanto gostam de dizer, também, de violar o Estado democrático de direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado ao Deputado Bruno Engler, um jovem idealista que tem feito esse trabalho na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Eu não sei se o senhor sabe, mas eu tenho uma admiração muito grande pelo seu estado – e, inclusive, sou mineiro, porque eu recebi o título de cidadão de Pedro Leopoldo, pelos filmes que eu tive a bênção de produzir do Chico Xavier, que é um grande... considerado o mineiro do século por uma votação que teve lá.

Por falar em idealista, tenho aqui Lucas Pavanato, uma pessoa extremamente comprometida, também, com a liberdade, com a democracia, com valores, princípios, e que tem combatido o bom combate em São Paulo. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

Eu vou passar a palavra... Senador Magno Malta, o senhor a pediu agora?

Mais uma vez aqui eu peço desculpa ao Sr. Armando Sobral Rollemberg, que está tendo muita paciência, mas o Senador Magno Malta pediu, aí, depois, eu já passo para o senhor.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queridas advogadas, advogados, companheiros de presídio, companheiras de Colmeia, companheiros de Papuda, nossa querida irmã Ilda, símbolo de tudo isso, de madrugadas indormidas, dando voltas no QG, crendo num milagre da parte de Deus, com a sua Bíblia, com a sua BS de 66 tiros... porque a Bíblia tem 66 livros, não é? Então, é uma BS, é uma arma poderosíssima na mão de todo aquele que crê, é a nossa regra de fé e prática. Ter a senhora conosco, sem dúvida alguma, nos anima e nos fortalece, para que não percamos o ânimo nunca, nem a esperança, e mantenhamos a nossa confiança em quem nos deu a promessa – em quem nos deu a promessa.

Cumprimento aos familiares que estão aqui de alguns que já estão soltos, de tornozeleira. Em 2005, como Senador aqui, na CCJ, Deus me deu uma inspiração, e foi em 2005 que eu aprovei a tornozeleira eletrônica. Sou o autor dela, porque sem tornozeleira eletrônica eles estariam segregados hoje, Armando Rollemberg. Não teriam saído sem a tornozeleira.

A minha intenção não foi que ela fosse usada para a injustiça, mas para fazer justiça, justiça de impedir que alguém se tornasse um criminoso, um bandido. Um sujeito que desavisadamente bebeu um gole de vinho na casa de um amigo e achou que podia dirigir até o outro quarteirão, e acabou atropelando alguém, uma fatalidade, virou um bandido, caiu no presídio. Ele não precisava do presídio, ele precisava de colocar a tornozeleira, voltar para o trabalho dele, retratar-se do erro que fez, quem sabe voltar a estudar, tomar conta da família dele, mas não é criminoso. Não é criminoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, não! As pessoas, depois de que foram colocadas no estômago do elefante, em que cabe tudo, de crime de incitação a crime de terrorismo, é que elas receberam voz de prisão, "teje preso" – primeiro, foram levadas para uma emboscada.

Isso é pior ainda, alguém ser levado para uma emboscada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Fizeram com os judeus, os nazistas fizeram com os judeus isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Os nazistas fizeram isso com os judeus, levavam-nos para uma emboscada.

Bem, todo mundo sabe da nossa luta com essa CPMI, todo mundo sabe que ninguém quer.

Bom, se eles acham que houve crime de terrorismo, teriam que ser os primeiros a liberar as imagens, para provar que os terroristas estavam lá! Porque de terrorismo eles entendem bem, porque inocentaram Cesare Battisti...

Parece que, hoje, estamos falando da mesma pessoa. Já recebi aqui – de três advogados, dois amigos e uma que advoga para mim, em uma ação do Ministro Luís Roberto Barroso contra mim – que eu não falasse nada, que eu ficasse calado porque, senão, ele ia se exaltar com a minha fala, ia complicar o meu processo. Pois que complique, porque a minha boca ninguém vai calar.

Vou ler a nota, Senador Flávio Bolsonaro, do Presidente Pacheco. Vou ler a nota, dirigindo-me ao Presidente Pacheco, que é o Presidente de todos. Não foi eleito com o meu voto, votei no Marinho, mas assim é a democracia. Ao ser eleito, ele toma posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal... Digo, do nosso Senado Federal, que, realmente, tem supremacia na relação dos três Poderes, nas divisões de Poder, mas tendo uma certa relação entre si, coube ao Senado dar o freio ao Supremo Tribunal Federal – mas não o faz, acovarda-se, ajoelha-se, amedronta-se!

Muitos Senadores não estão aqui e Deputados Federais. Eles gostariam, mas, mesmo com a envergadura de Deputado Federal, com a envergadura de Senador da República, eles estão amedrontados, com medo de falar uma frase, de falar uma palavra e ofender os supremos dos supremos; e eles, então, se revoltarem e, então, criarem crimes, desenterrarem crimes, sei lá o que...

Mas esse tipo de conselho a mim não serve para que eu me esconda atrás da parede. Eu tenho um senso aguçado de justiça. Medo eu conheço de ouvir falar. Nunca fui apresentado. Por isso, ocorra o que ocorrer, há uma vontade permissiva de Deus e um domínio dele sobre tudo e todos! Nada que venha me acontecer acontecerá sem que tenha a vontade permissiva de Deus.

Assim, diante do discurso inflamado do jovem da UNE, Roberto Barroso, um garoto inflamado, um garoto secundarista, com um microfone na mão, à la Lindbergh, discursando, fazendo bravatas, conta todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o plano dele, desde 1964, as conquistas dele. E o Presidente da Casa diz, para minha felicidade, "não é o discurso que eu gostaria, mas..." Só de ouvir isso do Presidente da Casa, acho que avançamos.

"Recebi diversos telefonemas de Senadores e Senadoras sobre a fala de Barroso. E desse púlpito, recentemente, eu me solidarizei com o Ministro Luís Roberto Barroso quando foi atacado pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro". Jair Bolsonaro nunca atacou Luís Barroso na sua honra. A discordância de atitudes e atos é ofensiva. E tem uma coisa: quando você toca no nome de um ministro aqui, no Brasil, eles levam para o geral 'atacou a Suprema Corte'". Você falou no nome de um, "atacou a Suprema Corte". Discordou da atitude de um, de uma decisão de um, "atacou a Suprema Corte". Não! A atitude de um... Ele disse "eu me solidarizei..." Jair Bolsonaro discordou das atitudes do Ministro Barroso, das suas falas, enfrentou as suas falas, mas nunca fez um ataque vil à sua honra, à sua dignidade. Pelo menos, eu não vi, não li e não sei onde está. Mas o nosso Presidente Pacheco diz que defendeu o Luís Roberto Barroso quando foi atacado pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro. Aliás, acho que ele não devia falar isso, porque Pacheco também não pode provar isso, que ele viu algum ataque pessoal de Bolsonaro. Muito pelo contrário, Bolsonaro, para ele, foi um grande amigo para ele se tornar Presidente desta Casa pela primeira vez. Bom, pão comido é esquecido, não é? "... tão inadequado quanto o ataque sofrido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, por quem aqui manifesto meu profundo respeito..." A nota é até boa, mas fala pisando em ovos. "... também foi muito inadequada, inoportuna e infeliz a fala de Barroso no evento da UNE a uma ala política à qual eu não pertenço, mas que é uma ala política", disse, acertadamente, o Presidente Pacheco.

Pacheco disse torcer para uma reflexão e, eventualmente, uma retratação no alto da sua cadeira de ministro do STF. Ele já se retratou dizendo que ali ele estava como cidadão, não como ministro.

Mamãe, me acode!

Então, quando alguém toca no nome dele, atacou a instituição, mas, quando ele faz o discurso dele e ataca, quando ele chama as pessoas que vaiaram de bolsonaristas, num tom ofensivo, é porque ele é lulista, ou por que quem é lulista é democrático, é leal, é decente e ama o país e quem é bolsonarista é criminoso? Fica muito claro fazer a leitura dos discursos do ministro, que em outubro será empossado Presidente daquela Corte, o Supremo Tribunal Federal.

Agora chamo a atenção dos Srs. Senadores: nós vamos botar o galho dentro? Nós vamos nos acovardar agora, diante de tanta barbaridade? Ele já foi convidado, fez de conta que não foi; já foi convocado, fez de conta que não foi.

Lembro que, assim que ele foi empossado, ele fez uma palestra nos Estados Unidos e deu uma declaração: "A Constituição do Brasil é boa, mas faltam alguns reparos que o Supremo vai fazer." Isto me intrigou naquela época: "...o Supremo vai fazer." Reparem: Constituição se faz com uma PEC ou com uma Constituinte. Ou estou errado? Já me chamou a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E depois os reparos começaram a vir, os reparos monocráticos, os reparos autoritários começaram a acontecer, e hoje nós vivemos num país onde o Presidente Bolsonaro sempre chamou de "quatro linhas da Constituição"... "Eu jogo nas quatro linhas", dizia fazendo uma analogia no país do futebol, só que ele não sabia que o jogo era de várzea, que o pessoal jogava sem chuteira, não tinha marcação, tinha chovido, campo de lama, não tinha nada de quatro, não tinha quatro linhas. Então, vejamos nós: o que esse...

Aqui o Supremo já respondeu com uma nota dizendo que era um ambiente... Diz o Supremo, a nota do Supremo defendendo o Ministro Barroso: "O Ministro Luís Barroso, o Ministro da Justiça e o Deputado Federal Orlando Silva..." Este último eu já defendi quando era Ministro do Esporte e comprou uma tapioca com cartão corporativo. Eu o defendi porque achei muito pouco R$8. Eu o defendi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Diga-se de passagem que é o mesmo do PL da censura, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É ele, é o mesmo. Então é o trio ali que...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Bom, para um breve...

No congresso da UNE: para uma breve intervenção sobre autoritarismo e discurso de ódio – eles inventaram essa também agora. Você fala em Brasília, é autoritarismo; você canta o Hino Nacional, é discurso de ódio; você fala que as pessoas são inocentes, são patriotas, e dizem que não, que são terroristas, fazem discurso de ódio.

O que eu estou fazendo aqui agora... Eu posso ser processado amanhã, dá até uns três processos aqui por discurso de ódio. E diz respeito à Suprema Corte, o que acelera meu processo do ministro contra mim. Mas eu não nasci para semente, eu não nasci para semente, um dia eu vou passar e o que tiver que acontecer comigo... Se João Batista tivesse tido medo de perder o pescoço, nós não estaríamos aqui. Então não é o medo que vai me acovardar.

Este ano o CNJ pediu a aposentadoria de mais de dez ministros, juízes, por terem feito manifestação política, inclusive de um desembargador. Eu quero pedir à minha assessoria que oficie, por favor, ao CNJ para que informe quantos juízes foram mandados para a aposentadoria por causa de manifestação política. Ali está um, mandado para a aposentadoria por manifestação política. O CNJ votou. Por favor, minha assessoria, vamos protocolar ainda hoje, porque tudo...

Alô, CNJ! Eu estava sentado na CCJ quando nós criamos o CNJ e o Conselho do Ministério Público, tão somente com uma função: julgar atos éticos ou não éticos, atos comportamentais de magistrados, mas se tornou um poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou oficiar esse poder sobre quantos juízes foram mandados. Quem sabe chegou a hora, CNJ, de vocês aposentarem o Ministro Barroso por manifestação política? (*Palmas.*)

Se não o fizer, Presidente Pacheco, o apelo, em nome da sociedade brasileira e da democracia que vocês dizem tanto gostar, nós entraremos e eu assino, já temos outros nomes, com o pedido do *impeachment* do Ministro Barroso. (*Palmas.*)

Olha, nós temos cobrado muito do Supremo e temos cobrado pouco do Senado. Do assanhamento do Supremo, a culpa é do Senado. (*Palmas.*)

A gente tem falado muito no Ministro Alexandre de Moraes, mas, de tudo que já ouvi, nunca ouvi chegar a um patamar tão desrespeitoso e debochado como o do Ministro Barroso. O voto dele é um escárnio na legalização da maconha. No voto dele, ele diz que o cidadão brasileiro tem liberdade de chegar em casa depois do trabalho e tomar um porre, dormir de porre, como também tem liberdade de fumar um baseado e dormir de cabeça feita. Ele pode até achar que é verdade e gostar, sei lá o que, mas é apologia ao crime, é apologia ao crime. A minha advogada me diz que o que ele está pedindo de vocês dá de dois a seis anos de cadeia, se o ordenamento jurídico existe.

Eu era Senador em 2013 com a envergadura da chamada imunidade parlamentar. Fiquei sem mandato, o meu processo tinha que ir para a primeira instância, mas caiu dentro do estômago do elefante, cabe tudo. E pode acelerar. E, se lutar pela liberdade, por valores e princípios, me custar a cadeia, eu imagino aos senhores que, mesmo com tanto sofrimento, aquelas mulheres e aqueles homens que estão na Papuda e na Colmeia são livres, mas aqueles que os trancafiaram não são livres, eles não podem fazer nem congresso no Brasil, eles não podem andar, as suas famílias perderam o direito, eles se autoalgemaram, perderam a liberdade numa sanha de tirar a liberdade alheia. Nós não estamos vivendo um momento fácil, este é um momento não de mudança de Presidente, mas de mudança de regime. Ou nós enfrentamos o regime agora, fico com a velha frase da minha mãe: "Meu filho, quem não faz política sofre política".

Conclamo os Srs. Senadores, o Presidente Pacheco, a que exijam uma resposta mais dura resposta.

Essa nota aqui coloca o Supremo todo sob suspeição, em todos os processos, porque, se qualquer processo de alguém que não vota em Lula chegar lá, eles são suspeitos porque todos são bolsonaristas.

Quando o Supremo defende o Barroso por ter chamado todo mundo de bolsonarista, ficou suspeito, Coronel. Ficou suspeito. Todo mundo ficou suspeito.

E penso também que essa é a hora de o Supremo Tribunal Federal, de aqueles que lá estão e que guardam consigo ainda algum sentimento e que são remanescentes daquela Suprema Corte com a qual eu convivi, que não era a última coca cola do deserto, mas que respeitava o ordenamento jurídico nacional.

E encerro dizendo que nesse ordenamento jurídico quem deveria estar cobrando era a OAB. A OAB que não compareceu. Ou a OAB que não apareceu para defender as prerrogativas dos seus advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interessante que eles sumiram, mas essa semana eles apareceram. Já foram no meu gabinete, já procuraram o seu. Estão andando em tudo que é lugar, sabe por quê? Por causa da reforma tributária. Eles vão ser tributados. (*Palmas.*)

Nós vamos recebê-los. Vai dar 40% a taxação deles, mas aí eles vão ter que passar isso para o cliente. O cliente se lasca de novo.

O cara já é do setor de serviço, já tem 47%, Rollemberg, em cima do setor de serviço. Aí, tem um problema na sua empresa, você vai para o advogado. Ele já tem 40, passa para você de novo. Aí, você vai quase para cem.

Mas interessante que a OAB apareceu. Isso era um bom momento para que nós possamos discutir essa ausência aos seus filiados, àqueles que têm prerrogativas. Mas tem um grupo muito especial, chamado Grupo Prerrogativas, esse pode tudo.

E eu me refiro agora, mais uma vez encerrando, ao Presidente do Senado. Se o senhor sonha em ser Ministro do Supremo, o senhor vai ser sabatinado por nós. Então, cumpra bem o seu papel de Presidente do Senado para, depois, não ter que padecer por nós, pela nossa mão.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Senador Magno Malta. Eu queria nesse momento...

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só um minutinho. Você não vai viajar não, né?

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE. Para expor.) – Só por um minuto. Eu estou numa missão especial agora e queria por um minuto só agradecer. Parabenizar o seu trabalho, de todos os Senadores que estão presentes, todos os Deputados Federais.

Nós acabamos de levantar uma capivara aqui muito importante. Quero agradecer aqui à equipe da Ministra Damares, jurídica, que nos confirmou alguns dados. E estamos indo para uma reunião envolvendo, lamentavelmente, pessoas aqui do Senado, mas sobre os ministros.

Então, fui convocado agora para essa reunião. Tenho que ir pessoalmente porque estamos com essa equipe trabalhando. E vai ser divulgado para todo o Brasil em breve, está certo, onde estão se amarrando esses laços. Então, eu tenho muita tranquilidade. Não vou falar o que é porque eu só falo o que verdadeiramente eu tenho provas, provas concretas, mas acabamos de chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria registrar aqui que ajudamos a duas pernambucanas, a Dilma Maria Cardoso e uma que não posso nem falar o nome, que estão em Pernambuco, com tornozeleiras.

Quero parabenizar todos os advogados do Brasil – meu pai foi advogado, foi Procurador Federal, e meus irmãos são advogados –, a Dra. Jeanne Franco de Caruaru e a Dra. Geusa Santana, que estiveram todos os dias, a Dra. Geusa Santana aqui em Brasília, na Colmeia, e agora elas estão em Pernambuco, vou trazê-las para esse evento do dia 3 aqui na Câmara Federal. A Dilma vai vir aqui falar e colocar a situação dela, psicologicamente, porque está muito abalada.

Quero denunciar que o que foi dito aqui no início pela Dra. Carolina Siebra é muito importante, ela foi demitida, era professora, lecionava na cidade de Olinda e na cidade de Camaragibe. Estive pessoalmente com os Prefeitos, pedindo para que não a retirassem do trabalho, a Dra. Jeanne Franco entrou com ação na Justiça, mostrando que ela não poderia ser demitida, foi demitida dos dois empregos, mas, graças a Deus e a uma alma bondosa em Pernambuco, ela hoje está trabalhando, mesmo com tornozeleira. E é isto que eu quero colocar: não podemos, em tempo algum, recuar; temos que lutar pela democracia e pela liberdade do povo brasileiro, essa é uma página negra. Como disse meu amigo Sanderson aqui, Deputado Federal: não é só o dia 8, é o dia 9 principalmente; o que aconteceu, no dia 9, neste Brasil, é uma coisa que não se descreve, rasgaram a Constituição, rasgaram os direitos. Então, estamos totalmente apoiando e do lado de todos os senhores que estão nessa luta.

Meu muito obrigado e contem com o Coronel Meira na Câmara Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Federal Coronel Meira. Aqui vai continuar, se o senhor quiser voltar depois para poder acompanhar até o final.

Senador Magno Malta, eu vou ter que viajar, mas o senhor assume aqui a Presidência desta Comissão e sequencia, pois tem algumas pessoas inscritas, tem Parlamentares que ainda não falaram. E eu queria lhe pedir para assumir, eu vou ter que viajar, não posso perder esse voo. Agora, eu queria só fazer uma manifestação: em primeiro lugar, queria agradecer a presença de todos vocês, deixando claro que, daqui a instantes, quando o Senador Magno Malta se sentar aqui, ele já passará a palavra para o Dr. Armando Sobral Rollemberg, que está tendo extrema paciência. Eu quero agradecer à Gabriela Ritter; quero agradecer à Dra. Emmanuela Saboya, à Dra. Carolina Siebra, à Irmã Ilda, que seria, segundo o que o Magno Malta sempre tem colocado, a Presidente virtual do Brasil, na atualidade.

Eu queria só terminar com uma mensagem de esperança, porque a gente está vivendo, realmente, um momento de muita maldade. Quem está chegando agora para assistir a esta sessão, depois volta aí, vai ficar nas páginas do Senado, vai ficar na rede social, no canal oficial do Senado no YouTube para sempre. E quem puder assistir vai ver as violações que estão sendo flagrantes, flagrantes, com os brasileiros, e isso não é correto. A minha esposa, Desembargador Coelho, tem amigas que estudaram Direito, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empolgadas, e disseram: "Olhe, eu vou ter que parar tudo", eu acho que o Senador Marcos Rogério falou isso também, "vou ter que parar tudo, tudo, tudo, porque eu não entendo mais nada, tem que voltar tudo de novo, eu estou com vergonha de dar aula, vergonha".

Então, é algo sério o que nós estamos vivendo, este caos institucional em que vive o Brasil, mas a gente sabe que, no final, o bem sempre triunfa, e a gente espera que seja o quanto antes – o nosso papel é esse – porque está existindo muito sofrimento.

Senador Magno Malta, para o senhor ter uma ideia, nós temos duas pessoas que estavam lá fora, na Praça dos Três Poderes, ali, no gramado da Esplanada dos Ministérios, e, quando começou esse negócio de bomba, bomba de gás lacrimogêneo, naquele momento essas pessoas falaram: "Entra aqui porque essa bomba...", e o pessoal entrou. Esses casos estão relatados aí; para se resguardar, inclusive, eles foram convidados.

Então, cadê os direitos humanos nessa hora? Cadê os direitos humanos, mano? Cadê? Cadê o grupo que o senhor falou, de prerrogativas, quando vem um ditador?

Eles não são os defensores da democracia? Não fizeram a carta da democracia no momento eleitoral? Cadê eles quando vem um ditador sanguinário para o Brasil?

Eu estive na Venezuela, eu estive lá 30 anos atrás e vi um povo feliz, com a renda *per capita* lá em cima, uma das maiores da América Latina. Hoje o povo está fugindo, já são 7 milhões de pessoas fugindo para onde podem ir, com fome, com a roupa do corpo, deixam tudo, porque são perseguidos políticos naquela ditadura do Nicolás Maduro. E o Presidente do Brasil o recebe com honra de Estado.

Na época da eleição, não se podia dizer da relação dos dois, foi proibido. E o silêncio com Daniel Ortega, das barbaridades que eles estão fazendo, perseguindo religiosos, fechando veículos de imprensa? Aqui na Venezuela tem abuso sexual de opositores. Cadê a turma que defende as mulheres? Onde estão?

Então, realmente o cidadão de bem está passando por uma provação muito grande neste país, vendo tudo isso acontecer, mas está caindo a máscara. Qual é a coisa boa? A coisa boa é que está caindo a máscara, eu vejo como um pus, que está saindo, e para curar vai ter que sair tudo. A poeira está saindo toda debaixo do tapete. Isso é ótimo, Senador Cleitinho, isso é um bom sinal. Está tudo muito na cara, a verdade está muito na cara.

Então, eu não tenho dúvida de que esta sessão histórica aqui, que vai ser assistida pelos nossos filhos e pelos nossos netos, eu não tenho a menor dúvida, vai ser um fator de união, de bom senso. Eu acho que isso vai irradiar coisas positivas para que nós voltemos a ter democracia, porque hoje nós estamos numa pseudodemocracia – no meu ponto de vista, respeito quem pensa diferente – no Brasil.

Senador Magno Malta, por favor, assuma aqui a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a todos vocês, são 552... (*Palmas.*)

Até agora, 552 perguntas que foram feitas. Não vai ter como a gente ler. Eu li aqui o comecinho, mas são 552. O brasileiro está... Você sabe, Senador Flávio, quando tem audiência aqui, até no Plenário, dá sabe o quê? Dá 200 pessoas assistindo, no máximo, quando é... Nós temos aí 3 mil e tantas, já deve ter, pessoas assistindo *online.* Então, quer dizer, se isso não interessa ao povo, o lugar correto é este.

Então muito obrigado a todos.

O Senador Magno Malta está assumindo a Presidência e já vai passar a palavra para o Sr. Armando Sobral Rollemberg. Deus abençoe vocês, tudo de bom. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Senador Girão. Cheguei aqui agora para acabar com o sofrimento de Rollemberg.

Rollemberg, obrigado pela sua presença conosco aqui, viu? A gente fica agradecido.

E eu tive o prazer de, ao assumir, lhe passar a palavra. Você tem a palavra.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (Para expor.) – *Last but not least*, como dizem os ingleses. Mas eu queria primeiro cumprimentar o Senador Girão, que presidiu esta reunião, agradecer pelo convite, cumprimentar o Senador Magno Malta, que está aqui agora na Presidência, cumprimentar as ilustres participantes dessa mesa. Lamento que o Senador General Mourão não esteja aqui neste momento, porque eu acho que seria interessante. E cumprimento, na pessoa da Senadora Damares, as Senadoras do Senado.

Bem, eu estou aqui como representante da Associação Brasileira de Imprensa, da gloriosa ABI do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, para citar uma referência histórica. Sou jornalista. Por coincidência, jornalista que me aposentei pelo Senado Federal, concursado. Fui Diretor de Comunicação do Senado e tenho um orgulho muito grande de ter, digamos assim, instituído a TV Senado, a Rádio Senado e de ter, digamos assim, contribuído para a democratização dos meios de comunicação do Poder Legislativo brasileiro, certo?

Bem, e gostaria preliminarmente de dizer que vou desafinar o coro, digamos, não digo dos contentes, porque ninguém pode estar contente com a situação que o Brasil está vivendo, mas desafinar o coro dos descontentes, porque eu vou aqui, democraticamente, apresentar uma visão diferente da unanimidade das pessoas que até aqui falaram, certo?

Bom, o 8 de janeiro, todo momento tem um fio de meada. Nada acontece assim. A gente sabe que a história está encadeada.

Então, quando a gente analisar o 8 de janeiro, a gente tem que ver os antecedentes deste 8 de janeiro, qual é a moldura dele, qual era o contexto em que ele se deu, qual foi o discurso que inspirou o 8 de janeiro. E ninguém aqui é ingênuo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o 8 de janeiro foi um momento preocupante e acabou representando uma ameaça clara à democracia.

Isso é um negócio ululante.

Não tem mais... A história está aí. A história está consolidada, não tem mais como se apagar a história. Os fatos em si... É claro que houve momentos, que as pessoas sofreram... Muita gente ingênua veio de lá para cá, para... Mas o fato é que o bojo do movimento era de um movimento golpista. Ele queria...

Era um movimento...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Posso falar?

Obrigado. A democracia agradece.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só um minutinho.

Vamos...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Tá. Eu também – eu também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vamos...

Vamos garantir a palavra aqui do...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... do jornalista Rollemberg.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Por favor.

Então, o discurso já era esse, na porta do QG, já era esse. Depois da eleição, já era esse. Da reunião...

Tentou-se desmoralizar o sistema eleitoral brasileiro, pelo qual os Srs. Senadores e Deputados foram eleitos, entende?

Então, acho que é óbvio, é claro que cada um pode ter uma opinião diferente, mas é o seguinte. A Constituição de 88, que nos rege e que foi votada pelos Srs. Parlamentares, seja no Senado, seja na Câmara, diz lá da independência e da harmonia entre os Poderes, primeiro... E diz lá como é que é o processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleição, de escolha dos Ministros do Supremo... A escolha dos Ministros do Supremo passa por aqui, pelo Senado Federal – não é? E que o Senado Federal é a Câmara Revisora.

Então, eu ouvi aqui críticas. Eu tenho críticas. Eu sou filho de magistrado e meu pai era daquela velha guarda, que dizia que o magistrado só deve falar nos autos. Por coincidência, meu pai também foi Deputado Federal, muitos anos. Por coincidência, eu tive muitos Senadores na família, desde o tempo do Império. A gente não sabe nem quantos, porque, como se repetiam os nomes, alguns tinham o mesmo nome. Eu não sei quantos foram exatamente. Mas, então, meu irmão foi Senador da República e foi Governador de Brasília.

Mas eu estou aqui como jornalista aposentado, com muita honra, representando a Associação Brasileira de Imprensa – certo? Bom, então, na visão da Associação Brasileira de Imprensa, houve um momento que não podia passar em branco – não podia passar em branco, não podia passar em branco. Tinha que haver um momento de cobrança daquilo, e está tendo.

Alguns podem divergir. Tem gente aqui com muito mais qualificação do que eu do ponto de vista jurídico, mas o fato é que a pregação contra o regime instituído, digamos, assegurado pela Constituição, foi evidente – evidente. E me desculpe.

Houve, está aqui o Senador Flávio Bolsonaro, mas houve um agente catalisador disso tudo, e o agente catalisador disso tudo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – E o agente catalizador, por coincidência, foi o Presidente da República.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Minha gente, minha gente...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, só um minutinho. Deixem ele...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – O agente catalisador foi o Presidente da República. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – O Presidente da República convocou 120 embaixadores.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, só um minutinho! Vamos ouvir...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Posso concluir? Eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, vamos ouvir.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Eu não vou ocupar os meus 20 minutos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, vamos ouvir o Rollemberg? Vamos ouvi-lo, por favor, gente.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – O agente catalisador foi o Presidente da República, e isso é muito grave. Por quê?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, vamos deixar ele falar, por favor.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Presidente, eu posso concluir?

Eu teria direito a 20 minutos e vou usar só 15.

Pois bem. Então, o Presidente não estaria agora sendo julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quando o Presidente convocou 120 embaixadores para desqualificar o sistema eleitoral brasileiro...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Isso é papel... Isso é papel... Desculpem, mas, minha gente...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, só um minutinho, só um minutinho!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Vocês são patriotas, mas eu também sou.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Eu também sou patriota!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, só um minutinho!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Eu, como cidadão brasileiro, sou patriota!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, só um minutinho! Vamos deixar ele falar!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Eu, como cidadão brasileiro, sou patriota!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente! Gente!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Eu gostaria de continuar falando.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, ele está aqui como representante da ABI. Por favor, vamos ouvi-lo. Vamos ouvi-lo! Existem as vozes discordantes? Existem.

Por favor, continue.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Minha gente, basta ver, nas redes sociais, antes, durante e depois do 8 de janeiro, as coisas sendo insufladas. Basta ver!

Eu queria que o General Mourão estivesse aqui. Como é que o Exército Brasileiro fica complacente com aquele acampamento sem sentido nenhum do ponto de vista das Forças Armadas brasileiras?

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Calma!

Deixa eu comentar o seguinte: não houve nada na história política brasileira...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, só um minuto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – ... tão grave como isso, a não ser o golpe militar de 64. Como é que... Foi tudo articulado, combinado.

Aqui, a companheira aqui, a Sra. Gabriela apresentou cinco ou seis imagens. Eu poderia apresentar mil imagens que estão nas redes sociais. Eu poderia apresentar mil depoimentos da turma que depredou, orgulhosa de dizer: "Estamos aqui, vamos conquistar o poder!"

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Vocês não podem se manifestar.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – "Estamos aqui e nós temos o Supremo Tribunal Federal!"

Minha gente, achar que, com isso, não houve uma tentativa? Nós temos um magistrado aqui!

Mas é o seguinte: olha...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Agora, é o seguinte: quem escolheu o Supremo Tribunal Federal, os Ministros, a partir das regras constantes da Constituição Federal, foi o Senado Federal. Então, essa história de pregar o fim do Supremo...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – A grande parte desses depoimentos que estão constando aí nas redes sociais já pregava isso.

Então, eu estou aqui também como cidadão, como jornalista aposentado, como ex-funcionário do Senado Federal, como representante da gloriosa Associação Brasileira de Imprensa, para dizer: minha gente, a democracia tem um alicerce: um cidadão, um voto. Um cidadão, um voto! E o voto do negro vale o mesmo que o do branco, o do evangélico vale o mesmo que o do católico e assim por diante. E do que nós precisamos na democracia? Liberdade de organização partidária, liberdade de expressão e transparência – isso aí!

A nossa democracia ainda é imperfeita. Por quê? Por que ela é imperfeita? Porque os brasileiros ainda não têm as oportunidades que deveriam ter: educação de qualidade para todo mundo, saúde de qualidade para todo mundo. Porque nós temos essa desigualdade. Estamos aqui discutindo isso enquanto tem 23, segundo a ONU, são 23, segundo outras fontes, são 33 bilhões de brasileiros passando fome. E aqui nós estamos discutindo... Não, é a democracia que tem que ser aprofundada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando se fala em democracia, se fala, inclusive, conforme a Constituição Federal de 88, em independência e autonomia dos Poderes. Então, o processo está aí. O Deputado gaúcho que estava aqui, e que se colocou como da Polícia Federal, desqualificou a Polícia Federal, mas é a Polícia Federal que está investigando. É daí que os processos vão sair. Tem gente competente que está dentro da autonomia da Polícia Federal. Então, por que vai se desqualificar *a priori*, o inquérito? Eu lamento muito como é que uma mãe que tinha dois filhos pequenos, largou-os lá do... sei lá se foi de Porto Alegre e tal, para vir para cá e cair nessa coisa, nessa engabelada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Acreditar que essas pessoas que marcharam, que vieram...E outra coisa, já está provado. As gravações dos celulares do Mauro Cid e as coisas do Anderson já estão lá. Tem coronel conspirando claramente. E esse coronel que conspirou claramente? Está lá claramente. Cadê o Presidente Bolsonaro? Não vai dar o golpe? Cadê? Onde é que está o golpe? Tem que dar o golpe.

Então, é o seguinte: a história não dá para ser borrada, apagada. A história está escrita. Ela agora é uma questão de tempo para aflorar a verdade. Entende? A verdade. Agora, eu lamento muito esse sofrimento humano das pessoas lá. Lamento muito esse depoimento que foi feito aqui. Lamento muito o fato que aconteceu no 8 de janeiro, mas é o seguinte: nós temos que ter responsabilidade. É a Constituição brasileira que está em jogo. É o regime democrático que está em jogo. E nós temos que zelar. Quem é de bem? Quem é de bem? Quem é de bem tem que zelar pela democracia, pelo cumprimento da lei. Não pode sair agora pregando indireta ou diretamente o golpe. Não pode. É isso!

Muito obrigado.

Desculpem-me se desafinei ao coro

Desculpem-me se desafinei ao coro dos contentes, mas acho que era a minha obrigação e eu estou representando aqui a posição majoritaríssima dos jornalistas brasileiros.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Porque é o seguinte...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Porque é o seguinte... Deixa eu dizer...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, por favor, por favor.

Quero...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone*.) – ... está sendo transmitido pela TV Senado.

Está no YouTube.

Este meu discurso está aí gravado para todo mundo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Rollemberg, encerrou ou quer continuar?

Gente, por favor.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu queria...

Gente, eu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, por favor, eu quero pedir silêncio a vocês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu quero pedir silêncio a vocês.

E agradeço ao Rollemberg por ter vindo.

Muitos pensam como ele, mas não tiveram a coragem de vir, e ele veio.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Eu vim.

Fiz questão...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Conheço o Rollemberg há muito tempo, desde a minha época de Senador. Ele realmente participou deste processo, em que hoje temos a rádio e a televisão aqui. Ele tem o direito de ter a sua posição.

Conheço o irmão dele, que, aliás, era Governador, em 2016, quando os Black Blocs e o MST, em 2016 – em que o Rollemberg era o Governador – botaram fogo na Esplanada dos Ministérios, o irmão dele foi criticado pelos Senadores, que chegavam aqui chorando, reclamando do Governador porque mandou a polícia reprimir um movimento que botou fogo em todos os ministérios.

A ação do seu irmão, como Governador, foi o que repeliu os Black Blocs, o MST e a CUT, que botaram fogo em tudo, e foi quando eles tentaram invadir o Supremo, em 2016. E o seu irmão, mesmo sendo de esquerda, do PSB, como Governador, foi quem reprimiu aquilo.

Lembro-me de um discurso do Senador Humberto Costa, chorando, com os olhos lacrimejando de gás lacrimogênio, que o Rollemberg mandou jogar nos manifestantes – não eram terroristas, eram manifestantes. Então, pelo sobrenome, Rollemberg, foi o meu colega aqui, o seu irmão, como Senador, que fez essa ação, quando, de fato, era um ato de terror, de botar fogo na Esplanada dos Ministérios.

Eu agradeço a sua participação. Outros foram convidados, não vieram, não aceitaram por pura covardia. Você veio e colocou aqui a sua posição. A posição de cada um tem que ser respeitada, e a gente respeita a sua posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu relembro, porque passei aqui... Estou no meu terceiro mandato, poderia estar no quarto, mas desde o começo, o meu primeiro mandato foi em 2003, nós não tínhamos televisão, aqui nós realmente não tínhamos rádio, nós não tínhamos comunicação naquele mandato do Presidente Sarney, não é? O de 2003 foi dele, não foi? Do Sarney? Do Presidente Sarney.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Deixa, por favor...

Eu estou aguardando aqui, só para fazer um... Eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um minutinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em seguida, Marcel.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente Magno Malta, eu, obviamente, quando cheguei aqui...

Eu conheço a associação que o Sr. Rollemberg representa e não entendi muito, mas eu confesso que eu fiquei, assim, numa expectativa, porque, depois de ouvir, durante mais de quatro horas, tudo o que ele ouviu, e ainda assim acreditar que essas pessoas queriam dar um golpe, eu chego à conclusão, de verdade, de que sabedoria não tem a ver com o tempo que você viveu, sabedoria tem a ver com o tempo que você aprendeu. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dona Ilda, inclusive, ontem eu fui até ao gabinete do Senador Magno Malta só para conhecê-la pessoalmente e dar-lhe um abraço – era seu aniversário, não é isso? –, eu fui lá para conhecê-la, mas estou tendo a oportunidade de conhecê-la agora.

Depois de quatro horas e meia, alguém ver a senhora aqui, que ficou presa – que ficou presa! –, e achar que a senhora e outras milhares de pessoas como a senhora queriam dar um golpe, aí é que eu te falo, Presidente Magno Malta, que eu uso óculos – e as pessoas usam óculos porque não enxergam bem de perto, não enxergam bem de longe –, porque eu não enxergo bem de perto – eu tenho que botar óculos para ler – e, quando eu os tiro, eu enxergo muito bem de longe, mas tem pessoas que, se você esfregar a prova na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cara, a sua predisposição e o seu preconceito não permitem que elas enxerguem a verdade, a verdade. E por que não enxergam de longe? Porque pegam retratos, frações de narrativas para formar o seu juízo de valor e agrupar um coro contra aquele que elas odeiam.

E hoje, aqui, o Sr. Rollemberg está tendo a prova de democracia. Se aqui nesta plateia tivesse jornalistas, que em grande parte o senhor representa, e eu estivesse sentado nesta cadeira, eu já tinha sido expulso daqui. Nós somos tolerantes. Nós somos democratas. Nós respeitamos a lei. (*Palmas.*)

Aponte-me um ato antidemocrático do Presidente Bolsonaro – um! –, um ato, um decreto, uma medida provisória, uma portaria; tem reações dele às injustiças que ele vinha sofrendo e que não começaram nos quatro anos de mandato dele. Então, falta visão para muitas pessoas enxergarem o todo.

Quando a gente foi defender a urna eletrônica com o voto impresso, nós só queríamos mais proteção e mais transparência nas eleições, e a dinâmica dos fatos, como foram acontecendo, aí, sim, foi exatamente o processo que levou a acontecer o dia 8, na minha percepção, porque ficou evidente – evidente – que uma parte importante do sistema de poder não gostou da eleição do Bolsonaro, eleito nos braços do povo, uma pessoa que sempre defendeu eleições transparentes, eleições limpas muito antes de ser Presidente da República, muito antes.

O processo da Polícia Federal, ao qual o senhor se referiu, está em aberto até hoje. E o senhor sabe por que ele foi aberto? Porque a Presidente do TSE era Rosa Weber, e quem ganhou a eleição foi Jair Bolsonaro, e havia suspeita de fraude. Logo, nesse cenário, o fraudador seria Bolsonaro.

Aí, quando se instaura um inquérito da séria Polícia Federal, investiga-se, mostra-se que houve fragilidades e, do nada, deixam o inquérito lá, de lado, Senador Magno Malta, aberto até hoje – aberto até hoje!

E, quando o senhor fala de interferência nos Poderes, quando o Ministro Barroso veio aqui nesta Casa do lado, na Câmara, fazer *lobby* contra a aprovação da PEC da urna eletrônica com o voto impresso, é papel de um ministro do Supremo Tribunal Federal? É papel de um ministro do Tribunal Superior Eleitoral? A consequência da vinda dele aqui foi que muitos presidentes de partido mudaram os seus Deputados indicados para a Comissão Especial que acompanhava essa PEC para rejeitá-la, e não houve votos suficientes para a PEC, e, na sequência, o STF faz um julgamento sobre uma lei que foi aprovada garantindo mais essa camada de segurança nas eleições, e eu sou obrigado a ouvir que o argumento foi que o sigilo do voto foi violado. O fundamento para declarar essa lei inconstitucional é que o sigilo do voto seria violado, quando não tem nem contato. Nesse modelo não teria nem contato do eleitor com o papel. Ele ia confirmar se o que estava impresso ao lado da urna eletrônica – então, não é voto de papel, não é contra urna eletrônica – confere com o que ele votou. Confirmava, caia numa urna lacrada para, se fosse o caso, fazer a conferência dessa votação. Percebe que ela foi declarada inconstitucional por uma interpretação errada? Com qual intenção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós vemos o Presidente do TSE – à época, o Ministro Fachin – convocar dezenas de embaixadores para solicitar que eles reconhecessem o resultado da eleição imediatamente após o anúncio do resultado no domingo. Com qual intenção? Precisa ele pedir isso para embaixadores? Com qual intenção? Qual é a preocupação?

E a série de interferências que aconteceram no Governo do Presidente Bolsonaro muito antes da pandemia, inclusive, impedindo um Presidente da República de nomear um delegado federal para ser chefe da Polícia Federal? Decisões que, do dia para a noite... processos que tramitavam há mais de 15 anos no Supremo Tribunal Federal como os precatórios, do dia para a noite, Bolsonaro tem que pagar 70 bi de precatórios – porque ninguém pode esperar mais esse dinheiro –, inviabilizando o Governo. Foram diversas, eu estou aqui só narrando algumas.

Aí, nesse cenário – que não é o Bolsonaro que está analisando, é a população brasileira analisando –, o que o senhor acha que passa no imaginário das pessoas? E o senhor vir dizer que isso tudo foi um planejamento, que foram atos de golpismo?! Se tivesse que ter golpe, o Bolsonaro o daria quando estivesse sentado na cadeira. Não dá liga, não tem nexo causalidade, não dá, é impossível. Vai dar golpe pelo WhatsApp? Lá dos Estados Unidos? É? Nossa, essa modalidade é nova, vai entrar para os anais da nossa história, porque dar golpe pelo WhatsApp eu nunca vi! Agora, golpe teve no WhatsApp, para tentar também impedir a eleição dele, restringir mensagens encaminhadas no WhatsApp, porque é fácil dizer que é narrativa, dizer que é *fake news* e aí você começa a criminalizar movimentos espontâneos, democráticos, de pessoas que acreditam em alguma coisa. E aí vem alguém, Irmã Ilda, do alto da sabedoria, acima da divina, falar o que é certo e o que é errado para a senhora; o que a senhora tem que fazer e o que não tem que fazer; se a senhora pode orar na frente do batalhão, na frente do Supremo ou na frente do Palácio. Essa é a essência da esquerda brasileira, se achar no direito de definir o que é melhor para você na sua vida ou não, o jeito com que você cria o seu filho. Hoje até cantar o Hino Nacional brasileiro em sala de aula virou um discurso de ódio, um ato antidemocrático.

Qual foi a censura que o Presidente Bolsonaro implementou no Brasil, em quatro anos? Qual foi a censura? Hoje nós estamos vendo. Hoje nós estamos vendo até tentativa de fechar veículo de comunicação, e a ABI não fala nada. A ABI não fala nada, absolutamente nada, porque deve achar que é uma empresa golpista, uma empresa que está ali para trabalhar contra a democracia. A ação do Ministério Público Federal contra essa emissora Jovem Pan pegou diversos programas da sua grade, como, por exemplo, o programa Liberdade de Expressão, para dizer que eles não podem falar o que eles falavam.

Eu acho que hoje a ABI está no mesmo patamar da OAB, porque, se a OAB não está fazendo o seu trabalho de defender as prerrogativas de advogados, a ABI não está defendendo jornalistas. (*Palmas.*)

A ABI eu não vejo defender jornalistas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu ouvi o senhor. Agora eu estou falando, não é? O senhor falou aqui que Bolsonaro arquitetou isso tudo, mas, enfim, cada um tem a sua... Eu respeito a sua opinião. Agora, eu estou dando a minha. O senhor deu a sua opinião, e eu não interferi. Agora deixa eu dar sem o senhor interferir na minha opinião, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas aqui não tem isso, não. Aqui não tem isso, não.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Essa é só uma questão de educação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aqui não tem isso, não. O senhor não vai... Aqui não tem isso, não.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Mas tem mais pessoas para falar também.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, Presidente, eu não ia...

Dizem que têm muitos advogados aqui e é difícil ou não é recomendável um advogado atuar em uma causa de um familiar, de uma pessoa querida com quem você tem envolvimento emocional, mas, na minha vida, eu cresci aprendendo a me defender. Com 21 anos de idade, eu era Deputado Estadual. A minha vida sempre foi de embates ideológicos respeitosos – às vezes, ganhava; às vezes, perdia, mas feliz com o que eu fazia –, para hoje eu não ter o direito sequer de debater, porque é capaz de, com o que eu falei aqui, eu me transformar em réu, em algum inquérito de *fake news*. Aliás, eu já sou, inclusive, eu sou proibido de visitar as pessoas na Papuda e na Colmeia, porque... Eu fiquei sabendo disso, inclusive, quando nós aprovamos com a Comissão de Senadores que íamos visitar os presos políticos lá, que eu não estava autorizado a ir, porque eu era investigado, e eu não sei até agora o porquê. Então, somos solidários. Estamos juntos, galera! Estamos juntos! Estamos juntos! (*Palmas.*)

Na democracia relativa, na democracia relativa, é no que nós vivemos hoje. E, mais uma vez, a ABI não falou nada sobre a fala do Lula de democracia relativa, pelo menos eu não vi. Se eu estiver errado, o senhor me mostra como a ABI, melhor dizendo, se comportou com relação a esta fala do Lula de democracia relativa, estendendo o tapete vermelho para ditadores aqui no Brasil, com as atrocidades que acontecem na Venezuela, de perseguição a mulheres, de fome, de estupro, de falta de liberdade de expressão, de prisão de opositores políticos. Esse é o modelo que o Lula aplaude, e a ABI não fala nada. Tem jornalista exilado, tem jornalista preso, jornalista perseguido, mas, se o jornalista não fala a língua da esquerda, é bem feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ele, porque, se fosse de esquerda, a ABI estava trabalhando para causar uma comoção a seu favor. Então, parece que a ABI concorda com a democracia relativa. E aí, se acham na posição, Dra. Emmanuela, de vir defender a democracia. Aqueles que dizem defender a democracia estão usando os seus instrumentos para estuprá-la, estuprá-la!

E hoje, o que aconteceu, a repercussão da fala do Ministro Luís Roberto Barroso, Senador Magno Malta – eu quero concordar com V. Exa. em gênero, número e grau –, é só o *gran finale*, porque já vêm fazendo isso há muito tempo. E muitos de nós – eu me incluo – acreditavam que, em algum momento, haveria uma autorregulação por parte do Supremo: "Olha, já deu, ministro tal, já deu, passou do ponto. Isso aqui não é constitucional. Está ficando feio", mas não acontece nunca. A autocrítica não vem. E ainda tem ministro do Supremo, Senador Magno Malta, que acha que não pode andar na rua, hoje, por causa de Bolsonaro. Não tem a humildade de reconhecer que é, em função dos seus próprios atos, que a população, de forma livre, espontânea e democraticamente, se manifesta. Não sou a favor de violência, não estou defendendo agredir ninguém. Não vou fazer como o Lula, que orientou a sua militância a ir para a porta da casa de Parlamentares para ameaçá-los. Não é o nosso perfil.

E, quando falam que a esquerda faz isso e a direita não faz, eu não admito me submeter à mesma régua, porque nós temos caráter, nós temos bom senso, nós respeitamos a lei. Não é à toa que a Dra. Gabriela falou aqui que, nos acampamentos, nas manifestações que acontecem, há anos, não tinha um papel de balinha no chão, tamanho o comportamento, tamanho o respeito às leis, tamanha a educação das pessoas que estavam lá, para agora virem ser chamadas de golpistas e de terroristas. Como o senhor falou, não tem um cesare battisti no meio dessas pessoas, não tem um cesare battisti, um terrorista, esse, sim, consagrado, tratado como herói! Para mim heróis são pessoas como a Irmã Ilda.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu passo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem. (*Pausa.*)

Bom, o Paulo Fernando...

O SR. PROF. PAULO FERNANDO – Eu sou de Brasília, não preciso viajar. O senhor é do Rio Grande do Sul, pode falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Cleitinho, assume aqui, um pouco.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, caros colegas, eu confesso que, normalmente, eu estou preparado para falar e estava disposto a passar a palavra adiante, porque ainda estou refletindo sobre o que ouvi aqui, mas, mesmo assim, vou ver o que consigo expressar neste momento, que acaba sendo um momento de ineditismo, porque, como bem disse o Presidente, o Sr. Rollemberg está aqui, quando, em muitas audiências públicas, nós não temos o contraditório, sobretudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando são audiências públicas de esquerda, como foi bem dito pelo Senador Flávio Bolsonaro. Hoje mesmo, nós recebemos uma mensagem que informou que os seguranças que estão cuidando da integridade física de todos os presentes no Congresso da UNE recomendaram aos estudantes da UJL, que congrega estudantes liberais, a não participarem mais do evento, porque, se ali continuassem, seguramente seriam agredidos, acabariam tendo prejuízos físicos à sua própria integridade. Isso demonstra a diferença desta audiência pública em que, sim, obviamente, houve indignação, obviamente houve por parte de muitos aqui presentes manifestações contrárias àquilo que disse o Sr. Armando Sobral Rollemberg, mas eu tenho convicção, falo por mim, mas eu tenho convicção de que falo por todos que aqui estão que ninguém aqui defenderia que, por causa das manifestações feitas por V. Sa., o senhor devesse ir para a cadeia, ou o senhor devesse ser preso, ou o senhor devesse ser torturado, ou sequer o senhor devesse ser censurado. E, infelizmente, o que nós não estamos enxergando também na manifestação de V. Sa. é a reciprocidade da esquerda, que sempre diz que é contra a censura, que é a favor de direitos humanos, que é contra abusos de autoridade. A gente não está vendo nenhuma solidariedade num momento em que não deveríamos nos dividir entre direita e esquerda.

Eu fico me perguntando, como jornalista que sou... Comecei, aliás, como jornaleiro na minha cidade de Dois Irmãos. Depois, fui repórter no jornal da minha cidade. Mais tarde, depois de ter sido Vereador da minha cidade de Dois Irmãos, fui fazer um mestrado no exterior, porque eu achei que não voltaria à política. Eu tinha desistido da atividade de política com tanto nojo que fiquei da política em si, por causa de muitas coisas que a gente, inclusive, vê aqui no dia a dia, em Brasília. Eu decidi desistir e fui fazer meu mestrado em jornalismo. Aí eu fico me perguntando, olhando a sua manifestação: o que precisa um jornalista de direita, um jornalista conservador, um jornalista liberal, o que ele precisa fazer para ter o respeito de uma associação brasileira de imprensa? Eu acho que é uma pergunta retórica, porque eu não consigo...

Eu aguardo. Depois, o senhor pode responder. Espero que tenha resposta, porque, sinceramente, eu não consigo entender o que é preciso, porque tudo o que sai de um jornalista de direita, ou de um jornalista liberal, ou de um jornalista conservador de manifestação, de opinião ou mesmo de um trabalho sério, de acordo com a verdade, não opinativo é, via de regra, desprezado, quando não censurado e desrespeitado por órgãos que deveriam representar todos os jornalistas, como, aliás, a Ordem dos Advogados do Brasil deveria respeitar e representar todos os advogados e não apenas aqueles com os quais alguns dirigentes da organização concordam. (*Palmas.*)

Eu confesso que, depois de muitos anos na política, agora, sempre entrando muito em combate, em debates, evidentemente, em conflitos de ideias, eu, cada vez mais, tenho tentado aprender, Senador Cleitinho – e confesso que V. Exa. tem sido uma inspiração para mim nesse sentido, pela forma como se manifesta –, eu tenho tentado compreender, por meio da empatia, como as outras pessoas pensam, para tentar me colocar no lugar delas, mesmo pensando diferentemente da sua ideologia, para que tentemos achar um lugar comum. Mas, infelizmente, neste caso, nós não estamos sentindo que há por parte de quem inclusive é vitorioso – independentemente de como foi o processo eleitoral, que tem todas as minhas críticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e as minhas dúvidas, e sempre as tenho externado –, quem é vitorioso, que deveria ser magnânimo, eu não estou vendo nenhum tipo de exercício de empatia por quem foi derrotado. Muito antes, pelo contrário, o que a gente vê é ódio, é vingança, é tentativa de dominação, é dizer o que nós não fizemos no passado.

Inclusive, o próprio manifesto do Partido dos Trabalhadores, de 2016, quando o Temer assumiu a Presidência República, era de que um dos grandes erros do Partido dos Trabalhadores, no passado, tinha sido o de não se infiltrar nas Forças Armadas e dominá-las. E o que nós estamos vendo agora é que, quando retornam ao poder, com a faca nos dentes, o que mais querem é que a sua sede de vingança seja saciada e que os derrotados sejam eliminados. Porque, a teoria marxista – e é bom que a gente volte para a ideologia e como as coisas funcionam no mundo da filosofia, que infelizmente acaba impregnando a forma de agir de muitas pessoas, que de outra forma agiriam com honestidade, mas que estão tão imbuídas de uma verdadeira fé, e não de uma racionalidade, que não conseguem agir conforme se esperaria de uma pessoa equilibrada –, a ideologia marxista pressupõe a eliminação do adversário; ela não trata o oponente como um adversário a ser vencido no campo das ideias, dos argumentos. Esse que é o grande dilema que uma pessoa honesta, correta e de bom senso enfrenta, porque quem é honesto, correto e de bom senso quer vencer no campo das ideias, quer vencer dentro da lei, quer vencer dentro da Constituição, e quem age no campo da fé, da ideologia marxista, só consegue ver no seu adversário um opressor, alguém que precisa ser eliminado, alguém que precisa ser massacrado, alguém que precisa ser morto. Não à toa, os regimes que mais mataram no mundo, por mais ódio que eu tenha a todos os totalitarismos, foram os regimes comunistas. E, infelizmente, não à toa, Lula declara seu amor, dia sim e outro também, aos maiores representantes dos genocídios comunistas que aconteceram na história mundial, porque hoje esses representantes estão no poder em determinados países, como é o caso da Venezuela e da Nicarágua. E não é para a gente ficar assustado?

Eu queria poder acreditar que muitas pessoas que estão no outro campo ideológico pudessem ter essa mesma empatia que eu busco demonstrar com eles, para dizer, Sr. Rollemberg, se os censurados, se os presos, fossem de esquerda, se os partidos aqui perseguidos, como o Novo está sendo, fossem de esquerda, eu os defenderia, não porque concordo com o que pensam ou com o que dizem, mas porque a Constituição assim estabelece e porque é direito deles, como é direito meu, ter o meu espaço na sociedade para me manifestar.

O que é crime é crime. O que é invasão, depredação, tudo isso deve ser devidamente punido – como, aliás, muitas vezes não é punido quando o agressor é de esquerda. E sempre defendi que fossem punidos, assim como defendo na direita.

Mas aqui, realmente, para mim, é difícil entender, tentando exercer esse meu direito a buscar empaticamente entender o outro, como uma pessoa que assistiu, por quatro horas e meia, ao choro de Deputados, Senadores, cidadãos e de painelistas, mais importante do que tudo, que estão sofrendo com pessoas presas, contra as quais o Estado não produziu uma única prova!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a prova que o Estado produziu? Não é disso que o pessoal se queixa, na esquerda, quando fala, por exemplo, de Operação Lava Jato – não entrarei no mérito –, sobre Lula ou quem quer que seja? Querem sempre falar de provas, e o que estão fazendo com pessoas que ainda estão presas, contra as quais o Estado não produziu uma única fotografia?

Pior: o Estado brasileiro, por meio de Lula e do Palácio do Planalto, mas também do STF e do Senado e da Câmara, não fornece a íntegra das imagens para que essas pessoas possam se defender; e o Ministério Público não se assusta que os advogados não tenham acesso sequer aos autos.

Como a gente pode achar que isso é algo justificável e normal? Isso só existe em ditadura, só existe em Estado de exceção, e nós vivemos no Brasil uma ditadura, nós vivemos no Brasil um Estado de exceção, cujo ditador maior se chama Alexandre de Moraes e cujo *impeachment* já devia ter acontecido aqui neste Senado da República, se vivêssemos numa democracia! (*Palmas.*)

Presidente, não tem cronômetro para o meu tempo, perdoe-me. Eu já devo ter excedido todos os tempos a que eu teria direito.

Eu quero concluir essa frase – se o Ornella puder, meu assessor, abrir aqui – só com um dito de Ulysses Guimarães, de que eu soube da existência hoje, mas quero homenageá-lo, por ser considerado – e aqui, mais uma vez, tentando exercer a empatia com todos – o Pai da Constituição Cidadã por todos os lados políticos. Muita gente não gosta dele na direita, tem aqueles que não gostam dele na esquerda, mas ele teve excelentes frases e, se não fosse por ele, não teríamos – eu não tenho a menor dúvida disso – a Constituição de 1988.

Ele disse, certa vez, o seguinte: "A grande força da democracia é confessar-se falível de imperfeição e [de]impureza [a democracia é imperfeita, ela não é pura], [...] [e] que não acontece [o mesmo] com os sistemas totalitários, que se autopromovem em perfeitos e [em] oniscientes [ou seja, que tudo sabem] para que sejam [então] irresponsáveis e onipotentes".

Toda vez que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que não recebeu votos da população para falar em nome de democracia e dizer que defende a democracia... Balela! Balela! Quem defende a democracia são a Câmara e o Senado! Os eleitos pelo povo são os Deputados e os Senadores – e pela integralidade do povo, porque aqui no Senado e lá na Câmara estão representados todos os partidos políticos, todo o espectro ideológico. São eles que defendem a democracia.

E mais do que isso: apesar de guardião da Constituição na hora de analisar casos concretos – e esse é o papel, sim, do Supremo Tribunal Federal –, o maior guardião da Constituição, que foi chamada por Ulysses cidadã, é o Congresso Nacional, é a Câmara e é o Senado.

É por isso que eu não aceito que outra pessoa, ou outras pessoas, quaisquer que sejam, digam que são defensoras da democracia e só elas sabem o que é democracia e guardiãs da Constituição e só elas sabem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que é Constituição, porque esta é a melhor maneira de se tornarem onipotentes, como disse Ulysses Guimarães, e irresponsáveis! E pior do que isso, para concluir, com o mesmo Ulysses Guimarães: traidores da Constituição! Porque, como dizia aquele que era chamado de bom velhinho, traidor da Constituição é traidor da pátria, e isso nós jamais vamos aceitar, porque nós amamos o Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cleitinho. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Gostaria de passar a Presidência para V. Exa. continuar.

Eu só queria falar, Van Hattem, que os regimes nunca serão perfeitos, porque nós somos seres humanos imperfeitos. O ser humano é egoísta, e uma coisa que alguns não têm é empatia pelo próximo. Eu estou aqui porque eu tenho empatia pelo próximo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu queria agradecer, depois da fala do Van Hattem, a presença da Irmã Ilda. Estou liberando-a... (*Risos.*)

... para ser levada para casa.

A Irmã Ilda sempre me dá um presente semanal, Senador Flávio e Van Hatten. Ela e a Pastora Gláucia, que a acompanha, toda semana, fazem um dia inteiro de oração e jejum no meu gabinete, e eu agradeço muito a Deus, neste momento difícil da nação, neste momento que a gente está passando, em que Deus é tão irrelevante para algumas pessoas, para ideologias, mas é só nEle que nós temos que confiar, manter o foco na promessa e em quem fez a promessa, para que a gente não entre em depressão, desânimo, tenha vontade de retroceder e perca as energias para continuar lutando por aquilo em que nós acreditamos, por aquilo que nós queremos.

Que coisa dura é você respeitar alguém pelo que ele acredita, e coisa dificílima é você ver essa pessoa que você respeita, pelo que ela acredita, e ela não te respeitar, porque você não acredita no que ela acredita. E aí você vira um marginal por isso, você vira um perigoso, por não acreditar.

Eu passo a palavra ao nosso nobre Desembargador, que sempre tem, com muita coragem, se posicionado em favor das suas crenças, em favor do seu país.

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA (Para expor.) – Cumprimento o Senador Magno Malta, que preside a sessão neste momento, agradeço ao Senador Girão pelo convite e cumprimento a todos.

Eu não vou me alongar, porque, em uma sessão como esta, nós temos que tomar o cuidado, quando usar da palavra, para não repetir muito e dar oportunidade aos demais, mas eu começaria perguntando: por que é que nós estamos aqui hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo desta reunião é tratar dos atos do 8 de janeiro, e o Deputado Sanderson falou do dia 9 também. Então, por que, povo brasileiro, familiares, todos que estamos aqui, por que esta reunião? Porque nós estamos a tratar de violações praticadas pelo Supremo Tribunal Federal.

É inacreditável que, num país de sistema democrático, nós possamos discutir a arbitrariedade praticada pelo Supremo Tribunal Federal.

Tudo aqui já foi dito: ilegalidades, abusos, usurpação de função, tortura, cerceamento de defesa... Tudo já foi falado, mas eu vou escrever o que eu quero propor aqui. Eu vou escrever. Vou escrever em verde. Já saiu em verde, é assim que vou colocar, com minha caneta de quatro cores...

O que é que nós devemos fazer, Deputado Marcel, para que tudo isso possa chegar a um outro patamar? Isto aqui.

A câmera está pegando?

Mudar a Justiça. Mudar a Justiça. Mudar a Justiça. Nós não podemos mais continuar com esse sistema judiciário que nós temos atualmente.

Não fosse a invasão de competência que tem feito o Supremo Tribunal Federal há muito tempo – agora nós estamos no ápice dessa invasão de competência, pelas culpas que foram aqui colocadas tanto da Câmara e do próprio Senado – nesta semana nós tivemos duas falas assustadoras, Senador Flávio, da mesma pessoa, o Sr. Ministro Luís Roberto Barroso. Ele disse, no Rio Grande do Sul, num encontro de presidentes de tribunais – não foi isso no seu estado, Marcel? –, que o Poder Judiciário se agigantou e que é um poder político. Como? Como assim? Parece-me que o art. 102 da Constituição diz que cabe ao Supremo Tribunal Federal guardar a Constituição, e não ser um poder político. Só essa fala seria suficiente para que houvesse uma preocupação muito grande de todos pelo fato de que o Sr. Luís Roberto Barroso assumirá a Presidência do Supremo Tribunal Federal daqui a mais uns dias. Não vamos nem falar do passado, das coisas que ele já falou, mas ontem ele trouxe uma fala que...

Olha, Sr. Luís Roberto Barroso, olhando para o senhor onde o senhor estiver: o senhor perdeu as condições de ser Presidente do Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

A decência indica que o senhor deveria se recolher, e não tentar assumir essa posição, mas a sua vaidade – e de tantos outros seus companheiros aí do Supremo – não lhe permite isso. Então, cabe a quem? Cabe a todos nós. Fazer o quê? Perder o medo!

Onde já se viu uma nação temerosa do que pode acontecer?

Eu abri aqui o celular... Ontem eu falei com uma juíza de um estado do Norte – não vou citar aqui, eu até cobri o nome da colega –, citei que viria a esta reunião, e ela disse o seguinte – eu vou só ler aqui a mensagem dela... Ela falou assim: "Mostre...". Oh, Jesus, saiu novamente... Mas eu vou achar. Só um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minuto e eu já vou encerrar. Não vou me demorar, porque fui convidado pelo Deputado Marcel lá para a sessão da Câmara e eu vou ter um tempo expressivo lá.

Ela disse o seguinte: "Mostre a nossa indignação". E continuou numa outra frase, está aqui: "Tenho vergonha de falar que sou juíza".

O que essa juíza está falando – pena que não pedi sua autorização para dar o crédito – é o que pensa a maioria esmagadora dos juízes e juízas do Brasil. Os juízes hoje têm vergonha do Supremo Tribunal Federal. Só não podem falar, porque, se falarem, recebem um processo administrativo no Conselho Nacional de Justiça e são afastados sumariamente. Então, quando um ministro vai a uma reunião política dizer que nós vencemos tal...

Posso tomar um pouquinho da sua água?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA – Vai a uma reunião política e diz "nós vencemos" determinada corrente política, nosso Deputado aqui de Brasília... Nós quem? Quem venceu? Porque ele só participa de dois grupos: do grupo do Supremo Tribunal Federal, onde ele é um dentre onze, e de um segundo grupo, participou ativamente, onde é um entre sete. De qual grupo ele está falando quando diz "nós vencemos"?

Mas não, não é nada disso, é como cidadão. O.k. Então o senhor participou como grupo da coligação que venceu o governo e que agora governa?

Eu não trato de política. Olha, a política é com os senhores. Minha preocupação é o Poder Judiciário. Então, se participa desse grupo, o senhor não tem condição de ser um julgador no Supremo Tribunal Federal. Mas essa é a realidade.

Nós, hoje... O Supremo Tribunal Federal se tornou um poder tão gigantesco, que ele governa da maneira que bem entender. Governou o país com as suas decisões quatro anos atrás. No momento, está parcimonioso, mas não se iludam os governantes da atualidade: na hora em que os senhores ministros entenderem que o seu poder conquistado e agigantado está sendo contrariado, eles vão novamente agir, porque eles conquistaram esse poder, foram conquistando, e ninguém abre mão de poder.

Então, Senador Magno Malta, uma reforma do Poder Judiciário é urgentíssima, e os Senadores e Deputados têm que entender que têm que sair da competência de julgamento do Supremo Tribunal Federal. Enquanto pensarem "o Senado me julga, e eu julgo você...", a população olha e diz que isso é um jogo de compadres, isso é um jogo de troca de interesses, em que um decide assim e o outro decide assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não concordo absolutamente com nada com o que disse aqui o eminente jornalista Armando Rollemberg, mas defendo, Rollemberg, o seu direito de dizê-lo. Você tem o direito de dizer! (*Palmas.*) Nós temos que ouvir até para entender quais são as opiniões contrárias.

Eu não vou me alongar e quero propor ao Brasil: vamos perder o medo. Como nós vamos fazer isso? Os senhores são liderança, os senhores que têm que convocar para o povo retornar às ruas novamente! (*Palmas.*) Ou será que o Supremo Tribunal Federal vai mandar prender 500 mil pessoas que vierem aqui à Esplanada?! Não vamos nos aproximar do Congresso, fazemos em frente à Catedral. Será que vão prender 500 mil pessoas, 1 milhão de pessoas, 10 milhões?! Será?! Não vão! Vamos perder o medo, chega de medo, porque o medo nos paralisa. Juízes com medo, como é que pode?! Já não podiam falar por regramento constitucional, mas com medo: "O que eu posso dizer que vai prejudicar minha carreira?". Parlamentares com medo de exercer o seu mandato, pois podem, sem qualquer motivação, serem incluídos no Inquérito 4.879... É isso, Doutora?

A SRA. EMMANUELA SABOYA (*Fora do microfone.*) – Tem o Inquérito 4.871, que é o sobre *fake news*, e o Inquérito 4.879...

O SR. SEBASTIÃO COELHO DA SILVA – Que pode tudo!

Podem ser incluídos por quê? Não vai saber, é secreto! E o Poder Judiciário prima pela publicidade dos seus atos.

Srs. Ministros, Supremo Tribunal Federal, os senhores sabem que estão errados, os senhores sabem que não estão agindo corretamente. Os senhores estão numa prisão, como já foi dito aqui, porque o povo brasileiro não aceita o que os senhores estão fazendo.

Eu, como um magistrado que ficou na Justiça 30 anos, 11 meses e 5 dias, represento a voz de todos aqueles que me ligam e dizem: "Sebastião, agora você pode falar, porque você pediu aposentadoria". Senador Magno Malta, eu não fui aposentado pelo CNJ, mas, se eu tivesse ficado, eu seria, já estaria afastado! (*Risos.*)

Eu pedi aposentadoria para ter a liberdade de dizer o seguinte: essas pessoas todas que estão presas estão sendo julgadas pelo juízo incompetente, estão sendo julgadas pelo tribunal arbitrário – arbitrário! Isso tem que ser dito. Se você se atribui uma competência que não tem, você está cometendo abuso de autoridade, você está cometendo abuso de poder. E esse Poder só vai baixar a bola quando o povo for para a rua e disser: "Chegou, basta! Vamos parar". É a Justiça que representa o Supremo Tribunal Federal, não o juiz de primeiro grau, não o juiz de segundo grau. São aqueles que querem agir como políticos sem terem recebido um voto sequer do povo brasileiro!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Concedo a palavra ao Dr. Rodrigo Marinho.

O Rollemberg está me pedindo um tempo, e certamente o darei em seguida, porque este ambiente é democrático, e nós vamos ouvir até o contrário. A luta democrática é esta: é para que essa regra valha, passe a valer. Qual é a regra para conviver? Respeitar. E se a gente se respeita...

E este é o problema dos governos totalitários e de quem entende assim: ou você segue a cartilha ou você não tem espaço de fala, você não tem direito... Criaram até este negócio agora: você não tem lugar de fala.

Na comunidade alemã, se você chegar lá, só cor de Van Hattem aí, nós não temos lugar de fala. Eu sou um negro do olho verde, mas eu não tenho lugar de fala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, não pode... Então, é o seguinte... Não, você não tem lugar de fala aqui...

Após o Dr. Rodrigo, eu vou passar a palavra...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só em defesa da nossa comunidade Dois Irmãos, é uma brincadeira obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É uma brincadeira. E foi uma brincadeira de bom gosto ainda. Foi só uma brincadeira. É verdade...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora tem que explicar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tem que explicar tudo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Inclusive, a nossa ex-Prefeita de Dois Irmãos, Tania da Silva, uma mulher negra, foi eleita não só pelos alemães, mas também pela cidade de Dois Irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu estou processado pelo PSOL aí por racismo, eu, que sou pai de negro, sou filho de negro e sou negro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Esse mundo está muito chato.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está chato, está ruim de viver.

O SR. RODRIGO MARINHO (Para expor.) – É uma honra estar aqui, Presidente Magno Malta, Senador. É um prazer falar com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante da Câmara dos Deputados, representante do povo, meu querido amigo Marcel Van Hattem, é uma honra estar falando na mesma audiência em que ele está falando.

Eu ia entrar no tema direto, mas não tem como não falar de uma ameaça à democracia. Eu acabei de lançar um livro chamado *A história do Brasil pelas suas constituições*, em que eu conto uma série de golpes que o Brasil teve. O Brasil teve golpes em 1889, em 1891, em 1930, em 1937, em 1946, mais ou menos, mas em 1964, em 1969. Em 1985, foi um golpe, porque era para ter sido nova eleição indireta pelo Congresso Nacional e não foi, o Sarney assumiu. Em basicamente todos os golpes de Estado que este país teve, houve armas. Houve armas, houve Forças Armadas. Houve apreensão de armas efetivamente, houve pessoas que apontaram armas para tomar o poder. Agora, eu fico imaginando qual arma estava sendo apontada no Forte Apache: deve ser um terço ou qualquer coisa que o valha naquela situação. Então, não tem como se caracterizar golpe de Estado. Não passa de uma grande narrativa que é muito equivocada, porque ela leva a crer algo que não é.

Eu fico pensando – e aí eu trago para a ABI – que o Flávio Dino tem um vídeo que está na internet até hoje questionando o processo eleitoral, questionando as urnas eletrônicas. Assim como o Daniel Silveira foi preso por crime continuado, porque tinha feito um vídeo no domingo e foi preso na terça, por que a ABI não se manifesta também contrariamente ao Flávio Dino, cujo vídeo está lá em vigor até hoje? É golpista? (*Palmas.*)

O Renato Janine Ribeiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – Vou chegar.

O Renato Janine Ribeiro, ex-Ministro da Dilma Rousseff, falou que a eleição de 2018 aconteceu numa fraude eleitoral – afirmação dele, falou isso ontem –, numa fraude eleitoral. Ele também está desmoralizando, Sr. Presidente, o sistema eleitoral, e, por isso, ele deveria ser preso, assim como o Daniel Silveira foi? Pergunto se o peso e a medida são os mesmos, se deve acontecer da mesma forma.

Eu, como advogado, cheguei a ouvir que era uma coisa do passado o magistrado falar nos autos. Eu confesso que... Eu fiz Direito, fiz a faculdade de Direito, não sei se o senhor fez. Até hoje, é ensinado na faculdade de Direito que a função do magistrado é falar nos autos. Inclusive, o Estatuto da Magistratura, que diz isso, defende que o juiz que não fala nos autos pode perder a sua função, pode ser aposentado compulsoriamente pelo CNJ. Isso está no Estatuto da Magistratura. Eu não sabia que a ABI defendia descumprimento de lei, que foi o que senhor defendeu agora como representante da ABI. Eu não sabia disso.

Eu fiquei muito curioso também, porque o senhor disse que foram provadas várias coisas. No Brasil, provado é com o processo transitado em julgado. Foi isso que foi defendido várias vezes, inclusive, pela esquerda e pela própria ABI em relação ao Lula, mas o senhor disse que provas tais, provas tais relacionadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao que está na CPMI já estão provadas. Eu confesso que, como advogado, estudante de Direito, alguém que estuda Direito há tanto tempo, fiquei curioso em falar desse provado.

Para trazer para o ponto da situação atual, para trazer para o fato de que eu fui convidado a falar, hoje, o Presidente desta Casa disse o seguinte: "O Ministro do Supremo Tribunal Federal, evidentemente, deve se ater ao seu cumprimento constitucional de julgar aquilo que é demandado. A presença do Ministro, no evento de natureza política, com a fala de natureza política, é algo que reputo infeliz, inadequado e inoportuno". Até hoje, desde que eu acompanho esta Casa, essa é a melhor fala do Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, sobre esse tema; é a primeira vez que ele se posiciona como um Presidente que tem por função fiscalizar o Supremo Tribunal Federal e dizer: "Opa, passou do ponto". Foi a primeira vez que o Presidente desta Casa, desde o mandato passado, da legislatura passada, que já era para ter cumprido algo, fez uma fala nesse sentido, mas é temerário ele falar isso, ao contrário do que o próprio Barroso pensa. Na semana passada, num evento para juiz, ele disse o seguinte: "O Supremo exerce um poder político. É ultrapassado pensar que a função do Supremo hoje só é técnico-jurídica". Opa, eu não sabia que ele tinha sido eleito, que era Senador, que tinha agregado 38 assinaturas aqui no Senado, 171 assinaturas na Câmara, que tinha apresentado uma PEC que foi passada em dois turnos, mudando a Constituição nas duas Casas, alterando a Constituição! Como o Dr. Sebastião acabou de falar, o art. 102 diz que a função do Supremo segue sendo proteger a Constituição Federal e não ser um órgão político. Para ser político, meu caro Marcel, tem que passar por processo eleitoral, tem que sofrer o processo eleitoral; e aí, sim, você exerce política. Quando um Ministro do Supremo diz que ele exerce poder político, ele diz que ele é parte, porque partidos são parte, parte de um pensamento, partidos de esquerda, de direita, liberais, conservadores defendem posicionamentos. Eles foram criados nesse intuito. E, quando, por sua vez, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, num evento político – porque o evento da UNE é, por excelência, um evento político –, diz que "nós vencemos o bolsonarismo", você fica preocupado nessa hora, como disse o Dr. Sebastião. Venceu quem? Quem foi o vencedor? Foi o PT? Ele era do PT? Coligado ao PT? É uma pergunta, só deixando claro. O Supremo é coligado ao PT? Eu estou perguntando. É porque, se ele é um órgão político, nesse órgão político, ele está nessa situação.

E é muito interessante que fatos políticos aconteceram, inclusive, com a Ministra Cármen Lúcia, que disse que "cala a boca já morreu" e que, ao mesmo tempo, censurou, numa censura prévia, o Brasil Paralelo, que faz uma função jornalística.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – Ah, eu não sabia que agora tinha o jornalista bom ou ruim! Ah, é porque tem o transjornalismo: aquele que me interessa é bom, e aquele que é contrário é ruim. (*Risos.*) (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO MARINHO – Entendi. Não, entendi, entendi. Ficou claro! Agora, se tinham dúvida do seu posicionamento, ficou claro: você defende o jornalismo de um lado; o do outro, como é o Brasil Paralelo, que tem diversos jornalistas trabalhando lá, diversos com registro e pagando para isso, é desconsiderado nesse ponto.

Eu vou entrar agora naquilo que nos interessa como advogados, Sebastião – somos advogados, exercemos essa função, como a Carol, como a Gabriela.

A gente vai ter a seguinte situação: a Súmula Vinculante 14, aqui criada pelo Magno Malta, com a Emenda 45/2004, em que foi criado o CNJ, em que foi criada a súmula vinculante na reforma do Poder Judiciário... Foi quando o Lula disse a seguinte frase – aspas – : "Vamos abrir a caixa-preta do Judiciário". Fecho aspas. Quem disse isso foi o Lula, não foi nenhum de nós, não; foi o Lula que disse isto: "Vamos abrir a caixa-preta do Judiciário". Foi criada a súmula vinculante. E a Súmula Vinculante 14 diz o seguinte: "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

Para quem não sabe, súmula vinculante vale como uma lei, ela vincula toda a jurisdição, seja Senador, seja Deputado, seja qualquer cidadão – vincula a todos nós.

Há um detalhe. Quando a Carol conta muito bem que não sabia nem qual era o processo, que as audiências de custódia – aquelas que têm que ser em 24 horas – demoraram 48 horas, 72 horas, algumas vezes quase quatro dias para acontecer, as pessoas ficaram presas sem saber a razão, o motivo. É um processo absolutamente kafkiano, que não tem nenhuma tipificação penal, até porque, por mais que a esquerda não goste, rezar na frente do quartel não é crime. Nunca foi!

Sendo claro, eu vou citar um fato... Aqui vamos ser imaginários. Vamos imaginar que seja um juiz de primeiro grau que determinou a prisão... Vou usar você como exemplo, meu amigo. Você tem foro privilegiado, mas vou usá-lo como exemplo. Digamos que o Marcel seja o réu, o acusado, naquela situação. O juiz do determinado caso pode ser vinculado, porque, segundo a Lei de Abuso de Autoridade, cabe a membros do Poder Judiciário... Aí eu pergunto, Marcel: se o juiz decreta uma medida de privação de liberdade, manifesta disposições em conformidade com as leis penais e ele pega uma pena de um a quatro anos, qual o crime? Esse sujeito específico que por acaso estava rezando no quartel, qual o crime que ele comete? Pena, segundo a Lei de Abuso de Autoridade, de um a quatro anos.

Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência. Vamos dizer que, por acaso, você seja obrigado a entrar num carro em que você não sabe para onde vai, não sabe onde você será colocado, não sabe em que direção você foi mandado, e simplesmente do nada você aparece numa prisão, sem ser informado disso. Parece que se encaixa no art. 13 da Lei de Abuso de Autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, vamos lá, você foi preso. Na sequência, o art. 20 vai dizer o seguinte: "Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado". Vamos dizer que a ela seja a sua advogada, ela não teve a oportunidade de ir lá conversar com você. Seria também crime, segundo a Lei de Abuso de Autoridade, no art. 20.

Lembrem: eu não estou falando do caso do Supremo, não estou tratando desse caso, não estou falando do que aconteceu com relação a essas pessoas que estão aqui; eu estou falando do caso imaginário que eu estou citando do meu amigo Marcel como exemplo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Que tem o foro.

O SR. RODRIGO MARINHO – Pois é, mas imagine que, neste caso específico, descumpriram o foro, disseram que você não teria. Mas é imaginária essa situação.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – Pois é, mas vamos continuar.

O parágrafo único, do mesmo art. 20 da Lei de Abuso de Autoridade, diz:

> Incorre na mesma pena quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado [eu não sei se tem paralelo com o caso que você citou, Carol, mas pode ser]

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MARINHO – ...ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso de interrogatório ou no caso de audiência realizada [...]

Eu estou citando a lei, só para deixar claro, num caso fictício.

Eu estou citando a lei, tá? Só para deixar claro, num caso fictício. Se vocês não acreditam que isso aqui é lei, e se a ABI acha que isso aqui é absurdo... Ela está dizendo que é contrária à lei.

Eu vou continuar, no art. 32 da Lei de Abuso de Autoridade, que repete o que está na Súmula 14 do Supremo Tribunal Federal:

> Art. 32 Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantos advogados neste país não tiveram acesso aos autos?

Meu caro amigo Marcel, você foi processado. Foi fácil ter acesso aos autos? Um Deputado Federal, um Deputado Federal! Senadores disseram aqui... O Senador Flávio até hoje não sabe a razão e o motivo por que ele está sendo processado. Se a ABI acha isso razoável, eu não sei o que é razoável. Eu não consigo entender o que é razoável.

E, trazendo para a OAB – eu citei até na reunião que eu tive com um Deputado, cujo nome eu não citei, na OAB –, a OAB tem, segundo o art. 18, a seguinte hipótese:

> Art. 18 Art. 18. O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.

Eu perguntei diretamente para o Presidente da OAB, junto com esse meu amigo Deputado, que estava ao meu lado, por que é que não havia desagravo com outros advogados. É porque, segundo o Presidente, lá não havia crime.

Todos esses fatos que eu citei agora são crimes. Todos os fatos que eu citei são crimes. Se por acaso, eu sou advogado do Marcel e não tenho acesso aos autos e ele foi preso indevidamente, não cumpriu ritualística são crimes defendidos.

É papel nosso, e aqui eu proponho a esta Casa, a este Senado Federal e à Câmara dos Deputados, como está dito aqui, qualquer pessoa, a fazer um grande manifesto à OAB para dizer: é obrigação sua desagravar mais de mil advogados que até hoje não têm acesso aos autos não têm acesso à função e não conseguem exercer o seu mister. (*Palmas.*)

Ou seja, as pessoas estão sendo impedidas de trabalhar. O advogado trabalha nos autos. O juiz trabalha nos autos. Se eu não sei o que está acontecendo, eu estou sendo cerceado no meu direito de defesa. E por acaso, nesse caso hipotético em que o juiz faz isso, ele parece estar cometendo uma série de crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou dar os dois minutos ao Rollemberg. Em seguida, eu vou passar ao Deputado Paulo Fernand e, depois, à Dra. Valquíria. E vou estabelecer cinco minutos para cada um, porque nós temos até as 20h para encerrar. Aquilo que Girão falou, madrugada adentro, é porque ele estava empolgado, entendeu? É, porque ele sabia que não ia ficar para a vigília, entendeu? Mas nós temos um tempo até as 20h.

Eu vou passar, assim, ao Rollemberg, os dois minutos, depois ao Dr. Paulo, à Dra. Valquíria e ao Pavanato, para a gente caminhar para encerrar, para o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (Para expor. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Liga o microfone.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Como eu não vou ter condições de, em dois minutos, responder a todas as questões que foram aqui, eu vou escrever um artigo. E vou enviar e dedicar esse artigo aos Srs. Senadores e Deputados que participaram desta sessão.

Só queria comentar uma coisa em relação às provocações que foram feitas para a ABI. Notícia é notícia. Mentira é *fake news, fake news* é mentira. Não dá para conjugar dentro da expressão jornalista quem dissemina mentira.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só uma pergunta honesta...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – O senhor falou de Brasil paralelo...

Outra coisa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Rollemberg...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Minha gente, quem prega contra a Constituição abertamente isso... Quem prega o ódio abertamente...

Não, eu vou escrever isso. Eu vou ler o seu livro. O senhor me provocou. Eu vou ler o seu livro e vou responder em um artigo às questões que foram colocadas em relação à ABI, ao papel da ABI e ao papel do jornalista.

Jornalista não tem que defender *fake news*. Se eventualmente o jornalista erra, ele tem que se retratar imediatamente, entende? Não pode viver disseminando o ódio.

Outra coisa, Senador Flávio Bolsonaro, com o respeito que lhe é devido pelo seu mandato, o senhor foi eleito pelo povo brasileiro e merece todo o respeito, mas é o seguinte: reitero, esse processo – só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, só para lhe dar uma ajuda aqui.

Esses três minutos que eu lhe dei não são para o senhor... Não lhe foram feitas perguntas.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Não, porque o Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Faça o seu comentário, porque, se o senhor ficar respondendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Está bem, só vou comentar. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) **–** Entendeu? Vai virar bate-boca.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** Eu queria a resposta, se possível...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone*.) **–** Está bom. E vou comentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) **–** Eu gostaria, aproveitando o momento, se me permite o Presidente...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone*.) **–** Eu vou comentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) **–** Eu queria saber o que um jornalista de direita, conservador, liberal precisa fazer para ser defendido pela ABI?

E, aproveitando o ensejo do que o senhor disse, eu não sei se o senhor tem conhecimento, mas o pedido de cassação de registro da Jovem Pan feito pelo Ministério Público com base em suposta desinformação foi feito mencionando opiniões de comunistas da emissora (*Fora do microfone.*) e não informação dada por jornalistas. Até hoje, até onde eu sei, pode haver a desinformação ou não, mas não a "desopinião".

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Vou comentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** E aí eu acho engraçado...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Vou comentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) **–** ... a ABI não se manifestar sobre isso.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Vou comentar e vou escrever no artigo, porque fica estabelecido ali, preto no branco, e vou encaminhar para cada um.

Mas eu queria comentar com o Senador Flávio Bolsonaro... Minha gente, a questão do agente catalisador, que provocou aí um burburinho e tal... É óbvio, desde o início, desde antes do mandato, lá, quando o Presidente Bolsonaro era Deputado Federal, ele vem pregando o ódio e ninguém...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – E ninguém o desmentiu.

Ele disse ou não disse que tinha que matar 30 ou 40 mil brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) **–** Olha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – O Presidente Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, por favor. Por favor.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – ... quando era Deputado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por favor, por favor.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – ... disse ou não disse que devia matar uns 30 ou 40 mil brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por favor, por favor, por favor...

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Ele declarou ou não, contra o que prega a Constituição, declarações homofóbicas, racistas?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Pregou o ódio. Isso é um negócio óbvio. Está dado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já foram os três minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Dr. Sebastião, o senhor que é um magistrado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para de *fake news*! Para de *fake news*, rapaz!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Não é possível!

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para de *fake news*!

Na cara? Não é possível!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Dr. Sebastião...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Mas eu vou... Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, vamos prosseguir.

Está encerrado.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Eu vou escrever um artigo dedicado aos senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não... Está encerrado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Olha... Não, ele foi...

Bom...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Não, eu não estou aqui para defender nenhum governo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, não... Veja, gente! Gente!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone.*) – Eu estou defendendo aqui o regime democrático.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, num regime democrático...

Encerrando, num regime democrático...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Espera, espera, espera!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG (*Fora do microfone*.) – Foi eleito pela maioria do povo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Espera aí, gente!

Gente, encerrou! Por favor, gente! Por favor ou a gente não vai ter.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Não! Gente, gente, gente, gente, encerrou!

Eu dei a ele, eu dei...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só um minutinho! Um minutinho!

Eu dei, é democrático...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Ninguém aqui vai falar mais nada. Eu peço desculpas por ter intervindo. Não deveria. Não achei que iria gerar esse conflito. Não vou falar mais nada até o senhor falar.

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Minha gente, eu só quero reiterar: o Presidente Jair Messias Bolsonaro foi o agente catalisador desse paroxismo que nós estamos vivendo na política brasileira.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Fake news*! *Fake news*! *Fake news*!

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – Foi ele! Ele que gerou esse paroxismo! Digo e estou aqui para defender a democracia...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Pronto! Pronto, gente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para de mentir! Nós defendemos a democracia. Você está batendo palma para a ditadura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG – ... em nome da Associação Brasileira de Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Gente, encerrou isso aí.

Deixem só passar a palavra para os outros e dizer...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um momento! Só um momento! Um momento, por favor! Um momento!

A palavra "agente catalisador" é muito importante, porque o agente catalisador contra o que nós temos que lutar, nessa história de família, que temos de lutar nessa história de família tradicional, de Deus, pátria, família, se chama Luiz Inácio Lula da Silva. (*Palmas.*)

Então...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só um minuto, gente! Só um minuto, só um minuto!

A palavra catalisador é muito importante. Invadir terras alheias tem catalisador; invadir propriedade privada tem catalisador, sabe? Estimular, abraçar ditadores, trazer na marra para dentro de um país democrático como o nosso, fazer as nossas Forças Armadas prestarem continência – prestaram porque quiseram, não é? – para ditador, isso tem um agente catalisador. Em tudo tem agente catalisador. Por exemplo, dos jornalistas, que não tiveram coragem de vir aqui, você é agente catalisador. Você, então... Para tudo tem um agente catalisador e é democrático.

Se tivesse um monte aqui, se todos esses aqui fossem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, jornalista não! De advogados... Se esse grupo de pessoas fosse de esquerda, eu não teria direito de fala, não era meu espaço nem o espaço dela.

Agora, você tem o meu respeito pela sua coragem de ter vindo. Aceitou o convite respeitosamente e veio, não é? E nós fomos democráticos como somos – com motociatas de milhares, com milhares de pessoas nas ruas, não ficava nenhuma guimba de cigarro no chão, não é? (*Palmas.*)

Então, democráticos como somos, você foi bem recebido e respeitado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Dra. Valquíria e, depois, ao Dr. Paulo.

Eu inverti, Dr. Paulo, porque as mulheres têm proeminência. Aqui, a gente não chama mulher de grelo duro. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gente, é o seguinte: a melhor ação que foi feita contra o MST, contra a CUT e os *Black Blocs* foi feita pelo irmão dele, em 2016, pelo nosso querido Governador Rollemberg, que agiu duramente – e a "petezada" chorou, viu?

A SRA. VALQUÍRIA DURÃES (Para expor.) – Boa noite a todos, boa noite Armando.

Acho que o Armando não se lembra de mim, mas nós já trabalhamos um período ali na TV Senado. O senhor foi casado com a minha amiga Dalva, lembra? Conheço a sua amiga. (*Risos.*)

Gente, só um minutinho. Eu até alguns dias atrás usei essa frase com um amigo, antes de falar com a mesa: a diferença nossa e da esquerda é porque nós sabemos respeitar o que a esquerda faz, e a esquerda nunca vai respeitar aquilo que somos; nós somos, sim, superiores a eles, porque nós lutamos por uma liberdade. Se hoje ele tem liberdade de falar o que ele diz, foi porque a direita plantou isso. Coisa que a esquerda quer tirar de nós, mas não vai conseguir. (*Palmas.*)

Eu saúdo a todos com a graça e maravilhosa paz do Senhor. Saúdo a todos na presença do Senador Magno Malta.

Eu quero agradecer ao Senador Magno Malta pelo trabalho que ele vem realizando à frente de visitas aos nossos presídios; ao Deputado Van Hattem, a quem eu tenho um carinho muito grande; ao Girão, de quem eu sou uma admiradora de carteirinha.

Hoje, eu venho aqui com um sentimento muito triste, pois nos últimos dias tenho recebido mensagens de vários patriotas que estão passando fome, que estão comendo comida do lixo. Um patriota teve uma penalidade registrada junto à Vara de Execuções de Campinas porque foi cortada a sua luz e ele não tinha onde carregar sua tornozeleira – ele está com uma ordem de despejo.

Então, eu venho aqui encarecidamente pedir a todos os patriotas que estão assistindo a esta Comissão para que nós possamos ajudar esses patriotas, da mesma forma como nós ajudamos o nosso Capitão quando ele precisou. Que todos os Parlamentares que foram às redes sociais ajudar o nosso Capitão Jair Messias Bolsonaro... Aqui eu já falo diretamente com o filho dele: meu sonho é conhecer seu pai, dar um abraço nele; sou fã de carteirinha. Você é a cara do seu pai, menino lindo como seu pai! Então, eu venho pedir a todos os Parlamentares que foram às redes sociais pedir ajuda para o nosso Capitão que também vão às redes sociais pedir ajuda para os nossos patriotas. Nossos patriotas que estão de tornozeleira e as famílias desses patriotas precisam hoje de ajuda financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurem a nossa associação da qual a Gabriela Ritter é Presidente e nos ajudem, porque eles são heróis. Assim como o nosso Capitão conseguiu, através das redes sociais e do nosso patriotismo, assim como eu também ajudei e vou ajudar o nosso Capitão, eles também merecem admiração, respeito e essa disposição de ajudar.

Então, vocês, empresários do Brasil inteiro, procurem no seu município e no seu estado um patriota e ofertem emprego e ajuda para eles.

Então, neste momento, eu peço encarecidamente isso porque eles têm passado por muitas lutas. E, como eu falo sempre, eu estarei aqui junto com este grupo de advogados, junto com a Gabriela que... Parabéns para você, meu amor, te amo. É aniversário do nosso amor, da Gabi! E que Deus venha estar conosco.

Eu falei com o Cleitinho sobre isso. Ele falou que as portas do gabinete dele estarão abertas, como sempre estiveram as portas do Senador Magno Malta, que é uma pessoa que nunca soltou as nossas mãos desde o dia 8 de janeiro.

E também venho pedir, gente, encarecidamente, pelos nossos exilados. Tem uma exilada que o nome dela é Riene. Ela tem um filho pequeno, que também se encontra exilado no Paraguai. Ontem, a sobrinha dela foi intubada em estado grave. Os pais dela, num momento de desespero, gravaram um vídeo implorando e pedindo misericórdia. Eles entraram em contato comigo e eu estou aqui pedindo pelos nossos exilados. Não só a Riene, mas em especial por ela, por ser mãe e que não pode estar aqui no Brasil com o seu filho, que está com depressão no Paraguai. Então, vou pedir, através do Senador Magno Malta e através de cada Parlamentar que está aqui, que olhem pelos nossos exilados. Eles são heróis, eles estavam lutando por nós!

Então, que nós possamos não largar a mão de ninguém nesta hora, porque o meu coração parte, o meu coração dói. Esta noite eu não dormi, como eu não tenho dormido muitas noites. Nem comer direito a gente come. Todos aqui, que estão nesta luta, sabem que, quando a gente vai comer, a gente pensa: "E o que o patriota está comendo?". Quando você vai dormir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VALQUÍRIA DURÃES – Exatamente, na água fria.

Então, gente, vamos ter misericórdia da nossa nação.

Que nós possamos nos reunir numa corrente infinita e que nós possamos, sim... Eu muitas vezes falei com a Gabriela, muitas vezes eu fui nas redes sociais e falei: "Gente, eu não quero fazer *live*, eu não quero participar dessas coisas". Mas igual ao que a Carol falou hoje, os ruins estão ocupando lugares que nós, como boas pessoas, deixamos de ocupar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir de hoje todos os lugares que eu tiver que colocar os meus pés para representar um patriota eu estarei lá, porque toda honra, toda glória e todo louvor será dado a Deus, porque até o último homem nós estaremos aqui, firmes e fortes por eles.

Muito obrigada pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Com a palavra o Deputado Paulo Fernando.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Para expor.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar na condição de advogado.

Quero cumprimentar a Dra. Gabriela, Dra. Emmanuela, Dra. Carolina e os meus colegas advogados que aqui estão, em particular o Dr. Roberto Pozzatti, Dra. Camila, Dra. Inês, Dr. Yuri Melo e o Dr. Giovani, que é o advogado do José Acácio Serere, e gostaria de saber notícias do índio, porque não vejo nenhuma ONG, que fala dos índios, defendendo o direito dele.

E, Senador Magno Malta, queria falar dos psicólogos e psiquiatras voluntários que estão atendendo as pessoas e também seus familiares e também das diversas organizações das igrejas, da pastoral carcerária, dos vicentinos e de outras denominações, que estão prestando assistências religiosas e também material.

E aí, caríssimo Deputado Marcel Van Hattem, foi falado aqui em fake news. Eu estou aqui desde 1987 – eu era *office boy* na Assembleia Nacional Constituinte –, e aí, Senador Flávio Bolsonaro, o Jair Bolsonaro disse, certa vez, que a Bancada do PT, os 16 Constituintes, não assinou a Constituição. E aí tem aquelas empresas para checar se é *fake news* ou não, elas disseram que era *fake news* do Jair Bolsonaro. Então, eu desafio você, que está nos assistindo agora, que ponha lá no Google e faça esta pergunta: os 16 Constituintes do PT assinaram ou não a Constituição?

Magno Malta, eu tenho o exemplar número 1, assinado pela Constituinte Sandra Cavalcanti, e ali não constam os 16 Constituintes do PT – tem o nome, *in memoriam*, dos Deputados e Senadores que morreram na Constituinte –; depois, futuramente, eles a assinaram, e tem outros exemplares. Mas, se você for aqui à Biblioteca da Câmara ou à do Senado, você vai ver o exemplar número 1 da Constituição, que não é assinado.

Na condição de advogado, eu queria saber onde está a nossa Ordem dos Advogados do Brasil no seu silêncio obsequioso. Eles não fazem nada para defender as nossas prerrogativas, e eu só vejo a OAB preocupada com a lista sêxtupla para indicação aos tribunais – aí eles são todos muito ágeis, muito serelepes.

E aí, Senador, eu queria saber, em relação ao colega da Associação Brasileira de Imprensa: se o Barbosa Lima Sobrinho fosse vivo hoje – e ele foi advogado –, de que lado ele estaria? Advogando para quem? E ele foi jornalista. Qual seria a posição do Barbosa Lima Sobrinho em relação aos vários jornalistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão sendo censurados? E ele foi Deputado Federal aqui. Com certeza, ele estaria na CPMI do 8 de Janeiro defendendo a verdade.

E aí, para encerrar, eu queria destacar, Senador Magno Malta, que eu não vi nenhuma grande rede de tevê aqui cobrindo a audiência de mais de cinco horas. Curioso isso, não é? O único jornalista aqui é o senhor, que está representando, mas a outra imprensa está calada.

E quero dizer, para encerrar, que a história julgará o presente e, de lá, verificará de que lado nós ficamos: se do lado da justiça e da verdade ou do arbítrio, e o futuro, ao olhar para o passado, absolverá esses patriotas e enaltecerá o trabalho dos meus colegas advogados e a luta dos seus familiares.

Nós estamos tranquilos com a nossa consciência, cumprindo o nosso dever. Não ficamos indiferentes.

O nosso partido é o Brasil temente a Deus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Dr. Paulo.

Com a palavra, Dra. Carol, por três minutos.

A SRA. CAROLINA ZANCHI (Para expor.) – Prezados, boa noite.

Sou Carolina Zanchi, mãe, esposa, advogada, voluntária da Asfav. Moro no Município de Salto, Estado de São Paulo, a cerca de 80km da capital de São Paulo, lá da cidade de Itu, Berço da República.

Eu estou aqui pela segunda vez em uma semana, pois almejo um futuro melhor para as nossas crianças e para todas as famílias afetadas pelas violações dos direitos constitucionais. Invoco todos os brasileiros, inclusive Parlamentares, a nos darem voz e que todas as vítimas do 8 de janeiro não sejam esquecidas.

Eu destaco o princípio da igualdade, ou seja, as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual. Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida das suas desigualdades.

Devemos também destacar o princípio jurídico no qual está baseada a presunção de inocência, pois ninguém é culpado até que se prove o contrário, e não é o que vem ocorrendo nas decisões judiciais e CPMIs, porque eu perco o meu dia de trabalho para assistir à CPMI, para ajudar os advogados. Muitos Parlamentares, inclusive o Presidente da CPMI, já afirmam que é golpista.

Por último, o princípio que gostaria de destacar é o *in dubio pro reo*, que visa proteger o direito fundamental à presunção de inocência, garantindo que ninguém seja condenado injustamente. Dessa forma, a dúvida sobre a culpa do réu deve sempre ser interpretada como favorável a ele, evitando que ocorram condenações baseadas em suposições ou evidências insuficientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de citar um acontecimento desagradável e triste que ocorreu na CPMI na terça-feira dia 11/07. Uma Parlamentar, ao invés de promover justiça, integrante que é da advocacia, faz uso da palavra para distorcer ainda mais o procedimento judicial relacionado a 8 de janeiro. Manifesto meu total repúdio à sua fala infeliz, inclusive nós advogados requeremos esses dados oficiais que ela citou na CPMI.

Por fim, enfatizo que eu seja exemplo para os demais advogados e juristas do Brasil virem até Brasília prestar apoio e solidariedade para os doutores e doutoras do Distrito Federal, inclusive da Asfav. Eu agradeço à Dra. Gabriela, à Dra. Carol, ao Dr. Ezequiel, à Dra. Valquíria. Eu estou cheia de bolha no pé, de ficar indo de gabinete em gabinete, procurando Parlamentar para ir no fórum, para vir aqui. Então, por favor, se você é brasileiro, advogado, eu peço: venha para Brasília ajudar.

Obrigada, uma boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Passo os outros três minutos ao Dr. Ezequiel, que é o advogado do Serere.

O SR. EZEQUIEL SOUSA SILVEIRA – Não, sou advogado da Asfav, da associação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, da associação.

O SR. EZEQUIEL SOUSA SILVEIRA (Para expor.) – Boa noite, Presidente; boa noite a todos os Parlamentares. Desde já agradecemos pela oportunidade que vocês têm nos dado de expormos o que tem acontecido.

Quero cumprimentar também todos os convidados, os presentes, os familiares e os colegas advogados.

Presidente, enquanto estamos aqui, nesta audiência, o Supremo Tribunal Federal está cometendo crime – e aí eu não estou falando em hipóteses, como o Dr. Rodrigo Marinho falou. E eu posso provar. Eu explico: o art. 7º, inciso III, da Lei nº 8.906, de 1994, que é o Estatuto da Advocacia, versa que é direito do advogado "comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, [...] quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares [...]". Nas audiências de custódia, nós já não tivemos esta oportunidade. Como Gabriela já falou mais cedo, nós tínhamos que nos comunicar reservadamente com os nossos clientes na presença de juízes, promotores e outras pessoas.

Nós já estamos na fase de instrução e julgamento de alguns dos processos, das ações penais, e isso continua ocorrendo. Ontem, isso aconteceu comigo. Não bastasse o absurdo que é fazer as audiências sem acesso à íntegra dos autos, sem qualquer prova no processo, de forma conjunta, as comunicações com os nossos clientes antes das audiências também têm sido conjuntas. Dessa forma, por exemplo, ontem eu tive que ouvir a entrevista dos colegas com os seus clientes e fazer a entrevista com o meu cliente na presença dos demais colegas e dos seus clientes. Isso é crime. E não sou eu que estou dizendo. O art. 7º-B do Estatuto da Advocacia diz que: "Constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III, IV e V do *caput* do art. 7º desta Lei", que acabei de citar lá em cima, que é impedir a comunicação reservada do advogado com seus clientes, além de constituir crime pela Lei de Abuso de Autoridade, como foi citado pelo Dr. Marinho há pouco. E a Ordem dos Advogados do Brasil, mesmo sendo notificada desde fevereiro – eu notifiquei, eu dei meu nome e, em nome da associação, nós notificamos a OAB dessa prática, dessa conduta do STF, além de todas as outras que vêm ocorrendo no STF –, nada faz.

Mas pior: esta semana o jornal *Gazeta do Povo* publicou uma matéria perguntando à OAB sobre as providências tomadas a respeito das denúncias que nós protocolamos, por diversas vezes, durante esses meses. E a Ordem fugiu, a Ordem se calou. A OAB deveria propor o maior desagravo público da história por conta de tudo isso que está acontecendo. E, ao contrário, ela anda se enveredando por corredores para defender seus próprios interesses, mas não defende os interesses de seus associados.

Eu estou aqui com as minhas duas anuidades pagas e sou considerado um advogado de segunda categoria pela Ordem que deveria me defender. Então, já que a OAB não se manifesta, tem medo porque não possui imunidade parlamentar, como o Dr. Marinho testemunhou, já que a OAB está sendo conivente com a destruição do Estado democrático de direito, eu tenho aqui duas proposições para que nós façamos. A primeira é que nós paremos de convidar a OAB para vir aqui. Nós temos que convocar a OAB para vir aqui. (*Palmas.*)

Eles têm que ser obrigados a vir aqui. Não é possível que uma instituição que tem tantos privilégios, inclusive fiscais e financeiros, não preste contas à população brasileira, não preste contas aos seus associados advogados. É inadmissível! A OAB não está acima da lei. Ela precisa responder à lei.

E, segundo, já que ela não defende os advogados, não propõe o desagravo pelo que está acontecendo, eu proponho que nós façamos um "autodesagravo" não contra os desmandos que estão sendo praticados pelo STF, mas contra a omissão da própria OAB, que institucionalmente deveria nos representar. Então, eu convido os colegas advogados, os Parlamentares, os juristas – o Desembargador está convidado – para que nós façamos um movimento lá em frente à Ordem dos Advogados do Brasil e nos "autodesagravemos" pelo que está acontecendo. (*Palmas.*)

Por fim, eu queria pedir à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil): parem de dar declarações que não correspondem à verdade, parem de falar que defendem direitos e prerrogativas de advogados, porque vocês só defendem alguns advogados, que são aqueles que são alinhados politicamente com vocês. E quero dizer também que infelizmente esta gestão da OAB passará para a história como a OAB mais covarde de todos os tempos. (*Palmas.*)

E nós vamos fazer questão de deixar essa covardia registrada para que sirva de exemplo e nós nunca mais tenhamos representantes iguais a vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Antes de passar a palavra ao Pavanato, quero registrar que eu já estive na Papuda, duas vezes, com a Klio, assim como tantos outros e tantas outras...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Na Colmeia, desculpe. Mas tem gente na Papuda também, na solitária, assim como a gente não entende a razão, não é? Se todos estão incluídos dentro da mesma régua, o mesmo tipo de crime que vale para um vale para todos, para quem era motorista de Uber, para o autista... Aliás, agora à tarde, o Ministro Alexandre de Moraes acaba de requerer os exames do autista para que... (*Palmas.*)

De qualquer maneira, assim, para quem vive em dias tão difíceis, parece uma enorme vitória. E esse autista está lá já faz um tempo muito grande. Tem mentalidade de criança. Eu tenho estado com ele em todo esse tempo que para lá vou. E a gente vai agradecendo a Deus porque a gente sabe que o controle está nas mãos dele e a despeito de tanta coisa, de tanta negação de direitos, pelo menos esse inocente terá os seus exames feitos. E parabéns, advogado dele, ou advogada, pela insistência, pela insistência, pela insistência até chegar a esse momento.

Então, também a Klio eu já visitei. Não sei se o Van Hattem a visitou. Mas também não conhecemos as razões pelas quais a ordem foi dada para que ela fosse colocada numa solitária. Eu estive com ela, e as duas vezes em que estive, ela estava bem fisicamente. Aquela notícia que rodava por aí em um vídeo, de que ela tinha os dentes quebrados, braços quebrados, essa informação também... Infelizmente, aí eu falo com os senhores advogados. Tinha uma avalanche de advogados bandidos que se aproveitaram desse povo, na hora em que foram presos, levados como manada para lá; e eles foram lá se aproveitar. Assinaram para eles procuração e eles começaram... E muitos até hoje ainda ligam para as famílias ameaçando as famílias para que passem Pix para eles.

Então, é um outro tipo de gente que precisa ser denunciada e que se apresentou... A gente sabe que em tudo na vida é assim. Onde tem trigo, tem joio. E nesse mister aí se apresentou muito joio. No começo, era muito difícil, como as advogadas falam aqui. Essas andanças delas e dos advogados pelos gabinetes e tudo. Era um processo de filtro que a gente estava fazendo. A gente tinha até medo, eu tinha até medo. Chegavam 20 no meu gabinete e não sei o quê, não sei o quê. Mas, no outro dia, se houve: "Ah, mas o cara estava todo posado com você nas redes sociais e não sei o quê, e tal. Parecia que estavam fazendo era...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não. É o cara que... É... Tem uns que não têm inscrição e fica parecendo até que o cara é advogado meu. Assim, então... E aí a gente chegou nesse filtro a que nós chegamos aqui, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lhe conceder um minuto. Aí, já passou o nosso horário aqui em 19 minutos, porque... Ele vai falar e depois eu vou falar. Eu vou conceder a você esse minuto agora, está bom?

O SR. JOAQUIM GOMES (Para expor.) – Bom, Senador, obrigado pelo minuto.

Eu queria aqui fazer uma denúncia grave, uma denúncia de tortura na Papuda. Não vou falar o nome da pessoa. Sou jornalista. Eu tenho direito de ter segredo da minha fonte. Essa pessoa que veio pedir socorro denunciou o seguinte... Eu vou vender o que me deram, tá? Que foi trocado recentemente o diretor do presídio, e esse diretor... Anteriormente tinham quatro salas para os advogados. Os advogados vão confirmar isso ou não. Hoje tem só uma sala para os advogados, dificultando assim o atendimento. O que ele pede? O que ele pede?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Presídio da Papuda?

O SR. JOAQUIM GOMES – Da Papuda, tá? Da Papuda.

Eu estou simplesmente passando, porque eu, como bem disse o Procurador Benedito, de janeiro para cá, estava escondido embaixo de uma pedra; mas eu não estava conseguindo, Senador, dormir com uma denúncia dessa.

Eu espero que apurem. Eu não estou acusando ninguém. Essa pessoa, inclusive, disse que precisa que advogados vão lá procurar esta pessoa – depois eu passo para o senhor em *off* o nome da pessoa – para que ele pare, porque, quando é agendada a visita com um determinado... não sei se é preso, não sei... o detido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOAQUIM GOMES – Isso, patriota injustamente preso.

... eles simplesmente param. Se é agendado daqui a 15 dias, eles param de agredir essa pessoa, até para sumir, digamos assim, algumas marcas de agressão.

É isto que eu gostaria que esse Senado fizesse: apurasse.

Inclusive, eu peço auxílio do Ministro Alexandre de Moraes, porque eu acredito que ele não deva estar sabendo disso. E tenho certeza de que ele vai apurar se esse pedido de socorro é verdade.

E outra coisa, Senador, para encerrar aqui: eu, como jornalista, gostaria de fazer uma chamada. Eu queria que respondessem os colegas aqui da Rede Globo: se tem alguém aqui, diga "presente". (*Pausa.*)

CNN? Não tem? (*Pausa.*)

SBT? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Band? (*Pausa.*)

Jovem Pan? (*Pausa.*)

Record? (*Pausa.*)

Bom, é triste saber que uma sessão tão importante como essa não tem a cobertura da grande imprensa. É por isso que a grande maioria da população não acredita mais na imprensa que nós temos.

E eu gostaria de lembrar – agora indo para o final mesmo – ao nobre Rollemberg: como fica a questão da imprensa na Venezuela? Como fica a questão da imprensa na Nicarágua? Vocês acham justo os seus colegas serem perseguidos, presos e mortos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOAQUIM GOMES – Não, por favor.

E outra coisa: quando o senhor se referiu aqui à jornalista Delis Ortiz, o senhor fez esse sinal aqui. Vocês publicaram uma notinha... Coitada da Delis, uma jornalista tão querida, que eu conheço pessoalmente. Vocês publicaram uma notinha de repúdio. Era uma matéria para estar no dia todinho do Fantástico, porque era uma funcionária da Globo, está bom?

Obrigado a todos.

Uma boa noite e que Deus tenha piedade do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Deixe-me falar alguma coisa sobre isso.

Assim, eu tenho ido à Papuda e realmente não tenho... Vou checar, mas, assim, tem muita coisa...

Esse tipo de gente, como a gente falou, que se tornou advogado só do dia do "teje preso"... Receberam o dinheiro da família e desapareceram. O que eles não conseguem fazer do que eles prometem aos clientes eles trazem como denúncia para nós, para a gente ir atrás, correr atrás de coisas que, na verdade, são inexistentes. Veja que eu estou falando da questão da Klio, desse vídeo em que ela tinha o braço quebrado, dente quebrado... Não tinha nada disso. Não tinha nada disso, como isso também aí. A última vez em que eu estive na Papuda... E olha que aqui não é... Eu estou quase que num sistema semiaberto, porque eu gasto tempo lá dentro. E a Defensoria está lá também. Eu acho que não, que os quatro lugares estão mantidos, os quatro lugares estão mantidos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim. Então, a Procuradoria e tal está sempre lá, mas eu, de qualquer maneira, vou ver. E vou dizer a você que eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comandei grandes CPIs aqui e, muitas vezes, eu, com a presença dada no painel, sozinho, e não tinha imprensa, não tinha ninguém. Não espere isso. O dia em que isto aqui estava lotado – lotado! – foi exatamente o dia em que estava o curador da exposição lá no Rio Grande do Sul, onde levaram as crianças para ver a Virgem Maria com um pênis na mão, em que vandalizaram a hóstia, abuso, pedofilia, uma exposição que levaram para o MAM, em São Paulo, patrocinado pelo Santander. Aqui estava lotado e lotado de Senador também, tudo para defender o cara e para enfrentar a mim. E outra coisa, mais ousadamente: foram se reunir com o Eunício para o Eunício acabar com a CPI.

Então, não vamos esperar, não vamos esperar. Quem faz matéria glamourizando pedófilo você acha que vai querer cobrir uma reunião dessa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, assim, nós temos a TV Senado aqui, está tudo filmado, está tudo guardado, está taquigrafado, tem uma televisão, nós temos as nossas redes sociais aí – se juntar rede social de uns quatro de nós aqui, dá mais do que muita televisão aí, não é? (*Risos.*)

Então, não vamos... O importante é a gente manter o foco no que a gente acredita, sempre respeitando, porque ninguém vai tirar isso de nós.

Por exemplo, o meu Vice-Presidente, no meu estado – eu sou o Presidente do meu partido –, era um travesti, chamado Moa, com quatro mandatos de Vereador, decente ali, honrado, político honrado, sujeito conservador e que era eleito com o voto da sociedade, sabe? Mas, mesmo assim, eu era chamado de homofóbico, e ainda sou – ainda sou. Eu agora fui processado, estou processado, pedindo a minha cassação, por um Senador, um Senador do meu estado – o povo não sabe, mas a primeira filiação dele em partido fui eu que filiei. E eu sou homofóbico. Isso dá uma matéria. (*Risos.*)

Não, mas aqui... Deixe-me dizer a vocês: então vejam aonde é que nós chegamos. Se nós nos acovardarmos diante disso...

Eu faço uma analogia de oito minutos, oito, oito. Acho que ninguém conseguiu fazer uma defesa daquele ato de racismo nefasto contra Vinicius Jr. Eles pegam um minuto e meio da minha analogia, no começo, recortam e vira um *boom* nacional. Eu tenho uma amiga que é repórter famosa de uma televisão, grande amiga, que eu sempre respeitei – eu não sou homem de dar entrevista, não me procure, eu não sou fonte de ninguém, eu sou dependente daquele que é fonte de água viva, mas eu não sou fonte de ninguém, não me procure –, por quem tenho carinho demais. Encontrei-a ali. Eu falei: "Olha, você não me cumprimentou". Ela falou assim: "Não gostei do que você falou". Eu falei: "O que que eu falei?". "Foi um ato de racismo." "Como assim? Você viu o vídeo todo? "Não. Tem quantos minutos?" Falei: "Oito". "Não, só vi o começo." Até a lei diz que você tem que dar ao indivíduo... Como é que se diz?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A presunção de inocência. Mas eles não querem ouvir; cortam onde dá narrativa – onde dá narrativa. E aí, eu sou negro, sou pai de negra, tenho filha negra adotiva também, filho adotivo com síndrome de Down, e estão pedindo três anos do meu mandato e mais três anos de cadeia para mim.

Se a gente ficar se importando e botar o galho dentro com medo disso... E eu não tenho medo. Se a gente não enfrentar isso, nós seremos massacrados e sepultados. Vejam o que o Pastor André Valadão está passando porque está pegando a Bíblia. Daqui a pouco, ao falar a palavra Bíblia, "teje preso". É crime! Está incluído num crime: um crime contra as leis de Marx. Ofendeu Marx! Marx está se revirando no túmulo porque você falou "Bíblia". Pô! (*Risos.*)

Ou a gente enfrenta agora... Gente, quando você corre de um cachorro, ele corre atrás de você para mordê-lo. Mas, se você parar, ainda que você esteja tremendo, ele para. E nós não vamos correr. Nós não vamos correr!

Vou sempre respeitar quem é contra o que eu penso, porque eu acho que essa é a regra para conviver, é a regra da boa convivência, isso é lei para conviver. Eu vou ser sempre respeitoso com quem discorda de mim. Agora, quem quer respeito tem que dar respeito. Isso nós temos que exigir. É o que o Desembargador falou. Gente...

Agora, se eu chamar o povo para ir para a rua, eu sou um incitador, eu sou uma indústria de terroristas. Se eu convidar o povo para vir para a rua cantar o Hino Nacional e lutar pela Bíblia, para ter o direito de pregar a Bíblia... Eu creio na Bíblia! Eu tenho que respeitar o cara que crê no Alcorão; eu tenho que respeitar o cara que crê no Evangelho segundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... Kardec!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Na Torá! Aliás, do Alcorão ninguém fala nada porque ninguém é doido, não é? (*Risos.*)

Nós cristãos é que somos tolos, nego vem para dentro, não é? Mas fala lá contra a Torá que eu quero ver. Fala contra a Torá que eu quero ver!

Então, a gente precisa... Não se preocupe com isso, não, querido. Tu estás aqui, você é jornalista, você tem aí o seu celular, você filma tudo, coloca no ar. Não se preocupe. A TV Senado manteve no ar o tempo inteiro... Eu estou até admirado, porque eu abri aqui a Agência Senado – porque nunca sai foto nossa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca tem nada nosso, nada, assim –, e tem é muita foto nossa. Tem uma foto minha contigo aqui agora na Agência. Eu vi! Quero parabenizar e agradecer porque eu tenho criticado.

Na sua época eu saía, viu? Agora não estou saindo, não. Mas é porque tu estás aqui – quem sabe? (*Risos.*)

Viu, gente? Então, vamos continuar focados. O que estão falando, o que estão pensando... Eles é que estão perdendo publicidade, gente! Ninguém quer ver, gente! Apelaram. Desrespeitosamente, eles vieram para a superfície. O ataque às nossas crianças é uma coisa vil. Eu vivi para ver, Flávio, um vídeo – vivi para ver um vídeo – do cara falando em nome do PCC. O moleque até novo, com o cabelo desenhadinho assim, sobrancelha também, e ele dando o recado em nome da organização. Foi escolhido para dar o recado em nome da organização, dizendo: "Vocês são adultos, façam da vida de vocês o que vocês quiserem; agora, respeitem as crianças". Onde o Estado desaparece, quem tem o poder aparece. E hoje o crime tem o poder no Brasil.

Então, não se preocupe com isso, não.

Eu estou muito feliz porque a gente está ao vivo e já fiz muita CPI aqui pensando que estava ao vivo, mas depois vi que não estava – estava era gravado, depois nem saía no ar e tal, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está no YouTube?

Tem até uma... Tem quantas pessoas vendo a gente?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. CAROLINA ZANCHI (*Fora do microfone.*) – Mais que o Lula, hein?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E sem som de passarinho, nem nada. (*Risos.*)

Aliás, isso é tudo muito engraçado, porque o Lula disse assim: "Olha a diferença da minha *live* para a do meu adversário". Tem uma diferença grande mesmo... (*Risos.*)

Porque na dele tem som de passarinho, e na de Bolsonaro tem povo, é diferente.

E eu vou passar a palavra aqui a este jovem – eu sou seu fã. Você é um desses garotos prodígios da geração de Josué e Calebe. Quando eles foram mandados para ver a terra, eram muitos anciãos juntos, e só foram dois meninos – Moisés mandou os meninos para testar. Eles foram e, quando eles viram um gigante, houve um pavor tão grande, dois homens para segurar uma parreira...

A SRA. CAROLINA ZANCHI (*Fora do microfone.*) – Vai voltar, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Uma Parreira. Eles voltaram e disseram: "Moisés, não dá; Moisés, não dá, porque são grandes demais. Tinha dois homens para levar um cacho de uva! Não tem". E Moisés: "E o senhor também não? E o senhor, o que o senhor viu?". E eles: "Não, é a mesma coisa. Nossa! São enormes, são gigantes e não sei o que e tal". E Moisés: "E você, Calebe?". Ele disse: "Não vi nada". Os anciãos: "Como não viu nada, está nos desrespeitando? E você, Josué?". E ele: "Também não vi nada". Os anciãos: "Como vocês não viram aqueles homens enormes? Não viram nada?". E eles: "Não vimos nada". E os anciãos: "Nós não aceitamos isso. Nós somos anciãos, Moisés, mande esses moleques nos respeitar". Moisés disse: "Calebe, o que que vocês viram?". E ele: "Nós não vimos gigante, nós vimos Deus".

Então, eu não estou vendo gigante nenhum. Eu só vejo Deus.

O SR. LUCAS PAVANATO – Amém!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quem acha que é o que não é amanhã acorda assustado com aquilo que nunca foi. Então, se nós perdemos o foco, aí, sim, nós vamos desandar. Unidade é tudo, mas não é a unidade ideológica porque nós queremos mudar regime, sabe? Nós queremos liberdade. Gostaria muito de viver num país onde os magistrados pudessem andar na rua, andar no *shopping* com os filhos. Hoje nós vivemos num país assim onde o cidadão mais simples tem liberdade, mas quem tentou tirar a liberdade dele perdeu a sua liberdade.

Então, querido, não se preocupe com isso, não. E, quanto aos nossos queridos patriotas que estão pagando um preço muito alto, a história há de reconhecer – há de reconhecer o porquê de todas as coisas, porque Deus tem o controle de tudo.

Tem a palavra.

O SR. JOAQUIM GOMES (*Fora do microfone*.) – Tem 2,2 mil pessoas assistindo às 6 horas. São 2,2 mil pessoas agora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É mesmo? Quero cumprimentar essas pessoas que estão no YouTube ligadas com a gente, não é? Teve um momento de pico em que tinha 4 mil pessoas, não é? Agradeço a vocês, e que Deus os abençoe.

Vamos continuar firmes, respeitando o nosso país, respeitando sem medo os nossos valores, os nossos princípios, sem nos acovardar. A ofensa pessoal é horrorosa – essa nós não podemos fazer. Agora, discordar de ministro, você pode. Eu posso, e você pode. Ele está dizendo que eu não posso, mas eu digo que eu posso. A Constituição diz que eu posso.

Quando o sujeito é sabatinado aqui, quando se senta aqui no lugar em que o Rollemberg está, ele é um anjo, mas um anjo maravilhoso. Dá vontade de chorar. Mas, quando ele sai daqui e põe a toga, ele se revela, porque, de fato, quem se sentou aqui não foi ele, foi o personagem. Ele se revela. Eu tenho o direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de discordar disso, porque, se eu sabatinei o indivíduo e hoje eu o vejo fazer diferente, eu vou dizer o quê? Eu vou ficar com medo de dizer que ele mentiu? Não, não, não, não.

Então, eu não posso desrespeitar ninguém no pessoal. Todo mundo... Você tem filho, você tem esposa, você tem esposo, tem filho em casa, tem mãe, tem pai, tem avô. As pessoas estão vendo. Por que eu vou desacatar? Aqui houve uma discordância no que o Rollemberg falou, no que o pessoal falou, tal, tal, tal. Mas nós estamos agindo democraticamente. Aqui não teve ofensa pessoal. Ninguém desrespeitou ninguém. No pessoal, ninguém desrespeitou ninguém. Ponto. É assim que a vida tem que ser. Agora, discordar faz parte da vida. Se você acredita...

Tem as coisas mais inusitadas. Tem gente dizendo que é um pônei, não é? As coisas mais inusitadas. O terapeuta da mulher... A mulher queria ser deficiente física e tal, queria ser cega. Está cega. As coisas mais inusitadas, não é?

Amanhã, o sujeito entra aqui e diz: "Não, o Presidente do Senado sou eu. Eu me sinto Presidente do Senado". "Rapaz, você disputou eleição para Vereador e perdeu. Como é que você é Presidente do Senado?". "Mas eu me sinto Presidente do Senado". Aí você tem que... Senão você vai ser processado, porque você está indo contra o que ele acha que ele é. "Você não é Pacheco, você perdeu a eleição para Vereador – você só é um ex-Vereador –, que poderia ter sido, se tivesse ganhado".

Então, nós vamos conviver com isso tudo por muito tempo ainda, porque isso virou cultural. Isso veio pela escola e, agora, com a internet, está ficando pior. Se era difícil criar filho, hoje está pior ainda. É preciso prestarmos atenção em tudo isso.

Uma palavra.

O SR. LUCAS PAVANATO (Para expor.) – Boa noite a todos.

Agradeço ao amigo e Senador Magno Malta pela oportunidade de aqui falar.

Eu queria, neste momento, emprestar a minha voz aos inocentes que não podem aqui falar e expressar a minha indignação com tudo o que vem acontecendo no nosso país.

Existe uma corrente de pensamento na ciência política que surgiu quando o conceito de democracia começou a se popularizar e que é chamada de elitista não por defender uma elite acima da sociedade, mas por entender que mesmo uma democracia pode ter a sua elite, pode ter uma oligarquia que domina o poder e que impõe a sua vontade sobre as pessoas, e também por entender que a democracia pode ser usada, o conceito de democracia pode ser usado para justificar as maiores atrocidades. Inclusive, muitas vezes, usaram esse conceito para atentar contra a própria democracia.

Quando, por exemplo, nós vemos aqui, no Brasil, pessoas sendo presas – pessoas sendo presas – sem terem audiência de custódia. Quando nós vemos no Brasil pessoas que deveriam estar sendo julgadas na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira instância, mas estão ali com seus processos na mão do Supremo Tribunal Federal, eu pergunto: é democracia ou é ditadura? É Estado de direito ou é estado de exceção? A justificativa que usaram era de que eram medidas excepcionais. Ora, medidas excepcionais é estado de exceção, não é democracia. Não é democracia, não é Estado de direito. E aqui eu afirmo: se não existe Estado de direito, não é democracia; se não existe liberdade de expressão, não é democracia; se não existe devido processo legal, independência e harmonia entre os Poderes, não é democracia. É tudo menos democracia!

Quando foi para livrar a cara do Lula, buscaram, escavaram, de todas as formas buscaram encontrar algo que pudesse ser usado para anular o processo dele. E anularam o processo dele, usaram a lei para anular o processo do Lula. Agora, quando se trata de defender o cidadão de bem, quando se trata de defender as pessoas comuns com graves vícios processuais, a lei não vale. Nós temos dois pesos e duas medidas. Parece que na democracia relativa de Lula todos são iguais perante a lei, mas alguns iguais são mais iguais do que outros, alguns iguais têm mais privilégios do que outros. Por que hoje no Brasil eu não posso criticar o ministro do Supremo Tribunal Federal, mas eu posso criticar o Senador Magno Malta? Qual a diferença?

Por que o Lucas Pavanato pode ser criticado, mas Flávio Dino não pode ser criticado? Todos são iguais perante a lei, não é isso que diziam? Não vivemos em uma democracia? Não vivemos em um Estado de direito?

Então, o que nós temos visto, dia após dia, é, em nome da democracia, em nome de um conceito esvaziado de democracia, a própria democracia sendo solapada. Aí, até parabenizo aqui o Ministro Gilmar Mendes, que fez um pronunciamento acertado ali, criticando a fala do Lula sobre democracia relativa. Mas não adianta criticar a fala do Lula sobre democracia relativa enquanto os pares dele todos os dias relativizam a democracia, e ele não fala nada. Não adianta. E eu não tenho medo de dizer. Estou aqui, no Senado, agradeço a oportunidade de estar aqui, no Senado, e vou dizer a verdade. A verdade é que os ministros que se calam quando algum ministro passa das suas prerrogativas, quando algum ministro rasga a Constituição, estão sendo cúmplices. Estão sendo cúmplices, e a população tem que ter o direito de cobrar.

Então, falo aqui em nome das pessoas; não dos vândalos. Os vândalos têm que ser punidos. E é isso que nós queremos. Nós, de direito, o tempo todo pedimos a CPMI exatamente para isso. Mas dos cidadãos comuns, que estão tendo os seus direitos violados com diversos vícios processuais e que nós vemos aqui – quero aproveitar a presença do Rollemberg para dizer –, nós vemos um silêncio ensurdecedor por parte da imprensa, ensurdecedor por parte da imprensa.

Então, emprestei, usei o meu tempo aqui para emprestar a minha voz a essas pessoas e, para concluir, gostaria de dizer. A justiça humana pode, em alguns momentos, falhar. Ela pode não satisfazer e não realizar aquilo que precisa. Mas a justiça divina, essa não falha. Nada foge dos olhos, e ainda posso falar isso, ainda é permitido ser cristão no Brasil. Então, nada foge dos olhos do nosso Senhor Jesus Cristo. E, quanto às injustiças aqui cometidas, ainda que nesta terra e nesta vida não sejam sanadas, um dia as pessoas que cometeram essas injustiças serão responsabilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Parabéns, garoto!

Para encerrar, eu vou passar a palavra para a Dra. Tainah e, depois da palavra dela, a gente vai encerrar esta audiência pública.

A SRA. TAINAH REBOUÇAS (Para expor.) – Boa noite a todos. Eu falo aqui, cumprimento aqui, principalmente, as famílias que estão aqui e também estão assistindo a gente. Falo como advogada, mas eu também sou familiar. Eu tive também o meu irmão preso.

Onde estava a imprensa, nos 70 dias incansáveis em que eu fiquei dentro da Papuda e da Colmeia? Eu não vi. Eu não vi a imprensa em lugar nenhum. Ninguém me parou na rua, ninguém me perguntou o que aconteceu – ninguém. Mas eu vi a imprensa tachar todos eles como terroristas, eu vi a imprensa falar que todos eles eram bandidos. E 70 dias lá dentro, incansáveis... Eu passei o meu aniversário lá dentro, meu aniversário é em janeiro. E eu ouvi o meu irmão olhar para mim e falar: "Vá comemorar, vá se divertir. E eu falei: "Não, eu vou ficar aqui com você. E, ainda que você saia, eu vou ficar aqui até o último sair".

Muitos deles não me veem mais lá dentro todos os dias, mas a gente começou isso aqui porque, em janeiro, no final de janeiro, eu entrei em desespero e eu falei: "Alguma coisa tem que acontecer". A gente não tem voz, a gente tenta falar dentro do processo, ninguém responde, é como se a gente não estivesse trabalhando e nada acontece, nada acontece. Até que eu falei: "Eu vou ter que ir à Câmara, eu vou ter que bater perna". Não sei, eu nunca fiz isso na minha vida, sempre tive horror à política, mas, como dizem sabiamente a sua mãe e o meu pai: quem não discute política sofre política. E eu vim aqui, num grito de socorro, pedir ajuda, porque alguém tinha que falar por mim, já que eu não podia falar, já que tudo que eu fazia ninguém estava me ouvindo.

E, assim, o Nikolas foi o primeiro a me estender a mão e falar: "Isso está acontecendo de verdade?". Todo mundo sabia, mas ninguém tinha, de fato, a clareza do que estava acontecendo. Eu falei: "Sim, está aqui". E ele falou: "Não é possível". E aí fui chegando ao Senador Cleitinho, fui falar com o Senador Magno Malta, e aí a gente foi se mobilizando, e eles foram dando voz para a gente. E hoje somos o grupo de advogados que, incansavelmente, somos chatos. A gente passa nos corredores e o povo já fala: "Ah, lá vêm eles". (*Risos.*)

E a gente é chato mesmo, mas, se a gente não for chato, não sei mais o que fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TAINAH REBOUÇAS – Exatamente.

E eu digo mais, são 70 dias que eu passei lá dentro todos os dias, de domingo a domingo. A Gabi... A gente se encontrou 1 milhão de vezes lá dentro. Eu bati de frente com a OAB e falei: "Espere aí, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discurso é esse de vocês falarem...". Está lá no perfil da OAB, não estou mentindo, não estou dizendo uma coisa que não aconteceu, está lá no perfil da OAB, o Presidente da OAB-DF dizendo aos familiares que ficassem tranquilos, todos eles estavam tendo direito de defesa. Eu fui lá e falei: "Mas você está falando de que país? De que cidade?".

A SRA. CAROLINA SIEBRA (*Fora do microfone*.) – Mentiu em dois idiomas, não é?

A SRA. TAINAH REBOUÇAS – Além de depois ir lá à ONU e dizer isso. Eu falei: "O seu inglês está impecável, mas agora você fale a verdade, porque não é possível, tem alguma coisa errada".

Então, assim, eu demorei muito tempo para me tornar advogada, eu me formei em 2015 e eu não queria ser advogada justamente por conta da politicagem que eu sei que existe dentro da instituição. E eu me tornei advogada ano passado, porque, como todos aqui disseram, nada é por acaso. E é graças ao meu olhar e a eu ser advogada que a minha mãe teve um pouquinho de paz de saber que todos os dias eu estava lá vendo o meu irmão. E eu fui voz de muitas famílias que falaram assim: "Eu achei que o meu filho estava morto. Desapareceu. Ele só foi para Brasília com o livro e a roupa do corpo".

E, assim, a OAB me deixou extremamente decepcionada, triste, porque eu entrei e falei: "Não, acho que vai ser diferente", e tudo que aconteceu me provou o contrário.

O Dr. Djalma Marinho veio aqui, encorajou-me a falar e disse: "Não desista". E eu digo para vocês que eu me sinto, como a Dra. Carolina falou, estuprada, juridicamente, todos os dias, todos os dias, vendo essa barbárie acontecer, e a mídia não fala absolutamente nada, ela fala o que interessa a ela. Então, assim, desculpe-me – você tem total direito de expor –, mas a mídia, neste país, só funciona para um lado.

Eu li uma frase, em janeiro – estava muito difícil ali –, de um delegado que trabalhou, não se identificou, obviamente – foi um texto muito bonito, muito comovente –, que diz o seguinte: "Não dá para alimentar com a mão um monstro sem esperar que esse mesmo monstro morda quem o alimentou". Hoje, eu só sei disso porque aconteceu na minha casa, na minha família, porque aconteceu perto de mim. Talvez eu estaria exatamente como todos lá fora estão: "Nossa, mas isso não pode; nossa, mas isso...". Não, mas está acontecendo. Então, assim, isso aconteceu comigo – e hoje eu sei –, mas amanhã vai ser com vocês aí que vai acontecer, e já está acontecendo. O país está doente. As pessoas precisam saber o que está acontecendo. Elas precisam, pelo menos, entrar numa *live* dessas, entrar num vídeo desses e entender o que está acontecendo. "Eu não gosto de política", mas, se você não gostar, você vai sofrer. Você precisa saber o que está acontecendo. Todos nós colocamos vocês aqui.

E, só corrigindo a minha fala aqui, quem falou na ONU foi o Presidente nacional, e o vídeo que eu rebati aqui foi da OAB-DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, estamos num período em que tudo é relativizado: então, a democracia é relativizada, a verdade é relativizada, tudo é relativizado. Então, se tudo está sendo relativizado, não se preocupem, na sua vez, também será relativizado.

Eu venho aqui dizer para as famílias que eu também sinto até hoje. Eu não durmo, há seis meses. Eu não como igual comia. Eu não consigo falar desse assunto sem me emocionar, sem ver a cena do meu irmão olhar para mim num desespero e falar: "O que eu estou fazendo aqui?"; de eu ver a cena do pai da Gabriela olhar para mim e dizer3: "Você conhece minha filha?". Eu falei: "Conheço". "Diga para ela que eu estou bem". Eu vi pessoas lá dentro falando assim: "Doutora, a minha alegria é ver você aqui, porque eu fui iludido por vários advogados". Aí eu falei: "Sim". Ele falou: "Ó, eu nunca nem bebi que é para não dar ousadia para o inimigo e eu estou preso aqui, sendo que eu não fiz nada. Olhe a minha bolsa, doutora. Na minha bolsa, tem um desodorante, um pacote de biscoito e uma blusa de frio".

Nós estamos muito longe de sermos humanos, porque, no dia em que nós formos humanos e olharmos para uma situação dessas, no mínimo, nos indignaremos. De quem não se indigna e de quem apoia isso, que Deus tenha misericórdia! O acerto de contas, como disse o Deputado aqui, não vai ser aqui. A visão aqui pode ser cega, a Justiça aqui pode ser cega, mas a divina não falha.

Então, assim, estou aqui só para dizer que estamos na luta. Estão tentando calar a gente, mas não vão conseguir.

Eu vim agradecer imensamente à Casa e aos Deputados que nunca viraram as costas para a gente. Agradecer ao Nikolas, ao Cleitinho, que entraram com isso, ao Senador Magno Malta, que nunca nos abandonou, nunca virou as costas, e que outros se sensibilizem. O poder está aqui, vocês têm que se manifestar, vocês precisam tomar uma medida. A gente veio aqui juridicamente pedir. Inclusive aqueles que quebraram, precisam ser julgados, mas de forma correta, tem o devido processo legal para isso.

É isso. Eu estou até emocionada, estou tentando não transparecer, mas é isso.

Eu agradeço e continuamos na luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Antes de encerrar aqui, a Dra. Gabriela queria falar sobre o parlatório rapidinho.

A SRA. GABRIELA FERNANDA RITTER (Para expor.) – Só gostaria de esclarecer a questão do parlatório de que o jornalista falou.

Nós tínhamos seis salas, uma videoconferência e cinco salas presenciais, mas para todo o... Isso foi uma exceção que foi aberta em função da grande demanda da ocupação ali dos blocos seis e quatro, quando as pessoas foram presas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para igualar isso a como os outros blocos são no presídio, em que é uma sala virtual e uma sala presencial, essa é a regra dentro do presídio, nós entramos com um pedido quando isso aconteceu. Com a mudança ali realmente da direção do presídio, eles deixaram também uma sala presencial e uma virtual. Como a demanda lá é muito grande, até porque as ações tramitam no mesmo período, nós entramos com um pedido, fizemos uma corrente de advogados, mandamos *e-mail* paras as prerrogativas e fomos ouvidos. Então, agora, nós temos duas salas virtuais e duas salas presenciais ativas. Não é como era antes no início.

Só para a gente deixar clara essa questão.

A questão dessa denúncia que você está fazendo. Eu também estou quase todos os dias lá dentro do presídio. Eu também não tive conhecimento, mas me interessa muito investigar isso, ir a fundo e ver se realmente está acontecendo para que a gente tome medidas cabíveis.

Então, só para deixar clara essa questão do parlatório.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer aos servidores do sistema prisional do Distrito Federal, e até ainda dentro dessa questão, dizer que o presídio foi feito para receber bandidos, por isso as regras são tão rígidas. E, muitas vezes a gente não entende no começo: "Ah, porque o familiar não pode. A ficha é muito extensa, é muito detalhe. Eles não conseguem fazer na internet". Porque, na verdade, não é, o sistema não foi feito para pessoas simples.

O cara quando está condenado e vai para dentro do presídio realmente é complicado. Então, o sistema foi feito para o cara condenado, o bandido condenado, gente de alta periculosidade ou não, mas não é um sistema para receber quase 2 mil pessoas de uma hora para outra, pessoas, assim, que não sabiam nem para onde estavam indo ou o que elas fizeram. E você receber, por exemplo, 300 mulheres, e serem agregadas dentro de um parlatoriozinho com dois banheiros para 300 mulheres...

Quando eu estive com a Ministra Rosa Weber, junto com o Marinho, o nosso líder, eu disse a ela: "Presidente, eu estou lhe pedindo como ser humano, como mãe, como mulher. Visite, vá lá e veja. Eu sou testemunha ocular. As informações que a senhora tem, de que eles estão tendo quatro refeições por dia, tudo direitinho, isso não é verdade;

Eu vi as marmitas, eu vi as larvas, eu vi podridão dentro das marmitas. Eu sou testemunha ocular. São dois banheiros, são mulheres. As necessidades são outras: são 300 mulheres aqui, 300 mulheres aqui. E, quando ela foi fazer a visita lá, no dia seguinte...

Então, realmente teve essas dificuldades com o parlatório, com um monte de coisa, porque na verdade foi preparado aquilo para o bandido ficar separado mesmo aqui e ser visto. Lá na Colmeia, la Dra. Kamila, a Dra. Ana e tal... Pelos policiais penais, a gente tem que agradecer muito a Deus por eles, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles saíram de policiais para virar psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, sem saber como tratar uma pessoa: "Eu não sei o que eu estou fazendo aqui". Então, quer dizer, a gente agradece. Eu estou agradecendo aqui, nesta audiência, que está sendo transmitida: a gratidão é a memória do coração, e nós precisamos ser gratos. E gratos a Deus até pela adversidade, porque a diversidade traz unidade quando você é grato. Agora, assim como a gratidão é a memória do coração, a ingratidão é o fantasma que acompanha dia e noite a cabeça do ingrato.

Então, ao encerrar, eu quero dizer que, embora informados pelo Presidente de que a democracia é relativa, está relativizada, diferentemente da narrativa que está consolidada... Narrativa virou uma verdade; e democracia, relativizada. É tanto que ele deu aula para o Maduro dizendo: "Melhora a tua narrativa", ou seja, "tua mentira está fraca, mente mais forte". (*Risos.*) "Melhora a tua narrativa, Maduro, para mudar essa imagem. Aprende a mentir melhor, aprende a mentir melhor".

Assim, a Bíblia diz que o diabo é o pai da mentira, então quem mente nesse nível é madrasta ou é mãe, sei lá, está chegando por aí. (*Risos.*)

Eu agradeço demais pelo comportamento, pela decência e pela presença do Rollemberg. Como disse ele, eu serei quem vai desafinar nesse coro aí, e ele foi respeitado aqui pela sua crença. Embora, sabe, haja uma discordância, ele está num ambiente exatamente de pessoas que pensam diferentemente. Na verdade, o meio dele também, o jornalístico, é igual joio e trigo, tem em todo lugar. Se na OAB tem joio, também no meio jornalístico tem. Tem trigo? Tem. Onde não deveria ter, tem, que é na igreja – até aí tem. Onde você tem gente do bem, você tem gente do mal.

Nesse gesto, eu agradeço a sua coragem de ter vindo, porque outros não vieram, autoridades não vieram. E muitos dos nossos, que têm a chamada imunidade parlamentar, não vieram para não ser filmados, com medo. Agora, veja o que é você ter medo de um macho, ficar com medo da caneta de um macho. Não vieram. "Não, porque eu não sei o que vão falar, que tipo de discurso lá, está tudo filmado. Fulano pode ficar mais irado comigo. Tem uns quinze processos por lá". Mas eu sei que, no fundo, no fundo...

E gostaria muito de convidar, até porque eu já fiz pessoalmente por três vezes, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, o Senador Paim, que é um cara decente, que é humano e que faz muitas audiências públicas, mas não se dispôs a ir ver os humanos que estão presos na Papuda e na Colmeia. E estou falando porque tenho carinho, tenho respeito por ele. Já o chamei. Quer dizer, essas coisas você não pode... Se você é Presidente de uma Comissão, não tem como você ser ideológico: gente é gente, sentimento é sentimento, vida é sentimento. Até bandido recebe a família, até bandido recebe visita, até bandido participa dos cultos, das missas, das rezas lá na cadeia, recebe os filhos, recebe a família, tem direito a advogado – tem direito a advogado. "Ah, fulano está advogando para o bandido", mas é advogado, é função dele e ele aceita contrato de quem ele acha que deve aceitar ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos vocês, a todas as advogadas, quero agradecer aos advogados, aos Parlamentares que chegaram aqui e que estão aqui desde o começo. Ficamos aqui até o final representando todos aqui: eu e o Flávio, a nossa querida Emmanuela Saboya, nossa Subdefensora Pública-Geral da Defensoria do DF. Quero agradecer ao Rollemberg, agradecer à nossa querida Gabriela e a todos nós que estamos envolvidos na mesma luta. Se o Brasil um dia entender esse clima de respeito, nós vamos melhorar muito.

Gente, eu não vou dar a palavra mais para ninguém, já são 21h02, nós já falamos muito. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Deus abençoe. Está encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinco minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Fabiano Contarato e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 33, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Diploma Segurança Cidadã e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1212, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Revoga o art. 59 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 435, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, Deus e saúde a todos e a todas presentes e àqueles que nos acompanham pela TV Senado, Agência Senado, Rádio Senado e redes sociais.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 20ª e 21ª Reuniões, ambas realizadas em 4 de julho, e das 22ª e 23ª Reuniões, realizadas em 11 e 13 de julho, respectivamente.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Obrigado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Segurança Pública os seguintes documentos:

- Ofício nº P-246/2023/SL3/SL da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, São Paulo, que encaminha o Requerimento nº 66/2023, manifestando veemente repúdio em relação à possibilidade da descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, conforme vem sendo discutido e analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e é evidente que tem o apoio unânime desta Comissão.

- Ofício de Comissão Técnica nº 471/2023 da Câmara Municipal de Joinville, Santa Catarina, que encaminha relatório final da Comissão Especial de Segurança nas Escolas.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que qualquer membro desta Comissão se manifeste no sentido de os autuarmos para que sejam analisados por este Colegiado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Atendido, como sempre, em costumeira educação e compreensão da voz da segurança pública do Rio Grande do Norte, Senador Capitão Senador Styvenson Valentim, o item 3 é antecipado, como o Projeto de Lei nº 435, de 2023, não terminativo, a que já apresento minha opinião totalmente favorável.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 435, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015, para conceder tramitação prioritária automática aos processos protocolados em qualquer juízo ou tribunal, cuja parte seja mulher vítima de violência física.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CDH e, após, à CCJ, em decisão terminativa.

A autoria é do Senador paraense Jader Barbalho.

A relatoria é da eficiente Senadora Damares Alves.

Passo, então, a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura desse seu relatório.

Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada.

Presidente, permita-me ir direto à análise. (*Pausa.*)

O Projeto de Lei 435, de 2023, diz, em sua justificação, que a violência física contra mulher, seja ela ocorrida em âmbito familiar ou comunitário, constitui violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, que limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda consigna que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos considera que o Brasil ocupa infelizmente, Presidente, o quinto lugar no *ranking* mundial de feminicídio.

Ressalta ainda que o Brasil só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em números de casos de assassinatos de mulheres, sendo que, em comparação com países desenvolvidos, aqui se matam 48 vezes mais mulheres do que no Reino Unido, 24 vezes mais do que na Dinamarca e 16 vezes mais do que no Japão ou na Escócia.

Aduz que, mesmo que já exista uma série de ações de prevenção e repressão contra esse tipo de violência, o seu enfrentamento deve ser um dos principais compromissos do Estado brasileiro, mas que não é o que vem sendo demonstrado nos últimos anos.

O autor da proposição ressalta que, de acordo com os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2021, foram abertos – pasme, Presidente; pasmem, colegas – 630.948 novos processos de violência contra a mulher, 2021, sendo que no período de 2016 a 2021, foram registrados mais de 3,1 milhões de processos dos quais apenas 333 mil tiveram sentenças proferidas, 10% apenas. Ao se analisarem esses dados, pode-se facilmente perceber que o número de processos ajuizados nos tribunais, em que o objeto principal é a violência contra a mulher, apresenta-se maior a cada ano.

Informa ainda que as agressões físicas são as ocorrências mais denunciadas e sobre as quais mais temos notícias em termos de dados, incluindo-se, entre as mais relevantes, o feminicídio. Outro dado que chama a atenção é que a maior parte dos ataques contra mulheres são cometidos por homens conhecidos das vítimas, sendo a residência o espaço mais frequente das agressões.

Igualmente pondera na justificação que a demora no julgamento desses casos acaba incentivando a continuidade dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, prevalecendo a impunidade de seus agressores, mesmo que a atual legislação preveja penalidades mais graves.

O atual Código de Processo Civil prevê, em seu art. 1.048, a tramitação prioritária nos casos em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, disposição introduzida nos termos da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.

Entretanto, para ser atendida tal prioridade, é necessário que ela seja requerida à autoridade judiciária competente para decidir o feito, o que muitas vezes passa despercebido ao advogado do caso, o que gera mais demora no julgamento da ação.

O autor da proposição defende, em conclusão, que é preciso prevenir, punir com rigor e erradicar a violência contra as mulheres, de uma vez por todas, principalmente através da condenação e punição exemplar daqueles que a cometem.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face de todo o exposto, concluímos pela aprovação do PL nº 435, de 2023, pelo potencial de beneficiar as mulheres e por lhes amparar e dar maior proteção e segurança, em razão dos altos índices de violência contra a mulher e de feminicídio que atualmente assolam o Brasil.

Presidente, prezados pares, nós somos o quinto país do mundo que mais mata mulheres – disso todo mundo sabe –, mas nós temos a terceira melhor... Ela era a terceira melhor legislação de proteção de mulheres. Na verdade, nós já estamos pedindo uma reclassificação, Senador Styvenson, e é possível que a Lei Maria da Penha seja a primeira melhor lei de proteção de mulheres do mundo. Essa equação não bate. Como é que nós temos a melhor lei de proteção de mulheres do mundo e somos o quinto que mais mata mulheres?

Esse projeto de lei apresentado pelo ilustre Senador Jader Barbalho mostra que não adianta termos a melhor lei de proteção. Esses processos precisam ser julgados imediatamente. Então, a gente pode ficar aqui, o tempo todo, aperfeiçoando a Lei Maria da Penha, mas, se, quando chega no tribunal, esse processo, não tem prioridade, a impunidade continua acontecendo do jeito que está acontecendo.

Então, neste mês, que é o mês lilás, Agosto Lilás, que é o mês de enfrentamento, o mês inteiro, de enfrentamento à violência contra a mulher e, nesta semana de aniversário da Lei Maria da Penha, essa proposta vem como uma resposta desta Comissão para este horror, no Brasil, que é o feminicídio.

Eu peço o apoio dos pares e que a gente o aprove imediatamente hoje, aqui. A gente já corre para aprová-lo na Comissão de Direitos Humanos na semana que vem e, quem sabe, a gente termina esse Agosto Lilás com este projeto aprovado no Plenário.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos.

Obrigado, Senadora Damares Alves, pelo objetivo, exímio e bem argumentado relatório de V. Sa. e, também, aproveitamos para cumprimentar o oportuno projeto do Senador Jader Barbalho, insofismavelmente, na hora certa e merecedor de aplauso.

Algum amigo quer discutir, por gentileza?

Capitão Styvenson... (*Pausa.*)

Senador Hamilton Mourão, General Hamilton Mourão, este homem público que eu ainda quero estar vivo para vê-lo Presidente da República deste país.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Não me queira mal, Senador Kajuru! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada. Sem comentários. O projeto é extremamente válido.

O relatório da Senadora Damares foi preciso e conciso.

É uma questão que, lamentavelmente, nesses tempos que estamos vivendo, de estresse permanente das pessoas, muitas vezes, termina em agressão, termina em morte. E tudo aquilo que nós, como representantes da sociedade, pudermos fazer para impedir ou constranger que esses fatos aconteçam é extremamente válido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito!

Capitão Styvenson Valentim, também gostaria de fazer uma observação?

Esse homem público que será, em 2026, governador do Rio Grande do Norte!

Eu só espero que, dessa vez, o senhor tenha juízo e gaste dinheiro, pelo menos, com o santinho, porque, da última vez, o senhor não fez nem horário no rádio e na televisão, nem gastou dinheiro com santinho. Ou seja, o senhor é um brincalhão.

A palavra é sua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Diferentemente do Mourão, queira bem para o meu estado então. (*Risos.*)

Eu não posso pensar em mim; tenho que pensar no Rio Grande do Norte, no estado. Se isso for o melhor, então que aconteça.

E o fato não gastar dinheiro...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Já tem o nosso apoio.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já tenho? Então, pronto! Está ótimo!

Que bom que se inverteu a pauta, eu ouvi o relatório e, o melhor, o raciocínio da Senadora Damares em relação à impunidade! É interessante que, para um projeto desse, de suma importância, para acabar com essa sensação de impunidade e com esses números represados, de que 10% de tudo que é feito de denúncia foi processado durante o período que foi citado aqui.

Mas o que me leva a um raciocínio, Senadora Damares, é que, quando o Judiciário quer – e a gente vê nas maiores instâncias –, modificam-se em semanas coisas que a gente leva anos para fazer. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa anos aqui discutindo. Fomos eleitos pelo voto direto da população, temos essa prerrogativa, e a coisa não sai, não funciona.

É meio que chocante para as pessoas que assistem ou, senão, causa perplexidade ver o quanto é lento um projeto como esse, de importância, ou que, senão, se não tivesse sido feito lá atrás, porque não teria essa previsão que a gente espera que as instituições, que os órgãos públicos funcionem, não tinha essa previsão, mas, pela correção feita pelo Senador Jader Barbalho e relatada pela Senadora Damares, isso aqui vai levar o quê? Até chegar à próxima Comissão, daí chegar à CCJ, levar para a Câmara... Isso leva quanto tempo? Quanto tempo de impunidade ainda se vai ter?

Então, esse fato, não só essa lei, mas como outras também, não só que defendem a mulher, mas como outras no país, a que não tem a fiscalização, a que não tem efetiva punição, a que não tem o efetivo tratamento, como a gente planeja que a coisa funcione, só leva a isso. É uma lei boa, é a primeira, possivelmente a melhor do planeta em relação à defesa da mulher, a Maria da Penha, mas que ainda não causou o efeito que deveria causar: não só proteger a mulher, mas punir exemplarmente, como está no relatório da Senadora Damares, esses agressores, ainda mais dentro de casa, o companheiro, que deveria, pelo menos, proteger – pelo menos, não, o que deveria proteger – é o que agride.

Então, fiz certo a gente trocar aqui, porque deu para eu ouvir isso aí. O restante não sei qual é, se é do Hamilton Mourão, mas a minha trata de segurança pública, premiação, mas a da senhora vem bem na semana e no mês, que temos que comemorar sim... Aliás, comemorar não, tem que alertar. Comemorar uma lei que pode ser aprimorada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Styvenson.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Conforme esperavam todos os senhores, e evidentemente eu, por unanimidade, está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nada mais.

Agora vamos ao item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De nada! O que é isso.

Segue lá para a CPMI, que daqui a pouco estarei lá também, Senadora.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 33, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Diploma Segurança Cidadã e dá outras providências.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à Comissão Diretora.

A autoria é do Senador sergipano Rogério Carvalho. A relatoria é do potiguar Senador Styvenson Valentim – e não poderia estar em melhores mãos.

Passo agora a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura de seu relatório, por fineza. À vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de passar para a análise, para ser mais sintético, o Projeto de Resolução 33, do Senado Federal, de 2020, de autoria do Senador Rogério Carvalho, "institui o Diploma Segurança Cidadã, destinado a agraciar profissionais de segurança pública e defesa nacional que tenham oferecido contribuição relevantes à defesa dos direitos humanos, da vida, da cidadania e dos valores da infância e da adolescência".

Então, partindo para a análise.

Preliminarmente, não verificamos qualquer vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade. Apresenta também boa técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, entendemos que a proposta é valorosa. Apesar das inúmeras violações de direitos humanos cometidas por uma fração mínima ou pequena das forças de segurança pública, é necessário que se reconheçam atos excepcionais, em que pesem condições árduas e insalubres com que convivem os profissionais da área.

É importante valorizar o profissional de segurança pública não apenas com a política salarial decente, mas também reconhecendo, por outros meios, trabalhos extraordinários – daria para citar vários. O presente projeto de resolução faz justamente isso, concedendo honrarias a trabalhos singulares, dignos de aplauso.

Com o Diploma Segurança Cidadã, espera-se que mais profissionais da segurança pública, apesar de condições muitas vezes inadequadas de trabalho, realizem feitos ímpares de proteção dos direitos humanos, servindo como multiplicadores de seus atos nas instituições de origem.

Voto.

Antes o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 33, de 2020.

Antes de concluir, Senador Kajuru, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já que se trata de um prêmio ou, senão, de um diploma de segurança cidadã aos profissionais da área em defesa nacional que tenham oferecido contribuições relevantes aos direitos humanos, creio que a gente está passando agora por uma situação que está sendo transmitida pela imprensa lá em São Paulo, no Guarujá, no Rio de Janeiro e em outros lugares do Brasil. Também sempre tem confronto entre polícia militar.

Eu, que vim da polícia militar, sei que nenhum policial quer se confrontar com bandido, mas é parte da profissão.

Então, existem outros meios de fazer uma avaliação das operações policiais hoje, com a tecnologia que se usa, antes de criminalizá-las perante a imprensa ou senão o tribunal das redes sociais. Antes que isso aconteça, existem formas tecnológicas hoje, com câmeras, aparatos de filmagem ou senão de acompanhamento em tempo real dessas operações. Eu creio que nenhum policial militar, que está submetido a uma ordem de proteger, servir à sociedade e manter a segurança pública com risco à própria vida, quer confronto com nenhum tipo de elemento, nenhum bandido. Então, se o bandido confrontou-se – aquele que não está ali para receber o policial com educação, com bom dia, com boa tarde, ou senão boa noite: "Por favor, entre aqui na nossa comunidade, apreenda a nossa droga", droga essa que vai ficar muito mais fácil de circular dentro das comunidades...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Acabei de ler, Rogério, seu projeto. Estou só dando uma reparada, aqui, na questão dos direitos humanos e da criminalização que tem das ações policiais, antes mesmo de serem julgadas. Não é ao que o projeto visa. Existem policiais que fazem partos, que salvam vidas; policiais que estão protegendo, que estão servindo. Como diz o projeto, como diz o relatório – com que o Senador Rogério, que está do meu lado, concorda –, é uma parcela bem pequena, é uma parcela pequena que coloca justamente tudo isso ao contrário do que a gente prevê para uma instituição que é para servir e proteger.

Então, Senador, não poderia deixar de falar uma vez que está acontecendo esse tipo de operações no Brasil todo. E o que não pode deixar de acontecer é que as forças de segurança pública estatais, estaduais não prestem um serviço adequado à população, claro, sempre com respeito aos direitos humanos, à cidadania, a tudo isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns pelo irretocável relatório, Senador Capitão Styvenson!

E, como sempre, para variar, todo projeto do sergipano Senador Rogério Carvalho vem com conteúdo valoroso.

Alguém deseja discutir, por fineza? (*Pausa.*)

Pode ficar à vontade, Senador Rogério Carvalho, que é o autor do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu quero agradecer ao Senador Styvenson pela relatoria, por relatar o projeto.

Na verdade, é a possibilidade de a gente reafirmar aqueles compromissos que a gente espera dos bons policiais; na verdade, que toda polícia pudesse ter este comportamento, uma relação mais amigável, de maior interação com as comunidades. Isso é fundamental para que a gente tenha uma segurança e um respeito da população às forças policiais. Quando a população respeita as forças policiais e admira as forças policiais, e essas forças policiais interagem com a comunidade, a gente tem um resultado muito mais eficaz da ação ostensiva de combate ao crime; isso colabora, isso ajuda. Então, é mais no sentido de a gente reforçar essas atitudes que dialogam com a interação com a comunidade.

Então, eu queria agradecer ao Senador Styvenson Valentim pela relatoria e agradecer a V. Exa., Presidente Kajuru.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos, Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2020.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Em função de estar presente em outra Comissão – o outro item seria da Senadora Augusta... Portanto, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Agradecidíssimo, especialmente, pela minha visão, sempre entregando a mim os trabalhos da forma mais gentil possível. Eu aqui registro o Secretário desta Comissão de Segurança, o meu querido Waldir Bezerra, e a Mesa, que tem o João, que tem a Clarissa e que tem o Thiago – grande Thiago! De forma sincera, muito obrigado a vocês.

Deus dê saúde a todos e a todas.

Vamos seguir, não é, General Hamilton Mourão?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Selva!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Selva! A vida de Bolt!

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Carlos Viana, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Eduardo Girão e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2023 - CSP, de autoria do Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Subsidiar a avaliação, no ano de 2023, da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022. **Participantes:** Sr. Diego Roberto Barbiero, Membro do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp; Sra. Lúcia Helena Barros de Oliveira, Coordenadora da comissão de política criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Anadep; Sr. Pedro Luís, Representante da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo; Sr. Márcio Alberto Gomes Silva, Representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF; e Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - Adepol. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem como objetivo subsidiar a avaliação, por parte desta Comissão, no ano de 2023, da atuação da Justiça no âmbito do processo penal, no período de 2017 a 2022, nos termos do Requerimento 9, de 2023, e do plano de trabalho aprovados por esta Comissão.

Estão presentes e podem tomar lugar à mesa a Sra. Lúcia Helena Barros de Oliveira, Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), que estará por videoconferência; Sr. Diego Roberto Barbiero, membro do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); Sr. Pedro Luís, Chefe da Assessoria Policial Militar de São Paulo e representante da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, por videoconferência, no sistema remoto; Sr. Márcio Alberto Gomes Silva, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF); e Dr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), meu querido amigo do meu querido Estado do Espírito Santo, colega de profissão que muito me orgulha.

Informo também que foi convidado para esta audiência, mas, infelizmente, não pôde comparecer, o Sr. Rogério Greco, Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por no máximo dez minutos. No fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazer as suas perguntas ou comentários.

Neste momento, eu agradeço, mais uma vez, o comparecimento dos convidados e daqueles que estão no sistema remoto e, imediatamente, eu passo a palavra ao Sr. Diego Roberto Barbiero, membro do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIEGO ROBERTO BARBIERO (Para expor.) – Exmo. Senador Fabiano Contarato, que preside esta sessão, a gente agradece a oportunidade de estar na presença de V. Exa. Estenda os cumprimentos ao Senador Sérgio Petecão, que preside a Comissão.

Também cumprimento os outros presentes na nossa audiência, Dra. Lúcia Helena, Dr. Pedro Luís, Dr. Márcio Gomes e Dr. Rodolfo Laterza.

Faço especial agradecimento ao Dr. Manoel Murrieta, Presidente da Conamp, e ao Dr. Alexandre Estefani, Presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, que me possibilitaram estar aqui, Senador, para falar um pouquinho sobre o sistema de Justiça nos últimos cinco anos e o que, talvez, a gente espera para o futuro dele.

Sou promotor de Justiça há 12 anos, em Santa Catarina. Fiquei quatro anos à frente do Gaeco de Chapecó e hoje coordeno o CyberGaeco, Divisão de Investigação Cibernética do Ministério Público de Santa Catarina, que, na verdade, é só coordenado pelo Ministério Público. É, sim, uma força-tarefa formada no nosso estado por Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros, todas as instituições trabalhando juntas em prol de resultados mais efetivos para segurança pública, para que a gente possa trazer um pouco mais de acalento às vítimas dos crimes.

Quando a gente fala, Senador, em sistema de Justiça, eu acho que é invariável a gente pensar os resultados que conseguimos dar à população brasileira como órgãos integrantes do sistema de segurança pública e sistema de persecução penal.

A gente vê, nos últimos anos, como as nossas Polícias Civil e Federal, encarregadas da investigação, deram um salto qualitativo em suas atuações. Isso resultou em investigações mais contundentes acerca de autoria e materialidade, levando também ao Poder Judiciário elementos mais seguros para apuração de decisões que vão, talvez, trazer um pouco de alento à população.

O que a gente vê, infelizmente, é um número muito elevado de crimes, e eu não vou falar sob ponto de vista de crimes em ação, mas sim de crimes com vítimas, pensarmos em quantas pessoas são vitimadas pelas ações criminosas no Brasil ano a ano.

A gente fala aqui de 50 mil homicídios, em média, por ano; a gente fala de mais de 1 milhão de furtos ou roubos de celulares por ano; mais de 1 milhão de roubos praticados com violência e grave ameaça à pessoa; na última década, 500 mil mulheres estupradas.

Como integrantes do sistema de Justiça, o membro do Ministério Público, o promotor de Justiça, é quem atua na defesa da sociedade num julgamento, mas é também, Senador, quem abre a porta para a vítima e a recebe em seu gabinete, dizendo: "Doutor, como é que aquela pessoa que há um ano assaltou meu mercadinho está na rua de novo? Eu vou ficar refém da ação dela?". Às vezes, a pessoa nem teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação ainda. Foi presa preventivamente, teve a liberdade restituída, o processo anda, e a intranquilidade e a insegurança permeiam a vida da população.

Evoluímos muito, vejo, com o pacote anticrime e principalmente com o acordo de não persecução penal. São instrumentos que agilizam, que trazem celeridade a julgamentos que não envolvem violência e grave ameaça à pessoa, deixando ao Poder Judiciário a obrigação de julgar aqueles casos de maior relevância; mas, mesmo com esses mecanismos, Senador, o tempo médio de um processo judicial, de uma ação penal, em primeiro grau, é dois anos.

Então, vamos pensar. Bom, temos o NPP, que, vejo, trouxe reflexos positivos, tanto que os números, os índices criminais dos últimos quatro anos reduziram em relação a quase todos os crimes. A NPP pode ser um dos motivos para isso, a melhora constante das forças de segurança... E parabenizo os doutores que aqui estão, principalmente o Dr. Márcio Gomes, que está na formação dos policiais federais.

A gente pode ir além, pensar em ir além, porque, se temos uma audiência de custódia, Senador, não poderíamos pensar em tentar evoluir o NPP, para que, numa custódia que envolva, por exemplo, um furto sem violência, sem grave ameaça, possa ser aplicada imediatamente uma pena, ou privativa de liberdade ou restritiva de direito, no momento da audiência de custódia, sem necessitar retirar o policial militar que eventualmente fez o flagrante da sua atividade ostensiva, para, depois de um ano e meio, dois anos, prestar um depoimento sobre uma ação que ele nem sequer vai lembrar, de tão usual que é? Temos essa oportunidade na audiência de custódia.

Por que não vamos pensar também, Senador e demais Senadores que nos acompanham e quem nos assiste, em olhar também o processo penal sob o ponto de vista da vítima? Aqui eu falo principalmente nos crimes cibernéticos. Hoje temos uma dificuldade em delimitar competência – e os delegados bem sabem – para conseguir a obtenção de cautelares e investigações de crimes cibernéticos, porque a nossa legislação processual é muito, ainda, apegada à ideia de fixação da competência pelo local do crime, mas o crime cibernético acontece em qualquer lugar. Ele acontece no *laptop*, no celular daquele indivíduo que pratica essa ação, e ele pode estar em qualquer lugar. A vítima não. A vítima reside em um local específico, e é ela quem sofre a ação imediata dessas violações dos seus direitos.

É claro: a tarefa do legislador é da mais árdua. Equilibrar um sistema de persecução que garanta efetiva proteção aos direitos individuais daquele que é criminalmente processado, mas também restituir à vítima tanto a dignidade quanto aquele direito que lhe foi violado, a restituição do bem jurídico retirado. Às vezes isso é possível, como no caso de crimes patrimoniais, mas às vezes as marcas deixadas pela criminalidade vão muito além da aferição econômica, às vezes a vida se perde, às vezes a ferida mental é tão grande que se levam 20, 30 anos para se recuperar ou quiçá não se recupera.

Estamos avançando? Estamos, é indiscutível, mas temos que pensar, Senador, que a efetividade do sistema de persecução e a severidade vão ser responsáveis pela diminuição do número de crimes. Enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não diminuirmos o número de crimes, não haverá estrutura humana que terá capacidade de investigar, processar e julgar todas as violações que ocorrem em nosso país. Isso para falar só da parte de conhecimento, porque talvez outro gargalo do nosso sistema jurídico como um todo seja a efetividade da execução, mesmo a execução civil, e aqui falamos da execução penal.

O processo de conhecimento é trabalhoso, a ação penal demanda produção probatória de qualidade, atuação intransigente, defesa da sociedade por meio do Ministério Público, investigações absolutamente perfeitas pelas polícias, só que às vezes a gente vê um trabalho muito grande na fase de conhecimento e, na execução da pena, as coisas acontecem mais rápido do que se poderia imaginar numa democracia. Indivíduos que são privados de liberdade acabam voltando ao convício social de forma prematura por uma deficiência que temos na estrutura dos sistemas de reclusão e, então, optamos, talvez, por um rodízio de vagas no sistema de execução, e essas curtas durações do cerceamento da liberdade, principalmente quando se trata de crimes graves, talvez não tragam àquele que pratica o crime a sensação de punição, de que o Estado atua também para restabelecer os direitos daqueles que foram vitimados pelo crime. E aí a sociedade começa a questionar o sistema de justiça como um todo e, via transversa, todos os poderes e instituições que legalmente foram postos no nosso país por meio da nossa Constituição e das nossas leis.

Então, Senador, agradecendo a oportunidade de estar aqui conversando sobre um tema tão caro para a sociedade brasileira, penso que podemos, na atividade legislativa, que é o campo adequado e próprio para a discussão dos caminhos que devemos trilhar para alcançar aquele Brasil com que tanto sonhamos, tentar métodos que vão além do acordo de não persecução penal para trazer celeridade e talvez imediatidade de julgamento dos crimes que não envolvem violência e grave ameaça à pessoa, estabelecendo também critérios de fixação de competência criminal pensados sob a ótica da vítima.

Senador, agradeço a oportunidade e devolvo a palavra à sua Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, querido colega, que está aqui contribuindo com suas manifestações.

Antes de passar a palavra ao próximo, eu só queria fazer também uma reflexão. Sempre que posso, eu tenho feito essa reflexão nas Comissões das quais eu faço parte. Nós sabemos também que o crime é um fenômeno social – e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno –, mas também é bem verdade que o Estado criminaliza a cor da pele, é bem verdade que o Estado criminaliza a pobreza. Eu fui delegado de polícia por 27 anos, e o meu querido Rodolfo sabe disso. Se você traçar o perfil socioeconômico de quem está preso: pobres, pretos e semialfabetizados. Se você pegar qual é o crime que tem maior nocividade à população – e aqui eu não estou fazendo apologia ao crime, longe de mim –, quando pratica um furto aqui, que está lá violando a regra do art. 155, que é subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, com pena de reclusão de um a quatro anos, e multa, você tem uma vítima determinada, mas, quando um político desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um político desvia verba da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens. Então, eu pergunto: qual é o percentual da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população carcerária de condenados ou de presos provisórios por crimes como, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, contrabando, descaminho, extorsão, concussão, crimes contra a lei tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de negação fiscal?

Agora, agir de forma contundente para criminalizar um segmento da população é sobre isso que nós temos que refletir, porque são populações que estão sendo vilipendiadas de seus direitos alimentares, e eu não posso conceber. Como que fica a democracia numa população que não tem segurança pública? Como que fica a democracia numa população pobre que não tem acesso à saúde? Que democracia é essa em que a população hipossuficiente não tem acesso à educação pública de qualidade, que não tem iluminação pública, que não tem saneamento básico?

Hoje foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça um projeto de lei para alterar as penas, aumentar as penas de determinados crimes, inclusive de furto de fios de sistemas de rede elétrica. Será que é este efetivamente o caminho: pagar uma pena de reclusão, de três a oito anos, e multa?

Eu queria ver se esta Casa tivesse a coragem de aprovar, equiparando e determinando que são crimes hediondos crime de corrupção, crime de desvio de verba pública, crime de desvio de programas sociais – Prouni; Projovem; Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos –, de todos os programas sociais, porque você atinge ali não uma vítima determinada, mas uma universalidade de vítimas.

E aí eu fiz questão de estar presidindo e ser o Relator desse tema, porque muito se atribui aqui – eu não estou fazendo a defesa porque sou hoje político; não, longe de mim –, passa-se para a população o senso comum de que a culpa está no Legislativo, na morosidade da Justiça. E eu vou falar onde está a culpa, pontuando um a um para os colegas – e vocês sabem melhor do que eu –: prazo para conclusão de inquérito policial, art. 10, *caput*, Código de Processo Penal, 10 dias, se preso, 30 dias, se solto, cumpra o prazo; oferecimento de denúncia, art. 46, *caput*, 5 dias, se preso, 15 dias, se solto; prazo para apresentação de resposta à acusação, art. 396, 10 dias; prazo para concluir instrução criminal, art. 400, *caput*, 60 dias; prazo para apresentação das alegações finais, art. 403, §3º, 5 dias; prazo para o juiz proferir sentença, art. 403, §3º, 10 dias, que o CNJ até estendeu e colocou mais cem dias para dar uma permissibilidade, porque tinha muitos processos nas varas criminais; prazo para apresentação da apelação, art. 593, *caput*, 5 dias para termo de apelação e 8 dias para apresentar as razões de apelação.

Se você somar todos os prazos processuais que estão aqui, verá que a falha não é da lei, a lei está aqui! O mais difícil nós fizemos que foi colocar no sistema normativo prazos. Agora, por que a lei não é cumprida? Ela não é cumprida para um segmento: pobres, pretos e semialfabetizados; esses são vilipendiados nos seus direitos elementares e são subjugados e depositados no sistema prisional.

Perdoem-me. Eu faço questão de fazer essa fala não só aqui – hoje mesmo, eu fiz essa mesma fala, nessa linha, na Comissão de Constituição e Justiça e em outras Comissões de que eu faço parte –, porque é muito triste a gente ter um comportamento dessa natureza. Ora, nós sabemos – e vocês sabem melhor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu – qual o percentual de crimes praticados no país. Quantos desses crimes chegam ao conhecimento através do poder público, seja da polícia militar, seja da polícia civil, seja das suas competências? É um percentual pequeno. Desses que chegam ao percentual de conhecimento dos órgãos de persecução penal, em quantos que se chega à autoria? Reduz. Desses que se chega à autoria, quantos são efetivamente julgados e condenados? É muito menor.

Então, esse fenômeno social, que é a redução da criminalidade, eu acho que passa por uma análise muito mais de efetivação de direitos, que passa pela dignidade da pessoa humana. Não estou justificando a prática de nenhum crime. Para mim, a pessoa tem que cumprir; fez, responde pelo que fez. Agora, a gente não pode agir de forma contundente apenas para um segmento da sociedade. Volte para lá, vá para os bolsões de pobreza, e a gente vai ver o que efetivamente é a população mais pobre, e a grande maioria, pessoas boas, honestas, íntegras.

Nós ocupamos locais privilegiados, homens, brancos, na grande maioria, ricos e engravatados. Agora, tenha um filho com uma lavadeira numa favela, e o sonho daquele filho é entrar num curso de medicina. Vá ver se não for o sistema de cotas, se ele vai entrar na universidade. E quem é que tem R$10 mil, R$12 mil para pagar um curso de medicina?

Eu acho que são muitas as reflexões que a gente tem que fazer. Eu só faço questão de toda vez falar esse rol de crimes e dos prazos processuais para desmistificar uma falha que não é do Legislativo. A morosidade do processo penal brasileiro tem destino, o destino não é o Legislativo. O Legislativo legislou. Nós temos uma lei federal, que é o Código de Processo Penal.

Desculpa pela contundência, talvez, na minha fala, mas é porque, quando eu vejo proposições dentro do Senado Federal de projetos de lei em que, mais uma vez, só quem vai ser atingido de forma contundente é um segmento da população, eu não posso me furtar em fazer essa humilde reflexão. Eu agora, neste momento, passo a palavra à Sra. Lúcia Helena Barros de Oliveira, que é Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicas (Anadep).

Aqui eu quero fazer uma... Só enaltecer a defensoria pública, porque eu sempre que posso também faço isso. Eu sempre digo o seguinte: você quer ver como um governo quer bem a população? Olha como ele trata a Defensoria Pública. A Defensoria Pública tem que estar em todos os municípios, em todos os estados. Ela tem que estar ali, porque o acesso à Justiça é uma garantia constitucional e poucos têm acesso à Justiça. Então, eu quero aqui, mais uma vez, fazer o meu agradecimento ao empenho, ao trabalho hercúleo que a Defensoria Pública, seja ela estadual, seja ela da União, tem feito no Estado brasileiro.

Com a palavra, a Sra. Lúcia Helena Barros de Oliveira, para, em no máximo, dez minutos fazer a sua manifestação.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÚCIA HELENA BARROS DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos! Gostaria de saudar o Senador Fabiano Contarato, e é na pessoa do Senador que eu cumprimento todos os Senadores desta Casa. Gostaria de cumprimentar a todos os que estão participando diretamente, quer seja presencialmente, quer seja no modelo virtual, desta audiência pública, junto conosco, com quem a gente tem a alegria de dividir a fala e comentar o diálogo.

Gostaria de agradecer a oportunidade, em nome da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. A associação representa cerca de 7 mil defensoras e defensores associados em todo o país, e ficam aqui registrados os nossos agradecimentos.

Eu sou Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, sou defensora pública, ingressei em 1997, e atualmente eu estou na coordenação da Comissão de Política Criminal da Anadep, mas também atuo como Coordenadora de Defesa Criminal da Defensoria Pública aqui do Estado do Rio de Janeiro.

Eu penso ser muito proveitoso que a gente possa estar discutindo a atuação da Justiça no período de 2017 a 2022. É claro que nós temos muito que agradecer e enaltecer, porque a oportunidade de discutir – a democracia é isso –, a oportunidade de passar os nossos pensamentos, quer seja pelo lado defensivo, na defesa das pessoas mais vulneráveis, quer seja através das posições do Poder Judiciário, Ministério Público, essa é a saúde do diálogo. Isso é o mais importante, mas é claro que nós temos que também parabenizar e dizer que a gente teve alguns avanços ao longo de anos. O nosso Código é da década de 40, e claro que nós propomos avanços nisso, mas em que pese alguns avanços – e aí eu cito aqui, por exemplo, o fato de nós termos, em nosso cenário legal, a realização das audiências de custódia, que precisam ser comentadas por todos os atores do sistema de justiça –, nós também temos que apontar algumas necessidades de mudança, algumas necessidades de reflexões, sobretudo quando a gente fala do nosso sistema carcerário.

O Brasil ocupa a terceira maior população carcerária do mundo e nós temos hoje pouco mais de 800 mil pessoas presas. Em termos de presos provisórios, nós temos cerca de 210 mil pessoas presas. Esses dados são extraídos do Senappen. Quando a gente busca o percentual de pessoas presas até a idade de 30 anos, nós temos cerca de 40%. Essa população carcerária é majoritariamente de pessoas negras. Então, sobretudo quando a gente avalia o número de presos provisórios, quando a gente avalia quem está sendo levado para o cárcere, ainda há muito que caminhar, mas não só o Legislativo – eu penso que todos os Poderes, Executivo e Judiciário, e eu diria que todos os atores do sistema de Justiça.

Os presos provisórios... É claro que quando a gente fala em um preso provisório, a gente também lida com o princípio da duração razoável do processo. Conforme o Senador muito bem descreveu agora há pouco, nós temos prazos a serem cumpridos, muito bem delimitados pelo Legislativo, mas a gente precisa se esforçar para que esse quantitativo de pessoas encarceradas não seja tão alto quando a gente fala de presos provisórios. A gente também sabe que vivemos num estado de coisas inconstitucional, e que por outro lado, embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido esse estado, a gente sabe que tivemos medidas provisórias que recomendaram que fosse revisto o contexto de privação da liberdade de certas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidades prisionais, tais como o Complexo Penitenciário do Curado, o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, aqui no meu Estado do Rio de Janeiro. Então é preciso olharmos para dentro do nosso cárcere para perceber que a gente precisa caminhar e que algo precisa ser feito.

Quando a gente tem no pacote anticrime um dispositivo que aumenta o tempo de prisão – art. 75 do Código Penal –, que antes era de 30 anos passando para 40 anos, a gente tem que avaliar se efetivamente se faz necessário endurecer as penas sem que a gente olhe também para uma questão social. Por um outro lado, quando a gente vê o número de feminicídios aumentando de forma assustadora – e aí a gente olha pelo lado da vítima –, a gente percebe também que a gente precisa fazer alguma coisa e que, em verdade, a nossa legislação penal, a nossa legislação processual penal, tem, sim, muito a colaborar com tudo isso.

Nós tivemos – e aí isso é uma alegria – uma grande mudança de paradigma provocada pela jurisprudência, e foi pelo Superior Tribunal de Justiça, sobre o reconhecimento de pessoas por fotografias. E nós precisamos continuar com essa melhoria. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, fez pesquisa identificando diversos casos de erro de reconhecimento por fotografias. O Condege (Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais) também participou de pesquisa e identificou um percentual grande de pessoas negras encarceradas por força de reconhecimento fotográfico. Nós precisamos, sim, melhorar o nosso sistema penal e processual penal.

A situação não é diferente quando a gente fala... A gente sabe bem que há uma diferença entre reconhecimento de pessoas através de fotografias e o reconhecimento facial, que é o uso da tecnologia para efeitos de reconhecimento. Muito embora a gente saiba o quão saudável é a utilização de tecnologias, a utilização de meios atuais para nos amparar, a gente sabe bem que ao usar essa tecnologia, se não tomarmos cuidado, poderemos estar fomentando o racismo, poderemos estar fomentando as problemáticas raciais que a gente vem identificando ao longo de tanto tempo. É claro que a gente sabe, que a gente também identifica que o acordo de não persecução penal foi um grande avanço, avanço esse introduzido pelo pacote anticrime, mas a gente sabe – e aí a gente também sabe da dificuldade –, a gente entende que precisa melhorar esse sistema de aplicação do acordo de não persecução penal, e talvez não seja na audiência de custódia o lugar mais adequado para se realizar o acordo de não persecução penal, diante das circunstâncias de cada pessoa que é levada às audiências de custódia.

A Defensoria Pública aqui do Rio fez um relatório, segundo o qual de cada dez pessoas presas que passam pela audiência de custódia, sete são de pessoas negras, e essas pessoas – já me encaminhando para o fim – têm baixa escolaridade e são pessoas pobres, enfim, todo aquele cenário que a gente já conhece. Parece-me que essas pessoas talvez não tenham condições de decidir acordar naquele momento, então talvez não seja a audiência de custódia o momento propício para se falar em acordo de não persecução penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, realmente me encaminhando para o fim, a gente precisa avançar com a questão do princípio da insignificância adotado nas hipóteses dos casos de furto famélico. É inconcebível que a gente tenha questões de furto de papel higiênico, de pacotes de macarrão, sendo levados ao Supremo Tribunal Federal para que o Supremo possa decidir se adota ou não o princípio da insignificância. Talvez seja necessário olharmos para esse ponto para, enfim, caminharmos de forma diferente e, talvez, evitar o grande volume, também, que abraça o Poder Judiciário por conta de diversos casos que chegam a suas mãos.

Despeço-me e agradeço mais uma vez pela oportunidade de poder estar aqui. Essas são as considerações pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado pela consideração e, mais uma vez, um abraço carinhoso à Defensoria Pública.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Pedro Luís, que é chefe da Assessoria Policial Militar de São Paulo e representante da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que está no sistema remoto.

O SR. PEDRO LUÍS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador Fabiano Contarato. Parabéns pela iniciativa.

É uma honra muito grande poder representar o Secretário Derrite nesta audiência. É muito importante para que nós possamos compartilhar as nossas preocupações. São preocupações muito mais ligadas ao dia a dia do que, efetivamente, a questões formais associadas a debates sobre alteração legislativa.

A gente está aqui em São Paulo implementando uma série de inovações que envolvem a participação muito efetiva dos atores que formam o sistema de persecução, em especial o Judiciário, o próprio Ministério Público e, com destaque, a Administração Penitenciária, porque, no Estado de São Paulo, a Administração Penitenciária é órgão do Executivo, independente da Segurança Pública, mas há um alinhamento muito bom, que hoje tem produzido excelentes resultados.

Vou começar pontuando por algumas premissas da política de segurança do Estado de São Paulo nesse tema de justiça penal. Primeiro ponto, e aí aproveitando a fala do Senador e da defensora Lúcia Helena, a quem eu parabenizo pelas considerações – muitas delas vão exatamente ao encontro do que a gente pensa como prioridade aqui em São Paulo –, nós entendemos que efetivamente existe, sim, uma correlação entre fatores socioeconômicos, estruturantes e a percepção do sistema penal. Ela é debatida pela literatura há mais de século. Tem, obviamente, muitos senões que precisam ser pontuados, mas a segurança pública, de uma forma geral – e aí eu falo das organizações policiais em especial –, têm, obviamente, que focar as suas preocupações naquilo que é mais urgente para a segurança imediata da população, que são os crimes de contato, aquela criminalidade que nós classificamos na literatura como criminalidade de contato predatória por conta do risco que ela, obviamente, envolve, mesmo a de natureza patrimonial, à integridade física das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas. Então, digo aqui, especialmente em relação ao crime de roubo, que é a principal preocupação atualmente da pasta de segurança paulista. Essa é uma primeira ponderação.

Uma segunda palavra introdutória: a gente tem contado com uma expressiva aproximação, tanto do Ministério Público quanto do Poder Judiciário, para muito além do controle externo. Senhores, isso é importante porque há uma reivindicação das organizações policiais há muito tempo no Brasil, de maior envolvimento – eu falo pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, tenho origem na Polícia Civil também, meu pai é policial de carreira – dos órgãos do sistema de persecução com a questão da efetividade da segurança pública, e não só com o controle externo da atividade policial. Isso tem acontecido em São Paulo. A atual gestão da Procuradoria Geral de Justiça implementa um grupo de controle externo que tem focado em questões relacionadas à efetividade da entrega dos serviços policiais, das políticas públicas de uma forma geral, e isso tem gerado resultados importantes.

Então vou começar a mencionar aqui as iniciativas, começar a me voltar às iniciativas em especial. Nós acabamos de assinar com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo dois termos de cooperação que visam o compartilhamento de bases de dados com o objetivo de dar maior serenidade à comunicação das constatações policiais em relação, por exemplo, à violação de condições impostas pelo juízo ao usufruto de benefícios tanto de ordem processual como de ordem pré-processual. Esse termo que acaba de ser assinado vai permitir ao juiz da execução que tenha noção em tempo real das situações que são verificadas pelo policiamento ostensivo que envolvam violação de benefícios.

Por quê? Qual é a lógica por trás dessa iniciativa? Não é nenhuma novidade – a literatura mundial também já aponta isso como uma verdade quase que consensual – que quase a maioria esmagadora da criminalidade violenta é praticada ou envolve pessoas que têm antecedentes pela prática de crimes também violentos. Então, a gente fez um experimento nos primeiros meses de gestão, na área central em especial, que demonstra que essa premissa acadêmica se verifica na prática. Quase 70% das pessoas presas em flagrante pela prática de crime de roubo estavam no gozo de algum benefício concedido ou em fase processual ou em fase pré-processual, e a gente espera, por conta desses experimentos que já foram levados a termo em São Paulo, que a medida traga efetivo resultado na redução desses crimes, que são os mais relevantes.

Também vale a pena mencionar, como uma iniciativa, que há uma mobilização, já há algum tempo levada a termo por alguns estados do Sul, Centro-Oeste e Sudeste, com o objetivo de otimizar a atuação da polícia em face da atuação do crime organizado, especialmente nas fronteiras. Então é um grupo chamado SULMaSSP. Ele tem se reunido periodicamente envolvendo os Secretários de Segurança de todos os estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso. Esse grupo, além de fomentar uma maior integração nas divisas entre os estados na atuação das polícias, tem também apontado questões de fundo legal que vão ser em alguma medida levadas ao conhecimento do Poder Legislativo Federal, mas isso ainda está em fase muito incipiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que vale a pena mencionar é que essa aproximação dos estados do Sul, Sudeste e Mato Grosso tem gerado uma melhora na comunicação e na gestão da atuação policial na fronteira, e a gente tem medido já isso tanto com variáveis associadas à apreensão de entorpecentes, como a redução de alguns indicadores que são típicos de fronteira, como roubo de carga e contrabando.

Por último, para não me estender demais, eu queria mencionar que toda essa lógica de maior envolvimento com o Poder Judiciário, maior interação entre os estados que mantêm divisa territorial em face do crime organizado, é refletida pela política que é nuclear, a atual gestão, que é uma política de monitoramento por meio de câmeras, câmeras inteligentes. E não é só isso, obviamente, mas é principalmente isso, é um sistema denominado, um programa denominado Muralha Paulista, que tem o objetivo de se valer do legado de monitoramento eletrônico, que já existe, com a finalidade de desenvolver mecanismos ou algoritmos de acionamento policial emergencial ou imediato, no caso de constatação de comportamento sujeito à atuação policial. Então, são obviamente leitores de placa, são sistemas de correlação de comportamento que podem estar associados à prática de crime.

Isso já tem, só nessa parte, nesse primeiro momento de levantamento de legado e incremento da base já integrada no sistema informatizado, a gente já conseguiu aumentar a eficiência policial em face de crimes patrimoniais quase da ordem de 300% a 400%, em pouco tempo. Então, a ideia tem gerado muitos resultados. Ela é o núcleo da nossa política de segurança e ela aposta, sim – aí indo na mesma linha das palavras do Senador –, na efetividade, no incremento da efetividade da aplicação da lei penal como a principal estratégia para mitigação, para prevenção e controle da criminalidade, em especial da criminalidade predatória, que é a que causa tanto mais prejuízo à integridade das pessoas, como afeta mais importantemente a percepção de segurança do cidadão.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer pelo convite, em nome do Secretário da Segurança do Estado de São Paulo, Guilherme Derrite, e parabenizar a Comissão pela iniciativa, porque é uma constatação também – não é uma reclamação; é uma constatação –: o sistema de segurança pública brasileiro demanda, se ressente da falta de diálogo entre os seus atores, ou os atores que envolvem persecução penal. E este momento aqui é muito importante para que a gente possa comunicar as nossas necessidades e divulgar as práticas que parecem já ter produzido resultado importante.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Márcio Alberto Gomes Silva, que é representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF).

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO ALBERTO GOMES SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todas, a todos.

Queria cumprimentar o Senador Fabiano Contarato pela excelente iniciativa de reunir aqui entidades para discutir esse tema tão caro para a sociedade. E inicio a minha fala dando efusivos parabéns ao Senador pela sua fala contundente.

Particularmente, antes de ser delegado de Polícia Federal há mais de 15 anos, Senador, eu fui policial civil, eu fui defensor público e sou professor também há mais de 15 anos. Então, discutir segurança pública apenas pensando na segurança pública é algo que não é efetivo; a segurança pública depende da implementação de direitos sociais para que ela possa efetivamente avançar. Então, a gente só consegue diminuir efetivamente índices de criminalidade e resolver problemas no âmbito da segurança pública, quando a segurança pública serve apenas e tão somente para afastar temporariamente da sociedade quem optou por cometer crime, e essa opção pelo cometimento do crime só vai ser uma opção verdadeira quando os direitos sociais forem todos respeitados pelo Estado e pela sociedade, quando a sociedade entender que precisa dessa observância dos direitos consagrados no art. 6º da Constituição Federal para que a gente possa pensar efetivamente num livre-arbítrio.

Então, parabéns pela fala do senhor, uma fala precisa.

Eu queria também cumprimentar inicialmente a Dra. Lúcia Helena, que está representando aqui a Associação dos Defensores Públicos; o Coronel Pedro Luís, que antecedeu a minha fala, representando o Secretário de Segurança Pública de São Paulo; o Dr. Diego Barbiero, que está representando o Ministério Público; o Dr. Rodolfo Laterza, representando a Adepol; as senhoras; os senhores; as Sras. Senadoras; os Srs. Senadores; e o público ouvinte.

Bem, inicialmente, Senador, eu queria também destacar que essa fala do senhor está muito atrelada a iniciativas que a própria Polícia Federal... Eu estou aqui representando hoje a Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal, mas não queria deixar de pontuar que a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia está já pensando numa formação mais humanista para os nossos policiais, implantando, a partir deste ano, uma série de cursos tanto lá na formação inicial quanto nos cursos de capacitação continuada, nas especializações, uma formação que pensa na defesa da democracia, uma formação que pensa no enfrentamento ao racismo, uma formação que pensa no enfrentamento a crimes relacionados à violência de gênero.

Então, todas essas iniciativas têm sido contempladas tanto na formação policial inicial – a gente está com o curso de formação atualmente lá na Diretoria de Ensino – quanto na formação continuada por meio de cursos de especialização e capacitações que são fornecidas pela Polícia Federal. Então, essa ótica é muito interessante e precisa ser repassada para todos os órgãos de segurança pública que ainda não têm oportunidade de ter esse pensamento um pouco mais amplo quanto à prestação de serviços de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que eu queria destacar, exatamente relacionado aqui à eficiência da persecução penal, é que essa eficiência precisa ser buscada, obviamente, sem perder de vista a proteção e a defesa dos direitos fundamentais de todos os envolvidos. Então, investigado, indiciado, réu, vítima, testemunhas, todos os atores que acabam passando pelo sistema de persecução penal precisam desse respeito. E, dentro dessa linha, Senador – o senhor falou sobre sempre os órgãos de segurança pública e o aparelho de justiça atingirem, de certa forma, o mesmo, entre aspas, "público-alvo", reflexo aqui de graves problemas sociais que a gente acaba enfrentando historicamente – uma das propostas, uma das proposições que a Associação de Delegados de Polícia Federal vem fazer a esta Casa legislativa é para discutir a elaboração de uma lei que clarifique a competência.

Um grande problema que a gente encontra na persecução penal, principalmente de autoridades que têm prerrogativa de foro, é essa imprecisão. Primeiro, há uma quantidade muito grande de autoridades que detêm prerrogativa de foro. Eu tive a oportunidade de participar esta semana de uma banca examinadora de um trabalho de conclusão de curso em que o candidato apresentou, só na Constituição Federal, trazendo para a realidade prática, que a gente tem mais de 30 mil autoridades com prerrogativa de foro, se a gente pensar em Deputados Estaduais, Distritais, Prefeitos, então, vindo lá desde o município até as autoridades federais. E a gente está num panorama em que me parece ser necessário uma clarificação em relação a como, desde o início, a investigação deve ser tocada pelas polícias investigativas.

Então, por exemplo, na questão de ordem na Ação Penal 937, o Supremo restringiu a sua competência para julgar Deputados Federais e Senadores, indicando que as premissas são que o crime tenha sido praticado depois da diplomação e que o crime guarde relação com o mandato parlamentar.

Ora, só para exemplificar, para verem como é difícil essa atuação: e se um delegado de polícia, seja civil, seja federal, se depara com uma situação em que um Parlamentar federal comete um crime, mesmo que seja pós-diplomação, mas completamente apartado do seu mandato parlamentar? Como é que fica o início dessa investigação, já que o próprio Supremo afirmou, na Questão de Ordem na Ação Penal 937, que não é ele o competente para julgar esse Parlamentar porque faltaria uma perna dessa premissa? A gente precisa, antes de iniciar efetivamente a investigação, mandar esse caso para que o Supremo decida se realmente ele não é competente ou a gente já procede à instauração e passa a atuar junto com o juiz de primeiro grau? Como é que a gente vai tratar isso na prática?

E veja, Excelência, que qualquer tipo de atitude tomada pode repercutir numa futura nulidade que vá ser identificada e, eventualmente, em grau recursal e naquelas discussões intermináveis no âmbito do Poder Judiciário com o uso de todas as ferramentas recursais possíveis, em prescrição e impunidade. Então, uma sugestão que nós fazemos aqui é exatamente essa de clarificar, de uma maneira muito bem visível e detectável pelos órgãos de segurança pública, principalmente quem está atuando lá na ponta, no primeiro grau, o delegado, o membro do MP que atua diretamente lá com a prática inicial de crime, para que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saiba exatamente o que fazer, principalmente nesses casos que envolvem autoridades com prerrogativa de foro.

Antes de vir para a academia de polícia, eu atuei na ponta durante 15 anos. Só para exemplificar, eu estava observando uma operação policial que eu coordenei quando estava na ponta, na Bahia, que já está em tramitação no âmbito do Poder Judiciário há dez anos, que ainda se não observou uma sentença meritória para se decidir se, afinal, houve ou não houve a prática de crime. Esse gargalo precisa realmente ser enfrentado para que a gente não transmude o que é provisório, por exemplo, o encarceramento preventivo, o encarceramento que acontece ali no curso do processo, em algo que pareça pena. Não! A pena só deve ser aplicada com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória e com o reconhecimento efetivo de culpa.

Um outro ponto que também é afeto a essa clarificação, digamos assim, buscando eficiência... E, aí, é uma coisa que talvez a gente possa, de certa forma, utilizar Portugal como um paradigma. Lá eles têm uma lei orgânica da investigação criminal que esclarece exatamente as atribuições de cada polícia que atua na seara investigativa para que se evite algum tipo de atropelo às atribuições. Então, só para a gente exemplificar, há aqui o reconhecimento pelo Supremo, com o recurso extraordinário ao qual se deu repercussão geral, da atribuição investigativa do Ministério Público com presidência direta de investigações. Só que até hoje o procedimento investigatório criminal é regido por uma resolução do CNMP. Então, a gente não tem claramente, com a atuação efetiva do Congresso Nacional, porque é uma decisão da competência do Congresso Nacional legislar em matéria de processo penal, como dizer, afinal, quais são os limites da investigação, em que momento o Ministério Público entra presidindo a investigação, em qual momento será a polícia investigativa.

Só para exemplificar também, cito outro caso concreto: você ter, por exemplo, um procedimento investigatório criminal iniciado pelo Ministério Público que depois é enviado para a polícia em forma de requisição para a continuidade das investigações. Parece-me que isso acaba prejudicando a efetividade do trabalho investigativo. Talvez, se pudesse existir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO ALBERTO GOMES SILVA – ... uma clarificação quanto a isso, seria interessante, para que os órgãos atuassem dentro dos seus escopos, obviamente, com a possibilidade, como o Dr. Diego falou, de atuação em conjunto, porque essa atuação em conjunto é uma atuação realmente muito profícua e que acaba rendendo bons frutos.

No mais, além dessas duas sugestões, uma última sugestão quanto às possibilidades recursais. Então, de novo, aqui sempre falando dessa situação que é recorrente quando a gente discute a eficiência do sistema de persecução penal, que há... E aí entra também na fala do senhor quando o senhor fala que a gente tem nos presídios ali as pessoas pobres. Dificilmente pessoas pobres conseguem um atendimento de um advogado que vai estar ali, atento só àquele caso criminal, para manejar aquela infinidade de recursos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vá levar o caso à prescrição, enquanto que, se a pessoa tiver uma condição de contratar um escritório muito bom, com a infinidade de recursos que nós temos, o caso tende a não chegar ao termo, e a prescrição, de maneira fatídica, pode acabar acontecendo.

Então, mais uma vez, a gente propõe aqui a discussão quanto ao sistema recursal brasileiro.

Agradeço demais a possibilidade e a ADPF fica à disposição deste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Márcio Alberto. Transmita o meu abraço carinhoso a todos os delegados e delegadas da Polícia Federal.

Agora concedo a palavra ao meu querido amigo e delegado do Espírito Santo, Dr. Rodolfo Queiroz Laterza, que é Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol).

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Desde já, cumprimento o eminente Senador Delegado de Polícia Fabiano Contarato, meu amigo com muito orgulho, meu colega de profissão, foi meu professor na Academia de Polícia Civil – aqui preciso destacar, grande professor –, e tenho aqui orgulho de tê-lo ao meu lado. Muito obrigado! Cumprimento todos os participantes, que fizeram suas exposições muito bem fundamentadas. Sintam-se devidamente cumprimentados aqueles que estão pelo meio virtual e aqui todos os presentes que nos assistem.

Somente, Senador Fabiano Contarato, a sua fala a respeito do nosso sistema de política criminal seletivo inerente ao nosso direito penal simbólico, realmente, tem um recorte da sociedade quanto, fundamentalmente, à morosidade da Justiça quanto a uma categoria social e econômica. Isso é reflexo, fundamentalmente, das nossas mazelas encobertas. O Brasil – e isso é pouco debatido – está na sétima pior posição do planeta no Coeficiente de Gini. O Coeficiente de Gini, para quem não se lembra, mensura os índices de distribuição de renda e de desigualdade social. Isso é um padrão absolutamente vergonhoso, que não explica toda essa criminalidade pujante que nós temos, mas contribui ao recorte do nosso sistema de Justiça Criminal, que repercute justamente nós termos essas piores desigualdades de renda do planeta.

Outro fator que também é pouco aqui discutido é o *ranking* do próprio Banco Mundial – aqui tirando qualquer viés ideológico –, em que o Brasil só decai no IDH, no Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma fórmula da ONU que mensura longevidade, renda *per capita*, educação, etc. Nós somos o 87º. Num debate que houve nesta Casa, em 2020, sobre a reforma administrativa, em que nós alertamos que a reforma administrativa levaria o Brasil para a 100ª, a 120ª, talvez, posição no IDH... Eu acho que foi falado. Nós estamos abaixo, com todo o respeito, de certos países que são estereotipados. Vou falar: nós estamos abaixo da Bósnia, nós estamos abaixo da Armênia, nós estamos abaixo do IDH do Irã, nós estamos abaixo da Bielorrússia, muito abaixo de certos países aqui por que tenho muito respeito, mas que são estereotipados por parte da nossa mídia, por parte desta nossa sociedade, que defende, fundamentalmente, talvez a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção desse *status quo*. E nós somos um reflexo, pelo sistema de Justiça criminal, de todo esse problema, de todas essas mazelas seculares que nós não enfrentamos.

Então, o sistema de Justiça criminal, primeiramente, reflete estes dois índices vergonhosos: 7º pior Coeficiente de Gini do planeta e 87º em desenvolvimento humano do planeta, abaixo desses países estereotipados.

Outro ponto a destacar: o Dr. Diego Barbiero falou algo muito importante, o nosso problema relativo ao nosso processo de conhecimento. Para isso, nosso clamor pela Adepol do Brasil. Tivemos excelente debate com a Conamp, ao longo desse período, a ADPF também participou, que foi sobre nós aprovarmos, na Câmara – e já foi aprovado aqui no Senado –, o novo Código de Processo Penal. Primeiro, porque é a pacificação das instituições. Nós debatemos com todas as instituições e chegamos a difíceis acordos ali, mas que foram necessários. Suplantamos problemas corporativos.

Todas as instituições – e têm que ter, porque é inerente à democracia – têm seus sistemas de freios e contrapesos: as polícias investigativas, o Ministério Público, o Judiciário... O ANPP, no novo CPP, relatado pelo Deputado João Campos, já aprovado grande parte do texto, é fortalecido; o papel relacionado à sentença extintiva da investigação, quando é verificada causa de exclusão de tipicidade, causa de exclusão de antijuridicidade, culpabilidade, para não ter que passar, Dr. Diego, pela absolvição sumária, porque é um problema o Ministério Público ser obrigado a oferecer denúncia, para aí depois arguir absolvição sumária... Isso daí é um problema que nós temos no nosso sistema, que leva, muitas vezes, a essa quantidade de prisões provisórias que o senhor muito bem retratou, a maioria inerente a esses problemas da nossa sociedade, das classes mais excluídas, e, fundamentalmente, como o Dr. Márcio falou, aos problemas relacionados à competência, um excesso de foro de prerrogativa de função, que é inerente à nossa formação nobiliárquica da nossa República, não é? Na época... Desde o Império, nós éramos o país que tinha a maior quantidade de prebendas, baronatos e ducados do planeta. Isso talvez se refletiu na nossa República. Então, isso tudo explica.

Agora, os órgãos de persecução penal estão procurando trabalhar.

E eu queria aqui trazer que, finalmente, a gente conseguiu concluir uma pesquisa que a gente faz, desde 2021, do índice de resolutividade de inquéritos policiais no Brasil, na qual nós não manipulamos nem calculamos dado nenhum. Cada instituição fornece seus dados oficialmente, com base na Lei de Acesso à Informação, e é muito simples a métrica, que é adotada no mundo todo: proporção entre inquéritos instaurados e inquéritos concluídos – e o senhor sabe muito bem, o senhor nos ensinou isso na nossa academia: inquérito é para verdade real; inquérito não é só para indiciar. O inquérito é para elucidar a materialidade também, tendo autoria ou não. Quantas vezes isso é importante para balizar o trabalho qualificado do Ministério Público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, *a contrario sensu* do que se afirma, o Brasil – vou falar aqui pelos índices de homicídio – não tem um índice superbaixo, de 8%, como se afirma. A média é em torno de 60%, com Polícia Civil sucateada, desvalorizada e, fundamentalmente, pouco financiada. A Polícia Federal tem um índice de 82%, e o Ministério Público – perdoem-me aqui me furtar – tem o seu índice também de oferecimento de denúncia, mas não basta ter uma persecução penal preliminar tão sobrecarregada, que tem seus graus de ineficiência – ninguém aqui está comemorando nada –, mas que produz para a sociedade, o senhor sabe... Como o senhor era da Delegacia de Delitos de Trânsito, como o senhor era, com todo o respeito, uma máquina de relatar inquéritos com muita qualidade, elogiado na Justiça, simplesmente nós temos dificuldades no âmbito do processo de conhecimento.

E isso só ocorre no Brasil? Não ocorre só no Brasil... Eu estava estudando, e determinadas –e aí o senhor tem – categorias sociais e econômicas dos Estados Unidos também têm morosidade processual. É um problema que talvez seja inerente a cada vez mais um mundo em que o processo penal é seletivo. E isso leva a problemas muito sérios, um desafio estrutural para a sociedade.

É importante aqui destacar que nós precisamos desmistificar certos debates, porque realmente não basta só você trabalhar eficazmente a persecução penal. O Dr. Diego tem razão. Processo de conhecimento precisa ser observado. E o que acontece? Nós temos um rol de nulidades, como foi bem falado aqui pelo colega Dr. Márcio, e o que acontece? É muito complexo você, dentro do processo de conhecimento, com esse rito formalístico que nós temos, obedecer a todo esse sistema de formas, de modo que são invocadas constantemente nulidades, o que torna difícil você levar a uma sentença penal condenatória. É outro problema sério. E o pior é que são casos absurdos, realmente! Há dificuldades, principalmente, de determinadas categorias tipológicas de crimes de você ter justamente uma efetividade maior da tutela penal. É incrível, mas tem casos realmente em que certos processos de conhecimento duram dez anos, doze anos, principalmente quando se tem complexidade de investigação. Tem casos, o senhor sabe, em que eu trabalhei no Espírito Santo, que envolvem crimes contra a administração pública e que estão desde 2012, e não se conclui uma sentença, por causa justamente dos mecanismos da defesa...

Não estamos discutindo aqui que não tenha que se ter ampla defesa, mas nós temos que ter um processo penal com regras claras no que se refere: fundamentalmente à não repetição de certas testemunhas; fundamentalmente a ter também penalidades no processo para mecanismos protelatórios; e também fundamentalmente, o que é um absurdo, ao respeito aos prazos dos presos provisórios. Não dá para ter extemporaneidade de presos provisórios, principalmente em certas categorias de crimes em que os indivíduos não têm condições de pagar bons advogados – a gente verifica isso. Então, o problema é conjuntural e estrutural.

Aqui, falo também de outro problema inerente à nossa sociedade. Eu estava conversando aqui com o Doutor, e nós precisamos encarar isso. A sociedade brasileira tem um problema cultural muito sério, uma cultura de crimes, que é arraigada na nossa formação cidadã, decorrente de problemas educacionais. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inerente justamente a uma tolerância com a microcorrupção do dia a dia, que legitima a macrocorrupção. Os nossos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA – ... costumes, as nossas práticas acabam influenciando nessa dinâmica.

Aqui, já concluindo, a pobreza e a desigualdade social explicam muito, mas, por exemplo, Paquistão, que é um país mais populoso que o Brasil, e Bangladesh, dentre outros países, têm índices de crimes violentos menores, mesmo com conflitos étnicos e religiosos, que o Brasil, com essa taxa de homicídios vergonhosa! É por causa dessa cultura de violência que é arraigada na nossa formação social, dessa cultura, eu diria, deturpada de que, infelizmente, a nossa educação precisa tratar, porque não adianta ter um sistema de segurança pública, um sistema criminal, como aqui muito bem falado por todos, eficaz. Então, é um problema transversal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Dr. Rodolfo Queiroz Laterza, ao passo em que agradeço também a todos que compareceram.

Aqui, também, só para concluir aos meus amigos que estão aqui, eu acho lamentável... Nós sabemos que existe um princípio em direito penal que é o da irrefragabilidade da lei penal: a lei penal não cai pelo desuso. E nós ainda temos no nosso ordenamento jurídico uma contravenção de vadiagem.

Ora, o Brasil, com desigualdade, com 20 milhões de pessoas desempregadas, com uberização da relação trabalhista, com precarização... Nós tivemos uma reforma trabalhista que veio com o discurso de que ia alavancar a economia, gerar emprego e renda, e não foi isso que foi feito. Depois, teve uma reforma da Previdência, em que só o trabalhador que foi penalizado. E aí você ainda continua com... Aí eu apresentei um projeto para descriminalizar a vadiagem. É inaceitável que o Parlamento ainda tenha que se debruçar sobre assuntos dessa natureza.

Eu, absolutamente, concordo plenamente que esse fenômeno social está ligado a essas políticas públicas para efetivação dos direitos sociais. Isso não sou eu que estou dizendo, está lá no art. 6º desde o dia 5 de outubro de 1988. É direito social o direito à educação. Mas eu tenho uma realidade em que 83% das escolas públicas de educação básica no Brasil não têm biblioteca; em que 73% não têm quadra esportiva, não têm acessibilidade... Então, como você vai falar em efetivação de direitos?

Eu acho que essa discussão passa pelo Índice de Desenvolvimento Humano, sim; passa pela efetivação desses direitos humanos, que são essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu faço um apelo aqui a todos os colegas, porque, às vezes, a gente é seduzido a se deixar levar por um direito penal imediatista, por um direito penal populista. A gente não exerce a empatia, colocar-se na dor do outro e contextualizar o aspecto daquela pessoa, daquela família. Eu acho que é isso. E cobrar, efetivamente, que seja tratado de forma igual um comportamento igual. Eu só acho inaceitável você ver uma população carcerária astronômica como a que nós temos, com esse perfil social, e, se você pegar o Código de Processo Penal, o art. 323 é claro:

> Art. 323. Não será concedida fiança:
> I - nos crimes de racismo;
> II – nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos;
> .....

Lei de segurança nacional.

Só esses. Então, as cadeias estão lotadas por quê? Por que as cadeias estão lotadas? Por que as cadeias estão lotadas, efetivamente, de pessoas que estão sendo violentadas em seus direitos elementares?

Eu espero que todo esse ciclo de audiências públicas... E eu faço um apelo à minha equipe e a esta Comissão no sentido de que a gente passe a coletar todas essas indicações e sugestões para que a gente possa formular um relatório que contribua para que nós tenhamos uma Justiça eficiente, porque, como bem dizia Ruy Barbosa, "justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta".

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Giordano, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 409, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Shalom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 429, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação com emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 439, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Severiano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 443, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação com emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 451, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 456, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação com emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 462, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 498, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Rádio do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 597, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Lebermann FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação com emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 511, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 1, de 2023** que: "Requer realização, pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, de estudo sobre as atividades de entidade autodenominada Sleeping Giants Brasil, que vem realizando ações de clara interferência na liberdade de imprensa garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil, e da proposição de medidas que visem conter essas atividades." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, o Requerimento é lido e aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 2, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Juscelino Filho, Ministro de Estado das Comunicações, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 3, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, Diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); a Senhora Estela Aranha, Assessora especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça; a Senhora Laura Schertel Mendes, Advogada. Professora do IDP e da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Direito Privado pela Universidade Humboldt de Berlim; o Senhor Fabrício da Mota Alves, Advogado. Professor. Sócio do Serur Advogados. Conselheiro Nacional de Proteção de Dados; o Senhor Bruno Bione, Diretor-fundador do Data Privacy Brasil e Professor da ESPM." **Autoria:** Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gomes (PL/TO). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Espiridião Amin, o Requerimento é lido e aprovado, incluindo a Professora Patrícia Peck Pinheiro como convidada. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital nº 4, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais referente ao Direito Digital." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de agosto de 2023.

Comunicados da Presidência.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores que o tema escolhido para avaliação de políticas públicas da Comissão no ano de 2023 será o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que terá como Relator o Sr. Senador Marcos Pontes. O requerimento constará na pauta para deliberação em data oportuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias terminativas e de requerimentos apresentados à Comissão. Faremos a leitura dos relatórios dos projetos terminativos e, ao final da leitura e da discussão, procederemos à votação nominal, em bloco.

Os requerimentos dos itens 11 a 14 da pauta terão votação simbólica.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Shalom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Passo a palavra, então, ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Plínio Valério, senhoras e senhores, passo direto à análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 409, de 2021, não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 409, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Shalom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que... (*Pausa.*)

Há uma solicitação na mesa, se o Senador acatar, para ler o tópico do item. Como são matérias análogas, aí faremos uma votação só. (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Com certeza.

O item 2 é o projeto de decreto legislativo, terminativo. (*Pausa.*)

Senador Hamilton Mourão, se V. Exa. puder fazer a leitura do item 2...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com emenda de redação.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

V. Exa. tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite? Eu já pedi permissão ao Senador Mourão.

Embora eu não seja da Comissão, eu estou aqui para acompanhar a votação do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É uma honra a presença de V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como o General Mourão é Relator dos oito primeiros, eu estou conversando aqui com ele para ver se ele pode inverter a ordem para a gente votar o 11º, lá pelo quinto, pelo sexto, pelo quarto, claro, se o General Mourão permitir. Inversão de pauta, se o Mourão permitir, para a gente votar o 11º assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Na verdade, todos os pareceres são positivos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Todos são positivos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Então, eu farei como a gente fazia no meu tempo de Câmara dos Deputados – eu fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática –, em que os pareceres favoráveis, exceto alguma observação de outro Parlamentar, nós votávamos em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço, se o Relator concordar, para fazermos votação em bloco dos itens 1 a 8, todos com parecer favorável, da relatoria do Senador Hamilton Mourão.

Eu vou só nominar as entidades.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E eu leio o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – E o senhor lê o voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só leio o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Só o voto. Isso.

Então, vamos lá.

Rapidamente, Senador Plínio.

Item 2, PDL 429, do Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para a leitura do voto de V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 429, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Encruzilhadense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos ao voto de V. Exa. agora no item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 439, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Severiano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

Passo ao voto de V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Da mesma forma, o exame da documentação desse PDL não evidenciou violação da legislação pertinente e também não há reparos quanto a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, somos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Severiano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara de Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos, então, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Da mesma forma, esse PDL 443, de 2021, não evidenciou a violação da legislação pertinente e não tem reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, somos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Landel de Moura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Da mesma forma, passo a V. Exa. para a leitura do relatório e do voto do item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 451, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, a documentação que acompanha o PDL não tem nada que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostre violação da legislação pertinente e está dentro dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, somos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Da mesma forma, passo a V. Exa. para a leitura do voto e do relatório do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 456, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com emenda de redação.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

Acho que era o número do nosso Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, examinando a documentação que acompanha o PDL 456, não vimos nenhuma violação da legislação pertinente, assim como não temos reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Opinamos, assim, pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. me permite uma breve intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É só para dizer o seguinte: é muito agradável fazer essa viagem pelo Rio Grande do Sul contendo como locutor o nosso Senador Mourão, porque nós estamos fazendo uma viagem. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Rio Grande, Itaqui, Uruguaiana, Palmeira das Missões...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Entre São Borja e Itaqui, por exemplo, tem uma ilha chamada Ilha do Butuí...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Choverão convites.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que Aparício Silva Rillo imortalizou num versejo que eu não posso repetir aqui.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não, não dá para repetir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Era um baile do reponte, do repontinho, com desafios, e houve um entrevero, um bochicho, com direito a poesia e tudo mais.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – É aquela poesia?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É aquela poesia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Choverão convites ao nosso Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só quero cumprimentar o Senador Mourão, porque ele, além de fazer essa viagem, nos conduzir nessa viagem, faz isso com brilhantismo, espírito público e com amor à liberdade que o Estado do Rio Grande do Sul sempre cultuou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bem lembrado, Senador Esperidião.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Escrito na nossa bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Da mesma forma, o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Da mesma forma, examinando a documentação que acompanha o PDL 462, de 2021, não vimos violação da legislação pertinente e ele atende a todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, somos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá, para executar o serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Butiá, Sr. Presidente, é muito bom com uma cachacinha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boa notícia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Batida de butiá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boa notícia.

Da mesma forma, o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Rádio do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, da mesma forma, examinamos a documentação que acompanha o PDL 498, de 2021. Não vimos violação da legislação pertinente, assim como ele atende a todos os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Assim, somos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Rádio do Povo, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Na mesma lista de autorizações, passo a relatoria *ad hoc* ao Senador Esperidião Amin para a leitura do item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 597, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Lebermann FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação com emenda de redação.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos mudar de paisagem, então.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É verdade.

Um pouquinho mais de município.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E essa paisagem fica adornada com o gesto, que me foi informado, do Senador Rogério Carvalho, que concorda que eu seja o Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nos outros últimos incidentes, eu peço que essa autorização expressa conste dos *anais*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Dos *anais*...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – ... para que não surjam mal-entendidos.

E rogo ao nosso Vice-Presidente, que recentemente domesticou os venezianos, inclusive na Ilha de Murano, em que ele visitou aquele calabouço de luxo, onde os vidreiros eram internados compulsoriamente.

Então é com muita alegria que participo deste momento.

Vou direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 597, de 2021, não evidencia violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Lebermann FM – isso devia ser no Rio Grande, em Ijuí – para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiabeira.

É o voto proferido, constante do relatório do Senador Rogério Carvalho, que eu incorporo.

Estou vivenciando na memória os idos de março de 1990. Entre 12 e 14 de março, aportaram ao Senado, se não me falha a memória, 700 concessões de rádio e televisão. Mas isso é coisa do passado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Encerrando...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu era aluno da Escola de Estado Maior hein! Um major novinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Nós abrimos discussão sobre os relatórios dos Senadores Hamilton Mourão e Esperidião Amin.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Estão em votação.

Os Srs. Senadores que... (*Pausa.*)

Há uma solicitação de inversão de pauta antes da leitura e para o quórum também. Então nós vamos aproveitar o momento.

Peço autorização dos Srs. Senadores para a inversão de pauta, para que votemos imediatamente o item 11, um requerimento, até que seja possível atingir o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o número é o melhor possível não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O número é maravilhoso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Maravilhoso.

Depois do 11 é tudo reserva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É verdade. É verdade.

Passamos, então, à apreciação do requerimento do item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização, pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, de estudo sobre as atividades de entidade autodenominada Sleeping Giants Brasil, que vem realizando ações de clara interferência na liberdade de imprensa garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil, e da proposição de medidas que visem conter essas atividades.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros – Senador Plínio Valério, que está aqui na Comissão, Esperidião Amin, Hamilton Mourão

Assinado por nós também.

Concedo a palavra ao Senador...

Gostaria de falar? Pode falar na Comissão, se quiser.

Senador Plínio, V. Exa. pode ter o uso da palavra aqui garantido, para comentar o requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

É um prazer estar nesta Comissão presidida pelo senhor e ladeado aqui pelo General Mourão e o Coronel Amin. É muito bom. E o meu amigo Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Aqui é Marechal.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Marechal. Desculpe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Marechal quatro estrelas. General Amin é General quatro estrelas, comandante do Sudeste. General Guido Amin Naves, nascido no Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é. Para você ver...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – E foi meu cadete.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é. Para você ver no meio de onde eu estou, não é? A minha ilharga aqui como é que está, à esquerda e à direita.

Presidente, o senhor já leu aqui... É uma preocupação que a gente tem quanto a viver no Brasil, democracia... Esse *site* na verdade faz chantagens contra aqueles órgãos de comunicação que eles não gostam. Eles perseguem a Jovem Pan há muito tempo, e outros órgãos, indo diretamente nos anunciantes, fazendo chantagem. Então, a gente quer saber em nome de quem eles fazem essa chantagem, quem os financia, porque foi criado. São simples informações.

Eu me permito não ler o relatório todo, mas informar que ele está assinado por 20 Senadores. Portanto, eu agradeço a participação e digo só isto: a gente precisa, porque no nosso entendimento é uma interferência direta no nosso sistema democrático - direta. Um *site* que a gente não sabe de onde veio, para onde vai, é dirigido por um casal que se acha no direito de chantagear um órgão de imprensa que tem mais de 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Encerrada a discussão, está em votação...

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu só gostaria de registrar aqui um pedido para subscrição nesse requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O pedido de V. Exa. foi acatado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Encerrada a discussão, está em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Os contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nesse momento, com muita honra, divido o mandato da Presidência desta Comissão com o eminente Vice-Presidente desta Comissão, Senador Veneziano, que fará a condução dos trabalhos para que eu possa fazer a leitura dos projetos sob minha relatoria.

Passo a palavra para o nosso Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Minhas senhoras e meus senhores, renovo o agradecimento e a honra de poder estar colaborando com a Presidência a cargo do Senador Eduardo Gomes, e evidentemente ressaltar e renovar os agradecimentos para com o nosso nome, no instante em que se firmava, por meio dos integrantes deste Colegiado, a escolha da Presidência e da Vice-Presidência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com muita alegria e honra, Professor Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Feito com muito respeito.

Ao contrário do Vasco da Gama, que é um vice inconformado, V. Exa. é um vice muito querido. E que o Rodrigo Pacheco não se sinta enciumado, nem o Eduardo Gomes. Quando V. Exa. assume a Presidência, o céu fica mais claro, no sentido de assim... em decorrência da simpatia, do respeito que a V. Exa. dedica aos seus pares, e a forma escorreita como a sessão, tanto lá quanto aqui, transcorre.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Fico muito feliz e muito honrado. Vindo de V. Exa. para mim é motivo de alegria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Diga para a minha amiga Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senadora Nilda, transmitirei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faz uma boa intriga. É uma boa ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito obrigado, Senador Amin.

Nós vamos partir para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 511, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCDD.

A relatoria está a cargo de S. Exa., nosso Presidente, Senador Eduardo Gomes, a quem peço, por gentileza, para fazer a leitura do seu relatório.

Senador Presidente Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero, na leitura breve do voto aqui, só fazer um registro que é muito importante, porque, dos 81 Senadores e Senadoras, o Senador Confúcio Moura nasceu em Dianópolis. Então, deveríamos até, em homenagem a ele, fazer essa relatoria. Eu estou quase como *ad hoc* aqui neste voto. Ele nasceu em Dianópolis, Estado do Tocantins, e aqui eu mando um abraço a toda a população de Dianópolis.

É sucinta aqui a conclusão do voto, já que está tudo em ordem.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 511, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador.

Peço apenas a compreensão dos demais pares para que nós aqui façamos o encaminhamento, ou os encaminhamentos.

Pois bem, então vamos.

Encerradas as leituras dos relatórios feitos por S. Exas. Senadores General Hamilton Mourão, Senador Esperidião Amin e Senador Eduardo Gomes, e as discussões dos respectivos projetos, colocamos em votação, em bloco, como previamente acordado, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 409, 429, 439, 443, 451, 456, 462, 498, 511, 597, todos do ano de 2021.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com os Srs. Relatores votarão sim.

Os Srs. e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Amin, Senador General Hamilton Mourão, Senador Marcos Pontes, Senador Eduardo Gomes, já podem votar. (*Pausa.*)

Enquanto estamos aguardando...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Senador Eduardo Gomes, com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Peço a V. Exa. permissão para, enquanto há o registro de voto, se posso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Essa não. (*Risos.*)

Tinham algumas mesmo.

Eu posso fazer a leitura dos requerimentos, itens 12, 13 e 14?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Juscelino Filho, Ministro de Estado das Comunicações, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO).

Teve como autor S. Exa. Senador Eduardo Gomes, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Justificação, Sr. Presidente.

A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), nos termos regimentais, tem, dentre suas competências, a inovação e desenvolvimento científico e tecnológico das comunicações; a política nacional de comunicação; o regime jurídico das comunicações; meios de comunicação social e redes sociais; serviços postais e de comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, internet, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Para alcançar seus objetivos, entendemos que o diálogo institucional entre a Comissão de Comunicação e Direito Digital e o Ministério das Comunicações é medida essencial, visando garantir a harmonização das políticas de comunicação, legislação e regulamentação, promovendo um ambiente adequado para o setor e assegurando que as decisões tomadas considerem as diversas perspectivas e interesses envolvidos.

Do mesmo modo, consideramos que a interlocução entre Governo e Congresso Nacional facilita a criação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, além de promover a transparência e a participação democrática no processo decisório.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com a palavra, S. Exa. o Senador Esperidião Amin, para discutir o requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Com uma brevíssima justificativa, eu peço para incluir entre os objetivos desta audiência que o Ministro apresente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadro da evolução da inclusão das escolas na rede digital. E quero esclarecer. Isso vale para a Comissão de Educação, vale para a Comissão de Tecnologia e vale para essa também.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O cenário é desalentador. Nós tivemos a melhor licitação de 5G do mundo, em que o Estado brasileiro abriu mão de renda, de receita de outorga, para quê? Para universalização, especialmente da educação. Não adianta eu ter computador, pensar no ensino com tecnologia adequada se eu não tenho a linha de transmissão, seja forma de transmissão eólica, solar, mas se a máquina não pode ser ligada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito. Penso que não há nada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, essa estatística... É muito singelo: que o Ministro traga dados atualizados sobre a cobertura com internet, seja por que meio de transmissão de energia, nas escolas brasileiras públicas, seja federal, seja estadual, seja municipal, especialmente no Nordeste e na Amazônia, mas que ele traga a evolução histórica nos últimos dois anos, pelo menos, desse esforço – ou pelo menos três anos, não é? Quando é que foi o edital do 5G?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – O edital foi em 2020.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em 2020 ou 2021.

Então, que ele traga uma estatística demonstrando as incluídas e as ainda não incluídas e a marca mensal, com atualização mensal dos dados.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O Senador Eduardo Gomes já disse que não há nada a opor – muito antes, pelo contrário.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Temos um desafio nesta Comissão de definir, por várias frentes, aquilo que denomina a Comissão de maneira inédita no Congresso Nacional brasileiro, que é o Direito Digital. Então, acho que, além de incluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicação e Direito Digital e ter o ministério também essa obrigação, acho que está mais do que claro que é a primeira emenda que é mais forte do que o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu só gostaria, Presidente, de fazer um adendo ao que foi dito pelo Senador Esperidião Amin, com relação à conectividade nas escolas – e assim como no campo também, que é outra característica importante.

Na minha época como Ministro das Comunicações, no início de 2019 até a metade de 2020, nós fizemos um esforço muito grande através do SGDC, que é o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, e 30% desse satélite funcionam na Banda X, usada pela área militar; e 70%, na Banda Ka, usada pela área civil. Esses 70% representam a capacidade de conexão de 50 mil pontos, para a utilização de antenas – a gente chama o sistema de Gesac –, e, principalmente para as áreas que não conseguem ser atendidas via fibra ótica, como por exemplo a Amazônia, isso aí é extremamente importante.

Nós começamos o mandato com 12 pontos conectados, dos 50 mil. E, quando eu entreguei, nós tínhamos 12 mil pontos conectados. Isso atendia à cerca de 2,5 milhões de crianças em escolas rurais, escolas afastadas, mas isso ainda é pouco. Parece um número grande quando a gente fala isso, mas, para um Brasil do tamanho do nosso, isso é ainda muito pouco. E quero lembrar que isso é um satélite geoestacionário que nós temos, esse SGDC-1.

Existia um planejamento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Que é monitorado aqui no CEA?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Monitorado aqui, do lado do aeroporto aqui, no Cope, que é um centro de controle operacional.

Ali nós temos um satélite. O ideal é que nós tenhamos, pelo menos, dois satélites, em redundância. Ele consegue cobrir a área do Brasil inteiro, exceto Fernando Noronha – precisa-se de uma pequena movimentação, um *tilt* nele, para conseguir cobrir a área de Fernando Noronha. E havia um planejamento da compra de mais um satélite, para ficarmos com dois satélites. Existe essa possibilidade.

Certamente o investimento não é pouco, mas é extremamente importante para um Brasil como o nosso; ou a gente pode partir para um lado mais comercial, com a utilização do da Starlink, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a instalação de antenas no Brasil, nesses locais menos privilegiados. Quanto a isso, eu falo de escolas, falo de área rural também, que é outra conectividade. Não adianta ter 5G se não tiver com conectividade.

E outro ponto também a cargo do Ministério das Comunicações, junto com a Anatel, é com relação à regulação que coloca para as telecomunicações a necessidade de cobrir 70% da área urbana das cidades, e isso aí, obviamente, dependendo da área do Brasil, cobre uma parte muito pequena, porque a maior parte da cidade, vamos dizer, o município está espalhado na área rural. Então, é uma coisa de se pensar também: como ampliar a cobertura 4G inicialmente e, depois, para prosseguir para a 5G.

Então, tem vários pontos aí que a gente pode conversar com o Ministro, porque vai ser extremamente produtiva essa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, então eu passo à leitura do item 13.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Acho que V. Exa. que faz a chamada aí.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 3, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar os cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Ricardo Villas Bôas Cueva, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, Diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); a Senhora Estela Aranha, Assessora especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça; a Senhora Laura Schertel Mendes, Advogada. Professora do IDP e da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Privado pela Universidade Humboldt de Berlim; o Senhor Fabrício da Mota Alves, Advogado. Professor. Sócio do Serur Advogados. Conselheiro Nacional de Proteção de Dados; o Senhor Bruno Bione, Diretor-fundador do Data Privacy Brasil e Professor da ESPM.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

A autoria desse requerimento também ficou a cargo de S. Exa., o Senador Eduardo Gomes, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Justificação, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

No próximo dia 14 de agosto, comemoramos os cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, é um avanço significativo na cultura da proteção da privacidade e dos dados pessoais no Brasil.

Ao longo desse período, a LGPD desempenhou um papel fundamental ao estabelecer princípios e diretrizes para coleta, processamento e armazenamento responsável de informações pessoais por parte das organizações. Isso ajudou a aumentar a conscientização sobre a importância da privacidade, a promover práticas de segurança cibernética mais rigorosas e a fortalecer a confiança dos cidadãos nas empresas que lidam com seus dados. Além disso, a LGPD também possibilitou que indivíduos exercessem maior controle sobre suas informações pessoais, por meio de direitos como acesso, correção e exclusão de dados.

Para celebrar esse importante marco, propomos a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, destinada a debater a importância da Lei Geral de Proteção de Dados, pois, à medida que o tempo passa, é essencial avaliar os sucessos e desafios da LGPD.

Ainda faço observação, Sr. Presidente, que, como é o Senado Federal, é evidente que isso não se trata de um campeonato, mas a garantia constitucional de direito de proteção de dados na Constituição é de autoria desta Casa. A PEC 115 foi promulgada; então, esse é um tema em que o Senado se destaca. Então, gostaria de falar a respeito desses cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados, que tem muito a ver com o trabalho que o Senado já desenvolve, ainda mais agora, com a Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Grato.

Pela ordem, para discutir o requerimento de S. Exa., Senador Eduardo Gomes, pede a palavra nosso Senador Esperidião Amin.

Por gentileza, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Perfeitamente, Presidente, serei muito conciso.

Eu acho que realmente nós merecemos celebrar, mas não só celebrar; conhecer o que é que precisamos aperfeiçoar na lei. Eu consulto... Eu faço uma pergunta e uma sugestão: eu sugiro incluir na lista dos convidados a advogada, Profa. Patricia Peck, autora do primeiro livro que eu conheço sobre Direito Digital. Tive a honra de prefaciar a sétima edição. E eu não sei se ela está me ouvindo, eu fiz uma ligação para ela... Pode ser que ela esteja me ouvindo aqui. Não sei se poderá vir. A sessão será quando?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Próxima quarta-feira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na próxima quarta-feira.

Então, eu estou sugerindo o nome dela.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos abrir para participação remota também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, se ela estiver me ouvindo...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – É uma honra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela, repito, é autora do primeiro livro de Direito Digital que eu conheço. E tive a honra de prefaciar a sétima edição.

O segundo ponto é que a Lei Geral de Proteção de Dados veio porque há agressões aos nossos dados pessoais...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e eu não vejo, nessa nominata, quem possa... Pode ser que tenha alguém que venha aqui apresentar sua queixa, ou seja, um resumo sobre os furos.

A verdade é que, quando da apreciação do nome do hoje Ministro Cristiano Zanin, ele trouxe à baila o *lawfare*, que na verdade é *law warfare*, porque a expressão é guerra com o uso do direito. Eu, pessoalmente, acho que nunca houve tanta *law warfare* no Brasil quanto agora, neste momento. E aquilo que nós comentamos nos últimos dias, independentemente da posição de cada um, e ontem mereceu uma grande atenção do Presidente da Casa, é parte do *law warfare*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo Supremo Tribunal Federal, que tem tanto escrúpulo para liberar o pagamento do pessoal da enfermagem, que foi objeto de três decisões do Legislativo, nos dois Governos – quer dizer, não é uma coisa de um partido –, não tem a preocupação de saber quanto custa a política pública caso haja decisão de descriminalizar o porte, portanto, o transporte de droga. Quanto é que vai custar isso, para sustentar uma política pública diante do que aconteceu em outros países, como o Canadá, que é o exemplo da atualidade?

Então, eu acho que – voltando à lei, que eu acho muito boa – nós estamos celebrando, mas, ao mesmo tempo, temos que aprimorar, porque o que tem de queixas... Basta visitar a CPMI, que V. Exa. honrou com a sua visita ontem, de ambos os lados, vamos dizer assim. Vaza isso, vaza aquilo, vaza a joia, vaza o valor da joia... Aí você pergunta se o sujeito comprou com nota fiscal ou sem nota fiscal, ou seja, o vazamento de dados supostamente pessoais, eu acho que está acontecendo com a mesma velocidade com que a lei representou um, digamos, manto de proteção legal a um direito constitucional. Então, essa é uma pergunta.

Eu não sei se tem aqui nessa nominata alguém que possa nos trazer uma radiografia, Senador Eduardo, de quantas queixas de pessoas que se sentiram agredidas. É uma lei que tem cinco anos, e toda lei tem que ser aperfeiçoada, especialmente quando ela se conecta com tecnologia, porque a velocidade da segurança geralmente é menor do que a velocidade do infrator. Você fala em *hacker*, faz um esforço...

Para concluir, o General Guido Amin Naves, hoje mencionado, nos propiciou três vezes participar do exercício de defesa cibernética do Exército Brasileiro. O último foi sobre a nossa infraestrutura: água, transporte, inclusive ferroviário, represas, energia elétrica e sistema financeiro. O personagem que disparou tudo, fantasiado naturalmente, usava um chapéu virado para o lado, um boné, e era um garoto que resolveu adentrar o recinto da segurança e derreter, prejudicar a infraestrutura. Então, igualmente em dados, é isso que acontece, sem deixar de mencionar aqui o caso do Assange, que está girando até hoje, e do soldado ou soldada que praticamente mandou para o espaço 700 mil documentos.

Então, minha sugestão é que se acrescente algum nome ou se diga se tem uma pessoa que tem informação sobre casos de infração à lei, qual é a estatística disso e como fazer face a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

Passando a ouvir o Senador Eduardo Gomes, não há oposição à sugestão da professora, autora...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pelo contrário, eu acho que é importante.

A gente colocou a compreensão muito tímida do que disse o Senador Esperidião Amin quando colocamos "sucessos e desafios". Então, os erros ficaram nos desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Será remota?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sim.

Eu só pediria depois a V. Exa. que repassasse o nome da senhora professora.

Por fim, antes de concluirmos a votação, temos o item 14, requerimento desta Comissão...

Senador Marcos Pontes, por gentileza.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, também quero, novamente, fazer uma complementação.

É importante esse tema que o Senador Esperidião Amin trouxe, com relação à segurança cibernética, na medida em que nós evoluímos, inclusive com inteligência artificial, que é uma tecnologia disruptiva e muito importante para muitos setores. Ela tem um fator positivo muito grande, mas também tem, como toda tecnologia disruptiva, um lado de risco. E, quando se fala de dados pessoais, a evolução dessas tecnologias... Depois vai entrar a computação quântica, que vai dar um salto quântico, basicamente, não querendo fazer trocadilho, mas esse tipo de tecnologia e os riscos existentes também para a proteção de dados, isso é uma coisa extremamente importante de nós discutirmos aqui.

E só somando, se me permitem nesse um minuto, com relação novamente àquele tema da conectividade, tanto em escolas quanto no campo, um ponto importante de nós nos lembrarmos é o fundo de universalização com relação às telecomunicações, porque o Fust foi criado justamente com essa ideia de levar a universalização de conectividade e telecomunicações, principalmente, para as regiões mais afastadas e mais difíceis do país.

E eu quero aproveitar para agradecer ao Presidente Eduardo Gomes por me colocar como Relator dessa política pública, aqui nesta Comissão, e dizer também que a utilização do Fust de forma mais eficiente, com... Atualmente, só um percentual pequeno desse fundo é utilizado ou foi utilizado para, realmente, universalizar as comunicações. Então, com isso, acho que a gente consegue, com uma utilização mais eficiente desses recursos, melhorar a conectividade nas regiões mais distantes, na educação e em tantas outras necessidades que nós temos de conectividade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito grato, Senador Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL Nº 4, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Senador Flávio Dino, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais referentes ao direito digital.

Autoria: Senador Eduardo Gomes.

Ao autor, da mesma forma dos demais já lidos, Senador Eduardo Gomes, eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, justificação:

A Comissão de Comunicação e Direito Digital, nos termos do art. 104-G do Regimento Interno do Senado Federal, tem, entre suas competências, opinar sobre proposições pertinentes ao direito digital.

Para alcançar seus objetivos, entendemos que o diálogo institucional entre a Comissão de Comunicação e Direito Digital e o Ministério da Justiça e Segurança Pública é medida essencial, visando garantir a harmonização das políticas, legislação e regulamentação do direito digital, promovendo um ambiente adequado para as questões relacionadas à privacidade, segurança cibernética, propriedade intelectual e responsabilidade *online*.

Do mesmo modo, consideramos que a interlocução entre o Governo e Congresso Nacional facilita a criação de políticas públicas que garantam direitos e deveres dos usuários, empresas e governos, além de promover a transparência e a participação democrática no processo decisório que envolve o uso da tecnologia e da internet.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

É este o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pergunto se algum dos companheiros deseja fazer alguma colocação, observação ao 14º item. (*Pausa.*)

Nenhum dos senhores presentes ou que nos acompanham desejam fazê-lo.

Todos os Senadores já votaram. Nós temos o registro de 11.

Podemos encerrar a votação, já alcançando o quórum mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Bem, como os senhores observam, os itens foram aprovados com 10 votos SIM; nenhum rejeitando.

Aprovados os Projetos 409, 439, 451, 462, 498, 511, de 2021, e os Projetos 429, 443, 456, 597, de 2021, com as suas respectivas emendas de redação.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas e cabíveis providências.

Eu gostaria de convidar a reassumir... (*Pausa.*)

Ah, pois não.

Nós vamos votar agora os requerimentos que foram trazidos, em relatório, pelo Senador Eduardo Gomes e com a participação complementar, extremamente qualificativa, dos demais Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não houve nenhuma rejeição.

Aprovados os requerimentos da Comissão de Comunicação e Direito Digital de n°s 2 a 4, de 2023.

Eu passo a Presidência a S. Exa., nosso Presidente, Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Eu agradeço ao Senador Veneziano, Vice-Presidente da Comissão.

Quero também deixar disponível aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras... A Comissão de Comunicação e Direito Digital foi criada já há seis meses do atual biênio, mas eu tenho impressão de que, pela demanda que a Secretaria da Comissão tem recebido, a assessoria, nós temos diversos temas que conversam, de maneira muito pertinente, com o ambiente que nós estamos vivendo: de proteção de dados, inteligência artificial, direito do consumidor. Então, eu gostaria que nós tivéssemos a participação dos membros, já que é a primeira gestão. Esta Comissão será ocupada, daqui a um ano e quatro meses, por outro Parlamentar, mas que a gente aproveitasse este momento.

Então, por parte da Presidência, nós temos todo o espaço para que, por exemplo, a gente consiga implementar, o mais rápido possível, as subcomissões que os Senadores e Senadoras acharem pertinentes. Há uma demanda gigante, por exemplo, com relação ao *e-commerce* e uma série de outras atividades na internet, que conversam diretamente com a necessidade de regulação e de compreensão do que é o direito digital e todas essas outras matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até conversei com a Secretaria da Comissão, e foi garantido pela Mesa Diretora o horário de funcionamento desta Comissão às quartas-feiras, às 9h, com transmissão direta pela TV Senado, já que é o horário regimental. E eu ainda vou propor que nós façamos, todas quintas-feiras, uma reunião às 10h, semipresencial, com os efeitos e com as consequências que permitirem o Regimento, para que possamos fazer reuniões remotas, audiências, espaço para debates. Então, eu vou fazer isso com regulamentação.

Agora, queria deixar esta dica: eu sei que está todo mundo muito atarefado, mas nós temos aí a possibilidade de implementação de três subcomissões. Então, ao Parlamentar que estudar o tema, achar que é interessante e quiser fazer essa participação esta gestão será absolutamente aberta, com o apoio da Comissão, para o desenvolvimento do trabalho, porque eu acho que a gente acabou conversando, todos nós, inclusive o Presidente Rodrigo Pacheco, a Mesa Diretora, e, na hora em que a gente conseguiu colocar um ponto no Congresso Nacional, por exemplo, para a discussão de direito digital, abriu-se um leque muito grande de atividades e de necessidades da população sobre o que pode fazer esta Comissão aqui. Então, tudo que puder ser feito, inclusive para modernizar o nosso Regimento, o nosso funcionamento de Comissão... Esta será uma das Comissões que vai propor mudanças significativas para que a gente tenha uma dinâmica melhor.

Então, teremos sempre essa reunião às 9h da manhã, mas também com a possibilidade de, nas quintas-feiras, realizarmos, por meio da tecnologia, pelo uso da tecnologia, outras reuniões, tantas quantas forem necessárias.

Eu quero, neste momento, solicitar a aprovação da ata.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2023.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2023 - CCDD, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Finalidade:** Comemorar os cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018). **Participantes:** Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD; Senhora Estela Aranha, Assessora Especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça; Senhor Bruno Bioni, Diretor - Fundador do Data Privacy Brasil; Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing; Senhora Caroline Somesom Tauk, Juíza Federal e Presidente do Comitê de LGPD do TRF 2a região (Tribunal Regional Federal do RJ/ES) (representante do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva); Senhora Laura Schertel Mendes, Advogada, Professora do IDP e da Universidade de Brasília; Doutora em Direito Privado pela Universidade Humboldt de Berlim; Senhor Fabricio da Mota Alves, Advogado; professor; Conselheiro Nacional de Proteção de Dados da ANPD; e Senhora Patricia Peck Pinheiro, Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público; advogada especialista em Direito Digital; Conselheira titular do CNPD. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Rodrigo Cunha, Mauro Carvalho Junior, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Alessandro Vieira, Eliziane Gama e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Zenaide Maia, Flávio Arns e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4496, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), para definir a expressão “decisão automatizada”." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Eduardo Gomes. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 132, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Miriti FM - ACMF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Beto Faro. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 491, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Desportiva de São Bento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Bento, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (DE REDAÇÃO). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 454, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pelo sobrestamento do exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021, e concomitante encaminhamento de requerimento de informações ao ministro de estado das Comunicações, nos termos do art. 335, inciso II, do RISF, e do art. 50, § 2º, da Constituição. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 251, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 251, de 2019, nos termos do art. 335 do RISF. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 5, de 2023** que: "Requer que a Comissão de Comunicação e Direito Digital avalie o novo modelo de governança, gestão e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), no exercício de 2023." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Comunico a V. Exas. que, a pedido da Liderança do Governo, solicito a retirada do item 1 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4496, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), para definir a expressão "decisão automatizada".

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

A autoria é do Senador Styvenson Valentim. Há concordância com o pedido.

Passemos, agora, à análise dos projetos terminativos da pauta.

Questiono a V. Exas. se podemos proceder à leitura de todos os relatórios e, ao final, fazer uma única votação. (*Pausa.*)

Havendo concordância, assim agiremos.

Eu gostaria de colocar em discussão e em votação do Plenário a inclusão de requerimento extrapauta.

Senadores e Senadoras que concordarem permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o Requerimento nº 5, de 2023, que trata da política pública que será desenvolvida por esta Comissão, cujo tema é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Se eu não me engano, em concordância com a solicitação do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores que se encontram presentes se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, está aprovado.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do Requerimento nº 5, de 2023, como item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 5, DE 2023

Requer que a Comissão de Comunicação e Direito Digital avalie o novo modelo de governança, gestão e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), no exercício de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Nos termos regimentais, requeiro que a Comissão de Comunicação e Direito Digital avalie o novo modelo de governança, gestão e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), no exercício de 2023.

Justificação.

Criado pela Lei Geral das Telecomunicações e instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, o Fust tinha, antes das recentes alterações legais, o objetivo de financiar obrigações de universalização vinculadas à exploração de serviços de telecomunicações prestados em regime público. Assim, seus recursos estavam reservados ao cumprimento de metas de prestação deficitária pelas concessionárias de telefonia fixa, único serviço explorado naquele regime jurídico.

No entanto, por uma série de entraves legais, orçamentários e administrativos, os recursos do fundo – que alcançou a arrecadação de R$29,9 bilhões, em valores nominais, entre 2001 e 2022 – nunca tinham sido efetivamente aplicados para os fins aos quais se destinavam.

Esse cenário foi alterado com a aprovação da Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020, e da Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021, que modificaram as determinações legais então vigentes.

A partir dessas alterações, o fundo passou a ter como finalidades o estímulo à expansão, ao uso e à melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, a redução das desigualdades regionais e o estímulo ao desenvolvimento e à utilização de novas tecnologias de conectividade. Nesse sentido, o novo texto previu, de forma expressa, a possibilidade de que seus recursos fossem aplicados na implementação de políticas governamentais voltadas a ampliar o acesso a serviços de telecomunicações prestados tanto em regime público quanto em regime privado.

A nova redação da lei estabeleceu também a possibilidade de aplicação dos recursos do Fust nas modalidades de garantia e de apoio reembolsável, não previstas na regra anterior. A modalidade de garantia habilita o uso do fundo como uma espécie de fundo garantidor de empréstimos e financiamentos de projetos de ampliação do acesso aos serviços, o que viabiliza a concessão de crédito para operadores de menor porte e com atuações regionais, em locais de menor atratividade. A modalidade de apoio reembolsável pode, por sua vez, se tornar uma fonte de recursos, com juros subsidiados, facilitando o crédito e reduzindo os custos financeiros das operadoras interessadas.

Com as modificações em vigor, o BNDES, a Finep, as caixas econômicas, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento e demais instituições financeiras passaram a atuar como agentes financeiros do Fust.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, as alterações legislativas aprovadas aprimoraram o aspecto institucional e o sistema de governança do fundo. Na medida em que passa a ser gerido por um conselho gestor, cujos membros já se encontram nomeados, o Fust poderá ter seus recursos direcionados segundo políticas públicas mais bem definidas. Cabe ao conselho, entre outras atribuições, elaborar e submeter, ao Ministério das Comunicações, a proposta orçamentária do fundo, e avaliar os resultados obtidos pelos projetos financiados com seus recursos.

A nova redação legal prevê também que os processos de seleção de projetos para aplicação de recursos do Fust deverão privilegiar iniciativas que envolvam, conjuntamente, o poder público, a iniciativa privada, cooperativas, organizações da sociedade civil e estabelecimentos públicos de ensino, bem como escolas sem fins lucrativos que atendam pessoas com deficiência.

Para a educação, por exemplo, está prevista a obrigação de que os montantes a serem utilizados conectem todas as escolas públicas brasileiras à internet, por meio de redes de banda larga, até 2024. Os novos dispositivos possibilitam também a utilização de recursos do Fust diretamente pela União, pelos estados e pelos municípios para o financiamento de ações voltadas à transformação digital dos serviços públicos.

A partir desse arcabouço normativo, complementado pela edição do Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022, o Conselho Gestor do Fust, em funcionamento, aprovou, no dia 8 de agosto de 2022, a resolução de aplicação dos recursos do fundo.

Nesse contexto, entendemos relevante o acompanhamento da nova sistemática de gestão do Fust, com vistas a garantir a aplicação efetiva de seus recursos.

É o requerimento do Sr. Presidente.

Passaremos agora à análise dos projetos terminativos da pauta.

Questiono V. Exas. se podemos proceder à leitura em todos os relatórios e, ao final, fazer uma única votação nominal. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, assim agiremos.

O item 2 será retirado de pauta por solicitação do Senador Beto Faro, que era o Relator desse item.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 132, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Miriti FM - ACMF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação)

Vamos passar, então, para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 491, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Desportiva de São Bento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Bento, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Com a ausência do Relator, o Senador Beto Faro, designo como Relator *ad hoc* o eminente Senador Hamilton Mourão, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho do mesmo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL n° 491 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 491, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Desportiva de São Bento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Bento, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Este é o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Está em votação.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço ao Relator Hamilton Mourão que leia o próximo item.

Já que este é terminativo, temos que fazer a votação nominal. Estamos ainda atingindo o quórum.

Peço a V. Exa. que leia, por favor, o relatório do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 454, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pelo sobrestamento do exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021, e concomitante encaminhamento de requerimento de informações ao ministro de estado das Comunicações, nos termos do art. 335, inciso II, do RISF, e do art. 50, § 2º, da Constituição.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No entanto, o exame da documentação que acompanha o PDL n° 454, de 2021, suscitou dúvida acerca da tempestividade do pedido de renovação da outorga, requisito indispensável para sua análise e deferimento. Com efeito, a referida documentação aponta que a solicitação da entidade somente foi recebida no Ministério das Comunicações em 27 de agosto de 2014, portanto após o término da vigência da outorga, ocorrido em 13 de agosto do mesmo ano.

Por conseguinte, com o objetivo de dotar esta Comissão de todos os elementos necessários para deliberar sobre a matéria, propomos o seu sobrestamento e o concomitante encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações para esclarecimento da questão.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo sobrestamento do exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021, e concomitante encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 50, §2º, da Constituição:

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar serviço de radiodifusão comunitária em Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2021:

- esclarecimento quanto à tempestividade do pedido de renovação da outorga aprovada pelo Decreto Legislativo nº 418, de 12 de agosto de 2004, uma vez que a solicitação da entidade somente teria sido recebida pelo Ministério das Comunicações em 27 de agosto de 2014.

Esse é o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pelo pedido de providências apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 251, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações de requerimento de informações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 251, de 2019, nos termos do art. 335 do RISF.

Passo a palavra ao Sr. Relator, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho do mesmo ano, e na Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Como não restou evidenciada, na análise do processo, a inexistência do vínculo vedado pela legislação, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para esclarecer a questão.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 251, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à outorga da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2019:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Esse é o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos imediatamente à votação nominal do item 3 da pauta, que já foi lido.

Item 3: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Desportiva de São Bento para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Bento, Estado do Maranhão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordarem com o Relator votam "sim".

Está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – A votação está aberta, tivemos um pequeno problema de *hacker*. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma lentidão no sistema, mas a votação está aberta. (*Pausa.*)

Só um último requerimento, que é muito importante, que é sobre o Fust, tema do nosso Senador Marcos Pontes. Acho que nós não podemos deixar no ar. É importante. O assunto não está suspenso, está em levitação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pode.

É simbólico?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Em homenagem ao Senador Marcos Pontes, a gente pode, como a votação é simbólica, colocar em apreciação enquanto atingimos o quórum.

Em votação o Requerimento nº 5, de 2023.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 5, DE 2023

Requer que a Comissão de Comunicação e Direito Digital avalie o novo modelo de governança, gestão e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), no exercício de 2023.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Comunicação e Direito Digital avalie o novo modelo de governança – o que é muito importante, assunto que V. Exa. acompanhou aqui essas décadas todas –, a gestão e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no exercício de 2023.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Está em votação.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. O requerimento está aprovado.

Informamos ainda que o Ministro de Estado da Justiça, Sr. Flávio Dino, virá a esta Comissão dia 13 de setembro, dia simbólico em que teremos mais duas audiências públicas sobre o projeto do *streaming*.

Cumprimento o Senador Rodrigo Cunha, a quem não via há um bom tempo. Seja bem-vindo à sua Comissão. Estamos apenas aguardando completar o quórum para encerrar a votação e a sessão. (*Pausa.*)

Está encerrada a presente votação.

Peço à Secretaria da Mesa que divulgue o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Aprovado o requerimento...

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo pedido de providências apresentado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Carlos Viana, Leila Barros, Plínio Valério, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Eduardo Girão e Cleitinho, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Fernando Farias, Nelsinho Trad e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5979, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 1, de 2023** que: "Requer Audiência Pública para discutir a manipulação de resultados, casos concretos e medidas para o seu combate." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 2, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 864/2019, que "altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que 'institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências', para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações"." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A pedido do senador Carlos Portinho, foi incluído como convidado o ex-árbitro de futebol Luís Antônio Silva Santos. A pedido do senador Jorge Kajuru, foi incluído como convidado o ex-árbitro de futebol Oscar Roberto Godói. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 3, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o racismo no esporte." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A pedido do senador Paulo Paim, foram incluídos representantes do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério do Esporte. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 6, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 1/2023." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 7, de 2023** que: "Requer o aditamento do REQ 1-2023 para incluir os convidados que relaciona" **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. O Presidente da Comissão de Esporte, senador Romário, declarou prejudicados os **Requerimentos da Comissão de Esporte nº 4, de 2023** e **nº 5, de 2023** em decorrência da aprovação do **Requerimento da Comissão de Esporte n° 7, de 2023**, que trata do mesmo rol de indicados à referida audiência pública, nos termos do Art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de julho de 2023.

Minhas caras e meus caros colegas, todos que nos assistem e nos ouvem pela TV e Rádio Senado, é com imensa satisfação e muita vontade de trabalhar que começamos hoje as atividades da Comissão de Esporte do Senado Federal, um pleito antigo desta Casa e de toda a comunidade esportiva.

Ao lado do meu amigo e Vice-Presidente Jorge Kajuru, estamos prontos para dar prosseguimento a uma extensa agenda, municiada de debates, projetos, requerimentos e audiências públicas, que irão a fundo, tenho certeza, em todas as questões, problemas e soluções ligadas ao esporte brasileiro.

Na Presidência dos trabalhos, tentarei sempre ser o mais democrático, aberto e participativo possível. Todos os membros aqui terão voz, vez e protagonismo. E atuaremos conjuntamente em prol do interesse público e do desenvolvimento esportivo nacional.

O esporte, Sras. e Srs. Senadores e todos que estão presentes, engloba certamente algumas das principais políticas públicas de qualquer país. Aqui debateremos a formação, o lazer, a cidadania, o alto rendimento e o esporte em suas múltiplas e relevantes dimensões. Esporte tem a ver com saúde, com educação, com cultura, com proteção à infância e à vida.

Quero mais uma vez agradecer às senhoras e aos senhores pela confiança e apoio e desejar a todos um excelente e produtivo trabalho.

Solicito aqui ao Senador Jorge Kajuru que ocupe a Presidência desta reunião para que eu possa fazer a leitura do relatório do item 1 da pauta, do qual sou Relator, e dos Requerimentos nºs 1, 2 e 6, da Comissão de Esporte, dos quais sou autor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senhoras e senhores, inicialmente Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelas redes sociais e pelo grupo da TV Senado, Agência Senado e Rádio Senado.

Um abraço especial ao querido e exemplar Senador Carlos Portinho, totalmente ligado ao futebol, apaixonado pelo futebol. Vascaíno, não, Presidente Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vascaíno roxo! (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vibrava com Romário, pelos gols de Romário, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso sim! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E agora é pai, vai ser pai agora, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vem mais um flamenguista aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vem mais um rubro-negro.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5979, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

A autoria é do Deputado Federal Afonso Hamm.

O Relator só poderia ser o meu amigo e ídolo Romário.

A observação aqui é que a matéria também será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, tão bem presidida pelo nosso querido paranaense Senador Flávio Arns, a quem daqui nós enviamos um abraço especial. O seu filho vive um momento difícil, entubado num hospital em Curitiba; portanto, apenas para justificar aqui a ausência do nosso Flávio Arns.

Portanto, com a palavra, para a leitura de seu relatório, o nosso ídolo Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esporte, que começa hoje e que certamente fará história no Senado Federal.

Senador Romário, com a palavra, por fineza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, amigo Presidente Kajuru.

Vem à Comissão de Esporte o PL 5.979, de 2019, de autoria do Deputado Afonso Hamm, que propõe incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.974, de 2013, foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, o PL nº 5.979, de 2019, foi distribuído a princípio para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Com a criação da CEsp, pela Resolução nº 14, de 2023, a matéria foi redistribuída.

Caso aprovada nesta Comissão, o projeto seguirá para decisão da CE e do Plenário.

Análise.

A Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, instituiu o Programa de Cultura do Trabalhador, destinado a fornecer aos trabalhadores meios para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura, e criou, nesse âmbito, o vale-cultura, de caráter pessoal e intransferível, válido em todo o território nacional, para acesso e fruição de produtos e serviços culturais.

O vale-cultura, que tem o valor mensal de R$50, é fornecido ao trabalhador com vínculo empregatício com a empresa beneficiária, que perceba até cinco salários mínimos mensais.

Importa enfatizar que, no seu art. 10, a Lei nº 12.761, de 2012, estabeleceu que "até o exercício de 2017, ano-calendário de 2016, o valor despendido a título de aquisição do vale-cultura poderá ser deduzido do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real".

Na prática, com o fim do incentivo, as empresas não mais recebem de volta, ao declarar o Imposto de Renda, os R$50 mensais despendidos com cada funcionário que tenha solicitado o benefício.

Com efeito, apesar do fim do incentivo concedido às empresas beneficiárias do programa, a Lei nº 12.761, de 2012, continua em vigor, de forma que as empresas que tenham interesse em contribuir para disseminar o acesso à cultura ainda podem nele se cadastrar e oferecer o vale-cultura a seus funcionários.

O PL é meritoso pois, como diz o autor da matéria, não há como assegurar o pleno exercício dos direitos à cultura sem incluir o acesso a uma das mais reconhecidas e prestigiadas formas de expressão cultural brasileira, o futebol, bem como as demais competições desportivas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.979, de 2019, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Romário.

Aproveito para registrar a chegada do histórico Presidente do Fortaleza, meu amigo pessoal e probo Senador Eduardo Girão – o Fortaleza, lembrado pelo Romário agora mesmo, que perdeu para o Flamengo. Que novidade! O Fortaleza sem o Girão só perde. O Fortaleza está caminhando para o rebaixamento. Lembro que o Girão tirou o Fortaleza da Série C e o levou para a Série A. Ou você volta para o Fortaleza, Girão, ou o seu time vai morrer. Perfeito? Volte para o Fortaleza ou o seu time vai morrer!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Meu príncipe! Meu guru!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, é o Petecão que está aqui!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Meu guia espiritual! Nada contra o Girão, mas é seu amigo Petecão! Até rimou: nada contra o Girão, mas quem está aqui é seu amigo Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Meu amigo, não. Meu ídolo. E, pela visão, você me desculpe.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Girão teve que dar um pulo na outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas ele volta daqui a pouco.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estava até achando parecido, viu, Petecão?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas eu faria a mesma sacanagem a ele.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado. Numa boa, Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Petecão, você nunca foi Presidente de time de futebol, não, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Eu fui um dos centroavantes mais perigosos que o Acre já teve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, eu tenho que ouvir isso, meu Deus do céu!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Romário sabe o que nós fizemos aí Brasil afora.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E aqui chega o nosso histórico Senador Paulo Paim, que veio dizer para mim, Presidente Romário, que torce para o Caxias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É o antigo Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É. Isso aí é igual, no Rio de Janeiro, alguém falar, exceto Romário, que torce para o América. Você é Inter ou Grêmio, Paim, pelo amor de Deus!

Há alguém que deseja discutir, por gentileza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Portinho, por fineza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Só para reforçar o brilhante relatório do Senador Romário.

Esse tema estava na Comissão de Educação e, com a excelente iniciativa do Presidente Rodrigo Pacheco, Senador Romário, em criar a Comissão de Esporte... E digo excelente, Petecão, porque o esporte tem hoje um ministério e tem assuntos que são próprios a esta Comissão.

Eu tenho certeza de que esta Comissão de Esporte vai dar maior agilidade para muitos temas que estavam dentro da Comissão de Educação, que tem uma pauta também bem ampla e que muitas vezes prejudicava o andamento de alguns temas próprios da Comissão de Esporte.

O esporte é patrimônio nacional, embora seja uma atividade privada – eu gosto sempre de lembrar disso, através das suas federações, confederações nacionais e internacionais–, e tem o apoio, por isso, do poder público de diversas maneiras, inclusive, com o Bolsa Atleta, de forma a incentivar diversas políticas públicas para o bem do esporte, para o bem dessa juventude, do desporto educação. Eu acho que é um tema, Senador Romário, a que a gente deve se dedicar aqui, Senador Paim, que também é o seu tema, a educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desporto educacional, a importância dele na formação dessa juventude. E para isso, uma Comissão especial, que é a Comissão de Esporte.

Teremos temas aqui os mais variados a serem discutidos, a questão do Bolsa Atleta, vai haver uma olimpíada, a própria Lei Geral do Esporte, que, se tivesse a Comissão de Esporte à época, a gente poderia ter aprofundado ainda mais o debate, porque houve um debate amplo, foram mais de oito anos de tramitação aqui no Senado, no Congresso, no Senado Federal especialmente, partindo de uma comissão de juristas.

Ao abordar também a questão da Lei Geral do Esporte, eu vim aqui convidá-los, pois, ao meio-dia, eu pedi uma reunião no meu gabinete, e fui prontamente atendido, quero aqui fazer o registro, pela Ministra Ana Moser, nossa ídola do vôlei nacional – e por isso também está muito bem representado o ministério –, para que a gente possa tratar, Senador Paim, de muitos vetos que, com todo o respeito, desfiguraram muito a Lei Geral do Esporte, e dos mais variados, como questões que atinam aos atletas, questões que atinam à Justiça Desportiva foram vetadas, questões também que atinam, por exemplo, aos cronistas esportivos.

Então, aqueles Senadores que tiverem a possibilidade, Senador Romário, Senador Paim e outros que puderem participar dessa iniciativa da Senadora Leila comigo, no sentido de trazer a Ministra Ana Moser, de se negociar a derrubada de alguns vetos para que se possa ter uma legislação moderna, uma legislação que alcance o que é o esporte como produto de entretenimento, produto de mercado e de entretenimento hoje no nosso país. Então, é ao meio-dia, no meu gabinete, com a deferência aí da nossa Ministra.

Com relação especificamente ao projeto, Senador Romário, na Comissão de Educação eu havia até preparado o relatório, veio para a Comissão de Esporte. Estou feliz com o seu relatório, estamos absolutamente alinhados.

O Vale Cultura, que engloba também eventos esportivos, é fundamental para que muitos tenham acesso, às vezes até pela primeira vez, a um evento cultural, a um evento esportivo. Por isso, eu queria abonar o seu relatório e dizer que votarei a favor.

E, voltando à Comissão de Educação, eu já vou aqui antecipar que eu quero pedir ao Senador Flávio que eu possa lá relatar, que também integro, porque lá, meu relatório está pronto. Então, a gente pode aprovar esse projeto de forma muito célere e o mais breve possível, para que todos tenham acesso à cultura e ao esporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Portinho, conhecendo a sua mão fechada, nessa reunião de meio-dia, no seu gabinete, terá almoço ou não?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Terá um cafezinho em sua homenagem, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sem chance de almoço, sem chance.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sou diabético, Romário também.

Bom, alguém mais deseja discutir?

Senador Paulo Paim, por fineza, com prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero só cumprimentar o Senador Romário Presidente, V. Exa. como Vice, e já agradecer a ambos pela grandeza que tiveram em participar ambos daquele debate que a gente promoveu na Comissão de Direitos Humanos. A Comissão de Esporte não estava ainda formada. Uma vez formada, eu consultei a ambos, porque eu estava com a perspectiva de fazer uma reunião. Ambos disseram, vamos, faça a reunião, e nós vamos participar.

Em seguida, vamos aprovar uma que eu vi, e vou estar junto com vocês, aqui na pauta.

Então, agradeço a ambos. Romário, embora à distância, conseguiu ainda entrar, fez uma bela fala. E V. Exa. me ajudou inclusive a presidir aquele tema lá na Comissão de Direitos Humanos.

Eu gostaria de participar o máximo aqui. Eu gosto muito do esporte, eu joguei no juvenil do Flamengo. O Romário, acho que jogou contra o Flamengo, lá no Rio Grande do Sul, que depois, mais tarde, se tornou o Caxias. E depois o Juventude volta, era a fusão dos dois, e eu fiquei com meu Flamenguinho lá e, por isso, sou Caxias.

Só isso.

Parabéns a todos os membros desta Comissão.

Aqui nesta Comissão, eu me sinto em casa, porque eu adoro o esporte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, querido Senador Paulo Paim.

Com a palavra, para encerrarmos a discussão e passarmos à votação simbólica deste projeto, o nosso querido, e a voz do Acre, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Obrigado, Senador Kajuru.

Na mesma linha dos demais colegas, Portinho e Paim, eu quero, primeiramente, dizer que apoio o seu relatório e quero aqui me colocar à disposição desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o time, vendo ali Carlos Viana, Leila, o time é o que tem de melhor aqui nesta Casa. Comissão nova, nós temos aí um campo aberto, seja na educação, seja no esporte, para que nós possamos, se Deus quiser, fazer desta Comissão um instrumento para ajudar o esporte brasileiro. Eu acho que nós estamos nas melhores mãos. Romário dispensa qualquer comentário. Kajuru, da mesma forma. E eu aqui, como um soldado, quero também dar a minha humilde contribuição.

No mais, só agradeço, viu, Romário? O Romário, todas as vezes em que encontra um fã dele... Na última vez, eu estava num município lá no interior do Acre, e aí um cidadão chegou e disse: "Olhe, sei que você é amigo do Romário." Eu não sei se eu sou amigo dele, porque não dá para medir o grau de amizade, mas vou ligar para ele agora. Deus tocou no coração dele, acho que ele estava numa cachaça lá pelo Rio de Janeiro, e ele atendeu. (*Risos.*)

No pagode, não dava para ouvir nada. Mas o cara... Eu disse: "Olha, Romário, tem um fã seu que quer falar com você". O cara, até hoje, está, sei lá, está grato pelo seu gesto de humildade em atender lá àquele humilde cidadão.

No mais, Romário, quero só lhe parabenizar aí e desejar boa sorte a você e ao Kajuru à frente desta importante Comissão para o nosso país.

Valeu!

Boa sorte!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Petecão. E não será humilde, será fundamental a sua participação aqui. Basta ver o seu trabalho na Comissão de Segurança Pública, que já começou fazendo história, tendo-lhe como Presidente.

Só uma correção. A cachaça. E eu sei, posso falar, porque eu o conheço desde 1988. O homem só toma Coca-Cola com gelo e limão. E eu sei, porque, uma vez, em uma boate em Búzios...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... quatro e meia...

É, coca zero. Exatamente.

Quatro e meia da madrugada, eu levo uma afilhada loira, linda, Portinho, a Sofia, e ela...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A essa hora você vai entrar nesse detalhe? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e ela chega e fala assim... Ela chega e fala assim: "Padrinho, eu fui xavecada pelo Romário e me apaixonei por ele". Eu falei: "E aí? Ele só toma coca-cola!". (*Risos.*)

Foi bom lembrar aqui.

Bem, gente, vamos à votação simbólica, então, por fineza, deste relatório apresentado pelo Senador Romário.

E, quando o Petecão falou do que ele representa, às vezes, as pessoas não entendem. "Kajuru, por que você fala que o seu maior ídolo é o Romário, mais do que o Pelé?", porque eu não vivi a era Pelé e o Romário não é só o maior ídolo meu como jogador de futebol. Ele é o maior ídolo meu como ser humano, por conhecê-lo.

Então, os Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Romário e Presidente desta Comissão de Esporte permaneçam como estão, por fineza. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 5.979, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública para discutir a manipulação de resultados, casos concretos e medidas para o seu combate.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Com a palavra, para a leitura de seu requerimento, o Senador Romário, Presidente desta Comissão, por fineza.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a manipulação de resultados, casos concretos e medidas para o seu combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os nomes para compor a mesa de exposição serão encaminhados posteriormente.

A justificação.

Frequentes denúncias de manipulações de resultados em competições de futebol têm vindo à tona em nosso país, comprometendo a integridade do esporte e gerando crescente desconfiança na sociedade.

A crescente expansão do mercado de apostas esportivas e a necessidade de se garantirem a transparência, a legalidade e o combate a práticas ilícitas não deixam dúvidas sobre a importância de se promover um debate amplo e aprofundado sobre essas questões, envolvendo representantes de instituições esportivas, autoridades governamentais, empresas do setor, especialistas e demais interessados. Nesse sentido, propomos a realização de uma audiência pública com a presença de convidados devidamente qualificados para discutir os recentes casos de manipulação em jogos de futebol e o papel da regulação nesse contexto, visando identificar medidas efetivas de prevenção, fiscalização e combate a essas práticas tão prejudiciais ao esporte e à nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Alguém deseja discutir, por fineza? (*Pausa.*)

Podemos ir para a votação simbólica? (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam esse requerimento do Senador Romário permaneçam como estão, por fineza. (*Pausa.*)

Aprovado o item 2 e já vamos para o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 2, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 864/2019, que "altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que 'institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências', para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações".

Autoria: Senador Romário.

Com a palavra, para a leitura de seu relatório, o Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 864/2019, que "altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que 'institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências', para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Wilson Seneme, Presidente da Comissão Nacional de Arbitragem da CBF;

- o Sr. Sandro Meira Ricci, ex-árbitro de futebol;

- o Sr. Gutemberg de Paula Fonseca, ex-árbitro de futebol da federação do Rio de Janeiro;

- o Sr. Rafael Bozzano, advogado;

- o Sr. Anderson Daronco, árbitro de futebol;

- o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Anaf (Associação dos Árbitros de Futebol);

- o Sr. Raphael Claus, árbitro de futebol;

- o Sr. Leonardo Gaciba, ex-Presidente da Comissão Nacional de Arbitragem; e

- o Sr. Evandro Rogério Roman, ex-árbitro de futebol e político brasileiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente Romário...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para finalizar aqui, passo à justificação.

O PL 864, de 2019, propõe algo que entendemos de suma importância para o desenvolvimento do desporto em geral: a profissionalização dos árbitros. Especialmente para o futebol profissional, modalidade mais popular e rentável do país, que movimenta bilhões de reais em recursos e alimenta toda uma cadeia produtiva, resta hoje uma incompatibilidade flagrante entre atletas e demais profissionais envolvidos, como os árbitros da modalidade, ainda amadores e muitos sem dedicação exclusiva. Pela sua dimensão e importância, entendemos ser de fundamental relevância ouvir representantes da classe dos árbitros e demais atores e entidades envolvidas sobre o tema em audiência pública a ser realizada nesta Comissão.

Só para finalizar, Presidente e demais Senadores presentes, eu faço questão de a gente fazer esse debate aqui, nesta Comissão, porque fui procurado por alguns árbitros para fazer um projeto em relação a esse assunto, mas, por outro lado, outros árbitros também me procuraram, porque são contrários a essa ideia. Então, nada melhor do que a gente aqui realizar uma audiência pública com todos presentes e, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa audiência pública, com certeza, a gente tomará uma decisão de qual será o melhor caminho para os árbitros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns! Ouvir os dois lados.

Senador Portinho, por fineza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Se me permite, Senador Romário, acrescentar oralmente um nome aos convidados, mais um árbitro carioca de grande experiência, de muitos Flamengo e Vasco – já apitou os seus também –, V. Exa. o conhece bem tanto quanto eu: o Sr. Luís Antônio Silva Santos, o Luís Índio. Se pudesse chamá-lo, porque também acho que ele pode contribuir bastante para essa discussão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem colocado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu faço também uma sugestão, mas fico à vontade para quem discordar, especialmente o Presidente desta Comissão, o Romário: o nome paulista de Oscar Roberto Godói.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ótimo.

Então, em votação.

Os que aprovam, presentes, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

E acaba de chegar a nossa também ídola Leila Barros...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... a maior revelação da história deste Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A braba, a braba!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A braba!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Saiu lá da Comissão de Meio Ambiente e veio para cá.

Senador Paulo Paim, querido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Senador Romário e Senador Kajuru, eu estou sendo chamado na Comissão de Assuntos Sociais e vou em seguida abrir a Comissão de Direitos Humanos, a qual eu presido.

Eu queria só deixar uma sugestão – eu tenho certeza de que vai ser acatada –, pediram-me por parte do Governo que no item 4 fossem incluídos na lista do Senador Romário o Ministério do Esporte e o Ministério da Igualdade Racial.

Se vocês acatam, eu vou tranquilo para outra missão e que seja incluído no requerimento do Senador Romário, Romário e Kajuru.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por mim sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por mim, também, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Muito obrigado. Vou esperar a leitura e depois vou para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Tendo em vista, então, o Senador Romário ser o autor do requerimento referente ao item 5 da pauta, proponho aqui a antecipação da deliberação deste item para que o Senador Romário proceda à leitura do seu requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 6, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 1/2023.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Com a palavra, para leitura de seu requerimento, o Senador Romário, Presidente desta Comissão de Esporte.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 1/2023, sejam incluídos os seguintes convidados:

- Sra. Ana Moser, Ministra do Esporte;

- Sr. Ednaldo Rodrigues, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF);

- Dr. Ronaldo Piacente, Procurador-Geral do STJD;

- Dr. Rafael Bozzano, Subprocurador-Geral do STJD;

- Dr. Fernando Cesconetto, do Ministério Público de Goiás, responsável pela investigação;

- Dr. José Francisco Manssur, assessor especial do Ministério da Economia e representante da Associação das Empresas de Apostas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu penso que são ótimos nomes, indiscutíveis, inclusive do meu estado querido de Goiás.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Isso é para aquela audiência pública sobre manipulação?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Essa é.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É essa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente. Tem mais alguma sugestão de nomes?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não neste momento. Eu acho que os nomes estão bem encaminhados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ótimo.

Então, os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado este item nº 5, apresentado em requerimento pelo Senador Romário.

Peço a sua permissão, Romário, antes que volte à Presidência da Comissão. Eu quero expressar aqui o meu total apoio, Senadora Leila, e elogiar o requerimento apresentado pelo meu ídolo e Presidente Senador Romário, que propõe a realização de audiência pública para debater sobre as manipulações de resultados em competições de futebol. Lembro que devemos agir com firmeza, coragem e independência para combatermos essa prática nefasta e restaurar a confiança dos torcedores, atletas e de toda a sociedade nesse esporte que tanto amamos.

Aproveito para destacar aqui o meu Projeto de Lei nº 2.667/2023, que aumenta em dobro as penalidades de crimes de manipulação de resultados em competições esportivas quando cometidos para obter vantagem financeira em jogos de azar ou apostas de qualquer tipo. É importante relembrar casos notórios, como a máfia da loteria esportiva, desvendada pela revista *Placar*, em que trabalhei, em 1982; e a máfia do apito, em 2005, que envolveu o aliciamento de árbitros de futebol e resultou na anulação e remarcação de várias partidas do Campeonato Brasileiro.

Não posso deixar de mencionar outro projeto que apresentei para regulamentar o mercado de apostas esportivas, que é o PL 845/2023. É imprescindível que esse setor também pague impostos e que, na forma como propomos, estes sejam destinados aos programas de promoção do esporte nas escolas públicas de comunidades carentes. Além disso, é fundamental que sejam adotadas medidas de prevenção do transtorno do jogo compulsivo e de proteção de menores de idade e idosos. E aqui concluo, Presidente Romário, Senadora Leila, Senador Portinho, senhoras e senhores, e Brasil, pátria amada. Pasmem: o Presidente do Internacional de Porto Alegre vem vivendo momentos terríveis. O seu carro é blindado, com quatro policiais federais, e o seu apartamento teve um *drone* com bomba. Isso, vive o Presidente do Internacional de Porto Alegre. O Presidente do Goiás Esporte Clube vive a mesma situação. Outros dirigentes, cujos nomes o Presidente Romário sabe, também vivem este momento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O jogador Luan.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente. Luan, do Corinthians. Esses também, na minha opinião, deveriam ser ouvidos aqui nesta nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, além de jogadores de futebol que foram denunciados, infelizmente, inclusive do Estado de Goiás. Apostadores já chegaram a oferecer até R$1 milhão para jogador de futebol cometer pênalti. Pelo amor de Deus!

Então, o Romário concordou plenamente, quando falei com ele por telefone, na hora, em um segundo, sobre a questão do racismo no futebol, que é algo que precisamos discutir também aqui nesta Comissão de Esporte. Tenho certeza de que as nossas pautas serão acompanhadas por todo o Brasil.

Concluo, lamentando, que parte da imprensa brasileira poderá não nos dar espaço, porque, hoje, as casas de apostas eletrônicas são as maiores patrocinadoras da imprensa brasileira nos intervalos de televisão. Para os senhores e senhoras terem uma ideia... Eu aqui não estou enxergando bem, me parece que chegou mais um Senador. É o meu vizinho querido?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o Senador Fernando Dueire.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sempre me dá um presente. Só que o presente dele, eu e o Romário não bebemos: pinga! Mas só pinga boa. Grande Fernando, exemplo de Parlamentar, suplente do nosso querido Jarbas Vasconcelos e que vem fazendo um excelente trabalho aqui!

Fernando, você que é apaixonado pelo futebol, e Portinho, vocês sabiam que as casas de apostas... Eu sei que eu sou um homem de televisão, 45 anos de carreira. Chega aqui o Senador Eduardo Girão, histórico Presidente do Fortaleza, que, se não voltar a dirigir o Fortaleza, o time vai morrer, vai quebrar, vai falir. Naturalmente, perdeu para o Flamengo, nesta semana. Então, o time está no fim, infelizmente. Mas, Girão, eu estava comentando aqui – e você já sabe disso; você até tem uma posição um pouco diferente da minha, mas é pouco só – que as casas de apostas investem na televisão brasileira, hoje, mais do que a Coca-Cola investia, ou seja, o maior patrocínio das televisões, hoje, é das casas de apostas eletrônicas. Portanto, nós teremos pouco espaço da televisão, porque é claro que a televisão não quer perder um patrocínio desse; e os times de futebol. O Romário sabe, Presidente, que o único time de futebol que não tem patrocínio das casas de apostas é o Atlético Paranaense, do Petraglia. É o único time que não tem. E as placas de estádio de futebol hoje, a maioria delas, casa de apostas!

Para fechar de vez, o Romário tem essa opinião também: há donos de casas de apostas honestos que querem pagar imposto, que querem trabalhar legalmente, que vão ser ouvidos aqui, que procuraram tanto o Romário como eu.

E a gente não vai generalizar de forma alguma. Essa foi a determinação do Presidente Romário, quando conversou comigo e me escolheu para ser o Vice-Presidente desta Comissão. A gente quer ouvir as pessoas boas e as pessoas ruins. As ruins são aquelas que querem trabalhar na ilegalidade, levar os apostadores para o exterior para não pagarem imposto. E lembrando: Portugal perdeu uma fortuna de tributos. Por quê? Porque cometeu um erro que o Ministro Haddad estava cometendo, e eu, numa reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Líderes, em que o Girão estava, disse a ele: "Ministro, o senhor está errado. O senhor não pode cobrar uma licença de 30 milhões para todas as casas de apostas". O valor da licença tem que ser proporcional ao tamanho da casa de aposta, Presidente Romário, porque tem casa de aposta que não tem 30 milhões para pagar de licença. E aí ela vai para a ilegalidade. E aí o Brasil vai perder quanto? Trinta e cinco bilhões de tributos o Brasil perderia!

Então, eu só queria fazer esse comentário e passar a Presidência, voltar a Presidência da Comissão de Esporte para o Senador Romário, mas, antes, o Senador Portinho quer fazer uma observação, o Senador Girão também, a Senadora Leila também. Fiquem à vontade, depois o Presidente Romário volta à sua missão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero um aparte sobre esse tema, as apostas, que muito preocupa não só o nosso país, não é Romário?, a questão das apostas já está disseminada no mundo. E, infelizmente, digo infelizmente, o esporte escolheu esse caminho. Como disse o Kajuru, nos clubes hoje a principal receita de patrocínio, uma das principais receitas de patrocínio está nos jogos, nas apostas, nos campeonatos. E isso foi uma escolha dos clubes, uma escolha dos atletas, porque muitos, inclusive, são garotos propaganda de casas de apostas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu digo infelizmente porque acho que lá na frente, como aconteceu no passado aqui no país, talvez ocorra um arrependimento, porque o problema não são as apostas, eu quero deixar claro aqui, na minha opinião. O problema não é a aposta, o problema é a manipulação de resultado. Então, se os clubes já escolheram esse caminho, os atletas, o meio esportivo, eu acho que a nossa função aqui é legislar para criar regras – permitir a arrecadação do Estado – que possam coibir aqueles que se valem das apostas para manipular resultados. Mas eu ainda acho que o azar é do esporte...

Meu pai veio do turfe, Romário, meu pai era turfista. Era tão turfista que, quando corria um cavalo dele, ele nem me avisava, porque não jogava nem no cavalo dele. Ele gostava do esporte, e é raro isso. Hoje, quem for ao Jockey Club do Rio de Janeiro vai ver aquelas lindas arquibancadas tombadas pelo patrimônio histórico vazias, porque o jogo hoje está aqui, está na palma da mão. Aqueles que acreditam que vão estimular o turismo para as cidades, esqueçam, isso era no passado. Hoje a pessoa economiza o dinheiro da passagem e do hotel para poder jogar mais aqui, na palma da mão

Então, essa discussão dos jogos é muito importante, mas o esporte, fato é, já escolheu esse caminho. Então, cabe-nos aqui regulamentar. E eu preferia, Kajuru, para encerrar, que, em vez de enxergar nas camisas dos clubes o patrocínio de casas de aposta, se tivesse que escolher entre uma coisa e outra, eu ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferia quando as cervejarias patrocinavam o futebol, o campeonato brasileiro, porque acho menos danoso do que as casas de apostas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo plenamente com todas as suas palavras. Que saudade desse tempo. Um refrigerante na camisa de time de futebol.

Antes de passar rapidinho a palavra para o Girão – o Girão tem uma história, inclusive, gravíssima que ele relatou na tribuna do Senado sobre um apostador, o que aconteceu na vida dele –, antes, Girão, Leila, Fernando, Presidente Romário, eu não sei se eu contei para vocês, olhem a que ponto chegou. O neto do General Hamilton Mourão, que me acompanha no projeto que eu apresentei sobre as casas de apostas, pegou o cartão de crédito do avô e gastou uma fortuna com apostas. Agora, imagine filhos e netos de quem não tem dinheiro. Eu fui apresentado em Goiânia e em Belo Horizonte a pais desesperados, buscando dinheiro em banco, porque os filhos fazem aposta usando o cartão de crédito de pais e de avós.

Portanto, se o neto do Mourão fez isso, não precisa falar mais nada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou pedir só mais um aparte porque você falou da questão financeira do vício. Outro dia, Girão, tinha um colega meu torcendo para que o clube dele, o Flamengo, não fizesse o terceiro gol porque ele tinha apostado que ia ser 2 x 0. Você veja o prejuízo desportivo para o próprio torcedor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapidamente só... Se a Senadora Leila quiser.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Girão, estão me chamando para relatar na CAS, eu vou ter que ir. Se o senhor puder me ceder rapidinho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Um minuto.

Primeiro, parabenizar a luta do Romário para instituir, junto com você, Senador Kajuru, aqui a Comissão de Esporte, que é uma demanda nossa e que eu acho que é histórica para aqueles que defendem, acreditam e sabem da importância de se debater políticas esportivas, legislações esportivas. Enfim, debater o universo esportivo.

Nós realmente precisávamos de uma Comissão tão relevante como esta, assim como é a da Cultura, a da Educação, a de Assuntos Sociais, a CCJ. Então, eu quero parabenizar mesmo os dois. Serei, com certeza, assídua aqui, frequente nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com relação às apostas, deixando muito claro o que o Senador Portinho falou, essas apostas geram vícios. O problema da aposta não é a aposta em si, é o que ela gera: o vício, a destruição de famílias. E o que mais entristece a gente são pessoas formadoras de opinião estimulando esse tipo de ação.

A maior preocupação que temos hoje, a gente tem que discutir isso, é essa questão de vedar essas propagandas. Vedar as propagandas e termos a consciência de que existem as apostas em *sites* fora do país e sobre as quais a gente não tem o menor domínio, o menor comando do que está acontecendo. Então, assim, é deixar muito claro que o que nós vamos debater nesta Casa é muito sério, é importantíssimo.

Então, eu quero parabenizar os dois por esta iniciativa de nós já estarmos dando esse pontapé na Comissão de Esporte e debatendo um tema que nós sabemos que não é só nesse âmbito de arrecadação, é a tamanha nocividade que está trazendo para as pessoas, para as famílias, para os jovens essa questão das apostas, para o esporte – boa, Portinho – de um modo geral.

Então, assim, não poderia deixar de expressar aqui meus sentimentos e dizer que estarei com vocês nesse *front*. Eu estou indo para a CAS, porque eu preciso relatar um projeto e já estão me chamando, mas quero parabenizá-los e dizer que estaremos juntos nesses debates.

É isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Leila.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Assim como o Romário, que é seu fã e está lhe agradecendo, a gente fica feliz, Leila, de saber que você vai estar junto com a gente, por tudo que você representa, pela sua ética, pela sua coragem, pela sua postura, pela sua história, porque, sejamos sinceros, não é qualquer Senadora aqui que vai ter coragem de pedir para acabar com a publicidade de casa de apostas em televisão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – E, para quem já enfrentou a indústria do tabaco, como eu, entre outras...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ...eu não tenho o menor problema. Eu, como mãe, como mulher... Às vezes, as pessoas acham que a mulher foca, que nós, como Senadoras, só focamos em pautas que são do interesse da mulher, mas tudo interessa à mulher. Quando a gente fala de família, de jovem, de idoso, enfim, de tudo o que acontece na sociedade, da doença que a sociedade vive, principalmente com o advento da internet – claro, ela veio para agregar, para somar –, realmente nós precisamos dar um freio para certas situações. Eu, por exemplo, tenho um filho, e meu filho também todo dia me pede para comprar alguma coisa em jogos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Lucas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É.

Então, é muito sério o que nós estamos vivendo e nós temos que realmente nos debruçarmos sobre essa pauta.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns, Senadora Leila.

Só falar, rapidinho, que tem Senador que não abre mão de um minutinho de fama na televisão. Romário, preparemo-nos, meu irmão, para enfrentar o que nós vamos enfrentar, porque eu acho que, se a gente morrer, a televisão nem informa a nossa morte. Não todas, eu não generalizo, mas algumas não vão nem informar a nossa morte, porque a briga não é boa, a briga é terrível.

Senador Girão, os requerimentos do Senador Romário continuam em pauta pela importância insofismável deles.

Com a palavra, querido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, claro, e aprovados por mim também, são fundamentais.

Leila, antes de você sair, eu sei que você está correndo para a CAS, e eu estou indo para lá já, já, eu assino embaixo o que você falou, 100% do que você falou. Eu tenho convicção de que – pelo que eu conheço do Romário, pela história dele aqui no Senado e no futebol, pelo que eu conheço do Kajuru, do Senador Portinho e de outros colegas que estão aqui, neste painel, e que vão participar – se a gente conseguir, Senadora Leila, barrar essa tragédia que está acontecendo de apostas no Brasil, que a gente não sabe nem 1% do que está acontecendo – eu vou relatar aqui um caso apenas, eu sei que você não vai poder ficar, mas eu lhe mando depois o relato –, já valeu a pena esta Comissão, já valeu a pena ter constituído esta Comissão temática aqui.

E eu quero parabenizar o Senador Romário, o Senador Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Está muito bem entregue, eles têm conhecimento de causa, são idealistas, e a gente vai estar aqui colaborando, eu, da minha parte, com todas as limitações e imperfeições que eu sei que eu tenho. O mundo me levou, a vida me levou, e não acontece nada por acaso, a ser Presidente de um clube que não vai se destruir, não, Kajuru. O Fortaleza perdeu para o Flamengo aqui dos nossos colegas, mas está com uma boa gestão, eficiente, e eu acredito que tem muita alegria a dar ainda para os torcedores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu queria falar é o seguinte: eu fui Presidente do clube em 2017, por pouco tempo, e já o acompanhava desde a infância; meu amigo de infância, o Fortaleza. O futebol, para mim, preenche a minha existência, é o meu grande *hobby*, e eu digo para você que não precisa de um centavo de dinheiro de aposta, não precisa. Um clube para sobreviver não precisa ter na camisa patrocínio de aposta.

Eu sou contra, manifestei isso ao presidente do clube, mas... Tem uma coisa que diz o seguinte: Rei posto, rei morto, não é isso?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Rei morto, rei posto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rei morto, rei posto.

Também sou contra essa questão de bebida alcoólica. Pelo amor de Deus, não vamos substituir casa de apostas por negócio de bebida, não, porque não tem nada a ver com esporte. Respeito quem pensa diferente, mas isso faz é trazer problemas para os jovens, e a gente sabe do estrago, do que o álcool faz em devastação de família, vício e tal.

Mas aconteceu um caso, Senador Romário, que, nessa abertura dessa sessão, eu tenho que dizer. Eu fui para Fortaleza, um mês e pouco atrás – eu vou de 15 em 15 dias lá –, e eu recebi, na véspera de voltar para Brasília, uma mensagem no celular – o celular que eu tenho há muitos anos, de antes de vir aqui para o Senado – de um torcedor que me encontrou no estádio, na época que eu era presidente, e que falou comigo, me deu um abraço e disse: "Presidente, eu preciso muito – me chamou de presidente – falar com o senhor. Eu queria ir com a minha família aí, onde o senhor estiver".

Aí, eu disse: "Olha, eu estou em Fortaleza, viajo para Brasília de madrugada. Mas, hoje à noite – era domingo –, vamos marcar para...". Aí, ele foi ao gabinete, o gabinete que a gente tem do Senado, um pedacinho do Senado lá no Ceará.

Rapaz, você sabe que a reunião – eu acredito – mais importante que eu tive, do ano, foi essa, Presidente Romário? Porque era um cidadão que trabalhava havia 20 anos numa empresa, carteira assinada. Ele nunca colocou uma gota de álcool na boca, porque era evangélico, e disse: "Presidente, eu tentei tirar a minha vida três vezes já". Eu disse: "Mas por quê? Está aqui sua família", com um filho de 11 anos de idade. "Não, é porque, por curiosidade, eu fui entrar nessas apostas *bet* aí. Eu gosto de futebol, é minha paixão, e eu, por curiosidade, fui lá e joguei um dinheirinho e ganhei".

Sabe aquela coisa da sorte de principiante? Aquilo não é por acaso, não.

"Ganhei". E, aí, ele teve aquela adrenalina – isso é tudo vício, isso tudo faz parte – e começou a jogar mais para tentar... Rapaz, esse cara entrou no negócio... Eu vou resumir aqui, porque eu não quero atrapalhar a sessão, mas eu vou lhe dizer que, depois daquele dia, para dormir, está sendo difícil. Porque outros já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram, Kajuru, viram os discursos da gente lá e vieram para mim, depois, dizer o que é que está acontecendo com eles.

A conta vai chegar, e vai ser uma devastação para o Brasil, porque é o país do futebol, social.

Esse cara – só para resumir – pegou o dinheiro do FGTS dele para torrar com isso, porque começou a perder e quis recuperar, aquela velha história. Pegou dinheiro com a irmã, emprestado. Vendeu o carro, casa, tudo o que ele conquistou, um evangélico, com princípio de ir para igreja e tal.

Depois desse dia... E era naquele momento em que a gente estava aqui discutindo esse projeto, que o senhor – tenho certeza, Senador Kajuru – vai ter essa sensibilidade humana. Aí eu digo: "Não, vamos entrar firme nisso". Não precisa o futebol, para sobreviver, de casa de aposta.

Está insuportável assistir jogo. Eu gosto de assistir jogo de todos os times, assistir jogos: Campeonato Brasileiro, Série A, Série B, às vezes até Série C eu assisto. Rapaz, o tempo todo, aquelas placas: "Aposte, aposte, aposte, aposte!". Não dá mais! É uma lavagem cerebral, cara.

E, aí, pega garotos-propaganda que, como a Senadora Leila falou, são formadores de opinião de uma paixão nacional que vai no coração, e aí o cara vai, às vezes, até no automático, fazer.

Então, a gente tem que, no meu modo de entender, barrar isso. Não tem outro caminho, tem que barrar! Isso não vai trazer coisa saudável. Vai trazer dinheiro... Vai gastar muito mais dinheiro o Estado! "Ah, mas vamos tributar...". Mas vai isso vai trazer muito mais custo para o Estado de saúde mental, gente, e problema social! Entendeu?

Então, que a gente possa combater aqui isso com um bom debate e ouvindo, mas a gente não pode esperar. Cada dia que passa vai aparecer, Kajuru, para você, que está andando o Estado de Goiás inteiro. Estou tendo notícias suas. Vai aparecer... É silencioso, mas isso vai chegando para a gente, mostrando que nós temos que agir aqui, Presidente Romário, um Senador que não está aqui por acaso também, e nós temos um compromisso com essas causas. O senhor, que é da causa da deficiência, da síndrome de Down, sensível, os seus eventos são marcantes sempre que o senhor os faz.

Essa é uma pauta que vai proteger o vulnerável! A população vulnerável está caindo como um patinho nessa história aí.

Deus abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, Senador Girão. Foi importantíssimo ouvi-lo.

Só lembrando aqui, rapidamente, quando o Portinho falou de quem faz propaganda: eu tomei conhecimento, Presidente Romário, de que, a cada 30s, o sujeito fatura R$2 milhões. Você, que já fez propaganda em televisão, e eu também... Eu nunca vi um valor desse... R$2 milhões de cachê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aquele Marcelo, Portinho, ex-jogador do Real Madrid, que hoje está no Botafogo, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No Fluminense – desculpe-me –, o Marcelo. Temos o Galvão Bueno, que é meu amigo, meu irmão, que também faz publicidade. O Gabigol, não é verdade? É uma coisa impressionante!

E, só para ser justo – e eu nunca generalizo nada na minha vida, porque isso é um erro –, a Rede Globo de televisão, sobre esses escândalos, fez uma matéria fantástica, no Fantástico, uma matéria duríssima. Portanto, tem gente da imprensa decente que não vai nos deixar sozinhos nesta luta aqui.

Volta à Presidência da Comissão de Esportes o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Vamos aqui ao item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 3, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o racismo no esporte.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

Requerimento nº 3, de 2023, da Comissão de Esporte, de autoria do Senador Jorge Kajuru e de minha autoria também, coautoria.

Passo a palavra ao eminente amigo e querido Senador Jorge Kajuru, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – Bem, é nosso o requerimento e do Romário. Nós estamos requerendo, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre as políticas necessárias à prevenção e à repressão do nojento racismo no futebol.

Propomos – Romário e eu – para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Enaldo Rodrigues, Presidente da CBF; Sr. José Pediz de Jesus, Presidente do STJD; Sr. Marcelo Carvalho, Diretor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo do Observatório da Discriminação Racial no Futebol; Sr. Roger Machado, técnico de futebol; Sr. Paulo Cesar Vasconcelos, jornalista e meu amigo do SporTV na Globo; Sr. Bruno Abrahão, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e também da Justif.

Quem quiser apresentar mais nomes, sugerir mais nomes, estamos à disposição para ouvir.

Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Alguém? (*Pausa.*)

Bem, aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, Presidente Senador Jorge Kajuru.

Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 7, DE 2023

- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 1-2023 para incluir os convidados que relaciona

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Com a palavra V. Exa., Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – O requerimento, Presidente Romário, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, é para que, na audiência pública objeto do Requerimento 1/2023, sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. André Gelfi, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável; Sr. Andrei Kampff, advogado especializado em Direito Desportivo e *compliance*; Sr. Guilherme Buso, Diretor da Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte (Abradie).

Quem desejar outros nomes, estamos à vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Algum Senador com algum nome para incluir nesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu gostaria, se pudesse, depois de encaminhar à Mesa alguns nomes para colaborar... Mas excelentes essas sugestões do Senador Kajuru.

Aliás, está uma dobradinha boa aí, viu? Um batendo bola para o outro. Estou gostando de ver. Esse negócio vai dar gol, viu?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelé e Coutinho. Evidentemente, eu sou o Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado pela presença, Senador Cleitinho.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aqui prejudicados os Requerimentos nºs 4 e 5, de 2023, da Comissão de Esporte, por tratarem de indicações que constam do Requerimento nº 7, de 2023, da Comissão de Esporte, ora aprovado.

Senhoras e senhores...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, o senhor citou o nome aí – permita-me – do Senador Cleitinho. Já que nós comentamos sobre o time de cada um aqui, amado Senador de Minas Gerais, amigo Cleitinho, que é fã do Kajuru desde os tempos da televisão, e eu, seu hoje, você também vai dizer, como outros aqui, que torce para o América mineiro? Ou você é Galo ou Cruzeiro?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Uma questão de ordem aqui...

Primeiro, para falar que eu fico muito honrado de estar aqui nesta Comissão, junto com duas referências que eu tenho na minha vida... A Leila não está aqui também, que é uma referência, mas eu queria falar aqui com toda humildade que eu estou aqui para evoluir e aprender com vocês.

Você foi uma referência para mim no jornalismo. Eu acompanhei demais tudo, e o pouquinho de justiça que eu tenho na política foi por ver você como jornalista.

E aqui meu ídolo maior do futebol.

Desde pequeno comecei a aprender de futebol, a gostar de futebol. Em 1994, era criança ainda, comecei a colecionar camisas de times, Romário. E, quando eu cheguei a uma etapa, quando você ia completar os mil gols, eu consegui a camisa dos mil gols, a camisa do Vasco. E um pessoal, na época lá, na minha cidade, foi fazer uma reportagem comigo, por causa das minhas camisas. Eles me perguntaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual era a camisa mais importante que eu tinha. Eu tirei a sua, e eles perguntaram: "Mas qual é o melhor jogador?". Eu falei assim: "Para mim, que eu vi na minha vida jogar, é o Romário". "Mas e o Pelé?". Eu falei: "O Pelé eu não vi. Eu vi o Romário".

Eu não estou falando isso por hipocrisia ou demagogia. Eu estou realizando um sonho de estar de frente com você hoje aqui, sendo membro desta Comissão. Estou muito honrado: um cara que veio da verdura, que tinha o sonho de ser jogador de futebol também, e eu estou aqui de frente com você. Eu fico muito honrado, sabe? Você é um ídolo que eu tenho no futebol.

E o que eu quero falar da questão do esporte é que o esporte transforma vidas, esporte é entretenimento, esporte é economia, esporte é geração de emprego, esporte é saúde, esporte é inclusão social. A gente sabe de muitas pessoas que saíram de uma periferia e foram para dentro do esporte, e ele transformou a vida dessas pessoas.

Então, esta Comissão aqui é muito importante para a gente transformar vidas. Então, eu sou um membro aqui, estou muito honrado, muito feliz, muito emocionado de estar participando com vocês aqui.

Para mim, acima de tudo, é a população, e contem sempre comigo aqui. Foi Presidente do Fortaleza também...

E eu acho que a gente tem que fazer esta Comissão aqui, principalmente nessa situação que você falou, Kajuru, na questão do racismo: a gente tem que combater isso.

A gente viu a situação do Luan ontem. É a vida particular dele. O atleta é uma coisa... Se ele estiver faltando como atleta, tem que ser punido, mas a vida particular dele é uma vida particular. Então, esta Comissão aqui tem que combater essas situações, e o meu mandato está aqui à disposição para trabalhar junto com vocês.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Você é Galo ou Cruzeiro?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Eu sou América.

Eu comecei a gostar do América em 1993. Não sei se o Romário jogou com o... Era o Palhinha, era o Lelei, era o Gutemberg, era o Estevam, era o Milagres... Eu aprendi a gostar do América sendo campeão mineiro de 1993, que revelou Ronaldo Luiz e revelou um monte de jogadores aí.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Cleitinho, pelas palavras. Fico bastante emocionado em saber desse carinho de V. Exa. em relação a mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo bom gosto de ser América! Somos poucos, mas somos aqueles poucos que fazemos barulho.

E quero dizer que é uma honra para mim e, acredito, também para o meu amigo Senador Kajuru tê-lo aqui nesta Comissão.

Sabemos da sua história, sabemos do que V. Exa. faz hoje na política. V. Exa é um Senador combativo, e precisamos disso aqui, não só no Senado, mas especialmente nesta Comissão, porque, como se diz em "carioquês", "o bicho aqui vai pegar"... (*Risos.*)

... e precisamos de guerreiros.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No amor ou na dor, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No amor ou na dor.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E o Kajuru torce para a Portuguesa em São Paulo, tá? E eu também minto, tá?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ninguém é perfeito!

Nada mais havendo a tratar...

Apesar de eu ter um carinho... Estou brincando, é claro. Tenho carinho muito grande...

A Portuguesa, na verdade, é considerada o América lá de São Paulo, não é? É um time que já foi um dos grandes, mas, pelas administrações desastrosas que passaram por lá, assim como passaram pelo América...

Hoje, nossos times se encontram numa situação bem triste, mas pensamento positivo e esperança sempre.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Como não se lembrar, Presidente, de Enéas e Dener, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – É. Grande dupla.

Nada mais nada menos a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na próxima quarta-feira, a partir das 10h30, estaremos aqui de novo.

Um abraço e obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47B9EB44005738AC.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.